



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3785

Quarta-feira - 02 de Março de 2022

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abelardo Luz.....	2	Ibicaré.....	494	Pouso Redondo.....	908
Água Doce.....	3	Ibirama.....	495	Quilombo.....	913
Águas de Chapecó.....	13	Ilhota.....	510	Rancho Queimado.....	914
Angelina.....	27	Imbituba.....	512	Rio do Campo.....	915
Apiuna.....	28	Indaial.....	513	Rio do Oeste.....	916
Araquari.....	64	Iomerê.....	577	Rio dos Cedros.....	923
Araranguá.....	67	Ipumirim.....	578	Rio do Sul.....	919
Arroio Trinta.....	69	Irani.....	584	Rodeio.....	925
Atalanta.....	98	Jaborá.....	585	Saltinho.....	926
Aurora.....	99	Jacinto Machado.....	588	Salto Veloso.....	928
Balneário Piçarras.....	100	Jaraguá do Sul.....	627	Santa Helena.....	931
Bandeirante.....	124	Joaçaba.....	653	Santo Amaro da Imperatriz.....	932
Barra Bonita.....	125	José Boiteux.....	678	São Bento do Sul.....	933
Belmonte.....	129	Lages.....	679	São Domingos.....	952
Benedito Novo.....	148	Lauro Muller.....	681	São João Batista.....	953
Biguaçu.....	157	Lindóia do Sul.....	683	São João do Oeste.....	961
Blumenau.....	176	Lontras.....	688	São José.....	967
Bom Jardim da Serra.....	177	Luiz Alves.....	700	São José do Cedro.....	973
Braço do Trombudo.....	179	Maracajá.....	705	São Miguel da Boa Vista.....	982
Campo Alegre.....	180	Massaranduba.....	795	São Miguel do Oeste.....	983
Celso Ramos.....	254	Matos Costa.....	804	São Pedro de Alcântara.....	992
Cocal do Sul.....	257	Meleiro.....	806	Schroeder.....	1013
Concórdia.....	259	Mirim Doce.....	807	Seara.....	1035
Corupá.....	266	Modelo.....	834	Taió.....	1043
Cunhataí.....	283	Monte Carlo.....	836	Tigrinhos.....	1059
Dona Emma.....	284	Navegantes.....	837	Timbé do Sul.....	1060
Doutor Pedrinho.....	295	Nova Trento.....	838	Timbó.....	1062
Entre Rios.....	316	Nova Veneza.....	865	Treze de Maio.....	1077
Gaspar.....	343	Orleans.....	875	Urupema.....	1078
Guabiruba.....	344	Palmeira.....	876	Urussanga.....	1079
Guaraciaba.....	345	Peritiba.....	877	Videira.....	1080
Guarujá do Sul.....	348	Pinheiro Preto.....	882	Witmarsum.....	1092
Guatambú.....	473	Piratuba.....	901	Xanxerê.....	1093
Herval d'Oeste.....	484	Pomerode.....	903		
Ibiam.....	488	Porto Belo.....	907		

Consórcios

CIMVI.....	1097
CINCATARINA.....	1098
CIS/AMARP.....	1287
CIS/AMOSC.....	1287
CIS/AMVI.....	1344
CIGAMVALI.....	1345
CONDER.....	1345

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

dom@ciga.sc.gov.br

ASSINATURA DIGITAL



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina



Abelardo Luz**PREFEITURA****TOMADA DE PREÇOS 007/2022**

Publicação Nº 3652110

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2022
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022

O Município de Abelardo Luz - SC, TORNA PÚBLICO que no dia 17 de março de 2022 fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços, para Contratação de empresa de engenharia para execução de obras de pavimentação poliédrica em ruas do Bairro São João Maria, conforme memorial descritivo, projetos, planilhas, orçamento, cronograma e demais especificações contidas no Edital e seus anexos. Os envelopes deverão ser entregues até o dia 17/03/2022, às 10:45 horas, no Setor de Licitações. A íntegra do edital poderá ser obtida via e-mail licitacao@abelardoluz.sc.gov.br ou junto à Prefeitura Municipal de Abelardo Luz, sita na Av. Pe. João Smedt, n. 1.605, Centro.

Demais informações fone (49) 3445-4322, Ramal 212.

Abelardo Luz - SC, 02 de março de 2022.

NERCI SANTIN – Prefeito Municipal.

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 052/2022

Publicação Nº 3651282

DECRETO Nº 052/2022 – DE 01 DE MARÇO DE 2022

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA FONTE DE RECURSOS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo nº 26 da Lei nº 3.009, de 07 de dezembro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº. 3.009 de 07 de dezembro de 2021, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para aplicação de recursos recebidos de Transferências Especiais para aquisição de equipamentos para instalação de incubadora de inovação.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.1760/103 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
01 DEPTO. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
22.661.20.1.014 IMPLANTAÇÃO DE INCUBADORA TECNOLÓGICA DE EMPRESAS	
4.4.90.00.00.1760/103 Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
TOTAL	R\$ 150.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Aplicações de Outras Transferências do Estado.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce 01 de março de 2022.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

LEI Nº 3.057/2022

Publicação Nº 3651279

LEI Nº 3.057/2022 - DE 01 DE MARÇO DE 2022

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ÁGUADOCENSE DE JUDÔ (AAJU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de origem parlamentar,

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, para todos os fins de direito a Associação Águadocense de Judô (AAJU), inscrita no CNPJ sob n. 31.403.745/0001-25, com sede na Rua Anita Garibaldi, 48, centro do Município de Água Doce – Santa Catarina.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, deverá atender o que prevê na Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, regulamentada por meio do Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Água Doce, 01 de março de 2022.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

PORTARIA 208/2022

Publicação N° 3650772

PORTARIA N° 208/2022 – DE 01 DE MARÇO DE 2022

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor VANIR PUTTON, inscrito no CPF nº 461.147.699-53, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura, no período de 01/03/2022 até 15/03/2022, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de março de 2022.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 209/2022

Publicação N° 3650773

PORTARIA N° 209/2022 – DE 01 DE MARÇO DE 2022

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora NEUSA MARIA CORREA DA SILVA BISSANI, inscrito no CPF nº 691.184.509-20, efetiva no cargo de Contadora, no período de 01/03/2022 até 10/03/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de março de 2022.

Patricia de Faria
Sec. Saúde e Promoção Social

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora Dpto de Recursos Humanos

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

PORTARIA 210/2022

Publicação N° 3650774

PORTARIA N° 210/2022 – DE 01 DE MARÇO DE 2022

“CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, A SERVIDORA QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar em caráter temporário a partir de 02/03/2022, para atender excepcional interesse público, LETÍCIA TAIS DOS SANTOS VARGAS CARNEIRO, inscrita no CPF sob o nº 089.241.999-78, para o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Edital de Processo Seletivo nº 014/2021.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de março de 2022.

Zelaine Aparecida Pelicioli Camila Luiza Lucian Bedin
Sec. Educação Cultura e Esporte Diretora Dpto de Recursos Humanos

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

TERMO DE POSSE JOSIELI MARTINS

Publicação Nº 3650776

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de março do ano de 2022, no Gabinete da Prefeita, da Prefeitura Municipal de Água Doce – Santa Catarina compareceu a senhora JOSIELI MARTINS a fim de tomar posse no cargo de Diretora de Programas Culturais, com carga horária de 40 horas semanais, nomeada pela Portaria nº 207 de 01 de março de 2022, oportunidade em que lhe foi dada posse pela Prefeita Municipal, senhora Nelci Fátima Trento Bortolini.

A empossada assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas no Regulamento do referido cargo; os deveres e responsabilidades na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerentes ao servidor público Municipal, que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício autorizados na legislação. Apresentou nesta data, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e de acumulação de cargo.

Josieli Martins
Empossada

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA 21-02-2022

Publicação Nº 3650841

16ª LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

1.º PERÍODO LEGISLATIVO

3.ª SESSÃO ORDINÁRIA

ATA N. 3/2022

Em 21 de fevereiro de 2022.

No dia 21 de fevereiro do ano de 2022, às 19h., na Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, realizou-se a terceira sessão ordinária pela modalidade presencial, e participaram os nobres Edis: Senhor Alex Matheus Piaia, Presidente e Vereador do MDB; Senhor Anilton Tonial, Vice-Presidente e Vereador do PL; Senhor Agenor José Nichetti, Primeiro Secretário e Vereador do PL; Senhor Evandro Carlos Zanatto, Vereador do PP e Segundo Secretário; Senhor Rudimar Bergossa, Vereador do PP; Senhor Laerte Nivaldo dos Santos, Vereador do PP; Senhor Jorge Rone Haslinger, Vereador do PP; Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli, Vereadora do PL; e Aloir Gonçalves da Conceição, Vereador do PL.

O SENHOR RUDIMAR BERGOSSA, VEREADOR, fez a leitura de um versículo da Bíblia Sagrada, consoante ao Artigo 1.º da Resolução n. 067/2013 de 8 de outubro de 2013.

Foi aprovada por unanimidade a ata da sessão ordinária realizada em 14/02/2022.

Em havendo quórum regimental, o SENHOR ALEX MATHEUS PIAIA, VEREADOR e PRESIDENTE, em nome de Deus, declarou aberta a presente sessão ordinária cumprimentando a todos os presentes e aos internautas. Com fundamento na EMENDA MODIFICATIVA N.º 008/2015 DE 4 DE MARÇO DE 2015, que "ACRESCENTA PARÁGRAFOS NO ARTIGO 151 DA RESOLUÇÃO N. 017/2005 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005 – REGIMENTO INTERNO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SANTA CATARINA, COM AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS," e EMENDA ADITIVA N. 001/2020, DE 16 DE ABRIL DE 2020" pela qual cria as sessões remotas, passo a redigir esta ata.

PEQUENO EXPEDIENTE: O SENHOR ALEX MATHEUS PIAIA, VEREADOR e PRESIDENTE, agradeceu ao Senhor Agenor José Nichetti, Primeiro Secretário, e ao Senhor Evandro Carlos Zanatto, Segundo Secretário, pela leitura dos expedientes. O Grupo da Edilidade estendeu os cumprimentos, bem como ao corpo técnico formado pelo Senhor Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, Servidor Público Municipal Efetivo, CE-2

ocupante do cargo de Técnico Legislativo Administrativo Matrícula n. 42; Assessor Jurídico Comissionado, Dr. Tiago Grando, OAB/SC 31.404, Matrícula n. 232; Assessora Legislativa Comissionada, Senhora Raquel Tatiana Corso, Matrícula n. 231; Contadora, Senhora Nilza Aparecida Mendes, Matrícula n. 85, e aos internautas.

PROJETO DE LEI Nº 031/2022 - DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022 RECEBIDO EM REGIME DE URGÊNCIA. O SENHOR ALOIR GONÇALVES DA CONCEIÇÃO, VEREADOR E LÍDER DE GOVERNO, com o uso da palavra, consignou que o texto desse projeto vem apresentar a seguinte justificativa: "[...] Referido projeto busca readequar a Legislação pertinente ao caso, diante ao fato do aumento de jovens água-docenses que procuraram o ensino profissionalizante na área de formação técnica agrícola oferecida através do CEJEL, neste ano de 2022. A Lei n. 2.936/2021 refere-se em até 50 (cinquenta) vagas, que receberiam o repasse financeiro do Município, porém a situação para este ano compreendeu 52 (cinquenta e dois) alunos, conforme Termo de Convênio apresentado pela Cooperativa – CEJEL, e por tais motivos o Município deseja esta alteração legislativa, para poder beneficiar todos os 52 (cinquenta e dois) alunos, apresentando um limite de 60 (sessenta) vagas, sendo que este aumento não gerará um ônus expressivo para o Município, e certamente resultará, em médio e longo prazo pessoas qualificadas para atuação profissional e em seus ambientes familiares e comunitários, haja vista que a região é essencialmente agrícola, muitas famílias têm renda exclusiva da agricultura. Certamente, melhores profissionais resultarão em melhores produções, melhores condições de vida, incentivo para a continuidade da vida acadêmica, etc., proporcionando o desenvolvimento do município de da região. [...]"

PROJETO DE LEI Nº 032/2022 - DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022 RECEBIDO EM REGIME DE URGÊNCIA. O SENHOR ALOIR GONÇALVES DA CONCEIÇÃO, VEREADOR E LÍDER DE GOVERNO, com o uso da palavra, consignou que o texto desse projeto vem apresentar a seguinte justificativa: "[...] atendidos os dispositivos que disciplinam o Processo Legislativo, Projeto de Lei que propõe a ratificação das alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no texto do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Inovação na Gestão Pública (CIGA), o qual é integrado pelo nosso Município. O CIGA teve seu Protocolo de Intenções subscrito em 29 de novembro de 2007, tendo por objetivos ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na modernização da gestão pública. O Consórcio Público constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos entes consorciados. Em 2009 essa Casa Legislativa ratificou, por meio da Lei Municipal n.º 1.854/09, o Protocolo de Intenções do CIGA, autorizando a participação do Município no Consórcio. Considerando que já se quase 15 (quinze) anos desde a formalização do Protocolo de Intenções até os dias atuais, o Consórcio Público CIGA teve de realizar, ao longo do tempo, revisões no texto do Contrato de Consórcio Público original, por meio de sua Assembleia de Prefeitos, para melhor se adequar às exigências da Lei Federal n.º 11.107/05, do Decreto Federal n.º 6.017/07 e dos Prejulgados n.º 1776 e n.º 2058 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC. De tal modo, a Assembleia de Prefeitos (Assembleia Geral) resolveu, mais uma vez, consolidar as alterações promovidas no texto original do Contrato de Consórcio Público, conforme o texto que ora apresentamos a Vossas Excelências, notadamente por força do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe: Art. 12. A alteração ou a extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados. (grifos nossos) Nesse norte, o artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, que regulamenta a Lei n.º 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos), preceitua: Art. 29. A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados. (grifos nossos) Esclareço que a consolidação foi aprovada na 29ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA, Conselho de Prefeitos do CIGA, realizada de forma virtual no período de 24 a 27 de janeiro de 2022, com apuração dos votos no dia 28 de janeiro de 2022, conforme demonstram os seguintes documentos relacionados ao presente Projeto, a saber: Contrato de Consórcio Público do CIGA com as alterações realizadas até o momento, o qual encontra-se disponível no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina: https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/2022/02/1644252348_efb8b6e_c1a3a4ce-c92223a71211ce330_extrato.pdf e no site do CIGA: <https://ciga.sc.gov.br/facaparte/> Ata da 29ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA, na qual foi aprovada a consolidação das alterações do Contrato de Consórcio Público do CIGA, sendo necessária a ratificação pelo nobre Poder Legislativo para ratificação, a qual foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e está disponível no seguinte link: https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/2022/02/1643829300_ata_29_assembleia_geral_ordinaria_virtual_assinada_extrato.pdf. Em razão do ambiente dinâmico e complexo em que estão inseridas e expostas as organizações do setor público, as estruturas de cargos, empregos públicos, carreiras e a forma de atuação necessitam de periódicas avaliações, no intuito de serem ajustadas às reais necessidades da Administração Pública e da própria legislação vigente. Nesse sentido, as proposições relativas à carreira do quadro de pessoal do CIGA visam ao desenvolvimento pessoal e profissional do servidor público, proporcionalmente à elevação do grau de complexidade de suas atribuições, bem como à retenção deste empregado qualificado no Consórcio. Os critérios de evolução na carreira, pautados no mérito e na profissionalização, contribuem para aumentar a eficiência e a eficácia das Instituições e da prestação dos serviços públicos e estão condicionados à disponibilidade orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. De mais a mais, a implementação das alterações propostas possibilitará que o Consórcio adote regras de funcionamento que lhe possibilitarão desenvolver suas atividades com maior efetividade, o que contribuirá, cada vez mais, para o aprimoramento das ações municipais relacionadas à gestão pública municipal, usando a tecnologia da informação, e para a otimização dos recursos financeiros. É importante ressaltar que a instituição e as alterações do Contrato de Consórcio Público do CIGA exigiram todo um processo anterior de análise, debate e aprovação em Assembleia Geral, cujo resultado deve ser apreciado por esta casa legislativa, para ratificação das modificações propostas. Vale ressaltar que é imprescindível a participação de nosso município no CIGA, e a consequente ratificação das modificações de seu Contrato de Consórcio, a fim de garantir o desenvolvimento estruturante, capaz de satisfazer a necessidade da população envolvida, por meio de gestão pública eficiente e transparente. Diante do acima exposto, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei em regime de urgência, na forma da Lei Orgânica do Município, tendo em vista a importância da matéria, dado o seu relevante interesse municipal e a necessidade de se concluir o mais breve possível essa etapa, a fim de possibilitar a regularização dos procedimentos do Consórcio de Inovação na Gestão Pública (CIGA), que está em plena atividade. [...]"

PROJETO DE LEI PARLAMENTAR Nº001/2022 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022 de autoria dos Vereadores Senhores: Paula Cristina Mendes Gatelli, Anilton Tonial, Agenor José Nichetti e Aloir Gonçalves da Conceição. A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, VEREADORA, com o uso da palavra, disse que o referido projeto de lei parlamentar apresenta a seguinte justificativa: "[...] apresentam o projeto

de lei parlamentar, pelo qual visa a Declarar de Utilidade Pública a Associação Águadocense de Judô (AAJU), inscrita no CNPJ sob n. 31.403.745/0001-25, com sede na Rua Anita Garibaldi, 48, centro do Município de Água Doce – Santa Catarina, fundada no dia 12 de junho de 2018, consoante estatuto social em anexo, cumprindo com as exigências e os requisitos estabelecidos para o recebimento de subvenções sociais. [...]”

REQUERIMENTO N. 002/2022 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022, de autoria dos Vereadores Senhores: Evandro Carlos Zanatto, Laerte Nivaldo dos Santos, Jorge Rone Haslinger, e Rudimar Bergossa. O SENHOR EVANDRO CARLOS ZANATTO, VEREADOR, com o uso da palavra, disse que o referido requerimento apresenta o seguinte teor: “[...] apresentam o presente requerimento para que se oficie a Chefe do Poder Executivo Municipal, a fim de que encaminhe cópia (física e ou meio magnético) da movimentação financeira referente aos últimos cinco anos da Pessoa Jurídica Villaggio Grando, localizada no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina.”

REQUERIMENTO N. 003/2022 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022, de autoria dos Vereadores Senhores: Evandro Carlos Zanatto, Laerte Nivaldo dos Santos, Jorge Rone Haslinger, e Rudimar Bergossa. O SENHOR EVANDRO CARLOS ZANATTO, VEREADOR, com o uso da palavra, disse que o referido requerimento apresenta o seguinte teor: “[...] apresentam o presente requerimento, para que se oficie a Chefe do Poder Executivo Municipal, a fim de que se encaminhe o relatório referente à arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) do exercício de 2021, e a previsão de arrecadação que se tem para o exercício de 2022, tendo-se em vista a aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 012/2021, de 26 de novembro de 2021, pelo qual houve alteração na tabela do (IPTU), no Município de Água Doce, (SC).”

REQUERIMENTO N. 004/2022 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022, de autoria do SENHOR RUDIMAR BERGOSSA, VEREADOR, que com o uso da palavra, disse que o referido requerimento apresenta o seguinte teor: “[...] apresenta o presente requerimento para que se oficiem os responsáveis pelo Comando da Polícia Militar, (Batalhão de Água Doce), e também da Delegacia de Polícia Civil deste município, para que possa ser escolhida uma data, a fim de usar o microfone da tribuna e expor os assuntos relacionados quanto à preocupação com a segurança pública deste município. Tendo-se em vista as responsabilidades diárias de cada uma das autoridades policiais, caso na sessão a ser marcada para o convite do uso da tribuna tanto da polícia militar como da polícia civil, se um deles não puder se fazer presente, que possa fazer uma sessão estendendo o convite primeiro para uma das autoridades, e em sessão posterior que se encaminhe o convite para que outra autoridade também esteja presente, a fim de não prejudicar os trabalhos dos policiais e também desta Egrégia Casa.”

MOÇÃO 001/2022, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022, de autoria do SENHOR ALEX MATHEUS PIAIA, VEREADOR E PRESIDENTE DA MESA DIRETORA, que com o uso da palavra, disse que a referida moção apresenta o seguinte teor: “[...] a fim de apresentar a Moção que tem por escopo conceder congratulações às pessoas que já atingiram a longevidade dos seus 90 (noventa) anos de idade, e que residem neste município. O Senhor Alberto Piaia, (dados pessoais e endereço sigilosos em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados), é filho de Antonio Piaia e Regina Cella, ambos In Memoriam. Nasceu no dia 16 do mês de janeiro do ano de 1932, na cidade de Água Doce (SC), e atualmente reside na Linha Piaia, na Comunidade de Santa Catarina, no Município de Água Doce-SC. Destaca-se que em agosto do ano de 1931, seus pais vieram de Guaporé, RS, cá sendo que se considera metade gaúcho e metade catarinense. O Senhor Alberto Piaia casou-se em maio de 1969 com Noeli Maria Brezolin Piaia, In Memoriam, e tiveram 3 filhos: Ivan José Piaia, Vagner Roque Piaia, e Daniela Regina Piaia. Também tem uma neta. Tem 8 irmãos: José, Onorino, Mário, Vitória, Ernesto, Luís, Marino, Júlio, e 5 irmãs: Adeli, Rosa, Ana, Maria, e Gema. O Senhor Alberto Piaia sempre atuou na agricultura com o plantio de trigo e do milho, e tinha uma criação de alguns suínos. Seu pai ajudou a construir a Igreja localizada na Comunidade de Linha Santa Catarina, a qual até os dias atuais é utilizada pelos habitantes que lá a frequentam em seus encontros religiosos. Logo, esse vereador e presidente parabeniza de uma forma muito especial o Senhor Alberto Piaia, que ajudou a construir parte da história deste município, e ainda contribui com ela com sua vida, com muita saúde, inteligência, sabedoria, e que Deus conceda a ele ainda muitos anos de vida. Contamos com o apoio de todos na discussão e posterior votação da presente Moção.. [...]”

GRANDE EXPEDIENTE: Com fundamento na EMENDA N. 001/2021, DE 16-12-2021, pela qual: “ALTERA A RESOLUÇÃO N.º 017/2005 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,” deu-se o início ao grande expediente.

O SENHOR LAERTE NIVALDO DOS SANTOS, VEREADOR, com o uso da palavra, disse: “obrigado, presidente. Nós temos uma moção do senhor presidente, com certeza de grande valia o seu Alberto Piaia, por atingir os seus 90 anos de idade e estar na ativa ainda. Com certeza, é merecedor dessa moção ainda em vida, e somos favorável a esta moção. Também temos o requerimento nº 02 da nossa bancada onde está pedindo que a administração encaminhe para esta Casa a movimentação financeira da Villaggio Grando dos últimos 5 anos. Eu acho importante os vereadores desta Casa saber desta movimentação desta pessoa jurídica desta movimentação no município, uma vez que serão investidos cinco milhões de reais, então temos que saber qual é a movimentação deles município de Água Doce. O requerimento de número 03 também da nossa bancada pedindo para a administração quanto arrecadou de IPTU no ano de 2021 e quanto vai arrecadar em 2022. Também eu acho importante esta Casa saber e a população também, pois teve um aumento bem alto, então pedimos o apoio. Também tem o requerimento nº 04 do vereador Rudimar pelo qual está pedindo ao chefe da polícia civil e da polícia militar que compareçam nesta Casa por se tratar de segurança pública, também é importante e contamos com o apoio dos colegas para trazer esse pessoal para a gente estar discutindo sobre a segurança pública nesta Casa. Também eu quero deixar uma pergunta para o líder de governo, eu fui procurado nesta semana sobre a taxa do lixo se o contribuinte autorizar a cobrança na conta de água será parcelado em 10 vezes, é isso, né, mas se ele optar por boletos me falaram que só três vezes, o porquê essa diferença? Então, líder do governo se puder estar trazendo para nós explicar para a população pode ser para próxima sessão, eu agradeço. Seria isso presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR EVANDRO CARLOS ZANATTO, VEREADOR, com o uso da palavra, disse: “obrigado, senhor presidente. Em relação ao projeto de lei parlamentar, vou me dirigir diretamente a Gissele e Osvaldo e com certeza eu sou totalmente favorável, certo, mas eu vou fazer um adendo aqui em relação a tudo o que aconteceu e eu estava presente. No ano de 2020, sabemos que teve aquela questão particular do Sansei, certo, foi uma questão dele e não foi da gestão, e se eu estiver errado, por favor, vocês me corrijam. Isso foi usado de forma demasiada no período eleitoral, não foi determinante o resultado da eleição, mas foi usado, sabemos disso. Passamos 14 meses da gestão que iria ser resolvido e não foi, e, hoje, estamos com a solução aqui. Que bom que temos uma solução para poder dar continuidade e a

melhoria da associação de judô, isso é importante. Se eu não tiver a oportunidade de ajudar de outra forma, hoje, eu ajudo com o voto, certo, sou favorável completamente. É um esporte que além de tirar as crianças em alguns momentos de coisas ruins, além de ser um trabalho social muito importante, a criança está fazendo o esporte e estamos conseguindo grandes resultados. O nome de Água Doce é bem visto na questão do judô, com certeza, isso deve continuar esse é o caminho, é a fórmula que nós possamos ajudar a associação e que as entidades, os deputados, possam transformar isso em recurso legal e rápido assim, então, com certeza, tem todo o nosso apoio em relação a isso. Em relação ao projeto 31 do executivo, que bom que nós somos um município extremamente agrícola e o nosso jovem está com a intenção de ficar no campo ou de trabalhar na área, então temos um aumento o número de vagas projeto e temos um aumento no número de alunos do colégio agrícola. O colégio agrícola, como todos falam, é uma referência a nível de Estado do nosso município, então é importante esse projeto para que possamos incentivar cada vez mais a área agrícola em nossos alunos, em nossos futuros empreendedores na área em nosso município, então, com certeza, também tem o nosso apoio. O projeto 32 regulamentando o CIGA é uma entidade como já foi defendida que funciona há muito tempo e sua regulamentação ela se faz necessária também, e eu sou favorável aos regimes de urgência e tem o nosso apoio. O requerimento de número 4 do colega vereador do Rudimar é importante, e temos, sim, algumas dúvidas. As pessoas nos procuram em relação a algumas questões de segurança e nada mais importante e justo que as pessoas responsáveis dentro da sua possibilidade estejam aqui na nossa Casa de leis usando o seu espaço concedido para que possamos no debate salutar e importante é termos conhecimento e se possível podemos ajudar a questão também da segurança pública em nosso município. Em relação à moção do colega Vereador Presidente Alex homenageando a longevidade dos 90 anos do Albertinho Piaia. Chamamos carinhosamente de Albertinho e vai os parabéns, presidente, pela lembrança. É um grande histórico de pessoa, é um grande histórico familiar, mas esqueceu de contar e falar em relação à rocha e uma das maiores duplas que eu vi jogar bocha no tempo da bocha de areia chamadas Alberto Piaia e Diamantino Bergossa, um era ponteiro e outro era batedor. Era difícil na época do Santa Catarina o seu Raul era individual era uma das melhores equipes que tínhamos no município na época das caixas de areia. Felizmente o tempo passou, estão todos com saúde, mas as condições físicas talvez não permitam mais, mas mais uma vez parabéns ao Alex parabéns em especial ao tio Alberto e todos os seus familiares. Seria isso, senhor presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra."

ALOIR GONÇALVES DA CONCEIÇÃO, VEREADOR, com o uso da palavra, disse: "a moção de congratulações número 001 ao Senhor Alberto Piaia que atingiu os seus 90 anos tem todo meu apoio, e eu tenho certeza que o seu Alberto já contribuiu muito ao nosso município e a comunidade lá, então eu sou favorável a essa moção. O projeto de lei da associação água-docense de judô também tem todo o meu apoio, e eu sempre defendi cultura, educação. Então, pode contar com nós, somos favoráveis a esse projeto. Os demais também foram explicados também tem todo o nosso apoio e com o tempo eu acho que vão ser dadas as respostas, então eu sou favorável também a essas moções. Eu queria aqui trazer umas respostas para o pessoal que me pediu na outra sessão. O Laerte pediu para nós falar com o pessoal sobre uma limpeza na pracinha e na quadra lá do Vila Nova, então, conversando com administração, me passaram que o diretor Edimar me explicou como que vai funcionar agora, ele vai ser o responsável por essas limpezas, pela educação cultura e esporte, então ele vai estar mais à frente já me passou que parece que a Geni fez uma limpeza lá no parquinho e eu acho que vão fazer agora essa semana já uma limpeza ali na praça e ele vai acompanhar a iluminação do campo lá que não está funcionando e ele disse que tem que ver o que aconteceu porque ele vai acompanhar a iluminação e pedindo para o pessoal ajudar a cuidar lá porque ele falou que eles limpam talvez um dia e no outro dia ou dali dois dias já está tudo cheio de latinhas, então pedir para o pessoal lá também colaborar que daí vai ficar bom para todos. Também eu já estou agradecendo ele que me passou hoje à tarde que me passaram lá em cima no campo no bairro São José e foi falado aqui na sessão passada e ele já fizeram lá roçada, então também eu já agradeço eles lá por ter feito esse serviço. O Rudimar tinha me pedido a revisão das lixeiras no perímetro urbano, então me passaram que já foram trocadas 120 lixeiras e 25 suportes entre a praça e a avenida independência, e, com o tempo, vão ser trocadas nas outras duas. Então, já foi feito um bom pouco desse trabalho das lixeiras. Sobre o trator, Jorge, me pediu do trator da Linha Olinda, só falta chegar, daí a hora que chegar esse trator será repassado para a comunidade. A resposta do Evandro não vai ser possível dar essa resposta hoje, mas na próxima sessão vai vir o responsável pela pasta fazer e dar as explicações, responder às perguntas dos vereadores e daqui a pouco essa pergunta do vereador Laerte já pode ser pedido para esse que vai vir aí dar explicação. Também sobre o pedido do vereador Rudimar sobre a creche, também vai ser dado essa resposta a vereador na próxima sessão. Então, seria isso, presidente, e devolvo-lhe a palavra."

O SENHOR JORGE RONE HASLINGER, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor, Aloir Gonçalves da Conceição, Vereador, com direito aos 2 minutos pela réplica disse: "obrigado, senhor presidente, o assunto seria sobre a questão do trator para a associação Nova Olinda, pelo que eu entendi pelo líder do governo, já foi lícitado esse trator? Foi comprado? Então, nos próximos dias será repassado esse trator para a associação é isso? Teria alguma previsão ou não? A gente sabe que, com certeza, a associação Nova Olinda está à espera desse trator, sendo que é aquele trator de marca LS que foi recolhido e leiloadado, que bom, e torcemos que nos próximos dias aí esse trator venha e que realmente eles estão precisando para dar continuidade nos trabalhos a questão da silagem já começou, então dificulta bastante a falta desse trator, e tem só um trator Valtra bem velho já com bastante horas e necessita, então, desse trator. Agradeço ao líder de governo pelas respostas e devolvo-lhe a palavra, senhor presidente."

O SENHOR LAERTE NIVALDO DOS SANTOS, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor, Aloir Gonçalves da Conceição, Vereador, com direito aos 2 minutos pela réplica disse: "obrigado, presidente. Então, líder de governo, foi buscar conhecimento da administração e ficou então a responsabilidade da limpeza da praça do cemitério e dos parquinhos do município, ficou da secretaria de educação é isso então, líder? Obrigado, líder de governo. Eu agradeço por ter ido buscar conhecimento."

O SENHOR JORGE RONE HASLINGER, VEREADOR, com o uso da palavra, disse: "obrigado, senhor presidente. Falando mais um pouco a respeito da moção, pois antes o tempo estava curto, então, agora, nós temos um pouco de tempo para nós comentar também mais uma vez. Eu dou os parabéns ao seu Alberto Piaia por ter alcançado os seus 90 anos de idade e é bem importante um grande colaborador da comunidade de linha Santa Catarina, então, com certeza, tem a sua história aí no município de Água Doce, e, como bem vimos no vídeo apresentado através do redescobrimo Água Doce, através do Júlio Fantin, proprietário do portal Minha Água Doce, o quanto é importante o resgate dessas histórias do nosso município, e, principalmente, ouvindo as pessoas mais pioneiras das comunidades, como foi o caso do

seu Alberto Piaia colaborando também sendo que da comunidade ali da linha Paiol do Fundo um dos entrevistados foi o seu João Zanatto, hoje, já está In Memoriam, mas contou a história da comunidade. Da mesma forma, ali da comunidade de Nova Vicenza o seu Vitório Verona também que nos deixou nos últimos dias. Também foi um colaborador entrevistado através desse projeto redescobrimos Água Doce. O quanto é importante esse resgate de pegar essas pessoas em vida. Então, são histórias que vão ficar marcadas as pessoas que hoje já nos deixaram, mas a história continua, então, por isso, sempre digo que eu sou muito favorável em homenagear essas pessoas em vida, ouvir as mesmas. Então, com certeza, elas têm belas histórias, e é bonito a gente ouvir eles falar e contar toda a história a origem das comunidades do município, enfim, o quanto é gratificante, e, por isso, mais uma vez eu dou os parabéns também ao Júlio Fantin do portal Minha Água Doce por estar com esse trabalho de modo voluntário resgatando história das comunidades do interior do município. Com relação aos requerimentos de autoria do vereador Evandro juntamente com a nossa bancada, dois requerimentos bem importantes sobre tratando da arrecadação do IPTU referente ao exercício de 2021 e a previsão de arrecadação para o exercício de 2022, tendo em vista a aprovação do projeto de lei complementar número 12 de 2021, e esse projeto bem polêmico aprovado pela maioria no final do ano de 2021, nós vereadores temos que tomar o conhecimento disso. Quanto que vai arrecadar e qual será a perspectiva. Com certeza, já o setor responsável e o Poder Executivo, com certeza, têm todos esses cálculos já esses parâmetros quanto vai arrecadar durante esse ano com o IPTU, considerando esse aumento sendo o maior na história de Água Doce, com certeza, do Estado de Santa Catarina pelo que tivemos vendo também outros municípios, e até nas próprias cidades do litoral e muito mais que nós estamos também ainda buscando essas informações Água Doce ficou na história nessa questão com o maior aumento no IPTU, e, isso com certeza, é bem preocupante, bem lesivo, a nossa população que vai ter todo esse aumento. Da mesma forma, a questão da coleta do lixo também aumentou bastante, e para pagamento e sou contribuinte e veio na conta da água também até sem autorização, mas fiz um comparativo do ano passado com esse e praticamente dobraram os valores também. Estou tentando encontrar a justificativa o porquê desse tão grande aumento, pois comparando o ano passado com esse ano praticamente dobrou os valores. Então, me preocupa também, porque eu já fui procurado por vários municípios aí também que aconteceu a mesma situação e até então estou tentando encontrar justificativa, e peço as nobres colegas vereadores também da base do governo que nos tragam essas informações para nós podermos repassar a nossa população. É o nosso papel de vereador representar a população e também poder repassar todas essas informações assim que formos procurados. Também sobre o requerimento da movimentação financeira da Vinícula Villaggio Grando, sendo que lá é considerado um ponto turístico do nosso município e nos interessa muito também saber sobre toda a movimentação financeira referente aos últimos 5 anos, Vereador Evandro, nessa questão porque pegando os últimos cinco anos dá para se ter um bom parâmetro sendo que 2020/2021 enfrentamos a pandemia, mas aí nós podemos ter um bom parâmetro que também isso é de grande interesse para nós vereadores fazermos esse acompanhamento. Então, em relação às empresas e todos esses setores para nós estarmos sabendo o quanto arrecada, o quanto contribui com o nosso município através da movimentação financeira e geração de emprego e tudo mais. Então, finalizando com o requerimento de autoria do vereador Rudimar em relação à segurança pública, oficiando os responsáveis do comando militar e da polícia civil também para tratar de assuntos relacionados à segurança pública, se for possível, o senhor presidente, fazer esse convite a esses responsáveis para eles vir até nossa Casa que isso só vem a contribuir com nosso trabalho e com próprio trabalho deles também. Ter essa parceria entre o poder legislativo municipal e esses setores relacionados a segurança pública que é bem importante para a nossa cidade. Era isso, presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, VEREADORA, com o uso da palavra, disse: “obrigada, senhor presidente. Comentando em relação ao projeto de decreto legislativo número 009 de 9 de 6 de dezembro de 2020, que se encontra nas comissões e que será votado na noite de hoje. Aprova as contas do município de Água Doce do exercício de 2021 e dá outras providências: ficam aprovadas as contas do município de acordo com o parecer prévio que veio para esta Casa Legislativa. Então, só para registrar nosso parecer favorável, pois é um projeto de lei que já vem com as aprovações, com aprovação do Tribunal de Contas e precisa passar por este trâmite na Casa Legislativa. Em relação ao judô, eu quero contribuir e tem aqui a Gisele representando a associação. Eu quero contribuir e dizer que sou testemunha do quanto que a secretaria de educação batalhou, não é Gisele, para que as coisas dessem certo, e você também os demais que fazem parte da associação o quanto que foi batalhado para que as coisas pudessem sair do papel, inclusive, agora tem um edital publicado e, posteriormente, sem dúvidas algo poderá ser feito pelo judô. Então, vocês acompanharam todos os trâmites e compreenderam toda a legalidade, e, isso, é importante, porque às vezes parece ser algo que não é, então, se tiver essa oportunidade e eu sou testemunha disso porque observei e vi isso acontecer e quero dizer em nome de todos os colegas vereadores que vocês são guerreiros e estão de parabéns e que querem continuar com a associação funcionando e nós sabemos que se o poder público não pode dar todo o suporte, os pais que se interessam estão fazendo a sua parte também, e assim que o poder público consiga fazer dentro da legalidade, vai sair do papel também. Então isso é bem importante e bem relevante e eu poderia destacar aqui inúmeros nomes, não é, Gisele, as pessoas que participaram das reuniões desses esclarecimentos. Então, eu quero deixar já registrado para que não fique nenhuma dúvida. Seria isso, senhor presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR RUDIMAR BERGOSSA, VEREADOR, com o uso da palavra, disse: “eu quero agradecer as informações do líder de governo. Eu tenho também uma solicitação ao líder de governo, nós tivemos um projeto em dezembro de 2021 e esse projeto veio em regime de urgência e nós temos a estrada que dá acesso à Santa Catarina Paiol do Fundo, Zona Nova SC. Esse projeto veio em regime de urgência, e consequentemente era uma emenda e seria lícita para fazer abertura e adequação daquela estrada. Eu peço se essa estrada já foi adequada como instalar ou falta fazer a licitação para que contemple ela, porque segundo o secretário na época da agricultura tinha comentado com os produtores que até o final do ano a estrada estava pronta aí, hoje, estão nos questionando se a estrada está adequada ou como esta hoje. Eu acho até interessante e na época não faz parte da pasta, e ele estaria fazendo as visitas e as colocações nestas comunidades, então eu peço a líder de governo que nos informe. Também a questão bem colocada pelo colega Vereador Evandro sobre o judô. Na questão política passada, tinha vários vereadores que criticavam a administração anterior e hoje estão no poder, e hoje estão vendo a situação e a legalidade dentro de uma administração. Imagino que certos cidadãos estavam muito tempo fora da questão política e criticavam e usaram muito e muito a politicagem no intuito também na questão do judô porque eu fazia parte, e, na minha campanha política, várias e várias pessoas nos falavam também que tinha muitas pessoas que faziam politicagem em cima da questão do judô e em outros setores também. Eu vejo que uma entidade como o judô, bem colocado pelo pronunciamento dos vereadores adequando o estatuto e o interesse de buscar

recursos, mas também nós temos que contar com a questão do acompanhamento e o apoio da questão pública em todos os setores. Então eu vejo importantíssimo isso bem colocado no pronunciamento do colega Vereador Evandro, então eu vejo que na época eram críticas e hoje basicamente se defendem. Então, eu acho que nós temos que buscar juntamente a solução para essas entidades. Seria isso, presidente, e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR EVANDRO CARLOS ZANATTO, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor, Rudimar Bergossa, Vereador, com direito aos 2 minutos pela réplica disse: “obrigado pelas palavras do colega vereador, mais isso é coisa que a gente tem que deixar bem esclarecido pois se na época em poucos meses não foi possível fazer a equação, não é porque a gestão não queria fazer. Se em 14 meses não foi possível, é porque a legislação assim diz, e não se condena nenhuma e nem outra é infelizmente em alguns momentos para a gente que está envolvido em determinadas situações o que a legislação permite fazer isso e tem sempre a questão jurídica legal, e a promotoria que fiscaliza a gestão pública, como nesse caso não está se podendo fazer de uma forma diferente a associação está organizada, e, desta forma, poderemos, sim, com certeza, ir atrás de recursos. Essa forma que é o correto que se trabalhará em cima disso e que fique bem claro que não é nem problema da gestão passada e nem dessa, e, sim, a lei que preconiza essas questões. Obrigado, senhor presidente, e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR AGENOR JOSÉ NICHETTI, VEREADOR, com o uso da palavra, disse: “eu quero cumprimentar o seu Osvaldo e sua esposa, e que bonito vieram aqui representando o judô até com a camisa com o nome judô, então vocês se sintam bem e eu tenho certeza que todos os vereadores vão ter interesse em buscar recurso para o judô. Eu acho que de vereador fazer comentários contra o judô é uma coisa esquisita, é uma coisa muito impertinente, é uma coisa difícil isso aí. Eu acho que a pessoa não tem um pouquinho de memória para ficar criticando uma entidade que nem o judô, mas, enfim, na continuação dos três requerimentos, sem dúvida nenhuma, esperamos que dado o tempo certo venha por escrito os dados corretos dos três requerimentos da bancada que o PP está apresentando. Sem dúvida nenhuma, a moção do Alex que o senhor Alberto Piaia, sobre a longevidade dos seus 90 anos, uma pessoa que tem o seu mérito como sempre todo mundo falou. Eu acho que é um homem que trabalhou e trabalha até hoje, então está de parabéns presidente uma moção muito bem feita para uma família que merece. Como eu estava falando do projeto que declara de utilidade pública a Associação Água-docense do judô, sem dúvida nenhuma eu acho que todos nós temos interesse ainda mais que venha do Governo Federal, que venha do Governo do Estado de onde vier temos que ter interesse de ir atrás de arrumar alguma coisa, alguma verba para esses do judô aqui, para essas pessoas que estão aqui interessadas para ver se conseguia alguma coisa para o judô. Eu sou totalmente favorável também. Fazer um pequeno comentário também a respeito de tanta coisa que da nossa administração fez licitação e agora está em andamento, à casa da cultura, o bairro da Pedreira que agora virou bairro Renascer, então a nossa administração está de parabéns, mais a pintura da passarela que vai ter que sair, casa da agricultura que está em andamento, tanta coisa que está em andamento. Então, esperamos que a nossa administração tenha um poder e tenha a felicidade de entregar para nossa sociedade todas essas a casa da cultura que está em andamento, o ginásio de Três Pinheiros que já foi e eu acho que está pronto, o ginásio aqui do bairro São José que também deve estar pronto, então tanta coisa que está iniciado e esperamos que seja concluído para entregar para nossa sociedade. Eu quero só ressaltar também um pouco aqui a respeito do IPTU, a gente nós temos que trabalhar em conjunto trabalhar concordando entre nós vereadores que seja e que tenha que fique tanto para os agricultores como para o pessoal aqui de dentro, o pessoal da sociedade que não se extrapole entre os valores porque o valor vem vindo lá de trás agente sabe que é administração alíquota 2018 era 0026, em 2019 0052, depois 2020 0078, então do lixo vem vindo o aumento de lá e claro que agora teve um aumento que deve ter sido só o índice, mas, por isso, que nós temos que trabalhar em cima disso e verificar, mas aqui nós estamos aqui para isso qualquer vereador estamos aqui para isso e não estamos aqui para brincadeira, vamos ter que mostrar os números e isso que nós queremos ver, e o IPTU também esperamos saírem os carnês para ver se a nossa sociedade vai ficar satisfeita, e, espero que fique satisfeita, e que fique tudo realmente dentro do que a sociedade espera. Seria isso, senhor presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR ALEX MATHEUS PIAIA, VEREADOR E PRESIDENTE DA MESA DIRETORA, com o uso da palavra, disse: “não tendo mais ninguém que queira ser manifestar, eu vou fazer as minhas considerações finais. Sobre os requerimentos que deram entrada nº 02 tem o meu apoio da Villaggio que seja encaminhado, o 03 também. O de n. 04 tem o meu apoio. Nessa última terça-feira teve um roubo que aconteceu na nossa comunidade lá em Cocho D’água, e eu também fiquei bem sentido, pois foram roubadas duas rodas da carroça que estava lá para demonstração. Então, eu acho que é importante a gente trazer aqui segurança pública, trocar ideias, conversar, e ver como que funciona, e dizer que a gente fica até triste a gente da comunidade cuida mantém a luz para os caminhoneiros que passam lá tomar água, tem um bebedor e chega um cidadão e leva as rodas que estavam lá para enfeite. Então, é uma tristeza, mas, enfim, a gente tem que batalhar para um mundo melhor. Eu também quero fazer um pedido que esta Casa encaminhe ofício para alguma entidade do governo sobre a situação da nossa suinocultura que nós estamos vivenciando, sobre qual será o destino que eles estão prevendo e o que que vão fazer para os nossos suinocultores que estão passando por essa dificuldade, então eu quero esse pedido que seja encaminhado e, assim, seja atendido algum recurso, algum financiamento para que eles possam passar essa dificuldade, sendo que a gente está em estiagem e a produção de grãos pelo que dá para ver não vai ser muito cheia pela seca que o nosso município também está passando. O ano passado a cigarrinha, então a gente vai passando por dificuldades ano após ano e para os agricultores conseguir se manter, aí é difícil. O vereador antes falou sobre a estrada de Paiol do Fundo, que também teve a minha indicação, eu tive conversando com o Preto, e ele me passou que ainda o IMA não conseguiu a liberação, então eles não conseguem mexer na estrada sem que o IMA venha e libere, pois tem umas árvores que tem que ser retiradas. Então, por isso, que ainda não iniciaram. Obrigado, sobre o seu Alberto pelas manifestações que tiveram, e eu acho que a família Piaia do seu Alberto e seus familiares devem estar contentes e que continue sendo essa pessoa, Seu Alberto, continue sendo essa pessoa que o senhor é nos ensinando cada dia e ainda com o seu fusquinha, Evandro, vem para a cidade jogar o seu baralho a pandemia deu uma segurada, nós estamos esperando que ele volte jogar uma cachetinha. Eu suspendo a sessão por 5 minutos para a coleta de assinaturas dos pareceres referentes aos projetos que serão votados em regime de urgência. Retornando à sessão, passo a palavra ao primeiro secretário para fazer a Leitura dos Pareceres das Comissões quanto aos projetos que serão votados em regime de urgência. Passamos para a ordem do dia.”

ORDEM DO DIA: Resultado da ordem do dia da sessão extraordinária realizada no dia 21 de fevereiro do ano de 2022 das matérias sobre a Mesa Diretora em discussão e votação. Considerando-se o artigo 37 caput e seus incisos da Lei Orgânica do Município de Água Doce, SC, traz que: "Art. 37. O Presidente da Câmara, ou quem o substituir, somente manifestará o seu voto aberto nas seguintes hipóteses: (Redação dada pela Emenda Supressiva e Modificativa Nº 006/2013 de 12 de novembro de 2013). II – quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto aberto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal; (Redação dada pela Emenda Supressiva e Modificativa Nº 006/2013 de 12 de novembro de 2013). III – quando ocorrer empate em qualquer votação do Plenário."

PROJETO DE LEI Nº 027/2022, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022, de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", que foi baixado nas seguintes comissões: Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento; e Obras, Serviços Públicos, Atividades Privadas, Ciência, Meio Ambiente e Agricultura, no dia 14 de fevereiro de 2022, tendo-se a coleta dos pareceres, foi aprovado por unanimidade no dia 21 de fevereiro de 2022.

PROJETO DE LEI Nº 028/2022, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022, de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: "DENOMINA DE BAIRRO RENASCER E DE RUA OZÓRIO PRUDÊNCIO O NÚCLEO HABITACIONAL CONHECIDO COMO "PEDREIRA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", que foi baixado nas seguintes comissões: Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento; e Obras, Serviços Públicos, Atividades Privadas, Ciência, Meio Ambiente e Agricultura, no dia 14 de fevereiro de 2022, tendo-se a coleta dos pareceres, foi aprovado por unanimidade no dia 21 de fevereiro de 2022.

PROJETO DE LEI Nº 029/2022, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022, de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO DE BEM MÓVEL AGRÍCOLA COM A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES VALE DO RIO ÁGUA DOCE, PARA OS FINS, QUE ESPECIFICA," que foi baixado nas seguintes comissões: Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento; e Obras, Serviços Públicos, Atividades Privadas, Ciência, Meio Ambiente e Agricultura, no dia 14 de fevereiro de 2022, tendo-se a coleta dos pareceres, foi aprovado por unanimidade no dia 21 de fevereiro de 2022.

PROJETO DE LEI Nº 030/2022, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022, de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: "ALTERA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), ANEXO DA LEI Nº 2.010/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS," que foi baixado nas seguintes comissões: Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento; e Obras, Serviços Públicos, Atividades Privadas, Ciência, Meio Ambiente e Agricultura, no dia 14 de fevereiro de 2022, tendo-se a coleta dos pareceres, foi aprovado por unanimidade no dia 21 de fevereiro de 2022.

PROJETO DE LEI Nº 031/2022 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022, RECEBIDO EM REGIME DE URGÊNCIA, de autoria da senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal o qual tem por assunto: "ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 2.936/2021 DE 21 DE SETEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO COM A COOPERATIVA ESCOLA JOVENS ESTUDANTES – CEJEL DE ÁGUA DOCE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", tendo-se a coleta dos pareceres, foi aprovado, em regime de urgência por unanimidade, no dia 21 de fevereiro de 2022.

PROJETO DE LEI Nº 032/2022 – DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022, RECEBIDO EM REGIME DE URGÊNCIA, de autoria da senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, o qual tem por assunto: "DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS," tendo-se a coleta dos pareceres, foi aprovado, em regime de urgência por unanimidade, no dia 21 de fevereiro de 2022.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 009/2021 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2021, de autoria da senhora Paula Cristina Mendes Gatelli, Vereadora e Presidente da Mesa Diretora, o qual tem por assunto: "APROVA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE DO EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS," que foi baixado nas comissões permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento, no dia 13 de dezembro de 2021, tendo-se a coleta dos pareceres, foi aprovado por unanimidade no dia 21 de fevereiro de 2022.

REQUERIMENTO N. 002/2022 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022, de autoria dos Vereadores Senhores: Evandro Carlos Zanatto, Laerte Nivaldo dos Santos, Jorge Rone Haslinger, e Rudimar Bergossa, o qual tem por assunto: "REQUER QUE SE OFICIE À CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL QUE ENCAMINHE CÓPIA (FÍSICA E OU MEIO MAGNÉTICO) DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA REFERENTE AOS ÚLTIMOS CINCO ANOS DA PESSOA JURÍDICA VILLAGGIO GRANDO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA," foi aprovado por unanimidade, no dia 21 de fevereiro de 2022.

REQUERIMENTO N. 003/2022 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022, de autoria dos Vereadores Senhores: Evandro Carlos Zanatto, Laerte Nivaldo dos Santos, Jorge Rone Haslinger, e Rudimar Bergossa, o qual tem por assunto: "REQUER QUE SE OFICIE À CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE ENCAMINHE O RELATÓRIO REFERENTE À ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO (IPTU) DO EXERCÍCIO DE 2021, E A PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO QUE SE TEM PARA O EXERCÍCIO DE 2022, TENDO-SE EM VISTA A APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 012/2021, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021, PELO QUAL HOVE ALTERAÇÃO NA TABELA DO (IPTU), NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA (SC)," foi aprovado por unanimidade no dia 21 de fevereiro de 2022.

REQUERIMENTO N. 004/2022 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022, de autoria do Vereador Senhor: Rudimar Bergossa, o qual tem por assunto: "REQUER QUE SE OFICIEM OS RESPONSÁVEIS PELO COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, QUARTEL DE ÁGUA DOCE, BEM COMO DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL, PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELACIONADOS À SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA (SC)," foi aprovado por unanimidade no dia 21 de fevereiro de 2022.

MOÇÃO N. 001/2022 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022, de autoria do Vereador e Presidente Senhor Alex Matheus Piaia, a qual tem por assunto: "O VEREADOR E PRESIDENTE DA MESA DIRETORA SENHOR ALEX MATHEUS PIAIA CONCEDE OS VOTOS DE CONGRATULAÇÕES AO SENHOR ALBERTO PIAIA, QUE ATINGIU A LONGEVIDADE DE SEUS 90 (NOVENTA) ANOS DE IDADE, E RESIDE NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, SANTA CATARINA," foi aprovada por unanimidade no dia 21 de fevereiro de 2022.

PROJETO DE LEI PARLAMENTAR Nº 001/2022 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022, de autoria da vereadora senhora Paula Cristina Mendes Gatelli, o qual tem por assunto: "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ÁGUADOCENSE DE JUDÔ (AAJU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS," foi baixado na Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, no dia 21 de fevereiro de 2022.

O SENHOR ALEX MATHEUS PIAIA, VEREADOR E PRESIDENTE, com o uso da palavra, disse: "o programa da Rádio Tropical FM será esta semana de responsabilidade do Vereador Senhor Evandro Carlos Zanatto."

Nada mais em havendo a tratar, o SENHOR ALEX MATHEUS PIAIA, VEREADOR E PRESIDENTE, com o uso da palavra, disse: "nada mais havendo a tratar, em nome de Deus encerro a presente sessão ordinária, e convoco todos os vereadores para a sessão ordinária que será realizada no dia 28 de fevereiro de 2022, às 19 horas, salvo convocação extraordinária." E para constar, eu Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, Servidor Público Municipal Efetivo, Técnico Legislativo Administrativo, Matrícula 42, lavrei a presente ata que será lida, e se aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.

ALEX MATHEUS PIAIA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce

AGENOR JOSÉ NICHETTI
Primeiro Secretário da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce

EVANDRO CARLOS ZANATTO
Segundo Secretário da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce

DELIBERAÇÕES PLENÁRIA DIA 28-02-2022

Publicação Nº 3650852

No dia 28 (vinte e oito) do mês de fevereiro do ano de 2022 dois mil e vinte dois, ocorreu a 4ª sessão ordinária, na qual estiveram presentes os Vereadores e Vereadoras desta Casa Legislativa: Alex Matheus Piaia, Vereador do MDB e Presidente, Senhor Anilton Tonal, Vereador do PL Vice-Presidente, Senhor Agenor José Nichetti, Vereador do PL e Primeiro Secretário, Senhor Evandro Carlos Zanatto, Vereador do PP e Segundo Secretário, Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli, Vereadora do PL, Senhor Rudimar Bergossa, Vereador do PP, Senhor Jorge Rone Haslinger Vereador do PP, Senhor Laerte Nivaldo dos Santos, Vereador do PP, e Senhor Aloir Gonçalves da Conceição, Vereador do PL.

PODER EXECUTIVO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2022, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022 de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 088/2014 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", foi baixado nas seguintes comissões: Legislação, Justiça e Redação Final;Finanças e Orçamento; Educação, Saúde e Assistência Social, no dia 28 de fevereiro de 2022.

PROJETO DE LEI Nº 033/2022, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022 de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", foi baixado nas seguintes comissões: Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento; Educação, Saúde e Assistência Social, no dia 28 de fevereiro de 2022.

PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI PARLAMENTAR Nº001/2022 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022 de autoria Senhores: Paula Cristina Mendes Gatelli, Anilton Tonal, Agenor José Nichetti e Aloir Gonçalves da Conceição, pela qual tem por assunto: "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ÁGUA DOCENSE DE JUDÔ (AAJU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS," foi aprovada por unanimidade no dia 28 de fevereiro de 2022.

REQUERIMENTO Nº005/2022 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022 de autoria dos Senhores Evandro Carlos Zanatto e Rudimar Bergossa, pela qual tem por assunto: "Requer que se oficie à Chefe do Poder Executivo Municipal para que encaminhe os valores dos contratos referentes aos exercícios de 2021 e de 2022 da empresa responsável pela coleta do lixo no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina (SC)", foi aprovada por unanimidade no dia 28 de fevereiro de 2022.

REQUERIMENTO Nº006/2022 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022 de autoria dos Senhores Rudimar Bergossa e Evandro Carlos Zanatto, pela qual tem por assunto: "Requer que se oficie à Chefe do Poder Executivo Municipal para que encaminhe o número de casas, apartamentos (residenciais e comerciais) que estão cadastrados e inseridos no projeto de coleta de lixo, no perímetro urbano, no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina (SC)," foi aprovada por unanimidade no dia 28 de fevereiro de 2022.

Nada mais havendo a tratar na presente sessão, o Presidente ALEX MATHEUS PIAIA, em nome de Deus agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos convocando os Senhores Vereadores para próxima Sessão Ordinária a ser realizada no dia 07 (sete) do mês de março de 2022 (dois mil e vinte dois), a partir das 19h (dezenove horas).

Águas de Chapecó

PREFEITURA

PORTARIA Nº 102, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652036

PORTARIA Nº 102/2022 De 02 de Março de 2022	DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido da servidora, em 02 de março de 2022, o contrato de trabalho firmado com a Servidora ISADORA RANNO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição da mesma junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março 2022.

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 103, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652037

PORTARIA Nº 103/2022 De 02 de Março de 2022	DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido da servidora, em 02 de março de 2022, o contrato de trabalho firmado com a Servidora CARMELISIA VORMA DAMIÃO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição da mesma junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março 2022.

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 104, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652038

PORTARIA Nº 104/2022 De 02 de Março de 2022	DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido da servidora, em 02 de março de 2022, o contrato de trabalho firmado com a Servidora MARITANIA OLEINIK, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição da mesma junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março 2022.

LEONIR ANTONIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 105, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652039

PORTARIA Nº 105/2022 De 02 de Março de 2022	DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido do servidor, em 02 de março de 2022, o contrato de trabalho firmado com o Servidor JONATAN DE ANDRADE, ocupante do cargo de Motorista, 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição do mesmo junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março 2022.

LEONIR ANTONIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 106, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652040

PORTARIA Nº 106/2022 De 02 de Março de 2022	NOMEIA NOS TERMOS DA LEI, LEANDRO BRITO VIEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE PSICÓLOGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Concurso Público nº 001/2020, Lei Complementar nº 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, em 02 de março de 2022, o Sr. LEANDRO BRITO VIEIRA para o Cargo de Psicólogo, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência, Habitação e Promoção Social, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no nível 52, grupo TEC, do Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 055/2018 de 02 de maio de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de março de 2022, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu o Senhor LEANDRO BRITO VIEIRA, a fim de tomar posse no cargo de Psicólogo, nível 52, nomeado pela Portaria nº 106/2022. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se o empossado a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

LEANDRO BRITO VIEIRA
Nome do Empossado

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652045

PORTARIA Nº 107/2022 De 02 de Março de 2022	NOMEIA NOS TERMOS DA LEI, MARILENE NOGUEIRA, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei Complementar Municipal nº 064/2019 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, em 02 de março de 2022, a Sra. MARILENE NOGUEIRA para o Cargo em Comissão de Chefe de Setor, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, carga horária dedicação integral, percebendo o vencimento constante no nível CC07 do Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, da Lei que Dispõe Sobre Alteração dos Anexos II do Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de março de 2022, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu a Senhora MARILENE NOGUEIRA, a fim de tomar posse em Comissão de Chefe de Setor (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos), nível CC-07, nomeada pela Portaria nº 107/2022. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

MARILENE NOGUEIRA
Nome da Empossada

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 108, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652046

PORTARIA Nº 108/2022 De 02 de Março de 2022	NOMEIA NOS TERMOS DA LEI, JENIFER DAHMER BARBOSA DA SILVA, PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Concurso Público nº 001/2020, Lei Complementar nº 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, em 02 de março de 2022, a Sra. JENIFER DAHMER BARBOSA DA SILVA para o Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no nível 11, grupo SEG, do Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 055/2018 de 02 de maio de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de março de 2022, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu a Senhora JENIFER DAHMER BARBOSA DA SILVA, a fim de tomar posse no cargo de Auxiliar de Serviços Internos, nível 11, nomeada pela Portaria nº 108/2022. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

JENIFER D. BARBOSA DA SILVA LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Nome da Empossada Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 109, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652047

PORTARIA Nº 109/2022 De 02 de Março de 2022	NOMEIA NOS TERMOS DA LEI, JESSICA APARECIDA VENNI DE ALMEIDA, PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Concurso Público nº 001/2020, Lei Complementar nº 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, em 02 de março de 2022, a Sra. JESSICA APARECIDA VENNI DE ALMEIDA para o Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no nível 11, grupo SEG, do Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 055/2018 de 02 de maio de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de março de 2022, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu a Senhora JESSICA APARECIDA VENNI DE ALMEIDA, a fim de tomar posse no cargo de Auxiliar de Serviços Internos, nível 11, nomeada pela Portaria nº 109/2022. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

JESSICA A. VENNI DE ALMEIDA LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Nome da Empossada Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652048

PORTARIA Nº 110/2022 De 02 de Março de 2022	NOMEIA NOS TERMOS DA LEI, SILVANA BERNADETE SIDLOSKI FERNANDES, PARA EXERCER O CARGO DE ENFERMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Concurso Público nº 001/2020, Lei Complementar nº 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, em 02 de março de 2022, a Sra. SILVANA BERNADETE SIDLOSKI FERNANDES para o Cargo de Enfermeira, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no nível 51, grupo TEP, do Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 055/2018 de 02 de maio de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de março de 2022, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu a Senhora SILVANA BERNADETE SIDLOSKI FERNANDES, a fim de tomar posse no cargo de Enfermeira, nível 51, nomeada pela Portaria nº 110/2022. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

SILVANA B. SIDLOSKI FERNANDES
Nome da Empossada

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652050

PORTARIA Nº 111/2022 De 02 de Março de 2022	NOMEIA NOS TERMOS DA LEI, AMANDA ALICE DOS SANTOS ANGONESE, PARA EXERCER O CARGO DE MÉDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Concurso Público nº 001/2020, Lei Complementar nº 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, em 02 de março de 2022, a Sra. AMANDA ALICE DOS SANTOS ANGONESE para o Cargo de Médica, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no nível 55, grupo TEP, do Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 055/2018 de 02 de maio de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de março de 2022, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu a Senhora AMANDA ALICE DOS SANTOS ANGONESE, a fim de tomar posse no cargo de Médica, nível 55, nomeada pela Portaria nº 111/2022. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

AMANDA A. DOS SANTOS ANGONESE
Nome da Empossada

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652051

PORTARIA Nº 112/2022 De 02 de Março de 2022	NOMEIA NOS TERMOS DA LEI, JOAO PAULO BARELLA, PARA EXERCER O CARGO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Concurso Público nº 001/2020, Lei Complementar nº 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, em 02 de março de 2022, o Sr. JOAO PAULO BARELLA para o Cargo de Motorista, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no nível 33, grupo SOP, do Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 055/2018 de 02 de maio de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de março de 2022, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu o Senhor JOAO PAULO BARELLA, a fim de tomar posse no cargo de Motorista, nível 33, nomeado pela Portaria nº 112/2022. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se o empossado a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

JOAO PAULO BARELLA LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Nome do Empossado Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 113, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652052

PORTARIA Nº 113/2022 De 02 de Março de 2022	NOMEIA NOS TERMOS DA LEI, SIMONE RIBEIRO, PARA EXERCER O CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Concurso Público nº 001/2020, Lei Complementar nº 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, em 02 de março de 2022, a Sra. SIMONE RIBEIRO para o Cargo de Técnica em Enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no nível 41, grupo TEP, do Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 055/2018 de 02 de maio de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de março de 2022, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu a Senhora SIMONE RIBEIRO, a fim de tomar posse no cargo de Técnica em enfermagem, nível 41, nomeada pela Portaria nº 113/2022. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

SIMONE RIBEIRO LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Nome da Empossada Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652053

PORTARIA Nº 114/2022 De 02 de Março de 2022	NOMEIA NOS TERMOS DA LEI, SANDRA TERESINHA STEIN, PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS INTER-NOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Concurso Público nº 001/2020, Lei Complementar nº 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, em 02 de março de 2022, a Sra. SANDRA TERESINHA STEIN para o Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no nível 11, grupo SEG, do Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 055/2018 de 02 de maio de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de março de 2022, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu a Senhora SANDRA TERESINHA STEIN, a fim de tomar posse no cargo de Auxiliar de Serviços Internos, nível 11, nomeada pela Portaria nº 114/2022. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

SANDRA TERESINHA STEIN
Nome da Empossada

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 115, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652055

PORTARIA Nº 115/2022 De 02 de Março de 2022	CONTRATA, NOS TERMOS DA LEI, MARIA CLEONICE PIRES KIELING, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA MAG II – EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, Art. 2º, inciso XI da Lei Municipal nº 1.586/2007, Lei nº 033/2012 e Processo Seletivo Edital nº 002/2020, demais disposições legais vigentes e justificativa da Secretaria;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARIA CLEONICE PIRES KIELING, para o cargo de Professora MAG II – Educação Infantil, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, exercendo suas atividades no CEIM Cinderela e Pré-Escolar Daniela.

Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 02 de Março de 2022 a 21 de dezembro de 2022.

Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Contrata servidora para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal nº 1.586/2007, Edital de Processo Seletivo Nº 002/2020, e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, LEONIR ANTONIO HENTGES, doravante denominado CONTRATANTE e MARIA CLEONICE PIRES KIELING, brasileira, solteira, portadora do RG 5.13**** SSP/SC e do CPF 063*****, residente em Águas de Chapecó/SC doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, da servidora acima qualificada, aprovada em Processo Seletivo, para

desempenhar as atribuições do cargo de Professora MAG II – Educação Infantil, 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:

A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas de Chapecó, Lei Municipal Nº 1.586/2007, e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:

A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.

CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:

O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O presente Contrato terá a duração de 02 de março de 2022 a 21 de dezembro de 2022, podendo ser renovado conforme Processo Seletivo nº 002/2020 e dispositivos da Lei Municipal Nº 1.586/2007 e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:

A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:

Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo, autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 02 de Março de 2022.

MARIA CLEONICE P. KIELING
Servidora

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Testemunhas:

PORTARIA Nº 116, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652056

PORTARIA Nº 116/2022 De 02 de Março de 2022	CONTRATA, NOS TERMOS DA LEI, EDILAINÉ GONCALVES DA COSTA, PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, Art. 2º, inciso XI da Lei Municipal nº 1.586/2007, Processo Seletivo Edital nº 003/2020, demais disposições legais vigentes e justificativa da Secretaria;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. EDILAINÉ GONCALVES DA COSTA, para o cargo de Auxiliar Administrativo, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 02 de Março de 2022 a 02 de Setembro de 2022.

Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Contrata servidora para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal nº 1.586/2007, Edital de Processo Seletivo Nº 003/2020, e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, LEONIR ANTONIO HENTGES, doravante denominado CONTRATANTE e EDILAINE GONCALVES DA COSTA, brasileira, solteira, portadora do RG 345***** SSP/SC e do CPF 088*****, residente em Águas de Chapecó/SC doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, da servidora acima qualificada, aprovada em Processo Seletivo, para desempenhar as atribuições do cargo de Auxiliar Administrativo, 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:

A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas de Chapecó, Lei Municipal Nº 1.586/2007, e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:

A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.

CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:

O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O presente Contrato terá a duração de 02 de março de 2022 a 02 de setembro de 2022, podendo ser renovado conforme Processo Seletivo nº 003/2020 e dispositivos da Lei Municipal Nº 1.586/2007 e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:

A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:

Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo, autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 02 de Março de 2022.

EDILAINE G. DA COSTA LEONIR ANTONIO HENTGES
Servidora Prefeito Municipal

Testemunhas:

PORTARIA Nº 117, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652057

PORTARIA Nº 117/2022 De 02 de Março de 2022	CONTRATA, NOS TERMOS DA LEI, DAIANE RIVA, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA MAG II – EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, Art. 2º, inciso XI da Lei Municipal nº 1.586/2007, Lei nº 033/2012 e Processo Seletivo Edital nº 002/2020, demais disposições legais vigentes e justificativa da Secretaria;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. DAIANE RIVA, para o cargo de Professora MAG II – Educação Infantil, 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, exercendo suas atividades na Escola Municipal Professora Veneranda G. R. Soldatelli.

Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 02 de Março de 2022 a 21 de dezembro de 2022.

Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Contrata servidora para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal nº 1.586/2007, Edital de Processo Seletivo Nº 002/2020, e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, LEONIR ANTONIO HENTGES, doravante denominado CONTRATANTE e DAIANE RIVA, brasileira, solteira, portadora do RG 528***** SSP/SC e do CPF 054*****, residente em Águas de Chapecó/SC doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, da servidora acima qualificada, aprovada em Processo Seletivo, para desempenhar as atribuições do cargo de Professora MAG II – Educação Infantil, 20 (vinte) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:

A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas de Chapecó, Lei Municipal Nº 1.586/2007, e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:

A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.

CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:

O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 20 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O presente Contrato terá a duração de 02 de março de 2022 a 21 de dezembro de 2022, podendo ser renovado conforme Processo Seletivo nº 002/2020 e dispositivos da Lei Municipal Nº 1.586/2007 e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:

A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:

Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo, autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 02 de Março de 2022.

DAIANE RIVA LEONIR ANTONIO HENTGES
Servidora Prefeito Municipal

Testemunhas:

PORTARIA Nº 118, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652058

PORTARIA Nº 118/2022 De 02 de Março de 2022	NOMEIA NOS TERMOS DA LEI, LIZANDRA DAL PIVA TAFAREL, PARA EXERCER O CARGO DE MÉDICA E DÁ OUTRAS PROVI- DÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Concurso Público nº 001/2020, Lei Complementar nº 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, em 02 de março de 2022, a Sra. LIZANDRA DAL PIVA TAFAREL para o Cargo de Médica, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no nível 55, grupo TEP, do Anexo I do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 055/2018 de 02 de maio de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de março de 2022, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu a Senhora LIZANDRA DAL PIVA TAFAREL, a fim de tomar posse no cargo de Médica, nível 55, nomeada pela Portaria nº 118/2022. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

LIZANDRA DAL PIVA TAFAREL LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Nome da Empossada Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652059

PORTARIA Nº 119/2022 De 02 de Março de 2022	DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Muni- cipal e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica lotada, de ofício, a Servidora JENIFER DAHMER BARBOSA DA SILVA, matrícula 11065, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Assistência, Habitação e Promoção Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

JENIFER DAHMER BARBOSA DA SILVA
SERVIDORA

LEONIR ANTONIO HENTGES
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 120, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652060

PORTARIA Nº 120/2022 De 02 de Março de 2022	DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica lotada, de ofício, a Servidora JESSICA APARECIDA VENNI DE ALMEIDA, matrícula 11066, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Educação/CME/Sede Esportiva Bairro Novo Horizonte e Casa da Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

JESSICA APARECIDA VENNI DE ALMEIDA
SERVIDORA

LEONIR ANTONIO HENTGES
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 121, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652062

PORTARIA Nº 121/2022 De 02 de Março de 2022	DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica lotado, de ofício, o Servidor JOAO PAULO BARELLA, matrícula 11069, ocupante do cargo de Motorista, 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

JOAO PAULO BARELLA
SERVIDOR

LEONIR ANTONIO HENTGES
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 122, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652063

PORTARIA Nº 1222022 De 02 de Março de 2022	DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica lotada, de ofício, a Servidora SANDRA TERESINHA STEIN, matrícula 11071, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Março de 2022.

SANDRA TERESINHA STEIN
SERVIDORA

LEONIR ANTONIO HENTGES
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se.

EXTRATO CONTRATO Nº27/2022 - JAIR BIRCK- CASA DE REPOUSO

Publicação Nº 3650758

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº:	27/2022
Contratante:	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Contratada:	JAIR BIRCK - CASA DE REPOUSO ACONCHEGO DA MELHOR IDADE
Objeto:	O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA, DESTINADA AO DOMICÍLIO COLETIVO DE PESSOAS.
Valor:	R\$ 45.105,24(quarenta e cinco mil cento e cinco reais e vinte e quatro centavos)
P. Atividade:	Orçamento Anual Vigente;
Vigência:	12 meses
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 28 de fevereiro de 2022.	
LEONIR ANTONIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

Angelina

PREFEITURA

CONTRATO N° 047/2022

Publicação N° 3652097

EXTRATO DO CONTRATO N° 047/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 194981FE938D9868F360311CBF726CA3EEF9DB79

CONTRATO N°: 047/2022

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Angelina

CONTRATADA: PontoGov Sistemas LTDA.

CNPJ nº 09.209.146/0001-16

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o Licenciamento de Software GovGestão, módulo de Controle Interno, Módulo de Geração do SIOPS e SIOPE.

VALOR: R\$ 15.188,28 (quinze mil, cento e oitenta e oito mil reais e vinte oito centavos), em parcelas sucessivas mensais de R\$ 1.265,69 (mil duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)

DATA: 17 de fevereiro de 2022

VALIDADE: 16 de fevereiro de 2021

Apiuna

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2022

Publicação Nº 3650749

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E790DC614C1F0248FDDF7A3577DD265EA4F4B827

PREFEITURA DE APIÚNA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PGR, PCMSO, PPP E OUTROS SERVIÇOS DESCRITOS NESTE EDITAL PARA SETOR DE RECURSOS HUMANOS.

O Prefeito de Apiúna em uso de suas atribuições legais torna público para o conhecimento de quem possa interessar que houve alteração nas datas de entrega e abertura dos envelopes do presente certame.

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 2º andar, sala 12, centro, Apiúna/SC, 89135-000. Data/ Hora da entrega e protocolo dos envelopes: até 17/03/2022 – até às 09 horas. Data/Hora da Abertura: 17/03/2022 – A partir das 09:10 horas.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000.

Marcelo Doutel da Silva/Prefeito de Apiúna.

DECRETO Nº 4149

Publicação Nº 3650759

DECRETO Nº4149/2022

De 24/02/2022

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 976/2021 de 30/11/2021:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, o valor de até R\$ 3.778,00(Três mil setecentos e setenta e oito Reais), da seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0304.0501.2056	Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
33.809	Vigilância Sanitária	3.778,00
	TOTAL	3.778,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado suplementar no orçamento vigente no Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de R\$ 3.778,00(Três mil setecentos e setenta e oito Reais), na seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0304.0501.2056	Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária	
400000000000	Despesas de Capital	
440000000000	Investimentos	
449000000000	Aplicações Diretas	
33.809	Vigilância Sanitária	3.778,00
	TOTAL	3.778,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 24 de Fevereiro de 2022.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4150

Publicação Nº 3650757

DECRETO Nº 4150/2022
de 24/02/2022

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO DA APURADO PELO CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR ORIUNDO DOS EMPENHOS ORDINÁRIOS Nº 2101/2021, 2313/2021.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 976/2021 de 30/11/2021:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna o valor de R\$ 66.999,32 (Sessenta e seis mil novecentos e noventa e nove Reais e trinta e dois centavos) na seguinte classificação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
38.800	Alienação Bens Dest. Programas Saúde	16.999,32
	Subtotal	16.999,32
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
37.802	Emendas Parlamentares Individuais - Estruturação Atenção Básica de Saúde - Portaria 1945	50.000,00
	Subtotal	50.000,00
	TOTAL	66.999,32

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 24 de Fevereiro de 2022.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4151

Publicação Nº 3650756

DECRETO Nº 4151/2022
de 24/02/2022

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2021.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 976/2021 de 30/11/2021:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna o valor de R\$ 155.011,75(Centos e cinquenta e cinco mil onze Reais e setenta e cinco centavos) na seguinte classificação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
38.800	Alienação Bens Dest. Programas Saúde	99.344,02
	Subtotal	99.344,02
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
37.906	Emendas Parlamentares Impositivas - AQUISIÇÃO MOBILIÁRIO SAÚDE emenda 314	55.667,73
	Subtotal	55.667,73
	TOTAL	155.011,75

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 24 de Fevereiro de 2022.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO N° 4153

Publicação N° 3650755

DECRETO N° 4153/2022
de 28/02/2022

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2021.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 976/2021 de 30/11/2021:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado os vínculos de recursos 36.202 - Transf Conv Estado Educ Transp Escolar e suplementado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil Reais) na seguinte classificação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
006	Ensino Médio	
0012.0362.0402.2147	Manutenção e Funcionamento Transporte Escolar Ens. Médio	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
36.202	Transf Conv Estado Educ Transp Escolar	130.000,00
	TOTAL	130.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 24 de Fevereiro de 2022.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 20/2022 - TP 5/2022

Publicação N° 3650791

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A2BF0EE45ACCB27303350FBBEFEF0B731B41BC64

MUNICIPIO DE APIÚNA

EXTRATO DE CONTRATO N° 20/2022

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 5/2022

Contrato N°: 20.2022. Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA. Contratada: J C CONSTRUCOES E PAVIMENTACOES LTDA. CNPJ: 05.898.011/0001-54. Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 5/2022. Objeto: CONTRATAÇÃO DE E EMPRESA



ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO DO ANTIGO POSTO FISCAL, COM ÁREA DE EDIFICAÇÃO DE 194,38 M². OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS A TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO ESTADO, PROCESSO SCC 00017296/2021 e portaria 415/SEF DE 15/10/2021, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL SC N° 21.627. A OBRA CONSISTE NA RECUPERAÇÃO TOTAL DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE, QUE HOJE ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO DE ABANDONO, E SUA REFORMA PARA ADEQUAÇÃO À ACESSIBILIDADE, DE ACORDO COM PROJETO ARQUITETÔNICO, DANDO LUGAR A NOVOS USOS PARA EDIFICAÇÃO. Valor: R\$ 771.268,42. Vigência: Início: 28/02/2022. Término: 28/02/2023. MARCELO DOUTEL DA SILVA/Prefeito de Apiúna

EXTRATOS CONTRATOS, APOSTILAMENTOS, ADITIVOS 01 A 28 DE FEVEREIRO FUNDO DA SAUDE

Publicação N° 3651185

PREFEITURA DE APIÚNA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Contrato N°: 4/2021

Aditivo N°: 2/2022

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA

Contratada: APAE ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE APIÚNA

Licitação: Inexigibilidade 3/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA ATENDER A DEMANDA NO MUNICÍPIO DE APIÚNA DE PACIENTES DO SUS, NO PROCEDIMENTO 03.01.07.007-5 - ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR, DA TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS SUS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Vigência: Início: 22/02/2022 Término: 01/02/2023

Assinatura: 22/02/2022

Valor R\$: 10.513,65 (Dez Mil, Quinhentos e Treze Reais e Sessenta e Cinco Centavos)

Dotação: 23 - 05.001.2050.3339039500000000000.01380700

FISCAL: ANA PAULA NAHRING

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato N°: 6/2022

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA

Contratada: ROSEMERI APARECIDA CARLIM

Licitação: Inexigibilidade 12/2020

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO CLÍNICA GERAL, FISIOTERAPIA CLÍNICA E DOMICILIAR, PEDIATRIA, ULTRASSONOGRAFIA, GINECOLOGIA, ORTOPEDIA, NEUROLOGIA PEDIÁTRICA, NEUROLOGIA E LABORATÓRIO CLÍNICO

Vigência: Início: 16/02/2022 Término: 31/12/2022

Assinatura: 16/02/2022

Valor R\$: 350.000,00 (Trezentos e Cinquenta Mil Reais)

Dotação: 22 - 05.001.2050.3339034010000000000.01020000

Dotação: 22 - 05.001.2050.3339036300000000000.01020000

Dotação: 22 - 05.001.2050.3339039500000000000.01020000

Dotação: 23 - 05.001.2050.3339034010000000000.01380700

Dotação: 23 - 05.001.2050.3339036300000000000.01380700

Dotação: 23 - 05.001.2050.3339039500000000000.01380700

Dotação: 24 - 05.001.2050.3339034010000000000.01381000

Dotação: 24 - 05.001.2050.3339036300000000000.01381000

Dotação: 24 - 05.001.2050.3339039500000000000.01381000

Dotação: 28 - 05.001.2050.3339034010000000000.01670100

Dotação: 28 - 05.001.2050.3339036300000000000.01670100

Dotação: 28 - 05.001.2050.3339039500000000000.01670100

Dotação: 34 - 05.001.2052.3339034010000000000.01020000

Dotação: 34 - 05.001.2052.3339036300000000000.01020000

Dotação: 34 - 05.001.2052.3339039500000000000.01020000

Dotação: 315 - 05.001.2050.3339034010000000000.03385600

Dotação: 315 - 05.001.2050.3339036300000000000.03385600

Dotação: 315 - 05.001.2050.3339039500000000000.03385600

Dotação: 377 - 05.001.2050.3339039500000000000.03384700

FISCAL: MARCIANE PETERS FERRARI

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

EXTRATOS CONTRATOS, APOSTILAMENTOS, ADITIVOS 01 A 28 DE FEVEREIRO PREFEITURA

Publicação Nº 3651159

PREFEITURA DE APIÚNA

Contrato Nº: 02/2018
Aditivo Nº: 000003/2022
Tipo Aditivo: Valor(Equilíbrio)
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: MARILENE REZINI SCHMIDT
Licitação: Dispensa de Licitação 2/2018
Objeto: LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Vigência: Início: 03/02/2022 Término: 31/12/2022
Assinatura: 03/02/2022
Valor R\$: 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais)
Dotação: 128 - 04.004.2047.3339036150000000000.01010000
Dotação: 128 - 04.004.2047.3339039100000000000.01010000

FISCAL: MARILEIA REZINI MERINI

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 9/2022
Aditivo Nº: 1/2022
Tipo Aditivo: Objeto
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: VIDROINDA COMERCIO DE VIDROS E ALUMINIOS LTDA ME
Licitação: Dispensa de Licitação 8/2022
Objeto: AQUISIÇÃO DE CERCA DE ALUMÍNIO PARA ESCOLA INFANTIL ELI TEREZINHA COELHO STAHNKE PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Vigência: Início: 24/02/2022 Término: 27/04/2022
Assinatura: 24/02/2022
Valor R\$: 2.949,98 (Dois Mil, Novecentos e Quarenta e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos)
Dotação: 232 - 04.005.2048.3449052510000000000.01190000

FISCAL: JULIANA VANELLI

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 10/2022
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: VW FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ACRÍLICO LTDA - ME
Licitação: Dispensa de Licitação 12/2022
Objeto: AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÃO (TROFÉUS E MEDALHAS) PARA O 2º TORNEIO FAMILIAR REALIZADO PELA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER
Vigência: Início: 01/02/2022 Término: 31/12/2022
Assinatura: 01/02/2022
Valor R\$: 5.690,00 (Cinco Mil e Seiscentos e Noventa Reais)
Dotação: 190 - 13.001.2132.3339031040000000000.01000000

FISCAL: JAIRZINHO CERUTI

Contrato Nº: 9/2022
Aditivo Nº: 1/2022
Tipo Aditivo: Objeto
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: VIDROINDA COMERCIO DE VIDROS E ALUMINIOS LTDA ME
Licitação: Dispensa de Licitação 8/2022
Objeto: AQUISIÇÃO DE CERCA DE ALUMÍNIO PARA ESCOLA INFANTIL ELI TEREZINHA COELHO STAHNKE PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Vigência: Início: 24/02/2022 Término: 27/04/2022
Assinatura: 24/02/2022
Valor R\$: 2.949,98 (Dois Mil, Novecentos e Quarenta e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos)
Dotação: 232 - 04.005.2048.3449052510000000000.01190000

FISCAL: JULIANA VANELLI

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 11/2022
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: ELI GUETTEN VEIGA
Licitação: Dispensa de Licitação 14/2022
Objeto: AQUISIÇÃO DE COBERTURA DE ALUCINCO COM ESTRUTURA METÁLICA NA PASSARELA DE ENTRADA DA ESCOLA WADISLAU SCHMIDT PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.MODALIDADE
Vigência: Início: 03/02/2022 Término: 04/05/2022
Assinatura: 03/02/2022
Valor R\$: 9.515,00 (Nove Mil e Quinhentos e Quinze Reais)
Dotação: 356 - 04.004.2047.3449052510000000000.01190000

FISCAL: JULIANA VANELLI

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIUNA

Contrato Nº: 12/2022
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: MERCIO SCHUMANN
Licitação: Dispensa de Licitação 17/2022
Objeto: AQUISIÇÃO DE PINGADEIRAS E RUFOS DE ALUMÍNIO 0,7MM E CANOS DE PVC DE 100MM PARA ESCOLA WADISLAU SCHMIDT PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Vigência: Início: 03/02/2022 Término: 02/08/2022
Assinatura : 03/02/2022
Valor R\$: 14.551,25 (Quatorze Mil, Quinhentos e Cinquenta e Um Reais e Vinte e Cinco Centavos)
Dotação: 356 - 04.004.2047.3449052510000000000.01190000

FISCAL: ANA PAULA CUSTODIO

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIUNA

Contrato Nº: 13/2022
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: ACESSSE CONCURSOS LTDA
Licitação: Pregão Eletrônico 2/2022
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E EMPREGO PÚBLICO A SER REALIZADO PARA CARGOS DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E EMPREGO PÚBLICO PARA OS CARGOS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DAS INSCRIÇÕES; CONFECÇÃO E ELABORAÇÃO DE EDITAIS; PREPARO E PUBLICAÇÃO DE ROL DE INSCRITOS; PREPARO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS; PREPARO, IMPRESSÃO E EMPACOTAMENTO DE PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS; APLICAÇÃO, COORDENAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS; CORREÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS ATRAVÉS DE EQUIPAMENTO DE LEITURA ÓTICA, APRESENTAÇÃO DE RESULTADO, RESPOSTAS AOS EVENTUAIS RECURSOS, CONTRATAÇÃO DE FISCAIS, APOIO TÉCNICO JURIDICO EM TODAS AS ETAPAS DOS CERTAMES.
Vigência: Início: 03/02/2022 Término: 31/12/2022
Assinatura: 03/02/2022
Valor R\$: 18.900,00 (Dezoito Mil e Novecentos Reais)
Dotação: 108 - 03.001.2030.3339039480000000000.01000000
Dotação: 141 - 04.001.2141.3339039480000000000.01010000
Dotação: 128 - 04.004.2047.3339039480000000000.01010000
Dotação: 147 - 06.001.2060.3339039480000000000.01000000
Dotação: 22 - 05.001.2050.3339039480000000000.01020000

FISCAL: JULIANA JAQUELINE ELIA

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIUNA

Contrato Nº: 13/2022
Aditivo Nº: 1/2022
Tipo Aditivo: Outros
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: ACESSSE CONCURSOS LTDA
Licitação: Pregão Eletrônico 2/2022
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E EMPREGO PÚBLICO A SER REALIZADO PARA CARGOS DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E EMPREGO PÚBLICO PARA OS CARGOS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DAS INSCRIÇÕES; CONFECÇÃO E ELABORAÇÃO DE EDITAIS; PREPARO E PUBLICAÇÃO DE ROL DE INSCRITOS; PREPARO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS; PREPARO, IMPRESSÃO E EMPACOTAMENTO DE PROVAS OBJETIVAS,

PRÁTICAS E DE TÍTULOS; APLICAÇÃO, COORDENAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS; CORREÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS ATRAVÉS DE EQUIPAMENTO DE LEITURA ÓTICA, APRESENTAÇÃO DE RESULTADO, RESPOSTAS AOS EVENTUAIS RECURSOS, CONTRATAÇÃO DE FISCAIS, APOIO TÉCNICO JURIDICO EM TODAS AS ETAPAS DOS CERTAMES.

Vigência: Início: 14/02/2022 Término: 31/12/2022

Assinatura: 14/02/2022

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação: 108 - 03.001.2030.33390394800000000000.01000000

Dotação: 141 - 04.001.2141.33390394800000000000.01010000

Dotação: 128 - 04.004.2047.33390394800000000000.01010000

Dotação: 147 - 06.001.2060.33390394800000000000.01000000

Dotação: 22 - 05.001.2050.33390394800000000000.01020000

FISCAL: JULIANA JAQUELINE ELIAS

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 14/2022

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 6/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CBUQ, DRENAGEM PLUVIAL, ACESSIBILIDADE AOS PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA ESTRADA GERAL RIBEIRÃO SÃO LUIZ, NO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS A TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO ESTADO, PROCESSO SGPe Nº SC00017934/20PORTARIA Nº 415/SEF de 15/10/2021, Publicada no diário Oficial SC nº 21.627 com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários - conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-financeiro e Projeto, descritos nos Anexos integrante deste edital, em conformidade com os anexos do presente Edital,

Vigência: Início: 09/02/2022 Término: 09/02/2023

Assinatura: 09/02/2022

Valor R\$: 1.598.696,89 (Um Milhão, Quinhentos e Noventa e Oito Mil, Seiscentos e Noventa e Seis Reais e Oitenta e Nove Centavos)

Dotação: 320 - 06.001.1063.34490519900000000000.01790900

FISCAL: LETICIA LUIZA LANGE

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 15/2021

Aditivo Nº: 1/2022

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: CILIA TECNOLOGIA LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 13/2021

Objeto: LOCAÇÃO DE SISTEMA "ON LINE" DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA, BANCO DE DADOS COM INFORMAÇÕES RELATIVAS A PEÇAS E SERVIÇOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, PERMITINDO A CONSULTA A CATÁLOGO DOS VALORES DE PEÇAS AUTOMOTIVAS DE NO MÍNIMO 33 MONTADORAS, COM DESENHOS E CÓDIGOS GENUÍNOS DAS PEÇAS, INCLUINDO AINDA TREINAMENTO "ON LINE" E INSTALAÇÃO DO SOFTWARE - PARA AUXILIAR NA MANUTENÇÃO DA FROTA DESTE MUNICÍPIO

Vigência: Início: 03/02/2022 Término: 03/02/2023

Assinatura: 03/02/2022

Valor R\$: 5.838,48 (Cinco Mil, Oitocentos e Trinta e Oito Reais e Quarenta e Oito Centavos)

Dotação: 147 - 06.001.2060.33390400100000000000.01000000

FISCAL: CARLOS ALBERTO DA SILVA

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 15/2022

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: RHEMA CONCURSOS PUBLICOS LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 22/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PREPARO IMPRESSÃO, EMPACOTAMENTO DE PROVAS E APLICAÇÃO, COORDENAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS E PRÁTICAS, CORREÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS ATRAVÉS DE EQUIPAMENTO DE LEITURA ÓTICA, APRESENTAÇÃO DE RESULTADO PROVISÓRIO E FINAL, RESPOSTAS AOS EVENTUAIS RECURSOS CONTRA GABARITO E CLASSIFICAÇÃO, CONTRATAÇÃO DE FISCAIS, APOIO TÉCNICO JURIDICO EM TODAS AS ETAPAS DOS CERTAMES

Vigência: Início: 10/02/2022 Término: 11/05/2022

Assinatura: 10/02/2022

Valor R\$: 3.000,00 (Três Mil Reais)

Dotação: 128 - 04.004.2047.33390394800000000000.01010000

Dotação: 133 - 04.005.2048.3339039480000000000.01190000
Dotação: 147 - 06.001.2060.3339039480000000000.01000000

FISCAL: MARILEIA REZINI MERINI

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 16/2022
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: METRICA GEOENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS EIRELI
Licitação: Pregão Presencial 4/2022
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SISTEMA PARA A GESTÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO, COMPREENDENDO TAMBÉM, SERVIÇOS DE AEROLEVANTAMENTO, BASE CARTOGRÁFICA, GEOPROCESSAMENTO E ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS DO CADASTRO TÉCNICO IMOBILIÁRIO, OBJETIVANDO A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE APIÚNA - SC
Vigência: Início: 11/02/2022 Término: 11/02/2023
Assinatura: 11/02/2022
Valor R\$: 457.675,00 (Quatrocentos e Cinquenta e Sete Mil e Seiscentos e Setenta e Cinco Reais)
Dotação: 306 - 03.001.2030.3339039050000000000.03000000

FISCAL: WILLIAN GRUBERT

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 17/2022
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: ISMAEL FRANCISCO DE SOUZA 90885171934
Licitação: Dispensa de Licitação 24/2022
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PARA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR AO CONSELHO TUTELAR
Vigência: Início: 15/02/2022 Término: 15/02/2023
Assinatura: 15/02/2022
Valor R\$: 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais)
Dotação: 182 - 10.001.2111.3339039790000000000.01090000
Dotação: 276 - 02.006.2006.3339039790000000000.01000000
Dotação: 410 - 10.001.2111.3339039790000000000.03090000

FISCAL: JULIANA DAMASIO DOS REIS

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 17/2022
Aditivo Nº: 1/2022
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: ISMAEL FRANCISCO DE SOUZA 90885171934
Licitação: Dispensa de Licitação 24/2022
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PARA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR AO CONSELHO TUTELAR
Vigência: Início: 22/02/2022 Término: 15/02/2023
Assinatura: 22/02/2022
Valor R\$: 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais)
Dotação: 182 - 10.001.2111.3339039790000000000.01090000
Dotação: 276 - 02.006.2006.3339039790000000000.01000000
Dotação: 410 - 10.001.2111.3339039790000000000.03090000

FISCAL: JULIANA DAMASIO DOS REIS

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 18/2019
Aditivo Nº: 001/2022
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: LIZ SERVICOS ONLINE LTDA

Licitação: Inexigibilidade 25/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INTEGRAÇÃO DO MUNICIPIO AO SISTEMA LEISMUNICIPAIS CONFORME DEWSCRITO NO EDITAL.

Vigência: Início: 01/03/2022 Término: 01/03/2023

Assinatura: 10/02/2022

Valor R\$: 6.975,11 (Seis Mil, Novecentos e Setenta e Cinco Reais e Onze Centavos)

Dotação: 108 - 03.001.2030.3339040010000000000.01000000

FISCAL: CARLA REGINA ZONTA LANGE

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 18/2022

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: RAMON WESSLER CANI 06672257900

Licitação: Dispensa de Licitação 31/2022

Objeto: AQUISIÇÃO DE LETREIRO PARA IDENTIFICAÇÃO E FACHADA DA ESCOLA INFANTIL ELI TEREZINHA COELHO STAHNKE PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONTENDO LETRAS EM PVC EXPANDIDO COM ESTRUTURA DE FERRO E BONECOS DECORATIVOS

Vigência: Início: 21/02/2022 Término: 22/05/2022

Assinatura: 21/02/2022

Valor R\$: 6.594,00 (Seis Mil e Quinhentos e Noventa e Quatro Reais)

Dotação: 232 - 04.005.2048.3449052510000000000.01190000

FISCAL: MARCELA CRISTINA VOIGT

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 19/2022

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: FUNERARIA DO MEDIO VALE LTDA

Licitação: Concorrência para Concessões e Permissões de Serviços Públicos 1/2022

Objeto: PERMISSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC, PARA EMPRESAS DESTE RAMO DE ATIVIDADE, PELO PRAZO DE 15 (QUINZE) ANOS, NOS LIMITES TERRITORIAIS DESTE MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL N. 906/2019, MODIFICADA PELA LEI MUNICIPAL N. 966/2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 3.959 DE 21 DE SETEMBRO DE 2021, BEM COMO DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL

Vigência: Início: 22/02/2022 Término: 22/02/2037

Assinatura: 22/02/2022

Valor R\$: 2.000,00 (Dois Mil Reais)

FISCAL: PAULO SERGIO SCHROEDER

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 20/2022

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: J C CONSTRUCOES E PAVIMENTACOES LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 5/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO DO ANTIGO POSTO FISCAL, COM ÁREA DE EDIFICAÇÃO DE 194,38 M². OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS A TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO ESTADO, PROCESSO SCC 00017296/2021 e portaria 415/SEF DE 15/10/2021, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL SC Nº 21.627. A OBRA CONSISTE NA RECUPERAÇÃO TOTAL DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE, QUE HOJE ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO DE ABANDONO, E SUA REFORMA PARA ADEQUAÇÃO À ACESSIBILIDADE, DE ACORDO COM PROJETO ARQUITETÔNICO, DANDO LUGAR A NOVOS USOS PARA EDIFICAÇÃO

Vigência: Início: 28/02/2022 Término: 28/02/2023

Assinatura: 28/02/2022

Valor R\$: 771.268,42 (Setecentos e Setenta e Um Mil, Duzentos e Sessenta e Oito Reais e Quarenta e Dois Centavos)

Dotação: 321 - 07.001.2070.3449051990000000000.01790800

Dotação: 322 - 07.001.2070.3449051990000000000.03000000

FISCAL: MORGANA CASATTI

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 58/2021
Aditivo Nº: 2/2022
Tipo Aditivo: Valor(Equilíbrio)
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: ASSOCIAÇÃO FUTEBOL CLUBE AZA BRANCA
Licitação: Dispensa de Licitação 62/2021
Objeto: LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS ORGANIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
Vigência: Início: 07/02/2022 Término: 30/06/2022
Assinatura: 07/02/2022
Valor R\$: 6.500,00 (Seis Mil e Quinhentos Reais)
Dotação: 189 - 13.001.2131.3339039100000000000.01000000

FISCAL: JAIRZINHO CERUTI

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 61/2018
Aditivo Nº: 00003/2022
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: IPM SISTEMAS LTDA
Licitação: Pregão Presencial 108/2018
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO LEGAL, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA O MUNICÍPIO DE APIÚNA, SEUS FUNDOS E CÂMARA DE VEREADORES
Vigência: Início: 16/02/2022 Término: 26/11/2022
Assinatura: 16/02/2022
Valor R\$: 127.526,38 (Cento e Vinte e Sete Mil, Quinhentos e Vinte e Seis Reais e Trinta e Oito Centavos)
Dotação: 2 - 01.001.2010.3339040010000000000.01000000
Dotação: 22 - 05.001.2050.3339040010000000000.01020000
Dotação: 108 - 03.001.2030.3339039050000000000.01000000
Dotação: 108 - 03.001.2030.3339040010000000000.01000000

FISCAL: CARLA REGINA ZONTA LANGE

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 61/2020
Aditivo Nº: 001/2022
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: J C CONSTRUCOES E PAVIMENTACOES LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 75/2020
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA O FECHAMENTO DO GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA PROF. WADISLAU SCHMIDT
Vigência: Início: 13/02/2022 Término: 15/03/2022
Assinatura: 09/02/2022
Valor R\$: 0,00 (Zero)
Dotação: 356 - 04.004.2047.3449051990000000000.01190000

FISCAL: LETICIA LUIZA LANGE

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 61/2020
Aditivo Nº: 002/2022
Tipo Aditivo: Normal
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: J C CONSTRUCOES E PAVIMENTACOES LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 75/2020
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA O FECHAMENTO DO GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA PROF. WADISLAU SCHMIDT
Vigência: Início: 11/02/2022 Término: 15/03/2022
Assinatura: 11/02/2022

Valor R\$: 10.133,04 (Dez Mil, Cento e Trinta e Três Reais e Quatro Centavos)
Dotação: 356 - 04.004.2047.3449051990000000000.01190000

FISCAL: LETICIA LUIZA LANGE

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 66/2020

Aditivo Nº: 003/2022

Tipo Aditivo: Objeto

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A

Licitação: Pregão Presencial 95/2020

Objeto: REFERENTE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET DEDICADO E INTERNET BANDA LARGA POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA E SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA, PARA A PREFEITURA E TODAS AS SECRETARIAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Vigência: Início: 22/02/2022 Término: 09/11/2022

Assinatura: 22/02/2022

Valor R\$: 3.249,23 (Três Mil, Duzentos e Quarenta e Nove Reais e Vinte e Três Centavos)

Dotação: 22 - 05.001.2050.3339040050000000000.01020000

Dotação: 30 - 05.001.2055.3339040050000000000.01020000

Dotação: 31 - 05.001.2055.3339040050000000000.01380800

Dotação: 32 - 05.001.2056.3339040050000000000.01020000

Dotação: 33 - 05.001.2056.3339040050000000000.01380900

Dotação: 108 - 03.001.2030.3339040050000000000.01000000

Dotação: 116 - 03.001.2058.3339040040000000000.01000001

Dotação: 128 - 04.004.2047.3339040050000000000.01010000

Dotação: 132 - 04.005.2048.3339040050000000000.01010000

Dotação: 141 - 04.001.2141.3339040050000000000.01010000

Dotação: 172 - 09.001.2091.3339040040000000000.01000000

Dotação: 276 - 02.006.2006.3339040050000000000.01000000

Dotação: 288 - 08.004.2085.3339040050000000000.01000000

Dotação: 329 - 03.001.2058.3339040040000000000.03000001

FISCAL: CARLA REGINA ZONTA LANGE

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 69/2020

Aditivo Nº: 001/2022

Tipo Aditivo: Supressão

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: OMVS CONSTRUTORA EIRELI

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 93/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BAIRRO LOTEAMENTO HELENA BERNARDI MORRO, COM ÁREA TOTAL DE 408,24 M².

Vigência: Início: 15/02/2022 Término: 17/03/2022

Assinatura: 15/02/2022

Valor R\$: 19.017,74 (Dezenove Mil, Dezessete Reais e Setenta e Quatro Centavos)

FISCAL: LETICIA LUIZA LANGE

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 83/2021

Aditivo Nº: 01/2022

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 74/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS) PARA A EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CBUQ, ACESSIBILIDADE AOS PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ERVINO DEOLA, NO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO DE REPASSE OGU CONVÊNIO Nº 885270/2019, OPERAÇÃO Nº 1064702-22, VINCULADO AO PROGRAMA: PLANEJAMENTO URBANO - OPERAÇÃO Nº 1069469-18, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA

FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS.

Vigência: Início: 15/02/2022 Término: 13/09/2022

Assinatura: 15/02/2022

Valor R\$: 24.767,87 (Vinte e Quatro Mil, Setecentos e Sessenta e Sete Reais e Oitenta e Sete Centavos)

Dotação: 403 - 06.001.1063.3449051990000000000.03000000

FISCAL: LETICIA LUIZA LANGE

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 100/2021

Aditivo Nº: 1/2022

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI - EPP

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 96/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA ÁREA REMANESCENTE DA CICLOVIA DA BR 470, COM EXTENSÃO DE 915,00 METROS E ÁREA DE 2.196,00 METROS QUADRADOS, CONFORME OS PROJETOS, MEMORIAL E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Vigência: Início: 10/02/2022 Término: 16/05/2022

Assinatura: 10/02/2022

Valor R\$: 278.850,98 (Duzentos e Setenta e Oito Mil, Oitocentos e Cinquenta Reais e Noventa e Oito Centavos)

Dotação: 247 - 06.001.1063.3449051990000000000.01830000

FISCAL: NICANOR NUNES JUNIOR

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 122/2021

Aditivo Nº: 2/2022

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA

Licitação: Inexigibilidade 153/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Vigência: Início: 24/02/2022 Término: 31/12/2022

Assinatura: 24/02/2022

Valor R\$: 36.400,00 (Trinta e Seis Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação: 158 - 07.001.2070.3339039990000000000.01000000

Dotação: 161 - 07.001.2074.3339039990000000000.01000000

FISCAL: FABIANA BAZZANELLA

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 122/2021

Aditivo Nº: 3/2022

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA

Licitação: Inexigibilidade 153/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Vigência: Início: 28/02/2022 Término: 31/12/2022

Assinatura: 28/02/2022

Valor R\$: 32.760,00 (Trinta e Dois Mil e Setecentos e Sessenta Reais)

Dotação: 158 - 07.001.2070.3339039990000000000.01000000

Dotação: 161 - 07.001.2074.3339039990000000000.01000000

FISCAL: FABIANA BAZZANELLA

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

PORTARIA 0226/2022

Publicação N° 3652100

PORTARIA N° 0226/2022
De 28 de fevereiro de 2022

DESIGNA JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA COMO FISCAL DA ATA REGISTRO DE PREÇO 09/2022

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei n° 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI N°04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula N°
Gestor do Contrato	Jean Marcos Benvenuti	99597
Fiscal do Contrato	Jeferson Gadiel Dubiella Pereira	113620
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Ademir Schulz	119822
Fiscal Administrativo	Carlos Alberto da Silva	17426

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Ata	Objeto	Empresa Contratada
09/2022	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA, TRATOR ESTEIRA, RETROESCAVADEIRA E CAÇAMBA A SEREM PRESTADOS SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E DEMAIS SECRETARIAS	TERRAPLANAGEM ZIMATH APIUNA TERRAPLANAGEM DOUTEL RICARDO DE OLIVEIRA

Art. 2º - Na ausência do Fiscal de Contratos designado, ficará automaticamente designado o Servidor Ademir Schulz, matrícula 119822, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de fevereiro de 2022.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0227/2022

Publicação N° 3652102

PORTARIA N° 0227/2022
De 28 de fevereiro de 2022

DESIGNA MORGANA CASATTI COMO FISCAL DO CONTRATO N° 80/2021

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei n° 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI N°04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula N°
Gestor do Contrato	Jean Marcos Benvenuti	99597
Fiscal do Contrato	Morgana Casatti	174858
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Leticia Luiza Lange	134376

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada
80/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CBUQ, DRENAGEM PLUVIAL, ACESSIBILIDADE AOS PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA 20 E RUA 30, NO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO CONVÊNIO P+B Nº. 900490/2020, OPERAÇÃO n. 1070553-37, PROGRAMA DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários - conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-financeiro e Projeto, descritos nos Anexos integrantes deste edital	PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA

Art. 2º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado como Fiscal, ficará automaticamente designado, os servidores acima mencionados como Auxiliar do Fiscal do Contrato, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria revoga a portaria 0689/2021 de 03/09/2021.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de fevereiro de 2022.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0228/2022

Publicação Nº 3652103

PORTARIA Nº 0228/2022
De 28 de fevereiro de 2022

DESIGNA MORGANA CASATTI COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 20/2022

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	Jean Marcos Benvenutti	99597
Fiscal do Contrato	Morgana Casatti	174858
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Leticia Luiza Lange	134376

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada
20/2022	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO DO ANTIGO POSTO FISCAL, COM ÁREA DE EDIFICAÇÃO DE 194,38 M². OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS A TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO ESTADO, PROCESSO SCC 00017296/2021 e portaria 415/SEF DE 15/10/2021, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL SC Nº 21.627. A OBRA CONSISTE NA RECUPERAÇÃO TOTAL DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE, QUE HOJE ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO DE ABANDONO, E SUA REFORMA PARA ADEQUAÇÃO À ACESSIBILIDADE, DE ACORDO COM PROJETO ARQUITETÔNICO, DANDO LUGAR A NOVOS USOS PARA EDIFICAÇÃO.	J C CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA

Art. 2º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado como Fiscal, ficará automaticamente designado, os servidores acima mencionados como Auxiliar do Fiscal do Contrato, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de fevereiro de 2022.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0229/2022

Publicação N° 3652104

PORTARIA N° 0229/2022
De 28 de fevereiro de 2022

DESIGNA GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA COMO FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 10/2022

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei n° 8666/93.
RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI N°04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula N°
Gestor do Contrato	Neusa Ana Slomski Angioletti	50652
Fiscal do Contrato	Gisele de Oliveira Barbosa	151700
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Adilson Fernando Dalabeneta	56251
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Luana Caroline Pinto	96539
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Juliana Fávero Odeli	12356
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Cheila Ferrari	112097
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Darlene Maria Raimundo Torres	17485
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Ana Paula da Luz Cani	79618
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Jucélia Bértoli	13145
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Andréia Bloemer Elias	3727
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Eni Herbst	48585
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Janaina Guimarães Moser	58556

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
ATA n°	Objeto	Empresa Contratada
10/2022	LICITAÇÃO COMPLEMENTAR DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEIS PARA SUPRIMENTO DOS CEIS, ESCOLAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	221104 - TH7 SOLUCOES COMERCIAIS LTDA R\$4.193,50 SANTA RITA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA – R\$ 3.716,00

Art. 2º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;

- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado como Fiscal, ficará automaticamente designado, os servidores acima mencionados como Auxiliar do Fiscal do Contrato, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de fevereiro de 2022.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0230/2022

Publicação Nº 3652105

PORTARIA Nº 0230/2022
De 28 de fevereiro de 2022

DESIGNA MORGANA CASATTI COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 14/2022

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	Jean Marcos Benvenutti	99597
Fiscal do Contrato	Morgana Casatti	174858
Auxiliar do Fiscal do Contrato	Leticia Luiza Lange	134376

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada
14/2022	CONTRATAÇÃO DE E EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA CBUQ, DRENAGEM PLUVIAL, ACESSIBILIDADE AOS PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA ESTRADA GERAL RIBEIRÃO SÃO LUIZ, NO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS A TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO ESTADO, PROCESSO SGPe Nº SC00017934/20PORTARIA Nº 415/SEF de 15/10/2021, Publicada no diário Oficial SC nº 21.627com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários - conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-financeiro e Projeto, descritos nos Anexos integrante deste edital, em conformidade com os anexos do presente Edital,	PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA

Art. 2º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado como Fiscal, ficará automaticamente designado, os servidores acima mencionados como Auxiliar do Fiscal do Contrato, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro

que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de fevereiro de 2022.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0231/2022

Publicação Nº 3652106

PORTARIA Nº 0231/2022

De 28 de fevereiro de 2022

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO AURELIA LUCIANA GONÇALVES TOMAZI

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e, Considerando a Lei Complementar Nº 95/2008, de 01/09/2008 que "Institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna";

Considerando a Lei Complementar Nº 122/2012, de 23/03/2012 que "Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos integrantes do magistério publico municipal do município de Apiúna e estabelece outras providencias"

Considerando o inciso IX do artigo 2º da Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando o Processo Seletivo nº 003/2021 de 28/01/2022 com homologação do resultado final em 10/02/2022 pelo Decreto nº 4127/2022;

RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente AURELIA LUCIANA GONÇALVES TOMAZI para o cargo de SECRETARIO DE ESCOLA 20HS, inscrição nº 004, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 01/03/2022 a 16/12/2022, ou até realização de concurso público para o cargo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de fevereiro de 2022.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0232/2022

Publicação Nº 3652108

PORTARIA Nº 0232/2022

De 28 de fevereiro de 2022

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CARLOS JEAN FERRARI

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e, Considerando a Lei Complementar Nº 95/2008, de 01/09/2008 que "Institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna";

Considerando a Lei Complementar Nº 122/2012, de 23/03/2012 que "Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos integrantes do magistério publico municipal do município de Apiúna e estabelece outras providencias"

Considerando o inciso IX do artigo 2º da Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando o Processo Seletivo nº 015/2021 de 01/10/2021 com homologação do resultado final em 04/11/2021 pelo Decreto nº 4009/2021;

RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente CARLOS JEAN FERRARI para o cargo de PROFESSOR 30HS, inscrição nº 001, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 01/03/2022 a 16/12/2022, ou até realização de concurso público para o cargo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de fevereiro de 2022.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0233/2022

Publicação Nº 3652109

PORTARIA Nº 0233/2022
De 28 de fevereiro de 2022
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAQUELINE FARIAS

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando a Lei Complementar Nº 95/2008, de 01/09/2008 que "Institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna";
Considerando a Lei Complementar Nº 122/2012, de 23/03/2012 que "Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos integrantes do magistério público municipal do município de Apiúna e estabelece outras providências"
Considerando o inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;
Considerando o Processo Seletivo nº 003/2022 de 28/01/2022 com homologação do resultado final em 10/02/2022 pelo Decreto nº 4127/2022;

RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente JAQUELINE FARIAS para o cargo de PROFESSOR 20HS, inscrição nº 009, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 01/03/2022 a 16/12/2022, ou até retorno da servidora Dalvana de Andrade Deluca que está em licença maternidade.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de fevereiro de 2022.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0234/2022

Publicação Nº 3652111

PORTARIA Nº 0234/2022
De 28 de fevereiro de 2022
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIEL LUAN METZNER

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando a Lei Complementar Nº 95/2008, de 01/09/2008 que "Institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna";
Considerando a Lei Complementar Nº 122/2012, de 23/03/2012 que "Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos integrantes do magistério público municipal do município de Apiúna e estabelece outras providências"
Considerando o inciso V do artigo 2º da Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;
Considerando o Processo Seletivo nº 015/2021 de 01/10/2021 com homologação do resultado final em 04/11/2021 pelo Decreto nº 4009/2021;

RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente DANIEL LUAN METZNER para o cargo de PROFESSOR 30HS, inscrição nº 093, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 01/03/2022 a 16/12/2022, ou até o retorno da servidora Marileia Rezini Merini, que está exercendo atividades na sede da Secretaria de Educação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de fevereiro de 2022.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0235/2022

Publicação Nº 3652112

PORTARIA Nº 0235/2022
De 28 de fevereiro de 2022
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GISELE THALIA CÉ CARVALHO

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei Complementar N° 95/2008, de 01/09/2008 que "Institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna";
Considerando a Lei Complementar N° 122/2012, de 23/03/2012 que "Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos integrantes do magistério público municipal do município de Apiúna e estabelece outras providências"
Considerando o inciso V do artigo 2° da Lei Complementar n° 169/2017 de 20/09/2017, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;
Considerando o Processo Seletivo n° 015/2021 de 01/10/2021 com homologação do resultado final em 04/11/2021 pelo Decreto n° 4009/2021;

RESOLVE

Art. 1° - Contratar temporariamente GISELE THALIA CÉ CARVALHO para o cargo de PROFESSOR 40HS, inscrição n° 086, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), sendo 20h em substituição a servidora Luana Caroline Pinto, que está como responsável de escola e 20h em substituição a servidora Ana Paula Custódio que está exercendo atividades na sede da Secretaria de Educação, a partir de 01/03/2022 a 16/12/2022, ou até o retorno das servidoras.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de fevereiro de 2022.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0236/2022

Publicação N° 3652113

PORTARIA N° 0236/2022
De 28 de fevereiro de 2022
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GABRIEL VALDIR DOS SANTOS

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando a Lei Complementar N° 95/2008, de 01/09/2008 que "Institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna";
Considerando a Lei Complementar N° 122/2012, de 23/03/2012 que "Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos integrantes do magistério público municipal do município de Apiúna e estabelece outras providências"
Considerando o inciso V do artigo 2° da Lei Complementar n° 169/2017 de 20/09/2017, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;
Considerando o Processo Seletivo n° 003/2022 de 28/01/2022 com homologação do resultado final em 10/02/2022 pelo Decreto n° 4127/2022;

RESOLVE

Art. 1° - Contratar temporariamente GABRIEL VALDIR DOS SANTOS para o cargo de PROFESSOR 40HS, inscrição n° 005, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), sendo 20h em substituição a servidora Dalvana de Andrade Deluca que está em licença maternidade e 20h em substituição a servidora Jaqueline Farias, que está em licença maternidade, a partir de 01/03/2022 a 16/12/2022 ou até retorno das servidoras.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de fevereiro de 2022.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0237/2022

Publicação N° 3652121

PORTARIA N° 0237/2022
De 28 de fevereiro de 2022
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARINEUSA ULLER

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando a Lei Complementar N° 95/2008, de 01/09/2008 que "Institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna";
Considerando a Lei Complementar N° 122/2012, de 23/03/2012 que "Dispõe sobre o plano de carreira e remuneração dos integrantes do magistério público municipal do município de Apiúna e estabelece outras providências"
Considerando o inciso V do artigo 2° da Lei Complementar n° 169/2017 de 20/09/2017, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;
Considerando o Processo Seletivo n° 015/2021 de 01/10/2021 com homologação do resultado final em 04/11/2021 pelo Decreto n°

4009/2021;

RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente MARINEUSA ULLER para o cargo de PROFESSOR 20HS, inscrição nº 093, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 01/03/2022 a 16/12/2022, ou até o retorno da servidora Juliana Vanelli, que está exercendo atividades na sede da Secretaria de Educação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de fevereiro de 2022.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 5/2022

Publicação Nº 3650797

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A2BF0EE45ACCB27303350FBBEFEF0B731B41BC64

MUNICIPIO DE APIÚNA

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 5/2022

O Prefeito de Apiúna torna público resultado do julgamento da Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia nº 5/2022, homologado em 28/02/2022, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO DO ANTIGO POSTO FISCAL, COM ÁREA DE EDIFICAÇÃO DE 194,38 M². OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS A TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO ESTADO, PROCESSO SCC 00017296/2021 e portaria 415/SEF DE 15/10/2021, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL SC Nº 21.627. A OBRA CONSISTE NA RECUPERAÇÃO TOTAL DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE, QUE HOJE ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO DE ABANDONO, E SUA REFORMA PARA ADEQUAÇÃO À ACESSIBILIDADE, DE ACORDO COM PROJETO ARQUITETÔNICO, DANDO LUGAR A NOVOS USOS PARA EDIFICAÇÃO, na qual declara vencedora a empresa: J C CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA, CNPJ: 05.898.011/0001-54. Valor Total: R\$ 771.268,42.

Data: 01/03/2022.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito de Apiúna

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2022

Publicação Nº 3650786



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A2BF0EE45ACCB27303350FBBEFEF0B731B41BC64

MUNICIPIO DE APIUNA

Pág 1 / 1

Compras e Contratos**Termo de Adjudicação**

Adj Seq - Adjudicação - Item Adjudicação: 1 Ano - Minuta - Adjudicação: 2022 Número - Minuta -
 Adjudicação: 3 Cliente - Minuta - Licitação - Participante Licitação - Cota Credenciamento: 49
 códigoCliente: 49 anoMinuta: 2022 numeroMinuta: 3 cotaCredenciamento: 0

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Tomada de Preços
5/2022

Processo Administrativo: 4/2022**Adjudicação: 1**

O(a) Sr(a). MARCELO DOUTEL DA SILVA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, conforme o parecer da comissão de licitação resolve:

Adjudico a presente licitação nos termos e autorizo a emissão das notas de empenho das adjudicações abaixo:

Recurso:321 Órgão:7 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente Unidade:1 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente Ação:2070 - Assistência e Apoio ao Produtor Rural Elemento:3449051990000000000 - Outras obras e instalações Vínculo:1790800 - Emendas Parlamentares Impositivas - R. Posto Fiscal						
Fornecedor: 54437 - J C CONSTRUÇOES E PAVIMENTACOES LTDA						
Sem Lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO DO ANTIGO POSTO FISCAL, COM ÁREA DE EDIFICAÇÃO DE 194,38 M², DE ACORDO COM PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS CONSTANTES NO EDITAL.	UNIDADE		0,97242	R\$771.268,42	R\$750.000,00
Total do Fornecedor:						R\$750.000,00
Total do Adjudicado para o Recurso:						R\$750.000,00

Recurso:322 Órgão:7 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente Unidade:1 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente Ação:2070 - Assistência e Apoio ao Produtor Rural Elemento:3449051990000000000 - Outras obras e instalações Vínculo:3000000 - Recursos Ordinários						
Fornecedor: 54437 - J C CONSTRUÇOES E PAVIMENTACOES LTDA						
Sem Lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO DO ANTIGO POSTO FISCAL, COM ÁREA DE EDIFICAÇÃO DE 194,38 M², DE ACORDO COM PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS CONSTANTES NO EDITAL.	UNIDADE		0,02758	R\$771.268,42	R\$21.268,42
Total do Fornecedor:						R\$21.268,42
Total do Adjudicado para o Recurso:						R\$21.268,42

Apiuna, 28 de fevereiro de 2022

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIUNA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 5/2022

Publicação N° 3650785



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ N°. 79.373.767/0001-16

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A2BF0EE45ACCB27303350FBBEFEF0B731B41BC64

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO N° 5/2022

O Prefeito de Apiúna Sr. **MARCELO DOUTEL DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais decide **HOMOLOGAR** a presente licitação, que tem como finalidade CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO DO ANTIGO POSTO FISCAL, COM ÁREA DE EDIFICAÇÃO DE 194,38 M². OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS A TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO ESTADO, PROCESSO SCC 00017296/2021 e portaria 415/SEF DE 15/10/2021, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL SC N° 21.627. A OBRA CONSISTE NA RECUPERAÇÃO TOTAL DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE, QUE HOJE ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO DE ABANDONO, E SUA REFORMA PARA ADEQUAÇÃO À ACESSIBILIDADE, DE ACORDO COM PROJETO ARQUITETÔNICO, DANDO LUGAR A NOVOS USOS PARA EDIFICAÇÃO, Considerando vencedor:

54437 - J C CONSTRUCOES E PAVIMENTACOES LTDA

Sem lote

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	EXECUÇÃO DO PROJETO DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO DO ANTIGO POSTO FISCAL, COM ÁREA DE EDIFICAÇÃO DE 194,38 M², DE ACORDO COM PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS CONSTANTES NO EDITAL.	UNIDADE		1	R\$771.268,42	R\$771.268,42

Total do Fornecedor: R\$771.268,42

Total da Homologação:

R\$771.268,42

Apiúna, 28 de fevereiro de 2022.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA CONCIDADES

Publicação Nº 3652079

**Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CONCIDADES
Município de Apiúna-SC**

Ata: 01

Ano: 2022

Reunião: Ordinária

Às dezenove horas do primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois reuniram-se presencialmente no auditório da Câmara de Vereadores do Município de Apiúna os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano-CONCIDADES: Valdir Amarante e Janaina Folquening Motta, representantes da Secretaria de Administração, Roberto Carlos da Silva e Maico Meneguelli, representantes da Indústria e Comércio, Liliani Bernardi Foss, representante do Clube de Serviços, Sueli Sasse, representante das instituições de ensino, Jeferson Gadiel Dubiella Pereira, representante da Secretaria de Transportes e Obras, Jeniffer Bueno de Oliveira, representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Rodrigo Bussi e Michele Behling Meneghelli, representantes da Câmara de Vereadores, André Cardoso, representante de instituições religiosas. Também participaram da reunião a Assessora Técnico Jurídico, Carolaine de Lima Bohmann, a Assessora de Planejamento, Letícia Luiza Lange, e o Fiscal de Posturas e Tributos, Luiz Conrado Schmidt. Com o uso da palavra, agradecendo a presença de todos, Carolaine explanou, de forma breve, os objetivos da reunião e sobre a importância do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano municipal. Comentou também sobre a Lei de Criação do Conselho que foi alterada recentemente pela Lei n. 984/2022 de 15/02/2022 que estabeleceu as entidades governamentais e não governamentais que formam o CONCIDADES. Continuando, apontou a falta de um regimento interno para o Conselho e apresentou uma minuta baseada que tomou como base os regimentos do CONCIDADES de municípios da região. A minuta do Regimento Interno foi lido na íntegra e discutido com todos os membros presentes, sendo aprovado por unanimidade. Continuando, ainda com o uso da palavra, Carolaine sugeriu a realização de eleição para compor a diretoria até o encerramento do mandato do atual Conselho. Em seguida, foi aberto para manifestação dos interessados para a candidatura dos cargos que compõem a diretoria do conselho. Para o cargo de presidente, apenas o membro Valdir Amarante, representante da Secretaria de Administração, se candidatou e foi eleito por unanimidade dos votos. Para o cargo de vice-presidente, apenas o membro Roberto Carlos da Silva, representante da Indústria e Comércio, se candidatou e foi eleito por unanimidade dos votos. Para o cargo de secretário, apenas o membro André Cardoso, representante das Instituições de Ensino, se candidatou e foi eleito por unanimidade dos votos. Após o processo de escolha da diretoria, passou-se para a deliberação da proposta do governo de alterações no Plano Diretor. O fiscal de posturas e tributos do Município, Luiz Conrado Schmidt, explicou sobre a necessidade de modificar a nomenclatura de “*macrozona/zona de interesse ambiental e agrícola*”, descrita nos artigos 27, 30, 31 e 43 do atual Plano Diretor, para “*macrozona/zona rural*”, cuja alteração não muda as características ou definições constantes na lei, tratando-se de uma alteração apenas no nome da zona. Luiz também explicou sobre a alteração do inciso III do artigo 59 do Plano Diretor que trata dos afastamentos laterais e dos fundos dos imóveis comerciais de meio de quadra. A Assessora Técnico Jurídico, Carolaine de Lima Bohmann, explicou a necessidade de alteração do artigo 147 do Plano Diretor para ficar de acordo com a Lei n. 534/2006 que fixa a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano recentemente alterada pela Lei n. 984/2022. Luiz explicou sobre a alteração nos anexos I e II do Plano Diretor com o objetivo de atualizar a delimitação do Município de Apiúna tendo em vista as últimas modificações municipais

e estaduais nas áreas limítrofes de Apiúna. A alteração nos anexos I e II também coloca toda a extensão da Rua Ponta Grossa como sendo perímetro urbano e o núcleo do Ribeirão Caeté como sendo área de expansão urbana. Continuando, Luiz explicou que a alteração no anexo III modifica o regramento do uso solo de algumas áreas pertencentes à Macrozona/Zona Rural de “*proibido*” para “*sujeito à análise*”, possibilitando a instalação de habitações, comércios e indústria em área rural mediante análise dos órgãos de fiscalização do Município. Por fim, Luiz também comentou sobre a alteração no anexo V retirando a necessidade de estudo de impacto de vizinhança de circos e depósitos de gás, bem como alterando a exigência do estudo de vizinhança para loteamentos com área útil acima de 50.000m². Ao final, após a abertura para a discussão do plenário, a proposta de alteração do Plano Diretor foi colocada em votação e aprovada por unanimidade dos votos. O plenário fixou também um calendário das reuniões a serem realizadas no ano de 2022. Ficou decidido que as próximas reuniões serão feitas em 02/06/2022, 01/09/2022 e 01/12/2022 às 19 horas no auditório da Câmara de Vereadores de Apiúna. Nada mais para constar, eu, Carolaine de Lima Bohmann, na condição de Secretária Executiva designada pela Secretaria de Administração, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes.

ERRATA 02/2022 - PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2022

Publicação N° 3650754



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE APIÚNA
CNPJ N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E790DC614C1F0248FDDF7A3577DD265EA4F4B827

ERRATA 02/2022**PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2022**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PGR, PCMSO, PPP E OUTROS SERVIÇOS DESCRITOS NESTE EDITAL PARA SETOR DE RECURSOS HUMANOS.

O Prefeito de Apiúna em uso de suas atribuições legais torna público para o conhecimento de quem possa interessar que houve alteração no presente edital no item 6.5.2.

Onde se lia:

6.5.2 Registro do responsável técnico pela empresa, no CRM, CREA, CAU, ou CREFITO conforme o caso de ser Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Fisioterapeuta.

Passa a ler-se:

6.5.2 Comprovação da capacidade técnico-profissional: comprovar que possui em seu quadro funcional, na data do certame, no mínimo, 01 (um) profissional com habilitação técnica e aptidão, devidamente registrado no órgão competente pelo exercício da profissão (CRM ou CREA), que será o Coordenador responsável pelo PGR, mediante:

- a) Comprovação de registro e de regularidade profissional do Engenheiro de Segurança do Trabalho responsável da empresa licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA bem como prova do vínculo do profissional.
- b) Para a elaboração do LTCAT deverá ser indicado, no mínimo, um Engenheiro de Segurança do Trabalho com comprovação do registro do CREA bem como prova do vínculo do profissional.
- c) Para a elaboração do PGR deverão ser indicados, no mínimo, um Engenheiro de Segurança do Trabalho com comprovação do registro do CREA, ou um Técnico em Segurança do Trabalho com registro no MTE bem como prova do vínculo do profissional.
- d) Para elaboração do PCMSO deverá ser indicado um Médico do Trabalho elaborador com comprovação do registro no CRM com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Medicina do Trabalho bem como prova do vínculo do profissional.

Mediante a esta alteração, fica definido nova data para abertura do certame:

Data 17/03/2022.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE APIÚNA
CNPJ N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Data e horário para autenticação de documentos, **CREDENCIAMENTO** e entrega/protocolo de envelopes: **17/03/2022 – Até às 09 horas.**

Data e horário da abertura dos envelopes: **17/03/2022- A partir das 09 horas e 10 minutos.**

Edital e errata disponíveis nos sites www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h. Maiores Informações Fone 47 3353 2000.

As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas.

Apiúna, 28 de fevereiro de 2022.

MARCELO
DOUTEL DA SILVA
89535618920
MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito de Apiúna

Assinado digitalmente por MARCELO DOUTEL DA SILVA 89535618920
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v3, OU=27613072000160, OU=Presencial, OU=Certificado PF A1, CN=MARCELO DOUTEL DA SILVA 89535618920
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.02.28 07:53:13-03'00"
Foxit Reader Versão: 10.1.1

RESOLUÇÃO N. 01/2022 - CONCIDADES

Publicação Nº 3652096

RESOLUÇÃO Nº 01/2022**De 01 de março de 2022**

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CONCIDADES do Município de Apiúna/SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA CIDADE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º da Lei 534/2006 de 06/07/2006, considerando a aprovação do egrégio Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano em reunião realizada no dia 01 de março de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CONCIDADES, o qual é parte integrante desta resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Apiúna/SC, 01 de março de 2022.

Valdir Amarante
Presidente do CONCIDADES

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CONCIDADES
MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º. O presente regimento interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – Concidades do Município de Apiúna-SC.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – Concidades é um órgão colegiado que reúne representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, possui natureza deliberativa e consultiva, regido pelo presente Regimento Interno.

§1º. Como órgão consultivo, emitirá pareceres após aprovação plenária sobre todas as consultas que lhe forem dirigidas.

§2º. Como órgão deliberativo, reunir-se-à ordinariamente e decidirá, por maioria simples dos votos todas as matérias que lhe forem pertinentes.

Art. 3º. O Conselho tem por finalidade analisar e recomendar diretrizes para a formulação e a implementação da política municipal de desenvolvimento urbano.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano do Município de Apiúna, doravante denominado CONCIDADES, criado pela Lei nº 534/2006, de 06 de julho de 2006, funcionará em espaço e nas instalações fornecidas pelo Poder Público municipal.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA

Art. 5º. Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano do Município de Apiúna:

I – propor diretrizes, normas, instrumentos e prioridades da política estadual de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais em consonância com as deliberações emanadas das Conferências, Nacional, Estadual e Regional das Cidades;

II – acompanhar e avaliar a implementação da política de desenvolvimento urbano, em especial as políticas de saneamento ambiental, de trânsito, transporte e mobilidade urbana, habitação e planejamento territorial e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

III – propor mecanismos para integração da política de desenvolvimento urbano com as políticas socioeconômicas e ambientais do Governo Municipal;

IV – promover a cooperação entre os Governos da União, do Estado, dos Municípios e com a sociedade civil, na formulação e execução da sua política de desenvolvimento urbano;

V – promover a integração dos temas da Conferência Municipal e/ou Regional das Cidades com os temas das Conferências Nacional e Estadual;

VI – articular as ações e debates do Conselho de Desenvolvimento Urbano do Município, com os demais Conselhos no âmbito regional, estadual e nacional;

VII – propor a edição de normas gerais urbanísticas e manifestar-se sobre a criação e ou alteração da legislação pertinente ao desenvolvimento urbano no município;

VIII – verificar a aplicação da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano;

IX – propor a criação de instrumentos institucionais e financeiros para a gestão da política urbana;

X – propor as diretrizes para a distribuição do orçamento municipal dos programas de desenvolvimento urbano;

XI – acompanhar e avaliar a execução orçamentária dos programas do Governo Municipal;

XII – convocar e organizar a Conferência Municipal das Cidades ou se for o caso, apoiar a Conferência Regional das Cidades;

XIII – acompanhar e avaliar o cumprimento das resoluções das Conferências Nacional e Estadual das Cidades;

XIV – promover, em parceria com organismos governamentais e não-governamentais, a identificação de sistemas de indicadores, no sentido de estabelecer metas e procedimentos com base nesses indicadores, para monitorar a aplicação das atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano;

XV – estimular ações que visem propiciar a geração, apropriação e utilização de conhecimentos científicos, tecnológicos, gerenciais e organizativos pelas populações das áreas urbana e rural;

XVI – promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação

e os resultados estratégicos alcançados pelos programas e projetos desenvolvidos pelo Governo Municipal;

XVII – estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação controle social, visando fortalecer o desenvolvimento urbano sustentável;

XVIII – incentivar a capacitação dos recursos humanos para o desenvolvimento urbano;

XIX – incentivar a criação, a estruturação e o fortalecimento institucional de conselhos afetos à política de desenvolvimento urbano na esfera municipal, indicando as diretrizes e critérios para sua composição;

XX – criar formas de interlocução entre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano no âmbito nacional e estadual, estimulando a troca de experiências;

XXI – elaborar e aprovar o regimento interno;

XXII – dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões; e

XXIII – praticar outros atos e atividades compatíveis com sua finalidade.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I

Dos Órgãos do Conselho Municipal

Art. 6º. Os órgãos que integram o Conselho são:

I – Diretoria;

II – Plenário;

III – Secretaria Executiva.

SUBSEÇÃO I

Da Diretoria

Art. 7º. A diretoria é a representação máxima do Conselho, a reguladora dos seus trabalhos e fiscal de sua ordem, composta por:

I – Presidente;

II – Vice-presidente;

III – Secretário.

Art. 8º. Deverá ser eleito na primeira sessão plenária de cada mandato, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário, que terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzido.

Parágrafo único. Havendo empate, a vaga será do candidato com maior idade.

Art. 9º. A presidência será exercida pelo presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, em sua ausência ou impedimento, pelo vice-presidente.

Parágrafo único. Ocorrendo ausência do presidente e do vice-presidente a presidência será exercida pelo secretário.

Art. 10. Nos casos de vacância do cargo de presidente, o vice-presidente completará o mandato.

Art. 11. Ocorrendo a vacância dos cargos de presidente e vice-presidente, o Secretário comandará os trabalhos de eleição para a recomposição de nova presidência e vice-presidência que completarão o mandato.

Art. 12. Ao Presidente compete:

I – convocar e presidir as reuniões do Plenário;

II – ordenar o uso da palavra;

III – submeter à votação as matérias a serem decididas pelo

Plenário;

IV – submeter à apreciação do Plenário o relatório anual do Conselho;

V – encaminhar ao Prefeito Municipal exposições de motivos e informações sobre as matérias de competência do Conselho;

VI – delegar competências aos Conselheiros, quando necessário;

VII – zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento tomando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias;

VIII – solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;

IX – homologar deliberações e atos do Conselho;

X – assinar e fazer público as atas aprovadas das reuniões do Conselho.

Art. 13. Ao Vice-Presidente compete:

I – Substituir o presidente nas suas ausências ou impedimentos;

II – Participar das discussões e votações nas sessões plenárias com direito a voto;

Art. 14. Ao Secretário compete:

1 – Orientar, coordenar e fiscalizar os serviços da secretaria.

II – Remeter à aprovação da plenária os pedidos e registros das entidades governamentais e não governamentais.

SUBSEÇÃO II

Do Plenário

Art. 15. O Plenário do Conselho é composto por 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) suplentes, doravante denominados conselheiros, de forma paritária, representantes das instituições governamentais e não governamentais do Município de Apiúna, com direito à voz e voto, consistindo em:

I – 04 (quatro) representantes do Poder Público, indicados pelo Prefeito Municipal, sendo:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Transportes e Obras;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ou da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Cultura;

d) 1 (um) representante da Câmara de Vereadores.

II – 06 (seis) representantes de organizações de entidades da sociedade civil e dos movimentos sociais e populares, sendo:

a) 1 (um) representante de Clubes de Serviços;

b) 1 (um) representante da Instituição de Ensino;

c) 1 (um) representante de Sindicatos Locais;

- d) 1 (um) representante de Instituições Religiosas;
- e) 1 (um) representante de Associações Locais;
- f) 1 (um) representante da Indústria e Comércio.

Parágrafo único. Os suplentes serão, obrigatoriamente, da mesma entidade ou órgão de origem dos respectivos titulares.

Art. 16. O mandato dos conselheiros do Conselho será de 02 (dois) anos, sendo admitida recondução por igual período.

Art. 17. O conselheiro perderá seu mandato se computada sua falta em 03 (três) reuniões consecutivas ou em 05 (cinco) reuniões alternadas no mesmo ano, nas quais não houve substituição pelo suplente.

§1º. A justificativa de ausência do conselheiro titular não será fato impeditivo para computar falta deste.

§2º. Não será computada a falta da entidade se o conselheiro titular se fizer representar pelo suplente.

SUBSEÇÃO III

Da Secretaria Executiva

Art. 18. A Secretaria Executiva do Conselho será constituída por servidores disponibilizados pelo Executivo Municipal, e terá como atribuições:

- I – organizar e ter a guarda do arquivo do Conselho;
- II – providenciar a anotação dos presentes e colher suas assinaturas;
- III – providenciar o envio das comunicações, convocações e as atas aos conselheiros;
- IV – providenciar a elaboração e arquivo das atas das reuniões, assentadas em livro-próprio;
- V – organizar o Expediente do Conselho;
- VI – encaminhar os pedidos de informações, fazendo-os constar do expediente do Conselho;
- VII – receber e encaminhar ao presidente as proposições dos conselheiros;

VIII – redigir as atas.

SEÇÃO II

Das Atribuições dos Conselheiros

Art. 19. Ao conselheiro compete:

- I – discutir e votar todas as matérias submetidas ao Conselho;
- II – apresentar proposições, propostas de resoluções e moções;
- III – colaborar com a Presidência e Secretariado no cumprimento de suas atribuições;
- IV – requerer, na forma deste regimento, a convocação de reunião extraordinária para a apreciação de assunto relevante;
- V – propor antecipadamente, por escrito, via secretaria executiva, a inclusão de matérias na pauta das sessões;
- VI – solicitar o registro em ata de seu ponto de vista;
- VII – propor convite a colaboradores para acrescentar subsídios aos assuntos de competência do Conselho.

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES

Art. 20. O Plenário do Conselho reunir-se-á, ordinariamente, a cada 90 (noventa) dias, ou extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, ou em decorrência de requerimento de 1/3 (um terço) dos seus conselheiros.

§ 1º. As convocações para as reuniões do Conselho serão feitas com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 2º. As reuniões extraordinárias serão convocadas com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência.

§ 3º. Serão convocados os conselheiros titulares e convidados os conselheiros suplentes, sendo que em caso de ausência do titular este é que deverá convocar seu suplente para substituí-lo nas reuniões.

§ 4º. As reuniões do conselho terão duração prevista de até 2 (duas) horas e

poderão manter-se em caráter permanente até a solução da matéria objeto de deliberação, desde que aprovado pelo conselho.

§ 5º. A minuta da ata da reunião anterior, a convocação e pauta da reunião subsequente deverão ser previamente elaboradas e encaminhadas pelo presidente, via secretaria executiva, aos conselheiros.

Art. 21. As reuniões do Plenário devem ser relatadas em atas nas quais constará:

I – relação de participantes e órgão ou entidade que representa;

II – resumo de cada informe;

III – relação dos temas abordados; e

IV – deliberações tomadas a partir do registro dos votos a favor, contra e abstenções.

Art. 22. Os conselheiros poderão fazer uso da palavra para esclarecer suas proposições, respeitando-se a ordem cronológica de inscrição das mesmas junto à presidência da mesa.

Art. 23. As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples dos presentes com direito a voto.

§ 1º. O quórum mínimo para instalação e funcionamento dos trabalhos será de 1/3 (um terço) dos conselheiros com direito a voto.

§ 2º. O quórum mínimo para as deliberações será de metade mais um dos conselheiros com direito a voto.

Art. 24. O Presidente do Conselho exercerá o voto de desempate.

Art. 25. Poderão ser convidados a participar das reuniões do Conselho personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como outros técnicos, sempre que da pauta constar tema de suas áreas de atuação.

Art. 26. As deliberações, pareceres e recomendações do Conselho serão formalizadas mediante resoluções homologadas pelo seu presidente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas sendo seu exercício considerado serviço de relevante interesse público.

Art. 28. A critério do plenário, poderão ser criados comitês técnicos ou grupos de trabalho em caráter permanente ou transitório que terão caráter essencialmente complementar à atuação do Conselho.

§ 1º. Os comitês ou grupos de trabalho serão dirigidos por um coordenador escolhido pelo plenário.

§ 2º. A constituição e funcionamento de cada grupo serão estabelecidos em resolução específica com a indicação clara de sua finalidade, objetivo, prazo e demais aspectos.

§ 3º. Ao final dos trabalhos, o grupo ou comitê apresentarão relatório conclusivo da matéria submetida a estudo ao plenário.

Art. 29. As resoluções do Conselho deverão ser publicadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua aprovação pelo plenário.

Art. 30. A Secretaria de Administração dará apoio para o funcionamento e proverá os recursos necessários para a operação e implementação das decisões do Conselho.

Art. 31. As dúvidas e os casos omissos deste Regimento serão resolvidos pelo presidente com referendo do plenário.

Art. 32. O presente Regimento Interno entrará em vigor na data da sua publicação, só podendo ser modificado mediante apresentação de proposta de emenda subscrita por um terço dos conselheiros e aprovada por quórum qualificado de 2/3 (dois terços) de seus membros titulares.

Araquari

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N° 015/2022

Publicação N° 3651126

PORTARIA N° 015/2022, de 15 de fevereiro de 2022.

Dispõe sobre tabela salarial e progressão funcional do quadro efetivo e comissionado da Câmara de Vereadores de Araquari – SC conforme Lei Complementar 363/2022.

NEUZIR ELIO MACHADO, Presidente da Câmara de Vereadores de Araquari, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município que,

RESOLVE:

Art 1° - Tornar público a tabela salarial e de progressão funcional dos servidores do quadro efetivo da Câmara de Vereadores de Araquari e tabela salarial dos servidores nomeados em cargos de provimento em comissão.

Art 2° Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos à 02 de fevereiro de 2022.

Araquari - SC, em 15 de fevereiro de 2022.

NEUZIR ELIO MACHADO
Presidente da Câmara de Vereadores de Araquari/SC.

QUADRO DE CARGOS PERMANENTES		TABELA SALARIAL (REENQUADRAMENTO) - LEI COMPLEMENTAR - 363/2022									
CARGO		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
PROCURADOR JURÍDICO	1	R\$ 11.276,89	R\$ 12.179,04	R\$ 13.153,36	R\$ 14.205,64	R\$ 16.492,75	R\$ 16.822,61	R\$ 17.159,06	R\$ 17.502,24	R\$ 17.852,28	R\$ 18.209,33
	2	R\$ 18.573,51	R\$ 18.944,98	R\$ 19.323,88	R\$ 19.710,36	R\$ 20.104,56	R\$ 20.506,65	R\$ 20.916,78	R\$ 21.335,12	R\$ 21.761,82	R\$ 22.197,05
CONTADOR	1	R\$ 4.986,05	R\$ 5.384,93	R\$ 5.815,72	R\$ 6.280,98	R\$ 7.326,14	R\$ 7.472,66	R\$ 7.622,11	R\$ 7.774,55	R\$ 7.930,04	R\$ 8.088,64
	2	R\$ 8.250,41	R\$ 8.415,42	R\$ 8.583,73	R\$ 8.755,40	R\$ 8.930,51	R\$ 9.109,12	R\$ 9.291,30	R\$ 9.477,13	R\$ 9.666,67	R\$ 9.860,00
MOTORISTA	1	R\$ 1.620,64	R\$ 1.750,30	R\$ 1.890,32	R\$ 2.041,55	R\$ 2.204,87	R\$ 2.381,26	R\$ 2.571,76	R\$ 2.777,50	R\$ 2.999,70	R\$ 3.239,68
	2	R\$ 3.498,84	R\$ 3.778,76	R\$ 4.081,06	R\$ 4.407,55	R\$ 4.760,15	R\$ 5.493,96	R\$ 5.603,84	R\$ 5.715,92	R\$ 5.830,23	R\$ 5.946,84
TELEFONISTA	1	R\$ 2.447,08	R\$ 2.642,85	R\$ 2.854,27	R\$ 3.082,62	R\$ 3.895,61	R\$ 3.973,52	R\$ 4.052,99	R\$ 4.134,05	R\$ 4.216,73	R\$ 4.301,06
	2	R\$ 4.387,08	R\$ 4.474,82	R\$ 4.564,32	R\$ 4.655,60	R\$ 4.748,71	R\$ 4.843,68	R\$ 4.940,55	R\$ 5.039,36	R\$ 5.140,15	R\$ 5.242,95
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	1	R\$ 1.677,90	R\$ 1.812,13	R\$ 1.957,11	R\$ 2.113,67	R\$ 2.989,81	R\$ 3.049,61	R\$ 3.110,60	R\$ 3.172,81	R\$ 3.236,27	R\$ 3.300,99
	2	R\$ 3.367,01	R\$ 3.434,35	R\$ 3.503,04	R\$ 3.573,09	R\$ 3.644,55	R\$ 3.717,44	R\$ 3.791,79	R\$ 3.867,62	R\$ 3.944,97	R\$ 4.023,87
AGENTE ADMINISTRATIVO	1	R\$ 3.791,02	R\$ 3.866,84	R\$ 3.944,18	R\$ 4.023,05	R\$ 4.103,51	R\$ 4.185,58	R\$ 4.269,29	R\$ 4.354,68	R\$ 4.441,76	R\$ 4.530,59
	2	R\$ 4.621,20	R\$ 4.713,62	R\$ 4.807,89	R\$ 4.904,05	R\$ 5.002,12	R\$ 5.102,14	R\$ 5.204,18	R\$ 5.308,26	R\$ 5.414,43	R\$ 5.522,71
ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1	R\$ 4.896,62	R\$ 4.994,55	R\$ 5.094,44	R\$ 5.196,33	R\$ 5.300,26	R\$ 5.406,26	R\$ 5.514,39	R\$ 5.624,67	R\$ 5.737,17	R\$ 5.851,91
	2	R\$ 5.968,95	R\$ 6.088,33	R\$ 6.210,09	R\$ 6.334,29	R\$ 6.460,98	R\$ 6.590,20	R\$ 6.722,00	R\$ 6.856,44	R\$ 6.993,57	R\$ 7.133,44
ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO PESSOAL	1	R\$ 4.896,62	R\$ 4.994,55	R\$ 5.094,44	R\$ 5.196,33	R\$ 5.300,26	R\$ 5.406,26	R\$ 5.514,39	R\$ 5.624,67	R\$ 5.737,17	R\$ 5.851,91
	2	R\$ 5.968,95	R\$ 6.088,33	R\$ 6.210,09	R\$ 6.334,29	R\$ 6.460,98	R\$ 6.590,20	R\$ 6.722,00	R\$ 6.856,44	R\$ 6.993,57	R\$ 7.133,44
CONTROLADOR INTERNO	1	R\$ 5.896,89	R\$ 6.014,83	R\$ 6.135,12	R\$ 6.257,83	R\$ 6.382,98	R\$ 6.510,64	R\$ 6.640,83	R\$ 6.773,65	R\$ 6.909,12	R\$ 7.047,30
	2	R\$ 7.188,25	R\$ 7.332,00	R\$ 7.478,64	R\$ 7.628,22	R\$ 7.780,77	R\$ 7.936,39	R\$ 8.095,11	R\$ 8.257,01	R\$ 8.422,15	R\$ 8.590,59

QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS	
CARGO	SALÁRIO
DIRETOR ADMINISTRATIVO	R\$ 6.252,53
DIRETOR FINANCEIRO	R\$ 6.252,53
CHEFE DE GABINETE	R\$ 6.502,53
ASSESSOR LEGISLATIVO	R\$ 3.157,39
ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA	R\$ 3.157,39
ASSESSOR PARLAMENTAR DE BANCADA	R\$ 3.005,89
ASSESSOR PARLAMENTAR	R\$ 3.005,89
VEREADOR	R\$ 7.426,02
PRESIDENTE DA CÂMARA	R\$ 10.387,85

ESTÁGIÁRIO ENSINO MÉDIO	R\$ 1.007,36
ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR	R\$ 1.317,31

Araranguá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N° 30/2022 - RERATIFICAÇÃO

Publicação N° 3648366

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - RERATIFICAÇÃO

EDITAL N° 30/2022

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de 01 motoniveladora com cabine fechada (nova) a ser utilizada nos serviços prestados pela Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Araranguá, cujas especificações encontram-se detalhadas no termo de referência anexo ao edital de licitação.

TIPO DA LICITAÇÃO: Menor preço por item

Onde se lê:

	Especificação Mínimas Exigidas	Unidade	Quant.	Valor Unitário Máximo admitido (R\$)
1	MOTONIVELADORA COM CABINE FECHADA NOVA Motoniveladora nova de pneus; zero km; cabine fechada, ar condicionado, radio AM/FM, entrada USB; ano de fabricação e modelo 2021/2022; combustível diesel, potência mínima de 180 hp; turbo alimentado; tração no mínimo 6x4 original de fábrica; sistema hidráulico com bomba de vazão não inferior de 50 L/min, pressão mínima da bomba de 16 mpa, peso operacional maior que 17.000 kg; transmissão "Powershift" ou conversor de torque; mínimo 07 marchas a frente e 04 marchas à ré original de fábrica; direção hidráulica ou eletrohidráulica; lâmina com comprimento mínimo de 3.600 mm e altura de 630 mm; facas de corte substituíveis de no mínimo 16 mm, ângulo de rotação do círculo de 360°, ângulo máximo de talude em ambos os lados de 90°; lâminas com acionamento hidráulicos de dentro da cabine; ripper com peso mínimo de 1.100 kg e 5 dentes; pneus 17,5x25 - 16 lonas aro 14; capacidade do tanque de combustível mínima de 250 L. Veículo deverá conter todos os instrumentos vitais a seu funcionamento, assim como horímetro, indicação de pressão no óleo do motor, tacômetro, indicador de temperatura de arrefecimento do motor, indicador de nível de combustível, luzes de advertência, e todos os equipamentos necessários, conforme as legislações e normas vigentes. O veículo deverá ser entregue com espelhos retrovisores, iluminações frontais e traseiras, conforme normas e leis de trânsito para a circulação para vias públicas, exigidas pelo CONTRAM.	Unidade	1	1.015.333,33

Leia - se:

	Especificação Mínimas Exigidas	Unidade	Quant.	Valor Unitário Máximo admitido (R\$)
1	MOTONIVELADORA COM CABINE FECHADA NOVA Motoniveladora nova de pneus; zero km; cabine fechada, ar condicionado, radio AM/FM, entrada USB; ano de fabricação e modelo 2021/2022; combustível diesel, potência mínima de 180 hp; turbo alimentado; tração no mínimo 6x4 original de fábrica; sistema hidráulico com bomba de vazão não inferior de 50 L/min, pressão mínima da bomba de 16 mpa, peso operacional	Unidade	1	1.015.333,33

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

<p>maior que 17.000 kg; transmissão "Powershift" ou conversor de torque; mínimo 06 marchas a frente e 03 marchas à ré original de fábrica; direção hidráulica ou eletrohidráulica; lâmina com comprimento mínimo de 3.600 mm e altura de 630 mm; facas de corte substituíveis de no mínimo 16 mm, ângulo de rotação do círculo de 360°, ângulo máximo de talude em ambos os lados de 90°; lâminas com acionamento hidráulicos de dentro da cabine; ripper com peso mínimo de 1.100 kg e 5 dentes; pneus 17,5x25 - 12 lonas aro 14; capacidade do tanque de combustível mínima de 250 L. Veículo deverá conter todos os instrumentos vitais a seu funcionamento, assim como horímetro, indicação de pressão no óleo do motor, tacômetro, indicador de temperatura de arrefecimento do motor, indicador de nível de combustível, luzes de advertência, e todos os equipamentos necessários, conforme as legislações e normas vigentes. O veículo deverá ser entregue com espelhos retrovisores, iluminações frontais e traseiras, conforme normas e leis de trânsito para a circulação para vias públicas, exigidas pelo CONTRAM.</p>			
---	--	--	--

Devido a alteração nas especificações reabre-se os prazos legais, conforme abaixo:

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 08h45min do dia 14 de Março de 2022, no Serviço de Protocolo Geral da Prefeitura, sito à Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, centro.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 09h00min do dia 14 de Março de 2022, na sala de reuniões do Departamento de Licitações da Prefeitura.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar nº147/2014, Decreto Municipal nº. 2.676/2005 de 19 de Maio de 2005, Lei Complementar Municipal nº 310/2021 e demais legislações aplicáveis.

EDITAL COMPLETO E INFORMAÇÕES: Está à disposição dos interessados no horário de expediente da Prefeitura, no endereço eletrônico: www.ararangua.sc.gov.br, e afixado no mural, localizado no hall de entrada da sala do Departamento de Licitações da Prefeitura. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 0XX48 3521-0929 ou pelo e-mail: licitacao@ararangua.sc.gov.br.

Araranguá, SC, 25 de Fevereiro de 2022.

Cesar Antônio Cesa

Prefeito

Liliane Silva de Souza

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

Arroio Trinta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 39

Publicação Nº 3651835

PORTARIA Nº 39, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

Nomeia Servidora para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

JOÃO PAULO TERCI, Prefeito Municipal em Exercício de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 1712/2014, Lei Complementar nº 1713/2014 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 0001/2018,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público a senhora, NEIDE SERIGHELLI LOCATELLI, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, portadora da cédula de identidade nº 4.624.029, expedida pela SSP – SC e inscrita no CPF sob nº 054.052.959-14, classificada em 9º lugar no Concurso Público, Edital nº 0001/2018 para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II - A, Lotada na Secretaria Municipal de Educação do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre

07h45 às 11h45 e 13h30 às 17h30, de 2ª à 6ª feira, com vencimentos em Lei, a partir do dia 01 de março de 2022.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 01 de março de 2022.

JOÃO PAULO TERCI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 40

Publicação Nº 3651836

PORTARIA Nº 40, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

Nomeia Servidora para Cargo Efetivo, e dá outras providências.

JOÃO PAULO TERCI, Prefeito Municipal em Exercício de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 1712/2014, Lei Complementar nº 1713/2014 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e de acordo com o Edital de Concurso Público nº 0001/2018,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público a senhora, JULIANA FRIEBEL VICENTIN, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, portadora da cédula de identidade nº 4.978.159, expedida pela SSP – SC e inscrita no CPF sob nº 061.586.709-01, classificada em 10º lugar no Concurso Público, Edital nº 0001/2018 para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível II - A, Lotada na Secretaria Municipal de Educação do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40:00 (quarenta) horas semanais, no horário compreendido entre 06h30 às 10h30 e 12h30 às 16h30, de 2ª à 6ª feira, com vencimentos em Lei, a partir do dia 01 de março de 2022.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 01 de março de 2022.

JOÃO PAULO TERCI
Prefeito Municipal em Exercício

TERMO DE ADITIVO Nº 0001/2022 AO CONTRATO Nº 0081/2021

Publicação Nº 3650790

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1CA8ED0B22EAEC1D8018F388804253C92D6B3BF7

Estado de Santa Catarina
Município de Arroio Trinta

TERMO ADITIVO Nº 0001/2022 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº 0081/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA.

Processo Administrativo nº 0158/2021 - PR**Pregão nº 0068/2021 - PR**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar perfuração de poços tubulares profundos, para atendimento das necessidades de demanda de água em duas localidades do interior do Município de Arroio Trinta, conforme exigências do Edital e seus anexos.

O **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, nº 26, Centro - Arroio Trinta / SC, CEP: 89.590-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.826.462/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal em exercício, Senhor, **JOÃO PAULO TERCI**, portador do CPF sob nº 020.540.039-64 e Carteira de Identidade nº 3.535.553, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo nº 522, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.250.019/0001-38 e estabelecida à Avenida Dom Pedro II, 245, São Paulo, Tapejara, Rio Grande do Sul, CEP: 99.950-000, representada pelo Sr. **MARCIO PARISOTTO**, inscrito no CPF nº 008.075.280-21, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Termo Aditivo de Prorrogação de prazo e valor, em conformidade com o que consta no Contrato nº 0081/2021, mediante às cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto:

1.1.1. A prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 60(sessenta) dias, passando o prazo para 30 de abril de 2022, em virtude da não liberação dos Recursos financeiros pelo Governo do Estado de Santa Catarina, conforme justificativa anexo, parte integrante deste Termo.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA – DO VALOR

1

Rua XV de Novembro, 26 - 89.590-000 Arroio Trinta SC - Fone: 49 3535.6000 - Fax: 49 3535-6010



Estado de Santa Catarina
Município de Arroio Trinta



2.1. Fica aditivado, ao Contrato original, o valor de **R\$1.287,68(UM MIL, DUZENTOS E OITENTA E SETE REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS)**, referente Placa de Obras, não previsto no Edital de Licitação.

CLÁUSULA ADITIVA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado, naquilo que não conflitem com o presente aditamento.

CLÁUSULA ADITIVA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá à CONTRATANTE a publicação do presente Termo Aditivo, nos termos do disposto no Art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arroio Trinta – SC, 25 de fevereiro de 2022.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ Nº 82.826.462/0001-27
JOÃO PAULO TERCÍ
PREFEITO MUNICIPAL E EXERCÍCIO

CONTRATADA:

PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA
CNPJ Nº 13.250.019/0001-38
MÁRCIO PARISOTTO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
CPF Nº: 789.542.589-72

ORLANDO BALDO
CPF Nº: 386.735.509-63

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 0017/2022

Publicação Nº 3652116

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9D9ED3A2CCDCECB2AE2F601E62638C3944561291

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 0017/2022
TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC E O CTI – CENTRO DE
TRADIÇÕES ITALIANAS DE ARROIO TRINTA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no C.N.P.J. sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Senhor, **JOÃO PAULO TERCI**, portador do CPF sob nº 020.540.039-64 e Carteira de Identidade nº 3.535.553, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo nº 522, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, doravante denominado apenas MUNICÍPIO, e a organização da sociedade civil, CTI – CENTRO DE TRADIÇÕES ITALIANAS DE ARROIO TRINTA, inscrita no CNPJ sob nº 01.709.992/0001-93, com sede na Rua Orlando Zardo, Nº 13 Bairro Centro, cidade de ARROIO TRINTA - SC/, representado por sua Presidente Senhora, **SUSANA ANCILIERO**, brasileira, Portadora do CPF sob nº 047.974.789-00 e CI sob nº 4.508.764, residente e domiciliada na cidade de Arroio Trinta – SC, doravante denominada apenas Organização da Sociedade Civil, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e suas alterações, consoante o processo administrativo nº 0010/2022 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de COLABORAÇÃO, decorrente da Lei 13.019/2014, tem por objeto o repasse de recursos para o CTI – CENTRO DE TRADIÇÕES ITALIANAS DE ARROIO TRINTA, visando contribuir com o pagamento de despesas de empresa terceiriza para pagamento de Maestro do Coral Infantil, Coral Adulto e Professor do Grupo de Danças Italianas, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I – DO MUNICÍPIO:

- a) fornecer apoio específico de prestação de contas à organização da sociedade civil por ocasião da celebração desta parceria, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação à referida organização eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou termo de COLABORAÇÃO;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- h) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de COOPERAÇÃO;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso aos servidores do Município repassador dos recursos, do Controle Interno e do Tribunal de Contas do Estado correspondentes aos

processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de COLABORAÇÃO, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de COLABORAÇÃO, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

i) estar regular, durante a vigência deste termo de COLABORAÇÃO, perante as Fazendas Municipal, Estadual, Federal e Justiça do Trabalho, bem como junto ao INSS e FGTS;

j) realizar pesquisa de preço, através de no mínimo 3 (três) orçamentos quando houver prestação de serviços e antes de promover aquisição de materiais permanentes e/ou reformas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Cooperação é de **R\$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais).**

3.2 –O valor será repassado em 10 parcelas, no valor de R\$3.800,00 (Três mil e oitocentos reais), sendo a primeira em até 10(dez) dias após a assinatura e as demais após a prestação de contas, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária, **1.2005.13.392.13.2.18.0.339000 – Aplicações Diretas.**

CLÁUSULA QUARTA: DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de COLABORAÇÃO, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada

em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de COLABORAÇÃO ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de COLABORAÇÃO;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA: DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo de Cooperação deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos; VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo COLABORAÇÃO vigorará durante 10(dez) meses a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de COLABORAÇÃO.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o MUNICÍPIO promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Cooperação, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de COLABORAÇÃO ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pelo MUNICÍPIO;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a

execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do Termo de COLABORAÇÃO com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

III – demonstrativo da execução de receita e despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e pelo responsável financeiro;

IV – extrato da conta bancária específica, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos;

V- orçamentos quando for o caso;

VI - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria, devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração;

VII - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, na prestação de contas final;

VIII - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

IX - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos na prestação de contas final, quando for o caso; e

VI -lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso. §

§1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A Organização da Sociedade Civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos após cada repasse e a prestação de contas final no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - O MUNICÍPIO considerará, ainda, em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de COLABORAÇÃO.

8.3 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - os impactos econômicos ou sociais;
III - o grau de satisfação do público-alvo;
IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.4 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;
II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.5 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º - Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.6 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável

justificadamente por igual período. Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.7 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.8 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.9 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de COLABORAÇÃO e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.10 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA: DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua

vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de COLABORAÇÃO com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de COLABORAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Organização da Sociedade Civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de COLABORAÇÃO.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a entidade formalizar promessa de transferência da propriedade ao MUNICÍPIO, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de colaboração/termo de COOPERAÇÃO poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
-) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente Termo de COLABORAÇÃO ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste

instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no sítio oficial do Município, o qual deverá ser providenciada pelo MUNICÍPIO no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este Termo de COLABORAÇÃO serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de COLABORAÇÃO, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados. - O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de COLABORAÇÃO, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Videira - SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, vai lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

ARROIO TRINTA - SC, 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNIICPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ: 82.826.462/0001-27

JOÃO PAULO TERCI

PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO

CTI – CENTRO DE TRADIÇÕES ITALIANAS
SUSANA ANCILIERO
CPF sob nº 047.974.789-00

TEESTEMUNHAS:

MARCILENE DE OLIVEIRA BALDO
CPF Nº: 934.260.891-49

ADRIANE BIAVA
CPF Nº: 733.056.699-34

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0001 2022

Publicação Nº 3650821

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EEC28A656A4FB014ED264F74B5962A53580CBD6A

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

Processo Administrativo nº: 0010/2022 - CP
Chamamento Público nº: 0001/2022 -CP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Arroio Trinta em exercício, senhor João Paulo Terci, considerando a decisão proferida pela Comissão de Seleção e Julgamento, designada através da Portaria Nº 15 de 20 de janeiro de 2022, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93 e no art. 4º, XXII da Lei 10.520/2002, resolve:

HOMOLOGAR o procedimento licitatório em epígrafe, do tipo Técnica e preço Global, tendo como objeto a **REALIZAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO OBJETIVANDO CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO, QUE TERÁ POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA A EXECUÇÃO DE PROJETOS QUE ABRANGEM PROGRAMAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES OU INOVADORES, PARA ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, SENDO UM MAESTRO PARA O CORAL MUNICIPAL ADULTO, UM MAESTRO PARA O CORAL MUNICIPAL INFANTIL E PROFESSOR DE DANÇAS, PARA O GRUPO DE DANÇAS ITALIANAS.**, nestes termos:

Licitante vencedor e seus respectivos itens:

715 - CTI - CENTRO DE TRADIÇÕES ITALIANAS (01.709.992/0001-93)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
------	------------------	--------------	------	----------------------	-------------------

1	37294 - Repasse mensal de valores de Termo de Colaboração: Maestro Coral Municipal Adulto.	Mês	10	1.200,00	12.000,00
2	37295 - Repasse mensal de valores de Termo de Colaboração: Maestro Coral Municipal Infantil.	Mês	10	1.400,00	14.000,00
3	37296 - Repasse mensal de valores de Termo de Colaboração: Professor de Danças Italianas.	Mês	10	1.200,00	12.000,00
Valor Total				38.000,00	

Arroio Trinta – SC, 25 de fevereiro de 2022.

JOÃO PAULO TERCÍ
Prefeito Municipal em exercício

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0011/2022

Publicação Nº 3650769

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AAC9C3E04961E9B8018645F2C7D4378B68609F79

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

Processo Administrativo Nº 0032/2022 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0011/2022 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta em exercício, senhor João Paulo Terci, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº DECRETO Nº 2151, de 14 de junho de 2021, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente **Dispensa por Justificativa**, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. IV da Lei 8.666/93 e tendo como objeto **Contratação emergencial de empresa especializada para prestação de serviços necessários objetivando o restabelecimento do fornecimento de água potável, em atendimento as necessidades de pelo menos 18 famílias atendidas pelo poço artesiano da Linha Sagrada Família, de acordo com o Decreto Nº 2262 de 23 de fevereiro de 2022.**, nestes termos:

Proponente que apresentou o menor preço e seu respectivo item:

1533 - LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA (95.876.447/0001-35)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	37442 - Mão de obra necessária para restabelecimento do Poço Artesiano localizado na Linha Sagrada Família. - Mão de obra de retirada de bomba submersa (localizada a mais ou menos 300 metros profundidade) - Instalação de bomba submersa em forma de empréstimo. - Incluso serviço de guindaste para içamento da bomba.	Un	1	9.075,00	9.075,00
Valor Total				9.075,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 25 de fevereiro de 2022.

JOÃO PAULO TERCI
Prefeito em exercício de Arroio Trinta.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 0004 2022 (FMS)

Publicação Nº 3651043

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EC206BEB5C2436FA2DC783274B51FC049FD846F2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA
CNPJ: 10.479.381/0001-97
RUA FRANCISCO NAVA, 57, CENTRO
CEP: 89.590-000 - ARROIO TRINTA - SC

HOMOLOGAÇÃO

A Sra. Juliana Serighelli, Gestora do Fundo Municipal de Saúde do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo Administrativo Nº 0005/2022 - PR

Pregão Presencial Nº: 0004/2022 - PR

Data Homologação: 25/02/2022

Objeto da Licitação: Escolha da proposta mais vantajosa objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de armações e lentes oftalmológicas de grau, em atendimento as necessidades de Munícipes Arroiotrintenses que possuem diminuição de acuidade visual, fazendo jus ao uso de lentes corretivas, através do Fundo Municipal de Saúde que fará a fiscalização contratual, de acordo com as exigências estabelecidas pelo Edital e seus anexos.

Fornecedor e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

1954 - OPTICA FOCAL LTDA - ME (17.881.835/0001-09)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	37392 - Lente oftálmica bifocal, 00 até 3,00.	Un	Precision	8	92,08	736,64
2	37393 - Lente oftálmica bifocal, de 3,00 ou acima.	Un	Precision	4	149,17	596,68
3	37394 - Lente oftálmica cilíndrica, de 00 até 2,00 graus.	Un	Precision	100	38,77	3.877,00
4	37395 - Lente oftálmica cilíndrica, de 2,00 até 4,25 graus.	Un	Precision	8	69,30	554,40
5	37396 - Lente oftálmica, alto índice, +- 6,00 a +- 6,00	Un	Precision	6	135,64	813,84

	8,00.					
6	37397 - Lente oftálmica orgânica esférica, acima de 4,25 graus.	Un	Precision	10	108,35	1.083,50
7	37398 - Lente oftálmica multifocal, de 00 até 3,00 graus.	Un	Precision	20	100,32	2.006,40
8	37399 - Lente oftálmica multifocal, com ADD de 3,00 graus ou acima.	Un	Precision	14	118,47	1.658,58
9	37400 - Lente oftálmica multifocal fotossensível, de 00 até 3,00 graus.	Un	Precision	2	244,88	489,76
10	37401 - Lente oftálmica multifocal fotossensível, com ADD 3,00 graus ou acima.	Un	Precision	2	340,92	681,84
11	37402 - Armação metal.	Un	Precision	40	95,70	3.828,00
12	37403 - Armação Acetato.	Un	Precision	40	102,30	4.092,00
Total (R\$):						20.418,64

Forma de Pagamento: O Município, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, efetuará os pagamentos através de depósito ou transferência bancária até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços/fornecimento dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal, acompanhada das autorizações emitidas pela Secretaria de Saúde.

Prazo de Entrega: O fornecimento deverá ser realizado de forma fracionada ao longo do exercício de 2022, sendo que após recebimento da autorização de fornecimento, a contratada deverá realizar o fornecimento de lentes e armações em até 10 (dez) dias após solicitação.

Forma de Reajuste: Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

Local de Entrega: A contratada deverá efetuar o atendimento aos pacientes encaminhados, realizando prova de lentes e armações de óculos, em estabelecimento próprio, conforme autorizações da Secretaria de Saúde. A contratada deverá possuir sede localizada a um raio máximo de 40Km do Município de Arroio Trinta objetivando não tornar oneroso o deslocamento dos pacientes até o local de atendimento.

Arroio Trinta - SC, 25 de fevereiro 2022

JULIANA SERIGHELLI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇO 0003 2022

Publicação Nº 3650901

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A59215C64C638C2A43DD1A76D2E145C647A45344

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

Processo Administrativo nº: 0021/2022 - TP
Tomada de Preço Presencial nº: 0003/2022 - TP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal em Exercício de Arroio Trinta, senhor João Paulo Terci, considerando a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações designada através do Decreto nº DECRETO Nº 2151, de 14 de junho de 2021., bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93 e no art. 4º, XXII da Lei 10.520/2002, resolve:

HOMOLOGAR o procedimento licitatório em epígrafe, do tipo Menor preço Global, tendo como objeto a **ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRA, COM O DEVIDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, NECESSÁRIOS PARA REALIZAR CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE UMA ÁREA DE LAZER E EXECUÇÃO DE MINI QUADRA POLIESPORTIVA NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEI PROFABI, COM RECURSO ORIUNDO DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA SCC00020079/2021, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES LISTADAS PELO EDITAL, TUDO DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E DEMAIS DOCUMENTOS EM ANEXOS**, nestes termos:

Licitante vencedor e seus respectivos itens:

4041 - Construtora Civile Ltda (23.492.368/0001-10)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	37369 - Construção de cobertura de uma área de lazer no CMEI PROFABI e execução de Mini quadra poliesportiva.	Un	1	138.628,34	138.628,34

	Compreendendo: Serviços preliminares; Fundação; Fornecimento de estrutura completa pré moldado; Pisos e pavimentações; Cobertura; Pinturas e impermeabilizações; serviços finais.				
VALOR TOTAL				138.628,34	

Arroio Trinta – SC, 24 de fevereiro de 2022.

JOÃO PAULO TERCÍ
Prefeito Municipal em exercício.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA N° 0003/2022(FMS)

Publicação N° 3650748

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7BE78543B3F78E98EA2A40E02D27BDDAF6B267B9

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo Administrativo N° 0007/2022 - DL
Dispensa por Justificativa N° 0003/2022 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretária de Saúde Sra Juliana Serighelli, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 2151, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente **Dispensa por Justificativa**, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. XVII da Lei 8.666/93 e tendo como objeto **Solicito pagamento de revisão junto ao fornecedor original do veículo Chevrolet SPIN de placas QJO9975 (km 180.994), pertencente à Secretaria Municipal de Saúde.,** nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

248 - AUTO MECANICA GERAL LTDA (86.548.054/0001-01)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (RS)	Valor total (RS)
1	34772 - 93286309 E ANTI-CONGELANTE	Un	2	83,46	166,92
2	37425 - ANEL BORRACHA PROTET	Un	1	8,02	8,02
3	37426 - CILINDRO MESTRE DE A	Un	1	423,64	423,64
4	37427 - PLATO E DISCO DA EMB	Un	1	778,37	778,37
5	33911 - 93205290 - Fluído para freio HI.	Un	4	17,53	70,12
6	37428 - LAMPADA FAROL NEBLINA	Un	1	75,00	75,00
7	34204 - 93373723 - PARAFUSO ROSCADO DE	Un	1	12,13	12,13
8	30901 - 90531677 CORREIA DE BORRACHA	Un	1	82,83	82,83

9	28113 - 93353848 Tensionador Da Corre	Un	1	136,09	136,09
10	35718 - (98550030) SORTIDO COMPOSTO	Un	1	60,49	60,49
11	34771 - 24588546 JOGO DE FIOS COM CON	Un	1	236,51	236,51
12	31627 - 93221446 - Vela de ignição	Un	4	22,83	91,32
13	36905 - OTIMIZADOR DE COMBUSTIVEL	Un	1	50,00	50,00
14	37037 - cond de metais	Un	200	0,45	90,00
15	31188 - 1017546 Descarbonizante	Un	1	55,00	55,00
16	29659 - 96950990 Elemento de Filtro D	Un	1	62,22	62,22
17	32151 - 52101541 Filtro de ar do comp.	Un	1	69,14	69,14
18	35719 - (93316245) FILTRO DE COMBUSTIVEL	Un	1	38,19	38,19
19	30818 - 90528145 VEDADOR DE BORRACHA	Un	1	10,47	10,47
20	30909 - 24588463 FILTRO DE OLEO PARA	Un	1	19,45	19,45
21	35721 - 98550812- Óleo motor lubrificante ACD SINT.SAE 0W-20	Un	7	38,00	266,00
22	28125 - GM J0800 Correia Dentada da Distribuição - VU	Un	1	179,00	179,00
23	37429 - DECIMA OITAVA REVISÃO	h	2,2	179,00	393,80
24	30913 - GM 4003 Balanceamento	Un	1	50,00	50,00
25	33436 - GM 4004 - GEOMETRIA	Un	1	70,00	70,00
26	37430 - PLATO E DISCO DA EMBR SUBST	h	4	179,00	716,00
Valor Total					4.210,71

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 23/02/2022.

Juliana Serighelli
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA N° 0009/2022

Publicação N° 3650767

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8B71F3D1EFB7053CA9C728F635962E448C36F1AB

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

Processo Administrativo N° 0029/2022 - DL
Dispensa por Justificativa N° 0009/2022 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito em Exercício de Arroio Trinta, senhor João Paulo terci, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº DECRETO N° 2151, de 14 de junho de 2021., bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente **Dispensa por Justificativa**, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. XVII da Lei 8.666/93 e tendo como objeto **Contratação de empresa especializada para realizar Revisão de 400 horas o Trator Valtra A104 em atendimento as necessidades da Secretaria de Agricultura.**, nestes termos:

Proponente que apresentou o menor preço e seus respectivos itens:

828 - DRESCH CIA LTDA (86.547.940/0001-10)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	37436 - Óleo Engenine ULTRA 15W40 BH194 A134 Código original: S15W40R420	Un	1	770,00	770,00
2	37437 - Kit Filtro de Combustível Código original: ACP0566310	Un	1	674,73	674,73
3	37438 - Elemento do Filtro do Combustível Código original: ACX2421580	Un	1	153,33	153,33
4	37439 - Filtro de Óleo do Motor Código original: 837079728	Un	1	146,51	146,51
5	37440 - Elemento do Filtro Hidráulico Código original: ACP0552980	Un	1	405,00	405,00

6	37441 - Óleo 80W90 Código original: SAE80W9001	Un	8	33,75	270,00
7	36970 - Mão de Obra	SV	1	400,00	400,00
VALOR TOTAL				2.819,57	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 24 de fevereiro de 2022.

JOÃO PAULO TERCI
Prefeito em Exercício de Arroio Trinta.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA N° 0010/2022

Publicação N° 3650780

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A9D9B9608CDA314F4DCCF7117DA22DC01F621535

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

Processo Administrativo N° 0030/2022 - DL
Dispensa por Justificativa N° 0010/2022 -DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito em Exercício de Arroio Trinta, senhor João Paulo Terci, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº DECRETO N° 2151, de 14 de junho de 2021, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente **Dispensa por Justificativa**, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto **Solicito ao setor de compras, conforme Decreto e Orçamentos apresentados em anexo a esta solicitação, que seja realizado processo para contratação de serviços junto a Epagri para realização de análises básicas de fertilidade de solo, em atendimento as necessidades dos agricultores Arroiotrintenses através da Secretaria de Agricultura.,** nestes termos:

Proponente que apresentou o menor preço e seu respectivo item:

3902 - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
(83.052.191/0010-53)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33820 - Análise Básica para Fertilidade de Solo. Teor de Argila, PH, Índices SMP, Fósforo, Potássio, Matéria Orgânica, Alumínio, Cálcio, Magnésio, H+AL, Soma de Bases, CTC, Saturação de Bases. Análises com conceito de exatidão "A", proferido pelo Programa de Controle de Análises de Solos - ROLAS.	Un	150	35,00	5.250,00
VALOR TOTAL				5.250,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 24 de fevereiro de 2022.

JOÃO PAULO TERCI.
Prefeito em Exercício de Arroio Trinta.

Atalanta

PREFEITURA

06/2022

Publicação N° 3652128

CÂMARA MUNICIPAL DE ATALANTA
EXTRATO DO CONTRATO N° 06/2022
PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2022

Contrato que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE ATALANTA e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67. Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no edital e em seu Anexo I. Valor da contratação: R\$ 47.112,45 (quarenta e sete mil cento doze reais quarenta e cinco centavos) Vigência: 01/03/2022 até 31/12/2022.

Atalanta, 01 de março de 2022.

Antônio José de Souza
Presidente da Câmara

Aurora

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 010/2022

Publicação Nº 3652124

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 001/2022 e 002/2022 de 10 de janeiro de 2022, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia **15 de março de 2022, às 09hs**, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o **Edital de Licitações nº. 010/2022, na modalidade de Pregão Presencial**. Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Finalidade:

“AQUISICÃO DE MARMITAS ATRÁVES DO PROGRAMA (SCFV) SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMILIAS (PAIF) E DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀS FAMILIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI) QUE SERÁ DESTINADO A SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE AURORA - SC”.

Aurora, 02 de março de 2022.

Alexsandro Kohl
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 0005/2022 FME

Publicação Nº 3651003

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6B3FD5B5D80D173FAA505F4B7AC17BC3C7825D7E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 005/2022 FME DE 01/03/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022 FME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022 FME
HOMOLOGADO EM 25/02/2022

O presente contrato é decorrente do processo licitatório nº 002/2022, Pregão presencial nº 002/2022 FME, cujo objeto trata de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar para os alunos matriculados no ensino infantil, fundamental e universitário, residentes no Município de Balneário Piçarras A base dos valores constantes da proposta da contratada importa o presente contrato, o valor global de R\$2.596.038,40 (dois milhões, quinhentos e noventa e seis mil, trinta e oito reais e quarenta centavos).
DONEL TRANSPORTES E TURISMO LTDA. – 18.297.033/0001-00

Balneário Piçarras (SC), 1º de março de 2022.

BLAISE KENIEL DA CRUZ DUARTE
Sec. Municipal de Educação.

CONTRATO 006/2022 FME

Publicação Nº 3651008

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FDB06E301493BDC6C0CC98153295D65B59F834A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 006/2022 FME DE 01/03/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022 FME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022 FME
HOMOLOGADO EM 25/02/2022

O presente contrato é decorrente do processo licitatório nº 002/2022, Pregão presencial nº 002/2022 FME, cujo objeto trata de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar para os alunos matriculados no ensino infantil, fundamental e universitário, residentes no Município de Balneário Piçarras A base dos valores constantes da proposta da contratada importa o presente contrato, o valor global de R\$609.351,60 (seiscentos e nove mil, trezentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).
SILVATUR TRANSPORTES EMPRESARIAL LTDA. – 11.481.008/0001-33

Balneário Piçarras (SC), 1º de março de 2022.

BLAISE KENIEL DA CRUZ DUARTE
Sec. Municipal de Educação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022 – PMBP

Publicação Nº 3651315

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B7B5B21CDAAC918102A15A318F3695D151B41783

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2022 - PMBP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022 - PMBP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão ELETRÔNICO para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura aquisição e implantação de materiais de sinalização vertical e fornecimento de suportes, para manutenção e adequação das vias públicas do Município de Balneário Piçarras, proporcionando melhorias na infraestrutura do trânsito municipal, conforme condições e especificações constantes no edital e seus anexos. Valor de Referência: R\$ 1.751.000,85 (um milhão setecentos e cinquenta e um mil reais e oitenta e cinco centavos). Data da abertura da Sessão Pública: 16/03/2022 às 08h30min, Local: Portal do Compras Públicas - <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. O edital na íntegra encontra-se disponível no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, situado à Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17h:30min ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 28 de fevereiro de 2022. Orli Carlos Ferreira Junior - Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais.

PORTARIA 147/2022

Publicação Nº 3651443



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 147/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, **RESOLVE transferir por imperiosa necessidade do serviço público**, o servidor Sr. **EDEVALDO GONÇALVES**, com matrícula nº **3205-3**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, para a Secretaria Municipal de Administração, com as prerrogativas e competências que lhe concede a legislação deste município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 28 de fevereiro de 2022



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Assinado digitalmente por:
Adm. MARCELO ALVES
CRIVELATTI
801.318.089-15
Secretário Municipal de
Administração - CRA/SC 17176

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretário Municipal de Administração

Avenida Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro - Balneário Piçarras - Santa Catarina - 88380-000
CNPJ: 83.102.335/0001-48 - Tel.: (47) 3347-4747 - E-mail: rh2@picarras.sc.gov.br

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 15:29:03-03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p21e6614311cd>



PORTARIA 148/2022

Publicação Nº 3651450



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 148/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, **NOMEIA** para o exercício do cargo efetivo de **ENFERMEIRO**, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme Edital do Concurso Público nº **001/2021**, a Sra. **BRENDA RAFAELA COSTA ALMEIDA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com as prerrogativas e competências que lhe concede a Lei Complementar 079/2004 de 26 de novembro de 2004, a qual se dará posse na presente data.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de março de 2022.



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Assinado digitalmente por:
Adm. MARCELO ALVES
CRIVELATTI
801.318.089-15
Secretário Municipal de
Administração - CRA/SC 17176

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretário Municipal de Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 14:40:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p21e5a849ad13>



Avenida Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro - Balneário Piçarras - Santa Catarina - 88380-000
CNPJ: 83.102.335/0001-48 - Tel.: (47) 3347-4747 - E-mail: rh2@picarras.sc.gov.br

PORTARIA 149/2022

Publicação Nº 3651454



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 149/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, **NOMEIA** para o exercício do cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Edital do Concurso Público nº **001/2021**, o Sr. **RICARDO SARI**, com lotação no quadro geral da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, em exercício na **Secretaria Municipal da Fazenda**, com as prerrogativas e competências que lhe concede a Lei Complementar 079/2004 de 26 de novembro de 2004, a qual se dará posse na presente data.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de março de 2022.



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Assinado digitalmente por:
Adm. MARCELO ALVES
CRIVELATTI
801.318.089-15
Secretário Municipal de
Administração - CRA/SC 17176

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretário Municipal de Administração

Avenida Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro - Balneário Piçarras - Santa Catarina - 88380-000
CNPJ: 83.102.335/0001-48 - Tel.: (47) 3347-4747 - E-mail: rh2@picarras.sc.gov.br

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 16:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p21e6f6c56f680>



PORTARIA 150/2022

Publicação Nº 3651457



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 150/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, **REVOGA**, o ato instituído pela **Portaria 303/2021 de 16 de março de 2021**, a conseguinte **EXONERAÇÃO**, do cargo efetivo de **MONITOR**, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Conforme Edital do Concurso Público nº **001/2020**, pertencentes a Secretaria Municipal de Educação, a Sra. **MICHELLE FLORIPES DAS CHAGAS GARCEZ DE CAMPOS**, matrícula nº **12090-1**, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competências que lhe concede a Legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de março de 2022.



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Assinado digitalmente por:
Adm. MARCELO ALVES
CRIVELATTI
801.318.089-15
Secretário Municipal de
Administração - CRA/SC 17176

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretário Municipal de Administração

Avenida Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro - Balneário Piçarras - Santa Catarina - 88380-000
CNPJ: 83.102.335/0001-48 - Tel.: (47) 3347-4747 - E-mail: rh2@picarras.sc.gov.br

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 14:25:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p21e56f69c7af>



PORTARIA 152/2022

Publicação Nº 3651460



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 152/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, **DESIGNA, assinar e responder, os relatórios e informações contábeis dos seguintes: pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA** a Sra. **FABIANE ENGELMANN QUINTINO**, com as prerrogativas e competências que lhe concede a legislação deste município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de março de 2022.



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Assinado digitalmente por:
Adm. MARCELO ALVES
CRIVELATTI
801.318.089-15
Secretário Municipal de
Administração - CRA/SC 17176

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretário Municipal de Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 14:41:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p21e5ac8a817c>.



Avenida Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro - Balneário Piçarras - Santa Catarina - 88380-000
CNPJ: 83.102.335/0001-48 - Tel.: (47) 3347-4747 - E-mail: rh2@picarras.sc.gov.br

PORTARIA 153/2022

Publicação Nº 3651466



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 153/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os Art. 74 a 81 da Lei Complementar nº 099/2015, e considerando o que consta no Processo nº 019/2022 SED, **RESOLVE** deferir o pedido de **ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA**, formulado pelo servidor, Sr. **BRUNO RAFAEL KASPERAVICIUS**, ocupante do cargo efetivo de Professor II, Matrícula nº 11966-1, com carga horária de **25 (vinte e cinco)** horas semanais em exercício no **Centro Integrado de Ensino Fundamental Professora Mirian Geny Friedrichsen**, para mais **15 (quinze)** horas semanais, lotado no **Centro Integrado de Ensino Fundamental Professora Mirian Geny Friedrichsen**.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de março de 2022.



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Assinado digitalmente por:
Adm. MARCELO ALVES
CRIVELATTI
801.318.089-15
Secretário Municipal de
Administração - CRA/SC 17176

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretário Municipal de Administração

Avenida Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro - Balneário Piçarras - Santa Catarina - 88380-000
CNPJ: 83.102.335/0001-48 - Tel.: (47) 3347-4747 - E-mail: rh2@picarras.sc.gov.br

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 14:59:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p621e5efbf4e9>



PORTARIA 154/2022

Publicação Nº 3651470



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 154/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os Art. 74 a 81 da Lei Complementar nº 099/2015, e considerando o que consta no Processo nº 020/2022 SED, **RESOLVE** deferir o pedido de **ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA**, formulado pelo servidor, Sr. **MARCOS ANTÔNIO CRUZ TARESZKIEWICZ**, ocupante do cargo efetivo de Professor II, Matrícula nº 11052-3, com carga horária de **10 (dez)** horas semanais em exercício no **Centro Integrado de Ensino Fundamental Professora Mirian Geny Friedrichsen**, para mais **30 (trinta)** horas semanais, lotado na **Escola São Brás**.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de março de 2022.



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Assinado digitalmente por:
Adm. MARCELO ALVES
CRIVELATTI
801.318.089-15
Secretário Municipal de
Administração - CRA/SC 17176

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretário Municipal de Administração

Avenida Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro - Balneário Piçarras - Santa Catarina - 88380-000
CNPJ: 83.102.335/0001-48 - Tel.: (47) 3347-4747 - E-mail: rh2@picarras.sc.gov.br

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 14:58:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p21e5ed00atbh>



PORTARIA 155/2022

Publicação Nº 3651476



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 155/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar nº 099/2015 de 23 de março de 2015, considerando o que consta no Processo nº **014/2022/SED**, **RESOLVE** deferir o pedido de **PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA TITULAÇÃO**, formulado pela servidora Sra. **CRISTIANE VASCELIK HACK**, ocupante do cargo efetivo de Professora Nível II – A, matrícula nº **9795-10**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, passando para o cargo de Professora Nível III–A, com as prerrogativas e competências que lhe concede a legislação deste município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de março de 2022.



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Assinado digitalmente por:
Adm. MARCELO ALVES
CRIVELATTI
801.318.089-15
Secretário Municipal de
Administração - CRA/SC 17176

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretária Municipal de Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 14:58 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p21e5aap24163>



PORTARIA 156/2022

Publicação Nº 3651480



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 156/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar nº 099/2015 de 23 de março de 2015, considerando o que consta no Processo nº **015/2022/SED**, **RESOLVE** deferir o pedido de **PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA TITULAÇÃO**, formulado pela servidora Sra. **KEILA RAQUEL BRITTES DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo efetivo de Professora Nível II – A, matrícula nº **10192-17**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, passando para o cargo de Professora Nível III–A, com as prerrogativas e competências que lhe concede a legislação deste município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de março de 2022.



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Assinado digitalmente por:
Adm. MARCELO ALVES
CRIVELATTI
801.318.089-15
Secretário Municipal de
Administração - CRA/SC 17176

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretária Municipal de Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 14:57:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p621e5e6e5e3c>.



Avenida Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro - Balneário Piçarras - Santa Catarina - 88380-000
CNPJ: 83.102.335/0001-48 - Tel.: (47) 3347-4747 - E-mail: rh2@picarras.sc.gov.br

PORTARIA 157/2022

Publicação Nº 3651497



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 157/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar nº 099/2015 de 23 de março de 2015, considerando o que consta no Processo nº **016/2022/SED**, **RESOLVE** deferir o pedido de **PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA TITULAÇÃO**, formulado pela servidora Sra. **JUCIMARA PERPETUA AGOSTINHO DE MORAIS**, ocupante do cargo efetivo de Professora Nível II – A, matrícula nº **10600-10**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, passando para o cargo de Professora Nível III–A, a qual se dará posse na presente data.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de março de 2022.



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Assinado digitalmente por:
Adm. MARCELO ALVES
CRIVELATTI
801.318.089-15
Secretário Municipal de
Administração - CRA/SC 17176

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretária Municipal de Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 14:56:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p621e5e46ed02d>



PORTARIA 158/2022

Publicação Nº 3651501



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 158/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar nº 099/2015 de 23 de março de 2015, considerando o que consta no Processo nº **018/2022/SED**, **RESOLVE** deferir o pedido de **PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA TITULAÇÃO**, formulado pelo servidor Sr. **ALESSANDRO FIORIN KONAGESKI**, ocupante do cargo efetivo de Professor Nível II – A, matrícula nº **11463-1**, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, passando para o cargo de Professora Nível III–A, com as prerrogativas e competências que lhe concede a legislação deste município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de março de 2022.



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Assinado digitalmente por:
Adm. MARCELO ALVES
CRIVELATTI
801.318.089-15
Secretário Municipal de
Administração - CRA/SC 17176

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretária Municipal de Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 14:55:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p621e5e28d8977>.



PORTARIA 159/2022

Publicação Nº 3651505



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 159/2022

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, **NOMEIA para o exercício da Função Gratificada de Coordenador do Centro Educacional Infantil Professora Marcela Pereira Ribeiro Chegatti**, junto a Secretaria Municipal de Educação, a senhora, **CLAUDIA ROSA INÁCIO**, ocupante do cargo efetivo de Professor III, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 01 de março de 2022.



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Assinado digitalmente por:
Adm. MARCELO ALVES
CRIVELATTI
801.318.089-15
Secretário Municipal de
Administração - CRA/SC 17176

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretário Municipal de Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 14:55:03-00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.atende.net/p21a5e0c3d498>.



FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**INSTRUÇÃO NORMATIVA 002-2022 - SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES**

Publicação Nº 3651833

**Balneário
PIÇARRAS**
GOVERNO MUNICIPALInstituto do Meio Ambiente
de Balneário Piçarras

INSTRUÇÃO NORMATIVA	IN – 02/2022	
PROJETO – SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES DOMÉSTICOS	REV 00	Data: 01/03/2022

OBJETIVO

Este documento tem por objetivo orientar os responsáveis técnicos quanto à elaboração e apresentação de projetos de **sistemas de tratamento de efluentes domésticos** para fins de aprovação pelo Instituto do Meio Ambiente de Balneário Piçarras.

A aprovação dos projetos pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável não implica sua aprovação pelo órgão ambiental, o qual, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, poderá exigir informações complementares ou alterações, caso constatada necessidade em função das características do meio em que o empreendimento estará inserido.

Cabe ressaltar que a aprovação pelo IMP se baseia na análise da compatibilidade do projeto às normas técnicas e, portanto, seus analistas não se responsabilizam pelo projeto do sistema de tratamento, cabendo ao projetista a responsabilidade por ele.

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1) São documentos integrantes do Projeto da Estação Tratamento de Efluentes (ETE):
 - i) o memorial descritivo e de cálculo, elaborados conforme Anexo I desta IN;
 - ii) as pranchas contendo a representação gráfica do projeto, elaboradas conforme Anexo II desta IN;
 - iii) Manual de operação e manutenção do sistema, o qual poderá ser apresentado de forma avulsa ou como anexo do memorial descritivo e de cálculo;
 - iv) Anotação de responsabilidade técnica do(s) profissional(is) responsável(is) pela elaboração e execução dos projetos, e
 - v) Comprovante da eficiência da tecnologia de tratamento proposta, quando não empregados sistemas do tipo lodos ativados ou similar (ver item 3 das Instruções Específicas);
- 2) O selo deverá se localizar no canto inferior direito das pranchas e deverá conter as seguintes informações mínimas:
 - i) Nome e assinatura do proprietário;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 16:35:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p621e756894c19>



Rua Eulálio da Trindade, 76 – Centro – Balneário Piçarras - SC – CEP: 88380-000

Fone: (47) 3345-3511 - Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br



- ii) Nome, nº da inscrição no conselho de classe e assinatura do responsável técnico;
 - iii) Endereço da obra;
 - iv) Título da prancha;
 - v) Nº da prancha e total de pranchas;
 - vi) Controle de revisões.
- 3) Deverá ser reservado espaço para carimbos de aprovação, acima do selo.
- 4) As pranchas deverão ser apresentadas conforme o Anexo II deste documento;

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

- 1) Não serão, sob qualquer hipótese, aceitos sistemas de tratamento compostos por tanque séptico, filtro anaeróbio e sumidouro/lançamento em rede pluvial.
- 2) Os sistemas de tratamento deverão ser projetados de forma a atender aos padrões de lançamento¹.
- 3) Empreendimentos que optarem por tecnologias de tratamento de esgoto sanitário que não a de lodos ativados ou similar deverá comprovar a eficiência da tecnologia pretendida por meio de um dos seguintes documentos:
 - a. Pareceres técnicos acompanhados de laudos laboratoriais referentes ao período de operação de no mínimo 12 (doze) meses, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do profissional devidamente habilitado responsável pelo projeto e pela operação do sistema;
 - b. Trabalhos técnicos/científicos publicados pela equipe do projetista, relacionados à tecnologia apresentada.
- 4) Para casos em que se fará uso de sistema de aeração, deverá ser previsto equipamento reserva.
- 5) Deverão ser instaladas caixas de inspeção antes e após o sistema de tratamento de efluentes para fins de monitoramento.
- 6) A rede hidrossanitária do empreendimento deverá ser projetada de forma a permitir a futura desativação do sistema de tratamento e encaminhamento dos efluentes à rede pública de esgotamento sanitário, quando existente;

¹ Conforme Resolução CONSEMA N.º 182/2021, para instalações com vazões de até 1,5 l/s, os parâmetros de lançamento deverão atender à Resolução Conama 430/2011. Análises de coliformes fecais deverão atender ao limite máximo de 1 000 NMP/100 ml.





- 7) Deverá ser indicado em prancha a forma de disposição final do efluente tratado (exemplo: segue para rede de drenagem existente na avenida/rua xxx);
- 8) Para casos de disposição final na rede pública de drenagem, a existência e capacidade dessa é condição indispensável para a autorização da implantação do empreendimento pelo órgão ambiental;²
- 9) A rede responsável por encaminhar os efluentes tratado à rede pública de drenagem deverá ser executada em PEAD, não sendo permitida a utilização de tubulação de PVC Bolsa, conforme orientações da Companhia de Saneamento atuante no município;
- 10) Deverão ser apresentadas justificativas para todas as informações adotadas.
- 11) Uma vez concluídas as instalações, deverá ser comprovada a correta execução da rede hidrossanitária (pluvial e sanitária) do empreendimento a partir da realização de testes de corante ou outro similar. O documento deverá ser apresentado em forma de relatório técnico e deverá ser acompanhado de relatório fotográfico e anotação de responsabilidade técnica (ART).



Assinado digitalmente por:
ROSEMARI BONA
481.862.799-20
Instituto do Meio Ambiente de
Balneário Piçarras.

ROSEMARI BONA

Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 16:35 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://ic.atende.net/p621e756894c19>.



² Poderá o empreendedor realizar a implantação da rede de drenagem pluvial como forma de viabilizar o empreendimento, devendo, nesse caso, ser consultada a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável de Balneário Piçarras para firmamento de Termo de Compromisso.



ANEXO I

CONTEÚDO MÍNIMO DO MEMORIAL DESCRITIVO E DE CÁLCULO DO PROJETO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. Descrição do empreendimento onde será implantado o sistema de tratamento de efluentes;
- 1.2. Endereço e Inscrição imobiliária do imóvel;
- 1.3. Nome do Proprietário;
- 1.4. Responsável técnico pelo projeto;
- 1.5. Número de unidades habitacionais;
- 1.6. Número de salas comerciais e suas respectivas áreas, se houver;
- 1.7. Número de dormitórios (se residencial);
- 1.8. População de projeto (se residencial, considerar 2 hab./dormitório)
- 1.9. Vazão de projeto (considerar 160 l/hab.dia), vazão média, vazão máxima diária, vazão máxima horária.

2. MEMORIAL DESCRITIVO

O memorial descritivo deverá apresentar o sistema de tratamento proposto, descrevendo suas unidades/etapas de tratamento e eficiências esperadas.

São elementos mínimos do memorial descritivo:

- 2.1. Descrição da tecnologia proposta, apresentando detalhadamente suas etapas/unidades de tratamento;
- 2.2. Identificação da disposição final do efluente tratado. Para caso de disposição na rede pública de drenagem, indicar nome da via (exemplo: segue para rede de drenagem existente na avenida/rua xxx);
- 2.3. Identificação do destino a ser dado aos materiais residuais retirados da ETE, como lodos, explicitando os meios que devem ser adotados para o seu transporte.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 16:35 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p621e756894c19>.





3. MEMORIAL DE CÁLCULO

O memorial de cálculo deverá apresentar, minimamente:

- 3.1. Cálculo da vazão de projeto³, conforme número de dormitórios (se residencial) e contribuição per capita, vazão máxima diária e vazão máxima horária;
- 3.2. Parâmetros de entrada e saída adotados;
- 3.3. Eficiência de remoção de poluentes⁴ esperada;
- 3.4. Cálculos de dimensionamento de cada unidade do sistema de tratamento, acompanhados de verificação conforme orientações técnicas e referências bibliográficas consagradas;
- 3.5. Quadro resumo contendo informações (como dimensões, área útil, volume útil, quantitativo, modelo, potência, etc.) de cada unidade de tratamento e equipamentos, inclusive reservas.

4. ASSINATURAS

Assinatura do responsável técnico pela elaboração do projeto.

5. ANEXOS

Deverão ser anexados ao memorial descritivo e de cálculo todos os documentos que o responsável técnico julgar necessários para a boa compreensão do projeto apresentado, inclusive documento que comprove a eficiência da tecnologia de tratamento proposta, caso não seja adotado sistema do tipo lodos ativados (ver item “3” da seção “Instruções Específicas”).

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 16:35 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p621e756894c19>.



³ Para edificações residenciais, considerar 2 hab./dormitório e uma contribuição mínima de 160 litros/hab.xdia. Outros valores poderão ser adotados, mediante justificativa.

⁴ DBO5 (mg/L), DQO (mg/l) sólidos sedimentáveis (mL/L), óleos e graxas (mg/L), nitrogênio amoniacal total (mg/l), fósforo total (mg/l), *Escherichia coli* (UFC/100 ml).



ANEXO II

ELEMENTOS GRÁFICOS MÍNIMOS DO PROJETO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES

Prancha	Título
Prancha 01	Planta de situação/baixa do pavimento de implantação da ETE
Prancha 02	Vista superior das unidades de tratamento
Prancha 03	Vista em corte das unidades de tratamento

Nota 1: Os elementos gráficos relativos às pranchas 02 e 03 poderão ser apresentados em uma única prancha, desde que em escala adequada a seu completo entendimento.

Prancha 01 – Planta de situação/baixa do pavimento de implantação da ETE

A Prancha 01 deverá conter a planta baixa do pavimento onde a estação de tratamento de efluentes será implantada, com identificação das unidades de tratamento e das distâncias horizontais de suas faces externas a obstáculos, como paredes, e/ou recuos do terreno.

Na Prancha 01 deverão constar, ainda, a representação das caixas de inspeção e a identificação da disposição final do efluente (exemplo: segue para rede de drenagem existente/a ser implantada na rua XXX);

Prancha 02 – Vista superior das unidades de tratamento

A Prancha 02 deverá conter a vista superior do sistema de tratamento de efluentes, englobando todas as suas unidades, tubos, conexões e demais dispositivos (como difusores de ar), devidamente identificados e cotados. Deverão, ainda, ser representadas as linhas de corte, as quais resultarão nos produtos da Prancha 03.

Prancha 03 – Vista em corte das unidades de tratamento

A Prancha 03 deverá conter a vista em corte do sistema de tratamento de efluentes, englobando todas as suas unidades, tubos, conexões e demais dispositivos (como difusores de ar), devidamente identificados e cotados.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 16:35 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.atende.net/p621e756894c19>.



**CONTROLE DE REVISÃO**

Descrição	N.º Revisão	Data
Emissão inicial	00	01/03/2022

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 16:35 - 03.00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.atende.net/p621e756894c19>.



Rua Eulálio da Trindade, 76 – Centro – Balneário Piçarras - SC – CEP: 88380-000

Fone: (47) 3345-3511 - Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br

PORTARIA N° 08.2022.IMP - DESIGNA SERVIDORES FISCALIZAÇÃO

Publicação N° 3651830

**PORTARIA N° 08/2022/IMP, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022**

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC - IMP, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a Lei Complementar n° 121, de 09 de agosto de 2017, a qual prevê expressamente as atribuições de fiscalização e monitoramento das atividades potencialmente poluidoras aos servidores do IMP ocupantes dos cargos com formação acadêmica de nível superior afim à área ambiental; e

CONSIDERANDO o art. 70, § 1° da Lei Federal n° 9.605/98, o qual conferiu a todos os funcionários dos órgãos ambientais integrantes do SISNAMA o poder para lavrar autos de infração e instaurar processos administrativos, desde que designados para as atividades de fiscalização;

RESOLVE designar para o desempenho de atividades gerais e específicas de fiscalização ambiental, a partir desta data, os servidores abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Matrícula	CPF	N° registro CNH
Felipe Augusto Lotti	Engenheiro Ambiental	06	066.878.039-80	048.892.369-05
Julia Campos Dotto	Engenheira Sanitarista	03	390.520.148-84	052.494.470-09
Miguel Ângelo Pinho	Biólogo	08	007.895.149-66	009.280.230-63
Regiane Mara Sbroglia	Geógrafa	09	059.155.439-95	039.071.507-57

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 28 de fevereiro de 2022.

 Assinado digitalmente por:
ROSEMARI BONA
481.862.799-20
Instituto do Meio Ambiente de
Balneário Piçarras.

ROSEMARI BONA

Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Balneário Piçarras - IMP

Rua Eulálio Trindade, 76 – Centro – Balneário Piçarras - SC – CEP: 88380-000
Fone: (47) 3345-3511 - Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 11:40:03.00 - 03.00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://sc.atende.net/p621e3064c0d0d>



PORTARIA Nº 09.2022.IMP - PROCEDIMENTO TCA

Publicação Nº 3651832

**PORTARIA Nº 09/2022/IMP, DE 01 DE MARÇO DE 2022**

DISCIPLINA O PROCEDIMENTO PARA TRAMITAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO NAS HIPÓTESES DE ADOÇÃO DE MEDIDAS ESPECÍFICAS PARA FAZER CESSAR OU CORRIGIR A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL OU NA CONVERSÃO DA MULTA SIMPLES EM SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO, MELHORIA E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC - IMP, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a necessidade de sistematizar o processo decisório de Termo de Compromisso Ambiental - TCA;

Considerando a necessidade de estabelecer procedimento para a compensação dos danos ambientais;

Considerando a necessidade de sistematizar o procedimento de suspensão da exigibilidade da multa, conforme arts. 110 e seguintes do Decreto Municipal nº 310/2022;

Considerando a importância do planejamento e coordenação na definição de propostas de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, compatíveis com a política institucional do IMP;

RESOLVE:**DOS TRÂMITES DOS TERMOS DE COMPROMISSO**

Art. 1º Esta Portaria disciplina o procedimento para tramitação do Termo de Compromisso Ambiental - TCA nas hipóteses de adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental ou na conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, de acordo com o Decreto Federal nº 6.514/2008 e o Decreto Municipal 310/2022.

Art. 2º O trâmite do TCA terá como matrizes a racionalidade dos processos, objetivando a simplicidade, economicidade e eficiência, regulando-se pelos princípios de direito Público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo Único. Para consecução do princípio da formalidade dos atos administrativos e perscrutando a racionalidade dos processos administrativos, são admissíveis todos os meios de comunicação rastreáveis, nas relações institucionais e interinstitucionais.

Art. 3º O procedimento do TCA inicia-se com requerimento formulado pelo Autuado à Autoridade Ambiental até a decisão final de primeira instância do Processo Administrativo Sancionatório Ambiental.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 16:18 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p621e719507f51>.



1

Rua Eulálio Trindade, 76 – Centro – Balneário Piçarras - SC – CEP: 88380-000
Fone: (47) 3345-3511 - Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br



§ 1º O requerimento de que trata o caput será acompanhado de pré-projeto nas hipóteses de adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental ou no caso do Autuado optar pela implementação, por seus meios, de serviço de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 2º Havendo interesse da Autoridade Ambiental em firmar o TCA, ficará suspenso o julgamento do Processo Administrativo Sancionatório Ambiental.

Art. 4º A Autoridade Ambiental poderá determinar a emissão de Manifestação Técnica sobre a proposta de mitigação de danos e regularização ambiental.

Parágrafo único. Em caso de Manifestação Técnica desfavorável a proposta de mitigação de danos e regularização ambiental ou em caso de determinação de ajustes ao pré-projeto, o administrado deverá ser cientificado.

Art. 5º Em caso de Manifestação Técnica favorável a proposta de mitigação de danos e regularização ambiental, o Setor de Fiscalização deverá elaborar a minuta do TCA e posteriormente encaminha-la à Procuradoria Jurídica do órgão ambiental municipal.

Art. 6º Quando do Procedimento de Suspensão da Exigibilidade da Multa para adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, deverão constar no TCA os valores de multa destinados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA.

Parágrafo Único. O boleto com os valores destinados ao FMMA será gerado no sistema utilizado pelo município de Balneário Piçarras/SC.

Art. 7º Obrigatoriamente, haverá visto jurídico para posterior homologação do TCA.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade jurídica de homologação do TCA, os Autos serão remetidos à origem para ciência do administrado.

Art. 8º Havendo parecer jurídico favorável, os autos serão encaminhados à Autoridade Ambiental para assinatura do TCA.

Parágrafo único. Quando do Procedimento de Suspensão da Exigibilidade da Multa para conversão da multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, caberá a Autoridade Ambiental, após o recebimento da minuta do TCA pelo jurídico, a inclusão da descrição dos projetos a serem realizados na forma do art. 116, do Decreto Municipal 310/2022.

Art. 9º Após a assinatura da Autoridade Ambiental, os Autos serão remetidos ao Setor de Fiscalização.

§ 1º O Setor de Fiscalização solicitará ao administrado a assinatura do TCA.

§ 2º Com a assinatura das partes, inserir-se-á o TCA assinado nos autos do Processo Administrativo Sancionatório Ambiental.

§ 3º Deverá ser encaminhado cópia digital do TCA à Procuradoria Jurídica do IMP, mediante o e-mail procuradoriaimp@picarras.sc.gov.br.

PRAZO DO TERMO DE COMPROMISSO

Art. 10. O prazo de vigência do TCA será estabelecido em conformidade com complexidade do objeto, prorrogando-se uma única vez.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 16:18 - 03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p621e71950761>.





VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Art. 11. É vedado ao Autuado a contratação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário parentes consanguíneos e afins até 2º grau de servidores do IMP, com ou sem poder de decisão.

INCONFORMIDADES

Art. 12. Verificando-se inconformidades entre os preços e qualidade dos serviços contratados e entregues ao IMP, o TCA será suspenso e, concluindo-se pela irregularidade, rescindido o instrumento.

FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 13. Caberá ao Setor de Fiscalização a verificação do cumprimento do TCA, devendo elaborar relatório e encaminhar à Autoridade Ambiental para homologação.

§ 1º No caso de proposta de mitigação de danos e regularização ambiental descritas nos arts. 4º e 5º desta Portaria, o servidor que realizou a Manifestação Técnica será responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Projeto apresentado, devendo se manifestar quanto ao seu cumprimento.

§ 2º Poderá ser instado o setor administrativo para verificação do cumprimento de cláusulas referentes ao TCA em que seja determinado o pagamento de valores em conta específica, como forma de compensação ambiental.

Art. 14. O servidor que realizou a Manifestação Técnica sobre a proposta de mitigação de danos e regularização ambiental descritas nos arts. 4º e 5º desta Portaria será responsável pela fiscalização da execução do Projeto apresentado, devendo se manifestar quanto ao seu cumprimento.

QUITAÇÃO

Art. 15. A quitação do TCA será certificada pela Autoridade Ambiental.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 01 de março de 2022.

 Assinado digitalmente por:
ROSEMARI BONA
481.862.799-20
Instituto do Meio Ambiente de
Balneário Piçarras.

ROSEMARI BONA

Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Balneário Piçarras - IMP

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 16:18 - 03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p21e71950761>.



Bandeirante

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CONDEMA Nº 003/2022

Publicação Nº 3651817

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 003, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Regula a concessão e emissão de LAC – Licença por Adesão e Compromisso, com apoio técnico do CONDER.

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA de Bandeirante -SC, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas na Lei Complementar nº 1.326, de 27 de setembro de 2019 e do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 044, de 08 de novembro de 2019,

Considerando o objetivo de proporcionar segurança jurídica, lisura e transparência aos processos administrativos municipais ambientais geridos pelo CONDER – Gestão Ambiental;

Considerando a necessidade de garantir a celeridade, a formalidade, e a eficiência destes processos no âmbito das atribuições do CONDER – Gestão Ambiental no Município de São Miguel do Oeste;

Considerando a publicação da Lei nº 18350 de 27 de janeiro de 2022, especialmente o Art 27, que alterou o Art 36 da Lei 14.675 de 2009, §5º e §17;

Considerando o Art 29 da Lei 14.675 de 2009, §13.

RESOLVE:

Art. 1º Fica o CONDER – Gestão Ambiental autorizado, de acordo com a legislação ambiental vigente, a conceder LAC – Licença por Adesão e Compromisso para as seguintes atividades:

I - Para atividades que sejam enquadradas, cumulativamente, como de pequeno ou médio porte e de pequeno ou médio potencial poluidor degradador, assim definidos pelo CONSEMA, segundo os critérios e pré-condições estabelecidos pela autoridade licenciadora, mediante declaração de compromisso do empreendedor.

II – As atividades abaixo listadas poderão, independentemente do porte e do potencial poluidor degradador, ser licenciadas por intermédio da LAC, contanto que não impliquem em corte de vegetação:

- a - transporte de produtos perigosos;
- b - antenas de telecomunicação;
- c - obras públicas de infraestrutura, de transporte e rodoviárias; e
- d - avicultura e suinocultura.

III - A inclusão de empreendimento ou atividade no rol definido como passível de licenciamento via LAC aplica-se aos novos procedimentos administrativos e aos em trâmite, bem como aos empreendimentos já licenciados.

Art. 2º O licenciamento ambiental da extração de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, para uso exclusivo em obras públicas executadas por órgãos da Administração Direta e autárquica da União, do Estado e dos Municípios, poderá ser realizado mediante LAC, desde que não possua finalidade comercial e não implique supressão de vegetação nativa, bem como que esteja limitada à produção anual de até 12.000 m³ (doze mil metros cúbicos) e ocorra a recuperação da área degradada.

Art. 3º Fica o CONDER – Gestão Ambiental autorizado, a emitir Nota Técnica – NT, regulamentando o processo/procedimento para emissão de LAC, respeitando legislação vigente.

Art. 4º Fica o CONDER – Gestão Ambiental, em consonância com os objetivos desta resolução, autorizado a resolver sobre casos específicos não previstos nesta norma regulamentadora.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2022.

Paula Andrea Stringhini
Presidente do COMDEMA

Barra Bonita**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 14/2022**

Publicação Nº 3650800

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 14/2022
CONVOCA PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BARRA BONITA-SC

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Convocar o aprovado no Processo Seletivo Nº 002/2021, cujo resultado foi homologado pelo DECRETO Nº 1432/2021 de 10 de Novembro de 2021, a seguir relacionado:

AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
134	Marlize Kuzy da Silva Dias Alves	28/09/1994	4,50	0,00	1,50	6,00	2º

Art.2º O convocado deve apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, até o dia 07 de março de 2022, durante o horário de expediente munidos da seguinte documentação:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título eleitoral e comprovante da última votação;
- Certidão de Nascimento/Casamento;
- Certidão de nascimento dos filhos (se tiver);
- Nº do PIS, encontrado na Carteira de Trabalho;
- 01 Foto 3x4;
- Quando em cargos que exigem formações: (certificados e registros);
- Comprovante de Escolaridade;
- Certidão de antecedentes criminais (obtida na Distribuição no Fórum ou site TJSC);
- Declaração de Bens;
- Declaração de ter sofrido ou não penalidades;
- Declaração de Conta bancaria para depósito salarial. (Sicoob ou BB);
- Declaração de não acúmulos de cargos;
- Atestado médico ocupacional;
- Comprovante de residência.

Art.3º O Não comparecimento do candidato, bem como a Não apresentação dos documentos exigidos até a data aprazada ou Não havendo justificativa para tal falta, importara em Renúncia tácita do candidato a vaga que se classificou.

Barra Bonita - SC em 01 de março de 2022.

ROBERTO FRANCISCO GIONGO
Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 15/2022

Publicação Nº 3650951

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 15/2022
CONVOCA PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BARRA BONITA-SC

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Convocar o aprovado no Processo Seletivo Nº 002/2021, cujo resultado foi homologado pelo DECRETO Nº 1432/2021 de 10 de Novembro de 2021, a seguir relacionado:

AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
157	Priscila Bello da Silva	09/09/1986	4,00	0,50	1,50	6,00	3º

Art.2º O convocado deve apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, até o dia 07 de março de 2022, durante o horário de expediente munidos da seguinte documentação:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título eleitoral e comprovante da última votação;
- Certidão de Nascimento/Casamento;
- Certidão de nascimento dos filhos (se tiver);
- Nº do PIS, encontrado na Carteira de Trabalho;
- 01 Foto 3x4;
- Quando em cargos que exigem formações: (certificados e registros);
- Comprovante de Escolaridade;
- Certidão de antecedentes criminais (obtida na Distribuição no Fórum ou site TJSC);
- Declaração de Bens;
- Declaração de ter sofrido ou não penalidades;
- Declaração de Conta bancaria para depósito salarial. (Sicoob ou BB);
- Declaração de não acúmulos de cargos;
- Atestado médico ocupacional;
- Comprovante de residência.

Art.3º O Não comparecimento do candidato, bem como a Não apresentação dos documentos exigidos até a data aprazada ou Não havendo justificativa para tal falta, importara em Renúncia tácita do candidato a vaga que se classificou.

Barra Bonita - SC em 01 de março de 2022.

ROBERTO FRANCISCO GIONGO
Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL PREGÃO RP Nº54/2022

Publicação Nº 3652092

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2022
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 54/2022

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial Registro de Preço, objetivando a prestação de Prestação de serviço com fornecimento de peças para manutenção do Sistema de Abastecimento de Água no interior do município, conforme relação de peças anexas. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 22 de março de 2022. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 28 de fevereiro de 2022.

CRISTINA F. LAUTHART
Secretária de Agricultura

PORTARIA N.º 132, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3650766

PORTARIA N.º 132, de 01 de março de 2022.
Concede Férias aos Servidores e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º. Conceder Férias aos Servidores abaixo relacionados:

Nome	Matricula	Período aquisitivo	Período de gozo
Andressa Frederich	427302	06/01/2021 a 05/01/2022	01/03/2022 a 15/03/2022
Giovane Luis Vogel	381301	03/10/2019 a 02/10/2020	01/03/2022 a 15/03/2022

Giovane Luis Vogel	381301	03/10/2020 a 02/10/2021	16/03/2022 a 30/03/2022
Lícia Vitcoski	417102	02/02/2021 a 02/02/2022	01/03/2022 a 30/03/2022

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a contas do Orçamento Municipal Vigente.

Art.3 º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 01 de março de 2022.

Roberto Francisco Giongo
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 133, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652085

PORTARIA Nº 133, de 02 de março de 2022

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 2 (duas) diárias ao servidor Maximino da Silva Dias, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 346,00 (trezentos e quarenta e seis reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de Saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº 53/2022 e Roteiro de Viagem nº 39/2022 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 600,00 (seiscentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC conforme Memorando nº 52/2022, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 02 de março de 2022.

Roberto Francisco Giongo
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 134, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652087

PORTARIA Nº 134, de 02 de março de 2022

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 4 (quatro) diárias ao servidor Vanderlei Ferronato, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 692,00 (seiscentos e noventa e dois reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de Saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº 56/2022 e Roteiro de Viagem nº 41/2022 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 600,00 (seiscentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC conforme Memorando nº 55/2022, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 02 de março de 2022.

Roberto Francisco Giongo
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 135, DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652088

PORTARIA Nº 135, de 02 de março de 2022

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Davi Zacaron, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de Saúde até a cidade de Chapecó/SC, conforme Memorando Nº 54/2022 e Roteiro de Viagem nº 40/2022 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 02 de março de 2022.

Roberto Francisco Giongo
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

TERMO ADITIVO CONTRATO Nº03/2022-1

Publicação Nº 3651267

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 03/2022-1

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PUBLICO PARA prestação de serviços técnicos de engenharia e estudos topográficos para elaboração de projetos para fins educacionais, conforme descritivo anexo ao Edital.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL em exercício Sr. ROBERTO FRANCISCO GIONGO doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa URBANE ENGENHARIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.491.945/0001-60, com sede na Av. Salgado Filho, centro, cidade de São José do Cedro/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro no art. 57, II, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 03/2022, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº03/2022 passando a vigência até 31/05/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº18/2018 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 01 de março de 2022.

ROBERTO FRANCISCO GIONGO
P / Contratante

URBANE ENGENHARIA LTDA ME
P/Contratada
Testemunhas:

Nome: BRUNA LETICIA COSTA OLIVEIRA
CPF – 702.237.711-12

Nome: isabela caroline gaglioto galvan
CPF – 093.299.039-83

Belmonte

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 11/2022

Publicação Nº 3650872

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BA9E5B0AE16726F4DF898EA5616F8BE57221B74D



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE BELMONTE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2022

O MUNICÍPIO DE BELMONTE, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, TIPO menor preço unitário por item, no dia **14 de março de 2022**; e que para tanto estará recebendo o credenciamento até às **08h00min do dia 14 de março de 2022**, no Departamento de Licitações, os envelopes contendo a PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO referentes ao presente Edital, cuja abertura das propostas dar-se-á às **08h10min** do mesmo dia.

Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE, que se seguir.

O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação poderão ser obtidas junto ao Dpto. de Compras e Licitações ou pelo fone 0**49 3625 0066.

Esta licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para o MUNICÍPIO DE BELMONTE.

Fundamento Legal: Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, Decreto Municipal 39/2007, Decreto Municipal n.º 27/2014 e demais exigências deste Edital e anexos.

1 - OBJETO

1.1. **O objeto do presente Edital consiste na contratação de serviços técnicos profissionais no desenvolvimento de treinamentos específicos na modalidade de futsal e futebol de campo masculino e feminino de acordo com o projeto escolinha da Secretaria Municipal de esportes, para o exercício de 2022, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.**

2 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS

2.1. Poderão participar deste Pregão Presencial as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital.

2.2. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

2.3. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente as empresas constituídas em consórcios e pessoas físicas.

2.4. Conforme estabelece o art. 48, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, o ITEM ou LOTE, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), é de exclusiva participação de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, que comprovarem o enquadramento no momento do credenciamento;

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE BELMONTE

2.5. O ITEM ou LOTE, que não atender no mínimo 3 (três) propostas válidas, de empresas enquadradas como ME ou EPP, será aberto para participação das empresas normais, a fim de evitar a repetição do certame.

3 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

A proposta e os documentos exigidos deverão ser entregues e protocolados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Belmonte, sito no endereço, data e horário supra citados em dois envelopes lacrados, denominados, respectivamente de N.º 01 – PROPOSTA e N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO, devendo conter na parte externa os seguintes dizeres.

AO MUNICÍPIO DE BELMONTE.

ENVELOPE 1 – PROPOSTA

PREGÃO 11/2022

EMPRESA:

AO MUNICÍPIO DE BELMONTE.

ENVELOPE 2 – DOCUMENTAÇÃO

PREGÃO 11/2022

EMPRESA:

4 – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro formalizado na ata a ser firmada entre o Município de Belmonte e as empresas que apresentarem as propostas classificadas em primeiro lugar no presente certame terá validade até 12 meses, a partir da data da apresentação das propostas.

4.2. Durante o prazo de validade do Registro de Preços o Município de Belmonte, não ficará obrigado a contratar os itens objeto deste Pregão Presencial exclusivamente pelo sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações e outras formas de contratação quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

4.3. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando o Município de Belmonte, optar pela aquisição por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

4.4. O Município de Belmonte acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados.

4.5. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

4.6. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.7. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata os subitens anteriores, o gerenciador procederá a Revogação da ata, promovendo a compra por outros meios licitatório.

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE BELMONTE

5 – DO CREDENCIAMENTO

Deverão ser apresentados no ato do credenciamento, apartado dos envelopes:

5.1. O licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

5.2. Se a empresa se fizer representar pelo seu proprietário, dirigente ou assemblado, deverá este apresentar documento que comprove tal condição, sendo Contrato Social ou Estatuto acompanhado de Ata ou documento de delegação de poderes.

5.3. Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente habilitado através de procuração, ou termo de credenciamento, podendo ser utilizado o modelo do **Anexo II**, acompanhado de Contrato Social ou Estatuto juntamente com a Ata ou documento de delegação de poderes.

5.4. No ato de credenciamento, o representante da empresa licitante deverá se identificar mediante a apresentação, o Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

5.5. Em sendo a empresa participante Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá comprovar sua condição, mediante apresentação de Certidão Simplificada de Enquadramento pela Junta Comercial competente para que se cumpra o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei 147/2014), sob pena de decair o direito, devendo ser apresentada fora dos envelopes, no ato da entrega dos envelopes. Será considerada válida a certidão que tenha sido emitida a menos de **120 (cento e vinte)** dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

5.6. Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os Requisitos de Habilitação, conforme modelo constante no **Anexo III**.

5.7 **Serão desconsiderados os documentos de credenciamento, Declaração de Habilitação e Comprovação do Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte inseridos no envelope “PROPOSTA” ou “DOCUMENTAÇÃO”.**

6 – DA PROPOSTA

6.1 A Proposta deverá obedecer rigorosamente os termos deste Edital, não sendo considerada aquela que apresentar divergências com o objeto da licitação ou fizer referência a propostas de concorrentes, implicando na sua imediata rejeição;

6.2 – A Proposta deverá ser elaborada de acordo com as diretrizes estabelecidas neste Edital, que atendam ao objeto da licitação quanto as especificações solicitadas, sob pena de desclassificação;

6.3 – A proposta deverá ser apresentada em 1 (uma) via impressa em papel, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas e assinada ao seu final pelo representante legal, com preço unitário e total, e ainda devendo contar as seguintes informações:

- a) Razão Social da empresa, endereços e n.º do CNPJ da proponente;

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE BELMONTE

- b) Valor Unitário por item, discriminados o valor total, em moeda corrente nacional, sendo admitidas até 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- c) Na cotação de cada item deverá ser indicado o profissional que executará os serviços, em nome do qual deverá estar a qualificação técnica.

6.4 – A Validade da Proposta é de 60 (sessenta) dias, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes propostas. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á do dia de vencimento. Se a proposta for omissa em relação aos prazos, presumir-se-ão aceitos aqueles indicados neste Edital.

6.5 – A proposta que apresentar preço superior ao preço máximo estabelecido, de acordo com o Anexo I, será automaticamente desclassificada;

6.6 - A proposta deverá ser apresentada em uma via de papel, sem emendas ou rasuras sob pena de desclassificação e uma via em meio digital, a partir do programa Beta Auto-Cotação 2.0, devendo esta ser entregue em disquete, CD ou em PEN DRIVE.

6.6.1 – O arquivo em disco destina-se a agilizar o procedimento de abertura e julgamento das propostas, não sendo fator de desclassificação da proponente.

6.7 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, ou demais formalidades.

6.8 - A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "Proposta" com poderes para esse fim.

6.9. - A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope "Documentação".

6.10 - A cotação apresentada na proposta e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

6.11 Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, cabendo a esta agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

6.12 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

7. DA HABILITAÇÃO

Para habilitação dos licitantes, será exigida, a documentação prevista na Lei que rege a modalidade:

7.1. Habilitação Jurídica:

- Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, (podendo ser suprido pela via anexada junto ao credenciamento).
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE BELMONTE

- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal conforme **Anexo IV.**

7.2. Regularidade Fiscal:

- Prova da regularidade para a Fazenda Federal, União e Previdenciárias;
- Prova da regularidade para a Fazenda Estadual;
- Prova da regularidade para a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma de lei.
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, de acordo com as prerrogativas da Lei 12.440/11, com validade.
- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação da Proposta.
- PARA QUE A CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA SEJA VÁLIDA DEVERÁ SER APRESENTADA JUNTAMENTE A CERTIDÃO DE REGISTROS CADASTRADOS NO SISTEMA EPROC, DISPONÍVEL NO ENDEREÇO <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>.

7.3. Qualificação Técnica:

7.3.1. A empresa proponente deverá indicar os profissionais de Educação Física que atuarão na execução dos serviços e comprovar a habilitação dos mesmos.

7.3.2. Os profissionais deverão possuir minimamente bacharelado em Educação Física com o devido registro no Conselho Regional de Educação Física – CREF.

7.4. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.5. O envelope de documentação deste pregão que não forem abertos serão devolvidos para a proponente, no final da sessão.

7.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no presente edital, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

7.6.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, à **microempresa** ou **empresa de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei 147/2014), art. 42 e 43, § 1º, será assegurado o prazo de **até 5 (cinco)** dias úteis, prorrogável por igual período, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que ela for declarada vencedora do certame (excluído da contagem do prazo este dia), para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, e comprovação da regularização para este Pregão.

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE BELMONTE

7.6.2 – A não-regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas neste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

8.1 Na data, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, em ato público, presentes os licitantes e demais pessoas interessadas, a pregoeiro designada, receberá, em envelopes distintos, e devidamente fechados, as propostas e os documentos exigidos para habilitação. Os envelopes deverão indicar o número deste pregão e seu conteúdo, na forma estabelecida no preâmbulo deste edital.

8.2 Os licitantes apresentarão, no ato da entrega dos envelopes (fora dos envelopes), declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no **Anexo III** e Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial competente comprovando seu enquadramento como Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para que se cumpra o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela Lei 147/2014), sob pena de decair o direito.

8.3 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.4 No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, à exceção do preço, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

8.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.6 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.7 A oferta dos lances deverá ser efetuada por Item, na ordem decrescente de preço, no momento em que for conferida a palavra ao licitante.

8.8 É vedada a oferta de lances com vista ao empate.

8.9 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.10 A apresentação dos lances verbais é facultativa, sendo que a desistência por parte do licitante, quando da convocação pelo pregoeiro, implicará em sua exclusão da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.11 Esgotados os lances verbais será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.11.1 Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos art. 44, da LC nº 123/2006 (alterada pela Lei 147/2014).

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE BELMONTE

8.11.2. Entende-se por empate, nos termos da LC nº 123/2006 (alterada pela Lei 147/2014), aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.11.3. Para efeito do disposto no item 8.11.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, **no prazo máximo de 5 (cinco) minutos** após o **encerramento dos lances**, sob pena de preclusão, situação em que, após verificado o atendimento às condições de habilitação, será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeiro examinará a oferta subsequente, sendo convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.11.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

III - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.11.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.11.4. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no subitem 8.11.1, o objeto licitado será adjudicado, após verificado o atendimento às condições de habilitação, em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.11.5. O disposto no subitem 8.11.1 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.12. Caso não se realizem lances verbais, será identificada a proposta escrita de menor preço.

8.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço, a Pregoeiro examinará a aceitabilidade quanto ao objeto e valor apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.

8.14. Sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação para confirmação das condições habilitatórias da licitante vencedora.

8.14.1. No caso da licitante ser uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, se esta apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o **prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, a partir da data em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, nos termos do § 1º, do art. 43, da LC nº 123/2006 (alterada pela Lei 147/2014), com vistas à contratação.

8.15. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto deste certame.

8.16. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, exceto na hipótese prevista no subitem 8.14.1. O Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e seus anexos, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto desta licitação.

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE BELMONTE

8.17. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtida melhor proposta nas situações previstas nos subitens 8.12, 8.13 e 8.16.

8.18. No caso de desclassificação de todas as propostas o Pregoeiro convocará as licitantes para, no **prazo de 8 (oito) dias úteis**, apresentarem outras.

8.19. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20. Em nenhuma hipótese será recebida proposta fora do prazo estabelecido.

8.21. Não serão motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento das propostas, que não venham causar prejuízo para ao Município de Belmonte e nem ferir os direitos das demais licitantes.

8.22 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

8.23 Não havendo manifestação oportuna de nenhuma participante da intenção de recorrer, o pregoeiro adjudicará o respectivo item/lote ao licitante que tenha atendido a todas as exigências deste edital e oferecido menor preço.

8.24 Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

9.1. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de Menor Preço Unitário Por Item, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2. Havendo divergência entre os valores informados no arquivo eletrônico e a proposta impressa, prevalecerá a proposta impressa, sendo feitas as devidas correções.

9.3. O objeto deste PREGÃO será adjudicado, POR MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 Até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes das propostas qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente ato convocatório.

10.2 A impugnação deverá ser protocolada junto ao departamento de licitações ou por carta AR, devendo seu recebimento ser efetuada tempestivamente. Em caso de protocolo ou recebimento via Correio intempestivo o conteúdo da impugnação não será apreciado.

10.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Ao final da sessão do pregão, a pregoeiro indagará aos licitantes quanto ao interesse em interpor recurso, quando poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese de suas razões, hipótese em que lhes será concedido o prazo de 3(três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE BELMONTE

licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra razões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência e preclusão desse direito da licitante, podendo a Pregoeiro adjudicar o objeto à vencedora.

11.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente do Município de Belmonte poderá homologar este procedimento de licitação e determinar a contratação com a licitante vencedora.

12 – DAS PENALIDADES

12.1 – Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n.º 10.520/02 e 8.666/93.

12.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Belmonte – SC, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão de contratar com Administração Pública por até 02 anos.

12.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n.º 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13. DA DESPESA

13.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Edital correrão à conta de recursos orçamentários do Município de Belmonte, para o exercício de 2022.

14 - DA FORMA DE ENTREGA DO OBJETO E PRAZOS:

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE BELMONTE

14.1 - A execução do objeto dar-se-á de acordo com projeto e cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Esportes, pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

4.3 - Todas as despesas referentes à entrega do objeto serão por conta do fornecedor;

14.4 – Os preços cotados não serão reajustados.

5 – DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1 - O pagamento serão efetuados até dia 10 do mês subsequente a regular prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

16. DO CONTRATO

16.1. A assinatura da Ata de Registro de Preços configura compromisso contratual de fornecer o objeto nos valores e nas condições estabelecidos.

16.2 O Contrato terá vigência da data de sua assinatura até **30 de dezembro de 2022**, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

17. DA RESCISÃO

17.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das condições estabelecidas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e na Nota de Empenho, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município de Belmonte o direito de adjudicar a outrem o objeto do certame, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração.

17.2. A adjudicação poderá ser tornada sem efeito, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

17.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração do Município de Belmonte, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução do objeto;
- b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Objeto.

17.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

17.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

17.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BELMONTE

18.1. Fica reservado a Autoridade Competente o direito de aprovar ou anular a licitação, total ou parcialmente, mediante justificativa, sem que caiba reclamação ou indenização de qualquer espécie aos proponentes.

18.2. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.3. O objeto deste PREGÃO poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

18.4. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pelo Prefeito Municipal.

18.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.7. Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos termos deste Edital serão atendidos pessoalmente no Dpto. de Compras e Licitações no endereço da Prefeitura Municipal de Belmonte ou através do telefone (49) 3625 0066, para os esclarecimentos necessários.

18.8 – Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II - Modelo de Credenciamento

Anexo III – Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos habilitatórios.

Anexo IV – Declaração que não Emprega Menores

Anexo V - Minuta do Contrato

19 – DO FORO

19.1 Todas as controvérsias ou reclamações relativos ao presente processo Licitatório serão resolvidos pela Comissão, Administrativamente, ou no Foro da Comarca de Descanso – SC se for o caso.

Belmonte – SC, 01 de março de 2022.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

TEREZINHA DE FÁTIMA PEREIRA KLEIN

Assessor Jurídico

OAB/SC nº. 36.087

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BELMONTE

ANEXO I

Termo de Referencia

contratação de serviços técnicos profissionais no desenvolvimento de treinamentos específicos na modalidade de futsal e futebol de campo masculino e feminino de acordo com o projeto escolinha da Secretaria Municipal de esportes, para o exercício de 2022, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	10,00	MES		SERVIÇO DE TREINAMENTO ESPORTIVO PARA TRABALHAR COM A ESCOLINHA DE FUTSAL E FUTEBOL DE CAMPO MASCULINO E FEMININO NO MUNICÍPIO DE BELMONTE, COM NO MÍNIMO UM PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, COM BACHARELADO E HABILITADO NO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CREF/SC E UM ESTAGIÁRIO CURSANDO NO MÍNIMO O 2º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. CARGA HORÁRIA DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS DE TREINOS.	3.000,00	30.000,00
Total						30.000,00

- Serão desclassificadas as propostas com valor unitário superior ao máximo fixado.
- Na cotação deverá ser indicado o profissional que executará os serviços, em nome do qual deverá estar a qualificação técnica.
- Para comprovação de experiência as proponentes deverão apresentar declaração de Pessoa Jurídica, de direito publico ou privado, para a qual tenha prestado serviço, atestando a execução do referido objeto, conforme especificado em cada item.
- Para comprovação da habilitação as proponentes deverão apresentar os certificados de graduação e/ou especialização, bem como demais documentos nas áreas solicitadas conforme especificado em cada item
- **A proponente vencedora se responsabilizará pela plena execução dos serviços garantindo a assiduidade, pontualidade, responsabilidade, comportamento adequado.**
-

Belmonte – SC, 01 de março de 2022.

Michel Dioni Escher Tonsak
Secretário Municipal de Esportes

ANEXO II

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BELMONTE

(Fora dos Envelopes)

PREGÃO nº 11/2022

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº e inscrito(a) no CPF sob o nº, a participar da licitação instaurada pelo Município de Belmonte, na modalidade PREGÃO nº 11/2022 no sistema de Registro de Preços, supra-referenciada, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

..... de de 2022

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BELMONTE

ANEXO III
(Fora dos Envelopes)

PREGÃO nº 11/2022

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, licitante no Pregão nº 11/2022, no sistema de Registro de Preços promovido pelo Município de Belmonte, declara, por meio de seu representante, Sr(a)....., que está regular com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, com a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como que atende a todas as exigências de habilitação constantes no edital do referido certame.

..... de de 2022

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Tel./Fax (49) 3625 0066
www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br
Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BELMONTE

ANEXO - IV

PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2022

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima**)

..... de de 2022

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE BELMONTE

CONTRATO nº XX/2022

PROCESSO: 45/2022

MODALIDADE: Pregão 11/2022

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE BELMONTE**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, nesta cidade de Belmonte - SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 80.912.108/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JAIR ANTONIO GIUMBELLI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Borges de Medeiros, nº 55, Centro de Belmonte, portador do CPF nº 796.019.609-53 e Cédula de Identidade sob nº 2.203.613-0, expedida pela SSP/SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, EMPRESA: _____ inscrita no CNPJ nº _____, com sede à Rua _____, neste ato representada por seu _____ (qualificação), de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, suas alterações vigentes e Pregão nº 01/2017, resolvem contratar pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente consiste na contratação de serviços técnicos profissionais no desenvolvimento de treinamentos específicos na modalidade de futsal e futebol de campo masculino e feminino de acordo com o projeto escolinha da Secretaria Municipal de esportes, para o exercício de 2022, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	10,00	MES		SERVIÇO DE TREINAMENTO ESPORTIVO PARA TRABALHAR COM A ESCOLINHA DE FUTSAL E FUTEBOL DE CAMPO MASCULINO E FEMININO NO MUNICÍPIO DE BELMONTE, COM NO MÍNIMO UM PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, COM BACHARELADO E HABILITADO NO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CREF/SC E UM ESTAGIÁRIO CURSANDO NO MÍNIMO O 2º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. CARGA HORÁRIA DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS DE TREINOS.		
Total						

1.2 Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Nº 11/2022, juntamente com seus anexos, a proposta da CONTRATADA.

1.3 Os serviços do presente processo licitatório deverão ser executados conforme solicitação do município.

1.4 A Contratada fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% do valor inicial, conforme Art. 65, II, § 11, H, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

2.1 Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ _____ (_____), conforme execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE BELMONTE

3.1 O pagamento devido ao vencedor será efetuado até dia 10 do mês subsequente, à execução dos serviços e efetiva apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

CLAUSULA QUARTA - RECURSOS FINANCEIROS

4.1 As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato correrão a conta de recursos orçamentários do MUNICÍPIO DE BELMONTE - SC, para o exercício de 2022, descritos abaixo:

CLAUSULA QUINTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

5.1 O preço ora contratado não sofrerá reajuste pelo período de doze meses, a contar da contratação.

CLAUSULA SEXTA - PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1- O contrato com o licitante vencedor, decorrente do presente Edital abrangerá o período da adjudicação até 30 de dezembro de 2022, podendo ser renovado e/ou aditivado, havendo interesse do município, conforme determinado no Art. 57, Inciso II da Lei Federal que rege a presente Licitação.

6.1.1 - Em caso de prorrogação do contrato, após decorridos 12 meses, de acordo com a legislação vigente, o mesmo poderá ser reajustado de acordo com índice IPCA (pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado dos últimos 12 meses.

6.2 - CONTRATANTES, a cada solicitação de serviço, especificará formalmente a quantidade e especificação dos serviços.

CLAUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

7.2 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado, e
- b) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.

7.3 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

CLAUSULA OITAVA - RESCISÃO

8.1 O presente contrato pode ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

8.2 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art.

CLÁUSULA NONA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1 O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLAUSULA DECIMA - VIGENCIA

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE BELMONTE

O presente contrato tem sua vigência na data de assinatura do contrato até 30 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, se o interesse público o exigir, nos termos do artigo 57, II, da Lei 8.666/1993.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DA EXECUÇÃO

13.1. A responsabilidade pela execução do contrato será do responsável pela Secretaria, conforme Decreto Municipal nº 003/2021 de 04 de janeiro de 2021.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Descanso/SC para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

11.2 E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Belmonte/SC, 01 de março de 2022.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DECLARO que sou Gestor do presente Contrato, de conformidade com o Decreto Municipal nº 003/2021 de 04 de janeiro de 2021, recebi uma cópia e estou in-cumbido de fiscalizar e gerir o cumprimento deste no que se refere a Secretaria a qual estou vinculado.

Nome: Michel Dioni Escher Tonsak
Função: Secretário Municipal de Esportes
Matrícula nº 1157/04

DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, de conformidade com o Decreto Municipal nº 003/2021 de 04 de janeiro de 2021, recebi uma cópia e estou in-cumbido de fiscalizar e gerir o cumprimento deste no que se refere a Secretaria a qual estou vinculado.

Nome: Amanda Carla Pisoni
Função: Gerente de Cultura e Turismo
Matrícula nº 1219/01

TEREZINHA DE FÁTIMA PEREIRA KLEIN
Assessor Jurídico
OAB/SC nº. 36.087

Tel./Fax (49) 3625 0066

www.belmonte.sc.gov.br - e-mail: belmonte@belmonte.sc.gov.br

Rua Eng. Francisco Passos, 133 - CNPJ 80.912.108/0001-90 - CEP 89925-000 - Belmonte (SC)

PREGÃO PRESENCIAL 12/2022

Publicação Nº 3651307

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E1D56390E1C2283E5D6ABEACE5C549E7E2CA5C79

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022
Registro de Preços

Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de transporte para buscar e levar as crianças e adolescentes do interior para as atividades do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no ano de 2022, a Serviço da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h00min do dia 15/03/2022, no Dpto. De Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08h10min do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 01 de março de 2022.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 41/2022**

Publicação Nº 3651479

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41/2022

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 41/2022

DATA: 01/03/2022 - HORA DE INÍCIO: 16 horas.

FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO EM PLATAFORMA DE UM VEÍCULO CAMINHÃO EQUIPADO COM TANQUE DE ÁGUA NOVO DA CIDADE DE MARINGÁ/PR ATÉ A CIDADE DE BENEDITO NOVO.

Na data e horário acima citados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações Joice Aparecida Costa, Sérgio Dário Pasquali e Marli Klitzke Schmidt, nomeados pela Portaria nº 001/2022 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado. Iniciados os trabalhos foram analisados os documentos integrantes deste processo. Da análise destes documentos, constatou-se que a empresa TRANSPORTES RODOVIÁRIOS RODOBEN EIRELI se encontra com a documentação de habilitação regular. Cabe ressaltar que esta Comissão de Licitações não analisa o mérito e a motivação da contratação, limita-se apenas a analisar os documentos acostados ao processo licitatório. Nada mais havendo, a Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOICE APARECIDA COSTA

Presidente

SERGIO DARIO PASQUALI

Membro

MARLI KLITZKE SCHMIDT

Membro

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 25/2022

Publicação Nº 3650895

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 01/03/2022 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2022

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 25/2022

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETO PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E OUTROS SETORES.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio JOICE APARECIDA COSTA e MARLI KLITZKE SCHMIDT todos nomeados através da Portaria nº 002/2022. Aberta a sessão, verificou-se que protocolaram e entregaram os envelopes até o horário estipulado as empresas CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, DRAGÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e COMERCIALEINDUSTRIAL DANTE ZONTA EIRELI. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo as empresas apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve nenhum questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	OSNI TAMANINI
PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	FABIAN SILVEIRA DE MORAES
DRAGÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	ROSANE GRANKOW RADDATZ
COMERCIALEINDUSTRIAL DANTE ZONTA LTDA	RENE GILBERTO ZONTA

Todas as empresas apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de MEI, ME ou EPP e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. Nos termos do item 3.9, alínea "a" do edital, efetuou-se consulta para verificar se alguma das empresas acima, encontra-se declarada inidônea, suspensa, ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer natureza e esfera governamental. Da consulta efetuada, nada foi constatado, estando todas as empresas aptas a participar do certame. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preços, o Pregoeiro analisou e rubricou os seus conteúdos e em seguida disponibilizou as propostas para que os representantes das licitantes fizessem o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. Todas as propostas foram aceitas e classificadas. Na sequência foram inseridos os valores das propostas no sistema e impresso o relatório classificatório anexo a esta Ata. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as empresas efetuado lances. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e os respectivos vencedores. A seguir, a Equipe de Apoio procedeu à abertura dos envelopes de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. Não houve manifestação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pelas empresas vencedoras encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as empresas estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos representantes das empresas se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Em seguida, o Pregoeiro ADJUDICOU os itens do certame as empresas vencedoras. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI
Pregoeiro

JOICE APARECIDA COSTA
Equipe de Apoio

MARLI KLITZKE SCHMIDT
Equipe de Apoio

REPRESENTANTES PRESENTES:

CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA

DRAGÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA

COMERCIALEINDUSTRIAL DANTE ZONTA EIRELI

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS - DP 39/2022

Publicação Nº 3651083

ATA DE ANALISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2022

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 39/2022

DATA: 25/02/2022 - HORA DE INÍCIO: 11 horas.

FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO

Na data e horário acima citados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações Joice Aparecida Costa, Sérgio Dário Pasquali e Marli Klitzke Schmidt, nomeados pela Portaria nº 001/2022 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado. Iniciados os trabalhos foram analisados os documentos integrantes deste processo. Da análise destes documentos, constatou-se que a empresa EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0002-43 se encontra com a documentação de habilitação regular. Cabe ressaltar que esta Comissão de Licitações não analisa o mérito e a motivação da contratação, limita-se apenas a analisar os documentos acostados ao processo licitatório. Nada mais havendo, a Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOICE APARECIDA COSTA
Presidente

SERGIO DARIO PASQUALI
Membro

MARLI KLITZKE SCHMIDT
Membro

AVISO DE INTERESSE DE CONTRATAÇÃO 12/2022

Publicação Nº 3650941

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
AVISO DE INTERESSE DE AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Benedito Novo, nos termos do Art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021, leva ao conhecimento dos interessados que está contratando SERVIÇOS DE MANICURE, MAQUIAGEM E PENTEADO PARA ARRUMAÇÃO DAS REALEZAS DA FESTA DAS TRADIÇÕES por Dispensa de Licitação e que possui interesse em receber propostas adicionais de eventuais interessados. As propostas adicionais poderão ser enviadas no e-mail: licita@beneditonovo.sc.gov.br ou entregues pessoalmente no Setor de Licitações no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação deste aviso, ou seja, até dia 07/03/2022. Será selecionada a proposta mais vantajosa e que atenda ao exigido. Maiores informações e o detalhamento do objeto poderão ser obtidos diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licita@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo, 01 de março de 2022.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA - Prefeita

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2022

Publicação Nº 3651371

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 08B038554885ECE5DE1067F4908E17F9DDE3B319

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório Nº 31/2022
EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2022
Contratada: VALE SC TECNOLOGIA LTDA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM DE SITE PARA TURISMO
Valor: R\$ 6.480,00
Vigência: 01/03/2022 a 28/02/2023
Data Assinatura: 01/03/2022

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – Prefeita de Benedito Novo

RETIFICAÇÃO Nº 001 - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022

Publicação Nº 3651326

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022
RETIFICAÇÃO nº 001

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo/SC, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público conforme segue:

Fica alterada a tabela do item 4.3.2, como segue:

Título	Valor por Título	Valor Máximo
Certificado ou diploma de CURSOS DE CAPACITAÇÃO na área afim do cargo.	0,25	1,00
Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em nível de ESPECIALIZAÇÃO, com carga horária mínima de 360 horas na área específica do cargo pretendido (exceto especialização em medicina de família e comunidade).	0,50	1,00
Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em nível de MESTRADO, na área específica do cargo pretendido.	0,50	0,50
Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em nível de DOUTORADO, na área específica do cargo pretendido.	1,00	1,00
Certificado e/ou Certidão de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em nível de ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE, com carga horária mínima de 360 horas na área específica do cargo pretendido.	0,25	0,25
Experiência comprovada em atuação na atenção básica da Estratégia de Saúde da Família (NOTÓRIO SABER).	0,25	0,25
Certificação de Conclusão de RESIDÊNCIA MÉDICA em Medicina de Família e Comunidade.	1,00	1,00
Máximo de Pontos		5,00

Ficam acrescidos os itens 4.3.2.4 e 4.3.2.5, como segue:

4.3.2.4 – Para os CURSOS DE CAPACITAÇÃO serão aceitos cursos com no mínimo de 08 horas de duração, e serão creditados 0,25 pontos para cada 40 horas de cursos apresentados. Para essas 40 horas, será aceita a soma de vários cursos de 08 horas.

4.3.2.5 – Os certificados ou diplomas de conclusão de cursos de capacitação deverão ser expedidos por instituição oficial reconhecida e credenciada pelo MEC, também serão aceitos cursos ministrados e/ou reconhecidos pelas secretarias públicas municipais e estaduais.

Benedito Novo/SC, 01 de março de 2022.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita do Município de Benedito Novo/SC

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 22/2022

Publicação Nº 3650991

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B73251AF50B73D25EBDF111CF657D402D4E81AD6

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO****CNPJ: 83.102.780/0001-08****Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC****CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487****E-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br****Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão: 22/2022**

Afigurando-me que a licitação epigrafada se encontra regularmente desenvolvida dentro dos parâmetros legais, está em ordem e não há impugnações ou recursos pendentes de julgamento e, restando ainda presente o interesse na contratação/compra que deu ensejo à instauração do processo, **HOMOLOGO** o procedimento de que se cogita em favor da empresa vencedora:

187356 - FISTAROL PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ABRIDOR DE LATA EM INOX	UNIDADE	PLASVALE	4	R\$4,92	R\$19,68
2	AMASSADOR DE BATATA EM INOX	UNIDADE	PLASVALE	5	R\$58,00	R\$290,00
3	FORMA DE PIZZA GRANDE EM ALUMÍNIO COM TAMANHO APROXIMADO DE 35CM	UNIDADE	ROYAL	10	R\$39,00	R\$390,00
4	ASSADEIRA EM ALUMÍNIO Nº 04, COM ALÇAS, COM TAMANHO APROXIMADO DE 41X29X05	UNIDADE	5 ESTRELAS	2	R\$45,00	R\$90,00
5	ASSADEIRA TIPO MARINEX DE VIDRO COM TAMPA, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 5L	UNIDADE	SANTA MARIA	4	R\$69,00	R\$276,00
6	ASSADEIRA RETANGULAR DE ALUMÍNIO FUNDA Nº 5	UNIDADE	SANTA MARIA	15	R\$94,00	R\$1.410,00
7	BACIA PLÁSTICA REDONDA COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 10L	UNIDADE	SANREMO	15	R\$25,70	R\$385,50
8	BACIA PLÁSTICA REDONDA COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 20L	UNIDADE	SANREMO	10	R\$35,80	R\$358,00
9	BACIA PLÁSTICA REDONDA COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 30L	UNIDADE	SANREMO	8	R\$57,00	R\$456,00
10	BANDEJA PLÁSTICA BRANCA COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 10L	UNIDADE	SANREMO	15	R\$32,40	R\$486,00
11	CAIXA PLÁSTICA COM TAMPA ORGANIZADORA MULTIUSO COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 10L	UNIDADE	SANREMO	10	R\$33,00	R\$330,00
12	CAIXA PLÁSTICA COM TAMPA ORGANIZADORA MULTIUSO COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 20L	UNIDADE	SANREMO	15	R\$44,90	R\$673,50
13	CHALEIRA EM AÇO INOX COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 2L	UNIDADE	MALTA	5	R\$115,00	R\$575,00
14	COLHER DE ARROZ EM AÇO INOX	UNIDADE	DI SOLLI	15	R\$15,30	R\$229,50
15	COLHER DE CHÁ EM AÇO INOX	UNIDADE	DI SOLLI	300	R\$1,48	R\$444,00
16	COLHER DE SOBREMESA EM AÇO INOX	UNIDADE	DI SOLLI	300	R\$2,39	R\$717,00
17	COLHER DE SOPA EM AÇO INOX	UNIDADE	DI SOLLI	300	R\$3,25	R\$975,00
18	CONCHA DE FEIJÃO DE AÇO INOXIDÁVEL CABO COM APROXIMADAMENTE 33 CM	UNIDADE	DI SOLLI	10	R\$19,20	R\$192,00
19	COPO EM MATERIAL INOX COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 200ML	UNIDADE	DI SOLLI	300	R\$9,40	R\$2.820,00
20	CORTADOR DE LEGUMES MÉDIO, COM PEDESTAL CURTO ("CABRITA") (8 MM DE ESPESSURA)	UNIDADE	MALTA	2	R\$158,00	R\$316,00
21	DESCASCADOR E BOLEADOR DE LEGUMES MANUAL LÂMINAS EM AÇO INOX	UNIDADE	KEILA	6	R\$4,49	R\$26,94

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO****CNPJ: 83.102.780/0001-08****Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC****CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487****E-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br****Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br**

22	ESCORREDOR DE MACARRÃO DE ALUMÍNIO	UNIDADE	MALTA	3	R\$37,80	R\$113,40
23	ESPÁTULA PARA BOLO EM AÇO INOXIDÁVEL	UNIDADE	DI SOLLI	5	R\$8,20	R\$41,00
24	ESPÁTULA PARA COZINHA EM INOX RETA COM 12 CM	UNIDADE	TRAMONTINA	2	R\$25,50	R\$51,00
25	ESPUMADEIRA EM AÇO INOXIDÁVEL CABO COM APROXIMADAMENTE 33 CM	UNIDADE	DISSOLI	5	R\$19,00	R\$95,00
26	FACA CHEF EM AÇO INOX CABO BRANCO 8 POLEGADAS	UNIDADE	MARTINAZZO	6	R\$35,50	R\$213,00
27	FACA DE MESA EM AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA ARREDONDADA	UNIDADE	DISSOLI	300	R\$3,80	R\$1.140,00
28	FORMA RETANGULAR EM ALUMÍNIO PARA PÃO COM TAMANHO APROXIMADO DE 24X10,5CM	UNIDADE	ROYAL	25	R\$26,60	R\$665,00
29	FRIGIDEIRA ANTIADERENTE COM APROXIMADAMENTE 24 CM	UNIDADE	ROYAL	5	R\$70,00	R\$350,00
30	FRUTEIRA TAMANHO GRANDE DE PLASTICO REFORÇADO COM 3 OU 4 PRATELEIRAS	UNIDADE	PLASNOHRTO N	4	R\$72,80	R\$291,20
31	FUNIL DE PLÁSTICO MÉDIO	UNIDADE	PLASVALE	4	R\$5,20	R\$20,80
32	GARFO DE MESA CABO E CORPO EM AÇO INOXIDÁVEL LISA POLIDA	UNIDADE	DI SOLLI	300	R\$3,72	R\$1.116,00
33	GARFO DE SOBREMESA CABO E CORPO EM AÇO INOXIDÁVEL LISA POLIDA	UNIDADE	DISSOLI	300	R\$2,10	R\$630,00
34	GARRAFA TÉRMICA COM CAPACIDADE PARA 5L COR VARIÁVEL	UNIDADE	ALADIN	2	R\$78,20	R\$156,40
35	JARRA PLÁSTICA COM TAMPAS BICO E ALÇA CAPACIDADE MÍNIMA 1L OU 1,5L	UNIDADE	PLASVALE	15	R\$10,50	R\$157,50
36	JARRA PLÁSTICA COM TAMPAS BICO E ALÇA CAPACIDADE MÍNIMA 4L	UNIDADE	TRITEC	10	R\$28,40	R\$284,00
37	LIXEIRA PLÁSTICA COM PEDAL COM CAPACIDADE 30L OU 50L	UNIDADE	SANREMO	10	R\$114,00	R\$1.140,00
38	PANELA DE ALUMÍNIO GROSSO, COM ALÇA, COM CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 31,5 LITROS, COM TAMPAS, Nº 34	UNIDADE	CRUZEIRO	4	R\$218,00	R\$872,00
39	PANELA DE PRESSÃO INDUSTRIAL, COM TRAVA, COM CAPACIDADE MÍNIMA 10L	UNIDADE	CRUZEIRO	5	R\$277,00	R\$1.385,00
40	PANELA DE PRESSÃO INDUSTRIAL, COM TRAVA, COM CAPACIDADE MÍNIMA 7L	UNIDADE	NIGRO	10	R\$198,50	R\$1.985,00
41	PANELA DE PRESSÃO DE ALUMÍNIO POLIDO COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 20,8L COM FECHAMENTO EXTERNO	UNIDADE	NIGRO	2	R\$494,00	R\$988,00
42	PANELA EM ALUMÍNIO COM ALÇAS E TAMPAS, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 2,5L, ESPESSURA DE NO MÍNIMO 3 MM	UNIDADE	CRUZEIRO	15	R\$68,50	R\$1.027,50
43	PANELA EM ALUMÍNIO, COM ALÇAS E TAMPAS, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 6L, ESPESSURA DE NO MÍNIMO 2 MM	UNIDADE	CRUZEIRO	10	R\$92,50	R\$925,00

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO****CNPJ: 83.102.780/0001-08****Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC****CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487****E-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br****Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br**

44	PEGADOR DE MASSA EM AÇO INOX	UNIDADE	DI SOLLI	5	R\$16,50	R\$82,50
45	POTE PLÁSTICO RETANGULAR GRANDE, COM TAMPA, ATÓXICO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 3L	UNIDADE	PLASVALE	15	R\$22,40	R\$336,00
46	POTE PLÁSTICO RETANGULAR GRANDE, COM TAMPA, ATÓXICO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5L	UNIDADE	PLASVALE	10	R\$27,60	R\$276,00
47	POTE PLÁSTICO, COM TAMPA, REDONDO, ATÓXICO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6L	UNIDADE	PLASVALE	10	R\$29,50	R\$295,00
48	PRATO FUNDO DE VIDRO TEMPERADO TRANSPARENTE COM TAMANHO APROXIMADO DE 22CM	UNIDADE	DURALEX	300	R\$6,85	R\$2.055,00
49	RALADOR 1 FACE TAMANHO MÉDIO	UNIDADE	DURALEX	5	R\$21,60	R\$108,00
50	SALEIRO GRANDE DE PLASTICO COM TAMPA	UNIDADE	DURALEX	2	R\$8,25	R\$16,50
51	TÁBUA DE CORTE DE POLIETILENO OU PRODUTO PLÁSTICO RESISTENTE SEMELHANTE, COM TAMANHO APROXIMADO DE 45,8X30,7CM, CORES VARIADAS	UNIDADE	SANREMO	7	R\$57,50	R\$402,50
Total do Fornecedor:					R\$ 28.678,42	

Benedito Novo/ SC, 1 de março de 2022.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA**Prefeita de Benedito Novo**

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DP 39/2022

Publicação Nº 3651199

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AE69F6A4EA45F37E83A312C221F71689CF05C252

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita do Município de Benedito Novo, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em vista das justificativas e fundamentações relatadas e, levando-se em consideração os documentos juntados ao processo.

RATIFICA e APROVA a presente Dispensa de Licitação para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO, em favor da empresa EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0002-43, conforme itens e especificações a seguir:

194069 - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT	MESES		10	R\$ 3.656,586	R\$ 36.565,86
				Total do Fornecedor:		R\$ 36.565,86

DETERMINO que se proceda a publicação do extrato desta ratificação em até 5 (cinco) dias para sua eficácia.

Registra-se e publica-se

Benedito Novo, 01º de março de 2022.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

TERMO DE RETIFICAÇÃO RELATIVO À PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2022

Publicação Nº 3650942

TERMO DE RETIFICAÇÃO RELATIVO À PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2022

Na edição nº 3.765, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, na página 387, publicado no dia 10 de fevereiro de 2022.

Onde se lê: ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita do Município de Benedito Novo, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em vista das justificativas e fundamentações relatadas e, levando-se em consideração os documentos juntados ao processo. Leia-se: LAURINO DALKE, Prefeito em Exercício do Município de Benedito Novo, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em vista das justificativas e fundamentações relatadas e, levando-se em consideração os documentos juntados ao processo.

Prefeitura de Benedito Novo/SC, 25 de fevereiro de 2022.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

TERMO DE RETIFICAÇÃO RELATIVO À PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2022

Publicação Nº 3650944

TERMO DE RETIFICAÇÃO RELATIVO À PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2022

Na edição nº 3.765, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, na página 388, publicado no dia 10 de fevereiro de 2022.

Onde se lê: ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita do Município de Benedito Novo, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em vista das justificativas e fundamentações relatadas e, levando-se em consideração os documentos juntados ao processo. Leia-se: LAURINO DALKE, Prefeito em Exercício do Município de Benedito Novo, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em vista das justificativas e fundamentações relatadas e, levando-se em consideração os documentos juntados ao processo.

Prefeitura de Benedito Novo/SC, 25 de fevereiro de 2022.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

TERMO DE RETIFICAÇÃO RELATIVO À PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2022

Publicação Nº 3650945

TERMO DE RETIFICAÇÃO RELATIVO À PUBLICAÇÃO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2022**

Na edição nº 3.765, do Diário Oficial dos Municípios – DOM, na página 388, publicado no dia 10 de fevereiro de 2022.

Onde se lê: ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita do Município de Benedito Novo, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em vista das justificativas e fundamentações relatadas e, levando-se em consideração os documentos juntados ao processo. Leia-se: LAURINO DALKE, Prefeito em Exercício do Município de Benedito Novo, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em vista das justificativas e fundamentações relatadas e, levando-se em consideração os documentos juntados ao processo.

Prefeitura de Benedito Novo/SC, 25 de fevereiro de 2022.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

Biguaçu**PREFEITURA****DECRETO Nº 035/2022**

Publicação Nº 3651204

DECRETO Nº 035/2022 DE: 25 DE FEVEREIRO DE 2022.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Salmir da Silva, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 4086/2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 4087/2021 - Lei Orçamentária para 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2022, Lei Municipal nº 4087/2021:

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0902.12.366.0003.2028	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	60.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	60.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta Intra	60.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de fevereiro de 2022.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de
Legislação e Expediente

EXTRATO DE CANCELAMENTO DOS ITEM 62 E 140 DO RP 14/2021

Publicação Nº 3651850

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE CANCELAMENTO DOS ITENS 62 E 140 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2021– FMS

O Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora – PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº 82.892.308/0001-53, estabelecida na Praça Nereu Ramos, nº 90 - Centro – Biguaçu, aqui representado pela Secretário de Administração Sr. VINICIUS HAMILTON DO AMARAL, por delegação de competência (Portaria nº 01/2021, de 04/01/2021), vem por deste instrumento, CANCELAR, nesta data, os itens nº 62 e 140 da Ata de Registro de Preços nº 2/2021, firmada com a empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, com sede na Avenida Gentil Reinaldo Cordioli, 391, bairro Jardim Eldorado, cidade Palhoça/SC, . CEP: 88133-500, em decorrência do processo licitatório nº 32/2021, modalidade Pregão Eletrônico, que teve por objeto Aquisição de medicamentos básicos, para UPA e para Processo Judicial do município de Biguaçu, nos termos do artigo 21, inciso II, do Decreto nº 7892/2013, conforme subsegue:

Item: 62

Produto: 1 - PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML

Quantidade: 10.000 AMP

Valor unitário: R\$ 1,69

Valor Total: R\$ 16.900,00

Item: 140
Produto: 1 - IBUPROFENO 300MG
Quantidade: 240.000 COMP
Valor unitário: R\$ 0,11
Valor Total: R\$ 26.400,00

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DAS ATAS 13 A 33 PMB E 1 A 4 FMS 2022

Publicação Nº 3651252

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2022 DO RP 18/2022 PMB
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS DE RECONHECIMENTO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC.
VENCEDOR: GOLDEN TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÃO (34.927.925/0001-02)
VALOR TOTAL: R\$ 95.674,00
VIGÊNCIA: 10/02/2022 A 10/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2022 DO RP 6/2022 PMB
Objeto: aquisição de livros de literatura, visando complementar o acervo bibliográfico para melhor atender as bibliotecas das unidades escolares do município de Biguaçu, a fim de garantir a acessibilidade de livros para todos os educandos. (aquisição de livros de itens que foram fracassados e desertos do nº145/2021 pmb.)
VENCEDOR: SK DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE LIVROS EPP (36.718.488/0001-34)
VALOR TOTAL: R\$ 44.026,36
VIGÊNCIA: 15/02/2022 A 15/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2022 DO RP 6/2022 PMB
Objeto: aquisição de livros de literatura, visando complementar o acervo bibliográfico para melhor atender as bibliotecas das unidades escolares do município de Biguaçu, a fim de garantir a acessibilidade de livros para todos os educandos. (aquisição de livros de itens que foram fracassados e desertos do nº145/2021 pmb.)
VENCEDOR: JSLC COMERCIO DE LIVROS EIRELI (28.842.488/0001-13)
VALOR TOTAL: R\$ 16.453,11
VIGÊNCIA: 15/02/2022 A 15/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2022 DO RP 6/2022 PMB
Objeto: aquisição de livros de literatura, visando complementar o acervo bibliográfico para melhor atender as bibliotecas das unidades escolares do município de Biguaçu, a fim de garantir a acessibilidade de livros para todos os educandos. (aquisição de livros de itens que foram fracassados e desertos do nº145/2021 pmb.)
VENCEDOR: BECBOOKS SOLUCOES EDUCACIONAIS LTDA (36.544.630/0001-74)
VALOR TOTAL: R\$ 53.173,69
VIGÊNCIA: 15/02/2022 A 15/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2022 DO RP 6/2022 PMB
Objeto: aquisição de livros de literatura, visando complementar o acervo bibliográfico para melhor atender as bibliotecas das unidades escolares do município de Biguaçu, a fim de garantir a acessibilidade de livros para todos os educandos. (aquisição de livros de itens que foram fracassados e desertos do nº145/2021 pmb.)
VENCEDOR: T NAVA COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS EIRELI (18.912.500/0001-65)
VALOR TOTAL: R\$ 1.216,06
VIGÊNCIA: 15/02/2022 A 15/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2022 DO RP 19/2022 PMB
Objeto: Aquisição de equipamentos de proteção individual para os servidores da Guarda Patrimonial Municipal de Biguaçu, atendendo todas as suas secretarias.
VENCEDOR: RBM DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA (33.627.497/0001-21)
VALOR TOTAL: R\$ 50.097,00
VIGÊNCIA: 15/02/2022 A 15/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2022 DO RP 19/2022 PMB
Objeto: Aquisição de equipamentos de proteção individual para os servidores da Guarda Patrimonial Municipal de Biguaçu, atendendo todas as suas secretarias.

VENCEDOR: O.FILIZZOLA & CIA LTDA (61.182.424/0001-09)

VALOR TOTAL: R\$ 40.884,00

VIGÊNCIA: 15/02/2022 A 15/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2022 DO RP 5/2022 PMB

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de materiais gráficos para secretarias da prefeitura municipal de biguaçu, conforme o relatório de lotes desertos e fracassados do pregão eletrônico nº109/2021, com as especificações e quantidades constantes no termo de referência.

VENCEDOR: CARBONI & CARBONI ARTES GRAFICAS LTDA (02.844.351/0001-04)

VALOR TOTAL: R\$ 65.987,00

VIGÊNCIA: 18/02/2022 A 18/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2022 DO RP 5/2022 PMB

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de materiais gráficos para secretarias da prefeitura municipal de biguaçu, conforme o relatório de lotes desertos e fracassados do pregão eletrônico nº109/2021, com as especificações e quantidades constantes no termo de referência.

VENCEDOR: organiza eventos (19.632.641/0001-97)

VALOR TOTAL: R\$ 127.460,41

VIGÊNCIA: 18/02/2022 A 18/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2022 DO RP 5/2022 PMB

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de materiais gráficos para secretarias da prefeitura municipal de biguaçu, conforme o relatório de lotes desertos e fracassados do pregão eletrônico nº109/2021, com as especificações e quantidades constantes no termo de referência.

VENCEDOR: CLEBER BORGES BISPO-ME (26.194.954/0001-76)

VALOR TOTAL: R\$ 35.780,00

VIGÊNCIA: 18/02/2022 A 18/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2022 DO RP 5/2022 PMB

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de materiais gráficos para secretarias da prefeitura municipal de biguaçu, conforme o relatório de lotes desertos e fracassados do pregão eletrônico nº109/2021, com as especificações e quantidades constantes no termo de referência.

VENCEDOR: CWB Painéis Publicitários (02.667.956/0001-77)

VALOR TOTAL: R\$ 216.570,00

VIGÊNCIA: 18/02/2022 A 18/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2022 DO RP 5/2022 PMB

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de materiais gráficos para secretarias da prefeitura municipal de biguaçu, conforme o relatório de lotes desertos e fracassados do pregão eletrônico nº109/2021, com as especificações e quantidades constantes no termo de referência.

VENCEDOR: FLORIPAINES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME (04.540.600/0001-01)

VALOR TOTAL: R\$ 84.915,00

VIGÊNCIA: 18/02/2022 A 18/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2022 DO RP 5/2022 PMB

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de materiais gráficos para secretarias da prefeitura municipal de biguaçu, conforme o relatório de lotes desertos e fracassados do pregão eletrônico nº109/2021, com as especificações e quantidades constantes no termo de referência.

VENCEDOR: CK COMERCIO E PRODUCAO DE BRINDES E PREMIACOES LTDA (09.405.306/0001-00)

VALOR TOTAL: R\$ 14.350,00

VIGÊNCIA: 18/02/2022 A 18/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2022 DO RP 4/2022 PMB

Objeto: Aquisição de óleos lubrificantes e peças destinados a manutenção corretiva e preventiva da frota de veículos e máquinas do município de Biguaçu/SC, atendendo às necessidades da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme condições e demais especificações estabelecidas no anexo I, que são partes integrantes deste edital, para todos os fins e efeitos.

VENCEDOR: DAZK COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA (42.333.053/0001-74)

VALOR TOTAL: R\$ 62.614,60

VIGÊNCIA: 21/02/2022 A 21/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2022 DO RP 4/2022 PMB

Objeto: Aquisição de óleos lubrificantes e peças destinados a manutenção corretiva e preventiva da frota de veículos e máquinas do município de Biguaçu/SC, atendendo às necessidades da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme condições e demais especificações estabelecidas no anexo I, que são partes integrantes deste edital, para todos os fins e efeitos.

VENCEDOR: J.Marangoni Comercial Importação e Exportação EIRELI - EPP (20.649.395/0001-65)

VALOR TOTAL: R\$ 66.598,75

VIGÊNCIA: 21/02/2022 A 21/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2022 DO RP 4/2022 PMB

Objeto: Aquisição de óleos lubrificantes e peças destinados a manutenção corretiva e preventiva da frota de veículos e máquinas do município de Biguaçu/SC, atendendo às necessidades da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme condições e demais especificações estabelecidas no anexo I, que são partes integrantes deste edital, para todos os fins e efeitos.

VENCEDOR: SANTA ISABEL COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA (44.440.750/0001-50)

VALOR TOTAL: R\$ 82.149,40

VIGÊNCIA: 21/02/2022 A 21/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2022 DO RP 4/2022 PMB

Objeto: Aquisição de óleos lubrificantes e peças destinados a manutenção corretiva e preventiva da frota de veículos e máquinas do município de Biguaçu/SC, atendendo às necessidades da Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme condições e demais especificações estabelecidas no anexo I, que são partes integrantes deste edital, para todos os fins e efeitos.

VENCEDOR: TRATORLAMINAS PECAS LTDA (43.729.180/0001-50)

VALOR TOTAL: R\$ 37.100,00

VIGÊNCIA: 21/02/2022 A 21/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2022 DO RP 17/2022 PMB

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de banheiros químicos, sucção e transporte de dejetos conforme especificações no termo de referência, para atender às secretarias municipais do município de Biguaçu/SC.

VENCEDOR: MULTIBAN LOCACAO DE BENS MOVEIS EIRELI (08.158.865/0001-92)

VALOR TOTAL: R\$ 887.800,00

VIGÊNCIA: 21/02/2022 A 21/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2022 DO RP 20/2022 PMB

Objeto: Aquisição de materiais pétreos e concreto usinado.

VENCEDOR: CONSTRUÇÕES SCHOROEDER EIRELI (10.249.046/0001-00)

VALOR TOTAL: R\$ 5.930.000,00

VIGÊNCIA: 22/02/2022 A 22/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2022 DO RP 20/2022 PMB

Objeto: Aquisição de materiais pétreos e concreto usinado.

VENCEDOR: INOVA ASFALTOS E CONSTRUÇÕES LTDA (33.907.587/0001-76)

VALOR TOTAL: R\$ 49.750,00

VIGÊNCIA: 22/02/2022 A 22/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2022 DO RP 20/2022 PMB

Objeto: Aquisição de materiais pétreos e concreto usinado.

VENCEDOR: SOLIDA SERVICOS DE MAO DE OBRAS EIRELI (18.245.956/0001-19)

VALOR TOTAL: R\$ 1.920.000,00

VIGÊNCIA: 22/02/2022 A 22/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2022 DO RP 5/2022 FMS

Objeto: Aquisição de equipamentos, materiais e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) para os servidores da Vigilância Sanitária do Município de Biguaçu.)

VENCEDOR: FORTCLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI (36.327.075/0001-29)

VALOR TOTAL: R\$ 3.723,20

VIGÊNCIA: 28/02/2022 A 28/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2022 DO RP 5/2022 FMS

Objeto: Aquisição de equipamentos, materiais e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) para os servidores da Vigilância Sanitária do Município de Biguaçu.)

VENCEDOR: RBM DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA (33.627.497/0001-21)

VALOR TOTAL: R\$ 9.079,98

VIGÊNCIA: 28/02/2022 A 28/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2022 DO RP 5/2022 FMS

Objeto: Aquisição de equipamentos, materiais e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) para os servidores da Vigilância Sanitária do Município de Biguaçu.)

VENCEDOR: LUIZ TADEO DAMASCHI EPP (01.424.128/0001-45)

VALOR TOTAL: R\$ 5.260,00

VIGÊNCIA: 28/02/2022 A 28/02/2023

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2022 DO RP 5/2022 FMS

Objeto: Aquisição de equipamentos, materiais e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) para os servidores da Vigilância Sanitária do Município de Biguaçu.)

VENCEDOR: SANIGRAN LTDA (15.153.524/0001-90)

VALOR TOTAL: R\$ 9.434,00

VIGÊNCIA: 28/02/2022 A 28/02/2023

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 02 de março de 2022

SALMIR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 457/2022

Publicação Nº 3651149

PORTARIA nº 457 de 01 de março de 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, LUCIANE HOFFMANN DA SILVA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 458/2022

Publicação Nº 3651150

PORTARIA nº 458 de 01 de março de 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, VANESSA MARTINS PEDROSO, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 459/2022

Publicação Nº 3651151

PORTARIA nº 459 de 01 de março de 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, VIVIANE TEREZINHA DEMÉTRIO DE SOUZA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 460/2022

Publicação Nº 3651152

PORTARIA nº 460 de 01 de março de 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ALINY BORGES PEIXOTO, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO

INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 461/2022

Publicação Nº 3651153

PORTARIA nº 461 de 01 de março de 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, EMILANY CRISTINA SANTOS DA SILVA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 462/2022

Publicação Nº 3651154

PORTARIA nº 462 de 01 de março de 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, GRAZIELLE ROSA BANKI, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 463/2022

Publicação Nº 3651156

PORTARIA nº 463 de 01 de março de 2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, FABIANA MARTINS CORREIA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 464/2022

Publicação Nº 3651856

PORTARIA nº 464/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TAYNARA GONÇALVES PEREIRA, ocupante do cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 982/2022 em anexo, no período de 17/01/2022 a 22/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 465/2022

Publicação Nº 3651857

PORTARIA nº 465/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIA ORLANDA PANTOJA DE SOUSA, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 902/2022 em anexo, no período de 25/01/2022 a 02/02/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 466/2022

Publicação Nº 3651858

PORTARIA nº 466/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSILENE BEZERRA DA SILVA, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 829/2022 em anexo, no período de 18/01/2022 a 24/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 467/2022

Publicação Nº 3651859

PORTARIA nº 467/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JEFFERSON ODEVA PEREIRA, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 879/2022 em anexo, no período de 25/01/2022 a 02/02/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 468/2022

Publicação Nº 3651860

PORTARIA nº 468/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), NEOSITA APARECIDA CAMPOS, ocupante do cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 800/2022 em anexo, no período de 20/01/2022 a 24/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 469/2022

Publicação Nº 3651861

PORTARIA nº 469/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FLAVIA GERENT NASCIMENTO, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 859/2022 em anexo, no período de 24/01/2022 a 30/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 470/2022

Publicação Nº 3651862

PORTARIA nº 470/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MILENA SANTANA DA CONCEIÇÃO, ocupante do cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 852/2022 em anexo, no período de 18/01/2022 a 24/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 471/2022

Publicação Nº 3651863

PORTARIA nº 471/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), RIONI SILVA, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 813/2022 em anexo, no período de 18/01/2022 a 24/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 472/2022

Publicação Nº 3651864

PORTARIA nº 472/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANA PAULA WEBBER, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 820/2022 em anexo, no período de 17/01/2022 a 23/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 473/2022

Publicação Nº 3651865

PORTARIA nº 473/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), GISELE MACHADO, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1574/2022 em anexo, no período de 05/02/2022 a 12/02/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 474/2022

Publicação Nº 3651866

PORTARIA nº 474/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SIMONE REGINA MAYKOT, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 545/2022 em anexo, no período de 11/01/2022 a 19/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 475/2022

Publicação Nº 3651867

PORTARIA nº 475/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TATIANE DE SOUZA, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 561/2022 em anexo, no período de 13/01/2022 a 19/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 476/2022

Publicação Nº 3651868

PORTARIA nº 476/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CAROLINA MELLO SALLES DA ROSA, ocupante do cargo temporário de ODONTÓLOGO ESPECIALISTA V (PERIODONTIA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 519/2022 em anexo, no período de 10/01/2022 a 19/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 477/2022

Publicação Nº 3651869

PORTARIA nº 477/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), GABRIELA SCHMITZ DO AMARAL, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 528/2022 em anexo, no período de 07/01/2022 a 15/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 478/2022

Publicação Nº 3651870

PORTARIA nº 478/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CLAUDETE MARIA DA CONCEIÇÃO MENDES, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 501/2022 em anexo, no período de 17/01/2022 a 22/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 479/2022

Publicação Nº 3651871

PORTARIA nº 479/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CLAUDIA PEREIRA ROSA, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 358/2022 em anexo, no período de 11/01/2022 a 18/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 480/2022

Publicação Nº 3651872

PORTARIA nº 480/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), PAULA DANIELE TONIAL AGUIRRE, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 696/2022 em anexo, no período de 18/01/2022 a 21/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 481/2022

Publicação Nº 3651873

PORTARIA nº 481/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VALERIA CARDOSO FERMINO, ocupante do cargo temporário de ENFERMEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 748/2022 em anexo, no período de 05/01/2022 a 12/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 482/2022

Publicação Nº 3651874

PORTARIA nº 482/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TATIA ELIS ROMER RUTZ CUNHA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 828/2022 em anexo, no período de 17/01/2022 a 21/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 483/2022

Publicação Nº 3651875

PORTARIA nº 483/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JULIANO MANOEL COELHO, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO PLANTONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1278/2022 em anexo, no período de 24/01/2022 a 28/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 484/2022

Publicação Nº 3651876

PORTARIA nº 484/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANA PAULA ANTUNES CARVALHO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 766/2022 em anexo, no período de 19/01/2022 a 27/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 485/2022

Publicação Nº 3651877

PORTARIA nº 485/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ADELIA GOIS VILAIN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1000/2022 em anexo, no período de 26/01/2022 a 02/02/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 486/2022

Publicação Nº 3651878

PORTARIA nº 486/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MUSSIA DE CASTRO E SILVA CARRE, ocupante do cargo efetivo de FARMACÊUTICA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 998/2022 em anexo, no período de 26/01/2022 a 31/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 487/2022

Publicação Nº 3651879

PORTARIA nº 487/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DANIELA DECKER, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 831/2022 em anexo, no período de 24/01/2022 a 26/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 488/2022

Publicação Nº 3651880

PORTARIA nº 488/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), KATIA REGINA DE AQUINO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 941/2022 em anexo, no período de 26/01/2022 a 28/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 489/2022

Publicação Nº 3651881

PORTARIA nº 489/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FERNANDA DA SILVA CUNHA MEDEIROS, ocupante do cargo efetivo de ODONTÓLOGO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 822/2022 em anexo, no período de 18/01/2022 a 24/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 490/2022

Publicação Nº 3651882

PORTARIA nº 490/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DENISE YINUMA DO COUTO, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 27/2022 em anexo, no período de 06/01/2022 a 04/02/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 491/2022

Publicação Nº 3651883

PORTARIA nº 491/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CESAR MURILO SOUTO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO PLANTONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 652/2022 em anexo, no período de 18/01/2022 a 21/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 492/2022

Publicação Nº 3651884

PORTARIA nº 492/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), HELENA MARCIA BOPPRE GOULART, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 603/2022 em anexo, no período de 10/01/2022 a 17/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 493/2022

Publicação Nº 3651885

PORTARIA nº 493/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JULIA ANDREZA SEABRA, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 579/2022 em anexo, no período de 15/01/2022 a 22/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 494/2022

Publicação Nº 3651886

PORTARIA nº 494/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VANESSA RIBEIRO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 619/2022 em anexo, no período de 13/01/2022 a 17/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 495/2022

Publicação Nº 3651887

PORTARIA nº 495/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ADRIANA TEREZINHA FERREIRA BATISTA, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 434/2022 em anexo, no período de 12/01/2022 a 18/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N° 496/2022

Publicação N° 3651888

PORTARIA n° 496/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto n° 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DANIELA DECKER, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo n° 747/2022 em anexo, no período de 20/01/2022 a 21/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N° 497/2022

Publicação N° 3651889

PORTARIA n° 497/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto n° 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUANA SERAFIM, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo n° 732/2022 em anexo, no período de 20/01/2022 a 26/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N° 498/2022

Publicação N° 3651890

PORTARIA n° 498/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto n° 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CARLOS ALBERTO PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo n° 662/2022 em anexo, no período de 19/01/2022 a 15/04/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N° 499/2022

Publicação N° 3651891

PORTARIA n° 499/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto n° 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIA AUGUSTA MEDEIROS E SILVA PEREIRA, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo n° 242/2022 em anexo, no período de 19/12/2021 a 23/12/2021, 26/12/2021 a 28/12/2021, 30/12/2021 a 01/01/2022 e 03/01/2022 a 14/01/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 500/2022

Publicação Nº 3651892

PORTARIA nº 500/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIA AUGUSTA MEDEIROS E SILVA PEREIRA, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1093/2022 em anexo, no período de 25/01/2022 a 08/02/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 501/2022

Publicação Nº 3651893

PORTARIA nº 501/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DO MEIO AMBIENTE – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 14781/2021 em anexo, no período de 24/12/2021 a 31/03/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 502/2022

Publicação Nº 3651894

PORTARIA nº 502/2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CLAUDIOMARA FATIMA SEPP DA SILVA, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 1116/2022 em anexo, no período de 27/01/2022 a 04/02/2022.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

DL55/2022-PMB

Publicação Nº 3651827

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 198FF1DFB4D9AA5FC66005B564D7C884DAFAFE8A



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº55/2022-PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHO PARA PLOTTER PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

EMPRESA CONTRATADA: Q&S MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA

VALOR: R\$ 1.778,65 (um mil, setecentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2022, conforme Termo de Referência.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

07.001.04.121.0002.2086.3.3.90.00.00

2.1JUSTIFICATIVA: Conforme Termo de Referência, presente aquisição tem como fundamento as seguintes justificativas: O setor de engenharia necessita do cartucho para abastecer a impressora plotter HP designjet 510; A impressora plotter é usada para imprimir todos os projetos desenvolvidos pelo setor de engenharia, em tamanho A1 e A0. Optou-se por Dispensa de Licitação, com base no art.24, II:

II- Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E PREÇO:

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante, apresentaram 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado, conforme os orçamentos apresentados.

Biguaçu, 01 de março de 2022.

SALMIR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Vinícius Hamilton do Amaral
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 058 - TAINA ALVES DE OLIVEIRA**

Publicação Nº 3650626

PORTARIA Nº 058/2022

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, a partir de 02 de março de 2022, a Sra. Taina Alves de Oliveira, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Patrimônio.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 01 de março de 2022.

Vereador Lucas Rosa Vieira
Presidente

PORTARIA DE FÉRIAS - Nº 52 - ANDRE LUIZ GOULARTE

Publicação Nº 3642945

PORTARIA Nº 052/2022

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao servidor **ANDRE LUIZ GOULARTE**, ocupante do cargo comissionado de Assessoria Parlamentar I, do gabinete do Vereador Manoel José de Andrade, por 30 (trinta) dias. Início 02/03/2022 e término 31/03/2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 25 de fevereiro de 2022.

Vereador Lucas Rosa Vieira
Presidente

Blumenau**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DO CONTRATO N.01/209**

Publicação N° 3652020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

CONTRATADA: OI S.A.

CNPJ/MF DA CONTRATADA: 76.535.764/0001-43

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA.

VALOR ANUAL ESTIMADO: R\$ 44.300,00 (quarenta e quatro mil e trezentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Contrato nº 01/2019, Pregão Presencial N.º 15/2018 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93.

VENCIMENTO: 01/03/23.

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

CONTRATO 02/2022 DENISE BEUMER LIVRAMENTO

Publicação Nº 3650845

Processo Licitatório nº 03/2022
Dispensa de Licitação nº 02/2022

Contrato de locação de imóvel Nº 02/2022

LOCADOR(A):

Denise Beumer Livramento, CPF 983.528.659-00 residente e domiciliado na Rua Frei Alexandre, 116 Centro, na cidade de Bom Jardim da Serra - SC

LOCATÁRIO:

Fundo municipal de assistência social de Bom Jardim da Serra, Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68, centro, Bom Jardim da Serra - SC, CNPJ 12.102.905/0001-51, representado pelo Sr. Pedro Luiz Ostetto, prefeito municipal.

Imóvel objeto desta locação:

Imóvel para única e exclusivamente a fim residencial do Sr. José Neorides Damacena, portadora do CPF sob o nº 442.794.009-97.

Valor do aluguel:

Aluguel mensal R\$ 500,00 (Quinhentos reais), totalizando em 03 (três) meses a importância de R\$ 1.500,00 (Hum Mil e Quinhentos Reais)

Prazo de locação:

Período de 03 (três) meses

Início 01/03/2021

Término: 30/05/2021

Forma de pagamento: mensal, em até 10 (dez) dias após o vencimento do mês subsequente.

Depósito no Sicoob

Cooperativa 3078

Conta Corrente 100358-5

Garantia desta locação:

Não haverá garantia para a Locação.

Das despesas

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da dotação própria do orçamento vigente.

Cláusulas contratuais:

Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Locação, que se regerá pela Lei 8.245/91 e pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas e aceitas.

Primeira: O prazo desta locação é o constante no início deste Contrato. No término indicado, o locatário se obriga a entregar o imóvel livre e desembaraçado de coisas e pessoas, no estado em que recebeu, independente de notificação ou interpelação judicial, ressalvada a hipótese de prorrogação de locação, o que somente se fará por escrito.

Parágrafo Único: Caso o locatário não restitua o imóvel no fim do prazo contratual, pagará enquanto estiver na posse do mesmo o aluguel até a efetiva desocupação do imóvel objeto deste instrumento.

Segunda: Todos os impostos e taxas que atualmente recaem sobre o imóvel locado, bem como qualquer aumento dos mesmos, ou novos que venham a ser criados pelo poder público, são da inteira responsabilidade do locador.

Terceira: A falta de pagamento, nas épocas supra determinadas, dos aluguéis e encargos, por si só constituirá o locatário em mora, independentemente de qualquer notificação, interpelação ou aviso extra-judicial.

Quarta: Excetuadas as obras ou reparações que sejam necessárias à segurança do imóvel, obriga-se o locatário pelas demais, devendo manter o imóvel locado, que ora recebe, em perfeito estado de funcionamento, conservação e limpeza, notadamente as instalações sanitárias e elétricas, vidros e pinturas, fato que é comprovado pelo locatário.

Quinta: A fiscalização será realizada pela Servidora Sr. Joana Corrêa Seminotti Machado, matrícula 2222 e na impossibilidade desta a Servidora Emanuella Schlemper Barth, matrícula sob o nº 2398.

E, por estarem justas, contratadas, cientes e de acordo com todas as cláusulas e condições do presente Contrato de Locação, as partes por si, seus herdeiros e sucessores assinam este instrumento nas suas 03 (três) vias para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Bom Jardim da Serra, 01 de Março de 2022

Locador: Denise Beumer Livramento
CPF 983.528.659-00

Locatário: Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Jardim da Serra
CNPJ 12.102.905/0001-51

Pedro Luiz Ostetto
Prefeito Municipal

1) _____
CPF:

2) _____
CPF:

DL 02/2022 DENISE BEUMER LIVRAMENTO

Publicação N° 3650844

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2022

PROCESSO LICITATÓRIO N° 03/2022

HOMOLOGAÇÃO 01/03/2022

CONTRATADO: Denise Beumer Livramento

CNPJ/CPF: 983.528.659-00

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL SOCIAL CONFORME LEI MUNICIPAL 1335/2018, PARA FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO SR. JOSÉ NEORIDES DAMACENA.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM JARDIM DA SERRA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.500,00 (Hum Mil e Quinhentos Reais)

Pedro Luiz Ostetto
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

PORTARIA 053/2022

Publicação Nº 3651069

PORTARIA Nº 053/2022

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, Art. 63, e Lei Complementar nº 118/2013 de 05.06.2013...

RESOLVE:

Art.1º- Conceder licença para repouso à gestante, a servidora JANAINA APARECIDA DA CRUZ, ocupante do cargo de PROFESSORA(Act)., do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 02/02/2022.

.Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 02/02/2022.

Braço do Trombudo, em 25 de Fevereiro de 2022.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

PORTARIA 054/2022

Publicação Nº 3651070

PORTARIA 054/2022

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99, Art. 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido, a servidora ANA CLAUDIA NAZARI, ocupante do cargo de PROFESSORA(ACT), do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, nomeada pela Portaria nº 028/2022, a partir de 21.02.2022.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 21.02.2022.

Braço do Trombudo, em 25 de Fevereiro de 2022.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2022

Publicação Nº 3651374

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2022 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Ao um do mês de março de 2022, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DRYLLER INDUSTRIA E COMERCIO DE HIDROXIDOS, CNPJ: 08.444.204/0002-04, em decorrência da homologação do Processo Licitatório nº 10/2022, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	10.800	kg	Hidróxido de cálcio em suspensão aquosa. Nome comercial: Geocálcio Ca 66-E. Hidróxido de cálcio - Ca(OH)2 19,00% a 21,00%. Substâncias reativas ao HCl - CaCO3 m/m 0,80% (máximo). Silica + resíduo insolúvel - SiO2 + R10,25% (máximo). Hidróxido de magnésio - Mg (OH)2 0,50% (máximo). Estabilidade de suspensão 24h 95,00% (mínimo). Massa específica 1,00 a 1,20 g/ml. Retido em peneira de 0,075 mm 0,60% (máximo). Viscosidade copo Ford 04 mm 17 segundos (máximo). Dioxinas, furanos, impurezas metálicas, metais pesados, fluoreto e radionuclídeos em conformidade com a ABNT NBR nº 15.784/2017 e Portaria GM/MS nº 888/2021. A Empresa vencedora deverá disponibilizar um container de 1200kg em forma de comodato à Secretaria de Saneamento Ambiental, além de apresentar demais documentos explícitos no item 2.6 no Termo de Referência.	Dryller	R\$ 3,29	R\$ 35.532,00
TOTAL						R\$ 35.532,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY

Secretária Municipal de Administração

DRYLLER INDUSTRIA E COMERCIO DE HIDROXIDOS

Adriana dos Santos Dória Cardoso

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 24/2022

Publicação Nº 3651376

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2022 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Ao um do mês de março de 2022, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA, CNPJ: 46.481.156/0004-85, em decorrência da homologação do Processo Licitatório nº 10/2022, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	1.200	kg	Cloro gás, para desinfecção de água. Cloro Ativo: > 99,5% v/v de CL2 Ferro: < 10 ppm de Fe; Resíduo não volátil: < 75 ppm de RNV; Umidade: < 50 ppm de H2. A Empresa vencedora deverá apresentar demais documentos explícitos no item 2.6 no Termo de Referência.	UNIPAR CARBOCLORO	R\$ 13,70	R\$ 16.440,00
TOTAL						R\$ 16.440,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA
Evângela Ribeiro Pacheco Duarte
Representante legal

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 33/2022

Publicação Nº 3648803

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 33/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, ALICE BAYERL GROSSKOPF.

CONTRATADA: ANGELA TEIXEIRA DA ROCHA GROSSKOPF, no Cargo Público de Professor I e na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 048.321.419/10, residente e domiciliada na Estrada Campinas dos Maias, nº JD053, Bairro Campina dos Maias, Município de Piên/ PR.

OBJETO: Substituição de Servidor Público Municipal licenciado com remuneração, até seu retorno, previsto no Inciso IX, do artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Contratação em caráter temporário para atuar na área de Turismo nas Escolas e CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Alegre Infância”, EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Bela Vista Profª. Zilka de França Hasselmann”, CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Anna Gorniack Buchmann”, CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Chapeuzinho Vermelho”, em substituição a Servidora Pública Municipal Titular Évilin Ferraz dos Santos Selke, que se encontra nomeada e exercendo a Função Gratificada de Diretora Pedagógica da Educação Infantil, conforme memorando expedido pela Secretaria Municipal de Educação nº 0033/2022.

PRAZO: Início: 02 de março de 2022 e Término: 01 de março de 2023.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese à contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 3.363,89 (três mil e trezentos e sessenta e três reais oitenta e nove centavos), mensais.

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas aula/semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do §13 do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 02 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ANGELA TEIXEIRA DA ROCHA GROSSKOPF
Contratada

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONVOCAÇÃO Nº 131/2022

Publicação Nº 3651247

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 05/2021
CONVOCAÇÃO Nº 131/2022

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. AMILTON W., inscrito no CPF/MF sob nº 099.828.XXX-XX, aprovado em 7º lugar no Processo Seletivo nº 05/2021, para o Cargo Público de PROFESSOR IX e na Função de PROFESSOR DE HISTÓRIA, para assumir o respectivo Cargo Público. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., até às 17hs do dia 03 de março de 2022, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 28 de fevereiro de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 132/2022

Publicação Nº 3651248

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 05/2021
CONVOCAÇÃO Nº 132/2022

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA C. BERNARDES, inscrita no CPF/MF sob nº 116.396.XXX-XX, aprovada em 27º lugar no Processo Seletivo nº 05/2021, para o Cargo Público e na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo Cargo Público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., até às 17hs do dia 03 de março de 2022, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 28 de fevereiro de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 14.595 DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651843

DECRETO Nº 14.595 DE 01 DE MARÇO DE 2022
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso III do art. 11 da Lei Municipal nº 4.978 de 17 de dezembro de 2021; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 201.362,51 (duzentos e um mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0003.2.006 -	Manutenção das Ações da Secretaria de Administração	
400000.00.0896 -	Despesas de Correntes	
440000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
449051.00.0896 -	Obras e Instalações	R\$ 201.362,51

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos 1089.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 01 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2022.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 14.596 DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651848

DECRETO Nº 14.596 DE 01 DE MARÇO DE 2022

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso III do art. 11 da Lei Municipal nº 4.978 de 17 de dezembro de 2021; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
08.02 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0036.1.015 -	Realização de Eventos Culturais Municipais	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos 0896.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 01 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2022.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 14.597 DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651855

DECRETO Nº 14.597 DE 01 DE MARÇO DE 2022

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso III do art. 11 da Lei Municipal nº 4.978 de 17 de dezembro de 2021; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

22.00 -	Secretaria Municipal de Saúde	
22.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
10.301.0064.2.055 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde.	
300000.00.1009 -	Despesas de Correntes	
330000.00.1009 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.1009 -	Aplicações Diretas	
339046.00.1009 -	Auxílio Alimentação	R\$ 75.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos 1009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 01 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2022.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 14.598 DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652001

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 14.598 DE 01 DE MARÇO DE 2022
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso IX do art. 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e suas alterações; Decreta:

Art. 1º Contratar ANGELA TEIXEIRA DA ROCHA GROSSKOPF, para exercer o Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, registro no sistema sob nº 956209, Regime Jurídico, Especial Administrativo, (Contrato Trabalho Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 3.363,89 (três mil, trezentos e sessenta e três reais, oitenta e nove centavos) mensais, pelo período de 02 de março de 2022 a 01 de março de 2023, para atuar na área de Turismo nas Escolas e CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Alegre Infância”, EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Bela Vista Profª. Zilka de França Hasselmann”, CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Anna Gorniack Buchmann”, CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Chapeuzinho Vermelho”, em substituição a Servidora Pública Municipal Titular “Évilin Ferraz dos Santos Selke, que se encontra nomeada e exercendo a Função Gratificada de Diretora Pedagógica da Educação Infantil”.

Art. 2º A contratação se dá em razão de ANGELA TEIXEIRA DA ROCHA GROSSKOPF, ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 05/2021, em 18º lugar, Homologado pelo Decreto Municipal sob nº 14.340 de 08 de dezembro de 2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 02 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2022.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 14.599 DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652004

DECRETO Nº 14.599 DE 02 DE MARÇO DE 2022

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em especial o Inciso IX do Art. 71, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril 1990 e o disposto no Art. 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art. 1º Nomear a Servidora Pública Municipal FERNANDA APARECIDA MATHIAS, matrícula funcional nº 000975, registro no sistema sob nº 955921, ocupante do Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o Cargo de Confiança, Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Chapeuzinho Vermelho”, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a Gratificação FG-5B prevista no Anexo III.I da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, no valor de R\$ 838,65 (oitocentos e trinta e oito reais, sessenta e cinco centavos) mensais, enquanto permanecer no exercício da Função Gratificada, a partir de 02 de março de 2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 02 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2022.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 14.600 DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652007

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 14.600 DE 02 DE MARÇO DE 2022

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA DIRETORA PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial o Inciso IX do Art. 71, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e as Leis Complementares Municipais nº 088 de 15 de março de 2012 e nº 119 de 29 de julho de 2015; Decreta:

Art. 1º Nomear a Servidora Pública Municipal JOELISE IENSEN, matrícula funcional nº 000659, registro no sistema sob nº 955085, ocupante do Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a Função Gratificada de DIRETORA ADMINISTRATIVA DE TRANSPORTE ESCOLAR, MERENDA E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES, e exercer as atribuições definidas no Anexo III, Plano de Cargos Efetivos e Funções, Atribuições e Responsabilidades da Lei Complementar Municipal nº 119 de 29 de julho de 2015, percebendo o valor pecuniário de R\$ 2.096,74 (dois mil, noventa e seis reais, setenta e quatro centavos) mensais, na Função Gratificada – FG-1, constante do Anexo III.I da Lei Complementar Municipal nº 119 de 29 de julho de 2015, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de março de 2022.

Art. 2º O pagamento desta Função Gratificada não incorporará na remuneração da Servidora Pública Municipal e, tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para com o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da referida Função Gratificada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 02 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2022.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 14.601 DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652010

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 14.601 DE 02 DE MARÇO DE 2022
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Art. 22 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art. 1º Nomear ELISANGELA KISTER, matrícula funcional nº 001047, registro no sistema sob nº 956210, no Cargo Público de Professor III, para exercer a Função de Professor de Artes, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, que autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 3.363,89 (três mil, trezentos e sessenta e três reais, oitenta e nove centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de ELISANGELA KISTER, aprovada em 2º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2019, homologado pelo Decreto nº 12.070 de 15 de julho de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 02 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2022.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 14.602 DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652014

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 14.602 DE 02 DE MARÇO DE 2022
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial as alíneas do § 1º do art. 29 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear CLEUSA MARIA DA SILVA, matrícula funcional nº 001048, registro no sistema sob nº 956211, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 1.174,10 (um mil, cento e setenta e quatro reais e dez centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de CLEUSA MARIA DA SILVA, aprovada em 25º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2019, homologado pelo Decreto nº 12.070 de 15 de julho de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 02 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2022.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 14.603 DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652016

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 14.603 DE 02 DE MARÇO DE 2022
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial as alíneas do § 1º do art. 29 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear SUELI ÂNGELA MILCHALSKI DA SILVA, matrícula funcional nº 001049, registro no sistema sob nº 956212, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 1.174,10 (um mil, cento e setenta e quatro reais e dez centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de SUELI ÂNGELA MILCHALSKI DA SILVA, aprovada em 24º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2019, homologado pelo Decreto nº 12.070 de 15 de julho de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 02 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2022.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 14.604 DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652021

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 14.604 DE 02 DE MARÇO DE 2022
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial as alíneas do § 1º do art. 29 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear GREICI SCHWENDNER, matrícula funcional nº 001050, registro no sistema sob nº 956213, ao Cargo Público de Instrutor de Música, para exercer a Função Instrutor de Música "Violão", a partir de 02 de março de 2022, Categoria Funcional Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a qual autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/02, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 931,65 (novecentos e trinta e um reais, sessenta e cinco centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de GREICI SCHWENDNER, aprovada em 2º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2017, homologado pelo Decreto nº 10.463 em data de 24 de abril de 2017, prorrogado pelo Decreto nº 11.616 de 22 de abril de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 02 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2022.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 14.605 DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652023

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 14.605 DE 02 DE MARÇO DE 2022
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial as alíneas do § 1º do art. 29 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear ADILSON VANDERLEI MACHADO, matrícula funcional nº 001051, registro no sistema sob nº 956214, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar Operacional, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, transporte e Obras, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 1.174,10 (um mil, cento e setenta e quatro reais e dez centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de ADILSON VANDERLEI MACHADO, aprovado em 6º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2017, homologado pelo Decreto nº 10.463 em data de 24 de abril de 2017, prorrogado pelo Decreto nº 11.616 de 22 de abril de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 02 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2022.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 14.606 DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652025

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 14.606 DE 02 DE MARÇO DE 2022
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial as alíneas do § 1º do art. 29 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear o Sr. ANDERSON JESSÉ BINNER, matrícula funcional nº 001052, registro no sistema sob nº 956215, ao Cargo Público de Motorista, para exercer a Função de Motorista de Transporte de Pessoas, a partir de 02 de março de 2022, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterado pela Lei Complementar Municipal nº 108 de 25 de setembro de 2014, a qual autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 3 Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 1.620,26 (um mil, seiscentos e vinte reais e vinte e seis centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. ANDERSON JESSÉ BINNER, aprovado em 4º lugar no Concurso Público Municipal nº 01/2019, homologado pelo Decreto nº 12.157 em data de 13 de agosto de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 02 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2022.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2022

Publicação Nº 3648805

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2022.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: ANGELA TEIXEIRA DA ROCHA GROSSKOPF.

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA: 02 de março de 2022 até 01 de março de 2023.

AMPARO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.

CARGO PÚBLICO E FUNÇÃO: Professor I – Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais.

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS AULA/SEMANAIS.

SALÁRIO BASE: R\$ 3.363,89 (três mil e trezentos e sessenta e três reais oitenta e nove centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 02 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

LEI Nº 4.987 DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651985

LEI Nº 4.987 DE 01 DE MARÇO DE 2022

ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 3º E INCLUI PARÁGRAFO ÚNICO NO REFERIDO ARTIGO DA LEI Nº 2.388 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998 E ATUALIZA VALOR DE REPASSE AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CISNORDESTE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado a redação do Caput do Artigo 3º, da Lei Municipal nº 2.388 de 23 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com a implantação e manutenção do Consórcio CISNORDESTE/SC, e destinar o valor mensal de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) a R\$ 5,00 (cinco reais) por habitante do Município, calculado com base na população apurada por censo ou projeção definida pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”.

Art. 2º Fica incluído o Parágrafo único no artigo 3º, da Lei Municipal nº 2.388 de 23 de dezembro de 1998, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Os valores mencionados no Caput deste Artigo serão definidos e estabelecidos por Decreto, à medida das necessidades dos serviços de saúde, considerada a disponibilidade orçamentária e financeira.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC, 01 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/03/2022.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

TERMO DE POSSE Nº 037/2022

Publicação Nº 3652000

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 037/2022

ANGELA TEIXEIRA DA ROCHA GROSSKOPF

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a Sra. ANGELA TEIXEIRA DA ROCHA GROSSKOPF, nomeada pelo Decreto Municipal nº 14.598 de 02 de março de 2022, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Nível 1 Sub-Nível P1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Municipal Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do §2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pela Servidora Pública Municipal Contratada empossada.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ANGELA TEIXEIRA DA ROCHA GROSSKOPF

TERMO DE POSSE Nº 038/2022

Publicação Nº 3652005

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 038/2022

FERNANDA APARECIDA MATHIAS

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a senhora FERNANDA APARECIDA MATHIAS, nomeada pelo Decreto Municipal nº 14.599 de 02 de março de 2022, no Cargo de Coordenadora Pedagógica FG-5B, para exercer suas funções no CMEI – Centro Municipal de Ensino

Infantil "CHAPEUZINHO VERMELHO", Regime Estatutário, Cargo de Função Gratificada, previsto na Lei Complementar Municipal nº 088/12, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas do § 2º e Incisos I, II, III do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinada pela Senhora Prefeita Municipal e pela Servidora Pública Municipal nomeada e empossada.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

FERNANDA APARECIDA MATHIAS

TERMO DE POSSE Nº 039/2022

Publicação Nº 3652006

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 039/2022

JOELISE IENSEN

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a senhora JOELISE IENSEN, nomeada pelo Decreto Municipal nº 14.600 de 02 de março de 2022, no Cargo Público de Função Gratificada – FG-1, Diretora Administrativa de Transporte Escolar, Merenda e Manutenção das Unidades Escolares, Regime Jurídico Estatutário, Anexo III.I da Lei Complementar Municipal nº 119 de 29 de julho de 2015, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições previstas no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 119 de 29 de julho de 2015.

Em cumprimento as alíneas do §2º e Incisos I, II, III do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pela nomeada ora empossada.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOELISE IENSEN

TERMO DE POSSE Nº 040/2022

Publicação Nº 3652009

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 040/2022

ELISANGELA KISTER

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, a Exma. Sra. Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a Sra. ELISANGELA KISTER, nomeada pelo Decreto Municipal nº 14.601 de 02 de março de 2022, ao Cargo Público de Professor III, na Função de Professor de Artes, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Regime Estatutário, Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Municipal ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as alíneas, §2º incisos I, II, III artigo 31, e suas da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de

Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pela Servidora Pública Municipal ora empossada.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ELISANGELA KISTER

TERMO DE POSSE Nº 041/2022

Publicação Nº 3652013

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 041/2022

CLEUSA MARIA DA SILVA

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, a Exma. Sra. Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a Sra. CLEUSA MARIA DA SILVA, nomeada pelo Decreto nº 14.602 de 02 de março de 2022, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura Turismo, Esporte e Lazer.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pela Servidora Pública Municipal ora empossada.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

CLEUSA MARIA DA SILVA

TERMO DE POSSE Nº 042/2022

Publicação Nº 3652015

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 042/2022

SUELI ÂNGELA MICHALSKI DA SILVA

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, a Exma. Sra. Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a Sra. SUELI ÂNGELA MICHALSKI DA SILVA, nomeada pelo Decreto nº 14.603 de 02 de março de 2022, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pela Servidora Pública Municipal ora empossada.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

SUELI ÂNGELA MICHALSKI DA SILVA

TERMO DE POSSE Nº 043/2022

Publicação Nº 3652017

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 043/2022

GREICI SCHWENDNER

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, a Exma. Sra. Prefeita do Município de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a Sra. GREICI SCHWENDNER, nomeada pelo Decreto nº 12.604 de 01 de março de 2022 ao Cargo Público efetivo na Função de Instrutor de Música "violão", Nível 4 Sub-Nível 41 Referência A, Categoria Funcional ANM – Atividades de Nível Médio, Regime Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

A Servidora Pública ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pela Servidora Pública nomeada ora empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

GREICI SCHWENDNER

TERMO DE POSSE Nº 044/2022

Publicação Nº 3652022

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 044/2022

ADILSON VANDERLEI MACHADO

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, a Exma. Sra. Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse ao Sr. ADILSON VANDERLEI MACHADO, nomeada pelo Decreto nº 14.605 de 02 de março de 2022, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar Operacional, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

O Servidor Público ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do § 2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pelo Servidor Público Municipal ora empossado.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ADILSON VANDERLEI MACHADO

TERMO DE POSSE Nº 045/2022

Publicação Nº 3652024

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 045/2022

ANDERSON JESSÉ BINNER

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse ao senhor ANDERSON JESSÉ BINNER, nomeado pelo Decreto nº 14.606 de 02 de março de 2022 ao Cargo Público de Motorista, Função Motorista de Transporte de Pessoas, Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Servidor Público Municipal ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do Cargo Público, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas, Incisos I, II, III, §2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pelo Servidor Público Municipal nomeado ora empossado.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ANDERSON JESSÉ BINNER

LEI Nº 4.986 DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651975

GABINETE DA PREFEITA**LEI Nº 4.986 DE 01 DE MARÇO DE 2022**

**RATIFICA AS ALTERAÇÕES
REALIZADAS NO PROTOCOLO DE
INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO
NO CONTRATO DE CONSÓRCIO
PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE
INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
(CIGA), E ESTABELECE OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Inovação na Gestão Pública (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal nº 3.355 de 26 de fevereiro de 2008.

Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Inovação na Gestão Pública encontra-se disponível no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina: https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/2022/02/1644252348_efb8b6ec1a3a4cec92223a71211ce330_extrato.pdf.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC, 01 de março de 2022.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVSKY
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: **02/03/2022**.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Segunda-feira, 07 de fevereiro de 2022 às 13:46, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 3595368: CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CIGA - ATUALIZADO PELA EMENDA N.º 06, DE 2022

ENTIDADE

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3595368>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Os Municípios catarinenses listados no Anexo I, através de seus Prefeitos Municipais, reunidos na cidade de Penha, no dia 29 de novembro de 2007, resolvem formalizar o presente Contrato de Consórcio Público com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na modernização da gestão pública, com observância da Lei n.º 11.107/05 e legislação municipal pertinente.

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1.º. O Consórcio de Inovação na Gestão Pública - **Ciga** é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei n.º 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e demais normas pertinentes, pelo presente Contrato de Consórcio e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

Parágrafo único. O **Ciga** adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo três municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 2.º. O **Ciga** é constituído pelos municípios subscritos no Anexo I e demais municípios do território nacional, cuja representação se dará através do Prefeito Municipal. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 03, de 2014)

§1.º. Somente será considerado consorciado o município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de dois anos, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§2.º. A ratificação realizada após dois anos da subscrição do Protocolo de Intenções somente será válida após homologação da Assembleia Geral do **Ciga**.

§3.º. A ratificação poderá ser realizada com reserva, implicando em consorciamento parcial do ente, após aprovação de cada uma das reservas pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou, caso já constituído o consórcio público, pela Assembleia Geral.

§4.º. O consorciamento de município designado como possível integrante do consórcio se dará mediante lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio e homologação da Assembleia Geral do **Ciga**.

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3.º. O Consórcio de Inovação na Gestão Pública - **Ciga** tem sua sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis, Estado de Santa Catarina. (Redação dada pela Emenda ao Contrato



de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

Art. 4.º. A área de atuação do **Ciga** será formada pelo território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5.º. O **Ciga** vigorará por tempo indeterminado.

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 6.º. Constitui objeto do **Ciga** o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

Art. 7.º. Consórcio de Inovação na Gestão Pública - Ciga tem natureza multifinalitária, destinado a cumprir as seguintes finalidades: (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

I - prestar, de forma direta ou indireta, serviços especializados em desenvolvimento, atualização, manutenção, suporte e fornecimento de sistemas informatizados "softwares" em gestão pública municipal, nos serviços de processamento de dados e geração das informações, no âmbito de cada município consorciado e que permitam trazer benefícios para a administração e sociedade;

II - promover a implantação de sistemas de gestão pública, treinamento, capacitação e suporte técnico aos municípios e aos usuários dos sistemas, diretamente com seus empregados, colaboradores, por meio das federações e associações de municípios ou por intermédio de terceiros, inclusive outros consórcios públicos; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

III - celebrar convênios ou contratos de parcerias que viabilizem o fornecimento de tecnologias, serviços e sistemas para a gestão pública; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

IV - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas para atendimento do objeto do Consórcio Público;

V - criar instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados aos consorciados; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

VI - viabilizar ações conjuntas, de acordo com a adesão de cada consorciado, para a aquisição nacional ou internacional de equipamentos, softwares aplicativos, contratação de sistemas e



serviços aplicados à gestão pública; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

VII - representar os consorciados que integram o **Ciga**, perante fornecedores, prestadores de serviços, autoridades, órgãos e instituições nos assuntos atinentes ao objeto do Consórcio; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

VIII - prestar assessoria e consultoria na aquisição e implantação de sistemas e equipamentos de tecnologia da informação destinados ao desenvolvimento das atividades dos consorciados; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

IX - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios que por sua localização e peculiaridades possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas em defesa dos consorciados; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

X - realizar estudos e pesquisas de tecnologias da informação relacionadas à gestão pública, tanto no desenvolvimento de sistemas e aquisição de equipamentos quanto na inserção tecnológica dos consorciados; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

XI - promover a articulação entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento tecnológico dos municípios, consórcios públicos, federações e associações de municípios; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

XII - propor políticas de inserção e desenvolvimento tecnológico dos consorciados, bem como a inclusão digital da sociedade;

XIII - desenvolver, contratar, fornecer ou manter sistemas, serviços e equipamentos de geração e transmissão de energia, iluminação pública convencionais ou sistemas inteligentes voltados a eficiência energética e energias renováveis; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XIV - planejar, coordenar, orientar, controlar e executar projetos de pesquisa e implantação de políticas de gestão territorial, geoprocessamento, cartografia e planejamento rural e urbano; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XV - instituir, através de resolução aprovada pelos consorciados, Fundo Intermunicipal para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de outros entes federados, bem como recursos provindos do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XVI - receber, processar e disponibilizar entre os entes federados, dados cadastrais, tributários, econômicos ou analíticos de qualquer tipo, que possam ser utilizados direta ou indiretamente para acompanhamento ou fiscalização, incluindo dados de Notas Fiscais Eletrônicas, operações de crédito, inclusive de Cartões de Crédito, compra venda de mercadorias ou de prestações de serviços sujeitos ao ISSQN ou ICMS, inclusive serviços bancários, operação de vendas de bens móveis e imóveis e outras composições de informações que os sistemas fiscalizadores possam realizar cruzamentos ou auditorias. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)



Parágrafo único. Para cumprir as suas finalidades o **Ciga** poderá:

- I - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;
- II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou privados nacionais ou internacionais; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)
- III - prestar por seus empregados e colaboradores os serviços previstos no presente Contrato de Consórcio a seus consorciados;
- IV - requisitar técnicos de entes públicos, dos consorciados, consórcios públicos, federações e associações, para integrarem o quadro de profissionais na prestação dos serviços ao **Ciga**; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)
- V - realizar licitações para contratação de bens ou serviços em nome dos consorciados, nos termos da legislação vigente de licitações e contratos e de consórcios públicos; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)
- VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados e não consorciados, dispensada a licitação nos termos da legislação vigente de consórcios públicos; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)
- VII - adquirir produtos ou serviços em outros países, quando demonstrada a vantagem técnica do bem ou serviço, ou ainda, quando houver incorporação tecnológica para o **Ciga** e aos municípios consorciados. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 8.º. Constituem direitos dos consorciados:

- I - participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;
- II - votar e ser votado para os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do **Ciga**;
- IV - compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do **Ciga** nas condições estabelecidas pelo Contrato de Consórcio.

Art. 9.º. Constituem deveres dos consorciados:

- I - cumprir e fazer cumprir o presente Contrato de Consórcio, em especial quanto à inserção no orçamento anual e o repasse de recursos financeiros previstos em contrato; (Redação



dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do **Ciga**; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do **Ciga**, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV - participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do **Ciga**.

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 10. Os contratos de programa, tendo por objeto alguma das finalidades do **Ciga** dispostas no art. 7º deste Contrato de Consórcio, serão firmados entre o consórcio e cada ente consorciado. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

§1.º. O contrato de programa deverá:

I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;

II - promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§2.º. O **Ciga** poderá celebrar contrato de programa com autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista integrante da administração indireta de um dos entes consorciados e não consorciados, dispensada a licitação pública nos termos da legislação vigente de licitações e contratos. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 11. Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o **Ciga**, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos financeiros ao consórcio.

§1.º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§2.º. É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§3.º. Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o **Ciga**, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.



DA ESTRUTURA

Art. 12. O **Ciga** estará organizado a partir da seguinte estrutura:

- I - Assembleia Geral;
- II - Conselho de Administração;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Diretoria Executiva.

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13. A Assembleia Geral, instância máxima do **Ciga**, é um órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados e será gerida por um Conselho de Administração.

§1.º. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de um ano, podendo ser reeleitos por mais um período.

§2.º. A eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal acontecerá entre o período do dia 1º (primeiro) de dezembro do exercício e 31 (trinta e um) de janeiro do ano seguinte.

§3.º. Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o prefeito concorrente mais idoso.

§4.º. Poderão concorrer à eleição para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição, em no máximo três chapas completas para os dois órgãos.

§5.º. Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§6.º. No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto, mediante credencial, sendo vedada a substituição do titular nos cargos do **Ciga**.

§7.º. Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral.

§8.º. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo Primeiro Vice-Presidente.

§9.º. Os prefeitos dos municípios consorciados, constantes nas chapas que concorrerão à eleição para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal durante a Assembleia Geral, poderão ser votados e eleitos pela Assembleia Geral, mesmo que não estejam presentes ou não estejam em exercício naquele momento, em razão de férias ou afastamento por outro motivo não relacionado à cassação dos direitos políticos. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)



Art. 14. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no período de 01 de dezembro a 31 de janeiro, para proceder às eleições e apreciar o Orçamento, o Plano de Trabalho e a prestação de contas, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do Conselho de Administração, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§1.º. As convocações da Assembleia Geral serão publicadas no sítio do **Ciga** com antecedência mínima de 10 dias.

§2.º. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I - em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II - em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

§3.º. A Assembleia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 15. Cada município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

Art. 16. Compete à Assembleia Geral:

I - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II - homologar o ingresso no **Ciga** de município subscritor do Protocolo de Intenções que o tenha ratificado após dois anos da sua subscrição ou de município não subscritor que discipline por lei o seu ingresso;

III - aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público;

IV - aplicar a pena de exclusão ao ente consorciado;

V - deliberar sobre a entrega mensal de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio;

VI - homologar as decisões que o Conselho de Administração deliberou 'ad referendum' da Assembleia Geral; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VII - autorizar: (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

a) a realização de operações de crédito;

b) a alienação e a oneração de bens imóveis do **Ciga**;

c) a mudança da sede;



VIII - aprovar a extinção do consórcio;

IX - deliberar sobre assuntos gerais do **Ciga**;

X - aprovar as alterações do Estatuto. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 17. O quórum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I - unanimidade de votos de todos os consorciados para as competências dispostas nos incisos III e VIII do artigo anterior;

II - maioria absoluta de todos os consorciados para a competência disposta no inciso VII, alínea "c", do artigo anterior;

III - maioria simples dos consorciados presentes às assembleias para as demais deliberações.

§1.º. Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§2.º. Havendo consenso entre seus membros, as deliberações dos consorciados presentes poderão ser efetivadas por meio de aclamação. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 18. O Conselho de Administração do **Ciga** é formado pelos prefeitos dos municípios consorciados, constituído de:

I - Um Presidente;

II - Um Primeiro Vice-Presidente;

III - Um Segundo Vice-Presidente;

IV - Um Primeiro Secretário;

V - Um Segundo Secretário.

Art. 19. Compete ao Conselho de Administração do **Ciga**: (Renumerado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

I - nomear e exonerar o Diretor Executivo e tomar-lhe mensalmente as contas da gestão financeira e administrativa do **Ciga**, que atenda ao disposto na Lei Federal n.º 11.107, de 6 de abril de 2005;

II - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do **Ciga**;

III - prestar contas ao órgão conessor dos auxílios e subvenções que o **Ciga** venha a receber;



- IV - contratar serviços de auditoria interna e externa;
- V - autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio;
- VI - autorizar o Diretor Executivo a contratação de estagiários;
- VII - autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do **Ciga**;
- VIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao **Ciga**, na forma e condições da legislação de cada ente, sendo mantidos o regime jurídico e previdenciário originários do ente cedente; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)
- IX - autorizar o Diretor Executivo do Consórcio a prover os empregos públicos previstos no Anexo II deste Contrato de Consórcio;
- X - autorizar a celebração de convênios e cooperações técnicas; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)
- XI - deliberar sobre a revisão geral anual da remuneração dos empregados do **Ciga**, inclusive de vantagens pecuniárias; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)
- XII - a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do **Ciga**, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que viajarem a serviço do Consórcio no Brasil ou no Exterior, nos valores e termos fixados no Estatuto do **Ciga**; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- XIII - regulamentar a forma de custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus integrantes; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- XIV - autorizar a celebração de Contrato de Cota de Patrocínio de eventos que visem ao fortalecimento municipalista, mediante apresentação, pela Patrocinada, de Projeto, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, e, após o término do evento, de Relatório de Execução do Evento, para comprovação do cumprimento da contrapartida; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- XV - aprovar, ad referendum da Assembleia Geral: (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
 - a) o Orçamento anual do **Ciga**, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;
 - b) o Plano de Trabalho;
 - c) o Relatório Anual de Atividades;
 - d) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;



e) a criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a participação da sociedade civil.

Art. 20. Ao Presidente do Conselho de Administração compete:

I - convocar e presidir as Assembleias Gerais do **Ciga**, as reuniões do Conselho de Administração e manifestar o voto de minerva;

II - tomar e dar posse aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

III - representar o **Ciga** ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad juditia", podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Diretor Executivo;

IV - ordenar as despesas e a movimentação financeira dos recursos do **Ciga**, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente ao Diretor Executivo;

Art. 21. Ao Primeiro Secretário compete secretariar as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e promover todos os atos relativos à função do **Ciga**;

Art. 22. Aos demais prefeitos membros do Conselho de Administração compete substituir os titulares e colaborar para o funcionamento adequado do **Ciga**.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 23. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do **Ciga** e será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes.

Art. 24. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar a contabilidade do **Ciga**; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias;

III - emitir parecer sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Executivo;

IV - (Revogado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

Parágrafo único. O Conselho Fiscal por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)



DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 25. A Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do **Ciga** e será constituída por um Diretor Executivo escolhido pelo Conselho de Administração.

Art. 26. Compete ao Diretor Executivo:

- I - promover a execução das atividades e gestão do **Ciga**;
- II - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente do **Ciga**;
- III - elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral do **Ciga**;
- IV - elaborar a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades a serem submetidos ao Presidente do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do **Ciga**;
- V - elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao **Ciga** para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente;
- VI - movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do **Ciga**;
- VII - executar a gestão administrativa e financeira do **Ciga** dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;
- VIII - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do **Ciga**;
- IX - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- X - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal;
- XI - autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços;
- XII - propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao **Ciga**;
- XIII - instituir Horário Flexível, Trabalho Remoto, Banco de Horas e o regime de Sobreaviso. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO REGIME DE TRABALHO



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Art. 27. O Regime de Trabalho dos empregados do **Ciga** é o da **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

§1.º. As disposições complementares da estrutura administrativa do **Ciga**, obedecido o disposto neste Contrato de Consórcio, serão definidas no Estatuto do **Ciga**. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§2.º. (Revogado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

§3.º. Os empregados incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

Art. 28. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 156 (cento e cinquenta e seis) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Contrato de Consórcio. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

§1.º. O emprego de Diretor Executivo do **Ciga** deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em gestão pública municipal ou em tecnologia da informação, com formação de nível superior, e sua contratação se dará por livre admissão e demissão.

§2.º. Os empregos de Gerente Administrativo, Gerente de Tecnologias da Informação e Gestor de Projetos deverão ser ocupados por profissionais com comprovada experiência em suas respectivas áreas, com formação de nível superior, e suas contratações se darão por livre admissão e demissão. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

§3.º. A remuneração, a qualificação e a descrição dos empregos estão definidas no Anexo II deste Contrato de Consórcio.

§4.º. O Estatuto preverá, após a deliberação e aprovação pela Assembleia Geral do Ciga, as formas de concessão de outras vantagens aos empregados públicos, inclusive quanto às gratificações por titulação, pela mudança de local de trabalho e pelo desempenho de atividades especiais de Função Administrativa de Nível Superior, Agente de Contratação, Membros da Equipe de Apoio às Licitações, Gestor de Contratos, Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, Gestor de Projetos, Líder de Desenvolvimento e de Gestor de Câmara Técnica ou de Grupo de Trabalho; à progressão por merecimento e por antiguidade, e quaisquer outras parcelas remuneratórias ou de caráter indenizatório, condicionadas à disponibilidade orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

§5.º. Observado o orçamento anual do Ciga, o salário dos empregados públicos que compõem o seu quadro de pessoal, bem como dos valores referentes às gratificações pelo desempenho de atividades especiais e por titulação, serão revistos anualmente, sempre no mês de janeiro, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, mediante Resolução do Presidente do Ciga. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)



§6.º. Compete ao Conselho de Administração, mediante resolução, aprovar a revisão anual dos valores das indenizações concedidas a título de hospedagem, alimentação e deslocamento, previstas nos Anexos III e IV do Estatuto do Ciga, bem como dos valores do auxílio alimentação e do auxílio refeição, previstos no Anexo V do mesmo Estatuto, e demais vantagens pecuniárias, desde que haja disponibilidade orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

§7.º. Fica autorizado ao Diretor Executivo, após autorização do Conselho de Administração, a contratação de estagiários nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

§8.º. Os empregados públicos não terão direito à estabilidade no emprego. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

§9.º. Poderá ser firmado com os empregados públicos Acordo de Resultados e Prêmio por Produtividade, observadas as determinações legais e orçamentárias. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 29. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 30. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no sítio que o **Ciga** mantiver na rede mundial de computadores – internet.

Art. 31. A execução das receitas e das despesas do **Ciga** obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 32. O patrimônio do **Ciga** será constituído:

- I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;
- II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

Art. 33. Constituem recursos financeiros do **Ciga**:

- I - a entrega mensal de recursos financeiros dos consorciados, de acordo com o contrato de rateio;
- II - a remuneração dos próprios serviços prestados;
- III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;
- IV - os saldos do exercício;
- V - as doações e legados;
- VI - o produto de alienação de seus bens livres;



VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo **Ciga**, que atuará na qualidade de substituto tributário e com base na autonomia dos entes federativos, facultada a sua devolução aos entes federativos no caso de apuração de superávit no exercício anterior. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo único. (Revogado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

Art. 34. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei n.º 4.320/64 e Lei Complementar n.º 101/00.

DA GESTÃO PÚBLICA COMPARTILHADA

(Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

Art. 34-A. Fica autorizado o Ciga realizar gestão pública compartilhada com pessoas jurídicas de direito público interno, para gerir projetos ou processos visando o objetivo comum, inclusive para contratações de bens e serviços.

§1.º. A gestão pública compartilhada poderá ser administrativa, financeira, operacional e jurídica, por meio de cooperação técnica.

§2.º. Na gestão pública compartilhada é permitida a atuação conjunta para realização de programas, projetos e serviços com pessoas jurídicas de direito público interno, bem como compartilhamento de bens móveis e imóveis, estruturas, mobiliários, cessão ou disponibilização de empregados públicos, assessoramentos técnicos, administrativos, financeiros, operacionais e jurídicos, bem como na realização e custeio de eventos, congressos, cursos, palestras, treinamentos, entre outros.

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 35. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo **Ciga** e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 36. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do **Ciga** os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)



DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

Art. 37. O ingresso de novos consorciados será submetido à apreciação da Assembleia Geral e deverá atender ao disposto no § 4º do art. 2º deste Contrato de Consórcio. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

Art. 38. Cada consorciado poderá se retirar do **Ciga** a qualquer momento, desde que denuncie sua retirada num prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

Art. 39. Será excluído do **Ciga** o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o respectivo contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo único. A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

Art. 40. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 41. A alteração e a extinção do Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§1.º. Os bens, direitos, encargos e obrigações do Consórcio reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao **Ciga**.

§2.º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§3.º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§4.º. A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e Prestação de Contas.



§1.º. Até 31 de Janeiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Diretor Executivo ao Presidente do Conselho de Administração, e este à deliberação da Assembleia Geral, o Plano de Trabalho e o Orçamento das Receitas e Despesas para o exercício seguinte, o Relatório de Atividades, a Prestação de Contas, o Balanço do Exercício anterior com o Parecer do Conselho Fiscal.

§2.º. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da gestão anterior ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e participar da Assembleia Geral mencionada no parágrafo anterior.

Art. 43. A interpretação do disposto neste Contrato de Consórcio deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

- I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do **Ciga** depende apenas da vontade de cada ente consorciado, sendo vedado a oferta de incentivos para o ingresso;
- II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do **Ciga**;
- III - transparência, facultado ao Poder Executivo ou Legislativo do ente consorciado ter acesso a qualquer reunião ou documento do **Ciga**;
- IV - eficiência, exigindo que todas as decisões do **Ciga** tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.
- V - respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo **Ciga** sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Art. 44. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato.

Art. 45. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados, considerando-se de alta relevância os serviços por eles prestados.

Art. 46. Os municípios consorciados ao **Ciga** respondem solidariamente pelo Consórcio.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração e o Diretor Executivo do **Ciga** não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Contrato de Consórcio.

Art. 47. O **Ciga** será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, deste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. O **Ciga** regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)



Art. 48. (Revogado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

Art. 49. Os casos omissos ao presente Contrato de Consórcio serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.

Art. 50. As normas do presente Contrato de Consórcio entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Art. 51. Fica instituído como órgão oficial de publicação do Consórcio de Inovação na Gestão Pública – **Ciga** o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, veiculado por meio do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 52. As alterações do Contrato de Consórcio Público passam a vigor após sua ratificação por pelo menos 3 (três) municípios consorciados, e as modificações do Estatuto entram em vigor após sua publicação no órgão oficial de publicação. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

Parágrafo único. Após a aprovação das alterações do Contrato de Consórcio Público do Ciga, os municípios consorciados terão o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para ratificação, por lei, observadas as disposições do Contrato de Consórcio Público do Ciga. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

Art. 53. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 05, de 2017)

Florianópolis, 29 de novembro de 2007.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal de Balneário Piçarras

Adilson Luis Schmitt
Prefeito Municipal de Gaspar

Antônio Coelho Lopes Junior
Prefeito Municipal de Capão Alto

Nestor Sprícego
Prefeito Municipal de Lauro Muller

Wanderley Agostini
Prefeito Municipal de Curitiba

Ênio Reckziegel
Prefeito Municipal de Paraíso

Maria Carlesso Doré
Prefeita Municipal de Luzerna

Davio Leu
Prefeito Municipal de Massaranduba

João Romão
Prefeito Municipal de Garuva

Hugo Lembeck
Prefeito Municipal de Salete



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Antoninho Tibúrcio Gonçalves
Prefeito Municipal de Monte Carlo

Elio Pedro Hoss Godoy
Prefeito Municipal de São Carlos

José Milton Scheffer
Prefeito Municipal de Sombrio



ANEXO I

Municípios subscritores do Protocolo de Intenções

Balneário Piçarras/SC
 Capão Alto/SC
 Curitiba/SC
 Garuva/SC
 Gaspar/SC
 Lauro Muller/SC
 Luzerna/SC
 Massaranduba/SC
 Monte Carlo/SC
 Paraíso/SC
 Salete/SC
 São Carlos/SC
 Sombrio/SC

Municípios consorciados ao Consórcio Ciga (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

Abdon Batista/SC	Ascurra/SC	Bombinhas/SC
Abelardo Luz/SC	Atalanta/SC	Botuverá/SC
Agrolândia/SC	Aurora/SC	Braço do Norte/SC
Agronômica/SC	Balneário Arroio do Silva/SC	Braço do Trombudo/SC
Água Doce/SC	Balneário Barra do Sul/SC	Brunópolis/SC
Águas Mornas/SC	Balneário Camboriú/SC	Brusque/SC
Águas de Chapecó/SC	Balneário Gaivota/SC	Caçador/SC
Águas Frias/SC	Balneário Piçarras/SC	Caibi/SC
Alfredo Wagner/SC	Balneário Rincão/SC	Calmon/SC
Alto Bela Vista/SC	Bandeirante/SC	Camaçari/BA
Amargosa/BA	Barra Bonita/SC	Camboriú/SC
Anchieta/SC	Barra Velha/SC	Campo Alegre/SC
Anita Garibaldi/SC	Bela Vista do Toldo/SC	Campo Belo do Sul/SC
Anitápolis/SC	Belmonte/SC	Campo Erê/SC
Angelina/SC	Benedito Novo/SC	Campos Novos/SC
Antônio Carlos/SC	Biguaçu/SC	Candeias/BA
Apiúna/SC	Blumenau/SC	Canelinha/SC
Arabutã/SC	Bocaina do Sul/SC	Canoas/RS
Araquari/SC	Bom Jardim da Serra/SC	Canoinhas/SC
Araranguá/SC	Bom Jesus da Lapa/BA	Capão Alto/SC
Armazém/SC	Bom Jesus do Oeste/SC	Capinzal/SC
Arroio Trinta/SC	Bom Jesus/SC	Capivari de Baixo/SC
Arvoredo/SC	Bom Retiro/SC	Catanduvas/SC



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Caxambu do Sul/SC	Guatambu/SC	Lontras/SC
Celso Ramos/SC	Herval d'Oeste/SC	Luiz Alves/SC
Cerro Negro/SC	Ibiam/SC	Luzerna/SC
Chapadão do Lageado/SC	Ibicare/SC	Macieira/SC
Chapecó/SC	Ibirama/SC	Mafra/SC
Cidelandia/MA	Ibotirama/BA	Major Gercino/SC
Cocal do Sul/SC	Içara/SC	Major Vieira/SC
Concórdia/SC	Ilhéus/BA	Maracajá/SC
Conde/BA	Ilhota/SC	Maravilha/SC
Cordilheira Alta/SC	Imaruí/SC	Marema/SC
Coronel Freitas/SC	Imbituba/SC	Massaranduba/SC
Coronel Martins/SC	Imbuia/SC	Meleiro/SC
Correia Pinto/SC	Indaial/SC	Matos Costa/SC
Corupá/SC	Iomerê/SC	Mirim Doce/SC
Criciúma/SC	Ipira/SC	Modelo/SC
Crisópolis/BA	Iporã do Oeste/SC	Mondai/SC
Cunha Porã/SC	Ipuçu/SC	Monte Carlo/SC
Cunhataí/SC	Ipumirim/SC	Monte Castelo/SC
Curitiba/PR	Irani/SC	Morro da Fumaça/SC
Curitibanos/SC	Irati/SC	Morro do Chapéu/BA
Descanso/SC	Iraceminha/SC	Morro Grande/SC
Dias d'Ávila/BA	Irineópolis/SC	Navegantes/SC
Dionísio Cerqueira/SC	Itá/SC	Niterói/RJ
Dona Emma/SC	Itaiópolis/SC	Nova Erechim/SC
Doutor Pedrinho/SC	Itajaí/SC	Nova Itaberaba/SC
Entre Rios/SC	Itapema/SC	Nova Trento/SC
Ermo/SC	Itapiranga/SC	Nova Veneza/SC
Eral Velho/SC	Itapoá/SC	Novo Horizonte/SC
Farroupilha/RS	Ituporanga/SC	Orleans/SC
Faxinal dos Guedes/SC	Jaborá/SC	Otacilio Costa/SC
Flor do Sertão/SC	Jacinto Machado/SC	Ouro Verde/SC
Florianópolis/SC	Jaguaruna/SC	Ouro/SC
Formosa do Sul/SC	Jaraguá do Sul/SC	Paial/SC
Formosa do Rio Preto/BA	Jardinópolis/SC	Painel/SC
Forquilha/SC	Joaçaba/SC	Palhoça/SC
Fraiburgo/SC	João Pessoa/PB	Palma Sola/SC
Frei Rogério/SC	Joinville/SC	Palmeira/SC
Galvão/SC	José Boiteux/SC	Palmitos/SC
Gandu/BA	Juazeiro/BA	Papanduva/SC
Garopaba/SC	Jupia/SC	Paraíso/SC
Garuva/SC	Lacerdópolis/SC	Passo de Torres/SC
Gaspar/SC	Lages/SC	Passos Maia/SC
Governador Celso Ramos/SC	Laguna/SC	Paulo Lopes/SC
Grão Pará/SC	Lajeado Grande/SC	Pedras Grandes/SC
Gravatal/SC	Lauro Muller/SC	Penha/SC
Guabiruba/SC	Lebon Régis/SC	Peritiba/SC
Guaraciaba/SC	Leoberto Leal/SC	Pescaria Brava/SC
Guaramirim/SC	Lindóia do Sul/SC	Petrolândia/SC
Guarujá do Sul/SC	Londrina/PR	Petrolina/PE



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Pilar do Sul/SP
 Pinhalzinho/SC
 Pinheiro Preto/SC
 Piratuba/SC
 Planalto Alegre/SC
 Pomerode/SC
 Ponte Alta do Norte/SC
 Ponte Alta/SC
 Ponte Serrada/SC
 Porto Alegre/RS
 Porto Belo/SC
 Porto Seguro/BA
 Porto União/SC
 Porto Velho/RO
 Pouso Redondo/SC
 Praia Grande/SC
 Presidente Castello Branco/SC
 Presidente Getúlio/SC
 Presidente Nereu/SC
 Princesa/SC
 Quilombo/SC
 Rancho Queimado/SC
 Raposa/MA
 Recife/PE
 Rio Branco/AC
 Rio das Antas/SC
 Rio do Campo/SC
 Rio do Oeste/SC
 Rio do Sul/SC
 Rio dos Cedros/SC
 Rio Fortuna/SC
 Rio Negrinho/SC
 Rio Rufino/SC
 Riqueza/SC
 Rodeio/SC
 Rodolfo Fernandes/RN
 Romelândia/SC
 Salete/SC
 Saltinho/SC
 Salto Veloso/SC
 Salvador/BA
 Sangão/SC
 Santa Cecília/SC
 Santa Helena/SC
 Santa Rosa de Lima/SC
 Santa Rosa do Sul/SC
 Santa Terezinha do Progresso/SC

Santa Terezinha/SC
 Santiago do Sul/SC
 Santo Amaro da Imperatriz/SC
 Santo Ângelo/RS
 São Bento do Sul/SC
 São Bernardino/SC
 São Bonifácio/SC
 São Carlos/SC
 São Cristóvão do Sul/SC
 São Domingos/SC
 São Francisco do Sul/SC
 São João Batista/SC
 São João do Itaperiú/SC
 São João do Oeste/SC
 São João do Sul/SC
 São Joaquim/SC
 São José do Cedro/SC
 São José do Cerrito/SC
 São José/SC
 São Lourenço do Oeste/SC
 São Ludgero/SC
 São Martinho/SC
 São Miguel da Boa Vista/SC
 São Miguel do Oeste/SC
 São Pedro de Alcântara/SC
 São Sebastião do Caí/RS
 Saudades/SC
 Schroeder/SC
 Seara/SC
 Senhor do Bonfim/BA
 Serra Alta/SC
 Siderópolis/SC
 Simões Filho/BA
 Sombrio/SC
 Sul Brasil/SC
 Taió/SC
 Tangará/SC
 Taquara/RS
 Tigrinhos/SC
 Tijucas/SC
 Timbé do Sul/SC
 Timbó Grande/SC
 Timbó/SC
 Três Barras/SC
 Treviso/SC
 Treze de Maio/SC
 Treze Tilias/SC
 Trombudo Central/SC

Tubarão/SC
 Tunápolis/SC
 Turvo/SC
 União do Oeste/SC
 Urubici/SC
 Urupema/SC
 Urussanga/SC
 Vargeão/SC
 Vargem Bonita/SC
 Vargem/SC
 Vidal Ramos/SC
 Videira/SC
 Vitor Meireles/SC
 Witmarsum/SC
 Xanxerê/SC
 Xavantina/SC
 Xaxim/SC
 Zortéa/SC



Municípios possíveis de integrar o Consórcio Ciga (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

Abadia de Goiás/GO	Aguai/SP	Almino Afonso/RN
Abadia dos Dourados/MG	Aguanil/MG	Almirante Tamandaré do Sul/RS
Abadiânia/GO	Águas Belas/PE	Almirante Tamandaré/PR
Abaeté/MG	Águas da Prata/SP	Aloândia/GO
Abaetetuba/PA	Águas de Lindóia/SP	Alpercata/MG
Abaiara/CE	Águas de Santa Bárbara/SP	Alpestre/RS
Abaira/BA	Águas de São Pedro/SP	Alpinópolis/MG
Abaré/BA	Águas Formosas/MG	Alta Floresta d'Oeste/RO
Abatiá/PR	Águas Lindas de Goiás/GO	Alta Floresta/MT
Abel Figueiredo/PA	Águas Vermelhas/MG	Altair/SP
Abre-Campo/MG	Agudo/RS	Altamira do Maranhão/MA
Abreu e Lima/PE	Agudos do Sul/PR	Altamira do Paraná/PR
Abreu e Lima/PE	Agudos/SP	Altamira/PA
Acaíaca/MG	Água Branca/ES	Altaneira/CE
Açailândia/MA	Aguai/PR	Alterosa/MG
Acajutiba/BA	Aguiarnópolis/TO	Altinho/PE
Acará/PA	Aimorés/MG	Altinópolis/SP
Acarape/CE	Aiquara/BA	Alto Alegre do Maranhão/MA
Acarau/CE	Aiuaba/CE	Alto Alegre do Pindaré/MA
Acari/RN	Aiuruoca/MG	Alto Alegre dos Parecis/RO
Acauã/PI	Ajuricaba/RS	Alto Alegre/RR
Aceguá/RS	Alagoa Grande/PB	Alto Alegre/RS
Acopiara/CE	Alagoa Nova/PB	Alto Alegre/SP
Acorizal/MT	Alagoa/MG	Alto Araguaia/MT
Acrelândia/AC	Alagoinha do Piauí/PI	Alto Caparaó/MG
Acreúna/GO	Alagoinha/PB	Alto da Boa Vista/MT
Açu/RN	Alagoinha/PE	Alto do Rodrigues/RN
Açucena/MG	Alagoinhas/BA	Alto Feliz/RS
Adamantina/SP	Alambari/SP	Alto Garças/MT
Adelândia/GO	Albertina/MG	Alto Horizonte/GO
Adolfo/SP	Alcântara/MA	Alto Jequitibá/MG
Adrianópolis/PR	Alcântaras/CE	Alto Longá/PI
Adustina/BA	Alcantil/PB	Alto Paraguai/MT
Afogados da Ingazeira/PE	Alcinópolis/MS	Alto Paraíso de Goiás/GO
Afonso Bezerra/RN	Alcobaça/BA	Alto Paraíso/PR
Afonso Cláudio/ES	Aldeias Altas/MA	Alto Paraíso/RO
Afonso Cunha/MA	Alecrim/RS	Alto Paraná/PR
Afrânio/PE	Alegre/ES	Alto Parnaíba/MA
Afuá/PA	Alegrete do Piauí/PI	Alto Piquiri/PR
Agrestina/PE	Alegrete/RS	Alto Rio Doce/MG
Agricolândia/PI	Alegria/RS	Alto Rio Novo/ES
Água Azul do Norte/PA	Além Paraíba/MG	Alto Santo/CE
Água Boa/MG	Alenquer/PA	Alto Taquari/MT
Água Boa/MT	Alexandria/RN	Altônia/PR
Água Branca/AL	Alexânia/GO	Altos/PI
Água Branca/PB	Alfenas/MG	Alumínio/SP
Água Branca/PI	Alfredo Chaves/ES	Alvarães/AM
Água Clara/MS	Alfredo Marcondes/SP	Alvarenga/MG
Água Comprida/MG	Alfredo Vasconcelos/MG	Álvares Florence/SP
Água Doce do Maranhão/MA	Algodoão de Jandaira/PB	Álvares Machado/SP
Água Doce do Norte/ES	Alhandra/PB	Álvaro de Carvalho/SP
Água Fria de Goiás/GO	Aliança do Tocantins/TO	Alvinlândia/SP
Água Fria/BA	Aliança/PE	Alvinópolis/MG
Água Limpa/GO	Almadina/BA	Alvorada d'Oeste/RO
Água Nova/RN	Almas/TO	Alvorada de Minas/MG
Água Preta/PE	Almeirim/PA	Alvorada do Gurguêia/PI
Água Santa/RS	Almenara/MG	Alvorada do Norte/GO



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Alvorada do Sul/PR
 Alvorada/RS
 Alvorada/TO
 Amajari/RR
 Amambai/MS
 Amapá do Maranhão/MA
 Amapá/AP
 Amaporã/PR
 Amaraji/PE
 Amaral Ferrador/RS
 Amaralina/GO
 Amarante do Maranhão/MA
 Amarante/PI
 Amaturá/AM
 Amélia Rodrigues/BA
 América Dourada/BA
 Americana/SP
 Americano do Brasil/GO
 Américo Brasiliense/SP
 Américo de Campos/SP
 Ametista do Sul/RS
 Amontada/CE
 Amorinópolis/GO
 Amparo da Serra/MG
 Amparo de São Francisco/SE
 Amparo/PB
 Amparo/SP
 Ampére/PR
 Anadia/AL
 Anagé/BA
 Anahy/PR
 Anajás/PA
 Anajatuba/MA
 Analândia/SP
 Anamá/AM
 Ananás/TO
 Ananindeua/PA
 Anápolis/GO
 Anapu/PA
 Anapurus/MA
 Anastácio/MS
 Anaurilândia/MS
 Anchieta/ES
 Andaraí/BA
 Andirá/PR
 Andorinha/BA
 Andradas/MG
 Andradina/SP
 André da Rocha/RS
 Andrelândia/MG
 Angatuba/SP
 Angelândia/MG
 Angélica/MS
 Angelim/PE
 Angical do Piauí/PI
 Angical/BA
 Angico/TO
 Angicos/RN
 Angra dos Reis/RJ
 Anguera/BA
 Ângulo/PR
 Anhanguera/GO
 Anhembi/SP
 Anhumas/SP

Anicuns/GO
 Anísio de Abreu/PI
 Anori/AM
 Anta Gorda/RS
 Antas/BA
 Antonina do Norte/CE
 Antonina/PR
 Antônio Almeida/PI
 Antônio Cardoso/BA
 Antônio Carlos/MG
 Antônio Dias/MG
 Antônio Gonçalves/BA
 Antônio João/MS
 Antônio Martins/RN
 Antônio Olinto/PR
 Antônio Prado de Minas/MG
 Antônio Prado/RS
 Aparecida d'Oeste/SP
 Aparecida de Goiânia/GO
 Aparecida do Rio Doce/GO
 Aparecida do Rio Negro/TO
 Aparecida do Taboado/MS
 Aparecida/PB
 Aparecida/SP
 Aperibé/RJ
 Apiacá/ES
 Apiacás/MT
 Apiaí/SP
 Apicum/Açu/MA
 Apodi/RN
 Aporá/BA
 Aporé/GO
 Apuarema/BA
 Apucarana/PR
 Apuí/AM
 Apuiarés/CE
 Aquidabã/SE
 Aquidauana/MS
 Aquiraz/CE
 Araçagi/PB
 Araçai/MG
 Aracaju/SE
 Araçariguama/SP
 Araçás/BA
 Aracati/CE
 Aracatu/BA
 Araçatuba/SP
 Araci/BA
 Aracitaba/MG
 Araçoiaba da Serra/SP
 Aracoiaba/CE
 Araçoiaba/PE
 Aracruz/ES
 Araçu/GO
 Araçuaí/MG
 Aragarças/GO
 Aragoiânia/GO
 Aragominas/TO
 Araguacema/TO
 Araguaçu/TO
 Araguaiana/MT
 Araguaína/TO
 Araguaína/MT
 Araguaianã/MA

Araguaianã/TO
 Araguapaz/GO
 Araguari/MG
 Araguatins/TO
 Araíoses/MA
 Aral Moreira/MS
 Aramari/BA
 Arambaré/RS
 Arame/MA
 Aramina/SP
 Arandu/SP
 Arantina/MG
 Arapeí/SP
 Arapiraca/AL
 Arapoema/TO
 Araponga/MG
 Arapongas/PR
 Araporã/MG
 Arapoti/PR
 Arapuá/MG
 Arapuã/PR
 Araputanga/MT
 Arara/PB
 Araraquara/SP
 Araras/SP
 Ararendá/CE
 Arari/MA
 Araricá/RS
 Araripe/CE
 Araripina/PE
 Araruama/RJ
 Araruna/PB
 Araruna/PR
 Arataca/BA
 Aratiba/RS
 Aratuba/CE
 Aratuípe/BA
 Arauá/SE
 Araucária/PR
 Araújos/MG
 Araxá/MG
 Arceburgo/MG
 Arco/Iris/SP
 Arcos/MG
 Arcoverde/PE
 Areado/MG
 Areal/RJ
 Arealva/SP
 Areia Branca/RN
 Areia Branca/SE
 Areia de Baraúnas/PB
 Areia/PB
 Areial/PB
 Areias/SP
 Areiópolis/SP
 Arenópolis/MT
 Arenópolis/GO
 Arês/RN
 Argirita/MG
 Aricanduva/MG
 Arinos/MG
 Aripuanã/MT
 Ariquemes/RO
 Ariranha do Ivaí/PR



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Airanhã/SP	Baía da Traição/PB	Barra do Quaraí/RS
Armação dos Búzios/RJ	Baía Formosa/RN	Barra do Ribeiro/RS
Arneiroz/CE	Baianópolis/BA	Barra do Rio Azul/RS
Aroazes/PI	Baião/PA	Barra do Rocha/BA
Aroeiras do Itaim/PI	Baixa Grande do Ribeiro/PI	Barra do Turvo/SP
Aroeiras/PB	Baixa Grande/BA	Barra dos Coqueiros/SE
Arraial do Cabo/RJ	Baixio/CE	Barra Funda/RS
Arraial/PI	Baixo Guandu/ES	Barra Longa/MG
Arraías/TO	Balbinos/SP	Barra Mansa/RJ
Arroio do Meio/RS	Baldirim/MG	Barra/BA
Arroio do Padre/RS	Baliza/GO	Barracão/PR
Arroio do Sal/RS	Balneário Pinhal/RS	Barracão/RS
Arroio do Tigre/RS	Balsa Nova/PR	Barras/PI
Arroio dos Ratos/RS	Bálsamo/SP	Barreira/CE
Arroio Grande/RS	Balsas/MA	Barreiras do Piauí/PI
Artur Nogueira/SP	Bambuú/MG	Barreiras/BA
Aruanã/GO	Banabuiú/CE	Barreirinha/AM
Arujá/SP	Bananal/SP	Barreirinhas/MA
Arvorezinha/RS	Bananeiras/PB	Barreiros/PE
Aspásia/SP	Bandeira do Sul/MG	Barretos/SP
Assaí/PR	Bandeira/MG	Barrinha/SP
Assaré/CE	Bandeirantes do Tocantins/TO	Barro Alto/BA
Assis Brasil/AC	Bandeirantes/MS	Barro Alto/GO
Assis Chateaubriand/PR	Bandeirantes/PR	Barro Duro/PI
Assis/SP	Bannach/PA	Barro Preto/BA
Assunção do Piauí/PI	Banzaê/BA	Barro/CE
Assunção/PB	Barão de Antonina/SP	Barrocas/BA
Astolfo Dutra/MG	Barão de Cocais/MG	Barrolândia/TO
Astorga/PR	Barão de Cotegipe/RS	Barroquinha/CE
Atalaia do Norte/AM	Barão de Grajaú/MA	Barros Cassal/RS
Atalaia/AL	Barão de Melgaço/MT	Barroso/MG
Atalaia/PR	Barão de Monte Alto/MG	Barueri/SP
Ataléia/MG	Barão do Triunfo/RS	Bastos/SP
Atibaia/SP	Barão/RS	Bataguçu/MG
Atílio Vivácqua/ES	Baraúna/PB	Batalha/AL
Augustinópolis/TO	Baraúna/RN	Batalha/PI
Augusto Corrêa/PA	Barbacena/MG	Batatais/SP
Augusto de Lima/MG	Barbalha/CE	Batayporã/MS
Augusto Pestana/RS	Barbosa Ferraz/PR	Baturité/CE
Áurea/RS	Barbosa/SP	Bauru/SP
Aurelino Leal/BA	Barcarena/PA	Bayeux/PB
Auriflâma/SP	Barcelona/RN	Bebedouro/SP
Aurilândia/GO	Barcelos/AM	Beberibe/CE
Aurora do Pará/PA	Bariri/SP	Bela Cruz/CE
Aurora do Tocantins/TO	Barra Bonita/SP	Bela Vista da Caroba/PR
Aurora/CE	Barra d'Alcântara/PI	Bela Vista de Goiás/GO
Autazes/AM	Barra da Estiva/BA	Bela Vista de Minas/MG
Avai/SP	Barra de Guabiraba/PE	Bela Vista do Maranhão/MA
Avanhandava/SP	Barra de Santa Rosa/PB	Bela Vista do Paraíso/PR
Avaré/SP	Barra de Santana/PB	Bela Vista do Piauí/PI
Aveiro/PA	Barra de Santo Antônio/AL	Bela Vista/MS
Avelino Lopes/PI	Barra de São Francisco/ES	Belágua/MA
Avelinópolis/GO	Barra de São Miguel/AL	Belém de Maria/PE
Axixá do Tocantins/TO	Barra de São Miguel/PB	Belém do Brejo do Cruz/PB
Axixá/MA	Barra do Bugres/MT	Belém do Piauí/PI
Babaçulândia/TO	Barra do Chapéu/SP	Belém do São Francisco/PE
Bacabal/MA	Barra do Choça/BA	Belém/AL
Bacabeira/MA	Barra do Corda/MA	Belém/PA
Bacuri/MA	Barra do Garças/MT	Belém/PB
Bacurituba/MA	Barra do Guarita/RS	Belford Roxo/RJ
Bady Bassitt/SP	Barra do Jacaré/PR	Belmiro Braga/MG
Baependi/MG	Barra do Mendes/BA	Belmonte/BA
Bagé/RS	Barra do Ouro/TO	Belo Campo/BA
Bagre/PA	Barra do Pirai/RJ	Belo Horizonte/MG



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Belo Jardim/PE
 Belo Monte/AL
 Belo Oriente/MG
 Belo Vale/MG
 Belterra/PA
 Beneditinos/PI
 Benedito Leite/MA
 Benevides/PA
 Benjamin Constant do Sul/RS
 Benjamin Constant/AM
 Bento de Abreu/SP
 Bento Fernandes/RN
 Bento Gonçalves/RS
 Bequimão/MA
 Berilo/MG
 Berizal/MG
 Bernardino Batista/PB
 Bernardino de Campos/SP
 Bernardo do Mearim/MA
 Bernardo Sayão/TO
 Bertioga/SP
 Bertolínia/PI
 Bertópolis/MG
 Beruri/AM
 Betânia do Piauí/PI
 Betânia/PE
 Betim/MG
 Bezerras/PE
 Bias Fortes/MG
 Bicas/MG
 Bilac/SP
 Biquinhas/MG
 Birigui/SP
 Biritiba Mirim/SP
 Biritinga/BA
 Bituruna/PR
 Boa Esperança do Iguaçu/PR
 Boa Esperança do Sul/SP
 Boa Esperança/ES
 Boa Esperança/MG
 Boa Esperança/PR
 Boa Hora/PI
 Boa Nova/BA
 Boa Saúde/RN
 Boa Ventura de São Roque/PR
 Boa Ventura/PB
 Boa Viagem/CE
 Boa Vista da Aparecida/PR
 Boa Vista das Missões/RS
 Boa Vista do Buricá/RS
 Boa Vista do Cadeado/RS
 Boa Vista do Gurupi/MA
 Boa Vista do Incra/RS
 Boa Vista do Ramos/AM
 Boa Vista do Sul/RS
 Boa Vista do Tupim/BA
 Boa Vista/PB
 Boa Vista/RR
 Boca da Mata/AL
 Boca do Acre/AM
 Bocaina de Minas/MG
 Bocaina/PI
 Bocaina/SP
 Bocaíuva do Sul/PR

Bocaiuva/MG
 Bodó/RN
 Bodocó/PE
 Bodoquena/MS
 Bofete/SP
 Boituva/SP
 Bom Conselho/PE
 Bom Despacho/MG
 Bom Jardim de Goiás/GO
 Bom Jardim de Minas/MG
 Bom Jardim/MA
 Bom Jardim/PE
 Bom Jardim/RJ
 Bom Jesus da Penha/MG
 Bom Jesus da Serra/BA
 Bom Jesus das Selvas/MA
 Bom Jesus de Goiás/GO
 Bom Jesus do Amparo/MG
 Bom Jesus do Araguaia/MT
 Bom Jesus do Galho/MG
 Bom Jesus do Itabapoana/RJ
 Bom Jesus do Norte/ES
 Bom Jesus do Sul/PR
 Bom Jesus do Tocantins/PA
 Bom Jesus do Tocantins/TO
 Bom Jesus dos Perdões/SP
 Bom Jesus/PB
 Bom Jesus/PI
 Bom Jesus/RN
 Bom Lugar/MA
 Bom Princípio do Piauí/PI
 Bom Princípio/RS
 Bom Progresso/RS
 Bom Repouso/MG
 Bom Retiro do Sul/RS
 Bom Sucesso de Itararé/SP
 Bom Sucesso do Sul/PR
 Bom Sucesso/MG
 Bom Sucesso/PB
 Bom Sucesso/PR
 Bonfim do Piauí/PI
 Bonfim/MG
 Bonfim/RR
 Bonfinópolis de Minas/MG
 Bonfinópolis/GO
 Boninal/BA
 Bonito de Minas/MG
 Bonito de Santa Fé/PB
 Bonito/BA
 Bonito/MS
 Bonito/PA
 Bonito/PE
 Bonópolis/GO
 Boqueirão do Leão/RS
 Boqueirão do Piauí/PI
 Boqueirão/PB
 Boquim/SE
 Boquira/BA
 Borá/SP
 Boracéia/SP
 Borba/AM
 Borborema/PB
 Borborema/SP

Borda da Mata/MG
 Borebi/SP
 Borrazópolis/PR
 Bossoroca/RS
 Botelhos/MG
 Botucatu/SP
 Botumirim/MG
 Botuporã/BA
 Bozano/RS
 Braga/RS
 Bragança Paulista/SP
 Bragança/PA
 Braganey/PR
 Branquinha/AL
 Brás Pires/MG
 Brasil Novo/PA
 Brasilândia de Minas/MG
 Brasilândia do Sul/PR
 Brasilândia do Tocantins/TO
 Brasilândia/MS
 Brasileira/AC
 Brasileira/PI
 Brasília de Minas/MG
 Brasília/DF
 Brasnorte/MT
 Brasópolis/MG
 Braúna/SP
 Braúnas/MG
 Brazabrantes/GO
 Brejão/PE
 Brejetuba/ES
 Brejinho de Nazaré/TO
 Brejinho/PE
 Brejinho/RN
 Brejo Alegre/SP
 Brejo da Madre de Deus/PE
 Brejo de Areia/MA
 Brejo do Cruz/PB
 Brejo do Piauí/PI
 Brejo dos Santos/PB
 Brejo Grande do Araguaia/PA
 Brejo Grande/SE
 Brejo Santo/CE
 Brejo/MA
 Brejões/BA
 Brejolândia/BA
 Breu Branco/PA
 Breves/PA
 Britânia/GO
 Brochier/RS
 Brodowski/SP
 Brotas de Macaúbas/BA
 Brotas/SP
 Brumadinho/MG
 Brumado/BA
 Bueno Brandão/MG
 Buenópolis/MG
 Buenos Aires/PE
 Buerarema/BA
 Bugre/MG
 Buíque/PE
 Bujari/AC
 Bujaru/PA
 Buri/SP



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Buritama/SP
 Buriti Alegre/GO
 Buriti Bravo/MA
 Buriti de Goiás/GO
 Buriti do Tocantins/TO
 Buriti dos Lopes/PI
 Buriti dos Montes/PI
 Buriti/MA
 Buriticupu/MA
 Buritinópolis/GO
 Buritirama/BA
 Buritirana/MA
 Buritis/MG
 Buritis/RO
 Buritizal/SP
 Buritizeiro/MG
 Butiá/RS
 Caaporã/AM
 Caaporã/PB
 Caarapó/MS
 Caatiba/BA
 Cabaceiras do Paraguaçu/BA
 Cabaceiras/PB
 Cabeceira Grande/MG
 Cabeceiras do Piauí/PI
 Cabeceiras/GO
 Cabedelo/PB
 Cabixi/RO
 Cabo de Santo Agostinho/PE
 Cabo Frio/RJ
 Cabo Verde/MG
 Cabrália Paulista/SP
 Cabreúva/SP
 Cabrobó/PE
 Caçapava do Sul/RS
 Caçapava/SP
 Cacaúlândia/RO
 Cacequi/RS
 Cáceres/MT
 Cachoeira Alta/GO
 Cachoeira da Prata/MG
 Cachoeira de Goiás/GO
 Cachoeira de Minas/MG
 Cachoeira de Pajeú/MG
 Cachoeira do Arari/PA
 Cachoeira do Piriá/PA
 Cachoeira do Sul/RS
 Cachoeira dos Índios/PB
 Cachoeira Dourada/GO
 Cachoeira Dourada/MG
 Cachoeira Grande/MA
 Cachoeira Paulista/SP
 Cachoeira/BA
 Cachoeiras de Macacu/RJ
 Cachoeirinha/PE
 Cachoeirinha/RS
 Cachoeirinha/TO
 Cachoeiro de Itapemirim/ES
 Cacimba de Areia/PB
 Cacimba de Dentro/PB
 Cacimbas/PB
 Cacimbinhas/AL
 Cacique Doble/RS
 Cacoal/RO

Caconde/SP
 Caçu/GO
 Caculé/BA
 Caém/BA
 Caetanópolis/MG
 Caetanos/BA
 Caetê/MG
 Caetés/PE
 Caetitê/BA
 Cafarnaum/BA
 Cafeara/PR
 Cafelândia/PR
 Cafelândia/SP
 Cafezal do Sul/PR
 Caiabu/SP
 Caiana/MG
 Caiapônia/GO
 Caibatê/RS
 Caiçara do Norte/RN
 Caiçara do Rio do Vento/RN
 Caiçara/PB
 Caiçara/RS
 Caicó/RN
 Caieiras/SP
 Cairu/BA
 Caiuá/SP
 Cajamar/SP
 Cajapió/MA
 Cajari/MA
 Cajati/SP
 Cajazeiras do Piauí/PI
 Cajazeiras/PB
 Cajazeirinhas/PB
 Cajobi/SP
 Cajueiro da Praia/PI
 Cajueiro/AL
 Cajuri/MG
 Cajuru/SP
 Calçado/PE
 Calçoene/AP
 Caldas Brandão/PB
 Caldas Novas/GO
 Caldas/MG
 Caldazinha/GO
 Caldeirão Grande do Piauí/PI
 Caldeirão Grande/BA
 Califórnia/PR
 Calumbi/PE
 Camacan/BA
 Camacho/MG
 Camalaú/PB
 Camamu/BA
 Camanducaia/MG
 Camapuã/MS
 Camaquã/RS
 Camaragibe/PE
 Camargo/RS
 Cambará do Sul/RS
 Cambará/PR
 Cambé/PR
 Cambira/PR
 Cambuci/RJ
 Cambuí/MG
 Cambuquira/MG

Cametá/PA
 Camocim de São Félix/PE
 Camocim/CE
 Campanário/MG
 Campanha/MG
 Campestre da Serra/RS
 Campestre de Goiás/GO
 Campestre do Maranhão/MA
 Campestre/AL
 Campestre/MG
 Campina da Lagoa/PR
 Campina das Missões/RS
 Campina do Monte Alegre/SP
 Campina do Simão/PR
 Campina Grande do Sul/PR
 Campina Grande/PB
 Campina Verde/MG
 Campinaçu/GO
 Campinápolis/MT
 Campinas do Piauí/PI
 Campinas do Sul/RS
 Campinas/SP
 Campinorte/GO
 Campo Alegre de Goiás/GO
 Campo Alegre de Lourdes/BA
 Campo Alegre do Fidalgo/PI
 Campo Alegre/AL
 Campo Azul/MG
 Campo Belo/MG
 Campo Bom/RS
 Campo Bonito/PR
 Campo do Brito/SE
 Campo do Meio/MG
 Campo do Tenente/PR
 Campo Florido/MG
 Campo Formoso/BA
 Campo Grande do Piauí/PI
 Campo Grande/AL
 Campo Grande/MS
 Campo Grande/RN
 Campo Largo do Piauí/PI
 Campo Largo/PR
 Campo Limpo de Goiás/GO
 Campo Limpo Paulista/SP
 Campo Magro/PR
 Campo Maior/PI
 Campo Mourão/PR
 Campo Novo de Rondônia/RO
 Campo Novo do Parecis/MT
 Campo Novo/RS
 Campo Redondo/RN
 Campo Verde/MT
 Campos Altos/MG
 Campos Belos/GO
 Campos Borges/RS
 Campos de Júlio/MT
 Campos do Jordão/SP
 Campos dos Goytacazes/RJ
 Campos Gerais/MG
 Campos Lindos/TO
 Campos Novos Paulista/SP
 Campos Sales/CE
 Campos Verdes/GO
 Camutanga/PE



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Cana Verde/MG
 Canaã dos Carajás/PA
 Canaã/MG
 Canabrava do Norte/MT
 Cananéia/SP
 Canapi/AL
 Canápolis/BA
 Canápolis/MG
 Canarana/BA
 Canarana/MT
 Canas/SP
 Canavieira/PI
 Canavieiras/BA
 Candeal/BA
 Candeias do Jamari/RO
 Candeias/MG
 Candelária/RS
 Candiba/BA
 Cândido de Abreu/PR
 Cândido Godói/RS
 Cândido Mendes/MA
 Cândido Mota/SP
 Cândido Rodrigues/SP
 Cândido Sales/BA
 Candiota/RS
 Candói/PR
 Canela/RS
 Canguaretama/RN
 Canguçu/RS
 Canhoba/SE
 Canhotinho/PE
 Canindé de São Francisco/SE
 Canindé/CE
 Canitar/SP
 Cansanção/BA
 Cantá/RR
 Cantagalo/MG
 Cantagalo/PR
 Cantagalo/RJ
 Cantanhede/MA
 Canto do Buriti/PI
 Canudos do Vale/RS
 Canudos/BA
 Canutama/AM
 Capanema/PA
 Capanema/PR
 Capão Bonito do Sul/RS
 Capão Bonito/SP
 Capão da Canoa/RS
 Capão do Cipó/RS
 Capão do Leão/RS
 Caparaó/MG
 Capela de Santana/RS
 Capela do Alto Alegre/BA
 Capela do Alto/SP
 Capela Nova/MG
 Capela/AL
 Capela/SE
 Capelinha/MG
 Capetinga/MG
 Capim Branco/MG
 Capim Grosso/BA
 Capim/PB
 Capinópolis/MG

Capinzal do Norte/MA
 Capistrano/CE
 Capitão Andrade/MG
 Capitão de Campos/PI
 Capitão Enéas/MG
 Capitão Gervásio Oliveira/PI
 Capitão Leônidas Marques/PR
 Capitão Poço/PA
 Capitão/RS
 Capitólio/MG
 Capivari do Sul/RS
 Capivari/SP
 Capixaba/AC
 Capoeiras/PE
 Caputira/MG
 Caraá/RS
 Caracaraí/RR
 Caracol/MS
 Caracol/PI
 Caraguatatuba/SP
 Carai/MG
 Caraiabas/BA
 Caramei/PR
 Caranaíba/MG
 Carandaí/MG
 Carangola/MG
 Carapebus/RJ
 Carapicuíba/SP
 Caratinga/MG
 Carauari/AM
 Caráúbas do Piauí/PI
 Caráúbas/PB
 Caráúbas/RN
 Caravelas/BA
 Carazinho/RS
 Carbonita/MG
 Cardeal da Silva/BA
 Cardoso Moreira/RJ
 Cardoso/SP
 Careagu/MG
 Careiro da Várzea/AM
 Careiro/AM
 Cariacica/ES
 Caridade do Piauí/PI
 Caridade/CE
 Carinhanha/BA
 Carira/SE
 Cariré/CE
 Cariri do Tocantins/TO
 Carirí/CE
 Cariús/CE
 Carlinda/MT
 Carlópolis/PR
 Carlos Barbosa/RS
 Carlos Chagas/MG
 Carlos Gomes/RS
 Carmésia/MG
 Carmo da Cachoeira/MG
 Carmo da Mata/MG
 Carmo de Minas/MG
 Carmo do Cajuru/MG
 Carmo do Paranaíba/MG
 Carmo do Rio Claro/MG
 Carmo do Rio Verde/GO

Carmo/RJ
 Carmolândia/TO
 Carmópolis de Minas/MG
 Carmópolis/SE
 Carnaíba/PE
 Carnaúba dos Dantas/RN
 Caraubais/RN
 Caraubal/CE
 Caraubeira da Penha/PE
 Carneirinho/MG
 Carneiros/AL
 Caroebe/RR
 Carolina/MA
 Carpina/PE
 Carrancas/MG
 Carrapateira/PB
 Carrasco Bonito/TO
 Caruaru/PE
 Carutapera/MA
 Carvalhópolis/MG
 Carvalhos/MG
 Casa Branca/SP
 Casa Grande/MG
 Casa Nova/BA
 Casca/RS
 Cascelho Rico/MG
 Cascavel/CE
 Cascavel/PR
 Caseara/TO
 Caseiros/RS
 Casimiro de Abreu/RJ
 Casinhas/PE
 Casserengue/PB
 Cássia dos Coqueiros/SP
 Cássia/MG
 Cassilândia/MS
 Castanhal/PA
 Castanheira/MT
 Castanheiras/RO
 Castelândia/GO
 Castelo do Piauí/PI
 Castelo/ES
 Castilho/SP
 Castro Alves/BA
 Castro/PR
 Cataguases/MG
 Catalão/GO
 Catanduva/SP
 Catanduvas/PR
 Catarina/CE
 Catas Altas da Noruega/MG
 Catas Altas/MG
 Catende/PE
 Catiguá/SP
 Catingueira/PB
 Catolândia/BA
 Catolé do Rocha/PB
 Catu/BA
 Catuipe/RS
 Catuji/MG
 Catunda/CE
 Caturai/GO
 Caturama/BA
 Caturité/PB



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Catuti/MG	Chupinguaia/RO	Conceição do Canindé/PI
Caucaia/CE	Chuvisca/RS	Conceição do Castelo/ES
Cavalcante/GO	Cianorte/PR	Conceição do Coité/BA
Caxambu/MG	Cícero Dantas/BA	Conceição do Jacuípe/BA
Caxias do Sul/RS	Cidade Gaúcha/PR	Conceição do Lago Açu/MA
Caxias/MA	Cidade Ocidental/GO	Conceição do Mato Dentro/MG
Caxingó/PI	Cidreira/RS	Conceição do Pará/MG
Ceará/Mirim/RN	Cipó/BA	Conceição do Rio Verde/MG
Cedral/MA	Cipotânea/MG	Conceição do Tocantins/TO
Cedral/SP	Ciriaco/RS	Conceição dos Ouros/MG
Cedro de São João/SE	Claraval/MG	Conceição/PB
Cedro do Abaeté/MG	Claro dos Poções/MG	Conchal/SP
Cedro/CE	Cláudia/MT	Conchas/SP
Cedro/PE	Cláudio/MG	Concórdia do Pará/PA
Centenário do Sul/PR	Clementina/SP	Condado/PB
Centenário/RS	Clevelândia/PR	Condado/PE
Centenário/TO	Coaraci/BA	Conde/PB
Central de Minas/MG	Coari/AM	Condeúba/BA
Central do Maranhão/MA	Cocal de Telha/PI	Condor/RS
Central/BA	Cocal dos Alves/PI	Cônego Marinho/MG
Centralina/MG	Cocal/PI	Confins/MG
Centro do Guilherme/MA	Cocalinho/MT	Confresa/MT
Centro Novo do Maranhão/MA	Cocalzinho de Goiás/GO	Congo/PB
Cerejeiras/RO	Cocos/BA	Congonhal/MG
Ceres/GO	Codajás/AM	Congonhas do Norte/MG
Cerqueira César/SP	Codó/MA	Congonhas/MG
Cerquilho/SP	Coelho Neto/MA	Congonhinhas/PR
Cerrito/RS	Coimbra/MG	Conquista d'Oeste/MT
Cerro Azul/PR	Coité do Noia/AL	Conquista/MG
Cerro Branco/RS	Coivaras/PI	Conselheiro Lafaiete/MG
Cerro Corá/RN	Colares/PA	Conselheiro Mairinck/PR
Cerro Grande do Sul/RS	Colatina/ES	Conselheiro Pena/MG
Cerro Grande/RS	Colíder/MT	Consolação/MG
Cerro Largo/RS	Colina/SP	Constantina/RS
Cesário Lange/SP	Colinas do Sul/GO	Contagem/MG
Céu Azul/PR	Colinas do Tocantins/TO	Contenda/PR
Cezarina/GO	Colinas/MA	Contendas do Sincorá/BA
Chã de Alegria/PE	Colinas/RS	Coqueiral/MG
Chã Grande/PE	Colméia/TO	Coqueiro Baixo/RS
Chã Preta/AL	Colniza/MT	Coqueiro Seco/AL
Chácara/MG	Colômbia/SP	Coqueiros do Sul/RS
Chalé/MG	Colombo/PR	Coração de Jesus/MG
Chapada da Natividade/TO	Colônia do Gurguéia/PI	Coração de Maria/BA
Chapada de Areia/TO	Colônia do Piauí/PI	Corbélia/PR
Chapada do Norte/MG	Colônia Leopoldina/AL	Cordeiro/RJ
Chapada dos Guimarães/MT	Colorado do Oeste/RO	Cordeirópolis/SP
Chapada Gaúcha/MG	Colorado/PR	Cordeiros/BA
Chapada/RS	Colorado/RS	Cordisburgo/MG
Chapadão do Céu/GO	Coluna/MG	Cordislândia/MG
Chapadão do Sul/MS	Combinado/TO	Coreaú/CE
Chapadinha/MA	Comendador Gomes/MG	Coremas/PB
Charqueada/SP	Comendador Levy Gasparian/RJ	Corguinho/MS
Charqueadas/RS	Comercinho/MG	Coribe/BA
Charrua/RS	Comodoro/MT	Corinto/MG
Chaval/CE	Conceição da Aparecida/MG	Cornélio Procopio/PR
Chavantes/SP	Conceição da Barra de Minas/MG	Coroaci/MG
Chaves/PA	Conceição da Barra/ES	Coroados/SP
Chiador/MG	Conceição da Feira/BA	Coroatá/MA
Chiapetta/RS	Conceição das Alagoas/MG	Coromandel/MG
Chopinzinho/PR	Conceição das Pedras/MG	Coronel Barros/RS
Choró/CE	Conceição de Ipanema/MG	Coronel Bicaco/RS
Chorozinho/CE	Conceição de Macabu/RJ	Coronel Domingos Soares/PR
Chorrochó/BA	Conceição do Almeida/BA	Coronel Ezequiel/RN
Chuí/RS	Conceição do Araguaia/PA	Coronel Fabriciano/MG



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Coronel João Pessoa/RN	Crucilândia/MG	Demerval Lobão/PI
Coronel João Sá/BA	Cruz Alta/RS	Denise/MT
Coronel José Dias/PI	Cruz das Almas/BA	Deodápolis/MS
Coronel Macedo/SP	Cruz do Espírito Santo/PB	Deputado Irapuan Pinheiro/CE
Coronel Murta/MG	Cruz Machado/PR	Derrubadas/RS
Coronel Pacheco/MG	Cruz/CE	Descalvado/SP
Coronel Pilar/RS	Cruzália/SP	Descoberto/MG
Coronel Sapucaia/MS	Cruzaltense/RS	Desterro de Entre Rios/MG
Coronel Vivida/PR	Cruzeiro da Fortaleza/MG	Desterro do Melo/MG
Coronel Xavier Chaves/MG	Cruzeiro do Iguaçu/PR	Desterro/PB
Córrego Danta/MG	Cruzeiro do Oeste/PR	Dezesseis de Novembro/RS
Córrego do Bom Jesus/MG	Cruzeiro do Sul/AC	Diadema/SP
Córrego do Ouro/GO	Cruzeiro do Sul/PR	Diamante d'Oeste/PR
Córrego Fundo/MG	Cruzeiro do Sul/RS	Diamante do Norte/PR
Córrego Novo/MG	Cruzeiro/SP	Diamante do Sul/PR
Corrente/PI	Cruzeta/RN	Diamante/PB
Correntes/PE	Cruzília/MG	Diamantina/MG
Correntina/BA	Cruzmalina/PR	Diamantino/MT
Cortês/PE	Cubatão/SP	Dianópolis/TO
Corumbá de Goiás/GO	Cubati/PB	Dilermando de Aguiar/RS
Corumbá/MS	Cuiabá/MT	Diogo de Vasconcelos/MG
Corumbaíba/GO	Cuité de Mamanguape/PB	Dionísio/MG
Corumbataí do Sul/PR	Cuité/PB	Diorama/GO
Corumbataí/SP	Cuitegi/PB	Dirce Reis/SP
Corumbiara/RO	Cujubim/RO	Dirceu Arcoverde/PI
Coruripe/AL	Cumari/GO	Divina Pastora/SE
Cosmópolis/SP	Cumarú do Norte/PA	Divinésia/MG
Cosmorama/SP	Cumarú/PE	Divino das Laranjeiras/MG
Costa Marques/RO	Cumbe/SE	Divino de São Lourenço/ES
Costa Rica/MS	Cunha/SP	Divino/MG
Cotegipe/BA	Cuparaque/MG	Divinolândia de Minas/MG
Cotia/SP	Cupira/PE	Divinolândia/SP
Cotiporã/RS	Curaçá/BA	Divinópolis de Goiás/GO
Cotriguaçu/MT	Curimatá/PI	Divinópolis do Tocantins/TO
Couto de Magalhães de Minas/MG	Curionópolis/PA	Divinópolis/MG
Couto de Magalhães/TO	Curíuva/PR	Divisa Alegre/MG
Coxilha/RS	Currais Novos/RN	Divisa Nova/MG
Coxim/MS	Currais/PI	Divisópolis/MG
Coxíola/PB	Curral de Cima/PB	Dobrada/SP
Craibas/AL	Curral de Dentro/MG	Dois Córregos/SP
Crateús/CE	Curral Novo do Piauí/PI	Dois Irmãos das Missões/RS
Crato/CE	Curral Velho/PB	Dois Irmãos do Buriti/MS
Cravinhos/SP	Curralinho/PA	Dois Irmãos do Tocantins/TO
Cravolândia/BA	Curralinhos/PI	Dois Irmãos/RS
Crisólita/MG	Curuá/PA	Dois Lajeados/RS
Crissiumal/RS	Curuçá/PA	Dois Riachos/AL
Cristais Paulista/SP	Cururupu/MA	Dois Vizinhos/PR
Cristais/MG	Curvelândia/MT	Dolcinópolis/SP
Cristal do Sul/RS	Curvelo/MG	Dom Aquino/MT
Cristal/RS	Custódia/PE	Dom Basílio/BA
Cristalândia do Piauí/PI	Cutias/AP	Dom Bosco/MG
Cristalândia/TO	Damianópolis/GO	Dom Cavati/MG
Cristália/MG	Damião/PB	Dom Eliseu/PA
Cristalina/GO	Damolândia/GO	Dom Expedito Lopes/PI
Cristiano Ottoni/MG	Darcinópolis/TO	Dom Feliciano/RS
Cristianópolis/GO	Dário Meira/BA	Dom Inocêncio/PI
Cristina/MG	Datas/MG	Dom Joaquim/MG
Cristinápolis/SE	David Canabarro/RS	Dom Macedo Costa/BA
Cristino Castro/PI	Davinópolis/GO	Dom Pedrito/RS
Cristópolis/BA	Davinópolis/MA	Dom Pedro de Alcântara/RS
Crixás do Tocantins/TO	Delfim Moreira/MG	Dom Pedro/MA
Crixás/GO	Delfinópolis/MG	Dom Silvério/MG
Croatá/CE	Delmiro Gouveia/AL	Dom Viçoso/MG
Cromínia/GO	Delta/MG	Domingos Martins/ES



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Domingos Mourão/PI
 Dona Eusébia/MG
 Dona Francisca/RS
 Dona Inês/PB
 Dolores de Campos/MG
 Dolores de Guanhães/MG
 Dolores do Indaiá/MG
 Dolores do Rio Preto/ES
 Dolores do Turvo/MG
 Doloresópolis/MG
 Dormentes/PE
 Douradina/MS
 Douradina/PR
 Dourado/SP
 Douradoquara/MG
 Dourados/MS
 Doutor Camargo/PR
 Doutor Maurício Cardoso/RS
 Doutor Ricardo/RS
 Doutor Severiano/RN
 Doutor Ulysses/PR
 Doverlândia/GO
 Dracena/SP
 Duartina/SP
 Duas Barras/RJ
 Duas Estradas/PB
 Dueré/TO
 Dumont/SP
 Duque Baccelar/MA
 Duque de Caxias/RJ
 Durandé/MG
 Echaporã/SP
 Ecoporanga/ES
 Edealina/GO
 Edéia/GO
 Eirunepé/AM
 Eldorado do Sul/RS
 Eldorado dos Carajás/PA
 Eldorado/MS
 Eldorado/SP
 Elesbão Veloso/PI
 Elias Fausto/SP
 Eliseu Martins/PI
 Elisiário/SP
 Elísio Medrado/BA
 Elói Mendes/MG
 Emas/PB
 Embaúba/SP
 Embu das Artes/SP
 Embu-Guaçu/SP
 Emilianópolis/SP
 Encantado/RS
 Encanto/RN
 Encruzilhada do Sul/RS
 Encruzilhada/BA
 Enéas Marques/PR
 Engenheiro Beltrão/PR
 Engenheiro Caldas/MG
 Engenheiro Coelho/SP
 Engenheiro Navarro/MG
 Engenheiro Paulo de Frontin/RJ
 Engenho Velho/RS
 Entre Folhas/MG
 Entre Ijuís/RS

Entre Rios de Minas/MG
 Entre Rios do Oeste/PR
 Entre Rios do Sul/RS
 Entre Rios/BA
 Envira/AM
 Epitaciolândia/AC
 Equador/RN
 Erebangó/RS
 Erechim/RS
 Ererê/CE
 Érico Cardoso/BA
 Ernestina/RS
 Erval Grande/RS
 Erval Seco/RS
 Ervália/MG
 Escada/PE
 Esmeralda/RS
 Esmeraldas/MG
 Espera Feliz/MG
 Esperança do Sul/RS
 Esperança Nova/PR
 Esperança/PB
 Esperantina/PI
 Esperantina/TO
 Esperantinópolis/MA
 Espigão Alto do Iguaçu/PR
 Espigão d'Oeste/RO
 Espinosa/MG
 Espírito Santo do Dourado/MG
 Espírito Santo do Pinhal/SP
 Espírito Santo do Turvo/SP
 Espírito Santo/RN
 Esplanada/BA
 Espumoso/RS
 Estação/RS
 Estância Velha/RS
 Estância/SE
 Esteio/RS
 Estiva Gerbi/SP
 Estiva/MG
 Estreito/MA
 Estrela d'Oeste/SP
 Estrela Dalva/MG
 Estrela de Alagoas/AL
 Estrela do Indaiá/MG
 Estrela do Norte/GO
 Estrela do Norte/SP
 Estrela do Sul/MG
 Estrela Velha/RS
 Estrela/RS
 Euclides da Cunha Paulista/SP
 Euclides da Cunha/BA
 Eugênio de Castro/RS
 Eugenópolis/MG
 Eunápolis/BA
 Eusébio/CE
 Ewbank da Câmara/MG
 Extrema/MG
 Extremoz/RN
 Exu/PE
 Fagundes Varela/RS
 Fagundes/PB
 Faina/GO
 Fama/MG

Faria Lemos/MG
 Farias Brito/CE
 Faro/PA
 Farol/PR
 Fartura do Piauí/PI
 Fartura/SP
 Fátima do Sul/MS
 Fátima/BA
 Fátima/TO
 Faxinal do Soturno/RS
 Faxinal/PR
 Faxinalzinho/RS
 Fazenda Nova/GO
 Fazenda Rio Grande/PR
 Fazenda Vilanova/RS
 Feijó/AC
 Feira da Mata/BA
 Feira de Santana/BA
 Feira Grande/AL
 Feira Nova do Maranhão/MA
 Feira Nova/PE
 Feira Nova/SE
 Felício dos Santos/MG
 Felipe Guerra/RN
 Felisburgo/MG
 Felixlândia/MG
 Feliz Deserto/AL
 Feliz Natal/MT
 Feliz/RS
 Fênix/PR
 Fernandes Pinheiro/PR
 Fernandes Tourinho/MG
 Fernando de Noronha/PE
 Fernando Falcão/MA
 Fernando Pedroza/RN
 Fernando Prestes/SP
 Fernandópolis/SP
 Fernão/SP
 Ferraz de Vasconcelos/SP
 Ferreira Gomes/AP
 Ferreiros/PE
 Ferros/MG
 Fervedouro/MG
 Figueira/PR
 Figueirão/MS
 Figueirópolis d'Oeste/MT
 Figueirópolis/TO
 Filadélfia/BA
 Filadélfia/TO
 Firmino Alves/BA
 Firminópolis/GO
 Flexeiras/AL
 Flor da Serra do Sul/PR
 Flora Rica/SP
 Florai/PR
 Florânia/RN
 Floreal/SP
 Flores da Cunha/RS
 Flores de Goiás/GO
 Flores do Piauí/PI
 Flores/PE
 Floresta Azul/BA
 Floresta do Araguaia/PA
 Floresta do Piauí/PI



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Floresta/PE	Galileia/MG	Governador Eugênio Barros/MA
Floresta/PR	Galinhas/RN	Governador Jorge Teixeira/RO
Florestal/MG	Gameleira de Goiás/GO	Governador Lindenberg/ES
Florestópolis/PR	Gameleira/PE	Governador Luiz Rocha/MA
Floriano Peixoto/RS	Gameleiras/MG	Governador Mangabeira/BA
Floriano/PI	Garanhuns/PE	Governador Newton Bello/MA
Flórida Paulista/SP	Gararu/SE	Governador Nunes Freire/MA
Flórida/PR	Garça/SP	Governador Valadares/MG
Florínea/SP	Garibaldi/RS	Graça Aranha/MA
Fonte Boa/AM	Garrafão do Norte/PA	Graça/CE
Fontoura Xavier/RS	Garruchos/RS	Graccho Cardoso/SE
Formiga/MG	Gastão Vidigal/SP	Grajaú/MA
Formigueiro/RS	Gáucha do Norte/MT	Gramado dos Loureiros/RS
Formosa da Serra Negra/MA	Gaurama/RS	Gramado Xavier/RS
Formosa do Oeste/PR	Gavião Peixoto/SP	Gramado/RS
Formosa/GO	Gavião/BA	Grandes Rios/PR
Formoso do Araguaia/TO	Geminiano/PI	Granito/PE
Formoso/GO	General Câmara/RS	Granja/CE
Formoso/MG	General Carneiro/MT	Granjeiro/CE
Forquetinha/RS	General Carneiro/PR	Grão Mogol/MG
Forquilha/CE	General Maynard/SE	Gravatá/PE
Fortaleza de Minas/MG	General Salgado/SP	Gravataí/RS
Fortaleza do Tabocão/TO	General Sampaio/CE	Groaíras/CE
Fortaleza dos Nogueiras/MA	Gentil/RS	Grossos/RN
Fortaleza dos Valos/RS	Gentio do Ouro/BA	Grupiara/MG
Fortaleza/CE	Getulina/SP	Guabiju/RS
Fortim/CE	Getúlio Vargas/RS	Guaçuí/ES
Fortuna de Minas/MG	Gilbués/PI	Guadalupe/PI
Fortuna/MA	Girau do Ponciano/AL	Guaíba/RS
Foz do Iguaçu/PR	Girúá/RS	Guaicara/SP
Foz do Jordão/PR	Glaucilândia/MG	Guaimbê/SP
Franca/SP	Glicério/SP	Guaíra/PR
Françinópolis/PI	Glória d'Oeste/MT	Guaíra/SP
Francisco Alves/PR	Glória de Dourados/MS	Guaíraçá/PR
Francisco Ayres/PI	Glória do Goitá/PE	Guaibuba/CE
Francisco Badaró/MG	Glória/BA	Guajará/AM
Francisco Beltrão/PR	Glorinha/RS	Guajará/Mirim/RO
Francisco Dantas/RN	Godofredo Viana/MA	Guajeru/BA
Francisco Dumont/MG	Godoy Moreira/PR	Guamaré/RN
Francisco Macedo/PI	Goiabeira/MG	Guamiranga/PR
Francisco Morato/SP	Goianá/MG	Guanambi/BA
Francisco Sá/MG	Goiana/PE	Guanhães/MG
Francisco Santos/PI	Goianápolis/GO	Guapé/MG
Franciscópolis/MG	Goandira/GO	Guapiaçu/SP
Franco da Rocha/SP	Goianésia do Pará/PA	Guapiara/SP
Frecheirinha/CE	Goianésia/GO	Guapimirim/RJ
Frederico Westphalen/RS	Goiânia/GO	Guapirama/PR
Frei Gaspar/MG	Goianinha/RN	Guapó/GO
Frei Inocêncio/MG	Goianira/GO	Guaporé/RS
Frei Lagonegro/MG	Goianorte/TO	Guaporema/PR
Frei Martinho/PB	Goiás/GO	Guará/SP
Frei Miguelinho/PE	Goiatins/TO	Guarabira/PB
Frei Paulo/SE	Goiatuba/GO	Guaraçaí/SP
Frenteira dos Vales/MG	Goioerê/PR	Guaraci/PR
Frenteira/MG	Goioxim/PR	Guaraci/SP
Fronteras/PI	Gonçalves Dias/MA	Guaraciaba do Norte/CE
Fruta de Leite/MG	Gonçalves/MG	Guaraciaba/MG
Frutal/MG	Gongogi/BA	Guaraciama/MG
Frutoso Gomes/RN	Gonzaga/MG	Guaraí/TO
Fundão/ES	Gouvêia/MG	Guaraíta/GO
Funilândia/MG	Gouvelândia/GO	Guaramiranga/CE
Gabriel Monteiro/SP	Governador Archer/MA	Guaranésia/MG
Gado Bravo/PB	Governador Dix-Sept Rosado/RN	Guarani d'Oeste/SP
Gália/SP	Governador Edison Lobão/MA	Guarani das Missões/RS



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Guarani de Goiás/GO
 Guarani/MG
 Guaraniáçu/PR
 Guarantã do Norte/MT
 Guarantã/SP
 Guarapari/ES
 Guarapuava/PR
 Guaraqueçaba/PR
 Guarará/MG
 Guararapes/SP
 Guararema/SP
 Guaratinga/BA
 Guaratinguetá/SP
 Guaratuba/PR
 Guarda-Mor/MG
 Guareí/SP
 Guariba/SP
 Guaribas/PI
 Guarinos/GO
 Guarujá/SP
 Guarulhos/SP
 Guataparã/SP
 Guaxupé/MG
 Guia Lopes da Laguna/MS
 Guidoal/MG
 Guimarães/MA
 Guimarânia/MG
 Guiratinga/MT
 Guiricema/MG
 Gurinhã/MT
 Gurinhém/PB
 Gurjão/PB
 Gurupá/PA
 Gurupi/TO
 Gurolândia/SP
 Harmonia/RS
 Heitorai/GO
 Heliadora/MG
 Heliópolis/BA
 Herculândia/SP
 Herval/RS
 Herveiras/RS
 Hidrolândia/CE
 Hidrolândia/GO
 Hidrolina/GO
 Holambra/SP
 Honório Serpa/PR
 Horizonte/CE
 Horizontina/RS
 Hortolândia/SP
 Hugo Napoleão/PI
 Hulha Negra/RS
 Humaitá/AM
 Humaitá/RS
 Humberto de Campos/MA
 Iacanga/SP
 Iaciara/GO
 Iacri/SP
 Iaçú/BA
 Iapu/MG
 Iaras/SP
 Iati/PE
 Iaiti/PR
 Ibarama/RS

Ibaretama/CE
 Ibaté/SP
 Ibatiguara/AL
 Ibatiba/ES
 Ibema/PR
 Ibertioga/MG
 Ibiá/MG
 Ibiçá/RS
 Ibiá/MG
 Ibiapina/CE
 Ibiara/PB
 Ibiassucê/BA
 Ibicaí/BA
 Ibicoara/BA
 Ibicuí/BA
 Ibicuitinga/CE
 Ibimirim/PE
 Ibipecta/BA
 Ibipitanga/BA
 Ibioporã/PR
 Ibiquera/BA
 Ibirá/SP
 Ibiracatu/MG
 Ibiraci/MG
 Ibiraci/ES
 Ibiraiaras/RS
 Ibirajuba/PE
 Ibirapitanga/BA
 Ibirapuã/BA
 Ibirapuitã/RS
 Ibirarema/SP
 Ibirataia/BA
 Ibitiré/MG
 Ibirubá/RS
 Ibitiara/BA
 Ibitinga/SP
 Ibitirama/ES
 Ibititã/BA
 Ibitiúra de Minas/MG
 Ibituruna/MG
 Ibiúna/SP
 Icapuí/CE
 Icarai de Minas/MG
 Icaraima/PR
 Icatu/MA
 Icém/SP
 Ichu/BA
 Icó/CE
 Iconha/ES
 Ielmo Marinho/RN
 Iepê/SP
 Igaci/AL
 Igaporã/BA
 Igaráçu do Tietê/SP
 Igaracy/PB
 Igarapava/SP
 Igarapé do Meio/MA
 Igarapé Grande/MA
 Igarapé/Açu/PA
 Igarapé/MG
 Igarapé/Mirim/PA
 Igarassu/PE
 Igaratã/SP
 Igaratinga/MG

Igrapiúna/BA
 Igreja Nova/AL
 Igrejinha/RS
 Iguaba Grande/RJ
 Iguai/BA
 Iguape/SP
 Iguaraci/PE
 Iguaraçu/PR
 Iguatama/MG
 Iguatemi/MS
 Iguatu/CE
 Iguatu/PR
 Ijaci/MG
 Ijuí/RS
 Ilha Comprida/SP
 Ilha das Flores/SE
 Ilha de Itamaracá/PE
 Ilha Grande/PI
 Ilha Solteira/SP
 Ilhabela/SP
 Ilcínea/MG
 Ilópolis/RS
 Imaculada/PB
 Imbaú/PR
 Imbé de Minas/MG
 Imbé/RS
 Imbituva/PR
 Imigrante/RS
 Imperatriz/MA
 Inácio Martins/PR
 Inaciolândia/GO
 Inajá/PE
 Inajá/PR
 Inconfidentes/MG
 Indaiabira/MG
 Indaiatuba/SP
 Independência/CE
 Independência/RS
 Indiana/SP
 Indianópolis/MG
 Indianópolis/PR
 Indiaporã/SP
 Indira/GO
 Indiaroba/SE
 Indiavaí/MT
 Ingá/PB
 Ingai/MG
 Ingazeira/PE
 Inhacorá/RS
 Inhambuê/BA
 Inhangapi/PA
 Inhapi/AL
 Inhapi/MG
 Inhaúma/MG
 Inhuma/PI
 Inhumas/GO
 Inimutaba/MG
 Inocência/MS
 Inúbia Paulista/SP
 Ipaba/MG
 Ipameri/GO
 Ipanema/MG
 Ipanguaçu/RN
 Ipaporanga/CE



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Ipatinga/MG
 Ipaumirim/CE
 Ipaussu/SP
 Ipê/RS
 Ipecaetá/BA
 Iperó/SP
 Ipeúna/SP
 Ipiacu/MG
 Ipiauí/BA
 Ipiquá/SP
 Ipirá/BA
 Ipiranga de Goiás/GO
 Ipiranga do Norte/MT
 Ipiranga do Piauí/PI
 Ipiranga do Sul/RS
 Ipiranga/PR
 Ipixuna do Pará/PA
 Ipixuna/AM
 Ipojuca/PE
 Iporá/GO
 Iporã/PR
 Iporanga/SP
 Ipu/CE
 Ipuã/SP
 Ipubi/PE
 Ipeira/RN
 Ipeiras/CE
 Ipeiras/TO
 Ipuiana/MG
 Ipuiana/BA
 Iracema do Oeste/PR
 Iracema/CE
 Iracema/RR
 Iracemópolis/SP
 Iraí de Minas/MG
 Iraí/RS
 Irajuba/BA
 Iramaia/BA
 Iranduba/AM
 Irapuã/SP
 Irapurú/SP
 Iraquara/BA
 Irará/BA
 Irati/PR
 Irauçuba/CE
 Irecê/BA
 Iretama/PR
 Irituia/PA
 Irupi/ES
 Isaías Coelho/PI
 Israelândia/GO
 Itaara/RS
 Itabaiana/PB
 Itabaiana/SE
 Itabaianinha/SE
 Itabela/BA
 Itaberá/SP
 Itaberaba/BA
 Itaberá/GO
 Itabi/SE
 Itabira/MG
 Itabirinha/MG
 Itabirito/MG
 Itaboraí/RJ

Itabuna/BA
 Itacajá/TO
 Itacambira/MG
 Itacarambi/MG
 Itacaré/BA
 Itacoatiara/AM
 Itacuruba/PE
 Itacurubi/RS
 Itaetê/BA
 Itagi/BA
 Itagibá/BA
 Itagimirim/BA
 Itaguaçu da Bahia/BA
 Itaguaçu/ES
 Itaguaí/RJ
 Itaguajé/PR
 Itaguara/MG
 Itaguari/GO
 Itaguaru/GO
 Itaguatins/TO
 Itaí/SP
 Itaíba/PE
 Itaíçaba/CE
 Itainópolis/PI
 Itaipava do Grajaú/MA
 Itaipé/MG
 Itaipulândia/PR
 Itaitinga/CE
 Itaituba/PA
 Itajá/GO
 Itajá/RN
 Itajobi/SP
 Itaju do Colônia/BA
 Itaju/SP
 Itajubá/MG
 Itajuípe/BA
 Italva/RJ
 Itamaraju/BA
 Itamarandiba/MG
 Itamarati de Minas/MG
 Itamarati/AM
 Itamari/BA
 Itambacuri/MG
 Itambaracá/PR
 Itambé do Mato Dentro/MG
 Itambé/BA
 Itambé/PE
 Itambé/PR
 Itamogi/MG
 Itamonte/MG
 Itanagra/BA
 Itanhaém/SP
 Itanhandu/MG
 Itanhangá/MT
 Itanhém/BA
 Itanhomi/MG
 Itaobim/MG
 Itaóca/SP
 Itaocara/RJ
 Itapaci/GO
 Itapagipe/MG
 Itapajé/CE
 Itaparica/BA
 Itapé/BA

Itapebi/BA
 Itapeçerica da Serra/SP
 Itapeçerica/MG
 Itapecuru-Mirim/MA
 Itapejara d'Oeste/PR
 Itapemirim/ES
 Itaperuçu/PR
 Itaperuna/RJ
 Itapetim/PE
 Itapetinga/BA
 Itapetininga/SP
 Itapeva/MG
 Itapeva/SP
 Itapevi/SP
 Itapicuru/BA
 Itapipoca/CE
 Itapira/SP
 Itapiranga/AM
 Itapirapuã Paulista/SP
 Itapirapuã/GO
 Itapiratsins/TO
 Itapissuma/PE
 Itapitanga/BA
 Itapiúna/CE
 Itápolis/SP
 Itaporã do Tocantins/TO
 Itaporã/MS
 Itaporanga d'Ajuda/SE
 Itaporanga/PB
 Itaporanga/SP
 Itapororoca/PB
 Itapuã do Oeste/RO
 Itapuça/RS
 Itapuí/SP
 Itapura/SP
 Itapuranga/GO
 Itaquaquecetuba/SP
 Itaquara/BA
 Itaquí/RS
 Itaquiraí/MS
 Itaquitinga/PE
 Itarana/ES
 Itarantim/BA
 Itararé/SP
 Itarema/CE
 Itariri/SP
 Itarumã/GO
 Itati/RS
 Itatiaia/RJ
 Itatiaiuçu/MG
 Itatiba do Sul/RS
 Itatiba/SP
 Itatim/BA
 Itatinga/SP
 Itatira/CE
 Itatuba/PB
 Itaú de Minas/MG
 Itaú/RN
 Itaúba/MT
 Itaúbal/AP
 Itauçu/GO
 Itaueira/PI
 Itáuna do Sul/PR
 Itáuna/MG



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Itaverava/MG	Jaguetama/CE	Jenipapo de Minas/MG
Itinga do Maranhão/MA	Jaguari/RS	Jenipapo dos Vieiras/MA
Itinga/MG	Jaguariá/PR	Jequeri/MG
Itiquira/MT	Jaguaribara/CE	Jequiá da Praia/AL
Itirapina/SP	Jaguaribe/CE	Jequié/BA
Itirapuã/SP	Jaguaripe/BA	Jequitai/MS
Itiruçu/BA	Jaguariúna/SP	Jequitibá/MG
Itiúba/BA	Jaguaruana/CE	Jequitinhonha/MG
Itobi/SP	Jaíba/MG	Jeremoabo/BA
Itororó/BA	Jaicós/PI	Jericó/PB
Itu/SP	Jales/SP	Jeriquara/SP
Ituaçu/BA	Jambeiro/SP	Jerônimo Monteiro/ES
Ituberá/BA	Jampruca/MG	Jerumenha/PI
Itueta/MG	Janaúba/MG	Jesuânia/MG
Ituiutaba/MG	Jandaia do Sul/PR	Jesuítas/PR
Itumbiara/GO	Jandaia/GO	Jesópolis/GO
Itumirim/MG	Jandaíra/BA	Jijoca de Jericoacoara/CE
Itupeva/SP	Jandaíra/RN	Ji-Paraná/RO
Itupiranga/PA	Jandira/SP	Jiquiriçá/BA
Iturama/MG	Janduís/RN	Jitaúna/BA
Itutinga/MG	Jangada/MT	Joaíma/MG
Ituverava/SP	Janiópolis/PR	Joanésia/MG
Iuiú/BA	Januária/MG	Joanópolis/SP
Iúna/ES	Japaraíba/MG	João Alfredo/PE
Ivaí/PR	Japaratinga/AL	João Câmara/RN
Ivaiporã/PR	Japaratuba/SE	João Costa/PI
Ivaté/PR	Japeri/RJ	João Dias/RN
Ivatuba/PR	Japi/RN	João Dourado/BA
Ivinhema/MS	Japira/PR	João Lisboa/MA
Ivolândia/GO	Japoatã/SE	João Monlevade/MG
Ivorá/RS	Japonvar/MG	João Neiva/ES
Ivoti/RS	Japorã/MS	João Pinheiro/MG
Jaboatão dos Guararapes/PE	Japurá/AM	João Ramalho/SP
Jaborandi/BA	Japurá/PR	Joaquim Felício/MG
Jaborandi/SP	Jaqueira/PE	Joaquim Gomes/AL
Jaboti/PR	Jaquirana/RS	Joaquim Nabuco/PE
Jaboticaba/RS	Jaraguá/GO	Joaquim Pires/PI
Jaboticabal/SP	Jaraguari/MS	Joaquim Távora/PR
Jaboticatubas/MG	Jaramataia/AL	Joca Claudino/PB
Jaçanã/RN	Jardim Alegre/PR	Joca Marques/PI
Jacaraci/BA	Jardim de Angicos/RN	Jóia/RS
Jacará/PA	Jardim de Piranhas/RN	Jordânia/MG
Jacaré dos Homens/AL	Jardim do Mulato/PI	Jordão/AC
Jacareacanga/PA	Jardim do Seridó/RN	José Bonifácio/SP
Jacarei/SP	Jardim Olinda/PR	José da Penha/RN
Jacarezinho/PR	Jardim/CE	José de Freitas/PI
Jaci/SP	Jardim/MS	José Gonçalves de Minas/MG
Jaciara/MT	Jardinópolis/SP	José Raydan/MG
Jacinto/MG	Jari/RS	Joselândia/MA
Jacobina do Piauí/PI	Jarinu/SP	Josenópolis/MG
Jacobina/BA	Jaru/RO	Joviânia/GO
Jacuí/MG	Jataí/GO	Juara/MT
Jacuípe/AL	Jataizinho/PR	Juarez Távora/PB
Jacuizinho/RS	Jataúba/PE	Juarina/TO
Jacundá/PA	Jateí/MS	Juatuba/MG
Jacupiranga/SP	Jati/CE	Juazeirinho/PB
Jacutinga/MG	Jatobá do Piauí/PI	Juazeiro do Norte/CE
Jacutinga/RS	Jatobá/MA	Juazeiro do Piauí/PI
Jaguapitã/PR	Jatobá/PE	Jucás/CE
Jaguaquara/BA	Jaú do Tocantins/TO	Jucati/PE
Jaguaraçu/MG	Jaú/SP	Jucuruçu/BA
Jaguarão/RS	Jaupaci/GO	Jucurutu/RN
Jaguarari/BA	Jauru/MT	Juína/MT
Jaguaré/ES	Jeceaba/MG	Juiz de Fora/MG



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Júlio Borges/PI	Lagoa dos Patos/MG	Liberdade/MG
Júlio de Castilhos/RS	Lagoa dos Três Cantos/RS	Licínio de Almeida/BA
Júlio Mesquita/SP	Lagoa Dourada/MG	Lidianópolis/PR
Jumirim/SP	Lagoa Formosa/MG	Lima Campos/MA
Junco do Maranhão/MA	Lagoa Grande do Maranhão/MA	Lima Duarte/MG
Junco do Seridó/PB	Lagoa Grande/MG	Limeira do Oeste/MG
Jundiá/AL	Lagoa Grande/PE	Limeira/SP
Jundiá/RN	Lagoa Nova/RN	Limoeiro de Anadia/AL
Jundiá do Sul/PR	Lagoa Real/BA	Limoeiro do Ajuru/PA
Jundiá/SP	Lagoa Salgada/RN	Limoeiro do Norte/CE
Junqueiro/AL	Lagoa Santa/GO	Limoeiro/PE
Junqueirópolis/SP	Lagoa Santa/MG	Lindoeste/PR
Jupi/PE	Lagoa Seca/PB	Lindóia/SP
Juquiá/SP	Lagoa Vermelha/RS	Lindolfo Collor/RS
Juquitiba/SP	Lagoa/PB	Linha Nova/RS
Juramento/MG	Lagoão/RS	Linhares/ES
Juranda/PR	Lagoinha do Piauí/PI	Lins/SP
Jurema/PE	Lagoinha/SP	Livramento de Nossa Senhora/BA
Jurema/PI	Laguna Carapá/MS	Livramento/PB
Juripiranga/PB	Laje do Muriaé/RJ	Lizarda/TO
Juru/PB	Laje/BA	Loanda/PR
Juruá/AM	Lajeado do Bugre/RS	Lobato/PR
Juruiaia/MG	Lajeado Novo/MA	Logradouro/PB
Juruena/MT	Lajeado/RS	Lontra/MG
Juruti/PA	Lajeado/TO	Lorena/SP
Juscimeira/MT	Lajedão/BA	Loreto/MA
Jussara/BA	Lajedinho/BA	Lourdes/SP
Jussara/GO	Lajedo do Tabocal/BA	Louveira/SP
Jussara/PR	Lajedo/PE	Lucas do Rio Verde/MT
Jussari/BA	Lajes Pintadas/RN	Lucélia/SP
Jussiape/BA	Lajes/RN	Lucena/PB
Jutai/AM	Lajinha/MG	Lucianópolis/SP
Juti/MS	Lamarão/BA	Luciara/MT
Juvenília/MG	Lambari d'Oeste/MT	Lucrécia/RN
Kaloré/PR	Lambari/MG	Luís Antônio/SP
Lábrea/AM	Lamim/MG	Luís Correia/PI
Ladainha/MG	Landri Sales/PI	Luís Domingues/MA
Ladário/MS	Lapa/PR	Luís Eduardo Magalhães/BA
Lafaiete Coutinho/BA	Lapão/BA	Luís Gomes/RN
Lagamar/MG	Laranja da Terra/ES	Luisburgo/MG
Lagarto/SE	Laranjal do Jari/AP	Luisiana/PR
Lago da Pedra/MA	Laranjal Paulista/SP	Luisiânia/SP
Lago do Junco/MA	Laranjal/MG	Luislândia/MG
Lago dos Rodrigues/MA	Laranjal/PR	Luminárias/MG
Lago Verde/MA	Laranjeiras do Sul/PR	Lunardelli/PR
Lagoa Alegre/PI	Laranjeiras/SE	Lupércio/SP
Lagoa Bonita do Sul/RS	Lassance/MG	Lupionópolis/PR
Lagoa d'Anta/RN	Lastro/PB	Lutécia/SP
Lagoa da Canoa/AL	Lauro de Freitas/BA	Luz/MG
Lagoa da Confusão/TO	Lavandeira/TO	Luziânia/GO
Lagoa da Prata/MG	Lavínia/SP	Luzilândia/PI
Lagoa de Dentro/PB	Lavras da Mangabeira/CE	Luzinópolis/TO
Lagoa de Itaenga/PE	Lavras do Sul/RS	Macaé/RJ
Lagoa de Pedras/RN	Lavras/MG	Macaíba/RN
Lagoa de São Francisco/PI	Lavrinas/SP	Macajuba/BA
Lagoa de Velhos/RN	Leandro Ferreira/MG	Maçambara/RS
Lagoa do Barro do Piauí/PI	Leme do Prado/MG	Macambira/SE
Lagoa do Carro/PE	Leme/SP	Macapá/AP
Lagoa do Mato/MA	Lençóis Paulista/SP	Macaparana/PE
Lagoa do Ouro/PE	Lençóis/BA	Macarani/BA
Lagoa do Piauí/PI	Leopoldina/MG	Macatuba/SP
Lagoa do Sitio/PI	Leopoldo de Bulhões/GO	Macau/RN
Lagoa do Tocantins/TO	Leópolis/PR	Macaubal/SP
Lagoa dos Gatos/PE	Liberato Salzano/RS	Macaúbas/BA



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Macedônia/SP
 Maceió/AL
 Machacalis/MG
 Machadinho d'Oeste/RO
 Machadinho/RS
 Machado/MG
 Machados/PE
 Macuco/RJ
 Macururé/BA
 Madalena/CE
 Madeiro/PI
 Madre de Deus de Minas/MG
 Madre de Deus/BA
 Mãe d'Água/PB
 Mãe do Rio/PA
 Maetinga/BA
 Magalhães Barata/PA
 Magalhães de Almeida/MA
 Magda/SP
 Magé/RJ
 Maiquinique/BA
 Mairi/BA
 Mairinque/SP
 Mairiporã/SP
 Mairipotaba/GO
 Major Isidoro/AL
 Major Sales/RN
 Malacacheta/MG
 Malhada de Pedras/BA
 Malhada dos Bois/SE
 Malhada/BA
 Malhador/SE
 Mallet/PR
 Malta/PB
 Mamanguape/PB
 Mambai/GO
 Mamborê/PR
 Mamonas/MG
 Mampituba/RS
 Manacapuru/AM
 Manaíra/PB
 Manaquiri/AM
 Manari/PE
 Manaus/AM
 Mâncio Lima/AC
 Mandaguaçu/PR
 Mandaguari/PR
 Mandirituba/PR
 Manduri/SP
 Manfrinópolis/PR
 Manga/MG
 Mangaratiba/RJ
 Mangueirinha/PR
 Manhauçu/MG
 Manhumirim/MG
 Manicoré/AM
 Manoel Emídio/PI
 Manoel Ribas/PR
 Manoel Urbano/AC
 Manoel Viana/RS
 Manoel Vitorino/BA
 Mansidão/BA
 Mantena/MG
 Mantenópolis/ES

Maquiné/RS
 Mar de Espanha/MG
 Mar Vermelho/AL
 Mara Rosa/GO
 Maraã/AM
 Marabá Paulista/SP
 Marabá/PA
 Maracaçumé/MA
 Maracá/SP
 Maracaju/MS
 Maracanã/PA
 Maracanaú/CE
 Maracás/BA
 Maragogi/AL
 Maragogipe/BA
 Maraial/PE
 Marajá do Sena/MA
 Maranguape/CE
 Maranhãozinho/MA
 Marapanim/PA
 Marapoama/SP
 Maratá/RS
 Marataizes/ES
 Maraú/BA
 Marau/RS
 Maravilha/AL
 Maravilhas/MG
 Marcação/PB
 Marcelândia/MT
 Marcelino Ramos/RS
 Marcelino Vieira/RN
 Marcionílio Souza/BA
 Marco/CE
 Marcolândia/PI
 Marcos Parente/PI
 Marechal Cândido Rondon/PR
 Marechal Deodoro/AL
 Marechal Floriano/ES
 Marechal Thaumaturgo/AC
 Mari/PB
 Maria da Fé/MG
 Maria Helena/PR
 Marialva/PR
 Mariana Pimentel/RS
 Mariana/MG
 Mariano Moro/RS
 Marianópolis do Tocantins/TO
 Mariápolis/SP
 Maribondo/AL
 Maricá/RJ
 Marilac/MG
 Marilândia do Sul/PR
 Marilândia/ES
 Marilena/PR
 Marília/SP
 Mariluz/PR
 Maringá/PR
 Marinópolis/SP
 Mário Campos/MG
 Mariópolis/PR
 Maripá de Minas/MG
 Maripá/PR
 Marituba/PA
 Marizópolis/PB

Marliéria/MG
 Marmeleiro/PR
 Marmelópolis/MG
 Marques de Souza/RS
 Marquinho/PR
 Martinho Campos/MG
 Martinópolis/CE
 Martinópolis/SP
 Martins Soares/MG
 Martins/RN
 Maruim/SE
 Marumbi/PR
 Marzagão/GO
 Mascote/BA
 Massapê do Piauí/PI
 Massapê/CE
 Massaranduba/PB
 Mata de São João/BA
 Mata Grande/AL
 Mata Roma/MA
 Mata Verde/MG
 Mata/RS
 Matão/SP
 Mataraca/PB
 Mateiros/TO
 Matelândia/PR
 Materlândia/MG
 Mateus Leme/MG
 Mathias Lobato/MG
 Matias Barbosa/MG
 Matias Cardoso/MG
 Matias Olímpio/PI
 Matina/BA
 Matinha/MA
 Matinhas/PB
 Matinhos/PR
 Matipó/MG
 Mato Castelhana/RS
 Mato Grosso/PB
 Mato Leitão/RS
 Mato Queimado/RS
 Mato Rico/PR
 Mato Verde/MG
 Matões do Norte/MA
 Matões/MA
 Matozinhos/MG
 Matrinchã/GO
 Matriz de Camaragibe/AL
 Matupá/MT
 Maturéia/PB
 Matutina/MG
 Mauá da Serra/PR
 Mauá/SP
 Maués/AM
 Maurilândia do Tocantins/TO
 Maurilândia/GO
 Mauriti/CE
 Maxaranguape/RN
 Maximiliano de Almeida/RS
 Mazagão/AP
 Medeiros Neto/BA
 Medeiros/MG
 Medianeira/PR
 Medicilândia/PA



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Medina/MG
 Melgaço/PA
 Mendes Pimentel/MG
 Mendes/RJ
 Mendonça/SP
 Mercedes/PR
 Mercês/MG
 Meridiano/SP
 Meruoca/CE
 Mesópolis/SP
 Mesquita/MG
 Mesquita/RJ
 Messias Targino/RN
 Messias/AL
 Miguel Alves/PI
 Miguel Calmon/BA
 Miguel Leão/PI
 Miguel Pereira/RJ
 Miguelópolis/SP
 Milagres do Maranhão/MA
 Milagres/BA
 Milagres/CE
 Milhã/CE
 Milton Brandão/PI
 Mimoso de Goiás/GO
 Mimoso do Sul/ES
 Minaçu/GO
 Minador do Negrão/AL
 Minas do Leão/RS
 Minas Novas/MG
 Minduri/MG
 Mineiros do Tietê/SP
 Mineiros/GO
 Ministro Andreazza/RO
 Mira Estrela/SP
 Mirabela/MG
 Miracatu/SP
 Miracema do Tocantins/TO
 Miracema/RJ
 Mirador/MA
 Mirador/PR
 Miradouro/MG
 Miraguai/RS
 Mirai/MG
 Miraíma/CE
 Miranda do Norte/MA
 Miranda/MS
 Mirandiba/PE
 Mirandópolis/SP
 Mirangaba/BA
 Miranorte/TO
 Mirante da Serra/RO
 Mirante do Paranapanema/SP
 Mirante/BA
 Miraselva/PR
 Mirassol d'Oeste/MT
 Mirassol/SP
 Mirassolândia/SP
 Miravânia/MG
 Mirinzal/MA
 Missal/PR
 Missão Velha/CE
 Mocajuba/PA
 Mococa/SP

Moeda/MG
 Moema/MG
 Mogeiro/PB
 Mogi das Cruzes/SP
 Mogi Guaçu/SP
 Mogi Mirim/SP
 Moiporá/GO
 Moita Bonita/SE
 Moju/PA
 Mojuí dos Campos/PA
 Mombaça/CE
 Mombuca/SP
 Monção/MA
 Monções/SP
 Mongaguá/SP
 Monjolos/MG
 Monsenhor Gil/PI
 Monsenhor Hipólito/PI
 Monsenhor Paulo/MG
 Monsenhor Tabosa/CE
 Montadas/PB
 Montalvânia/MG
 Montanha/ES
 Montanhas/RN
 Montauri/RS
 Monte Alegre de Goiás/GO
 Monte Alegre de Minas/MG
 Monte Alegre de Sergipe/SE
 Monte Alegre do Piauí/PI
 Monte Alegre do Sul/SP
 Monte Alegre dos Campos/RS
 Monte Alegre/PA
 Monte Alegre/RN
 Monte Alto/SP
 Monte Aprazível/SP
 Monte Azul Paulista/SP
 Monte Azul/MG
 Monte Belo do Sul/RS
 Monte Belo/MG
 Monte Carmelo/MG
 Monte Castelo/SP
 Monte das Gameleiras/RN
 Monte do Carmo/TO
 Monte Formoso/MG
 Monte Horebe/PB
 Monte Mor/SP
 Monte Negro/RO
 Monte Santo de Minas/MG
 Monte Santo do Tocantins/TO
 Monte Santo/BA
 Monte Sião/MG
 Monteiro Lobato/SP
 Monteiro/PB
 Monteirópolis/AL
 Montenegro/RS
 Montes Altos/MA
 Montes Claros de Goiás/GO
 Montes Claros/MG
 Montezuma/MG
 Montividiu do Norte/GO
 Montividiu/GO
 Morada Nova de Minas/MG
 Morada Nova/CE
 Moraújo/CE

Moreilândia/PE
 Moreira Sales/PR
 Moreno/PE
 Mormaço/RS
 Morpará/BA
 Morretes/PR
 Morrinhos do Sul/RS
 Morrinhos/CE
 Morrinhos/GO
 Morro Agudo de Goiás/GO
 Morro Agudo/SP
 Morro Cabeça no Tempo/PI
 Morro da Garça/MG
 Morro do Chapéu do Piauí/PI
 Morro do Pilar/MG
 Morro Redondo/RS
 Morro Reuter/RS
 Morros/MA
 Mortugaba/BA
 Morungaba/SP
 Mossamedes/GO
 Mossoró/RN
 Mostardas/RS
 Motuca/SP
 Mozarlândia/GO
 Muaná/PA
 Mucajai/RR
 Mucambo/CE
 Mucugê/BA
 Muçum/RS
 Mucuri/BA
 Mucurici/ES
 Muitos Capões/RS
 Muliterno/RS
 Mulungu do Morro/BA
 Mulungu/CE
 Mulungu/PB
 Mundo Novo/BA
 Mundo Novo/GO
 Mundo Novo/MS
 Munhoz de Melo/PR
 Munhoz/MG
 Muniz Ferreira/BA
 Muniz Freire/ES
 Muquém de São Francisco/BA
 Muqui/ES
 Muriaé/MG
 Muribeca/a (SE)
 Murici dos Portelas/PI
 Murici/AL
 Muricilândia/TO
 Muritiba/BA
 Murutinga do Sul/SP
 Mutuípe/BA
 Mutum/MG
 Mutunópolis/GO
 Muzambinho/MG
 Nacip Raydan/MG
 Nantes/SP
 Nanaque/MG
 Não-Me-Toque/RS
 Naque/MG
 Narandiba/SP
 Natal/RN



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Natalândia/MG	Nova Canaã Paulista/SP	Nova Russas/CE
Natércia/MG	Nova Canaã/BA	Nova Santa Bárbara/PR
Natividade da Serra/SP	Nova Candelária/RJ	Nova Santa Helena/MT
Natividade/RJ	Nova Cantu/PR	Nova Santa Rita/PI
Natividade/TO	Nova Castilho/SP	Nova Santa Rita/RS
Natuba/PB	Nova Colinas/MA	Nova Santa Rosa/PR
Naviraí/MS	Nova Crixás/GO	Nova Serrana/MG
Nazaré da Mata/PE	Nova Cruz/RN	Nova Soure/BA
Nazaré do Piauí/PI	Nova Era/MG	Nova Tebas/PR
Nazaré Paulista/SP	Nova Esperança do Piriá/PA	Nova Timboteua/PA
Nazaré/BA	Nova Esperança do Sudoeste/PR	Nova Ubiratã/MT
Nazaré/TO	Nova Esperança do Sul/RS	Nova União/MG
Nazareno/MG	Nova Esperança/PR	Nova União/RO
Nazarezinho/PB	Nova Europa/SP	Nova Venécia/ES
Nazária/PI	Nova Fátima/BA	Nova Veneza/GO
Nazário/GO	Nova Fátima/PR	Nova Viçosa/BA
Neópolis/SE	Nova Floresta/PB	Nova Xavantina/MT
Nepomuceno/MG	Nova Friburgo/RJ	Novais/SP
Nerópolis/GO	Nova Glória/GO	Novo Acordo/TO
Neves Paulista/SP	Nova Granada/SP	Novo Airão/AM
Nhamundá/AM	Nova Guarita/MT	Novo Alegre/TO
Nhandeara/SP	Nova Guataporanga/SP	Novo Aripuanã/AM
Nicolau Vergueiro/RS	Nova Hartz/RS	Novo Barreiro/RS
Nilo Peçanha/BA	Nova Ibiá/BA	Novo Brasil/GO
Nilópolis/RJ	Nova Iguaçu de Goiás/GO	Novo Cabrais/RS
Nina Rodrigues/MA	Nova Iguaçu/RJ	Novo Cruzeiro/MG
Ninheira/MG	Nova Independência/SP	Novo Gama/GO
Nioaque/MS	Nova Iorque/MA	Novo Hamburgo/RS
Nipoã/SP	Nova Ipixuna/PA	Novo Horizonte do Norte/MT
Niquelândia/GO	Nova Itarana/BA	Novo Horizonte do Oeste/RO
Nísia Floresta/RN	Nova Lacerda/MT	Novo Horizonte do Sul/MS
Nobres/MT	Nova Laranjeiras/PR	Novo Horizonte/BA
Nonoai/RS	Nova Lima/MG	Novo Horizonte/SP
Nordestina/BA	Nova Londrina/PR	Novo Itacolomi/PR
Normandia/RR	Nova Luzitânia/SP	Novo Jardim/TO
Nortelândia/MT	Nova Mamoré/RO	Novo Lino/AL
Nossa Senhora Aparecida/SE	Nova Marilândia/MT	Novo Machado/RS
Nossa Senhora da Glória/SE	Nova Maringá/MT	Novo Mundo/MT
Nossa Senhora das Dores/SE	Nova Módica/MG	Novo Oriente de Minas/MG
Nossa Senhora das Graças/PR	Nova Monte Verde/MT	Novo Oriente do Piauí/PI
Nossa Senhora de Lourdes/SE	Nova Mutum/MT	Novo Oriente/CE
Nossa Senhora de Nazaré/PI	Nova Nazaré/MT	Novo Planalto/GO
Nossa Senhora do Livramento/MT	Nova Odessa/SP	Novo Progresso/PA
Nossa Senhora do Socorro/SE	Nova Olímpia/MT	Novo Repartimento/PA
Nossa Senhora dos Remédios/PI	Nova Olímpia/PR	Novo Santo Antônio/MT
Nova Aliança do Ivaí/PR	Nova Olinda do Maranhão/MA	Novo Santo Antônio/PI
Nova Aliança/SP	Nova Olinda do Norte/AM	Novo São Joaquim/MT
Nova Alvorada do Sul/MS	Nova Olinda/CE	Novo Tiradentes/RS
Nova Alvorada/RS	Nova Olinda/PB	Novo Triunfo/BA
Nova América da Colina/PR	Nova Olinda/TO	Novo Xingu/RS
Nova América/GO	Nova Pádua/RS	Novorizonte/MG
Nova Andradina/MS	Nova Palma/RS	Nuporanga/SP
Nova Araçá/RS	Nova Palmeira/PB	Óbidos/PA
Nova Aurora/GO	Nova Petrópolis/RS	Ocara/CE
Nova Aurora/PR	Nova Ponte/MG	Ocaçu/SP
Nova Bandeirantes/MT	Nova Porteirinha/MG	Oeiras do Pará/PA
Nova Bassano/RS	Nova Prata do Iguaçu/PR	Oeiras/PI
Nova Belém/MG	Nova Prata/RS	Oiapoque/AP
Nova Boa Vista/RS	Nova Ramada/RS	Olaria/MG
Nova Brasilândia d'Oeste/RO	Nova Redenção/BA	Óleo/SP
Nova Brasilândia/MT	Nova Resende/MG	Olho d'Água das Cunhãs/MA
Nova Brésia/RS	Nova Roma do Sul/RS	Olho d'Água das Flores/AL
Nova Campina/SP	Nova Roma/GO	Olho d'Água do Borges/RN
Nova Canaã do Norte/MT	Nova Rosalândia/TO	Olho d'Água do Casado/AL



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Olho d'Água do Piauí/PI	Padre Paraíso/MG	Paraíso do Norte/PR
Olho d'Água Grande/AL	Paes Landim/PI	Paraíso do Sul/RS
Olho d'Água/PB	Pai Pedro/MG	Paraíso do Tocantins/TO
Olhos d'Água/MG	Paigandu/PR	Paraíso/SP
Olímpia/SP	Paim Filho/RS	Paraisópolis/MG
Olímpio Noronha/MG	Paineiras/MG	Parambu/CE
Olinda Nova do Maranhão/MA	Pains/MG	Paramirim/BA
Olinda/PE	Paiva/MG	Paramoti/CE
Olindina/BA	Pajeú do Piauí/PI	Paraná/RN
Oliveiros/PB	Palestina de Goiás/GO	Paraná/TO
Oliveira de Fátima/TO	Palestina do Pará/PA	Paranacity/PR
Oliveira dos Brejinhos/BA	Palestina/AL	Paranaguá/PR
Oliveira Fortes/MG	Palestina/SP	Paranaíba/MS
Oliveira/MG	Palhano/CE	Paranaiguara/GO
Oliveira/AL	Palma/MG	Paranaíba/MT
Onça de Pitangui/MG	Palmácia/CE	Paranapanema/SP
Onda Verde/SP	Palmares do Sul/RS	Paranapoema/PR
Oratórios/MG	Palmares Paulista/SP	Paranapuã/SP
Oriente/SP	Palmares/PE	Paranatama/PE
Orindiúva/SP	Palmas de Monte Alto/BA	Paranatinga/MT
Oriximiná/PA	Palmas/PR	Paranavaí/PR
Orizânia/MG	Palmas/TO	Paranhos/MS
Orizona/GO	Palmeira d'Oeste/SP	Paraopeba/MG
Orlândia/SP	Palmeira das Missões/RS	Parapuã/SP
Orobó/PE	Palmeira do Piauí/PI	Parari/PB
Orocó/PE	Palmeira dos Índios/AL	Paratinga/BA
Orós/CE	Palmeira/PR	Paraty/RJ
Ortigueira/PR	Palmeirais/PI	Paraú/RN
Osasco/SP	Palmeirândia/MA	Parauapebas/PA
Oscar Bressane/SP	Palmeirante/TO	Paraúna/GO
Osório/RS	Palmeiras de Goiás/GO	Parazinho/RN
Oswaldo Cruz/SP	Palmeiras do Tocantins/TO	Pardinho/SP
Ourém/PA	Palmeiras/BA	Parei Novo/RS
Ouriçangas/BA	Palmeirina/PE	Parecis/RO
Ouricuri/PE	Palmeirópolis/TO	Parellhas/RN
Ourilândia do Norte/PA	Palmeiro/GO	Pariconha/AL
Ouro Branco/AL	Palminópolis/GO	Parintins/AM
Ouro Branco/MG	Palmital/PR	Paripiranga/BA
Ouro Branco/RN	Palmital/SP	Paripueira/AL
Ouro Fino/MG	Palmitinho/RS	Pariqueira/Açu/SP
Ouro Preto do Oeste/RO	Palmópolis/MG	Parisi/SP
Ouro Preto/MG	Palotina/PR	Parnaguá/PI
Ouro Velho/PB	Panamá/GO	Parnaíba/PI
Ouro Verde de Goiás/GO	Panambi/RS	Parnamirim/PE
Ouro Verde de Minas/MG	Pancas/ES	Parnamirim/RN
Ouro Verde do Oeste/PR	Panelas/PE	Parnarama/MA
Ouro Verde/SP	Panorama/SP	Parobé/RS
Ouroeste/SP	Pantano Grande/RS	Passa Tempo/MG
Ouroândia/BA	Pão de Açúcar/AL	Passabém/MG
Ouvidor/GO	Papagaios/MG	Passa-e-Fica/RN
Pacaembu/SP	Paquetá/PI	Passagem Franca do Piauí/PI
Pacajá/PA	Pará de Minas/MG	Passagem Franca/MA
Pacajus/CE	Paracambi/RJ	Passagem/PB
Pacaraima/RR	Paracatu/MG	Passagem/RN
Pacatuba/CE	Paracuru/CE	Passa-Quatro/MG
Pacatuba/SE	Paragominas/PA	Passa-Sete/RS
Paço do Lumiar/MA	Paraguaçu Paulista/SP	Passa-Vinte/MG
Pacoti/CE	Paraguaçu/MG	Passira/PE
Pacujá/CE	Paraí/RS	Passo de Camaragibe/AL
Padre Bernardo/GO	Paraíba do Sul/RJ	Passo do Sobrado/RS
Padre Carvalho/MG	Paraibano/MA	Passo Fundo/RS
Padre Marcos/PI	Paraibuna/SP	Passos/MG
	Paraipaba/CE	Pastos Bons/MA
	Paraíso das Águas/MS	Patis/MG



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Pato Bragado/PR
 Pato Branco/PR
 Patos de Minas/MG
 Patos do Piauí/PI
 Patos/PB
 Patrocínio do Muriaé/MG
 Patrocínio Paulista/SP
 Patrocínio/MG
 Patu/RN
 Paty do Alferes/RJ
 Pau Brasil/BA
 Pau dos Ferros/RN
 Pau/d\Arco do Piauí/PI
 Pau/d\Arco/PA
 Pau/d\Arco/TO
 Paudalho/PE
 Pauini/AM
 Paula Cândido/MG
 Paula Freitas/PR
 Paulicéia/SP
 Paulínia/SP
 Paulino Neves/MA
 Paulista/PB
 Paulista/PE
 Paulistana/PI
 Paulistânia/SP
 Paulistas/MG
 Paulo Afonso/BA
 Paulo Bento/RS
 Paulo de Faria/SP
 Paulo Frontin/PR
 Paulo Jacinto/AL
 Paulo Ramos/MA
 Pavão/MG
 Paverama/RS
 Pavussu/PI
 Pé de Serra/BA
 Peabiru/PR
 Peçanha/MG
 Pederneiras/SP
 Pedra Azul/MG
 Pedra Bela/SP
 Pedra Bonita/MG
 Pedra Branca do Amapari/AP
 Pedra Branca/CE
 Pedra Branca/PB
 Pedra do Anta/MG
 Pedra do Indaiá/MG
 Pedra Dourada/MG
 Pedra Grande/RN
 Pedra Lavrada/PB
 Pedra Mole/SE
 Pedra Preta/MT
 Pedra Preta/RN
 Pedra/PE
 Pedralva/MG
 Pedranópolis/SP
 Pedrão/BA
 Pedras Altas/RS
 Pedras de Fogo/PB
 Pedras de Maria da Cruz/MG
 Pedregulho/SP
 Pedreira/SP
 Pedreiras/MA

Pedrinhas Paulista/SP
 Pedrinhas/SE
 Pedrinópolis/MG
 Pedro Afonso/TO
 Pedro Alexandre/BA
 Pedro Avelino/RN
 Pedro Canário/ES
 Pedro de Toledo/SP
 Pedro do Rosário/MA
 Pedro Gomes/MS
 Pedro II/PI
 Pedro Laurentino/PI
 Pedro Leopoldo/MG
 Pedro Osório/RS
 Pedro Régis/PB
 Pedro Teixeira/MG
 Pedro Velho/RN
 Peixe/TO
 Peixe-Boi/PA
 Peixoto de Azevedo/MT
 Pejuçara/RS
 Pelotas/RS
 Penaforte/CE
 Penalva/MA
 Penápolis/SP
 Pendências/RN
 Penedo/AL
 Pentecoste/CE
 Pequeri/MG
 Pequi/MG
 Pequizeiro/TO
 Perdigão/MG
 Perdizes/MG
 Perdões/MG
 Pereira Barreto/SP
 Pereiras/SP
 Pereiro/CE
 Peri Mirim/MA
 Periquito/MG
 Peritoró/MA
 Perobal/PR
 Pérola d'Oeste/PR
 Pérola/PR
 Perolândia/GO
 Peruíbe/SP
 Pescador/MG
 Pesqueira/PE
 Petrolândia/PE
 Petrolina de Goiás/GO
 Petrópolis/RJ
 Piaçabuçu/AL
 Piacatu/SP
 Piancó/PB
 Piatã/BA
 Piau/MG
 Picada Café/RS
 Piçarra/PA
 Picos/PI
 Picuí/PB
 Piedade de Caratinga/MG
 Piedade de Ponte Nova/MG
 Piedade do Rio Grande/MG
 Piedade dos Gerais/MG
 Piedade/SP

Piên/PR
 Pilão Arcado/BA
 Pilar de Goiás/GO
 Pilar/AL
 Pilar/PB
 Pilões/PB
 Pilões/RN
 Pilõesinhos/PB
 Pimenta Bueno/RO
 Pimenta/MG
 Pimenteiras do Oeste/RO
 Pimenteiras/PI
 Pindaí/BA
 Pindamonhangaba/SP
 Pindaré/Mirim/MA
 Pindoba/AL
 Pindobaçu/BA
 Pindorama do Tocantins/TO
 Pindorama/SP
 Pindoretama/CE
 Pingo d'Água/MG
 Pinhais/PR
 Pinhal da Serra/RS
 Pinhal de São Bento/PR
 Pinhal Grande/RS
 Pinhal/RS
 Pinhalão/PR
 Pinhalzinho/SP
 Pinhão/PR
 Pinhão/SE
 Pinheiral/RJ
 Pinheirinho do Vale/RS
 Pinheiro Machado/RS
 Pinheiro/MA
 Pinheiros/ES
 Pintadas/BA
 Pinto Bandeira/RS
 Pintópolis/MG
 Pio IX/PI
 Pio XII/MA
 Piquerobi/SP
 Piquet Carneiro/CE
 Piquete/SP
 Piracaia/SP
 Piracanjuba/GO
 Piracema/MG
 Piracicaba/SP
 Piracuruca/PI
 Pirai do Norte/BA
 Pirai do Sul/PR
 Pirai/RJ
 Piraju/SP
 Pirajuba/MG
 Pirajuí/SP
 Pirambu/SE
 Piranga/MG
 Pirangi/SP
 Piranguçu/MG
 Piranguinho/MG
 Piranhas/AL
 Piranhas/GO
 Pirapemas/MA
 Pirapetinga/MG
 Pirapó/RS



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Pirapora do Bom Jesus/SP
 Pirapora/MG
 Pirapozinho/SP
 Piraquara/PR
 Piraquê/TO
 Pirassununga/SP
 Piratini/RS
 Piratiniga/SP
 Piraúba/MG
 Pirenópolis/GO
 Pires do Rio/GO
 Pires Ferreira/CE
 Piripá/BA
 Piripiri/PI
 Piritiba/BA
 Pirpirituba/PB
 Pitanga/PR
 Pitangueiras/PR
 Pitangueiras/SP
 Pitanguí/MG
 Pitimbu/PB
 Pium/TO
 Piúma/ES
 Piumhi/MG
 Placas/PA
 Plácido de Castro/AC
 Planaltina do Paraná/PR
 Planaltina/GO
 Planaltino/BA
 Planalto da Serra/MT
 Planalto/BA
 Planalto/PR
 Planalto/RS
 Planalto/SP
 Planura/MG
 Platina/SP
 Poá/SP
 Poção de Pedras/MA
 Poção/PE
 Pocinhos/PB
 Poço Branco/RN
 Poço Dantas/PB
 Poço das Antas/RS
 Poço das Trincheiras/AL
 Poço de José de Moura/PB
 Poço Fundo/MG
 Poço Redondo/SE
 Poço Verde/SE
 Poções/BA
 Poconé/MT
 Poços de Caldas/MG
 Pocrane/MG
 Pojuca/BA
 Poloni/SP
 Pombal/PB
 Pombos/PE
 Pompeia/SP
 Pompéu/MG
 Pongai/SP
 Ponta de Pedras/PA
 Ponta Grossa/PR
 Ponta Porã/MS
 Pontal do Araguaia/MT
 Pontal do Paraná/PR

Pontal/SP
 Pontalina/GO
 Pontalinda/SP
 Pontão/RS
 Ponte Alta do Bom Jesus/TO
 Ponte Alta do Tocantins/TO
 Ponte Branca/MT
 Ponte Nova/MG
 Ponte Preta/RS
 Pontes e Lacerda/MT
 Pontes Gestal/SP
 Ponto Belo/ES
 Ponto Chique/MG
 Ponto dos Volantes/MG
 Ponto Novo/BA
 Populina/SP
 Poranga/CE
 Porangaba/SP
 Porangatu/GO
 Porciúncula/RJ
 Porecatu/PR
 Portalegre/RN
 Portão/RS
 Porteira/GO
 Porteiras/CE
 Porteirinha/MG
 Portel/PA
 Portelândia/GO
 Porto Acre/AC
 Porto Alegre do Norte/MT
 Porto Alegre do Piauí/PI
 Porto Alegre do Tocantins/TO
 Porto Amazonas/PR
 Porto Barreiro/PR
 Porto Calvo/AL
 Porto da Folha/SE
 Porto de Moz/PA
 Porto de Pedras/AL
 Porto do Mangue/RN
 Porto dos Gaúchos/MT
 Porto Esperidião/MT
 Porto Estrela/MT
 Porto Feliz/SP
 Porto Ferreira/SP
 Porto Firme/MG
 Porto Franco/MA
 Porto Grande/AP
 Porto Lucena/RS
 Porto Mauá/RS
 Porto Murtinho/MS
 Porto Nacional/TO
 Porto Real do Colégio/AL
 Porto Real/RJ
 Porto Rico do Maranhão/MA
 Porto Rico/PR
 Porto Vera Cruz/RS
 Porto Vitória/PR
 Porto Walter/AC
 Porto Xavier/RS
 Porto/PI
 Posse/GO
 Poté/MG
 Potengi/CE
 Potim/SP

Potiraguá/BA
 Potirendaba/SP
 Potiretama/CE
 Pouso Alegre/MG
 Pouso Alto/MG
 Pouso Novo/RS
 Poxoréu/MT
 Pracinha/SP
 Pracuuba/AP
 Prado Ferreira/PR
 Prado/BA
 Pradópolis/SP
 Prados/MG
 Praia Grande/SP
 Praia Norte/TO
 Prainha/PA
 Pranchita/PR
 Prata do Piauí/PI
 Prata/MG
 Prata/PB
 Pratânia/SP
 Pratópolis/MG
 Pratinha/MG
 Presidente Alves/SP
 Presidente Bernardes/MG
 Presidente Bernardes/SP
 Presidente Castelo Branco/PR
 Presidente Dutra/BA
 Presidente Dutra/MA
 Presidente Epitácio/SP
 Presidente Figueiredo/AM
 Presidente Jânio Quadros/BA
 Presidente Juscelino/MA
 Presidente Juscelino/MG
 Presidente Kennedy/ES
 Presidente Kennedy/TO
 Presidente Kubitschek/MG
 Presidente Lucena/RS
 Presidente Médici/MA
 Presidente Médici/RO
 Presidente Olegário/MG
 Presidente Prudente/SP
 Presidente Sarney/MA
 Presidente Tancredo Neves/BA
 Presidente Vargas/MA
 Presidente Venceslau/SP
 Primavera de Rondônia/RO
 Primavera do Leste/MT
 Primavera/PA
 Primavera/PE
 Primeira Cruz/MA
 Primeiro de Maio/PR
 Princesa Isabel/PB
 Professor Jamil/GO
 Progresso/RS
 Promissão/SP
 Propriá/SE
 Protásio Alves/RS
 Prudente de Moraes/MG
 Prudentópolis/PR
 Pugmil/TO
 Pureza/RN
 Putinga/RS
 Puxinanã/PB



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Quadra/SP	Remanso/BA	Rio Bananal/ES
Quaraí/RS	Remígio/PB	Rio Bom/PR
Quartel Geral/MG	Renascença/PR	Rio Bonito do Iguaçu/PR
Quarto Centenário/PR	Reriutaba/CE	Rio Bonito/RJ
Quatá/SP	Resende Costa/MG	Rio Branco do Ivaí/PR
Quatigúá/PR	Resende/RJ	Rio Branco do Sul/PR
Quatipuru/PA	Reserva do Cabaçal/MT	Rio Branco/MT
Quatis/RJ	Reserva do Iguaçu/PR	Rio Brilhante/MS
Quatro Barras/PR	Reserva/PR	Rio Casca/MG
Quatro Irmãos/RS	Resplendor/MG	Rio Claro/RJ
Quatro Pontes/PR	Ressaquinha/MG	Rio Claro/SP
Quebrangulo/AL	Restinga Seca/RS	Rio Crespo/RO
Quedas do Iguaçu/PR	Restinga/SP	Rio da Conceição/TO
Queimada Nova/PI	Retirolândia/BA	Rio das Flores/RJ
Queimadas/BA	Riachão das Neves/BA	Rio das Ostras/RJ
Queimadas/PB	Riachão do Bacamarte/PB	Rio das Pedras/SP
Queimados/RJ	Riachão do Dantas/SE	Rio de Contas/BA
Queiroz/SP	Riachão do Jacuípe/BA	Rio de Janeiro/RJ
Queluz/SP	Riachão do Poço/PB	Rio do Antônio/BA
Queluzito/MG	Riachão/MA	Rio do Fogo/RN
Querência do Norte/PR	Riachão/PB	Rio do Pires/BA
Querência/MT	Riachinho/MG	Rio do Prado/MG
Quevedos/RS	Riachinho/TO	Rio Doce/MG
Quijingue/BA	Riacho da Cruz/RN	Rio dos Bois/TO
Quinta do Sol/PR	Riacho das Almas/PE	Rio dos Índios/RS
Quintana/SP	Riacho de Santana/BA	Rio Espera/MG
Quinze de Novembro/RS	Riacho de Santana/RN	Rio Formoso/PE
Quipapá/PE	Riacho de Santo Antônio/PB	Rio Grande da Serra/SP
Quirinópolis/GO	Riacho dos Cavalos/PB	Rio Grande do Piauí/PI
Quissamã/RJ	Riacho dos Machados/MG	Rio Grande/RS
Quitandinha/PR	Riacho Frio/PI	Rio Largo/AL
Quiterianópolis/CE	Riachuelo/RN	Rio Manso/MG
Quixaba/PB	Riachuelo/SE	Rio Maria/PA
Quixaba/PE	Rialma/GO	Rio Negro/MS
Quixabeira/BA	Rianápolis/GO	Rio Negro/PR
Quixadá/CE	Ribamar Fiquene/MA	Rio Novo do Sul/ES
Quixelô/CE	Ribas do Rio Pardo/MS	Rio Novo/MG
Quixeramobim/CE	Ribeira do Amparo/BA	Rio Paranaíba/MG
Quixeré/CE	Ribeira do Piauí/PI	Rio Pardo de Minas/MG
Rafael Fernandes/RN	Ribeira do Pombal/BA	Rio Pardo/RS
Rafael Godeiro/RN	Ribeira/SP	Rio Piracicaba/MG
Rafael Jambeiro/BA	Ribeirão Bonito/SP	Rio Pomba/MG
Rafard/SP	Ribeirão Branco/SP	Rio Preto da Eva/AM
Ramilândia/PR	Ribeirão Cascalheira/MT	Rio Preto/MG
Rancharia/SP	Ribeirão Claro/PR	Rio Quente/GO
Rancho Alegre d'Oeste/PR	Ribeirão Corrente/SP	Rio Real/BA
Rancho Alegre/PR	Ribeirão das Neves/MG	Rio Sono/TO
Raposos/MG	Ribeirão do Largo/BA	Rio Tinto/PB
Raul Soares/MG	Ribeirão do Pinhal/PR	Rio Verde de Mato Grosso/MS
Realeza/PR	Ribeirão do Sul/SP	Rio Verde/GO
Rebouças/PR	Ribeirão dos Índios/SP	Rio Vermelho/MG
Recreio/MG	Ribeirão Grande/SP	Riolândia/SP
Recursolândia/TO	Ribeirão Pires/SP	Riozinho/RS
Redenção da Serra/SP	Ribeirão Preto/SP	Ritópolis/MG
Redenção do Gurguéia/PI	Ribeirão Vermelho/MG	Riversul/SP
Redenção/CE	Ribeirão/PE	Roca Sales/RS
Redenção/PA	Ribeirãozinho/MT	Rochado de Minas/MG
Redentora/RS	Ribeiro Gonçalves/PI	Rochado/MS
Reduto/MG	Ribeirópolis/SE	Rodeio Bonito/RS
Regeneração/PI	Rifaina/SP	Rodeiro/MG
Regente Feijó/SP	Rincão/SP	Rodelas/BA
Reginópolis/SP	Rinópolis/SP	Rodrigues Alves/AC
Registro/SP	Rio Acima/MG	Rolador/RS
Relvado/RS	Rio Azul/PR	Rolândia/PR



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rolante/RS	Salvador das Missões/RS	Santa Helena/MA
Rolim de Moura/RO	Salvador do Sul/RS	Santa Helena/PB
Romaria/MG	Salvaterra/PA	Santa Helena/PR
Roncadour/PR	Sambaíba/MA	Santa Inês/BA
Ronda Alta/RS	Sampaio/TO	Santa Inês/MA
Rondinha/RS	Sananduva/RS	Santa Inês/PB
Rondolândia/MT	Sanclerlândia/GO	Santa Inês/PR
Rondon do Pará/PA	Sandolândia/TO	Santa Isabel do Ivaí/PR
Rondon/PR	Sandovalina/SP	Santa Isabel do Pará/PA
Rondonópolis/MT	Sanharó/PE	Santa Isabel do Rio Negro/AM
Roque Gonzales/RS	Santa Adélia/SP	Santa Isabel/GO
Rorainópolis/RR	Santa Albertina/SP	Santa Isabel/SP
Rosana/SP	Santa Amélia/PR	Santa Izabel do Oeste/PR
Rosário da Limeira/MG	Santa Bárbara d'Oeste/SP	Santa Juliana/MG
Rosário do Catete/SE	Santa Bárbara de Goiás/GO	Santa Leopoldina/ES
Rosário do Ivaí/PR	Santa Bárbara do Leste/MG	Santa Lúcia/PR
Rosário do Sul/RS	Santa Bárbara do Monte Verde/MG	Santa Lúcia/SP
Rosário Oeste/MT	Santa Bárbara do Pará/PA	Santa Luz/PI
Rosário/MA	Santa Bárbara do Sul/RS	Santa Luzia d'Oeste/RO
Roseira/SP	Santa Bárbara do Tugúrio/MG	Santa Luzia do Itanh/SE
Roteiro/AL	Santa Bárbara/BA	Santa Luzia do Norte/AL
Rubelita/MG	Santa Bárbara/MG	Santa Luzia do Pará/PA
Rubiácea/SP	Santa Branca/SP	Santa Luzia do Paruá/MA
Rubiataba/GO	Santa Brígida/BA	Santa Luzia/BA
Rubim/MG	Santa Carmem/MT	Santa Luzia/MA
Rubinéia/SP	Santa Cecília do Pavão/PR	Santa Luzia/MG
Rurópolis/PA	Santa Cecília do Sul/RS	Santa Luzia/PB
Russas/CE	Santa Cecília/PB	Santa Margarida do Sul/RS
Ruy Barbosa/BA	Santa Clara d'Oeste/SP	Santa Margarida/MG
Ruy Barbosa/RN	Santa Clara do Sul/RS	Santa Maria da Boa Vista/PE
Sabará/MG	Santa Cruz Cabralia/BA	Santa Maria da Serra/SP
Sabáudia/PR	Santa Cruz da Baixa Verde/PE	Santa Maria da Vitória/BA
Sabino/SP	Santa Cruz da Conceição/SP	Santa Maria das Barreiras/PA
Sabinópolis/MG	Santa Cruz da Esperança/SP	Santa Maria de Itabira/MG
Saboeiro/CE	Santa Cruz da Vitória/BA	Santa Maria de Jetibá/ES
Sacramento/MG	Santa Cruz das Palmeiras/SP	Santa Maria do Cambucá/PE
Sagrada Família/RS	Santa Cruz de Goiás/GO	Santa Maria do Herval/RS
Sagres/SP	Santa Cruz de Minas/MG	Santa Maria do Oeste/PR
Sairé/PE	Santa Cruz de Monte Castelo/PR	Santa Maria do Pará/PA
Saldanha Marinho/RS	Santa Cruz de Salinas/MG	Santa Maria do Salto/MG
Sales Oliveira/SP	Santa Cruz do Arari/PA	Santa Maria do Suaçuí/MG
Sales/SP	Santa Cruz do Capibaribe/PE	Santa Maria do Tocantins/TO
Salesópolis/SP	Santa Cruz do Escalvado/MG	Santa Maria Madalena/RJ
Salgadinho/PB	Santa Cruz do Piauí/PI	Santa Maria/RN
Salgadinho/PE	Santa Cruz do Rio Pardo/SP	Santa Maria/RS
Salgado de São Félix/PB	Santa Cruz do Sul/RS	Santa Mariana/PR
Salgado Filho/PR	Santa Cruz do Xingu/MT	Santa Mercedes/SP
Salgado/SE	Santa Cruz dos Milagres/PI	Santa Mônica/PR
Salgueiro/PE	Santa Cruz/PB	Santa Quitéria do Maranhão/MA
Salinas da Margarida/BA	Santa Cruz/PE	Santa Quitéria/CE
Salinas/MG	Santa Cruz/RN	Santa Rita d'Oeste/SP
Salinópolis/PA	Santa Efigênia de Minas/MG	Santa Rita de Caldas/MG
Salitre/CE	Santa Ernestina/SP	Santa Rita de Cássia/BA
Salmourão/SP	Santa Fé de Goiás/GO	Santa Rita de Ibitipoca/MG
Saloá/PE	Santa Fé de Minas/MG	Santa Rita de Jacutinga/MG
Saltinho/SP	Santa Fé do Araguaia/TO	Santa Rita de Minas/MG
Salto da Divisa/MG	Santa Fé do Sul/SP	Santa Rita do Araguaia/GO
Salto de Pirapora/SP	Santa Fé/PR	Santa Rita do Ituetó/MG
Salto do Céu/MT	Santa Filomena do Maranhão/MA	Santa Rita do Novo Destino/GO
Salto do Itararé/PR	Santa Filomena/PE	Santa Rita do Pardo/MS
Salto do Jacuí/RS	Santa Filomena/PI	Santa Rita do Passa Quatro/SP
Salto do Lontra/PR	Santa Gertrudes/SP	Santa Rita do Sapucaí/MG
Salto Grande/SP	Santa Helena de Goiás/GO	Santa Rita do Tocantins/TO
Salto/SP	Santa Helena de Minas/MG	Santa Rita do Trivelato/MT



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Santa Rita/MA
 Santa Rita/PB
 Santa Rosa da Serra/MG
 Santa Rosa de Goiás/GO
 Santa Rosa de Lima/SE
 Santa Rosa de Viterbo/SP
 Santa Rosa do Piauí/PI
 Santa Rosa do Purus/AC
 Santa Rosa do Tocantins/TO
 Santa Rosa/RS
 Santa Salete/SP
 Santa Teresa/ES
 Santa Teresinha/BA
 Santa Teresinha/PB
 Santa Tereza de Goiás/GO
 Santa Tereza do Oeste/PR
 Santa Tereza do Tocantins/TO
 Santa Tereza/RS
 Santa Terezinha de Goiás/GO
 Santa Terezinha de Itaipu/PR
 Santa Terezinha do Tocantins/TO
 Santa Terezinha/MT
 Santa Terezinha/PE
 Santa Vitória do Palmar/RS
 Santa Vitória/MG
 Santaluz/BA
 Santana da Boa Vista/RS
 Santana da Ponte Pensa/SP
 Santana da Vargem/MG
 Santana de Cataguases/MG
 Santana de Mangueira/PB
 Santana de Parnaíba/SP
 Santana de Pirapama/MG
 Santana do Acaraú/CE
 Santana do Araguaia/PA
 Santana do Cariri/CE
 Santana do Deserto/MG
 Santana do Garambéu/MG
 Santana do Ipanema/AL
 Santana do Itararé/PR
 Santana do Jacaré/MG
 Santana do Livramento/RS
 Santana do Manhuaçu/MG
 Santana do Maranhão/MA
 Santana do Matos/RN
 Santana do Mundaú/AL
 Santana do Paraíso/MG
 Santana do Piauí/PI
 Santana do Riacho/MG
 Santana do São Francisco/SE
 Santana do Seridó/RN
 Santana dos Garrotes/PB
 Santana dos Montes/MG
 Santana/AP
 Santana/BA
 Santanópolis/BA
 Santarém Novo/PA
 Santarém/PA
 Santiago/RS
 Santo Afonso/MT
 Santo Amaro das Brotas/SE
 Santo Amaro do Maranhão/MA
 Santo Amaro/BA
 Santo Anastácio/SP

Santo André/PB
 Santo André/SP
 Santo Antônio da Alegria/SP
 Santo Antônio da Barra/GO
 Santo Antônio da Patrulha/RS
 Santo Antônio da Platina/PR
 Santo Antônio das Missões/RS
 Santo Antônio de Goiás/GO
 Santo Antônio de Jesus/BA
 Santo Antônio de Lisboa/PI
 Santo Antônio de Pádua/RJ
 Santo Antônio de Posse/SP
 Santo Antônio do Amparo/MG
 Santo Antônio do Aracanguá/SP
 Santo Antônio do Aventureiro/MG
 Santo Antônio do Caiuá/PR
 Santo Antônio do Descoberto/GO
 Santo Antônio do Gramma/MG
 Santo Antônio do Içá/AM
 Santo Antônio do Itambé/MG
 Santo Antônio do Jacinto/MG
 Santo Antônio do Jardim/SP
 Santo Antônio do Leste/MT
 Santo Antônio do Leverger/MT
 Santo Antônio do Monte/MG
 Santo Antônio do Palma/RS
 Santo Antônio do Paraíso/PR
 Santo Antônio do Pinhal/SP
 Santo Antônio do Planalto/RS
 Santo Antônio do Retiro/MG
 Santo Antônio do Rio Abaixo/MG
 Santo Antônio do Sudoeste/PR
 Santo Antônio do Tauá/PA
 Santo Antônio dos Lopes/MA
 Santo Antônio dos Milagres/PI
 Santo Antônio/RN
 Santo Augusto/RS
 Santo Cristo/RS
 Santo Estêvão/BA
 Santo Expedito do Sul/RS
 Santo Expedito/SP
 Santo Hipólito/MG
 Santo Inácio do Piauí/PI
 Santo Inácio/PR
 Santópolis do Aguapeí/SP
 Santos Dumont/MG
 Santos/SP
 São Benedito do Rio Preto/MA
 São Benedito do Sul/PE
 São Benedito/CE
 São Bento Abade/MG
 São Bento de Pombal/PB
 São Bento do Norte/RN
 São Bento do Sapucaí/SP
 São Bento do Tocantins/TO
 São Bento do Trairi/RN
 São Bento do Una/PE
 São Bento/MA
 São Bento/PB
 São Bernardo do Campo/SP
 São Bernardo/MA
 São Borja/RS
 São Brás do Suaçuí/MG
 São Brás/AL

São Braz do Piauí/PI
 São Caetano de Odivelas/PA
 São Caetano do Sul/SP
 São Caetano/PE
 São Carlos do Ivaí/PR
 São Carlos/SP
 São Cristóvão/SE
 São Desidério/BA
 São Domingos das Dores/MG
 São Domingos do Araguaia/PA
 São Domingos do Azeitão/MA
 São Domingos do Capim/PA
 São Domingos do Cariri/PB
 São Domingos do Maranhão/MA
 São Domingos do Norte/ES
 São Domingos do Prata/MG
 São Domingos do Sul/RS
 São Domingos/BA
 São Domingos/GO
 São Domingos/PB
 São Domingos/SE
 São Felipe d'Oeste/RO
 São Felipe/BA
 São Félix de Balsas/MA
 São Félix de Minas/MG
 São Félix do Araguaia/MT
 São Félix do Coribe/BA
 São Félix do Piauí/PI
 São Félix do Tocantins/TO
 São Félix do Xingu/PA
 São Félix/BA
 São Fernando/RN
 São Fidélis/RJ
 São Francisco de Assis do Piauí/PI
 São Francisco de Assis/RS
 São Francisco de Goiás/GO
 São Francisco de Itabapoana/RJ
 São Francisco de Paula/MG
 São Francisco de Paula/RS
 São Francisco de Sales/MG
 São Francisco do Brejão/MA
 São Francisco do Conde/BA
 São Francisco do Glória/MG
 São Francisco do Guaporé/RO
 São Francisco do Maranhão/MA
 São Francisco do Oeste/RN
 São Francisco do Pará/PA
 São Francisco do Piauí/PI
 São Francisco/MG
 São Francisco/PB
 São Francisco/SE
 São Francisco/SP
 São Gabriel da Cachoeira/AM
 São Gabriel da Palha/ES
 São Gabriel do Oeste/MS
 São Gabriel/BA
 São Gabriel/RS
 São Geraldo da Piedade/MG
 São Geraldo do Araguaia/PA
 São Geraldo do Baixo/MG
 São Geraldo/MG
 São Gonçalo do Abaeté/MG
 São Gonçalo do Amarante/CE
 São Gonçalo do Amarante/RN



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

São Gonçalo do Gurguéia/PI
 São Gonçalo do Pará/MG
 São Gonçalo do Piauí/PI
 São Gonçalo do Rio Abaixo/MG
 São Gonçalo do Rio Preto/MG
 São Gonçalo do Sapucaí/MG
 São Gonçalo dos Campos/BA
 São Gonçalo/RJ
 São Gotardo/MG
 São Jerônimo da Serra/PR
 São Jerônimo/RS
 São João Batista do Glória/MG
 São João Batista/MA
 São João d'Aliação/GO
 São João da Baliza/RR
 São João da Barra/RJ
 São João da Boa Vista/SP
 São João da Canabrava/PI
 São João da Fronteira/PI
 São João da Lagoa/MG
 São João da Mata/MG
 São João da Paraúna/GO
 São João da Ponta/PA
 São João da Ponte/MG
 São João da Serra/PI
 São João da Urtiga/RS
 São João da Varjota/PI
 São João das Duas Pontes/SP
 São João das Missões/MG
 São João de Iracema/SP
 São João de Meriti/RJ
 São João de Pirabas/PA
 São João del-Rei/MG
 São João do Araguaia/PA
 São João do Arraial/PI
 São João do Caiuá/PR
 São João do Cariri/PB
 São João do Caru/MA
 São João do Ivaí/PR
 São João do Jaguaribe/CE
 São João do Manhuaçu/MG
 São João do Manteninha/MG
 São João do Oriente/MG
 São João do Pacuí/MG
 São João do Paraíso/MA
 São João do Paraíso/MG
 São João do Pau d'Alho/SP
 São João do Piauí/PI
 São João do Polêsine/RS
 São João do Rio do Peixe/PB
 São João do Sabugi/RN
 São João do Soter/MA
 São João do Tigre/PB
 São João do Triunfo/PR
 São João dos Patos/MA
 São João Evangelista/MG
 São João Nepomuceno/MG
 São João/PE
 São João/PR
 São Joaquim da Barra/SP
 São Joaquim de Bicas/MG
 São Joaquim do Monte/PE
 São Jorge d'Oeste/PR
 São Jorge do Ivaí/PR

São Jorge do Patrocínio/PR
 São Jorge/RS
 São José da Barra/MG
 São José da Bela Vista/SP
 São José da Boa Vista/PR
 São José da Coroa Grande/PE
 São José da Lagoa Tapada/PB
 São José da Laje/AL
 São José da Lapa/MG
 São José da Safira/MG
 São José da Tapera/AL
 São José da Varginha/MG
 São José da Vitória/BA
 São José das Missões/RS
 São José das Palmeiras/PR
 São José de Caiana/PB
 São José de Espinharas/PB
 São José de Mipibu/RN
 São José de Piranhas/PB
 São José de Princesa/PB
 São José de Ribamar/MA
 São José de Ubá/RJ
 São José do Alegre/MG
 São José do Barreiro/SP
 São José do Belmonte/PE
 São José do Bonfim/PB
 São José do Brejo do Cruz/PB
 São José do Calçado/ES
 São José do Campestre/RN
 São José do Divino/MG
 São José do Divino/PI
 São José do Egito/PE
 São José do Goiabal/MG
 São José do Herval/RS
 São José do Hortêncio/RS
 São José do Inhacorá/RS
 São José do Jacuí/BA
 São José do Jacuri/MG
 São José do Mantimento/MG
 São José do Norte/RS
 São José do Ouro/RS
 São José do Peixe/PI
 São José do Piauí/PI
 São José do Povo/MT
 São José do Rio Claro/MT
 São José do Rio Pardo/SP
 São José do Rio Preto/SP
 São José do Sabugi/PB
 São José do Seridó/RN
 São José do Sul/RS
 São José do Vale do Rio Preto/RJ
 São José do Xingu/MT
 São José dos Ausentes/RS
 São José dos Basílios/MA
 São José dos Campos/SP
 São José dos Cordeiros/PB
 São José dos Pinhais/PR
 São José dos Quatro Marcos/MT
 São José dos Ramos/PB
 São Julião/PI
 São Leopoldo/RS
 São Lourenço da Mata/PE
 São Lourenço da Serra/SP
 São Lourenço do Piauí/PI

São Lourenço do Sul/RS
 São Lourenço/MG
 São Luís de Montes Belos/GO
 São Luís do Curu/CE
 São Luís do Norte/GO
 São Luís do Piauí/PI
 São Luís do Quitunde/AL
 São Luís Gonzaga do Maranhão/MA
 São Luís/MA
 São Luís/RR
 São Luiz do Paraitinga/SP
 São Luiz Gonzaga/RS
 São Mamede/PB
 São Manoel do Paraná/PR
 São Manuel/SP
 São Marcos/RS
 São Martinho da Serra/RS
 São Martinho/RS
 São Mateus do Maranhão/MA
 São Mateus do Sul/PR
 São Mateus/ES
 São Miguel Arcanjo/SP
 São Miguel da Baixa Grande/PI
 São Miguel das Matas/BA
 São Miguel das Missões/RS
 São Miguel de Taipu/PB
 São Miguel do Aleixo/SE
 São Miguel do Anta/MG
 São Miguel do Araguaia/GO
 São Miguel do Fidalgo/PI
 São Miguel do Gostoso/RN
 São Miguel do Guamá/PA
 São Miguel do Guaporé/RO
 São Miguel do Iguçu/PR
 São Miguel do Passa-Quatro/GO
 São Miguel do Tapuio/PI
 São Miguel do Tocantins/TO
 São Miguel dos Campos/AL
 São Miguel dos Milagres/AL
 São Miguel/RN
 São Nicolau/RS
 São Patrício/GO
 São Paulo das Missões/RS
 São Paulo de Olivença/AM
 São Paulo do Potengi/RN
 São Paulo/SP
 São Pedro da Água Branca/MA
 São Pedro da Aldeia/RJ
 São Pedro da Cipa/MT
 São Pedro da Serra/RS
 São Pedro da União/MG
 São Pedro das Missões/RS
 São Pedro do Butiá/RS
 São Pedro do Iguaçu/PR
 São Pedro do Ivaí/PR
 São Pedro do Paraná/PR
 São Pedro do Piauí/PI
 São Pedro do Suaçuí/MG
 São Pedro do Sul/RS
 São Pedro do Turvo/SP
 São Pedro dos Crentes/MA
 São Pedro dos Ferros/MG
 São Pedro/RN



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

São Pedro/SP
 São Rafael/RN
 São Raimundo das Mangabeiras/MA
 São Raimundo do Doca Bezerra/MA
 São Raimundo Nonato/PI
 São Roberto/MA
 São Romão/MG
 São Roque de Minas/MG
 São Roque do Canaã/ES
 São Roque/SP
 São Salvador do Tocantins/TO
 São Sebastião da Amoreira/PR
 São Sebastião da Bela Vista/MG
 São Sebastião da Boa Vista/PA
 São Sebastião da Gramma/SP
 São Sebastião da Vargem Alegre/MG
 São Sebastião de Lagoa de Roça/PB
 São Sebastião do Alto/RJ
 São Sebastião do Anta/MG
 São Sebastião do Maranhão/MG
 São Sebastião do Oeste/MG
 São Sebastião do Paraíso/MG
 São Sebastião do Passé/BA
 São Sebastião do Rio Preto/MG
 São Sebastião do Rio Verde/MG
 São Sebastião do Tocantins/TO
 São Sebastião do Uatumã/AM
 São Sebastião do Umbuzeiro/PB
 São Sebastião/AL
 São Sebastião/SP
 São Sepé/RS
 São Simão/GO
 São Simão/SP
 São Thomé das Letras/MG
 São Tiago/MG
 São Tomás de Aquino/MG
 São Tomé/PR
 São Tomé/RN
 São Valentim do Sul/RS
 São Valentim/RS
 São Valério da Natividade/TO
 São Valério do Sul/RS
 São Vendelino/RS
 São Vicente de Minas/MG
 São Vicente do Sul/RS
 São Vicente Ferrer/MA
 São Vicente Ferrer/PE
 São Vicente/RN
 São Vicente/SP
 Sapé/PB
 Sapeaçu/BA
 Sapezal/MT
 Saporanga/RS
 Sapopema/PR
 Sapucaí/Mirim/MG
 Sapucaia do Sul/RS
 Sapucaia/PA
 Sapucaia/RJ
 Squirema/RJ
 Sarandi/PR
 Sarandi/RS
 Sarapuí/SP

Sardoá/MG
 Sarutaiá/SP
 Sarzedo/MG
 Sátiro Dias/BA
 Satuba/AL
 Satubinha/MA
 Saubara/BA
 Saudade do Iguaçu/PR
 Saúde/BA
 Seabra/BA
 Sebastianópolis do Sul/SP
 Sebastião Barros/PI
 Sebastião Laranjeiras/BA
 Sebastião Leal/PI
 Seberi/RS
 Sede Nova/RS
 Segredo/RS
 Selbach/RS
 Selvíria/MS
 Sem-Peixe/MG
 Sena Madureira/AC
 Senador Alexandre Costa/MA
 Senador Amaral/MG
 Senador Canedo/GO
 Senador Cortes/MG
 Senador Elói de Souza/RN
 Senador Firmino/MG
 Senador Georgino Avelino/RN
 Senador Guimard/AC
 Senador José Bento/MG
 Senador José Porfírio/PA
 Senador La Rocque/MA
 Senador Modestino Gonçalves/MG
 Senador Pompeu/CE
 Senador Rui Palmeira/AL
 Senador Sá/CE
 Senador Salgado Filho/RS
 Sengés/PR
 Senhora de Oliveira/MG
 Senhora do Porto/MG
 Senhora dos Remédios/MG
 Sentinela do Sul/RS
 Sento Sé/BA
 Serafina Corrêa/RS
 Sericita/MG
 Seridó/PB
 Seringueiras/RO
 Sério/RS
 Seritinga/MG
 Seropédica/RJ
 Serra Azul de Minas/MG
 Serra Azul/SP
 Serra Branca/PB
 Serra Caiada/RN
 Serra da Raiz/PB
 Serra da Saudade/MG
 Serra de São Bento/RN
 Serra do Mel/RN
 Serra do Navio/AP
 Serra do Ramalho/BA
 Serra do Salitre/MG
 Serra dos Aimorés/MG
 Serra Dourada/BA
 Serra Grande/PB

Serra Negra do Norte/RN
 Serra Negra/SP
 Serra Nova Dourada/MT
 Serra Preta/BA
 Serra Redonda/PB
 Serra Talhada/PE
 Serra/ES
 Serrana/SP
 Serrania/MG
 Serrano do Maranhão/MA
 Serranópolis de Minas/MG
 Serranópolis do Iguaçu/PR
 Serranópolis/GO
 Serranos/MG
 Serraria/PB
 Serrinha dos Pintos/RN
 Serrinha/BA
 Serrinha/RN
 Serrita/PE
 Serro/MG
 Serrolândia/BA
 Sertaneja/PR
 Sertânia/PE
 Sertanópolis/PR
 Sertão Santana/RS
 Sertão/RS
 Sertãozinho/PB
 Sertãozinho/SP
 Sete Barras/SP
 Sete de Setembro/RS
 Sete Lagoas/MG
 Sete Quedas/MS
 Setubinha/MG
 Severiano de Almeida/RS
 Severiano Melo/RN
 Severínia/SP
 Sidrolândia/MS
 Sigefredo Pacheco/PI
 Silva Jardim/RJ
 Silvânia/GO
 Silvanópolis/TO
 Silveira Martins/RS
 Silveirânia/MG
 Silveiras/SP
 Silves/AM
 Silvianópolis/MG
 Simão Dias/SE
 Simão Pereira/MG
 Simões/PI
 Simolândia/GO
 Simonésia/MG
 Simplicio Mendes/PI
 Sinimbu/RS
 Sinop/MT
 Siqueira Campos/PR
 Sirinhaém/PE
 Siriri/SE
 Sítio d'Abadia/GO
 Sítio do Mato/BA
 Sítio do Quinto/BA
 Sítio Novo do Tocantins/TO
 Sítio Novo/MA
 Sítio Novo/RN
 Sobradinho/BA



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Sobradinho/RS
Sobrado/PB
Sobral/CE
Sobralia/MG
Socorro do Piauí/PI
Socorro/SP
Solânea/PB
Soledade de Minas/MG
Soledade/PB
Soledade/RS
Solidão/PE
Solonópolis/CE
Sonora/MS
Sooretama/ES
Sorocaba/SP
Sorriso/MT
Sossêgo/PB
Soure/PA
Sousa/PB
Souto Soares/BA
Sucupira do Norte/MA
Sucupira do Riachão/MA
Sucupira/TO
Sud Mennucci/SP
Sulina/PR
Sumaré/SP
Sumé/PB
Sumidouro/RJ
Surubim/PE
Sussuapara/PI
Suzanópolis/SP
Suzano/SP
Tabaí/RS
Tabaporã/MT
Tabapuã/SP
Tabatinga/AM
Tabatinga/SP
Tabira/PE
Taboão da Serra/SP
Tabocas do Brejo Velho/BA
Taboleiro Grande/RN
Tabuleiro do Norte/CE
Tabuleiro/MG
Tacaibó/PE
Tacaratu/PE
Taciba/SP
Tacima/PB
Tacuru/MS
Taguaí/SP
Taguatinga/TO
Taiaçu/SP
Tailândia/PA
Taiobeiras/MG
Taipas do Tocantins/TO
Taipu/RN
Taiuva/SP
Talismã/TO
Tamarandé/PE
Tamarana/PR
Tambaú/SP
Tamboara/PR
Tamboril do Piauí/PI
Tamboril/CE
Tanabi/SP

Tangará da Serra/MT
Tangará/RN
Tanguá/RJ
Tanhaçu/BA
Tanque d'Arca/AL
Tanque do Piauí/PI
Tanque Novo/BA
Tanquinho/BA
Taparuba/MG
Tapauá/AM
Tapejara/PR
Tapejara/RS
Taperá/RS
Taperoá/BA
Taperoá/PB
Tapes/RS
Tapiá/MG
Tapiá/PR
Tapiará/MG
Tapiará/SP
Tapiamutá/BA
Tapiatiba/SP
Tapurah/MT
Taquaraçu de Minas/MG
Taquaral de Goiás/GO
Taquaral/SP
Taquarana/AL
Taquari/RS
Taquaritinga do Norte/PE
Taquaritinga/SP
Taquarituba/SP
Taquarivaí/SP
Taquaruçu do Sul/RS
Taquarussu/MS
Tarabai/SP
Taraucá/AC
Tarrafas/CE
Tartarugalzinho/AP
Tarumã/SP
Tarumirim/MG
Tasso Fragoso/MA
Tatuí/SP
Tauá/CE
Taubaté/SP
Tavares/PB
Tavares/RS
Tefé/AM
Teixeira de Freitas/BA
Teixeira Soares/PR
Teixeira/PB
Teixeiras/MG
Teixeirópolis/RO
Tejuçuoca/CE
Tejupá/SP
Telêmaco Borba/PR
Telha/SE
Tenente Ananias/RN
Tenente Laurentino Cruz/RN
Tenente Portela/RS
Tenório/PB
Teodoro Sampaio/BA
Teodoro Sampaio/SP
Teofilândia/BA
Teófilo Otoni/MG

Teolândia/BA
Teotônio Vilela/AL
Terenos/MS
Teresina de Goiás/GO
Teresina/PI
Teresópolis/RJ
Terezinha/PE
Terezópolis de Goiás/GO
Terra Alta/PA
Terra Boa/PR
Terra de Areia/RS
Terra Nova do Norte/MT
Terra Nova/BA
Terra Nova/PE
Terra Rica/PR
Terra Roxa/PR
Terra Roxa/SP
Terra Santa/PA
Tesouro/MT
Teutônia/RS
Theobroma/RO
Tiangú/CE
Tibagi/PR
Tibau do Sul/RN
Tibau/RN
Tietê/SP
Tijucas do Sul/PR
Timbaúba dos Batistas/RN
Timbaúba/PE
Timbiras/MA
Timburi/SP
Timon/MA
Timóteo/MG
Tio Hugo/RS
Tiradentes do Sul/RS
Tiradentes/MG
Tiroso/MG
Tobias Barreto/SE
Tocantínia/TO
Tocantinópolis/TO
Tocantins/MG
Tocos do Moji/MG
Toledo/MG
Toledo/PR
Tomar do Geru/SE
Tomazina/PR
Tombos/MG
Tomé/Açu/PA
Tonantins/AM
Toritama/PE
Torixoréu/MT
Toropi/RS
Torre de Pedra/SP
Torres/RS
Torrinha/SP
Touros/RN
Trabiju/SP
Tracuateua/PA
Tracunhaém/PE
Traipu/AL
Trairão/PA
Trairi/CE
Trajano de Moraes/RJ
Tramandaí/RS



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Travesseiro/RS	Ubã/MG	Vale do Anari/RO
Tremedal/BA	Ubaí/MG	Vale do Paraíso/RO
Tremembé/SP	Ubaíra/BA	Vale do Sol/RS
Três Arroios/RS	Ubaítaba/BA	Vale Real/RS
Três Barras do Paraná/PR	Ubajara/CE	Vale Verde/RS
Três Cachoeiras/RS	Ubaporanga/MG	Valença do Piauí/PI
Três Corações/MG	Ubarana/SP	Valença/BA
Três Coroas/RS	Ubatã/BA	Valença/RJ
Três de Maio/RS	Ubatuba/SP	Valente/BA
Três Forquilhas/RS	Uberaba/MG	Valentim Gentil/SP
Três Fronteiras/SP	Uberlândia/MG	Valinhos/SP
Três Lagoas/MS	Ubirajara/SP	Valparaíso de Goiás/GO
Três Marias/MG	Ubiratã/PR	Valparaíso/SP
Três Palmeiras/RS	Ubiretama/RS	Vanini/RS
Três Passos/RS	Uchoa/SP	Vargem Alegre/MG
Três Pontas/MG	Uibaí/BA	Vargem Alta/ES
Três Ranchos/GO	Uiramutã/RR	Vargem Bonita/MG
Três Rios/RJ	Uirapuru/GO	Vargem Grande do Rio Pardo/MG
Trindade do Sul/RS	Uiraúna/PB	Vargem Grande do Sul/SP
Trindade/GO	Ulianópolis/PA	Vargem Grande Paulista/SP
Trindade/PE	Umari/CE	Vargem Grande/MA
Triunfo Potiguar/RN	Umarizal/RN	Vargem/SP
Triunfo/PB	Umbaúba/SE	Varginha/MG
Triunfo/PE	Umburanas/BA	Varjão de Minas/MG
Triunfo/RS	Umburatiba/MG	Varjão/GO
Trizidela do Vale/MA	Umbuzeiro/PB	Varjota/CE
Trombas/GO	Umirim/CE	Varre-Sai/RJ
Tucano/BA	Umuarama/PR	Várzea Alegre/CE
Tucumã/PA	Una/BA	Várzea Branca/PI
Tucunduva/RS	Unaí/MG	Várzea da Palma/MG
Tucuruí/PA	União da Serra/RS	Várzea da Roça/BA
Tufilândia/MA	União da Vitória/PR	Várzea do Poço/BA
Tuiuti/SP	União de Minas/MG	Várzea Grande/MT
Tumiritinga/MG	União do Sul/MT	Várzea Grande/PI
Tunas do Paraná/PR	União dos Palmares/AL	Várzea Nova/BA
Tunas/RS	União Paulista/SP	Várzea Paulista/SP
Tuneiras do Oeste/PR	União/PI	Várzea/PB
Tuntum/MA	Uniflor/PR	Várzea/RN
Tupã/SP	Unistalda/RS	Varzedo/BA
Tupaciguara/MG	Upanema/RN	Varzelândia/MG
Tupanatinga/PE	Uraí/PR	Vassouras/RJ
Tupanci do Sul/RS	Urandi/BA	Vazante/MG
Tupanciretã/RS	Urânia/SP	Venâncio Aires/RS
Tupandi/RS	Urbano Santos/MA	Venda Nova do Imigrante/ES
Tuparendi/RS	Uru/SP	Venha-Ver/RN
Tuparetama/PE	Uruaçu/GO	Ventania/PR
Tupãssi/PR	Uruana de Minas/MG	Venturosa/PE
Tupi Paulista/SP	Uruana/GO	Vera Cruz do Oeste/PR
Tupirama/TO	Uruará/PA	Vera Cruz/BA
Tupiratis/TO	Uruburetama/CE	Vera Cruz/RN
Turialva/MA	Urucânia/MG	Vera Cruz/RS
Turilândia/MA	Urucará/AM	Vera Cruz/SP
Turiúba/SP	Uruçuca/BA	Vera Mendes/PI
Turmalina/MG	Uruçuí/PI	Vera/MT
Turmalina/SP	Urucuia/MG	Veranópolis/RS
Turuçu/RS	Urucurituba/AM	Verdejante/PE
Tururu/CE	Urugaiana/RS	Verdelândia/MG
Turvânia/GO	Uruoca/CE	Verê/PR
Turvelândia/GO	Urupá/RO	Vereda/BA
Turvo/PR	Urupês/SP	Veredinha/MG
Turvolândia/MG	Urutaí/GO	Veríssimo/MG
Tutóia/MA	Utinga/BA	Vermelho Novo/MG
Uarini/AM	Vacaria/RS	Vertente do Lério/PE
Uauá/BA	Vale de São Domingos/MT	Vertentes/PE



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Vespasiano Corrêa/RS	Wall Ferraz/PI
Vespasiano/MG	Wanderlândia/TO
Viadutos/RS	Wanderley/BA
Viamão/RS	Wenceslau Braz/MG
Viana/ES	Wenceslau Braz/PR
Viana/MA	Wenceslau Guimarães/BA
Vianópolis/GO	Westfália/RS
Vicência/PE	Xambioá/TO
Vicente Dutra/RS	Xambrê/PR
Vicentina/MS	Xangri-lá/RS
Vicentinópolis/GO	Xapuri/AC
Viçosa do Ceará/CE	Xexéu/PE
Viçosa/AL	Xinguara/PA
Viçosa/MG	Xique-Xique/BA
Viçosa/RN	Zabelê/PB
Victor Graeff/RS	Zacarias/SP
Vieiras/MG	Zé Doca/MA
Vieirópolis/PB	
Vigia/PA	
Vila Bela da Santíssima	
Trindade/MT	
Vila Boa/GO	
Vila Flor/RN	
Vila Flores/RS	
Vila Lângaro/RS	
Vila Maria/RS	
Vila Nova do Piauí/PI	
Vila Nova do Sul/RS	
Vila Nova dos Martírios/MA	
Vila Pavão/ES	
Vila Propício/GO	
Vila Rica/MT	
Vila Valério/ES	
Vila Velha/ES	
Vilhena/RO	
Vinhedo/SP	
Viradouro/SP	
Virgem da Lapa/MG	
Virgínia/MG	
Virginópolis/MG	
Virgolândia/MG	
Virmond/PR	
Visconde do Rio Branco/MG	
Viseu/PA	
Vista Alegre do Alto/SP	
Vista Alegre do Prata/RS	
Vista Alegre/RS	
Vista Gaúcha/RS	
Vista Serrana/PB	
Vitória Brasil/SP	
Vitória da Conquista/BA	
Vitória das Missões/RS	
Vitória de Santo Antão/PE	
Vitória do Jari/AP	
Vitória do Mearim/MA	
Vitória do Xingu/PA	
Vitória/ES	
Vitorino Freire/MA	
Vitorino/PR	
Volta Grande/MG	
Volta Redonda/RJ	
Votorantim/SP	
Votuporanga/SP	
Wagner/BA	

**ANEXO II**

(Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

Empregos públicos do Consórcio de Inovação na Gestão Pública - Ciga:

Nome do emprego	Vagas	Forma de contratação	Referência salarial inicial - Valores em R\$	Carga Horária	Requisito
Diretor Executivo	01	Livre admissão e demissão	15.731	40h	Ensino superior completo
Gerente Administrativo	01	Livre admissão e demissão	10.261	40h	Ensino superior completo
Gerente de Tecnologias da Informação	01	Livre admissão e demissão	10.261	40h	Ensino superior completo
Gestor de Projetos	05	Livre admissão e demissão	8.348	40h	Ensino superior completo (Emprego criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)
Analista de Sistemas	20	Concurso público	7.601	40h	Ensino superior completo
Programador	40	Concurso público	4.996	40h	Ensino médio completo
Técnico em TI	60	Concurso público	3.326	40h	Ensino médio completo
Contador	02	Concurso público	7.601	40h	Ensino superior completo e registro no órgão competente
Assistente Administrativo	20	Concurso público	3.326	40h	Ensino médio completo
Controlador Interno	02	Concurso público	7.601	40h	Ensino superior completo (Emprego criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013 e Alterado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Advogado (Alterado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)	04	Concurso público	7.601	40h	Ensino superior completo e registro no órgão competente (OAB) (Emprego criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)
--	----	---------------------	-------	-----	--

Tabela de Referências Salariais para Empregos Públicos Permanentes:

Emprego Público	Classe	Nível de Senioridade	Níveis de Referências Salariais (Valores em R\$)					
			1	2	3	4	5	6
Analista de Sistemas	5	Júnior	7.601	7.754	7.908	8.066	8.228	8.391
		Pleno	8.560	8.733	8.907	9.086	9.265	9.451
		Sênior	9.640	9.833	10.030	10.229	10.435	10.642
		Master	10.856	11.073	11.294	11.522	11.750	11.987
Contador	5	Júnior	7.601	7.754	7.908	8.066	8.228	8.391
		Pleno	8.560	8.733	8.907	9.086	9.265	9.451
		Sênior	9.640	9.833	10.030	10.229	10.435	10.642
		Master	10.856	11.073	11.294	11.522	11.750	11.987
Controlador Interno	5	Júnior	7.601	7.754	7.908	8.066	8.228	8.391
		Pleno	8.560	8.733	8.907	9.086	9.265	9.451
		Sênior	9.640	9.833	10.030	10.229	10.435	10.642
		Master	10.856	11.073	11.294	11.522	11.750	11.987
Advogado	5	Júnior	7.601	7.754	7.908	8.066	8.228	8.391
		Pleno	8.560	8.733	8.907	9.086	9.265	9.451
		Sênior	9.640	9.833	10.030	10.229	10.435	10.642
		Master	10.856	11.073	11.294	11.522	11.750	11.987
Programador	3	Júnior	4.996	5.096	5.197	5.303	5.409	5.515
		Pleno	5.626	5.738	5.854	5.972	6.091	6.212
		Sênior	6.336	6.464	6.593	6.724	6.859	6.996
		Master	7.135	7.278	7.424	7.572	7.724	7.877
Técnico em TI	2	Júnior	3.326	3.392	3.461	3.531	3.601	3.673
		Pleno	3.746	3.822	3.898	3.976	4.055	4.135
		Sênior	4.218	4.304	4.389	4.477	4.567	4.657
		Master	4.751	4.846	4.943	5.043	5.141	5.245
Assistente Administrativo	2	Júnior	3.326	3.392	3.461	3.531	3.601	3.673
		Pleno	3.746	3.822	3.898	3.976	4.055	4.135
		Sênior	4.218	4.304	4.389	4.477	4.567	4.657
		Master	4.751	4.846	4.943	5.043	5.141	5.245



ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS:

Diretor Executivo: promover a execução das atividades e gestão do **Ciga**, realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente do **Ciga**, elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral do **Ciga**; elaborar a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades a serem submetidos ao Presidente do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do **Ciga**; elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao **Ciga** para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente; movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do **Ciga**; executar a gestão administrativa e financeira do **Ciga** dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública; designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do **Ciga**; providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal; autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços; propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao **Ciga**.

Gerente Administrativo: Organizar e executar a gestão administrativa do consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do consórcio, executar os processos de licitação pública e os contratos administrativos, supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do consórcio, auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições.

Gerente de Tecnologias da Informação: Elaborar, Coordenar e supervisionar os projetos relacionados aos objetivos do consórcio, gerenciar a equipe de analistas, programadores e técnicos em informática, prestar contas sobre os andamentos dos projetos ao Diretor Executivo e apoiar a execução das atribuições deste.

Gestor de Projetos: Coordenar e gerenciar os recursos do projeto, sendo o responsável pela interlocução com as partes interessadas do projeto; identificar, aperfeiçoar, indicar as necessidades do usuário final à equipe; otimizar o valor entregue pelo projeto aos consorciados e usuários finais; identificar, indicar, aperfeiçoar as prioridades e necessidades do projeto.; prestar contas sobre os andamentos dos projetos ao Diretor Executivo e apoiar a execução das atribuições deste. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 06, de 2022)

Analista de Sistemas: Atividades relacionadas com a análise dos sistemas, coordenando a implantação, propondo alterações, efetuando a manutenção necessária, com a finalidade de otimizar a área de Processamento de Dados.



Programador: Codificar programas de computação, conforme especificado, em qualquer linguagem; elaborar diagramas/fluxogramas de lógica para fins de documentação e/ou construção de programas, prestar assistência técnica na utilização de recursos de informática, atuar na causa básica de problemas e na padronização de soluções, conhecer e aplicar os requisitos de segurança das informações e dos sistemas de informação; e executar outras atribuições da mesma natureza e nível de complexidade correspondente ao cargo. Desempenhar atividades especializada de caráter técnico-científico, criativo e artístico, com vistas à concepção e desenvolvimento de projetos de objetos e mensagens visuais que equacionam sistematicamente dados ergonômicos, tecnológicos, econômicos, sociais, culturais e estéticos que atendam concretamente às necessidades humanas.

Técnico em TI: Participar do desenvolvimento de projetos, elaboração, implantação, manutenção, documentação e suporte de sistemas e hardware, bem como de executar serviços programados.

Contador: Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contáveis; examinar e elaborar processos de prestação de contas; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária; examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; informar, através de relatórios sobre a situação financeira e Patrimonial do Consórcio, elaborar os balanços e balancetes patrimoniais e financeiros; executar outras tarefas afins.

Controlador Interno: acompanhar, controlar, analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais do Consórcio, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamento dos servidores, controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial(is); uso de telefone fixo e móvel (celular); execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); a assinatura de Relatórios de Gestão Fiscal, junto com o Presidente do Consórcio, assim como, a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º, CF, art. 113 da CE e arts. 60 a 64 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000); fazer a remessa ao Presidente e Diretor Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente. O Controlador Interno exercerá ainda funções de apoio à administração do **Ciga**, aos municípios consorciados, ou consórcios e associações e entidades parceiras do **Ciga**, bem como outras atividades afins. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)



Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Advogado: Representar em juízo ou fora dele o Consórcio, nas ações em que for autor, réu ou interessado, acompanhando o andamento do processo, prestando assistência jurídica, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo a audiência em outros atos, para defender direitos ou interesses. Estudar a matéria jurídica e de outra natureza, consultando códigos, leis, jurisprudência e outros documentos, para adequar os fatos à legislação aplicável; complementar ou apurar as informações levantadas, inquirindo o cliente, as testemunhas e outras pessoas e tomando medidas, para obter os elementos necessários à defesa ou acusação; preparar a defesa ou acusação, arrolando e correlacionando os fatos e aplicando o procedimento adequado, para apresentá-lo em juízo; acompanhar o processo em todas as suas fases, requerendo seu andamento por meio de petições específicas, para garantir seu trâmite legal até a decisão final do litígio; representar a parte de que é mandatário em juízo, comparecendo às audiências e tomando sua defesa, para pleitear uma decisão favorável; redigir ou elaborar documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal ou outras aplicando a legislação, forma e terminologia adequadas ao assunto em questão, para utilizá-los na defesa do Consórcio. Orientar o Consórcio com relação aos seus direitos e obrigações legais. Prestar consultoria e assessoria aos municípios consorciados em matérias relacionadas às publicações legais e ao Diário Oficial dos Municípios, ou outras matérias solicitadas pela administração do **Ciga**. Prestar apoio aos demais setores do **Ciga**, incluindo licitações, controle interno e outras áreas da administração do Consórcio. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

Assistente Administrativo: Auxiliar o Gerente Administrativo e o Diretor Executivo em suas atribuições, responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio, participar nos processos de licitação, realizar o controle de documentos de pessoal do consórcio, demais atividades administrativas do consórcio.



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 10/2022

Publicação Nº 3651310



MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC CNPJ 83.102.749/0001-77
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
Rua Cel. Bueno Franco, nº 292. Centro, Campo Alegre/SC.
Telefone: (47) 3632-2266

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE - SC**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2022**

A Secretária Municipal de Administração, Sr.^a Joceli de Souza Cothovisky, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal 13.747 de 16 de abril de 2021, a vista da Ata de Julgamento da Sessão exarada pela Pregoeira, resolve:

HOMOLOGAR a presente licitação nestes termos:

Processo Nr.: 10/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico – Registro de Preços

Data da Homologação: 01/03/2022

Objeto da licitação: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano.

Fornecedores e Itens declarados vencedores:

FORNECEDOR	QUANTIDADE DE ITENS	VALOR TOTAL DOS ITENS (R\$)
DRYLLER INDUSTRIA E COMERCIO DE HIDROXIDOS	01	R\$ 35.532,00
HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA	01	R\$ 16.440,00

Campo Alegre, 01 de março de 2022.

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 14/2022

Publicação Nº 3651275



MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC CNPJ 83.102.749/0001-77
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
Rua Cel. Bueno Franco, nº 292. Centro, Campo Alegre/SC.
Telefone: (47) 3632-2266

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE - SC**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2022**

A Secretária Municipal de Administração, Sr.^a Joceli de Souza Cothovisky, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal 13.747 de 16 de abril de 2021, a vista da Ata de Julgamento da Sessão exarada pela Pregoeira, resolve:

HOMOLOGAR a presente licitação nestes termos:

Processo Nr.: 14/2022

Modalidade: Pregão Eletrônico

Data da Homologação: 01/03/2022

Objeto da licitação: aquisição de capinadeira hidráulica.

Fornecedores e Itens declarados vencedores:

FORNECEDOR	QUANTIDADE DE ITENS	VALOR TOTAL DOS ITENS (R\$)
WAR EQUIPAMENTOS DO BRASIL LTDA	01	R\$ 27.000,00

Campo Alegre, 01 de março de 2022.

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 01 DE 01 DE MARÇO DE 2022**

Publicação Nº 3651851

PORTARIA Nº 01 DE 01 DE MARÇO DE 2022**DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PRAZOS PARA CONTRATAÇÃO DE
ESTAGIÁRIO NO EXERCÍCIO DE 2022.**

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Resolução nº 01/2022;

Resolve:

Art.1º Fica estabelecido os critérios abaixo para contratação de 01 (um) estagiário do Ensino Médio, para Câmara Municipal de Campo Alegre:

Item 1 – Atender ao disposto na Resolução nº 01/2022;

Item 2 – O critério de julgamento e escolha do estagiário será da seguinte forma:

A seleção dos inscritos será após análise do Último Boletim Escolar do ano de 2021, sendo pré-selecionados aqueles que obtiverem a melhor média nas notas dos 4 Bimestres.

Os pré-selecionados serão chamados para entrevista na Câmara de Vereadores, em horários a serem definidos por esta.

Em caso de empate será classificado conforme maior índice de frequência escolar.

Art. 2º O prazo para cadastramento dos candidatos a estágio, será do dia 08 a 16 de Março de 2022, na Secretaria da Câmara Municipal.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 01 de Março de 2022.

TANCREDO ROSNKA

Presidente da Mesa

Celso Ramos**PREFEITURA****CONTRATO 41 AO 43/2022**

Publicação Nº 3647680

MUNICIPIO DE CELSO RAMOS/SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 41 E 42/2022

PROCESSO: 16/2022

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado pelo Sr. ALVADIR ROBERTO SCHONS, Prefeito Municipal em exercício, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e as empresas:

DELCIR BOESING – SIDART, inscrita no CNPJ: 07.515.006/0001-40, localizada na rodovia SC135 – São Marcos – Tangará/SC,

CIMECOM PRE MOLDADOS, inscrita no CNPJ: 81.364.713/0001-36 COM SEDE NA Rua n 01- lote 06 – quadra 119 – Campos Novos/SC;

SELMAR DE OLIVEIRA EIRELI – inscrita no CNPJ: 37.495.222/0001-32, estabelecida na Rua João Elias Ambrósio 205 – Centro – Anita Garibaldi/SC, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1.DO OBJETO**1.10 DETENTOR obriga-se a entregar:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E SIMILARES PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E ANEXOS.

2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2022 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

2.1- DOS ITENS ,

Valor Global Cimecom: R\$ 323.300,00

Valor Glogal Selmar: R\$ 122.720,00

Valor Global Sidart: R\$74.430,00

3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar o objeto licitado onde for requerido pela Secretaria municipal solicitante de forma imediata ou em até 05 dias.

3.1.1 – em caso de atraso na entrega, a empresa será notificada, onde a soma de notificações ocasionará em abertura de processo administrativo.

3.2 Todos os itens entregues devem estar em perfeito estado de conservação e aptos para uso, bem como possuir o certificado de garantia, quando for o caso.

3.3 Os produtos deverão ser entregues mediante a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras do Município. Bem como a nota será empenhada acompanhada pela A.F.

3.4 - A entrega dos itens deverá ser de maneira imediata, conforme requisição emitida pelo Departamento de Compras do Município. Caso os objetos a serem fornecidos sejam entregue via frete, será concedido o prazo máximo de 5 dias úteis para sua respectiva entrega.

2.5 - Tendo em vista que se trata de REGISTRO DE PREÇOS a Administração fará a aquisição dos produtos conforme a demanda e necessidade no decorrer do exercício de 2022/2023.

4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá entregar o material requisitado de forma imediata ou em até 5 dias se for via frete, a partir do recebimento da requisição (A.F) de material.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos dos produtos entregues será efetuado até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, a cada de 90 dias após a homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8. DAS SANÇÕES

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando –se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9. VIGÊNCIA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 02/03/2022 à 01/03/2023.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93

10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

11. DESPESA

11.1 – A Administração Municipal da Prefeitura de Celso Ramos poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias de 2022:

32- 3.3.90.00.00.00.00.00 0002 – Sec. de Cidade e Meio Ambiente

33- 3.3.90.00.00.00.00.00 0250 – Sec. de Cidade e Meio Ambiente

35- 4.4.90.00.00.00.00.00 0002 – Sec. de Cidade e Meio Ambiente

42- 3.3.90.00.00.00.00.00 0002 – Sec. de Obras

43- 3.3.90.00.00.00.00.00 0250 – Sec. de Obras

12. RESCISÃO

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos, 02 de março de 2022.

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
ALVADIR ROBERTO SCHONS

DETENTORES:

SIDART

CIMECOM

SELMAR DE OLIVEIRA

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 298/22

Publicação Nº 3652126

DECRETO SAF/Nº. 298/22, de 25 de fevereiro de 2022.

INCLUI ITEM 6 – TARIFA DE SERVIÇO DE CEMITÉRIO – ANEXO ÚNICO, DO DECRETO SAF/N. 277/19, DE 08 DE ABRIL DE 2019 QUE INSTITUI PREÇOS PÚBLICOS, FIXA SEUS VALORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o Decreto SAF/N. 277/19, de 08 de abril de 2019,

RESOLVE,

DECRETAR

Art. 1º Fica incluso o item 6 – Tarifas de Serviços de Cemitério, alíneas “a” e “b” constantes no Anexo Único, do Decreto SAF/N. 277/19, de 08 de abril de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO

6- Tarifas de Serviços de Cemitério

a) Abertura, sepultamento e fechamento de túmulos 35,98 UFRM

b) Abertura, exumação e fechamento de túmulos 39,70 UFRM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinsk, 25 de fevereiro de 2022.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO

Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 299/22

Publicação Nº 3652101

DECRETO SAF/Nº. 299/22, de 25 de fevereiro de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

CLAUDIA REGINA DA ROSA RECK, portadora do CPF nº 017.021.389-76, RG nº. 3.016.926, Professor ACT 30 horas, para atuar na Instituição de Educação Infantil Morada da Alegria, a partir de 23 de fevereiro de 2022.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 25 de fevereiro de 2022.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO

Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 300/22

Publicação N° 3652107

DECRETO SAF/Nº. 300/22, de 25 de fevereiro de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

GISLAINE MARTINS ELIAS, portadora do CPF nº 045.755.369-38, Professor, ACT 20 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 257/22, de 17 de fevereiro de 2022, a partir de 24 de fevereiro de 2022.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 25 de fevereiro de 2022.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 301/22

Publicação N° 3652115

DECRETO SAF/Nº. 301/22, de 25 de fevereiro de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

EGESLITA CATANEO, portadora do CPF nº 025.295.919-11, Professor ACT 30 horas, para atuar na Instituição de Educação Infantil Os Amigos, a partir de 08 de fevereiro de 2022.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 25 de fevereiro de 2022.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2022 – PMC

Publicação Nº 3651292

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2022 – PMC
Aquisição de Bens

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9AF189F24782F2E77A5ABBEB3E59C386A2DF4EB3

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível e eventual aquisição de materiais de construção (tubos de concreto, brita, ferro, bloco de concreto, areia, tijolos, cimento, argamassa, piso cerâmico, telha, concreto usinado convencional e bombeado) e materiais para manutenção de pontes e pinguelas (madeira de pinus), visando atender as necessidades das unidades do Município de Concórdia, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 16/03/2022.

Início da Sessão: dia 16/03/2022 as 08 h e 30 min.

, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Registrado no TCE/SC sob o nº 9AF189F24782F2E77A5ABBEB3E59C386A2DF4EB3

Concórdia, SC, 1 de março de 2022.

CLAITON CASAGRANDE
Secretário Municipal de Gestão Urbana

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2022 – FMS

Publicação Nº 3651291

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2022

Objeto: Credenciamento de Clínicas Prestadoras de Serviços de Saúde para internações de pacientes do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial.

Tipo: Credenciamento a todos os interessados (pessoa jurídica privadas ou públicas, lucrativas ou não, desde que atendidas às disposições do Edital).

Recebimento dos documentos: a partir de 2/3/2022.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, Portal do Município de Concórdia, link "Diversos", "Editais", "Credenciamento", "2022", "FMS", "Credenciamento 2/2022". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3030-0707, e-mail claudineia@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 1º de março de 2022.

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Gestor do Fundo Municipal de Saúde, em exercício

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 20/2022 - PMC

Publicação Nº 3650921

Contrato Nº : 20/2022

Aditivo Nº : 1AP Ctr 20/2022/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ZOTTIS & HIRT LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2022

Objeto : Contratação de empresa do ramo de transporte coletivo de passageiros para o transporte escolar de alunos das redes Municipal e Estadual, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, conforme descrições constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 21/02/2022 Término: 13/02/2023

Assinatura : 21/02/2022

Valor R\$: 34.470,00 (Trinta e Quatro Mil e Quatrocentos e Setenta Reais)

Dotação : 89 - 06.006.2011.33390392600000000000.01620001

Fiscal Técnico-Administrativo: DARCI ANTONIO BOIANI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 75/2021 - FMS

Publicação Nº 3651180

Contrato Nº : 75/2021

Aditivo Nº : 1TA Ctr 75/2021/2022

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ADEMIR ZANELLA

Licitação : Dispensa de Licitação 7/2021

Objeto : Locação de sala comercial localizado na rua Mário Dalfovo, nº 186, Bairro Vista Alegre neste Município, para abrigar a Estratégia Saúde da Família do Vista Alegre.

Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 31/03/2022

Assinatura : 25/02/2022

Valor R\$: 1.788,98 (Um Mil, Setecentos e Oitenta e Oito Reais e Noventa e Oito Centavos)

Dotação : 212 - 13.001.2102.33390361500000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: LEANDRO BOEIRA ZORZAN

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº2/2022 - FMS

Publicação Nº 3651218

Contrato Nº : 02/2022

Aditivo Nº : 1TA Ctr 02/2022/2022

Tipo Aditivo : Objeto/Valor

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ADAGIL COMERCIO DE CLIMATIZADORES EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 18/2021

Objeto : Contratação de empresa do ramo de climatização, para aquisição e instalação de equipamentos de ar condicionado novos, para atendimento das necessidades do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial do Fundo Municipal de Saúde. conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 10/02/2022 Término: 28/04/2022

Assinatura : 10/02/2022

Valor R\$: 10.890,00 (Dez Mil e Oitocentos e Noventa Reais)

Dotação : 236 - 13.001.2106.34490521200000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: ELIANA MEZACASA BOESING

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 140/2020 - PMC

Publicação Nº 3650892

Contrato Nº : 140/2020

Aditivo Nº : 2AP Ctr 140/2020/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CONSTRUPAV INFRAESTRUTURA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 9/2020

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) para execução de obra de pavimentação asfáltica das ruas Nossa Senhora de Lurdes, no Bairro da Gruta, e ruas Angelo Balena e Luiz Vivan, no Bairro Parque de Exposições, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 22/02/2022 Término: 26/04/2022

Assinatura : 22/02/2022

Dotação : 344 - 34.001.1009.34490519800000000000.01000001

Fiscal Administrativo: FERNANDA KRUGER

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 4/2019 - FMS

Publicação Nº 3651187

Contrato Nº : 04/2019

Aditivo Nº : 3TA Ctr 4/2019/2022

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : RODRIGUES E CASALETTO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 1/2019

Objeto : contratação de empresa para o fornecimento de refeições aos servidores do Fundo Municipal de Saúde, quando em viagem para transporte de pacientes que realizam tratamento médico na cidade de Joaçaba, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 25/02/2022 Término: 24/02/2023

Assinatura : 21/02/2022

Valor R\$: 13.670,00 (Treze Mil e Seiscentos e Setenta Reais)

Dotação : 208 - 13.001.2101.3339039410000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: NEUDI LUIS TEDESCO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº4/2018 - FMS

Publicação Nº 3651192

Contrato Nº : 4/2018

Aditivo Nº : 4TA Ctr 04/2018/2022

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 7/2017

Objeto : Locação de equipamentos concentradores de oxigênio para pacientes do SUS do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 28/02/2023

Assinatura : 21/02/2022

Valor R\$: 391.945,32 (Trezentos e Noventa e Um Mil, Novecentos e Quarenta e Cinco Reais e Trinta e Dois Centavos)

Dotação : 220 - 13.001.2103.3339039120000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: OLIMPIA MARGARIDA TAFFAREL JULIAN

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 264/2020 - PMC

Publicação Nº 3650898

Contrato Nº : 264/2020

Aditivo Nº : 5AP Ctr 264/2020/2022

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Licitação : Pregão Eletrônico 55/2020

Objeto : Contratação de empresa, especializada para prestação de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra capacitada, de 04 (quatro) auxiliares administrativos, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, visando satisfazer as necessidades da 14ª DRP/ CI-RETRAN de Concórdia, com recursos próprios do Convênio de Trânsito - Polícia Civil - 2017TN000348, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 14/11/2022

Assinatura : 01/03/2022

Valor R\$: 53.162,50 (Cinquenta e Três Mil, Cento e Sessenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 377 - 12.001.2043.33390397900000000000.03110000
Fiscal Técnico-Administrativo: NEIVA POLETTTO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2022 - FMS

Publicação Nº 3651283

Contrato Nº : 16/2022
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : SERVILITO JOACABA S C LTDA
Licitação : Inexigibilidade 2/2022
Objeto : Prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, de acordo com o credenciamento 03/2021 - FMS.
Vigência : Início: 21/02/2022 Término: 20/02/2023
Assinatura : 17/02/2022
Valor R\$: 133.475,04 (Cento e Trinta e Três Mil, Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais e Quatro Centavos)

Dotação : 221 - 13.001.2103.33390395000000000000.01380003

Fiscal Técnico-Administrativo: JUSERLEI DE OLIVEIRA GUIMARAES

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2022 - PMC

Publicação Nº 3650952

Contrato Nº : 33/2022
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : BROETTO AMBIENTAL LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 18/2021
Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para elaboração e regularização e projetos até a obtenção da Licença Ambiental de Operação Corretiva, nos moldes da Instrução Normativa nº 52, da IMA/SC de 1 (um) cemitério municipal, para atender à solicitação do processo Inquérito Civil nº 06.2020.00000487-0, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.
Vigência : Início: 22/02/2022 Término: 23/05/2022
Assinatura : 22/02/2022
Valor R\$: 38.500,00 (Trinta e Oito Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 128 - 08.001.2503.33390390500000000000.01000001

Fiscal Técnico: JULIANA LUPATO ZUCCHI

Fiscal Administrativo: ROBERTO MARINELLO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2022 - FMS

Publicação Nº 3651377

Contrato Nº : 4/2022
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : AC'TECH SOLUÇÕES METÁLICAS E COMÉRCIO LTDA
Licitação : Pregão Presencial 3/2022
Objeto : objeto prestação de serviços de manutenção nas estruturas das unidades do Fundo Municipal de Saúde deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital
Vigência : Início: 04/02/2022 Término: 04/06/2022
Assinatura : 04/02/2022
Valor R\$: 11.679,30 (Onze Mil, Seiscentos e Setenta e Nove Reais e Trinta Centavos)

Dotação : 236 - 13.001.2106.34490519800000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 5/2022 - FMS

Publicação Nº 3651357

Contrato Nº : 5/2022

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 3/2022

Objeto : objeto prestação de serviços de manutenção nas estruturas das unidades do Fundo Municipal de Saúde deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 04/02/2022 Término: 04/06/2022

Assinatura : 04/02/2022

Valor R\$: 172.738,38 (Cento e Setenta e Dois Mil, Setecentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Oito Centavos)

Dotação : 236 - 13.001.2106.34490519800000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 6/2022 - FMS

Publicação Nº 3651366

Contrato Nº : 6/2022

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MAICON ALVES PADILHA

Licitação : Pregão Presencial 3/2022

Objeto : objeto prestação de serviços de manutenção nas estruturas das unidades do Fundo Municipal de Saúde deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 04/02/2022 Término: 04/06/2022

Assinatura : 04/02/2022

Valor R\$: 39.409,00 (Trinta e Nove Mil e Quatrocentos e Nove Reais)

Dotação : 236 - 13.001.2106.34490519800000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9/2022 - FMS

Publicação Nº 3651227

Contrato Nº : 9/2022

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ANA PAULA ZANELLA CORBELLINI LTDA

Licitação : Inexigibilidade 1/2022

Objeto : Prestação de serviços médicos profissionais, para o atendimento de necessidade imediata e momentânea, de excepcional interesse público, para auxílio às equipes de saúde, nas ações de combate, enfrentamento, prevenção e controle da COVID-19 conforme a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e alterações, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública, da declaração de emergência contida no Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, da declaração de estado de calamidade pública em todo o território catarinense, pelo Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, prorrogado pelo Decreto nº 1.027, de 18 de dezembro de 2020, para fins de enfrentamento à pandemia da COVID-19, do Governo do Estado de Santa Catarina, do Decreto Municipal nº 6.719, de 25 de novembro de 2021 e demais legislações aplicáveis.

Vigência : Início: 11/02/2022 Término: 10/08/2022

Assinatura : 10/02/2022

Valor R\$: 106.200,00 (Cento e Seis Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 220 - 13.001.2103.33390395000000000000.01020000

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 1/2022 – FMS

Publicação Nº 3651328

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 1/2022 – FMS

ESPÉCIE: Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO FRANCISCO, para os fins que especifica.

OBJETO: O objeto do convênio é o repasse de recursos do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE à BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO FRANCISCO objetivando a manutenção da prestação assistência à saúde oferecida a população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS no Pronto Socorro do Hospital São Francisco, para atendimento médico de urgência e emergência aos pacientes do Município de Concórdia, por profissionais médicos em regime plantonista, como incremento do funcionamento do serviço de 360 horas/mês, na proporção de 12 horas/dia, mediante o cumprimento da escala de Classificação de Risco.

VALOR: R\$509.760,00 (Quinhentos e novem mil, setecentos e sessenta mil reais).

PRAZO: A vigência deste Convênio é de 01 de fevereiro de 2022 até 31 de janeiro de 2023.

DATA DA ASSINATURA: 28 de janeiro de 2022.

RESOLUÇÃO Nº 02/2022, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação Nº 3650763

RESOLUÇÃO Nº 02/2022, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a prorrogação da data de inscrição para o Edital de Chamamento Público nº 01/2022 do Conselho Municipal do Idoso.

O Presidente do Conselho Municipal do Idoso - CMI no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001 e alterações, considerando:

- Reunião extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2022.
- Não haver número suficiente de inscrições realizadas para compor o CMI.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a data do cadastramento de entidades da sociedade civil, idosos dos grupos de convivência do meio urbano e idosos dos grupos de convivência do meio rural, interessados(as) em compor o Conselho Municipal do Idoso – CMI.

Art. 2º Os interessados poderão encaminhar a documentação no e-mail idoso@concordia.sc.gov.br ou entregar na Secretaria de Assistência Social, localizada na Rua Domingos Machado de Lima, nº 926, 3º andar, Edifício Office Concórdia, Centro, no setor dos Conselhos, até às 17h do dia 02 de março de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ADELINO BATISTA FICAGNA
Presidente do Conselho Municipal do Idoso

RESOLUÇÃO Nº 03/2022, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação Nº 3651319

RESOLUÇÃO Nº 03/2022, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre aprovação da prestação de contas exercício 2021 a reprogramação de recurso do Fundo Municipal do Idoso para 2022.

O Presidente do Conselho Municipal do Idoso - CMI no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001 e alterações, considerando:

- Reunião extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Emitir parecer favorável à aplicação de recursos do Fundo Municipal do Idoso - FMI, referente ao exercício de dois mil e vinte um (2021), apresentado pela Secretaria de Assistência Social e reprogramar o saldo disponível de R\$ 366.942,19, do FMI, ficando assim deliberado para uso em 2022:

I - R\$ 216.942,19 para PROJETOS GOVERNAMENTAIS e ações do CMI;

II - R\$ 150.000,00 para EDITAL DE CHAMAMENTO para ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ADELINO BATISTA FICAGNA
Presidente do Conselho Municipal do Idoso

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 20/2021

Publicação Nº 3651330

Processo nº 1601/2021

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 20/2021

Aos 16 dias do mês de fevereiro de 2022, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BARRA SECA, inscrita no CNPJ sob nº 01.672.924/0001-05, com sede neste Município, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor MOACIR VALENTIM REGINATTO, inscrito no CPF sob nº 774.338.079-34, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada AUTORIZADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 20/2021, de 01 de fevereiro de 2021 e alterações, com fundamento na Lei nº 5.619, de 14 de fevereiro de 2022, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica excluído à Cláusula Primeira – Do Objeto, do Termo o seguinte bem:

VI - Trator agrícola 95cv, 2019 Valtra 4 x 4, modelo A94, série A09M547669 Chassi nºAGT2022LKC000395*, Código Patrimonial 65.855.

Fica acrescido à Cláusula Primeira – Do Objeto, do Termo o seguinte bem:

1 Trator da marca Valtra de 99cv, modelo A94M, ano 2021/2022, Serie VT A09M4P01APB- A09M628305, Código Patrimonial 65.884.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas do Termo ora aditado e de seus respectivos Termos Aditivos.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 16 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

MOACIR VALENTIM REGINATTO
Presidente da Associação de Moradores de Barra Seca

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.469/2022

Publicação Nº 3651419



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº 2469/2022

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2506/2021 de 06 de dezembro de 2021,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 920.085,79 (novecentos e vinte mil, oitenta e cinco reais e setenta e nove centavos)

Código	Classificação	Valor
18	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER	
001	FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME	
0027.0812.1011.2058	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO, ESPORTE E LAZER	
03000000	Recursos Ordinários - Exercício Anterior	
34490000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 17.912,15
532	Referência Dotação	
18	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER	
001	FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME	
0027.0812.1011.2058	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO, ESPORTE E LAZER	
03500000	Cessão Onerosa - Tesouro Ex. Ant.	
34490000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 128.801,91
531	Referência Dotação	
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.2020	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
03370061	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas por meio de convênios)	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 35.549,77
530	Referência Dotação	
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.2020	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
03620719	TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 21.340,95
529	Referência Dotação	
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.2020	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
03360058	Salário-Educação - Tesouro Ex. Ant.	
33390000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 716.481,01
528	Referência Dotação	
TOTAL R\$		920.085,79

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC
<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2021, fonte 03360058 – Salário-Educação - Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 716.481,01 (setecentos e dezesseis mil quatrocentos e oitenta e um reais e um centavo), fonte 03620719 – TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 21.340,95 (vinte e um mil trezentos e quarenta reais e noventa e cinco centavos), fonte 03370061 – Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas por meio de convênios) – Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 35.549,77 (trinta e cinco mil quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e sete centavos), fonte 03500000 – Cessão Onerosa - Tesouro Ex. Ant., no valor de R\$ 128.801,91 (cento e vinte e oito mil oitocentos e um reais e noventa e um centavos), e fonte 03000000 – Recursos Ordinários – Tesouro Exercício Anterior., no valor de R\$ 17.912,15 (dezesete mil novecentos e doze reais e quinze centavos).

Código	Classificação	Valor
03360058	Salário-Educação - Tesouro Ex. Ant.	R\$ 716.481,01
03620719	TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 21.340,95
03370061	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (não repassadas por meio de convênios) – Tesouro Ex. Ant.	R\$ 35.549,77
03500000	Cessão Onerosa - Tesouro Ex. Ant.	R\$ 128.801,91
03000000	Recursos Ordinários – Tesouro Exercício Anterior	R\$ 17.912,15
TOTAL R\$		920.085,79

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 02 de março de 2022.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº 2470/2022

Publicação Nº 3651426



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC
<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº 2470/2022**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2506/2021 de 06 de dezembro de 2021,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 911.193,22 (novecentos e onze mil, cento e noventa e três reais e vinte e dois centavos)

Código	Classificação	Valor
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0365.0047.1004	CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DAS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL	
03190019	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - Tes. Ex. Ant.	
34490000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 183.000,00
527	Referência Dotação	
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.1005	CONSTRUÇÃO, AMPL. E MELHORIA DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	
03190019	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - Tes. Ex. Ant.	
34490000000000000000	Aplicações diretas	R\$ 728.193,22
466	Referência Dotação	
TOTAL R\$		911.193,22

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2021, fonte 03190019 – Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - Tes. Ex. Ant., no valor de R\$ 911.193,22 (novecentos e onze mil, cento e noventa e três reais e vinte e dois centavos),

Código	Classificação	Valor
03190019	Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - Tes. Ex. Ant.	R\$ 911.193,22
TOTAL R\$		911.193,22

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC
<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 02 de março de 2022.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

PORTARIA N° 6.638/2022

Publicação N° 3651396

PORTARIA N° 6.638/2022

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 004, 005, 006, 007, 008, 009 E 010/2022.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução das Atas de Registro de Preços 004, 005, 006, 007, 008, 009 E 010/2022, a senhora CAMILA BURGER, matrícula funcional nº 15550-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Setor, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto consiste no REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR, MOBILIÁRIO E MATERIAL PERMANENTE, COM RECURSOS TRANSFERIDOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, PROCESSO N.º SES 60751/2021 CONVÊNIO N.º 2021TR002302, E CONTRA PARTIDA MUNICIPAL, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I – Quantitativo do Edital de Pregão Presencial N° 005/2022.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de março de 2022.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

FELIPE RAFAEL RODRIGUES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA N° 6.639/2022

Publicação N° 3651517

PORTARIA N° 6.639/2022

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 073/2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução da Ata de Registro de Preços 073/2021, a senhora WALDILÉIA LÍGIA SCHULTZ KLITZKE, matrícula funcional nº 6231-1, ocupante do cargo de farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto consiste no REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS POR MAIOR DESCONTO PERCENTUAL, DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA E DEMANDA JUDICIAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de março de 2022.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

FELIPE RAFAELI RODRIGUES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO TOMADA DE PREÇO Nº007/2022

Publicação Nº 3650866

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 40A3C7C2993D64781515CC9B46DD4DAEB1153E7D

**MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO****Modalidade Tomada de Preço nº 007/2022****OBJETO:**

Contratação de empresa para executar por empreitada global a pavimentação da Rua PEDRA DE AMOLAR, vinculada ao PROGRAMA NOSSA RUA, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos e demais anexos, com recursos do Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretária de Estado de Infraestrutura, Transferência Especial, Processo sob nº SCC 00020200/2021 de acordo com a Portaria nº444/SEF de 2021 e recursos de Emendas Parlamentares Federal Nº202139290005, 202139530003 e 202139800001.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO: DAS 15:00 horas do dia 02/03/2022 às 08h30min do dia 21/03/2022.

INICIO DA SESSÃO: 09h do dia 21/03/2022.

TIPO: Menor Valor Global.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

As empresas não cadastradas que tiverem interesse em participar deste processo deverão apresentar documentação para fins de cadastro até o terceiro dia anterior à data limite para recebimento das propostas, sendo permitida sua participação desde que atenda as condições de cadastramento, em conformidade com o art. 22, §2º da Lei 8.666/1993. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral.

Registrado no TCE com a chave:

40A3C7C2993D64781515CC9B46DD4DAEB1153E7D

Corupá, 01 de março de 2022

**LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL**

AVISO TOMADA DE PREÇO Nº008/2022

Publicação Nº 3650966

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 719E61E7B9D82E7D62DD375BEA4567981191AFF0

**MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO**

Modalidade Tomada de Preço nº 008/2022**OBJETO:**

Contratação de empresa para executar por empreitada global a pavimentação da Rua FRANCISCO MEES- TRECHO 01 + MIRANTE E TRECHO 02, vinculada ao PROGRAMA NOSSA RUA, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos e demais anexos, com recursos do Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretária de Estado de Infraestrutura, Transferência Especial, Processo sob nº SCC 00017238/2021 de acordo com a Portaria nº415/2021 SEF e Portaria nº321/2021.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO: DAS 15:00 horas do dia 02/03/2022 às 08h30min do dia 22/03/2022.

INICIO DA SESSÃO: 09h do dia 22/03/2022.

TIPO: Menor Valor Global.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

As empresas não cadastradas que tiverem interesse em participar deste processo deverão apresentar documentação para fins de cadastro até o terceiro dia anterior à data limite para recebimento das propostas, sendo permitida sua participação desde que atenda as condições de cadastramento, em conformidade com o art. 22, §2º da Lei 8.666/1993. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral.

Registrado no TCE com a chave:

719E61E7B9D82E7D62DD375BEA4567981191AFF0

Corupá, 01 de março de 2022

**LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL**

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO 025/2022

Publicação Nº 3651138



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B70C85EB69BCFB6099C0746AB8AB21AE5101726D

**Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC.

<https://corupa.atende.net> e-mail: licitacao02@corupa.sc.gov.br**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2022****JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2022****1. OBJETO:****1.1 O OBJETO DA PRESENTE DISPENSA CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE FLORES DE ÉPOCA PARA CANTEIROS E PRAÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.****2. JUSTIFICATIVA:****2.1** Considerando que as flores serão plantadas em locais públicos do município, como praças, rotatórias, creches, escolas e embelezam a cidade.

Isto posto, faz-se necessário a aquisição das flores para serem utilizadas em locais públicos do Município de Corupá/SC.

3. ENQUADRAMENTO LEGAL:**3.1** Como regra, as aquisições/contratações feitas pelo Poder Público devem se submeter ao devido processo licitatório, atendendo os ditames da Constituição Federal e da Lei 8666/93, permitindo que os fornecedores interessados concorram em linha de igualdade de condições, visando realizar a contratação que seja mais benéfica à Administração Pública.

Contudo, é possível a realização de contratação direta – por inexigibilidade (art. 25) ou dispensa (art. 24) – nas hipóteses expressamente autorizadas pela Lei de Licitações.

Nestes termos, cumpre salientar que todos os casos de **DISPENSA** estão taxativamente elencados no art. 24 e incisos do referido diploma legal e suas posteriores alterações, não admitindo, situações não descritas no texto legal.

O caso específico merece acolhimento, já que o pedido está plenamente respaldado no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, uma vez que a aquisição das flores anteriormente informadas serão para embelezamento de locais públicos do município e a mesma atende as necessidades da municipalidade, vejamos:

Art.24. É dispensável a licitação:

[...]

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;Sendo assim, como se vê, a lei autoriza a contratação direta, quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório, desde que, por óbvio, preenchidos os demais requisitos legais, **como in casu**.**4. DOS RECURSOS FINANCEIROS:****4.1** Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto, serão próprios da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer para o exercício de 2022, de acordo com a requisição de n.º 112/2022.**5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:****5.1** Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no orçamento para o ano de 2022, sendo:

Órgão	08- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade	001- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade	2019- MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL- CRECHE
Elemento	3339030310000000000- sementes, mudas de plantas e insumos
Vínculo	01010001- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação - Tesouro-Ex.Cor.
Cód.Desp	265



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC.
<https://corupa.atende.net> e-mail: licitacao02@corupa.sc.gov.br

Órgão	08- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade	001- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade	2018- MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Elemento	3339030310000000000- sementes, mudas de plantas e insumos
Vínculo	01010001- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação - Tesouro-Ex.Cor.
Cód.Desp	254

Órgão	18- SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER
Unidade	001- FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER- FME
Projeto Atividade	2058- MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TURISMO, ESPORTE E LAZER
Elemento	3339030310000000000- sementes, mudas de plantas e insumos
Vínculo	01000000- Recursos Ordinários- Tesouro- Ex.Cor.
Cód.Desp	425

6. PREÇO E JUSTIFICATIVA:

6.1 O valor global ajustado com a empresa **REINIER ROLAND GARDEN**, inscrita no CNPJ sob n. **17.741.744/0001-60**, é de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), sendo 800 (oitocentas) caixas de flores a R\$18,00 (dezoito reais) a caixa.

6.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

6.3 Conforme se desprende das cotações com os fornecedores, o valor é o praticado no mercado.

7. RAZÃO DE ESCOLHA DO CONTRATADO:

7.1 A escolha desta Administração Municipal para a contratação direta com **REINIER ROLAND GARDEN**, inscrita no CNPJ sob n. **17.741.744/0001-60**, localizada na **Rua Germano Mahnke, 25 – Bairro João Tozini, na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP 89.278-000**, se justifica pelo fato de que dentre os fornecedores cotados, foi o que apresentou a menor cotação e detém regularidade de conformidade com a Lei n. 8.666/1993, conforme documentação anexa.

8. COMUNICAÇÃO:

8.1 Assim sendo atendido o disposto no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e de forma a cumprir o disposto no art. 26 da mesma lei, apresentamos a presente **JUSTIFICATIVA** para ratificação.

Corupá/SC, 01 de março de 2022.

Assinam abaixo os membros da COMISSÃO PARA PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS designados pela Portaria n.º 6.224/2021:

CRISTIANE GARCIA MAURISSENS

HEINS GERHARD KOPSCH

LÍDIA ROSA VEECK


JOYCE RAQUEL KIATKOSKI

ZAIRA CAROLINE MAAS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº005-2021

Publicação Nº 3651097

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 12CE491E792C0CC9AD7D480AB0C95C96A0D6B48C

	MUNICÍPIO DE CORUPÁ		Pág 1 / 2	
	Estado de Santa Catarina			
	CNPJ:	83.102.467/0001-70	CEP:	89.278-000
	Endereço:	Avenida GETULIO VARGAS - 443	Cidade:	Corupá
	Telefone:	(47) 3375-6500		

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Tomada de Preços
5/2021
Processo Administrativo: 163/2021
Adjudicação: 1

O(a) Sr(a). LUIZ CARLOS TAMANINI, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, conforme o parecer da comissão de licitação resolve:

Adjudico a presente licitação nos termos e autorizo a emissão das notas de empenho das adjudicações abaixo:

Recurso: 478 Órgão: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA Unidade: 1 - DIVISAO DE ESTRADAS E RODAGEM Ação: 1006 - CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E PRAÇAS Elemento: 3449051910200000000 - Construção Pontes Vínculo: 3000000 - Recursos Ordinários - Exercício Anterior						
Fornecedor: 527343 - FATOR3 CONTRUÇÕES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR POR EMPREITADA GLOBAL A CONSTRUÇÃO DA PONTE LINO MOKWA SOBRE O RIO ISABEL NO SISTEMA VIÁRIO LOCALIZADO NA ESTRADA ISABEL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR N°1754/2021 E CONTRA PARTIDA MUNICIPAL.	UN		0,53199	R\$329.054,90	R\$175.054,90
Total do Fornecedor:						R\$175.054,90
Total do Adjudicado para o Recurso:						R\$175.054,90

**MUNICÍPIO DE CORUPÁ**

Pág 2 / 2

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.467/0001-70

Endereço: Avenida GETULIO VARGAS - 443

Telefone: (47) 3375-6500

CEP: 89.278-000

Cidade: Corupá

Recurso: 479**Órgão:** 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**Unidade:** 1 - DIVISAO DE ESTRADAS E RODAGEM**Ação:** 1006 - CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E PRAÇAS**Elemento:** 3449051910200000000 - Construção Pontes**Vínculo:** 3790015 - SUPERAVIT - Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado - Pontes Lino Mokwa e Herbert Morhr - Fernando Krelling - Tesouro Ex. Ant.**Fornecedor:** 527343 - FATOR3 CONTRUÇÕES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR POR EMPREITADA GLOBAL A CONSTRUÇÃO DA PONTE LINO MOKWA SOBRE O RIO ISABEL NO SISTEMA VIÁRIO LOCALIZADO NA ESTRADA ISABEL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR N°1754/2021 E CONTRA PARTIDA MUNICIPAL.	UN		0,46801	R\$329.054,90	R\$154.000,00
Total do Fornecedor:						R\$154.000,00
Total do Adjudicado para o Recurso:						R\$154.000,00

LUIZ CARLOS
TAMANINI:38111
055900

Assinado de forma digital por
LUIZ CARLOS
TAMANINI:38111055900
Dados: 2022.03.01 13:36:14
-03'00'


Corupá, 1 de março de 2022

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito

TERMO DE ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇO N°006-2021

Publicação N° 3651102

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC146B8EBC2A8AEA23D68DEAA9B7B9C43BF94560

	MUNICÍPIO DE CORUPÁ		Pág 1 / 2	
	Estado de Santa Catarina			
	CNPJ:	83.102.467/0001-70	CEP:	89.278-000
	Endereço:	Avenida GETULIO VARGAS - 443	Cidade:	Corupá
	Telefone:	(47) 3375-6500		

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Tomada de Preços
6/2021
Processo Administrativo: 164/2021
Adjudicação: 1

O(a) Sr(a). LUIZ CARLOS TAMANINI, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, conforme o parecer da comissão de licitação resolve:

Adjudico a presente licitação nos termos e autorizo a emissão das notas de empenho das adjudicações abaixo:

Recurso: 478						
Órgão: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA						
Unidade: 1 - DIVISAO DE ESTRADAS E RODAGEM						
Ação: 1006 - CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E PRAÇAS						
Elemento: 3449051910200000000 - Construção Pontes						
Vínculo: 3000000 - Recursos Ordinários - Exercício Anterior						
Fornecedor: 527343 - FATOR3 CONTRUÇÕES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR POR EMPREITADA GLOBAL A CONSTRUÇÃO DA PONTE HERBERT MORHR SOBRE O RIO PEDRA D' AMOLAR NO SISTEMA VIÁRIO LOCALIZADO NA ESTRADA DO FAXINAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTA EMENDA PARLAMENTAR N°1754/2021 E CONTRA PARTIDA MUNICIPAL	UN		0,569	R\$153.132,04	R\$87.132,04
Total do Fornecedor:						R\$87.132,04
Total do Adjudicado para o Recurso:						R\$87.132,04

**MUNICÍPIO DE CORUPÁ**

Pág 2 / 2

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.467/0001-70

Endereço: Avenida GETULIO VARGAS - 443

Telefone: (47) 3375-6500

CEP: 89.278-000

Cidade: Corupá

Recurso: 479**Órgão:** 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**Unidade:** 1 - DIVISAO DE ESTRADAS E RODAGEM**Ação:** 1006 - CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E PRAÇAS**Elemento:** 3449051910200000000 - Construção Pontes**Vínculo:** 3790015 - SUPERAVIT - Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado - Pontes Lino Mokwa e Herbert Morhr - Fernando Krelling - Tesouro Ex. Ant.**Fornecedor:** 527343 - FATOR3 CONTRUÇÕES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR POR EMPREITADA GLOBAL A CONSTRUÇÃO DA PONTE HERBERT MORHR SOBRE O RIO PEDRA D' AMOLAR NO SISTEMA VIÁRIO LOCALIZADO NA ESTRADA DO FAXINAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR N°1754/2021 E CONTRA PARTIDA MUNICIPAL	UN		0,431	R\$153.132,04	R\$66.000,00
Total do Fornecedor:						R\$66.000,00
Total do Adjudicado para o Recurso:						R\$66.000,00

LUIZ CARLOS
TAMANINI:3811
1055900

Assinado de forma digital
 por LUIZ CARLOS
 TAMANINI:38111055900
 Dados: 2022.03.01 13:35:47
 -03'00'


Corupá, 1 de março de 2022

LUIZ CARLOS TAMANINI
 Prefeito

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº005-2021

Publicação Nº 3651092

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 12CE491E792C0CC9AD7D480AB0C95C96A0D6B48C

	MUNICÍPIO DE CORUPÁ Estado de Santa Catarina CNPJ: 83.102.467/0001-70 Endereço: Avenida GETULIO VARGAS - 443 Telefone: (47) 3375-6500	Pág 1 / 1
	CEP: 89.278-000 Cidade: Corupá	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços
Para Obras e Serviços de Engenharia
5/2021
Processo Administrativo: 163/2021

Ao Sr(a). LUIZ CARLOS TAMANINI tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº6.224/2021.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços nº. 5/2021, o(s) participante(s):

527343 - FATOR3 CONTRUÇÕES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR POR EMPREITADA GLOBAL A CONSTRUÇÃO DA PONTE LINO MOKWA SOBRE O RIO ISABEL NO SISTEMA VIÁRIO LOCALIZADO NA ESTRADA ISABEL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº1754/2021 E CONTRA PARTIDA MUNICIPAL.	UNIDADE		1	R\$329.054,90	R\$329.054,90

LUIZ CARLOS
TAMANINI:38111055900

Assinado de forma digital por LUIZ
CARLOS TAMANINI:38111055900
Dados: 2022.01.28 08:36:56 -03'00'


LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito

Total do Fornecedor: R\$329.054,90
Corupá, 28 de janeiro de 2022.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO N°006-2021

Publicação N° 3651099

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC146B8EBC2A8AEA23D68DEAA9B7B9C43BF94560

	MUNICÍPIO DE CORUPÁ Estado de Santa Catarina CNPJ: 83.102.467/0001-70 Endereço: Avenida GETULIO VARGAS - 443 Telefone: (47) 3375-6500	Pág 1 / 1
	CEP: 89.278-000 Cidade: Corupá	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços
Para Obras e Serviços de Engenharia
6/2021
Processo Administrativo: 164/2021

Ao Sr(a). LUIZ CARLOS TAMANINI tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria n°6.224/2021.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços n°. 6/2021, o(s) participante(s):

527343 - FATOR3 CONTRUÇÕES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR POR EMPREITADA GLOBAL A CONSTRUÇÃO DA PONTE HERBERT MORHR SOBRE O RIO PEDRA D' AMOLAR NO SISTEMA VIÁRIO LOCALIZADO NA ESTRADA DO FAXINAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR N°1754/2021 E CONTRA PARTIDA MUNICIPAL	UNIDADE		1	R\$153.132,04	R\$153.132,04
					Total do Fornecedor:	R\$153.132,04

LUIZ CARLOS
TAMANINI:38111055900

Assinado de forma digital por LUIZ
CARLOS TAMANINI:38111055900
Dados: 2022.01.28 09:05:39 -03'00'

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito

Corupá, 28 de janeiro de 2022.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 025/2022

Publicação Nº 3651141

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4D81510B36AC98BE53214175B3F1AEB2A9E6DF4B

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC.
<https://corupa.atende.net> e-mail: licitacao03@corupa.sc.gov.br

TERMO DE RATIFICAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2022****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2022**

Trata-se de AQUISIÇÃO DE FLORES DE ÉPOCA PARA CANTEIROS E PRAÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO a contratação da empresa **REINIER ROLAND HAUCK**, inscrito no CNPJ sob n. **17.741.744/0001-60**, localizado na **Rua Germano Mahnke, 25 – Bairro João Tozini, na Cidade de Corupá, do Estado de Santa Catarina, CEP 89.278-000**, tendo como valor R\$14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

Conforme realização do certame licitatório na Modalidade **Dispensa de Licitação n.º 025/2022**, com respaldo legal nos termos do caput do **artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993** consolidada, observados então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Corupá/SC, 01 de março 2022.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal De Corupá

Cunhataí

PREFEITURA

PORTARIA N° 060/2022

Publicação N° 3652119

PORTARIA N° 060/2022 DE 02 DE MARÇO DE 2022.

“PRORROGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 100, Inciso II, alínea “c” da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 176, da Lei Complementar n° 002, de 14 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO reclamação protocolada na data 23 de outubro de 2021 na Ouvidoria Municipal de Cunhataí, a qual solicita informações acerca dos servidores Élcio de Castro e Sonia Rohden terem participado de curso de cuidador de idosos em horário de expediente; e

CONSIDERANDO a Portaria n° 165/2021, o qual instituiu o processo administrativo disciplinar para apuração dos fatos, e considerando o feito estar em processo de instrução, RESOLVE:

Art. 1°. Prorrogar o Processo Administrativo Disciplinar, em 30 (trinta) dias, na forma do art. 182 §2° da Lei Complementar Municipal n° 002/2007;

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí, Santa Catarina em 02 de março de 2022.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Dona Emma

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 04/2022

Publicação N° 3652026

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0545BD9FD729E977F79DBAD8062175BE2E1B8BE5

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 04/2022
PREGÃO PRESENCIAL N°. 04/2022
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 14:00 horas do dia 11 de março de 2022, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório exclusivo para microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, objetivando o Registro de Preços para aquisição de óleo lubrificante, fluidos hidráulico e de freios, graxas e detergentes para a manutenção dos equipamentos e veículos do Município de Dona Emma. O edital completo encontra-se disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br. Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente das 08:00 às 12 e das 13:30 às 16:30 horas, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma-SC, em 1º de março de 2022.

Nerci Barp
Prefeito Municipal

EXTRATO DOS CONTRATOS - FEVEREIRO 2022 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Publicação Nº 3651058

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DONA EMMA**

Rua Antonio Frare, 73 - Centro - Dona Emma - SC
CEP: 89155-000 CNPJ: 10.416.064/0001-21 Telefone: (47) 3364-2400

Página: 1 / 3

Página: 1 / 3

Data: 01/03/2022

Mês / Ano de Assinatura 2/2022

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS**Tipo de Instrumento:** Termo de Contrato**Nº Contrato:** 11/2022**Seq. Apostilamento:****Contratado:** CLINICA MEDICA KLEIN LTDA**CNPJ/CPF:** 10.849.280/0001-60**Nº Licitação:** 1/2022**Nº Processo:** 1/2022**Modalidade:** Inexigibilidade de licitação**Fundamento Legal:** 8666

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS DE PSQUIATRIA E LABORATÓRIO PARA A CONFEÇÃO E MEDIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, PARA ATENDIMENTO À PACIENTES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA E EM CONSULTÓRIO DA CONTRATADA, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS, TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTES INSTRUMENTOS.

Data da Assinatura: 24/02/2022**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DONA EMMA**Valor:** 200.000,00**Vigência:** 24/02/2022 a 24/02/2022**Despesa(s):**

6 - 05.001.10.301.0006.2400.3.3.90.00.00

Tipo de Instrumento: Termo de Contrato**Nº Contrato:** 12/2022**Seq. Apostilamento:****Contratado:** BRAGA FERREIRA GRILO SERVICOS MEDICOS LTDA**CNPJ/CPF:** 23.594.663/0001-87**Nº Licitação:** 1/2022**Nº Processo:** 1/2022**Modalidade:** Inexigibilidade de licitação**Fundamento Legal:** 8666

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS DE PSQUIATRIA E LABORATÓRIO PARA A CONFEÇÃO E MEDIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, PARA ATENDIMENTO À PACIENTES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA E EM CONSULTÓRIO DA CONTRATADA, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS, TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTES INSTRUMENTOS.

Data da Assinatura: 24/02/2022**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DONA EMMA**Valor:** 200.000,00**Vigência:** 24/02/2022 a 24/03/2023**Despesa(s):**

6 - 05.001.10.301.0006.2400.3.3.90.00.00

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS**Tipo de Instrumento:** Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato**Nº Contrato:** 25/2020**Aditivo:**3**Seq. Apostilamento:****Contratado:** LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS IBIRAMA LTDA**CNPJ/CPF:** 81.388.514/0001-68**Nº Licitação:** 1/2020**Nº Processo:** 1/2020**Modalidade:** Inexigibilidade de licitação**Fundamento Legal:****Objeto:** PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA ESTABELECIDO NA CLÁUSULA QUARTA DE CONTRATO Nº 25/2020, FIRMADO EM 21 DE FEVEREIRO DE 2021, COM VIGÊNCIA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022 ATÉ 21 DE MARÇO DE 2022.**Data do Aditivo:** 23/02/2022**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DONA EMMA**Valor:** 20.000,00**Vigência:** 21/02/2020 a 22/02/2021**Nova data final do contrato:** 21/03/2022**Despesa(s):**

6 - 05.001.10.301.0006.2400.3.3.90.00.00

6 - 05.001.10.301.0006.2400.3.3.90.00.00

Tipo de Instrumento: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato**Nº Contrato:** 24/2020**Aditivo:**2**Seq. Apostilamento:****Contratado:** LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS CRISTINA LTDA**CNPJ/CPF:** 79.858.189/0001-08**Nº Licitação:** 1/2020**Nº Processo:** 1/2020**Modalidade:** Inexigibilidade de licitação**Fundamento Legal:****Objeto:** A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA ESTABELECIDO NA CLÁUSULA QUARTA DE CONTRATO Nº 24/2020, FIRMADO EM 21 DE FEVEREIRO DE 2020, COM VIGÊNCIA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022 ATÉ 21 DE MARÇO DE 2022.**Data do Aditivo:** 23/02/2022**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DONA EMMA**Valor:** 20.000,00**Vigência:** 21/02/2020 a 22/02/2021**Nova data final do contrato:** 21/03/2022**Despesa(s):**

6 - 05.001.10.301.0006.2400.3.3.90.00.00

6 - 05.001.10.301.0006.2400.3.3.90.00.00

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS

Tipo de Instrumento: Reajuste de Preço Previsto no Contrato - Termo de Contrato

N° Contrato: 28/2020

Aditivo:2

Seq. Apostilamento: 2

Contratado: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ETZOLD LTDA

CNPJ/CPF: 31.940.560/0001-50

N° Licitação: 6/2020

N° Processo: 18/2020

Modalidade: Pregão presencial

Fundamento Legal:

Objeto: Fica reduzido em 1,53% (um virgula cinquenta e três por cento), o preço unitário da gasolina comum, passando para o seguinte valor: R\$ 6,40 (seis reais e quarenta centavos) por litro.

Data do Aditivo: 18/02/2022

Entidade: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DONA EMMA

Valor: -4.391,73

Vigência: 17/04/2020 a 31/12/2021

Despesa(s):

6 - 05.001.10.301.0006.2400.3.3.90.00.00

EXTRATO DOS CONTRATOS - FEVEREIRO 2022 - MUNICÍPIO

Publicação Nº 3651057

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DONA EMMA**

Rua Alberto Koglin, 3493 - Centro - Dona Emma - SC
CEP: 89155-000 CNPJ: 83.102.426/0001-83 Telefone: (47) 3364-2800

Página: 1 / 3

Página: 1 / 3

Data: 01/03/2022

Mês / Ano de Assinatura 2/2022

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS**Tipo de Instrumento:** Termo de Contrato**Nº Contrato:** 8/2022**Seq. Apostilamento:****Contratado:** LIZ SERVICOS ONLINE LTDA**CNPJ/CPF:** 03.725.725/0001-35**Nº Licitação:** 0/0**Nº Processo:** 0/0**Modalidade:****Fundamento Legal:** 8666**Objeto:** SISTEMATIZAÇÃO DIGITAL, IMPLANTAÇÃO, INDEXAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO, COMPILAÇÃO, VERSIONAMENTO, PUBLICAÇÃO E GERENCIAMENTO ON-LINE DA LEGISLAÇÃO (LEI ORGÂNICA, LEIS ORDINÁRIAS, LEIS COMPLEMENTARES, DECRETOS E PORTARIAS) DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA.**Data da Assinatura:** 03/02/2022**Entidade:** MUNICÍPIO DE DONA EMMA**Valor:** 13.500,00**Vigência:** 01/03/2022 a 28/02/2028**Despesa(s):**

16 - 03.001.04.122.0003.2200.3.3.90.00.00

Tipo de Instrumento: Termo de Contrato**Nº Contrato:** 9/2022**Seq. Apostilamento:****Contratado:** LUCIANO DETZEL**CNPJ/CPF:** 20.288.962/0001-03**Nº Licitação:** 0/0**Nº Processo:** 0/0**Modalidade:****Fundamento Legal:** 8666**Objeto:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA E DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS, RELATIVOS À GESTÃO PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA, COMPREENDENDO: CADASTRO DA ESCRITURA ADMINISTRATIVA E CONTAS CONTÁBEIS, IDENTIFICAÇÃO, LEVANTAMENTO FÍSICO E ETIQUETAGEM DOS BENS MÓVEIS, BEM COMO, TREINAMENTO FUNCIONAL SOBRE A GESTÃO PATRIMONIAL.**Data da Assinatura:** 10/02/2022**Entidade:** MUNICÍPIO DE DONA EMMA**Valor:** 16.850,00**Vigência:** 10/02/2022 a 31/12/2022**Despesa(s):**

16 - 03.001.04.122.0003.2200.3.3.90.00.00

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS

Tipo de Instrumento: Aditivo de Alteração de outras Cláusulas - Termo de Contrato**N° Contrato:** 9/2018**Aditivo:**9**Seq. Apostilamento:****Contratado:** HELIO SCHMIDT TRANSPORTES**CNPJ/CPF:** 02.284.041/0001-82**N° Licitação:** 4/2018**N° Processo:** 6/2018**Modalidade:** Pregão presencial**Fundamento Legal:****Objeto:** AMPLIAÇÃO DO ROTEIRO ESTABELECIDO NA CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO N. 09/2018, FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 1º DE MARÇO DE 2018.**Data do Aditivo:** 23/02/2022**Entidade:** MUNICÍPIO DE DONA EMMA**Valor:** 0,00**Vigência:** 01/03/2018 a 04/02/2019**Nova data final do contrato:** 31/12/2022**Despesa(s):**

Tipo de Instrumento: Aditivo de Valor (Acréscimo) - Termo de Contrato**N° Contrato:** 57/2020**Aditivo:**4**Seq. Apostilamento:****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ/CPF:** 00.456.865/0001-67**N° Licitação:** 14/2020**N° Processo:** 35/2020**Modalidade:** Pregão presencial**Fundamento Legal:****Objeto:** O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO O AUMENTO DO QUANTITATIVO DE ITENS INICIALMENTE PREVISTO NO TERMO DE CONTRATO N° 57/2020, FIRMADO EM 14 DE SETEMBRO DE 2020, CORRESPONDENTE AO PACOTE DE SISTEMAS DESKTOP E FLY.**Data do Aditivo:** 25/02/2022**Entidade:** MUNICÍPIO DE DONA EMMA**Valor:** 6.000,00**Vigência:** 14/09/2020 a 14/09/2021**Despesa(s):**

16 - 03.001.04.122.0003.2200.3.3.90.00.00

6 - 05.001.10.301.0006.2400.3.3.90.00.00

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS**Tipo de Instrumento:** Reajuste de Preço Previsto no Contrato - Termo de Contrato**N° Contrato:** 28/2020**Aditivo:** 4**Seq. Apostilamento:** 47**Contratado:** COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ETZOLD LTDA**CNPJ/CPF:** 31.940.560/0001-50**N° Licitação:** 6/2020**N° Processo:** 18/2020**Modalidade:** Pregão presencial**Fundamento Legal:****Objeto:** Fica reduzido em 1,53% (um virgula cinquenta e três por cento), o preço unitário da gasolina comum, passando para o seguinte valor: R\$ 6,40 (seis reais e quarenta centavos) por litro.**Data do Aditivo:** 18/02/2022**Entidade:** MUNICÍPIO DE DONA EMMA**Valor:** -35.065,28**Vigência:** 17/04/2020 a 31/12/2020**Despesa(s):**

2 - 02.001.04.122.0002.2101.3.3.90.00.00
11 - 02.004.06.182.0012.2102.3.3.90.00.00
41 - 04.001.08.243.0007.2307.3.3.90.00.00
31 - 04.001.08.244.0007.2301.3.3.90.00.00
34 - 04.001.08.244.0007.2304.3.3.90.00.00
34 - 04.001.08.244.0007.2304.3.3.90.00.00
34 - 04.001.08.244.0007.2304.3.3.90.00.00
57 - 06.001.12.361.0005.2501.3.3.90.00.00
57 - 06.001.12.361.0005.2501.3.3.90.00.00
57 - 06.001.12.361.0005.2501.3.3.90.00.00
63 - 06.001.12.361.0005.2506.3.3.90.00.00
63 - 06.001.12.361.0005.2506.3.3.90.00.00
63 - 06.001.12.361.0005.2506.3.3.90.00.00
65 - 06.001.12.364.0005.2508.3.3.90.00.00
74 - 06.001.12.367.0005.2511.3.3.90.00.00
96 - 07.001.04.122.0003.2606.3.3.90.00.00
102 - 07.001.20.608.0004.2601.3.3.90.00.00
106 - 07.001.20.609.0004.2605.3.3.90.00.00
120 - 08.001.04.122.0003.2700.3.3.90.00.00
151 - 08.001.06.181.0016.2702.3.3.90.00.00
151 - 08.001.06.181.0016.2702.3.3.90.00.00
129 - 08.001.15.452.0012.2705.3.3.90.00.00
143 - 08.001.26.782.0014.2709.3.3.90.00.00
143 - 08.001.26.782.0014.2709.3.3.90.00.00
143 - 08.001.26.782.0014.2709.3.3.90.00.00
143 - 08.001.26.782.0014.2709.3.3.90.00.00

PRIMEIRO ADENDO MODIFICADOR AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2022

Publicação Nº 3652008

**MUNICÍPIO DE DONA EMMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br**Primeiro Adendo Modificador ao
Edital de Pregão Presencial nº. 03/2022
Processo Licitatório nº 03/2022**

O Município de Dona Emma, por força do parágrafo 4º do artigo 21 da Lei 8.666/93, através de seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que obedecendo aos princípios inerentes à Administração, procede as seguintes retificações:

Onde se lê:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2022- PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2022**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA**

[...]

3. PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTO ESTIMADO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
01	AREIA FINA	350	M³	94,00	32.900,00
02	AREIA GROSSA	350	M³	82,30	28.805,00
03	AREIA INDUSTRIAL	350	M³	87,50	30.625,00
04	BLOCO DE CONCRETO DE 14 X 20 X 40 CM	3.000	UN	2,32	6.960,00
05	BRITA N. 02	350	M³	80,00	28.000,00
06	CAL HIDRATADO DE 20 KG	100	SC	12,70	1.270,00
07	PÓ DE BRITA	1.000	M³	79,00	79.000,00
08	TIJOLO DE ARGILA DE 8 FUROS COM 11,5 X 19 X 24 CM	10.000	UN	1,58	15.800,00
09	TUBO DE CONCRETO SIMPLES DE 1,0 MT COM 500 MM DE DIAMETRO	200	UN	91,10	18.220,00
10	TUBO DE CONCRETO SIMPLES DE 1,0 MT COM 600 MM DE DIAMETRO	200	UN	106,45	21.290,00
VALOR GLOBAL R\$					262.870,00

**MUNICÍPIO DE DONA EMMA**
ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC
Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

Leia-se:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2022- PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2022**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA**

[...]

3. PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTO ESTIMADO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
01	AREIA FINA	350	M³	94,00	32.900,00
02	AREIA GROSSA	350	M³	82,30	28.805,00
03	AREIA INDUSTRIAL	350	M³	87,50	30.625,00
04	BLOCO DE CONCRETO DE 14 X 20 X 40 CM	3.000	UN	2,32	6.960,00
05	BRITA N. 02	350	M³	80,00	28.000,00
06	CAL HIDRATADO DE 20 KG	100	SC	12,70	1.270,00
07	PÓ DE BRITA	1.000	M³	79,00	79.000,00
08	TIJOLO DE ARGILA DE 8 FUROS COM 11,5 X 19 X 24 CM	10.000	UN	1,58	15.800,00
09	TUBO DE CONCRETO SIMPLES DE 1,0 MT COM 300 MM DE DIAMETRO	700	UN	39,70	27.790,00
10	TUBO DE CONCRETO SIMPLES DE 1,0 MT COM 400 MM DE DIAMETRO	700	UN	54,20	37.940,00
11	TUBO DE CONCRETO SIMPLES DE 1,0 MT COM 500 MM DE DIAMETRO	200	UN	91,10	18.220,00
12	TUBO DE CONCRETO SIMPLES DE 1,0 MT COM 600 MM DE DIAMETRO	200	UN	106,45	21.290,00
VALOR GLOBAL R\$					328.600,00

**MUNICÍPIO DE DONA EMMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br**Onde se lê:****PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2022****ANEXO III****MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

[...]

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
01	AREIA FINA	350	M³		
02	AREIA GROSSA	350	M³		
03	AREIA INDUSTRIAL	350	M³		
04	BLOCO DE CONCRETO DE 14 X 20 X 40 CM	3.000	UN		
05	BRITA N. 02	350	M³		
06	CAL HIDRATADO DE 20 KG	100	SC		
07	PÓ DE BRITA	1.000	M³		
08	TIJOLO DE ARGILA DE 8 FUROS COM 11,5 X 19 X 24 CM	10.000	UN		
09	TUBO DE CONCRETO SIMPLES DE 1,0 MT COM 500 MM DE DIAMETRO	200	UN		
10	TUBO DE CONCRETO SIMPLES DE 1,0 MT COM 600 MM DE DIAMETRO	200	UN		
VALOR GLOBAL R\$					

**MUNICÍPIO DE DONA EMMA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br**Leia-se:****PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2022****ANEXO III****MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

[...]

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
01	AREIA FINA	350	M³		
02	AREIA GROSSA	350	M³		
03	AREIA INDUSTRIAL	350	M³		
04	BLOCO DE CONCRETO DE 14 X 20 X 40 CM	3.000	UN		
05	BRITA N. 02	350	M³		
06	CAL HIDRATADO DE 20 KG	100	SC		
07	PÓ DE BRITA	1.000	M³		
08	TIJOLO DE ARGILA DE 8 FUIROS COM 11,5 X 19 X 24 CM	10.000	UN		
09	TUBO DE CONCRETO SIMPLES DE 1,0 MT COM 300 MM DE DIAMETRO	700	UN		
10	TUBO DE CONCRETO SIMPLES DE 1,0 MT COM 400 MM DE DIAMETRO	700	UN		
11	TUBO DE CONCRETO SIMPLES DE 1,0 MT COM 500 MM DE DIAMETRO	200	UN		
12	TUBO DE CONCRETO SIMPLES DE 1,0 MT COM 600 MM DE DIAMETRO	200	UN		
VALOR GLOBAL R\$					

Este adendo deve-se a inclusão de dois itens (09 e 10) e considerando que a modificação afeta a formulação das propostas, o prazo inicialmente estabelecimento está reaberto.

Desta forma, a Sessão Pública está agendada para às 15:30 do dia 11 de março de 2022, na sala de reuniões do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Dona Emma, data e horários limites para a entrega dos envelopes de Proposta de Preços e Habilitação.

Dona Emma-SC, 02 de março de 2022.

Nerci Barp
Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2022

Publicação Nº 3650967

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2022
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 268F57179239E366874F60FAA1BC737B77E0B2F4

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, CNPJ: 79.373.775/0001-62.

CONTRATADA: ATTO CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO ESTRATEGICO LTDA, CNPJ: 10.741.490/0001-30.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E CONTROLE DE INFORMAÇÕES NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL.

VALOR TOTAL: R\$ 16.928,00 (dezesseis mil, novecentos e vinte e oito reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO XIII, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93.

Doutor Pedrinho/SC, 01 de março de 2022.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

LEI COMPLEMENTAR Nº 172/2022

Publicação Nº 3651370

LEI COMPLEMENTAR nº 172, de 01 de março de 2022.

Altera a Lei Complementar nº 49, de 06/10/2006, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A Lei Complementar nº 49, de 06/10/2006, que trata da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Doutor Pedrinho, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º -:

.....
III - Unidades Administrativas de Atividades - Fim:

4 . Secretaria Municipal de Educação;

.....

6. Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos;

7. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio-Ambiente; e

8 . Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes.

IV - Órgãos Colegiados Deliberativos e de Aconselhamento

.....

Seção III

Das Unidades Administrativas de Atividade-Fim

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Art. 7º - Compete à Secretaria Municipal de Educação, estruturada na forma do ANEXO III, sob a titularidade do Secretário Municipal respectivo:

.....

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Educação compreende as seguintes Divisões, além das respectivas Unidades Municipais de Ensino, diretamente subordinadas ao respectivo titular:

I - Divisão de Educação Infantil;

II - Divisão de Ensino Fundamental.

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES:

Art. 8º-A - Compete à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, estruturada na forma do ANEXO III-A, sob a titularidade do Secretário Municipal respectivo:

I - elaborar ou implementar projetos para captação de recursos intergovernamentais destinados ao turismo, cultura e esportes;

II - propor planos de trabalho, programas e investimentos destinados ao turismo, cultura e esportes;

III - interagir com as demais unidades administrativas para implementação de ações e programas comunitários ou sociais relacionados, direta ou indiretamente, com o turismo, cultura e esportes;

IV - difundir e estimular a cultura em todos os seus aspectos, bem como manter as unidades de difusão cultural;

V - captar recursos para realização de projetos turísticos, artísticos, culturais, esportivos ou de eventos, e manter convênios referentes à sua área de atuação;

VI - implementar, apoiar e promover atividades turísticas, artísticas e culturais;

VII - implementar, apoiar e promover atividades esportivas, técnicas ou comunitárias;

VIII - difundir, estimular, promover e executar ações relativas ao turismo, a cultura e a assuntos da juventude, em todos os seus aspectos;

IX - administrar e manter as áreas públicas de interesse histórico, turístico, artístico, cultural, esportivo ou de eventos; e

X - Coordenar e executar as políticas públicas de sua área de atuação.

Art. 8º-B - A Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes compreende a Divisão de Turismo e Cultura, o Departamento de Esportes e a Divisão de Esportes, diretamente subordinadas ao respectivo titular.

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

.....

Art. 10 - A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social compreende o Departamento de Saúde e Assistência Social, com as seguintes Divisões, diretamente subordinadas ao respectivo titular:

I - Divisão de Saúde;

II - Divisão de Assistência Social.

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS:

Art. 11 -

.....

Art. 12 - A Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos compreende as seguintes Divisões, diretamente subordinadas ao seu respectivo titular:

I - Divisão de Obras,

II - Divisão de Estradas, e

III - Divisão de Serviços Urbanos.

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE:

Art. 13 - Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio-Ambiente, estruturada na forma do ANEXO VI, sob a titularidade do Secretário Municipal respectivo:

I - realizar estudos e pesquisas para o planejamento estratégico das atividades do governo municipal e a viabilização de instrumentos de cooperação institucional para funcionamento adequado das atividades estaduais e federais na área agropecuária, meio ambiente, florestal, etc.;

II - estudar e propor medidas que visem a racionalização dos métodos de trabalho e a eficiência do órgão e serviços municipais na área de agricultura e meio-ambiente;

.....;

IV - organizar, executar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações municipais na área de meio ambiente, agropecuária e florestal, nos limites legais e em cooperação com os demais órgãos governamentais e não-governamentais competentes;

.....;

VIII - difundir, estimular, promover e executar ações relativas à agricultura e ao meio-ambiente, em todos os seus aspectos;

IX - administrar as áreas públicas de interesse ambiental;

.....

Art. 14 - A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio-Ambiente compreende as seguintes Divisões, diretamente subordinadas aos seus respectivos titulares.

I - Divisão de Agricultura; e

II - Divisão de Meio-Ambiente.

Secção IV

.....

Art. 15 –

Parágrafo Único - Para os fins desta Lei, os cargos em comissão serão classificados da seguinte forma:

I - cargos de direção e assessoramento superior (símbolo DAS-1): dedicados a Direção e Assessoramento nos Órgãos de Assessoramento Superior ou nas Unidades Administrativas de Atividades-Meio ou Atividades-Fim da Administração Municipal, incluindo os cargos em comissão de Secretário Municipal, Chefe de Gabinete e Assessor Jurídico na Administração Direta, com subordinação direta ao Chefe do Poder Executivo;

II - cargos de assessoramento e direção de departamento ou unidade (símbolo DAS-2): dedicados ao Assessoramento ou Direção nos Departamentos ou Unidades Administrativas de Atividades-Meio ou Atividades-Fim da Administração Direta, incluindo os cargos de Assessor Técnico, Diretor Escolar, Diretor de Saúde e Assistência Social e Diretor de Esportes;

III – cargos de coordenação (símbolo DAS-3): dedicados a chefia e coordenação de serviços ou divisões das Unidades Administrativas de Atividades-Meio ou Atividades-Fim da Administração Direta, incluindo os cargos de Coordenador de Gabinete e Comunicação, Coordenador de Administração, Coordenador de Educação, Coordenador de Saúde e Assistência Social, Coordenador de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, Coordenador de Meio-Ambiente, Coordenador de Turismo e Cultura, Coordenador de Esportes e Coordenador de Manutenção e Suporte;

IV – cargos de chefia (símbolo DAS-4): dedicados a chefia de serviços ou setores das divisões nas Unidades Administrativas de Atividades-Meio ou Atividades-Fim da Administração Direta, incluindo os cargos de Chefe de Serviços.

Secção V

.....

Art. 22 -

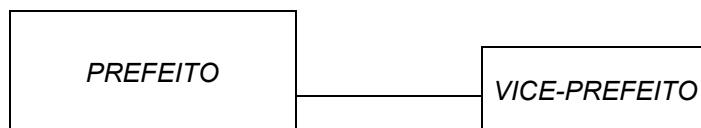
.....

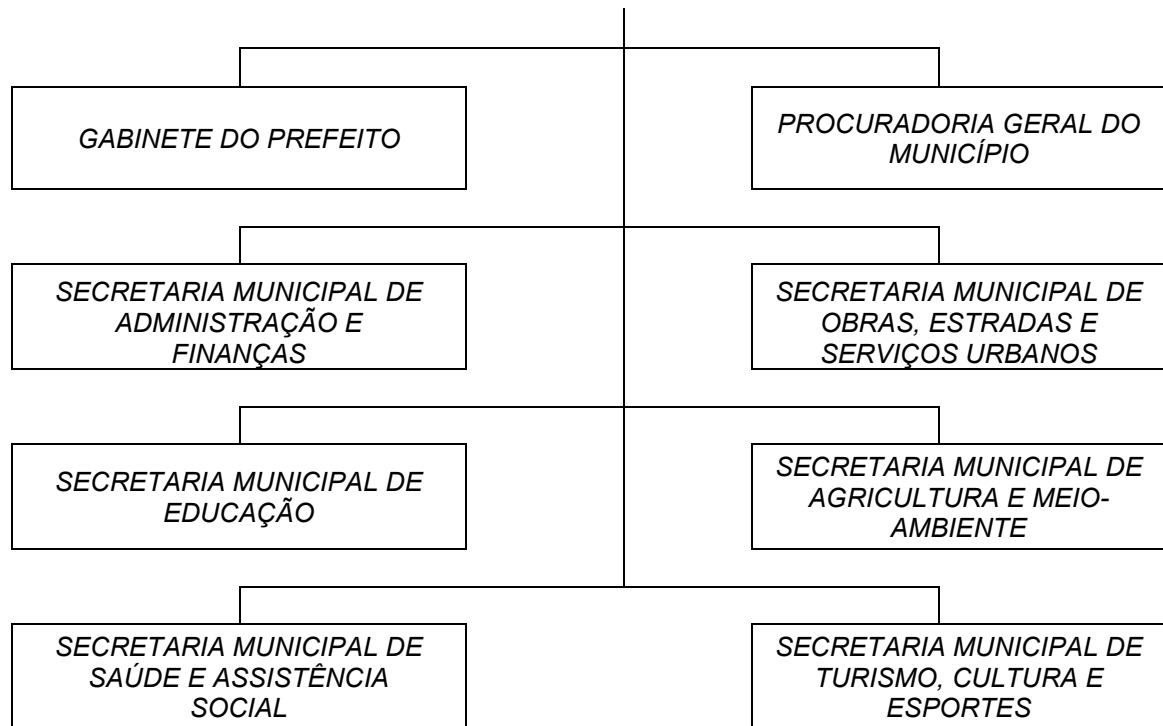
§ 4º - Os ocupantes de cargos em comissão ficam submetidos a jornada semanal de trabalho prevista no art. 153, “a”, da Lei Complementar nº 50, de 2006, com exceção do cargo de Assessor Jurídico que fica submetido a carga horária semanal presencial de 20:00 (vinte) horas, cumpridas em três dias de trabalho na semana, sem prejuízo, em qualquer caso, do disposto no artigo 29 da Lei Complementar nº 50, de 2006.

Art. 23 -”

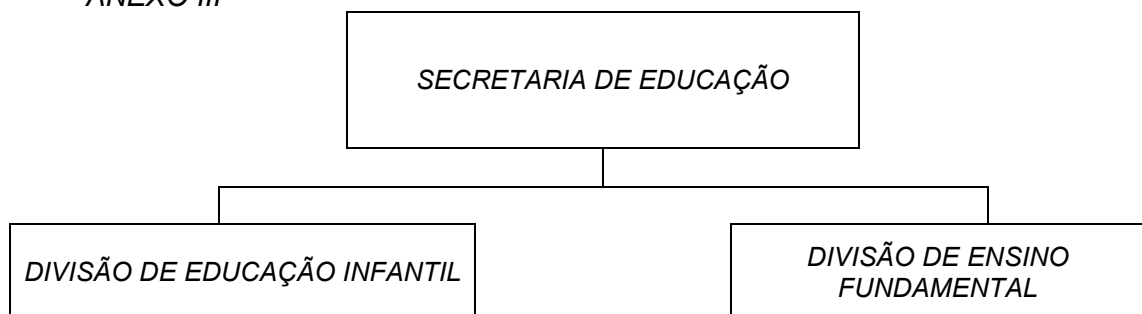
Art. 2º - Os Anexos I, III, III-A, IV, V e VI da Lei Complementar nº 49, de 06/10/2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ANEXO I

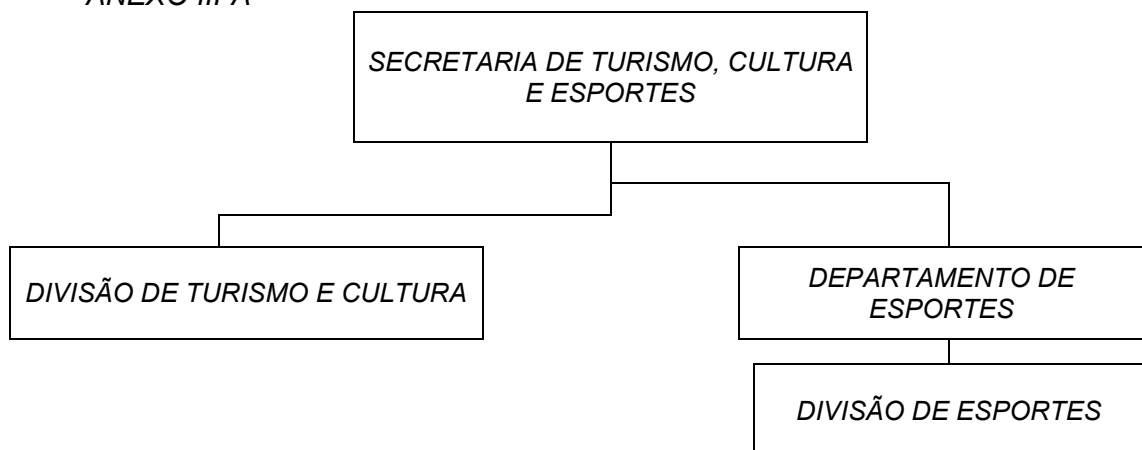




ANEXO III



ANEXO III-A



ANEXO IV



.....

ANEXO V



.....

ANEXO VI



.....”

Art. 3º - O anexo VII da Lei Complementar nº 49, de 06/10/2006, passa a vigorar com a seguintes alterações:

ANEXO VII

a) DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS (FUNÇÕES DE CONFIANÇA), COM RESPECTIVOS SÍMBOLOS E VALORES:

Quantidade	Símbolo	Valor da Retribuição (R\$)
10	FG-1	R\$ 275,63
10	FG-2	R\$ 413,52
10	FG-3	R\$ 552,97
10	FG-4	R\$ 689,17

b) DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA (FUNÇÕES GRATIFICADAS):

.....”

Art. 4º - O Anexo VIII da Lei Complementar nº 49, de 06/10/2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ANEXO VIII

a) DA NOMINATA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO (CARGOS DE CONFIANÇA)

Nº de Cargos	Denominação	Símbolo	Salário R\$
GABINETE DO PREFEITO:			
01	Chefe de Gabinete	DAS-01	R\$ 3.761,49
01	Coordenador de Gabinete e Comunicação	DAS-03	R\$ 2.321,16
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO			
01	Assessor Jurídico	DAS-01	R\$ 4.247,49
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:			
01	Secretário de Administração e Finanças	DAS-01	(*)
01	Assessor Técnico	DAS-02	R\$ 3.743,20
01	Coordenador de Administração	DAS-03	R\$ 2.321,16
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:			
01	Secretário de Educação	DAS-01	(*)
01	Diretor Escolar	DAS-02	R\$ 3.743,20
01	Coordenador de Educação	DAS-03	R\$ 2.321,16
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:			
01	Secretário de Saúde e Assistência Social	DAS-01	(*)
01	Diretor de Saúde e Assistência Social	DAS-02	R\$ 3.743,20
01	Coordenador de Saúde e Assistência Social	DAS-03	R\$ 2.321,16
SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS:			
01	Secretário de Obras, Estradas e Serviços Urbanos	DAS-01	(*)
01	Coordenador de Obras, Estradas e Serviços Urbanos	DAS-03	R\$ 2.321,16
01	Chefe de Serviços	DAS-04	R\$ 1.821,16
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE:			
01	Secretário de Agricultura e Meio-Ambiente	DAS-01	(*)
01	Coordenador de Meio-Ambiente	DAS-03	R\$ 2.321,16
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES:			
01	Secretário de Turismo, Cultura e Esportes	DAS-01	(*)
01	Diretor de Esportes	DAS-02	R\$ 3.743,20
01	Coordenador de Esportes	DAS-03	R\$ 2.321,16
01	Coordenador de Turismo e Cultura	DAS-03	R\$ 2.321,16
01	Coordenador de Manutenção e Suporte	DAS-03	R\$ 2.321,16
01	Chefe de Serviços	DAS-04	R\$ 1.821,16

(*) Subsídio fixado por lei de iniciativa da Câmara, na forma do art. 29, V, c/c art. 37, X, c/c art. 39, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal.

b) DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO (CARGOS DE CONFIANÇA):

CARGO	ATRIBUIÇÕES/ FUNÇÕES
GABINETE DO PREFEITO	
Chefe de Gabinete
Coordenador de Gabinete e Comunicação
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO	

<i>Assessor Jurídico</i>
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:	
<i>Secretário de Administração e Finanças</i>
<i>Assessor Técnico</i>
<i>Coordenador de Administração</i>	<i>Coordenar os serviços prestados junto à Central de Compras e Licitações ou demais serviços centralizados da Secretaria; Dar suporte aos Coordenadores das Divisões nas Unidades Administrativas, especialmente para aquisição de suprimentos e planejamento de licitações e compras, entre outros; Atuar nos assuntos relacionados às Divisões de Administração e/ou de Finanças; Coordenar e dar suporte às atividades e procedimentos administrativos voltados aos atos financeiros, de pessoal, contábeis, patrimoniais, fiscais, bens (móveis, imóveis e demais) e projetos; Participar de comissões e conselhos municipais, quando designado; Desenvolver as demais atividades de chefia e assessoramento designadas pelo gestor da Unidade.</i>
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:	
<i>Secretário de Educação</i>	<i>Dirigir as ações da Secretaria Municipal de Educação, previstas no art. 7º desta Lei Complementar; (...).</i>
<i>Diretor Escolar</i>	<i>Administrar a escola e seus recursos humanos, materiais e financeiros em consonância com a Secretaria Municipal de Educação; (...); Coordenar o processo de implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação; (...)</i>
<i>Coordenador de Educação</i>	<i>Coordenar, assessorar e dar suporte à avaliação de desempenho dos profissionais do Ensino Infantil e Fundamental e o resultado da ação didático-pedagógica da Rede Municipal de Ensino e propor alternativas quando necessário; (...); Dar suporte a elaboração de projetos educacionais em consonância com os objetivos da Secretaria Municipal de Educação; Participar em conjunto com as divisões administrativas da Secretaria Municipal de Educação na elaboração e realização de eventos desenvolvidos por esta; (...); Coordenar a divulgação de eventos educacionais promovidos pela Secretaria Municipal de Educação; (...).</i>
SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:	
<i>Secretário de Saúde e Assistência Social</i>
<i>Diretor de Saúde e Assistência Social</i>	<i>Dirigir e coordenar a equipe técnica/profissional, administrativa e operacional da Unidade nas atividades, ações, programas e serviços da rede municipal de saúde e assistência social; Assessorar o Secretário Municipal em toda gestão dos trabalhos e do quadro de pessoal da Unidade; Supervisionar, orientar e avaliar as ações das equipes e grupos de trabalho, bem como a efetividade dos serviços prestados; Supervisionar, orientar e avaliar as ações da equipe na direção clínica e técnica, bloco investimento, aquisição bens e equipamentos, reformas, construções e ampliações; Gerir, coordenar e fiscalizar os serviços prestados junto às Divisões de Saúde e de Assistência Social, inclusive por instrumentos de cooperação, integração administração – comunidade (com destaque a implantação / modernização dos canais eletrônicos, telefônicos e outros mecanismos de acesso);</i>

	<i>Dar suporte às equipes na expedição de atos, informações, atendimento, controles, tramitação e respostas a solicitações e requerimentos; Emitir despachos e manifestações acerca dos assuntos relacionados ao Setor; Coordenar e dar suporte às atividades e procedimentos administrativos voltados aos serviços, programas e projetos da área de saúde e assistência social; Participar de comissões e conselhos municipais, quando designado; Dirigir e coordenar as demais atividades de chefia e assessoramento designadas pelo Secretário.</i>
<i>Coordenador de Saúde e Assistência Social</i>	<i>Coordenar e assessorar a equipe da Unidade nas atividades administrativas, em especial compras, empenhos, tesouraria, contabilidade – PPA / LDO / LOA / Controle de Receitas, licitações, recursos humanos, patrimônio, informática, jurídico, almoxarifado, manutenção geral, frotas, educação permanente, atendimento à população e orientação aos servidores, contratos e convênios, elaboração dos instrumentos de gestão do SUS (plano municipal de saúde/Relatório Anual de Gestão/Programação Anual de Saúde/SISPACTO – Pactuação das indicações do SUS), políticas de saúde nos blocos de atenção básica (estratégia de saúde da família / saúde bucal / agentes comunitários de saúde / NASFs / Conselhos locais de saúde), controle e avaliação de atendimentos de média e alta complexidade, CRAS e CREAS; Assessorar na emissão de despachos e justificativas acerca de assuntos alusivos a sua área de atuação; Coordenar os Núcleos de Apoio a Saúde da Família de Doutor Pedrinho; Coordenar e/ou prestar suporte à equipe na execução/aplicação de todas as atividades relacionadas ao Plano de Trabalho do NASF e Unidade de Saúde, as atividades técnicas perante as instituições/parceiros, produção profissional, o programa de Educação Permanente apoiado pelo NASF; Coordenar e dar suporte à equipe na consecução dos atos relacionados à priorização das situações de risco, o Programa de Controle do Tabagismo de Doutor Pedrinho, atendimentos/demais atividades prestadas pelos programa da Unidade de Saúde, prestação de contas, recebimento/distribuição de materiais/insumos, campanhas, todas as atividades da farmácia (inclusive entrega, controle de validade, almoxarifado, compra, venda, Processo de Licitação e CISAMMVI); Coordenar agendamentos, arquivamento e organização documental, recepção e encaminhamento das demandas da Secretaria, requisições e outros; Promover controle da frota da saúde, inclusive documentação veicular, seguros, manutenção preventiva e corretiva, além do agendamento de viagens para pacientes e acompanhantes, cadastro no DETER e dos correspondentes veículos e motoristas, controle de ponto / férias / horas extras / viagens / atendimento a pacientes; Participar de comissões e conselhos municipais, quando designado; Desenvolver as demais atividades de chefia e assessoramento designadas pelo gestor da Unidade.</i>
SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS:	
Secretário de Obras, Estradas e Serviços Urbanos
Coordenador de Obras,	Cooordenar e administrar toda a equipe e suas respectivas

<i>Estradas e Serviços Urbanos</i>	<i>atividades administrativas (inclusive no que tange a compras, empenhos, tesouraria, contabilidade, licitações, recursos humanos, patrimônio, almoxarifado, manutenção geral, frotas, atendimento à população e orientação aos servidores, contratos e convênios) e operacionais de execução; Dirigir e supervisionar a equipe em todo o acompanhamento, coordenação e execução das atividades e fiscalização dos serviços e das obras públicas e dos serviços prestados à particulares; Assessorar o Secretário na coordenação dos trabalhos desempenhados por cada divisão da Unidade Administrativa; Participar de comissões e conselhos municipais, quando designado; Desenvolver as demais atividades de chefia e assessoramento designadas pelo gestor da Unidade.</i>
<i>Chefe de Serviços</i>	<i>Chefiar serviços prestados junto aos Setores da Unidade Administrativa, inclusive na esfera da fiscalização, controle de execução e integração administração – comunidade (com destaque a implantação / modernização dos canais eletrônicos, telefônicos e outros mecanismos de acesso); Dar suporte à equipe na expedição de atos, informações, atendimento, tramitação e respostas a requerimentos; Chefiar o trabalho executado pelas equipes (próprias ou terceirizadas); Emitir opinião acerca dos assuntos relacionados ao Setor; Coordenar e dar suporte às atividades e procedimentos administrativos voltados aos serviços e projetos das Divisões de Obras, Estradas e Serviços Urbanos; Participar de comissões e conselhos municipais, quando designado; Desenvolver as demais atividades de chefia e assessoramento designadas pelo gestor da Unidade.</i>
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE:	
<i>Secretário de Agricultura e Meio-Ambiente</i>	<i>.....</i>
<i>Coordenador de Meio-Ambiente</i>	<i>Coordenar e supervisionar a equipe em toda a demanda de protocolos, análise/aprovação de área verde / compensação ambiental / preservação permanente / faixa sanitária / projeto de supressão de vegetação em área urbana e rural / corte de árvores isoladas / plano de corte área rural pequeno produtor / projeto de manejo de palmito área urbana e rural / implantação de loteamento / licenciamento ambiental de atividades juntamente com a equipe multidisciplinar / obras de terraplanagem e outros; Chefia, coordenação e gestão da análise dos projetos e emissão de licença ambiental; Assessorar e participar do grupo de trabalho do diagnóstico sócio ambiental; Chefiar a administração do atendimento ao público, consultores ambientais, empresários, corretores de imóveis e outros; Assessorar e participar do Conselho Municipal do Meio Ambiente; Coordenação, assessoria e acompanhamento de projetos e licenças ambientais do Município; Coordenação, assessoramento e supervisão da equipe multidisciplinar nas análises sobre áreas de risco, declarações e certidões ambientais, estudo hidrogeológico e resposta de questionamentos do ministério público; Participar de comissões e conselhos municipais, quando designado; Desenvolver as demais atividades de chefia e assessoramento designadas pelo gestor da Unidade.</i>
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES:	

Secretário de Turismo, Cultura e Esportes	<i>Dirigir as ações da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, previstas no art. 8º-A desta Lei Complementar; (...); Apoiar e incentivar clubes e associações de bairros em atividades culturais e esportivas em geral; Propor convênios com o Estado e a União para execução de programas turísticos, culturais e de esportes; (...); Assegurar a satisfação das necessidades de divulgação turística e os eventos e manifestações artísticas, culturais e esportivas da comunidade; Dar parecer sobre pedidos de subvenção ou auxílios para instituições esportivas e culturais, e/ou para atletas e artistas, bem como fiscalizar as concedidas.</i>
Diretor de Esportes	<i>Dirigir e supervisionar a equipe em todo o acompanhamento, coordenação e execução das ações e atividades públicas voltadas ao desporto; Orientar e fiscalizar as ações e atividades esportivas ofertadas ou apoiadas pela Unidade; Dirigir levantamentos, projetos, programas e planos municipais na área de esportes; Coordenar parcerias publico-privadas no setor de esportes; Promover o intercâmbio de informações esportivas, a capacitação dos agentes públicos e privados e o desenvolvimento das atividades no Município; Congregar representação do Município em eventos de promoção local ou regional do esporte; Participar das comissões e conselhos municipais que tratem do esporte, se for o caso, e atuar junto as instâncias regionais, estaduais ou federais; Implementar ações de geração de renda e agregação de valor para os produtos esportivos locais; Dirigir, coordenar ou assessorar políticas de melhoria da gestão de atividades e empreendimentos esportivos.</i>
Coordenador de Esportes	<i>Coordenar a execução das ações e atividades esportivas da Unidade; Assessorar na coordenação de levantamentos, projetos, programas e planos municipais na área de esportes; Coordenar e acompanhar parcerias publico-privadas de desporto; Coordenar, apoiar e promover eventos esportivos locais, e o desenvolvimento das atividades no Município; Coordenar e monitorar espaços públicos destinados à prática esportiva e realização de atividades correlatas; Coordenar a implementação de ações de socialização da prática esportiva e de exercícios físicos pela comunidade; Acompanhar ações das políticas de melhoria da gestão de atividades e empreendimentos esportivos locais; Desenvolver as demais atividades de chefia e assessoramento designadas pelo gestor da Unidade.</i>
Coordenador de Turismo e Cultura	<i>Coordenar e supervisionar a equipe em toda execução das ações e atividades voltadas ao turismo e a cultura; Chefiar o trabalho executado pelas equipes (próprias ou terceirizadas); Coordenar os serviços prestados junto à Divisão de Turismo e Cultura, inclusive na esfera de incentivo, integração administração – comunidade (com destaque a implantação / modernização dos canais eletrônicos, telefônicos e outros mecanismos de acesso); Dar suporte à equipe na expedição de atos, informações, atendimento, tramitação e respostas a requerimentos; Emitir opinião acerca dos assuntos relacionados ao Setor; Coordenar e dar suporte às atividades e procedimentos administrativos voltados aos serviços e projetos da área turística e cultural; Orientar e fiscalizar as atividades turísticas e culturais ofertadas pela</i>

	<i>atividade privada; Coordenar levantamentos, projetos, programas e planos municipais na área de turismo e cultura; Coordenar a equipe de trabalho e os prestadores de serviços privados na atividade turística e/ou cultural; Promover o intercâmbio de informações turísticas e culturais, a capacitação dos agentes públicos e privados e o desenvolvimento das atividades no Município; Representar o Município em eventos de promoção local ou regional do turismo e/ou da cultura; Participar das comissões e conselhos municipais de turismo e/ou cultura e atuar junto as instâncias regionais, estaduais ou federais; Implementar ações de geração de renda e agregação de valor para os produtos turísticos locais; Assessorar políticas de melhoria da gestão de atividades e empreendimentos turísticos e/ou culturais; Desenvolver as demais atividades de chefia e assessoramento designadas pelo gestor da Unidade.</i>
<i>Coordenador de Manutenção e Suporte</i>	<i>Coordenar, chefiar e supervisionar o trabalho executado pelas equipes (próprias ou terceirizadas) de manutenção, recuperação e limpeza de áreas públicas de responsabilidade da Unidade e/ou que impactem nos serviços prestados; Coordenar e dar suporte logístico e operacional às atividades e procedimentos voltados aos serviços, ações e projetos das Divisões de Turismo e Cultura e de Esportes; Elaborar escalas de trabalho e supervisionar sua aplicação; Coordenar grupos de trabalho e executar ações de melhoria das áreas turísticas, culturais e de esportes; Cooperar na fiscalização e manutenção dos espaços físicos administrados pela Unidade e/ou nos eventos realizados ou apoiados por esta; Participar de comissões e conselhos municipais, quando designado; Desenvolver as demais atividades de chefia e assessoramento designadas pelo gestor da Unidade.</i>
<i>Chefe de Serviços</i>	<i>Chefiar serviços prestados junto aos Setores da Unidade Administrativa, inclusive na esfera da fiscalização, controle de execução e integração administração – comunidade (com destaque a implantação / modernização dos canais eletrônicos, telefônicos e outros mecanismos de acesso); Dar suporte à equipe na expedição de atos, informações, atendimento, tramitação e respostas a requerimentos; Chefiar o trabalho executado pelas equipes (próprias ou terceirizadas); Emitir opinião acerca dos assuntos relacionados ao Setor; Coordenar e dar suporte às atividades e procedimentos administrativos voltados aos serviços e projetos das Divisões de Turismo e Cultura e Esportes; Participar de comissões e conselhos municipais, quando designado; Desenvolver as demais atividades de chefia e assessoramento designadas pelo gestor da Unidade.</i>

§ 1º - Ficam extintos os seguintes cargos em comissão:

Nº de Cargos	Denominação	Símbolo	Salário R\$
GABINETE DO PREFEITO:			
01	Assessor de Desenvolvimento Econômico	DAS-01	R\$ 3.743,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:			
01	Chefe de Administração e Finanças	DAS-03	R\$ 1.392,71
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:			

01	<i>Chefe de Saúde</i>	DAS-03	R\$ 1.392,71
SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS:			
01	<i>Chefe de Obras</i>	DAS-03	R\$ 1.392,71
01	<i>Chefe de Estradas</i>	DAS-03	R\$ 1.392,71
01	<i>Chefe de Serviços Urbanos</i>	DAS-03	R\$ 1.392,71
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE:			
01	<i>Chefe de Agricultura</i>	DAS-03	R\$ 1.392,71
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES:			
01	<i>Chefe de Cultura</i>	DAS-03	R\$ 1.392,71

§ 2º – (VETADO).

§ 3º – Ficam criados os seguintes cargos em comissão:

Nº de Cargos	Denominação	Símbolo	Salário Anterior	Salário Atual
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:				
01	<i>Coordenador de Administração</i>	DAS-03	R\$ 2.321,16	
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:				
01	<i>Diretor de Saúde e Assistência Social</i>	DAS-02	R\$ 3.743,20	
SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS:				
01	<i>Chefe de Serviços</i>	DAS-04	R\$ 1.821,16	
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES:				
01	<i>Diretor de Esportes</i>	DAS-02	R\$ 3.743,20	
01	<i>Coordenador de Manutenção e Suporte</i>	DAS-03	R\$ 2.321,16	
01	<i>Chefe de Serviços</i>	DAS-04	R\$ 1.821,16	

§ 4º – Ficam renomeados os seguintes cargos em comissão:

Denominação Anterior	Denominação Atual
GABINETE DO PREFEITO:	
<i>Assessor de Gabinete e Comunicação</i>	<i>Coordenador de Gabinete e Comunicação</i>
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:	
<i>Assessor de Educação</i>	<i>Coordenador de Educação</i>
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:	
<i>Assessor de Saúde</i>	<i>Coordenador de Saúde e Assistência Social</i>
SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS:	
<i>Assessor de Obras</i>	<i>Coordenador de Obras, Estradas e Serviços Urbanos</i>
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE:	
<i>Assessor de Meio-Ambiente</i>	<i>Coordenador de Meio-Ambiente</i>
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES:	
<i>Assessor de Desporto e Cultura</i>	<i>Coordenador de Esportes</i>
<i>Assessor de Turismo</i>	<i>Coordenador de Turismo e Cultura</i>

Art. 5º - A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Parágrafo Único - Fica, o Prefeito Municipal, autorizado a proceder, mediante Decreto, todas as alterações no orçamento do Município que se fizerem necessários em decorrência desta lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de março de 2022;
34º ano de Fundação; 32º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente.

JOÃO OSLIN ODORIZZI

Chefe de Gabinete.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2021

Publicação Nº 3651288

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – AUMENTO QUANTITATIVO

Considerando-se:

- a contratação mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666/93, e demais legislação pertinente, e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 28/2021 (objeto: contratação de empresa para prestação dos serviços de mão de obra mecânica, elétrica, latoaria, pintura, borracharia e demais serviços destinados a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, em atendimento às necessidades das diversas secretarias e setores);

- o interesse e a necessidade de alteração do contrato por parte da Administração, para aumento das quantidades inicialmente previstas, visando o atendimento da demanda;

- a previsão legal para aumento do quantitativo (art. 65, § primeiro, da Lei 8.666/93), a previsão de alteração contida no instrumento contratual (item 6.1, letra "d" do contrato nº 28/2021), a existência de justificativa do Setor Responsável e autorização da autoridade competente.

As partes, de um lado MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 02, Centro, CEP. 89126-000, na cidade de Doutor Pedrinho - SC, representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, abaixo denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa MARCELO SCHIKORSKI 00996763970, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.971.474/0001-08, situada à Rodovia Municipal DPE 465, nº 3131, Bairro Capivari, cidade de Doutor Pedrinho - SC, CEP: 89.126-000, neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) MARCELO SCHIKORSKI, CPF sob nº 009.967.639-70, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:

1.1 – A quantidade estimada de horas de que trata o item 1.1 da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 28/2021, firmado em 18/05/2021, fica aumentada em 25% (vinte e cinco por cento), acrescendo-se 75 (setenta e cinco) horas no quantitativo, e R\$ 3.699,75 no valor total, ressalvando-se que o CONTRATANTE não ficará obrigado a executar o quantitativo total estimado, demandando serviços de acordo com as necessidades da municipalidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 28/2021, firmado em 18/05/2021, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, para todos os fins legais.

Doutor Pedrinho - SC, em 01 de março de 2022.

HARTWIG PERSUHN - PREFEITO MARCELO SCHIKORSKI
CONTRATANTE CONTRATADA

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO
Secretário Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos

Exame e aprovação da minuta deste Termo pela Assessoria Jurídica (Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93):

MARCOS GADOTTI
Advogado - OAB/SC 9.390

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021

Publicação Nº 3651259

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC
REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 09/2021
Pregão Presencial nº 20/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRANCHAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES DIVERSAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO – SC.

Fornecedor: TRANSPORTES E COMÉRCIO DE MADEIRAS COLORADO LTDA					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
1	M³	20	PRANCHA DE MADEIRA DE EUCALIPTO (ESPÉCIE EUCALYPTOS DUNNII, UROPHYLLA, SALIGNA OU CITRIODORA), SERRADA, DURA, COM IDADE MÍNIMA DE 18 ANOS, OBTIDA DO PRIMEIRO TERÇO DA ÁRVORE, NA ESPESSURA MÍNIMA DE 6 CM, LARGURA MÍNIMA DE 18 CM E COMPRIMENTO DE 3,0 MT.	COLORADO	R\$ 700,00	R\$ 14.000,00
2	M³	60	PRANCHA DE MADEIRA DE EUCALIPTO (ESPÉCIE EUCALYPTOS DUNNII, UROPHYLLA, SALIGNA OU CITRIODORA), SERRADA, DURA, COM IDADE MÍNIMA DE 18 ANOS, OBTIDA DO PRIMEIRO TERÇO DA ÁRVORE, NA ESPESSURA MÍNIMA DE 6 CM, LARGURA MÍNIMA DE 18 CM E COMPRIMENTO DE 3,5 MT.	COLORADO	R\$ 750,00	R\$ 45.000,00
3	M³	30	PRANCHA DE MADEIRA DE EUCALIPTO (ESPÉCIE EUCALYPTOS DUNNII, UROPHYLLA, SALIGNA OU CITRIODORA), SERRADA, DURA, COM IDADE MÍNIMA DE 18 ANOS, OBTIDA DO PRIMEIRO TERÇO DA ÁRVORE, NA ESPESSURA MÍNIMA DE 6 CM, LARGURA MÍNIMA DE 18 CM E COMPRIMENTO DE 4,0 MT.	COLORADO	R\$ 750,00	R\$ 22.500,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 81.500,00	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 28 de maio de 2021.

Doutor Pedrinho/SC, 1º de março de 2022.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

REPUBLIÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2021

Publicação Nº 3651296

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC

REPUBLIÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2021

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 21/2021

Pregão Presencial nº 36/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIs PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.

Fornecedor: EQUIPAR PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
4	PAR	70	BOTINA DE SEGURANÇA, ATÉ O TORNOZELO, CABEDAL CONFECIONADO EM COURO TIPO VAQUETA HIDROFUGADA, COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ELÁSTICO. PALMILHA DE MONTAGEM E FORRO FRONTAL INTERNO CONFECIONADOS EM MATERIAL DE NÃO TECIDO. SOLADO INJETADO DE PU BIDENSIDADE, COM RESISTÊNCIA AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE E CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANANTES, COM ABSORÇÃO DE ENERGIA NA ÁREA DO SALTO (CALCANHAR), COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO EM PISO DE CERÂMICA CONTAMINADO COM LAURIL SULFATO DE SÓDIO (DETERGENTE) E PISO DE AÇO CONTAMINADO COM GLICEROL (SRC). CABEDAL RESISTENTE À PENETRAÇÃO E À ABSORÇÃO DE ÁGUA (WRU). SOLADO RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL (FO). BOTINA COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 35 AO 46.	CONFORTO	R\$ 79,65	R\$ 5.575,50
9	UNID	20	CREME DESENGRAXANTE COM ESFOLIANTE. ISENTO DE ABRASIVOS E SOLVENTES, REMOVE COM FACILIDADE GRAXAS, ÓLEOS E FULLIGENS SEM AGREDIR A PELE. EMBALAGEM COM 500 G.	NUTRIEX	R\$ 15,75	R\$ 315,00

31	UNID	100	PROTETOR SOLAR COM REPELENTE DE INSETOS, FATOR DE PROTEÇÃO MÍNIMA FPS 60, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVE FORNECER PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS SOLARES PROVENIENTES DOS RAIOS U.V.A. E U.V.B. DERMATOLÓGICAMENTE TESTADO, HIPOALÉRGICO, NÃO OLEOSO, RESISTENTE À ÁGUA E AO SUOR, REGISTRADO NA ANVISA E PARA USO PROFISSIONAL. PROTEÇÃO CONTRA MOSQUITOS. FRASCO COM NO MÍNIMO DE 120 ML. EMBALAGEM DEVE CONTER LACRE DE ALUMÍNIO OU OUTRO MATERIAL DO FABRICANTE, ENTRE A BISPAGA E A TAMPA PARA EVITAR A CONTAMINAÇÃO DO PRODUTO.	NUTRIEX	R\$ 21,25	R\$ 2.125,00
33	PAR	50	SAPATO/CALÇADO DE SEGURANÇA UNISEX PRETO) CONFECCIONADO EM COURO VAQUETA HIDROFUGADO, CABEDAL RESISTENTE A PENETRAÇÃO DE ÁGUA (WRU) SEM COMPONENTES METÁLICOS, CALCE RÁPIDO COM FECHAMENTO LATERAL EM ELÁSTICO; PALMILHA DE MONTAGEM E FORRO EM MATERIAL SINTÉTICO NÃO TECIDO, COSTURADA NO SISTEMA STROBEL; PALMILHA REMOVÍVEL CONFECCIONADA DE MATERIAL EXPANDIDO À BASE DE ETIL VINIL ACETATO (EVA) DE BAIXA DENSIDADE, COM TECIDO 100% POLIESTER COM TRATAMENTO ANTIMICRÓBIOS; SOLADO INJETADO EM PU BI DENSIDADE, INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, ANTIDERRAPANTE, COM BARRA DE ROLAGEM, SISTEMA ANTIPRONAÇÃO, CANAIS DE ESCOAMENTO MAIS ESPAÇADOS, RANHURAS DE ADERÊNCIA NA REGIÃO FRONTAL E TRASEIRA, DESENHO PLANTAR REBAIXADO COM SISTEMA SHOCK ABSORBER E AMORTECEDOR EM GEL OU ELASTÔMERO TERMOPLÁSTICO NO INTERIOR DO CALCANHAR, RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, COM RESISTÊNCIA AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERÂMICO CONTAMINADO COM LAURIL SULFATO DE SÓDIO (DETERGENTE) E PISO DE AÇO COM GLICEROL; DISPONIBILIDADE DE NUMERAÇÃO 34 AO 46. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA).	CONFORTO	R\$78,50	R\$ 3.925,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 11.940,50	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
Data da assinatura da Ata: 30 de agosto de 2021.

Doutor Pedrinho/SC, 1º de março de 2022.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

REPÚBLICA TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2021

Publicação Nº 3651301

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC
REPÚBLICA TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2021

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 22/2021
Pregão Presencial nº 36/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIs PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.

Fornecedor: MARISTELA BERNADETE VILANOVA					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
6	UNID	40	CALÇA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM BRIM, NA COR CINZA ESCURO, 100% ALGODÃO, ½ ELÁSTICO, DOIS BOLSOS DIANTEIROS E DOIS BOLSOS TRASEIROS. RESISTENTE A RASGOS E ABRASÕES EM GERAL. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: M, G, GG.	ESSENCIAL UNIFORMES	R\$ 44,00	R\$ 1.760,00
10	UNID	10	JALECO DE BRIM, NA COR CINZA ESCURO, COM 3 BOLSOS FRONTAIS E 4 BOTÕES, MANGA CURTA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: M, G, GG.	ESSENCIAL UNIFORMES	R\$ 59,26	R\$ 592,60
35	UNID	40	JALECO EM TECIDO OXFORD, SEM MANGA, COM BOLSO, NA COR BRANCA. TAMANHOS ADULTOS VARIADOS (PP ATÉ PLUS SIZE).	ESSENCIAL UNIFORMES	R\$ 46,80	R\$ 1.872,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 4.224,60	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
Data da assinatura da Ata: 30 de agosto de 2021.

Doutor Pedrinho/SC, 1º de março de 2022.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2021

Publicação Nº 3651305

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC
REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2021

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 23/2021
Pregão Presencial nº 36/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIs PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.

Fornecedor: MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA				Valor Proposto		
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
19	PACOTE	150	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL TRANSPARENTE, AMBIDESTRA, TAMANHO ÚNICO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	MEDIX	R\$ 2,90	R\$ 435,00
23	UNID	5	MACACÃO DE CAMPO VETERINÁRIO; CONFECCIONADO EM TECIDO PROFISSIONAL; COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO; ALTAMENTE RESISTENTE, COM PROPRIEDADES DE PROTEÇÃO AOS RAIOS ULTRAVIOLETA; COM MENOS TENDÊNCIA A SE SUJAR DO QUE OUTROS TECIDOS SINTÉTICOS; MANGA CURTA; UNISSEX; AJUSTANDO-SE PERFEITAMENTE EM QUALQUER CORPO. PODE SER USADO POR CIMA DE OUTRA ROUPA SEM A NECESSIDADE DE REMOÇÃO DO CALÇADO; AJUSTE DE ELÁSTICO NA CINTURA; 7 BOLSOS; ALTA RESISTÊNCIA DO TECIDO E COSTURAS REFORÇADAS.	PROTY	R\$ 144,00	R\$ 720,00
28	UNID	6	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA. CONSTITUÍDO POR DOIS ABAFADORES EM FORMA DE CONCHA. MONTADOS SIMETRICAMENTE EM HASTE-SUORTE AJUSTÁVEL EM FORMA DE ARCO, PERMITINDO QUE CADA ABAFADOR SE APLIQUE SOB PRESSÃO AOS PAVILHÕES AURICULARES. ATENUAÇÃO MÍNIMA DE 17 DB. ABAFADOR LEVE, TOTALMENTE EM PLÁSTICO. PRODUTO COM CA.	DYSTRAY	R\$ 22,20	R\$ 133,20
29	UNID	150	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG DE TRÊS FLANGES, CONFECCIONADO EM SILICONE FARMACÊUTICO, TAMANHO ÚNICO, MOLDÁVEL A DIFERENTES CANAIS AUDITIVOS, COM CORDÃO. PROTEÇÃO AUDITIVA DO USUÁRIO CONTRA RUÍDOS (ATENUAÇÃO 15 DB). PRODUTO COM CA.	PROTECT	R\$1,29	R\$ 193,50
TOTAL DO FORNECEDOR:				R\$ 1.481,70		

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
Data da assinatura da Ata: 30 de agosto de 2021.

Doutor Pedrinho/SC, 1º de março de 2022.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2021

Publicação Nº 3651325

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC
REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2021

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 24/2021
Pregão Presencial nº 36/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIs PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.

Fornecedor: RP COMERCIAL LTDA					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
1	UNID	5	AVENTAL DE RASPA PARA SOLDADOR 120 x 60 CM, SEM EMENDA.	KOCH	R\$ 42,20	R\$ 211,00
2	PACOTE	300	AVENTAL TNT MANGA LONGA, COR BRANCA, COMPRIMENTO DE NO MÍNIMO 110 CM, INTEIRAMENTE CONFECCIONADO EM TECIDO NÃO TECIDO (TNT), 100% DE POLIPROPILENO DO TIPO AGULHADO COM 40 GR/M², COM MANGAS LONGAS TERMINADAS COM PUNHOS ELÁSTICOS, COM TIRAS PARA AMARRAR NO DORSO E NA CINTURA. TAMANHO ÚNICO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES.	PROSEG	R\$ 64,30	R\$ 19.290,00
3	PAR	40	BOTA, CANO MÉDIO, CONFECCIONADA EM PVC INJETADO, NA COR PRETA. IMPERMEÁVEL, SOLADO ANTIDERRAPANTE. ACABAMENTO INTERNO COM FORRAÇÃO 100% EM POLIÉSTER. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS 35 AO 46.	WORKFLEX	R\$ 27,87	R\$ 1.114,80
7	UNID	40	CAPA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM PVC COM FORRO DE POLIÉSTER, MANGAS LONGAS, CAPUZ, FECHAMENTO FRONTAL COM QUATRO BOTÕES PLÁSTICOS DE PRESSÃO, COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA. COR AMARELA OU AZUL.	BRASCAMP	R\$ 19,21	R\$ 768,40
8	UNID	10	COLETE DE SEGURANÇA REFLETIVO, NA COR LARANJA FLUORESCENTE. FECHAMENTO FRONTAL POR FIVELA OU VELCRO.	SUPER SAFETY	R\$ 22,99	R\$ 229,90
12	CAIXA	100	LUVA DE LÁTEX, DESCARTÁVEL, AMBIDESTRA, SEM PÓ. CAIXA COM 100 UNIDADES. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: P, M, G.	DESCARPACK	R\$ 90,60	R\$ 9.060,00
13	PAR	50	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, COM FORRO, SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE NA PALMA E NOS DEDOS, COR AMARELA OU LARANJA. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: P, M, G.	VOLK	R\$ 7,04	R\$ 352,00
14	PAR	40	LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NITRÍLICA, FORRADA, LONGA 40 CM.	SUPER SAFETY	R\$ 40,50	R\$ 1.620,00
15	PAR	35	LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM SUPORTE TÊXTIL, REVESTIDA NA PALMA E DORSO COM LÁTEX NITRÍLICO, PUNHO COM ELASTANO OU PUNHO DE SEGURANÇA, FORMATO ANATÔMICO.	PLASTCOR	R\$ 9,88	R\$ 345,80
17	PAR	40	LUVA EM VAQUETA SEM FORRO COM PUNHO EM RASPA 20 CM.	KOCH	R\$ 28,40	R\$ 1.136,00
18	CAIXA	40	LUVA NITRÍLICA AZUL, AMBIDESTRA, SEM PÓ, NÃO ESTÉRIL. CAIXA COM 100 UNIDADES. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: P, M, G.	SUPERMAX	R\$ 91,90	R\$ 3.676,00
20	UNID	25	LUVA QUÍMICA, BISNAGA DE NO MÍNIMO 200 G, HIDROSSOLÚVEL, COM PROTEÇÃO CONTRA ATAQUE AGRESSIVO DE PRODUTOS QUÍMICOS E SUBSTÂNCIAS SIMILARES, ÓLEOS, GRAXAS, CIMENTOS, COLAS, PÓS, RESINAS E OUTROS NÃO SOLUBILIZADOS EM ÁGUA.	NUTRIEX	R\$ 11,15	R\$ 278,75
21	PAR	40	LUVA TIPO GLADIADOR, TRICOTADA COM REVESTIMENTO DE BORRACHA E FECHAMENTO NO PUNHO, REVESTIMENTO DE BORRACHA COM ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A SUPERFÍCIES ABRASIVAS, A CORTES, PERFURAÇÕES E RASGOS.	SUPER SAFETY	R\$ 8,90	R\$ 356,00
22	PAR	100	LUVA DE ALGODÃO COM PIGMENTOS DE PVC. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: P, M, G.	PLASTCOR	R\$ 3,14	R\$ 314,00
25	UNID	150	MÁSCARA DE RESPIRADOR PFF-2 PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL FILTRANTE PARA PARTÍCULAS SÓLIDAS, MODELO DOBRÁVEL, SEM VÁLVULA DE EXALAÇÃO E SOLDA ULTRASSÔNICA EM TODO O SEU PERÍMETRO.	SUPER SAFETY	R\$ 1,89	R\$ 283,50
26	UNID	50	ÓCULOS DE PROTEÇÃO, LENTE EM POLICARBONATO INCOLOR COM PROTEÇÃO LATERAL E HASTES REGULÁVEIS, PROTEÇÃO DOS OLHOS DO USUÁRIO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES MULTIDIRECIONAIS. PRODUTO COM CA.	ISSOMOLD	R\$ 3,28	R\$ 164,00
27	PAR	8	PERNEIRA CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO, TRÊS TALAS DE PROTEÇÃO FRONTAL, FECHAMENTO EM VELCRO.	SAYRO	R\$ 34,90	R\$ 279,20
30	UNID	30	PROTETOR FACIAL (FACE SHIELD) COM VISEIRA DE POLICARBONATO INCOLOR. COM TIRA DE REGULAGEM E APOIO EMBORRACHADO.	UMP	R\$ 34,80	R\$ 1.044,00
32	UNID	30	PROTETOR SOLAR COM REPELENTE DE INSETOS, FATOR DE PROTEÇÃO MÍNIMA FPS 30, VALIDADE MÍNIMA DE 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DEVE FORNECER PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS SOLARES PROVENIENTES DOS RAIOS U.V.A. E U.V.B. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALÉRGICO, NÃO OLEOSO, RESISTENTE À ÁGUA E AO SUOR, REGISTRADO NA ANVISA E PARA USO PROFISSIONAL. PROTEÇÃO CONTRA MOSQUITOS. FRASCO COM NO MÍNIMO DE 120 ML. EMBALAGEM DEVE CONTER LACRE DE ALUMÍNIO OU OUTRO MATERIAL DO FABRICANTE, ENTRE A BISNAGA E A TAMPA PARA EVITAR A CONTAMINAÇÃO DO PRODUTO.	SUNDAY	R\$ 14,50	R\$ 435,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 40.958,35	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
Data da assinatura da Ata: 30 de agosto de 2021.

Doutor Pedrinho/SC, 1º de março de 2022.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

REPUBLIÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2021

Publicação Nº 3651329

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC
REPUBLIÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2021

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 25/2021
Pregão Presencial nº 36/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIs PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.

Fornecedor: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
11	CAIXA	600	LUVA DE LÁTEX, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, COM PÓ. CAIXA COM 100 UNIDADES. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: P, M, G.	SEBOLD	R\$ 38,58	R\$ 23.148,00
16	CAIXA	150	LUVA DE VINIL TRANSPARENTE, AMBIDESTRA, SEM PÓ. CAIXA COM 100 UNIDADES. DISPONÍVEL NOS TAMANHOS: P, M, G.	SEBOLD	R\$ 23,82	R\$ 3.573,00
24	CAIXA	400	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA COM ELÁSTICO. CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, COM 3 DOBRAS, TRIPLA CAMADA COM FILTRO PROPORCIONANDO UMA BFE (EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA) MAIOR QUE 95%; CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM. CAIXA COM 50 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E REGISTRO NA ANVISA.	SEBOLD	R\$ 9,00	R\$ 3.600,00
34	CAIXA	40	TOUCA DESCARTÁVEL SANFONADA ELÁSTICA FABRICADA EM NÃO TECIDO (TNT), COR BRANCA, COM ELÁSTICO REVESTIDO, PROPORCIONANDO MELHOR VEDAÇÃO DURANTE SUA UTILIZAÇÃO, TAMANHO ÚNICO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	NOBRE	R\$ 12,04	R\$ 481,60
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 30.802,60	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 30 de agosto de 2021.

Doutor Pedrinho/SC, 1º de março de 2022.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2022

Publicação Nº 3650970

**MUNICIPIO DE DOUTOR PEDRINHO**

Pág. 1 / 1

CNPJ - 79.373.775/0001-62

RUA BRASILIA - 2

Fone: (47) 3388-0148

Site: www.doutorpedrinho.sc.gov.br – Email: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**Dispensa de Licitação
Para Contratação de Serviços
12/2022
Processo Administrativo: 12/2022**

Ao Sr(a). HARTWIG PERSUHN tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 208/2021.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa de Licitação nº. 12/2022, o(s) participante(s):

795623 - ATTO CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PLANEJAMENTO ESTRATEGICO LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E CONTROLE DE INFORMAÇÕES NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.	HORA		92	R\$184,00	R\$16.928,00

Total do Fornecedor: R\$16.928,00

Doutor Pedrinho, 1 de março de 2022.

HARTWIG PERSUHN
PREFEITO

Entre Rios

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 028/2022 PMER

Publicação N° 3652071



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 028/2022- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 026/2022 – PMER

1 - PREÂMBULO

1.1 - **O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO MARIA ROQUE, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do **MENOR PREÇO**, tendo por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA LOCAÇÃO DE SALA OU CASA NO QUADRO URBANO DO MUNICIPIO DE ENTRE RIOS-SC, PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR**, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro, constituída pelo Decreto n°. 009/2021, em conformidade com os preceitos da Lei Federal n°. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n°. 8.666/93 e respectivas alterações e demais legislação aplicável, observadas, ainda, as condições adiante fixadas.

12 - O recebimento dos Envelopes marcados com os números 01 e 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as **09h00min (horário oficial de Brasília) do dia 15 de março de 2022**, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, n°. 152, centro da cidade de Entre Rios/SC.

13 - A abertura dos Envelopes com o n° 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das **09h15min (horário oficial de Brasília) 15 de março de 2022** em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios, situada no endereço citado no item 1.2.

14 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2 - DO OBJETO

21 - A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA LOCAÇÃO DE SALA OU CASA NO QUADRO URBANO DO MUNICIPIO DE ENTRE**



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

RIOS-SC, PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR.

22 Contendo no mínimo de 50m² de espaço com mínimo de 4 peças sendo recepção sala de atendimento cozinha e sanitário, rede de energia monofásica com tomadas 10^a em todos os cômodos.

23 - A locação citados no item anterior somente será efetivada perante a necessidade e conveniência por parte da Administração Pública, não sendo garantida a sua utilização.

24 - Para a locação será necessária a correspondente requisição por parte das Secretarias Municipais, ou seja, a locação deverá ser precedida da necessidade, conveniência e requisição;

2.4.1 Para a apresentação da proposta o proponente deverá apresentar documento comprovando a posse do imóvel, sob pena de desclassificação;

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados (Pessoa Jurídica ou Pessoa Física), que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1 - Em recuperação judicial ou em processo de falência;

3.2.2 - Em consórcio;

2.2.3 - Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

3.3 - Não poderão beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadrem nas hipóteses do artigo 3º e §4º, da Lei Complementar nº. 123/2006.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 028/2022- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2022 – PMER
ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL ou NOME)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 028/2022- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2022 – PMER
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL ou NOME)

42 - Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, possuir os necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração ou termo de credenciamento, na forma do modelo constante do Anexo “II”, juntamente com um documento de identificação com foto;

4.2.2 - Nesta fase, observadas as disposições do item 6.5, o representante da licitante deverá apresentar, conforme o caso, o documento de constituição da empresa ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário ou sócio com poderes de representação, ou, de procurador, bem como para verificar se o credenciam-te possui os necessários poderes de delegação, cujo documento, após análise pelo Pregoeiro, será devolvido ao representante da licitante.

43 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais/presenciais, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

44 - Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

45 - Também deverá ser juntada ficha cadastral contendo todos os dados da empresa e seus proprietários ou sócios, bem como endereços e dados de contato como e-mail, telefone, endereço e outros que sejam necessários ou pertinentes, estes a critério da licitante.

46 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Entre Rios/SC e o Pregoeiro não se responsabilizam, e nenhum efeito produzirá para a licitante, se os envelopes não forem recebidos em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.2, no Setor de Protocolo Geral desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

47 - No caso de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), a licitante deverá apresentar, para o credenciamento, Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede da licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº. 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A não apresentação dessa certidão no credenciamento impedirá a licitante de participar da licitação.

48 - A apresentação de procuração ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "II", juntamente com um documento de identificação com foto, bem como de documento de constituição da empresa ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou procurador, e, ainda, a certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, caso se enquadre como ME ou EPP, deverão ser entregues fora do envelope, no momento do protocolo dos envelopes de documentação e proposta.

49 - Os documentos mencionados nos itens anteriores deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão, ou ainda pela apresentação da publicação original em órgão de imprensa oficial.

4.10 - As procurações e os credenciamentos deverão ter firma reconhecida em cartório.

5 - DA PROPOSTA COMERCIAL (documentos da proposta dentro do envelope nº 01)

5.1 - O Envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

- b) Número deste Pregão;
- c) Número do item, descrição do objeto deste pregão, nos termos deste Edital, quantidade, unidade de medida, preço unitário e preço total por item, conforme exemplificado abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Marca	Preço Unit.	Preço Total

- d) Local, data, assinatura em todas as folhas e identificação do representante legal da licitante;
- e) Validade da proposta (mínimo de 60 dias);
- f) Declaração expressa na proposta ou em folha adicional de que concorda plenamente com as condições estabelecidas no edital.

52 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

53 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre o fornecimento da locação, objeto da presente Licitação.

54 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura do envelope nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

55 - As propostas que tenham sido classificadas serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- I) Nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, prevalecerá o valor grafado por extenso;
- II) Nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, prevalecerá o preço unitário cotado;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

III) Nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

56 – Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços superiores aos previstos na relação constante no Anexo “I”.

57 Obrigatório junto com a proposta a comprovação de propriedade do imóvel que está sendo ofertado, com anexo cópia da matrícula do imóvel, bem como cópia do espelho imobiliário expedido pelo município.

58 O imóvel ofertado deverá estar dentro do quadro urbano do município de Entre Rios-SC, CEP: 89.862-000;

6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO (documentos da Habilitação dentro do envelope nº. 02)

6.1 - O Envelope nº. 02 - **DOCUMENTAÇÃO**, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

6.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA: (documentos da habilitação dentro do envelope nº. 02)

Documentação para Habilitação Jurídica – PESSOA JURIDICA

- I. Alvará de Licença e Localização;
- II. Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo “III”;
- III. Declaração, subscrita pelo representante legal da proponente, de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, ou seja, de que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público, que não está impedida de transacionar com a Administração Pública e que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93 (Anexo V);
- IV. Declaração expressa de que o proponente tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do edital e seus anexos (Anexo VI);

6.1.2. REGULARIDADE FISCAL PESSOA JURIDICA

Documentação para Regularidade Fiscal: (documentos da habilitação dentro do envelope nº. 02)

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) emitido nos últimos 90



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

(noventa) dias;

II - Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Tributos Federais; III - Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de

Negativa) de Débitos Estaduais;

IV - Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede da licitante;

V - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS); fica dispensada a apresentação da presente certidão quando abrangida no inciso II do presente item; VI - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

VII - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 5.452/43.

6.13. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: (documentos da habilitação dentro do envelope nº 02) – PESSOA JURIDICA

Documentação para Qualificação Econômico-financeira:

I – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

OU

6.14. REGULARIDADE JURIDICA E FISCAL – PESSOA FISICA

I. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Física (CPF);

II. - Cópia Carteira de Identidade;

III. - Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Tributos Federais;

IV. - Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;

V.- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede da licitante;

VI.- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS**

fica dispensada a apresentação da presente certidão quando abrangida no inciso II do presente item;

VII. - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 5.452/43.

VIII. Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo “III”;

IX. Declaração, subscrita pelo representante legal da proponente, de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, ou seja, de que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público, que não está impedida de transacionar com a Administração Pública e que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93 (Anexo V);

X. Declaração expressa de que o proponente tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do edital e seus anexos (Anexo VI);

62 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos no item 6.1, no que couber, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Entre Rios no ano corrente.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelas licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao órgão cadastrador. Desta forma, no decurso do julgamento da fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Entre Rios/SC, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou ainda quando a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.

63 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no item 6.1 e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO.

64 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.3 deste Edital.

65 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial:

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

66 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

67 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

68 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

69 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração verbal ou escrita, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do Anexo "IV", deverá vir anexada por fora do envelope da proposta), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520/02 e artigo 48, I, da Lei Complementar nº. 147/14.), sendo consignado em ata.

72 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

posto, serão classificadas, item a item, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2 - Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos itens 5.1 e 5.2 deste Edital, bem como quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

73 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor:

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame;

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário do item do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento;

7.3.3.1 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente;

7.3.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate, posto que, em tal caso, será considerado o primeiro ofertado;

7.3.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação;

7.3.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

74 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

75 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

76 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

sob pena de preclusão.

7.7 - Encerrados os procedimentos acima descritos e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo decidindo, motivadamente, a respeito.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.9 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.10 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.10.1 - Ocorrendo a situação referida no item 7.10, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11 - Observando-se o disposto no artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93, excepcionalmente, o Pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.12 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (artigo 48, § 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93).

7.13 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 03 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos e será disponibilizada no sítio do município as razões de recurso e outros atos:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

7.13.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor;

7.13.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

7.14 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

7.14.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.15 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.16 - O Pregoeiro manterá nos autos os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação.

7.17 - O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

7.18 - O Pregoeiro, no interesse da Administração e de forma motivada, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o MENOR PREÇO, observando para classificação o valor máximo de cada item, sendo classificado o respectivo proponente, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei Federal nº. 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

que será realizado na própria Sessão.

83 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, DE FORMA UNITARIA, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

84 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

9 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - O Município de Entre Rios efetuará o pagamento do objeto desta licitação qual for adquirido/locado, ao(s) licitante vencedor, até 30 (trinta) dias após afetiva contratação sendo pagamentos mensais e subsequentes enquanto durar o prazo do contrato.

9.2 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação, correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias, previstas na Lei Orçamentária do Exercício de Aquisição.

10 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão:

10.1.1 - A impugnação será dirigida ao setor de Licitações desta Prefeitura, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão. Não será admitida impugnação que não indique o ponto do Edital contra o qual for levantada a insurgência e não seja devidamente fundamentada na legislação pertinente, caso em que será considerada improcedente, sem julgamento do mérito. O mesmo se aplica aos demais recursos apresentados no decorrer do processo licitatório.

10.2 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso, devidamente fundamentadas, reitera-se

10.3 - O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão da autoridade superior.

10.4 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente e, igualmente, deverão ser fundamentadas na legislação aplicável à espécie.

10.5 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

admissibilidade dos recursos.

106 - Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

11 – DA ATA CONTRATUAL E RESPECTIVA VIGÊNCIA

11.1 – Tendo em vista a modalidade de Sistema de Registro de Preço, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) empresa(s) classificada(s) nos moldes de julgamento ditado anteriormente e no ato datado como fases de proposta e habilitação. Para formalização da(s) proposta(s) vencedora(s), será lavrada a Ata de Registro de Preço contendo as cláusulas contratuais, a qual segue como minuta no presente edital.

a) - A assinatura da Ata de Registro de Preço o representante legal da empresa será procedida junto com os demais atos do certame. Caso a licitante vencedora de algum item não esteja presente, será intimada pelo Pregoeiro para assinar a Ata Contratual dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de desistência dos objetos vencidos.

11.2 – A ata contratual terá prazo de vigência da sua assinatura até 12 (doze) meses a contar da data de assinatura da mesma, não podendo ser prorrogado nem sofrer qualquer tipo de reajuste dos valores.

12 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 - A empresa Contratada que não cumprir com os prazos de entrega, local de entrega ou entregar objeto diverso ou incompatível com o ofertado estabelecido neste edital e consignado na sua proposta, terá de imediato seu contrato rescindido e ainda terá que pagar multa rescisória de 20% do valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções prevista neste Edital e na legislação que rege a matéria.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Entre Rios, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3351-0016, de segunda à sexta-feira, das **07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.**

13.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

133 - O Município de Entre Rios/SC, reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

134 - Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Entre Rios/SC, não serão consideradas como motivos para impugnações, ante o princípio da formalidade dos atos da administração pública.

135 - Os objetos adjudicados e homologados deverão ser entregues conforme a necessidade e conveniência por parte da Administração Pública Municipal, durante o ano de 2021, mediante requisição, sendo que a Administração se reserva o direito de não contratar o objeto licitado;

136 - Não caberá qualquer indenização ou direito ao CONTRATADO, caso a Administração não necessite e não locação, objetos da presente licitação.

137 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Complementar nº. 123/06, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislação pertinentes à matéria.

138 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ocorrer:

a) o adiamento da abertura da licitação;

b) a alteração dos termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do artigo 21, da Lei Federal nº. 8.666/93.

139 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de São Domingos, SC, excluído qualquer outro.

13.10 - A administração municipal somente fornecerá fotocópia do documento de identificação (RG; CPF; Carteira de Motorista; Contrato Social) para a habilitação no credenciamento da empresa participante. Os demais documentos que necessitarem de autenticação já deverão estar devidamente fotocopiados.

14 - DOS ANEXOS DO EDITAL

14.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

- a) **Anexo I** – RELAÇÃO DOS ITENS CONTENDO OS VALORES MÁXIMOS;
- b) **Anexo II** – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- c) **Anexo III** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;
- d) **Anexo IV** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;
- e) **Anexo V** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO;
- f) **Anexo VI** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O PROPONENTE TEM PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO LICITADO E ANUÊNCIA DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS;
- g) **Anexo VII** - MINUTA DA ATA CONTRATUAL DE REGISTRO DE PREÇOS;
- h) **Anexo VIII**– MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

Entre Rios-SC, 02 de março de 2022

JOAO MARIA ROQUE

Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 028/2022- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 026/2022 - PMER

ANEXO I
RELACÃO DOS ITENS CONTENDO OS VALORES MÁXIMOS

Lote I – Locação de Barracão

Item	Descrição	Uni	QTD	Valor Unitário máximo	Valor máximo	Total
01	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA LOCAÇÃO DE SALA OU CASA NO QUADRO URBANO DO MUNICIPIO DE ENTRE RIOS-SC, PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR	Mês	12	1.200,00	R\$ 14.400,00	
				Total	R\$ 14.400,00	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

ANEXO II

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

À Prefeitura Municipal de Entre Rios, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Entre Rios, SC, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° /20xx**, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, apresentar recursos, assinar ata contratual e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, _____ de _____ de 20xx.

(nome e assinatura do responsável legal) (CPF ou RG)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE
PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – ARTIGO 7º, XXXIII, CF**

DECLARAÇÃO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Ref.: **PREGÃO PREF N° /20xx**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (). (Observação:

em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, _____ de _____ de 20xx. (nome e assinatura do
responsável legal)
(CPF ou RG)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI
Nº 10.520/2002 (*)**

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL (**pelo lado externo**) ou poderá ser substituído por declaração verbal a Pregoeira no início da Sessão.

DECLARAÇÃO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no **PREGÃO PRESENCIAL Nº /20XX**, instaurado pelo Fundo Municipal de Saúde de Entre Rios, SC.

Local, _____ de _____ de 20xx.

(nome e assinatura do responsável legal) (CPF ou RG)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº
_____, sediada _____ (endereço
completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para
sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências
posteriores.

Local e data

(nome e assinatura do responsável legal) (CPF ou RG)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O PROPONENTE TEM PLENO CONHECIMENTO
DO OBJETO LICITADO E ANUÊNCIA DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES DO EDITAL E
SEUS ANEXOS

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº
_____, sediada _____ (endereço
completo), declara, sob as penas da lei, que está ciente das condições do Edital, sendo que anui
com todas as condições constantes do Edital e seus anexos.

Local e data

(nome e assinatura do responsável legal) (CPF ou RG)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

ANEXO VII

MINUTA DE ATA CONTRATUAL DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO ATA

CONTRATUAL Nº _/20xx

Aos dias do mês de xxxxxx de dois mil e xxxxxx, às horas, na sala de reuniões do centro Administrativo Municipal, sediado na Rua Pergentino Alberici nº 152, Centro, Município de Entre Rios SC, reuniram-se o Pregoeiro e Equipe de Apoio com os demais abaixo assinados, para o julgamento do Pregão com Sistema de Registro de Preço. O Pregoeiro e sua equipe analisaram a documentação protocolizada e as empresas participantes.

Dando início à sessão, a Comissão de Licitação recebeu os envelopes das propostas e da documentação de habilitação (envelopes 01 e 02) e os documentos de credenciamento das empresas participantes. Após análise da documentação de credenciamento, constatou-se que as empresas participantes (relatar)..

Os presentes passaram a assinar a documentação de credenciamento e verificaram a inviolabilidade dos envelopes, rubricando-os.

() Nenhuma objeção quanto aos envelopes, seguiu o rito para a conferência da fase de Credenciamento. Nenhuma irregularidade foi constatada e nenhum participante impugnou, após o que todos rubricaram os documentos apresentados pelas licitantes.

() Houve objeções, houve irregularidades, relatar qual.

Tendo esclarecido as normas do Pregão Presencial e Sistema de Registro de Preço, o Pregoeiro seguiu para a fase de abertura dos envelopes de Proposta e lances verbais, tendo declarado vencedoras as empresas nos itens correspondentes consignados na planilha demonstrativa, que segue em anexo. Nenhuma empresa impugnou a fase de proposta (se impugnaram, qual o motivo) e lances verbais, sendo que foram abertos os envelopes de Documentos das empresas vencedoras, os quais foram analisados por todos os presentes. Feito isto, o Pregoeiro e Equipe de Apoio decidiram por habilitar as referidas proponentes, sem nenhuma objeção dos presentes.

Assim, todos concordando com as fases deste processo licitatório e cientes dos compromissos



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

assumidos perante a Administração Pública do Município de Entre Rios - SC, esta ata tem em sua forma e cláusulas a qualidade de Contrato Administrativo, ditando os direitos e obrigações das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

XX.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Faz parte Integrante deste Contrato, independente de sua transcrição, as peças constantes do Processo Licitatório nº /2021, Pregão Presencial nº /2021, a Ata de Registro de Preços, adjudicação e Homologação da locação com seus respectivos preços, marcas e fornecedores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA NECESSIDADE E AQUISIÇÃO

A locação adjudicada e homologada no Processo Licitatório nº XXXXX, Pregão Presencial nº XXXXX, somente será efetivada perante a necessidade e conveniência por parte da Administração Pública e será precedida necessariamente de requisição por parte da mesma.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não cabe qualquer indenização à CONTRATADA, caso a Administração não contrate, haja vista a modalidade de Sistema de Registro de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O presente Ata Contrato terá vigência, a partir da sua assinatura, até o total de 12 (dode) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela locação descritos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores correspondentes àqueles consignados na adjudicação e homologação, conforme quadro demonstrativo de cada fornecedor que ficará vinculado a este instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os reajustes de mercado sobre os valores da locação contratada, cujo aumento for requerido em observância ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverão ser comprovados mediante apresentação de planilha explicativa de porcentagens de margens de lucros e o efetivo prejuízo, acompanhada de todos os custos que compõem o objeto contratado, devendo o chefe do Poder Executivo decidir de maneira motivada a sua concessão ou não, observando-se que o(s) valor(es)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

solicitado(s) não poderá superar aqueles praticados pelo mercado na ocasião da solicitação. Da mesma forma se dará com a necessidade de readequação financeira por parte da Administração Pública quando houver baixa nos valores praticados pelo mercado, cabendo a esta decidir unilateralmente pela redução dos valores aqui contratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2021

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O local de realização da locação no quadro urbano do município de Entre Rios-SC, pelo prazo de 12 (dose) meses contados de
XX.

O contrato que se der origem desta Ata Contrato, poderá ser renovado ate o total de 48 meses, podendo ser reajustado no aniversario pelo índice acumulado do INPC.

CLAUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento da locação, objetos deste Contrato até dia 15 do mês subsequente a locação, mediante apresentação de recibo.

PARÁGRAFO ÚNICO:

O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento, no todo ou em parte, quando não forem respeitadas as normas para realização e ou entrega da locação, contratados ou que o fizer em desacordo com as exigências e especificações estabelecidas neste Contrato e no Processo Licitatório.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A empresa Contratada que não cumprir com os prazos de realização da locação ou entrega dos serviços, não observar o local de realização ou entrega, ou realizar locação diverso do ofertado em propostas, terá de imediato seu contrato rescindido e ainda terá que pagar multa rescisória de 20% do valor total do contrato, e ainda todas as sanções previstas na Lei específica ao caso.

CLÁUSULA OITAVA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATANTE providenciará a publicação, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Os casos omissos no presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Xaxim, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Entre Rios, SC, dede 20xx.

Prefeito Municipal CONTRATANTE

Contratantes:

Comissão de Licitação: Testemunhas: FISCAIS:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N° xxx /20xx-SRP

PREGÃO PRESENCIAL PREF N° xxx/20xx

ANEXO VIII

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nome da Empresa: CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta para locação solicitados, objetos da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n° _____/201x, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Item	Descrição.	Quant.	Unid.	Marca	Valor unitário	Valor total

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____(_____).

Obs. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital. Validade da proposta comercial: _____(no mínimo 60 {sessenta} dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

Data: _____/_____/_____(nome e assinatura do responsável legal)

(CPF ou RG)

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2022

Publicação Nº 3647661

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C3D8BDC77BEFF67C3ED071BC728512ABA9DC12FA

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 56/2022

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2022

OBJETO: Aquisição de Equipamentos/Implementos Agrícolas Para o Município de Gaspar/SC. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 03/03/2022.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 09h00min do dia 14/03/2022.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h30min do dia 14/03/2022.

LOCAL Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br. Íntegra do Edital nos sites: www.gaspar.sc.gov.br e www.comprasbr.com.br.

Gaspar (SC), 25/02/2022.

ANDRÉ PASQUAL WALTRICK

Secretário Municipal de Agricultura e Aquicultura

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2022

Publicação Nº 3646592

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2022

Pregão Presencial nº 31/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE AREIA DE SÍLICA (AREIA BASE) PARA QUADRAS DE FUTEBOL DE AREIA, VÔLEI DE PRAIA E ÁREAS DE CONVIVÊNCIA.

Da especificação do vencedor:

Fornecedor	CNPJ	VALOR GLOBAL
DESCHAMPS & CIA LTDA ME	83.099.887/0001-44	R\$ 624.750,00

CONTRATANTE: Fundação Municipal de Esporte e Lazer (CNPJ Nº 05.322.930/0001-85).

Gaspar/SC, 25 de fevereiro de 2022.

RONI JEAN MULLER Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

Guabiruba

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 010/2022

Publicação N° 3651238

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2A3C8135A273E6622116BE7FED650D40AD92D866

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE GUABIRUBA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 014/2022

PREGÃO PRESENCIAL N°. 010/2022

REGISTRO TCE: 2A3C8135A273E6622116BE7FED650D40AD92D866

O MUNICÍPIO DE GUABIRUBA torna público que se encontra aberto o Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial nº 010/2022.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS.

Recebimento da documentação e propostas: Até às 08:45 horas do dia 15/03/2022. Abertura da sessão: dia 15/03/2022 às 09:00 horas, no Salão Nobre da Prefeitura, sito a Rua Brusque, 344, Centro, Guabiruba-SC.

Edital e informações no departamento de compras e licitações no mesmo endereço, fone fax (47) 3308-3100, e-mail licitacao@guabiruba.sc.gov.br e site www.guabiruba.sc.gov.br

VALMIR ZIRKE

PREFEITO MUNICIPAL

Guaraciaba

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2022 - FAMÍLIA ACOLHEDORA

Publicação Nº 3651520

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2022 PARA CADASTRAMENTO DE FAMILIAS ACOLHEDORAS

O MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Políticas Públicas para Mulheres, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei nº 2.449/2012, que dispõe sobre o Programa Família Acolhedora para crianças e adolescentes, vem tornar público o processo de inscrição e seleção de famílias para formação de cadastro reserva no serviço de acolhimento, modalidade Família Acolhedora.

1. OBJETIVO:

O objetivo deste Edital consiste na seleção de famílias residentes no Município de Guaraciaba/SC, interessadas em participar do Programa Família Acolhedora, visando a formação de cadastro reserva, para acolhimento de crianças e/ou adolescentes de ambos os sexos, afastadas do convívio familiar de origem por determinação judicial, diante de situação de risco pessoal e social, sob medida protetiva, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei nº 8.069/1990.

2. PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA:

O acolhimento familiar constitui no atendimento de crianças e adolescentes afastados da família de origem, mediante medida protetiva, na residência das famílias acolhedoras, previamente cadastradas e capacitadas, com acompanhamento da Equipe Técnica da Secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar e do Poder Judiciário. Trata-se de acolhimento provisório, respeitando o direito a convivência familiar, conforme previsto no ECA.

3. INSCRIÇÃO E REQUISITOS:

3.1. Inscrições e horário: As inscrições das famílias interessadas ocorrerão no período de 01 de março à 30 de abril de 2022, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, podendo ser prorrogado por igual período.

3.2 Local das Inscrições: As inscrições serão realizadas na Secretária Municipal de Assistência Social, localizado na Rua Rui Barbosa, nº 765, Centro de Guaraciaba/SC. Telefone: (49) 3645 2037.

3.3. Requisitos para a família interessada:

- Residir no município de Guaraciaba;
- Ser maior de 21 anos (sem restrição de raça, gênero e estado civil);
- Estar em boas condições de saúde física e mental;
- Ter a aceitação de todo o grupo familiar com a proposta de acolhimento;
- Não possuir antecedentes criminais;
- Não estar inscrito e habilitado como pretendente à adoção;
- Ter disponibilidade afetiva e de tempo para cuidar da criança e/ou adolescente e participar das ações do projeto;
- Nenhum membro da família deve ter problemas com uso abusivo de substâncias psicoativas.

3.4 E a documentação necessária:

- Carteira de identidade;
- CPF;
- Comprovante de residência;
- Comprovante de rendimentos e
- Certidão negativa de antecedentes criminais. (<https://www.tjsc.jus.br>)

4. RESPONSABILIDADES:

4.1. A Família Acolhedora tem a responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos enquanto estiverem sob sua proteção, responsabilizando-se pelo que segue:

- Prestar assistência material, de saúde, moral e educacional à criança e ao adolescente, nos termos do Art. 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;
- Prestar informações sobre a situação da criança e do adolescente acolhido aos profissionais que estão acompanhando a situação;
- Contribuir na preparação da criança e adolescente para o retorno à família de origem, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Programa Família Acolhedora;
- Proceder à desistência formal de guarda, nos casos de inadaptação, responsabilizando-se pelos cuidados da criança ou adolescente acolhido até novo encaminhamento, o qual será indicado pela Equipe Técnica e determinado pela autoridade do Poder Judiciário;

4.2 A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, à criança e ao adolescente acolhido e à família de origem. Todo o processo de acolhimento e reintegração familiar será acompanhado pela equipe técnica, que será responsável por cadastrar, selecionar, assistir e acompanhar as famílias acolhedoras, antes, durante e após o acolhimento. Não será selecionada para o Acolhimento a Família Acolhedora cuja família possua vínculo de parentesco com criança ou adolescente em processo de acolhimento

4.3 Ao município de Guaraciaba através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Repassar a família acolhedora o subsídio financeiro, destinado ao suprimento das necessidades básicas do acolhido, conforme Art. 11 da Lei Municipal n. 2.449/2012 de 20 de junho de 2012, Decerto Municipal n. 840 de 29 de agosto de 2018 e Art. 34 § 4º do ECA.

Os valores do subsídio somente serão repassados após o efetivo acolhimento da criança ou adolescente na família indicada pela Equipe Técnica, respeitando o início da data do acolhimento e proporcional ao tempo que permanecer no Serviço de Acolhimento.

5. ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

5.1. A seleção será realizada pela Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Guaraciaba, no período de até 30 (trinta) dias após o encerramento das inscrições, observadas as seguintes etapas:

5.1.2 Primeira Etapa – Preenchimento da Ficha de Cadastro e Entrega de Documentos;

5.1.3 Segunda Etapa Avaliação Documental: consiste na avaliação dos documentos apresentados pelas famílias interessadas, para fins de verificar a procedência, bem como o cumprimento dos critérios estabelecidos nesse Edital. Caso a família participante não apresente os documentos em consonância com o exigido, será desclassificada.

5.1.4 Terceira Etapa - Avaliação Técnica (Psicossocial): consiste na avaliação para verificação se a família inscrita como potencial acolhedora preenche os requisitos necessários à função. Nesta etapa a família deverá passar por um estudo psicossocial, que será realizado através de entrevistas individuais, coletivas, visitas domiciliares e outras ferramentas que se fizerem necessárias.

5.1.5 Quarta Etapa: Divulgação das famílias selecionadas para capacitação e formação do cadastro.

5.1.6 Quinta Etapa: Assinatura do Termo de Adesão, Termo de Consentimento Livre e esclarecido e Declaração de Desinteresse em Adoção.

5.2 A classificação para qualquer etapa subsequente é vinculada, obrigatoriamente, à classificação na etapa anterior. A aprovação em todas as etapas não assegura à família pretendente o acolhimento imediato, e sim a habilitação, a qual tornará a família apta para efetivar acolhimento de acordo com a necessidade do Programa Família Acolhedora.

5.3 Não haverá ordem de classificação para as famílias habilitadas. O acolhimento da criança ou adolescente dependerá do perfil mais adequado de ambos.

5.4 O acolhimento, preferencialmente, deverá ser de uma criança ou adolescente por vez em cada família acolhedora, salvo em se tratando de grupo de irmãos, conforme avaliação e aprovação da equipe técnica, como estabelece a legislação.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS:

A inscrição das famílias implicará no conhecimento das presentes instruções e aceitação das condições de seleção tais como se acham estabelecidas nesse edital e nas normas legais pertinentes que regulamentam o processo seletivo das quais não poderá alegar desconhecimento. A inexistência de afirmativas ou irregularidades nos documentos apresentados, que a qualquer tempo forem verificadas, acarretará a nulidade da inscrição, com todas as suas consequências de ordem administrativa, civil ou criminal.

Quaisquer atualizações, alterações ou acréscimos sofridos por este edital, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito, ou até a data da circunstância que será mencionada será devidamente publicado.

Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela equipe Técnica de Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, ante a supervisão do gestor da pasta.

Guaraciaba/SC, 28 de fevereiro de 2022.

VANDECIR DORIGON

Prefeito Municipal

ANA PAULA REICHERT

Secretaria Municipal de Assistência Social

EXTRATO CONTRATO 12.2022 - FMS

Publicação Nº 3651455

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C7F1970F8BA9E5A16147E22E588B4675954FF66F

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 12/2022

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA/SC

Contratada: LUCILENE MARIA ROPKE EIRELI

Valor: 100.000,00 (cem mil)

Vigência: Início: 01/03/2022 Término: 31/12/2022

Licitação: Inexigibilidade p/ Contratação de Serviços Nº.: 7/2021

Objeto: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE FISIOTERAPIA, PSICOLOGIA DE FONOAUDIOLOGIA

DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2022. (VALORES - SESSÃO FISIOTERAPIA, SESSÃO DE FONOAUDIOLOGIA - SESSÃO DE PSICOLOGIA - CONFORME TABELA SUS). DAIANE DORIGON

Secretário de Saúde
CPF: 042.965.519-30

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 18.22 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO BATERIAS NOVAS

Publicação Nº 3650987

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A81D603BE47CD962EA9BE1F6E56B4331635DBDB8

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2022.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 32/22, Edital de Pregão Presencial Nº 18/22, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIA PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 14/03/22; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 14/03/22, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00 e no site guaraciaba.atende.net Guaraciaba em 01 de março de 2022.

Vandecir Dorigon,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 19.22 REGISTRO DE PREÇOS CONSERTOS DE PNEUS

Publicação Nº 3651064

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E1E465B6E3B22DE4400CCE379A39BE66D69285E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2022.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 33/22, Edital de Pregão Presencial Nº 19/22, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ALINHAMENTO, GEOMETRIA, BALANCEAMENTO, RODIZIO DE PNEUS, CONSERTO DE PNEUS, MONTAGEM E DESMONTAGEM, CAMARA DE AR, PROTETORES DE ARO, COLARINHOS VULCANIZAÇÃO, ANÉIS DE VEDAÇÃO, VULCANIZAÇÃO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS; recebimento de propostas até às 14:00 horas do dia 14/03/22; a abertura do Edital será às 14:00 horas do dia 14/03/22, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00 e no site guaraciaba.atende.net Guaraciaba em 01 de março de 2022.

Vandecir Dorigon,
Prefeito Municipal

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 17/2022

Publicação N° 3650789

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 24A5941E7882BCF152AD7BD583F54D0524B26CC8

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 17/2022 - Pregão Eletrônico Nº. 01/2022

Objeto: Aquisição de material e serviço para reforma geral da Quadra Coberta Poliesportiva do Núcleo Municipal de Ensino Arco Íris Extensão Pessegueiro, local utilizado pelos alunos para pratica de esportes nas aulas de Educação física e em demais momentos de descontração, através de Recurso do Salario Educação.

ABERTURA: 16/03/2022 as 08:30

Edital e seus anexos estarão à disposição aos interessados no site do município www.guarujadosul.sc.gov.br e no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

CODIGO PRE PUBLICAÇÃO TCE SC

24A5941E7882BCF152AD7BD583F54D0524B26CC8

Guarujá do Sul, SC, 01 de março de 2022.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 18/2022

Publicação Nº 3651197

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E3349D08C225667FDD4D151DD7D16FD2670AD8FD

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL****PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2022
Pregão Presencial Nº. 12/2022****1 - DA LICITAÇÃO**

1.1. O Município de Guarujá do Sul, torna público, para conhecimento dos interessados que se acha aberto Edital de Licitação, na Modalidade de Pregão Presencial para Compras e Serviços, que se realizará nos termos do presente e no que preceitua a Lei Federal Lei 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994 entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

1.2. A abertura dos envelopes ocorrerá dia **17/03/2022**, às **13:30 horas**, na Sala de Reuniões, Junto a Prefeitura Municipal na Avenida João Pessoa, 1265 - Guarujá do Sul - SC.

1.3. A documentação do credenciamento, bem como os envelopes da habilitação e as propostas deverão ser entregues até as **13:15** horas no mesmo local e data estabelecida na cláusula 1.2. deste Edital.

1.4. Não serão aceitas documentação e proposta entregues fora do prazo estabelecido na cláusula 1.3. deste Edital.

1.5. Esta Licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

2 - DO OBJETO

2.1. O presente Edital tem por objetivo selecionar propostas: Contratação de empresa especializada em softwares nativos de plataforma web para fornecimento de solução de gestão pública integrada, no modo de licenças de uso de programas para município de Guarujá do Sul (Órgão Gerenciador / Município de Guarujá do Sul e Órgão Participante / Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistencial Social e Câmara Municipal de Vereadores).

2.1.2. As especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos estão descritos neste edital em seu **Anexo I**.

3 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e ramo de atividade, constante neste Edital e seus anexos.

4 – IMPUGNAÇÕES AO ATO CONVOCATORIO E EXCLARECIMENTOS

4.1. Eventuais impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocolizadas nos dias úteis, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, junto ao Departamento de Licitações e Compras, observando o prazo previsto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 41 da Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 8.883/9,

4.1.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.1.2. Pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados no e-mail comprasquarujadosul@gmail.com

4.1.3. Informações ou esclarecimentos fornecidas verbalmente e por email por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

5 – DO CREDENCIAMENTO E COMPROVAÇÃO DE ME E EPP.

5.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos (apresentar no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial):

5.1.1. Quando a autenticidade se der pelo site da JUCESC, será feito a consulta para verificação e somente será considerando autenticado quando constar “ documento disponível “, conforme orientação contidos no site do JUCESC.

5.2. Tratando-se de Representante Legal: O Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de Registro Comercial, Registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

5.3. Tratando-se de Procurador: Deverá apresentar procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recurso e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 5.2, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

5.4. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 9.7. deste Edital, a Empresa deverá apresentar a Certidão emitida por órgão competente, que comprove a qualidade de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte.

5.4.1. A Certidão Simplificada devere ter validade de (90) noventa dias.

5.4.2. A Certidão Simplificada devere ser apresenta na Original, ou em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

5.4.3. A Certidão Simplificada expedidas pelos sites oficiais, terão conferencia de autenticidade nos devidos sites.

5.4.3.1. Quando a autenticidade se der pelo site da JUCESC, será feito a consulta para verificação e somente será considerando autenticado quando constar “ documento disponível “, conforme orientação contidos no site do JUCESC.

5.5. A comprovação da Regularidade Fiscal das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, será feita nos termos do Artigo 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123/06 e suas alterações.

5.6. Ainda como CONDIÇÃO PRÉVIA ao exame da proposta e habilitação do licitante, a Pregoeira e Equipe de Apoio, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.6.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União - www.portaldatransparencia.gov.br/ceis

5.6.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) - <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>

5.6.3. Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNEP, na fase de credenciamento, trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação, nos termos do Acórdão nº 1.793/2011 (PlenárioTCU).

5.6.4. A consulta aos cadastros será realizada em NOME DA EMPRESA LICITANTE, nos termos do Art. 12 da Lei 8.429/92, que prevê dentre sanções impostas ao responsável pelo Estado de Santa Catarina e o Município de Guarujá do Sul, prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o poder público.

5.6.5. Constatada a existência de sanção, o qual impeça a participação a Pregoeira e Equipe de Apoio, reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. O Representante Legal e o Procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de Identificação que contenha foto.

5.8. Será admitindo apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa.

5.9. Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso. .

6 – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

6.1. Os proponentes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos para habilitação de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III** deste Edital fora dos envelopes nº 1 e 2.

7 – ENVELOPE DA PROPOSTA

7.1. A Proposta deverá ser apresentado em envelope fechado e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 01 – Proposta

Razão Social:

Processo Licitatório nº. 18/2022 - Pregão Presencial nº. 12/2022

7.2. A proposta deverá ser redigida em Língua Portuguesa, com clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, assinada e rubricada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

7.3. A Proposta de Preço deverá conter os seguintes elementos:

- a. Nome da Proponente, endereço completo, telefone e CNPJ.
- b. Numero do Pregão.
- c. A proposta deverá apresentar planilha de orçamento constando quantitativos, preços unitários e totais, observadas as especificações e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.
- d. Preço Unitário em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, apurado a data de sua apresentação.
 - d.1. No preço proposto deverão estar incluídos além do lucro todas as despesa, tributos e custos, diretos ou indiretos relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- e. Devera ser cotado todos os itens para compor o valor global, sobre pena de desclassificação.
- f. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias.

f.1. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo supracitado.

g. A empresa que tiver com valor global superior ao valor máximo relacionado no Anexo I, será desclassificado.

e. A falta de data e/ou rubrica ou demais indicação constantes no Item “a” e “b” da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente na reunião de abertura dos envelopes “Proposta” com poderes para esse fim.

f. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais. Serão corrigidos automaticamente pela Pregoeira quaisquer erros de soma e/ou multiplicação.

8 – ENVELOPE DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos para Habilitação deverão ser apresentado em envelope fechado e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 02 – Habilitação
Razão Social:
Processo Licitatório nº. 18/2022 - Pregão Presencial nº. 12/2022

8.2. Os documentos necessários a habilitação deverão ser apresenta no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

8.2.1. Quando a autenticidade se der pelo site da JUCESC, será feito a consulta para verificação e somente será considerando autenticado quando constar “ documento disponível “, conforme orientação contidos no site do JUCESC.

8.3. O envelope “Documentos de Habilitação” deverá conter os documentos a seguir relacionados:

8.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

8.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda **MUNICIPAL**, da sede da proponente;

8.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda **ESTADUAL**, da sede da proponente;

8.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda **FEDERAL**;

8.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

8.3.6. Declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII, Art.7º, da CF/88 (Proteção ao trabalho de menores de 18 anos); Anexo IV.

8.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3.8. Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade

comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, quando estes não forem apresentados no Credenciamento.

8.3.9. Habilitação Técnica:

a) Apresentação de no mínimo 1 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por entidade pública ou privada, comprovando que a proponente implantou e/ou que mantém em funcionamento sistema de computação em nuvem, similar e compatível com o objeto desta licitação, pelo menos nas seguintes áreas de maior relevância: Planejamento e Orçamento, Escrituração contábil, Execução financeira e Prestação de Contas, Pessoal e Folha de pagamento, Ponto eletrônico, Compras e licitações, Patrimônio, Almoxarifado, Controle de frota e combustíveis, Portal da transparência, Portal de serviços e autoatendimento, Escrita fiscal eletrônica, Nota fiscal eletrônica de serviços, Gestão da Arrecadação, Gestão de Tributos Municipais (IPTU, ITBI, ISSQN e taxas), Gestão de Obras e posturas, Gestão da Dívida ativa.

8.3.10. Documentos complementares

a) Declaração de que a empresa proponente tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais onde serão executados os serviços para o cumprimento das obrigações objeto da licitação de acordo com o **Anexo I**, responsabilizando-se por quaisquer custos relacionados à execução do contrato, ainda que imprevistos em sua proposta.

b) Declaração de que a proponente é fabricante do sistema, ou autorização expressa deste, comprovando que tem acesso e total conhecimento sobre os programas fontes, estando apta a realizar os serviços de implantação, configuração, suporte, customização e manutenção dos programas ofertados.

c) Declaração de Atendimento dos Requisitos Técnicos e de Capacidade Operativa e Declaração de que a licitante disporá, por ocasião da futura contratação, de todos os equipamentos, pessoal técnico e operacional necessários à execução dos serviços, incluindo que o fornecedor disponibilizará *data center* (próprio ou terceirizado) com capacidade de processamento (links, servidores, nobreaks, fontes alternativas de energia (grupo gerador), softwares de virtualização, segurança, sistema de climatização), para alocação dos sistemas objeto desta licitação, conforme orientações do termo de referência, garantindo ainda que não haverá qualquer tipo de paralisação dos serviços por falta dos equipamentos ou de pessoal.

8.4. A cópia de certidões de regularidade emitida via internet não precisam ser autenticadas. As referidas certidões terão sua validade confirmada pela mesma via pela Comissão de Licitação.

8.5. Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade.

8.6. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180(cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

9 - DO JULGAMENTO

9.1. A presente licitação, para efeito de julgamento, será do tipo menor preço global.

9.2. No Curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

9.3. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

9.3.1. Só serão computados para a formação de 3 (três) propostas ate 10% (dez por cento) as empresas que tiverem representante aptos para dar lances.

9.4. As proponentes classificadas no item anterior serão facultadas a apresentação de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, encerrando-se essa fase quando não houver mais lances.

9.5. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor.

9.6. Somente o pregoeiro poderá definir qual o critério de lances, o seja, se a redução em relação à melhor proposta será em percentual, se será mediante redução em reais, e qual a redução mínima, visando à agilidade na licitação. Ressalta-se que no decorrer dos lances, poderá, a critério do pregoeiro, ser alterado o critério e o valor de redução.

9.7. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionada e não selecionada para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

9.7.1. O pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

9.7.1.1. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 9.7.1.

9.8. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no subitem 9.7.1.

9.9. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 9.7, seja microempresa ou empresam de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se desde logo, à negociação do preço.

9.10. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 9.7.1 e 9.8, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 9.7., com vistas à redução do preço.

9.11. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos da habilitação poderão se saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

9.11.1. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser juntados aos autos do processo de licitação os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.12. A administração não se responsabiliza pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação a licitante será inabilitada.

9.13. O Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, solicitar informações complementares, para efeito de julgamento das propostas, caso a Proponente não atender com clareza o solicitado em Edital, conforme determina o art. 43 § 3º, da Lei 8.666/93.

9.14. Serão desconsiderados os itens proposta que contiver emendas, rasuras ou borrões, salvo quando a empresa fizer acompanhar uma errata, preferencialmente em 02(duas) vias, em papel timbrado e devidamente assinado pelo proponente ou seu representante legal.

9.15. Serão desclassificadas:

9.15.1. As propostas que não atenderem as exigências do ato convocatório;

10 – DOS PODERES DO PREGOEIRO

10.1 – O Pregoeiro, no decorrer do certame poderá:

10.1.1 – Advertir os licitantes.

10.1.2 – Definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos;

10.1.3 – Estabelecer o tempo para o oferecimento dos lances verbais;

10.1.4 – Permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão, através de telefone celular ou outros meios;

10.1.5 – Suspender a etapa de lances e/ou determinar a suspensão da sessão, designando nova data para continuação, a seu critério;

10.1.6 – O pregoeiro tem poder de polícia, durante a sessão.

11- HABILITAÇÃO

11.1. O pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance global.

11.2. Os Documentos serão rubricados pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos participantes devidamente credenciados e serão anexados ao processo licitatório.

11.3. Havendo irregularidade na documentação que não permitam a habilitação o proponente será inabilitado, procedendo ao pregoeiro a habilitação do segundo proponente classificado e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

11.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for convocado pelo pregoeiro para o saneamento da documentação apresentada com restrições, prorrogáveis por igual período a critério desta Administração.

11.5. A não regularização da documentação fiscal e trabalhista, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.6. A prerrogativa regulamentada no item 11.4. não desobriga as microempresas e/ou empresas de pequeno porte da apresentação dos documentos de regularidade fiscal e

trabalhista, os quais deverão ser apresentados mesmo que com restrições, sob pena de inabilitação.

12 - DOS RECURSOS

12.1. Habilitado o proponente, o pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso. Havendo interesse o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente sua razão, cabendo ao pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso.

12.2. O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação do recurso , o qual deverá ser protocolado no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, dirigido a autoridade competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contra-razões no prazo de 03 (três) dias a contar do término do prazo do recorrente. A autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13 – PRAZO DE VIGENCIA, REGIME DE EXECUÇÃO, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO.

13.1 O prazo de vigência, dotação orçamentária, regime de execução, preço e forma de pagamento e cláusulas necessária estão previstas na Minuta de Contrato constante do Anexo V deste Edital.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e do interesse público, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

14.2. No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á às 13:30 horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada.

14.3. Faz parte integrante deste edital de licitação:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo Proposta de Preço;

Anexo III – Declaração que cumpri os requisitos de habilitação;

Anexo IV – Declaração cumprimento no disposto no inciso XXXIII, Art.7º, da CF/88.

Anexo V – Minuta do Contrato

14.4. Esta licitação é regida pelas disposições da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

14.5. O contrato deverá ser assinado após a homologação e adjudicação do presente Processo Licitatório no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, junto à Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, Secretaria Municipal de Administração.

Município de Guarujá do Sul – SC, 01 de março de 2022.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER,
Prefeito Municipal.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL**

**PROCESSO LICITATORIO Nº. 18/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2022**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em softwares nativos de plataforma web para fornecimento de solução de gestão pública integrada, no modo de licenças de uso de programas para município de Guarujá do Sul (Órgão Gerenciador / Município de Guarujá do Sul e Órgão Participante / Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistencial Social e Câmara Municipal de Vereadores) e todas as demais condições constantes deste Termo de Referência.

1.1 Licenciamento de módulos por entidade e serviços complementares:

LOTE ÚNICO - SISTEMA INTEGRADO MULTIENTIDADES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL					
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Un.	Preço Unit	Preço Total
1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA E TREINAMENTO DE USUÁRIOS				
1.1	PREFEITURA, FUNDO DE SAÚDE e FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
1.1.1	Serviços de Diagnóstico, Migração, Configuração, Habilitação, Treinamento e acompanhamento operacional do sistema para uso.	1	Serviço	12.500,00	12.500,00
1.2	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES				
1.2.1	Serviços de Diagnóstico, Migração, Configuração, Habilitação, Treinamento e acompanhamento operacional do sistema para uso.	1	Serviço	1.500,00	1.500,00
Subtotal Item 1				14.000,00	14.000,00
2	LICENCIAMENTO MENSAL - MÓDULOS PARA USO DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL				
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Un.	Preço Unit	Preço Total
2.1	Planejamento e Orçamento	12	Meses	472,44	5.669,28
2.2	Gestão Contábil, Financeira e Prestação de Contas	12	Meses	1.500,00	18.000,00
2.3	Controle Interno	12	Meses	350,00	4.200,00
2.4	Ponto Eletrônico	12	Meses	520,00	6.240,00
2.5	Segurança e Medicina do Trabalho	12	Meses	120,00	1.440,00
2.6	Folha de Pagamento	12	Meses	1.000,00	12.000,00
2.7	Obras e Posturas	12	Meses	170,00	2.040,00
2.8	Compras, Licitações e Inclusão de Contratos	12	Meses	540,00	6.480,00
2.9	Frota	12	Meses	379,38	4.552,56
2.10	Patrimônio	12	Meses	401,37	4.816,44
2.11	IPTU / ITBI / Taxas	12	Meses	560,00	6.720,00
2.12	ISSQN e Taxas	12	Meses	480,46	5.765,52

2.13	Receitas Diversas	12	Meses	75,39	904,68
2.14	Contribuição e Melhoria	12	Meses	100,00	1.200,00
2.15	Gestão de Arrecadação	12	Meses	330,00	3.960,00
2.16	Dívida Ativa	12	Meses	350,00	4.200,00
2.17	Nota Fiscal Eletrônica	12	Meses	900,00	10.800,00
2.18	Escrita Fiscal	12	Meses	330,00	3.960,00
2.19	Autoatendimento	12	Meses	360,00	4.320,00
2.20	Portal da Transparência	12	Meses	350,00	4.200,00
2.21	Portal Institucional web site	12	Meses	182,84	2.194,08
2.22	Memorando, Protocolo e Processo Digital	12	Meses	400,00	4.800,00
Subtotal Item 2				9.871,88	118.462,56
3	LICENCIAMENTO MENSAL - MÓDULOS PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL				
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Un.	Preço Unit	Preço Total
3.1	Planejamento e Orçamento	12	Meses	100,00	1.200,00
3.2	Gestão Contábil, Financeira e Prestação de Contas	12	Meses	320,00	3.840,00
3.3	Portal da Transparência	12	Meses	70,00	840,00
3.4	Segurança e Medicina do Trabalho	12	Meses	50,43	605,16
3.5	Folha de Pagamento	12	Meses	300,00	3.600,00
3.6	Compras, Licitações e Inclusão de Contratos	12	Meses	277,20	3.326,40
3.7	Patrimônio	12	Meses	143,85	1.726,20
Subtotal Item 3				1261,48	15.137,76
4	LICENCIAMENTO MENSAL - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARUJÁ DO SUL				
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Un.	Preço Unit	Preço Total
4.1	Planejamento e Orçamento	12	Meses	70,00	840,00
4.2	Gestão Contábil, Financeira e Prestação de Contas	12	Meses	260,00	3.120,00
4.3	Compras, Licitações e Inclusão de Contratos	12	Meses	230,00	2.760,00
4.4	Patrimônio	12	Meses	30,00	360,00
4.5	Portal da Transparência	12	Meses	60,00	720,00
Subtotal Item 4				650,00	7.800,00
5	LICENCIAMENTO MENSAL - MÓDULOS PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE GUARUJÁ DO SUL				
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Un.	Preço Unit	Preço Total
5.1	Planejamento e Orçamento	12	Meses	88,00	1.056,00
5.2	Gestão Contábil, Financeira e Prestação de Contas	12	Meses	510,00	6.120,00
5.3	Compras, Licitações e Inclusão de Contratos	12	Meses	304,61	3.655,32
5.4	Patrimônio	12	Meses	120,00	1.440,00
5.5	Porta da Transparência	12	Meses	85,18	1.022,16
Subtotal Item 5				1.107,79	13.293,48
6	DATA CENTER DO SISTEMA - Município, Câmara, Fundo de Saúde e Fundo Assistência Social				
6.1	Gestão e provimento de datacenter (gestão, disponibilidade, hospedagem, processamento, segurança e bkp),	12	Meses	1.700,00	20.400,00
Subtotal Item 6				1.700,00	20.400,00
7	SERVIÇOS SOB DEMANDA (RESERVA TÉCNICA) - Município, Fundo de Saúde e Fundo				

	Assistência Social.				
7.1	Serviços de atendimento técnico e outros não incluídos nos serviços de implantação	70	Hora	130,00	9.100,00
7.2	Serviços de personalização e customização de softwares e serviços correlatos não incluídos nos serviços de implantação	70	Hora	198,30	13.881,00
Subtotal Item 7				328,30	22.981,00
8	SERVIÇOS SOB DEMANDA (RESERVA TÉCNICA) - Câmara				
8.1	Serviços de atendimento técnico e outros não incluídos nos serviços de implantação.	30	Hora	130,00	3.900,00
8.2	Serviços de personalização e customização de softwares e serviços correlatos não incluídos nos serviços de implantação	30	Hora	198,30	5.949,00
Subtotal Item 8				328,30	9.849,00
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (soma itens 1 à 8) R\$					221.923,80

OBS: A GERAÇÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO, EMPENHOS, CONTRATO E DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS DOS TENS 1.2 E 3, SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

1.2. Os serviços constantes nos itens 7 e 8 tratam-se de serviços sob demanda, a serem adquiridos conforme a necessidade do Município, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Câmara Municipal de Vereadores.

1.3. Os serviços constantes no item 01 tratam-se de serviços de migração e treinamento, sendo que os serviços somente serão necessários e contratados caso o vencedor do certame seja outro do software atualmente contratado

1.4. Não é obrigatório que os programas ofertados seja organizados na mesma ordem e conjunto, ou nome do módulo, porém, é obrigatório que atenda as especificações, tarefas e rotinas citadas na parte descritiva deste termo de referência.

1.5. A presente licitação é do tipo “menor preço global”, em função da indivisibilidade dos itens que compõe e por se tratar de sistema integrado.

1.6. O sistema deverá ser integrado, em atendimento ao art. 48, § 1º, inciso III da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Decreto Federal 10.540/2020.

1.7. O número de usuários deverá ser ilimitado, sem a necessidade do município adquirir licenças adicionais durante toda a vigência do contrato.

1.8. DA BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INICIAIS COM DATA CENTER

1 Para o funcionamento pleno do sistema será necessário a alocação de recursos de datacenter, conforme planilha geral de preços a ser proposto pela licitante, podendo este ser próprio ou de terceiros.

2 A administração municipal está à disposição das empresas interessadas para prestar informações que estas considerarem necessárias para os devidos cálculos, projeções e formatação de suas propostas.

3 A proponente deverá prever as necessidades de capacidade de processamento, tráfego de dados, armazenamento e estabilidade relacionados ao provimento de data-center para atendimento das necessidades da Contratante. A previsão e o atendimento das necessidades para funcionamento inicial pleno do sistema cotado são de responsabilidade da proponente.

4 O sistema deverá ser condizente com a atual disponibilidade de link contratada pela administração. Caso após implantado, o sistema não opere satisfatoriamente com o volume de dados e operações atuais em uso, o fornecedor deverá indenizar a administração pública pelos custos de aumento de link necessário para que sua solução opere sem que atendentes e contribuintes tenham que esperar longos períodos para realização das atividades e prestação de serviços administrativos e de atendimento, ou arcar com a rescisão contratual e penalidades previstas no Edital. O Termo de aceite / Recebimento dos Módulos só será emitido após o prazo necessário para que o município identifique que o sistema está operando satisfatoriamente, com o volume de dados atuais em uso.

5 Portanto, a proponente deverá apresentar junto a proposta a memória de cálculo da **configuração projetada** para o pleno funcionamento do sistema conforme necessidades atuais da CONTRATANTE, especificando cada um dos recursos abaixo, incluindo alocação mínima de espaço e disco, como especificado:

MEMÓRIA DE CÁLCULO CUSTOS INICIAIS DO DATA CENTER		DC PRINCIPAL	
ITEM	UN. DE MEDIDA	QTDE	VALOR (R\$)
Link	Mb		
Processador	vCPU		
Memória	GB		
HD - Banco de Dados	GB	300	
HD - Backup	GB	600	
TOTAL MENSAL			

1.9. DA COTAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO DATACENTER

Com o passar do tempo de utilização e efetivo armazenamento e rotinas da contratante, poderá ser necessária a ampliação dos recursos do datacenter disponibilizados pela contratada, motivo pelo qual é necessário que sejam também cotados os custos de eventuais aumentos dos recursos de informática disponibilizados, conforme tabela a seguir:

CUSTOS PARA AMPLIAÇÃO DE RECURSOS DO DATA CENTER – DC PRINCIPAL			
ITEM	QTD E	UN. DE MEDIDA	VALOR (R\$)
Link	1	Mb	
Processador	1	vCPU	
Memória	1	Gb	
HD - Banco de Dados	1	Gb	
HD - Backup	1	Gb	
HD - Imagens/Arquivos	1	Gb	

2.**JUSTIFICATIVA**

Justifica-se a contratação pois o Município, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Câmara Municipal de Vereadores, necessitam de um sistema de gestão integralizado no intuito de proporcionar maior celeridade, reduzir o retrabalho (integração de módulos), dar maior transparência as ações e gastos públicos e cumprir os propósitos Constitucionais e das Leis vigentes.

A pandemia de proporções mundiais do COVID 19 expôs a necessidade da adoção de sistemas de computação baseados em computação em nuvem de todos os módulos, pois esses possibilitam que os usuários trabalhem de qualquer lugar, desde que providos de acesso à internet, permitindo que os serviços e atendimento não sejam interrompidos, bem como seja mantida a segurança e a saúde das pessoas.

Os sistemas tradicionais baseados em redes internas não possibilitam essa flexibilidade de trabalho, bem como, com a exigência disposta pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, o Município, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Câmara Municipal de Vereadores, necessitam de uma ferramenta que interligue todos os módulos que estes necessitam, para o envio de todas as informações necessárias para o site do TCE/SC diariamente.

A adoção de sistemas informatizados de gestão é uma necessidade na realidade contemporânea e vem sendo adotada nos mais diversos segmentos do poder público, seja no legislativo, no executivo ou no judiciário e em todas as esferas de governo, como forma de automação, melhoria de processos, redução de tempo e otimização de recursos materiais e humanos. É uma ferramenta imprescindível para o alcance da efetividade social das ações governamentais.

Busca-se nesse contexto solução tecnológica integrada que deverá permitir a centralização de todo o processamento e armazenamento de dados relacionados aos processos, otimizando a obtenção e o processamento de informações, bem como o fornecimento de subsídios gerenciais, que são imprescindíveis para o planejamento e para a tomada de decisões por parte dos gestores públicos.

A integração e o compartilhamento de informações em tempo real, que serão realizados pela integração dos programas, irá proporcionar além de melhorias na produtividade dos servidores/empregados no atendimento e acompanhamento dos serviços disponibilizados, mais economia de recursos, facilidade para a tomada de decisões acertadas, e informações gerenciais que apoiarão o cumprimento das metas e obrigações legais.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES AS LICENÇAS DE USO DOS SOFTWARES**3.1 IMPLANTAÇÃO (Diagnóstico, Configuração, migração de informações e habilitação do sistema para uso se necessário)**

3.1.1. Para viabilizar o funcionamento de seu sistema, a contratada deverá realizar a implantação, compreendendo o diagnóstico, configuração, habilitação do sistema para uso, conversão / migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso, cuja responsabilidade será da empresa contratada, com disponibilização

dos mesmos pelo CONTRATANTE para uso, cuja migração, configuração e parametrização será realizada.

3.1.2. A migração compreenderá a conclusão da alimentação das bases de dados e tabelas para permitir a utilização plena de cada um dos softwares e aplicativos;

3.1.3. O trabalho operacional de levantamento dos dados cadastrais que for necessário à implantação efetiva do Sistema é de responsabilidade da CONTRATANTE, com o suporte da empresa provedora do Sistema;

3.1.4. Considera-se necessária a migração efetiva de todas as informações sem que haja qualquer conflitos e inconsistências em relatórios e prestação de contas, dos seguintes dados:

a) Informações necessárias da área de arrecadação e dívida ativa, no que tange a administração do executivo fiscal municipal;

b) Informações históricas da área de planejamento, contábil, orçamentária e financeira;

c) Informações históricas da área de compras, licitações e contratos;

d) Informações históricas da área de Folha e Recursos humanos;

e) Informações históricas da área de Patrimônio;

f) Informações históricas da área do Portal da Transparência;

g) Informações históricas da área do Portal Institucional/Website.

3.1.5. Os Dados dos exercícios anteriores, contratos já encerrados e outras informações cuja necessidade seja só a consulta, devem ser migrados para o sistema a ser contratado.

3.1.6. A migração de informações da CONTRATANTE, até a data de execução desta fase são de responsabilidade da empresa fornecedora dos softwares, cabendo a contratante a disponibilização dos backups em formato legível das atuais bases de dados, e a posterior conferência dos dados. Caso a base de dados não seja fornecida em formato legível pra migração a proponente devesse realizar a conversão da base para o formato necessário para realizar a migração, sem qualquer ônus ao município.

3.1.7. Caso a base de dados não seja fornecida em formato legível pra migração a proponente devesse realizar a conversão da base para o formato necessário para realizar a migração, sem qualquer ônus ao município.

3.1.8. As atividades de saneamento/correção dos dados são de responsabilidade da CONTRATADA. Inconsistências e erros na migração são situações previstas em qualquer migração de dados e que serão resolvidas de comum acordo entre as partes, mediante termos e cronogramas de trabalho em conjunto.

3.1.9. A CONTRATANTE poderá optar por não migrar determinados dados ou mesmo de uma base de dados completa, caso seja de seu interesse.

3.1.10. Durante o prazo de implantação, para cada um dos sistemas licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de configuração de programas;

3.1.11. Considera-se como necessários na fase de implantação de sistemas a realização de:

a) adequação, implantação e desenvolvimento de todos os relatórios que for solicitado, telas, layouts com os logotipos padrões do contratante;

b) configuração inicial de tabelas e cadastros;

c) estruturação de acesso e habilitações dos usuários;

d) adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pelo **CONTRATANTE**, se necessário;

e) ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente, se necessário;.

3.1.12. A configuração visa à carga de todos os parâmetros inerentes aos processos em uso pela CONTRATANTE e que atendam a legislação Estadual e Federal, ficando facultado às proponentes interessadas realizar visitas técnicas ou pedidos de esclarecimentos anteriores a data de abertura do certame, visando a formatação de sua proposta;

3.1.13. A CONTRATANTE disponibilizará técnicos do Departamento de Informática e de áreas afins para dirimir dúvidas. Para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e decidir as questões técnicas submetidas pela empresa contratada, registrando em relatório as deficiências verificadas, encaminhando notificações à empresa contratada para imediata correção das irregularidades;

3.1.14. Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuadas, deverão ser previa e formalmente acordados e documentados entre as partes, sem qualquer ônus ao município.

3.1.15. A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

3.1.16. A Contratante solicitará toda e qualquer intervenção no sistema e parâmetros de configuração, ficando a contratada obrigada a conferir todas as intervenções feitas no sistema pela Contratada antes de liberação para o uso.

3.1.17. O prazo para implantação do sistema é de 60 dias a contar do recebimento da ordem de serviço.

3.1.18. O termo de recebimento/aceite definitivo será emitido em até 30 (trinta) dias corridos após a disponibilização do sistema para uso, nos termos do art. 73, §3º da Lei Federal nº 8.666/93.

3.1.19. A garantia da disponibilidade mínima do sistema contratado deverá ser de 95% do tempo de cada mês civil brasileiro. Eventuais manutenções do sistema deverão ser programadas e realizadas fora do horário de expediente do ente público.

3.2 CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIO, (se necessário, em caso de software diferente do atualmente contratado)

3.2.1 Visando dar condições para que os servidores públicos operem os novos programas/módulos instalados, a contratada deverá realizar a capacitação inicial, durante a fase de implantação. Nesse caso, a empresa vencedora deverá apresentar no início das atividades o Plano de Treinamento (qual deveser aprovado do município) destinado à capacitação dos usuários e técnicos operacionais para a plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos novos módulos de programas, abrangendo os níveis funcional e gerencial, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

- a) Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
- b) Público alvo;
- c) Conteúdo programático;
- d) Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, etc.;

- e) Carga horária de cada módulo do treinamento;
- f) Processo de avaliação de aprendizado;
- g) Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, slides, fotos, etc.);

3.2.2. O treinamento para o nível técnico compreendendo: capacitação para suporte aos usuários, aspectos relacionados a configurações, monitoração de uso e permissões de acesso, permitindo que a equipe técnica possa propiciar o primeiro atendimento aos usuários, ou providenciar a abertura de chamado para suporte pela proponente.

3.2.3. As turmas devem ser dimensionadas por área de aplicação e com número de participantes compatível eficaz ao aproveitamento e assimilação de conhecimento dos participantes/treinandos;

3.2.4. Deverá ser fornecido Certificado de Participação aos servidores que tiverem comparecido a mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das atividades de cada curso.

3.2.5. Os equipamentos e ferramentas necessárias ao desenvolvimento das atividades de capacitação deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, podendo esta utilizar-se das dependências da CONTRATANTE.

3.2.6. A capacitação deverá ser realizada dentro do período de implantação, em carga horária e com métodos suficientes a capacitação para normal uso do ferramental tecnológico a ser fornecido.

3.2.7. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade, para a operação ou utilização dos sistemas em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

3.2.7.1. O treinamento na operacionalização dos sistemas, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da **CONTRATANTE**, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.

3.2.7.2. A **CONTRATANTE** apresentará à **CONTRATADA** a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da respectiva hora técnica, em caso de treinamento de novos usuários tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc .

3.3 SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO

3.3.1. Durante todo o período contratual deverá ser garantido atendimento para suporte técnico com solução imediata, no horário das 08:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 18:00 horas, de segundas às sextas feiras, através de técnicos habilitados com o objetivo de:

- a) esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;
- b) auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;
- c) orientar os servidores na operação ou utilização dos sistemas.
- d) auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas.

3.3.2. O atendimento técnico poderá ser realizado por telefone, , CHAT do próprio sistema, e-mail, através de serviços de suporte remoto ou local.

3.3.3. O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado por atendente apto a prover o devido suporte ao sistema, ou redirecionar o atendimento a quem o solucione.

3.3.4. Poderá a contratante chamar a central de atendimento da provedora via linha telefônica, hipótese em que os custos com as ligações serão suportados pela CONTRATANTE;

3.4 SERVIÇOS DE DEMANDA VARIÁVEL (RESERVA TÉCNICA)

3.4.1 Os serviços de demanda variável estabelecidos dentro do Acordo de Nível de Serviço (SLA) serão pré-orçados e pagos por hora técnica autorizada e efetivada, cuja estimativa encontra-se destacada no quadro de serviços no início do termo de referência.

3.4.2 A contratada poderá ser chamada pela Contratante para realizar ao longo da vigência do contrato os serviços de demanda variável.

3.4.3. Serviços de capacitação pós-implantação em função de novas releases dos softwares e/ou rodízio de pessoal, cujo ambiente será fornecido pela contratante ou via conexão remota para tratamento de erros, inconformidades causadas pelos usuários dos softwares da CONTRATANTE, ou por fatores alheios aos aplicativos (vírus e afins por exemplo), ou outros cuja necessidade tenha sido identificada pela contratante;

3.4.4. Serviços de personalização e customização de softwares, neles relacionados todo os abrangentes e correlatos, e todas as suas etapas, incluindo parametrizações, implementações, novas funcionalidades, e quaisquer outros necessários para atender necessidades e interesses (oportunidade e conveniência) da contratante, pertinentes ao objeto contratado.

3.4.5. Os custos com serviços de personalização e customização de software INICIAIS para o perfeito andamento dos trabalhos necessários e desenvolvidos pela CONTRATADA deverão estar inclusos na proposta de preços e deverão ser atendidos imediatamente após a solicitação.

3.4.6. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal, quando declaradas inviáveis, não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.

3.5 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVAS E LEGAL

3.5.1. Durante a vigência do contrato, a Contratada deverá executar os serviços contínuos de manutenção legal e corretiva dos sistemas contratados, sem qualquer ônus ao município, incluindo as seguintes atividades:

a) Manutenção corretiva (erros de software): é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o que foi especificado relativo a telas, regras de negócio, relatórios e integração e outras anomalias conhecidas no jargão técnico como "erros de software". O prazo máximo para reparos e correções em erros de software é de até 03 (três) dias úteis;

b) Manutenção legal: em caso de mudanças na legislação federal, estadual ou em normas infra legais dos órgãos de controle externo, quanto a prestações de contas e contabilidade pública durante a vigência contratual, será elaborada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação do sistema.

3.5.2 A empresa Contratada deverá disponibilizar a atualização de versão de todos os sistemas, sempre que necessário para atendimento da legislação federal vigente e das normas e procedimentos do Tribunal de Contas do Estado, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE, durante a vigência contratual.

3.5.3 Os serviços de manutenção corretiva e legal são uma responsabilidade da

CONTRATADA abrangidos no conceito de termo de garantia (direito do consumidor), que coincidirá em prazos com a vigência contratual e não incidirão custos adicionais para a CONTRATANTE.

3.5.4. Serviço de Envio do Sfinge, treinamento e acompanhamento do primeiro encaminhamento do sfinge, de todos os módulos do sistema, de acordo com o cronograma de obrigação do TCE.

3.5.5. Encerramento do Balanço e Abertura do Exercício, treinamento e acompanhamento do encerramento contábil do primeiro exercício pós migração e da abertura do primeiro exercício contábil pós migração.

3.6 DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DO DATA CENTER

3.6.1 Por se tratar de sistema de propriedade intelectual da CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1999, esta deverá disponibilizar o *data center* para alocação dos sistemas objeto desta licitação, com capacidade de processamento, como: links, servidores, nobreaks, fontes alternativas de energia (grupo gerador), softwares de virtualização, segurança, sistema de climatização; compatíveis com as necessidades do sistema ofertado e o volume de operações da CONTRATANTE;

3.6.2 A estrutura de *data center* poderá ser própria ou terceirizada, desde já ficando expressamente autorizada a terceirização desse item do objeto em caso de contratação;

3.6.3 A contratada deverá realizar gerenciamento pró-ativo a nível de servidor, inibindo que operações onerosas (como emissão de relatórios grandes, execução de consultas com filtros inadequados, etc.), possam prejudicar a operação do sistema ocasionando lentidão e/ou travamentos, prejudicando assim os trabalhos internos;

3.6.4 As ações realizadas através do gerenciamento pró-ativo, podem incluir o contato com o(s) usuário(s) do sistema ou o administrador local, para informar sobre essas situações, informando alternativas para execução das atividades e se necessário, interrompendo a execução da ação no servidor;

3.6.5 Por se tratar de um sistema web, instalado e mantido em data center, as atualizações deverão ocorrer mediante as seguintes características

a) O procedimento de atualização deverá ser automatizado sem necessidade de interferência do usuário, executado, controlado e auditado pela própria CONTRATANTE, garantindo que o sistema esteja disponível imediatamente após os procedimentos de atualização;

b) As atualizações, assim que executadas deverão surtir efeito imediato em todas as estações de trabalho da CONTRATANTE. Excetua-se aqui arquivos da camada front-end em cache no navegador, que poderão ser atualizados com regras específicas;

c) Permitir visualizar os logs de atualizações que foram executadas anteriormente;

d) Deverá permitir acesso posterior sempre que necessário pelo usuário a documentação de cada release lançada/atualizada.

3.6.6 Ainda quanto ao data center, a CONTRATADA fica responsável por manter os sistemas básicos (Sistema Operacional, Servidor de Aplicação, Servidor de Banco de Dados, etc.) em constante atualização, especialmente quando falhas de segurança forem reportadas pelos fabricantes (quando licenciados) ou comunidade (quando software livre);

3.6.7 A proponente deverá prever as necessidades de capacidade de processamento, tráfego de dados, armazenamento e estabilidade relacionados ao provimento de data-center para atendimento das necessidades da Contratante e de acordo com o desempenho do sistema ofertado. A previsão e o atendimento das necessidades para funcionamento inicial

pleno do sistema cotado são de responsabilidade da proponente de acordo com as questões técnicas particulares de seu próprio sistema;

3.6.8 Para garantir segurança e disponibilidade o ambiente computacional oferecido deverá, no mínimo conter recursos suficientes ao processamento e ao armazenamento de informações a serem controladas com o sistema de gestão ofertado, dentre eles:

3.6.8.1 Links de internet redundantes;

3.6.8.2 Fontes de energia redundantes, no mínimo uma de concessionária de energia e outra de grupo(s) de gerador(es);

3.6.8.3 Hardwares redundantes;

3.6.8.4 Tecnologia de virtualização;

3.6.8.5 Administração 24 X 7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana).

3.6.9 A contratada deverá efetuar os eventuais upgrades em seus hardwares para garantir o bom funcionamento dos sistemas, mantendo estabilidade e confiabilidade dos equipamentos;

3.6.10 Em caso de necessidade de readequação de capacidade de processamento, deverá permitir que seja realizado redimensionamento posterior conforme necessidade para atendimento da demanda de funcionalidades e usuários, de acordo com as seguintes regras e conceitos:

3.6.10.1 Consideram-se recursos passíveis de aumento gradativo conforme demanda: links de internet, espaço em disco total (banco de dados, demais servidores e contingência para manutenções), quantidade de memória RAM por servidor, quantidade de vCPUs por servidor;

3.6.10.2 O aumento de reserva de link de internet deverá ser realizado por MB adicional, além da quantidade já disponibilizada conforme necessidade do sistema/programas;

3.6.10.3 O aumento de espaço em disco total deverá ser realizado por GB adicional, além da quantidade já disponibilizada conforme necessidade do sistema/programas;

3.6.10.4 O aumento de memória RAM deverá ser realizado por GB em cada servidor conforme necessidade do sistema/programas, além da quantidade já disponibilizada;

3.6.10.5 O aumento de qualquer um dos recursos mencionados deverá ser solicitado pela CONTRATANTE a CONTRATADA mediante ofício e será passível de aprovação orçamentária, exceto aqueles necessários no momento da migração;

3.6.11 O datacenter a ser fornecido deverá ser suficiente para manter as informações controladas para acesso em tempo real por no mínimo 2 (dois) anos, inclusive os logs de uso, podendo as informações de períodos anteriores serem armazenadas em backups.

3.6.12 O datacenter deverá conter tecnologia para manter cópia das informações no ambiente do datacenter da CONTRATADA (ou por ela contratado) e download de segurança do banco de dados pela CONTRATANTE.

3.6.13 O data center utilizado na execução dos serviços poderá ser objeto de Visita Técnica pelos profissionais da área de TI da o) CONTRATANTE para fins de conhecimento e validação da estrutura, tendo por base o atendimento aos requisitos técnicos relacionados no "Termo de Referência

3.6.14 Ao término da fase de implantação se for necessário, quando posto em efetivo funcionamento a CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE através de documento formal os recursos da capacidade totais disponíveis do datacenter no momento.

3.6.15 A administração municipal está à disposição das empresas interessadas para prestar informações que estas considerarem necessárias para os devidos cálculos, projeções e formatação de suas propostas.

3.7 DOS PAGAMENTOS E PRAZOS

3.7.1. O pagamento será realizado de forma mensal e sucessiva, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da empresa contratada:

3.7.1.1. Os serviços de implantação e treinamento dos usuários realizados serão pagos em parcela única com vencimento em até 15 (quinze) dias depois da sua realização.

3.7.1.2. Provisão e gestão de datacenter, locação dos sistemas, suporte técnico e demais serviços mensais serão pagos de forma mensal e sucessiva durante toda a vigência do contrato, sendo a primeira com vencimento aos 30 dias a contar da liberação do sistema para uso.

3.7.1.3. Os serviços ofertados por hora técnica (sob demanda) serão pagos de acordo com o número de horas técnicas utilizadas no mês anterior ao mês do pagamento, em conjunto com as parcelas mensais.

3.7.2 O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos previsto no art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, caso haja interesse das partes e mediante termo aditivo.

3.7.3 Em havendo continuidade contratual, ou prorrogação de vigência fica estipulado que o valor global será automaticamente reajustado pelo IPCA (Índices de Preços ao Consumidor), independentemente de termo aditivo contratual, apurado a cada período de doze meses contados a partir da data limite para apresentação das Propostas de Preços/Orçamentos conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001. Podendo ser executado por simples Apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

3.7.4 Em caso de inadimplemento da Administração por prazo superior a 60 (sessenta) dias, a execução dos serviços do presente contrato poderá ser suspensa, nos termos do artigo 78, inciso XV da Lei 8.666/93.

3.8 DA NECESSIDADE DE PROVA DE CONCEITO DAS FUNCIONALIDADES DOS MÓDULOS E DO PADRÃO TECNOLÓGICO, SEGURANÇA E DESEMPENHO

3.8.1 Definido um vencedor provisório, o mesmo deverá submeter a solução ofertada a uma avaliação de conformidade do objeto ofertado, através de uma prova de conceito, conforme orientações da Nota Técnica nº 04/2008/TCU, visando dar segurança mínima a contratação, conforme preconizado na Lei de Licitações, dado o impacto da contratação em todo os serviços públicos, administrativos e executivo fiscal, a produtividade e eficiência dos servidores em atividade, bem como os custos envolvendo terceiros e contratos já vigentes no que tange a serviços de link de internet/rede de dados.

3.8.2 A data e horário para realização da prova de conceito será divulgado pelo Pregoeiro no momento de suspensão da sessão, após encerrada a etapa de lances e definido o vencedor provisório. Ou na impossibilidade, comunicada posteriormente aos licitantes participantes.

3.8.3 A prova de conceito deverá ser realizada em até 05 (cinco) dias úteis após a sagração da empresa provisoriamente declarada vencedora, por Comissão Especial a ser designada, formada por servidores com conhecimento técnico pertinente.

3.8.4 Ao final da Prova de Conceito – POC, a Comissão Especial avaliadora, especialmente nomeada e designada, registrará em Ata o resultado e encaminhará ao Pregoeiro e à sua Equipe de Apoio.

3.8.5 A PROPONENTE que convocada para avaliação não comparecendo em dia e hora previamente agendados para a realização da Sessão Pública da Prova de Conceito – POC, será automaticamente reprovada pela Comissão avaliadora.

3.8.6 Caso a primeira colocada não atenda aos requisitos do Termo de Referência conforme regras aqui estabelecidas, será chamada a segunda colocada e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta adequada ou ser considerada fracassada a licitação.

3.8.7 Para a realização da prova de conceito – POC, a licitante deverá fornecer todos os equipamentos e ferramentas necessárias para sua apresentação.

3.8.8 A proponente será responsável pelo banco de dados de teste para a demonstração efetiva de todas as funcionalidades exigidas neste termo e disponíveis no sistema, sendo que cada função requerida deverá ser executada e seus resultados demonstrados. Bem como deverá trazer os equipamentos previamente configurados para a realização dos testes, não sendo aceitas intervenções de pessoas externas a avaliação (não presentes na demonstração).

3.8.9 Por se tratar de sistema em nuvem e o objetivo da avaliação é atestar-se o seu funcionamento satisfatório em uma situação real, o sistema apresentado deverá estar previamente instalado em datacenter, com os recursos exigidos de segurança, desempenho e disponibilidade, como descrito neste termo de referência.

3.8.10 A contratante poderá solicitar que algumas operações sejam demonstradas em equipamento de sua propriedade, visando atestar que o sistema está operando 100% em nuvem.

3.8.11 Para o bom andamento dos trabalhos de avaliação, bem como resguardo de direitos do particular quanto à propriedade intelectual protegidos por Lei, só será permitida a participação de no máximo um representante das demais licitantes por módulo, sendo que o representante de licitante que estiver assistindo à apresentação poderá se manifestar no final da sessão para esclarecimentos que julgar necessário sobre prova de conceito.

3.8.12 Será considerada aprovada a solução que atender a todas as exigências contidas neste Edital e efetuar a demonstração técnica, apresentando as condições mínimas de funcionalidade, performance, segurança e desempenho previstas neste Termo de Referência.

3.8.13 A Prova de Conceito – POC consiste na validação dos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência quanto a três aspectos fundamentais do sistema ofertado: **a) Padrão Tecnológico e de Segurança; b) Requisitos Específicos por Módulo de Programas.** Caso a solução ofertada não atenda 100% dos requisitos relacionados ao Padrão Tecnológico e de Segurança, não se passará a etapa de Avaliação dos Requisitos Específicos por módulos de Programas, sendo automaticamente desclassificada, por princípio de economicidade, celeridade e utilidade do procedimento.

3.8.13.1 A apresentação deve se dar na ordem em que os itens estão relacionados, devendo a EMPRESA VENCEDORA apresentá-los de forma objetiva, sem ajustes e sem contato externo. Não será permitido desenvolver, editar, corrigir ou ajustar o sistema durante a apresentação;

3.8.14 Para aferir se a solução ofertada atende aos requisitos referentes ao padrão tecnológico e de segurança, deverá a proponente demonstrar, simulando em tempo de execução, de cada funcionalidade exigida pelo presente Termo de Referência no item “**Padrão Tecnológico e de Segurança**”.

3.8.15 A proponente deverá atender 100% (cem por cento) destes requisitos, sob pena de eliminação do certame.

3.8.16 A demonstração técnica do sistema de tecnologia da informação e comunicação ofertado deverá apresentar plena operacionalidade, no ato da apresentação.

3.8.17 Para evitar subjetividade na avaliação, a metodologia utilizada será de afirmação/negação (sim/não). Ou seja, será observado se o item avaliado do sistema possui/executa a funcionalidade descrita no item apreciado tendo-se como resposta as questões apenas duas alternativas: sim (atende) e não (não atende).

3.8.18 Um item “parcialmente” atendido, será computado como atendido para fins de computo geral, mas deverá ser objeto de correção e/ou implementação, cujo prazo máximo para atendimento será aquele previsto como derradeiro para a implantação. O não atendimento no prazo, após a contratação, implicará na aplicação das sanções previstas no edital por inadimplemento ou atraso no cumprimento das obrigações contratuais.

3.8.19 Para aferir se a solução ofertada atende aos requisitos referentes as funcionalidades de programas, deverá a proponente demonstrar, simulando em tempo de execução, de cada funcionalidade exigida pelo presente Termo de Referência nos sub itens denominados módulos (divididos por área de aplicação) do item **“Requisitos Específicos Por Módulo De Programas”**.

3.8.20 A proponente deverá atender no mínimo 90% (noventa por cento) dos requisitos por módulo enumerado, sob pena de eliminação do certame, permitindo-se que os eventuais requisitos ali não atendidos até o limite de 10% (dez por cento), sejam objeto de customização, sem custos para a licitante, devendo os mesmos serem concluídos até o fim do prazo da implantação.

3.8.21 Para evitar subjetividade na avaliação, a metodologia utilizada será de afirmação/negação (sim/não). Ou seja, será observado se o item avaliado do sistema possui/executa a funcionalidade descrita no item apreciado, tendo-se como resposta as questões apenas duas alternativas: sim (atende) e não (não atende).

3.8.22 Um item “parcialmente” atendido, será computado como atendido para fins de computo geral, mas deverá ser objeto de correção e/ou implementação, cujo prazo máximo para atendimento será aquele previsto como derradeiro para a implantação. O não atendimento no prazo, após a contratação, implicará na aplicação das sanções previstas no edital por inadimplemento ou atraso no cumprimento das obrigações contratuais.

3.8.23 A assinatura da ata da prova de conceito não servirá como embasamento de cobranças para futuras correções/implantações necessárias detectadas posteriormente pelo a contratante.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO PADRÃO TECNOLÓGICO E DE SEGURANÇA DO SISTEMA

Este procedimento visa prover a CONTRATANTE de sistema de computação 100% em nuvem, desenvolvido em linguagem nativa web, de última geração, cujo padrão tecnológico e de segurança deve atender a todos os seguintes requisitos, que poderão ser aferidos na POC, sob pena de desclassificação da proponente:

1. O sistema deverá ser do tipo Ambiente Cliente-servidor sob Protocolo de Rede TCP/IP, com as seguintes características:

2. Todo o sistema de informações e programas devera rodar nativamente em ambiente web, e ser mantido em data center de responsabilidade da contratada;

3. O sistema deve atender a legislação Federal e Estadual vigente, bem como regulamentos dos Tribunais de Contas da União, do Estado, INSS e da Fazenda Nacional aplicáveis a Contratante;

4. A CONTRATADA deverá prover recursos que garantam a segurança e a alta disponibilidade do sistema, com as seguintes características:

a. enlace eBGP (Protocolo de Roteamento Dinâmico) através dos roteadores com no mínimo 2 operadoras distintas a fim de garantir a alta disponibilidade do seu bloco IP.

b. Possuir firewall de borda com técnicas redundantes a fim de prevenir invasão por falhas nos protocolos TCP/IP.

c. Realizar análise do tráfego a fim de inibir ataques do tipo SQL Injection e Negação de Serviço, ou seja, esta análise deverá atuar na camada de aplicação.

d. Afim de garantir o acesso ao sistema de forma transparente por meio de um único domínio/sub-domínio exclusivo da CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA disponibilizar 1 (um) IP público exclusivo para acesso ao sistema através de comunicação segura HTTPS com certificado válido.

Justifica-se também essa exigência em virtude do melhor controle de banda de internet da entidade, onde seja possível garantir que o tráfego autorizado seja realizado para um determinado IP específico, bem como a necessidade de domínio/sub-domínio exclusivo da CONTRATANTE para uso do Login Único da plataforma Gov.Br para autenticação de usuários.

e. Deverá possuir serviço de validação indicando que o domínio possui um certificado digital SSL, garantindo que o software é AUTENTICO e que as informações são CRIPTOGRAFADAS. Essa validação deverá ser realizada periodicamente e emitida por empresa terceirizada especializada em segurança, a cargo da CONTRATADA.

5. Além do firewall de borda, é necessário também o fornecimento de firewall interno, disponível exclusivamente para a CONTRATANTE a fim de permitir a criação de regras NAT (*Network Address Translation*) para portas acessíveis externamente conforme necessidade das aplicações, ex. 80 (http) e 443 (https), desta forma fornecendo uma estrutura virtual exclusiva, garantindo assim isolamento necessário dos eventuais demais clientes da CONTRATADA;

6. A CONTRATADA deverá fornecer o Banco de Dados (SGBD) utilizado, bem como as licenças para esta CONTRATANTE, caso seja necessário;

7. O Sistema Gerenciador de Banco de Dados deve permitir a realização de "Cópias Segurança" de todos os dados, de forma "on-line" - com o Banco de Dados em utilização. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, deverá ser fornecido o Dicionário de Dados de todas as tabelas contidas na base de dados, incluindo detalhes sobre os formatos dos campos, relacionamento entre tabelas, indicação de chaves primárias, valores relacionados aos campos enumerados e outros metadados importantes;

8. Deverá a CONTRATADA fornecer ferramenta informatizada para monitoramento e download de cópia dos dados (backup), a ser realizado por Servidor Público do Quadro da CONTRATANTE com conhecimento técnico e expressamente autorizado pela CONTRATANTE;

9. O Backup dos dados deverá ser fornecido em formato "restaurável" em instalação do SGBD na própria entidade (sendo neste caso as licenças também devem ser fornecidas pela CONTRATADA caso necessário), desta forma permitindo a extração de dados por outras aplicações internas da entidade, diretamente no banco de dados, conforme necessidade.

10. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA APLICAÇÃO:

10.1 Os módulos que compõe o sistema devem aplicar a LEGISLAÇÃO vigente (Leis, decretos, etc.), Federais e Estaduais, adequando-as sempre que for necessário;

10.2 Ser projetado e desenvolvido para rodar nativamente em ambiente web, isto é que contenha as seguintes características básicas:

a) A aplicação deverá ser estrutura da no conceito de “n” camadas, sendo ao menos elas: Front-End (operável através do navegador local), Servidor de Aplicação (podendo ser distribuído em “n” serviços distintos) e Servidor de Banco de Dados;

b) O Tráfego de dados entre o cliente e o servidor, deverá ser o mínimo possível para execução das atividades do usuário, necessário para que consuma menos link de internet possível, procurando transferir na maior parte dos casos apenas conteúdo no formato JSON, para interpretação e apresentação da camada Front-End;

c) Validações básicas de interface, devem ser realizadas no lado cliente (front-end). Essas validações incluem a conferência de valores válidos (como cpf/cnpj), campos obrigatórios preenchidos, entre outros;

d) Fica vedado o uso de aplicações tradicionais, desktop cliente-servidor (2 camadas) emuladas para serem executadas através de navegador ou por outros meios como área de trabalho remota, cujo protocolo RDP é inseguro;

e) Desenvolvido em linguagem nativa para Web (por exemplo: Java, PHP, C# ou outra que permita operação via Internet);

10.3 O sistema deverá operar sob o paradigma de “Multiusuários” (mais de um usuário acessando ao mesmo tempo a aplicação e um usuário acessando múltiplas sessões ao mesmo tempo), com integração total entre os módulos, garantindo que os usuários alimentem as informações em cadastro ÚNICO para todas as áreas, e que sejam integráveis automaticamente os existentes e os que vierem a ser implantados de outras áreas e ser *multientidades* (Secretarias e Prefeitura, Fundos, Câmara), buscando exercícios anteriores constantes do banco de dados, sem que seja necessário sair de um sistema para entrar em outro.

10.4 O sistema deverá apresentar-se ao usuário de forma “transparente”, ou seja, que o acesso seja facilitado e que ele não tenha que ficar alternando entre domínios diferentes, operando o sistema sempre através de **um único domínio ou sub-domínio da contratada**, exclusivo para a CONTRATANTE.

10.5 Por questão de usabilidade, performance, segurança da informação e integridade, para operação do sistema não será permitida a utilização de nenhum recurso tecnológico como runtimes e plugins, exceto em casos onde houver necessidade de sistema intermediário para acesso a outros dispositivos (como leitor biométrico, impressoras, leitor de e-CPF/e- CNPJ) ou integração com aplicativos da estação cliente (como Microsoft Office, exibição de documentos PDF). Nesses casos, porém, não é permitida a integração através de aplicações que utilizem o recurso NPAPI dos navegadores como Applets Java, por questão de segurança da informação e integridade dos sistemas.

10.6 Ser operável através dos principais navegadores (padrão de mercado), nas seguintes versões: Internet Explorer (versão 11 ou superior), Firefox (versão 70 ou superior), Chrome (versão 70 ou superior), Microsoft Edge (versão 80 ou superior) e Safari (versão 10 ou superior);

10.7 Utilizar na camada cliente apenas recursos padrões já amplamente difundidos, como HTML + CSS + JavaScript, não necessitando de nenhum plugin ou runtime adicional para operação do sistema, exceto nos casos de restrição de acesso a máquina local pelo navegador, próprios da arquitetura de aplicações Web;

10.8 Deverá possuir recursos próprios internos que permitam a operação através de *multi-janelas*, abrindo quantas telas forem necessárias simultaneamente para consulta e desempenho dos serviços, permitindo alternar entre exercícios e entidades, sem que seja necessário fechar a aplicação e abrir outra, ou sair de um módulo para entrar em outro;

10.9 Permitir na estrutura *multi-janelas* que o usuário alterne entre as janelas abertas na mesma sessão, na mesma aba do navegador e também faça ocultação (minimização) ou fechamento de janelas de forma geral;

10.10 O sistema deverá fornecer feedback imediato ao usuário sempre que uma ação for realizada, através de mensagens exclusivas ou alguma indicação visual clara (como mensagem popup). Em casos da realização de operações transacionais (como inclusão, alteração e/ou exclusão de registros), o sistema somente deverá fornecer feedback quando elas forem finalizadas, informando se a operação fora realizada/finalizada por completo com sucesso ou não, imediatamente.

10.11 O sistema deverá oferecer capacidade de responsividade, observando-se os limites/requisitos mínimos de operação do sistema, de tal modo que permita ser utilizado também por dispositivos móveis como Tablets.

10.12 Permitir ao administrador local que, através de interface dentro do próprio Sistema, consulte sessões ativas no servidor de aplicação, disponibilizando informações como:

- a) Data de Início da Sessão;
- b) Data da Última requisição;
- c) Código e nome do usuário (quando sessão logada);
- d) Tempo total da sessão;
- e) Endereço IP da estação de trabalho.

10.13 Permitir ainda que:

- a) A sessão seja finalizada pelo administrador;
- b) O administrador consiga enviar mensagem interna no Sistema para um ou mais usuário(s) logado(s);

10.14 Possibilitar ao administrador local que este gerencie os acessos (permitir/restringir) aos logs de auditoria do Sistema.

10.15 O Sistema deverá fornecer múltiplos meios de auditoria (logs), sendo no mínimo:

- a) Logs de Ações realizadas no Sistema (operações como consultar, imprimir, por exemplo);
- b) Logs de Operações realizadas que afetem dados do banco de dados (incluir, excluir, alterar, etc.);
- c) Logs de Autenticação de usuários (toda ação de login/logout, incluindo dados adicionais);

10.16 Permitir que TODAS as telas de consulta do sistema, incluindo as consultas personalizadas criadas através do gerador de consultas para a entidade, disponibilizem os seguintes recursos aos usuários:

- a) Informar e adicionar filtros personalizáveis pelas chaves de acesso disponíveis ao cadastro, de maneira isolada ou combinada;
- b) Disponibilizar diversos operadores de consulta: Menor ou igual, Maior ou igual, Igual, Contém, Não Contém, Contido em, Não contido em, Inicia com, Termina com e Entre. Observar logicamente a aplicação de cada operador conforme tipo do dado relacionado a

ser pesquisado;

c) Especialmente os operadores de conjunto “Contido em” e “Não Contido em”, devem disponibilizar opção para informar os dados por intervalo e intercalado, ex: 1,2,10-15, ou seja, o valor 1 e o valor 2, incluindo ainda os valores de 10 a 15;

d) Realizar o reposicionamento, bem como o ajuste do tamanho e disposição das colunas disponíveis na consulta. Também deverá permitir ocultar ou exibir colunas;

e) Realizar a ordenação da consulta de forma ascendente (do menor para o maior) ou descendente (do maior para o menor), utilizando uma ou várias colunas ao mesmo tempo;

f) Recurso para seleção múltipla de registros, para que operações consideradas comuns para todas as linhas selecionadas possam ser executadas em lote, como por exemplo: excluir, imprimir e selecionar (quando for o caso);

g) Permitir que o usuário selecione o número de registros por página e faça a navegação entre as páginas;

h) Impressão da visualização atual da consulta, com opção de informar: título, formato de saída e totalizadores de colunas. Além disso deve permitir ainda a definição do formato de saída podendo ser no mínimo: PDF, DOC, DOCX, XLS, XLSX, HTML, XML, CSV e TXT . Deve-se permitir emitir todos os registros da consulta ou apenas aqueles selecionados;

i) Permitir que o usuário retorne a consulta em seu estado original (default);

j) Permitir que o usuário salve múltiplas preferências da consulta (campos em exibição incluindo posição e ordenação, informações de filtros em tela, etc.), permitindo definir um nome para cada uma delas e dispor da capacidade de compartilhar a preferência com todos os demais usuários, que possuam privilégio para a mesma consulta.

10.17 O sistema deverá conter recurso próprio que permita o usuário indicar as rotinas de maior importância, disponibilizando-as em barra de ferramentas para acesso rápido a partir de qualquer parte do sistema, considerando os privilégios disponíveis para o usuário.

10.18 O recurso de barra de ferramentas de maior importância (favoritos) deverá permitir conter funcionalidades de módulos distintos em um único local, que não obrigue o usuário alternar manualmente entre sistemas para conseguir acesso a elas, ficando essa barra de ferramentas disponível em qualquer máquina e navegador que ele for operar o sistema, a partir do seu login, sempre observados os privilégios de acesso do usuário em cada rotina;

10.19 Nos formulários de preenchimento (telas cadastrais, consultas e relatórios), permitir o acesso às telas de consulta de dados relacionados, através de telas de manutenção conforme contexto da informação a ser pesquisada e também pelo recurso de auto completar.

10.19.1. Possibilitar que o usuário copie os atalhos da barra de ferramentas de outro usuário, observados os privilégios que este possui.

10.19.2 Possibilitar definir um título específico para o atalho na barra de ferramentas e também definir se deseja que aquela opção seja automaticamente aberta quando o usuário entra no sistema (tela inicial).

10.20 Ao acessar a tela de consulta relacionada diretamente pelo campo, caso o usuário possua privilégio para incluir o cadastro (por exemplo pessoa na seleção de um órgão de regulamentação de profissão da pessoa, ou no empenho, na seleção de um credor, ou no contrato na seleção do fornecedor, ou no cadastro mobiliário/econômico na seleção do tipo da empresa e da natureza jurídica), permitir que ele possa incluir imediatamente um novo registro e selecioná-lo em seguida.

10.21 Possibilitar que o sistema disponibilize recurso para consistência de dados, de

múltiplas áreas/módulos, constantes da base de dados, com o objetivo de coibir eventuais falhas geradas por dados inconsistentes, sejam esses gerados pela própria aplicação ao longo do tempo ou então migrados de aplicações legadas, permitindo também:

- a) A cada execução logs devem ser armazenados, para verificar se determinada consistência apresentou alguma falha na última execução;
- b) Emitir relatório com os apontamentos de inconsistências encontradas nas verificações, indicando a gravidade de cada uma;
- c) Executar as consistências em primeiro ou segundo plano (tarefa em background, no servidor). Caso em segundo plano, o usuário deverá ser alertado quando a mesma encerrar;

10.22 Possibilitar configurar as fórmulas de cálculo da aplicação de maneira visual através de fluxos no estilo de fluxograma, contendo os seguintes recursos:

- a) Permitir que em cada atividade do fluxo, possam ser realizadas diversas operações, como atribuição de valores para variáveis ou execução de operações;
- b) Conter funções de “API” para que o usuário possa utilizá-las para configurar os fluxos conforme necessidade;
- c) Permitir consultar o histórico de alterações, podendo verificar em cada alteração informações anteriores e nova para efeito de comparação;

10.23 Possibilitar que o sistema de gestão possa obter arquivos de fontes externas como o Google Drive, incluindo via link e/ou obter da fonte externa (Google Drive) diretamente para o sistema, não tendo o usuário que baixar o arquivo manualmente na máquina local para depois “subir” ao mesmo. Também permitir que sejam enviados arquivos do sistema, diretamente para a fonte externa. Este procedimento deverá requerer autorização do usuário para acesso a essa fonte externa, através de conta própria.

10.24 Realizar entrada de dados apenas via sistema, não sendo permitido o acesso direto ao Banco de Dados;

10.25 Oferecer total segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações. Essa segurança total deve ser aplicada em camadas que vão desde validações no lado cliente (front-end), passado pelo canal de comunicação (HTTPS), aplicando restrições de acesso aos endereços e portas dos serviços;

10.26 O Sistema deverá exibir em área própria aos usuários da aplicação que o mesmo fora auditado, permitindo acesso para visualização da data da realização e o resultado da última auditoria realizada.

10.27 Em hipótese alguma deverá ser possível realizar conexão direta ao servidor de banco de dados produção por aplicações clientes de banco de dados através da internet;

10.28 Acesso ilimitado de usuários simultâneos, sem necessidade de aquisição de novas licenças de qualquer dos softwares utilizados pelo sistema a ser contratado, incluindo sistemas básicos como sistemas operacionais e sistema gerenciador de banco de dados;

10.29 O sistema deverá conter Cadastro Único, sob o conceito de compartilhamento de dados e não integração por intermédio de outros artifícios, que podem danificar a integridade dos cadastros ao longo do tempo. Este deverá ser formado no mínimo com o seguinte conjunto de dados:

- a) Cadastro de Pessoas;
- b) Textos Jurídicos - Leis, Portarias, Decretos entre outros;
- c) Centros de custo/Organograma;
- d) Entidades;
- e) Bancos;

- f) Agências;
- g) Tributos;
- h) Moedas;
- i) Cidades;
- j) Bairros;
- k) Logradouros;
- l) Produtos;
- m) Assinantes de Relatórios Legais;
- n) CBO - Cadastro Brasileiro de Ocupações;

10.30 O Cadastro Único deve permitir o compartilhamento de dados com todos os demais módulos do sistema;

10.31 Para dar suporte a outras aplicações, deverá disponibilizar os seguintes WebServices (ao menos), em um dos protocolos REST ou SOAP:

- a) Cadastro de Pessoas: Permitir consultar de maneira sintética ou detalhada, permitir incluir e alterar;
- b) Centros de Custo/Organograma: Permitir consultar a estrutura de departamentos da entidade;
- c) Serviço de autenticação de usuários para sistemas internos da entidade e outros de terceiros conforme privilégios, por meio dos mesmos dados de login do sistema de gestão;

10.32 Garantir integridade referencial entre as tabelas do Banco de Dados, não permitindo a exclusão de informações que tenham vínculo com outros registros ativos via sistema e pelo banco de dados;

10.33 Ser construído com o conceito de controle de transações (ou tudo é gravado ou nada é gravado e nada é corrompido/comprometido), garantindo a integridade das informações do banco de dados em casos de queda energia, falhas de hardware ou software. O usuário sempre deverá ser informado, sobre a finalização com sucesso ou não das transações operacionais (inclusão, alteração e/ou exclusão de registros), antes de liberar o controle da aplicação para a realização de outras atividades;

10.34 Possuir recursos de segurança no SGBD para impedir que usuários não autorizados obtenham êxito em acessar a base de dados para efetuar consulta, alteração, impressão ou cópia. Não será permitido o acesso do sistema ao SGBD através de do usuário DBA (Superusuário) do Banco de Dados, devendo existir usuário específico para acesso da aplicação e usuários adicionais para consulta;

10.35 Fornecer em todo o sistema relatórios e consultas com opção de visualização em tela, possibilitando imprimir, exportar, assinar digitalmente assim que emitido e salvar minimamente para os formatos: PDF, DOC, DOCX, XLS, XLSX, HTML, XML, CSV e TXT;

10.36 O sistema deverá dispor de Gerenciador de usuários centralizando em um único local a administração de todos os usuários, sejam funcionários e cidadãos, permitindo ainda controlar permissões de acesso, dispondo das seguintes funcionalidades mínimas:

- a) Relacionar o usuário a um ou mais perfis, utilizando perfis já pré-definidos (como Operacional e Gerencial, Consulta de Pessoas e Endereços, Manutenção de Pessoas, Processo Digital Gerencial, etc.) ou personalizados pela administração local;
- b) Utilizar os privilégios dos perfis para acessar as rotinas e funções do sistema, como consulta, inclusão, alteração, exclusão e todas as demais ações disponíveis para o

usuário nas telas do sistema;

c) Gerenciar restrições de acesso às funções do sistema através do uso de senhas, bloqueando por padrão o acesso após 3 (três) tentativas de acesso malsucedidas, podendo o administrador local configurar essa condição para mais ou menos tentativas;

d) Garantir que as senhas sejam trafegadas pela rede e armazenadas de forma criptografada seja com algoritmo próprio ou hash padrão como MD5 ou SHA, de forma que nunca sejam mostradas em telas de consulta, manutenção de cadastro de usuários;

e) Vincular o usuário em um ou vários centros de custo, atribuindo desta forma liberação/restrição de acesso aos dados, podendo ser por Centro de Custo, Órgão, Unidade ou Total;

f) O administrador do sistema deverá poder definir a forma de login do usuário de acordo com os métodos disponíveis: CPF e Senha, e- CPF/e-CNPJ, Biometria e Login Único Gov.Br;

g) Permitir que o acesso ao sistema seja realizado por meio de autenticação LDAP. Permitir que diversos servidores LDAP sejam configurados, refletindo a estrutura de rede da entidade;

h) Permitir que o acesso ao sistema seja realizado por meio do Login Único Gov.Br, plataforma do Governo Federal;

i) Enviar mensagem por e-mail ao usuário assim que o mesmo for cadastrado no sistema. O sistema deverá também permitir definir um texto padrão personalizado da mensagem que será enviada, para os envios posteriores;

j) Enviar mensagem interna ou por e-mail para um ou vários usuários de acordo com seleção;

k) Permitir que o administrador local (com os devidos privilégios) realize a troca da senha dos usuários do sistema. Com objetivo de que o Administrador não tenha acesso a senha do usuário, o sistema deverá contar com opção de definição de senha aleatória sendo a mesma enviada para o e-mail do usuário assim que alterada;

l) Permitir que o administrador local defina se a senha do usuário está expirada, tendo assim o usuário que alterá-la em seu próximo login.

10.37 O Gerenciamento de Usuários, tanto dos internos da solução (funcionários, consultores) como usuários externos (Cidadãos), deverá ser centralizado em um único local permitindo ao administrador local completa gestão deles, sempre observados os privilégios necessários para tais operações.

10.38 Permitir que seja realizada inclusão de um usuário externo ao sistema (para o cidadão), diretamente pelo cadastro único de pessoas, quando este ainda não possuir um usuário criado.

10.39 O sistema deverá dispor de recurso que permita o usuário definir regras individuais de permissão/restrição de mensagens/notificações internas do sistema. As restrições devem ser impostas por categoria de mensagens de acordo com os tipos previstos pela aplicação;

10.40 O sistema deverá ser dotado de recursos que garantam a segurança quanto ao acesso e uso do sistema pelos usuários, dispondo das seguintes configurações mínimas:

a) Permitir validar se usuário/funcionário está com contrato ativo no RH durante o seu login, evitando assim que funcionários afastados ou em férias tenham acesso ao software interno;

b) Permitir definir se o horário de trabalho do usuário/funcionário deverá ser considerado conforme definições de jornada de trabalho atribuídas pelo RH;

- c) Permitir definir as regras de composição e tratamento de senhas;
- d) Permitir definir o intervalo de tempo para expiração automática de senhas;
- e) Permitir o controle de expiração de senhas, definindo individualmente por usuário se expira ou não a senha bem como definir o prazo de expiração em dias ou uma data específica;
- f) Permitir definir se utiliza servidor LDAP para autenticação;
- g) Permitir disponibilizar acesso para concessão de privilégios para diretores de áreas e que eles possam apenas conceder privilégios para seus subordinados diretos, através da hierarquia de organograma;

10.41 Toda vez que o usuário realizar acesso ao sistema, sendo que da última vez que seu login foi utilizado ocorreu alguma falha de autenticação, o sistema deverá alertar o usuário exibindo uma listagem com os últimos acessos realizados, ficando ele informado que houve uma tentativa de acesso com seu usuário.

10.42 Permitir que sejam configuradas restrições de acesso para qualquer formulário do sistema, contendo os seguintes recursos:

- a) Definir para que o usuário seja obrigado a informar uma descrição/averbação sempre que uma determinada ação for realizada;
- b) Exigir que o usuário possa prosseguir apenas ao realizar nova autenticação, no ato da ação;
- c) Solicitar para que um supervisor realize liberação em tela, para poder prosseguir;
- d) Limitar e Liberar acesso temporário para determinadas ações do sistema, podendo configurar dia(s) do mês e horários do dia;
- e) Permitir definir determinados usuários onde as regras não se aplicam (exceção);
- f) Permitir definir regras para desativar ou ativar campos das telas cadastrais do sistema, definindo valor inicial (default) para um determinado campo, verificar se um campo (ou mais) foram alterados, a fim de determinar de forma condicional esses comportamentos podendo emitir mensagens de aviso, inibir a execução de uma ação como incluir, alterar ou excluir, enviar uma mensagem de e-mail para outro usuário, de acordo com regras da entidade sem depender de customização do sistema.

10.43 Manter histórico de acessos por usuário, rotina e ação, registrando a data, hora e o nome do usuário, IP local do usuário no momento da operação;

10.44 Manter LOG de auditoria de todas as inclusões, alterações e exclusões efetuadas nas tabelas do sistema, registrando:

- a) o tipo da operação realizada;
- b) a partir de qual rotina do sistema ela fora executada;
- c) a partir de qual estação de trabalho ela fora executada (ip da máquina local);
- d) identificação do usuário;
- e) tabela alterada;
- f) operação realizada (inclusão, alteração ou exclusão);
- g) os dados incluídos, alterados ou excluídos;

10.45 Na visualização dos registros de auditoria, deve-se exibir os novos dados para inclusões, novos dados e dados anteriores para alterações e dados anteriores para exclusões.

10.46 Permitir cruzamento de informações entre os módulos da solução;

10.47 Estruturar o sistema para que seja evitado a redundância de tabelas, exceto quanto a replicação de informações em outros ambientes (como integrações com outras aplicações externas);

10.48 Integrar com o Diretório Nacional de Endereços (DNE) dos Correios. A base de endereçamento deve ser atualizada mensalmente e um serviço de consulta de endereços deve ser disponibilizado integrado a aplicação, desta forma quando configurado para integrar com o DNE, toda vez que um endereço é informado no sistema o mesmo deve ser validado conforme o DNE e inconformidades alertadas ao usuário podendo ajustar o endereço;

10.49 As tabelas de cidade, estado e país, incluindo seus relacionamentos devem ser disponibilizadas pela ferramenta de gestão e atualizadas periodicamente de maneira automática sem que haja necessidade de manutenção desses dados pelos usuários, salvo quando o endereço for estrangeiro;

10.50 Consultar cidades disponibilizando pesquisa através no mínimo das seguintes chaves de acesso: Nome da Cidade, Nome do Estado, Sigla do Estado, CEP, Código DNE, Código Receita Federal e Código IBGE. Essas chaves de acesso são importantes pois permitirão o cruzamento de dados com outras bases de governo em esferas diferentes, cuja codificação de cidades é diversa, normalmente utilizando uma dessas.

10.51 Disponibilizar as funcionalidades mínimas a seguir no cadastro de pessoas:

- a) Permitir a definição do tipo da pessoa: Física ou Jurídica;
- b) Permitir endereços: Comercial, Residencial e para Correspondência. Estes endereços devem ser vinculados ao cadastro de logradouros, evitando assim a redundância de informações;
- c) Cadastrar vários Contatos tais como: Telefone Residencial, Telefone Celular, E-mail, podendo cadastrar mais de um tipo de telefone do mesmo tipo;
- d) Possuir opção de cadastrar dependentes (únicas), onde um dependente é cadastrado como pessoa, sendo que estas informações podem ser utilizadas por funcionalidades diversas do sistema;
- e) Possuir opção de cadastrar os dados das contas bancárias, podendo estes serem utilizados por funcionalidades e módulos do sistema. As contas relacionadas devem ser tipificadas para uso pelas rotinas do sistema;
- f) Permitir que seja informado um nome social exclusivo para a pessoa, conforme prevê o Decreto n. 8.727/2016. Deverá manter registro de log com observação exclusiva, indicando a alteração realizada e os motivos. Quando definido um nome social, em todos os locais do sistema onde a pessoa é exibida, deve-se apresentar o novo nome social informado, excetuando-se apenas a consulta de pessoas que poderá exibir também o nome civil;
- g) Permitir o enquadramento de uma pessoa em um ou mais órgãos de regulamentação de profissão, ex. CRC, CRM, OAB;
- h) Permitir que sejam adicionados ao cadastro, campos auxiliares conforme necessidade, apenas por configuração, sem que haja necessidade de customização;
- i) Possuir consulta de histórico de alterações específico demonstrando todos os dados novos ou alterados de cada cadastro, incluindo o usuário que o fez, data/hora da alteração e tipo da alteração realizada. A consulta poderá ser tabular (colunas e linhas) ou através de interface que aparente uma "linha do tempo";
- j) Permitir que diversas certidões sejam relacionadas a pessoa, incluindo o documento digital relacionado, definição de tipos bem como informar se encontra vigente/ativo ou não;

k) Permitir anexar diversos arquivos digitais pertencentes a pessoa, respeitando os limites de upload impostos pela aplicação. Os arquivos digitais podem ser obtidos através de upload de arquivo da máquina local, digitalização direta do scanner, obtenção de câmera ou compartilhamento de um documento já existente no banco de dados;

l) Permitir vincular ao cadastro da pessoa as informações de biometria através da captura das digitais, pela impressão digital da pessoa. O acesso aos dados de biometria deverá ser realizado de forma privilegiada, apenas para os operadores do sistema;

10.52 Disponibilizar estrutura que permita configurar campos adicionais para determinadas rotinas, com as seguintes características:

a) Permitir que através de configurações simples, sem necessidade de customização, personalize a adição de novos campos;

b) Permitir criar agrupamentos de campos, para serem exibidos em conjunto em área específica nas janelas de entrada de dados já existentes no sistema, como área complementar;

c) Permitir que seja definida uma ordem de exibição dos campos adicionais;

d) Permitir definir o tipo do campo, podendo ser no mínimo: Texto, Numérico, Data, Valor, Lista, Hora, Booleano e Campo Texto Formatado.

e) A opção lista deverá permitir a definição de listas estáticas e/ou dinâmicas sendo carregadas, por exemplo via SQL;

f) A opção Texto, deverá permitir selecionar um formato de entrada, podendo ser no mínimo CPF, CNPJ, CEP, Telefone e E-Mail;

g) Permitir definir um valor padrão para o campo bem como a obrigatoriedade do mesmo;

h) Permitir definir regras, como exemplo: exibir uma mensagem caso determinado valor seja informado no campo, ou então desabilitar um campo caso determinado valor seja informado em outro;

i) Permitir definir para o campo adicional, se o mesmo aceitará a entrada de arquivo digital relacionado, como uma imagem, arquivo PDF ou outro, podendo selecionar quais as extensões permitidas para entrada;

j) Permitir definir para o campo adicional, se o mesmo utilizará o conceito de consulta relacionada, podendo consultar os dados de qualquer outra tabela do sistema e retornando determinados valores para armazenar no campo adicional junto ao registro relacionado.

k) Permitir definir de forma simples através de uma ação própria, um valor inicial ou reiniciar todos os valores para o campo adicional, quando o mesmo é vinculado em um cadastro que já possua registros pré-existent, aplicando para todos os registros o novo valor.

l) usuário estava logado no sistema no instante do uso;

10.53 O sistema deverá dispor de recurso de Repositório de Certificados digitais, que garanta segurança contendo as seguintes funcionalidades:

a) Permitir vincular certificados digitais do tipo A1, de propriedade do usuário, neste caso permitindo uso exclusivo dele para assinaturas digitais, ou seja, apenas quando ele estiver logado no sistema;

b) Permitir vincular certificados digitais do tipo A1 para a entidade, neste caso permitindo uso compartilhado do certificado, mediante concessão de privilégio de uso;

c) Permitir que o usuário crie um certificado digital auto-assinado, para uso em assinaturas digitais do tipo Avançada, conforme Lei 14.063/2020. Este tipo de certificado

deverá ser utilizado apenas pelo usuário;

d) Realizar controle de vencimento de certificados no repositório, cientificando o usuário toda vez que ele acessar a aplicação quanto a necessidade de renovação;

e) Registrar em log exclusivo (auditoria) toda vez que o certificado é utilizado, indicando data/hora de uso, informações sobre o procedimento realizado e qual usuário estava logado no sistema no instante do uso;

10.54 Permitir o uso de Assinatura Digital, exclusivamente na modalidade Qualificada (conforme Lei 14.063/2020) nos seguintes procedimentos:

- a) Login do Sistema;
- b) No Peticionamento Eletrônico;
- c) Escrituração Fiscal (Declaração de Serviços prestados e tomados);

10.55 Permitir o uso de Assinatura Digital, nas modalidades Básica, Avançada e Qualificada (conforme Lei 14.063/2020) nos seguintes procedimentos:

- a) Assinatura de Documentos Digitais Diversos;
- b) Após a emissão de relatórios, permitindo assinar o documento emitido;
- c) Pareceres do Processo Digital;
- d) Recebimento/Envio de Processos por meio digital;

10.56 Permitir que o cidadão também realize assinatura digital de documentos diretamente pela aplicação, sem necessidade de utilizar outros sistemas ou recursos, exceto aqueles necessários para acesso ao dispositivo de leitura do certificado digital na máquina local do próprio usuário;

10.57 Permitir o uso de Solicitações de Assinatura, onde um usuário realiza a solicitação de assinatura de um ou mais documentos, para que outro(s) usuário(s) o façam, contendo os seguintes recursos:

- a) Permitir definir se a execução das assinaturas será de forma sequencial (um após o outro) ou não (todos ao mesmo tempo);
- b) Permitir que durante a assinatura de uma solicitação o usuário possa rejeitar um documento enviado para sua assinatura;

10.58 O procedimento de assinatura digital deverá ser simples e prático para o usuário, contendo os seguintes recursos/facilitadores:

- a) Permitir que sejam configurados carimbos/estampas de assinatura, por usuário ou para a entidade toda, com possibilidade de configurar o conteúdo a ser colocado como “estampa” sobre o documento PDF assinado;
- b) Exibir alerta para o usuário quando o mesmo já fez assinatura digital de um documento, podendo ele optar por cancelar a nova assinatura;
- c) Permitir realizar assinatura digital com certificados do repositório e/ou instalados localmente na máquina do usuário sejam nos modelos A1 ou A3;
- d) Os certificados devem ser listados para o usuário antes da assinatura para que ele possa escolher. Deverá listar apenas certificados do próprio usuário;
- e) O usuário deverá ver claramente quando um certificado está vencido;
- f) A ação de assinatura digital deverá ser transparente para o usuário, sendo operada diretamente do próprio sistema, através de interface padronizada (comum a todo o sistema), dentro da própria aplicação web, sem que haja necessidade de trocar de aplicação para executar o procedimento;

g) A ação de assinatura digital, deverá exibir o documento que o usuário está realizando assinatura no ato da mesma (quando individual) ou permitir a visualização dos documentos relacionados (quando assinatura em lote). Desta forma o usuário/assinante saberá exatamente do que se trata e o que ele está assinando;

h) Permitir o uso de carimbos/estampas de assinatura, posicionando-os de forma automática e permitindo também que o usuário o faça de forma manual, diretamente no documento que ele está visualizando no ato da assinatura;

i) Todo documento PDF assinado digitalmente, deverá conter estampa automática com informações sobre a consulta de autenticidade do mesmo incluindo endereço de consulta em QRCODE para poder fazê-lo através de leitura pelo Smartphone;

10.59 Integrar com outros sistemas, preferencialmente através de web-services, com as seguintes características:

a) Os protocolos a serem adotados devem ser SOAP ou REST;

b) Cabe ao administrador do sistema local, gerenciar permissões de acesso aos web-services, através da definição de usuários e/ou tokens de acesso;

c) Um usuário de Web-Service, também deverá estar ligado ao cadastro de pessoas e portanto deverá primeiro ser cadastrado neste para depois ser “liberado” como usuário;

d) Permitir visualizar logs de execução para auditoria;

e) Permitir ao administrador local, ativar/desativar web-services;

10.60 Possuir um completo gerenciamento do envio/recebimento de e-mails, com no mínimo as seguintes características:

a) Permitir configurar diversas contas para envio/recebimento de e-mails, em um único local estando disponíveis para todos os demais módulos do sistema, setores/departamentos;

b) Permitir configurar por tipo de mensagem/comunicação enviada pelo sistema, qual conta de e-mail deve-se utilizar para tal finalidade;

c) Dispor de recurso que permita configurar um texto padrão para cada tipo de mensagem de e-mail a ser enviada;

d) Permitir que no momento do envio do e-mail o usuário possa selecionar uma conta específica para envio, dentre aquelas configuradas e disponíveis. O administrador poderá optar por permitir ou não a troca da conta de e-mail para envio da mensagem conforme categoria/tipo. Por exemplo, ao enviar um empenho emitido para o credor, o administrador pode ter definido para utilizar sempre uma mesma conta não podendo alterá-la;

e) Permitir realizar o acompanhamento dos e-mails, através do monitoramento do status de cada mensagem enviada, como uma caixa de saída global do sistema;

f) Permitir monitorar a caixa de e-mail das contas de e-mail configuradas para identificar possíveis retornos com falha, seja de servidor ou mesmo retornos realizados pelos respectivos destinatários;

g) Notificar o usuário que fez o envio da mensagem via e-mail, quando alguma falha no envio for identificada pelo monitoramento;

10.61 Controlar a emissão de relatórios, dispondo dos seguintes recursos:

a) Emitir vários relatórios ao mesmo tempo, pelo mesmo usuário;

b) Permitir que relatórios sejam colocados em execução através de fila de impressão e caso o usuário finalize a aplicação, mesmo assim o relatório continue em execução. Ao finalizar, deve-se enviar uma notificação ao usuário de que o mesmo está concluído;

c) Controlar para que um relatório em emissão para o usuário não possa ser colocado em execução novamente até que o primeiro finalize, quando os parâmetros de emissão forem iguais;

d) Conter recurso que liste os relatórios em emissão e notifique o usuário quando os relatórios estiverem concluídos;

e) Permitir que ao final da emissão seja enviado relatório por e-mail para um ou vários destinatários buscados através do cadastro único;

f) Permitir que no envio de e-mail seja definido data/hora em que o e-mail deverá ser enviado ao(s) destinatário(s);

g) Possuir opção para emitir e assinar digitalmente qualquer relatório impresso;

h) Manter uma cópia do relatório emitido, armazenada no banco de dados, identificando cada emissão por um código único que deverá ser impresso junto com o relatório em todas as páginas, com informações de: filtros utilizados, usuário que emitiu, data e hora de emissão e id do relatório emitido;

i) Permitir através de um serviço no portal de serviços, que o relatório emitido, seja consultado e verificado, desta forma pode-se validar a autenticidade de qualquer relatório emitido;

j) Consultar relatórios emitidos, filtrando pelo ID da emissão do relatório ou por outros dados como modelo/layout, usuário que fez a emissão, data/hora da emissão, visualizando os detalhes da emissão como os parâmetros informados, bem como a opção de imprimir;

Permitir realizar a impressão de documentos diretamente pelo dispositivo móvel (smartphone e/ou tablet), na plataforma Android (equipamentos naturalmente mais acessíveis), por meio de impressoras Térmicas Bluetooth. Deverá o fornecedor informar quais são os requisitos mínimos necessários, incluindo os equipamentos homologados.

10.62 Possuir gerador de relatórios, com as seguintes características mínimas:

a) Possuir um cadastro de “Formatos de Relatórios” sendo reutilizáveis por diversos relatórios e configuráveis: Tamanho de página, Margens do Documento, Cabeçalhos e Rodapé, contendo: Brasão, número da página, filtros utilizados, nome da entidade e Configurar marca d'água através do upload de imagem;

b) Editar relatórios atuais ou adição de novos relatórios de forma avançada, contendo recursos como formatação de campos, adição de imagens ao corpo do relatório, configuração de agrupamentos, uso de códigos de barras/QR codes, etc. A edição avançada de relatórios poderá ser realizada por ferramenta externa a aplicação, desde que não haja custo adicional a contratante;

c) Permitir que novos layouts sejam criados/alterados para os relatórios disponíveis no sistema, podendo esses layouts novos serem criados com base em cópia de layouts já existentes, sejam eles padrões ou não;

d) Selecionar as informações a partir de metadados (estruturas de dados) conforme modelagem do sistema ou então através de instruções SQL, definindo as características dos campos como nome, tamanho e opções de filtro;

e) Disponibilizar acesso diretamente dos menus dos módulos e também na barra de acesso rápido às funções do usuário;

f) Definir privilégios para os relatórios e consultas gerados a partir do gerador de relatórios e consultas;

g) Permitir gerenciar os relatórios por versões, permitindo que uma nova versão do relatório seja criada e esta não afete o uso da aplicação pelos usuários enquanto não estiver totalmente finalizada. Permitir restaurar uma versão anterior se necessário.

10.63 Possuir gerador de consultas, com as seguintes características mínimas:

- a) Definir privilégios para as consultas geradas a partir do gerador de consultas;
- b) Selecionar as informações a partir de metadados (estruturas de dados) conforme modelagem do sistema ou então através de instruções SQL, definindo as características dos campos como nome, tamanho e opções de filtro;
- c) Disponibilizar acesso diretamente dos menus dos módulos e também na barra de acesso rápido às funções do usuário;
- d) Permitir definir para as opções de filtro, valores default/padrão podendo ser constantes do sistema, parâmetros e também permitindo definição através de script SQL;
- e) A visualização das consultas geradas, deverá utilizar-se dos mesmos recursos das consultas padrões do sistema, como definir preferências, impressão, opções de filtros e operadores, etc;
- f) Permitir que o usuário defina uma consulta como sendo favorita, desta forma fazendo parte do menu personalizado do usuário.

10.64 Permitir agendar a execução de determinadas tarefas no sistema, disponibilizando os seguintes recursos mínimos:

- a) Permitir que sejam configuradas ações de maneira visual através de fluxos, no estilo de fluxogramas para realização de atividades comuns, como emitir certos relatórios, verificar situações de determinados registros/cadastros do banco de dados, enviar notificações por e-mail, entre outros;
- b) Permitir agendar a execução dessas atividades previamente configuradas, através de um assistente que simplifique a ação, podendo executar diariamente, mensalmente, anualmente, em determinados horários, entre outros;
- c) Permitir que seja possível consultar o histórico de execuções já realizadas, incluindo informações sobre status da execução e registros de logs adicionais;

10.65 O sistema deve possuir recurso de desenho, configuração e execução de workflow, com as seguintes características:

- a) Deverá fazer parte do sistema de gestão, no mesmo SGBD, sem necessidade de acesso ou integração com outro sistema;
- b) Permitir a realização de documentação, manual e/ou através do relacionamento de documentos digitais e textos jurídicos constantes no cadastro único;
- c) Permitir execução automática de funções e carregamento de formulário/telas integrantes da solução através de um gerenciador único.
- d) A ferramenta de Workflow, deverá permitir desenho de processos utilizando-se da metodologia BPMN (*Business Process Model and Notation*), incluindo Raias (horizontal e vertical), Eventos, Atividades, etc.
- e) Permitir o controle de ativação/desativação/homologação e versionamento de processos, possibilitando a evolução natural dos processos;
- f) Registrar a cada alteração histórico de alterações realizadas no Work-Flow, permitindo também visualizar em histórico cada manutenção realizada, contendo recursos para de comparar e restaurar entre uma alteração e outra;

10.66 Objetivando atender a regras impostas pela LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), os seguintes recursos são necessários na aplicação:

- a) O sistema deverá conter mecanismo que permita a configuração e o gerenciamento de “Termos e Condições de Uso”, tanto para usuários internos (funcionários) como para usuários externos (cidadãos). A entidade poderá configurar os

termos conforme necessidade, individualmente por perfil de usuário e por serviço disponível no portal;

b) Possuir inventário dos Tratamentos de Dados Pessoais realizados em processos/operações do sistema de gestão, incluindo a(s) hipótese(s) previstas em lei em que eles estão relacionados, cadastrados no próprio sistema;

c) Permitir que a entidade mapeie e cadastre outros Tratamentos de Dados Pessoais que a mesma realiza seja por meio digital, através de outros sistemas de gestão (de outras áreas) ou por meio físico;

d) Deverá dispor de área exclusiva para que o cidadão possa visualizar todos os tratamentos de dados pessoais realizados pela entidade, incluindo aqueles que não são realizados no software de gestão (Transparência Ativa) e permitir que ele solicite relatório dos usos realizados (Transparência Passiva);

e) Permitir emitir relatório automático dos relacionamentos do cidadão com a entidade, com base nos dados do sistema de gestão, informando quais são os vínculos que ele possui;

f) O tratamento de dado pessoal poderá exigir o consentimento do usuário, nos casos em que não forem de interesse público. Nessa situação sempre que o tratamento for realizado deve-se verificar se há consentimento realizado e ativo do titular;

g) Permitir definir quem é o Controlador local e indicar seus dados de acesso/contato em área exclusiva no portal da transparência;

h) Permitir definir quem são o(s) Encarregado(s) de tratamento de dados pessoais indicados pelo controlador e disponibilizar seus dados de acesso/contato em área exclusiva no portal da transparência;

i) No primeiro acesso do usuário a aplicação, seja usuário funcionário (interno) ou cidadão (portal), deve-se solicitar que o mesmo visualize as políticas de uso do sistema incluindo política de tratamento de cookies e realize o aceite deles, devendo este ficar registrado para posterior consulta e auditoria;

j) Deverá dispor de web-service para que outras aplicações autorizadas possam verificar se há consentimento realizado pelo titular em determinado Tratamento de Dados mapeado;

10.67 Permitir realizar a impressão de documentos diretamente pelo dispositivo móvel (smartphone e/ou tablet), na plataforma Android (equipamentos naturalmente mais acessíveis), por meio de impressoras Térmicas Bluetooth. Deverá o fornecedor informar quais são os requisitos mínimos necessários, incluindo os equipamentos homologados.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DOS MÓDULOS DO SISTEMA

Para atender as áreas de aplicação da CONTRATANTE, o Sistema de administração e gestão fornecido/ofertado, será subdivido em Módulos de Programas, cujas principais especificações de funcionamento encontram-se a seguir descritas e deverão estar plenamente disponíveis aos usuários após a sua implantação.

Não é obrigatório que o sistema ofertado pela proponente utilize a mesma nomenclatura ou divisão por módulos. No entanto, é necessário que atenda as especificações de funcionamentos constantes neste termo de referência, sob pena de não se prestar aos objetivos da Contratante.

Visando ampliar a disputa, para classificação da proponente, durante a POC é necessário que o sistema ofertado atenda a pelo menos 90% (noventa por cento) dos requisitos **por Módulo de Programas**. Ou seja, o não atendimento, de pelo menos 90% dos

requisitos em qualquer dos módulos (e não geral), ensinará a desclassificação da proponente.

5.1 MÓDULO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Plano Plurianual

1. Possibilitar o registro da realização das audiências públicas com campo para: todas as solicitações feitas pela comunidade, bairro a ser atendido, com informações de contato do solicitante, órgão responsável por sua análise e status da mesma;
2. Anexar atas da audiência pública e permitir a baixa dos arquivos anexados;
3. No cadastro do PPA escolher o grau do plano de contas a ser utilizado para a informação das receitas;
4. Cadastrar os vínculos para o PPA de acordo com tabela definida pelo Tribunal de Contas do Estado;
5. Permitir importar vínculos utilizados na LOA a cada novo PPA elaborado;
6. Cadastrar os programas de governo, com as seguintes informações: origem, objetivo, diretrizes, público alvo, fonte de financiamento e gerente responsável;
7. Permitir importar as ações e programas da LOA para cada novo PPA elaborado;
8. Permitir a criação automática de códigos reduzidos para despesa do PPA composto de órgão, unidade, função, sub função, programa e ação com o objetivo de facilitar a execução orçamentária;
9. Permitir importar as receitas e despesas de PPA anterior e da LOA;
10. Cadastrar a programação da receita, possibilitando a identificação de cada fonte de recurso;
11. Permitir informar as receitas do PPA por meio de rateio automático para cada conta de receita e suas respectivas fontes de recursos;
12. Efetuar projeção de cálculo para obter a previsão do total a ser arrecadado e do total a ser gasto para cada ano do PPA;
13. Permitir a inclusão de alterações orçamentárias para a receita do PPA, bem como a consulta de todas as alterações incluídas, e de uma receita específica;
14. Consultar o orçamento da receita e da Despesa do PPA com valor orçado atualizado até a data selecionada;
15. Informar as metas físicas e financeiras da despesa do PPA, com a indicação da destinação de recursos, distribuindo as metas para cada exercício do PPA e permitir atualizar essas metas durante a execução orçamentária do PPA;
16. Cadastrar a previsão das transferências financeiras, identificando a entidade a que se destinam;
17. Permitir acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica;
18. Permitir consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária;
19. Confrontar as receitas e despesas do PPA por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e trazendo os valores orçados atualizados até a data selecionada;

20. Emitir relatórios gerenciais de receitas, despesas por fonte de recursos e das transferências financeiras;

21. Emitir os relatórios consolidando uma ou mais entidades e trazendo a posição atualizada do orçamento até a data selecionada:

- a. Demonstrativo das Receitas;
- b. Demonstrativo das Despesas;
- c. Meta Financeira por Órgão e Unidade;
- d. Meta Física por Programa e Ação;
- e. Programas;
- f. Programas Detalhados;
- g. Anexo PPA Analítico;
- h. Anexo PPA Sintético;
- i. Detalhamento Órgão/Unidade Físico/Financeiro;
- j. Receita por Ano;
- k. Receita Global.

22. Emitir relatório de compatibilização entre receitas e despesas do PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada e relatório de compatibilização das metas de despesas entre PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada;

23. Possuir controle de versão para o PPA com controle de todas as consultas e emissão de relatórios por versão;

24. Emitir relatório possibilitando a avaliação dos resultados dos programas (Art. 4º, inciso I, "e" da LRF). O relatório deverá conter a programação e execução física e financeira por programa e ação, permitindo selecionar os quatro anos do PPA ou apenas um ano desejado;

25. Emitir os demonstrativos de aplicação em saúde, pessoal e educação com os respectivos percentuais de aplicação;

Lei De Diretrizes Orçamentárias – Ldo:

26. No cadastro da LDO escolher o grau do plano de contas de receita e despesa a ser utilizado;

27. Cadastrar os vínculos para a LDO de acordo com tabela definida pelo Tribunal de Contas do Estado;

28. Permitir a inclusão de alterações orçamentárias para a receita da LDO, bem como a consulta de todas as alterações incluídas, e de uma receita específica;

29. Permitir consultar o orçamento da receita e da despesa da LDO com valor orçado atualizado até a data selecionada;

30. Permitir cadastrar programas e ações na LDO e importar do PPA e LOA;

31. Permitir importar previsão da despesa do PPA, da LOA ou de LDO anterior;

32. Permitir importar previsão da receita do PPA, da LOA ou de LDO anterior;

33. Permitir atualizar as metas físicas da LDO e inserir as metas físicas realizadas;

34. Acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica;

35. Consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária da despesa;

36. Confrontar as receitas e despesas da LDO por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e trazendo valor orçado atualizado até a data selecionada;

37. Emitir os relatórios gerenciais consolidando uma ou mais entidades e com valor orçado atualizado até a data selecionada:

- a. Demonstrativo das Receitas;
- b. Demonstrativo das Despesas;
- c. Programas de Trabalho.

38. Emitir o cadastro das obras que serão executadas no ano da LDO informando a entidade responsável pela obra, a descrição, a data de início, o valor previsto, o valor de gastos com conservação, o valor em novos projetos e o valor do ano da LDO;

39. Emitir o relatório Demonstrativo de Obras e Conservação do Patrimônio;

40. Possuir controle de versão para a LDO com controle de todas as consultas e relatórios por versão;

41. Emitir, sobre os valores orçados, Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, Demonstrativo das Receitas de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde e Demonstrativo da Despesa com Pessoal

42. Emitir o demonstrativo de aplicação de recursos em educação, saúde e pessoal com o respectivo % de aplicação;

43. Possuir cadastro das memórias de cálculo conforme dispõem a portaria da STN – Secretaria do Tesouro Nacional;

44. Permitir a emissão dos relatórios de memória de cálculo conforme disposto pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional;

Lei Orçamentária Anual – Loa:

45. Cadastrar os vínculos para a LOA de acordo com tabela definida pelo Tribunal de Contas do Estado;

46. Cadastrar a programação da receita e da despesa, possibilitando a identificação de cada fonte e destinação de recurso;

47. Permitir importar as receitas e despesas da LOA anterior e da LDO;

48. Permitir informar as receitas da LOA por meio de rateio automático para cada conta de receita e suas respectivas fontes de recursos;

49. Permitir a inclusão de atualização de receitas mantendo o histórico das inclusões;

50. Permitir a inclusão de novas naturezas de receita não previstas na LOA;

51. Efetuar os lançamentos contábeis de alteração orçamentária de receita automaticamente na contabilidade;

52. Consultar o orçamento de receita e despesa da LOA com valor orçado atualizado até a data selecionada, consolidando uma ou mais entidades;

53. Permitir o controle das alterações e emendas realizadas durante a elaboração da LOA, permitindo incluir as alterações e emendas por lote e possibilitar a consulta dos lotes de alteração por data.

54. Cadastrar as despesas que compõem o orçamento, com identificação do elemento de despesa, destinação de recursos e valores;

55. Permitir o controle das alterações e emendas realizadas durante a elaboração da LOA, permitindo incluir as alterações e emendas por lote e possibilitar a consulta dos lotes de alteração por data.

56. Permitir nas alterações orçamentárias adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para uma mesma Lei ou decreto.
57. Permitir nas alterações orçamentárias, adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para uma mesma Lei ou decreto;
58. Acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica;
59. Permitir para cada alteração orçamentária de despesa, a visualização de seus respectivos lançamentos contábeis;
60. Gerenciar as dotações constantes no orçamento decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários;
61. Permitir nas alterações orçamentárias adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para uma mesma Lei ou decreto;
62. Disponibilizar no início do exercício, o orçamento aprovado para a execução;
63. Mostrar alteração orçamentária, demonstrando os valores de receita, despesa, transferência financeira e os dados da Lei que o aprovou;
64. Permitir que o usuário gerencie os códigos reduzidos para as contas de receita orçamentária e consignação;
65. Possuir rotina de solicitação de alteração orçamentária onde são informados os dados da alteração para envio ao legislativo e posteriormente os mesmos são incluídos no sistema sem a necessidade de redigitação;
66. Possuir consistência de dados para o PPA, LDO e LOA que identifique possíveis inconsistências na elaboração dos mesmos;
67. Cadastrar cronograma mensal de desembolso por entidade;
68. Cadastrar valor mensal das metas de arrecadação por entidade, informando os valores mês a mês por modalidade e fonte de recursos;
69. Permitir que o usuário gerencie os códigos reduzidos para as contas de receita orçamentária e consignação;
70. Solicitar alteração orçamentária onde são informados os dados da alteração para envio ao legislativo e posteriormente os mesmos são incluídos no sistema sem a necessidade de redigitação;
71. Efetuar solicitação de alterações orçamentárias durante o exercício:
72. Bloqueando o valor, na dotação a ser anulada, ao lançar a alteração no sistema, possibilitando copiar os dados para o documento legal, evitando redigitação; Desbloqueando automaticamente ao efetivar os lançamentos de suplementação e anulação, quando da efetivação da alteração;
73. Consistir dados para o PPA, LDO e LOA que identifique possíveis inconsistências na elaboração dos mesmos;
74. Possuir cronograma de desembolso por fonte de recursos e por mês com geração de relatório;
75. Possuir cadastro das metas de arrecadação por fonte de recursos e por mês com geração de relatório;
76. Permitir a impressão do decreto para suplementação;
77. Permitir realizar a implantação do orçamento, para que a partir deste momento, não seja mais possível incluir, excluir ou alterar previsões de receita e despesa;

78. Permitir a emissão dos relatórios da Lei 4320/64 com opção de publicação simultânea no portal da transparência;
79. Permitir o controle das cotas de despesa por entidade;
80. Permitir a configuração do controle das cotas de despesa para os períodos: bimestral, trimestral e semestral;
81. Permitir que nas alterações orçamentárias as cotas sejam atualizadas automaticamente;
82. Possuir relatório de acompanhamento das cotas de despesa demonstrando valor previsto e valor realizado;
83. Permitir contingenciamento do orçamento, aplicando um percentual de redução sobre todo o orçamento ou sobre uma dotação específica;
84. Permitir liberação dos valores contingenciados;
85. Permitir remover os valores de quotas não utilizadas em meses já fechados e distribuí-las em meses abertos;
86. Permitir na implantação do orçamento, a cópia automática de todos os relacionamentos e configurações da base do cliente para que ele não tenha necessidade de redigitar os dados no novo ano;
87. Possuir rotina de compatibilização da LOA com PPA e LDO, permitindo assim que as peças orçamentárias fiquem iguais;
88. Possibilitar o registro e acompanhamento dos projetos e despesas com conservação do patrimônio público;
89. Possuir cadastro de renúncia de receita e respectiva compensação com emissão de relatório de renúncias objetivando o atendimento a LRF, art 5º, inciso II.

5.2 MÓDULO DE GESTÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

1. Permitir que seja efetuada a escrituração contábil, absolutamente adaptada às exigências do Tribunal de Contas do Estado, bem como à Lei Federal nº 4.320/1964, à Lei Complementar Federal nº 101/2000, bem como às demais normas regulamentadoras da escrituração pública;
2. A escrituração contábil deve ser completamente vinculada aos registros que lhe suportam, não se admitindo, em nenhuma fase do processo, o registro contábil independente dos cadastros que lhe originaram;
3. Permitir a existência de mais de uma unidade na mesma base de dados, com contabilização distinta, que possibilite a emissão de relatórios anuais e da LRF de forma consolidada;
4. Nos atos da execução orçamentária e financeira, permitir que sejam usadas as três fases da despesa: empenho, liquidação e pagamento com a escrituração contábil automática;
5. Permitir um controle das operações orçamentárias e financeiras, por período, impedindo o usuário de qualquer alteração, inclusão ou exclusão nos registros;
6. Permitir que seja efetuado o registro de empenhos por estimativa, global e ordinário;
7. Permitir que seja efetuado o registro de sub-empenho sobre o empenho global e estimado;

8. Permitir a liquidação tanto de empenhos globais como de subempenhos, não permitindo que seja gerado um subempenho sobre um empenho global que já possua liquidação.

9. Permitir a utilização de histórico padronizado e históricos com texto livre no empenho;

10. Possuir facilitador, para que na emissão do empenho seja informada qualquer parte da dotação, e o sistema filtre as dotações com aquela informação;

11. Permitir que no empenho possa visualizar saldo da dotação atualizado até a data de emissão do empenho e também até a data atual, não permitindo em nenhuma das duas situações que o valor do empenho seja superior ao saldo da dotação;

12. Na emissão do empenho, ter um campo onde informando qualquer parte da dotação, o sistema consiga filtrar todas as dotações disponíveis que possuem aquela informação;

13. Controlar os saldos das dotações orçamentárias em tempo real, não permitindo bloquear ou empenhar sem que exista saldo disponível;

14. Possibilitar a distinção do contribuinte autônomo, objetivando a geração da SEFIP e e-Social;

15. Permitir empenhar bem como apropriar mês a mês despesas com assinaturas e seguros, mantendo controle das mesmas;

16. Permitir inscrever as contas contábeis automaticamente nas contas de controle dos empenhos que gerem adiantamento de valores, e o lançamento de baixa respectivo quando as prestação de contas;

17. Permitir estorno parcial ou total de empenho, informando o motivo da anulação e permitir emissão da nota de estorno;

18. Permitir emitir prévia e geração automática de empenhos da folha;

19. O sistema de folha de pagamento deve ser totalmente integrado ao sistema de contabilidade, permitindo a geração automática de empenhos da folha. Deve ser possível empenhar por tipo de folha (mensal, férias, 13º salário, etc);

20. A consulta dos empenhos da folha deverá demonstrar possíveis irregularidades, como dotação sem saldo, relacionamentos não cadastrados, etc, e não permitir empenhar até que as irregularidades sejam resolvidas;

21. Integrar com a folha de pagamento para lançamento das provisões de férias e de 13º salário, bem como de seus encargos, fazendo a baixa dos valores quando do pagamento;

22. Permitir liquidar automaticamente os empenhos da folha, gerando automaticamente as notas extras orçamentárias das retenções;

23. Permitir desmovimentar uma competência da folha, estornando os empenhos para nova geração. O sistema deverá consistir a desmovimentação, e não permiti-la caso os empenhos estejam liquidados ou pagos;

24. Possuir fluxo de empenhamento da folha de pagamento, que inicie com a liberação da folha na área de recursos humanos e finalize o processo somente quando todos os empenhos da folha forem pagos e que todo o processo seja feito de forma digital;

25. Possuir total integração com os sistemas de compras e licitações, permitindo empenhar automaticamente as ordens de compras emitidas pelo sistema de compras e licitações. Permitir consultar a partir da ordem a ser empenhada, a ordem completa, o contrato e a licitação

26. Permitir o empenhamento automático das ordens de compras geradas pelo departamento de compras;
27. Realizar registro e lançamento de bloqueio de dotação quando da emissão de requisição de compras e ordem de compras. O bloqueio deve ser baixado automaticamente quando da emissão do empenho;
28. Estornar os itens da ordem de compras quando o empenho for estornado, mantendo assim a integridade das informações;
29. Permitir consulta inter-relacionada de empenhos. A partir do empenho, consultar a ordem de compras, o contrato, a licitação, as liquidações, estorno de liquidações, retenções, pagamentos, estorno de pagamentos, nota de despesa extra orçamentária, processo digital, anexos relacionados ao empenho, os assinantes da nota de empenho e os lançamentos contábeis;
30. Permitir a configuração das notas de empenho, liquidação e estorno de modo a compatibilizar com os modelos utilizados pela entidade;
31. Possuir gerenciamento dos restos a pagar, possibilitando consultar os valores empenhados, liquidados e pagos;
32. Permitir o cancelamento de restos a pagar demonstrando no momento do cancelamento o valor processado e não processado;
33. Gerar automaticamente as notas de despesa extra orçamentárias para as retenções que são passíveis de recolhimento na liquidação do empenho da despesa;
34. Permitir informar na liquidação do empenho, se o valor liquidado era uma despesa sem empenho prévio;
35. Permitir informar um ou vários documentos fiscais na liquidação;
36. Validar na liquidação, documento fiscal duplicado para mesmo fornecedor;
37. Permitir estorno total ou parcial, tanto do saldo da liquidação, quanto do saldo das retenções, possibilitando a substituição ou alteração dos documentos fiscais;
38. Possuir na liquidação ao informar no documento fiscal uma nota Danfe-e a consulta da nota no site da Receita Federal;
39. Efetuar automaticamente os lançamentos contábeis na emissão e estorno de empenho, liquidação e estorno de liquidação e cancelamento de restos;
40. Validar existência de débitos com o credor nas rotinas de emissão do empenho, liquidação e pagamento;
41. Permitir que nas rotinas de empenho, restos a pagar e liquidação seja possível incluir documentos digitalizados;
42. Permitir na emissão do empenho, liquidação e pagamento, a validação da existência de débitos com o credor;
43. Permitir a consulta dos bloqueios de dotação por tipo de modalidade de licitação e a consulta dos bloqueios que visam a limitação de empenho;
44. Possuir fluxo de assinatura digital de empenhos, possibilitando e controlando para que todos os assinantes possam assinar digitalmente;
45. Possibilitar a emissão dos relatórios de empenhos e restos consolidado;
46. Bloquear e desbloquear dotações por valor e por percentual, efetuando os respectivos lançamentos contábeis;
47. Consultar bloqueios de dotação por tipo de modalidade de licitação e a consulta dos bloqueios que visam a limitação de empenho;

48. Gerenciar multas de trânsito, identificando o infrator, o valor da multa , bem como os lançamentos de controle;
49. Possuir consulta de superavit financeiro que demonstre o valor do superavit, os valores já suplementados e o saldo a suplementar;
50. Possuir consulta integrada à SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA para busca de notas fiscais eletrônicas emitidas contra a entidade;
51. Emitir relatório de empenhos e restos com a situação “em liquidação”. O relatório deve possibilitar a listagem de empenhos e restos com verificação de materiais e os empenhos e restos que por sua natureza possuem lançamentos em contas orçamentárias “em liquidação”;
52. Possuir relatório analítico que detalhe as dotações e sua movimentação com possibilidade de filtrar por qualquer campo da dotação e de considerar as reservas de dotação;
53. Possuir relatório de bens demonstrando os bens que foram e não foram incorporados. Permitir a emissão consolidada, filtrando por qualquer campo da dotação e filtrar pelo tipo do bem, conta contábil e data de incorporação. O relatório deve demonstrar ainda os bens que estão a incorporar listando o respectivo empenho;
54. Emitir relatórios de empenhos e restos por entidade ou consolidado, possuindo filtros compostos por todos os campos da dotação. Possuir opção filtro por credor, obra, licitação e possibilitar totalizar por todos os campos da dotação com opção de listar ou não os empenhos e restos;
55. Permitir a emissão dos relatórios de execução da LOA com publicação simultânea no portal da transparência:
- Anexo 01 – Demonstrativo Rec. e Desp. Cat. Econômica;
 - Alínea 1 – Receita (fonte) despesa (função);
 - Anexo 2 - Desp. Cat. Econômica (elemento);
 - Anexo 2 - Desp. Cat. Econômica (ação);
 - Anexo 2 - Desp. Cat. Econômica (órgão);
 - Anexo 2 - Desp. Cat. Econômica (org. unidade);
 - Anexo 2 – Desp, por Unidade Orç. Seg. Cat. Econômica;
 - Anexo 6 – Programa de trabalho por órgão e unidade;
 - Anexo 7 – Prog. De trabalho (Func./Sub./Pro./Ativ.);
 - Anexo 8 – Desp. Por função/Sub/prog e vínculo;
 - Anexo 9 – Despesa por órgão e função.
56. Possuir, no mínimo os seguintes relatórios com gráficos comparativos para apresentação em audiências públicas:
- Amortização da dívida;
 - Ata da Audiência Pública;
 - Avaliação das Metas de Resultado Nominal;
 - Avaliação das Metas de Resultado primário;
 - Avaliação dos Gastos com pessoal;
 - Comparativo da Receita e Despesa;
 - Avaliação das Metas de Arrecadação;

- h. Confronto Arrecadação e Desembolso;
- i. Demonstrativo das Transferências financeiras;
- j. Demonstrativo das metas de investimento;
- k. Demonstrativo dos Suprimentos a Câmara;
- l. Indicadores de Gastos com Saúde;
- m. Indicadores de Gastos com Educação;
- n. Renúncia de Receita;

57. Possuir solicitação de diárias a adiantamentos, mediante fluxo de processo, configurado de acordo com a necessidade da entidade, que permita tramitar para os responsáveis pela liberação e que permita realizar a emissão do empenho assim que liberadas pelos responsáveis;

58. Permitir a prestação de contas de diária, e adiantamentos, fazendo os lançamentos contábeis automáticos tanto na concessão quanto na prestação de contas;

59. O sistema deve possuir um cadastro de convênios de repasse que permita a vinculação dos mesmos aos empenhos correspondentes de forma automática;

60. Deve ser possível incluir anexos no cadastro de convênios de repasse;

61. O sistema deve possuir rotina para prestação de contas dos convênios de repasse realizando os lançamentos contábeis de forma automática;

62. Possuir controle das prestações de contas em atraso demonstrando através de consulta o responsável pela prestação de contas, a data limite, o prazo para prestação e a situação (prazo normal, prazo próximo ao limite, prazo expirado);

63. Possuir configuração para controle de prazo de prestação de contas, não permitindo que se façam novos adiantamentos a beneficiários com prestação de contas em atraso;

64. Possuir rotina no Portal de Serviços, que possibilite a prestação de contas diretamente no Portal das entidades beneficiadas com recursos, mediante usuário e senha. Essa rotina deve demonstrar os valores passíveis de prestação de contas e permitir a inclusão dos documentos fiscais digitalizados;

65. Todas as informações inseridas pelo portal, ficam disponíveis para serem analisadas e caso haja alguma discrepância nas informações deve haver possibilidade de solicitação de revisão;

66. Permitir controlar o cadastro de contas em formato de plano de contas único, onde alterações, exclusões e inclusões no plano devem ser visualizadas por todas as entidades;

67. Utilizar rotina de eventos para todas as rotinas existentes no sistema, permitindo a visualização dos lançamentos contábeis efetuados trazendo histórico padrão para cada evento utilizado;

68. Assegurar que as contas só recebam lançamentos contábeis no último nível de desdobramento do Plano de Contas;

69. Permitir efetuar a escrituração contábil nos sistemas patrimonial, orçamentário e de controle em partidas dobradas, em conformidade com os art. 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro diário;

70. Permitir o gerenciamento das notas de despesa extra orçamentárias e dos seus estornos;

71. Possuir cadastro de despesas extraorçamentárias, de modo a emitir um documento para recolhimento dos valores retidos dos credores. Este cadastro deve ter consistência com os parâmetros do TCE, exigindo um empenho de origem, se a rubrica assim o exigir;

72. Gerenciar notas de despesas extraorçamentárias e dos seus estornos; No gerenciador deve ser possível visualizar as notas extras manuais ou originárias de empenhos e receitas extras. No gerenciador deve ser possível efetuar e consultar dados do pagamento das extras, bem como seus lançamentos contábeis;

73. Permitir assinar digitalmente as notas extraorçamentárias;

74. Permitir a inclusão de um ou mais documentos fiscais para notas extra orçamentárias;

75. Possuir cadastro de consórcios. No cadastro deverão ser informados os dados do consórcio e sua área de atuação. Deve ser possível realizar a prestação de contas com seus respectivos lançamentos contábeis, incluir anexos e consultar os empenhos relacionados ao consórcio;

76. Possuir cadastro de precatórios. No cadastro deve ser possível informar o tipo de precatório, sua origem, beneficiário e a respectiva dotação orçamentária;

77. Deve ser possível realizar movimentações de acréscimo de juros, cancelamentos e baixa dos valores pagos pelo TJ, se precatório de emenda especial. O sistema deve fazer os lançamentos contábeis das movimentações de forma simultânea ao registro;

78. Deve ser possível consultar os empenhos relacionados aos precatórios, ao selecionar o precatório cadastrado;

79. Possuir relatório das movimentações dos precatórios, demonstrando o saldo inicial, as movimentações e o saldo atual;

80. Permitir o cadastramento e incorporações posteriores (correção monetária, juros, encargos) de todas as Dívidas Fundadas com todos os campos exigidos pelo TCE. Também deve gravar em seu cadastro, para fins gerenciais, um histórico da movimentação das dívidas, a informação do número de parcelas da dívida e o comparativo anual entre o previsto e o realizado dos valores;

81. Possuir rotina gerencial da dívida, onde sejam demonstradas as dívidas cadastradas e suas contas contábeis para lançamento. Deve ser possível consultar os empenhos relacionados a dívida e as receitas já recebidas;

82. Permitir incluir anexos no cadastro da dívida fundada;

83. Possuir relatório gerencial de uma dívida específica e de todas as dívidas fundadas;

84. Possuir cadastro das Parcerias Públicos Privadas que o poder público tem firmadas com outros entes públicos ou privados. O cadastro deve ter no mínimo o tipo da parceria, a situação, a empresa parceira, objeto da parceria e o valor. No cadastro ainda deve ser possível informar as parcelas da parceria objetivando o preenchimento do anexo 13 – Dem. das Parcerias Público Privadas;

85. Deve ser possível incluir anexos na parceria público privada;

86. O sistema deve possuir mecanismo para relacionar os empenhos à Parceria Público Privada, de modo que seja possível consultar pela parceria cadastrada os empenhos relacionados;

87. Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos e que após o encerramento não seja alterado os lançamentos contábeis;

88. Integrar com o sistema de Patrimônio, efetuando automaticamente na contabilidade os lançamentos de movimentação dos bens bem como os lançamentos de depreciação, exaustão e amortização;

89. Integrar com o almoxarifado efetuando automaticamente na contabilidade os lançamentos de movimentação dos estoques;
90. Gerar automaticamente os lançamentos de abertura do orçamento anual demonstrando na rotina o total a ser lançado de receita e de despesa;
91. Efetuar os lançamentos de abertura do exercício, de forma automática, realizando os lançamentos contábeis de abertura bem como gravando no próprio lançamento os conta correntes necessários a geração da MSC;
92. Iniciar os movimentos contábeis no novo exercício, mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado;
93. Permitir refazer os lançamentos de abertura do exercício, gravando os novos saldos após o encerramento do exercício anterior;
94. Efetuar automaticamente na abertura do exercício os valores de superávit na fonte de recurso correta, para cada conta bancária;
95. Efetuar antes do encerramento consistência da base de dados com emissão de relatório de inconsistências objetivando a integridade das informações para o encerramento;
96. Encerrar exercício em etapas, permitindo ao usuário o acompanhamento e a conferência dos valores e lançamentos contábeis em cada etapa;
97. Permitir copiar as programações de pagamento em aberto ou aguardando retorno do banco, para o ano seguinte na rotina de encerramento do exercício. O sistema deverá fazer a baixa das programações no exercício atual e copiá-las para o próximo exercício;
98. Permitir no encerramento do exercício anular empenhos estimativos para que os mesmos não sejam inscritos em restos a pagar; Caso os empenhos estimativos não sejam anulados o sistema deve inscrever-los em restos a pagar;
99. Inscrever em restos a pagar, individualmente no encerramento do exercício, os empenhos a pagar, demonstrando quais os valores processados e não processados;
100. Efetuar lançamentos contábeis de encerramento do exercício automaticamente;
101. Permitir cópia das notas extra-orçamentárias a pagar para o exercício seguinte;
102. Permitir desmovimentação do encerramento do exercício, da inscrição dos restos a pagar e das notas extraorçamentárias separadamente;
103. Possuir consulta unificada dos lançamentos contábeis efetuados nos sistemas integrados;
104. Consultar saldos das contas contábeis e dos saldos por vínculo de recursos de cada conta, demonstrando os valores mês a mês;
105. Possuir ferramenta de soma, onde ao consultar os lançamentos contábeis de determinada conta, ao seleciona-los o sistema demonstre em tela o número de registros selecionados, o valor a débito, o valor a crédito e a diferença;
106. Consolidar balancete da administração direta e indireta; O balancete de verificação deve ser emitido das contas de receita, despesa e das contas contábeis. Deve ser possível a emissão por indicador de superavit, por mês ou diário e com possibilidade de paginação;
107. Emitir Livro Diário com termo de abertura e encerramento;
108. Emitir livro razão com termo de abertura e encerramento. Deve ser possível a emissão do razão agrupando por data, tipo de lançamento e com opção de resumir por fonte de recursos;
109. Emitir Balancete Analítico por Fonte de Recursos. Devem ser emitidas as contas

de receita, despesa e contas contábeis, com possibilidade de listar e resumido por fonte de recursos e resumir por especificação. Deve ser possível listar uma ou mais contas e uma ou mais fontes de recursos.

110. Emitir relatório de saldo de disponibilidade de recursos. Possibilitar a seleção de uma ou mais fontes de recursos. O relatório deve demonstrar por fonte de recursos: o saldo disponível, empenhos a pagar, restos a pagar, extras a pagar e o deficit/superavit por fonte;

111. Emitir DARF/PASEP/GPS e imprimir recibo de IRRF e ISSQN;

112. Emitir relatório das notas extraorçamentárias emitidas, estornadas e pagas, consolidando por entidade. Deve ser possível filtrar por credor, conta, fonte de recursos e número do empenho. Deve permitir totalizar por fonte de recursos, conta contábil e credor;

Financeiro:

113. Possuir total integração com o sistema contábil, efetuando a contabilização automática dos pagamentos e recebimentos efetuados pela tesouraria;

114. O sistema deve permitir a gestão das contas bancárias em rotina específica, permitindo a vinculação de uma ou mais fontes de recurso à conta bancária. Esta definição deve ser observada em qualquer movimentação realizada no sistema;

115. Permitir a inclusão de várias receitas orçamentárias simultaneamente tendo como contrapartida uma única conta bancária;

116. Permitir o lançamento das receitas de acordo com a Portaria vigente relacionada a receita pública. O sistema deve consistir a receita com sua fonte de recurso x conta bancária, não permitindo salvar arrecadação que esteja divergente;

117. Permitir a informação da fonte de recursos no momento do lançamento da receita, para os casos em que não há rateio de percentual entre as fontes;

118. Permitir o cadastro de dedução de receita, utilizado rubricas redutoras, conforme Manual de Procedimentos Contábeis da STN (Secretaria do Tesouro Nacional);

119. Permitir a inclusão de várias deduções de receita simultaneamente tendo como contrapartida uma única conta bancária;

120. Permitir a inclusão de receitas extra orçamentárias;

121. Possuir opção para selecionar várias receitas extra orçamentárias e gerar automaticamente as notas extra orçamentárias, mantendo rastreabilidade dos registros;

122. Efetuar os lançamentos contábeis das movimentações financeiras automaticamente ao incluir o registro;

123. Todas as movimentações relacionadas a contas bancárias e aplicações devem ser imediatamente reproduzidas em registros contábeis, não se admitindo lapso de tempo;

124. Permitir consultar, na própria rotina de inclusão, para cada receita, dedução de receita e receita extra os lançamentos contábeis, permitindo estorná-los e fazendo automaticamente os lançamentos contábeis do estorno, mantendo o registro da situação;

125. Realizar automaticamente nos lançamentos de receita de cota parte, o lançamento dos 20% do FUNDEB na dedução da receita;

126. Permitir incluir lançamentos de movimentação bancária (depósitos, transferências, resgates e aplicações), informando as fontes e destinações de recursos;

127. Permitir a inclusão de anexos nos registros de movimento bancário;

128. Permitir a geração de borderô dos registros de movimento bancário

129. Controlar os saldos das contas bancárias por fonte de recursos no momento das suas movimentações (depósitos, transferências, resgates e aplicações);

130. Consultar saldo da conta bancária, saldo por fonte/destinação de recursos, na Inclusão de pagamentos;
131. Permitir consultar, na própria rotina de inclusão, para cada movimentação bancária os lançamentos contábeis, permitindo estorná-los e fazendo automaticamente os lançamentos contábeis do estorno, mantendo o registro da situação;
132. Permitir informar as transferências financeiras entre as entidades as Adm. Direta e Indireta, indicando o tipo da transferência (Concedida/recebida) e a entidade recebedora;
133. Permitir consultar, para cada transferência financeira, os lançamentos contábeis, permitindo estorná-los e fazendo automaticamente os lançamentos contábeis do estorno, mantendo o registro da situação;
134. Controlar as diárias permitindo incluir o funcionário/servidor, objetivo, destino, período, valor concedido, empenho da despesa e a Lei que autoriza a concessão de diárias;
135. Permitir que os dados das diárias estejam disponíveis no portal da transparência assim que forem incluídos;
136. Permitir criação de um lote com diversas liquidações e notas extras para pagamento posterior, definindo a data de vencimento, podendo ser pago através da rotina de pagamento ou envio/baixa de borderô;
137. Permitir na inclusão de pagamentos a consulta do saldo da conta bancária, bem como o saldo por fonte/destinação de recursos;
138. Permitir no mesmo lote de pagamento incluir empenhos, restos a pagar e notas extra orçamentárias;
139. Permitir controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, visando o controle dos pagamentos em ordem cronológica;
140. Permitir a emissão de borderôs para agrupamento de pagamentos a diversos fornecedores contra o mesmo banco da entidade. Efetuar o mesmo tratamento para os pagamentos individuais;
141. Permitir a integração com os arquivos de retorno dos bancos, com baixa de pagamento automática pelo software;
142. Permitir efetuar o pagamento do borderô através de arquivo de retorno do banco;
143. Permitir por configuração, efetuar a baixa dos registros no envio do borderô;
144. Permitir controlar a movimentação de pagamentos, registrando todos os pagamentos efetuados, permitindo estornos e efetuando os lançamentos contábeis automaticamente nas respectivas contas contábeis;
145. Permitir que se possa filtrar os itens a pagar por data de vencimento, credor, destinação/ fonte de recursos e com possibilidade de selecionar e pagar simultaneamente os registros mostrados;
146. Permitir pagar de uma só vez, as despesas extra orçamentárias geradas através de retenção efetuada na liquidação;
147. Permitir no momento do pagamento informar o número da parcela do convênio que está sendo paga;
148. Permitir efetuar pagamentos pré-autorizados filtrando por data de vencimento;
149. Permitir efetuar pagamentos totais ou parciais bem como estornos totais ou parciais de pagamentos;

150. Permitir consultar para cada pagamento incluído os lançamentos contábeis realizados, permitir o seu estorno, fazendo automaticamente os lançamentos contábeis de estorno;

151. Permitir que sejam emitidas ordens de pagamento de restos a pagar, despesa extra orçamentária e de empenhos;

152. Permitir listar cheques emitidos na rotina de pagamento e cheques avulsos numa única consulta;

153. Permitir gerenciar a conciliação bancária com o extrato, visualizando os lançamentos contábeis e movimentação bancária numa única tela;

154. Permitir importar arquivos de extrato bancário nas extensões OFC e OFX para a conciliação bancária;

155. Permitir a inclusão de pendências da conciliação tanto para os lançamentos contábeis quanto para os registros do extrato;

156. Permitir a criação automática de pendências tanto para o extrato quanto para os lançamentos contábeis;

157. Permitir selecionar múltiplos lançamentos contábeis exibindo a soma dos mesmos e permitindo conciliar com um ou vários registros do extrato;

158. Permitir a conciliação de forma parcial. A medida que os valores vão sendo conciliados deverão ser ocultados da consulta de lançamentos a conciliar, facilitando a conferência dos valores que ainda não foram conciliados;

159. Permitir visualizar e imprimir conciliações de períodos anteriores;

160. Na tela de conciliação possuir os seguintes filtros para auxiliar o usuário na localização dos valores: data, descrição, valor, controle de lançamento;

161. Permitir na conciliação ordenar a coluna de valor tanto no lado dos lançamentos contábeis quanto no lado do extrato bancário;

162. Possuir consulta de pendências baixadas na conciliação;

163. Emitir os relatórios de pendência e conciliação bancária;

164. Permitir consultar para cada pagamento incluído os lançamentos contábeis, e para cada lançamento permitir o seu estorno, fazendo automaticamente os lançamentos contábeis de estorno;

165. Permitir a consulta da despesa empenhada a pagar por unidade orçamentária;

166. Emitir autorização bancária para envio de ao banco após assinatura do ordenador da despesa;

167. Possuir controle de assinaturas para envio de borderô ao banco. Sem as autorizações necessárias o sistema bloqueia a geração e envio do borderô ao banco;

168. Emitir demonstrativo diário de receitas arrecadadas e despesas realizadas;

169. Permitir a emissão do extrato do credor, demonstrando informações dos empenhos e dos restos a pagar na mesma opção;

170. Possuir integração com o sistema tributário efetuando de forma automática os lançamentos contábeis de arrecadação de receitas:

a. movimentações de Lançamento, Arrecadação e Recolhimento conforme classificação da receita orçamentária e contábil;

b. movimentações de renúncia de receita (cancelamento, prescrição, anistia, isenção, etc.);

c. movimentações da Dívida Ativa (Inclusão, Manutenção, Exclusão) conforme classificação da receita orçamentária e contábil.

171. Permitir a consulta aos lançamentos tributários para conferência dos valores antes de efetuar a integração bem como a emissão de relatório de críticas caso haja inconsistências ou falta de configurações nas receitas;

172. Permitir a integração dos lançamentos de receita reconhecida antecipadamente com o sistema tributário;

173. Nos casos em que houver restituição de receita, integrar esses valores do tributário e permitir ao usuário gerar um empenho para restituir se o valor é de ano anterior e gerar uma dedução de receita se a restituição ocorrer no ano corrente da receita;

174. Permitir assinar digitalmente as ordens de pagamento;

175. Possuir fluxo de assinatura digital de ordens de pagamento, que permita tramitar as ordens entre os assinantes de forma automática, só finalizando o processo se todos os responsáveis tiverem incluído sua assinatura;

176. Permitir configurar por fonte de recursos as receitas arrecadadas com multa de trânsito e as respectivas despesas, com publicação automática no portal da transparência;

177. Consultar os itens a pagar por data de vencimento, credor, destinação/ fonte de recursos e com possibilidade de selecionar e pagar simultaneamente os registros mostrados.

178. Permitir incluir anexos no registro de pagamento;

179. Permitir a assinatura digital na ordem de pagamento e no comprovante de pagamento. O sistema deve transferir automaticamente o documento para que mais pessoas possam realizar a assinatura digital.

180. O sistema deve permitir a configuração das pessoas a quem o documento será transferido para assinar digitalmente.

181. Possuir consulta no Portal, para que os fornecedores, mediante usuário e senha, possam consultar os valores a receber e recebidos, sem ter necessidade de entrar em contato com o Município para receber informações.

Prestação de Contas

182. Emitir os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária de acordo com a Portaria da STN vigente para o período de emissão:

- a. Anexo I - Balanço Orçamentário;
- b. Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;
- c. Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- d. Anexo IV - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal;
- e. Anexo VI - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- f. Anexo VII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE;
- g. Anexo VIII - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- h. Anexo IX - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- i. Anexo X - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;

- j. Anexo XII - Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações de Saúde;
 - k. Anexo XIII - Demonstrativo das Parcerias Público Privadas;
 - l. Anexo XIV - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
183. Emitir os relatórios de Gestão Fiscal de acordo com a Portaria da STN vigente para o período de emissão:
- a. Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
 - b. Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – DCL;
 - c. Anexo III - Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores;
 - d. Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito;
 - e. Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa;
 - f. Anexo VI - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.
184. Emitir os relatórios Anuais Obrigatórios consolidando por entidade:
- a. Anexo 10 - Comparativo Receita Orçada com Arrecadada (Lei 4320/64);
 - b. Anexo 11- Comp. Desp. Autorizada c/ Realizada;
 - c. Anexo 12 - Balanço Orçamentário (Lei 4320/64);
 - d. Anexo 13 - Balanço Financeiro (Lei 4320/64 art.103);
 - e. Anexo 14 - Balanço Patrimonial (Lei 4320/64 art.105);
 - f. Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Lei 4320/64);
 - g. Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna (Lei 4320/64);
 - h. Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante (Lei 4320/64);
 - i. Anexo 18 – Demonstrativo de Fluxos de Caixa.
185. Emitir relatórios padrão Tribunal de Contas do Estado para solicitação de Certidão Negativa;
186. Emitir relatórios de acompanhamento da programação financeira em atendimento aos Artigos 8º ao 13º da LRF:
- a. Cronograma de Desembolso - Por Modalidade;
 - b. Cronograma de Desembolso - por Órgão e Unidade;
 - c. Meta do Resultado Primário;
 - d. Metas Arrecadação de Receita;
 - e. Programação Financeira da Receita;
 - f. Receitas por Destinação de Recursos.
187. Emitir os relatórios com as informações para SIOPS;
188. Emitir relatório de Notificação de Recebimento de Recursos em atendimento a LEI 9452/97;
189. Gerar os arquivos conforme o MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência;
190. Permitir a geração de relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no software antes de gerar os arquivos para o Tribunal de Contas do Estado;

191. Possuir os relatórios abaixo para auxiliar o preenchimento do SICONFI:
 - a. Balanço Patrimonial;
 - b. Receitas Orçamentárias;
 - c. Despesa Orçamentária - Por Elemento;
 - d. Despesa Orçamentária – Por Função/Subfunção;
 - e. Restos a Pagar – Desp. Orç. Por Elemento;
 - f. Restos a Pagar – Desp. Orç. Por Função/Subfunção;
192. Possuir relatório de estimativa de impacto orçamentário e financeiro;
193. Possuir Balancete de Verificação do SICONFI, como possibilidade de filtrar por entidade e período;
194. Gerar arquivos para o SICONFI da RREO, RGF e DCA
195. Gerar os arquivos para a matriz de saldos contábeis (MSC);
196. Permitir importar arquivo XBRL de entidades externas em formato XBRL para envio dos arquivos da MSC consolidada;
197. Possuir rotina para relacionar as contas de receita do plano da entidade com o plano de contas do SIOPE. No caso das despesas o relacionamento deve ser feito por conta e subfunção de governo. Deve ser permitido o rateio de valores;
198. Gerar os arquivos para prestação de contas do SIOPE Na geração deve ser possível verificar se há inconsistências na base e emitir o relatório dessas inconsistências antes de efetuar a geração dos arquivos;
199. Possuir relatórios auxiliares para conferência dos valores do SIOPE no mesmo formato deste;
200. Gerar os arquivos para prestação de contas do SIOPS;
201. Gerar os arquivos para prestação de contas do sistema do Tribunal de Contas do Estado;
202. Emitir relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no software antes de gerar os arquivos para o TCE do Estado;
203. Possuir rotina para prestação de contas de forma eletrônica no formato exigido pelo Tribunal de Contas do estado;
204. Gerar arquivos para a Dirf;
205. Permitir publicar os relatórios legais de forma automática no portal da transparência.

5.3 MÓDULO DE CONTROLE INTERNO

1. Permitir atribuições de acesso a usuários através de senhas, permitindo a caracterização dos usuários;
2. Permitir o cadastro das instruções normativas, pareceres, notificações e demais documentos do controle interno. Deve ser possível notificar determinados usuários das IN, notificações, pareceres e demais documentos. A notificação deve ser enviada da própria consulta, pois deve permitir a resposta por parte dos usuário notificados, deixando as mesmas visíveis para impressão;
3. Permitir o cadastramento da check-list, baseado em grupos e itens que servirão de base para as auditorias. Os itens devem ser numerados para controle dos mesmos;

4. No cadastramento de parecer, permitir identificar se o parecer é relativo a uma contratação e se for o caso permitir a identificação do funcionário;
5. Permitir configuração do check-list, informando a resposta em relação à irregularidade automaticamente diagnosticada;
6. Possibilitar cadastrar as possíveis respostas para os grupos da check-list;
7. Permitir enquadrar a check-list em categorias facilitando assim a localização da mesma;;
8. Possuir check-list já cadastradas das diversas áreas da prefeitura;
9. Possibilitar que ao selecionar uma check-list para uma nova auditoria possam ser escolhidos apenas os itens que se deseja analisar;
10. Possibilitar que possam ser incluídos novos itens a uma check-list, mesmo que esta já tenha sido utilizada e permitir que possam ser desativados itens, caso o item seja uma análise que se tornou desnecessária;
11. Permitir duplicar uma check-List mantendo a check-list original;
12. Permitir vincular o Órgão ou Unidade, através de centro de custo, a uma auditoria a ser realizada;
13. Permitir o agendamento de auditoria;
14. Permitir “encaminhar” a auditoria ao responsável, para que o mesmo informe as respostas solicitadas na checklist;
15. Detectar de maneira automática as irregularidades durante o preenchimento da check-list, com base em sua configuração;
16. Permitir inserir irregularidades de forma manual, possibilitando registrar aquelas irregularidades que o sistema não tem condições de apontar automaticamente;
17. Permitir registrar o parecer do controle interno em cada irregularidade e especificar a providência que deve ser tomada para sanar a mesma;
18. Possuir tela gerencial que demonstre todas as auditorias e que possua as ações de duplicar, enviar questionário, analisar, visualizar análise, encerrar e cancelar;
19. Permitir incluir uma auditoria com no mínimo as informações de data inicial e final, descrição, centro de custo e responsável. O cadastro da auditoria deve estar integrado ao cadastro da check list para possibilitar selecionar a check list desejada e já buscar automaticamente os seus itens;
20. Possuir agenda de obrigações, com opção de informar o nível de criticidade da agenda, as pessoas ou centro de custos que poderão visualizar o registro e a informação de quem poderá baixar o evento;
21. Permitir que a agenda envie alertas aos usuários de eventos que estão a expirar e expirados, obrigando o responsável pelo evento a justificar conforme o nível de criticidade do evento;
22. Permitir a configuração do período de antecedência para o envio de alertas e do prazo de expiração de determinado evento da agenda;
23. Permitir na consulta dos eventos da agenda, consultar apenas os eventos pendentes e consultar os eventos pelos períodos diário, semanal, mensal e anual;
24. Possuir consulta centralizada de todos os emails enviados pelo controle interno, possibilitando a visualização de todos os campos e possibilitando o reenvio dos mesmos;
25. Possuir consulta dos processos administrativos abertos contra o Município;

26. Permitir a emissão de relatório circunstanciado, permitindo a publicação automática no Portal da Transparência;
27. Permitir o gerenciamento dos quadros que compõem o relatório circunstanciado;
28. Permitir a inclusão de anexos ao relatório circunstanciado, permitindo a publicação automática no Portal da Transparência;
29. Permitir a emissão dos relatórios para preenchimento da IN 20;
30. Permitir do controle inter, a emissão dos relatórios legais da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos relatórios anuais obrigatórios.

5.4 MÓDULO DE PESSOAL E FOLHA DE PAGAMENTO

1. Possuir cadastro de contratos de funcionários com no mínimo os seguintes campos: regime, cargo, salário base, data de nomeação, data de posse, data de admissão, data de término de contrato temporário, lotação, horário de trabalho e local de trabalho, além de permitir a inserção de novos campos para cadastramento de informações adicionais sem necessidade de customização, não podendo existir limite de quantidade de funcionários cadastrados na entidade.
2. Permitir relacionar anexos (como documentos, fotos, contratos, etc.) ao registro do funcionário, ou especificamente a um de seus contratos.
3. Possuir o cadastro de funcionários vinculado ao cadastro único do sistema, evitando redundância de informações pessoais.
4. Permitir cadastrar funcionários para diversos regimes jurídicos, tais como: celetista, estatutário, contrato temporário, emprego público, estagiário, cargo comissionado, agente político, e ainda os conselheiros tutelares, aposentados e pensionistas.
5. Possuir rotina com informações funcionais que permita filtrar o cadastro funcional por no mínimo: nome, idade, CPF, RG, PIS, título eleitoral, CTPS, CNH, nacionalidade, idade, tipo sanguíneo/fator RH, sexo, estado civil, cor dos olhos, cor do cabelo, tipo de aposentadoria, cor da pele, mês da admissão, data de nascimento, cargo, local de trabalho, salário base, dados bancários e telefone; devendo dispor das mesmas informações como colunas.
6. Possuir rotina de manutenção de contratos de funcionários por campo, permitindo alteração de forma coletiva de pelo menos as seguintes informações: centro de custo, classificação, grupo de empenho, local de trabalho, nível salarial, regime, salário base, sindicato e data término de contrato.
7. Permitir cadastrar dependentes de funcionários para fins de salário-família e imposto de renda, realizando a sua baixa automática na época devida, conforme limite e condições previstas para cada dependente.
8. Permitir controlar múltiplas previdências para cada funcionário, informando pelo menos matrícula previdenciária e a data de início e final do relacionamento, gerando os descontos em folha de pagamento e contribuições patronais devidas pela entidade.
9. Possuir rotina para cadastro de estagiários, incluindo no mínimo dados como data inicial e final, supervisor/orientador, curso, agente de integração (quando existente), permitindo ainda a emissão do Termo de Compromisso de Estágio.
10. Permitir cadastrar todos os cargos do quadro de pessoal da entidade: descrição, enquadramento, grau de instrução exigido, CBO, quantidade de vagas criadas, salário mensal, tipo de cargo, lei de criação e lei de extinção.
11. Possuir controle de quantidades de vagas disponíveis por cargo e por local de lotação, emitindo alertas no cadastro de contratos de funcionários caso exceda o limite.

12. Possuir cadastro de níveis salariais contendo no mínimo: salário base atual, histórico dos valores salariais, posição vertical, posição horizontal, nível inicial e final.
13. Possuir validação de número do CPF e número do PIS.
14. Possuir rotina para registro de todos os atos legais do funcionário, permitindo registro manual ou de forma automática conforme respectiva movimentação (como por exemplo, ao realizar o lançamento de um afastamento e informado uma portaria, esta deve ser automaticamente relacionada na rotina de atos legais do funcionário, o mesmo deve ocorrer ao realizar um reajuste salarial de níveis onde foi informada uma lei complementar).
15. Possuir rotina para registrar ocorrências aos funcionários como advertências, elogios ou ainda suspensões, bem como permitir converter a suspensão em multa com lançamento automático em folha de pagamento do respectivo desconto.
16. Possuir rotina para cadastro de funcionários residentes/domiciliados no exterior, informando os respectivos campos em relação à receita federal e tributação, para gerar as informações automaticamente na DIRF.
17. Possuir emissão de ficha completa com informações dos funcionários, contendo no mínimo: dados da documentação pessoal, dependentes, endereço, contatos, relacionamento com as previdências, cargos, atestados médicos, afastamentos, faltas, períodos de licença prêmio, períodos de férias, atos legais, empregos anteriores, locais de trabalho, centro de custo, cargos comissionados, proventos e descontos fixos, cursos prestados, conselho de classe, sindicato, vale-transporte, vale-alimentação, ocorrências, transferências, acidentes de trabalho, diárias, beneficiários de pensão, planos de saúde, histórico de alterações salariais e banco de horas.
18. Possuir rotina para controlar a transferência de funcionários, identificando (local de trabalho, centro de custo, local de origem) indicando o destino e se a solicitação foi deferida ou indeferida, com o respectivo responsável pela análise, devendo ainda alterar as informações no contrato e histórico do funcionário a partir do deferimento.
19. Permitir configuração de férias especiais para funcionários, indicando número de dias de direito de gozo de férias para o número de meses trabalhado, relacionando automaticamente por cargo e regime, e ainda se necessário individualmente por funcionário.
20. Permitir configurar as perdas e prorrogações de períodos aquisitivos de férias, licença prêmio e adicionais de tempo de serviço por motivo de afastamento e regime.
21. Possuir rotina de períodos aquisitivos de férias dos funcionários, indicando no mínimo: dias de direito, dias de perda, dias de prorrogação, dias pagos, dias a pagar, saldo proporcional, identificação dos afastamentos/faltas que geram as perdas e prorrogações, bem como apresentar os períodos de cálculo e gozo já relacionados ao aquisitivo.
22. Possuir rotina de cálculo de férias individual, coletiva e baseada em programação, baixando automaticamente os dias de gozo e pecúnia, devendo permitir que um único cálculo utilize dias de dois períodos aquisitivos diferentes e também permitindo o lançamento de mais de um período de gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo de férias.
23. Possuir relatório detalhado de períodos aquisitivos de férias, contendo os períodos vencidos, a vencer, vencidos em dobro, a vencer em dobro, vencidas em dobro no próximo mês e períodos proporcionais, permitindo ainda relacionar os períodos já baixados com seus respectivos períodos de gozo e pecúnia.
24. Possuir emissão de avisos e recibos de férias, bem como permitir exportar o recibo de férias em arquivo texto para impressão em gráfica.
25. Permitir configurar as perdas e prorrogações de períodos aquisitivos de licença prêmio e adicionais de tempo de serviço em virtude de ocupar cargo comissionado.

26. Possuir rotina para cadastro de experiências anteriores em outras entidades e/ou empresas, permitindo indicar separadamente a averbação para fins de adicional de tempo de serviço e licença prêmio.

27. Possuir rotina de períodos aquisitivos de licença prêmio de funcionários, indicando no mínimo: dias de direito, dias de perda, dias de prorrogação, dias averbados, dias já gozados, dias já pagos em pecúnia e dias de saldo.

28. Permitir lançamento de mais de um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de licença prêmio, bem como permitir o lançamento de licença prêmio em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo.

29. Possuir rotina para emissão da Certidão de Tempo de Serviço, Certidão de Tempo de Serviço Consolidada (incluindo todos os vínculos do funcionário com a entidade) e Certidão de Tempo de Serviço para fins de aposentadoria

30. Possuir rotina para emissão da Certidão de Tempo de Contribuição, conforme layout exigido pelo INSS.

31. Possuir rotina para emissão do relatório de cálculo da média de oitenta por cento (80%) das maiores remunerações, devendo também permitir importar os índices de atualização disponibilizados pela Previdência Social.

32. Possuir rotina para emissão de relatório que apresente a média atualizada de determinados proventos e descontos, permitindo informar o período de médias, devendo utilizar os índices de atualização importados da Previdência Social;

33. Possuir rotina para registrar os valores de estoque e mensais do COMPREV relacionado a determinado funcionário.

34. Possuir rotina para realizar reajuste salarial dos níveis salariais, salário base dos funcionários, valor ou referência dos proventos e descontos fixos, valor salarial dos cargos, valor mensal do COMPREV e valor do relacionamento de cargos comissionados.

35. Permitir que o reajuste salarial de níveis seja cancelado e também que sejam realizados reajustes negativos.

36. Possuir rotina para cadastro e controle de descontos parcelados e empréstimos consignados em folha de pagamento.

37. Possuir rotina para importar empréstimos consignados para desconto em folha de pagamento, conforme layout próprio da contratada.

38. Possuir web service para integração com empresas de gestão de empréstimos consignados, sem a necessidade de importação ou exportação de arquivos, conforme layout próprio da contratada.

39. Possuir rotina para cadastro de empresas que fornecem o vale-transporte com código da verba de desconto do vale-transporte em folha de pagamento, bem como possuir cadastro dos roteiros/linhas para os quais serão utilizados o vale-transporte.

40. Possuir rotina para cadastro de quantidade de vales-transportes diários ou mensais utilizados pelo funcionário no percurso de ida e volta ao local de trabalho, permitindo informar se deverá ser descontado ou não vale-transporte do funcionário, deve permitir também, ao informar uma quantidade diária de vales-transportes, indicar os dias da semana ou ainda se deve ser calculado automaticamente conforme o horário de trabalho do funcionário.

41. Permitir cadastrar uma quantidade de adicional ou dedução no vale transporte para determinada competência, sem alterar a quantidade padrão recebida pelo funcionário, porém deverá ficar registrado este lançamento.

42. Permitir configurar se o vale-transporte deverá ser pago como provento na folha

de pagamento do funcionário.

43. Possuir rotina para calcular o vale-transporte de cada funcionário, considerando a quantidade indicada para o funcionário por roteiro/linha, controlando o valor máximo de desconto conforme percentual legal, deduzindo a sua quantidade em casos de férias e afastamentos, indicando ainda o custo total do vale-transporte, o custo para o funcionário e o custo para a entidade.

44. Gerar automaticamente o valor para desconto do vale-transporte em folha de pagamento.

45. Possuir rotina para lançamento de afastamentos do funcionário, permitindo indicar no mínimo: motivo (como por exemplo: falta, auxílio doença, licença maternidade, licença sem vencimentos, etc.), data início e final, ato legal, mês/ano de cálculo e observação.

46. Possuir rotina para lançamento de abono de faltas já descontadas em folha, permitindo informar o mês/ano que será realizado o ressarcimento e calculando de forma automática em folha de pagamento.

47. Calcular automaticamente o adicional por tempo de serviço em folha de pagamento, permitindo configurar se o benefício será pago no dia do vencimento, no dia posterior ou no mês posterior; devendo ainda dispor de relatório que indique os funcionários que obtiveram alteração de percentual no respectivo mês/ano.

48. Possuir rotina para cálculo de folha de pagamento: mensal, mensal complementar, rescisão, rescisão complementar, férias, adiantamento de 13º salário (1º parcela), 13º salário, diferença de 13º salário e adiantamentos salariais, devendo dispor das opções de cálculo em uma única tela, permitindo filtrar os funcionários por no mínimo: matrícula, nome, cargo, regime, local de trabalho, centro de custo, função e data de admissão.

49. Possuir rotina que permita consultar os cálculos da folha de pagamento, onde seja possível visualizar detalhadamente o pagamento do funcionário, sem a necessidade de impressão de relatórios.

50. Possuir registro detalhado de histórico de cálculos de pagamentos com informação de data, hora, usuário que fez o cálculo ou o cancelamento, proventos/descontos, valores e referências calculadas.

51. Possuir registro detalhado do cálculo realizado de cada verba de provento e descontos que compõe o pagamento, detalhando a fórmula da verba, e os valores retornados pelo processo, no mínimo e folhas de pagamento mensal, férias, rescisão e de 13º salário.

52. Possuir rotina que permita visualizar detalhadamente os proventos e descontos que sofreram incidência para previdência e imposto de renda.

53. Possuir rotina para cálculo de rescisões de forma individual, coletiva e permitindo filtrar por data de término de contrato, devendo ser realizados os cálculos de férias indenizadas, proporcionais e 13º salário automaticamente.

54. Permitir a emissão do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho.

55. Possuir rotina que permita reintegração de funcionário demitido/exonerado por decisão judicial ou administrativa, reutilizando a mesma matrícula.

56. Gerar automaticamente o pagamento dos valores relativos ao salário-família dos dependentes em folha de pagamento.

57. Permitir configurar fórmula de cálculo diferente para cada provento e desconto por regime, adequando o cálculo da folha de pagamento as necessidades da entidade, indicando ainda a existência de incidência de IRRF.

58. Permitir configurar incidências como base de previdência de cada provento e desconto de forma diferenciada para cada previdência e regime.
59. Calcular automaticamente os valores relativos à contribuição individual e patronal de previdência.
60. Possuir relatório resumo da folha de pagamento permitindo filtrar por tipo de folha e funcionário, com quebra no mínimo por: regime, grupo de empenho, centro de custo e local de trabalho, exibindo o total de cada provento e desconto, total bruto, total de descontos, total líquido, bem como os encargos patronais (previdências, plano de saúde e FGTS).
61. Possuir rotina que permita lançar proventos/descontos variáveis na folha (como por exemplo: horas extras, adicional noturno, etc.), por lançamento coletivo ou individual por funcionário, permitindo ainda indicar observações.
62. Possuir rotina que permita lançar proventos/descontos fixos para determinado período de tempo (como por exemplo: insalubridade, mensalidade sindical, etc.), com lançamento coletivo ou individual por funcionário, permitindo ainda indicar observações e ato legal.
63. Possuir rotina que permita lançar proventos/descontos recebidos acumuladamente pelos funcionários, contendo número do processo e período de referência, para posterior geração na DIRF.
64. Possuir relatório que apresente um resumo dos valores líquidos da folha por banco, apresentando no mínimo: nome do banco, agência, nome, matrícula, CPF e número da conta.
65. Possuir rotina para emissão do recibo de pagamento do funcionário, com opções do no mínimo os seguintes filtros: tipo de folha, regime, cargo, nível salarial, banco, centro de custo e local de trabalho.
66. Permitir inserir textos e mensagens em todos os recibos de pagamento ou apenas no recibo de pagamento para determinados funcionários.
67. Possuir rotina para gerar empenhamento automático para a contabilidade conforme as configurações realizadas, evitando trabalhos de digitação manual para empenhamento e a exportação/importação de arquivos.
68. Possuir rotina de emissão da planilha contábil com os valores da folha de pagamento e dos respectivos encargos patronais.
69. Permitir emissão da GPS (Guia de Recolhimento da Previdência Social) e Guia para Recolhimento de Outras Previdências (RPPS), bem como relatórios auxiliares que detalhem por funcionário o valor recolhido e o valor patronal.
70. Possuir rotina para cadastro de pensões alimentícias, indicando no mínimo: funcionário instituidor, dependente da pensão, data de início, data final, dados bancários do beneficiário, e detalhes para desconto em folha de pagamento, devendo o desconto ocorrer de forma automática na folha de pagamento do funcionário, cessando automaticamente na data final.
71. Permitir o cálculo de desconto de pensão alimentícia para vários dependentes de um mesmo funcionário.
72. Possuir rotina para consulta de pagamento de pensão alimentícia.
73. Possuir rotina para cadastro e emissão de autorização de diárias de viagem para funcionários.
74. Controlar cálculo do INSS e do IR dos funcionários que acumulam dois cargos permitidos em Lei, para o correto enquadramento na faixa de cálculo e no teto

previdenciário.

75. Possuir rotina para informar os valores descontados de IR e base de cálculo de IR, bem como os valores descontados de previdência e base de cálculo de previdência já descontados e apurados em outras empresas para compor o cálculo da folha de pagamento, visando o correto enquadramento nas faixas de desconto dos impostos.

76. Possuir relatório para emissão dos salários de contribuição para o INSS.

77. Permitir configuração para calcular automaticamente a diferença entre um cargo comissionado e um cargo efetivo quando um funcionário efetivo assume a vaga.

78. Permitir configurar e calcular médias para férias, 13º salário e licença prêmio, e que estas médias possam ser calculadas por no mínimo: referência, valor e valor reajustado considerando uma tabela específica.

79. Permitir configurar o cálculo do desconto do DSR (Descanso Semanal Remunerado) na ocorrência de afastamentos em virtude de faltas.

80. Possuir rotina que permita calcular o valor disponível da margem consignável, devendo descontar os empréstimos já existentes e configurar quais outras verbas devem deduzir do valor disponível, podendo ser calculado pelo valor líquido ou bruto da folha de pagamento, ou ainda considerando algumas verbas específicas por meio de uma base de cálculo.

81. Permitir controlar a emissão das margens consignadas por um serviço no portal por banco de forma que o funcionário consiga realizar a emissão para outro banco somente depois de determinado período ou mediante liberação manual do funcionário do departamento de recursos humanos.

82. Possuir rotina para calcular a provisão de férias, 13º salário e licença prêmio, permitindo ainda disponibilizar os valores provisionados automaticamente para contabilidade por meio da contabilização.

83. Permitir integrar automaticamente as baixas de provisão com a contabilidade juntamente com o empenhamento automático da respectiva folha.

84. Possuir registro detalhado do cálculo realizado de cada verba de provento e descontos que compõe o cálculo de provisão, detalhando a fórmula da verba, e os valores retornados pelo processo.

85. Permitir configurar para que ao empenhar a rescisão seja possível automaticamente gerar estorno ou ajustes de saldos de provisão do funcionário.

86. Possuir relatório que apresente os saldos de provisão por funcionário por tipo (férias, 13º salário e licença prêmio), permitindo o detalhamento dos proventos/descontos provisionados e baixados, bem como eventuais ajustes e estornos realizados.

87. Permitir importar as diárias do módulo de contabilidade, sem necessidade de geração de arquivo texto de exportação/importação, visando lançamento em folha de pagamento e geração para DIRF.

88. Permitir configurar para que o responsável pelo centro de custo receba via e-mail uma notificação informando que foi cálculo de férias para o funcionário subordinado.

89. Possuir relatório com as informações de quais funcionários possuem dois contratos.

90. Possuir rotina que permita importação de proventos/descontos variáveis, conforme layout próprio da contratada.

91. Possuir rotina que permita importação de proventos/descontos fixos, conforme layout próprio da contratada.

92. Permitir configurar restrição de acesso (login) de usuários que são funcionários durante o seu período de férias, após sua rescisão, durante seus afastamentos ou conforme o seu horário de trabalho, impossibilitando automaticamente o acesso dele ao sistema.

93. Possuir relatório dos funcionários cedidos e recebidos, que apresente no mínimo: seu período de cessão, local de cessão e número do ato legal.

94. Possuir rotina que permita relacionar ao funcionário uma determinada função gratificada, permitindo indicar uma referência ou percentual e período de recebimento, devendo ainda calcular o valor automaticamente em folha de pagamento.

95. Possuir rotina que permita cadastrar funcionários recebidos por disposição que não possuem contrato com a entidade, gerando também as informações para o portal da transparência.

96. Possuir rotina para gerar cálculo de vale-alimentação para os funcionários, conforme configuração e relacionamento dos funcionários com direito.

97. Possuir rotina que permita exportar em arquivo texto o recibo de pagamento dos funcionários para impressão em gráfica.

98. Permitir alterar o código de funcionário (matrícula) para qualquer outro código ainda não existente na entidade.

99. Permitir configurar para que seja gerada solicitação de acesso automaticamente ao funcionário para o portal de serviços (onde terá o acesso à sua folha de pagamento, relatório de férias, dentre outros) quando realizar seu cadastro como funcionário.

100. Permitir configurar para relacionar automaticamente uma função gratificada, para determinados cargos, quando realizado o cadastro do contrato do funcionário.

101. Permitir configurar para relacionar automaticamente o nível salarial inicial quando realizado o cadastro do contrato do funcionário.

102. Permitir configurar para que no lançamento de proventos e descontos variáveis gere alerta informando se o funcionário que está sendo realizado o lançamento possui cargo comissionado.

103. Permitir configurar para que no lançamento de proventos e descontos variáveis gere alerta se o funcionário que está sendo realizado o lançamento possui função gratificada.

104. Possuir rotina que permita controlar a apresentação de documentos de dependentes para direito ao recebimento de salário família, controlando e cessando o pagamento conforme a validade indicada.

105. Permitir gerar as informações de admissão e rescisão de celetistas necessárias ao CAGED para importação no software do Ministério do Trabalho.

106. Permitir gerar arquivos para crédito em conta corrente da rede bancária, emitindo ainda relatório com relação dos créditos contendo matrícula, nome, conta corrente e valor a ser creditado.

107. Possuir rotina para gerar as informações e exportar o arquivo para RAIS.

108. Possuir rotina para gerar as informações e exportar o arquivo para DIRF.

109. Permitir a emissão do comprovante de rendimentos do funcionário para declaração de imposto de renda.

110. Permitir a inclusão de autônomos no arquivo da SEFIP/GFIP de forma automática, buscando os dados necessários diretamente dos empenhamentos realizados no sistema de contabilidade.

111. Possuir rotina para gerar o arquivo para SEFIP/GFIP.

112. Possuir rotina para gerar o arquivo para GRRF.
113. Permitir a geração de arquivos para o tribunal de contas do estado.
114. Possuir rotina para exportar os arquivos (ativos, aposentados e pensionistas) de avaliação atuarial no padrão nacional CADPREV da Secretaria da Previdência.
115. Possuir rotina de importação e análise do arquivo SISOB, indicando se algum funcionário que esteja ativo no sistema consta no arquivo de óbitos.
116. Possuir rotina para gerar o arquivo MANAD.
117. Possuir rotinas para configuração e exportação do SIOPE, devendo ainda possuir um relatório que auxilie na conferência das informações.
118. Possuir rotina para exportar e importar arquivos da consulta em lote de qualificação cadastral do eSocial.
119. Possuir rotina de consistência de base de dados visando identificar problemas ou faltas de informações exigidas no eSocial, sendo que juntamente com as inconsistências apontadas deve ser descrito uma sugestão de correção.
120. Possuir rotinas que permitam gerar, assinar, enviar e recepcionar retorno de eventos para a produção do eSocial quando o mesmo entrar em vigor.
121. Possuir rotinas que permitam gerar, assinar, enviar e recepcionar retorno de eventos para a produção restrita do eSocial, de forma totalmente independente da Produção.
122. Possuir rotinas que permitam gerar, assinar, enviar e recepcionar retorno de eventos do eSocial em base de dados única e sistema único, dispensando qualquer tipo de integrador ou sistema terceiro/externo para realizar qualquer etapa do processo.
123. Permitir relacionar certificados digitais em arquivo (A1) no repositório do sistema, assinando e enviando eventos do eSocial através de qualquer computador por usuário autorizado.
124. Possuir processo automático que verifique e processe os retornos dos lotes dos eventos enviados ao eSocial, dispensando a necessidade de o usuário efetuar requisições manualmente.
125. Possuir indicadores gráficos que permitam verificar a evolução da folha de pagamento nos últimos anos e nos últimos meses, exibindo total bruto, total de descontos e total líquido;
126. Possuir indicadores gráficos que permitam verificar os gastos com horas extras, gratificações, insalubridade, etc. por secretaria, configurando quais verbas irão compor os indicadores do gráfico.
127. Possuir indicadores gráficos que permitam verificar a evolução dos gastos com horas extras, gratificações, insalubridade, etc. por mês e por ano, configurando quais verbas irão compor os indicadores do gráfico.
128. Possuir indicadores gráficos que permitam identificar o perfil do quadro de funcionários, contendo percentual de funcionários por: centro de custo, grau de instrução, sexo, cargo, classificação funcional, regime, estado civil, faixa etária e faixa salarial bruta.

5.5 MÓDULO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

1. Possuir cadastro de atestados médicos com informações mínimas de: profissional de saúde emitente, múltiplos CIDs relacionados, motivo do atestado, data início e final, hora início e final, data de apresentação/entrega, número do protocolo, situação, permitindo ainda incluir anexos.

2. Possuir relatório de comprovante de entrega de atestado médico, permitindo ainda configurar se deve ser impresso automaticamente após o cadastro do atestado médico.
3. Permitir configurar se a data de apresentação/entrega e número do protocolo do atestado médico serão gerados automaticamente ou devem ser informados manualmente.
4. Permitir configurar se deve ser realizado o cadastro de afastamento a partir do cadastro de atestado médico, abrindo automaticamente a rotina de afastamentos da folha de pagamento para confirmar as informações.
5. Permitir configurar por motivo de atestado restrições de lançamento para determinados regimes de trabalho e cargos, impedindo o cadastro do atestado caso o funcionário selecionado se enquadre nas restrições.
6. Permitir configurar por motivo de atestado se o campo para informar o dependente estará não habilitado, habilitado obrigatório ou habilitado opcional.
7. Possuir cadastro de juntas médicas por data de vigência com identificação dos profissionais de saúde que a compõem.
8. Possuir cadastro de laudo médico e parecer de junta médica relacionados a atestados médicos.
9. Possuir relatório de atestados médicos, permitindo filtrar por período, funcionário, cargo, regime, motivo, médico, regime, local de trabalho, centro de custo e CID.
10. Possuir rotina para agendamento de consultas e exames médicos para determinados profissionais ou unidades de saúde, montando agenda, indicando os horários disponíveis para atendimento e cadastro de restrição temporária de agenda em virtude de férias ou outros compromissos do profissional/unidade.
11. Possuir relatório de comprovante de agendamento de consultas ou exames médicos, indicando pelo menos os dados do profissional de saúde, unidade, nome do funcionário, data e hora do agendamento.
12. Possuir rotina para cadastro da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) contendo no mínimo período de vigência, membros e suas funções, com a possibilidade de relacionar as atas emitidas pela respectiva comissão.
13. Possuir rotina que permita registrar o plano de trabalho da CIPA, contendo para cada atividade as ações, objetivos, local de realização, estratégia de ação, data início e final e os membros responsáveis pela execução.
14. Possuir rotina para registro de inspeções de segurança, permitindo indicar data, horário, responsável pela inspeção, e permitindo ainda cadastrar os detalhes da inspeção por meio de um formulário personalizado.
15. Possuir rotina para construir formulários personalizados de inspeção de segurança, permitindo a impressão do formulário em branco para preenchimento manual, e também com opção para preenchimento conforme os dados já registrados no sistema.
16. Possuir rotina para cadastro e controle das reuniões da CIPA, indicando o tipo de reunião (ordinária ou extraordinária) data, hora, local e participantes gerados automaticamente conforme a comissão selecionada, devendo permitir ainda adiar a reunião registrando justificativa e nova data, registro da ata da reunião e lançamento das presenças dos participantes.
17. Possuir relatório para emissão do calendário anual de reuniões da CIPA.
18. Possuir rotina para cadastro de eventos da SIPAT, permitindo registrar a equipe organizadora, atividades previstas, local, data, horário e custos envolvidos, possuindo ainda relatório para emissão da programação da SIPAT.
19. Possuir rotinas para cadastro e controle do processo eleitoral da CIPA, permitindo

cadastro da comissão eleitoral, registro de interessados em se candidatar a membro da CIPA e registros de votação nos candidatos, com controle do percentual de participação e resultado da votação.

20. Possuir rotina para cadastro do Exame Toxicológico realizado por funcionários, com dados do exame como laboratório, número, data e profissional de saúde.

21. Possuir rotina para cadastro dos grupos homogêneos de exposição, permitindo criar os grupos a partir de locais de trabalho, cargo e função, não sendo necessária a identificação individual por funcionário do grupo ao qual está exposto.

22. Possuir rotina de consulta de funcionários por grupos homogêneos de exposição, permitindo verificar para cada funcionário qual grupo está exposto, bem como, sendo possível identificar quais funcionários ainda não possuem grupo.

23. Possuir rotina para cadastro de ordens de serviço específicas ou por grupo homogêneo de exposição, permitindo identificar na ordem de serviço os fatores de risco, EPIs obrigatórios, treinamentos necessários, medidas preventivas, normas internas e procedimentos em caso de acidente de trabalho.

24. Permitir a emissão e controle das emissões de ordens de serviço específicas para funcionários ou por grupo homogêneo de exposição.

25. Possuir rotina para cadastro de Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo (EPI e EPC), contendo no mínimo: dias de validade, dias para revisão e certificado de aprovação.

26. Possuir rotina para lançamento de entregas e baixas de EPI e EPC para funcionários, permitindo ainda emissão de termo de responsabilidade de EPI e EPC conforme a entrega.

27. Possuir rotina para cadastro dos responsáveis pelos registros ambientais e monitoração biológica, com dados do cadastro único, tipo de responsabilidade e período de vigência.

28. Possuir rotina para cadastro do LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho), com período de vigência, registrando detalhadamente as condições ambientes de trabalho de cada grupo homogêneo de exposição configurado, com seus respectivos riscos, possíveis danos à saúde, meios de propagação, medidas de controle, tempo de exposição, fontes geradoras, indicando se é aplicável EPI e quais EPIs seriam.

29. Possuir rotina para cadastro do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), com período de vigência, registrando detalhadamente os reconhecimentos dos riscos de cada grupo homogêneo de exposição configurado, com seus respectivos riscos, possíveis danos à saúde, meios de propagação, medidas de controle, tempo de exposição, fontes geradoras, indicando se é aplicável EPI e quais EPIs seriam.

30. Possuir relatório de necessidade de entregas de EPI baseado no PPRA, com opções de emissão por grupo homogêneo de exposição e por funcionário, a indicação dos EPIs necessários e com opção para emissão com as entregas já efetuadas.

31. Possuir rotina para cadastro do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), com período de vigência, detalhes sobre o programa (com no mínimo objetivos, responsabilidades, procedimentos para exames médicos ocupacionais, registro e arquivo de informações, primeiros socorros e campanhas de saúde), registrando detalhadamente por grupo homogêneo de exposição os exames médicos previstos para admissão, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho, monitoração pontual e demissão.

32. Permitir cadastro de PCMSO específico por funcionário, com período de vigência registrando detalhadamente os exames médicos previstos para admissão, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho, monitoração pontual e demissão.

33. Possuir rotina para cadastro do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) relacionando os exames realizados/apresentados com o seu respectivo resultado, data de realização e data de validade, permitindo ainda a emissão do ASO já preenchido com os dados do sistema ou em branco para preenchimento manual.

34. Permitir cadastrar junto ao Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) um questionário médico/social com respostas Sim e Não, e observações, podendo o questionário ser impresso juntamente com a emissão do ASO.

35. Possuir relatório com as informações sobre os vencimentos do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), permitindo filtrar por período de vencimento.

36. Possuir rotina para cadastro da CAT (Comunicação Acidente de Trabalho), incluindo detalhes do acidente como no mínimo: agente causador, partes atingidas, situação geradora, depoimento do acidentado e dados de testemunhas, permitindo ainda registrar eventuais despesas e reembolsos pagos ao funcionário acidentado.

37. Possuir serviço no portal que permita o cadastro da CAT pelo próprio funcionário.

38. Permitir emissão da CAT conforme layout padronizado no INSS.

39. Permitir a emissão do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) conforme as informações já cadastradas para o respectivo funcionário (cargos, locais de trabalho, ASO, CAT, etc.) e riscos indicados no LTCAT.

40. Possuir rotina para cadastro de restrição médica de funcionários, informando o tipo de restrição (por exemplo: readequação e reabilitação), período, profissional de saúde, múltiplos CIDs, e registro de acompanhamentos com data.

41. Permitir configurar envio de e-mail automático ao responsável pelo departamento de recursos humanos quando uma determinada restrição médica estiver próxima ao seu prazo final.

42. Possuir rotina para cadastro de visitas técnicas realizadas pelos profissionais do departamento de segurança e medicina do trabalho, indicando pelo menos o tipo de visita, responsável e detalhes.

43. Possuir rotina para cadastro e controle os extintores, relacionando no mínimo o responsável, fornecedor, localização, data de instalação e data de validade.

44. Possuir rotina de solicitações médicas, permitindo aos profissionais de saúde o registro de solicitações diversas aos funcionários (como por exemplo, encaminhamento para especialistas, prescrição de medicamentos, solicitação de exames complementares, etc.), permitindo ainda a emissão da respectiva solicitação.

45. Permitir a emissão de prontuário em segurança e medicina do trabalho do funcionário, permitido emitir em um mesmo relatório no mínimo informações sobre: atestados médicos, acidentes de trabalho, EPI/EPC entregues, atestados de saúde ocupacional, laudos médicos, pareceres de junta médica, restrições médicas e solicitações médicas.

46. Possuir rotina para cadastro de planos de saúde, permitindo indicar o número ANS do plano, e as verbas para descontos de mensalidades e despesas extraordinárias em folha de pagamento.

47. Permitir relacionar funcionários aos planos de saúde, permitindo indicar no mínimo: data de adesão, número do contrato (carteirinha), valor da mensalidade do titular, dependentes, data início e final de cada dependente, valor da mensalidade de cada dependente, número do contrato (carteirinha) de cada dependente, bem como, as despesas extraordinárias (consultas, exames médicos, etc.) e devoluções separadamente por titular e dependente.

48. Gerar de forma automática as informações dos planos de saúde, como

mensalidades e despesas mensais, separadamente entre titulares e dependentes na geração das informações da DIRF e na emissão do comprovante de rendimentos.

49. Permitir calcular um valor patronal do plano de saúde da mensalidade do titular conforme a faixa salarial do funcionário, de forma que a entidade seja responsável pelo pagamento de um percentual do plano de saúde do titular.

50. Permitir identificar separadamente as informações dos valores patronais dos planos de saúde nos relatórios de resumo mensal da folha de pagamento e no processo de empenhamento automático para contabilidade.

51. Possuir relatório detalhado das mensalidades e despesas dos planos de saúde, podendo ser emitido por funcionário com quebra por período, apresentando mensalmente os valores de mensalidade de titulares e dependentes, bem como todas as despesas e devoluções relacionadas.

52. Possuir indicadores gráficos que apresentem os motivos de atestado com maior quantidade total de dias.

53. Possuir indicadores gráficos que apresentem as doenças (conforme CID) que mais geram dias atestados.

5.6 MÓDULO DE PONTO ELETRÔNICO

1. Permitir importar marcações de ponto via arquivo texto no padrão AFD do Ministério do Trabalho/INMETRO.

2. Permitir realizar configuração do horário noturno padrão (com exceção por regime), minutos de tolerância para considerar como falta na entrada e saída (com exceção por regime), minutos de tolerância diária para desconto de faltas (com exceção por regime), minutos mínimos para considerar como horas extras na entrada e saída (com exceção por regime), minutos mínimos diários para considerar como hora extra (com exceção por regime) e quantidade de minutos para desconsiderar registros de ponto duplicados.

3. Possuir cadastro de feriados e pontos facultativos, identificando de forma diferenciada nos lançamentos de ponto.

4. Possuir rotina de controle de banco de horas dos funcionários, permitindo lançamentos manuais de valores positivos (banco de horas), negativos (folgas/faltas), bem como baixas para folha de pagamento (pagamentos e descontos), permitindo ainda relacionar anexos ao respectivo lançamento.

5. Permitir configurar e controlar tipos de bancos de horas distintos, permitindo o controle dos saldos de cada tipo de banco de horas de forma separada.

6. Permitir configuração para estorno automático de saldo positivo de banco de horas, permitindo indicar tipo, regime e dias de validade, realizando automaticamente o estorno conforme configurado.

7. Possuir relatório de banco de horas por funcionário com totalizador por tipo de banco.

8. Possuir rotina de controle de banco de dias dos funcionários, permitindo lançamentos manuais de valores positivos (banco de dias), negativos (folgas/faltas), permitindo ainda relacionar anexos ao respectivo lançamento.

9. Permitir configurar e controlar tipos de bancos de dias distintos, permitindo o controle dos saldos de cada tipo de banco de dias de forma separada.

10. Permitir configurar se as horas extras realizadas devem ser restringidas, dispondo de rotina de autorização de realização de horas extras e banco de horas, efetuando o lançamento de ponto conforme configuração e considerando se existe autorização lançada.

11. Permitir criar escalas de sobreaviso e permitir relacionar funcionários a determinadas escalas e dias da semana, de forma que no processamento do ponto sejam calculadas as horas mensais de sobreaviso que o funcionário terá direito a receber, devendo dispor de configuração se as horas efetivamente trabalhadas dentro da escala de sobreaviso deduzem ou não do sobreaviso calculado.

12. Permitir configurar um motivo de lançamento de ponto para gerar no espelho de ponto um registro nos respectivos dias com batidas ímpares.

13. Permitir configurar um motivo de lançamento de ponto para gerar no espelho de ponto indicando o total de horas trabalhadas esperadas no respectivo dia.

14. Permitir registrar aos funcionários períodos de hora atividade para abono automático durante o processamento do ponto, indicando data início e fim, quantidade de horas e dias da semana.

15. Possuir relatório de hora atividade por funcionário, permitindo verificar a quantidade de horas e os dias em que possui hora atividade prevista em determinado período de tempo.

16. Permitir realizar configuração por motivo de lançamento de ponto para gerar lançamentos em folha de pagamento, como horas extras, faltas, adicional noturno, sobreaviso e banco de horas (positivo e negativo).

17. Possuir rotina para processamento dos lançamentos de ponto, de forma que os registros de ponto e demais configurações realizadas sejam verificadas e as ocorrências sejam apuradas, dispondo na tela de geração de filtros por data inicial e final do período de apuração, por funcionário, por regime, por centro de custo, por local de trabalho, por cargo e por lote.

18. Realizar abono automático, durante o processamento do ponto, de informações já cadastradas em outros módulos como férias, afastamentos, licenças prêmio em gozo, licença maternidade, atestados, feriados, pontos facultativos, folgas lançadas no banco de horas e banco de dias, mediante a configuração de motivos de lançamento de ponto.

19. Permitir realizar configuração se o horário de trabalho do funcionário permite compensação diária automática, ou seja, apesar do funcionário possuir horário fixo de trabalho esperado é permitido que o mesmo realize compensações no próprio dia, devendo o sistema controlar automaticamente esta compensação.

20. Permitir cadastro e configuração de vários tipos de horários para serem relacionados aos funcionários, devendo dispor no mínimo de horários: semanais (indicando hora de início e final para cada turno nos dias da semana), turno (permitindo indicar hora de início, quantidade de horas trabalhadas e horas de folga) e livre (permitindo indicar a quantidade de horas de trabalho esperada por dia da semana).

21. Permitir relacionar aos funcionários o horário de trabalho esperado em determinado período, indicando data inicial e final do relacionamento.

22. Permitir ativar serviço no portal para registros de ponto manuais mediante login, permitindo relacionar os funcionários autorizados a utilizar este tipo de registro, bem como deve permitir restringir o registro de ponto por configuração de IP.

23. Permitir ativar serviço no portal para registros de ponto com a utilização de leitor biométrico, permitindo relacionar os funcionários autorizados a utilizar este tipo de registro, bem como deve permitir restringir o registro de ponto por configuração de IP.

24. Possuir consulta dos registros de ponto efetuados via portal de forma manual mediante login e por leitura biométrica.

25. Possuir consulta dos registros de ponto importados e permitir a realização da manutenção destes registros, porém sem possibilitar a exclusão da marcação originalmente

importada. Ao realizar a alteração de um registro de ponto importado, este deve ser marcado como alterado e deve manter a informação original registrada separadamente.

26. Possuir relatório para controle dos lançamentos de ponto apurados em determinado período.

27. Possuir relatório em formato gráfico para controle dos lançamentos de ponto apurados em determinado período, permitindo ainda a comparação com outros períodos.

28. Possuir rotina que permita fechar o processamento de ponto de um determinado funcionário, de um determinado dia ou de um determinado dia de um funcionário, evitando que o processo de atualização de lançamentos de ponto altere qualquer registro já fechado, impedindo também que novos registros de ponto sejam importados.

29. Possuir rotina para ajustes e conferências do ponto permitindo acessar o dia para inserir a marcação faltante, desconsiderar uma marcação equivocada, efetuar lançamentos de abono e ao confirmar possibilitar processar novamente o dia.

30. Permitir emitir o espelho de ponto do funcionário, contendo os registros de ponto esperados e efetuados, bem como o detalhamento de todos os lançamentos de ponto apurados em cada dia, devendo ainda identificar os registros de ponto que foram ajustados ou inseridos pelo empregador.

31. Permitir enviar e-mail com os registros esperados e efetuados do ponto para os funcionários.

32. Possuir indicador gráfico de absenteísmo nos últimos 12 meses, permitindo configurar os motivos de lançamento de ponto que devem compor o índice.

33. Possuir indicadores gráficos que permitam verificar os lançamentos de ponto apurados por motivo no período atual.

34. Possuir indicadores gráficos que permitam acompanhar o saldo de banco de horas negativo e positivo nos últimos 12 meses.

35. Possuir indicadores gráficos que permitam acompanhar a quantidade de funcionários com faltas nos últimos 12 meses.

5.7 MÓDULOS DE COMPRAS E LICITAÇÕES

1. Possuir no cadastro de materiais, contendo um campo para a descrição sucinta e detalhada sem limitação de caracteres, possibilitando organizar os materiais informando a que grupo, classe ou subclasse o material pertence, bem como relacionar uma ou mais unidades de medida.

2. Possibilitar a identificação de materiais/produtos conforme especificações de classificação, exemplo: Consumo / Permanente / Serviços / Obras, de Categoria, exemplo: Perecível / Não perecível / Estocável / Combustível.

3. Possibilitar que o usuário possa configurar no cadastro de produtos campos cadastrais de sua escolha desde campos numéricos, textos ou listagem pré-definida.

4. Possibilitar o relacionamento do produto com marcas pré aprovadas.

5. Possibilitar o relacionamento do produto com seu CATMAT (Catálogo de Materiais do Governo Federal).

6. Permitir anexar imagens de referência para os produtos.

7. Permitir a desabilitação de cadastros de produtos obsoletos, de forma a evitar seu uso indevido, porém mantendo todo seu histórico de movimentações.

8. Possibilitar relacionamento com produtos e elementos de despesas, impedindo que determinado produto seja comprado com elemento errado ou não relacionado.

9. Possibilitar através da consulta do material, pesquisar o histórico completo de aquisições, podendo consultar dados como as ordens de compras, fornecedor e valor unitário.

10. Possuir rotina de solicitação de cadastro de produto, disparando a notificação via sistema e/ou por e-mail automaticamente ao setor responsável, após a aprovação o sistema deverá enviar notificação ao solicitante que o produto foi cadastrado e o código utilizado, em caso de reprovação deverá ser enviado notificação para o solicitante com o motivo da rejeição do cadastro do produto.

11. Permitir o cadastramento de comissões de licitação: permanente, especial, pregoeiros, leiloeiros e cadastro de fornecedor, informando a portarias ou decreto que as designaram, permitindo informar também os seus membros, atribuições designadas e natureza do cargo.

12. Registrar os processos licitatórios, identificando número e ano do processo, objeto, modalidades de licitação e data do processo, bem como dados de requisições de compra, planilhas de preços, procurando, assim, cumprir com o ordenamento determinado no parágrafo único do artigo 4.º da Lei de Licitações e Contratos, que impõe a obrigatoriedade na formalização dos atos administrativos. No caso de dispensa e inexigibilidade possuir relacionamento com o inciso da lei correspondente com o fundamento legal.

13. Sugerir o número da licitação sequencial por modalidade ou sequencial anual.

14. Permitir a digitação do processo licitatório sem modalidade no sistema podendo escolher a modalidade posteriormente após emissão do parecer jurídico.

15. Disponibilizar ao usuário o gerenciamento dos processos através de fluxograma (conhecidos como Workflow), onde todas as decisões deverão estar de acordo com as exigências legais. Nesse fluxo deverá ser possível iniciar, julgar e concluir qualquer tipo de processo licitatório ou dispensável, sem a necessidade de abertura de novos módulos dentro do mesmo sistema. Deve acompanhar em tempo real o andamento do processo, habilitando a próxima etapa após a conclusão da etapa anterior. Essa liberação de etapas deverá ser de fácil visualização, utilização e localização por parte do usuário dentro do sistema. A visualização deverá ser identificada por cores específicas para cada etapa do processo. O Workflow poderá apresentar as possíveis decisões, mostrando o caminho a ser seguido de acordo com a escolha realizada. Em cada fase do Workflow deverá constar um tópico de ajuda, para auxílio e orientação no caso de dúvidas do seu utilizador. Bem como disponibilizar para acompanhamento.

16. Possibilitar o anexo de documentos ao cadastro da minuta do edital. Ex. Cópia de documentos obrigatórios, projeto básico, contratos, ao menos nas extensões: png, bmp, jpg, gif, doc, docx, txt, ppt, pptx, xls, xlsx, pdf, zip, rar.

17. Possibilitar a visualização de todos os documentos e anexos da minuta em um único lugar, agrupados por classificação.

18. De acordo com as etapas do processo de licitação, possibilitar a emissão de documentos como editais, atas de sessões de licitação, aviso de licitação, termo de homologação e adjudicação, parecer contábil, jurídico e relatório de propostas e/ou lances. Bem como armazenar esses documentos em banco de dados, possibilitando também o envio de documentos adicionais em substituição ao original emitido.

19. Permitir o registro do parecer contábil, no processo de licitação, bem como sua impressão.

20. Permitir o registro do parecer jurídico e/ou técnico, no processo de licitação, possuindo dois layout a ser fornecido pelo município (Lei 8666/93 e Lei 14133/2021), bem como sua impressão.

21. Registrar a interposição de recurso ou impugnação do processo de licitação, bem como o seu julgamento, com texto referente ao parecer da comissão e/ou jurídico.

22. Registrar anulação e/ou revogação do processo de licitação, possibilitando o registro total ou parcial pela quantidade ou valor.

23. Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação vigente.

24. Para as Licitações na modalidade de Pregão Presencial possibilitar a visualização dos lances na tela, de forma prática e ágil, permitir efetuar lances por lote ou item, com opção de desistência/declínio do lance. Permitir que o pregoeiro estipule o valor do lance mínimo durante o cadastro dos itens do pregão ou durante a rodada de lances. Bem como

possibilitar que o pregoeiro estipule tempo limite para cada rodada de lance por meio de cronometro.

25. Possuir rotina de negociação do preço, com o fornecedor vencedor após cada rodada de lances.

26. Possibilitar o julgamento das propostas em relação a microempresa, empresa de pequeno porte e empresa de médio porte de acordo com os critérios da Lei Complementar 123/2006.

27. Possuir rotina que possibilite cadastrar os documentos dos fornecedores participantes da licitação.

28. Possuir rotina para o cadastro das propostas dos participantes, com indicação de valor unitário, valor total. Bem como permitir consultar por fornecedor os quadros comparativos de preços, identificando os vencedores.

29. Possibilitar o cadastro da desclassificação do participante, indicando a data e o motivo da desclassificação.

30. Possibilitar o cadastro da inabilitação do participante, indicando a data e o motivo da inabilitação. E, nos casos de pregão presencial, caso o vencedor do item seja inabilitado permitir que o pregoeiro já identifique o remanescente e, possibilite selecioná-lo para negociação e indicação de novo vencedor.

31. Possibilitar na consulta do processo visualizar dados do processo, como lances (nos casos de pregão presencial), requisição(ões) ao compras, vencedor(es), propostas, itens do processo, participantes, dotações utilizadas, ordens de compras emitidas e, dados sobre a homologação e adjudicação do processo.

32. Permitir o gerenciamento de processos de licitações "multientidade". Onde a Licitação ocorre por uma entidade principal, onde será realizado todo o gerenciamento, desde o seu cadastro até contrato e ordens de compra. E, exista a indicação das entidades participantes, onde caberia somente a emissão da ordem de compra.

33. Possuir fluxo diferenciado para licitações de publicidade possibilitando o cadastro das sessões de abertura de envelopes não identificados e cadastro e julgamento das propostas técnicas, de acordo com a Lei 12.232/10.

34. Possibilitar cadastrar no sistema a pontuação e índices para os itens das licitações com julgamento por preço e técnica, possibilitando a classificação automática do vencedor de acordo com a pontuação efetuada na soma dos critérios de pontuação.

35. Permitir relacionar a comissão de licitação ao processo de licitação, bem como selecionar os membros da comissão que irão realizar o julgamento da licitação.

36. Possibilitar o cadastro das publicações das licitações, com indicação da data da publicação e o veículo de publicação.

37. Permitir realizar a indicação do recurso orçamentário a ser utilizado no processo de licitação, bem como sua respectiva reserva orçamentária. Assim como a cada compra efetuada deverá ser liberado o valor da reserva de acordo com a compra realizada.

38. Nos casos de licitações de Registro de Preço, permitir o cadastro dos registros referente a ata de registro de preço, bem como controlar os respectivos registros e, possibilitar a alteração de quantidades, preço e fornecedores, quando necessário.

39. Permitir a integração com o sistema de contabilidade, onde deverá gerar lançamentos referente a reserva de dotação orçamentária no sistema de gestão orçamentária, bloqueando o valor da despesa previsto no processo licitatório ou compra dispensável. Deve também efetuar o desbloqueio automático dos valores reservados e não utilizados após a finalização do processo ou da compra.

40. Permitir realizar duplicidade/cópia de processos de licitação já realizados pela entidade, de forma a evitar a realizar o cadastro novamente de dados de processos similares.

41. Possibilitar nos processos que possuem a característica de credenciamento/chamamento a definição de cotas, em licitações do tipo inexigibilidade ou dispensa de licitação.

42. Possuir disponibilidade de publicação de dados e documentos do processo de licitação com o portal de serviços, podendo escolher o que deseja ser disponibilizado: Itens,

Certidões, Documentos Exigidos, Quadro Comparativo Preços, Vencedores, Contratos, Ordem de Compra, Edital, Anexos, Pareceres, impugnação, Ata de Abertura de Envelope de Documento, Ata de Abertura Envelope de Proposta, Ata do Pregão, Ata de Registro de Preço, Termo de Homologação, Termo de Adjudicação e contratos.

43. Possibilitar a realização de pesquisa preço/planilha de preço para estimativa de valores para novas aquisições.

44. A partir da pesquisa de preço/planilha de preço, tendo como critério de escolha para base o preço médio, maior preço ou menor preço cotado para o item na coleta de preços, permitir gerar um processo administrativo ou permitir a emissão de ordem de compra, com base no menor preço cotado.

45. Possuir rotina para cotação de planilhas de preços on-line, possibilitando os fornecedores digitarem os preços praticados, permitindo fazer o cálculo dos preços médios, mínimos e máximos automaticamente, possibilitando importação desta planilha nos processos licitatórios a fins do cálculo da cotação máxima dos itens a serem licitados.

46. Possuir integração com o processo digital criando automaticamente um processo a partir da digitação de uma requisição e/ou solicitação de compras, podendo acompanhar a movimentação do processo entre os setores da entidade.

47. Possuir rotina para solicitação de compra dos itens homologados da licitação.

48. Possibilitar o controle das solicitações de compra autorizadas, pendentes e canceladas.

49. Controlar as solicitações de compra por centro de custo, não permitindo que outros usuários acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo.

50. Possuir rotina para avisar através de notificações ou por e-mail sempre que for cadastrada uma nova solicitação de compras, afins de agilizar o processo de compra.

51. Possuir rotina para cadastro de requisições ao Compras, onde poderá ser realizada uma ordem de compra ou um processo de licitação para esta requisição, onde poderá informar os itens, bem como recursos orçamentários.

52. Permitir o cadastro não obrigatório dos recursos orçamentários nas requisições de compras, permitindo assim que o usuário escolha o recurso posteriormente na emissão da ordem de compra.

53. Possuir rotina para autorização da requisição ao Compras, onde permita realizar a reserva dos recursos orçamentários da requisição e compras sejam efetuados somente no momento de sua autorização.

54. Emitir relatório de licitações informando todos os dados do processo, desde a abertura até a conclusão.

55. Permitir gerar a relação mensal de todas as compras feitas, para envio ao TCU, exigida no inciso VI, do Art. 1º da Lei 9755/98.

56. Possuir rotina para o cadastro de propostas dos pregões presenciais apenas no valor do lote, sem a necessidade do preenchimento dos subitens do lote, possibilitando o fornecedor vencedor fazer a readequação dos valores dos subitens on-line nas suas dependências. Agilizando, com isso, o cadastro das propostas e início dos lances e posteriormente digitação da readequação pelos usuários.

57. Possibilitar a escolha dos assinantes de todos os documentos emitidos no sistema, possibilitando escolher os formatos de geração (pdf, html, doc e xls), quantidades de cópias e assinatura eletrônica.

58. Dispor as principais legislações vigentes e atualizadas para eventuais consultas diretamente no sistema com as leis vigentes.

59. Possibilitar integração através de web servisse com o sistema de gerenciamento de pregões eletrônicos Compras Públicas, para que seja possível importar os dados (lances, participantes, documentos e atas), automaticamente através de agendamento não necessitando a digitação e nem importação manual de arquivos.

60. Permitir exportar os arquivos para a prestação de contas, dos dados referentes a licitações, de acordo com as regras e sistema vigente.

61. Controlar a situação do processo de licitação, se ela está, aberta, anulada (total ou parcial), cancelada, homologada (parcial ou total), deserta, fracassada, descartada,

aguardando julgamento, concluída, suspensa ou revogada. Abrange as seguintes modalidades: Pregão presencial, Registro de preços, Concurso, Leilão, Dispensa, Inexigibilidade, Convite, Tomada de Preços e Concorrência Pública.

62. Gerenciar os controles necessários para Registro de Preços, de acordo com a legislação vigente.

63. Registrar e emitir solicitações ao compras de compra e serviços para o registro de preço, facilitando assim o controle de entrega das mercadorias licitadas.

64. Criar modelos de edital padrão para o uso do sistema sem ter que criar vários modelos para licitações diferentes.

65. Emitir Certificado de Registro Cadastral, controlando a sequência do Certificado, visualizando todos os dados cadastrais, o ramo de atividade, a documentação apresentada e respectiva data de validade.

66. Emitir todos os relatórios necessários exigidos por Lei e solicitados pelo município até o final da migração.

67. Emitir a ATA do Pregão Presencial e histórico com os lances.

68. Possuir rotina para preenchimento online da proposta comercial, sem a necessidade de exportação e importação de arquivos, possibilitando o preenchimento da proposta comercial pelo próprio fornecedor em suas dependências, os dados deve ficar criptografados na base de dados sendo necessária senha para descriptografar e importar as propostas ao sistema, sem necessidade de redigitação

69. Possibilitar o anexo de qualquer tipo de documento ao cadastro da minuta do edital. Ex. cópia de documentos obrigatórios, projeto básico, contratos, atas de registro de preços, etc

70. Possuir disponibilidade de publicação na internet em tempo real, podendo escolher o que deseja ser disponibilizado: Itens, Certidões, Documentos Exigidos, Quadro Comparativo Preços, Vencedores, Contratos, Ordem de Compra, Edital, Anexos, Pareceres, impugnação, Ata de Abertura Env. Documento, Ata de Abertura Env. Proposta, Ata do Pregão, Ata de Registro de Preço, Termo de Homologação, Termo de Adjudicação e contratos.

71. Emitir relatório de saldo de processos licitatórios por item, processo, por centro de custo

72. Possuir interligação, seja direta ou por importação e exportação de arquivos, com o Portal de Compras Públicas, sendo que o sistema deverá exportar para o Portal os itens que serão licitados e importar do Portal de Compras Públicas para o sistema de gestão, todos os itens vencedores com as respectivas marcas e valores, os fornecedores (incluindo o seu cadastro), ranking de classificação, lances, itens desertos, cancelados, fracassados.

73. O sistema deve possuir o opção de Duplicação de Processo.

74. Permitir quando houver troca de fornecedor, reequilíbrio de preços ou cancelamentos de itens em Ata de Registro de Preços que os procedimentos ocorram de forma rápida e objetiva.

75. Emitir modelo padrão de ata de registro de preço a ser fornecida pelo município.

76. O sistema devera gerar Processo Licitatório de foram digital, com as seguintes características mínimas:

a. Em anexo ao processo licitatório o sistema devera armazenar automaticamente os documentos emitidos pelo sistema para o referido processo;

b. Devera permitir que os documentos que não forem gerados no sistema possam ser anexados na forma de upload, por qualquer formato enviado;

c. O processo licitatório de forma digital, devera permitir a ordenação dos anexos;

d. O processo licitatório de forma digital, devera gerar documento completo, com todos os arquivos anexados a ele, contendo numeração para impressão ou Dowland;

e. O processo licitatório de forma digital, devera aceitar assinatura digital.

f. O processo licitatório de forma digital, devera permitir a alteração do nome do arquivo;

g. processo licitatório de forma digital devera permitir a criação do tipo de classe;

5.8 MÓDULO DE INCLUSÃO E CONTROLE DE CONTRATOS

1. Permitir o cadastro dos contratos de licitações, bem como o seu gerenciamento, como publicações, seus aditivos e reajustes, permitindo também gerenciar o período de vigência dos contratos.
2. Emitir alerta de término de vigência de contratos.
3. Possibilitar executar a liberação da diferença reservada entre o valor vencido pelo fornecedor e o valor total estimado, no momento da adjudicação do processo de licitação, disponibilizando assim essa diferença de saldo para outras compras, não necessitando aguardar comprar todo o processo para que seja executada essa liberação da diferença.
4. Registrar a rescisão do contrato, informando: motivo, data da rescisão, inciso da Lei vigente possibilidade de gerar dispensa de licitação, gerar impeditivo para o fornecedor.
5. Possuir identificação dos contratos aditivos do tipo acréscimo, diminuição, equilíbrio, rescisão ou outros, e ainda, possibilitar a visualização do tipo de alteração (bilateral ou unilateral).
6. Registrar os aditivos ou supressões contratuais, realizando o bloqueio caso ultrapasse os limites de acréscimos ou supressões permitidas em Lei vigente, deduzidos acréscimos de atualização monetária (reajustes).
7. Registrar alteração contratual referente a equilíbrio econômico financeiro.
8. Permitir registrar apostila ao contrato, para o registro da variação do valor contratual referente a reajuste de preços previstos no contrato, bem como atualizações financeiras, bem como alterações de dotações orçamentárias, de acordo com a Lei a vigente.
9. Controlar o vencimento dos contratos automaticamente, enviado e-mails aos colaboradores do setor com a relação dos contratos que estão a vencer em determinado período configurável.
10. Permitir a definição no contrato e aditivos de gestor/fiscais para fiscalizar a execução do contrato na sua íntegra.
11. Possibilitar o cadastro das publicações dos contratos.
12. Emitir relatórios para controle de vencimento dos contratos, autorizações de fornecimento e termos aditivos de contratos.
13. Permitir registro de fornecedores, com emissão do Certificado de Registro Cadastral, controlando a sequência do certificado, visualizando os dados cadastrais, o objeto social e permitir a consulta das documentações.
14. Possibilitar a realização do julgamento do fornecedor, onde deverá validar se o fornecedor está em dia com a validade dos documentos obrigatórios definidos no cadastro de documentos, destacando as irregularidades no momento da emissão.
15. Registrar no cadastro de fornecedores a suspensão/impeditivos do direito de participar de licitações, controlando a data limite da reabilitação.
16. Controlar a validade dos documentos do fornecedor, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação dos documentos vencidos e a vencer.
17. Permitir o cadastro e o controle da data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores.
18. Possuir relatório dos documentos vencidos e a vencer do fornecedor.
19. Possibilitar o cadastro do responsável legal/sócios do fornecedor da empresa/fornecedor.

20. Possibilitar o cadastro de índices contábeis, como: Ativo Circulante, Ativo Não circulante, Ativo Total, Patrimônio Líquido, Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, Índice de Solvência e Capital Social da empresa/fornecedor.

21. Possuir emissão de atestado de capacidade técnica para o fornecedor, emitindo documento com os produtos/serviços fornecidos para a entidade.

22. Permitir o controle de validade de documentos do fornecedor durante a emissão de contratos e ordens de compra.

23. Emitir relatórios gerenciais do fornecedor, mostrando registros referentes a ordens de compra, licitações, contratos no exercício, consolidado e por processo.

24. Permitir a emissão da ordem de compra ou serviços, ordinária, global ou estimativa, seja por meio de processo de licitação ou dispensável.

25. Ao emitir a ordem de compra, possibilitar informar dados referente a data de emissão e vencimento, fornecedor, finalidade, recurso orçamentário, para que essas informações sejam utilizadas na geração dos empenhos com suas parcelas.

26. Possibilitar o parcelamento de uma ordem de compra global e/ou estimativa, possibilitando empenhamento das parcelas através de subempenhos.

27. Possibilitar alteração de dados da ordem de compra, como Finalidade/Histórico, Dados de Entrega, Condições de Pagamento, caso não exista empenho na contabilidade.

28. Permitir a realização do estorno da ordem de compra, realizando o estorno dos itens. Caso a ordem de compra esteja empenhada, permitir através do estorno do empenho estornar os itens de uma ordem de compra automaticamente sem a necessidade de estornar manualmente a ordem de compra.

29. Permitir informar dados referente retenção na ordem de compra.

30. Permitir registrar dado referente ao desconto, na ordem de compra.

31. Possibilitar a identificação se os produtos da ordem de compra terão consumo imediato a fins de fazer os lançamentos contábeis de saída do estoque já no momento do empenhamento.

32. Não permitir efetuar emissão de ordem de compra de licitações de registros de preço, em que ata esteja com a validade vencida.

33. Permitir consultar dados referentes ao recebimento da ordem de compra, visualizando o saldo pendente a ser entregue, contendo as quantidades, os valores e o saldo.

34. Possibilitar, na consulta da ordem de compra, emitir um extrato de movimentação.

35. Permitir consulta on-line de débitos de contribuintes pessoa física/jurídica na emissão de ordem de compra, ou contrato.

36. Permitir exportar os arquivos para a prestação de contas, dos dados referentes aos contratos, de acordo com as regras e sistema vigente.

5.9 MÓDULO DE PATRIMÔNIO

1. Possibilitar o Registros de inventários de bens.

2. Permitir a geração de etiquetas com códigos de barras.

3. Cadastrar bens da instituição classificando o seu tipo ao menos em: móveis e imóveis, com a identificação do bem se adquirido, recebido em doação, comodato, permuta e outras incorporações configuráveis pela instituição.

4. Deverá permitir a inclusão de bens patrimoniais proveniente de empenho da contabilidade ou de ordem de compra, permitindo a importação dos itens sem a necessidade de redigitação dos produtos, fornecedor, valor e conta contábil.

5. Relacionar automaticamente na incorporação do bem a conta contábil (ativo permanente) utilizada no empenhamento para que não tenha diferença nos saldos das contas entre os módulos do patrimônio com o contábil.

6. Possuir controle do saldo dos itens do empenho ou ordem de compra não permitindo incorporar mais de uma vez o mesmo item.

7. Permitir o cadastramento de diversos Tipos de bens além do moveis e dos imóveis para ser usado no cadastramento dos mesmos.

8. Permitir adicionar no cadastro de bens campos personalizados, de forma que o usuário possa modelar a tela do cadastro de acordo com as necessidades da instituição.

9. Relacionar o bem imóvel ao cadastro imobiliário, tornando também disponíveis as informações geridas nesta base cadastral.

10. Permitir o recebimento de bens em grande quantidade a partir do cadastro contínuo.

11. Permitir ao usuário a possibilidade de visualizar somente os bens sob a sua responsabilidade.

12. Visualizar no cadastro e permitir o controle do estado de conservação, exemplo: bom, ótimo, regular.

13. Visualizar no cadastro e permitir o controle da situação em que o bem se encontra com relação ao seu estado, exemplo: empréstimo, locação, manutenções preventivas e corretivas.

14. O sistema deverá possuir através de consulta dos bens patrimoniais, uma rotina onde seja possível visualizar todos os bens que já atingiram o valor residual.

15. Permitir consulta aos bens por critérios como código de identificação, localização, responsável, código do produto, descrição.

16. Possibilitar o controle e a manutenção de todos os bens que compõem o patrimônio da instituição, permitindo de maneira rápida seu cadastramento, classificação, movimentação, localização e baixa.

17. Possuir cadastro de comissões, com indicação do texto jurídico que designou, indicação dos membros responsáveis, com o objetivo de realizar registros de reavaliação, depreciação, inventário.

18. Possibilitar o controle da situação e do estado de conservação do bem patrimonial através do registro dos inventários realizados.

19. Efetuar atualizações de inventário através de escolhas em grupos, exemplo: repartição, responsável, conta contábil, grupo, classe.

20. Permitir através da rotina de inventário de bens, a transferência automática do bem quando o mesmo está alocado fisicamente em departamento incorreto.

21. Possibilitar a alimentação do sistema com as informações dos inventários dos bens patrimoniais, informando seu estado e localização atual (no momento do inventário).

22. Emitir relatórios de inconsistência no momento que o bem está com status em inventário, desde que não esteja em seu lugar de origem.

23. Emitir relatórios dos bens em inventário, com termo de abertura e fechamento.

24. Registrar todo tipo de movimentação ocorrida com um bem patrimonial, seja física,

por exemplo: transferência ou financeira: agregação, reavaliação, depreciação.

25. Permitir a consulta do histórico de cada bem patrimonial, permitindo a visualização de todas as movimentações, físicas e financeiras, inventário, anexos (fotos e/ou documentos).

26. Permitir consultar e vincular ao cadastro de bens o número do empenho ou da ordem de compra.

27. Permitir registrar a depreciação e a reavaliação dos bens individualmente bem como, demonstrar um histórico com o valor contábil atual, valor referente a alteração, seja ela a menor ou a maior.

28. Permitir controlar todo o patrimônio por unidade gestora.

29. Possuir rotina de transferência de bens de uma entidade para outra, realizando a baixa automática na entidade de origem e incorporação na entidade de destino, sem a necessidade de cadastro manual., possibilitando fazer o estorno da transferência entre entidades.

30. Possuir rotinas de reavaliação e depreciação de acordo com as orientações das NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

31. Permitir a inclusão de motivos de baixa do bem de acordo com a necessidade da instituição.

32. Permitir nas consultas a impressão de relatórios operacionais a partir dos dados fornecidos pelo usuário.

33. Possuir emissão de etiquetas com brasão da instituição, número de identificação do bem em código de barras, que são utilizadas na gestão patrimonial.

34. Ter integração com os sistemas de Contabilidade Pública, Compras, Almoxarifado, Frota, Tributário.

35. Deverá possuir rotina para solicitação de transferência dos bens patrimoniais, disparando notificações para a pessoa responsável, para avisar que existem solicitações de transferências pendentes.

36. Possibilitar a emissão de relatórios por situação, repartição, espécie, localização e data de aquisição.

37. Permitir a consulta dos lançamentos contábeis através do gerenciamento do bem patrimonial.

38. Permitir a impressão e registro do termo de responsabilidade para bens patrimoniais, individuais, setoriais ou por responsável.

39. Permitir a impressão do termo de baixa patrimonial.

40. Possuir rotina de virada mensal, onde deverá efetuar o cálculo automático da depreciação, para os bens que estiverem cadastrados com data de início da depreciação, dentro do mês corrente.

41. Permitir o estorno da virada mensal, verificando se o mês contábil ainda está ativo.

42. Deverá emitir relatórios estatísticos para consulta e gerenciamento das informações patrimoniais, permitindo diversos tipos de agrupamento das informações. Ex: Conta Contábil, Tipo do Bem, Responsável e Centro de Custo.

43. Possuir relatório das manutenções previstas e realizadas para os bens patrimoniais.

44. Permitir realizar avaliações patrimoniais a partir de fórmulas previamente cadastradas, podendo ser editadas pelo próprio usuário.

5.10 MÓDULO DE CONTROLE DE FROTA E COMBUSTÍVEIS

1. Cadastro de registros de veículos e seus dados relevantes tais como: data de aquisição, descrição, RENAVAN, espécie do veículo, ano, cor, tipo de combustível, modelo, marca, centro de custo, capacidade do tanque e dados de seguro.
2. Possuir registros de Ocorrências/Avaria do veículo.
3. Controlar os débitos dos veículos, tais como: licenciamento, seguro obrigatório, multas e etc.
4. Gerenciar todos os gastos do veículo, por NF, autorização, registros do almoxarifado, ordem de compra, sendo que quando o serviço for interno o sistema integra-se com o sistema de almoxarifado quando existir uso de peças.
5. Possuir identificação da bateria, marca da bateria, registro de trocas de bateria.
6. Permitir lançamento e emissão de autorização de Abastecimento.
7. Possuir autorização de Abastecimento e Ordem de Serviço.
8. Possuir agenda por veículo, departamento e motorista, registrando no sistema todas as informações sobre o motivo e a finalidade do agendamento.
9. Possuir o registro de entrada e saída de veículos do pátio (movimentação da garagem), controlando horários, quilometragem, e quais Motoristas estão em posse dos veículos.
10. Permitir cadastrar bombas de combustíveis para controle da entrada e saída de combustíveis.
11. Permitir o controle de entrada e saída de combustíveis.
12. Gerenciar e controlar gastos referentes a frota de veículos, máquinas e equipamentos.
13. Manter integração com o cadastro de bens patrimoniais de forma a não duplicar dados relativos aos veículos, máquinas e equipamentos considerados como integrantes do patrimônio. Alterações efetuadas no cadastro patrimonial, a exemplo da transferência de centro de custo (setor/departamento) deverão refletir imediatamente nos dados destes.
14. Possuir rotina para inclusão de anexos ao cadastro do veículo, onde seja possível anexar, fotos, documentos do veículo, multas, pagamentos e demais arquivos que sejam pertinentes ao cadastro. Que seja ao menos nas seguintes extensões: png, bmp, jpg, gif, doc, docx, txt, ppt, pptx, xls, xlsx, pdf, odt, ods, dwg.
15. Possibilitar a emissão/impressão de autorizações de abastecimento para preenchimento manual, ou por uma ordem já cadastrada no sistema.
16. Permitir o cadastramento das autorizações para serviços ou abastecimento.
17. Permitir o lançamento da despesa a partir da autorização de serviço.
18. Permitir o lançamento de despesas através de um registro referente a ordem de compra dispensável ou de licitação.
19. Permitir o controle de troca de pneus possibilitando o lançamento automático da despesa.
20. Gerenciar as manutenções realizadas no veículo, revisões, lubrificações, trocas de óleo e de pneu e etc., em dependências próprias ou de terceiros.
21. No cadastro do veículo, possuir consulta a tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).
22. Permitir o controle das obrigações dos veículos, como seguros e licenciamento.

23. Possuir tabela com todos os tipos de infração, conforme CTB (Código de Trânsito Brasileiro).
24. Possuir um gerenciador de multas de trânsito, possibilitando informar a cidade da ocorrência da infração, infração de acordo com CTB (Código de Trânsito Brasileiro), motorista, data de vencimento.
25. Possuir uma consulta de multas, para que seja acessada a qualquer momento pelo usuário.
26. Possibilitar o registro de dados referente aos pagamentos da referida multa informada.
27. Controlar o deslocamento dos veículos registrando data e hora de partida e chegada e a quilometragem percorrida, com emissão de planilhas para preenchimento e acompanhamento.
28. Permitir o agendamento de viagens, serviços e consertos para cada veículo da frota.
29. Permitir o cadastro de rotas para os veículos e máquinas, bem como possibilitar o controle das rotas fixas para de cada veículo.
30. Possibilitar consultas para as manutenções e taxas (licenciamento, seguro obrigatório, seguro facultativo), bem como consultar as manutenções previstas e realizadas.
31. Permitir o cadastro e a consulta de ocorrências por veículo, informando os dados do funcionário envolvido.
32. Oferecer a guarita da garagem, a possibilidade de registrar as entradas e saídas dos veículos, bem como consulta dos respectivos registros.
33. Permitir o controle do seguro facultativo do veículo.
34. Possuir rotina de validação da carteira de motorista, não permitir a utilização de motoristas com a CNH vencida, bem como não permitir a utilização de funcionário como motorista sem que o mesmo possua CNH registrada no cadastro.
35. Possuir cadastro de motoristas, integrado com o setor de recursos humanos, possibilitando definir se o motorista é terceirizado, cadastro da CNH (categoria, número e data de validade).
36. Possibilitar controlar se o motorista relacionado a saída de um veículo atingiu os 20 pontos necessários para suspensão da CNH.
37. Permitir controlar os veículos por hodômetro, horímetro e sem marcador.
38. Permitir configurar o lançamento de máquinas, com campos diferenciados, sendo obrigatórios ou não, conforme a necessidade do maquinário.
39. Possibilitar trabalhar com privilégio de visualização de veículos por repartição, onde o usuário logado poderá somente dar manutenção nos veículos da sua repartição.
40. Quando o abastecimento for externo, permitir que o próprio frentista do posto através de privilégios no sistema, efetue o lançamento do abastecimento mediante apresentação da autorização de abastecimento emitida pelo órgão responsável.
41. Possuir cadastro de destinos, para os veículos e máquinas.
42. Permitir o cadastro de períodos de utilização do veículo e máquinas, mediante agenda, para registrar obrigações para os veículos.
43. Possuir consulta ao combustível disponível proveniente de licitação.
44. Permitir controle de estoque próprio de combustível, identificando as despesas se oriundas de estoque próprio ou de terceiros.

45. Deverá permitir a consulta dos modelos de veículos.

46. Emitir relatórios de despesas por diversos agrupamentos: repartição, período, veículo e fornecedor.

47. Possuir um relatório de processos, onde seja possível imprimir todas as informações de um ou diversos veículos, conforme os filtros selecionados no momento da impressão.

48. Permitir controlar o consumo de combustível e média por veículo, emitindo relatório com o status de consumo: alto, normal, baixo.

49. Permitir exportar os arquivos para a prestação de contas, dos dados referentes a licitações e contratos, de acordo com as regras e sistema vigente.

5.11 MÓDULO DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

1. Atender às Leis Complementares nº 101 e nº 131 da Secretaria do Tesouro Nacional;

2. Atender aos anexos da Lei nº 9.755/98 do TCU;

3. Atender aos preceitos da Lei Federal no 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

4. Permitir consultar informações básicas sobre contratos, convênios, compras diretas, licitações, consulta de entradas e saídas de materiais em estoque, consulta de bens públicos que integram o patrimônio, consulta de veículos relacionados à frota;

5. Permitir publicar todas as obras que estão sendo realizadas, exibindo cronograma da obra, com data de início e término, e os responsáveis pela fiscalização da referida obra;

6. Publicar orçamento e suas respectivas emendas (créditos suplementares), bem como balanço dos exercícios anteriores e os relatórios bimestrais e trimestrais da execução orçamentária, além dos dados constantes na lei 9.755/98;

7. Consultar tributos arrecadados pela entidade e os recursos recebidos "arrecadados";

8. Publicar balanço consolidado das contas da administração direta, das autarquias e entidades beneficiadas pelo repasse de verbas públicas;

9. Consultar dados dos programas estaduais e federais e as respectivas verbas repassadas pelos entes federativos responsáveis (União e Estado);

10. Permitir publicar compras mensais realizadas pela administração direta e indireta, considerando os processos licitatórios;

11. Permitir consultar empenhos emitidos, empenhos liquidados e pagamentos efetuados;

12. Disponibilizar na área de pessoal, a consulta da estrutura organizacional, cargos e funções, salários, centros de custos com e sem funcionários;

13. Permitir publicar gastos com diárias, especificando a finalidade da despesa, data e valor;

14. Possibilitar a ordenação das consultas por códigos e valores;

15. Emitir relatórios legais gerados no sistema de gestão, estando relacionados a gestão fiscal, anexos de metas fiscais, execução orçamentária, entre outros;

16. Demonstrar a folha de pagamento dos servidores públicos, mediante parametrização realizada no sistema de gestão.

17. Consultar quantidade de funcionários por regime de trabalho;
18. Consultar quantidade de vagas criadas e ocupadas por tipo de cargo (efetivo, comissionado, emprego público, etc);
19. Consultar funcionários por tipo de contrato;
20. Consultar funcionários cedidos e recebidos por cessão;
21. Consultar cargos com a quantidade de vagas disponíveis e ocupadas;
22. Consultar funcionários inativos com informação do tipo de aposentadoria/pensão;
23. Consultar estagiários, contendo local de trabalho e período de contrato;
24. Permitir acesso às informações de forma consolidada e por entidade gestora municipal;
25. Consultar informações com filtro de período;
26. Disponibilizar as informações em tempo real no portal, sem necessidade de digitação, exportação ou importação de dados de acordo com módulos instalados;
27. Permitir que as consultas sejam gerenciadas pelos usuários, definindo quais consultas serão disponibilizadas no Portal e realizando as devidas parametrizações;
28. Possuir cadastro de aviso que será exibido no Portal em forma de pop up, com possibilidade de adicionar imagem;
29. Cadastrar novos grupos de consulta para ampliação das informações além das disponibilizadas de forma padrão;
30. Possuir campo de busca para facilitar na localização das consultas;
31. Criar novas consultas, com possibilidade de realizar upload de arquivos ou relacionar links externos;
32. Imprimir as consultas em vários formatos, considerando: PDF, DOC, XLS, JPEG, CSV, TXT, entre outros;
33. Possuir rotina para publicação de relatórios no Portal, permitindo gerar pdf das informações geradas no sistema de gestão e adicionar como anexo do registro cadastrado.
34. Publicar relatórios em vários formatos no Portal, permitindo o upload dessas informações.
35. Consultar Ajuda de Custos/Adiantamentos realizados com visualização do respectivo empenho;
36. Consultar Convênios de Repasse e seus respectivos anexos;
37. Possuir área de acessibilidade com a possibilidade de adicionar alto contraste, gerenciar o tamanho da fonte, acessar teclas de atalho e acessar ferramenta de libras;
38. Possuir local para visualizar os formatos utilizados para estruturação da informação;
39. Exibir no portal da transparência mapa do site, permitindo visualizar e acessar de forma facilitada todas as consultas disponibilizadas.
40. Disponibilizar link para acesso direto ao portal do Diário Oficial do Município;
41. Consultar processos licitatórios por categorias, como: pregão, chamamento público, tomada de preços;
42. Disponibilizar área para listar os dados de acesso à informação, como estrutura organizacional, perguntas frequentes e realizar pedidos a entidade.
43. Cadastrar horário de atendimento da entidade no Portal da Transparência;

44. Exibir no Portal da Transparência brasão e endereço;
45. Criar modelos de arquivos (Templates), para vincular em novas consultas, permitindo o download dos documentos pelo Portal da Transparência;
46. Cadastrar agrupadores para organizar os arquivos que serão adicionados em uma nova consulta que será disponibilizada no Portal;
47. Gerar relatório contendo todos os itens disponibilizados no portal e retornando dado do IP de acesso.
48. Permitir configurar as entidades que serão disponibilizadas para acesso no portal.
49. Parametrizar o ano inicial para retornar os dados nas consultas.
50. Possibilitar habilitar contador de acesso ao portal, indicando a quantidade de usuários que estão acessando as consultas.
51. Possibilitar cadastrar hint nas consultas, com intuito de adicionar informações explicativas sobre os itens que serão listados.
52. Permitir ordenar a exibição dos anexos que estão atrelados em consultas específicas no portal da transparência.
53. Possuir validação de reCAPTCHA no portal de forma geral, não afetando a utilização das consultas, tendo o intuito de garantir a segurança do acesso das informações.
54. Disponibilizar em local de fácil acesso, link para acessar e registrar acesso à informação.

5.12 MÓDULO DE PORTAL DE SERVIÇOS E AUTOATENDIMENTO

1. Dispor de serviço para emissão de processo digital, com possibilidade de integração com os cadastros imobiliários e de atividades, disponíveis no sistema Tributário.
2. Possibilitar que na emissão de processos digitais, através do autoatendimento, seja opcional ou obrigatória a utilização de assinatura digital com e-CPF ou e-CNPJ, padrão ICP-Brasil.
3. Permitir que sejam adicionados serviços específicos ao Portal, com possibilidade de integração com o sistema de processo digital, podendo ser configurado roteiro de tramitação de acordo com o assunto e subassunto informado.
4. Dispor de serviço de Acesso à Informação, possibilitando a protocolização de requerimentos de informação, além de disponibilizar para consulta os seguintes dados: obras e ações, estrutura organizacional e perguntas frequentes de acordo com a Lei 12.527/2011.
5. Possibilitar que em serviços de emissão de processo digital possa ser configurada a emissão de guia para pagamento de taxas e tarifas, em padrão bancário, permitindo definir para cada assunto sua correspondente sub-receita.
6. O portal de autoatendimento deverá dispor de layout responsivo, se adaptando a dispositivos móveis.
7. Possuir serviço para consulta do andamento dos processos digitais e processos de fluxo dinâmico, sendo necessário informar o número do processo e seu código verificador ou CPF/CNPJ do requerente, inclusive com a possibilidade de informar novos anexos e lançar novas informações através de complementos ou readequações ao processo.
8. Permitir que as liberações de acesso ao sistema possam ser efetuadas com base em solicitações de acesso realizadas pelo contribuinte através de serviço disponibilizado no portal de autoatendimento e aplicativo.

9. Possibilitar que os usuários e contribuintes possam alterar ou recuperar sua senha de acesso ao sistema, validando seus dados cadastrais, como e-mail, conforme parametrização.

10. Possuir serviço para realização de autenticidade do Certificado de Registro Cadastral emitido pela entidade.

11. Possuir serviço para que o fornecedor vencedor da licitação realizada em lotes, possa fazer a readequação dos valores dos itens pertencentes aos lotes nas suas dependências. Indicando o valor unitário de cada item totalizando o valor ofertado no lote.

12. Possuir serviço para preenchimento online da proposta comercial, sem a necessidade de exportação e importação de arquivos, possibilitando o preenchimento da proposta comercial pelo próprio fornecedor em suas dependências. Os dados devem ficar criptografados na base de dados sendo necessária senha para descriptografar e importar as propostas ao sistema, sem necessidade de redigitação.

13. Permitir realizar digitação de cotação de preços referentes a planilhas, para fins de cálculos médios de preços praticados entre os fornecedores.

14. Permitir disponibilizar informações sobre licitações, possibilitando configurar quais informações serão exibidas no serviço como: edital, anexos, pareceres, impugnação, ata de abertura envelope, proposta, ata do pregão, ata de registro de preço, termo de homologação, termo de adjudicação, contrato, certidões, documentos exigidos, quadro comparativo preços, vencedores e ordem de compra.

15. Possuir serviço onde os fornecedores da Entidade poderão consultar os valores retidos de seus empenhos.

16. Possibilitar aos credores da Entidade verificar o saldo dos valores a receber, podendo filtrar pelo número de empenho e data.

17. Possibilitar aos fornecedores da Entidade consultar todos os empenhos emitidos, sendo demonstrados os empenhos que já foram pagos, estão a pagar, as retenções dos empenhos e os saldos.

18. Possuir consulta do comprovante de retenção de IRRF pela entidade, para posterior declaração do imposto de renda de PF ou PJ.

19. Disponibilizar a emissão da folha de pagamento através de serviço de autoatendimento, devendo possibilitar que a Entidade defina previamente o layout que será utilizado na emissão.

20. Permitir ao funcionário realizar a emissão dos seus períodos aquisitivos e de saldos de férias através de serviço de emissão de relatório gerencial de férias.

21. Possibilitar ao servidor realizar a impressão da ficha financeira com os valores dos pagamentos em determinados períodos.

22. Possuir serviço onde o funcionário possa realizar a emissão do espelho de ponto com opção de filtrar por período, e de configurar previamente quais totalizadores serão exibidos.

23. Possibilitar ao funcionário emitir o comprovante de imposto de renda retido na fonte para posterior declaração do imposto de renda.

24. Disponibilizar ao servidor a emissão de relatório de tempo de serviço através de serviço de autoatendimento, devendo possibilitar que a Entidade defina previamente o layout que será utilizado na emissão.

25. Permitir ao funcionário realizar a emissão da declaração sobre o período de trabalho no magistério.

26. Disponibilizar ao funcionário realizar a alteração/atualização de seus dados pessoais através de serviço.
27. Possibilitar ao servidor a emissão de relatório onde constem as informações de seus empréstimos bancários.
28. Permitir ao funcionário realizar qualquer tipo de solicitação ao RH, através de serviço com essa finalidade, possibilitando que o RH defina assuntos específicos, como por exemplo: Férias, Inscrição para Cursos, etc.
29. Dispor de serviço onde qualquer pessoa/entidade possa verificar, através de chave de verificação, a autenticidade do recibo de pagamento.
30. Permitir que empresas externas, através de convênio, ou departamentos internos realizem lançamentos para desconto em folha de pagamento dos funcionários.
31. Permitir que os departamentos realizem os lançamentos de atestados médicos de seus funcionários.
32. Permitir ao servidor realizar a emissão do relatório anual de contribuições para a previdência.
33. Permitir ao funcionário realizar a Emissão da Margem Consignável pelo Portal de Serviços com a opção de seleção dentre os bancos conveniados da entidade.
34. Possuir serviço específico para solicitação de férias, de forma que o departamento de recursos humanos possa fazer a análise do pedido, bem como realizar a programação de férias a partir do requerimento efetuado.
35. Permitir a emissão de guias em atraso ou não, realizando atualizados dos cálculos: ISSQN, ISSRF, ITBI, Dívida Ativa, ISS/Alvará, Obras, Guia Única ou Receitas Diversas.
36. Permitir a emissão de Extratos de Débitos: Geral, através do cadastro Econômico ou por Imóvel.
37. Permitir a emissão de consulta e verificação de autenticidade da Certidão Negativa de Débito.
38. Permitir efetuar pedidos à Prefeitura para exercer atividades econômicas no município.
39. Permitir a emissão do comprovante de retenção do imposto sobre serviços.
40. Permitir solicitar a emissão de nota fiscal de serviço eletrônica avulsa.
41. Permitir aos contabilistas cadastrados emitir Certidões Negativas de Débito (CND), guias tributárias, atualização de informações cadastrais para seus clientes.
42. Permitir realizar a solicitação para a emissão de alvará de construção e habite-se.
43. Possuir serviço que permita consultar os documentos necessários e obrigatórios para que seja possível realizar as solicitações.
44. Possuir gadget para acompanhar as solicitações de acesso, com a possibilidade de liberar, indeferir e notificar os solicitantes pela própria tela Gerenciamento.
45. Permitir a solicitação de licenças, e demais benefícios ou documentos pertinentes ao servidor via portal.
46. Permitir registrar a transferência de imóveis entre proprietários, incluindo nome do proprietário adquirente, transmitente e tabelionato. Com posterior liberação da entidade e pagamento de guia.
47. Possuir serviço para cadastrar solicitação de reserva de espaços públicos para realização de evento no CONTRATANTE, sendo integrado com o sistema de Processo Digital.

48. Permitir declarar serviços prestados e tomados.
49. Permitir cadastrar recados no portal, parametrizando a sua exibição com ou sem login.
50. Possibilitar a exibição de boxes indicativas para os contribuintes, permitindo retornar dados de débitos e quantidade de processos digitais.
51. Permitir cadastrar boxes que ao acessar podem carregar serviços ou somente texto informativo.
52. Dispor de opção para definir os serviços que serão disponibilizados em destaque para facilitar o acesso.
53. Permitir os cidadãos favoritar seus serviços mais acessados, quando estão logados no portal.
54. Exibir dados de endereço e contato da entidade.
55. Possuir campo de pesquisa que retorne os serviços.
56. Dispor de área específica para localizar informações de acessibilidade, como: alto contraste, aumento e diminuição de fonte e VLibras.
57. Permitir cadastro aviso, sendo exibido no portal em forma de pop-up.
58. Possuir validação de reCAPTCHA para os serviços quando acessados sem login, garantindo a segurança das informações.
59. Disponibilizar serviços de Carta de Serviços, carregando todos os registros indicando quais necessitam de login e com a possibilidade de acesso direto por esse meio, baseado na Lei 13.460 de 2017.
60. Permitir o cidadão avaliar os serviços disponíveis a ele, baseado na Lei 13.460 de 2017, onde deverá indicar sua satisfação para os seguintes itens:
 - a. Satisfação com o serviço prestado.
 - b. Qualidade do atendimento.
 - c. Cumprimento de prazos e compromissos.
 - d. Adicionando uma descrição na avaliação.
61. Possibilitar que os cidadãos tenham acesso aos resultados das avaliações, sendo exibida a informação por serviço, mediante acesso a Carta de Serviços.

5.13 MÓDULO DE PORTAL INSTITUCIONAL (web site)

1. Permitir cadastrar serviços informativos, com a finalidade de orientação aos contribuintes, contendo requisitos e outros dados sobre quaisquer serviços prestados pela Entidade ao cidadão.
2. Dispor de área para consultar os dados de Acesso à Informação, considerando: obras e ações, estrutura organizacional, perguntas frequentes, horário de atendimento, nome do usuário responsável, de acordo com a Lei 12.527/2011.
3. Possibilitar o cadastro de enquetes no portal da entidade, com configuração para a necessidade de o usuário estar autenticado no sistema para o registro do voto.
4. Permitir o cadastro de notícias no portal, com a possibilidade de relacionar imagens, serviços, links, categorias e páginas.
5. Permitir definir quais notícias serão exibidas em destaque na página inicial da entidade.

6. O portal institucional deverá dispor de layout responsivo, se adaptando a dispositivos moveis.
7. Possuir cadastro de avisos no portal, sendo exibido em forma de pop-up, com a possibilidade de adicionar imagem, vídeo e link.
8. Permitir o cadastro de agenda no portal, com intuito de organizar os eventos realizados pela entidade e com a possibilidade dos cidadãos acompanhar via web.
9. Possibilitar que o cidadão defina se deseja ser alertado antecipadamente via e-mail sobre a realização de determinados eventos.
10. Possuir cadastro de mídias no portal, possibilitando a centralização dos arquivos para posterior vínculo em notícias, serviços e páginas.
11. Possibilitar o cadastro de banner para o portal, podendo configurar o local que será demonstrado e o seu relacionamento.
12. Permitir o cadastro de menu para o portal, para facilitar a localização das informações, podendo configurar o seu relacionamento.
13. Possuir o cadastro de galerias, vídeos e links para posterior acesso via portal.
14. Permitir definir a cor de tema do portal, se adequando as cores do brasão da entidade, podendo ser por exemplo: azul, verde, roxo, entre outros.
15. Disponibilizar área de acesso direto ao portal de autoatendimento, inclusive com atalho para realização de login.
16. Permitir a entidade cadastrar menu rotativo, com relacionamento de ícones e serviços que serão acessados no momento do clique.
17. Dispor de parametrização para definir a quantidade de notícias que serão exibidas na página inicial do portal.
18. Possuir cadastro de links úteis, permitindo disponibilizar informações relevantes para o conhecimento do cidadão.
19. Permitir gerar relatórios das notícias mais acessadas no portal, filtrando por período.
20. Permitir criar subportais relacionado ao website da entidade, onde secretarias/departamentos podem disponibilizar informações específicas a comunidade.
21. Possuir parametrizações para a página do subportal, onde durante o cadastro seja definido o seu conteúdo, serviços relacionados, notícias, eventos, imagens, links úteis.
22. Permitir que no subportal seja adicionado banner, menu e brasão específico do mesmo.
23. Dispor de configuração que seja possível definir o tamanho do banner que será exibido no topo do portal e subportal.
24. Permitir ativar ou desativar banner para acesso direto as obras e ações da entidade.
25. Dispor de banner para acompanhar as licitações de são realizadas ao vivo, bem como, consultar os dados relacionados ao processo licitatório.
26. Possibilitar o cadastro de e-mail para receber newsletter.
27. Exibir dados de endereço e contato da entidade.
28. Dispor de local para cadastrar e exibir no portal o horário de atendimento da entidade.
29. Permitir consultar as notícias filtrando por categoria.

30. Possuir campo de pesquisa que retorne informações de notícias, serviços, evento, entre outros.

31. Dispor de área específica para localizar informações de acessibilidade, como: alto contraste, aumento e diminuição de fonte e VLibras.

32. Disponibilizar área para exibir os ícones de redes sociais da entidade.

5.14 MÓDULO DE PROCESSO DIGITAL

1. Permitir o trâmite de todo o processo em ambiente digital com dispensa do trâmite em papéis.

2. Permitir que a numeração de processo siga sequência numérica e não possibilite o cadastro de dois processos com numeração igual. Sendo reiniciada a numeração a cada novo exercício.

3. Possibilitar a configuração de roteiro interno de cumprimento automático para cada assunto, inclusive com a definição de prazo para que cada etapa seja realizada.

4. Notificar o requerente e demais responsáveis por envio de e-mail e notificação push, a cada trâmite do processo, conforme configuração estabelecida.

5. Dispor de controle de prazos, de acordo com o definido em roteiro, possibilitando que processos pendentes sejam classificados através de cores e ícones indicativos, sendo prazo expirado para o processo e prazo expirado para análise do processo.

6. Possibilitar a emissão de guia para pagamento de taxas e tarifas, em padrão bancário, possibilitando configurar para cada assunto sua correspondente sub-receita.

7. Impossibilitar a tramitação de processo com taxa em aberto.

8. Permitir a abertura de processos através de acesso externo via site da entidade, dispositivos móveis e cadastro de atendimento por operador do sistema.

9. Permitir que vários setores administrativos possam realizar a abertura de processos digitais via sistema, seguindo a mesma numeração do exercício corrente.

10. Permitir ao requerente no momento da abertura de processo, utilizando o autoatendimento, a visualização dos documentos obrigatórios para cada assunto.

11. Permitir assinatura das movimentações, com a utilização de certificado digital no padrão ICP-Brasil ou eletrônico, nos trâmites, complementos e no encerramento dos processos.

12. Dispor de relatórios de gerenciamento por processos, centro de custo, assunto, subassunto, gráficos e etiquetas.

13. Controlar as fases de um processo, desde seu registro até seu arquivamento, passando por todos os trâmites necessários, de acordo com as permissões de acesso dos usuários cadastrados.

14. Controlar a vinculação de processos por apensamento, considerando as regras: mesmo assunto, mesma localização, mesmo requerente, mesmo endereço e mesmo cadastro imobiliário.

15. Permitir anexar os seguintes tipos de arquivos aos processos: cópia de documentações do requerente, pareceres, plantas de projetos, e outros que auxiliem na tramitação e análise, considerando os formatos pdf, png, doc, entre outros.

16. Na tramitação de processos, enviar notificação ao usuário de destino do processo, avisando da ocorrência da movimentação.

17. Permitir a movimentação de processos por centro de custos ou por usuário.

18. Permitir a transferência entre arquivos, após o processo estar arquivado.
19. Permitir emissão de relatórios a partir das telas de Consulta de: Assunto, subassunto, Documento e Processo.
20. Emitir relatório estatístico com no mínimo os seguintes filtros: Assunto, subassunto, Centro de Custo Atual, Requerente, Parecer, Situação, data de abertura, número do processo e usuário de abertura.
21. Permitir emissão de comprovante de abertura, trâmites, encerramento e arquivamento.
22. Permitir o cadastro de processos com Requerente anônimo, com a possibilidade de informar telefone e/ou e-mail para contato, desde que configurado.
23. Permitir emissão de etiquetas personalizadas contendo informações do Processo, através dos filtros: Número, Ano, Assunto, subassunto, Data e Situação do Processo.
24. Permitir receber os processos coletivamente, não necessitando receber um a um.
25. Permitir movimentar vários processos em lote, com a possibilidade de informar pareceres diferentes para cada um dos processos.
26. Permitir relacionar anexo durante a inserção de movimento e complemento do processo.
27. Permitir arquivar vários processos de uma única vez.
28. Na abertura do processo, permitir especificar a finalidade do processo: atendimento ao público ou processo interno da Entidade.
29. Possibilitar a emissão de gráficos dos processos por assunto, subassunto, centro de custos e situação.
30. No momento da abertura de um processo, possibilitar que o usuário seja notificado da existência débitos em nome do requerente, através de integração com o sistema Tributário.
31. Dispor de notificação, durante a abertura de um processo, da existência de outros processos para o requerente informado.
32. Permitir relacionar Requerentes Adicionais a um processo, tanto no momento da abertura quanto em eventuais alterações.
33. Dispor de opção para paralisar processos que estão com limite de prazo atingido.
34. Permitir a inserção dos textos, de abertura e movimentações dos processos, sem limite de caracteres.
35. Permitir ao gestor do sistema a visualização de todos os processos, independente do centro de custos em que o processo esteja localizado.
36. Possuir rotina específica onde o usuário visualize apenas os processos da sua repartição.
37. Nas rotinas de gerenciamento de processos, dispor dos seguintes filtros: situação (aberto, tramitando, em análise, paralisado, cancelado e arquivado), número, ano, requerente, responsável, endereço do requerente, data de abertura, data de previsão, assunto, subassunto, centro de custo atual, usuário do último trâmite e data da última movimentação.
38. Manter um histórico de tudo que foi realizado com o processo, com as informações de data de abertura, trâmites e recebimentos, além de quais movimentos foram assinados digitalmente.

39. Possuir cadastro de documento, onde será utilizado para relacionar aos anexos da solicitação.
40. Possuir validação no cadastro de assuntos e documentos não permitindo a inserção de registros com descrição a duplicada.
41. Possibilitar a criação de repositório de modelos (Templates), que poderão ser utilizados como base para a criação de novos documentos dentro dos processos digitais.
42. Deverá conter rotina para gerenciamento dos documentos, salvando o arquivo editado como anexo do processo.
43. Possuir histórico de alterações efetuadas principalmente de requerente, assunto, subassunto, cadastro imobiliário e endereço do processo.
44. Permitir excluir o último trâmite do processo, desde que ainda não tenha sido recebido, por usuário com privilégio, gravando log da operação.
45. Na rotina de gerenciamento do processo, permitir que os processos sejam ordenados pela data da última movimentação, possibilitando visualizar os últimos processos movimentados.
46. Permitir configurar o envio de e-mail e notificação push, ao requerente do processo, nas situações de: Abertura, Cancelamento, Trâmites e Encerramento.
47. Definir os centros de custos que o usuário possuirá acesso, retornando na sua caixa de processos somente os registros relacionados às permissões pré-definidas.
48. Permitir verificar via sistema às notificações referente aos processos que estão em atraso sob a responsabilidade do usuário logado.
49. Permitir verificar via sistema às notificações referente aos processos que foram enviados para análise do setor repartição ou do usuário logado.
50. Definir por assunto os documentos necessários e obrigatórios, que serão solicitados durante a abertura do processo via autoatendimento.
51. Definir por solicitação texto de orientação para facilitar o entendimento do cidadão durante a realização da abertura do processo.
52. Permitir realizar as seguintes parametrizações por solicitações: relacionamento de cadastro imobiliário, atividades, texto jurídico, emissão de taxa automática, fluxo de processo e termo de aceite.
53. Permitir que no momento da abertura do processo, seja via sistema ou autoatendimento, que no cadastro único do requerente sejam verificados o preenchimento e validade dos campos CPF/CNPJ, RG, contato e endereço.
54. Possibilitar a tramitação de processos de fluxo ao requerente ou responsável legal, caso seja necessário alguma intervenção, por exemplo, inserção de novos anexos.
55. Parametrizar configuração de e-mail que será enviado de forma automática aos usuários, responsáveis de centro de custo e/ou destinatários adicionais, quando os processos estão com prazo de análise expirado.
56. Permitir que o requerente e responsável legal do processo acompanhe sua solicitação via web, sendo necessário informar o número do processo e o código verificador ou CPF/CNPJ, visualizando todos os trâmites do processo, situação, data e horário da tramitação, local que se encontra e parecer, podendo incluir novos anexos e complementos ao processo.
57. Permitir relacionar responsável a um processo, tanto no momento da abertura quanto em eventuais alterações.

58. Possibilitar o usuário logado ao sistema, visualizar apenas processos que foram tramitados para ele e para o seu setor.
59. Permitir reimprimir as taxas dos processos, caso solicitado pelo requerente ou responsável do mesmo.
60. Possibilitar a impressão em arquivo único de todos os movimentos do processo, para que seja possível realizar alguma análise detalhada da solicitação.
61. Emitir relatório padrão referente aos processos de Acesso à Informação, podendo exibir gráfico, requerente, último trâmite e filtrar por data de abertura, situação e requerente.
62. Cadastrar termo de aceite para relacionar ao assunto, onde o usuário deverá aceitar as condições para concluir a abertura do processo.
63. Permitir cadastrar organograma de acordo com a estrutura administrativa do Município.
64. Permitir encerrar processos em lote, informando o parecer e motivo do encerramento.
65. Possibilitar a visualização de processos através de indicador, contendo totalizadores em formato de gráfico por situação.
66. Permitir informar se o processo possui documentação física e/ou digital.
67. Permitir baixar todos os anexos de um processo de uma só vez.
68. Permitir a visualização dos anexos do mesmo formato em um processo, de forma agrupada, como se fosse um único arquivo.
69. Permitir reabertura de processos, possibilitando selecionar mais de um processo para a reabertura.
70. O sistema de processo digital deverá Integrar com o cadastro único e cadastros dos demais módulos, como por exemplo: arrecadação, recursos humanos, contabilidade.
71. Permitir que um processo seja sigiloso, sendo visualizados somente pelos usuários envolvidos, conforme parametrização.
72. Possuir gadget para facilitar o gerenciamento dos processos, retornando informações relevantes para agilizar as análises do dia a dia, sendo: número/ano do processo, data de abertura, data do último trâmite, requerente, assunto, subassunto, situação, se possui fluxo e ícones indicativos de prazo, origem, finalidade, sigiloso, anexo e taxa relacionada ao processo.
73. Permitir visualizar em área exclusiva para detalhamento de processos, informações primordiais para análise, como: situação, data de previsão, quantidade de dias da última atividade realizada, centro de custo atual, usuário atual, descrição do último trâmite e observação de abertura.
74. Permitir visualizar em área exclusiva para detalhamento de processos, informações relacionadas aos processos, como: anexos, linha do tempo, informações de análise, atividades, processos relacionados, processos apensados e solicitação de assinatura. Somente sendo habilitadas as opções se possuir dados vinculados ao processo.
75. Permitir visualizar o histórico do processo em linha do tempo, carregando todos os movimentos, como: abertura, trâmite, complemento, recebimento, encerramento, arquivamento, cancelamento, paralisação e reabertura, indicando o usuário e/ou centro de custo e data/hora de execução do procedimento.
76. Possibilitar que em consulta única de gerenciamento de processo sejam listados os que estão sob responsabilidade do usuário logado ou do seu setor.

77. Permitir indicar usuários que possam ser gestores de processos, possibilitando gerenciar todos os registros cadastrados no sistema de processo digital.
78. Permitir na área de gerenciamento de processos, identificar os registros por meio de ícones indicativos, como: prazo expirado para conclusão do processo, prazo expirado para análise do centro de custo, origem do processo, finalidade do processo, sigilo, workflow, taxa e anexo.
79. Possibilitar na área de gerenciamento dos processos, identificação de forma clara do tempo desde a última atividade realizada ao processo.
80. Permitir gerenciar o processo a partir da tela de visualização, sendo possível adicionar novos anexos, receber, tramitar e complementar o processo, alterando a situação conforme a execução realizada.
81. Dispor as informações relacionadas ao processo por meio de ícones na tela de visualização, possibilitando identificar se existem requerentes adicionais, informações adicionais, suspensão de cobrança, viabilidade comercial, atividades comerciais, termo de aceite, processos relacionados ou apensados, legislação, dados de contato e dados do endereço do processo ou do solicitante.
82. Permitir imprimir todo o histórico do processo pela tela de visualização do mesmo, sendo possível realizar a impressão individual dos movimentos ou completa.
83. Permitir realizar execução de exclusão de trâmite ou complemento do processo pela própria tela de visualização do registro.
84. Exibir na listagem do histórico do processo, ícones que indiquem de forma objetiva informações relacionadas ao registro, como: anexo, atividade e assinatura digital/eletrônica.
85. Permitir por meio do gerenciador de processos, abrir novas solicitações, retornando somente os assuntos mais acessados e que o usuário logado tenha privilégio atrelado.
86. Possibilitar que via gadget de gerenciamento de processos, o usuário possa despachar as demandas do dia a dia, sem a necessidade de acessar a consulta global dos seus processos.
87. Permitir que os processos digitais sejam gerenciados por meio de uma ferramenta de fluxo, integrada ao SGBD, sem necessidade de acesso ou integração com outros sistemas.
88. Permitir que o requerente e/ou servidor público, realizem readequações ao processo, adicionando novos anexos e informações faltantes. Registrando o procedimento como histórico do registro.
89. Dispor de parametrização por solicitação, para definir se processos com fluxo relacionado podem ser tramitados ao requerente ou responsável, caso seja necessário alguma readequação do pedido.
90. Possibilitar que processos que possuam fluxo relacionado possam ser acessados pelo requerente e/ou responsável do processo a qualquer momento no portal de autoatendimento e aplicativo, para acompanhar o andamento da solicitação e intervir caso demandado pela entidade.
91. Permitir que o requerente e/ou responsável do processo possam executar atividades configuradas no fluxo do processo, como: adicionar novos documentos e responder informações adicionais.
92. Possuir painéis “indicadores” que permitam a visualização dos seguintes dados de processos digitais:
- 92.1 Estatísticas dos processos abertos em quantidade e percentual;

- 92.2 Quantidade dos processos abertos na linha do tempo (ano/mês);
- 92.3 Comparação da quantidade de processos dos últimos dois exercícios;
- 92.4 Comparação da quantidade de processos mensais dos últimos exercícios;
- 92.5 Ranking no número de processos;
- 92.6 Análise do crescimento da abertura de processos e os encerramentos na linha do tempo;
- 92.7 Percentual de processos pendentes e encerrados sobre o total de processos abertos;
- 92.8 Percentual do prazo excedido dos processos digitais gerenciados por workflow e
- 92.9 Quantidade de processos digitais gerenciados por workflow em atraso, agrupados por centro de custo e usuário.

5.15 MÓDULO DE ESCRITA FISCAL ELETRÔNICA

1. Possuir cadastro Mobiliário Único;
2. Escriturar Prestadores de Serviços;
3. Escriturar livro fiscal eletrônico para todos os prestadores de serviços do município, com seleção do período de competência que se deseja lançar;
4. Escriturar Serviços de Construção Civil para prestadores de serviços;
5. Permitir escrituração via digitação, de notas fiscais, identificando número da nota, data de emissão, série e subsérie, natureza dos serviços (código do serviço);
6. Calcular automaticamente o tributo com base nas informações lançadas na declaração de serviços;
7. Permitir alterar/cancelar qualquer lançamento, exceto para lançamentos gerados pela emissão de NFS-e, no encerramento da escrituração;
8. Escriturar serviços tomados;
9. Escriturar livro fiscal eletrônico para todos os tomadores de serviços do município, com seleção do período de competência;
10. Escriturar livro fiscal eletrônico para todos os prestadores de serviços do município, com seleção do período de competência;
11. Possuir escrituração exclusiva para contadores, para que possam realizar seu pré-cadastramento e utilizá-lo após liberação por intermédio de um funcionário da prefeitura com privilégios para esta atividade (tipo de acesso que permita esta operação);
12. Verificar informações enviadas pelos contribuintes através das declarações, tais como: serviços prestados por empresas de fora do Município, serviços prestados por empresas locais, serviços prestados fora da cidade por empresas locais, relação dos serviços com maiores arrecadações/declarações;
13. Incluir Ficha de Alteração Cadastral (FAC), com as opções de Novo Cadastro, Alteração de Cadastro, Vínculo de Responsabilidade, Baixa de Responsabilidade;
14. Permitir na Ficha de Alteração Cadastral (FAC) com tipo Novo, Incluir usuário de forma automática no momento da liberação;
15. Para Ficha de Alteração Cadastral (FAC) com tipo Novo, Incluir autorização para utilização de NFS-e, de forma automática, no momento da liberação;
16. Lançar automaticamente valores declarados;

17. Cadastrar, alterar e alterar a situação cadastral de inscrições municipais;
18. Emitir recibo de declaração de ISS e de ISS retido;
19. Escrever através de acesso seguro (assinatura digital) os documentos fiscais e ou cupons fiscais emitidos e recebidos, contendo:
 - a) Razão social do declarante/contribuinte;
 - b) CNPJ/CPF;
 - c) Endereço completo;
 - d) Número do Cadastro Municipal Mobiliário, quando tiver;
 - e) Número e data de emissão do documento fiscal e
 - f) Valor dos serviços prestados e/ou tomados;
20. Escrever serviços eventuais, não enquadrados no cadastro mobiliário;
21. Permitir ao declarante que efetue seu cadastro e conceda permissão de acesso aos seus colaboradores;
22. Permitir que o escritório contábil, através de seu usuário e senha, faça a escrituração de serviços prestados e tomados de todos os seus clientes.
23. Permitir que a solicitação de cadastro de declarante seja confirmada pelo Fisco, habilitando o solicitante para utilização da ferramenta;
24. Permitir declarações retificadoras com emissão da guia de pagamento;
25. Aceitar múltiplas atividades enumeradas na Lista de Serviços (LC 116/03) em um mesmo documento fiscal;
26. Importar arquivos das administradoras de cartão, contendo as informações de débito e crédito;
27. Consultar os logs de importação dos arquivos das administradoras de cartão, podendo efetuar o download do arquivo importado;
28. Visualizar erros de importações dos arquivos das administradoras de cartão;
29. Gerar protocolo de entrega, com a data e hora de entrega e os valores de débito e crédito, com o CPF/CNPJ e nome do responsável pela importação, após o término da importação do arquivo das administradoras de cartão;
30. Possuir relatório de importação dos arquivos das administradoras de cartão, contendo o CPF/CNPJ da administradora, a competência e os valores de débito e crédito que foram importados por arquivo e qual o tipo de importação (Normal ou Retificadora);
31. Emitir relatório de confronto do que foi declarado e o que foi informado pelas administradoras de cartão;
32. Enquadrar/desenquadrar relacionamentos entre categorias personalizadas de declaração e cadastros mobiliários;
33. Configurar campos a serem listados para as declarações de despesa;
34. Configurar se uma determinada despesa será de preenchimento obrigatório ou não;
35. Cadastrar novos tomadores de serviço pelos próprios declarantes, no momento da declaração de serviços prestados;
36. Declarar serviços prestados e tomados para contribuintes isentos, imunes, com regime de estimativa e regime fixo;
37. Declarar serviços prestados dos contribuintes do regime de homologação por:

documento fiscal; base de cálculo; categorias configuráveis ou planos de contas, conforme configurações predefinidas;

38. Retificar declarações de serviços prestados já entregues e não pagas;

39. Retificar declarações de serviços prestados já realizadas e não pagas, por categoria, composto pelos campos definidos nas configurações de categoria, com as fórmulas definidas também no mesmo cadastro;

40. Retificar parcelas já pagas, desde que não exclua notas fiscais eletrônicas e não altere o valor do ISSQN;

41. Escriturar contribuintes de fora do município (Declarantes sem cadastro mobiliário) tanto de documentos fiscais prestados como tomados, emitindo guia para pagamento do imposto;

42. Gerar parcelas complementares sem intervenção do Município e sem perder a referência e a competência a qual ela complementa;

43. Disponibilizar rotina para cadastramento de requisição de compensação (valor pago a maior), após deferido pelo Município, este valor será abatido do valor devido de competências futuras;

44. Enquadrar incentivos fiscais por cadastro mobiliário;

45. Configurar multa por atraso de declaração, separadamente por serviços prestados, serviços tomados e contribuintes do simples nacional;

46. Lançar multa por atraso na declaração de forma geral;

47. Configurar quais itens da lista de serviço (LC116/03) poderão sofrer dedução na base de cálculo, podendo ainda determinar qual o percentual máximo para dedução;

48. Permitir mais de uma declaração por competência.

49. Atender a LC 123/2006 referente ao Simples Nacional, quanto às alíquotas diferenciadas;

50. Efetuar declaração sem movimento;

51. Gerar recibo de retenção de ISSQN, podendo agrupar todas as notas de um mesmo prestador no mesmo recibo;

52. Permitir que empresas exploradoras das atividades de leasing realizem as declarações de tomadores domiciliados no município, devendo informar os documentos/contratos de forma individual ou através de arquivo de sistema de escrita fiscal ou ainda contábil (em layout definido pelo Município) com todos os documentos a serem declarados;

53. Conter rotina para que empresas exploradoras das atividades de Plano de Saúde realizem as declarações de tomadores domiciliados no Município, devendo informar os documentos/contratos de forma individual ou através de arquivo de sistema de escrita fiscal ou contábil (em layout definido pelo Município) com todos os documentos a serem declarados;

54. Conter rotina para que empresas exploradoras das atividades de leasing processem as declarações simplificadas para recolhimento do ISS devido ao Município. As declarações simplificadas deverão conter as informações mínimas para apuração do imposto devido ao Município;

55. Conter rotina para que empresas exploradoras das atividades de plano de saúde processem as declarações simplificadas para recolhimento do ISS devido ao Município. As declarações simplificadas deverão conter as informações mínimas para apuração do imposto devido ao Município;

56. Conter rotina para que empresas exploradoras das atividades de administração de cartão de crédito/débito processem as declarações simplificadas para recolhimento do ISS devido ao município. As declarações simplificadas deverão conter as informações mínimas para apuração do imposto devido ao Município;

5.16 MÓDULO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS

1. Possuir aplicativo a ser instalado em disponível móvel compatível pelo menos com os sistemas operacionais IOS e Android;
2. Emitir NFS-e;
3. Enviar qualquer nota já emitida por e-mail;
4. Cancelar a NFS-e desde que esta esteja dentro do período permitido para o cancelamento;
5. Visualizar as NFS-e já emitidas do prestador do serviço;
6. Permitir os fiscais liberar ou cancelar qualquer autorização para emissão de notas fiscais eletrônicas;
7. Emitir NFS-e utilizando vários itens da lista de serviços, conforme classificação da Lei Complementar 116/03, inclusive na mesma nota;
8. Permitir a qualquer usuário (cidadão, entidade, empresa, etc.), verificar a autenticidade das Notas Fiscais eletrônicas emitidas via QR code;
9. Permitir que o fisco defina se o contador do contribuinte terá permissão para realizar a emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica;
10. Permitir ao prestador de serviço configurar logo da empresa para ser utilizado no corpo da NFS-e;
11. Permitir ao prestador de serviço configurar observação padrão a ser sugerida em toda a emissão de NFS-e;
12. Permitir ao prestador de serviço configurar informação complementar padrão, em momento anterior a emissão da NFS-e, a ser sugerida em toda a emissão de NFS-e;
13. Permitir o uso de tabelas (linhas x colunas) personalizadas na configuração e na emissão da NFS-e para as informações complementares, escolhendo número de linhas e colunas, o software deve permitir que sejam digitadas informação nas células da tabela;
14. Permitir ao prestador de serviço configurar um e-mail, em momento anterior a emissão da NFS-e, para o qual todas as NFS-e sejam encaminhadas automaticamente, independente do tomador do serviço;
15. Configurar número de dias após a emissão da NFS-e onde o prestador de serviço está autorizado a cancelar a NFS-e;
16. Configurar quantidade de horas que a NFS-e poderá ser cancelada pelo prestador após sua emissão;
17. Permitir ao usuário emissor de NFS-e que efetue uma solicitação para cancelamento de determinada nota, informando o motivo e sua respectiva substituta quando houver;
18. Disponibilizar ao usuário fiscal, o controle para as solicitações de cancelamentos de NFS-e, podendo o mesmo deferir/indeferir as respectivas solicitações, informando o motivo;
19. Enviar e-mail automaticamente ao tomador do serviço quando a NFS-e for cancelada;

20. Configurar se o nome fantasia dos prestadores de serviço usuários da NFS-e sairá no corpo da NFS-e;

21. Permitir ao usuário emissor de NFS-e, copiar os dados de um documento já emitido para emissão de nova nota;

22. Configurar quantos dias após a emissão a nota poderá ser substituída pelo contribuinte;

23. Realizar o download do arquivo de retorno (XML) resultado da integração, para cada NFS-e, quando esta for feita via integração;

24. Utilizar Recibo Provisório de Serviço (RPS) com numeração sequencial crescente, devendo ser convertido em NFS-e no prazo estipulado pela legislação tributária municipal;

25. Configurar se o tomador do serviço receberá créditos para serem utilizados no abatimento do IPTU;

26. Configurar percentual individual de créditos para abatimento de IPTU por tipo do tomador de serviço: Pessoa Física ou Jurídica;

27. Selecionar para quais itens da lista de serviço deverão ser informados dados referente a construção civil no momento de emissão da NFS-e;

28. Imprimir na NFS-e as informações da construção civil com no mínimo: número da obra, ano da obra, tipo da obra e número do C.E.I da obra;

29. Cadastrar obra e emitir NFS-e Informando: nome da obra, o responsável pela obra, C.E.I da obra, Logradouro, Bairro e CEP;

30. Permitir configurar se irá ser utilizada unidade de serviço na emissão da NFS-e e se seu preenchimento será obrigatório;

31. Permitir consulta dos arquivos XMLs de importação de NFS-e. Deverá ser possível identificar a situação do arquivo, se importado com sucesso ou com erro. Deverá ser discriminado o motivo para os que apresentarem erro;

32. Gerar relatório dos maiores emissores de NFS-e selecionando o serviço e período de data de emissão;

33. Gerar relatório de contribuintes autorizados a emitirem NFS-e, mas que não emitiram nenhuma nota, com filtros de: cadastro mobiliário e competência;

34. Gerar relatório de créditos de IPTU, com filtros de: data inicial e final e pela situação do crédito (Pendentes, Pagos e Cancelados);

35. Visualizar a prévia da NFS-e antes de sua emissão, podendo imprimir;

36. Emitir notas fiscais eletrônicas, informando vários municípios onde os serviços foram prestados, bem como o local de recolhimento do ISS, inclusive na mesma nota, conforme Lei complementar 116/03;

5.17 MÓDULO DE GESTÃO DA ARRECADAÇÃO

6 Trabalhar com Cadastro Único de Contribuintes Municipais, relacionando todas as propriedades que o mesmo possua (imóvel urbano, rural, sociedades em atividades comerciais, serviços, atividades profissionais, etc.);

7 Calcular todos os impostos ou taxas, pertinentes a cada cadastro técnico, sem a dependência de alterações nos programas de cálculo e ainda permitir cálculo individual ou geral;

8 Configurar juros (simples, composto, Price, Selic, *fixo*) no financiamento de todos os tributos;

- 9 Definir forma de cálculo de correção, multa e juros, informando a data de início para a regra de cálculo bem como, definir a forma de cálculo antecessora;
- 10 Cadastrar e gerenciar: bancos, tributos, moedas, mensagens de carnês;
- 11 Configurar parâmetros: valor da moeda de correção, multa e juros de mora pelo atraso de pagamentos;
- 12 Classificar receitas tributárias, informando as movimentações executadas (lançamento, pagamento, remissão, restituição, cancelamento, imunidade, isenção, descontos) disponibilizando as informações para a contabilidade;
- 13 Inscrever em dívida ativa dos débitos vencidos e não pagos;
- 14 Imprimir carnê com código de barras padrão FEBRABAN;
- 15 Emitir Guia Única de pelo menos: IPTU, ISS e taxas, com os devidos descontos conforme a legislação municipal;
- 16 Possuir nas guias de pagamento: Data Limite válida, acréscimos legais (Juros, Multa e Correção Monetária), Desconto, associando a um código único de baixa;
- 17 Emitir 2º via de guias de recolhimentos de tributos/taxas;
- 18 Emitir guia de recolhimento com diversos tipos de modelos, obedecendo às regras exigidas no convênio bancário;
- 19 Cadastrar várias moedas, tendo a facilidade de cadastramento de valores de indexadores para intervalos de datas;
- 20 Cadastrar dias não úteis para fins de cálculo de atualização monetária;
- 21 Habilitar a verificação de autenticidade de certidões emitidas on-line;
- 22 Permitir a digitação manual ou através de leitura de código de barras de carnes recebidos/devolvidos, informando o motivo da devolução;
- 23 Consultar documentos devolvidos e entregues;
- 24 Consultar todos os lançamentos na Conta- Corrente e na Razão da Conta-Corrente, disponibilizando consultas totalizadas por: data, contribuinte e tributos;
- 25 Dispor de Cadastro Único de Contribuinte de pessoas físicas e jurídicas, campos para cadastramento de documentos de estrangeiros, considerando tabela de código de rua do município e sem restrições para residentes fora do Município;
- 26 Emitir Certidão Negativa, Positiva e Positiva com Efeito de Negativa de tributos municipais;
- 27 Emitir Certidão Positiva com efeito Negativa, para contribuintes que possuir débitos parcelados, com situação a vencer, sendo débitos em exercício ou em dívida ativa;
- 28 Realizar cálculo de restituição parcial do débito;
- 29 Deverá unificar em um único lançamento todos os tributos (impostos e taxas);
- 30 Realizar baixas de pagamento dos débitos de qualquer origem tributária automaticamente e de forma centralizada, através dos movimentos de arrecadação fornecidos pelos Bancos, realizando diferenciação entre data de pagamento e data de baixa;
- 31 Controlar diferenças de pagamento de forma automática e centralizada, podendo realizar lançamento complementar da diferença (quando recolhimento a menor), para o contribuinte ou para o banco responsável pelo recolhimento;
- 32 Baixar pagamentos por lote e impossibilitar qualquer alteração no lote de pagamento a partir do momento que a contabilidade tiver realizado os devidos lançamentos

de receita;

33 Propiciar que na consulta de extrato de débitos seja pesquisado de forma individual por contribuinte, por cadastros (imobiliário e econômico), com ações de: emitir a guia de recolhimento, parcelar, cancelar parcelamentos, bem como a impressão do relatório em layout totalmente configurável;

34 Gerenciar todo conjunto de fórmulas relativas ao cálculo dos tributos;

35 Gerar relatórios com as parcelas arrecadadas por tributo, com no mínimo os filtros de: data de pagamento, data de crédito, lote, receita, banco e agência;

36 Configurar totalmente o layout dos modelos de carnes, inclusive quanto ao tamanho do papel a ser utilizado;

37 Relacionar com um protocolo: cancelamento, estorno, suspensão, remissão de qualquer receita, com inclusão do motivo e observação;

38 Simular lançamentos de qualquer receita, não interferindo nos lançamentos que estão ativos, a partir da simulação pode-se efetivar os lançamentos;

39 Gerenciar tipos de isenções, bem como a identificação da receita que poderá ser isenta;

40 Registrar e/ou alterar informações cadastrais com base em julgamento de processos de isenção;

41 Realizar recálculos de lançamentos;

42 Gerar arquivos contendo informações de boletos bancários para pagamentos;

43 Definir a quantidade de tributos necessários para o cálculo de qualquer taxa ou imposto realizada pelo município;

44 Lançar um crédito tributário optando entre qual a forma de pagamento deseja para pagamento;

45 Inscrever débitos de IPTU e Taxas em Dívida Ativa transferindo os demais proprietários do imóvel como coproprietários do débito;

46 Propiciar que a inscrição em dívida ativa seja realizada por tributo do lançamento ou até mesmo agrupada em apenas um único lançamento em dívida, várias parcelas vencidas do exercício, configurando de acordo com a classificação do débito;

47 Propiciar que na transferência para dívida seja cobrada uma taxa por Inscrição na dívida ativa, podendo ser Percentual ou valor;

48 Lançar crédito tributário considerando o desconto diferenciado, ou seja, um desconto reduzido para contribuintes que possuem débitos vencidos;

49 Configurar um valor mínimo para o lançamento de um crédito tributário de acordo com cada classificação, informando um valor mínimo para o total do débito e também por parcela;

50 Classificar o tributo entre imposto, contribuição de melhoria e taxa;

51 Conter histórico de todo o processamento de arquivos magnéticos que contém informações dos pagamentos realizados, habilitando o download do arquivo e consulta das críticas geradas;

52 Calcular créditos tributários como IPTU e ISS de forma simulada, ou seja, enquanto estiver simulado não está disponível para o contribuinte, sendo necessária a efetivação do processo de cálculo para ser liberado ao contribuinte;

53 Disponibilizar consulta da movimentação tributária para confrontar com os valores contabilizados, filtrando por período e mostrando valores de forma detalhada para

conferência, entre reconhecimento de receita, valores pagos, pagos a maior, pago a menor, pagos duplicados, descontos, cancelamentos, isenções, remissões, prescrições, dação em pagamento, restituições e compensações;

54 Prorrogar vencimento de um débito de forma individual, por receita e suas classificações ou por período de vencimento;

55 Efetivar isenção de taxa de expediente de forma geral, bem como deverá enviar e-mail a cada um dos contribuintes informando-os que o processo foi deferido e o carnê já está disponível para impressão;

56 Realizar compensação de valores, sendo que os créditos pagos a maior, pagos duplicados ou até pagos de forma equivocadas possam ser compensados com outros créditos do mesmo contribuinte que estejam em aberto, podendo compensar o crédito em aberto em sua totalidade ou não;

57 Permitir que os carnês impressos para determinado convênio estejam disponíveis para envio do arquivo com o registro do boleto impresso ao banco que o boleto foi gerado, estando disponível o envio por arquivo "txt" e por WebService;

58 Permitir a integração automática dos registros bancários de carnês por integração via webservice, registrando automaticamente uma guia emitida junto ao Banco conveniado. Não gerar novo registro bancário para emissão de nova guia, caso a parcela selecionada possua um registro bancario Registrado com vencimento igual ou superior ao da segunda emissão, com a finalidade de evitar gastos com taxas de registros bancários.

59 Permitir a prorrogação geral de débitos com a opção de prorrogar de forma automática os carnês existentes a vencer com situação Registrado. Sistema deverá permitir enviar o registro de prorrogação junto ao Banco convênido.

60 Permitir a consulta dos carnês emitidos, contendo os seguintes dados: código de barras, linha digitável, emissor, vencimento, banco, convênio, agência, valor da guia, descontos e permitir a reimpresão do documento. Nesta mesma consulta permitir acompanhar e visualizar a situação do registro bancário contendo: Aguardando envio, registro enviado, registrado, não registrado, cancelado, pago, pedido de baixa, baixa solicitado e prorrogação.

61 Definir desconto para emissão de guia unificada, podendo conceder desconto na multa ou juros na emissão via portal do cidadão e na emissão interna;

62 Exigir agrupamento na emissão de guia unificada para créditos em aberto;

63 Validar na emissão de Certidão Negativa de Débitos, considerando os sócios quando for empresa, os responsáveis do cadastro quando for imóvel e o corresponsável do débito quando for dívida ativa;

64 Inicializar exercício de forma automática no dia 01/01 de cada ano de: processos, parâmetros de cálculos e parâmetros de planilhamento;

65 Consultar Débitos em aberto do contribuinte por cadastro imobiliário ou mobiliário, exibir separadamente os débitos que estão em cobrança administrativa, judicial, cartório, bem como débitos parcelados administrativo, parcelados judiciais e parcelados em cartório;

66 Realizar automaticamente: suspensão, cancelamento e prescrição de débitos, com prazos e parâmetros configurados, onde o sistema irá executar os procedimentos de tempo em tempo, enviando notificação e e-mail a usuários configurados;

67 Exibir qual parâmetro foi utilizado para cálculo de correção, multa e juros ao calcular o valor atualizado de um débito;

68 Listar Receita Própria, agrupada por Ano e Receita mês a mês;

69 Emitir posição financeira dos débitos em aberto em determinado mês, estes

valores devem levar em consideração os valores abertos no final do mês informado;

70 Integrar todos os tributos com a contabilidade, registrando todas as movimentações;

71 Integrar saldos de tributos em aberto com as respectivas contas contábeis de reconhecimento de receita, no final de cada mês;

72 Emitir Controle dos Parcelamentos, Dívida Ativa e Execução Fiscal com criação de Executivos Fiscais em formato PDF;

73 Possibilitar a realização de Integração total diária com a Contabilidade;

74 Relacionar no cadastramento do tributo a Fundamentação Legal, bem como se está vigente ou não esta fundamentação;

75 Notificar débitos com possibilidade de adicionar guia de pagamento para contribuinte com créditos vencidos, com filtros mínimos de: bairro, contribuinte, período de vencimento dos créditos, quantidade de parcelas em atraso, valor mínimo e máximo do débito;

76 Gerar aviso de débitos para contribuinte com créditos vencidos, com filtros mínimos de: bairro, contribuinte, período de vencimento dos créditos, quantidade de parcelas em atraso, valor mínimo e máximo do débito;

77 Exportar dados de avisos/notificação de débitos para impressão em empresas terceirizadas;

78 Possibilitar o cadastramento de Restrição de contribuintes, permitindo relacionar os usuários que poderão ter acesso a restrição. Quando cadastrado a restrição de um determinado contribuinte o sistema deverá dar um alerta em tela para o usuário na rotinas de extrato de débitos e ficha financeira.

79 Permitir o cálculo Geral de qualquer receita em segundo plano. Ex: O usuário poderá calcular o IPTU de forma geral, habilitar a opção segundo plano, fechar o sistema que o calculo ira ser processado normalmente.

80 Permitir o registro e controle de entrega e devolução de documentos emitidos podendo registrar/devolver: Carnês, Notificações,aviso de débitos,certidão, termo de parcelamento. Permitir registrar a entrega e devolução de forma Individual e/ou geral. No registro de entrega/Devolução poder adicionar arquivos/imagens.

81 Possibilitar configurar privilégio de realização do cálculo tributário de cada receita por usuários, não permitindo que usuário de outro setor ou departamento possam calcular débitos de outro.

82 Obter configuração para não permitir efetuar calculo tributário com CPF/CNPJ inválido.Ex.:CPF/CNPJ zerado bloquear o cálculo.

83 A consulta de Extrato de débitos deve possuir em uma mesma tela rotinas para: Parcelar débitos, Gerar notificação e aviso de débito, cancelar débitos, efetuar remissão de débitos, suspender e prorrogar parcelas.

84 Permitir a geração do arquivo de lista de débitos conforme padrão bancário conveniado.

85 Permitir o cidadão emitir seus débitos como de IPTU, ITBI Taxas entre outros na modalidade PIX. Podendo ele mesmo ler o QRCode, copiar e/ou salvar a chave PIX.

86 Permitir emitir guias para Pagamento com código de Barras e no mesmo layout o Qrcode para pagamento na modalidade PIX.

5.18 MÓDULO DE GESTÃO DE IPTU E TAXAS

1. Cadastrar bairros, logradouros, planta de valores, loteamentos, condomínios, contribuintes, edifícios e zoneamentos;
2. Relacionar logradouros com todos os bairros por onde passam e que esta informação seja utilizada para consistência de entrada de dados cadastrais no cadastro imobiliário;
3. Possuir filtros por: nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ;
4. Manter histórico de alterações e emitir espelho das informações do cadastro imobiliário com data/hora retroativa;
5. Permitir cadastro de mais de um contribuinte por imóvel, de acordo com sua respectiva fração ideal ou percentual;
6. Manter histórico dos valores calculados de cada exercício;
7. Permitir cobrança ou não da taxa da coleta de lixo para cada unidade imobiliária, de acordo com a utilização da edificação;
8. Permitir que a planta de valores seja configurável, baseada no boletim de cadastro e na localização do imóvel;
9. Configurar valor mínimo do débito e da parcela;
10. Gerenciar Entrega e Devolução dos carnês de IPTU;
11. Configurar desconto de pagamento à vista do IPTU de modo diferenciado para os contribuintes inscritos em dívida ativa;
12. Prorrogar os vencimentos sem cobrança de multa e juros individualizada por cadastro, receita ou forma de pagamento;
13. Controlar as vistorias executadas nos imóveis bem como identificar o grupo de fiscal que realizou a vistoria;
14. Informar endereço de correspondência com as seguintes opções: no imóvel, responsável, contribuinte, imobiliárias ou endereço alternativo;
15. Não permitir cadastrar endereço do imóvel sem relacionamento entre o logradouro e bairro e caso necessário permitir o relacionamento do mesmo durante o cadastramento do endereço do imóvel;
16. Configurar novas informações cadastrais imobiliárias sem necessidade de contratação de serviços de customização;
17. Configurar novas informações no cadastro de seções, adicionando novos serviços ao trecho de logradouro, sem necessidade de contratação de serviço de customização;
18. Emitir mensagem de erro se o servidor incluir ou alterar cadastro imobiliário, cadastro de seções incompatível com o cadastro de logradouros;
19. Acessar informações sobre logradouros/trechos e bairros existentes no ato de inclusão do cadastro ou sua alteração;
20. Desabilitar determinadas informações do cadastro imobiliário conforme a necessidade do cliente;
21. Relacionar qualquer arquivo ao cadastro imobiliário de forma individual e geral;
22. Mostrar no cadastro imobiliário a data e o nome do usuário que realizou a última alteração no respectivo cadastro;
23. Permitir visualizar em tela o espelho do imóvel ,sendo necessário informar a data do espelho. Sistema deve listar os dados do imóvel exatamente na data informada.

24. Possibilitar consultar todos processos relacionado ao cadastro do imóvel selecionado, com o recurso de visualizar detalhes do processo tais como: tramites, assunto, anexos do processo, pareceres etc;

25. Desmembrar ou Remembrar imóveis;

26. Permitir que os campos que compõem a inscrição imobiliária sejam configuráveis, podendo alterar a ordem, tamanho e a descrição dos campos. Estes campos devem permitir a inclusão de informações alfanuméricas;

27. Alterar a situação cadastral do imóvel para no mínimo as seguintes situações: Ativo, Desativado e Suspenso, desmembrado, lembrado, baixado com débito, baixado para cálculo e inativo para Construir;

28. Escolher um cadastro para replicar as informações em um novo cadastro, copiando todas as suas informações, optando entre quais informações da inscrição imobiliária deve ser replicado e a quantidade de cadastros para criação;

29. Permitir Vincular protocolo de solicitação para alteração de qualquer dado cadastral relacionado ao cadastro imobiliário após concluir as alterações;

30. Permitir que sejam configurados os tipos de débitos que serão transferidos no momento da transferência manual de proprietário do imóvel;

31. Permitir privilégios para usuário alterar cadastros que possuem débitos vencidos;

32. Visualizar alvarás com data de validade expirada para os cadastros imobiliários ativos;

33. Permitir privilégios para usuário alterar dados cadastrais de imóveis bloqueados;

34. Relacionar zoneamentos com o imóvel;

35. Gerar notificação de débitos para cadastros imobiliários com créditos vencidos, com no mínimo os filtros: Bairro, Responsável pelo cadastro, Período de vencimento dos créditos, Quantidade de parcelas em atraso, Valor mínimo e máximo do débito;

36. Exportar dados para impressão de aviso de débitos e notificação de débitos;

37. Gerar notificação cadastral para imóveis que estiverem com irregularidades cadastrais;

38. Gerar aviso e/ou notificação de débitos e notificação cadastral enviando para a imobiliária responsável pelo imóvel;

39. Emitir comparativo de valores calculados entre exercícios diferentes, contendo no mínimo filtro por: percentual de diferença através dos valores venais e algum dos tributos lançados;

40. Gerar arquivo para cobrança dos créditos tributários relacionados ao imóvel para cobrança na modalidade débito em conta;

41. Unificar registros duplicados do cadastro de seção;

42. Definir valor mínimo em cada tributo ao calcular IPTU e Taxas;

43. Realizar manutenção nos cadastros imobiliários conforme privilégio;

44. Realizar manutenção nos cadastros de seções conforme privilégios;

45. Exportar dados para empresas de Geo Referenciamento;

46. Permitir inserir a numeração predial individualizada para cada testada do imóvel.

47. Informar posicionamento geográfico do endereço do cadastro imobiliário, buscando e visualizando as coordenadas geográficas através de mapa;

48. Permitir a alteração geral de qualquer dados cadastral do imóvel, possibilitando filtrar quais cadastros serão alterados com filtro de: Faixa de inscrição imobiliária, cadastro imobiliário, bairro, logradouro e por situação cadastral.

49. Possibilitar a alteração geral de qualquer informação cadastral da planta genérica de valores, podendo filtrar por bairro, logradouro.

5.19 MÓDULO DE GESTÃO DE ITBI E TAXAS

1. Lançar processo de transferência de proprietário para imóveis;
2. Permitir transferir em apenas um processo o terreno e todas as unidades que pertencem ao mesmo terreno;
3. Realizar cálculo atualizado dos valores venais de cada unidade, no momento que é lançado o processo de transferência;
4. Utilizar mais de uma alíquota para apurar o valor do imposto a ser pago pela transferência do imóvel;
5. Manter histórico de transmissão de propriedade dos imóveis com no mínimo: data, comprador, vendedor e valor da transação;
6. Cadastrar Imóvel Rural, para emissão de guia de ITBI rural;
7. Permitir transferir de um proprietário para vários adquirentes;
8. Atualizar endereço de entrega para correspondências dos imóveis envolvidos na transferência;
9. Configurar índice de reajuste sob o valor venal predial e valor venal territorial, tendo em vista cálculo de planta de valores que estejam desatualizados;
10. Emitir no mesmo documento o laudo do processo de transferência e o código de barras para pagamento do imposto;
11. Imprimir declaração de quitação do ITBI para processos cuja situação do lançamento tributário estiver pago;
12. Bloquear lançamento de um novo processo de transferência cujo, imóvel esteja inadimplente com o município;
13. Transferir parcialmente, onde que um proprietário pode transferir apenas um percentual da sua propriedade para outros proprietários;
14. Permitir o cadastro de tabelionatos e relacionar usuários do sistema ao tabelionato, podendo um tabelionato possuir vários usuários;
15. Possui cadastro de alíquotas do ITBI podendo cadastrar alíquotas diferenciadas para os processos de ITBI on-line;
16. Permitir a inclusão do ITBI on-line pelos tabelionatos para imóveis urbanos e rurais com opção de adicionar anexos;
17. Permitir configurar o método de inclusão do ITBI on-line, ter a configuração da inclusão pelo valor venal automático existente na base de dados e/ou inclusão do ITBI do tipo prévia onde será necessário análise de algum servidor para liberar o processo de ITBI originado de forma on-line;
18. Permitir impugnar o ITBI on-line com campo para informar o novo valor, campo de justificativa e anexos;
19. A consulta interna dos ITBIs deverá ter a opção de filtrar e diferenciar os on-line dos internos;

20. O usuário tabelionato poderá consultar os processos de ITBIs apenas do tabelionato em que esta relacionado, com possibilidade de impressão dos processos incluídos;

21. Possibilitar retificar o ITBI com situação transferido, deverá gerar um novo ITBI e permitir a emissão da guia retificadora;

22. Possuir Gadgets dos processos de ITBI on-line, um tipo de fila dos processos de ITBI para facilitar na análise e liberação;

23. Permitir configurar a quantidade de dias para o cancelamento automático dos ITBIs vencidos. Permitir relacionar um motivo padrão de cancelamento;

24. Na inclusão do ITBI permitir selecionar no ato da inclusão se o débito será gerado para o comprador ou para o vendedor;

25. Permitir a emissão da Certidão de Isenção e Certidão de Imunidade.

5.20 MÓDULO DE GESTÃO DO ISS E TAXAS

1. Gerenciar empresas optantes pelo Simples Nacional, onde o controle é feito na empresa matriz e suas respectivas filiais;

2. Cadastrar e gerenciar os estabelecimentos vistoriados, contendo além dos dados existentes a data de vistoria;

3. Emitir Certidão: inscrição, baixa e atividade referentes ao cadastro mobiliário;

4. Gerenciar o cadastro de pessoas jurídicas e físicas que exercem atividades no município;

5. Referenciar o cadastro mobiliário (econômico) com o cadastro imobiliário;

6. Gerenciar o cadastro de sócios de acordo com suas cotas e ações, controlando o percentual correspondente a cada um;

7. Manter histórico do cadastro econômico- fiscal com todas as informações lançadas por alteração, desde a data de início da atividade;

8. Configurar o valor mínimo do débito e da parcela no cálculo dos lançamentos para o mobiliário;

9. Gerenciar a entrega dos carnês de ISS e taxas mobiliárias (inclusão e devolução);

10. Manter o histórico dos valores calculados de cada exercício;

11. Gerenciar os alvarás de localização e de vigilância sanitária e seus pagamentos;

12. Realizar consultas através de: nome, parte do nome, cadastro, endereço, CPF/CNPJ e atividade (principal e secundária);

13. Adequar o sistema a Lei complementar n° 116/03;

14. Diferenciar microempresas e empresas de pequeno porte, conforme lei;

15. Gerir cadastro econômico-fiscal, cálculo e lançamento do ISSQN, EI (Empreendedor Individual) e Taxas de Licença;

16. Calcular e lançar o ISSQN Fixo Anual, ISSQN Estimativa Fiscal, ISSQN sujeito à homologação (inclusive ISSRF), Taxa de Licença Anual, Ambulante, Eventual e de utilização de logradouros públicos;

17. Gerar automaticamente os lançamentos do ISS e Taxas;

18. Configurar desconto de pagamento à vista dos lançamentos de ISS e taxas de modo diferenciado para os contribuintes inscritos em dívida ativa;

19. Gerenciar diversas atividades desempenhadas pelo contribuinte, destacando a atividade principal das secundárias;
20. Controlar as vistorias executadas nas empresas (econômico) bem como identificar o grupo de fiscal que realizou a vistoria;
21. Relacionar o cadastro de atividades com a tabela de CBO para identificação dos autônomos;
22. Informar endereço de correspondência com as seguintes opções: endereço alternativo, contribuinte, domicílio fiscal (empresa) e contador;
23. Gerenciar situação cadastral mobiliária: ativos, baixados, desativados, suspensos e ainda realizar a inclusão de novos tipos de situação cadastral;
24. Verificar existência de débitos anteriores na inclusão dos integrantes do quadro societário das empresas estabelecidas no município;
25. Configurar informações referentes a cadastro de atividades que é vinculado ao cadastro mobiliário;
26. Desabilitar informações do cadastro mobiliário quando não se deseja mais administrá-las;
27. Permitir o cadastro automático/importado do IBGE das atividades no padrão CNAE, atendendo ao padrão nacional de codificação de atividades econômicas;
28. Visualizar no cadastro mobiliário a data e o nome do usuário que realizou a última alteração;
29. Emitir alvarás de funcionamento de forma individual ou geral, escolhendo o período de vigência, podendo ser prorrogada e derogada a qualquer momento;
30. Emitir Alvarás de Funcionamento através do Portal de Auto-Atendimento, podendo fazer a verificação de autenticidade;
31. Informar alerta de débitos vencidos relacionados ao cadastro mobiliário ou aos seus sócios no momento de manutenção no cadastro;
32. Relacionar o cadastro mobiliário com apenas o contador cujo prazo de validade do CRC esteja dentro do prazo para utilização;
33. Gerar notificação e aviso de débitos para cadastros mobiliários que possuam débitos vencidos ou a vencer, filtrando no mínimo por: data de vencimento, número de parcelas em atraso, valor mínimo do débito e valor máximo do débito;
34. Gerar notificação e aviso de débitos para serem impressos/entregues por empresa terceirizadas;
35. Permitir que as empresas que são obrigadas a efetuar declaração de serviço mensal, caso não efetuem a declaração no prazo, seja alterado a situação cadastral para situação específica definida pelo município;
36. Gerar a partir do arquivo da relação de empresas do município que é fornecido pela Receita Federal, um arquivo com as empresas que possuem débitos no município;
37. Informar responsáveis técnicos de cada empresa;
38. Permitir que o contador responsável pela empresa possa solicitar protocolos, emitir segunda via de boletos em nome da empresa que ele seja responsável;
39. Permitir alteração das características das atividades;
40. Relacionar no cadastro de atividades a utilização correspondente previstas na lei do zoneamento do município;

41. Permitir a visualização em tela do espelho do mobiliário através de uma data informada. Sistema deve listar exatamente os dados da empresa na data informada.

42. Possibilitar consultar todos processos relacionado ao imobiliário selecionado, com o recurso de visualizar detalhes do processo tais como: tramites, assunto, anexos do processo, pareceres etc.

43. Permitir o cadastro de veículos com a possibilidade de cadastrar Marca, Modelo, Prefixo, tipo de placa brasileira/padrão Mercosul e placa. Podendo relacionar a um cadastro mobiliário, a um ponto de táxi e a motoristas com a possibilidade de cadastrar mais de um motorista ao veículo. A informação do motorista deve conter dados relacionado ao cadastro de pessoas, permitir inserir numero da CNH, categoria, e data de validade.

44. Permitir o cadastro de Eventos, contendo as seguintes informações: Nome, Responsável, Mobiliário, tipo de evento (possibilitar o cadastro de tipo de eventos), data hora inicio, data hora fim e endereço do evento.

45. Permitir a solicitação de forma on-line pelo cidadão a solicitação de viabilidade de abertura de empresa.

46. Possibilitar controlar e gerenciar as solicitações de viabilidade de abertura de empresa, com ferramentas de deferimento/indeferimento do processo de forma manual e/ou automático, geração do documento do resultado da análise de viabilidade. Envio de e mail automático do resultado da análise para o contribuinte solicitante.

5.21 MÓDULO DE GESTÃO DE RECEITAS DIVERSAS

1. Configurar fórmula de cálculo de cada tarifa ou taxa a ser cobrada;
2. Possuir tabelas parametrizáveis de valores, que permitam realizar o cálculo automaticamente de qualquer taxa previstos na legislação municipal, sem digitação manual do valor final;
3. Vincular qualquer receita ao cadastro imobiliário ou cadastro econômico;
4. Extinguir débitos por serviços não realizados;
5. Emitir Nota Avulsa através da lista de serviço ou atividade econômica;
6. Possibilitar a cópia de uma nota fiscal Avulsa, respeitando o sequencial das notas existentes.
7. Emitir guias de recolhimento em padrão bancário, com cálculo automático de acréscimos quando em atraso, permitindo a configuração e emissão de diversos layouts;
8. Gerar notificação e aviso de débitos para contribuintes que estejam em atraso com determinado serviço, filtrando por: quantidade de parcelas em atraso, tipo de atraso (consecutivo ou alternado) e a faixa de valor para geração;
9. Exportar dados para impressão de aviso de débitos e notificação de débitos;
10. Gerar Nota Avulsa verificando os débitos do prestador e tomador de serviço;
11. Permitir que o cidadão efetue a inclusão da Nota Fiscal Avulsa *on line*;
12. Permitir adicionar anexos na Nota Fiscal Avulsa
13. Permitir gerenciar todas as notas avulsas emitidas diferenciando as notas emitidas pelo cidadão e emitidas pela prefeitura.

5.22 MÓDULO DE GESTÃO DE OBRAS E POSTURAS

1. Gerenciar e emitir documentos de:

- a) Alvará de demolição;
- b) Certidão de registro;
- c) Alvará de licença de construção;
- d) Habite-se;
- e) Certidão de habite-se;
- f) Ofício e certidão avulsa;
- g) Certidão de cancelamento;
- h) Certidão de demolição e
- i) Certidão de Construção;

2. Cadastrar fiscais;

3. Interligação para os cadastros imobiliários a documentos emitidos pela análise projetos, denominando-os como construções aprovadas, contendo informações como: alvará de construção habite-se e certidões de cancelamento e demolição da construção;

4. Gerenciar serviços de fiscalização de obras e posturas;

5. Gerenciar cadastro de engenheiros/arquitetos responsáveis pelas obras, com controle do número do CREA e data de validade;

6. Gerenciar cadastro de construtoras, com controle de data de validade, relacionando os Engenheiros/Arquitetos;

7. Gerenciar tipo de alvará a ser liberado para: construção, ampliação, demolição e reforma;

8. Controlar finalidades dos alvarás/obras contendo no mínimo: residencial, comercial, industrial, prestação de serviço, templo e mista;

9. Cadastrar tipos de construção a serem utilizados no controle de alvarás/obras;

10. Possuir controle dos tipos de construção, com no mínimo os seguintes tipos: concreto superior, concreto médio, alvenaria superior, alvenaria média, alvenaria simples, madeira dupla, madeira simples, madeira bruta, mista simples, mista média, precária, área aberta, Box, garagem.

11. Gerenciar cadastro dos alvarás/obras do tipo normal, regularização ou parcial;

12. Nomear a obra;

13. Gerenciar novas informações a respeito do controle de alvarás/obras, sem necessidade de contratação de serviço de customização;

14. Controlar conclusão de obras/alvarás de forma parcial ou total, com a data de conclusão (no caso de conclusão parcial, deve solicitar a área da obra que foi concluída), numerando separadamente cada conclusão;

15. Relacionar os fiscais responsáveis na conclusão de obras/alvarás;

16. Permitir o cálculo/lançamento de valores para os diversos tipos de alvarás, bem como o lançamento de taxas e tributos diversos conforme definido em suas fórmulas de cálculo;

17. Configurar parâmetros/fórmulas de cálculo de tributos/taxas;

18. Emitir diversos alvarás com layout totalmente configurável, com informações utilizadas no processo;

19. Emitir habite-se (conclusão de alvará) com layout totalmente configurável, com informações utilizadas no processo;

20. Gerenciar obras/alvarás de imóveis urbanos e rurais;
21. Possibilitar a emissão da análise de viabilidade de construção/reforma/demolição e/ou parcelamento de solo de forma on-line, emitindo o documento da viabilidade automática sem intervenção humana enviado-a automaticamente para o e-mail do requerente quando ocorrer a quitação da taxa de protocolo. Sistema deve buscar dados do imóvel para emissão da viabilidade tais como: zoneamento, índices urbanísticos, dados territoriais etc.
22. Possibilitar a solicitação da análise de projetos de forma on-line, possuindo recurso de configurar os documentos obrigatórios e opcionais. Permitir registrar pareceres da análise de projeto podendo o servidor retornar o processo ao requerente para correções do projeto e permitir o cidadão solicitar nova reanálise.
23. Permitir que quando deferido a análise de projeto no mesmo processo seja emitido o documento de Alvará com assinatura Digital. Anexar automaticamente o Alvará no processo com situação disponível para o cidadão.
24. Possibilitar assinatura dos projetos aprovados possuindo recurso de criação e inserção de carimbos de forma digital para cada secretaria.
25. Permitir solicitar a vistoria e o Habite-se de construção de forma on-line em um unico processo com a opção de configurar os documentos obrigatórios e opcionais.
26. Emitir as guias com layout personalizado, com código de barras padrão FEBRABAN, calculando automaticamente os acréscimos para o caso de pagamentos em atraso;
27. Gerenciar parcelamento de solo, remembramento e desmembramento;
28. Gerar arquivos contendo as informações dos alvarás para o INSS;
29. Permitir que as rotinas de alvará de obras e alvarás de parcelamento de solo sejam utilizadas por rotinas automatizadas;
30. Definir a regra de cálculo para área total do alvará, levando em consideração os valores de área existente, área ampliada, área irregular, área reforma e área demolir;
31. Alimentar automaticamente os dados do cadastro imobiliário ao concluir uma obra;
32. Permitir Transferir o Titular da obra;
33. Permitir gerar processo fiscal para obras sem o devido alvará;
34. Permitir gerar notificação fiscal para obras sem o devido alvará.
35. Permitir gerar auto de infração para obras sem o devido alvará;
36. Permitir Embargar uma obra ;
37. Permitir gerar uma Notificação Preliminar;
38. Permitir inserir testemunhas em um proceso de fiscalização
39. Permitir inserir fotos/anexos em um processo de fiscalização
40. Possibilitar a criação de assuntos de processo de fiscalização, podendo cada assunto ter um fluxo de processo especifico criado e determinado pelo servidor.
41. Possibilitar a emissão dos documentos de Auto de Infração, Notificação e Embargo pela impressora térmica conectada via Bluetooth
42. Possibilitar o acesso ao sistema via tablet on-line

5.23 MÓDULO DE GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA

1. Conter recursos para administrar todos os tributos inscritos em dívida ativa (IPTU, ISSQN, Taxas e outros), no que se refere à inscrição e cobrança, administrativa, judicial e cartório;
2. Controlar e emitir livros de registro de dívida ativa (termos de abertura e encerramento e fundamentação legal) controlando, no registro das inscrições, o número e a folha em que a mesma se encontra no livro de registros;
3. Gerenciar parcelamentos em atraso, selecionando as parcelas atrasadas para o cancelamento do parcelamento, conforme legislação municipal;
4. Informar o contribuinte responsável pelo parcelamento;
5. Gerenciar a emissão das notificações de diversos tipos e modelos de petições para cobrança judicial, de certidões em texto e layout definido pelo usuário;
6. Cadastrar os corresponsáveis da dívida ativa, listando os mesmos nas notificações, CDA's, carnês e qualquer texto em que seja necessário;
7. Controlar as dívidas ativas, gerando informações sobre e no ato da inscrição (livro, folha, data e número da inscrição), com cálculos de atualizações e acréscimos legais;
8. Gerenciar processos de cobrança judicial, inclusive com relação a suas fases: notificação, certidão, petição, ajuizamento;
9. Possuir rotinas de inscrição em dívida ativa dos tributos e outras receitas vencidas e não pagas, registradas na conta corrente fiscal, de acordo com a legislação;
10. Configurar parcelamento de dívida ativa, podendo parcelar várias receitas, conceder descontos através de leis municipais, estabelecendo um valor mínimo por parcela e período de vigência da lei;
11. Demonstrar analiticamente os parcelamentos e reparcimentos num determinado período ou contribuintes;
12. Demonstrar analiticamente os débitos inscritos em dívida ativa;
13. Demonstrar débitos ajuizados, pagos, abertos, cancelados, emitidos por contribuinte, imóvel ou econômico;
14. Demonstrar débitos prescritos e a prescrever;
15. Criar e gerenciar diversos programas de recuperação de dívida ativa, com controle de descontos diferenciados;
16. Parcelar débitos do contribuinte de diversas origens e exercícios, mantendo informações sobre a origem dos créditos fiscais;
17. Cancelar parcelamento de forma geral e individual, mesmo quando com parcelas pagas, descontando-se o valor proporcionalmente nas inscrições com a opção de configurar o abatimento pelo método de imputação;
18. Contabilizar todas as movimentações efetuadas na dívida ativa, como pagamentos, prescrição, cancelamentos dentre outros;
19. Agrupar nas consultas e relatórios gerenciais os débitos entre Administrativo, Judicial, ou Cartório, dependendo da fase de cobrança em que cada um se encontra inclusive parcelamentos;
20. Permitir junção de dívidas para cobrança administrativa/judicial/cartório com no mínimo as seguintes informações: Contribuinte, Classificação da Receita, Ano de Lançamento, Cadastro Imobiliário e Cadastro Econômico;
21. Gerar petições para mais de um processo de dívida ativa;

22. Permitir que no momento de um parcelamento de débitos em dívida ativa possam ser selecionados também débitos que estão em cobrança no exercício e estes ao efetivar o parcelamento sejam inscritos em dívida automaticamente;

23. Estornar inscrição em dívida ativa caso identificado que a inscrição foi realizada de forma indevida e que ainda não tenha sido efetuado nenhuma movimentação com a inscrição na dívida ativa;

24. Alertar no momento do cancelamento do parcelamento caso contenha débitos judiciais envolvidos no parcelamento;

25. Imprimir documento previamente configurado no momento do cancelamento do parcelamento;

26. Cancelar parcelamento permanecendo juros de parcelamentos nas novas parcelas criadas;

27. Permitir que ao cancelar o parcelamento, a data de vencimento das novas parcelas seja considerada a data do cancelamento do parcelamento, atualizando os valores até esta data;

28. Definir privilégios de acesso por usuário para dívidas administrativas e judiciais;

29. Permitir que seja efetuado o cancelamento apenas de uma única parcela quando uma dívida estiver parcelada;

30. Gerenciar parcelas que estão em um processo de cobrança administrativa, judicial e cartório, podendo incluir e excluir uma parcela após processo gerado;

31. Gerenciar parcelas que estão em uma CDA e Petição, sendo ela, administrativa, judicial e cartório, podendo incluir e excluir uma parcela após certidão e petição gerada;

32. Permitir que antes de efetivar a abertura de processos administrativos seja efetuada geração em formato prévio, podendo visualizar os supostos processos que serão criados;

33. Enviar Certidão de Dívida Ativa para cobrança em cartórios de maneira automática através de Webservice;

34. Permitir que a inscrição em dívida ativa de débitos de exercício que estiverem em atraso, seja feita todos os meses de forma automática, sem a necessidade de algum usuário efetuar o procedimento mensal. Deverá ainda enviar e-mail aos responsáveis a cada nova execução;

35. Permitir que os parcelamentos de dívida ativa que estiverem com três ou mais parcelas vencidas, sendo elas consecutivas ou não, sejam cancelados de forma automática, sem a necessidade de algum usuário efetuar o procedimento, enviando e-mail aos responsáveis sobre a execução dos cancelamentos;

36. Possibilitar a antecipação de pagamento de parcelamento.

37. Permitir que ao cancelar algum parcelamento, seja realizada a imputação dos débitos, respeitando a ordem de primeiro os débitos com fato gerador mais antigo, após as taxas, após os impostos;

38. Permitir a impressão de prévia de cancelamento de parcelamento, demonstrando as inscrições em dívida ativa que estão relacionadas ao parcelamento e serão retornadas para aberto;

39. Gerar o demonstrativo de cálculo com todas as informações necessárias para o correto ajuizamento da execução judicial;

40. Possuir integração com o SCPC- Serviço Central de Proteção ao Crédito;

41. Possibilitar configurar o Bloqueio de emissão de guias em situação protesto

42. Possibilitar o contribuinte realizar o parcelamento de dívida pelo portal do cidadão. Possuir configurações para liberação do serviço de parcelamento on line , podendo configurar: se ira permitir parcelamento de dividas Judiciais e cartório , parametrizar texto de “li e concordo” para confirmar e efetivar o acordo.

43. Permitir a emissão de guias de dívida ativa não parcelada pelo portal do cidadão, podendo configurar o serviço para não permitir a emissão de dividas cartório e judicial com a possibilidade de parametrizar mensagem quando o cidadão selecionar a dívida cartório e judicial.

44. Permitir a abertura dos processos individuais e/ou em lote, com a possibilidade de gerar processo para um determinado valor mínimo, ano base , apenas para contribuintes com CPF/CNPJ válidos, apenas com endereço válido, para determinadas receitas , vencimento e data de inscrição. Com a opção de gerar um prévia.

5.24 . MÓDULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

1. Cadastrar melhoria relacionando os imóveis;
2. Parametrizar todas as rotinas de cálculo conforme a obra;
3. Permitir que se busque as informações do Cadastro imobiliário, para selecionar os imóveis;
4. Parcelar e reparcelar débitos, com emissão dos respectivos termos;
5. Permitir que seja efetuado o relacionamento de todos os imóveis situados no endereço da obra;
6. Cadastrar os tipos de obras;
7. Permitir cadastrar arquivos/imagens no cadastro da obra;
8. No cadastro da obra poder configurar dados parametrizavel podendo adicionar informações adicionais da obra exemplo: Data de publicação, quantidade de imóveis, controle do andamento da obra etc;
9. Poder identificar e relacionar imóveis na obra de forma geral e individual.

Município de Guarujá do Sul – SC, 01 de março de 2022.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2022

ANEXO II

MODELO PROPOSTA DE PREÇO

Licenciamento de módulos por entidade e serviços complementares:

LOTE ÚNICO - SISTEMA INTEGRADO MULTIENTIDADES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL					
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Un.	Preço Unit	Preço Total
1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA E TREINAMENTO DE USUÁRIOS				
1.1	PREFEITURA, FUNDO DE SAÚDE e FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
1.1.1	Serviços de Diagnóstico, Migração, Configuração, Habilitação, Treinamento e acompanhamento operacional do sistema para uso.	1	Serviço		
1.2					
1.2.1	Serviços de Diagnóstico, Migração, Configuração, Habilitação, Treinamento e acompanhamento operacional do sistema para uso.	1	Serviço		
Subtotal Item 1					
2	LICENCIAMENTO MENSAL - MÓDULOS PARA USO DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL				
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Un.	Preço Unit	Preço Total
2.1	Planejamento e Orçamento	12	Meses		
2.2	Gestão Contábil, Financeira e Prestação de Contas	12	Meses		
2.3	Controle Interno	12	Meses		
2.4	Ponto Eletrônico	12	Meses		
2.5	Segurança e Medicina do Trabalho	12	Meses		
2.6	Folha de Pagamento	12	Meses		
2.7	Obras e Posturas	12	Meses		
2.8	Compras, Licitações e Inclusão de Contratos	12	Meses		
2.9	Frota	12	Meses		
2.10	Patrimonio	12	Meses		
2.11	IPTU / ITBI / Taxas	12	Meses		
2.12	ISSQN e Taxas	12	Meses		
2.13	Receitas Diversas	12	Meses		
2.14	Contribuição e Melhoria	12	Meses		
2.15	Gestão de Arrecadação	12	Meses		
2.16	Dívida Ativa	12	Meses		
2.17	Nota Fiscal Eletrônica	12	Meses		
2.18	Escrita Fiscal	12	Meses		
2.19	Autoatendimento	12	Meses		
2.20	Portal da Transparência	12	Meses		

2.21	Portal Institucional web site	12	Meses		
2.22	Memorando, Protocolo e Processo Digital	12	Meses		
Subtotal Item 2					
3	LICENCIAMENTO MENSAL - MÓDULOS PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL				
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Un.	Preço Unit	Preço Total
3.1	Planejamento e Orçamento	12	Meses		
3.2	Gestão Contábil, Financeira e Prestação de Contas	12	Meses		
3.3	Portal da Transparência	12	Meses		
3.4	Segurança e Medicina do Trabalho	12	Meses		
3.5	Folha de Pagamento	12	Meses		
3.6	Compras, Licitações e Inclusão de Contratos	12	Meses		
3.7	Patrimônio	12	Meses		
Subtotal Item 3					
4	LICENCIAMENTO MENSAL - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARUJÁ DO SUL				
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Un.	Preço Unit	Preço Total
4.1	Planejamento e Orçamento	12	Meses		
4.2	Gestão Contábil, Financeira e Prestação de Contas	12	Meses		
4.3	Compras, Licitações e Inclusão de Contratos	12	Meses		
4.4	Patrimônio	12	Meses		
4.5	Portal da Transparência	12	Meses		
Subtotal Item 4					
5	LICENCIAMENTO MENSAL - MÓDULOS PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE GUARUJÁ DO SUL				
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Un.	Preço Unit	Preço Total
5.1	Planejamento e Orçamento	12	Meses		
5.2	Gestão Contábil, Financeira e Prestação de Contas	12	Meses		
5.3	Compras, Licitações e Inclusão de Contratos	12	Meses		
5.4	Patrimônio	12	Meses		
5.5	Porta da Transparência	12	Meses		
Subtotal Item 5					
6	DATA CENTER DO SISTEMA - Município, Câmara, Fundo de Saúde e Fundo Assistência Social				
6.1	Gestão e provimento de datacenter (gestão, disponibilidade, hospedagem, processamento, segurança e bkp),	12	Meses		
Subtotal Item 6					
7	SERVIÇOS SOB DEMANDA (RESERVA TÉCNICA) - Município, Fundo de Saúde e Fundo Assistência Social.				
7.1	Serviços de atendimento técnico e outros não incluídos nos serviços de implantação	70	Hora		
7.2	Serviços de personalização e customização de softwares e serviços correlatos não incluídos nos serviços de implantação	70	Hora		
Subtotal Item 7					
8	SERVIÇOS SOB DEMANDA (RESERVA TÉCNICA) - Câmara				

8.1	Serviços de atendimento técnico e outros não incluídas nos serviços de implantação.	30	Hora		
8.2	Serviços de personalização e customização de softwares e serviços correlatos não incluídos nos serviços de implantação	30	Hora		
Subtotal Item 8					
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (soma itens 1 à 8) R\$					

MEMÓRIA DE CÁLCULO CUSTOS INICIAIS DO DATA CENTER		DC PRINCIPAL	
ITEM	UN. DE MEDIDA	QTDE	VALOR (R\$)
Link	Mb		
Processador	vCPU		
Memória	GB		
HD - Banco de Dados	GB	300	
HD - Backup	GB	600	
TOTAL MENSAL			

CUSTOS PARA AMPLIAÇÃO DE RECURSOS DO DATA CENTER			
ITEM	QTDE	UN. DE MEDIDA	VALOR (R\$)
Link	1	Mb	
Processador	1	vCPU	
Memória	1	Gb	
HD - Banco de Dados	1	Gb	
HD - Backup	1	Gb	
HD - Imagens/Arquivos	1	Gb	

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R\$

Validade da proposta _____ dias.

(DATAR ASSINAR E CARIMBAR)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2022**

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE E HABILITAÇÃO

....., com sede na
....., cidade de....., inscrito no
CNPJ sob o nº., licitante do Pregão Presencial nº.
...../....., promovido pelo município de Guarujá do Sul – SC, declara sob as penas
da Lei, conforme Art. 4º, Inc VII da lei 10520/02, que cumpriu fielmente todos os requisitos
de comprovação para habilitação da Licitação – Modalidade Pregão Presencial.

Guarujá do Sul, SC,de de 2022.

Responsável
Carimbo CNPJ

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL**

**PROCESSO LICITATÓRIO N°. 18/2022
PREGÃO PRESENCIAL N°. 12/2022**

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART 7º DA CF/88

..... , pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na
....., centro, na cidade, devidamente inscrita no **CNPJ**
sob nº. **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V,
do artigo 27, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do
artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados,
trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e
insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função.

Guarujá do Sul (SC), dede 2022.

Responsável

Carimbo CNPJ

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2022**

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

O MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.027.045/0001-87, com sede na Avenida João Pessoa, 1265, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor Claudio Junior Weschenfelder, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa..... (**vencedora do certame**), pessoa jurídica de direito privado, sito na, cidade de, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por seu, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente, nos termos do Processo Licitatório nº. 18/2022 – Pregão Presencial nº. 12/2022 e seus anexos e nas estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em softwares nativos de plataforma web para fornecimento de solução de gestão pública integrada, no modo de licenças de uso de programas para município de Guarujá do Sul (Órgão Gerenciador / Município de Guarujá do Sul e Órgão Participante / Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistencial Social e Câmara Municipal de Vereadores)

1.1.2. As especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu **Anexo I**.

1.2 Farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

1.2.1 Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.

1.2.2 Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE.

1.2.3 Treinamento inicial e acompanhamento para servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos.

1.2.4 Suporte Técnico de Treinamento reforço, após a implantação dos aplicativos, quando solicitado.

1.2.5 Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.

1.3 A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com os critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela CONTRATADA.

CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 O presente instrumento terá a duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48

(quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

CLAUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 Pelo licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância mensal de **R\$** totalizando no período a importância de **R\$**, **conforme tabela abaixo:**

Itens a serem incluídos no contrato, conforme planilha das propostas

3.2 O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

3.3. O pagamento será efetuado mensalmente, até 0 10º. dia do mês subsequente, mediante a emissão da Nota Fiscal de Serviço, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

3.3.1. Os serviços de implantação e treinamento dos usuários realizados serão pagos em parcela única com vencimento em até 15 (quinze) dias depois da sua realização.

3.3.2. Provisão e gestão de datacenter, locação dos sistemas, suporte técnico e demais serviços mensais serão pagos de forma mensal e sucessiva durante toda a vigência do contrato, sendo a primeira com vencimento aos 30 dias a contar da liberação do sistema para uso.

3.3.2. Os serviços ofertados por hora técnica (sob demanda) serão pagos de acordo com o número de horas técnicas utilizadas técnicas utilizadas em até 5 dias após a execução dos serviços.

3.4. O pagamento dos serviços, será realizado via boleto bancário ou transferência bancária.

3.5. Em caso de prorrogação de vigência fica estipulado que o valor global será automaticamente reajustado pelo IPCA (Índices de Preços ao Consumidor), apurado a cada período de doze meses contados a partir da data limite para apresentação das Propostas de Preços/Orçamentos conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001. Podendo ser executado por simples Apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 Os recursos financeiros para fazer frente às despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão à conta das seguintes dotações para o exercício de 2022:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

Cod.Red.	Un.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento	Saldo Dotação	Valor Previsto
29	04.05	2.006	3.3.90.00.00.00.00.00	3.3.90.39.11.00.00.00	107.530,28	106.903,16
					Total Previsto:	106.903,16

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: FUNDO MUN. SAUDE DE GUARUJA DO SUL

Cod.Red.	Un.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento	Saldo Dotação	Valor Previsto
4	11.01	2.042	3.3.90.00.00.00.00.00	3.3.90.39.11.00.00.00	396.801,10	7.754,53
					Total Previsto:	7.754,53

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL GUARUJA DO SUL

Cod.Red.	Un.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento	Saldo Dotação	Valor Previsto
4	12.01	2.054	3.3.90.00.00.00.00.00	3.3.90.39.11.00.00.00	6.418,87	4.550,00
					Total Previsto:	4.550,00
					Total Geral:	119.207,69

4.2. Para o exercício seguinte as dotações orçamentarias correrão por conta do orçamento vigente no exercício financeiro do ano correspondente.

CLAUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

5.1 Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

5.2 É responsabilidade da CONTRATADA, apresentar à CONTRATANTE, todas as certidões exigidas para fins de habilitação quando da celebração do Termo Aditivo.

CLAUSULA SEXTA – DA LICENÇA DE USO DOS APLICATIVOS

6.1 A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos aplicativos licenciados, concedendo a CONTRATANTE as licenças de uso temporários e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

6.2 A CONTRATADA deverá possuir irrestrito poder para modificar os códigos-fonte e executáveis durante a vigência contratual, em face de alterações de ordem legal federal ou estadual.

6.3 Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos aplicativos licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativo(s).

6.4 Em caso de mudanças, atualizações e criação de novas tecnologias a CONTRATADA deverá disponibilizar os novos recursos, a critério da CONTRATANTE, em prazos a combinar, de forma a atender todas as necessidades do município, devendo as implantações, conversões e treinamentos serem gratuitos.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Caberá a CONTRATANTE:

a) efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados no termo contratual, incluindo as customizações, acréscimos e apostilamentos;

b) prestar as informações, esclarecimentos e fornecer os dados e arquivos necessários ao desenvolvimento dos serviços contratados, de forma completa e legível ou utilizável;

c) fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, documentar e notificar formalmente à Contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no

d) curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;

e) documentar todos os pedidos de intervenção no sistema e parâmetros de configuração desde a implantação até as demais no decorrer do contrato, bem como conferir todas as intervenções feitas no sistema pela Contratada antes de liberação para o uso, de modo a evitar possíveis erros ou equívocos, uma vez que a Contratante é a proprietária do banco de dados e responsável por todos os parâmetros, dados e informações repassadas aos técnicos da Contratada para realização de seus serviços;

- f) responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados e parâmetros nos sistemas;
- g) parametrizar o sistema, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo do(s) sistema(s) quando necessário;
- h) responsabilizar-se por erros em cálculos, folhas, relatórios, boletos e cobranças ou outros equívocos de processamento, provenientes de dados, parâmetros e informações repassadas, informadas, lançadas ou carregadas no sistema.
- i) emitir Termo de Recebimento Definitivo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório nos termos da Lei 8.666/93;
- j) dispor de equipamentos de informática adequados para uso do sistema e programas locados;
- k) Proceder o download da cópia de segurança do banco de dados ou disponibilizar estrutura para redundância de informações, assumindo integral responsabilidade pela proteção, integridade e guarda arquivos de dados, todos de sua propriedade, visando satisfazer às necessidades de segurança, assim como “*restart*” e recuperação no caso de falha de máquina;
- l) cumprir as orientações e procedimentos técnicos especificados pela CONTRATADA para o bom funcionamento e operacionalidade do sistema;
- m) dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos, bem como assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar os serviços;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Caberá a CONTRATADA:

- a) arcar com os ônus trabalhistas, impostos, encargos sociais, incluindo, despesas referentes à transporte aéreo, traslados, hospedagens, alimentação e pagamento de diárias, dentre outros afins, no atendimento a execução dos serviços descritos neste termo, durante toda a vigência contratual;
- b) executar a configuração, migração de informações e demais atividades necessárias à implantação dos módulos do sistema contratado, autorizados formalmente pela CONTRATANTE, através de ordem de início de serviço, no prazo máximo declarado no contrato;
- c) efetuar a manutenção legal do sistema para adaptação às alterações legais (legislação federal e estadual) inerentes às suas funcionalidades, durante toda a vigência do contrato, devendo executar as atualizações que se fizerem necessárias para o seu perfeito funcionamento e enquadramento as mudanças nas legislações;
- d) efetuar a manutenção corretiva do sistema, corrigindo eventuais falhas, independentemente de serem observadas ou não pelos usuários;
- e) prestar o serviço de suporte técnico conforme disposições do termo de referência e contrato;
- f) avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços;
- g) executar as customizações do sistema, conforme viabilidade técnica e solicitações da CONTRATANTE,
- h) fornecer o Banco de Dados utilizado, bem como as licenças para esta CONTRATANTE, caso seja necessário;

i) com relação ao data center, manter os sistemas básicos (Sistema Operacional, Servidor de Aplicação, Servidor de Banco de Dados, etc.) em constante atualização, especialmente quando falhas de segurança forem reportadas pelos fabricantes (quando licenciados) ou comunidade (quando software livre);

j) fornecer mecanismo para monitoramento e *download* de cópia dos dados, a ser realizado por usuário do quadro da CONTRATANTE com conhecimento técnico e expressamente autorizado.

k) fornecer o Banco de Dados utilizado, bem como as licenças para esta CONTRATANTE, caso seja necessário, face a necessidade de manter banco de dados local em execução, com dados obtidos por meio de restore do arquivo de backup, fornecido;

l) após o término do contrato, fornecer backup e senhas necessárias para acesso completo aos dados;

m) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação que deu origem a contratação;

n) não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

o) manter o(s) servidor(es) da CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento dos serviços, prestando-lhe(s) as informações necessárias

p) desenvolver todas as atividades constantes no edital e seus anexos, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo;

q) tratar como confidenciais informações e dados contidos nos sistemas da Contratante, guardando total sigilo perante terceiros, nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

r) comunicar imediatamente, por escrito, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis;

s) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados a contratante ou terceiros em função do desempenho de suas atividades, se apurada culpa ou responsabilidade civil, nos termos da legislação, observado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CLÁUSULA NONA - DO TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO(se necessário, em caso de software diferente do atualmente contratado)

9.1 Visando dar condições para que os servidores públicos operem os novos programas/módulos instalados, a contratada deverá realizar a capacitação inicial, durante a fase de implantação. Nesse caso, a empresa vencedora deverá apresentar no início das capacitação dos usuários e técnicos operacionais para a plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos novos módulos de programas, abrangendo os níveis funcional e gerencial, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

a) Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;

b) Público alvo;

c) Conteúdo programático;

d) Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, etc.;

e) Carga horária de cada módulo do treinamento;

f) Processo de avaliação de aprendizado;

g) Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, slides, fotos, etc.);

9.2. O treinamento para o nível técnico compreendendo: capacitação para suporte aos usuários, aspectos relacionados a configurações, monitoração de uso e permissões de acesso, permitindo que a equipe técnica possa propiciar o primeiro atendimento aos usuários, ou providenciar a abertura de chamado para suporte pela proponente.

9.3 As turmas devem ser dimensionadas por área de aplicação e com número de participantes compatível eficaz ao aproveitamento e assimilação de conhecimento dos participantes/treinandos;

9.4 Deverá ser fornecido Certificado de Participação aos servidores que tiverem comparecido a mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das atividades de cada curso.

9.5 Os equipamentos e ferramentas necessárias ao desenvolvimento das atividades de capacitação deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, podendo esta utilizar-se das dependências da CONTRATANTE.

9.6 A capacitação deverá ser realizada dentro do período de implantação, em carga horária e com métodos suficientes a capacitação para normal uso do ferramental tecnológico a ser fornecido.

9.7 O treinamento de novos usuários, na sede da entidade, para a operação ou utilização dos sistemas em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

9.8 O treinamento na operacionalização dos sistemas, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da **CONTRATANTE**, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.

9.9 A **CONTRATANTE** apresentará à **CONTRATADA** a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da respectiva hora técnica, em caso de treinamento de novos usuários tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc

CLÁUSULA DECIMA – DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO

10.1 As melhorias/modificações nos aplicativos poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.

10.2 As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.

10.3 As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos aplicativos.

10.4 As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos aplicativos à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.

10.5 As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos aplicativos durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos aplicativos.

10.6 As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE

10.7 As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos aplicativos originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.

10.8 A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.

10.9 Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO SUPORTE TÉCNICO

11.1 Durante todo o período contratual deverá ser garantido atendimento para suporte técnico com solução imediata, no horário das 08:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 18:00 horas, de segundas às sextas feiras, através de técnicos habilitados com o objetivo de:

- a) esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;
- b) auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;
- c) orientar os servidores na operação ou utilização dos sistemas.
- d) auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas.
- e) Desenvolver relatórios específicos.

11.2 Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita *in loco* de técnico habilitado.

11.3 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos aplicativos realizada por pessoas não credenciadas.

11.4 A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA.

11.5. O atendimento técnico poderá ser realizado por telefone, , CHAT do próprio sistema, e-mail, através de serviços de suporte remoto ou local.

11.6. O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado por atendente apto a prover o devido suporte ao sistema, ou redirecionar o atendimento a quem o solucione.

11.7 Poderá a contratante chamar a central de atendimento da provedora via linha telefônica, hipótese em que os custos com as ligações serão suportados pela CONTRATANTE;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

12.2 A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item 5 da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples Apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

13.2 A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

- 14.1. Atrasos injustificados na execução do objeto do presente Contrato sujeitará a Contratada, independentemente de outras cominações, ao pagamento de multa na ordem 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Contrato.
- 14.2. As sanções que trata este Clausula serão aplicadas conforme Lei 14.133/2021.
- 14.3. Os valores pertinentes às multas aplicadas, serão descontadas dos créditos que a Contratada tiver direito ou cobrados judicialmente.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 15.1 A responsabilidade pela execução do contrato será do responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, conforme Decreto 145/2018
- 15.2 O fiscal será responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços in loco, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada a contratada, objetivando a correção das irregularidades, no prazo que for estabelecido.

CLAUSULA DÉCIMASEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 A CONTRATADA deverá atender com razoável presteza a quaisquer pedidos de informação que lhe seja feito pela CONTRATANTE, relativas a atividades de prestação de serviços, bem como aceitar a visita de inspeção em seu estabelecimento de representantes da CONTRATANTE, para qualquer fim, inclusive ordens de serviço;
- 16.2 As partes reconhecem que qualquer omissão ou tolerância dos direitos e haveres aqui descritivos não implicam em novação, nem constituição em renúncia ao direito de exigir posteriormente o fiel cumprimento das obrigações assumidas;
- 16.3 O presente contrato constitui-se no único instrumento válido a regular as relações entre as partes, sendo de nenhuma valia qualquer outro ajuste, escrito ou verbal, celebrado anteriormente, igualmente, qualquer inovação somente será aceita com alteração expressa do presente contrato, mediante termo aditivo;
- 16.4 As cláusulas e condições não previstas no presente contrato serão regidas e aplicadas pelas normas legais vigentes no país, em especial pelo ato convocatório e Lei nº 8.666/93;
- 16.5 O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pelo CONTRATADO, sem autorização por escrito da CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidade e sanções, inclusive rescisão.

CLAUSULA DÉCIMA SETIMA– DO FORO

- 17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Jose do Cedro / SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Guarujá do Sul (SC), em__ de ____ de 2022.

Claudio J. Weschenfelder,
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXX
Contratada

TESTEMUNHAS

Guatambú

PREFEITURA

ATA RP 02/2022 - PREGÃO 02/2022

Publicação Nº 3651978

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2022

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 02/2022

O MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o Nº 95.990.206/0001-12, situado na Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825, Centro, Guatambu - SC, CEP: 89.817-000, por seu Prefeito, senhor Luiz Clóvis Dal Piva e as empresas DESTRA CONSTRUTORA, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME, estabelecida na Av. João Batista Dal Piva, 888, Centro, Guatambu – SC, CEP: 89.817-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.321.707/0001-56, neste ato representada por seu Proprietário, Senhor Marcelo Alves da Rosa, inscrito no CPF sob o nº 007.200.789-38, FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, estabelecida na Av. Plínio Arlindo De Nês, 7405, Bairro Trevo, Chapecó – SC, CEP: 89.810-740, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.911.826/0001-75, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Mauricio José Favaretto, inscrito no CPF sob o nº 024.449.199-20, CAIBI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP, estabelecida na Rua Egídio Ferronato, 161, Loteamento Industrial, Centro, Caibi – SC, CEP: 89.888-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.683.308/0001-68, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Getulio Cesar Silveira, inscrito no CPF sob o nº 093.205.409-93 e FERRAGEM FELIPE LTDA - EPP, estabelecida na Av. Fernando Machado, 1549-D, Centro, Chapecó – SC, CEP: 89.803-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.483.152/0001-42, neste ato representada por sua Sócia Administradora, Senhora Maria da Silva Vendramin, inscrita no CPF sob o nº 440.481.799-49, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVEM Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E CORRELATOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE GUATAMBU – SC, conforme especificações constantes abaixo:

FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (01.911.826/0001-75):

Item	Material	Unid. Medida	Marca	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
5	ADAPTADOR SOLDÁVEL 20X1/2	UN	TIGRE	50	0,65	32,50
12	ALVENARITE 1LT	LTR	INKOR	200	3,48	696,00
16	ARGAMASSA AC-I SACO C/20KG	UN	VOTORAM	250	15,00	3.750,00
33	CANO SOLDÁVEL 60MM CLASSE A - COTA PRINCIPAL (75%)	M	FORTLEV	3.750	16,30	61.125,00
39	CUMEEIRA: ARTICULADA INFERIOR 4MMX51CMX31CMX0,-4CM ALTURA, IMPERMEÁVEL, CIMENTO REFORÇADO COM FIO SENTÉTICO (CRFS), COR CINZA	UND	IMBRALIT	1.000	34,00	34.000,00
40	CUMEEIRA: FIBROCIMENTO 6MMX110X50CM, NA COR CINZA, ACABAMENTO LISO	UND	IMBRALIT	500	47,00	23.500,00
48	CAL HIDRATADO SACO C/ 20KG	UN	ITABRANCA	300	12,30	3.690,00
66	CAP SOLDÁVEL 20MM	UN	FORTLEV	50	0,55	27,50
107	JOELHO ESGOTO 100 X 90"	UN	FORTLEV	50	4,00	200,00
112	JOELHO ESGOTO 50 X 90"	UN	PLASTUBOS	50	1,40	70,00
115	JOELHO SOLDÁVEL 20X1/2	UN	FORTLEV	50	1,20	60,00
124	JOELHO SOLDÁVEL BUCHA LATÃO 20X1/2	UN	FORTLEV	30	3,50	105,00
125	JOELHO SOLDÁVEL BUCHA LATÃO 25X1/2	UN	FORTLEV	30	3,90	117,00
126	JOELHO SOLDÁVEL BUCHA LATÃO 25X3/4	UN	FORTLEV	30	3,80	114,00
131	JUNÇÃO Y 75X75	UN	AMANCO	50	9,60	480,00
151	LUVA SOLDÁVEL 20X1/2	UN	FORTLEV	50	1,00	50,00
167	PARAFUSO PARA TELHA, GALVANIZADO SEXTAVADO DE 5/16X110MM, ACOMPANHA BORRACHAS E ARRUELAS, SISTEMA DE PAERTO ROSCA SOBERBA, KIT COM 100UN	CJ	TREFFIX	100	0,65	65,00
171	PORTA DE MADEIRA: KIT PORTA DE MADEIRA SEMI-OCA LISA RONDAM MESCLA-LADO ESQUERDO, 2.10(A) X 0.80(L), ABERTURA GIRO, COM BATENTES, ESPESSURA DOS BATENTES 9CM EMENDADO, BATENTES FABRICADOS EM PINUS, FOL	UND	MADETEL	30	360,00	10.800,00

172	PREGO TELHEIRO 4MM, 18X30, AÇO CARBONO, CORPO ESPIRALADO, COM ARRUELA DE PVC, COM 500GR	UND	TREFIX	100	14,50	1.450,00
187	PREGO 15X18 – EMBALAGEM DE 01 KG	KG	GERDAU	30	13,00	390,00
194	RODAFORRO PVS, BRANCO 6MM 005	M	PLASBIL	500	5,20	2.600,00
200	REGISTRO ¾ MANGA	UN	VIQUA	30	13,00	390,00
212	TELHA ONDULADA 4MM, 2.44 METROS X 50CMX0,50M	UND	IMBRALIT	1.600	31,00	49.600,00
219	TE ESGOTO 150X150	UN	PLASTUBOS	50	19,50	975,00
239	TELHA TROPICAL 5MM 244X110CM SEM AMIANTO	UN	BRASILIT	500	47,00	23.500,00
242	TIJOLO MACIÇO DE 10X20X5CM	UN	DALAMARIA	30.000	0,72	21.600,00
243	TIJOLO VAZADO CERÂMICA DIAGONAL REDONDO 20X20X-7CM	UN	DIV	5.000	1,99	9.950,00
256	UNIÃO SOLDÁVEL 25MM	UN	FORTLEV	30	3,50	105,00
257	VERNIZ BRILHANTE PARA MADEIRA MARITIMO, GALÃO DE 3,6 LT	UND	LKS	20	57,80	1.156,00
261	VASSOURA COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 18 DENTES EM POLIPROPILENO, COM CABO DE MADEIRA REDONDO 12 VASSOURA COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 18 DENTES EM POLIPROPILENO, COM CABO DE MADEIRA REDONDO 120CM	UN	PARABONI	30	16,00	480,00

DESTRA CONSTRUTORA, COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME (27.321.707/0001-56):

Item	Material	Unid. Medida	Marca	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
14	AREIA FINA SACO C/20KG	UN	GR	200	10,00	2.000,00
15	AREIA MÉDIA M³	MT³	GR	200	111,00	22.200,00
20	ASSOALHO MADEIRA EUCALIPTO BENEFICIADO 8CMX2CM	MT²	DESTRA	200	90,00	18.000,00
21	BARROTE DE MADEIRA EUCALIPTO 1ª QUALIDADE ESPESSURA 5CMX12CM	MTR	DESTRA	300	11,00	3.300,00
22	BARROTE DE MADEIRA EUCALIPTO 1ª QUALIDADE ESPESSURA 4CMX8 CM	MTR	DESTRA	500	7,85	3.925,00
73	CHAPA RESINADA NAVAL 12MM, TAMANHO 1,10X2,20MT	UN	BR	30	174,00	5.220,00
74	CIMENTO SACO C/50KG	UN	CAUE	300	29,90	8.970,00
83	ESPELHO DE MADEIRA PINOS 12CM LISO DE 1ª QUALIDADE	MTR	DESTRA	250	11,20	2.800,00
84	ESPELHO DE MADEIRA PINOS 14CM LISO DE 1ª QUALIDADE	MTR	DESTRA	250	11,25	2.812,50
86	FERRO 10MM, BARRA DE 12M	UN	ARCELORMITAL	100	98,00	9.800,00
87	FERRO 12,5MM, BARRA DE 12M	UN	ARCELORMITAL	100	140,00	14.000,00
88	FERRO 4,2MM, BARRA DE 12M	UN	ARCELORMITAL	250	21,40	5.350,00
89	FERRO 5MM, BARRA DE 12M	UN	ARCELORMITAL	100	30,00	3.000,00
90	FERRO 6,3MM, BARRA DE 12M	UN	ARCELORMITAL	150	40,00	6.000,00
91	FERRO 8MM, BARRA DE 12M	UN	ARCELORMITAL	150	60,00	9.000,00
102	JANELA DE FERRO, MATERIAL AÇO, SEM PINTURA, 6 (SEIS) FOLHAS, ABERTURA CENTRAL, ALTURA 100CM, LARGURA 120CM, BATENTE 12CM, PESO MÍNIMO 17,51KG, COM MANUAL DE INSTALAÇÃO	UND	MGM	40	470,00	18.800,00
163	MATA JUNTA MADEIRA EUCALIPTO 1CMX5CMX3M	DZ	DESTRA	50	60,00	3.000,00
170	PORTA DE FERRO: BRANCA PORTA POSTIGO 2.10X0,80, DE GIRO COM POSTIGO, VIDRO MINI BOREAL, MODELO DE ABERTURA GIRO	UND	VITALFER	30	1.190,00	35.700,00
177	POSTE DE CONCRETO 1,5 METROS 10X10 RETO	UN	DESTRA	50	50,00	2.500,00
178	POSTE DE CONCRETO 2,00 METROS 10X10 CURVO	UN	DESTRA	200	73,00	14.600,00
179	POSTE DE CONCRETO 2,00 METROS 10X10 RETO	UN	DESTRA	200	73,00	14.600,00
180	POSTE DE CONCRETO 2,5 METROS 10X10 CURVO	UN	DESTRA	200	89,00	17.800,00
181	POSTE DE CONCRETO 2,5 METROS 10X10 RETO	UN	DESTRA	200	89,00	17.800,00
182	POSTE DE CONCRETO 2,5 METROS 12X12 RETO	UN	DESTRA	200	130,00	26.000,00
183	POSTE DE CONCRETO PADRÃO CELESC BIFÁSICO 7M	UN	SC POSTES	10	2.680,00	26.800,00
184	POSTE DE CONCRETO PADRÃO CELESC TRIFÁSICO 7M	UN	SC POSTES	10	3.259,00	32.590,00
185	PRANCHA MADEIRA DE EUCALIPTO 8,0CMX25,0CM	MTR	DESTRA	600	37,40	22.440,00
193	PÓ DE PEDRA SACO DE 20KG	UN	BRITABAL	100	140,00	14.000,00
202	RIPA MADEIRA EUCALIPTO 2,5MT X 4,0CM X 1,0CM	UN	DESTRA	1.000	18,00	18.000,00

203	RIPA DE MADEIRA EUCALIPTO 2,50MT X 5,0CM X 1,0CM	UN	DESTRA	1.500	18,00	27.000,00
204	RIPÃO MADEIRA EUCALIPTO 4,0CM X 5,0CM	MTR	DESTRA	500	3,80	1.900,00
213	TABUA MADEIRA DE EUCALIPTO 3,00MTX30,0CMX2,-50CM	UN	DESTRA	1.000	28,90	28.900,00
214	TABUAS MADEIRA EUCALIPTO 3,00MTX20,0CMX2,-50CM	UN	DESTRA	1.000	20,90	20.900,00
237	TELHA 6MM 110X305CM SEM AMIANTO	UN	ETERNIT	500	119,00	59.500,00
238	TELHA TRANSLUCIDA ONDULADA POLIPROPILENO 244X110CMX1,2MM	UN	FIBRART	500	157,00	78.500,00
240	TIJOLO 6 FUROS 24CM – LITORAL	UN	MORETTO	30.000	1,60	48.000,00
241	TIJOLO 6 FUROS 9X14X19CM	UN	MORETTO	30.000	1,47	44.100,00
252	TRELIÇA DE FERRO 12CM, BR C/12MT	UN	ARCELORMITAL	130	219,00	28.470,00
253	TRELIÇA DE FERRO 8CM, BR C/12MT	UN	ARCELORMITAL	130	159,00	20.670,00

CAIBI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP (12.683.308/0001-68):

Item	Material	Unid. Medida	Marca	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
168	PAVER DIRECIONAL DE 20CM X 10CM X 6CM, FCK 35MPA, COR VERMELHA	M²	CAIBI	500	71,95	35.975,00
173	PAVER ALERTA DE 20CM X 10CM X 6CM, FCK 35MPA, COR VERMELHA	MT²	CAIBI	500	68,95	34.475,00
174	PAVER DE 20CM X 10CM X 6CM, FCK 35MPA	MT²	CAIBI	1.500	49,00	73.500,00

FERRAGEM FELIPE LTDA - EPP (79.483.152/0001-42):

Item	Material	Unid. Medida	Marca	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	ARAME GALVANIZADO Nº 14 EMBALAGEM DE 1KG	KG	GERDAU	25	24,40	610,00
2	ARAME GALVANIZADO Nº 16 ROLO DE 1KG	KG	GERDAU	25	24,90	622,50
3	ARAME GALVANIZADO Nº 18 EMBALAGEM DE 1KG	KG	GERDAU	25	31,90	797,50
4	ARAME LISO PRA CERCA ROLO C/1000 METROS	UND	GERDAU	10	990,00	9.900,00
6	ADAPTADOR SOLDÁVEL 25X3/4	UN	PLASTILIT	50	0,70	35,00
7	ADAPTADOR SOLDÁVEL 32X1"	UN	PLASTILIT	30	1,49	44,70
8	ADAPTADOR SOLDÁVEL 40X1.1/4	UN	PLASTILIT	20	2,04	40,80
9	ADAPTADOR PARA MANGA 1"	UN	BIANPLAST	20	1,65	33,00
10	ADAPTADOR PARA MANGA ½	UN	BIANPLAST	50	0,67	33,50
11	ADAPTADOR PARA MANGA ¾	UN	BIANPLAST	30	1,00	30,00
13	ARAME QUEIMADO	KG	GERDAU	100	25,00	2.500,00
17	ARGAMASSA AC-III SACO C/20KG	UN	QUARTZOLIT	150	22,00	3.300,00
18	ASSENTO PLÁSTICO PARA VASO SANITÁRIO COM TAMPA	UN	ALUMASA	100	29,00	2.900,00
19	ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO ALMOFADADO COM TAMPA	UN	ALUMASA	100	70,00	7.000,00
23	BROCHA PARA PINTURA TAMANHO 15CM	UN	ROMA	30	4,50	135,00
24	BROCHA PARA PINTURA TAMANHO 22CM	UN	ROMA	50	8,30	415,00
25	BUCHA REDUÇÃO 25X20MM SOLDÁVEL	UN	PLASTILIT	100	0,40	40,00
26	BUCHA REDUÇÃO 32X25MM SOLDÁVEL	UN	PLASTILIT	50	0,72	36,00
27	BUCHA REDUÇÃO 40X32MM SOLDÁVEL	UN	PLASTILIT	40	1,86	74,40
28	BUCHA REDUÇÃO 50X40MM SOLDÁVEL	UN	PLASTILIT	40	2,75	110,00
29	CADEADO EM METAL AMARELO 40MM	UND	LAND	30	17,44	523,20
30	CADEADO EM METAL AMARELO 50MM	UND	LAND	10	26,00	260,00
31	CADEADO EM METAL AMARELO, 25MM	UND	LAND	15	9,64	144,60
32	CAL ESPECIAL PARA PINTURA SACO C/ 8GK	UN	HIDRA	500	7,69	3.845,00
34	CANO SOLDÁVEL 60MM CLASSE A - COTA RESERVADA (25%)	M	PLASTILIT	1.250	26,44	33.050,00
35	CANTONEIRA PARA FORRO MOLDURAS MEIA CANA DE PVC, COM ENCAIXE DE 25MM, MODELO INTERNO 90º, OLICLORETO DE VINILA PVC, BRANCO GELO	M	INCOFORRO	500	4,73	2.365,00
36	CAP SOLDÁVEL 50MM	UN	PLASTILIT	30	3,90	117,00
37	CAVADEIRA DE BOCA C/CABO	UND	PARABONI	8	38,50	308,00
38	CHUVEIRO ELÉTRICO DUCHA PLASTICO 4 TEMPERATURAS, 220V	UND	ZAGONEL	50	36,89	1.844,50
41	CURVA SOLDAVEL 60MM	UND	PLASTILIT	300	42,00	12.600,00
42	CAIXA DE DESCARGA COMPLETA 06 LT PVC	UN	ALUMASA	30	37,90	1.137,00
43	CAIXA DE FIBRA 10.000 LT, COM TAMPA	UN	INCOFIMA	7	4.300,00	30.100,00
44	CAIXA DE FIBRA 5.000 LT, COM TAMPA	UN	INCOFIMA	10	2.180,00	21.800,00

45	CAIXA DE GORDURA 250X250X50	UN	PLASTILIT	20	77,00	1.540,00
46	CAIXA DE ÁGUA EM PVC – 1.000 LT, COM TAMPA	UN	FIBRA OESTE	20	452,00	9.040,00
47	CAIXA DE ÁGUA EM PVC – 500 LT, COM TAMPA	UN	FIBRA OESTE	20	270,00	5.400,00
49	CANO ESGOTO 100MM CLASSE A	MTR	PLASTILIT	100	10,79	1.079,00
50	CANO ESGOTO 150MM CLASSE A	MTR	PLASTILIT	100	29,90	2.990,00
51	CANO ESGOTO 200MM CLASSE A	MTR	PLASTILIT	100	57,39	5.739,00
52	CANO ESGOTO 40MM CLASSE A	MTR	PLASTILIT	200	4,34	868,00
53	CANO ESGOTO 50MM CLASSE A	MTR	PLASTILIT	200	7,39	1.478,00
54	CANO ESGOTO 75MM CLASSE A	MTR	PLASTILIT	100	10,19	1.019,00
55	CANO SOLDÁVEL 20MM CLASSE A	MTR	PLASTILIT	800	2,19	1.752,00
56	CANO SOLDÁVEL 25MM CLASSE A	MTR	PLASTILIT	3.000	2,79	8.370,00
57	CANO SOLDÁVEL 32MM CLASSE A	MTR	PLASTILIT	2.000	5,69	11.380,00
58	CANO SOLDÁVEL 40MM CLASSE A	MTR	PLASTILIT	3.500	8,40	29.400,00
59	CANO SOLDÁVEL 50MM CLASSE A	MTR	PLASTILIT	2.000	10,43	20.860,00
60	CAP ESGOTO 100MM	UN	PLASTILIT	50	4,90	245,00
61	CAP ESGOTO 150MM	UN	PLASTILIT	50	21,39	1.069,50
62	CAP ESGOTO 200MM	UN	PLASTILIT	50	24,50	1.225,00
63	CAP ESGOTO 40MM	UN	PLASTILIT	50	1,50	75,00
64	CAP ESGOTO 50MM	UN	PLASTILIT	50	2,69	134,50
65	CAP ESGOTO 75MM	UN	PLASTILIT	50	3,90	195,00
67	CAP SOLDÁVEL 25MM	UN	PLASTILIT	100	0,65	65,00
68	CAP SOLDÁVEL 32MM	UN	PLASTILIT	50	1,00	50,00
69	CAP SOLDÁVEL 40MM	UN	PLASTILIT	50	2,64	132,00
70	CARRINHO DE MÃO COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CAÇAMBA METÁLICA DE 50 A 60 LITROS, PROFUNDIDADE MÍ CARRINHO DE MÃO COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CAÇAMBA METÁLICA DE 50 A 60 LITROS, PROFUNDIDADE MÍNIMA 50CM, CHASSI METÁLICO, PNEU DE BORRACHA, RODA METÁLICA, COM CÂMARA DE NO MÍNIMO 3,25/8"	UN	PARABONI	10	219,00	2.190,00
71	CERÂMICA ANTIDERRAPANTE 40X40CM TIPO 1 MODELO A DEFINIR - M²	MT²	FORMIGRES	1.000	44,00	44.000,00
72	CERÂMICA PARA REVESTIMENTO 40X40CM TIPO 1 MODELO A DEFINIR - M²	MT²	FORMIGRES	1.000	43,30	43.300,00
75	COLA PARA CANO TUBO 175GR	UN	PLASTILIT	100	20,00	2.000,00
76	COLA PARA CANO TUBO 17GR	UN	PLASTILIT	100	3,30	330,00
77	CURVA SOLDÁVEL 20MM	UN	PLASTILIT	50	1,25	62,50
78	CURVA SOLDÁVEL 25MM	UN	PLASTILIT	50	2,00	100,00
79	CURVA SOLDÁVEL 32MM	UN	PLASTILIT	50	4,60	230,00
80	CURVA SOLDÁVEL 40MM	UN	PLASTILIT	200	6,80	1.360,00
81	CURVA SOLDÁVEL 50MM	UN	PLASTILIT	150	9,30	1.395,00
82	ENXADA: CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MASSA DA ENXADA 2,5 IB, LARGURA 305,0MM, ALTURA 248,0MM, COM CABO ENXADA: CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MASSA DA ENXADA 2,5 IB, LARGURA 305,0MM, ALTURA 248,0MM, COM CABO DE MADEIRA 120CM	UN	PARABONI	30	24,90	747,00
85	FORRO DE PVC BRANCO MT²	MT²	INCOFORROS	1.500	28,49	42.735,00
92	FITA DEMARCAÇÃO DE ÁREA ZEBRADA COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 70MM X 200M, NA COR AMARELA E PRETA	UN	ADELBRÁS	150	15,00	2.250,00
93	FITA VEDA ROSCA 10X12	UN	PLASTCOR	100	4,80	480,00
94	FITA ZEBRADA ADESIVA DEMARCAÇÃO DE SOLO, COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 50MM X 33M, COR AMARELA E FITA ZEBRADA ADESIVA DEMARCAÇÃO DE SOLO, COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 50MM X 33M, COR AMARELA E PRETA	UN	ADELBRÁS	100	26,90	2.690,00
95	FIXADOR PARA CAL 150ML CAIXA COM 24 UN	CX	CALFIX	20	27,90	558,00
96	FOICE ROÇADEIRA DIREITA, COM CABO DE MADEIRA DE NO MÍNIMO 120CM	UN	PARABONI	20	37,00	740,00
97	FUNDO NIVELADOR EMBALAGEM 18L BASE ÓLEO	UN	CORIARTE	100	169,00	16.900,00
98	FUNDO NIVELADOR EMBALAGEM 3,6L BASE ÓLEO	UN	CORIARTE	50	41,40	2.070,00
99	FUNDO PREPARADOR EMBALAGEM 18L	UN	CORIARTE	100	114,00	11.400,00

100	FUNDO PREPARADOR EMBALAGEM 3,6L	UN	CORIANTE	50	37,90	1.895,00
101	GRAMPO PARA CERCA 19X11 C/1KG	UND	GERDAU	15	15,80	237,00
103	JANELA PARA BANHEIRO: BASCULANTE SEM GRADE, ALUMIFIT 60X60CM, BRANCA, PESO MÍNIMO 2,385KG, COM ABERTURA PARA VENTILAÇÃO, CAIXA DE VEDAÇÃO, QUANTIDADE DE FOLHAS 1 (UMA), ABERTURA PARA FORA, TIPO ALUMIN	UND	SAZAZAKI	40	89,00	3.560,00
104	JOELHO SOLDÁVEL 60MM	UND	PLASTILIT	400	24,50	9.800,00
105	JOELHO SOLDÁVEL 50 MM	UN	PLASTILIT	150	2,95	442,50
106	JOELHO ESGOTO 100 X 45"	UN	PLASTILIT	50	5,00	250,00
108	JOELHO ESGOTO 150 X 45"	UN	PLASTILIT	50	22,90	1.145,00
109	JOELHO ESGOTO 150 X 90"	UN	PLASTILIT	50	19,70	985,00
110	JOELHO ESGOTO 200 X 90"	UN	PLASTILIT	50	54,00	2.700,00
111	JOELHO ESGOTO 50 X 45"	UN	PLASTILIT	80	2,35	188,00
113	JOELHO ESGOTO 75 X 45"	UN	PLASTILIT	50	4,20	210,00
114	JOELHO ESGOTO 75 X 90"	UN	PLASTILIT	50	4,44	222,00
116	JOELHO SOLDÁVEL 25X1/2	UN	PLASTILIT	50	1,24	62,00
117	JOELHO SOLDÁVEL 20MM	UN	PLASTILIT	200	0,40	80,00
118	JOELHO SOLDÁVEL 20X45"	UN	PLASTILIT	100	0,74	74,00
119	JOELHO SOLDÁVEL 25MM	UN	PLASTILIT	200	0,50	100,00
120	JOELHO SOLDÁVEL 25X3/4	UN	PLASTILIT	50	2,50	125,00
121	JOELHO SOLDÁVEL 25X45"	UN	PLASTILIT	100	1,00	100,00
122	JOELHO SOLDÁVEL 32MM	UN	PLASTILIT	80	1,90	152,00
123	JOELHO SOLDÁVEL 40MM	UN	PLASTILIT	250	2,59	647,50
127	JUNÇÃO Y 100X100	UN	PLASTILIT	50	13,90	695,00
128	JUNÇÃO Y 100X50	UN	PLASTILIT	50	14,90	745,00
129	JUNÇÃO Y 40X40	UN	PLASTILIT	50	3,00	150,00
130	JUNÇÃO Y 50X50	UN	PLASTILIT	50	5,00	250,00
132	LUVA SOLDÁVEL 20MM	UN	PLASTILIT	100	0,42	42,00
133	LUVA SOLDÁVEL 25 MM	UN	PLASTILIT	100	0,48	48,00
134	LUVA SOLDÁVEL 32MM	UN	PLASTILIT	40	1,39	55,60
135	LUVA SOLDÁVEL 40MM	UN	PLASTILIT	100	2,39	239,00
136	LUVA SOLDÁVEL 50 MM	UN	PLASTILIT	50	2,74	137,00
137	LIXA MASSA GRÃO 120 225MM X 275MM	UN	VONDER	300	1,94	582,00
138	LIXA MASSA GRÃO 220 225MM X 275MM	UN	VONDER	500	2,00	1.000,00
139	LIXA MASSA GRÃO 80 225MM X 275MM	UN	VONDER	300	2,00	600,00
140	LONA PLÁSTICA PRETA COM 4 METROS DE LARGURA	MT ²	LONAX	3.000	1,14	3.420,00
141	LUVA ESGOTO 75 X 50	UN	PLASTILIT	50	4,20	210,00
142	LUVA DUPLA ESGOTO 100MM	UN	PLASTILIT	50	11,90	595,00
143	LUVA ESGOTO 100	UN	PLASTILIT	50	4,00	200,00
144	LUVA ESGOTO 150	UN	PLASTILIT	50	19,70	985,00
145	LUVA ESGOTO 150X100	UN	PLASTILIT	50	20,50	1.025,00
146	LUVA ESGOTO 40	UN	PLASTILIT	100	0,69	69,00
147	LUVA ESGOTO 50	UN	PLASTILIT	50	1,39	69,50
148	LUVA ESGOTO 50 X 40	UN	PLASTILIT	50	1,19	59,50
149	LUVA ESGOTO 75	UN	PLASTILIT	50	1,90	95,00
150	LUVA REDUÇÃO 100 X 50	UN	PLASTILIT	50	4,30	215,00
152	LUVA SOLDÁVEL 25X1/2	UN	PLASTILIT	50	1,40	70,00
153	LUVA SOLDÁVEL 32X1"	UN	PLASTILIT	40	1,87	74,80
154	MANGA 1/2"	MTR	VIDEDUTO	3.000	1,33	3.990,00
155	MANGA 1"	MTR	VIDEDUTO	3.000	2,10	6.300,00
156	MARTELO DE UNHA COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE 29MM COM CABO DE FIBRA	UN	PARABONI	20	32,90	658,00
157	MASSA ACRÍLICA EMBALAGEM 25KG	UN	CORIANTE	100	145,00	14.500,00
158	MASSA ACRÍLICA EMBALAGEM 3,6L	UN	CORIANTE	40	60,00	2.400,00
159	MASSA CORRIDA 26KG	UN	CORIANTE	150	55,00	8.250,00
160	MASSA CORRIDA EMBALAGEM 22KG	UN	CORIANTE	100	55,00	5.500,00
161	MASSA PARA GRAFIATO EMBALAGEM COM 18KG	UN	CORIANTE	100	62,40	6.240,00
162	MASSA PARA TEXTURA ACRÍLICA BRANCO FOSCO EMBALAGEM COM 18L	UN	CORIANTE	100	46,60	4.660,00
164	NIPLE 1/2	UN	PLASTILIT	50	1,00	50,00
165	NIPLE 1"	UN	PLASTILIT	40	2,90	116,00
166	NIPLE 3/4	UN	PLASTILIT	50	1,39	69,50

169	PICARETA DE NO MÍNIMO 505MM, LARGURA MINIMA 104MM, CABO DE MADEIRA DE NO MÍNIMO 90CM COMPRIMENTO	UN	PARABONI	10	64,90	649,00
175	PINCEL 2"	UN	ROMA	100	4,00	400,00
176	PINCEL ½"	UN	ROMA	100	1,60	160,00
186	PREGO 12X12 – EMBALAGEM DE 01 KG	KG	GERDAU	30	17,70	531,00
188	PREGO 17X27 – EMBALAGEM DE 01 KG	KG	GERDAU	60	12,90	774,00
189	PREGO 18X30 – EMBALAGEM DE 01 KG	KG	GERDAU	30	13,29	398,70
190	PREGO 19X36 – EMBALAGEM DE 01 KG	KG	GERDAU	30	12,10	363,00
191	PREGO 25X72 – EMBALAGEM DE 01 KG	KG	GERDAU	30	15,47	464,10
192	PÁ DE BICO EM AÇO, CABO DE MADEIRA DE NO MÍNIMO 120CM	UN	PARABONI	20	34,90	698,00
195	REGISTRO SOLDÁVEL 20MM PRESSÃO	UN	HERC	30	12,90	387,00
196	REGISTRO SOLDÁVEL 25MM PRESSÃO	UN	HERC	30	15,90	477,00
197	REGISTRO SOLDÁVEL 40MM	UN	VIQUA	70	14,90	1.043,00
198	REGISTRO SOLDÁVEL 50MM	UN	VIQUA	70	15,79	1.105,30
199	REGISTRO ½ MANGA	UN	VIQUA	30	14,90	447,00
201	REJUNTE PACOTE 1KG COLORIDO	KG	REJUNTABRAS	500	2,93	1.465,00
205	ROLO LÃ 15CM	UN	ROMA	100	14,80	1.480,00
206	ROLO LÃ 23CM	UN	ROMA	100	17,90	1.790,00
207	ROLO LÃ 9CM	UN	ROMA	80	13,00	1.040,00
208	SELADOR ACRÍLICO EMBALAGEM DE 20L	UN	CORIANTE	100	150,00	15.000,00
209	SELANTE PU 30 EMBALAGEM 300ML	UN	ETILUX	80	24,90	1.992,00
210	SUPORTE PARA ROLO DE LÃ (GARFO PINTURA)	UN	ROMA	15	9,80	147,00
211	TE SOLDÁVEL 20MM	UN	PASTILIT	100	0,90	90,00
215	TE ESGOTO 100 X 50	UN	PASTILIT	50	7,75	387,50
216	TE ESGOTO 100 X 75	UN	PASTILIT	50	8,29	414,50
217	TE ESGOTO 100X100	UN	PASTILIT	50	8,74	437,00
218	TE ESGOTO 150 X 100	UN	PASTILIT	50	25,90	1.295,00
220	TE ESGOTO 200 X 150	UN	PASTILIT	50	89,00	4.450,00
221	TE ESGOTO 200X200	UN	PASTILIT	50	86,90	4.345,00
222	TE ESGOTO 40 X 40	UN	PASTILIT	50	1,70	85,00
223	TE ESGOTO 50 X 50	UN	PASTILIT	50	1,78	89,00
224	TE ESGOTO 75 X 50	UN	PASTILIT	50	6,50	325,00
225	TE ESGOTO 75 X 75	UN	PASTILIT	50	3,98	199,00
226	TE SOLDÁVEL 20X1/2	UN	PASTILIT	50	1,08	54,00
227	TE SOLDÁVEL 25MM	UN	PASTILIT	100	0,70	70,00
228	TE SOLDÁVEL 25X1/2	UN	PASTILIT	50	2,00	100,00
229	TE SOLDÁVEL 25X20MM	UN	PASTILIT	50	3,00	150,00
230	TE SOLDÁVEL 25X3/4	UN	PASTILIT	50	4,19	209,50
231	TE SOLDÁVEL 32MM	UN	PASTILIT	100	3,49	349,00
232	TE SOLDÁVEL 32X25MM	UN	PASTILIT	50	3,39	169,50
233	TE SOLDÁVEL 40MM	UN	PASTILIT	200	4,39	878,00
234	TE SOLDÁVEL 40X32MM	UN	PASTILIT	50	5,60	280,00
235	TE SOLDÁVEL 50MM	UN	PASTILIT	100	6,15	615,00
236	TE SOLDÁVEL BUCHA LATÃO 25X1/2	UN	PASTILIT	30	4,30	129,00
244	TINTA ACRÍLICA COR A DEFINIR EMBALAGEM COM 18L	UN	CORIANTE PREMIER	70	230,00	16.100,00
245	TINTA ACRÍLICA COR A DEFINIR EMBALAGEM COM 3,6L	UN	CORIANTE PREMIER	100	65,00	6.500,00
246	TINTA ACRÍLICA PREMIUM COR A DEFINIR EMBALAGEM COM 18L	UN	CORIANTE	80	350,00	28.000,00
247	TINTA ACRÍLICA PREMIUM COR A DEFINIR EMBALAGEM COM 3,6L	UN	CORIANTE	100	90,00	9.000,00
248	TINTA ACRÍLICA SUPER PREMIUM COR A DEFINIR EMBALAGEM COM 18L	UN	CORIANTE	80	350,00	28.000,00
249	TINTA ACRÍLICA SUPER PREMIUM COR A DEFINIR EMBALAGEM COM 3,6L	UN	CORIANTE	100	90,00	9.000,00
250	TINTA ESMALTE COR A DEFINIR EMBALAGEM COM 18L	UN	CORIANTE PREMIER	80	300,00	24.000,00
251	TINTA ESMALTE COR A DEFINIR EMBALAGEM COM 3,6L	UN	CORIANTE PREMIER	100	57,99	5.799,00
254	UNIÃO MANGA 1"	UN	BIAMPLAST	30	2,15	64,50
255	UNIÃO MANGA ¾	UN	BIAMPLAST	40	0,99	39,60

258	VERNIZ FOSCO PARA MADEIRA MARITIMO, GALÃO DE 3.6 LT	UND	CORIANTE	20	80,00	1.600,00
259	VASO SANITÁRIO ALTURA MÉDIA 48 A 50CM DE ALTURA COM DESCARGA ACOPLADA (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)	UN	FIORI	20	1.049,00	20.980,00
260	VASO SANITÁRIO COMPLETO CONVENCIONAL (BACIA, PARAFUSO, ANEL, ASSENTO, TAMPA, CAIXA, FLEXÍVEL, TUBO D VASO SANITÁRIO COMPLETO CONVENCIONAL (BACIA, PARAFUSO, ANEL, ASSENTO, TAMPA, CAIXA, FLEXÍVEL, TUBO DESCIDA)	UN	FIORI	30	330,00	9.900,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata e da fiscalização do objeto

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 08/02/2022 até 07/02/2023.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE GUATAMBU não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Ficará responsável pela fiscalização do objeto deste processo, servidor público Municipal designado através de ato interno.

Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pelas Secretarias Municipais, e seus departamentos, desde que autorizados pelo PREFEITO MUNICIPAL DE GUATAMBU.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula Quarta – Do local, forma e prazo de entrega

A entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após a solicitação do Município, efetuada através do envio da Autorização de Fornecimento, junto à Secretaria solicitante.

O local de entrega poderá abranger qualquer localização dentro do território municipal de Guatambu – SC.

O objeto deste Edital entregue em desacordo à proposta ou às especificações desta licitação, ou que por ventura seja entregue com defeito ou imperfeições deverá ser imediatamente substituído pelo fornecedor.

Os materiais objeto desta licitação deverão ser recebidas definitivamente mediante aprovação pelo servidor responsável pela fiscalização, nos termos do art. 73, inc.II "b" da Lei federal nº8.666/93, desde que o objeto fornecido tenha sido regularmente aprovado.

A Contratada é responsável pelas normas de segurança durante o transporte e por qualquer ônus de frete durante a efetivação da entrega dos materiais.

Cláusula Quinta – Do pagamento

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Responsável da Secretaria ou do órgão requisitante, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor.

Cláusula Sexta - Das condições de fornecimento

A entrega dos serviços só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de serviço emitida pelo Município de Guatambu.

Subcláusula Primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todas as condições expressas no Edital de Pregão Presencial RP 02/2022.

Cláusula Sétima – Das penalidades

Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas no edital e no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- Não celebrar o contrato.
- Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa.
- Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.
- Não mantiver a proposta, injustificadamente.
- Falhar ou fraudar a execução do contrato.
- Comportar-se de modo inidôneo.
- Cometer fraude fiscal.

Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, o Município, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor total do respectivo Item;
- Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do respectivo item.

O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

Cláusula Oitava – Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea “d” inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Cláusula Nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
- h) no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do município, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a) à solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da autorização de fornecimento

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO DE GUATAMBU.

Subcláusula Primeira. A emissão das ordens de fornecimento/serviço, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo responsável.

Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata.

Cláusula Décima Primeira – Das disposições finais e do foro

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 02/2022 e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó-SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Guatambu SC, em 07 de fevereiro de 2022.

MUNICÍPIO DE GUATAMBU

Luiz Clóvis Dal Piva

Prefeito Municipal

Empresas detentoras da Ata:

DESTRA CONSTRUTORA, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME

Marcelo Alves da Rosa

FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Mauricio José Favaretto

CAIBI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – EPP

Getulio Cesar Silveira

FERRAGEM FELIPE LTDA – EPP

Maria da Silva Vendramin

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2022

Publicação Nº 3651976

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE GUATAMBU

AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº: 07/2022

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 03/2022

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, PELA CONTRATADA, AOS SISTEMAS:

1. DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - CIGA DIÁRIO - DOM/SC

2. GESTÃO TRIBUTÁRIA: GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL - CIGA SIMPLES.

Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

CNPJ: 09.427.503/0001-12.

Valor: R\$ 5.880,00 (cinco mil e oitocentos e oitenta reais).

Fundamento: Inciso XVI do Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Guatambu - SC, 02 de março de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2022

Publicação Nº 3651979

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE GUATAMBU

AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº: 09/2022

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 04/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PROFISSIONAL ENGENHEIRO ELETRICISTA PARA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO, COM FORNECIMENTO DE ART DE FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E POSTERIOR EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2021 E CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2021, QUE DISPÕE SOBRE A EXECUÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, DE SUBESTAÇÃO TRANSFORMADORA, INSTALAÇÃO ELÉTRICA E OBRA CIVIL NO BARRACÃO INDUSTRIAL 01 DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU - SC, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES PERTINENTES A PROPOSTA DE PREÇOS DA CONTRATADA.

Contratada: DESTRA CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME.

CNPJ: 27.321.707/0001-56.

Valor: R\$ 5.848,26 (cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos).

Fundamento: Inciso I do Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Guatambu - SC, 02 de março de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 07/2022

Publicação Nº 3652041

Estado de Santa Catarina

Município de Guatambu

Aviso de Licitação

O Município de Guatambu – SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/1993 e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 24/2022.

Pregão Presencial RP n. 07/2022.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS COM COLETA E REALIZAÇÃO DE EXAMES, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos no Anexo I deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 14/03/2022.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 14/03/2022.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, Centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.
Guatambu - SC, 02 de março de 2022.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 02/2022

Publicação Nº 3651968

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	02/2022
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratado.:	KOWALSKI PROMOÇÃO DE EVENTOS EIRELI – CIRCUITO RODEIO SHOW
CNPJ :	34.602.689/0001-46
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE "RODEIO SHOW" COM LOCUTOR CESAR PARANÁ, NA EXPOGUATAMBU/2022. OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU – SC, NOS DIAS, HORÁRIOS E DURAÇÃO DO RODEIO SHOW A SEGUIR: DIA: 11/03/2022, HORÁRIO DE INÍCIO: 20HS E 00MIN. DIA 12/03/2022, HORÁRIO DE INÍCIO: 20HS E 00MIN, DIA: 13/03/2022, HORÁRIO DE INÍCIO: 19HS E 00MIN, COM DURAÇÃO DE 1H E 30MIN EM CADA SHOW.
Valor:	R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
Vigência....:	Início: 26/01/2022 Término: 25/01/2023.
Licitação....:	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2022.
Guatambu/SC, 02/03/2022.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 03/2022

Publicação Nº 3651977

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	03/2022
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratado.:	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)
CNPJ :	09.427.503/0001-12
Objeto :	: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, PELA CONTRATADA, AOS SISTEMAS: 1 - DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - CIGA DIÁRIO - DOM/SC. 2 - GESTÃO TRIBUTÁRIA: GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL - CIGA SIMPLES.
Valor:	R\$ 5.880,00 (cinco mil e oitocentos e oitenta reais).
Vigência....:	Início: 01/01/2022 Término: 31/12/2022.
Licitação....:	DISEPNSA DE LICITAÇÃO 03/2022.
Guatambu/SC, 02/03/2022.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 04/2022

Publicação Nº 3651980

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	04/2022
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratado.:	DESTRA CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME
CNPJ :	27.321.707/0001-56

Objeto	: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PROFISSIONAL ENGENHEIRO ELETRICISTA PARA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO, COM FORNECIMENTO DE ART DE FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E POSTERIOR EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2021 E CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2021, QUE DISPÕE SOBRE A EXECUÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, DE SUBESTAÇÃO TRANSFORMADORA, INSTALAÇÃO ELÉTRICA E OBRA CIVIL NO BARRACÃO INDUSTRIAL 01 DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU - SC, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES PERTINENTES A PROPOSTA DE PREÇOS DA CONTRATADA.
Valor	R\$ 5.848,26 (cinco mil, oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos).
Vigência....:	Início: 03/01/2022 Término: 04/03/2022.
Licitação....:	DISEPNSA DE LICITAÇÃO 04/2022.
Guatambu/SC, 02/03/2022.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO DE CONTRATO 05/2022

Publicação Nº 3651998

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	05/2022
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratado.:	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA -EPAGRI
CNPJ	83.052.191/0004-05
Objeto	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA CONTRATADA PARA A CONTRATANTE, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.
Valor	R\$ 47.004,44 (quarenta e sete mil, quatro reais e quarenta e quatro centavos).
Vigência....:	Início: 01/02/2022 Término: 31/12/2022.
Licitação....:	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2022.
Guatambu/SC, 02/03/2022.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2022

Publicação Nº 3651982

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº: 12/2022
Edital: INEXIGIBILIDADE nº 03/2022
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA CONTRATADA PARA A CONTRATANTE, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.
Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI.
CNPJ: 83.052.191/0004-05.
Valor: R\$ 47.004,44 (quarenta e sete mil, quatro reais e quarenta e quatro centavos).
Fundamento: Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55.
Guatambu - SC, 02 de março de 2022.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeita Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 417/2022

Publicação Nº 3650752

PORTARIA Nº 417/2022

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

INTERROMPER TEMPORARIAMENTE, o Estágio Probatório da Servidora GABRIELA TEREZINHA LUCHESE (MATRÍCULA 5570), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, em virtude de estar respondendo pela função de Diretor de Habitação – Nível – DAS - 3, Anexo I da Lei Complementar nº 374/2018, a partir de 01 de março de 2022, de conformidade com o que preceitua o art. 27, § 3º e § 5º, da LC Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de março de 2022.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO RELACIONADOS AO RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS Nº 001

Publicação Nº 3651560

**Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO RELACIONADOS AO RECEBIMENTO DE
RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS Nº 001, DE 02 DE MARÇO DE 2022**

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 4570, de 04 de janeiro de 2022, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Herval D'Oeste, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVINIENTE	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	DATA DO CRÉDITO	VALOR
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	CV19 - CORONAVIRUS (COVID-19) - SCTIE	03/01/2022	R\$ 1.773,70
ATENÇÃO BÁSICA	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	10/01/2022	R\$ 11.208,81
ATENÇÃO BÁSICA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	10/01/2022	R\$ 60.450,00
ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	10/01/2022	R\$ 214.401,52
ATENÇÃO BÁSICA	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	17/01/2022	R\$ 124.467,32
ATENÇÃO BÁSICA	PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DA APS	17/01/2022	R\$ 13.600,00
ATENÇÃO BÁSICA	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	17/01/2022	R\$ 25.800,00
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	18/01/2022	R\$ 11.114,62
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	CV19 - CORONAVIRUS (COVID-19) - SCTIE	19/01/2022	R\$ 1.773,70
ATENÇÃO BÁSICA	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	21/01/2022	R\$ 14.718,00
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	SALÁRIO EDUCAÇÃO	19/01/2022	R\$ 179.704,15

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste – SC – 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 – Fax (49) 3554 0132
CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	01/02/2022	R\$	3.861,38
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	01/02/2022	R\$	1.472,50
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	01/02/2022	R\$	77,50
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS	01/02/2022	R\$	2.500,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	08/02/2022	R\$	2.035,10
ATENÇÃO PRIMÁRIA	IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE PROMOCAO DA EQUIDADE EM SAUDE - SAPS	09/02/2022	R\$	2.800,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	10/02/2022	R\$	155,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	10/02/2022	R\$	2.945,00
ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	10/02/2022	R\$	214.401,52
ATENÇÃO PRIMÁRIA	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	11/02/2022	R\$	136.529,26
ATENÇÃO PRIMÁRIA	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	11/02/2022	R\$	14.718,00
ATENÇÃO PRIMÁRIA	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	11/02/2022	R\$	25.800,00
ATENÇÃO PRIMÁRIA	PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DA APS	11/02/2022	R\$	13.600,00
ATENÇÃO PRIMÁRIA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	11/02/2022	R\$	60.450,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS EXECUÇÃO AÇÕES VIGILÂNCIA SANITÁRIA	11/02/2022	R\$	1.141,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS EXECUÇÃO AÇÕES VIGILÂNCIA SANITÁRIA	11/02/2022	R\$	1.141,00
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	15/02/2022	R\$	11.114,62
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS	16/02/2022	R\$	2.500,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	16/02/2022	R\$	3.861,38
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	SALÁRIO EDUCAÇÃO	18/02/2022	R\$	114.574,26

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste – SC – 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 – Fax (49) 3554 0132
CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	PNAE PRÉ ESCOLA	16/02/2022	R\$	4.812,40
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	PNAE ENSINO FUNDAMENTAL	16/02/2022	R\$	9.295,20
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	PNAE AEE	16/02/2022	R\$	169,60
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	PNAE CRECHE	16/02/2022	R\$	10.849,80

Herval D'Oeste, 02 de março de 2022.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito Municipal

Rua Nereu Ramos, 389
Herval d'Oeste – SC – 89.610-000
Fone: (49) 3554 0922 – Fax (49) 3554 0132
CNPJ: 82.939.430/0001-38
<http://www.hervaldoeste.sc.gov.br>

Ibiam**PREFEITURA****DECRETO Nº 3820/2022**

Publicação Nº 3650988

DECRETO Nº. 3820, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022.**ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EDECARLOS ZANIN, Prefeito Municipal em Exercício de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0664/2021:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de **R\$ 45.012,80 (quarenta e cinco mil, e doze reais e oitenta centavos)**, no orçamento de 2022 da **Prefeitura Municipal de Ibiam**, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	05.000	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária:	05.001	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO
Função:	12	EDUCAÇÃO
Sub-Função:	361	ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:	1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
Projeto/Atividade:	2039	MAN.DO TRANSPORTE ESCOLAR
Modalidade de Aplicação:	3390	APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte:	1319	Superávit Fundeb 30%
Valor:		R\$ 45.012,80
Red.: 25		

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2022.

EDECARLOS ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicação e Registro: *Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição n°. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n° 490/2012 e Decreto Municipal n° 2321/2012.*

ALCINDO PEROSA
Secretario de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 3822/2022

Publicação Nº 3651080

DECRETO Nº 3822, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022.**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EDECARLOS ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0664/2021:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de **R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)**, no orçamento de 2022 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	03.000	Secretaria de Administração e Fazenda
Unidade Orçamentária:	03.001	Secretaria de Administração e Fazenda
Função:	04	Administração
Sub-Função:	122	Administração Geral
Programa:	0402	Administração Geral
Projeto/Atividade:	2033	Man. das Atividades Administrativas e Financeiras
Modalidade de Aplicação:	3340	Transferências a Municípios
Fonte:	1100	Recursos Ordinários
Valor:	R\$ 6.000,00	
Red.:	5	

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, fica anulada a importância de no valor de **R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)**, no orçamento de 2022 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte rubrica orçamentaria:

Órgão:	03.000	Secretaria de Administração e Fazenda
Unidade Orçamentária:	03.001	Secretaria de Administração e Fazenda
Função:	04	Administração
Sub-Função:	122	Administração Geral
Programa:	0402	Administração Geral
Projeto/Atividade:	2033	Man. das Atividades Administrativas e Financeiras
Modalidade de Aplicação:	3393	Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos
Fonte:	1100	Recursos Ordinários
Valor:	R\$	6.000,00
Red.:	9	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 22 DE FEVEREIRO DE 2022.

EDECARLOS ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicação e Registro: *Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.*

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3825/2022

Publicação Nº 3651081

DECRETO Nº 3825, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022.**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EDECARLOS ZANIN, Prefeito Municipal em Exercício de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0664/2021:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de **R\$ 3.000,00 (Três mil reais)**, no orçamento de 2022 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	07.000	Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária:	07.001	Departamento de Assistência Social
Função:	08	Assistência Social
Sub-Função:	243	Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	0801	Assistência Social Geral
Projeto/Atividade:	2048	Man. do Conselho Tutelar
Modalidade de Aplicação:	4490	Aplicações Diretas
Fonte:	1100	Recursos Ordinários
Valor:	R\$ 3.000,00	
Red.:	51	

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, fica anulada a importância de no valor de **R\$ 3.000,00 (Três mil reais)**, no orçamento de 2022 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte rubrica orçamentaria:

Órgão:	07.000	Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária:	07.001	Departamento de Assistência Social
Função:	08	Assistência Social
Sub-Função:	243	Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa:	0801	Assistência Social Geral
Projeto/Atividade:	2048	Man. do Conselho Tutelar
Modalidade	de 3390	Aplicações Diretas
Aplicação:		
Fonte:	1100	Recursos Ordinários
Valor:	R\$ 3.000,00	
Red.:	50	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 25 DE FEVEREIRO DE 2022.

EDECARLOS ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicação e Registro: *Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição n°. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n° 490/2012 e Decreto Municipal n° 2321/2012.*

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 010/2022 PMI

Publicação Nº 3652091

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Contrato nº 010/2022 PMI

FUNDAMENTO LEGAL – Este contrato tem origem no Processo Licitatório nº 16/2022, modalidade Dispensa de Licitação nº 2/2022, amparado pela Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993 nos termos do Art. 24, II. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, Decreto 9.412/2018.

OBJETO: Contratação de serviços de Brigadista, com equipe capacitada e credenciada junto ao CBMSC, para prestar atendimentos necessários no evento denominado "IBICARÉ RODEIO FEST 2022", a realizar-se nos dias 18 a 20 de março do corrente ano, nas dependências do Centro de Eventos, localizado às margens da Rodovia SC 465, Km 58,5 em Ibicaré - SC.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: ITRIAN LUIS BORGES

CPF: 009.293.749-75

Do valor: R\$ 4.900,00

VIGÊNCIA: 25 de agosto de 2022.

Ibicaré, SC, em 25 de fevereiro de 2022.

Gianfranco Volpato

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 011/2022 PMI

Publicação Nº 3652094

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Contrato nº 011/2022 PMI

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 57/2021, Pregão Presencial nº 028/2021.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para gestão dos recursos financeiros decorrentes venda de ingressos do Rodeio Fest e shows nacionais, a ser realizado entre os dias 18 a 20 de março de 2022, conforme especificações constantes no Anexo I (especificações do objeto), Anexo II (Termo de Referência) e demais dispositivos constantes no edital.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: ME SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

CNPJ: 14.228.002/0001-47

VIGÊNCIA: 28 de agosto de 2022.

Ibicaré, SC, em 28 de fevereiro de 2022.

Gianfranco Volpato

Prefeito Municipal

Ibirama**PREFEITURA****CONTRATO Nº : 10/2022 CONTRATANTE : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Publicação Nº 3651534

Contrato Nº : 10/2022

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada : CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI

Cnpj : 09.069.217/0001-22

Objeto : Rateio de despesas administrativas do CIS-AMAVI para execução das finalidades previstas no Contrato de Programa CIS-AMAVI.

Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 31/12/2022

Assinatura : 01/03/2022

Valor R\$: 8.400,00 (Oito Mil e Quatrocentos Reais)

FISCAL: IZABEL PETERSEN

CONTRATO Nº: 42/2022 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 3651551

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contrato Nº: 42/2022

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada: HARMONIZA EVENTOS E DECORAÇÕES LTDA - número inscrição CNPJ 00.192.819/0001-06.

Licitação: Dispensa de Licitação 30/2022

Objeto: Contratação de empresa para instalação e montagem e desmontagem de peças decorativas externa, utilizadas como decoração de Páscoa em ruas, prédios públicos, praças, pontes (Centro), e Centro de Eventos Manoel Marchetti em Ibirama.

Vigência: Início: 01/03/2022 Término: 30/06/2022

Assinatura: 01/03/2022

Valor R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais)

Dotação: 07.003.2026.333900000000000000.99.01000000 – Manutenção do Departamento de Serviços Culturais.

FISCAL: FABIO LUIZ FUSINATO

DL - PROCESSO LICITATÓRIO 30/2022

Publicação Nº 3651544

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0F1071DBAA3789A1ABFD44C74A2C90B2F5009943

DL - Processo Licitatório 30/2022.

Base legal: (II art.24 da Lei 8.666/93).

Objeto: Contratação de empresa para instalação e montagem e desmontagem de peças decorativas externa, utilizadas como decoração de Páscoa em ruas, prédios públicos, praças, pontes (Centro), e Centro de Eventos Manoel Marchetti em Ibirama.

Contratada: HARMONIZA EVENTOS E DECORAÇÕES LTDA - número inscrição CNPJ 00.192.819/0001-06

Ibirama, 01 de março de 2022.

Adriano Poffo – Prefeito.

Registrado no TCE com a chave: 0F1071DBAA3789A1ABFD44C74A2C90B2F5009943

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.12/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2022

Publicação Nº 3651531

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBIRAMA**

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000
Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37
e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.12/2022**Pregão Eletrônico Nº 8/2022****Validade: 12 meses**

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois o **MUNICÍPIO DE IBIRAMA** por meio do(a) , pessoa jurídica de direito público, situado na DOUTOR GETULIO VARGAS Nº. 70, CENTRO, cidade de Ibirama, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. , abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2022, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE FILTROS DIVERSOS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, FLUIDOS E DEMAIS CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTA MUNICIPALIDADE., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
ICJ COMMERCE ICJ COMMERCE, neste ato representado por ISRAEL CORREA JACOMO	40.743.082/0001-89
Auto Peças Alvorada Ltda, neste ato representado por ROBSON ANDRADE	94.882.339/0001-02
Trr Lambari Combustíveis Ltda, neste ato representado por JULIANO BECK	87.317.194/0001-31
Lincetractor Comércio, Importação e Exportação EIRELI- Epp, neste ato representado por Vandir Jorge Filho	11.371.179/0001-00
SPEED BRASIL PECAS E ACESSORIOS LTDA, neste ato representado por Taison Ribas Neves	12.184.868/0001-78
CARPECAS COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS PARA MAQUINAS AGRICOLAS E SERVICOS LTDA, neste ato representado por JORGE LUIZ PEREIRA	27.327.086/0001-18
BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI, neste ato representado por Thiago Taura Cherbiski	30.273.846/0001-66
DUNAS DISTRIBUIDORA DE FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA, neste ato representado por DANIEL FRANCISCO PRIMIERI	34.001.937/0001-01
CONCEITO ATACADO DE LUBRIFICANTES LTDA, neste ato representado por WILSON ALEXANDRE SACKS	42.386.154/0001-03
SANTA ISABEL COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA, neste ato representado por EDIVALDO FERNANDES CSIPAI	44.440.750/0001-50
JULIO SILVESTRI FILHO ME, neste ato representado por JULIO SILVESTRI FILHO ME	15.608.150/0001-50

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 15:13 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p621e622f132c7>.

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE FILTROS DIVERSOS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, FLUIDOS E DEMAIS CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTA MUNICIPALIDADE.,** em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da , de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

Fornecedor: 671797 - Trr Lambari Combustíveis Ltda

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	DESENGRIPANTE 300 ML	UN	PETROPLUS	60,00000	R\$10,8400	R\$650,4000
2	ADITIVO DE RADIADOR COMPOSTO POR FLUIDOS ANTI-FERVURA (IGUAL OU SUPERIOR +136°C), ANTI-CONGELANTE (IGUAL OU SUPERIOR -33°C), ANTI-FERRUGEM LUBRIFICANTE E A BASE DE MONOETILENOGLICOL (NBR 13.705). FRASCO DE 1 LT.	UN	PARAFLU	300,00000	R\$27,4200	R\$8.226,0000
5	ÓLEO SAE 5W30 API SN E ACEA C3/C4/C5 ÍNDICE DE VISCOSIDADE SUPERIOR A 150. FRASCO DE 1 LT.	UN	EVORA	240,00000	R\$30,4300	R\$7.303,2000
7	ÓLEO SAE 15W40 API CH-4 E ACEA E-7 OU E-9 ÍNDICE DE VISCOSIDADE SUPERIOR A 140. TAMBOR DE 200 LTS.	UN	LUBRAX	4,00000	R\$3.921,9000	R\$15.687,6000
8	ÓLEO SAE 15W40 API CI-4 E ACEA E-7 OU E-9 ÍNDICE DE VISCOSIDADE SUPERIOR A 140. TAMBOR DE 200 LTS.	UN	EVORA	4,00000	R\$3.770,0000	R\$15.080,0000
13	ÓLEO ISO VG 68 ÓLEO MINERAL INDUSTRIAL, ÍNDICE DE VISCOSIDADE SUPERIOR A 100. TAMBOR DE 200 LTS.	UN	EVORA	5,00000	R\$2.622,1800	R\$13.110,9000
17	FILTRO ACP 003	UN	WEGA	2,00000	R\$16,6300	R\$33,2600
18	FILTRO ACP 126	UN	WEGA	50,00000	R\$24,7500	R\$1.237,5000
19	FILTRO ACP 202	UN	WEGA	2,00000	R\$21,0600	R\$42,1200
20	FILTRO ACP 303	UN	WEGA	15,00000	R\$31,7800	R\$476,7000
21	FILTRO ACP 309	UN	WEGA	3,00000	R\$28,8000	R\$86,4000
22	FILTRO ACP 601	UN	WEGA	15,00000	R\$37,0500	R\$555,7500
28	FILTRO AKX 1956 (ACP 728)	UN	WEGA	2,00000	R\$42,0000	R\$84,0000
30	FILTRO AP 7108	UN	WEGA	2,00000	R\$41,5100	R\$83,0200
31	FILTRO AP 7998	UN	WEGA	8,00000	R\$62,2200	R\$497,7600
32	FILTRO AP 9834	UN	WEGA	3,00000	R\$64,3500	R\$193,0500
33	FILTRO AR 6075	UN	TECFIL	3,00000	R\$63,3100	R\$189,9300
35	FILTRO ARL 2340	UN	WEGA	9,00000	R\$30,0000	R\$270,0000
36	FILTRO ARL 3751	UN	WEGA	35,00000	R\$52,9800	R\$1.854,3000

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 15:13:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/p621e622f132c7/>.





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

Fornecedor: 671797 - Trr Lambari Combustíveis Ltda

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
37	FILTRO ARL 4150	UN	WEGA	5,00000	R\$10,7700	R\$53,8500
40	FILTRO ARL 5140	UN	TECFIL	5,00000	R\$68,4900	R\$342,4500
41	FILTRO ARL 6071	UN	WEGA	3,00000	R\$24,4800	R\$73,4400
42	FILTRO ARL 6091	UN	WEGA	3,00000	R\$13,1800	R\$39,5400
43	FILTRO ARL 6096	UN	WEGA	30,00000	R\$11,3200	R\$339,6000
44	FILTRO ARL 8829	UN	WEGA	10,00000	R\$21,6000	R\$216,0000
45	FILTRO ARL 8830	UN	WEGA	25,00000	R\$21,0000	R\$525,0000
46	FILTRO ARL 8832	UN	WEGA	5,00000	R\$8,8200	R\$44,1000
47	FILTRO ARL 9608	UN	WEGA	2,00000	R\$17,4700	R\$34,9400
52	FILTRO ARS 2868	UN	WEGA	3,00000	R\$25,9600	R\$77,8800
53	FILTRO ARS 3003	UN	WEGA	20,00000	R\$59,0000	R\$1.180,0000
55	FILTRO ARS 5673	UN	WEGA	5,00000	R\$80,0400	R\$400,2000
56	FILTRO ARS 7065	UN	WEGA	3,00000	R\$57,0000	R\$171,0000
57	FILTRO ARS 7653	UN	WEGA	5,00000	R\$108,4500	R\$542,2500
58	FILTRO ARS 7993	UN	WEGA	3,00000	R\$40,0000	R\$120,0000
61	FILTRO ARS 8842	UN	WEGA	5,00000	R\$39,6300	R\$198,1500
62	FILTRO ARS 9839	UN	WEGA	50,00000	R\$100,7900	R\$5.039,5000
63	FILTRO ARS 9841	UN	WEGA	3,00000	R\$214,0000	R\$642,0000
64	FILTRO ART 6098	UN	WEGA	15,00000	R\$17,0500	R\$255,7500
65	FILTRO AS 805	UN	WEGA	2,00000	R\$30,5000	R\$61,0000
66	FILTRO AS 820	UN	WEGA	3,00000	R\$32,9000	R\$98,7000
69	FILTRO ASR 484	UN	TECFIL	5,00000	R\$63,0600	R\$315,3000
72	FILTRO ASR 673	UN	WEGA	5,00000	R\$47,5000	R\$237,5000
74	FILTRO ASR 807	UN	WEGA	5,00000	R\$26,7000	R\$133,5000
75	FILTRO ASR 839	UN	WEGA	50,00000	R\$42,5900	R\$2.129,5000
76	FILTRO T-250W(TB 1374 X = DSF 0202	UN	WEGA	15,00000	R\$79,1500	R\$1.187,2500
77	FILTRO E422KPD98 (PEC 3014)	UN	WEGA	6,00000	R\$57,2000	R\$343,2000
78	FILTRO GI 04/7	UN	WEGA	50,00000	R\$10,1600	R\$508,0000
79	FILTRO GI 08/1	PECA	WEGA	2,00000	R\$14,4500	R\$28,9000
80	FILTRO GI 12/7	UN	WEGA	10,00000	R\$16,1800	R\$161,8000
82	FILTRO GI 50/7	UN	WEGA	50,00000	R\$10,3100	R\$515,5000
84	FILTRO PSC411 / P550248	UN	TECFIL	10,00000	R\$135,0000	R\$1.350,0000
88	F I L T R O COMBUSTIVEL PC2/155	UN	WEGA	5,00000	R\$9,1400	R\$45,7000
89	FILTRO PC 947	UN	WEGA	10,00000	R\$24,0700	R\$240,7000
92	FILTRO PEC 3045	UN	WEGA	3,00000	R\$61,9500	R\$185,8500
94	FILTRO PEC 9915	UN	WEGA	3,00000	R\$150,0000	R\$450,0000
95	FILTRO PEL 310	UN	WEGA	3,00000	R\$40,8500	R\$122,5500
97	FILTRO PEL 675	UN	WEGA	3,00000	R\$31,0600	R\$93,1800
98	filtro woe 455 (pel 676)	PECA	WEGA	15,00000	R\$23,0000	R\$345,0000
99	FILTRO PEL 678	UN	WEGA	5,00000	R\$36,2100	R\$181,0500
101	FILTRO PSA 331	UN	WEGA	6,00000	R\$36,0300	R\$216,1800
102	FILTRO PSC 72/2	UN	WEGA	6,00000	R\$10,7600	R\$64,5600
103	FILTRO PSC 73/1	UN	WEGA	12,00000	R\$18,9000	R\$226,8000
104	FILTRO PSC 75	UN	WEGA	18,00000	R\$36,0000	R\$648,0000

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 15:13 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p621e622f132c7>.





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBIRAMA

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

Fornecedor: 671797 - Trr Lambari Combustíveis Ltda

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
105	FILTRO PSC 79	UN	WEGA	5,00000	R\$35,9800	R\$179,9000
106	FILTRO PSC 353	UN	WEGA	18,00000	R\$48,5600	R\$874,0800
108	FILTRO PSC 491	UN	TECFIL	12,00000	R\$50,2700	R\$603,2400
109	FILTRO PSC 493	UN	WEGA	2,00000	R\$47,2500	R\$94,5000
110	FILTRO PSC 496	UN	WEGA	8,00000	R\$23,6800	R\$189,4400
111	FILTRO PSC 498	UN	WEGA	5,00000	R\$43,5000	R\$217,5000
112	FILTRO PSC 666	UN	WEGA	5,00000	R\$50,0000	R\$250,0000
113	FILTRO PSC 706	UN	WEGA	15,00000	R\$94,0000	R\$1.410,0000
114	FILTRO PSC 745	UN	TECFIL	10,00000	R\$56,6000	R\$566,0000
116	FILTRO PSC 878	UN	TECFIL	10,00000	R\$102,6000	R\$1.026,0000
118	FILTRO FCD 2184 (PSC 884)	UN	WEGA	35,00000	R\$182,9100	R\$6.401,8500
119	FILTRO PSD 460/1	UN	WEGA	10,00000	R\$42,4200	R\$424,2000
121	FILTRO PSD 530/1	UN	WEGA	5,00000	R\$34,6800	R\$173,4000
124	FILTRO PSD 960/1	UN	WEGA	12,00000	R\$51,2900	R\$615,4800
125	FILTRO PSD 970/1	UN	WEGA	25,00000	R\$42,8100	R\$1.070,2500
126	FILTRO PSH 307	UN	TECFIL	5,00000	R\$31,8700	R\$159,3500
127	FILTRO PSH 616	UN	TECFIL	5,00000	R\$122,4300	R\$612,1500
128	FILTRO PSL 47	UN	WEGA	5,00000	R\$16,6600	R\$83,3000
129	FILTRO PSL 127	UN	WEGA	3,00000	R\$16,0200	R\$48,0600
130	FILTRO PSL 156	UN	WEGA	3,00000	R\$50,0000	R\$150,0000
131	FILTRO PSL 283	UN	WEGA	25,00000	R\$48,7500	R\$1.218,7500
132	FILTRO PSL 300	UN	WEGA	6,00000	R\$79,0000	R\$474,0000
133	FILTRO PSL 339	UN	WEGA	5,00000	R\$45,0000	R\$225,0000
134	FILTRO PSL-340	UN	WEGA	5,00000	R\$57,7500	R\$288,7500
135	FILTRO PSL 655	UN	WEGA	6,00000	R\$41,2000	R\$247,2000
136	FILTRO PSL 675	UN	WEGA	10,00000	R\$28,1100	R\$281,1000
137	FILTRO PSL 714	UN	WEGA	2,00000	R\$18,1100	R\$36,2200
138	FILTRO PSL 818	UN	WEGA	6,00000	R\$18,1500	R\$108,9000
140	FILTRO PSL 900	UN	WEGA	5,00000	R\$21,9400	R\$109,7000
141	FILTRO PSL 962	UN	WEGA	40,00000	R\$31,1900	R\$1.247,6000
142	F I L T R O R120LJ10MAQII	UN	WEGA	6,00000	R\$85,7500	R\$514,5000
143	FILTRO R 9010 M (RACOR)	UN	PARKER	3,00000	R\$105,0000	R\$315,0000
144	FILTRO TM 1	UN	WEGA	2,00000	R\$12,3500	R\$24,7000
145	FILTRO TM 2	UN	WEGA	60,00000	R\$12,6500	R\$759,0000
146	FILTRO TM3	UN	WEGA	50,00000	R\$11,0500	R\$552,5000
147	FILTRO TM5	UN	WEGA	30,00000	R\$11,1100	R\$333,3000
148	FILTRO W1160	UN	TECFIL	6,00000	R\$110,0000	R\$660,0000
151	FILTRO 1R1807	UN	WEGA	5,00000	R\$45,7200	R\$228,6000
154	FILTRO VOLVO 11110668	UN	WEGA	10,00000	R\$60,0000	R\$600,0000
155	FILTRO VOLVO 11110683	UN	WEGA	5,00000	R\$100,0000	R\$500,0000
160	FILTRO 1561200	UN	TECFIL	10,00000	R\$56,9900	R\$569,9000
161	ELEMENTO 2277449	UN	WEGA	10,00000	R\$70,0000	R\$700,0000
171	FILTRO NEW HOLLAND 84228488	UN	TECFIL	5,00000	R\$74,0500	R\$370,2500

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 15:13 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p621e622f132c7>.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

Fornecedor: 671797 - Trr Lambari Combustíveis Ltda

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
172	FILTRO NEW HOLLAND 84412164	UN	WEGA	5,00000	R\$47,2500	R\$236,2500
Total do Fornecedor:						R\$111.597,1800
Total Geral dos Itens:						R\$111.597,1800

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 meses , a partir da sua assinatura, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo , que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Eletrônico Nº. 8/2022**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico Nº. 8/2022** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4. Os pagamentos serão efetuados, dos produtos fornecidos em até 30 (trinta) dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
55	5	1	2018	33390303900000000000	1000000
86	7	1	2064	33390303900000000000	1010000
288	9	1	2057	33390303900000000000	1020000

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues A vigência da futura Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura e dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente das quantidade solicitada.**

5.1. Local de entrega: Neste município de Ibirama, conforme solicitações

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 15:13 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE <https://ic.atende.net/p621e622132c7>.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBIRAMA**

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.5 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 15:13 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://ic.atende.net/p621e622f132c7>.





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE FILTROS DIVERSOS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, FLUIDOS E DEMAIS CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTA MUNICIPALIDADE. Nº. 8/2022, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Ibirama (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Ibirama (SC), 01 de Março de 2022

Trr Lambari Combustíveis Ltda

JULIANO BECK

CONTRATADA

Assinado digitalmente por:



ADRIANO

POFFO:05649989907

056.499.899-07

01/03/2022 15:12:45

ADRIANO POFFO

PREFEITO

CPF: 056.499.899-07

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 15:13 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p621e622f132c7>.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.13/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2022

Publicação Nº 3651533

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBIRAMARUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000
Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37
e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.13/2022

Pregão Eletrônico Nº 8/2022

Validade: 12 meses

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois o **MUNICÍPIO DE IBIRAMA** por meio do(a) , pessoa jurídica de direito público, situado na DOUTOR GETULIO VARGAS Nº. 70, CENTRO, cidade de Ibirama, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. , abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2022, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE FILTROS DIVERSOS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, FLUIDOS E DEMAIS CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTA MUNICIPALIDADE., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
ICJ COMMERCE ICJ COMMERCE, neste ato representado por ISRAEL CORREA JACOMO	40.743.082/0001-89
Auto Peças Alvorada Ltda, neste ato representado por ROBSON ANDRADE	94.882.339/0001-02
Trr Lambari Combustíveis Ltda, neste ato representado por JULIANO BECK	87.317.194/0001-31
Lincetractor Comércio, Importação e Exportação EIRELI- Epp, neste ato representado por Vandir Jorge Filho	11.371.179/0001-00
SPEED BRASIL PECAS E ACESSORIOS LTDA, neste ato representado por Taison Ribas Neves	12.184.868/0001-78
CARPECAS COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS PARA MAQUINAS AGRICOLAS E SERVICOS LTDA, neste ato representado por JORGE LUIZ PEREIRA	27.327.086/0001-18
BRVO DISTRIBUIDORA EIRELI, neste ato representado por Thiago Taura Cherbiski	30.273.846/0001-66
DUNAS DISTRIBUIDORA DE FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA, neste ato representado por DANIEL FRANCISCO PRIMIERI	34.001.937/0001-01
CONCEITO ATACADO DE LUBRIFICANTES LTDA, neste ato representado por WILSON ALEXANDRE SACKS	42.386.154/0001-03
SANTA ISABEL COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA, neste ato representado por EDIVALDO FERNANDES CSIPAI	44.440.750/0001-50
JULIO SILVESTRI FILHO ME, neste ato representado por JULIO SILVESTRI FILHO ME	15.608.150/0001-50

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 15:13 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p621e625959b6c5>

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE FILTROS DIVERSOS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, FLUIDOS E DEMAIS CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTA MUNICIPALIDADE.,** em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da , de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000
Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37
e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

Fornecedor: 671819 - Lincetractor Comércio, Importação e Exportação EIRELI- Epp						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
24	FILTRO ACP 887	UN	VOX	3,00000	R\$12,0000	R\$36,0000
26	FILTRO ACP 972	UN	VOX	15,00000	R\$12,0600	R\$180,9000
39	FILTRO ARL 5139	UN	VOX	3,00000	R\$43,9700	R\$131,9100
59	FILTRO ARS 8234	UN	VOX	3,00000	R\$70,1100	R\$210,3300
60	FILTRO ARS 8236	UN	VOX	3,00000	R\$75,0200	R\$225,0600
83	FILTRO JFA 134 (ARL 1654)	UN	VOX *	2,00000	R\$29,2300	R\$58,4600
90	FILTRO PC 952	UN	VOX	3,00000	R\$50,0000	R\$150,0000
91	FILTRO PEC - 3022	UN	VOX	20,00000	R\$34,0000	R\$680,0000
96	FILTRO PEL 311	UN	VOX *	20,00000	R\$16,1800	R\$323,6000
100	FILTRO PEL 2002	UN	VOX	20,00000	R\$20,4600	R\$409,2000
107	FILTRO PSC 451	UN	VOX	3,00000	R\$62,2300	R\$186,6900
120	FILTRO PSD 515	UN	TECFIL *	5,00000	R\$77,8200	R\$389,1000
122	FILTRO PSD 920/1	UN	VOX	20,00000	R\$69,5000	R\$1.390,0000
123	FILTRO PSD 940	UN	VOX	3,00000	R\$109,9600	R\$329,8800
139	FILTRO PSL 836	UN	VOX *	5,00000	R\$35,8900	R\$179,4500
159	FILTRO VOLVO 15066534	UN	TECFIL	5,00000	R\$168,0000	R\$840,0000
163	FILTRO 2456375	UN	DONALDSON*	5,00000	R\$143,0000	R\$715,0000
170	FILTRO 6692337 BOBCAT	UN	DONALDSON*	5,00000	R\$201,0000	R\$1.005,0000
Total do Fornecedor:						R\$7.440,5800
Total Geral dos Itens:						R\$7.440,5800

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 meses , a partir da sua assinatura, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo , que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Eletrônico Nº. 8/2022**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico Nº. 8/2022** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4. Os pagamentos serão efetuados, dos produtos fornecidos em até 30 (trinta) dias de acordo com a apresentação e liberação das Notas Fiscais.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 15:13 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.atende.net/tp621e625959bc5>.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000
Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37
e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

Dotação Orçamentária

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
55	5	1	2018	333903039000000000	1000000
86	7	1	2064	333903039000000000	1010000
288	9	1	2057	333903039000000000	1020000

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues A vigência da futura Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura e dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente das quantidade solicitada.**

5.1. Local de entrega: Neste município de Ibirama, conforme solicitações

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.5 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 15:13 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/p621e625959b0c5>





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBIRAMA

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) , que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS PARCELADAS DE FILTROS DIVERSOS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, FLUIDOS E DEMAIS CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTA MUNICIPALIDADE. Nº. 8/2022, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Ibirama (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Ibirama (SC), 01 de Março de 2022

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 15:13 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.atende.net/jp621e625959bc5>.





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

Lincetractor Comércio, Importação e

Exportação EIRELI- Epp

Vandir Jorge Filho

CONTRATADA

Assinado digitalmente por:



ADRIANO
POFFO:05649989907

056.499.899-07

01/03/2022 15:13:35

ADRIANO POFFO

PREFEITO

CPF: 056.499.899-07

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 15:13 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p621e625959bc5>.



CONTRATO Nº : 41/2022 CONTRATANTE : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 3651540

Contrato Nº : 41/2022

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITORIO DOS MUNICIPIOS DA AMAVI

Cnpj : 14.695.989/0001-00

Objeto : Constitui objeto do presente contrato o rateio de despesas administrativas do CIM-AMAVI para execução das finalidades previstas no Contrato de Programa CIM-AMAVI.

Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 31/12/2022

Assinatura : 01/03/2022

Valor R\$: 8.400,00 (Oito Mil e Quatrocentos Reais)

FISCAL: ANDERSON FOZINA KRUGER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO NR.:30 / 2022 LICITAÇÃO NR.:30 / 2022

Publicação Nº 3651548

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DOUTOR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal de Ibirama, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) **Processo Nr.:30 / 2022**

b) **Licitação Nr.:30 / 2022**

c) **Modalidade:** Dispensa de Licitação

d) **Data Homologação:** 01/03/2022

e) **Data da Adjudicação:** 01/03/2022

f) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa para instalação e montagem e desmontagem de peças decorativas externa, utilizadas como decoração de Páscoa em ruas, prédios públicos, praças, pontes (Centro), e Centro de Eventos Manoel Marchetti em Ibirama.

g) **Fornecedores e Itens Vencedores:**

175080 - Harmoniza Eventos e Decorações Ltda Me						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de limpeza de peças, montagem do tema, recolha e armazenamento final dos itens da decoração de Páscoa no município de Ibirama - SC.	SERVIÇO		1	R\$16.200,00	R\$16.200,00
Total do Fornecedor:						R\$16.200,00

Total da Homologação:	16.200,00
-----------------------	-----------

Ibirama, 1 de março de 2022.

ADRIANO POFFO
PREFEITO
CPF: 056.499.899-07

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO 009 - 2022 MUL E ÁGUAS DE ILHOTA - PNEUS

Publicação Nº 3650903

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 62BDA499DD3F6EE9D5995B8ED4791C87353E9BC

PROCESSO Nº 091/2022 PREGÃO PRESENCIAL – Nº 009/2022 – MUL e Águas de Ilhota REGISTRO DE PREÇO	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO – TOTAL POR ITEM
OBJETO	DO OBJETO – REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, DA POLÍCIA MILITAR, E DA AUTARQUIA ÁGUAS DE ILHOTA, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 15/03/2022 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 15/03/2022 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00	

Ilhota, 01 de março de 2022.

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO 010 - 2022 MUL - PÓ DE BRITA

Publicação Nº 3651023

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2768E4BD67D732A4356750EB74FB85A5F7BDF87

PROCESSO Nº 093/2022 PREGÃO PRESENCIAL – Nº 010/2022 – MUL REGISTRO DE PREÇO	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO – TOTAL POR ITEM
OBJETO	DO OBJETO – REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÓ DE BRITA DESTINADOS ÀS MANUTENÇÕES E CONSERVAÇÕES DE VIAS MUNICIPAIS, conforme anexo I do edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 16/03/2022 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 16/03/2022 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00	

Ilhota, 01 de março de 2022.

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 2021-011 - ADITIVO 002 - PR 011-2020 - SISTEMA - GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA

Publicação Nº 3651172

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E9036F827AF1329B62C006693E681D59A348E2E1
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2021 – PMI.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, do Estado de Santa Catarina, situada na Rua Leoberto Leal nº 160 – CEP 88.320-000, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATANTE e de outro lado a empresa GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA (alteração contratual nº19 de DUETO TECNOLOGIA para GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA), portadora do CNPJ: 04.311.157/0001-99, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, RESOLVEM com fundamento no artigo 57, IV Lei Nº 8.666/93, PROMOVER ADITIVO CONTRATUAL:

Processo de Licitação: 103/2020
Pregão Presencial 11/2020 - PMI
Contrato: 11/2021 – PMI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA O FORNECIMENTO, MEDIANTE LOCAÇÃO, DE SISTEMAS PARA A GESTÃO PÚBLICA, E SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO E IMPORTAÇÃO DOS DADOS EXISTENTES NO SISTEMA ATUALMENTE EM FUNCIONAMENTO, MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, conforme especificações constantes no termo de referência – anexo I.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO – O presente aditivo terá sua prorrogação a partir de 01/03/2022 até 01/03/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – Os valores do contrato permanecem o mesmo.

Parágrafo único. Eventual pedido de reajuste/atualização deverá ser apresentado à Administração acompanhado de elementos que justifiquem o aumento do valor pago.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA QUARTA - E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUINTA - As partes elegem o FORÚM da Comarca de Gaspar para dirimirem quaisquer dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 01 de março de 2022.

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL - CONTRATANTE

GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Assinatura:
Nome: Diogo Werner
CPF: 063.544.929-30

Assinatura:
Nome: Fábio da Silva Santos
CPF: 819.416.179-72

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 22/2022 TOMADA DE PREÇO Nº 02/2022 - PMI/SEINFRA

Publicação Nº 3647148

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E45A64C5351F10062DFDB608A3CA75033406821F

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEINFRA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2022

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2022

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de sua Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) e através da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 17 de MARÇO de 2022, licitação na modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço global, regida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e na Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 211/2020 e suas alterações, para a "CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO DA RUA ALÍPIO JOSÉ CLARINDO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO, BAIRRO VILA NOVA, IMBITUBA/SC".

O Edital e seus anexos, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 02 de março de 2022.

Edilson Misael Antunes da Silva

Secretário Municipal de Infraestrutura.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 068/2022

Publicação Nº 3651840

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 04BB3B3F126AE2CCACDE4CB3F80E695A673EE1B9

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 068/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE GOVERNO

CONTRATADA: AIMANT ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 24.216.797/0001-27

OBJETO DO CONTRATO: O objeto do presente instrumento é o fornecimento e instalação de Sistema de Microgeração Solar Fotovoltaica On Grid de potência mínima de 16,20 kWp, a ser instalado no telhado metálico do estacionamento do Quartel do 1º Grupo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, localizado a Rua Maranhão 415, Bairro Estados, Município de Indaial.

VALOR: R\$ 76.839,50

PRAZO: 1º de março de 2022 até 1º de março de 2023.

DATA DA ASSINATURA: 1º/03/2022.

DECRETO 4384/2022

Publicação Nº 3650915

. DECRETO Nº 4384/22

. De 09 de fevereiro de 2022

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL/JUDICIAL E REGULARIZAÇÃO DE VIA PÚBLICA.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 e 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação judicial/amigável e domínio municipal, das seguintes áreas dos imóveis de Catarina Dias Assini, Rolf Hadlich e Annelies Nagel Hadlich e Isolde Maria Vargás, conforme matrículas e descrição que segue:

Poligonal fechada tem início no Vértice P1 - Coordenadas (UTM N: 7.023.064,846 e E: 676.547,291); segue por linha reta com distância de 1,02m até o Vértice P17 - Coordenadas (UTM N: 7.023.065,364 e E: 676.548,172) dentro de terreno da matrícula 20934, formando lado voltado para o Sudeste com limite voltado para a matrícula 6175; do Vértice P17 segue por linha reta com distância de 13,19m até o Vértice P18 (UTM N: 7.023070,309 e E: 676.560,402), também voltado para o Sudeste, dentro de terreno da matrícula 20934, com limite voltado para a matrícula 6191; do Vértice P18 segue por linha reta com distância de 8,34m até o Vértice P5 (UTM N: 7.023.073,807 e E: 676.567,974), dentro de terreno pertencente a matrícula 20935, com limite voltado para Sudeste para a matrícula 6590; do Vértice P5 segue por linha reta com distância de 4,79m até o Vértice P4 (UTM N: 7.023.077,881 e E: 676.565,451), formando o lado voltado ao Nordeste dentro das terras de propriedade de ROLF HADLICH E ANNELIES NAGEL HADLICH (Matrícula Nº 20935); do Vértice P4 com face voltada à Sudeste, segue por linha reta com distância de 65,67m até o Vértice P10 (UTM N: 7.023.106,982 e E: 676.624,324); do Vértice P10 em linha reta (Sudeste) por um distância de 61,83 m até o Vértice P12 (UTM N: 7.023.133,450 e E: 676.680,201); ainda voltado ao lado Sudeste, do Vértice P12 segue em linha reta por 52,48m até o Vértice P14 (UTM N: 7.023.152,691 e E: 676.729,021); do Vértice P14 segue por linha reta com distância de 31,81m até o Vértice P15 (UTM N: 7.023.124,119 e E: 676.743,010) com lado voltado para o Sudoeste dentro do terreno de matrícula 24957; do Vértice P15 segue por linha reta com distância de 3,00m até o Vértice P16 (UTM N: 7.023.125,545 e E: 676.745,649) com lado voltado à rua Paraiba; do Vértice P16 segue por linha reta com distância de 31,71m até o Vértice P25 (UTM N: 7.023.154,034 e E: 676.731,736), com lado voltado para o Nordeste dentro do terreno de matrícula 24957; do Vértice P25 segue por linha reta com distância de 2,77m até o Vértice P13 (UTM N: 7.023.156,523 e E: 676.730,521), com lado voltado para o Nordeste dentro do terreno de matrícula 20935; do Vértice P13 segue em linha reta por 55,38m com frente voltada à Noroeste até o Vértice P11 (UTM N: 7.023.136,204 e E: 676.679,008); do Vértice P11 segue ainda voltado ao Noroeste por uma linha reta de 62,03m até o Vértice P9 (UTM N: 7.023.109,681 e E: 676.623,015); do Vértice P9 segue novamente em uma linha reta voltada para o Noroeste por uma extensão de 65,98m até o Vértice P6 (UTM N: 7.023.080,420 e E: 676.563,879); do Vértice P6 segue por uma linha reta com frente para o Nordeste por uma extensão de 27,91m até o Vértice P8 (UTM N: 7.023.104,146 e E: 676.549,185); do Vértice P8 o polígono segue com face para Noroeste até o Vértice P7 (UTM N: 7.023.102,932 e E: 676.546,408); do Vértice P7 segue por uma linha reta com extensão de 1,02m voltado para o Sudoeste até o Vértice P20 (UTM N: 7.023.102,069 e E: 676.46,943); do Vértice P20 em linha reta por uma extensão de 19,31m com face voltada para o Noroeste até o Vértice P22 (UTM N: 7.023.093,260 e E: 676.529,859); do Vértice P22 segue em linha reta por 3,00m até o Vértice P23 (UTM N: 7.023.090,593 e E: 676.531,234) voltado para o Sudoeste com face para a rua Pará; do Vértice P23 segue por uma linha reta com extensão de 15,25m voltado a Sudeste até o Vértice P24 (UTM N: 7.023.097,585 e E: 676.544,792) com face voltado para a Matrícula 20934; do Vértice P24 segue por uma linha reta com extensão de 4,20m voltada para Sudeste até o Vértice P21 (UTM N: 7.023.099,511 e E: 676.548,523) dentro do terreno de matrícula 20935; do Vértice P21 segue por uma linha reta com extensão de 28,94m voltado para Sudoeste até o Vértice P3 (UTM N: 7.023.074,905 e E: 676.563,766); do Vértice P3, com lado para o Noroeste, segue em linha reta por uma extensão de 5,25m até o encontro com o Vértice P19 (UTM N: 7.023.072,937 e E: 676.558,898); do Vértice P19, passando

por dentro de área de propriedade de CATARINA DIAS ASSINI, matrícula 20934, com lado voltado para o Noroeste segue por uma linha reta com extensão de 13,75m até o Vértice P2 (UTM N: 7.023.067,783 e E: 676.546,151); do Vértice P2 segue em uma linha reta com extensão de 3,15m com lado voltado para o Sudoeste até o Vértice P1 fechando a poligonal com área de 866,85m². Conforme indicado em projeto da CASAN, haverá uma área de 42,00m² pertencentes à matrícula 20934, outros 729,18m² pertencentes à matrícula 20935 e 95,67m² pertencentes à matrícula 24957.

Art. 2º A área de terras ora desapropriadas com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização de rede coletora que atende ao sistema de esgotamento sanitário de Indaial.

Art. 3º A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via Judicial/Amigável, ficando sob a responsabilidade da CASAN a escrituração das áreas ora desapropriadas.

Art. 4º Ficam a Procuradoria do Município e a Secretaria de Planejamento e Habitação de Indaial autorizados a promoverem os atos administrativos e judiciais necessários, sem prejuízo da Procuradoria da CASAN, visando efetivação de desapropriação de que trata este Decreto e da imissão de posse do imóvel.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 09 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4426/2022

Publicação Nº 3650917

. DECRETO Nº 4426/22
. De 25 de fevereiro de 2022

CANCELA GRATIFICAÇÕES

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas em 01 de março de 2022 as gratificações concedidas dos servidores abaixo listados, concedidas por meio da Lei Complementar 227/2019:

Da Secretaria de Educação:

- R\$750,00 - Priscila Elaine Erhart Cardozo
- R\$1.000,00 - Bruna Deodana Ferrari Pauli
- R\$500,00 - Viviane Pessoa Padilha Patel
- R\$500,00 - Ana Paula Ribeiro de Sousa
- R\$500,00 - Luciane Danielle Packer
- R\$500,00 - Andrea de Souza
- R\$500,00 - Lorena Ostrowski
- R\$250,00 - Sabrina Lance
- R\$500,00 - Marciano Scheitz
- R\$500,00 - Silvia Trentini Machado
- R\$250,00 - Thiciana Poltronieri Nocetti
- R\$250,00 - Sheila Milene Gebien Vargas
- R\$500,00 - Thayse de Espíndola Imme
- R\$750,00 - Camila do Amaral
- R\$500,00 - Fernanda do Nascimento de Oliveira
- R\$750,00 - Marineusa da Cunha de Sá

Da Secretaria de Saúde

- R\$250,00 – Deidiane do Amaral
- R\$250,00 – Mariana Braga

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4427/2022

Publicação Nº 3650918

. DECRETO Nº 4427/22
. De 25 de fevereiro de 2022
EXONERA DIRETORA DE ENSINO / ANA PAULA DE OLIVEIRA ITEN.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado em 01 de março de 2022, do Cargo em Comissão de Diretora de Ensino (CC-3), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, Ana Paula de Oliveira Iten.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

DECRETO 4428/2022

Publicação Nº 3650920

. DECRETO Nº 4428/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / DEIDIANE DO AMARAL

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022, Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) Deidiane do Amaral, que além das atribuições do seu cargo ficará responsável pelo Suporte da Atenção Primária em Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2021.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4429/2022

Publicação Nº 3650922

. DECRETO Nº 4429/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / MARIANA BRAGA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022, Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) Mariana Braga, que além das atribuições do seu cargo ficará responsável pela Coordenação do Setor de Vigilância Epidemiológica.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4430/2022

Publicação Nº 3650924

. DECRETO Nº 4430/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / DANIELA KOLLING DAROLT

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022, Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) Daniela Kolling Darolt, que além das atribuições do seu cargo ficará responsável pelo Setor de Compras da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4431/2022

Publicação Nº 3650926

. DECRETO Nº 4431/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / JANAINA CRISTINA ENGEL MACHADO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022, Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor (a) Janaina Cristina Engel Machado, que além das atribuições do seu cargo ficará responsável pelas assinaturas bancárias da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4432/2022

Publicação Nº 3650927

. DECRETO Nº 4432/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / JEDIAEL NILTON POLLEZA.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022, Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor (a) Jediael Nilton Polleza, que além das atribuições do seu cargo ficará responsável pela Coordenação do Setor de Transporte da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4433/2022

Publicação Nº 3650929

. DECRETO Nº 4433/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / ELIANE CRISTINA ALMEIDA.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022, Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor (a) Eliane Cristina Almeida, que além das atribuições do seu cargo ficará responsável pela Coordenação Operacional do Sistema de Atendimento Integrado à Saúde (SAIS) – Chefe de Enfermagem.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4434/2022

Publicação Nº 3650930

. DECRETO Nº 4434/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / VANESSA CRISTINA PROCHNOW DI BERNARDI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022, Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor (a) Vanessa Cristina Prochnow Di Bernardi, que além das atribuições do seu cargo ficará responsável pelo Suporte da Vigilância Epidemiológica.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4435/2022

Publicação Nº 3650931

. DECRETO Nº 4435/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / ALINE MACHADO DOS SANTOS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022, Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor (a) Aline Machado dos Santos, que além das atribuições do seu cargo ficará responsável pela Coordenação de Combate à Dengue.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4436/2022

Publicação Nº 3650932

. DECRETO Nº 4436/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / SABRINA DE VARGAS SOUZA.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022, Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor (a) Sabrina de Vargas Souza, que além das atribuições do seu cargo ficará responsável pela Coordenação de Imunização.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4437/2022

Publicação Nº 3650933

. DECRETO Nº 4437/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / ALINE FESTEwig

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022, Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) Aline Festewig, que além das atribuições do seu cargo ficará responsável pelas atividades de suporte financeiro da Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4438/2022

Publicação Nº 3650934

. DECRETO Nº 4438/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / CLARICE INES MAIOCHI HINSCHING

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022, Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) Clarice Inês Maiochi Hinsching, que além das atribuições do seu cargo ficará responsável pelas atividades de recepção e coordenação de agenda da Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4439/2022

Publicação Nº 3650935

. DECRETO Nº 4439/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / DÉBORA JUSSARA DE SOUSA.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022, Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) Débora Jussara de Sousa, que além das atribuições do seu cargo ficará responsável pelas assinaturas bancárias.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4440/2022

Publicação Nº 3650936

. DECRETO Nº 4440/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ PRISCILA ELAINE EHRAT CARDOZO.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Priscila Elaine Ehrat Cardozo gratificação especial no valor de R\$1.901,77 (mil novecentos e um reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Geral Educacional e Administrativa na gestão da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4441/2022

Publicação Nº 3650937

. DECRETO Nº 4441/22
. De 25 de fevereiro de 2022
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ ANA PAULA DE OLIVEIRA ITEN.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Ana Paula de Oliveira Iten gratificação especial no valor de R\$1.901,77 (mil novecentos e um reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Geral da Educação Infantil na gestão da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4442/2022

Publicação Nº 3650938

. DECRETO Nº 4442/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ LUCIANE DANIELE PACKER.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Luciane Daniele Packer gratificação especial no valor de R\$1.901,77 (mil novecentos e um reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Geral do Ensino Fundamental na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4443/2022

Publicação Nº 3650940

. DECRETO Nº 4443/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ ANGELA MARIA KLEMANN.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Angela Maria Klemann gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Educacional da Educação Infantil na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4444/2022

Publicação Nº 3650943

. DECRETO Nº 4444/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ VIVIANE PESSOA PADILHA PATEL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Viviane Pessoa Padilha Patel gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Educacional da Educação Infantil na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4445/2022

Publicação Nº 3650946

. DECRETO Nº 4445/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ ANA PAULA RIBEIRO DE SOUZA.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Ana Paula Ribeiro de Souza gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Educacional da Educação Infantil na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4446/2022

Publicação Nº 3650947

. DECRETO Nº 4446/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ ANDREA DE SOUZA.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Andrea de Souza gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Educacional dos Anos Iniciais na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4447/2022

Publicação Nº 3650948

. DECRETO Nº 4447/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ ANDREA DE SOUZA.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Lorena Ostroski gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Educacional dos Anos Finais na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4448/2022

Publicação N° 3650953

. DECRETO N° 4448/22
. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ SABRINA LANCE.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Sabrina Lance gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Educacional dos Anos Finais na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4450/2022

Publicação N° 3650954

. DECRETO N° 4450/22
. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ SILVIA TRENTINI MACHADO.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Silvia Trentini Machado gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Educacional da Informática Pedagógica na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4451/2022

Publicação Nº 3650955

. DECRETO Nº 4451/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ THICIANA POLTRONIERI NICOCETTI.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Thiciana Poltronieri Nicocetti gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Educacional da Casa do Professor na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4452/2022

Publicação Nº 3650956

. DECRETO Nº 4452/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ SHEILA MILENA GEBIEN VARGAS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Sheila Milena Gebien Vargas gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação do Censo Escolar, Matrículas e Logística Escolar na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4453/2022

Publicação Nº 3650957

. DECRETO Nº 4453/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ CLEITON NESPOLO.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 ao servidor Cleiton Nespolo gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Técnica Educacional na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4454/2022

Publicação Nº 3650958

. DECRETO Nº 4454/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ JANAINA THAIS TRAEBERT.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Janaina Thais Traebert gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Técnica Educacional na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4455/2022

Publicação Nº 3650959

. DECRETO Nº 4455/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ THAYSE DE ESPÍNDOLA IMME.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Thayse de Espíndola Imme gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Técnica Educacional na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4456/2022

Publicação Nº 3650960

. DECRETO Nº 4456/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ CAMILA DO AMARAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Camila do Amaral gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Técnica Educacional na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4457/2022

Publicação N° 3650961

. DECRETO N° 4457/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ FERNANDA NASCIMENTO DE OLIVEIRA.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Fernanda Nascimento de Oliveira gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação Técnica Educacional na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4458/2022

Publicação N° 3650962

. DECRETO N° 4458/22

. De 25 de fevereiro de 2022

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO NA GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ MARINEUSA DA CUNHA DE SÁ.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 259 que promoveu alterações na Lei Complementar 113, e demais normas em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de março de 2022 à servidora Marineusa da Cunha de Sá gratificação especial no valor de R\$953,77 (novecentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos) pelo desempenho da função de Coordenação de Projetos Educacionais na gestão da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de fevereiro de 2022.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4479/2022

Publicação Nº 3650793

. DECRETO Nº 4479/22
. De 01 de março de 2022

RECONHECE DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR /MUNICÍPIO DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reconhecidas pelo Município de Indaial as seguintes despesas, de competência de Exercício anterior, conforme segue:

ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDAIAL
O.U.	09.003
P.A.	2382
ELEMENTO/CTA	333909236000000
VINCULO	01120000
CREDOR	IVANDO PEREIRA
VALOR	R\$ 640,83
N.FISC/FAT./REC.	23059

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de março de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4480/2022

Publicação Nº 3650843

. DECRETO Nº 4480/22
. De 01 de março de 2022

ALTERA O DECRETO 4317/2022 - HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 005/2021 - DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS / COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS, GESTÃO 2021/2023 - DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Resolução CMS nº 005/2021 do Conselho Municipal de Saúde de Indaial, que APROVA a composição representativa do conselho municipal de saúde - CMS, gestão 2021/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Indaial/SC, a Resolução nº 005/2021 faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de março de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXERCÍCIO (2021– 2023)

I – REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO E PRESTADORES DE SERVIÇOS PRIVADOS E CONVENIADOS, OU SEM FINS LUCRATIVOS:

a) Secretaria Municipal de Saúde (SMS);

Titular: Sílvio César da Silva
Suplente: Dienata Fernandes de Lima

b) Secretaria Municipal de Educação (SME);

Titular: Camila do Amaral

Suplente: Ana Paula Oliveira Iten

c) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SDS);

Titular: Fernanda da Cunha

Suplente: Katiúscia Simone Harbs

d) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);

Titular: Daniel De Martino Ucedo

Suplente: Ana Paula Ferreira Nagata

e) Hospital Beatriz Ramos (HBR)

Titular: Rúbia Magaly Bussi

Suplente: Adriane Machado Ferrari

f) Rede Feminina de Combate ao Câncer (RFCC).

Titular: Irma Suely Mariani Ramos da Silva

Suplente: Claudete Zazecki Buzzi

II – REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE:

a) Entidade Classista de Trabalhadores da Saúde;

Titular: Paula Gabriela Laurentino (Conselho Regional de Serviço Social-CRESS)

Suplente:

b) Fórum Municipal dos Trabalhadores da Área da Saúde.

Titular: Marlise Banbinetti Dorow

Suplente:

Titular: Solange Pazini

Suplente: Elsa Berkenbrock da Rocha

Titular: Cristiane Cláudia Camilo

Suplente:

Titular: Luiz Alberto Tonet

Suplente: Patricia Loppnow

Titular: Erica Loreni Satur dos Santos

Suplente: Rodrigo Kurek

III – REPRESENTAÇÃO DE ENTIDADES E MOVIMENTOS REPRESENTATIVOS DOS USUÁRIOS DA SAÚDE:

a) Associações de Moradores do Município;

Titular: Mariana Imme Atanásio

Suplente: Maria Janete Berri Ossemer

Titular: Regiane Nafin Backes da Luz

Suplente:

b) Conselhos Locais de Saúde;

Titular: Luciano Pachuczki

Suplente: Alexandra Denise dos Santos

Titular: Enalva Maria Andreatta

Suplente: Helga Hertel Hoê

Titular: Telma Regina da Silva

Suplente: Jair Gilmar Gonzaga

Titular: Dairuza Chiste
Suplente: José Carlos Peixer

c) Associação de Aposentados e Pensionistas de Indaial;

Titular: Sônia Teresinha Elias
Suplente: Jaqueline Mayara Estevam

d) Sindicato dos Trabalhadores;

Titular: Aurora Antunes Coelho
Suplente: Ivo Schnaider

e) Associação Empresarial de Indaial (ACIDI) e/ou Associação de Micro e Pequenas Empresas de Indaial (AMPE) e/ou Câmara de Dirigentes Lojistas de Indaial (CDL);

Titular: Edgar Cardoso
Suplente: Ana Gabriela Gonçalves Guimarães

f) Entidade Religiosa de Saúde Preventiva (Pastoral da Criança);

Titular: Katia Machado de Liz Klug
Suplente: Cleomilda Franke da Silva

g) Clubes e Serviços;

Titular: João Paulo Sucena Alencar
Suplente: Lothar Stange

h) Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Subseção de Indaial.

Titular: Ana Carlina Otto Walter
Suplente: Caroline Schork dos Santos Hilario Arnhold

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

DECRETO 4481/2022

Publicação Nº 3650850

. DECRETO Nº 4481/2022

De 01 de março de 2022

HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA Nº 007/2022 / PROCESSO SELETIVO Nº 011/2021/ EDUCAÇÃO.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto nº 3816/2021 que nomeia a Comissão e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o presente Edital de Chamada Nº 007/2021 decorrente do Processo Seletivo Nº 011/2021/EDUCAÇÃO cujo objeto é a convocação dos candidatos aprovados para escolha de vagas, conforme documentos anexos a este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 01 de março de 2022.

Município de Indaial, em 01 de março de 2022.

André Luiz Moser Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDITAL DE CHAMADA Nº 007/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 011/2021/EDUCAÇÃO

Considerando que a Lei Municipal nº 4.724/2012 estabelece que a contratação de profissionais em caráter temporário e por prazo determinado destina-se ao atendimento de eventuais necessidades de excepcional interesse público;

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação identificou a necessidade de realizar contratações de profissionais decorrentes do

Processo Seletivo nº 011/2021 para o atendimento aos alunos nas aulas presenciais em âmbito escolar; e

Considerando o cronograma de escolha de vagas para o ano letivo de 2022, publicado em 01 de março de 2022.

Art. 1º. Face ao exposto, torna-se público o presente Edital de Chamada Nº 007/2021 decorrente do Processo Seletivo Nº 011/2021/EDUCAÇÃO cujo objeto é a convocação dos candidatos aprovados para escolha de vagas, conforme Anexos I, II e III deste documento.

Art. 2º. Os candidatos convocados deverão comparecer nos locais, datas e horários para escolha das vagas conforme estabelecido no Anexo I deste edital.

Art. 3º. Importante destacar algumas orientações aos candidatos convocados referentes ao processo de chamada e escolha de vaga dos profissionais ACTs, conforme Edital do Processo Seletivo nº 011/2021/EDUCAÇÃO, são elas:

I. A Secretaria Municipal de Educação publicará cronograma de escolha de vagas e as vagas disponíveis, no site <https://indaial.atende.net/> e Diário oficial. É imprescindível o comparecimento do candidato no horário inicial determinado no cronograma, caso contrário o mesmo será excluído da referida escolha (Item 10.6. do PS nº 011/2021);

II. Conforme o item 10.7. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, porém, caso o candidato esteja impossibilitado de comparecer na data da escolha, esta poderá ser realizada por meio de Procurador devidamente constituído para esse fim, neste caso o procurador deverá portar documento original válido de identificação e instrumento de Procuração pública ou particular (com firma reconhecida), outorgando-lhe poderes específicos para escolha de vagas, o representante do candidato será responsável pela tomada de decisão no ato da escolha, sem prejudicar o andamento do processo;

III. Conforme o item - 10.8. O candidato somente poderá escolher vaga mediante a apresentação de um Documento de Identidade Oficial com foto (original) e comprovante de escolaridade;

IV. A chamada dos candidatos aprovados obedecerá a ordem de classificação, mediante a existência de vaga (Item 10.9 do PS nº 011/2021);

V. Após a 1ª chamada, conforme o surgimento de novas vagas, a Secretaria Municipal de Educação, no decorrer do ano de 2022, publicará todas as vagas e cronograma de escolhas no site da Prefeitura (<https://indaial.atende.net/>) e Diário Oficial (Item 10.10 do PS nº 011/2021);

VI. O candidato que não comparecer ao evento de escolha de vagas ou que comparecer, mas ao ser convocado e no ato optar por não escolher alguma das vagas disponíveis, será reclassificado para o final da listagem, podendo ser convocado novamente somente após terem sido convocados todos os candidatos que antecedem a sua nova classificação (Item 10.11 do PS nº 011/2021);

VII. O candidato que por 2 (duas) vezes em sequência não se apresentar nos dias e horários determinados para escolha de vaga, bem como, aquele que presente por 2 (duas) vezes em sequência, não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, será excluído do processo seletivo (Item 10.12 do PS nº 011/2021);

VIII. O candidato que já escolheu vaga, com disponibilidade para aumentar a sua jornada de trabalho, poderá ampliá-la dentro do limite previsto de até 40 horas semanais, com aulas da disciplina da vaga escolhida ou com aulas de disciplinas de áreas afins de acordo com as habilitações exigidas para cada cargo, desde que integrante da mesma área de conhecimento, conforme empregada pelo MEC (somente se for comprovado que não há mais candidatos classificados para a determinada disciplina), sem a necessidade de realização de nova chamada, na sua unidade escolar ou em qualquer outra unidade escolar da municipalidade. O critério a ser utilizado para ampliação da carga horária, caso haja mais de 1 (um) candidato pleiteando as aulas, é exclusivamente a classificação dos candidatos deste processo seletivo na disciplina das aulas. Ou seja, para ampliação do número de aulas contratuais também deverá ser respeitada a sequência da ordem de classificação de candidatos (Item 16.13 do PS nº 011/2021);

IX. A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas às possibilidades de admissão dos candidatos habilitados (Item 10.14 do PS nº 011/2021);

X. Após a escolha da vaga, conforme datas e horários estabelecidos no Cronograma de Escolha de Vagas (Anexo I), o candidato terá 48 (quarenta e oito) horas, considerando-se os dias úteis, para apresentar os documentos admissionais. Passado o prazo e não tendo sido apresentados os documentos em sua integralidade, fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação (Item 10.16 do PS nº 011/2021);

XI. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação de Indaial, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo (Item 10.19 do PS nº 011/2021);

XII. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar os cronogramas de chamada disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de Indaial <https://indaial.atende.net/> e Diário Oficial (Item 10.20 do PS nº 011/2021);

XIII. O candidato somente poderá escolher vaga se não estiver vinculado a nenhum tipo de benefício previdenciário (Salário Maternidade, Auxílio Doença, Auxílio Doença Acidentário). Nesse caso o candidato poderá, mediante requerimento próprio, devidamente munido de documentação comprobatória, solicitar à Secretaria Municipal de Educação a manutenção de sua classificação enquanto permanecer recebendo o benefício previdenciário. Tão logo cessar a vigência do benefício, o candidato deverá comunicar formalmente a Secretaria Municipal de Educação, para poder participar de uma nova escolha de vaga, assegurada a ordem de sua classificação original (Item 10.24 do PS nº 011/2021);

XIV. O candidato inscrito como não habilitado, mesmo que no ato de admissão apresente certificado de habilitação, será admitido com os vencimentos do cargo para qual prestou o processo seletivo e que tenha sido aprovado (Item 10.25 do PS nº 011/2021);

XV. Os profissionais do magistério classificados para os cargos de Professor para atuação em área de conhecimento ou componente curricular, poderão atuar, se houver interesse e disponibilidade de vagas, de forma multidisciplinar de acordo com as habilitações exigidas para cada cargo, de acordo com as habilitações exigidas para cada cargo, desde que integrante da mesma área de conhecimento, conforme empregada pelo MEC (somente se for comprovado que não há mais candidatos classificados para a determinada disciplina e

XVI. Os Candidatos que já escolheram vaga, poderão ser realocados a qualquer tempo e de acordo com as necessidades das Unidades Escolares do Município. Fica a Secretaria Municipal de Educação responsável pela reorganização das vagas abertas em virtude das necessidades temporárias que vierem a surgir durante o prazo estipulado no contrato administrativo firmado no ato de admissão (Item 10.26 do PS nº 011/2021).

Art. 4º. Havendo excesso de candidato (s) para as vagas ofertadas no Anexo II, fica assegurada a manutenção da classificação do candidato convocado que comparecer no ato da escolha de vaga e nesta ocasião não for contemplado devido ao preenchimento da vaga por outro melhor classificado.

Parágrafo único. Os candidatos excedentes de que trata o Caput serão convocados para as eventuais vagas abertas posteriores a publicação desta chamada, as quais serão publicadas em novo edital e respeitará a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

Art. 5º. No caso de não comparecimento de algum candidato convocado conforme o Anexo III deste edital, as vagas não preenchidas serão objeto de novo edital de chamada para convocação de candidatos, respeitada a ordem de classificação.

Art. 6º. A escolha das vagas para os cargos abaixo relacionados, será realizada no dia 03/03/2022, conforme constam nos Anexos I, II e III deste edital.

Art. 7º. Conforme Lei Ordinária 4724 2012 de Indaial SC Art. 9º O contrato firmado de acordo com esta Lei, extinguir-se-á:

O contrato firmado de acordo com esta Lei, extinguir-se-á:

I - Pelo término do prazo contratual;

II - Por iniciativa do contratado;

III - Por iniciativa do Município, presente a conveniência administrativa ou quando o contratado não atender às exigências disciplinares e administrativas, previstas na Lei Complementar 105/10.

§ 1º A extinção do contrato no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando a critério da Administração a dispensa desse prazo.

§ 2º A inobservância do disposto no § 1º implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo para a função pelo período de 1 (um) ano, contado da data do encerramento do contrato.

Art. 8º. Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

7ª CHAMADA REFERENTE AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº011/2021

ATO CONVOCATÓRIO

O Secretário Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas, convoca os candidatos abaixo indicados, conforme o item 10.6 do Edital nº 011/2021, publica-se o cronograma de escolha de vagas para o ano letivo de 2022.

- ANEXO I

DISCIPLINA	DATA	HORÁRIO
Professor de Educação Infantil	03/03/2022	8h
Auxiliar de Creche	03/03/2022	8h30
Professor de Português	03/03/2022	9h30
Professor de História + Geografia + Ensino Religioso	03/03/2022	10h15
Professor de Educação Física	03/03/2022	10h45
Secretário Escolar	03/03/2022	11h15

- Os candidatos classificados convocados e interessados nas vagas deverão comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal da Secretaria de Educação de Indaial, situado na Rua Leoberto Leal, 191 – Fundos, Bairro Tapajós – Indaial – SC, para escolha de vagas.

- Conforme o item 10.7. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, porém, caso o candidato esteja impossibilitado de comparecer na data da escolha, esta poderá ser realizada por meio de Procurador devidamente constituído para esse fim, neste caso o procurador deverá portar documento original válido de identificação e instrumento de Procuração pública ou particular (com firma reconhecida), outorgando-lhe poderes específicos para escolha de vagas, o representante do candidato será responsável pela tomada de decisão no ato da escolha, sem prejudicar o andamento do processo.

- Conforme o item – 10.8. O candidato somente poderá escolher vaga mediante a apresentação de um Documento de Identidade Oficial com foto (original) e COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE;

- É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações seguintes, através do site <https://indaial.atende.net>

- Lei nº 4724 de 10 de dezembro de 2012 dispõe sobre a contratação por tempo determinado de servidores públicos sob regime jurídico especial administrativo para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 9º. O contrato firmado de acordo com esta Lei, extinguir-se-á:

I – Pelo término do prazo contratual;

II – Por iniciativa do contratado;

III – Por iniciativa do Município, presente a conveniência administrativa ou quando o contratado não atender às exigências disciplinares e administrativas, previstas na Lei Complementar 105/10.

§ 1º A extinção do contrato no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando a critério da Administração a dispensa desse prazo.

§ 2º A inobservância do disposto no § 1º implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo para a função pelo período de 1 (um) ano, contado da data do encerramento do contrato.

RECOMENDAÇÕES:

- Comparecer somente no horário marcado;

- Não será permitida a permanência nas dependências do local fora do horário da convocação ou após ter realizado a escolha;

- Somente os candidatos convocados deverão permanecer no local, favor não trazer acompanhantes e

- Uso obrigatório de máscara.

ANEXO II – RELAÇÃO DAS VAGAS

Área de Atuação	Número de vagas	Período	Escolas/ Unidades
Professor de Educação Infantil	1 vaga	Mat./ Vesp.	João Paulo II
Auxiliar de Creche	4 vagas	Mat./ Vesp.	Elsa S./ Espaço de Crescer/ Dilma Terezinha/ Augusto Moser
Professor de Português	1 vaga	Mat.	Colégio Municipal
Professor de História + Geografia + Ensino Religioso	2 vagas	Mat./ Vesp	Maria da Graça/ Tancredo/ Arapongas/ Úrsula/ Anna Alves/ Rudolfo/ Leopoldo Simão
Professor de Educação Física	2 vagas	Mat./ Vesp	São Judas/ Alfredo Stanhke/ Tancredo/ Mulde/Curumim/ Encano Central/ Encano do Norte/ Martha/ Tancredo
Secretário Escolar	1 vaga	Mat./ Vesp	Isaias José Nazari

ANEXO III – LISTAGEM DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

Conforme classificação Processo Seletivo Nº 011/2021/EDUCAÇÃO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Ordem	Nº INSC	CANDIDATO (A)
122	1694	EDILAINE BRUNO Art. 4º. Havendo excesso de candidato (s) para as vagas ofertadas no Anexo II, fica assegurada a manutenção da classificação do candidato convocado que comparecer no ato da escolha de vaga e nesta ocasião não for contemplado devido ao preenchimento da vaga por outro melhor classificado.
123	2086	JULIANE ALVES VIEBRANTZ Art. 4º. Havendo excesso de candidato (s) para as vagas ofertadas no Anexo II, fica assegurada a manutenção da classificação do candidato convocado que comparecer no ato da escolha de vaga e nesta ocasião não for contemplado devido ao preenchimento da vaga por outro melhor classificado.
125	2224	GRAZIELA METZNER Art. 4º. Havendo excesso de candidato (s) para as vagas ofertadas no Anexo II, fica assegurada a manutenção da classificação do candidato convocado que comparecer no ato da escolha de vaga e nesta ocasião não for contemplado devido ao preenchimento da vaga por outro melhor classificado.

AUXILIAR DE CRECHE

Ordem	Nº INSC	CANDIDATO (A)
167	1655	LAIRA JANAÍNA MELO MACHADO Art. 4º. Havendo excesso de candidato (s) para as vagas ofertadas no Anexo II, fica assegurada a manutenção da classificação do candidato convocado que comparecer no ato da escolha de vaga e nesta ocasião não for contemplado devido ao preenchimento da vaga por outro melhor classificado.
171	3897	CLAUDIANA FERREIRA DA SILVA Art. 4º. Havendo excesso de candidato (s) para as vagas ofertadas no Anexo II, fica assegurada a manutenção da classificação do candidato convocado que comparecer no ato da escolha de vaga e nesta ocasião não for contemplado devido ao preenchimento da vaga por outro melhor classificado.

173	3786	KETLYN CAMILA DUTRA
174	3417	ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO
175	2323	LETICIA CASATTI REDEL
176	4048	ZILDA MARIA TRAEBERT
177	2639	MARIA DO SOCORRO DA SILVA SANTOS
178	3766	JOICE VICENTE SCHNEIDER

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA – HABILITADO- RECLASSIFICADOS

Ordem	Nº INSC	CANDIDATO (A)
30	3672	ADRIANA ALVES ESPÍNDOLA Art. 4º. Havendo excesso de candidato (s) para as vagas ofertadas no Anexo II, fica assegurada a manutenção da classificação do candidato convocado que comparecer no ato da escolha de vaga e nesta ocasião não for contemplado devido ao preenchimento da vaga por outro melhor classificado.

PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Ordem	Nº INSC	CANDIDATO (A)
18	1512	PATRICK ALEXANDER FELIPPI Art. 4º. Havendo excesso de candidato (s) para as vagas ofertadas no Anexo II, fica assegurada a manutenção da classificação do candidato convocado que comparecer no ato da escolha de vaga e nesta ocasião não for contemplado devido ao preenchimento da vaga por outro melhor classificado.
24	2280	JOSE RINGO CREMONINI FAGUNDEZ Art. 4º. Havendo excesso de candidato (s) para as vagas ofertadas no Anexo II, fica assegurada a manutenção da classificação do candidato convocado que comparecer no ato da escolha de vaga e nesta ocasião não for contemplado devido ao preenchimento da vaga por outro melhor classificado.

PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Ordem	Nº INSC	CANDIDATO (A)
2	1621	DAVI VICTOR FONSECA Art. 4º. Havendo excesso de candidato (s) para as vagas ofertadas no Anexo II, fica assegurada a manutenção da classificação do candidato convocado que comparecer no ato da escolha de vaga e nesta ocasião não for contemplado devido ao preenchimento da vaga por outro melhor classificado.
3	3296	KAUÊ ANDRÉ RAAUVENDAAL Art. 4º. Havendo excesso de candidato (s) para as vagas ofertadas no Anexo II, fica assegurada a manutenção da classificação do candidato convocado que comparecer no ato da escolha de vaga e nesta ocasião não for contemplado devido ao preenchimento da vaga por outro melhor classificado.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADO

Ordem	Nº INSC	CANDIDATO (A)
45	1604	ROSANA APARECIDA DE SOUZA
46	3415	GUILHERME BECHTOLD
47	3730	VIVIANNE ROBERTA SCHULZE
48	1549	RENATA DO SOCORRO RIBEIRO SALDANHA
49	2442	JEAN CARLOS WITHOFT

SECRETÁRIO ESCOLAR

Ordem	Nº INSC	CANDIDATO (A)
12	2190	DÉBORAH YVANNA BERTELHE DOS SANTOS
13	3616	SANDRA MENEGUINI
14	2022	STEPHANO DEAN PESSOA LINS
15	2652	VIVIANE CANDIDO DA SILVA
16	3120	MARIA ADRIELI BARROS OLIVEIRA
17	1716	VANESSA PEREIRA MARTINS
18	2428	AMSTERDAN DO ROCIO CLARO BIANCO
19	2642	LEONARDO AUGUSTO KRAISCH

André Luiz Moser
Prefeito

DECRETO 4482/2022

Publicação Nº 3651556

. DECRETO Nº 4482/22
. De 01 de março de 2022

ALTERA DECRETO Nº 3918/2021, QUE DECLARA ESTADO DE PERIGO PÚBLICO E URGÊNCIA NA REDE HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE INDIAIAL, E DECRETA INTERVENÇÃO MUNICIPAL POR MODALIDADE DE REQUISIÇÃO DO PRÉDIO E TODAS AS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO

HOSPITAL BEATRIZ RAMOS, ENGLOBANDO LABORATÓRIO, EQUIPAMENTOS MÉDICOS/CIRÚRGICOS, DE EXAMES, RECURSOS HUMANOS, CONTRATOS E DEMAIS MÁQUINAS, OBJETOS E ITENS QUE FAÇAM PARTE DO REGULAR E EFETIVO FUNCIONAMENTO DO NOSOCÔMIO PARA O ATENDIMENTO DOS QUE DELE NECESSITAM E ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO DECRETO 967/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que em 18 de março de 2019 foi editado o Decreto Municipal nº 967/19, o Declara Estado de Perigo Público e Urgência na Rede Hospitalar do Município De Indaial, e Decreta Intervenção Municipal por Modalidade de Requisição do Prédio e todas as Instalações Físicas do Hospital Beatriz Ramos, englobando Laboratório, Equipamentos Médicos/Cirúrgicos, de Exames, Recursos Humanos, Contratos e Demais Máquinas, Objetos e Itens que façam Parte do Regular e Efetivo Funcionamento do Nosocômio para o Atendimento dos que dele necessitam,

CONSIDERANDO que o parágrafo único, do art. 3º, do Decreto Municipal nº 967/19 prevê que a "Requisição-Intervenção vigorará até 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do presente decreto, podendo ser prorrogada por igual período devidamente motivada";

CONSIDERANDO que a atual situação operacional, financeira-econômica e gestão do Hospital Beatriz Ramos das ações e serviços de saúde executados pelo SUS encontra-se ainda em fase de adequação e desenvolvimento, tornando imprescindível a continuidade da intervenção para adoção de medidas necessárias ao cumprimento de sua finalidade;

CONSIDERANDO que as análises e estudos ainda não estão totalmente concluídos para garantir a manutenção do adequado funcionamento das instalações do Hospital Beatriz Ramos;

CONSIDERANDO que o último relatório encaminhado pela interventora do Hospital Beatriz Ramos recomenda sua continuidade da Intervenção, visando à transparência dos procedimentos administrativos, apuração dos fatos e análise dos atos, bem como implantar serviços voltados a recuperação financeira do nosocômio;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias, contados da vigência deste decreto, podendo cessar antes de seu termo final ou, ainda, ser prorrogado por períodos sucessivos, de acordo com a necessidade, a intervenção do Poder Público Municipal na Gerência de todas as instalações físicas do Hospital Beatriz Ramos, englobando todas as instalações do laboratório, equipamentos médicos/cirúrgicos e de exames, recursos humanos, todo o mobiliário e demais utensílios necessários para o devido funcionamento, do Hospital Beatriz Ramos, CNPJ nº 84.231.281/0001-83, com sede na Rua Desembargador Alves Pedrosa, nº 185, Centro, Indaial/SC.

Art. 2º - Fica incluído o inciso VIII no artigo 5º do Decreto 967/2019, que passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 5º - ...

VIII – Ficam concedidos poderes específicos para a alteração e inclusão de cláusulas estatutárias bem como poderes de representação junto à órgãos estaduais e federais, para sanar inconsistências especialmente aquelas apresentadas pela Divisão de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pela Receita Federal."

Art. 3º - Fica alterada a redação do artigo 7º do Decreto 967/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - A Interventora do Hospital Beatriz Ramos deverá remeter ao Prefeito Municipal, à 2ª Promotoria de Justiça de Indaial, à Câmara de Vereadores e ao Observatório Social de Indaial, a cada 180 (cento e oitenta) dias relatório informando as medidas adotadas bem como demonstrativo simplificado da situação financeira do Hospital Beatriz Ramos, de Indaial."

Art. 4º - Fica incluído o parágrafo único ao artigo 7º do Decreto 967/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único: o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado do Exercício serão publicadas no Portal da Transparência do Município de Indaial no fechamento do respectivo exercício financeiro, em conformidade com a Lei 12.101/2009, Lei 12.868/2013, Decreto 7.300/2010 e Decreto 8.242/2014."

Art. 5º - Permanecem em vigor os demais dispositivos do Decreto nº 967/19 não alterados por este Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2021.

Município de Indaial, em 01 de março de 2022.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO 4483/2022

Publicação Nº 3651214

. DECRETO Nº 4483/22
 . De 01 de março de 2022

CANCELA PONTO DE TÁXI / ALEXANDRO VINICIUS MERINI.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelado, a pedido do permissionário, o Ponto de Táxi número 24, localizado na Rodovia BR 470, KM71, número 1377 (próximo a Churrascaria Indaial), instituído pelo Decreto nº 2191/2016, à favor de Alexandro Vinicius Merini.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de março de 2022.

André Luiz Moser
 Prefeito
 Publique-se na Forma da Lei

DECRETO 4484/2022

Publicação Nº 3651527

. DECRETO Nº 4484/22
 . De 01 de março de 2022

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 002/2022 / SECRETARIA DE SAÚDE.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, por meio do Fundo Municipal de Saúde no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas o as inscrições, conforme anexo único, referente Processo Seletivo 002/2022.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de março de 2022.

André Luiz Moser
 Prefeito
 Publique-se na Forma da Lei.

Candidato - Nº Inscrição	Candidato - Descrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - Número	Concurso e Seletivo - Ano	Concurso e Seletivo - Tipo
2	ANA PAULA SESTARI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
3	CASSANDRA DA SILVA SILVEIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
4	ADRIANA DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
6	NECIMARA MARIA DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
7	KERRY RODRIGUES CORREA GALIOTO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
9	ADRIANA VENÂNCIO WOLTER	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
12	BRUNA CAROLINE LEBER SCHRÖR	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
13	CLEBER CORREIA MARQUES	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
14	DENISE LAURENTINO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
18	GISELI KUSTER DE OLIVEIRA GUSTMANN	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
19	EDJANE SANTOS DE CARVALHO PEREIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
23	KARINE BATISTA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
24	JORDAN STANLEY DANTAS ÁLVARES BRITO DO NASCIMENTO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
25	VANIA CUNHA DE GODOI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
28	CLESIANE DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
30	TATIANA ANESI CARLINI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado

Candidato - Nº Inscrição	Candidato - Descrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - Número	Concurso e Seletivo - Ano	Concurso e Seletivo - Tipo
32	EVERSON SPERAFICO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
33	MAICON LUIZ BONA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
37	VIVIANE CENSI DE SOUZA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
38	PAMELA PAULA KOLINESKI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
39	MARIA CLEMENTINO DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
40	ANA REGINA IASCHOMBEK	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
42	RODRIGO JOSE AIRES	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
43	JOSIANE SILVA RAMOS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
44	LUANA MARIA DE ASSIS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
45	ROBSON PASSOS SANTOS JUNIOR	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
48	YASMIN BULHOES	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
49	NATHALY SOUZA FARAONI STINGHEN	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
50	DANIEL PANOCH	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
54	FABIANA GIOVANA SCHMITZ	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
55	FLÁVIA DA SILVA SENA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
60	LAERCIO DAGOSTIN	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
61	DEBORA LOUISEWICHINHESKI THOMAZ CARVALHO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
65	CLAUDIA LUEBKE MUNDT	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
67	ANDRESSA ALMEIDA ALBUQUERQUE	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
68	ERNESTO ROLIM DE CARVALHO JUNIOR	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
69	WANESSA RAQUEL SCHMIDT	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
71	JAQUELINE SANTANA CORREA LERNER	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
72	DANIEL DA CUNHA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
74	BRUNA GONCALVES MUNHOZ	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
75	LETICIA THAIS DALPIAZ	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
77	SAMARA LOPES PAIXAO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
79	WELLINGTON FERREIRA GOMES	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
81	ELIANA APARECIDA TEIXEIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
82	BRUNA DE AGUIAR KUNTZ	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
83	CLEIDINALVA DA SILVA DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
87	CAROLINE KLATCZAK	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
90	MARCIANA ANDREIA PINTO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
91	FABIANA APARECIDA GIELOW	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
92	VAGNER FERREIRA VIEIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
93	ANDRE LUIZ VRES DE NEGREDO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
94	CRISTIANE PEREIRA DA COSTA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
95	JOÃO CARLOS DA COSTA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
97	ANGELITA ANGEL ALVES DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
99	ROSE DE SOUZA MIRANDA BARROS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
100	DANIELA SCHOWANZ CUNHAGO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
102	MANUELA PEDROSO DE MELLO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
103	BARBARA KELEN BORODIAKI DE MACEDO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
104	EVELYN DO ESPIRITO SANTO FEIO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
105	SUELANNY DO SOCORRO PAIXAO DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
106	ANE CAROLINE BARBOSA DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
108	ALINE BATISTA SEVERO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
109	WILTON OLIVEIRA CARDOSO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
110	JEFERSON ROGERIO BARBOSA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
111	MONICA FREIRE METZNER	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
118	KELI ANTUNES	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado

Candidato - Nº Inscrição	Candidato - Descrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - Número	Concurso e Seletivo - Ano	Concurso e Seletivo - Tipo
120	AILSON LENNON SOUSA FIGUEIREDO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
122	MARLI RIOLA CAMPESTRINI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
129	MARIA GENECI FIORI WEIDNER	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
130	RHAIZA RHAYANA OLIVEIRA CUNHA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
131	GRAZIELE MELINA CARVALHO DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
134	KAIKE MARCARINI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
136	ADRIANA DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
139	ERILANE SILVA DOS SANTOS ASSUNÇÃO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
140	SONIA ANDREIA DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
144	MARIA APARECIDA DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
145	ROSANE SALETE MARAFON	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
146	JOSÉ ROSILEI DA SILVA DE ARAUJO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
147	ISABELLA FIDELIS DE MELO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
148	ADRIANA LEITE MARQUES BARROS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
149	GISELE PAZ REGINALDO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
150	BÁRBARA DE NAZARÉ TEIXEIRA ARAÚJO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
155	SALETE MARIA RIBEIRO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
158	MAIRA PASQUALINI MARIN	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
161	FABIANA REGINA RICARDO DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
163	ADRIANA GONCALVES DEMARCH	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
165	KAMILLA CRISTIAN BATISTA RAMOS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
167	DANIELA GROLI DE LIMA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
168	ISMAEL LUIZ DALLABRIDA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
169	SOLANGE BRIGLIA DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
173	DANUSA MARCOS BORGES	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
174	DOLORES BORCHARDT ZUMMACH	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
175	ILIETI MARIA LOES SCHLEI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
176	MARIO ROBERTO DA SILVA MARTINS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
179	CLAUDIA TRATZ	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
180	ANDREIA GRASSMANN SCHRODER	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
181	JEFFERSON JOSE DA COSTA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
183	TANIA SANTOS DE ARAUJO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
186	VIVIAN MOTA COUTO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
191	REJANE DOS SANTOS DE PAULA GONZAGA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
193	ADRIANA TRINDADE DE SOUZA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
196	ROSANE GOMIDES GARCIA DE BARROS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
198	MARIA DAS GRACAS DE SOUZA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
199	ANDERSON LOPES DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
200	FABIA ALINNY PINHEIRO BRAGA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
202	REJANE RUFINO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022	Processo Seletivo Simplificado

Candidato - Nº Inscrição	Candidato - Descrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - Número	Concurso e Seletivo - Ano	Concurso e Seletivo - Tipo
22	MATHEUS ALEXANDRE REBELO	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
29	DIEGO GONÇALVES MASTELLA	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
41	PAULO ROBERTO MOSCHETTA	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
47	NATÍELE OLIVEIRA SANTUSSI	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado

Candidato - Nº Inscrição	Candidato - Descrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - Número	Concurso e Seletivo - Ano	Concurso e Seletivo - Tipo
51	GILMAR ROBERTO STORARI DO CARMO	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
62	CAROLINA BEVERVANÇO VEIGA	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
66	LARISSA CARNEIRO	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
73	LUCIANA LOPES DE MENEZES	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
76	GUILHERME GUENTHER DA SILVA	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
84	EMERSON MARÇAL	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
117	NÁDIA ADRIELLE BALDUINO	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
125	LARISSA DE OLIVEIRA	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
132	LARISSA GARCIA AMARAL	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
154	JULIANO NICKELE JÚNIOR	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
159	JULIANA SOKOL	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
166	JOAO ANTONIO CUNHA COSTA	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
185	ISABELLA CRISTINA SKRZYPCSAK	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
188	MARCELO AUGUSTO DE ALMEIDA JESUS	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
201	JOÃO VICTOR SIMEÃO SOARES DO NASCIMENTO	MEDICO CLINICO GERAL II	2	2022	Processo Seletivo Simplificado

Candidato - Nº Inscrição	Candidato - Descrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - Número	Concurso e Seletivo - Ano	Concurso e Seletivo - Tipo
1	KARINE DE OLIVEIRA PINTO SILVA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
5	RENATO DE OLIVEIRA SILVA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
8	KATIANA SILVA CERQUEIRA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
15	PATRICIA DE OLIVEIRA SILVA SANTOS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
21	TAISA ANDREA ZIMMERMANN	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
26	GRAZIELE CRISTINA DE LIMA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
27	CIRO PASSOS DE SOUZA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
31	EDUARDA LETÍCIA LENZI	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
34	KIZZES DAIANE DE JESUS SANTOS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
35	KARINE BEATRIZ COSTA DE PAULA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
36	GISLAINE APARECIDA DE ALMEIDA THEODORINO KUEHL	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
46	PRISCILA APARECIDA PARRI ZAMINIANI RIBEIRO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
53	MARIA CAROLINE MEDEIROS DE SOUZA ARAUJO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
59	LUCIANA CRUZ ARRAIS COSTA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
70	LUCENYZE MOURA COELHO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
78	VILMA DE ARAUJO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
80	GREICE HECK	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
85	FERNANDA DE OLIVEIRA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
88	MARISA PEREIRA DA SILVA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
89	MARCIANA ANDREIA PINTO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
96	GERLEINA MARIA DA SILVA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
101	SILVANA PEREIRA COSTA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
107	FABRICIA MARTINS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
112	CILENE LINDOSO LIMA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
115	JEAN CARLA GROSSKLAUS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
119	GEAN WOLFE ALENCAR GOMES	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
121	KARINE MOREIRA JESUS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
123	ALINE BIANCA COCTA NDILI	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
126	SORAYA FERNANDES DOS SANTOS SOARES	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
128	WILLIAN CARLOS OSTRUFK	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
133	DORA RUSSELL MOLICA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
135	CRISTIANE LOPES LIMA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
137	GISELE TERESA STEIN KUREK	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
138	LUCINEIA LAGARES FAGUNDES	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado

Candidato - Nº Inscrição	Candidato - Descrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - Número	Concurso e Seletivo - Ano	Concurso e Seletivo - Tipo
141	DANIELLE DOS ANJOS LEAO MORAES	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
142	SHEILA JAQUELINE DA SILVA ALMEIDA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
143	JAQUELINE SOUSA DE OLIVEIRA BRAGA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
151	DEIVID SOUSA ARAGAO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
152	KARLA PATRICIA TEIXEIRA SANTO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
153	MÁRCIA PEREIRA DE OLIVEIRA FERREIRA LEONARDO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
156	MARILU RAQUEL FACHINI	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
157	LUCIANA SCHROEDER	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
162	KATIA CILENI WITHS DE LIMA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
164	LUNA THAIS SOUSA GOMES	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
170	SAYMON MAKEY SOUZA SILVA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
172	JOÃO GABRIEL VITORINO DUTRA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
177	LUCAS ANTÔNIO NUNES DOS SANTOS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
178	PAULO ANDRÉ FELICIO DA SILVA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
182	FLÁVIA DANIELLE ROSA PINHEIRO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
184	HELOISA SCOTTI MENINO DOS SANTOS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
190	MAYLA PEREIRA COZENDEY	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
192	KAMILA CAVALETT RITTER GARBARI	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
197	DAIANA BEATRICH SALERIO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado

Candidato - Nº Inscrição	Candidato - Descrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - Número	Concurso e Seletivo - Ano	Concurso e Seletivo - Tipo
10	LUCAS PECKER DE AZAMBUJA	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
17	DEIVIDSON BRUSCATO DE FARIAS	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
20	TARCICIO LUIS LUDOVICO	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
52	BRUNO MENEGATTI SANCHES	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
56	ARTHUR MANDALIS SONEGO	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
57	LUCAS WIPPEL	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
63	CAROLINA BEVERVANÇO VEIGA	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
86	EMERSON MARÇAL	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
113	MATHEUS ALEXANDRE REBELO	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
116	CAMILA PURNHAGEN BROERING	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
127	LARISSA DE OLIVEIRA	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
160	JULIANA SOKOL	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
171	FERNANDA PEREIRA	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
187	MARCELO AUGUSTO DE ALMEIDA JESUS	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
195	FERNANDA BACH	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2	2022	Processo Seletivo Simplificado

Candidato - Nº Inscrição	Candidato - Descrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - Número	Concurso e Seletivo - Ano	Concurso e Seletivo - Tipo
11	FERNANDA AMORIM STEINGRABER	CLINICA MEDICA I CLM-I10H	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
16	DEIVIDSON BRUSCATO DE FARIAS	CLINICA MEDICA I CLM-I10H	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
58	LUCAS WIPPEL	CLINICA MEDICA I CLM-I10H	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
64	CAROLINA BEVERVANÇO VEIGA	CLINICA MEDICA I CLM-I10H	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
98	ALISSON APARECIDO NUNES	CLINICA MEDICA I CLM-I10H	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
114	MATHEUS ALEXANDRE REBELO	CLINICA MEDICA I CLM-I10H	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
124	LARISSA DE OLIVEIRA	CLINICA MEDICA I CLM-I10H	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
189	MARCELO AUGUSTO DE ALMEIDA JESUS	CLINICA MEDICA I CLM-I10H	2	2022	Processo Seletivo Simplificado
194	FERNANDA BACH	CLINICA MEDICA I CLM-I10H	2	2022	Processo Seletivo Simplificado

DECRETO 4485/2021

Publicação Nº 3651553

.
.**DECRETO Nº 4485/22
De 01 de março de 2022**

HOMOLOGA RESULTADO FINAL PROCESSO
SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2022 – FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2022 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, o Edital e seus anexos fazem parte deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de março de 2022.

André Luiz Moser
Prefeito

Publique-se na forma da lei.





Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Concurso Seletivo - Número	Concurso e Seletivo - Tipo Ano	Data de Nascimento	Candidato Aprovado - Código	Classificação - Geral	Nota
90MARCIANA ANDREIA PINTO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	23/02/1982	11193174Sim	1	17,00
6NECIMARA MARIA DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	22/08/1970	109921975Sim	2	13,00
13CLEBER CORREIA MARQUES	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	20/06/1975	11165383Sim	3	13,00
18GISELI KUSTER DE OLIVEIRA GUSTMANN	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	28/11/1984	11141263Sim	4	13,00
49NATHALY SOUZA FARAONI STINGHEN	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	03/03/1987	11192038Sim	5	13,00
120AILSON LENNON SOUSA FIGUEIREDO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	15/08/1990	11095768Sim	6	13,00
2ANA PAULA SESTARI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	21/08/1990	416410Sim	7	13,00
12BRUNA CAROLINE LEBER SCHRÖR	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	06/08/1993	11133678Sim	8	13,00
77SAMARA LOPES PAIXAO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	28/02/1997	11165430Sim	9	13,00
174DOLORES BORCHARDT ZUMMACH	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	30/12/1972	11194596Sim	10	10,00
4ADRIANA DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	04/09/1979	8474375Sim	11	10,00
67ANDRESSA ALMEIDA ALBUQUERQUE	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	14/02/1981	11123354Sim	12	10,00
158MAIRA PASQUALINI MARIN	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	03/03/1986	1000039118Sim	13	10,00
61DEBORA LOUISEWICHINIESKI THOMAZ CARVALHO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo Simplificado	15/06/1987	951390Sim	14	10,00
7KERRY E RODRIGUES CORREA GALIOTO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2	2022Processo Seletivo	10/10/1989	11042443Sim	15	10,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Concurso Seletivo - Número Seletivo - Tipo Ano	Data de Nascimento	Candidato Aprovado - Código	Classificação - Geral	Nota
97ANGELITA ANGEL ALVES DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	06/09/1990	705209Sim	16	10,00
45ROBSON PASSOS SANTOS JUNIOR	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	17/10/1993	11191899Sim	17	10,00
3CASSANDRA DA SILVA SILVEIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	24/07/1996	11123729Sim	18	10,00
71JAQUELINE SANTANA CORREA LERNER	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	12/05/1979	711705Sim	19	8,00
110JEFFERSON ROGERIO BARBOSA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	03/03/1983	445924Sim	20	8,00
95JOÃO CARLOS DA COSTA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	23/05/1983	11192879Sim	21	8,00
37VIVIANE CENSI DE SOUZA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	29/01/1985	854840Sim	22	8,00
149GISELE PAZ REGINALDO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	26/11/1985	11165804Sim	23	8,00
68BERNESTO ROLIM DE CARVALHO JUNIOR	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	22/12/1989	11191457Sim	24	8,00
163ADRIANA GONCALVES DEMARCH	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	07/10/1990	951781 Sim	25	8,00
150BÁRBARA DE NAZARÉ TEIXEIRA ARAÚJO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	26/10/1994	11193891 Sim	26	8,00
72DANIEL DA CUNHA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	13/06/1995	11191910Sim	27	8,00
161FABIANA REGINA RICARDO DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	09/04/1970	11191430Sim	28	7,00
99ROSE DE SOUZA MIRANDA BARROS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	17/05/1973	11192780Sim	29	7,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Concurso Seletivo - Número Seletivo - Tipo Ano	Data de Nascimento	Candidato Aprovado - Código	Classificação - Geral	Nota
74BRUNA GONCALVES MUNHOZ	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	14/12/1990	11192771Sim	30	7,00
200FABIA ALINNY PINHEIRO BRAGA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	12/12/1996	11061545Sim	31	7,00
25VANIA CUNHA DE GODOI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	14/10/1973	519111Sim	32	5,00
81ELIANA APARECIDA TEIXEIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	23/03/1975	987522Sim	33	5,00
146JOSÉ ROSILEI DA SILVA DE ARAUJO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	09/12/1982	11193948Sim	34	5,00
55FLÁVIA DA SILVA SENA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	20/07/1983	11192585Sim	35	5,00
176MARIO ROBERTO DA SILVA MARTINS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	06/07/1986	11192682Sim	36	5,00
104EVELYN DO ESPIRITO SANTO FEIO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	11/02/1987	11193018Sim	37	5,00
94CRISTIANE PEREIRA DA COSTA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	28/08/1988	11041625Sim	38	5,00
108ALINE BATISTA SEVERO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	23/05/1991	11193417Sim	39	5,00
75LETICIA THAIS DALPIAZ	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	01/11/1993	11165855Sim	40	5,00
155SALETE MARIA RIBEIRO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	08/03/1961	11193050Sim	41	2,00
148ADRIANA LEITE MARQUES BARROS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	06/06/1972	11193379Sim	42	2,00
181JEFFERSON JOSE DA COSTA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	19/07/1985	896470Sim	43	2,00
144MARIA APARECIDA DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	15/08/1985	11193999Sim	44	2,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Concurso Seletivo - Número Seletivo - Tipo Ano	Data de Nascimento	Candidato Aprovado - Código	Classificação - Geral	Nota
106ANE CAROLINE BARBOSA DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	24/10/1985	11039655Sim	45	2,00
50DANIEL PANOCH	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	01/11/1985	11191538Sim	46	2,00
134KAIKE MARCARINI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	20/10/1993	973033Sim	47	2,00
106SUELANNY DO SOCORRO PAIXAO DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	18/12/1993	11067179Sim	48	2,00
139ERILANE SILVA DOS SANTOS ASSUNÇÃO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	27/03/1997	11191406Sim	49	2,00
111MONICA FREIRE METZNER	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	12/04/1966	931330Sim	50	0,00
179CLAUDIA TRATZ	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	18/12/1967	847747Sim	51	0,00
198MARIA DAS GRACAS DE SOUZA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	29/12/1969	483478Sim	52	0,00
145ROSANE SALETE MARAFON	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	20/10/1970	110620Sim	53	0,00
40ANA REGINA IASCHOMBEK	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	14/08/1971	11191570Sim	54	0,00
175ILIETI MARIA LOES SCHLEI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	21/07/1972	546054Sim	55	0,00
65CLAUDIA LUEBKE MUNDT	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	28/05/1973	979708Sim	56	0,00
69WANESSA RAQUEL SCHMIDT	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	27/02/1974	297674Sim	57	0,00
122MARLI RIOLA CAMPESTRINI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	08/03/1974	11192933Sim	58	0,00
196ROSANE GOMIDES GARCIA DE BARROS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	03/05/1974	11191902Sim	59	0,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Concurso Seletivo - Número Seletivo - Tipo Ano	Data de Nascimento	Candidato Aprovado - Código	Classificação - Geral	Nota
129MARIA GENECI FIORI WEIDNER	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	09/05/1974	11193719Sim	60	0,00
191REJANE DOS SANTOS DE PAULA GONZAGA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	01/11/1975	1000044855Sim	61	0,00
140SONIA ANDREA DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	20/11/1975	34363Sim	62	0,00
60LAERCIO DAGOSTIN	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	22/04/1979	713392Sim	63	0,00
54FABIANA GIOVANA SCHMITZ	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	15/08/1979	11165898Sim	64	0,00
202REJANE RUFINO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	08/12/1979	321338Sim	65	0,00
100DANIELA SCHOWANZ CUNHAGO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	13/08/1980	10990348Sim	66	0,00
83CLEIDINALVA DA SILVA DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	27/04/1982	11191660Sim	67	0,00
28CLESIA NE DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	05/08/1982	483915Sim	68	0,00
91FABIANA APARECIDA GIELOW	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	22/12/1982	11136413Sim	69	0,00
103BARBARA KELEN BORODIAKI DE MACEDO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	13/07/1983	11165413Sim	70	0,00
30TATIANA ANESI CARLINI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	17/07/1983	951269Sim	71	0,00
19EDJANE SANTOS DE CARVALHO PEREIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	09/03/1984	11084642Sim	72	0,00
180ANDREA GRASSMANN SCHRODER	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	23/03/1984	450090Sim	73	0,00
87CAROLINE KLATCZAK	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	11/01/1985	11191651Sim	74	0,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Concurso Seletivo - Número Seletivo - Tipo Ano	Data de Nascimento	Candidato Aprovado - Código	Classificação - Geral	Nota
39MARIA CLEMENTINO DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	16/12/1985	1000040108Sim	75	0,00
38PAMELA PAULA KOLINESKI	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	15/01/1986	11191414Sim	76	0,00
42RODRIGO JOSE AIRES	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	06/03/1986	896527Sim	77	0,00
173DANUSA MARCOS BORGES	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	30/07/1986	11193794Sim	78	0,00
167DANIELA GROLLI DE LIMA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	21/10/1986	11193549Sim	79	0,00
118KELI ANTUNES	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	29/03/1987	1000036798Sim	80	0,00
136ADRIANA DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	22/04/1987	847429Sim	81	0,00
92VAGNER FERREIRA VIEIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	05/05/1987	11193182Sim	82	0,00
186VIVIAN MOTA COUTO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	25/04/1989	11191953Sim	83	0,00
102MANUELA PEDROSO DE MELLO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	25/06/1989	11192003Sim	84	0,00
24JORDAN STANLEY DANTAS ÁLVARES BRITO DO NASCIMENTO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	14/08/1989	11191600Sim	85	0,00
33MAICON LUIZ BONA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	22/05/1990	914746Sim	86	0,00
130RHAIZA RHAYANA OLIVEIRA CUNHA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	28/05/1990	11193727Sim	87	0,00
44LUANA MARIA DE ASSIS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	09/07/1990	11191317Sim	88	0,00
82BRUNA DE AGUIAR KUNTZ	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	02/08/1990	11165944Sim	89	0,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Concurso Seletivo - Número Seletivo - Tipo Ano	Data de Nascimento	Candidato Aprovado - Código	Classificação - Geral	Nota
14DENISE LAURENTINO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	24/09/1990	445363Sim	90	0,00
23KARINE BATISTA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	06/06/1991	11191970Sim	91	0,00
79WELLINGTON FERREIRA GOMES	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	30/08/1991	11191791Sim	92	0,00
183TANIA SANTOS DE ARAUJO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	02/11/1991	11194642Sim	93	0,00
109WILTON OLIVEIRA CARDOSO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	20/11/1991	11192755Sim	94	0,00
168SOLANGE BRIGLIA DE OLIVEIRA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	27/01/1993	11193972Sim	95	0,00
48YASMIN BULHOES	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	29/09/1994	11191937Sim	96	0,00
9ADRIANA VENANCIO WOLTER	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	22/11/1994	11191244Sim	97	0,00
131GRAZIELE MELINA CARVALHO DA SILVA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	14/06/1995	11193409Sim	98	0,00
93ANDRE LUIZ VRES DE NEGREDO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	08/11/1995	11193220Sim	99	0,00
165KAMILLA CRISTIAN BATISTA RAMOS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	10/06/1996	11194049Sim	100	0,00
199ANDERSON LOPES DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	11/06/1996	11194090Sim	101	0,00
43JOSIANE SILVA RAMOS	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	13/06/1996	11191929Sim	102	0,00
193ADRIANA TRINDADE DE SOUZA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	05/10/1996	11191708Sim	103	0,00
32EVERSON SPERAFICO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	19/05/1997	11191732Sim	104	0,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Concurso Seletivo - Número Seletivo - Tipo Ano	Data de Nascimento	Candidato Aprovado - Código	Classificação - Geral	Nota
147ISABELLA FIDELIS DE MELO	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	28/08/1997	11192011Sim	105	0,00
168ISMAEL LUIZ DALLABRIDA	TECNICO DE ENFERM II (TEF	2 2022Processo Seletivo Simplificado	14/07/1999	11194499Sim	106	0,00
Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Concurso Seletivo - Número Seletivo - Tipo Ano	Data de Nascimento	Candidato Aprovado - Código	Classificação - Geral	Nota
73LUCIANA LOPES DE MENEZES	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	20/11/1982	11013958Sim	1	18,00
84EMERSON MARÇAL	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	31/07/1978	11191554Sim	2	12,00
132LARISSA GARCIA AMARAL	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	23/01/1986	10957898Sim	3	10,00
166JOAO ANTONIO CUNHA COSTA	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	21/11/1989	11194413Sim	4	6,00
125LARISSA DE OLIVEIRA	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	01/03/1995	11193751Sim	5	6,00
154JULIANO NICKELE JÚNIOR	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	19/07/1996	11193875Sim	6	6,00
22MATHEUS ALEXANDRE REBELO	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	22/07/1994	11026197Sim	7	4,00
51GILMAR ROBERTO STORARI DO CARMO	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	24/10/1974	11192291Sim	8	0,00
41PAULO ROBERTO MOSCHETTA	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	25/07/1981	857793Sim	9	0,00
117NÁDIA ADRIELLE BALDUINO	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	25/08/1990	11192020Sim	10	0,00
47NATIELÉ OLIVEIRA SANT'USSI	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	29/03/1991	11192321Sim	11	0,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Concurso e Seletivo - Número Seletivo - Ano	Data de Nascimento	Candidato Aprovado - Código	Classificação - Geral	Nota
76GUILHERME GUENTHER DA SILVA	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	09/04/1992	11034076Sim	12	0,00
188MARCELO AUGUSTO DE ALMEIDA JESUS	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	25/02/1993	11193832Sim	13	0,00
159JULIANA SOKOL	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	17/06/1995	11194278Sim	14	0,00
29DIEGO GONÇALVES MASTELLA	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	15/01/1996	11191481Sim	15	0,00
185ISABELLA CRISTINA SKRSPYCSAK	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	14/08/1996	11194197Sim	16	0,00
62CAROLINA BEVERVANÇO VEIGA	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	29/12/1996	11192607Sim	17	0,00
201JOÃO VICTOR SIMEÃO SOARES DO NASCIMENTO	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	11/05/1997	11194146Sim	18	0,00
66LARISSA CARNEIRO	MEDICO CLINICO GERAL II	2 2022Processo Seletivo Simplificado	31/10/1997	11192380Sim	19	0,00

Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Con Seletivo - Número Seletivo - Ano	Data de Nascimento	Candidat o - Código	Classificaç ão - Geral	Nota
78VILMA DE ARAUJO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	15/06/1988	11192925Sim	1	56,00
170SAYMON MAKEY SOUZA SILVA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	25/11/1987	11191678Sim	2	36,00
162KATIA CILENI WITHS DE LIMA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	15/11/1973	11021349Sim	3	26,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - Número do Tipo Seletivo - Ano	Data de Nascimento	Candidat o - Código	Classificaç ão - Geral	Nota
135CRISTIANE LOPES LIMA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	07/03/1994	11193239Sim	4	26,00
190MAYLA PEREIRA COZENDEY	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	19/06/1997	11194693Sim	5	26,00
1KARINE DE OLIVEIRA PINTO SILVA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	03/03/1986	11061081Sim	6	24,00
26GRAZIELE CRISTINA DE LIMA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	16/04/1990	11191350Sim	7	24,00
15PATRICIA DE OLIVEIRA SILVA SANTOS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	06/05/1983	11070641Sim	8	16,00
141DANIELLE DOS ANJOS LEAO MORAES	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	29/12/1984	11163569Sim	9	16,00
142SHEILA JAQUELINE DA SILVA ALMEIDA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	30/01/1991	11135581Sim	10	16,00
182FLÁVIA DANIELLE ROSA PINHEIRO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	02/07/1991	11161132Sim	11	16,00
85FERNANDA DE OLIVEIRA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	07/01/1997	1000000Sim 4311	12	16,00
88MARISA PEREIRA DA SILVA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	27/10/1970	11163984Sim	13	14,00
153MÁRCIA PEREIRA DE OLIVEIRA FERREIRA LEONARDO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	01/10/1977	11193034Sim	14	14,00
107FABRICIA MARTINS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	06/03/1979	11161019Sim	15	14,00
177LUCAS ANTÔNIO NUNES DOS SANTOS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	16/01/1998	11194553Sim	16	14,00
89MARCIANA ANDREIA PINTO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	23/02/1982	11193174Sim	17	12,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - Número e Tipo Seletivo - Ano	Data de Nascimento	Candidat o - Código	Classificaç ão - Geral	Nota
126SORAYA FERNANDES DOS SANTOS SOARES	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	25/08/1990	11193735Sim	18	11,00
137GISELE TERESA STEIN KUREK	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	04/02/1979	648680Sim	19	10,00
128WILLIAN CARLOS OSTRUFK	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	05/12/1980	11192399Sim	20	10,00
70LUCENYZE MOURA COELHO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	20/10/1982	11192569Sim	21	10,00
5RENATO DE OLIVEIRA SILVA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	19/09/1983	11051159Sim	22	10,00
8KATIANA SILVA CERQUEIRA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	23/10/1982	906328Sim	23	7,00
133DORA RUSSELL MOLICA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	19/04/1973	11191287Sim	24	6,00
46PRISCILA APARECIDA PARRI ZAMINIANI RIBEIRO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	21/11/1981	938386Sim	25	6,00
143JUAQUELINE SOUSA DE OLIVEIRA BRAGA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	04/01/1985	11194162Sim	26	5,00
53MARIA CAROLINE MEDEIROS DE SOUZA ARAUJO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	14/10/1985	11192313Sim	27	4,00
31EDUARDA LETÍCIA LENZI	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	02/06/1999	11191503Sim	28	4,00
172JOÃO GABRIEL VITORINO DUTRA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	26/07/1999	11191864Sim	29	4,00
59LUCIANA CRUZ ARRAIS COSTA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	05/04/1976	11192615Sim	30	2,00
192KAMILA CAVALETT RITTER GARBARI	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	22/06/1991	812161Sim	31	2,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - Número e Tipo Seletivo - Ano	Data de Nascimento	Candidat o - Código	Classificaç ão - Geral	Nota
152KARLA PATRICIA TEIXEIRA SANTIAGO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	22/11/1979	11193093Sim	32	1,00
35KARINE BEATRIZ COSTA DE PAULA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	19/12/1994	11191767Sim	33	1,00
101SILVANA PEREIRA COSTA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	30/04/1964	11192534Sim	34	0,00
21TAISA ANDREA ZIMMERMANN	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	31/08/1968	11191368Sim	35	0,00
157LUCIANA SCHROEDER	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	01/04/1972	11194448Sim	36	0,00
115JEAN CARLA GROSSKLAUS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	06/03/1972	11163836Sim	37	0,00
156MARILU RAQUEL FACHINI	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	09/11/1975	246727Sim	38	0,00
36GISLAINE APARECIDA DE ALMEIDA THEODORINO KUEHL	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	24/09/1979	11191333Sim	39	0,00
178PAULO ANDRÉ FELICIO DA SILVA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	02/12/1978	11191562Sim	40	0,00
96GERLEINA MARIA DA SILVA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	09/11/1981	11193310Sim	41	0,00
138LUCINEIA LAGARES FAGUNDES	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	24/01/1980	11192550Sim	42	0,00
197DAIANA BEATRICE SALERIO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	11/03/1982	11161051Sim	43	0,00
112CILENE LINDOSO LIMA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	31/01/1984	11192461Sim	44	0,00
119GEAN WOLFE ALENCAR GOMES	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	26/11/1986	11193654Sim	45	0,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - curs Número o e Seletivo - ivo - Ano	Data de Nascimento	Candidat o - Código	Classificaç ão - Geral	Nota
34KIZZES DAIANE DE JESUS SANTOS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	21/07/1988	11191422Sim	46	0,00
164LUNA THAIS SOUSA GOMES	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	13/08/1988	11194464Sim	47	0,00
123ALINE BIANCA COCTA NDILI	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	16/10/1993	11192410Sim	48	0,00
80GREICE HECK	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	29/12/1994	11167041Sim	49	0,00
121KARINE MOREIRA JESUS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	22/02/1996	11193689Sim	50	0,00
151DEIVID SOUSA ARAGAO	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	22/02/1996	11194073Sim	51	0,00
184HELOISA SCOTTI MENINO DOS SANTOS	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	12/06/1997	11194014Sim	52	0,00
27CIRO PASSOS DE SOUZA	ENFERMEIRA(O) IV (ENF-IV)	2 2022Processo Seletivo Simplificado		11191961Sim	53	0,00

Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - curs Número o e Seletivo - ivo - Ano	Data de Nascimento	Candidat o - Código	Classificaç ão - Geral	Nota
10LUCAS PECKER DE AZAMBUJA	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	23/01/1990	11128127Sim	1	16,00
127LARISSA DE OLIVEIRA	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	01/03/1995	11193751Sim	2	6,00
56ARTHUR MANDALIS SONEGO	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	10/04/1997	11192496Sim	3	6,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - curs Número o e Seletivo - Ano	Data de Nascimento	Candidat o - Código	Classificaç ão - Geral	Nota
113MATHEUS ALEXANDRE REBELO	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	22/07/1994	11026197Sim	4	4,00
20TARCICIO LUIS LUDOVICO	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	04/06/1966	246468Sim	5	0,00
86EMERSON MARÇAL	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	31/07/1978	11191554Sim	6	0,00
195FERNANDA BACH	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	19/05/1981	11194022Sim	7	0,00
17DEVIDSON BRUSCATO DE FARIAS	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	06/06/1982	641979Sim	8	0,00
187MARCELO AUGUSTO DE ALMEIDA JESUS	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	25/02/1993	11193832Sim	9	0,00
57LUCAS WIPPEL	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	19/10/1993	11192577Sim	10	0,00
160JULIANA SOKOL	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	17/06/1995	11194278Sim	11	0,00
171FERNANDA PEREIRA	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	26/01/1996	11193824Sim	12	0,00
63CAROLINA BEVERVANÇO VEIGA	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	29/12/1996	11192607Sim	13	0,00
52BRUNO MENEGATTI SANCHES	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	07/04/1997	11191759Sim	14	0,00
116CAMILA PURNHAGEN BROERING	CLINICA MEDICA II(20 hrs)	2 2022Processo Seletivo Simplificado	10/09/1997	11146583Sim	15	0,00



Candidato - Candidato - Descrição Nº Inscrição	Cargo - Descrição	Concurso e Seletivo - Número e Tipo Seletivo - Ano	Data de Nascimento	Candidat o - Código	Classificaç ão - Geral	Nota
124LARISSA DE OLIVEIRA	CLINICA MEDICA I CLM-I-10H	2 2022Processo Seletivo Simplificado	01/03/1995	11193751Sim	1	6,00
98ALISSON APARECIDO NUNES	CLINICA MEDICA I CLM-I-10H	2 2022Processo Seletivo Simplificado	04/11/1993	11124946Sim	2	4,00
114MATHEUS ALEXANDRE REBELO	CLINICA MEDICA I CLM-I-10H	2 2022Processo Seletivo Simplificado	22/07/1994	11026197Sim	3	4,00
11FERNANDA AMORIM STEINGRABER	CLINICA MEDICA I CLM-I-10H	2 2022Processo Seletivo Simplificado	01/04/1997	11191112Sim	4	1,00
194FERNANDA BACH	CLINICA MEDICA I CLM-I-10H	2 2022Processo Seletivo Simplificado	19/05/1981	11194022Sim	5	0,00
16DEIVIDSON BRUSCATO DE FARIAS	CLINICA MEDICA I CLM-I-10H	2 2022Processo Seletivo Simplificado	06/06/1982	641979Sim	6	0,00
189MARCELO AUGUSTO DE ALMEIDA JESUS	CLINICA MEDICA I CLM-I-10H	2 2022Processo Seletivo Simplificado	25/02/1993	11193832Sim	7	0,00
58LUCAS WIPPEL	CLINICA MEDICA I CLM-I-10H	2 2022Processo Seletivo Simplificado	19/10/1993	11192577Sim	8	0,00
64CAROLINA BEVERVANÇO VEIGA	CLINICA MEDICA I CLM-I-10H	2 2022Processo Seletivo Simplificado	29/12/1996	11192607Sim	9	0,00



EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 011/2022

Publicação Nº 3650913

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 11/2022

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr(a). KELLY CAROLINA MARQUES com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). KELLY CAROLINA MARQUES, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 086.454.319-04, residente e domiciliado(a) na Rua Reinaldo Schossland, nº 239, Jardim Iriuri, em Joinville/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) CONTRATADO(A) trabalhará para o CONTRATANTE na função de TÉCNICO DE ANÁLISES CLÍNICAS, estando ciente de que a relação jurídica entre as partes é regida pelo regime jurídico administrativo nos termos da Lei 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, o(a) CONTRATADO(A) receberá a quantia de R\$ 2.868,47 (dois mil oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Único – O valor da remuneração prevista na Cláusula Segunda será reajustado conforme índices da categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA - A jornada de trabalho do(a) CONTRATADO(A) será de 40 horas.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 21 de janeiro de 2022, podendo ser prorrogado por até igual período, em cujo término será o mesmo extinto, independente de quaisquer interrupções ou suspensões.

CLÁUSULA QUINTA – Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá observar o constante do artigo 9º da Lei nº 4.724/2012.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao(à) CONTRATADO(A) caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o(a) CONTRATADO(A) incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 105/2010) como puníveis com a pena de demissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - O(A) CONTRATADO(A) poderá rescindir o presente contrato, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado, quando:

- a) Não cumprir o CONTRATANTE as obrigações do contrato;
- b) Praticar o CONTRATANTE, ou seus prepostos, contra ele, ato lesivo da honra e boa fama;
- c) O CONTRATANTE ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

CLÁUSULA OITAVA - É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao(à) CONTRATADO(A), nos casos e termos previstos na Lei Complementar nº 105/2010, que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA NONA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Ordinária Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014, que dispõe sobre a contratação de serviços temporários.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Indaial para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 20 de janeiro de 2022

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

KELLY CAROLINA MARQUES
Contratado

Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 012/2022

Publicação Nº 3650914

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 12/2022

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr(a). KAROLYNE LEMKE com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). KAROLYNE LEMKE, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 060.588.619-93, residente e domiciliado(a) na Rua Colômbia, nº 175, Nações, em Indaial/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) CONTRATADO(A) trabalhará para o CONTRATANTE na função de TÉCNICO DE ANÁLISES CLÍNICAS, estando ciente de que a relação jurídica entre as partes é regida pelo regime jurídico administrativo nos termos da Lei 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, o(a) CONTRATADO(A) receberá a quantia de R\$ 2.868,47 (dois mil oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Único – O valor da remuneração prevista na Cláusula Segunda será reajustado conforme índices da categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA - A jornada de trabalho do(a) CONTRATADO(A) será de 40 horas.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 24 de janeiro de 2022, podendo ser prorrogado por até igual período, em cujo término será o mesmo extinto, independente de quaisquer interrupções ou suspensões.

CLÁUSULA QUINTA – Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá observar o constante do artigo 9º da Lei nº 4.724/2012.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao(à) CONTRATADO(A) caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o(a) CONTRATADO(A) incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 105/2010) como puníveis com a pena de demissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - O(A) CONTRATADO(A) poderá rescindir o presente contrato, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado, quando:

- a) Não cumprir o CONTRATANTE as obrigações do contrato;
- b) Praticar o CONTRATANTE, ou seus prepostos, contra ele, ato lesivo da honra e boa fama;
- c) O CONTRATANTE ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

CLÁUSULA OITAVA - É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao(à) CONTRATADO(A), nos casos e termos previstos na Lei Complementar nº 105/2010, que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA NONA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Ordinária Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014, que dispõe sobre a contratação de serviços temporários.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Indaial para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 20 de janeiro de 2022.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

KAROLYNE LEMKE
Contratado

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 013/2022

Publicação Nº 3650919

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 13/2022

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr(a). KATIANA SILVA CERQUEIRA com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº

4.986/2014.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). KATIANA SILVA CERQUEIRA, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 005.631.525-24, residente e domiciliado(a) na Rua Adolfo Molinari, nº 215 Ap 308, Bl A, Estrada das Areias em Indaial/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) CONTRATADO(A) trabalhará para o CONTRATANTE na função de ENFERMEIRO, estando ciente de que a relação jurídica entre as partes é regida pelo regime jurídico administrativo nos termos da Lei 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, o(a) CONTRATADO(A) receberá a quantia de R\$ 4.084,25 (quatro mil e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Único – O valor da remuneração prevista na Cláusula Segunda será reajustado conforme índices da categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA - A jornada de trabalho do(a) CONTRATADO(A) será de 40 horas.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar de 01 de Fevereiro de 2022, podendo ser prorrogado por até igual período, em cujo término será o mesmo extinto, independente de quaisquer interrupções ou suspensões.

CLÁUSULA QUINTA – Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá observar o constante do artigo 9º da Lei nº 4.724/2012.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao(à) CONTRATADO(A) caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o(a) CONTRATADO(A) incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 105/2010) como puníveis com a pena de demissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - O(A) CONTRATADO(A) poderá rescindir o presente contrato, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado, quando:

- a) Não cumprir o CONTRATANTE as obrigações do contrato;
- b) Praticar o CONTRATANTE, ou seus prepostos, contra ele, ato lesivo da honra e boa fama;
- c) O CONTRATANTE ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

CLÁUSULA OITAVA - É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao(à) CONTRATADO(A), nos casos e termos previstos na Lei Complementar nº 105/2010, que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA NONA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Ordinária Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014, que dispõe sobre a contratação de serviços temporários.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Indaial para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 25 de janeiro de 2022.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

KATIANA SILVA CERQUEIRA
Contratado

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 014/2022

Publicação Nº 3650963

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 14/2022

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr(a). NÁTALIE NIETSCHKE com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). NÁTALIE NIETSCHKE, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 101.470.729-30, residente e domiciliado(a) na BC Maria Valcanaia, nº 997, Warnow, em Indaial/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) CONTRATADO(A) trabalhará para o CONTRATANTE na função de PROFESSOR DE VIOLINO/VIOLA, estando ciente de que a relação jurídica entre as partes é regida pelo regime jurídico administrativo nos termos da Lei 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, o(a) CONTRATADO(A) receberá a quantia de R\$ 2.642,55 (dois mil seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Único – O valor da remuneração prevista na Cláusula Segunda será reajustado conforme índices da categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA - A jornada de trabalho do(a) CONTRATADO(A) será de 40 horas.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar de 01 de Fevereiro de 2022, podendo ser prorrogado por até igual período, em cujo término será o mesmo extinto, independente de quaisquer interrupções ou suspensões.

CLÁUSULA QUINTA – Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá observar o constante do artigo 9º da Lei nº 4.724/2012.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao(à) CONTRATADO(A) caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o(a) CONTRATADO(A) incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 105/2010) como puníveis com a pena de demissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - O(A) CONTRATADO(A) poderá rescindir o presente contrato, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado, quando:

- a) Não cumprir o CONTRATANTE as obrigações do contrato;
- b) Praticar o CONTRATANTE, ou seus prepostos, contra ele, ato lesivo da honra e boa fama;
- c) O CONTRATANTE ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

CLÁUSULA OITAVA - É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao(à) CONTRATADO(A), nos casos e termos previstos na Lei Complementar nº 105/2010, que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA NONA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Ordinária Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014, que dispõe sobre a contratação de serviços temporários.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Indaial para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 31 de Janeiro de 2022.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

NÁTALIE NIETSCHÉ
Contratado

Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 015/2022

Publicação Nº 3650964

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 15/2022

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr(a). ALEX BAUER ANTONIO MOREIRA com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). ALEX BAUER ANTONIO MOREIRA, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 090.006.119-70, residente e domiciliado(a) na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1936, bairro estrada das Areias, em Indaial/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) CONTRATADO(A) trabalhará para o CONTRATANTE na função de PROFESSOR DE ARTES, estando ciente de que a relação jurídica entre as partes é regida pelo regime jurídico administrativo nos termos da Lei 4.724/2012, alterada pela Lei nº

4.986/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, o(a) CONTRATADO(A) receberá a quantia de R\$ 2.642,55 (dois mil seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Único – O valor da remuneração prevista na Cláusula Segunda será reajustado conforme índices da categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA - A jornada de trabalho do(a) CONTRATADO(A) será de 40 horas.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar de 01 de Fevereiro de 2022, podendo ser prorrogado por até igual período, em cujo término será o mesmo extinto, independente de quaisquer interrupções ou suspensões.

CLÁUSULA QUINTA – Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá observar o constante do artigo 9º da Lei nº 4.724/2012.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao(à) CONTRATADO(A) caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o(a) CONTRATADO(A) incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 105/2010) como puníveis com a pena de demissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - O(A) CONTRATADO(A) poderá rescindir o presente contrato, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado, quando:

- a) Não cumprir o CONTRATANTE as obrigações do contrato;
- b) Praticar o CONTRATANTE, ou seus prepostos, contra ele, ato lesivo da honra e boa fama;
- c) O CONTRATANTE ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

CLÁUSULA OITAVA - É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao(à) CONTRATADO(A), nos casos e termos previstos na Lei Complementar nº 105/2010, que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA NONA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Ordinária Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014, que dispõe sobre a contratação de serviços temporários.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Indaial para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 31 de Janeiro de 2022.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ALEX BAUER ANTONIO MOREIRA
Contratado

Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 016/2022

Publicação Nº 3650971

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 16/2022

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr(a). CRISTIANE HESSLER com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAL/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). CRISTIANE HESSLER, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 924.228.610-91, residente e domiciliado(a) na Rua Vinte e Cinco de Janeiro, nº 537, Apto 301 Bairro Carijós, em Indaial/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) CONTRATADO(A) trabalhará para o CONTRATANTE na função de Técnico de Análises Clínicas, estando ciente de que a relação jurídica entre as partes é regida pelo regime jurídico administrativo nos termos da Lei 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, o(a) CONTRATADO(A) receberá a quantia de R\$ 2.868,47 (dois mil

oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Único – O valor da remuneração prevista na Cláusula Segunda será reajustado conforme índices da categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA - A jornada de trabalho do(a) CONTRATADO(A) será de 40 horas.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 01 de Fevereiro de 2022, podendo ser prorrogado por até igual período, em cujo término será o mesmo extinto, independente de quaisquer interrupções ou suspensões.

CLÁUSULA QUINTA – Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá observar o constante do artigo 9º da Lei nº 4.724/2012.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao(à) CONTRATADO(A) caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o(a) CONTRATADO(A) incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 105/2010) como puníveis com a pena de demissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - O(A) CONTRATADO(A) poderá rescindir o presente contrato, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado, quando:

- a) Não cumprir o CONTRATANTE as obrigações do contrato;
- b) Praticar o CONTRATANTE, ou seus prepostos, contra ele, ato lesivo da honra e boa fama;
- c) O CONTRATANTE ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

CLÁUSULA OITAVA - É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao(à) CONTRATADO(A), nos casos e termos previstos na Lei Complementar nº 105/2010, que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA NONA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Ordinária Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014, que dispõe sobre a contratação de serviços temporários.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Indaial para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 31 de Janeiro de 2022.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

CRISTIANE HESSLER
Contratado

Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 019/2022

Publicação Nº 3650981

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 19/2022

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr(a). FERNANDA DE OLIVEIRA com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAL/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). FERNANDA DE OLIVEIRA, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 073.113.849-07, residente e domiciliado(a) na Avenida Minas Gerais, nº 1515, bairro Estrada das Areias, em Indaial/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) CONTRATADO(A) trabalhará para o CONTRATANTE na função de ENFERMEIRO(A), estando ciente de que a relação jurídica entre as partes é regida pelo regime jurídico administrativo nos termos da Lei 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, o(a) CONTRATADO(A) receberá a quantia de R\$ 4.084,25 (quatro mil e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Único – O valor da remuneração prevista na Cláusula Segunda será reajustado conforme índices da categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA - A jornada de trabalho do(a) CONTRATADO(A) será de 40 horas.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar de 16 de Fevereiro de 2022, podendo ser prorrogado por até igual período, em cujo término será o mesmo extinto, independente de quaisquer interrupções ou suspensões.

CLÁUSULA QUINTA – Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá observar o constante do artigo 9º da Lei nº 4.724/2012.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao(à) CONTRATADO(A) caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o(a) CONTRATADO(A) incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 105/2010) como puníveis com a pena de demissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - O(A) CONTRATADO(A) poderá rescindir o presente contrato, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado, quando:

- a) Não cumprir o CONTRATANTE as obrigações do contrato;
- b) Praticar o CONTRATANTE, ou seus prepostos, contra ele, ato lesivo da honra e boa fama;
- c) O CONTRATANTE ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

CLÁUSULA OITAVA - É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao(à) CONTRATADO(A), nos casos e termos previstos na Lei Complementar nº 105/2010, que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA NONA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Ordinária Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014, que dispõe sobre a contratação de serviços temporários.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Indaial para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 09 de Fevereiro de 2022.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

FERNANDA DE OLIVEIRA
Contratado

Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 020/2022

Publicação Nº 3650983

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 20/2022

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr(a). SALETE DE FÁTIMA PIRES com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). SALETE DE FÁTIMA PIRES, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 068.111.879-21, residente e domiciliado(a) na Rua Turquia, nº 105, bairro Imigrantes, em Timbó/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) CONTRATADO(A) trabalhará para o CONTRATANTE na função de EDUCADOR DE ABRIGO, estando ciente de que a relação jurídica entre as partes é regida pelo regime jurídico administrativo nos termos da Lei 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo serviço acima mencionado e prestado, o(a) CONTRATADO(A) receberá a quantia de R\$ 2.315,76 (dois mil trezentos e quinze reais e setenta e seis centavos) por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado.

Parágrafo Único – O valor da remuneração prevista na Cláusula Segunda será reajustado conforme índices da categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA - A jornada de trabalho do(a) CONTRATADO(A) será de 12 x 36 horas.

CLÁUSULA QUARTA - O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 01 de Março de 2022, podendo ser prorrogado por até igual período, em cujo término será o mesmo extinto, independente de quaisquer interrupções ou suspensões.

CLÁUSULA QUINTA – Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá observar o constante do artigo 9º da Lei nº 4.724/2012.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao(à) CONTRATADO(A) caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o(a) CONTRATADO(A) incidir em qualquer das faltas arroladas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 105/2010) como puníveis com a pena de demissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - O(A) CONTRATADO(A) poderá rescindir o presente contrato, com direito à indenização no valor equivalente à metade da remuneração a que teria direito até o término normal estipulado, quando:

- a) Não cumprir o CONTRATANTE as obrigações do contrato;
- b) Praticar o CONTRATANTE, ou seus prepostos, contra ele, ato lesivo da honra e boa fama;
- c) O CONTRATANTE ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

CLÁUSULA OITAVA - É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades de advertência e suspensão ao(à) CONTRATADO(A), nos casos e termos previstos na Lei Complementar nº 105/2010, que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA NONA - As situações e casos não expressamente tratados neste contrato regem-se pelo disposto na Lei Ordinária Municipal nº 4.724/2012, alterada pela Lei nº 4.986/2014, que dispõe sobre a contratação de serviços temporários.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Indaial para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 23 de Fevereiro de 2022.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

SALETE DE FÁTIMA PIRES
Contratado

Testemunhas:

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO 010/2022

Publicação Nº 3650908

DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO 10/2022

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). CLAUDIOMARA FATIMA SEPP DA SILVA, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 921.059.049-04, residente e domiciliado(a) na Rua México, nº 150, Apto 304, Nações, em Indaial/SC, a seguir denominado(a) CONTRATADO(A), acordam:

1. O CONTRATANTE e o(a) CONTRATADO(A), em 24 de setembro de 2021, firmaram "Contrato Administrativo de Serviço Temporário", pelo qual o(a) primeiro(a) confiou ao(à) segundo(a) serviços de Técnico de Enfermagem como previsto na cláusula primeira do pacto sob distrato.
2. O(A) CONTRATADO(A), por força do instrumento ora distratado, vem executando seus serviços até 19/01/2022.
3. O(A) CONTRATADO(A), por documento confeccionado a próprio punho, solicita ao CONTRATANTE sua demissão a partir de 19 de Janeiro de 2022, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, o CONTRATANTE pagará ao(à) CONTRATADO(A) a quantia prometida no contrato original, proporcional aos dias efetivamente trabalhados.
4. As partes mutuamente outorgam plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.
5. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.
6. As partes elegem o Foro da Comarca em Indaial/SC para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, com as duas testemunhas abaixo.

Indaial/SC, 18 de Janeiro de 2022.

ANDRÉ LUIZ MOSER
CONTRATANTE

CLAUDIOMARA FATIMA SEPP DA SILVA
CONTRATADO

Testemunhas: _____

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO 017/2022

Publicação Nº 3650975

DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO 17/2022

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). JOSE FERNANDO SCHMITT, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 304.234.909-82, residente e domiciliado(a) na Rua Bariloche, 190, Bairro Tapajós, em Indaial/SC, a seguir denominado(a) CONTRATADO(A), acordam:

1. O CONTRATANTE e o(a) CONTRATADO(A), em 03 de Junho de 2020, firmaram "Contrato Administrativo de Serviço Temporário", pelo qual o(a) primeiro(a) confiou ao(à) segundo(a) serviços de Médico Cardiologista, como previsto na cláusula primeira do pacto sob distrato.
2. O(A) CONTRATADO(A), por força do instrumento ora distratado, vem executando seus serviços até 02/02/2022.
3. O(A) CONTRATADO(A), por documento confeccionado a próprio punho, solicita ao CONTRATANTE sua demissão a partir de 02 de Fevereiro de 2022, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, o CONTRATANTE pagará ao(à) CONTRATADO(A) a quantia prometida no contrato original, proporcional aos dias efetivamente trabalhados.
4. As partes mutuamente outorgam plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.
5. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.
6. As partes elegem o Foro da Comarca em Indaial/SC para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, com as duas testemunhas abaixo.

Indaial/SC, 02 de Fevereiro de 2022.

ANDRÉ LUIZ MOSER
CONTRATANTE

JOSE FERNANDO SCHMITT
CONTRATADO

Testemunhas: _____

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO 021/2022

Publicação Nº 3650984

DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO 21/2022

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). CRISTIANE HESSLER, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 924.228.610-91, residente e domiciliado(a) na Rua Vinte e Cinco de Janeiro, nº 537, Apto 301, Carijós, em Indaial/SC, a seguir denominado(a) CONTRATADO(A), acordam:

1. O CONTRATANTE e o(a) CONTRATADO(A), em 01 de Fevereiro de 2022, firmaram "Contrato Administrativo de Serviço Temporário", pelo qual o(a) primeiro(a) confiou ao(à) segundo(a) serviços de Técnico de Análises Clínicas como previsto na cláusula primeira do pacto sob distrato.
2. O(A) CONTRATADO(A), por força do instrumento ora distratado, vem executando seus serviços até 25/02/2022.
3. O(A) CONTRATADO(A), por documento confeccionado a próprio punho, solicita ao CONTRATANTE sua demissão a partir de 25 de

Fevereiro de 2022, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, o CONTRATANTE pagará ao(à) CONTRATADO(A) a quantia prometida no contrato original, proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

4. As partes mutuamente outorgam plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.

5. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

6. As partes elegem o Foro da Comarca em Indaial/SC para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, com as duas testemunhas abaixo.

Indaial/SC, 25 de Fevereiro de 2022.

ANDRÉ LUIZ MOSER
CONTRATANTE

CRISTIANE HESSLER
CONTRATADO

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO 149/2021

Publicação Nº 3650859

DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO 149/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr(a). CLEITON TRIBESS, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 009.243.829-61, residente e domiciliado(a) na Rua Hermann Tribess, nº 2074, Tribess, em Blumenau/SC, a seguir denominado(a) CONTRATADO(A), acordam:

1. O CONTRATANTE e o(a) CONTRATADO(A), em 08 de outubro de 2021, firmaram "Contrato Administrativo de Serviço Temporário", pelo qual o(a) primeiro(a) confiou ao(à) segundo(a) serviços de Educador de Abrigo, como previsto na cláusula primeira do pacto sob distrato.

2. O(A) CONTRATADO(A), por força do instrumento ora distratado, vem executando seus serviços até 13/12/2021.

3. O(A) CONTRATADO(A), por documento confeccionado a próprio punho, solicita ao CONTRATANTE sua demissão a partir de 13 de dezembro de 2021, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, o CONTRATANTE pagará ao(à) CONTRATADO(A) a quantia prometida no contrato original, proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

4. As partes mutuamente outorgam plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.

5. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

6. As partes elegem o Foro da Comarca em Indaial/SC para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, com as duas testemunhas abaixo.

Indaial/SC, 13 de dezembro de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
CONTRATANTE

CLEITON TRIBESS
CONTRATADO

Testemunhas: _____

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ALINE TOMELIN Nº 2

Publicação Nº 3650875

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 11078235 – 2/2022

CONTRATADO(A): ALINE TOMELIN

CPF: 053.959.359-16

PROCESSO SELETIVO 011/2021

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função AUX. CRECHE E.M - 40HRS, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 011/2021.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$1.892,50

PRAZO: 2 de março de 2022 a 28 de agosto de 2022.
DATA DA ASSINATURA: 1 de março de 2022.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO CAROLINE EGER Nº 2

Publicação Nº 3651157

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 867500 – 2/2022

CONTRATADO(A): CAROLINE EGER

CPF: 039.566.569-89

PROCESSO SELETIVO 011/2021

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – B - 20HRS, com carga horária semanal de 20 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 011/2021.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.780,58

PRAZO: 2 de março de 2022 a 28 de agosto de 2022.

DATA DA ASSINATURA: 1 de março de 2022.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO CLEONICE FÁTIMA DE ARAUJO RIBEIRO Nº 1

Publicação Nº 3650768

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 11176865 – 1/2022

CONTRATADO(A): CLEONICE FÁTIMA DE ARAUJO RIBEIRO

CPF: 834.692.579-49

PROCESSO SELETIVO 011/2021

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função AUX. CRECHE E.M - 40HRS, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 011/2021.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$1.892,50

PRAZO: 2 de março de 2022 a 28 de agosto de 2022.

DATA DA ASSINATURA: 1 de março de 2022.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO JÉSSICA CAMILA SILVA DOS SANTOS Nº 2

Publicação Nº 3650788

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 11061901 – 2/2022

CONTRATADO(A): JÉSSICA CAMILA SILVA DOS SANTOS

CPF: 861.269.715-82

PROCESSO SELETIVO 011/2021

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função AUX. CRECHE E.M - 40HRS, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 011/2021.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$1.892,50

PRAZO: 2 de março de 2022 a 28 de agosto de 2022.

DATA DA ASSINATURA: 1 de março de 2022.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO LIDIANE VIRTUOSO DA SILVA Nº 1

Publicação Nº 3651261

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 484539 – 1/2022

CONTRATADO(A): LIDIANE VIRTUOSO DA SILVA

CPF: 007.627.809-32

PROCESSO SELETIVO DE CHAMADA PÚBLICA004/2022

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função PROFESSOR DE INFORMÁTICA PEDDAGOGICA – B - 40HRS, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no PROCESSO SELETIVO DE CHAMADA PÚBLICA004/2022.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 3.561,16

PRAZO: 2 de março de 2022 a 28 de agosto de 2022.

DATA DA ASSINATURA: 1 de março de 2022.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO MARIA EDUARDA BAMBINETTI BAIER Nº 1

Publicação Nº 3650860

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 11169290 – 1/2022

CONTRATADO(A): MARIA EDUARDA BAMBINETTI BAIER

CPF: 103.981.449-23

PROCESSO SELETIVO 011/2021

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função AUX. CRECHE E.M - 40HRS, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 011/2021.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$1.892,50

PRAZO: 2 de março de 2022 a 28 de agosto de 2022.

DATA DA ASSINATURA: 1 de março de 2022.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO NATALI JORDAN Nº 3

Publicação Nº 3651082

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 1000042550 – 3/2022

CONTRATADO(A): NATALI JORDAN

CPF: 039.566.569-89

PROCESSO SELETIVO 011/2021

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função PROFESSOR DE PORTUGUES – B - 30HRS, com carga horária semanal de 30 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 011/2021.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.670,87

PRAZO: 2 de março de 2022 a 28 de agosto de 2022.

DATA DA ASSINATURA: 1 de março de 2022.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DEMISSÃO MYLENA APARECIDA KOPSCH Nº 2

Publicação Nº 3651337

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DEMISSÃO 738557 - 2/2022

CONTRATADO(A): MYLENA APARECIDA KOPSCH

CPF: 093.210.589-07

PROCESSO SELETIVO 011/2021

OBJETO DE DEMISSÃO DE CONTRATO: Demissão de contrato de serviço temporário para exercer a função de AUX. CRECHE E.M - 40HRS, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 011/2021.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.892,50

PRAZO: 24 de janeiro de 2022 a 1 de março de 2022.

DATA DA ASSINATURA: 1 de março de 2022.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 001/2022

Publicação Nº 3650879

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
DE SERVIÇO TEMPORÁRIO**

1º Termo Aditivo ao Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o Sr. LEVI RODRIGO FEUSTEL, com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012.

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE e o Sr. Levi Rodrigo Feustel, brasileiro, EDUCADOR DE ABRIGO, inscrita no CPF nº 077.650.579-36, domiciliado na Rua Artur Zarling nº1331, Bairro Warnow, em Indaial/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO, têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA–Fica prorrogado o prazo do presente contrato de 11 de janeiro de 2022 até 11 de janeiro de 2023, nos termos do art. 4º da Lei 4.724/2012.

CLÁUSULA QUINTA– As demais cláusulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente aditivo, permanecem em vigor até o término contratual.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 10 de janeiro de 2022.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

LEVI RODRIGO FEUSTEL
Contratado

Testemunhas:

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 002

Publicação Nº 3650884

**002/2022 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
DE SERVIÇO TEMPORÁRIO**

Termo Aditivo ao Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr.(a) SUELANNY DO SOCORRO PAIXAO DA SILVA, com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012.

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE e o(a) Sr.(a) SUELANNY DO SOCORRO PAIXAO DA SILVA, brasileiro(a), TÉCNICO DE ENFERMAGEM, inscrito(a) no CPF nº 025.608.662-18, residente e domiciliado(a) na Rua Gustavo Zimmermann, nº 4941, bairro Itoupava Central, em BLUMENAU/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo do presente contrato de 12 de janeiro de 2022 até 12 de julho de 2022, nos termos do art. 4º da Lei 4.724/2012.

CLÁUSULA QUINTA – As demais cláusulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente aditivo, permanecem em vigor até o término contratual.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 11 de janeiro de 2022

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

SUELANNY DO SOCORRO PAIXAO DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 003/2022

Publicação Nº 3650886

003/2022 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Termo Aditivo ao Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr.(a) CRISTIANE PEREIRA DA COSTA, com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012.

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE e o(a) Sr.(a) CRISTIANE PEREIRA DA COSTA, brasileiro(a), TÉCNICO DE ENFERMAGEM, inscrito(a) no CPF nº 061.870.299-76, residente e domiciliado(a) na Rua José Nestor Marcos, nº 25, bairro Passo Manso, em BLUMENAU/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo do presente contrato de 12 de janeiro de 2022 até 12 de julho de 2022, nos termos do art. 4º da Lei 4.724/2012.

CLÁUSULA QUINTA – As demais cláusulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente aditivo, permanecem em vigor até o término contratual.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 11 de janeiro de 2022

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

CRISTIANE PEREIRA DA COSTA
Contratado(a)

Testemunhas:

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 004/2022

Publicação Nº 3650893

004/2022 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Termo Aditivo ao Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr.(a) ANE CAROLINE BARBOSA DA SILVA, com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012.

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE e o(a) Sr.(a) ANE CAROLINE BARBOSA DA SILVA, brasileiro(a), TÉCNICO DE ENFERMAGEM, inscrito(a) no CPF nº 062.874.044-18, residente e domiciliado(a) na Rua Ernesto Hadlich, nº 97, bairro Passo Manso, em BLUMENAU/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo do presente contrato de 12 de janeiro de 2022 até 12 de julho de 2022, nos termos do art. 4º da Lei 4.724/2012.

CLÁUSULA QUINTA – As demais cláusulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente aditivo, permanecem em vigor até o término contratual.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 11 de janeiro de 2022

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ANE CAROLINE BARBOSA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 005/2022

Publicação Nº 3650894

005/2022 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Termo Aditivo ao Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr.(a) ANDRESSA ALMEIDA ALBUQUERQUE DOS SANTOS, com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012.

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE e o(a) Sr.(a) ANDRESSA ALMEIDA ALBUQUERQUE DOS SANTOS, brasileiro(a), TÉCNICO DE ENFERMAGEM, inscrito(a) no CPF nº 009.787.059-55, residente e domiciliado(a) na Rua Angelina Borsio, nº 167, bairro Estrada das Areias, em INDIAIAL/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo do presente contrato de 13 de janeiro de 2022 até 13 de julho de 2022, nos termos do art. 4º da Lei 4.724/2012.

CLÁUSULA QUINTA – As demais cláusulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente aditivo, permanecem em vigor até o término contratual.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 11 de janeiro de 2022

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ANDRESSA ALMEIDA ALBUQUERQUE DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 006/2022

Publicação Nº 3650896

006/2022 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Termo Aditivo ao Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr.(a) ADRIANA DA

SILVA, com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012.

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE e o(a) Sr.(a) ADRIANA DA SILVA, brasileiro(a), TÉCNICO DE ENFERMAGEM, inscrito(a) no CPF nº 003.776.640-65, residente e domiciliado(a) na Rua Paramaribo, nº 92, bairro Tapajós, em INDAL/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo do presente contrato de 13 de janeiro de 2022 até 13 de julho de 2022, nos termos do art. 4º da Lei 4.724/2012.

CLÁUSULA QUINTA – As demais cláusulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente aditivo, permanecem em vigor até o término contratual.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 11 de janeiro de 2022

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ADRIANA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 007/2022

Publicação Nº 3650902

007/2022 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Termo Aditivo ao Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr.(a) CASSANDRA DA SILVA SILVEIRA, com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012.

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE e o(a) Sr.(a) CASSANDRA DA SILVA SILVEIRA, brasileiro(a), TÉCNICO DE ENFERMAGEM, inscrito(a) no CPF nº 031.275.930-40, residente e domiciliado(a) na Rua Paramaribo, nº 92, bairro Tapajós, em INDAL/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo do presente contrato de 15 de janeiro de 2022 até 15 de julho de 2022, nos termos do art. 4º da Lei 4.724/2012.

CLÁUSULA QUINTA – As demais cláusulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente aditivo, permanecem em vigor até o término contratual.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 11 de janeiro de 2022
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

CASSANDRA DA SILVA SILVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 008/2022

Publicação Nº 3650907

DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO 106/2021

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE, e o(a) Sr.(a). GISELI KUSTER DE OLIVEIRA GUSTMANN, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº 043.702.779-14, residente e domiciliado(a) na Rua Luiz Abry, nº 600, Apto 203, Centro, em Pomerode/SC, a seguir denominado(a) CONTRATADO(A), acordam:

1. O CONTRATANTE e o(a) CONTRATADO(A), em 01 de setembro de 2021, firmaram "Contrato Administrativo de Serviço Temporário", pelo qual o(a) primeiro(a) confiou ao(a) segundo(a) serviços de Técnico de Enfermagem como previsto na cláusula primeira do pacto sob distrato.
2. O(A) CONTRATADO(A), por força do instrumento ora distratado, vem executando seus serviços até 15/01/2022.
3. O(A) CONTRATADO(A), por documento confeccionado a próprio punho, solicita ao CONTRATANTE sua demissão a partir de 17 de Janeiro de 2022, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, o CONTRATANTE pagará ao(a) CONTRATADO(A) a quantia prometida no contrato original, proporcional aos dias efetivamente trabalhados.
4. As partes mutuamente outorgam plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.
5. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.
6. As partes elegem o Foro da Comarca em Indaial/SC para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, com as duas testemunhas abaixo.

Indaial/SC, 14 de Janeiro de 2022.

ANDRÉ LUIZ MOSER
CONTRATANTE

GISELI KUSTER DE OLIVEIRA GUSTMANN
CONTRATADO

Testemunhas: _____

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 018/2022

Publicação Nº 3650978

018/2022 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Termo Aditivo ao Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Indaial/SC e o(a) Sr.(a) MARCOS VINICIUS CHAVES, com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei Municipal nº 4.724/2012.

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial/SC, representado por seu Prefeito, Sr. André Luiz Moser, a seguir denominado CONTRATANTE e o(a) Sr.(a) MARCOS VINICIUS CHAVES, brasileiro(a), MÉDICO CLÍNICO GERAL, inscrito(a) no CPF nº 009.693.319-40, residente e domiciliado(a) na Rua Fritz Muller, nº 109, bairro Tapajós, em INDÁIAL/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO(A), têm certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica prorrogado o prazo do presente contrato de 02 de fevereiro de 2022 até 02 de fevereiro de 2023, nos termos do art. 4º da Lei 4.724/2012.

CLÁUSULA QUINTA – As demais cláusulas e condições do contrato original, não alterada pelo presente aditivo, permanecem em vigor até o término contratual.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Indaial/SC, 09 de fevereiro de 2022

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

MARCOS VINICIUS CHAVES
Contratado(a)

Testemunhas:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2022

Publicação Nº 3651255

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 568A4C28A5308D8196F3A0816D39492743C16F19

Processo Administrativo nº 008/2022
Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2022-10430
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.
Objeto: Aquisição de material de expediente para as Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Indaial – Com itens exclusivos para ME e EPP e com sistema de cotas para ME e EPP.
As propostas deverão ser cadastradas através do site comprasbr.com.br, até a data e horário informados à seguir:
Cadastro das propostas: até 16/03/2022 - 08h30min – Horário de Brasília
Início da sessão: 16/03/2022 - 08h31min – Horário de Brasília
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic5@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2022

Publicação Nº 3651147

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BE4AFEEAACEA3D4C74D2C661DAA6D1ACCD82E114

Processo Administrativo nº 011/2022
Edital de Pregão Presencial nº 007/2022-10430
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.
Objeto: Aquisição de alimentação preparada refeição/lanches para as Secretarias Municipais – Com itens exclusivos para ME e EPP.
Entrega dos envelopes: 17/03/2022 - 14h15min – Horário de Brasília
Abertura das propostas: 17/03/2022 - 14h30min – Horário de Brasília
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic4@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2022

Publicação Nº 3650865

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 503D4D0E6ED6404D7A94694E815AD5E5AC1A56F6

Processo Administrativo nº 012/2022
Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2022-10430
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.
Objeto: Aquisição de carneiras e tampas em concreto para sepultamento nos cemitérios Municipais de Indaial – Com itens exclusivos para ME e EPP e com sistema de cotas para ME e EPP.
As propostas deverão ser cadastradas através do site comprasbr.com.br, até a data e horário informados à seguir:
Cadastro das propostas: até 15/03/2022 - 08h30min – Horário de Brasília
Início da sessão: 15/03/2022 - 08h31min – Horário de Brasília
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic5@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2022

Publicação Nº 3651078

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0C16B9FB5C643FCA6AE4C0B521B5E3FA050CB0A3

Processo Administrativo nº 013/2022
Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2022-37941

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto Aquisição de material esportivo, hospitalar, uniformes, equipamentos para academia, aquisição de máquinas, aparelhos e equipamentos de fisioterapia, nutrição, avaliação e preparação física para implantação do Núcleo de Base para o Esporte de Alto Rendimento na Modalidade Handebol da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, através do Convênio Plataforma +Brasil nº 905547/2020, celebrado com a União, por intermédio do Ministério da Cidadania - Exclusivo para ME e EPP.

As propostas deverão ser cadastradas através do site comprasbr.com.br, até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 22/03/2022 - 08h30min – Horário de Brasília

Início da sessão: 22/03/2022 - 08h31min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic4@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 146/2019

Publicação Nº 3651818

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 84F51F20799CA13C5D2DB3F9B745238A8B260302

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO nº 010 AO CONTRATO Nº 146/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INDAIAL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: HEKO CIENTÍFICA – PRODUTOS E EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS EIRELI

CNPJ: 15.443.663/0001-58

OBJETO DO ADITIVO: torna sem efeito o termo aditivo de nº 009 em razão de erro formal no documento, e ainda, visa o acréscimo dos itens 3, 5, 8, 13, 18, 19, 27, 28, 29 e 32 da planilha de quantidade e preços unitários e totais constantes no item 3.1, no valor total de R\$ 81.083,00 (oitenta e um mil e oitenta e três reais).

VALOR ACRÉSCIMO: R\$ 81.083,00

VALOR TOTAL: R\$ 530.412,50

DATA DA ASSINATURA: 1º/03/2022.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2022

Publicação Nº 3650839

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 36C4E3240B2DDC3B3D7DBBC2D3364690F0A1003C

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório: 22/00000015
Licitação: Dispensa de Licitação 1/2022

Tendo em vista as manifestações proferidas pelo Secretário de Governo, consoante Termo de Adjudicação anexo.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa de Licitação nº. 1/2022, o(s) participante(s):

959898 - OWT TREINAMENTOS E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA						
Sem lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA APERFEIÇOAMENTO FRENTE A NOVA REALIDADE DA GESTÃO PÚBLICA, NAQUILO QUE TANGE O RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E O COMPROMETIMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO, SENDO COM OS GESTORES E SERVIDORES.	UNIDADE		1	R\$12.000,00	R\$12.000,00
Total Lote:						R\$12.000,00
Total do Fornecedor:						R\$12.000,00
Total da Homologação:						R\$12.000,00

Indaial, 1 de março de 2022.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Secretário de Governo
CPF: 052.453.819-07

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 09:17 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p621e0ebee20bb>



Aprovado por:
MANOEL FELIPE BOAVENTURA
052.453.819-07
Ordenador da Despesa
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2022

Publicação Nº 3651013

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 589F8F4CB0FDC312E03BB6346492D3AD81B45A6A

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/03/2022 11:23:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: https://c.atende.net/p621e2c725605.



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório: 22/00000016
Licitação: Dispensa de Licitação 2/2022

Tendo em vista as manifestações proferidas pelo Secretário de Educação, consoante Termo de Adjudicação em anexo.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa de Licitação nº. 2/2022, o participante:

1368 - MAPA IMOBILIÁRIA LTDA					
Item	Produto	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DO IMÓVEL PARA ATENDER A UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL JAQUELINE APARECIDA TRAPASSOLI GUIMARÃES, O IMÓVEL ESTÁ LOCALIZADO NA RUA CASTELO BRANCO, 211 BAIRRO CENTRO. O ESPAÇO COMPREENDE EM 625 M² (SEISCENTOS E VINTE E CINCO METROS QUADRADOS) DE ÁREA CONSTRUÍDA E O TERRENO COM ÁREA DE 1.555,00 M² (UM MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO METROS QUADRADOS; MATRÍCULA 9367.	MESES	12	R\$18.000,00	R\$216.000,00
				Total Lote:	R\$216.000,00
				Total do Fornecedor:	R\$216.000,00
Total da Homologação:					R\$216.000,00

Assinado digitalmente por:
MARCIO MOISES SELHORST
811.016.789-68
01/03/2022 11:23:33
assinado digitalmente
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Indaial, 1 de março de 2022.

MARCIO MOISES SELHORST
Secretário de Educação
CPF: 811.016.789-68

Iomerê

PREFEITURA

RESULTADO PRELIMINAR EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2022

Publicação Nº 3652122

RESULTADO PRELIMINAR
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2022
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

A Comissão de Seleção e Julgamento, através de seus membros, torna pública a classificação da proposta apresentada pela ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DOS AUTISTAS- AMA, inscrita no CNPJ nº 31.121.372/0001-08, declarando-a apta a firmar termo de colaboração com o município de Iomerê, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros, visando o atendimento especializado para pessoas com TEA - Transtorno do Espectro Autista, desde que realizadas as alterações que serão sugeridas pela Comissão no Plano de Trabalho.

Iomerê, 24 de fevereiro de 2022.

Helin Perazzoli Bogoni

Josnei Bavaresco

Gustavo Ganzala de Almeida

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL 13 ARTES E INGLÊS

Publicação Nº 3651331

Edital nº 13/2022 – Chamada Pública

EDITAL Nº 13/2022 DE 01/03/2022 - CHAMADA PÚBLICA PARA PROVIMENTO DE VAGA DE PROFESSOR

A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, considerando que foi esgotada a lista de aprovados no Processo Seletivo 42/2021, torna pública as normas da CHAMADA PÚBLICA, realizada com fundamento no art. 12, I e II, da Lei Complementar n. 178/18, para provimento de uma vaga para atender turmas regulares da educação básica.

1. A presente Chamada Pública destina-se à seleção de profissional para o preenchimento de vaga imediata para função PROFESSOR DE ARTE E LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS

1.1 Em razão da situação excepcional de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19 e considerando que as atividades a serem desenvolvidas inerentes aos cargos dispostos neste Edital são consideradas essenciais, os profissionais contratados por meio deste Edital deverão trabalhar de forma PRESENCIAL e NÃO PERTENCER AO GRUPO DE RISCO,

1.1.2 Os candidatos interessados deverão comparecer pessoalmente ou por representante devidamente autorizado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes na Rua Bento Gonçalves, nº 220, Centro, neste município às 8h30min do dia 04 de março de 2022 (sexta-feira). Munidos da documentação pertinente.

2. QUADRO DE VAGAS

2.1.1. NEM PROFESSOR JOÃO JACOB NICODEM

Área/Disciplina: Arte

Carga horária: 10 horas semanais.

Número de aulas: 6 (seis) completa a carga horária mínima com 2(duas) aulas de xadrez.

Turno: Vespertino

Prazo de contrato: Dezembro de 2022 de acordo com o calendário escolar.

2.1.1. NEM PREFEITO ISIDORO GIÁCOMO SAVARIS

Área/Disciplina: Língua Estrangeira - Inglês

Carga horária: 10 horas semanais.

Turno: Vespertino

Prazo de contrato: Dezembro de 2022 de acordo com o calendário escolar.

3. CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DAS VAGAS

3.1 Será respeitada a seguinte ordem para a classificação:

3.1.2 Professores habilitados: Licenciatura específica na área/disciplina

3.1. 2. Professores não habilitados: cursando a disciplina:

3.1.3. Ensino Médio Completo com mais horas de curso de aperfeiçoamento específicos para cada disciplina.

3.4. Havendo dois ou mais professores licenciados interessados na vaga com a mesma formação o primeiro critério de desempate será curso de especialização (Pós-Graduação), segundo critério maior tempo de serviço no magistério, terceiro critério maior quantidade de horas de cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área de educação, persistindo o empate, ficará com a vaga o mais idoso.

3.5. Havendo dois ou mais professores não habilitados interessados na vaga será dada à preferência ao que tiver cursando maior fase do curso de graduação na disciplina, persistindo o empate ficará com a vaga o mais idoso. Não havendo interessados que estejam cursando licenciatura na disciplina será levado em consideração o item 3.1.3. deste edital.

3.6. Estarão habilitados a concorrer às vagas quem tiver em mãos a documentação relacionada no item 3 (três) do presente edital.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. A contratação do candidato classificado depende da aprovação prévia em exame médico admissional.

5.2. O contratado, nos termos deste Edital, desenvolverá atividades presenciais, portanto não será concedido afastamento para atuar em atividade remota, bem como licença para tratamento de pessoa da família.

5.3. Conforme já mencionado no item 1.1, para participar do Processo de Chamada Pública, os candidatos interessados NÃO poderão estar enquadrados no grupo de risco e prestarão os seus serviços de forma PRESENCIAL.

5.4. São considerado grupo de risco os candidatos que se enquadrarem em um ou mais dos itens descritos abaixo:

a) Gestantes;

b) Pessoas que coabitam com idosos portadores de doenças crônicas;

c) Pessoas com idade superior a 60 anos; e

d) Pessoas que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico.

5.5. Quando da contratação, o candidato deverá preencher o Termo de Compromisso como Protocolo de Segurança/COVID-19 (ANEXO I), atestando que não se enquadra no grupo de risco, nos termos deste Edital, que o seu trabalho ocorrerá de forma presencial e de que está ciente da necessidade de seguir todos os protocolos sanitários vigentes de combate à pandemia da COVID-19, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo de Chamada Pública.

5.4 Na admissão o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos.

5.4 Os casos omissos nesse edital serão julgados pela equipe da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

Ipumirim/SC, 01 de março de 2022.

Hilário Reffatti

Prefeito Municipal

ANEXO I

REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, que não me enquadro no grupo de risco, nos termos do Edital de Chamada Pública nº 13/2022, que estou ciente que o meu trabalho ocorrerá de forma presencial e da necessidade de seguir todos os protocolos sanitários vigentes de combate à pandemia da COVID-19.

DECLARO, também, que estou ciente de que eventual declaração falsa implicará na imediata interrupção do meu contrato com a Administração Pública.

(local) _____/_____, em _____ de _____ de 202__.

Assinatura

EDITAL 13 ARTES E INGLÊS

Publicação Nº 3651135

Edital nº 13/2022 – Chamada Pública

EDITAL Nº 13/2022 DE 01/03/2022 - CHAMADA PÚBLICA PARA PROVIMENTO DE VAGA DE PROFESSOR

A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, considerando que foi esgotada a lista de aprovados no Processo Seletivo 42/2021, torna pública as normas da CHAMADA PÚBLICA, realizada com fundamento no art. 12, I e II, da Lei Complementar n. 178/18, para provimento de uma vaga para atender turmas regulares da educação básica.

1. A presente Chamada Pública destina-se à seleção de profissional para o preenchimento de vaga imediata para função PROFESSOR DE ARTE E LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS

1.1 Em razão da situação excepcional de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19 e considerando que as atividades a serem desenvolvidas inerentes aos cargos dispostos neste Edital são consideradas essenciais, os profissionais contratados por meio deste Edital deverão trabalhar de forma PRESENCIAL e NÃO PERTENCER AO GRUPO DE RISCO,

1.1.2 Os candidatos interessados deverão comparecer pessoalmente ou por representante devidamente autorizado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes na Rua Bento Gonçalves, nº 220, Centro, neste município às 8h30min do dia 04 de março de 2022 (sexta-feira). Munidos da documentação pertinente.

2. QUADRO DE VAGAS

2.1.1. NEM PROFESSOR JOÃO JACOB NICODEM

Área/Disciplina: Arte

Carga horária: 10 horas semanais.

Número de aulas: 6 (seis) completa a carga horária mínima com 2(duas) aulas de xadrez.

Turno: Vespertino

Prazo de contrato: Dezembro de 2022 de acordo com o calendário escolar.

2.1.1. NEM PREFEITO ISIDORO GIÁCOMO SAVARIS

Área/Disciplina: Língua Estrangeira - Inglês

Carga horária: 10 horas semanais.

Turno: Vespertino

Prazo de contrato: Dezembro de 2022 de acordo com o calendário escolar.

3. CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DAS VAGAS

3.1 Será respeitada a seguinte ordem para a classificação:

3.1.2 Professores habilitados: Licenciatura específica na área/disciplina

3.1. 2. Professores não habilitados: Cursando a disciplina:

3.1.3. Ensino Médio Completo com mais horas de curso de aperfeiçoamento específicos para cada disciplina.

3.4. Havendo dois ou mais professores licenciados interessados na vaga com a mesma formação o primeiro critério de desempate será curso de especialização (Pós-Graduação), segundo critério maior tempo de serviço no magistério, terceiro critério maior quantidade de horas de cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área de educação, persistindo o empate, ficará com a vaga o mais idoso.

3.5. Havendo dois ou mais professores não habilitados interessados na vaga será dada à preferência ao que tiver cursando maior fase do curso de graduação na disciplina, persistindo o empate ficará com a vaga o mais idoso. Não havendo interessados que estejam cursando licenciatura na disciplina será levado em consideração o item 3.1.3. deste edital.

3.6. Estarão habilitados a concorrer às vagas quem tiver em mãos a documentação relacionada no item 3 (três) do presente edital.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. A contratação do candidato classificado depende da aprovação prévia em exame médico admissional.

5.2. O contratado, nos termos deste Edital, desenvolverá atividades presenciais, portanto não será concedido afastamento para atuar em atividade remota, bem como licença para tratamento de pessoa da família.

5.3. Conforme já mencionado no item 1.1, para participar do Processo de Chamada Pública, os candidatos interessados NÃO poderão estar enquadrados no grupo de risco e prestarão os seus serviços de forma PRESENCIAL.

5.4. São considerado grupo de risco os candidatos que se enquadrarem em um ou mais dos itens descritos abaixo:

a) Gestantes;

b) Pessoas que coabitam com idosos portadores de doenças crônicas;

c) Pessoas com idade superior a 60 anos; e

d) Pessoas que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico.

5.5. Quando da contratação, o candidato deverá preencher o Termo de Compromisso como Protocolo de Segurança/COVID-19 (ANEXO I), atestando que não se enquadra no grupo de risco, nos termos deste Edital, que o seu trabalho ocorrerá de forma presencial e de que está ciente da necessidade de seguir todos os protocolos sanitários vigentes de combate à pandemia da COVID-19, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo de Chamada Pública.

5.4 Na admissão o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos.

5.4 Os casos omissos nesse edital serão julgados pela equipe da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

Ipumirim/SC, 01 de março de 2022.

Hilário Reffatti
Prefeito Municipal

ANEXO I

REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, que não me enquadrado no grupo de risco, nos termos do Edital de Chamada Pública nº 13/2022, que estou ciente que o meu trabalho ocorrerá de forma presencial e da necessidade de seguir todos os protocolos sanitários vigentes de combate à pandemia da COVID-19.

DECLARO, também, que estou ciente de que eventual declaração falsa implicará na imediata interrupção do meu contrato com a Administração Pública.

(local) _____/_____, em _____ de _____ de 202__.

Assinatura

MINUTA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2022/PM

Publicação Nº 3650979

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
MINUTA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 191B30674005C758E5CEE700AC2DE75ECC646960

HILARIO REFFATTI - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com entrega dos envelopes fixada para às 08hs45min horas do dia 16/03/2022, e abertura prevista para às 09hs00 do dia 16/03/2022. Objeto da licitação: a contratação de empresa para fornecimento de palco, sonorização e iluminação, para apresentações de shows artísticos em comemoração dos 59 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de Ipumirim. Os shows realizar-se-ão, nos dias 02, 08 e 10 de abril de 2022, conforme as especificações constantes do anexo II e termo de referencia anexo III do edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Transparência -> Licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 01/03/2022

HILARIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL

MINUTA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2022 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2022/PM

Publicação Nº 3651268

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
MINUTA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2022
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2A40AF16E5C1D9F0273B92C501C73C1AC3CC0D3C

HILARIO REFFATTI - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de

PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com entrega dos envelopes fixada para às 13h45min horas do dia 16/03/2022, e abertura prevista para às 14h00 do dia 16/03/2022. Objeto da licitação: a aquisição de cestas básicas, destinadas a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme descrição do anexo II e Termo de Referência anexo III do edital, para a formação de REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES para eventuais e futuras aquisições. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Transparência -> Licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 01/03/2022

HILARIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 242-2022 - EXONERA THAISE

Publicação Nº 3650849

PORTARIA Nº 242/2022 DE 01/03/2022
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE MÉDICA DA OUTRAS PROVIDENCIAS

HILARIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

E X O N E R A

EXONERA, sob a Matrícula 3454, THAISE DESORDI PEREIRA, cargo caráter temporário de Médico, com carga horária semanal de 40h, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS).

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Março de 2022.

Ipumirim/SC, 01 de Março de 2022.

HILARIO REFFATTI
Prefeito

PORTARIA 243-2022 - TEMPORÁRIO THAISE PEREIRA

Publicação Nº 3650851

PORTARIA Nº 243/2022 DE 01/03/2022
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Hilário Reffatti, Prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2018, - RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente THAISE DESORDI PEREIRA, CPF nº 087.600.669-11, documento de identidade nº 4.619.628, para o cargo de Médico, com carga horária semanal de 40h, face o Edital de Chamada Pública 12/2022, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 01/03/2022 até o retorno da servidora Juliana Petzen que está em licença maternidade.

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no art. 2º, IV, "a", da Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2018.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo II da Lei complementar 01/2002, Grupo "b" Serviços Técnico Profissionais.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 01/03/2022.

Ipumirim - SC, 01 de Março de 2022.

HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 244-2022 - CONTRATA VITORIA

Publicação Nº 3650853

PORTARIA Nº 244/2022 DE 01 DE MARÇO DE 2022

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE SALA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Hilario Reffatti, Prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2018.
RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente VITORIA PETROSKI, CPF nº 097.955.449-77, documento de identidade nº 6.717.803, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, com carga horária semanal de 20h, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 02/03/2022 até 16/12/2022, devido a vaga não preenchida por concurso público, com lotação: NEM João Canton.

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no o inciso X, do art. 2º da Lei complementar 178 de 24 de outubro de 2018, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim – SC.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo I da Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2018.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 02 de Março de 2022.

Ipumirim - SC, 01 de Março de 2022.

HILARIO REFFATTI
Prefeito

PORTARIA 245-2022 - CONTRATA VITORIA

Publicação Nº 3650856

PORTARIA Nº 244/2022 DE 01 DE MARÇO DE 2022

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE AUXILIAR DE SALA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Hilario Reffatti, Prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2018.
RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente VITORIA PETROSKI, CPF nº 097.955.449-77, documento de identidade nº 6.717.803, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, com carga horária semanal de 20h, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 02/03/2022 até 16/12/2022, devido a vaga não preenchida por concurso público, com lotação: Creche Municipal Danilo João Cason.

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no o inciso X, do art. 2º da Lei complementar 178 de 24 de outubro de 2018, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim – SC.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo I da Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2018.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 02 de Março de 2022.

Ipumirim - SC, 01 de Março de 2022.

HILARIO REFFATTI
Prefeito

PORTARIA 246-2022 - GRATIFICAÇÃO FUNÇÃO - JANIEL

Publicação Nº 3651338

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 246/2022 de 01 de Março de 2022.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILARIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

RESOLVE.

Art. 1º - Conceder à JANIEL GIRON, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Sanitária- Nível Superior, portador da cédula de identidade nº. 3.572.260 e CPF sob o nº. 038.337.439-13, admitido por concurso público pela portaria nº. 411/2010, gratificação de função de 100% (cem por cento) sobre o piso salarial do município, tendo em vista que passará a ser o Coordenador Municipal da Defesa Civil.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produza efeitos a partir de 01 de Março de 2022.

Ipumirim - SC, 01 de Março de 2022.

HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 247-2022 - FERIAS CLENIR

Publicação N° 3651334

PORTARIA Nº. 247/2022 de 01 de Março de 2022.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A Clenir Rosa Cumerlato Bicigo, matrícula 1659, férias de 23 (vinte e três) dias, relativo ao período aquisitivo de 2020 a 2021 e gozo a partir de 14 de Março a 05 de Abril de 2022.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 14 de Março de 2022.

Ipumirim - SC, 01 de Março de 2022.

HILARIO REFFATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA 248-2022 - FERIAS ADELAR

Publicação N° 3651336

PORTARIA Nº. 248/2022 de 01 de Março de 2022.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A Adelar Vitalski, matrícula 506, férias de 20 (vinte) dias, sendo 03 dias relativo ao período aquisitivo de 2015 a 2016 e 17 dias relativo ao período aquisitivo de 2021 a 2022 e gozo a partir de 14 de Março a 02 de Abril de 2022.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 14 de Março de 2022.

Ipumirim - SC, 01 de Março de 2022.

HILARIO REFFATTI

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2022

Publicação Nº 3646855

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 18AB2BEF06327661F79592D5679B4F5C522A7C64

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2022

MODALIDADE Pregão Eletrônico PE10/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge): 18AB2BEF06327661F79592D5679B4F5C522A7C64

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público, que fará Licitação na modalidade MODALIDADE Pregão Eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Registro de Preço para eventual e futura aquisição de duas Motoniveladoras novas para atender a demanda da Secretaria de Transportes, conforme especificação no Termo de Referência.

Recebimento de Envelopes: até às 08:15hrs do dia 14/03/2022.

Abertura: às 08:30hrs do dia 14/03/2022.

Informações complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações".

E demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani - Rua Eilírio De Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, pelo telefone: (49) 3432-3200, ou ainda pelo e-mail licitacao@irani.sc.gov.br.

Irani-SC, 25 de fevereiro de 2022.

DILSON LUIZ FARINELLA - GESTOR

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 2/2022

Publicação Nº 3646682

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DBAE9AD319BB7A013DDB4F9405D1E88F1FCF4CDC

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2022

MODALIDADE Tomada de Preço TP2/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge): DBAE9AD319BB7A013DDB4F9405D1E88F1FCF4CDC

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público, que fará Licitação na modalidade MODALIDADE Tomada de Preço Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), para execução de obra de construção/ampliação/reforma/recuperação/acessibilidade do prédio da Prefeitura de Irani, com área edificada de 1.818,00 m² localizada na Rua Eilírio de Gregori esquina com a Valdecir Ângelo Zampieri, Bairro Centro, neste Município. A obra foi viabilizada via recursos próprios e de transferência especial conforme Portaria 390 SCC 00176 45 2021 SIE, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Financeiro e demais documentos constantes do Anexo I deste Edital.

Recebimento de Envelopes: até às 11:30hrs do dia 21/03/2022.

Abertura: às 14:00hrs do dia 21/03/2022.

Informações complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações".

E demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani - Rua Eilírio De Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, pelo telefone: (49) 3432-3200, ou ainda pelo e-mail licitacao@irani.sc.gov.br.

Irani-SC, 25 de fevereiro de 2022.

ALUÍSIO DELINO BAVARESCO – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.197

Publicação Nº 3650858



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ

DECRETO Nº. 2.197 DE 01 DE MARÇO DE 2022

“DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ AFETADAS PELO BAIXÍSSIMO VOLUME PLUVIOMÉTRICO REGISTRADO, CONFORME IN/MI/ 02/2016”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 102 da Lei Orgânica do Município, e pelo artigo 8º, inciso VI, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO a estiagem meteorológica e hidrológica que assolam o Município de Jaborá, desde o mês de novembro de 2021, e que vem ocasionando falta de água para consumo humano, principalmente nas comunidades do interior, bem como, prejuízos na pecuária com escassez de água para os animais, prejuízos na agricultura com escassez de água nas plantações, comprometendo parcialmente a capacidade de resposta;

CONSIDERANDO a constatação da falta de água para abastecimento de algumas propriedades rurais, para as quais o Município realiza o transporte de água;

CONSIDERANDO a dificuldade enfrentada pela CASAN para manter o abastecimento de água no perímetro urbano do município, tendo em vista a diminuição de vazão dos poços artesianos devido à falta de chuvas, sendo que, persistindo a situação de estiagem, haverá a necessidade de utilização de caminhão pipa para o abastecimento de água potável para a população da cidade de Jaborá;

CONSIDERANDO que as chuvas intermitentes, ocorridas nos últimos meses, não resultou em volume hídrico considerável para que sejam mantidas, sem riscos, as atividades econômicas essenciais e a continuidade do abastecimento urbano.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** em todas as áreas do município.

Art. 2º. Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à

Rua Ângelo Poyer, 320 – Centro – Fone (49) 35262000
Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br
CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ

população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

Art. 4º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 5º. Fica a população do Município de Jaborá, SC, alertada para racionar o uso da água, de forma consciente, evitando desperdícios e o uso não essencial.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de março de 2022.

CLEVSON RODRIGO FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 02 de março de 2022.

RENAN FERNANDO GREZEL
Secretário de Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental

Rua Ângelo Poyer, 320 – Centro – Fone (49) 35262000
Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br
CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina

PORTARIA Nº. 88/2022, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651518

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ**

PORTARIA Nº. 88/2022, de 01 de março de 2022.

**“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE
ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedido férias à servidora, referente ao período aquisitivo e de gozo, conforme abaixo relacionado:

Servidor Público	Período aquisitivo	Período de gozo
Raiane Cristine Toigo	06/01/2021 – 05/01/2022	02/03/2022 – 11/03/2022

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de março de 2022.

CLEVSON RODRIGO FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 02/Março/2022.

JEAN CARLOS MOURA
Coordenador de Administração

Rua Ângelo Poyer, 320 – Centro – Fone (49) 35262000
Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br
CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina

Jacinto Machado**PREFEITURA****PORTARIA 101/2022**

Publicação Nº 3651902

PORTARIA Nº. 101 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARISA NART no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 102/2022

Publicação Nº 3651903

PORTARIA Nº. 102 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente EVANILDA DOS SANTOS BARCELOS CASAGRANDE, no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria de Educação Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A auxiliar de ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 103/2022

Publicação Nº 3651904

PORTARIA Nº. 103 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Servente e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, TAINÁ MACHADO INÁCIO no cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Servente acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 104/2022

Publicação Nº 3651905

PORTARIA Nº. 104 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Servente e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARILEDE DE BARROS no cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Servente acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 105/2022

Publicação Nº 3651906

PORTARIA Nº. 105 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Servente e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ANGÉLICA CRISTINA DIAS CORTES no cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Servente acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 106/2022

Publicação Nº 3651907

PORTARIA Nº. 106 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professor de História habilitado e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, KRISTYAN PESCADOR RECCO no cargo de Professor de História habilitado, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, nível MAG LP, substituição de ROSANGELA FERREIRA para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Professor de História habilitado acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 107/2022

Publicação Nº 3651908

PORTARIA Nº. 107 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Professora de História não habilitada e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, BARBARA SAVI MONDO, no cargo de Professora de História não habilitada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível ST, substituição de ROSANGELA FERREIRA para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta,.

Art. 2º - A Professora de História não habilitada acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 108/2022

Publicação Nº 3651909

PORTARIA Nº. 108 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Professora de Espanhol habilitada e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARIA GUADALUPE MORENO OLIVARES no cargo de Professora de Espanhol habilitada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível MAG LP, substituição de GISELI TEREZINHA DE SOUZA VERONES para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta,

Art. 2º - A Professora de Espanhol habilitada acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 109/2022

Publicação Nº 3651910

PORTARIA Nº. 109 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário Professor de Ensino Religioso não habilitado e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente JOSÉ DIEGO HIPOLITO PEDRO, no cargo de Professor de Ensino Religioso não habilitado, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, MAG ST, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria de Educação Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - O Professor de Ensino Religioso não habilitado acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 110/2022

Publicação Nº 3651911

PORTARIA Nº. 110 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Educação Física e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ELIGIANE RECCO BETERLI no cargo de Professora de Educação Física, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG LP, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Educação Física, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 111/2022

Publicação Nº 3651912

PORTARIA Nº. 111 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Ensino Fundamental e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, DELI DE NONI FERREIRA no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível MAG LP, substituição de SIRLEIA RECCO BETERLI para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Ensino Fundamental acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 112/2022

Publicação Nº 3651913

PORTARIA Nº. 112 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Professora de Matemática e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, FERNANDA BORTOLUZZI ROCHA AMERICO no cargo de Professora de Matemática, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível MAG LP, substituição de DÉBORA ABATTI PATRÍCIO para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A Professora de Matemática acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 113/2022

Publicação Nº 3651914

PORTARIA Nº. 113 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professor de Ensino Fundamental e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, CARLOS ALEXANDRE SOUZA NAGILDO no cargo de Professor de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível MAG LP, substituição de MERI TEREZINHA DE SOUZA para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Professor de Ensino Fundamental acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 114/2022

Publicação Nº 3651915

PORTARIA Nº. 114 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Ensino Fundamental e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, KARINE DA ROCHA DAMINELLI no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG LP, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Ensino Fundamental, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 115/2022

Publicação Nº 3651916

PORTARIA Nº. 115 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a de Professora de Geografia e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, TAINARA DE SOUZA VERONEZ no cargo de Professora de Geografia, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível MAG LP, substituição de LUCIANA CARDOSO DE SOUZA para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A Professora de Geografia acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 116/2022

Publicação Nº 3651917

PORTARIA Nº. 116 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente FABRICIA PIOVERZAN EUZEBIO, no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 16/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria de Educação Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A auxiliar de ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 117/2022

Publicação Nº 3651918

PORTARIA Nº. 117 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARIA CONCEIÇÃO MATIAS BADA no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Viver e Crescer, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 118/2022

Publicação Nº 3651919

PORTARIA Nº. 118 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, CRISTIANE DA SILVA GOMES no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Viver e Crescer, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 119/2022

Publicação Nº 3651920

PORTARIA Nº. 119 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ANA REGINA BALDINI DOS SANTOS no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Viver e Crescer, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 120/2022

Publicação Nº 3651921

PORTARIA Nº. 120 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JADNA MONTOVANI CARDOSO no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Viver e Crescer, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 121/2022

Publicação Nº 3651922

PORTARIA Nº. 121 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, EGRAZIELE DA SILVA DAMIANI no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Viver e Crescer, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 122/2022

Publicação Nº 3651923

PORTARIA Nº. 122 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JOICE MONTOVANI CARDOSO no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Viver e Crescer, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 123/2022

Publicação Nº 3651924

PORTARIA Nº. 123 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Servente e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, SAMARA DE SOUZA VERONES no cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar no CEI Viver e Crescer, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Servente acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 124/2022

Publicação Nº 3651925

PORTARIA Nº. 124 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, TAINARA PIOVERSAN EUZÉBIO no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Viver e Crescer, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 125/2022

Publicação Nº 3651926

PORTARIA Nº. 125 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Educação Infantil e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, LUCIANA BROGNI ALBURQUERQUE no cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nível MAG LP, substituição de SILVANA FURLANETTO PASCOALI para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Educação Infantil acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 126/2022

Publicação Nº 3651927

PORTARIA Nº. 126 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Educação Infantil e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ELIANE SARTOR DOS SANTOS no cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG LP, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Educação Infantil, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 127/2022

Publicação Nº 3651928

PORTARIA Nº. 127 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, GÉSSICA EUFRASIO POSSAMAI DELA no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 128/2022

Publicação Nº 3651929

PORTARIA Nº. 128 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, CRISTIANE GOULART MATEUS no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 129/2022

Publicação Nº 3651930

PORTARIA Nº. 129 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente PATRICIA DOS SANTOS HAHN SOZA, no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria de Educação Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A auxiliar de ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 130/2022

Publicação Nº 3651931

PORTARIA Nº. 130 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente FABIANA MANENTI TOMMASI, no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria de Educação Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A auxiliar de ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 131/2022

Publicação Nº 3651932

PORTARIA Nº. 131 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente GABRIELLI ROVARIS POSSAMAI, no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria de Educação Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A auxiliar de ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 132/2022

Publicação Nº 3651933

PORTARIA Nº. 132 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, GRASIELA CARARO SILVEIRA MANARIN no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível MAG AT, substituição de EDLAINE DE MELO RECCO para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 133/2022

Publicação Nº 3651934

PORTARIA Nº. 133 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ÉDINA REGINA SILVEIRA DE OLIVEIRA no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 134/2022

Publicação Nº 3651935

PORTARIA Nº. 134 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, BRUNA TOMAZ DA ROCHA no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 135/2022

Publicação Nº 3651936

PORTARIA Nº. 135 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, IRACY CAMBRUZZI no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 136/2022

Publicação Nº 3651937

PORTARIA Nº. 136 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, LOURDES POSSAMAI no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 137/2022

Publicação Nº 3651938

PORTARIA Nº. 137 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, CAROLINE BOZELLO SAVI no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 138/2022

Publicação Nº 3651939

PORTARIA Nº. 138 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente ROZINETE SILVEIRA SOARES, no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria de Educação Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A auxiliar de ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 139/2022

Publicação Nº 3651940

PORTARIA Nº. 139 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Servente e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARISA DA ROSA MAIA no cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição de MARLI BORGES KOINASKI, para atuar no CEI Pequeno Cidadão junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Servente acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 140/2022

Publicação Nº 3651941

PORTARIA Nº. 140 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Servente e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ALINE DE SOUZA PIVA no cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Servente acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 141/2022

Publicação Nº 3651942

PORTARIA Nº. 141 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Servente e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARILÊ SIMONI DAROS no cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Servente acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 142/2022

Publicação Nº 3651943

PORTARIA Nº. 142 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Servente e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, PAOLA JOAQUIM DA SILVA no cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Servente acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 143/2022

Publicação Nº 3651944

PORTARIA Nº. 143 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Servente e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente SILVANA APARECIDA PINTO, no cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 17/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, junto a Secretaria de Educação Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A servente acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 17/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 144/2022

Publicação Nº 3651945

PORTARIA Nº. 144 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, CLEIMAR DE AGUIAR MOTTA GOULART no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 145/2022

Publicação Nº 3651946

PORTARIA Nº. 145 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, SUSIMARA FANTONI MEZZARI EMIDIO no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 146/2022

Publicação Nº 3651947

PORTARIA Nº. 146 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ALICE STOCKMANN DE OLIVEIRA no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 147/2022

Publicação Nº 3651948

PORTARIA Nº. 147 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARIZA POSSAMAI CANTELI no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 148/2022

Publicação Nº 3651949

PORTARIA Nº. DE 148 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARINA MACHADO MAGAGNIN no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 149/2022

Publicação Nº 3651950

PORTARIA Nº. 149 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, LAURA SCHEMIN MANENTI no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 150/2022

Publicação Nº 3651951

PORTARIA Nº. 150 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARIA ROSELANE DE OLIVEIRA no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 151/2022

Publicação Nº 3651952

PORTARIA Nº. 151 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JUCELIA PATEL SCHEFFER no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 152/2022

Publicação Nº 3651953

PORTARIA Nº. 152 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, LUCIANA INACIO GOMES DOS SANTOS no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 153/2022

Publicação Nº 3651954

PORTARIA Nº. 153 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, DIENIFER SOARES BEREZNICKI no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 154/2022

Publicação Nº 3651955

PORTARIA Nº.154 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MILENA BORGES MEZZARI no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 155/2022

Publicação Nº 3651956

PORTARIA Nº. 155 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, CIONEI DOS SANTOS MAIA no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 156/2022

Publicação Nº 3651957

PORTARIA Nº. 156 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, GÉSSICA CARDOSO no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 157/2022

Publicação Nº 3651958

PORTARIA Nº. 157 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ADINA SOUZA BOEIRA no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 158/2022

Publicação Nº 3651959

PORTARIA Nº. 158 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Servente e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, TAMIRIS DOS SANTOS PADILHA no cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, substituição de JADNA DE BETIO DE FREITAS, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Servente acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 159/2022

Publicação Nº 3651960

PORTARIA Nº. 159 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Servente e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, RAQUEL EMIDIO FAGUNDES no cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Servente acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 160/2022

Publicação Nº 3651961

PORTARIA Nº. 160 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Educação Infantil e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, LETIANE GOULART CRESTANI no cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG LP, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Educação Infantil, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 161/2022

Publicação Nº 3651962

PORTARIA Nº. 161 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Educação Infantil e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ALDENIRIA DE CASTILHOS BORGES no cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG LP, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Educação Infantil, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 162/2022

Publicação Nº 3651963

PORTARIA Nº. 162 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Ensino Fundamental e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ARCANGELA CIQUINEL LAZZARIN PAGANINI no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível MAG LP, substituição de JANICE VALDEMAR BORGES para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Professora de Ensino Fundamental acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento

das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 163/2022

Publicação Nº 3651964

PORTARIA Nº. 163 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Professora de História não habilitado e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JOÃO LUCCAS BITTENCOURT PAULINO, no cargo de Professora de História não habilitado, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, nível ST, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022, podendo ser prorrogado, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta,.

Art. 2º - O Professora de História não habilitado acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 164/2022

Publicação Nº 3651965

PORTARIA Nº. 164 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Amplia a carga horária que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 18, da Lei nº. 245, de 20 de março de 2000 e o Art. 42, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Amplia a carga horária de trabalho da Professora de Artes TANYA RIBEIRO SCHAUKOSKI, matrícula nº. 3859 de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A ampliação da jornada de trabalho de que trata o artigo 1º desta Portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias, aplica-se o Regime Geral da Previdência Social – RGPS, sendo que o regime será o Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 165/2022

Publicação Nº 3651966

PORTARIA Nº. 165 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ANDRESA VELHO DE BITENCOURT no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 17/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 17/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 166/2022

Publicação Nº 3651967

PORTARIA Nº. 166 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Especialista de Assuntos Educacionais e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JORDANA DE SOUZA CARDOSO no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nível MAG LP, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Especialista de Assuntos Educacionais acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 167/2022

Publicação Nº 3651969

PORTARIA Nº. 167 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professor de História não habilitado e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, GUILHERME DE OLIVEIRA BORGES no cargo de Professor de História não habilitado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível MAG ST, no período de 14/02/2022 até 19/05/2022, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Professor de História não habilitado acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 168/2022

Publicação Nº 3651970

PORTARIA Nº. 168 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Concede Licença Maternidade e Dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 88, da Lei Nº. 245, de 20.03.2000.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte dias) a servidora DÉBORA ABATTI PATRÍCIO, matrícula nº. 2504, ocupante do cargo de Professora, a ser gozada no período de 14/02/2022 a 13/06/2022 com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 169/2022

Publicação Nº 3651971

PORTARIA Nº 169 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.

Concede Licença Prêmio a Servidora que especifica e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 95, da Lei nº. 245, de 20.03.2000.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 03 (três) meses a professora LUCIANA CARDOSO DE SOUZA a serem gozadas no período de 14/02/2022 a 14/05/2022 período aquisitivo 05/03/1992 a 04/03/1997.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 14/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 170/2022

Publicação Nº 3651972

PORTARIA Nº. 170 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JERUSA SILVA PAULINO DA ROSA no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 16/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB José Francisco de Aguiar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 16 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 171/2022

Publicação Nº 3651973

PORTARIA Nº. 171 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.
Exonera servidora a pedido e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidora a pedido JUSSARA DE OLIVEIRA DA ROLT do cargo de PROFESSORA lotada junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 16/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 16 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 172/2022

Publicação Nº 3651974

PORTARIA Nº. 172 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.
Exonera servidora a pedido e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidora a pedido MARILÊ SIMONI DAROS do cargo de SERVENTE lotada junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 16/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 16 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 173/2022

Publicação Nº 3651983

PORTARIA Nº 173 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.
Concede Licença Prêmio a Servidora que especifica e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 95, da Lei nº. 245, de 20.03.2000.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a fonoaudióloga DANIELA DAGOSTIN RECCO a serem gozadas no período de 18/02/2022 a 19/03/2022 período aquisitivo 16/03/2007 a 15/03/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 18/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 18 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 174/2022

Publicação Nº 3651984

PORTARIA Nº. 174 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Motorista e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, DIRCEU CANDIDO DE BORBA no cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 21/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Motorista acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 21/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 21 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 175/2022

Publicação Nº 3651986

PORTARIA Nº. 175 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Motorista e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, EDSON CANDIDO DE BORBA no cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 21/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Motorista acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 21/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 21 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 176/2022

Publicação Nº 3651987

PORTARIA Nº. 176 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022.

Exonera servidora a pedido e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidora a pedido FABRICIA PIOVEZAN EUZEBIO, do cargo de AUXILIAR DE ENSINO lotada junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 23/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 23 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 177/2022

Publicação Nº 3651988

PORTARIA Nº. 177 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.

Admite em Caráter temporário a Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga excedente MONICA DOS SANTOS MONTOVANI, no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 24/02/2022 até 19/05/2022 podendo ser prorrogado, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria de Educação Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A auxiliar de ensino acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 24/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 24 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 178/2022

Publicação Nº 3651991

PORTARIA Nº. 178 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022.

Exonera servidora a pedido e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidora a pedido CAROLINE BOZELLO SAVI, do cargo de AUXILIAR DE ENSINO lotada junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 28/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 28 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 179/2022

Publicação Nº 3651992

PORTARIA Nº. 179 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022.

Concede Férias aos Servidores e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com os artigos 76 e 81 da Lei Nº. 245, de 20.03.2000.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrículas, períodos de gozo e períodos aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
RENATO BELLETTINI BRISTOT	3867	20/02/2020 A 19/02/2021	02/03/2022 A 31/03/2022
ADRIANO BIANCHINI FREGULIA	2422	01/06/2020 A 31/05/2021	02/03/2022 A 31/03/2022
JOSÉ JOÃO ELIAS	2398	01/03/2021 A 28/02/2022	02/03/2022 A 31/03/2022
VORLEI DARABAS POLICARPO	3832	10/02/2019 A 09/02/2020	02/03/2022 A 31/03/2022
FABIANA DA SILVA	4699	02/10/2020 A 01/10/2021	02/03/2022 A 31/03/2022

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 25/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 25 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 180/2022

Publicação Nº 3651993

PORTARIA Nº. 180 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

Exonera servidora a pedido e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidora a pedido EGIRA TRAMONTIN ZANATTA do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA lotada junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 28/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 28 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 181/2022

Publicação N° 3651994

PORTARIA N°. 181 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

Exonera servidora a pedido e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei n°. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidora a pedido DIENIFER SOARES BEREZNICKI, do cargo de AUXILIAR DE ENSINO lotada junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 28/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 28 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 182/2022

Publicação N° 3651995

PORTARIA N°. 182 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

Exonera servidor a pedido e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei n°. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidor a pedido RENATO TRAMONTIN BIANCHI, do cargo de MÉDICO DA SAÚDE E DA FAMÍLIA lotado junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 28/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 28 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 183/2022

Publicação N° 3651996

PORTARIA N°. 183 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

Exonera servidora a pedido e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei n°. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidora a pedido MARIANE SILVESTRE TOMAZZI, do cargo de MÉDICA DA SAÚDE DA FAMÍLIA lotada junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 28/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 28 de Fevereiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 184/2022

Publicação N° 3651999

PORTARIA N°. 184 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

Concede Férias aos Servidores e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com os artigos 76 e 81 da Lei N°. 245, de 20.03.2000.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrículas, período de gozo e período aquisitivo, convertendo um terço das férias em abono pecuniário, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
EMERSON CECCONELLO BURIN	1558	23/07/2020 A 22/07/2021	03/03/2022 A 01/04/2022
REGINA PATEL	4234	01/03/2021 A 28/02/2022	02/03/2022 A 31/03/2022

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 28/02/2022.

Jacinto Machado – (SC), 28 de janeiro de 2022.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

2º ADITIVO AO CONTRATO 42/2020

Publicação Nº 3651110

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 42/2020, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA DE OLHOS DR. ROBERTO VON HERTWIG LTDA, inscrita no CNPJ n.º 79.375.044/0001-56 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, CNPJ n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 09/03/2022, observadas as novas normas gerais constantes do Edital de Credenciamento n.º 01/2022.
- 2) A vigência do presente instrumento condiciona-se a entrega do Alvará Sanitário, no prazo máximo de 6 meses, a contar da assinatura deste, que caso não ocorra, acarretará a rescisão contratual automática.
- 3) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2022:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 4) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Roberto Von Hertwig Sócio Administrador CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO 49/2020

Publicação Nº 3651121

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 49/2020, para a prestação de serviços de odontologia básica, que mantém entre si, a credenciada ODONTO LASER – CLAREAMENTO DENTAL A LASER SS, inscrita no CNPJ n.º 04.276.927/0001-00 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, CNPJ n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 10/03/2022, observadas as novas normas gerais constantes do Edital de Credenciamento n.º 01/2022.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2022:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 25 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Fábio de Oliveira Goulart Sócio Administrador CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunckle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO 50/2020

Publicação Nº 3651107

2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 50/2020
TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 50/2020, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada WW JOSELU-MA SSP, inscrita no CNPJ n.º 03.761.752/0001-63 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, CNPJ n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 11/03/2022, observadas as novas normas gerais constantes do Edital de Credenciamento n.º 01/2022.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2021:

Classif. Funcional Progra- mática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Johnny Adams Valle Vargas Sócio Administrador CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunckle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO 51/2020

Publicação Nº 3651106

2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 51/2020
TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 51/2020, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA SANTA CECÍLIA SS, inscrita no CNPJ n.º 03.341.544/0001-05 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, CNPJ n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 11/03/2022, observadas as novas normas gerais constantes do Edital de Credenciamento n.º 01/2022.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2021:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Luiz Carlos Bonilauri Sócio Administrador CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO 56/2020

Publicação Nº 3651116

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 56/2020, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada Ortogin Serviços Médicos Ltda – EPP, inscrita no CNPJ n.º 17.238.054/0001-92 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, inscrito no CNPJ sob n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 30/03/2022, observadas as novas normas gerais constantes do Edital de Credenciamento n.º 01/2022.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2022:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 24 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Rodrigo Angeli Sócio Administrador CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO 57/2020

Publicação Nº 3651105

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 57/2020, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada Clínica Médica Grudtner S/S Ltda, inscrita no CNPJ n.º 08.929.605/0001-73 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, inscrito no CNPJ sob n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 30/03/2022, observadas as novas normas gerais constantes do Edital de Credenciamento n.º 01/2022.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2022:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 22 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Mauro César Grudtner Sócio Administrador CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e de Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO 58/2020

Publicação Nº 3651109

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 58/2020, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada Gobbato Médicos Associados, inscrita no CNPJ n.º 11.406.119/0001-85 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, inscrito no CNPJ sob n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 30/03/2022, observadas as novas normas gerais constantes do Edital de Credenciamento n.º 01/2022.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2022:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Bruno Borralho Gobbato Sócio Administrador CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO 59/2020

Publicação N° 3651117

**2º ADITIVO AO CONTRATO N° 59/2020
TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 59/2020, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada Valerio e Marcelja Serviços Médicos ME, inscrita no CNPJ n.º 22.886.983/0001-48 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, inscrito no CNPJ sob n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 30/03/2022, observadas as novas normas gerais constantes do Edital de Credenciamento n.º 01/2022.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2022:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 24 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Rafael Valerio Sócio Administrador CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO 60/2020

Publicação N° 3651111

**2º ADITIVO AO CONTRATO N° 60/2020
TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 60/2020, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CONSULTÓRIO DE PSIQUIATRIA DR. MAURÍCIO BOGO LTDA- ME, inscrita no CNPJ n.º 03.820.676/0001-10 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, inscrito no CNPJ sob n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 01/04/2022, observadas as novas normas gerais constantes do Edital de Credenciamento n.º 01/2022.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2022:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 4) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Maurício Bogo Sócio Administrador CONTRATADA
---	--	--

Nivea de Oliveira Andriotti
Superintendente de Assistência e Saúde
TESTEMUNHA

Jean Paulo Trunkle
Médico Auditor do ISSEM
TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO 29/2020

Publicação Nº 3651123

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 29/2020, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA DE OFTALMOLOGIA E CORREÇÃO DA VISÃO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 06.305.912/0003-10 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, CNPJ n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 02/03/2022.
- 2) A vigência do presente instrumento condiciona-se a entrega do Alvará Sanitário, no prazo máximo de 6 meses, a contar da assinatura deste, que caso não ocorra, acarretará a rescisão contratual automática.
- 3) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2022:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 28 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann
Presidente
CONTRATANTE

João Roberto Alvarenga Machado
Sócio Administrador
CONTRATADA

Nivea de Oliveira Andriotti
Superintendente de Assistência e Saúde
TESTEMUNHA

Jean Paulo Trunkle
Médico Auditor do ISSEM
TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO 32/2020

Publicação Nº 3651120

2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 32/2020

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 32/2020, para a prestação de serviços de ginástica laboral para os servidores do ISSEM, compreendendo duas turmas diárias, com duração de 10 minutos cada aula, que mantém entre si, a empresa SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (JS) (03.777.341/0093-84) e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (00.091.238/0001-70), ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 05/03/2022.
- 2) Para a execução do objeto deste contrato, o Issem pagará em 12 parcelas de R\$ 694,70 (seiscentos e noventa e quatro reais e setenta centavos) totalizando a importância de R\$ 8.336,40 (oito mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta centavos) para o período de 12 (doze) meses.
- 3) As despesas resultantes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária de 2022:

03 – 36.001.09.122.0300.4302 - Manutenção das atividades administrativas – FMPS
Recurso 0.2.75.0619
19 – 36.002.08.122.0300.4352 - Manutenção das atividades administrativas – FMASA

Recurso 0.2.06.0437

4) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 24 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Eron Diogo Waltrick Coordenador de Saúde CONTRATADA
Denilson Thomazelli Gestor do Contrato		Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO 45/2020

Publicação Nº 3651119

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 45/2020, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLINICOR CLÍNICA DE ESTUDOS DO CORAÇÃO, inscrita no CNPJ n.º 01.967.281/0001-19 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, CNPJ n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 07/03/2022, observadas as novas normas gerais constantes do Edital de Credenciamento n.º 01/2022.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2022:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 24 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Joben Teixeira Bastos Sócio Administrador CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 53/2020

Publicação Nº 3651129

2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 53/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 53/2020, para a prestação de serviços de nutricionista, que mantém entre si, a credenciada NUTRIQUILIBRIUM CLÍNICA DE NUTRIÇÃO E CONSULTORIA EM ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 16.936.422/0001-03 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, CNPJ n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 11/03/2022, observadas as novas normas gerais constantes do Edital de Credenciamento n.º 01/2022.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2022:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 28 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Luciana Hasse Krepsky Sócia Administradora CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

3º ADITIVO AO CONTRATO 57/2019

Publicação Nº 3651112

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2019 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 81/2019, para a prestação de serviços de exames anatomopatológicos e citológicos, que mantém entre si, a credenciada H & E Instituto de Patologia Ltda, inscrita no CNPJ 01.790.550/0001-14 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, CNPJ n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Acrescentar os serviços abaixo descritos ao Anexo I do contrato original:

ANEXO I CONTRATO N.º 81/2019 RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM PREÇOS ESPECIAIS

Procedimento	Código da CBHPM (6ª ed., 2010)	R\$
Ato de coleta de PAAF de órgãos ou estruturas profundas com deslocamento do patologista	4.06.01.10-2	252,05
Ato de coleta de PAAF de órgãos ou estruturas profundas sem deslocamento do patologista	4.06.01.08-0	173,39
Ato de coleta de PAAF de órgãos ou estruturas superficiais com deslocamento do patologista	4.06.01.09-9	121,95
Ato de coleta de PAAF de órgãos ou estruturas superficiais sem deslocamento do patologista	4.06.01.07-2	72,27
Coloração especial por coloração	4.06.01.26-9	25,06
Microscopia eletrônica	4.06.01.06-4	459
Necrópsia de adulto/criança e natimorto com suspeita de anomalia genética	4.06.01.04-8	558
Necrópsia de embrião/feto até 500 gramas	4.06.01.05-6	294,03
Procedimento diagnóstico citopatológico em meio líquido	4.06.01.32-3	40,28
Procedimento diagnóstico citopatológico oncológico de líquidos e raspados cutâneos	4.06.01.12-9	50,12
Procedimento diagnóstico em amputação de membros - causa oncológica	4.06.01.24-2	213,21
Procedimento diagnóstico em amputação de membros - sem causa oncológica	4.06.01.23-4	104,18
Procedimento diagnóstico em biópsia simples "imprint" e "cell block"	4.06.01.11-0	50,12
Procedimento diagnóstico em citologia hormonal isolada	4.06.01.16-1	16,26
Procedimento diagnóstico em citologia hormonal seriado	4.06.01.14-5	37,13
Procedimento diagnóstico em citometria de fluxo (por monoclonal pesquisado)	4.06.01.30-7	90,52
Procedimento diagnóstico em citometria de imagens	4.06.01.31-5	412,65
Procedimento diagnóstico em citopatologia cérvico-vaginal oncológica	4.06.01.13-7	25,06
Procedimento diagnóstico em fragmentos múltiplos de biópsias de mesmo órgão ou topografia, acondicionados em um mesmo frasco	4.06.01.19-6	108,68
Procedimento diagnóstico em grupos de linfonodos, estruturas vizinhas e margens de peças anatômicas simples ou complexas (por margem) - máximo de três margens	4.06.01.22-6	50,12
Procedimento diagnóstico em imunofluorescência	4.06.01.27-7	412,65
Procedimento diagnóstico em lâminas de PAAF até 5	4.06.01.25-0	50,12
Procedimento diagnóstico em painel de hibridização "in situ"	4.06.01.28-5	412,65
Procedimento diagnóstico em peça anatômica ou cirúrgica simples	4.06.01.20-0	79,7

Procedimento diagnóstico em peça cirúrgica ou anatômica complexa	4.06.01.21-8	108,68
Procedimento diagnóstico em revisão de lâminas ou cortes histológicos seriados	4.06.01.15-3	149,85
Procedimento diagnóstico peroperatório - peça adicional ou margem cirúrgica	4.06.01.02-1	122,13
Procedimento diagnóstico peroperatório com deslocamento do patologista	4.06.01.03-0	210,06
Procedimento diagnóstico peroperatório sem deslocamento do patologista	4.06.01.01-3	150,03
Procedimento diagnóstico por captura híbrida	4.06.01.29-3	205,31

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Marcos Fernando Ferreira Subtil Sócio Administrador CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

3º ADITIVO AO CONTRATO 54/2020

Publicação Nº 3651122

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 54/2020
TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 54/2020, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLINICA FETUS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 03.071.344/0001-80 e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, CNPJ n.º 00.091.238/0001-70 ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 16/03/2022, observadas as novas normas gerais constantes do Edital de Credenciamento n.º 01/2022.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2022:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	02	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 28 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Márcia Cabrelon de Oliveira Sócio Administrador CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do ISSEM TESTEMUNHA

Rafael Kist
Procurador Autárquico
OAB/SC 33890

CONTRATO Nº 011/2022

Publicação Nº 3651356

EXTRATO DO CONTRATO 011/2022

Processo: Dispensa de Licitação; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: GChiodini Comércio e Engenharia Elétrica Ltda.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE ENGENHARIA ELÉTRICA E ASSESSORIA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM UNIDADES DO SAMAE Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 32.915,00 (trinta e dois mil, novecentos e quinze reais). O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato

correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2022, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.512.1400.4406	Manutenção das atividades técnica e operacionais – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	30	Arrecadados pelo SAMAE

Data da assinatura: 14/01/2022; Prazo de Fornecimento: Conforme a necessidade do Samae, até 31/12/2022; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. /Signatários: Ademir Izidoro e Giovane Chiodini.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021/SEMAD

Publicação Nº 3652114

Convocação de Processo Seletivo nº 001/2021/SEMAD

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s) CONVOCADO(S) para comparecer junto a Diretoria de Gestão de Pessoas desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16h do dia 04 de março de 2022, na Rua Walter Marquardt, nº 1111, Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a classificação no Processo Seletivo nº 001/2021/SEMAD, conforme segue:

Nome: EDUARDO SEVERO PINHEIRO
Cargo: ENGENHEIRO CIVIL – 40h
Secretaria: SEMOP
Classificação: 20º lugar

Nome: ARTHUR PIRES MAIA
Cargo: ENGENHEIRO CIVIL – 40h
Secretaria: SECEL
Classificação: 21º lugar

Nome: DANIEL MESSIAS DOS SANTOS
Cargo: ARQUITETO E URBANISTA – 40h
Secretaria: SEMPLU
Classificação: 1º lugar

Nome: JOHNY JANSSEN
Cargo: ARQUITETO E URBANISTA – 40h
Secretaria: SEMPLU
Classificação: 2º lugar

Nome: KASSIA CARNEIRO DA SILVA SANTANA
Cargo: ARQUITETO E URBANISTA – 40h
Secretaria: SEMPLU
Classificação: 3º lugar

Nome: ANDREA BARBOSA DA SILVA
Cargo: ARQUITETO E URBANISTA – 40h
Secretaria: SEMPLU
Classificação: 4º lugar

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2021/SEMASH

Publicação Nº 3652117

CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 001/2021/SEMASH

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s) CONVOCADO(S) para comparecer junto a Diretoria de Gestão de Pessoas desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16h do dia 04 de março de 2022, na Rua Walter Marquardt, nº 1111, Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a classificação no Processo Seletivo nº 001/2021/SEMASH, conforme segue:

Nome: JORDANA MEURER
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL – 30h

Secretaria: SEMASH
Classificação: 67º lugar

Nome: ALICIA DE OLIVEIRA GONÇALVES
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL – 30h
Secretaria: SEMASH
Classificação: 68º lugar

Nome: VANDA RAQUEL DECKERT
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL – 30h
Secretaria: SEMASH
Classificação: 1º lugar (SEGUNDA CHAMADA)

EDITAL 01/2022/CA/ISSEM

Publicação N° 3652031

EDITAL 01/2022/CA/ISSEM

CALENDÁRIO DO PROCESSO ELEITORAL		
Item	Descrição	Prazo
01	Aprovação do Edital pelo Conselho de Administração	13/12/2021
02	Publicação do Edital	27/01/2022
03	Período para impugnação do edital	28 e 31/01/22
04	Julgamento das impugnações ao edital	02/02/22
05	Apreciação pelo Conselho do resultado das impugnações	07/02/22
06	Publicação do resultado das impugnações	08/02/22
07	Republicação do edital	09/02/22
08	Capacitação sobre o processo de eleição	11/02/22
09	Período de inscrições	11 a 27/02/22
10	Publicação da relação de candidatos inscritos	28/02/22
11	Prazo para impugnação ou recurso dos inscritos	01 a 02/03/2022
12	Julgamento das impugnações ou recursos pela Comissão Eleitoral	03/03/22
13	Publicação da relação final dos candidatos habilitados	04/03/22
14	Período de votação	05 a 14/03/22
15	Publicação resultado da eleição	16/03/22
16	Período de recurso, junto ao Conselho de Administração, por descumprimento do edital, por parte da Comissão Eleitoral e do resultado das eleições	17 e 18/03/22
17	Julgamento dos recursos pelo Conselho	21/03/22
18	Publicação do resultado do julgamento dos recursos e resultado final das eleições	23/03/22
19	Homologação pelo Conselho de Administração	25/03/22
20	Portaria de nomeação dos eleitos	08/04/22
21	Posse dos Eleitos	18/04/22

Obs.: Retificados os textos dos itens 11 e 12, conforme disposto no Art. 7 do Edital.

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 008/2022 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação N° 3651339

EDITAL
CONCORRÊNCIA N.º 008/2022
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D560C52C095E51282A75FF0092A93C3529D0819E

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, serviços preliminares, terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e serviços complementares, na Rua 601 – Manoel Francisco da Costa – Bairro: João Pessoa, com extensão total de 2.282,40m (dois mil duzentos e oitenta e dois metros e quarenta centímetros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.
Código registro TCE: D560C52C095E51282A75FF0092A93C3529D0819E

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 04 de abril de 2022, no Setor de Protocolo desta Prefeitura

Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.
ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 5.790.168,97 (cinco milhões setecentos e noventa mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 21 de fevereiro de 2022.

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO
Secretário de Administração

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 288/2021 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL COMUNICADO DE SUSPENSÃO

Publicação Nº 3651340

EDITAL
CONCORRÊNCIA N.º 288/2021
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação acima, que em função de impugnação protocolada tempestivamente por empresa interessada no certame, a mesma se encontra SUSPensa, para a análise e verificação da necessidade ou não de alteração no Edital. Ressaltamos que a nova data para entrega e abertura dos envelopes, será informada posteriormente.

Sem mais para o momento,

Jaraguá do Sul (SC), 01 de março de 2022.

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO
Secretário de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 07/2022

Publicação Nº 3651335

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 07/2022

O FISCAL TRIBUTARISTA Sérgio Paulo Stephani matrícula 7089-1, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014 depois da(s) tentativa(s) de ciência por meio de remessa postal resultar(em) infrutífera(s), notifica o(s) contribuinte(s) abaixo citado(s), da emissão de Notificação Preliminar para fins de providenciar a regularização cadastral encaminhando através do Setor de Protocolo Geral, a solicitação de baixa ou suspensão no Cadastro Mobiliário Municipal, conforme previsto nos artigos 99 e 100 da Lei Complementar Municipal 281/2021 (Código Tributário Municipal) e alterações.

Para saber como proceder a regularização da situação o contribuinte deverá entrar em contato como setor de Fiscalização Tributária no fone (47) 2106-8192.

Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 30 (trinta) dias corridos da data da publicação do edital, conforme o disposto no inciso III, do § 2º, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014. O prazo para regularização cadastral será de 30 (trinta) dias corridos contados da data em que é considerado o contribuinte notificado deste Edital, conforme prevê o disposto Parágrafo 7º do Artigo 1º do Decreto 13622/2020 incluído através do Decreto 14535/2020.

Constatado o não cumprimento das medidas determinadas, no prazo estipulado, será lavrado contra o notificado o auto de infração, sujeitando-o à aplicação de multas e outras penalidades cabíveis, em conformidade com o Inciso I do Artigo 102 da Lei Complementar Municipal 281/2021 (Código Tributário Municipal), sem prejuízo das demais obrigações e da ação das demais autoridades competentes. Valor da Multa: 10 UPM's (Unidade Padrão Municipal). Valor da UPM em 2022: R\$ 220,64 (Duzentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos).

Jaraguá do Sul, 01/03/2022.

SÉRGIO PAULO STEPHANI
Fiscal Tributarista
Matrícula 7089-1

Nº Notificação	Inscrição Municipal	Contribuinte	Data de Emissão
10/2022	21054	SOCIEDADE EDUCACIONAL JARAGUÁ	09/02/2022

EDITAL Nº 006/2022 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 3652065

EDITAL Nº 006/2022 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO HOMOLOGAÇÃO

A Secretária Municipal da Educação de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, com amparo legal na Lei Complementar No 102/2010, de 12 de novembro de 2010, alterada pela Lei Complementar no 190/2017, de 22 de março de 2017 e considerando o resultado do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL, UNICAMENTE COM BASE NO EXAME DE TÍTULOS, Edital nº 006/2022, resolve divulgar a HOMOLOGAR, conforme abaixo.

COORDENADOR PEDAGÓGICO

Nº	Nome	Habilitação	Tempo de serviço
1	ROSEMEI TEREZINHA GOMES VELASQUE ROSSETTO	MESTRADO	38
2	TÉRCIA MILLNITZ DEMATHE	MESTRADO	32
3	LICE PINHO GONÇALVES	ESPECIALIZAÇÃO	132
4	MARIA JOSÉ DE LIMA ALVES DO NASCIMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	78
5	MARCIA DA SILVA BARRETO HERMANN	ESPECIALIZAÇÃO	76
6	MARCIA FRANCISCA DE PAULA RAMOS JACCON	ESPECIALIZAÇÃO	55
7	ÉRICA RABELO DOMINGUES	ESPECIALIZAÇÃO	48
8	ROSALBA HELENA CHAVES DIEHL	ESPECIALIZAÇÃO	0
9	ANTÔNIA CELIA MOURA DA SILVA	ESPECIALIZAÇÃO	0
10	MARCOS VINÍCIUS AMORIM	LICENCIATURA	33
11	ERIKA PAGAN DE LIMA	LICENCIATURA	31
12	ELIANA REGINA PADILHA	LICENCIATURA	0
13	GLAUCO DOS SANTOS MARTINS	LICENCIATURA	0
14	FABIANE MATOS DE SOUZA	LICENCIATURA	0

INDEFERIDOS

1	ANDERSON OLIVEIRA SANTOS	7.5
2	GISELI APARECIDA BORGES NICOLINI	7.5

COORDENADOR PEDAGÓGICO - EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº	Nome	Habilitação	Tempo de serviço
1	ALESSANDRA SCHRAMM	LICENCIATURA	41

INDEFERIDOS

1	GRASIELA ADRIANA NARDELLI RAIMONDI	7.5
---	------------------------------------	-----

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº	Nome	Habilitação	Tempo de serviço
1	ROSANGELA MARIA MENDES	ESPECIALIZAÇÃO	133
2	DENISE APARECIDA PEREIRA	ESPECIALIZAÇÃO	84
3	ALBANISIA ALBANO LOPES SILVA	ESPECIALIZAÇÃO	41
4	GRAYCE MONDINI	ESPECIALIZAÇÃO	30
5	CAROLINE APARECIDA ROCHA BUENO	ESPECIALIZAÇÃO	13
6	FRANCIELLI FERREIRA DA SILVA DALPRA	ESPECIALIZAÇÃO	12
7	MIRANDA ERICA NASCIMENTO BARDIN	ESPECIALIZAÇÃO	0
8	NATHALI DOS SANTOS PEREIRA SOUZA	ESPECIALIZAÇÃO	0
9	ELISSANDRA FIRMINO NOBRE BEZERRA	ESPECIALIZAÇÃO	0
10	IRINÉIA DOS SANTOS	ESPECIALIZAÇÃO	0
11	KELLI DOS SANTOS RIBEIRO	ESPECIALIZAÇÃO	0
12	ELIANE APARECIDA STOCKSCHNEIDER GUCKERT	ESPECIALIZAÇÃO	0
13	PATRICIA MEIRELES LOPES CORREA	ESPECIALIZAÇÃO	0
14	LIBIA ACENITA TAVARES	LICENCIATURA	0
15	KALINE MACÊDO DE CARVALHO	LICENCIATURA	0
16	ROSELEIDE CAMPOS DE REZENDE ALVES	LICENCIATURA	0
17	DALVA VIEIRA DE SOUZA MIRANDA	LICENCIATURA	0
18	VANESSA HILLESHEIM WILL	LICENCIATURA	0
19	ROSANGELA COSTA	LICENCIATURA	0
20	KATYA DE CARVALHO FERNANDES	LICENCIATURA	0
21	MICHELI CRISTINA SIQUEIRA BERNACHE	LICENCIATURA	0
22	RENATA BONIFÁCIO CARDOSO	LICENCIATURA	0
23	PATRICIA FISCHER CARDOSO KRETSCHMAR	LICENCIATURA	0
24	SAMANTA FUSSIGER DE SOUSA	LICENCIATURA	0
25	SUNAMITA OLIVEIRA DOS SANTOS	LICENCIATURA	0
26	JANAINA HANSCH FRAGOSO	LICENCIATURA	0
27	RAYANE RODRIGUES DE MENEZES PEREIRA	LICENCIATURA	0

INDEFERIDOS

1	ELIZETE ANTUNES BORGES	2.1 v 3.3 C
2	JANAINA RUDA	7.5
3	LAURA THALITA BRUCH	2.1 v 3.3 C
4	LUANA APARECIDA PRACHEDES	2.1 v 3.3 C
5	LUCINEIDE RAMOS DA SILVA	7.5
6	QUEILA DAMAS CRUVINEL	7.5

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS

Nº	Nome	Habilitação	Tempo de serviço
1	KAMILA FOGUESATTO	DOUTORADO	9
2	ANA PAULA NERCOLINI BEDIN	MESTRADO	79
3	ANA LIMA CECONI	MESTRADO	13
4	ERICA DOS ANJOS ALMEIDA	ESPECIALIZAÇÃO	2
5	CINTHIA KRUEGER	LICENCIATURA	42
6	VALESCA GENERO PACHECO	LICENCIATURA	10
7	JOSIANE DOS SANTOS AUDE	LICENCIATURA	6

INDEFERIDOS

1	EMILLI JULIANE DE AZEVEDO NEVES	2.1 V 3.3 C
2	ISAQUIEL DE MOURA RIBEIRO	2.1 V 3.3 C
3	Ismarlem Roque Becker	7.5
4	Josilene Dias Cantanhede	2.1 V 3.3 C

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ENSINO RELIGIOSO

Nº	Nome	Habilitação	Tempo de serviço
1	FÁBIO WILHELM	Mestrado	0

INDEFERIDO

1	DOUGLAS SILVA MARCACINI	2.1 V 3.3 C
2	WELLINGTON CAETANO DE CAMPOS	2.1 V 3.3 C

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA

Nº	Nome	Habilitação	Tempo de serviço
1	CLAUDIOACIR GUERBER	ESPECIALIZAÇÃO	95
2	KAIO NATHAN CABRAL	ESPECIALIZAÇÃO	30
3	JOSIEL DE MIRANDA	ESPECIALIZAÇÃO	11
4	FELIPE DE OLIVEIRA SCHERNER	ESPECIALIZAÇÃO	7
5	TAMILIN MARI JUCKE	LICENCIATURA	55
6	LUIZ CARLOS GOMES FERREIRA	LICENCIATURA	5
7	ADRIANA DE SOUZA BONÇALVES CABO LEMOS	LICENCIATURA	5
8	KATIA KARINE KROEGER BORGES	LICENCIATURA	0
9	GISLAINE FRANCIELE DA SILVA	LICENCIATURA	0
10	LEONARDO JUNIOR DO NASCIMENTO	LICENCIATURA	0

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA INGLESA

Nº	Nome	Habilitação	Tempo de serviço
1	MAXWELL ZIOLI CAMPOS CABRAL	ESPECIALIZAÇÃO	44
2	CAROLINA PEDRI KLABUNDE	ESPECIALIZAÇÃO	43
3	ALINE CRISTINA COLTRO DE OLIVEIRA SANTOS	LICENCIATURA	0

INDEFERIDOS

1	LEIDY RAMOS MACIEL	2.1

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA PORTUGUESA

Nº	Nome	Habilitação	Tempo de serviço
1	ANA PAULA GOMES DO NASCIMENTO	MESTRADO	1
2	ADRIANA ANTUNES GALLI	ESPECIALIZAÇÃO	126
3	JULIANA RIBEIRO DE SOUZA	ESPECIALIZAÇÃO	12
4	EDUARDO ALBERTO RODRIGUES DA CONCEIÇÃO	LICENCIATURA	162
5	ROSEMERI BERNARDO DE ALBUQUERQUE	LICENCIATURA	113
6	JANCILEIDE APARECIDA RODACHINSKI MENDES CORDEIRO	LICENCIATURA	32
7	SIMONE APARECIDA PAES DE FARIAS STANCHACK	LICENCIATURA	23
8	GEFERSON LUIS RODRIGUES	LICENCIATURA	23

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA

Nº	Nome	Habilitação	Tempo de serviço
1	ELINALDO SOARES COSTA	ESPECIALIZAÇÃO	94
2	AGNALDO FERNANDES JERONIMO	ESPECIALIZAÇÃO	6
3	SIRLENE APARECIDA WITKOSKY TONDORF	LICENCIATURA	187

INDEFERIDOS		
1	ADRIANA CASTORINA CORREIA	7.5

Jaraguá do Sul, 03 de março de 2022.

Ivana Atanásio Dias
Secretária de Educação
Portaria nº 005/2021

EXTRATO CONTRATO N.º 01/2022 - ISSEM

Publicação Nº 3651130

EXTRATO – CONTRATO Nº 001/2022
(Registrado na Dataprev como Contrato n.º 002/2022.A)
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n.º 00.091.238/0001-70)
CONTRATADO: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev S.A. (CNPJ n.º 42.422.253/0001-01).
ORIGEM: Dispensa de Licitação n.º 10/2021.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação para consulta de dados referentes a óbitos.
VALOR: R\$ 2.899,88 (dois mil oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: 24/02/2022 a 23/02/2023 (12 meses).
DATA DA ASSINATURA: 24/02/2022.
SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann, Saulo Milhomem dos Santos e Pedro Neto de Oliveira.

Márcio Erdmann
Presidente
Issem

EXTRATO CONTRATO N.º 04/2022 - ISSEM

Publicação Nº 3651132

EXTRATO – CONTRATO Nº 004/2022
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ n.º 00.091.238/0001-70)
CONTRATADO: Associação do Hospital Jaragua – CNPJ n.º 39.913.479/0001-92
OBJETO: Fornecimento de serviços hospitalares, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019, Edital de Credenciamento n.º 01/2022 e demais

legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 01 de março de 2022

DATA DA ASSINATURA: 25 de fevereiro de 2022

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Sérgio Luis Alves.

Márcio Erdmann

Presidente

Issem

RESOLUÇÃO Nº 03/2022/CMDI/JS

Publicação Nº 3650980

RESOLUÇÃO Nº 03/2022/CMDI/JS

Dispõe sobre a previsão dos valores por rubrica de receita dos recursos para a LDO 2023 do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul FMDI/JS.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária extraordinária de 01 de março de 2022.

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) e dá outras providências, especialmente:

Art.24 – O Fundo Municipal dos Direitos do idoso (FMDI) é o órgão captador de recursos, tendo como gestor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), que os aplicará e utilizará segundo suas diretrizes e deliberações.

Art. 28 – A gestão do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, ao qual compete:

I - elaborar o Plano de Ação e o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo, deliberando sobre a aplicação destes recursos.

Art. 14 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI):

XXV - apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela previsão de investimentos voltados à Política de Atendimento do Idoso.

Considerando a Resolução nº 19/2021/CMDI/JS que dispôs sobre a elaboração do Plano Plurianual/2022-2025 do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul FMDI/JS, conforme tabela abaixo:

Previsões por ano	Valores
2022	R\$ 4.710.150,00
2023	R\$ 4.931.000,00
2024	R\$ 5.152.000,00
2025	R\$ 5.373.000,00

Considerando a previsão de receitas dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI), apresentados através do email recebido em 24/02/2022 e conforme as orientações da Secretaria Municipal da Fazenda para LDO/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a previsão dos valores por rubrica de receita dos recursos para a LDO/2023 do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul FMDI/JS, no valor de R\$ 4.931.000,00.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 01 de março de 2022.

Luana Murara Rodrigues

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul/JS.

RESOLUÇÃO Nº 04/2022/CMDI/JS

Publicação Nº 3650982

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDO- SO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 7.292/2016	

RESOLUÇÃO Nº 04/2022/CMDI/JS

Dispõe sobre a alteração do cargo de presidente da mesa diretora do CMDI.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (CMDI), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária extraordinária de 01 de março de 2022.

Considerando o Art. 27 do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso em que versa sobre a composição da Mesa Diretora, dispondo de "I – Presidente; II - Vice Presidente; III –Secretário (a) de Mesa";

Considerando a Lei Municipal nº 7.292/2016, que dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI)[...], especialmente o seu § 6º do art.10, que versa: "Deverá ocorrer alternância entre sociedade civil e governo na presidência, respeitando o período de 12 (doze) meses, para cada segmento";

Considerando que o atual mandato do cargo de presidente do CMDI está sendo conduzido pelo segmento governamental;

Considerando que a atual presidente colocou o cargo à disposição durante a Sessão Plenária Extraordinária de 01 de março 2022, sendo proclamada eleição para o cargo de presidente.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a alteração da composição da mesa diretora devido a vacância do cargo de presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul.

Art. 2º – Empossar Hildegard Boshhammer para o cargo de presidente, em substituição a Luana Murara Rodrigues, ficando a mesa diretora da seguinte forma:

Presidente:Hildegard Boshhammer
Vice-Presidente: Stélio João Rodrigues
Secretário(a) de mesa: Tiago Souza Santos

Art 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 01 de março de 2022.

Luana Murara Rodrigues
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do
Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

RESOLUÇÃO Nº 07/2022/CMDI/JS

Publicação Nº 3650777

RESOLUÇÃO Nº 07/2022/CMDI/JS

Dispõe sobre a previsão dos valores por rubrica de receita dos recursos para a LDO 2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul FMDI/JS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.292/2016, em conformidade com deliberação da sessão plenária extraordinária de 01 de março de 2022.

Considerando a Lei Federal nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, especialmente:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:
[...]

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

Art. 260.Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda [...]

§ 2º Os conselhos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.

Considerando a Resolução nº137/2010/CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, especialmente:

Art. 2º .Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente [...] órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no § 2º do art. 260 da Lei nº 8.069, de 1990;

Art. 9º.Cabe ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, em relação aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das demais atribuições:

[...]

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação; [...];

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica.

Art. 12. a definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 9º, deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos.

Considerando a Resolução nº 23/2022/CMDCA/JS que dispôs sobre a elaboração do Plano Plurianual/2022-2025 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), conforme tabela abaixo:

Previsões por ano	Valores	Previsão
2022	R\$ 3.569.646,00	-
2023	R\$ 3.620.300,00	R\$ 50.654,00
2024	R\$ 3.760.300,00	R\$ 140.000,00
2025	R\$ 3.921.300,00	R\$ 161.600,00

Considerando a previsão de receitas dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), apresentados através do email recebido em 24/02/2022 e conforme as orientações da Secretaria Municipal da Fazenda para LDO/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a previsão dos valores por rubrica de receita dos recursos para a LDO/2023 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), no valor de R\$ 3.620.300,00.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 01 de março de 2022.

Edson Willian Piotto
Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente de Jaraguá do Sul/JS.

RETIFICAÇÃO EDITAL Nº 01/2022/CA/ISSEM

Publicação Nº 3652032

RETIFICAÇÃO
EDITAL Nº 01/2022/CA/ISSEM
CONVOCAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA O
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E O CONSELHO FISCAL DO ISSEM

CONSIDERANDO a prorrogação das inscrições dos candidatos neste processo eleitoral, ficam alterados os Artigos 6º, 7º, 8º e 10, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 6º A Publicação da relação dos candidatos inscritos ocorrerá no dia 28/02/2022 (vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois).

Art. 7º O prazo para impugnação ou recurso será nos dias 1 (um) e 02/03/2022 (dois de março de dois mil e vinte e dois).

Art. 8º A Comissão Eleitoral publicará o resultado das impugnações e recursos, bem como, a nominata definitiva dos candidatos aptos a participar do processo eletivo, no dia 04/03/2022 (quatro de março de dois mil e vinte e dois).

...

Art. 10. A votação ocorrerá exclusivamente por meio digital (online) e será realizada nos dias 05 (cinco) a 14/03/2022 (catorze de março de dois mil e vinte e dois), da 00h (zero hora) do primeiro dia até as 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos) do último dia de votação.

Jaraguá do Sul/SC, 01 de março de 2022.

Maristela Alberton Silva Presidente da Comissão Eleitoral	Sidnei Marcelo Lopes Presidente do Conselho de Administração
--	---

TERMO ADITIVO Nº 054/2022

Publicação Nº 3650973

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 054/2022
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2021
Contrato Múltiplo nº 9912393552

Processo: Dispensa de Licitação nº 019/2021; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Objeto: Serviços de Agência de Correios; Prazo: O presente termo também objetiva a prorrogação do prazo de execução do objeto do Contrato nº 048/2021 por mais 12 meses, nas mesmas condições pactuadas inicialmente, com início em 31/03/2022 e término em 31/03/2023; Fundamento Legal: A prorrogação de prazo de vigência é firmado com base no art. 57, inc, II, da Lei Federal nº 8.666/93; Dotação orçamentária: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão à conta da dotação orçamentária do ano de 2022 do Samae, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.001.17.122.0300.4401	Manutenção das Atividades Administrativas	3.3.90.- Aplicações Diretas	04	Próprios

Data da assinatura: 24/02/2022; Prazo de Fornecimento: De 31/03/2022 até 31/03/2023; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro, Helen Aparecida de Oliveira Cardoso e Alan Valter Tavares.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 056/2022

Publicação Nº 3651358

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 056/2022

Processo: Chamamento Público nº 020/2022; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Credenciada: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLADORES – RECICLAR PELA VIDA; Objeto: CREDENCIAMENTO DE ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS DE RECICLADORES PARA RECEBIMENTO, TRIAGEM, SEPARAÇÃO, ARMAZENAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS REUTILIZÁVEIS E/OU RECICLÁVEIS PROVENIENTES DA COLETA SELETIVA, EXCLUSIVAMENTE COLETADOS NO ÂMBITO DESTA MUNICÍPIO; Data da assinatura: 28/02/2022; Prazo de Credenciamento: Até 31/12/2022; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Adriana Fiorentin.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

TERMO DE RESCISÃO Nº 04/2022 – CONTRATO N.º 179/2020

Publicação Nº 3651134

TERMO DE DESCRENCIAMENTO N.º 004/2022

Termo de Descredenciamento que fazem entre si o INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM e CLINICA MEDICA OSELLAMED S/S LTDA na forma abaixo:

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM, Autarquia Municipal instituída pela Lei nº 1.776/93 e alterada pela Lei Complementar nº 217/2018, por meio do Issem-Saúde, regulamentado pelo Decreto nº 12.796/2019, com sede na Rua Max Wilhelm, nº 255, Vila Baependi, Município de Jaraguá do Sul/SC, inscrito no CNPJ sob nº 00.091.238/0001/70, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente “ISSEM”, e a empresa CLINICA MEDICA OSELLAMED S/S LTDA inscrita no CNPJ sob nº 19.205.494/0001-79, devidamente qualificada no Termo de Credenciamento n.º 179/2020, doravante designada simplesmente como “CREDENCIADA”, têm certo e ajustado o presente Termo de Descredenciamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Descredenciamento é a rescisão do Contrato n.º 179/2020, para fornecimento SERVIÇOS MÉDICOS destinados ao tratamento dos beneficiários dos Serviços de Saúde oferecidos pelo Issem, conforme previsto no item 11 do referido Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DIREITO À INDENIZAÇÃO

A rescisão da qual trata este Termo não implicará em indenização a nenhuma das partes, resguardado o direito ao recebimento pelo valor dos serviços prestados pela Credenciada até a data de 23/03/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim estarem justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, devendo o mesmo ser publicado, em resumo, no órgão oficial de divulgação dos atos municipais.

Este Termo de Descredenciamento entra em vigor a partir de 23 de março de 2022.

Jaraguá do Sul, 28 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE	Carolina Richter Anacleto Sócio Administrador CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

Visto: Andressa Heloísa Ignácio
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

TERMO DE RESCISÃO Nº 05/2022 – CONTRATO N.º 28/2020

Publicação Nº 3651136

TERMO DE DESCREDENCIAMENTO N.º 005/2022

Termo de Descredenciamento que fazem entre si o INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM e UROCENTRO JARAGUÁ DO SUL na forma abaixo:

O INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS – ISSEM, Autarquia Municipal instituída pela Lei nº 1.776/93 e alterada pela Lei Complementar nº 217/2018, por meio do Issem-Saúde, regulamentado pelo Decreto nº 12.796/2019, com sede na Rua Max Wilhelm, nº 255, Vila Baependi, Município de Jaraguá do Sul/SC, inscrito no CNPJ sob nº 00.091.238/0001/70, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Márcio Erdmann, doravante denominado simplesmente “ISSEM”, e a empresa UROCENTRO JARAGUÁ DO SUL inscrita no CNPJ sob nº 22.244.940/0001-69, devidamente qualificada no Termo de Credenciamento n.º 28/2020, doravante designada simplesmente como “CREDENCIADA”, têm certo e ajustado o presente Termo de Descredenciamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Descredenciamento é a rescisão do Contrato n.º 28/2020, para fornecimento SERVIÇOS MÉDICOS destinados ao tratamento dos beneficiários dos Serviços de Saúde oferecidos pelo Issem, conforme previsto no item 11 do referido Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DIREITO À INDENIZAÇÃO

A rescisão da qual trata este Termo não implicará em indenização a nenhuma das partes, resguardado o direito ao recebimento pelo valor dos serviços prestados pela Credenciada até a data de 25/03/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim estarem justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, devendo o mesmo ser publicado, em resumo, no órgão oficial de divulgação dos atos municipais.

Este Termo de Descredenciamento entra em vigor a partir de 25 de março de 2022.

Jaraguá do Sul, 28 de fevereiro de 2022.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE	Raphael Lahr Vasconsellos Sampaio Sócio Administrador CONTRATADA
Nivea de Oliveira Andriotti Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

Visto: Andressa Heloísa Ignácio
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

CONTRATO EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

Publicação Nº 3652030

CONTRATO EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA**EDITAL Nº:****CADASTRO Nº:** 115395**CONTRATADO (A):** JULIA ROBERTA KAMER**FUNÇÃO:** TRADUTOR E INTERPRETE DE LIBRAS DE NIVEL MEDIO**PERÍODO: DE** 02/03/2022 **A** 02/06/2022**VENCIMENTO MENSAL: R\$** 3067,8**CARGA HORÁRIA: (** 200 **) HORAS MENSAIS****SECRETARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA –) PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE TRADUTOR E INTERPRETE DE LIBRAS DE NIVEL MÉDIO - REDA CONFORME DESCRIÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA –) PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 92 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIAVAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 01 de Março de 2022.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO
JULIA ROBERTA KAMER

CONTRATO EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA

Publicação Nº 3651258

CONTRATO EM REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA**EDITAL Nº:** 044/2021 - SEMED**CADASTRO Nº:** 115394**CONTRATADO (A):** ANA LUCIA VERISSIMO ROSA**FUNÇÃO:** PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LIC. PLENA**PERÍODO: DE** 02/03/2022 **A** 01/06/2022**VENCIMENTO MENSAL: R\$** 3681,35**CARGA HORÁRIA:** (200) **HORAS MENSAIS****SECRETARIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NESTA CIDADE À RUA WALTER MARQUARDT, Nº 1.111, INSCRITO NO CNPJ SOB Nº 83.102.459.0001-23, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SR. ALESSANDRO BUOZI MARTINS, DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E O CONTRATADO, ACIMA IDENTIFICADO, RESOLVEM, COM FUNDAMENTO NO ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, FIRMAR CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REDA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, COM FUNDAMENTO NO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA FORMA DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA –) PRESENTE CONTRATO REGER-SE-Á PELAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 190/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELO CONTRATADO NA FUNÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - LIC. PLENA CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA EM LEI.

CLÁUSULA TERCEIRA –) PRESENTE CONTRATO TERÁ O PRAZO DE 91 DIAS, CONFORME ACIMA INDICADO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES, PODENDO SER PRORROGADO, POR ATÉ 02 (DOIS) ANOS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.

CLÁUSULA QUARTA – A TÍTULO DE CONTRAPRESTAÇÃO O CONTRATADO FARÁ JUS A PERCEPÇÃO MENSAL DO VENCIMENTO SUPRA ESPECIFICADO, DE ACORDO COM O ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

PARÁGRAFO ÚNICO – ALÉM DO VENCIMENTO REFERIDO, O CONTRATADO TERÁ DIREITO AS GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS E VANTAGENS DISPOSTAS NO ART. 7º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, A QUALQUER TEMPO, NO CURSO DO PRESENTE CONTRATO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO PACTUADA, PODENDO, INCLUSIVE, ESTABELECEER TURNOS DE REVEZAMENTO, DE MODO QUE MELHOR SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATADO PRESTARÁ SEU TRABALHO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA, PODENDO, CONTUDO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SER REMANEJADO PARA QUALQUER UNIDADE DA ESTRUTURA DO ÓRGÃO CONTRATANTE, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIANTE DE FÉRIAS COLETIVAS OU RECESSO ESCOLAR, O PERÍODO DE FÉRIAS PODERÁ SER ANTECIPADO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, RESPEITANDO O INTERESSE PÚBLICO.

CLÁUSULA OITAVA É VEDADO, EM QUALQUER HIPÓTESE, O DESVIO DE FUNÇÃO.

CLÁUSULA NONA – APLICA-SE AO CONTRATADO O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 154/2014 QUANTO AOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO SERVIDOR, NOS TERMOS E LIMITES CONSTANTES DO ART. 9º DA LCM 102/2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA – O(A) CONTRATADO(A) SUJEITAR-SE-Á AS NORMAS GERAIS DO CONTRATANTE, QUE EM NENHUM MOMENTO PODERÃO SER IGNORADAS, OBRIGANDO-AS A EXECUTAR COM ZELO, EFICIÊNCIA E LEALDADE TODAS AS TAREFAS QUE LHE FOREM CONFIAVAS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONTRATANTE PODERÁ DESCONTAR DO SALÁRIO DO(A) CONTRATADO (A) O VALOR DOS DANOS E PREJUÍZOS POR ELE(A) CAUSADOS POR DOLO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA OU IMPERÍCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– AS PARTES PODERÃO RESCINDIR UNILATERALMENTE O PRESENTE CONTRATO ANTES DE EXPIRADO O SEU PRAZO, AINDA QUE DIANTE DE PRORROGAÇÃO, CONFORME ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 102/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SECRETARIA CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– AS PARTES ELEGEM O FORO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, COMO O ÚNICO COMPETENTE PARA DIRIMIR CONFLITOS DECORRENTES DO PRESENTE CONTRATO.

E POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O SUBSCREVEM.

Jaraguá do Sul, 01 de Março de 2022.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 83.102.459/0001-23

CONTRATADO
ANA LUCIA VERISSIMO ROSA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO NR.: 20/2022

Publicação Nº 3651364

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL

CNPJ: 84.438.381/0001-85**Telefone:** (47) 2106-9100**Endereço:** Rua Erwino Menegotti, 478 - Água Verde**CEP:** 89254-000 - Jaraguá do Sul**OUTRAS MODALIDADES****Nr.: 20/2022****Processo Adm.:** 20/2022**Data do Processo:** 04/02/2022**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 20/2022
b) **Nr. Licitação:** 20/2022 - OU
c) **Modalidade:** Outras Modalidades
d) **Data de Homologação:** 28/02/2022
e) **Objeto da Licitação:** CREDENCIAR ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS DE RECICLADORES PARA O RECEBIMENTO, TRIAGEM, SEPARAÇÃO, ARMAZENAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS REUTILIZÁVEIS E/OU RECICLÁVEIS PROVENIENTES DA COLETA SELETIVA, EXCLUSIVAMENTE COLETADOS NO ÂMBITO DESTE MUNICÍPIO

Participante: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS RECICLADORES - RECICLAR PELA VID

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CREDENCIAMENTO DE ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS DE RECICLADORE	1,000	SV	0,01	0,01
Total do Participante:					0,01
Total Geral:					0,01

Jaraguá do Sul, 28/02/2022

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

Assinatura do Responsável

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA MESA Nº 02/2022**

Publicação Nº 3650939

Ato da Mesa nº 2/2022

Dispõe sobre a utilização de gravação audiovisual nas audiências dos processos administrativos no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso II do art. 22 da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul e no parágrafo único do art. 43 do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a busca por tornar a atividade administrativa mais célere e efetivar o direito à razoável duração do processo previsto no artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o intuito de assegurar soluções adequadas de Tecnologia da Informação em prol da otimização dos processos administrativos;

CONSIDERANDO que a Comissão possui prazo determinado para a conclusão dos trabalhos e que a gravação audiovisual agilizará seu curso e a consequente finalização do processo administrativo;

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal nº 11.375/2017, que "Dispõe sobre a Utilização de Gravação Audiovisual nas Audiências no Âmbito do Poder Executivo Municipal".

RESOLVE:

Art. 1º Fica disciplinada a utilização de gravação audiovisual nas audiências dos processos administrativos no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Compete à Controladoria Interna da Câmara orientar o funcionamento das audiências realizadas por meio de gravação audiovisual e verificar a necessidade de normas complementares ao presente Ato.

Art. 2º O setor de Tecnologia da Informação promoverá a implantação dos recursos tecnológicos necessários para possibilitar a inquirição de testemunhas e os interrogatórios por meio de gravação audiovisual.

Art. 3º Para a realização de audiência por meio de gravação audiovisual, cabe ao presidente da Comissão:

I – Solicitar o agendamento prévio de sala à Assistente de Cerimonial através de correio eletrônico;

II – Confirmada a reserva, notificar a Controladoria Interna através de correio eletrônico, ficando esta responsável por disponibilizar os equipamentos necessários.

Art. 4º A inquirição de testemunhas e os interrogatórios por meio de gravação audiovisual deverão ser realizados presencialmente.

§ 1º A condução da inquirição de testemunhas e dos interrogatórios realizados por meio de gravação audiovisual será do presidente da Comissão.

§ 2º Encerrada a inquirição das testemunhas e os interrogatórios, a Comissão colherá assinatura dos presentes em Termo de Audiência, devendo ser juntado ao processo, respeitada a ordem cronológica.

§ 3º Os depoimentos devem ser registrados em CD-ROM ou outra mídia apropriada, devendo ser identificada com o número do processo, armazenada em invólucro apropriado e juntada aos autos.

§ 4º Para a segurança dos dados, logo após a audiência, far-se-á cópia da mídia, a qual ficará sob guarda da Comissão.

Art. 5º Ficam advertidas as partes de que a gravação dos depoimentos feitos por meio audiovisual destina-se única e exclusivamente para instrução processual, expressamente vedada a utilização ou divulgação por qualquer outro meio (artigo 20, da Lei nº 10.406/2002), punida na forma da Lei.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 01 DE MARÇO DE 2022.

JAIR PEDRI
Presidente
ANDERSON KASSNER
Vice-Presidente
LUÍS FERNANDO ALMEIDA
1º Secretário
ADEMAR BRAZ WINTER
2º Secretário

PROCESSO LICITATÓRIO N° 08/2022 - PREGÃO PRESENCIAL

Publicação N° 3651467

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 78C6A3A0C42D7BDE6F405224BD82561B661E5133

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2022

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: O presente termo consiste na aquisição de equipamentos para upgrade tecnológico dos servidores de armazenamento e equipamentos de interligação da Câmara, Implantação e Migração das informações para os novos equipamentos em conformidade com as especificações do Termo de Referência.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666 de 21/06/93, Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto 6.737/2009 de 09 de julho de 2009.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 09:00 horas do dia 16 de março de 2022, na recepção da CÂMARA Municipal de Jaraguá do Sul, Rua dos Imigrantes, 500, Blco K, Bairro: Rau.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 09:30 horas do dia 16 de março de 2022, CÂMARA Municipal de Jaraguá do Sul, Rua dos Imigrantes, 500, Blco K, Bairro: Rau.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 390.742,43 (Trezentos e noventa mil e setessentos e quarenta e dois reais e quarenta e três centavos)

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.leg.br

Jaraguá do Sul (SC), 01 de março de 2022.

JAIR LUIS PEDRI
Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.451 DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651034

DECRETO Nº 6.451 DE 01 DE MARÇO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 33,V DA LEI MUNICIPAL 5.444 DE 04/10/2021 (LDO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos de alienação da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAÇABA:

ÓRGÃO: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Proj./Ativ: 1.015 - BLINV - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00. 03.88.0088 (03)

Valor: R\$ 2.300,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 01 de março de 2022.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

ERRATA PREFEITURA DE JOAÇABA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PARCERIAS Nº 06/2021/PMJ – MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS PÚBLICOS

Publicação Nº 3651900

ERRATA

PREFEITURA DE JOAÇABA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PARCERIAS Nº 06/2021/PMJ – MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA UTILIZAÇÃO DE IMÓVEIS PÚBLICOS

No Edital De Chamamento Público para Parcerias Nº 06/2021/PMJ – Manifestação de Interesse para Utilização de Imóveis Públicos, publicado no DOM SC em 13/09/2021, edição 3620:

ONDE SE LÊ:

2.3. Os imóveis públicos destinados à concessão de uso, nos termos deste edital, são:

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº PATRIM.
01	IMÓVEL 23.208, LOTE 82 DA QUADRA "E", MATRÍCULA TR 13.196, COM 1.591,20 M² NA RUA ANGELINA HELDT S/N, BAIRRO JARDIM LINDOIA, INSCRIÇÃO N. 01.09.030.0131.001.001, COM PRÉDIO EM ALVENARIA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 86,31M².	80097 E 80298
02	MATRÍCULA 1.641, TERRENO RURAL COM 1.578,00 M² NA LOCALIDADE DE LINHA SANTA CLARA KM-7, COM PRÉDIO EM ALVENARIA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 83,20M²	80272 E 80313
03	MATRÍCULA 5.481, TERRENO RURAL COM 1.130,00 M², NA LOCALIDADE DE LINHA BONITINHO, DISTRITO DE NOVA PETROPOLIS, COM PRÉDIO EM ALVENARIA.	80279 E 80314
04	MATRÍCULA 22.800, TERRENO RURAL CONSTITUÍDO DE PARTE DO PROCESSO 944A, COM 2.000,00 M², NA LOCALIDADE DE NOSSA SENHORA DE LOURDES, LINHA ABATTI, COM PRÉDIO EM ALVENARIA.	80265
05	PRÉDIO EM ALVENARIA AVERBADO À TRANSCRIÇÃO 17.702, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 83,20M² - LINHA PATO ROXO	80311
06	MATRÍCULA 22.881, TERRENO RURAL COM 900,00 M², NA LOCALIDADE KM 16, COM PRÉDIO EM ALVENARIA.	80264
07	MATRÍCULA 8.537, TERRENO RURAL COM 488,00M², NA LOCALIDADE DE DUAS CASAS, COM PRÉDIO EM ALVENARIA	80274
08	IMÓVEL 25332/33093, COM 5000 M², NA RUA JOÃO ANGELO CANALLI, 120, DISTRITO DE SANTA HELENA, INSCRIÇÃO Nº 04.01.015.0178.001.001, LADO DIREITO, SEÇÃO 510, LOTE 30 A 32, QUADRA "L", COM PRÉDIO EM ALVENARIA.	80348

09	IMÓVEL 33.694, LOTE S/N, MATRÍCULA TR 24.834, COM 4.348,57 M² NA RUA PARA NOVA PETROPOLIS S/N, BAIRRO NOVA PETROPOLIS, INSCRIÇÃO N. 03.01.019.0043.000.000 – (CEMITÉRIO NOVA PETRÓPOLIS).	80170
10	MATRÍCULA 4.671, TERRENO RURAL COM ESCOLA NA LINHA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	80276
11	IMÓVEL 8.736, LOTE 01 DA QUADRA A, MATRÍCULA TR 22.926, COM 300,00 M², NA AVENIDA ANGELO ANZOLIN S/N, BAIRRO ANZOLIN, INSCRIÇÃO N. 01.06.068.0604.000.000 - JARDIM SOCIAL ANZOLIN (CANTEIRO)	80153
12	IMÓVEL TRANSCRIÇÃO 20.393 COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 83,20 M², ESCOLA SANTO ANTÔNIO DO CARAGUATÁ	80312 E 80270
13	IMÓVEL 22.167, LOTE 22 A 24, MATRÍCULA TR 14.569, COM 86,00 M², NA RUA LUIZ CECHETI S/N, BAIRRO MONTE BELO, INSCRIÇÃO N. 01.05.052.0411.001001, CRECHE MUNICIPAL/POSTO DE SAÚDE.	80298 E 80303

LEIA-SE:

2.3. Os imóveis públicos destinados à concessão de uso, nos termos deste edital, são:

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº PATRIM.
01	IMÓVEL 23.208, LOTE 82 DA QUADRA "E", MATRÍCULA TR 13.196, COM 1.591,20 M² NA RUA ANGELINA HELDT S/N, BAIRRO JARDIM LINDOIA, INSCRIÇÃO N. 01.09.030.0131.001.001, COM PRÉDIO EM ALVENARIA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 86,31M².	80097 E 80298
02	MATRÍCULA 1.641, TERRENO RURAL COM 1.578,00 M² NA LOCALIDADE DE LINHA SANTA CLARA KM-7, COM PRÉDIO EM ALVENARIA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 83,20M²	80272 E 80313
03	MATRÍCULA 5.481, TERRENO RURAL COM 1.130,00 M², NA LOCALIDADE DE LINHA BONITINHO, DISTRITO DE NOVA PETROPOLIS, COM PRÉDIO EM ALVENARIA.	80279 E 80314
04	MATRÍCULA 22.800, TERRENO RURAL CONSTITUÍDO DE PARTE DO PROCESSO 944A, COM 2.000,00 M², NA LOCALIDADE DE NOSSA SENHORA DE LOURDES, LINHA ABATTI, COM PRÉDIO EM ALVENARIA.	80265
05	PRÉDIO EM ALVENARIA AVERBADO À TRANSCRIÇÃO 17.702, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 83,20M² - LINHA PATO ROXO	80311
06	MATRÍCULA 22.881, TERRENO RURAL COM 900,00 M², NA LOCALIDADE KM 16, COM PRÉDIO EM ALVENARIA.	80264
07	MATRÍCULA 8.537, TERRENO RURAL COM 488,00M², NA LOCALIDADE DE DUAS CASAS, COM PRÉDIO EM ALVENARIA	80274
08	IMÓVEL 25332/33093, COM 5000 M², NA RUA JOÃO ANGELO CANALLI, 120, DISTRITO DE SANTA HELENA, INSCRIÇÃO Nº 04.01.015.0178.001.001, LADO DIREITO, SEÇÃO 510, LOTE 30 A 32, QUADRA "L", COM PRÉDIO EM ALVENARIA.	80348
09	IMÓVEL 33.694, LOTE S/N, MATRÍCULA TR 24.834, COM 4.348,57 M² NA RUA PARA NOVA PETROPOLIS S/N, BAIRRO NOVA PETROPOLIS, INSCRIÇÃO N. 03.01.019.0043.000.000 – (CEMITÉRIO NOVA PETRÓPOLIS).	80170
10	MATRÍCULA 4.671, TERRENO RURAL COM ESCOLA NA LINHA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	80276
11	IMÓVEL 8.736, LOTE 01 DA QUADRA A, MATRÍCULA TR 22.926, COM 300,00 M², NA AVENIDA ANGELO ANZOLIN S/N, BAIRRO ANZOLIN, INSCRIÇÃO N. 01.06.068.0604.000.000 - JARDIM SOCIAL ANZOLIN (CANTEIRO)	80153
12	IMÓVEL TRANSCRIÇÃO 20.393 COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 83,20 M², ESCOLA SANTO ANTÔNIO DO CARAGUATÁ	80312 E 80270

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, 01 de março de 2022.

Dioclésio Ragnini

Prefeito de Joaçaba

CONTRATO 13/2021/FMS - TA 01

Publicação Nº 3651286

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C4A268B3EC4023630EDA3A30D38ED2ECE64E2913



MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO Nº 13/2021/FMS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pelo Secretário VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº. 205, Edifício Olímpio Trevisan, Primeiro Andar, Centro do Município de Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e **TAB – TREVISAN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.194.928/0001-08 com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, nº. 205, 9º andar, sala 01, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, representada neste ato por FRANCO TREVIZAN, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.127.919-63, portador do RG nº. 5155028 IGP/SC, e CHARLES THALER TREVIZAN, inscrito no CPF/MF sob o nº 969.677.149-53, portador do RG nº 2414713 IGP/SC, ambos residentes e domiciliados na Rua Affonso Cláudio, nº. 00244, Ed. Vitale, apartamento 701, Praia dos Canto, Município de Vitória/ES, CEP 29055-570, doravante denominados **LOCADORES**, por este instrumento particular celebram de comum acordo **TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL**, proveniente do Processo de Licitação nº 07/2021/FMS – Dispensa de Licitação nº 02/2021/FMS, para fins não residenciais, o qual obedecerá a Lei Federal nº 8.245/1991 (Lei de Locações de Imóveis), às demais legislações pertinentes a espécie, cujo objeto é *locação de imóvel em alvenaria, localizado na Rua Getúlio Vargas, nº. 205, sobreloja, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, inscrição imobiliária 01.01.014.0024.001.004, com 300 m² (trezentos metros quadrados) destinado à instalação de toda a estrutura dos serviços de fisioterapia e terapia ocupacional da Secretaria de Saúde de Joaçaba/SC*. Mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 30 dias, a contar de 09 de março de 2022, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 13 (treze) meses, contados do seu início.

Por fim, em face a prorrogação de prazo a vigência do presente contrato passa a ser 07 de abril de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Para dirimir dúvidas provenientes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justos e acertados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas a tudo inteiradas.

Joaçaba/SC, 01 de março de 2022.

VALMOR JOÃO REISDORFER – SECRETÁRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
LOCATÁRIO

FRANCO TREVIZAN CHARLES THALER TREVIZAN
TAB - TREVISAN ADMINISTRADORA DE BENS LTDA
LOCADORES



MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Testemunhas:

1. _____

2. _____

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA**RESOLUÇÃO Nº 02/2022 - CONSELHO DELIBERATIVO**

Publicação Nº 3651554

CONSELHO DELIBERATIVO
RESOLUÇÃO Nº 002/2022

JULIANA KUSNIER, Presidente do Conselho Deliberativo do IMPRES, no uso de suas atribuições legais e por deliberação dos Conselheiros,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, conforme decisão tomada na reunião extraordinária, realizada no dia 23 de fevereiro de 2022 que discutiu e aprovou as Normas Gerais para Eleição dos representantes dos servidores públicos municipais de Joaçaba junto ao Conselho Deliberativo e Fiscal do IMPRES, quadriênio 2022/2025, conforme ANEXO I e II parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 23 de fevereiro de 2022.
JULIANA KUSNIER
Presidente

ANEXO I

RESOLUÇÃO Nº 002/2022
NORMAS GERAIS PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO
CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL DO IMPRES, REPRESENTANTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JOAÇABA.
QUADRIENIO 2022/2025

CAPITULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º A presente Resolução tem por objetivo nos termos da lei complementar do IMPRES e regimentos internos, fixar os procedimentos e critérios gerais de eleição para os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal, podendo ser estabelecidas, normas complementares, determinando a forma, os critérios, o calendário e a designação da Comissão Eleitoral.

CAPITULO II
PROCEDIMENTOS GERAIS DA ELEIÇÃO

SEÇÃO I
DO SISTEMA DE ELEIÇÃO

Art. 2º O processo de eleição será realizado por meio de votação convencional (cédulas) através de urnas fixas.

SEÇÃO II
DA ELEIÇÃO

Art. 3º A eleição será direta e secreta e em turno único.

SEÇÃO III
DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 4º A Comissão Eleitoral será designada pelo Conselho Deliberativo, através de Ato específico, a fim de presidir e coordenar todo o processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal do IMPRES e terá as seguintes atribuições:

I Divulgar as Normas Eleitorais e demais atos pertinentes, para conhecimento de todos os participantes.

II Definir os membros (Presidentes e Secretários) das mesas receptoras de votos.

III Coordenar e orientar todo o processo de votação

IV Fornecer listagem dos segurados que votarão nas urnas fixas.

V Instruir e remeter ao Presidente e Secretário das mesas receptoras o material e documentos necessários para realização da eleição.

VI Julgar as impugnações, recursos e quaisquer outras questões que, eventualmente, surgirem durante o processo eleitoral.

VII Cumprir rigorosamente o calendário e prazos estabelecidos.

VIII Compor a mesa apuradora.

SEÇÃO IV
DA INSCRIÇÃO

Art. 5º Para se inscrever na eleição, o candidato deverá preencher, cumulativamente, os seguintes pré-requisitos:

I ser servidor contribuinte do IMPRES;

II não exercer função na Diretoria Executiva do IMPRES ou Comitê;

III não estar na condição de pensionista, condição esta pela qual somente poderá votar não podendo ser votado;
IV não poderão integrar os órgãos ao mesmo tempo, representantes que guardem entre si relação conjugal ou de parentesco, consanguíneo ou afim até o segundo grau conforme art. 104, § 1º da Lei Complementar nº 436/2021.

§ 1º O pedido de inscrição deverá ser feito através de requerimento dirigido à Comissão Eleitoral, protocolado na Secretaria do IMPRES, durante o período de 03 de março a 23 de março de 2022, das 13h às 19h, nas dependências do IMPRES, de acordo com o Edital de Convocação.

§ 2º A Comissão Eleitoral, em quarenta e oito horas, após o término das inscrições, promoverá a homologação e a divulgação da nominata dos candidatos inscritos, no diário oficial e na página www.impres.sc.gov.br.

SEÇÃO V DO CANCELAMENTO E IMPUGNAÇÃO DA INSCRIÇÃO

Art. 6º Ocorrendo impugnação ou cancelamento da inscrição do candidato, por renúncia, desistência ou morte, ou descumprimento do contido no artigo 5º deste Regulamento e o número de candidatos ficar abaixo do mínimo exigido na Lei para ocupar todas as vagas destinadas aos eleitos e suplentes, será concedido um prazo de quarenta e oito horas para composição, sendo considerado completo o quadro de candidatos quanto estiverem inscritos:

- I – Quatro segurados ativos para o conselho deliberativo;
- II – Dois segurados inativos para o conselho deliberativo; e
- III – Dois segurados para o conselho fiscal.

SEÇÃO VI DOS RECURSOS

Art. 7º Aos candidatos é assegurada a interposição de recursos à Comissão Eleitoral em 1ª instância, no prazo de quarenta e oito horas após a divulgação da homologação da inscrição do candidato e em 2ª e última instância ao Conselho Deliberativo no mesmo prazo, após a decisão da Comissão Eleitoral.

SEÇÃO VII DAS CÉDULAS

Art. 8º As cédulas terão formato único, em cujo cabeçalho constará a identificação do IMPRES e o título: ELEIÇÃO PARA O CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL DO IMPRES – Período de mandato 2022/2025;

Art. 9º Abaixo do cabeçalho serão relacionados os nomes de todos os candidatos, estabelecida à ordem alfabética, tendo à frente de cada nome espaço para colocação de um "X", de acordo com a preferência do segurado eleitor.

SEÇÃO VIII DAS MESAS RECEPTORAS E APURADORA

Art. 10 As mesas receptoras de votos constituir-se-ão de dois membros, sendo um presidente e um secretário, não podendo compor a mesa apuradora parentes consanguíneos até 2º grau dos candidatos.

Art. 11 Compete ao Presidente da mesa receptora:

- I - coordenar a recepção dos eleitores;
- II - decidir imediatamente todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem durante o processo de votação;
- III - manter a ordem;
- IV - rubricar as cédulas oficiais;
- V - encerrada a votação, lacrar a urna, envelopar o material da votação e encaminhar à Mesa apuradora de votos.

Art. 12 Compete ao Secretário da mesa receptora:

- I - auxiliar nos trabalhos de recepção e executar os que lhe forem atribuídos pelo Presidente;
- II - rubricar as cédulas oficiais;
- III - dispor quanto à ordem de votação, tendo primazia de voto à ordem de chegada;
- IV - lavrar ata da eleição;
- V - substituir o Presidente em seus impedimentos.

Art. 13 Da nomeação dos membros para mesas receptoras de votos qualquer candidato poderá, formalmente, reclamar à Comissão Eleitoral no prazo de dois dias úteis, a contar da divulgação da designação, devendo a decisão ser proferida em igual prazo.

Parágrafo único - O candidato poderá indicar, formalmente, seu representante e fiscal junto à Comissão Eleitoral, para acompanhar as mesas receptoras e apuradora dos votos.

SEÇÃO IX DO DIREITO DE VOTAR

Art. 14 Todo servidor público municipal, autárquico e fundacional, inclusive da Câmara de Vereadores, do quadro efetivo, segurado do IMPRES, terá direito a votar em segurado inscrito na eleição do CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL DO IMPRES. Haverá lista de votantes e votados ativos e Inativos separados.

SEÇÃO X DATA, LOCAL E HORÁRIO DA ELEIÇÃO

Art. 15 A eleição ocorrerá no dia 31 de março de 2022, com início às 7h30min e término às 17h30min.

Parágrafo único - A fim de facilitar e agilizar o processo eleitoral ficam estabelecidos os seguintes locais para a coleta dos votos:

I - Urnas fixas estabelecidas nas dependências do PLASS para eleitores efetivos e inativos, 01 urna fixa nas dependências do SIMAE, 01 urna fixa na Secretaria de Saúde, 01 urna fixa na Secretaria de Obras, 01 urna fixa na Secretaria de Educação e 01 urna fixa no Centro Educacional Roberto Trompowsky. – CERT.

II - Os servidores da Câmara de Vereadores do Município votarão na urna no SIMAE, bem como os servidores da Secretaria de Assistência Social irão votar na urna estabelecida no PLASS.

III - Todos os servidores eleitores da Secretaria de Educação votarão na urna estabelecida na sede da Secretária de Educação, exceto os lotados no CERT que irão realizar a votação no próprio Centro Educacional. Não constando seu nome na lista de votantes ficará impossibilitado de votar. Para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde o local de votação será na sede da Secretaria de Saúde. Os demais servidores sem urna fixa localizada em seu local de trabalho, deverão votar na urna estabelecida nas dependências do PLASS localizada no prédio da Prefeitura.

SEÇÃO XI DA VOTAÇÃO

Art. 16 O eleitor se dirigirá ao local de votação, onde encontrará uma lista com o seu nome e, após sua identificação pela mesa receptora de votos, receberá cédula única, devidamente carimbada e rubricada pelo Presidente e Secretário, procedendo à votação e colocação na urna.

SEÇÃO XII DOS VOTOS

Art. 17 O segurado eleitor, ao adentrar no local de votação receberá uma cédula devidamente identificada e rubricada onde marcará um "X", nos candidatos inscritos para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, em apenas um dos candidatos para cada Conselho, existentes na cédula de votação, representando a intenção de voto no seu candidato, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

I - o segurado votará num único candidato para cada Conselho;

II - o voto não será obrigatório;

III - não será permitido o voto por procuração;

IV - o IMPRES viabilizará locais adequados para o exercício do voto;

V - Para o conselho deliberativo, os segurados inativos somente votarão nos candidatos inativos e os ativos somente nos ativos;

VI - havendo pedido de impugnação do eleitor, o voto será colhido em separado e encaminhado à mesa apuradora para julgamento da Comissão Eleitoral.

SEÇÃO XIII DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 18 A apuração dos votos será efetuada pela Mesa Apuradora, após o encerramento do prazo de votação, na sala de reuniões do PLASS e poderá ser acompanhada pelos membros do Conselho Deliberativo, pelos candidatos e/ou seus representantes, devidamente identificados.

Art. 19 Iniciada a apuração, não será interrompida até sua efetiva conclusão.

Parágrafo único - Em caso de interrupção por motivo de força maior, as cédulas serão recolhidas à urna e esta será fechada e lacrada, ficando sob a guarda da comissão eleitoral ou pessoa por ela designada. Cessando o motivo determinante da interrupção, será reaberta e apurada de uma só feita.

Art. 20 Na apuração da eleição constituirão atos distintos a verificação de regularidade da urna, quantidade de votos com base nas atas e listas de votantes, e apuração que será procedida de maneira a resguardar o sigilo de voto.

Art. 21 O voto será considerado válido quando a cédula não for adulterada, rasurada e que não haja dúvida na identificação, na intenção do voto ou voto duplo.

Parágrafo único - A anulação do voto se dará a critério da Mesa Apuradora.

Art. 22 Serão considerados eleitos todos os candidatos que obtiverem votos, seguindo uma colocação do maior número de votos para o menor.

Art. 23 Dos candidatos eleitos serão considerados membros Conselheiros Titulares, os três primeiros candidatos mais votados e, conduzidos para a suplência os três candidatos seguintes.

Art. 24 No caso de empate será declarado vencedor:

I - O candidato com mais tempo de contribuição;

II - O candidato com maior tempo de serviço;

III - O maior grau de instrução.

Art. 25 Caberá ao Presidente da Comissão Eleitoral a homologação dos resultados.

Art. 26 Uma vez concluído o escrutínio e conhecidos os nomes dos eleitos, lavrar-se-á respectiva Ata para o registro dos acontecimentos da eleição e o resultado obtido, com o número de votos alcançados individualmente por cada candidato e sua classificação.

Art. 27 Conhecido o resultado da eleição, a Comissão Eleitoral oficiará o Presidente do Conselho Deliberativo a nominata dos membros eleitos e respectivos suplentes, devendo informar ao Executivo Municipal, que procederá a nomeação dos Conselheiros eleitos e indicados.

SEÇÃO XIV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 28 Fica assegurado o acesso dos candidatos a toda e qualquer dependência onde estiverem as mesas receptoras de votos, desde que não traga prejuízo ao andamento dos trabalhos.

Art. 29 Não será permitida a realização de campanha de boca de urna, pelos candidatos e seus representantes, no dia da eleição.
Parágrafo único - Sendo comprovada a campanha de boca de urna, pela Comissão Eleitoral, o candidato envolvido terá sua candidatura cassada.

Art. 30 Encerrada a votação o Presidente da mesa receptora determinará a elaboração da ata de votação e o lacre da urna, que serão assinados e rubricados pelo mesmo e pelo Secretário, e, na falta de um ou de outro, de qualquer servidor.
Parágrafo único - Ao Presidente da mesa receptora cabe adotar os procedimentos para a segurança e o transporte da urna e a ata de votação até a sala do PLASS para entrega a Comissão Eleitoral.

Art. 31 Após a homologação do resultado da eleição abre-se prazo recursal de quarenta e oito horas para possíveis impugnações pelos candidatos.
Parágrafo único - O pedido de impugnação será julgado pelo Conselho Deliberativo do IMPRES.

Art. 32 Será considerado encerrado o processo eleitoral somente após o julgamento de todos os recursos interpostos e da homologação do resultado pelo Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 33 Decorridos trinta dias do encerramento do processo eleitoral as cédulas de votação serão eliminadas pela Comissão Eleitoral a quem compete à guarda das mesmas durante este período.

Art. 34 A posse dos Conselheiros ocorrerá no mês de abril de 2022, no máximo até o décimo dia útil.

Art. 35 O Presidente da Comissão Eleitoral deverá empossar formalmente os eleitos em seus cargos para que estes usufruam os direitos e deveres a eles inerente.

Art. 36 Os Conselheiros eleitos e indicados deverão seguir as normas estabelecidas pela Resolução n. 01/2022 do Conselho de Administração.

Art. 37 Cabe a Comissão Eleitoral deliberar sobre os casos omissos neste Regulamento.

Joaçaba - SC, em 23 de fevereiro de 2022.
JULIANA KUSNIER
Presidente

ANEXO II**RESOLUÇÃO Nº 002/2022**

JULIANA KUSNIER, Presidente do Conselho Deliberativo do IMPRES, no uso de suas atribuições legais e por deliberação dos Conselheiros,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, conforme decisão tomada na reunião ordinária, realizada no dia 23 de fevereiro de 2022 o Cronograma das Eleições dos representantes dos servidores públicos municipais de Joaçaba junto ao Conselho Deliberativo e Fiscal do IMPRES, quadriênio 2022/2025, conforme ANEXO I parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º Cronograma/tabela das Eleições quadriênio 2022/2025.

Publicação do Edital	02 de março de 2022
Período de Inscrição	Das 13h de 03 março as 19h de 23 de março de 2022
Homologação da Nominata de Candidatos	Até as 19h de 25 de março de 2022
Impugnação	Até as 19h de 28 de março de 2022
Data da Eleição	31 de março de 2022
Homologação	Até 01 de abril de 2022
Nomeação e posse	Até 14 de abril de 2022

Art. 3º. O cronograma poderá ser alterado em decorrência de fatos supervenientes.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 23 de fevereiro de 2022.
JULIANA KUSNIER
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 03/2022 - CONSELHO DELIBERATIVO

Publicação Nº 3651555

RESOLUÇÃO Nº 003/2022
CONSELHO DELIBERATIVO

JULIANA KUSNIER, Presidente do Conselho de Administração do IMPRES, no uso de suas atribuições legais e por deliberação do Conselho Deliberativo.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Eleitoral para eleição dos representantes dos servidores públicos municipais de Joaçaba junto ao Conselho Deliberativo e Fiscal do IMPRES:

- TIAGO DUPONT GIUMBELLI – Presidente
- FERNANDA BRAGA – Secretária
- JONHNNY GEORGE OLIVEIRA DE CARVALHO – Membro
- CAMILA SALARDI FUTINA – Membro
- JULIO CESAR BISSANI – Membro

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Joaçaba (SC), em 23 de fevereiro de 2022.

JULIANA KUSNIER
Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0004/2022 - SIMAE**

Publicação Nº 3650887

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0004/2022

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, DESMONTAGEM/MONTAGEM DE PNEUS, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0001/2022, PROCESSO JHL Nº 0001/2022, PROTO-COLO JHL Nº 0009/2022

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato representado por sua Diretora Presidente Patrícia Callegari Warken, doravante denominado "SIMAE" e a empresa Scale Auto Peças e Manutenção Automotiva Ltda, primeira classificada, abaixo relacionada, doravante denominada "DETENTORA", nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.879/2006, Decreto Municipal nº 4.388/2013, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação JHL nº 0001/2022, Pregão Presencial JHL nº 0001/2022, homologado em 28/02/2022, mediante termos e condições que seguem:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	Scale Auto Peças e Manutenção Automotiva Ltda
	ENDEREÇO:	Rua Duque de Caxias, nº 1262, Centro, Joaçaba/SC.
	CNPJ/MF:	39.494.297/0001-24
	REPRESENTANTE LEGAL:	Andréia Cristina Schneider Leite
	CPF:	0xx.xxx.xxx-62
	RG:	3.xxx.xx2

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de balanceamento, geometria, recapagem, desmontagem/montagem de pneus, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os serviços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BALANCEAMENTO DE PNEU PARA VEÍCULOS LEVES	SV	350	17,00	5.950,00
2	GEOMETRIA PARA VEÍCULOS LEVES	SV	100	66,00	6.600,00
3	DESMONTAGEM E MONTAGEM PNEU VEÍCULOS LEVES	SV	150	15,50	2.325,00
4	CONSRTO DE RODA PARA VEÍCULOS LEVES	SV	100	75,00	7.500,00
5	CONSRTO DE PNEU PARA VEÍCULOS LEVES	SV	200	35,00	7.000,00

6	CONCERTO DE PNEU COM VULCANIZAÇÃO PARA VEÍCULOS LEVES	SV	120	85,00	10.200,00
7	BALANCEAMENTO DE PNEU PARA VEÍCULOS MÉDIOS	SV	175	23,00	4.025,00
8	GEOMETRIA PARA VEÍCULOS MÉDIOS	SV	40	88,00	3.520,00
9	DESMONTAGEM E MONTAGEM PNEU VEÍCULOS MÉDIOS	SV	60	20,00	1.200,00
10	CONCERTO DE RODA PARA VEÍCULOS MÉDIOS	SV	100	85,00	8.500,00
11	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS MÉDIOS	SV	70	45,00	3.150,00
12	CONCERTO DE PNEU COM VULCANIZAÇÃO PARA VEÍCULOS MÉDIOS	SV	20	110,00	2.200,00

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0001/2022 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia 01 de março de 2022.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do SIMAE tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações das licitantes vencedoras do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à DETENTORA do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da DETENTORA e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela DETENTORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.4 A contratação com a DETENTORA será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.4.1 A DETENTORA poderá ser convocada para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

4.4.2 A autorização de fornecimento ou o instrumento similar conterá: as especificações e quantidade do bem pretendido; os preços registrados, os quais deverão ser respeitados pela DETENTORA; os prazos para entrega dos bens; o número do processo licitatório; a indicação da dotação orçamentária que dará cobertura à despesa.

5. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

5.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2 A DETENTORA será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.3 A DETENTORA deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao SIMAE qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO

6.1 A gestora dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Graciela Pratto, lotada no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: compras@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

6.2 A fiscal dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Eduarda Bortoli, Gerente do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: compras@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Os serviços deverão ser realizados conforme a necessidade do Simae, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

7.2 Os serviços devem ser realizados nas dependências da Detentora.

7.3 Os serviços de desmontagem e montagem de pneus, consertos de pneus e de rodas, recapagem de pneus, balanceamento e geometria deverão ser executados em um dos municípios de atuação do Simae, ou seja, Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC.

7.3.1 Após o recebimento do veículo/máquina, a Detentora deverá executar os serviços de desmontagem/montagem dos pneus, de geometria e de balanceamento em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.3.2 Após o recebimento do veículo/máquina, a Detentora deverá executar os serviços de conserto de pneu e de roda em um prazo máximo de 04 (quatro) horas.

7.4 No ato da prestação de serviço/entrega a Detentora deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica-NFe correspondente ao serviço prestado que será submetida à aprovação do Fiscal responsável.

7.5 A DETENTORA deverá efetuar os serviços mediante apresentação da Ordem de Serviço numerada, indicando o tipo de serviço a ser executado, informando o nome do motorista e veículo (placa e modelo) autorizado.

7.6 Caberá a DETENTORA obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

7.7 Paralelamente a montagem, a DETENTORA deverá providenciar o descarte dos pneus usados ou inservíveis que foram substituídos pela respectiva contratação, procedendo o adequado descarte, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, sem ônus para o SIMAE, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009.

7.8 Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço ou do documento fiscal, a depender do evento.

7.9 Os serviços que forem recusados deverão ser corrigidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à DETENTORA, sem qualquer ônus para o SIMAE.

7.10 Se a prestação dos serviços não for realizado no prazo estipulado, a DETENTORA estará sujeita às sanções previstas no Edital, nesta Ata de Registro de Preços e na Lei.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela DETENTORA, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

8.2 O pagamento será:

8.2.1 Efetivado após a execução/entrega do item, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail nf@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE.

8.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o atesto do Fiscal, observado o que consta no item 7 desta Ata de Registro de Preços.

8.2.3 Caso o serviço/material seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço, ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.6 O SIMAE exigirá da DETENTORA, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

8.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela DETENTORA.

8.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da DETENTORA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

8.9 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2022, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.122.0028/ 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.060/ 2.061/ 2.062

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

10.1 Executar os serviços nos prazos máximos estabelecidos no item 7 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas do Anexo I do Edital.

10.2 Atender às especificações do Anexo I do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo SIMAE, durante a validade da Ata de Registro de Preços.

10.3 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório.

10.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao SIMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O SIMAE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a DETENTORA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

10.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.

10.6 Providenciar o descarte dos pneus usados ou inservíveis que foram substituídos pela respectiva contratação.

11. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

11.1 Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

11.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução do

Contrato e desta Ata de Registro de Preços.

11.3 Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com o item 8 desta Ata de Registro de Preços.

11.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela DETENTORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.

11.5 Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.6 Providenciar a publicação desta Ata de Registro de Preços, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

12.1 O registro da DETENTORA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pelo SIMAE:

a) quando a empresa descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;

b) quando a empresa, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente do registro de preços;

c) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93;

d) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II – A pedido da DETENTORA, em virtude de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

12.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;

b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na execução do serviço, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Empenho, no caso da DETENTORA não executar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a DETENTORA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o SIMAE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;

k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

13.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

13.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

13.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

13.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição

em dívida ativa.

13.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

13.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

13.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 28 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken

Diretora-Presidente

Scale Auto Peças e Manutenção Automotiva Ltda

Andréia Cristina Schneider Leite – Sócia Administrativa

Testemunhas:

Edurda Bortoli

Gerente SMTP

Graciela Pratto

Encarregada de Serviços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0005/2022 - SIMAE

Publicação N° 3650889

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0005/2022

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, DESMONTAGEM/MONTAGEM DE PNEUS, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL JHL N° 0001/2022, PROCESSO JHL N° 0001/2022, PROTO-COLO JHL N° 0009/2022

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, sito na Rua Tiradentes, n° 123, Centro, em Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob n° 84.591.890/0001-43, neste ato representado por sua Diretora Presidente Patrícia Callegari Warken, doravante denominado "SIMAE" e a empresa Elieser da Cas 06013016925, primeira classificada, abaixo relacionada, doravante denominada "DETENTORA", nos termos da Lei Federal n° 10.520/2002, Decreto Municipal n° 2.879/2006, Decreto Municipal n° 4.388/2013, com aplicação subsidiária da Lei n° 8.666/1993, Lei Complementar n° 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação JHL n° 0001/2022, Pregão Presencial JHL n° 0001/2022, homologado em 28/02/2022, mediante termos e condições que seguem:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	Elieser da Cas 06013016925
	ENDEREÇO:	Rua Armino Raimundo Heberle, n° 59, bairro Vila Remor, Joaçaba/SC – CEP 89600-000
	CNPJ/MF:	26.867.963/0001-80
	REPRESENTANTE LEGAL:	Elieser da Cas
	CPF:	0xx.xxx.xxx-25
	RG:	5.xxx.xx1

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de balanceamento, geometria, recapagem, desmontagem/montagem de pneus, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os serviços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	BALANCEAMENTO DE PNEU PARA VEÍCULOS PESADOS	SV	145	79,00	11.455,00
14	DESMONTAGEM E MONTAGEM PNEU VEÍCULOS PESADOS	SV	60	34,00	2.040,00
15	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS PESADOS	SV	40	94,00	3.760,00
16	CONCERTO DE PNEU COM VULCANIZAÇÃO PARA VEÍCULOS PESADOS	UN	20	219,00	4.380,00
17	DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PNEU RETROESCAVADEIRA	SV	30	149,00	4.470,00
18	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA	UN	60	119,00	7.140,00

19	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO DE RETROESCAVADEIRA	UN	40	179,00	7.160,00
20	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO	UN	30	549,00	16.470,00
21	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO	UN	20	749,00	14.980,00

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0001/2022 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia 01 de março de 2022.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do SIMAE tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações das licitantes vencedoras do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à DETENTORA do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da DETENTORA e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela DETENTORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.4 A contratação com a DETENTORA será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.4.1 A DETENTORA poderá ser convocada para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

4.4.2 A autorização de fornecimento ou o instrumento similar conterá: as especificações e quantidade do bem pretendido; os preços registrados, os quais deverão ser respeitados pela DETENTORA; os prazos para entrega dos bens; o número do processo licitatório; a indicação da dotação orçamentária que dará cobertura à despesa.

5. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

5.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2 A DETENTORA será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.3 A DETENTORA deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao SIMAE qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO

6.1 A gestora dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Graciela Pratto, lotada no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: compras@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

6.2 A fiscal dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Eduarda Bortoli, Gerente do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: compras@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Os serviços deverão ser realizados conforme a necessidade do Simae, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

7.2 Os serviços devem ser realizados nas dependências da Detentora.

7.3 Os serviços de desmontagem e montagem de pneus, concertos de pneus e de rodas, recapagem de pneus, balanceamento e geometria deverão ser executados em um dos municípios de atuação do Simae, ou seja, Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC.

7.3.1 Após o recebimento do veículo/máquina, a Detentora deverá executar os serviços de desmontagem/montagem dos pneus, de geometria e de balanceamento em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.3.2 Após o recebimento do veículo/máquina, a Detentora deverá executar os serviços de concerto de pneu e de roda em um prazo máximo

de 04 (quatro) horas.

7.4 No ato da prestação de serviço/entrega a Detentora deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica-NFe correspondente ao serviço prestado que será submetida à aprovação do Fiscal responsável.

7.5 A DETENTORA deverá efetuar os serviços mediante apresentação da Ordem de Serviço numerada, indicando o tipo de serviço a ser executado, informando o nome do motorista e veículo (placa e modelo) autorizado.

7.6 Caberá a DETENTORA obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

7.7 Paralelamente a montagem, a DETENTORA deverá providenciar o descarte dos pneus usados ou inservíveis que foram substituídos pela respectiva contratação, procedendo o adequado descarte, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, sem ônus para o SIMAE, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009.

7.8 Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço ou do documento fiscal, a depender do evento.

7.9 Os serviços que forem recusados deverão ser corrigidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à DETENTORA, sem qualquer ônus para o SIMAE.

7.10 Se a prestação dos serviços não for realizado no prazo estipulado, a DETENTORA estará sujeita às sanções previstas no Edital, nesta Ata de Registro de Preços e na Lei.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela DETENTORA, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

8.2 O pagamento será:

8.2.1 Efetivado após a execução/entrega do item, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail nf@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE.

8.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o atesto do Fiscal, observado o que consta no item 7 desta Ata de Registro de Preços.

8.2.3 Caso o serviço/material seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço, ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.6 O SIMAE exigirá da DETENTORA, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

8.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela DETENTORA.

8.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da DETENTORA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

8.9 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2022, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.122.0028/ 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.060/ 2.061/ 2.062

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

10.1 Executar os serviços nos prazos máximos estabelecidos no item 7 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas do Anexo I do Edital.

10.2 Atender às especificações do Anexo I do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo SIMAE, durante a validade da Ata de Registro de Preços.

10.3 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório.

10.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao SIMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O SIMAE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a DETENTORA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

10.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.

10.6 Providenciar o descarte dos pneus usados ou inservíveis que foram substituídos pela respectiva contratação.

11. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

11.1 Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

11.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução do Contrato e desta Ata de Registro de Preços.

11.3 Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com o item 8 desta Ata de Registro de Preços.

11.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela DETENTORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.

11.5 Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto

da presente Ata de Registro de Preços.

11.6 Providenciar a publicação desta Ata de Registro de Preços, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

12.1 O registro da DETENTORA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pelo SIMAE:

- a) quando a empresa descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente do registro de preços;
- c) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93;
- d) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II – A pedido da DETENTORA, em virtude de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

12.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

- a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;
- b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;
- b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na execução do serviço, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Empenho, no caso da DETENTORA não executar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a DETENTORA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o SIMAE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
- k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

13.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

13.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

13.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

13.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

13.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

13.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta

em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 28 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken
Diretora-Presidente

Elieser da Cas 06013016925
Elieser da Cas - Diretor

Testemunhas:

Edurda Bortoli
Gerente SMTP

Graciela Pratto
Encarregada de Serviços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2022 - SIMAE

Publicação Nº 3650890

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0006/2022

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, DESMONTAGEM/MONTAGEM DE PNEUS, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0001/2022, PROCESSO JHL Nº 0001/2022, PROTOCOLO JHL Nº 0009/2022

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato representado por sua Diretora Presidente Patrícia Callegari Warken, doravante denominado "SIMAE" e a empresa FM Pneus Ltda, primeira classificada, abaixo relacionada, doravante denominada "DETENTORA", nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.879/2006, Decreto Municipal nº 4.388/2013, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação JHL nº 0001/2022, Pregão Presencial JHL nº 0001/2022, homologado em 28/02/2022, mediante termos e condições que seguem:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	FM Pneus Ltda
	ENDEREÇO:	Av. Maravilha, nº 833, Centro, em Maravilha/SC
	CNPJ/MF:	81.374.845/0001-49
	REPRESENTANTE LEGAL:	Francisco João Antonelo
	CPF:	7xx.xxx.xxx-20
	RG:	2.xxx.xx7

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de balanceamento, geometria, recapagem, desmontagem/montagem de pneus, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os serviços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
32	RECAUCHUTAGEM DE PNEU RETROESCAVADEIRA 12-16.5	SV	12	792,00	9.504,00
33	RECAUCHUTAGEM DE PNEU RETROESCAVADEIRA 19-5.24	SV	04	2.087,00	8.348,00
34	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 235/75 R17,5	SV	24	439,00	10.536,00
35	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 275/80 R22,5	SV	08	708,00	5.664,00

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0001/2022 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia 01 de março de 2022.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do SIMAE tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações das licitantes vencedoras do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à DETENTORA do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da DETENTORA e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela DETENTORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.4 A contratação com a DETENTORA será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.4.1 A DETENTORA poderá ser convocada para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

4.4.2 A autorização de fornecimento ou o instrumento similar conterá: as especificações e quantidade do bem pretendido; os preços registrados, os quais deverão ser respeitados pela DETENTORA; os prazos para entrega dos bens; o número do processo licitatório; a indicação da dotação orçamentária que dará cobertura à despesa.

5. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

5.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2 A DETENTORA será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.3 A DETENTORA deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao SIMAE qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO

6.1 A gestora dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Graciela Pratto, lotada no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: compras@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

6.2 A fiscal dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Eduarda Bortoli, Gerente do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: compras@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Os serviços deverão ser realizados conforme a necessidade do Simae, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

7.2 Os serviços devem ser realizados nas dependências da Detentora.

7.3 Os serviços de desmontagem e montagem de pneus, consertos de pneus e de rodas, recapagem de pneus, balanceamento e geometria deverão ser executados em um dos municípios de atuação do Simae, ou seja, Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC.

7.3.1 Após o recebimento do veículo/máquina, a Detentora deverá executar os serviços de recapagem de pneus em um prazo máximo de 04 (quatro) horas.

7.4 No ato da prestação de serviço/entrega a Detentora deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica-NFe correspondente ao serviço prestado que será submetida à aprovação do Fiscal responsável.

7.5 A DETENTORA deverá efetuar os serviços mediante apresentação da Ordem de Serviço numerada, indicando o tipo de serviço a ser executado, informando o nome do motorista e veículo (placa e modelo) autorizado.

7.6 Caberá a DETENTORA obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

7.7 Paralelamente a montagem, a DETENTORA deverá providenciar o descarte dos pneus usados ou inservíveis que foram substituídos pela respectiva contratação, procedendo o adequado descarte, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, sem ônus para o SIMAE, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009.

7.8 Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço ou do documento fiscal, a depender do evento.

7.9 Os serviços que forem recusados deverão ser corrigidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à DETENTORA, sem qualquer ônus para o SIMAE.

7.10 Se a prestação dos serviços não for realizado no prazo estipulado, a DETENTORA estará sujeita às sanções previstas no Edital, nesta Ata de Registro de Preços e na Lei.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela DETENTORA, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

8.2 O pagamento será:

8.2.1 Efetivado após a execução/entrega do item, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de serviços que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail nf@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE.

8.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o atesto do Fiscal, observado o que consta no item 7 desta Ata de Registro de Preços.

8.2.3 Caso o serviço/material seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço, ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.6 O SIMAE exigirá da DETENTORA, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

8.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela DETENTORA.

8.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da DETENTORA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

8.9 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2022, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.122.0028/ 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.060/ 2.061/ 2.062

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

10.1 Executar os serviços nos prazos máximos estabelecidos no item 7 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas do Anexo I do Edital.

10.2 Atender às especificações do Anexo I do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo SIMAE, durante a validade da Ata de Registro de Preços.

10.3 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório.

10.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao SIMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O SIMAE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a DETENTORA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

10.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.

10.6 Providenciar o descarte dos pneus usados ou inservíveis que foram substituídos pela respectiva contratação.

11. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

11.1 Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

11.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução do Contrato e desta Ata de Registro de Preços.

11.3 Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com o item 8 desta Ata de Registro de Preços.

11.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela DETENTORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.

11.5 Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.6 Providenciar a publicação desta Ata de Registro de Preços, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

12.1 O registro da DETENTORA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pelo SIMAE:

a) quando a empresa descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;

b) quando a empresa, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente do registro de preços;

c) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93;

d) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II – A pedido da DETENTORA, em virtude de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

12.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;

b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na execução do serviço, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Empenho, no caso da DETENTORA não executar os serviços, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a DETENTORA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o SIMAE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;

k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

13.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

13.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

13.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

13.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

13.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

13.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 28 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken

Diretora-Presidente

FM Pneus Ltda

Francisco João Antonelo – Representante Legal

Testemunhas:

Eduarda Bortoli

Gerente SMTP

Graciela Pratto

Encarregada de Serviços

PORTARIA JHL 055/2022

Publicação Nº 3651390

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 055/2022 DE 28.02.2022

Patrícia Callegari Warken, Diretora -Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Gabriel Bisatto Franceschet (Matr. 217), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref.B, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.10.2020 a 30.09.2021, para serem fruídas no período de 14.03.2022 à 12.04.2022, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 14 de março de 2022, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken
Diretora -Presidente

PORTARIA JHL 056/2022

Publicação Nº 3651394

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 056/2022 DE 28.02.2022

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20(vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Carlos Alberto Ferreira(Mat. 151), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Obras, P-3, N-1, Ref.H-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14.03.2021 à 13.03.2022, para serem fruídas no período de 14.03.2022 à 02.04.2022, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 14 de março de 2022, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 057/2022

Publicação Nº 3651395

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 057/2022 DE 28.02.2022

Patrícia Callegari Warken, Diretora -Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jorge Luiz Rosa (Matr. 54), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-3, Ref.E-9, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.06.2020 à 31.05.2021, para serem fruídas no período de 07.03.2022 à 26.03.2022, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 07 de março de 2022, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken
Diretora-Presidente

PORTARIA JHL 058/2022

Publicação Nº 3651400

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 058/2022 DE 28.02.2022

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Hélio dos Santos (Matr. 93), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Encanador, P-4, N-3, Ref.C-7, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06.04.2020 a 05.04.2021, para serem fruídas no período de 07.03.2022 à 26.03.2022, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 07 de março de 2022, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2022.
Patrícia Callegari Warken
Diretora-Presidente

PORTARIA JHL 059/2022

Publicação Nº 3651405

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 059/2022 DE 28.02.2022

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Gerson Gregório Ribeiro (Matr. 04), ocupante do Cargo de Agente Administrativo, P-3, N-3, Ref.J-10, referente ao período aquisitivo de 03.07.2020 a 02.07.2021, para serem fruídas no período de 07.03.2022 à 26.03.2022, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 07 de março de 2022, obedecido o disposto do parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2022.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 060/2022

Publicação Nº 3651428

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 060/2022 DE 28.02.2022

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Volnei Jacob Muller (Matr. 156), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Obras, P-3, N-1, Ref. I-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.01.2021 a 01.01.2022, para serem fruídas no período de 07.03.2022 à 26.03.2022, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 07 de março de 2022, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2022.
Patrícia Callegari Warken
Diretora -Presidente

PORTARIA JHL 061/2022

Publicação Nº 3651434

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 061/2022 DE 28.02.2022

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 29 (dezenove) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Alessandra Marcon Zanchetta (Matr.182), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. G-1, referente ao período aquisitivo de 23.04.2020 à 22.04.2021, para serem fruídas no período de 07.03.2022 à 25.03.2022, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 07 de março de 2022, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken

Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 062/2022

Publicação Nº 3651440

PORTARIA SIMAE. JHL Nº 062/2022 DE 28.02.2022

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 19 (dezenove) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Andréa Reisdorfer Camaroto (Matr. 18), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Desenhista/Projetista, P-5, N-3, Ref.J-7, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17.01.2021 a 16.01.2022, para serem fruídas no período de 07.03.2022 à 25.03.2022, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 07 de março de 2022, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken

Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 063/2022

Publicação Nº 3651452

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 063/2022 DE 28.02.2022

Patrícia Callegari Warken, Diretora -Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 18 (dezoito) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Valdinei Antônio Gusatto (Matr. 106), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-3, Ref. I-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.09.2020 a 31.08.2021, para serem fruídas no período de 28.03.2022 à 14.04.2022, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 28 de março de 2022, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken

Diretora -Presidente

PORTARIA JHL 065/2022

Publicação Nº 3651462

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 065/2022 DE 28.02.2022

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15(quinze) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Elizete Aparecida Bisatto (Matr. 90), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, P-1, N-3, Ref.C-7, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28.06.2020 a 27.06.2021, para serem fruídas no período de 07.03.2022 à 21.03.2022, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 07 de março de 2022, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken

Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 066/2022

Publicação Nº 3651472

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 066/2022 DE 28.02.2022

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 11(onze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Umberto Bresola Suzin (Matr. 133), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Obras, P-3, N-2, Ref. C-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 26.10.2020 à 25.10.2021, para serem fruídas no período de 08.03.2022 à 18.03.2022, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 08 de março de 2022, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken

Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 067/2022

Publicação Nº 3651482

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 067/2022 DE 28.02.2022

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Evandro Castanha (Matr. 186), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Obras, P-3, N-1, Ref. F-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04.08.2020 à 03.08.2021, para serem fruídas no período de 28.03.2022 à 06.04.2022, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 28 de março de 2022, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken

Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 068/2022

Publicação N° 3651490

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 068/2022 DE 28.02.2022

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Júlio Cezar Francener (Matr. 92), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Obras, P-3, N-3, Ref.C-7, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22.03.2020 à 21.03.2021, para serem fruídas no período de 02.03.2022 a 11.03.2022, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de março de 2022, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken

Diretora- Presidente

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0008/2022 - SIMAE

Publicação N° 3651183

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F44F2A92D3BF509DBE71057428E07482FD8AFD6A

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO N° 0008/2022

PREGÃO PRESENCIAL N° 0008/2022

PROTOCOLO JHL 0103/2022

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0008/2022 – Licitação 0008/2022, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DIVERSOS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DO SIMAE

Da Entrega dos Envelopes: até as 08h 30min do dia 15/03/2022 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 15/03/2022 às 08h 30min, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 02/03/2022 a 15/03/2022.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 01 de março de 2022.

Patrícia Callegari Warken – Diretora-Presidente

TOMADA DE PREÇOS 0001/2022 - SIMAE

Publicação N° 3646519

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 99D695BCBD06EB1060EB75C8AC008C91399CFB55

Licitação nº 0010/2022

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0001/2022

Encontra-se aberto, no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Tomada de Preços JHL 0001/2022, Licitação 0010/2022, tipo Menor Preço Global (empreitada por preço unitário), que trata do objeto: Contratação de empresa especializada para perfuração de poço artesiano no Distrito de Sede Belém em Herval d'Oeste/SC, incluindo todas as despesas relativas à mão de obra e materiais necessários para a execução do serviço, bem como procedimentos e documentações necessárias à obtenção das autorizações prévias de perfuração junto a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS, conforme estabelecido pela Resolução nº 02/14 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, conforme Termo de Referência. Da Entrega dos Envelopes: até dia 18/03/2022 às 8h 30min, na Sede do Simae, Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC. Da Abertura: dia 18/03/2022 às 8h 30min, na Sede do Simae. O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site: www.simae.sc.gov.br. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do Simae, no e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br ou pelo telefone: (49) 3551-8200.

Joaçaba/SC, 25 de fevereiro de 2022.

Patrícia Callegari Warken – Diretora-Presidente

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 09/2022 REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SOLUÇÃO EM GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS TERRESTRES, AQUÁTICOS E DE EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS ACOPLADOS E REBOCÁVEIS QUE POSSUAM TANQUE DE COMBUSTÍVEL PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE JOSE BOITEUX MAIORES INF NO EDITAL

Publicação Nº 3651265

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 09/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2022

O Prefeito de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 15/03/2022, às 09:30 horas, tendo como local, a Prefeitura de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº655 junto ao Portal do Município, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SOLUÇÃO EM GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS TERRESTRES, AQUÁTICOS E DE EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS ACOPLADOS E REBOCÁVEIS QUE POSSUAM TANQUE DE COMBUSTÍVEL PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE JOSE BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 08:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 01 de março de 2022.

ADAIR ANTONIO STOLLMEIER

Prefeito

Lages

PREFEITURA

EDITAL CC 03/2022-PML

Publicação Nº 3646375

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2AC5F221EF8E130711FF3EA8992D8E55CC6E7B4F

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência Pública nº03/2022

Objeto: Contratação de Empresa para Execução dos Serviços de Terraplenagem, Drenagem e Obras Correntes, Pavimentação Asfáltica, Urbanísticos e Sinalização para a Av. Victor Alves de Brito, Bairro Penha, nesta cidade de Lages/SC.

Abertura: 04/04/2022 às 09:00h

Valor Estimado: R\$ 6.266.001,89

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 02 de março de 2022.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

EDITAL TP 05/2022-PML

Publicação Nº 3646186

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1447A56A6528E067CED5DE107CB02F8A8427DE29

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços nº 05/2022

Objeto: Contratação de Empresa para Execução dos Serviços de Terraplenagem, Drenagem e Obras Correntes, Pavimentação Asfáltica, Urbanísticos e Sinalização para a Av. Antonio Ribeiro dos Santos, Bairro Várzea, nesta cidade de Lages/SC.

Abertura: 18/03/2022 às 09:00h

Valor Estimado: R\$ 1.297.320,44

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 02 de março de 2022.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

EDITAL TP 06/2022-PML

Publicação Nº 3646229

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 924CF5F5BF097C055E1490FB9A2DBE5E2AB91214

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços nº 06/2022

Objeto: Contratação de Empresa para Execução dos Serviços de Terraplenagem, Drenagem e Obras Correntes, Pavimentação Asfáltica, Urbanísticos e Sinalização para a Rua EDMUNDO DE CASTRO ARRUDA, Bairro PROMORAR, nesta cidade de Lages/SC.

Abertura: 17/03/2022 às 09:00h

Valor Estimado: R\$ 3.072.949,27

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 02 de março de 2022.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

EDITAL TP 07/2022-PML

Publicação Nº 3646402

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 08BD6272FB0FEEA4987CBDC6897D3163A386192A

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços nº 07/2022

Objeto: Contratação de Empresa para Execução dos Serviços de Terraplenagem, Drenagem e Obras Correntes, Pavimentação Asfáltica, Urbanísticos e Sinalização para a Rua Irmão Joaquim, Bairro Guarujá, nesta cidade de Lages/SC.

Abertura: 18/03/2022 às 14:30h

Valor Estimado: R\$2.445.928,62

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 02 de março de 2022.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

EDITAL TP 08/2022-PML

Publicação N° 3646351

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 991E46206B113E3EBB875D495E056B29CCB0799A

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços nº 08/2022

Objeto: Contratação de Empresa para Execução dos Serviços de Terraplenagem, Drenagem e Obras Correntes, Pavimentação Asfáltica, Urbanísticos e Sinalização para a Rua CAMPOS SALES, Bairro CORAL, nesta cidade de Lages/SC.

Abertura: 17/03/2022 às 11:0h

Valor Estimado: R\$ 2.597.576,37

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 02 de março de 2022.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

EDITAL TP 09/2022-PML

Publicação N° 3646291

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F7B9F05B18C00DF5E3884D714FA21DDC5A18416B

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços nº 09/2022

Objeto: Contratação de Empresa para Execução dos Serviços de Terraplenagem, Drenagem e Obras Correntes, Pavimentação Asfáltica, Urbanísticos e Sinalização para a Rua JOÃO CLAUDIO FARINHAS, Bairro CAROBA, nesta cidade de Lages/SC.

Abertura: 17/03/2022 às 14:30h

Valor Estimado: R\$ 2.355.614,39

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 02 de março de 2022.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Lauro Muller**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 07.2022 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 04.2021**

Publicação Nº 3650867

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2022
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2021

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE, por meio da Diretora Geral no uso de suas atribuições legais e conforme subdelegação de competência estabelecida nos termos do art. 25, VIII, "c" do Estatuto da Fundação de Saúde de Lauro Muller/SC, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2021 para preenchimento de vagas temporárias do quadro de pessoal da Fundação, conforme estabelece a Lei nº 2151/2021, em regime CLT e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados para ocuparem as vagas disponíveis constantes no anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

1. A Fundação de Saúde de Lauro Muller se compromete a publicar, de acordo com a necessidade e disponibilidade, conforme anexo I, as vagas que surgirem para preenchimento dos aprovados, seguindo ordem classificatória de homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2021.
2. O local e o horário de trabalho de candidato convocado ficam a critério da Fundação Hospitalar Henrique Lage, de acordo com a necessidade da Fundação bem como com a jornada de trabalho disposta no edital do processo seletivo.
3. A convocação do candidato aprovado será feita, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico indicado no momento da inscrição, após encerramento do prazo de recursos, conforme edital. É de responsabilidade do candidato manter atualizado junto aos cadastros da fundação as informações atualizadas.
4. Considerando que o Processo Seletivo Simplificado ocorre com o objetivo de contratação imediata, encerrados todos os procedimentos de classificação e publicações, o candidato terá o prazo de 03 (três) dias úteis a contar do envio da convocação para apresentação dos documentos e, se habilitado, iniciar as atividades, caso contrário será considerado desistente definitivo à vaga.
5. Caso o candidato não queira ser admitido, será considerado desistente, assinando o Termo de Desistência de Vaga. Será dado prazo de até 2 (dois) dias úteis para o candidato assinar o termo de desistência, caso o mesmo não compareça será lavrado termo informando o dia e horário do contato por endereço eletrônico bem como a data limite para assinatura da desistência, e o mesmo será assinado por três testemunhas, bem como pelo responsável que entrou em contato com o candidato.
6. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá 01 (um) dia úteis para a entrega da documentação solicitada de acordo com o edital do processo seletivo, no momento da convocação, no órgão que convocou.
7. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento exigido para admissão ou a não apresentação dos mesmos no prazo estipulado no item acima, acarretará na desclassificação do candidato, com a perda do direito a vaga a qual o candidato foi aprovado.
8. A lista de classificados, após o término da primeira chamada e tendo em vista vagas a serem preenchidas, iniciará somente uma única vez, convocando os desistentes para ocupação de possível vaga remanescente.
9. Após encaminhar todos os documentos e assinar a admissão o candidato confirma seu interesse e expressa sua total concordância com todas as cláusulas estabelecidas no edital do processo seletivo, no edital de chamamento bem como no contrato de trabalho.
10. Nas vagas que necessitem exame médico admissional o mesmo deverá ser entregue dentro do prazo legal e informar que o candidato se encontra apto para preenchimento da vaga, sendo que no caso de ser considerado inapto o mesmo será desclassificado de acordo com os termos do edital do processo seletivo.

Lauro M-Iler, 23 de fevereiro de 2022.
Regina Ramos Antunes
Diretora Geral
Fundação Hospitalar Henrique Lage

ANEXO I
Convocação dos candidatos aprovados para o preenchimento das seguintes vagas:

Fisioterapeuta		
Vagas: 01		
Nº	Candidato	UF
09	Debora Santos Campos	SC

Lauro M-Iler, 23 de fevereiro de 2022.
Regina Ramos Antunes
Diretora Geral
Fundação Hospitalar Henrique Lage

PORTARIA 020/2022 FHHL

Publicação N° 3650869

Lauro Muller, 01 de março de 2022.
Portaria nº 20/2022

Regina Ramos Antunes, Diretora Geral da Fundação de Saúde de Lauro Muller, no uso de suas atribuições instituídas na Lei Municipal nº 1.944/2017 e suas alterações, bem como fundamento no Estatuto da Fundação de Saúde de Lauro Muller,

CONSIDERANDO que a Fundação de Saúde de Lauro Muller realizou processo seletivo para a contratação de funcionários, o qual foi homologado em 11/11/2021;

CONSIDERANDO que todos os candidatos aprovados no referido processo já foram convocados e nomeados, esgotando-se a lista de aprovados;

CONSIDERANDO que a Fundação não dispõe de tempo hábil, tampouco de previsão orçamentária para a imediata realização de novo processo seletivo;

CONSIDERANDO que a Fundação presta serviço público essencial na área da saúde, razão pela qual é imprescindível que conte com seu quadro completo;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 1862/2015;

ORESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, FRANCIELE GREGORIO ALVES, para exercer a função de Enfermeira junto a Fundação de Saúde de Lauro Muller, em caráter temporário, pelo período de 01 de março de 2022 à 01 de junho de 2022, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Regina Ramos Antunes
Diretora Geral
Fundação Hospitalar Henrique Lage

PORTARIA 021/2022 FHHL

Publicação N° 3650871

Lauro Muller, 01 de março de 2022.
Portaria nº 21/2022

Regina Ramos Antunes, Diretora Geral da Fundação de Saúde de Lauro Muller, no uso de suas atribuições instituídas na Lei Municipal nº 1.944/2017 e suas alterações, bem como fundamento no Estatuto da Fundação de Saúde de Lauro Muller,

CONSIDERANDO que a Fundação de Saúde de Lauro Muller realizou processo seletivo para a contratação de funcionários, o qual foi homologado em 11/11/2021;

CONSIDERANDO que todos os candidatos aprovados no referido processo já foram convocados e nomeados, esgotando-se a lista de aprovados;

CONSIDERANDO que a Fundação não dispõe de tempo hábil, tampouco de previsão orçamentária para a imediata realização de novo processo seletivo;

CONSIDERANDO que a Fundação presta serviço público essencial na área da saúde, razão pela qual é imprescindível que conte com seu quadro completo;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 1862/2015;

ORESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JANAINA FABRE ALEXANDRE, para exercer a função de técnica de enfermagem junto a Fundação de Saúde de Lauro Muller, em caráter temporário, pelo período de 01 de março de 2022 à 01 de junho de 2022, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Regina Ramos Antunes
Diretora Geral
Fundação Hospitalar Henrique Lage

Lindóia do Sul

PREFEITURA

6º TA AO CONTRATO DE RATEIO 01/2022

Publicação Nº 3651391

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 38AC653131A0B13BD84C8F2CB20D46928FE4D18F

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

6º TA AO CONTRATO DE RATEIO 01/2022

Código registro TCE: 38AC653131A0B13BD84C8F2CB20D46928FE4D18F

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato

Contratado: Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – Amauc

Objeto: O presente Termo Aditivo tem como objeto a realização de Concurso Público destinado a admissão de servidores para os cargos de: Agente Operacional, Assistente Administrativo, Assistente Social, Auxiliar de Educação, Auxiliar de Manutenção, Engenheiro Agrônomo, Gestor Escolar, Médico, Mecânico, Motorista, Operador de Máquinas I, Operador de Máquinas II, Psicólogo, Professor de Língua Estrangeira (Inglês), Professor de Artes, Técnico de Enfermagem, conforme EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022, de 23 de Fevereiro de 2022.

Vigência: 23 de fevereiro de 2022 a 20 de abril de 2022.

Valor: R\$ 39.075,00

Assinatura: 23 de fevereiro de 2022.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

CONTRATO 36/2022 4º TA AO CONTRATO Nº 06/2020

Publicação Nº 3651521

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C9D4618CE762E60C9F6E38C60172B80AFD13749C

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 36/2022

4º TA AO CONTRATO Nº 06/2020

Código registro TCE: C9D4618CE762E60C9F6E38C60172B80AFD13749C

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EDITORA APRENDE BRASIL LTDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 68/2019 TOMADA DE PREÇOS: 08/2019

Objeto: O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em mais 10,38% (dez inteiros e trinta e oito centésimos por cento), para os fornecimentos dos materiais didáticos, bem como modificação das especificações dos volumes infantis para semestral.

Valor do aditivo de reajuste: R\$ 13.026,72

Vigência: 23 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Assinatura: 01 de março de 2022.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 03/2022

Publicação Nº 3651360

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 176655D80266F01A3C2386ADAA796F821FEF7C45

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 03/2022

Código registro TCE: 176655D80266F01A3C2386ADAA796F821FEF7C45

O Secretário Municipal de Saúde de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

PROCESSO LICITATÓRIO: 14/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2022

Contratado: Mitra Diocesana de Joaçaba

Objeto: O LOCADOR, acima qualificado, proprietário de um imóvel, localizado na Rua Tamandaré, nº117, neste município, sendo uma edificação de alvenaria, e pelo presente instrumento de Locação, loca ao LOCATÁRIO, com área total de 74,50 m².

Valor: R\$ 7.050,00

Vigência: 01 de março de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Assinatura: 25 de fevereiro de 2022.

Pedro Brighenti

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATO Nº 27/2022 10º TA AO CONTRATO 70/2020

Publicação Nº 3651363

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 112CE880646017D67D8135FF634AF82934464530

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2022

10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 70/2020

Código registro TCE: 112CE880646017D67D8135FF634AF82934464530

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato

Processo licitatório 36/2020 Pregão presencial 19/2020

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual firmado, por concessão de reajuste conforme cláusula sexta do contrato originário e em decorrência da recomposição do preço pago por quilômetro rodado para transporte de alunos de cursos técnicos e universitários que freq-entam as instituições de ensino em Concórdia.

Valor do Aditivo por reajuste: R\$ 9.971,52

Valor do aditivo por recomposição: R\$ 2.758,08

Vigência: 07 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Assinatura: 24 de fevereiro de 2022.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 28/2022 9º TA AO CONTRATO 59/2020

Publicação Nº 3651367

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 28/2022

9º TA AO CONTRATO 59/2020

Código registro TCE: CDB011DAE1574069B762CD30FA758FDD777EAA7F

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado VIAGENS ZONTA LTDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 21/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 13/2020

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração por supressão na quilometragem por dia letivo por mudança de itinerário, do valor contratual anteriormente firmado, em decorrência de reajuste e da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Valor de supressão: R\$ 11.859,42

Valor de acréscimo por reajuste: R\$ 12.109,90

Valor de acréscimo por recomposição: R\$ 3.429,96

Vigência: 07 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Assinatura: 24 de fevereiro de 2022.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 29/2022 9º TA AO CONTRATO 17/2020

Publicação Nº 3651369

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D55AF62F604B2CA37CDA35B5C74B704FF2A0A9D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 29/2022

9º TA AO CONTRATO 17/2020

Código registro TCE: D55AF62F604B2CA37CDA35B5C74B704FF2A0A9D3

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado VIAGENS ZONTA LTDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 04/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 03/2020

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração por acréscimo na quilometragem por dia letivo por adequação de itinerário, do valor contratual anteriormente firmado, em decorrência de reajuste e da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Valor por acréscimo no itinerário: R\$ 9.447,54

Valor por acréscimo de reajuste: R\$ 8.193,12

Valor por acréscimo de recomposição: R\$ 2.048,28

Vigência: 07 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Assinatura: 24 de fevereiro de 2022.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 30/2022 5º TA AO CONTRATO 67/2021

Publicação Nº 3651375

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8DFFD3CAD19A64E7C523E534A7A127273AF605F1

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 30/2022
5º TA AO CONTRATO 67/2021

Código registro TCE: 8DFFD3CAD19A64E7C523E534A7A127273AF605F1

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado TRANSGUGA TRANSPORTES LTDA,
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2021 PREGÃO PRESENCIAL 06/2021

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração por acréscimo na quilometragem por dia letivo por adequação de itinerário para o item 2 e do valor contratual anteriormente firmado, em decorrência da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Valor acrescido pelo aumento de quilometragem do itinerário: R\$ 2.775,48

Vigência: 07 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Valor acrescido pela recomposição de preços: R\$ 3.342,76

Vigência: 18 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Assinatura: 24 de fevereiro de 2022.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 31/2022 9º TA AO CONTRATO 87/2019

Publicação Nº 3651378

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A89F421BBA3E4B8BFFABE2C7BCDF247E424410DD

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 31/2022
9º TA AO CONTRATO 87/2019

Código registro TCE: A89F421BBA3E4B8BFFABE2C7BCDF247E424410DD

O Prefeito Municipal em de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado CESAR SANTO BENELLI & CIA LTDA
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 41/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 31/2019

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual anteriormente firmado, em decorrência de reajuste e recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Valor acrescido por reajuste: R\$ 8.318,36

Vigência: 07 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Valor acrescido pela recomposição: R\$ 769,92

Vigência: 21 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Assinatura: 24 de fevereiro de 2022.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 32/2022 8º TA AO CONTRATO 16/2020

Publicação Nº 3651379

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 73E8F8BDDA63E8971F6D4056F99D40C5CE9D5354

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 32/2022
8º TA AO CONTRATO 16/2020

Código registro TCE: 73E8F8BDDA63E8971F6D4056F99D40C5CE9D5354

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado CESAR SANTO BENELLI & CIA LTDA
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 04/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 03/2020

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual anteriormente firmado, em decorrência de reajuste e recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Valor acrescido pelo reajuste: R\$ 6.983,14

Vigência: 07 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022

Valor acrescido pela recomposição: R\$ 1.013,76

Vigência: 21 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Assinatura: 24 de fevereiro de 2022.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 33/2022 9º TA AO CONTRATO Nº 88/2019

Publicação Nº 3651381

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 50B9FE40F0773ABE58CFFE8930EC834A358948CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 33/2022

9º TA AO CONTRATO Nº 88/2019

Código registro TCE: 50B9FE40F0773ABE58CFFE8930EC834A358948CC

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GILMAR ROSSI TRANSPORTES

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 41/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 31/2019

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto, a alteração do valor contratual anteriormente firmado, em razão do acréscimo na quilometragem do itinerário, bem como em decorrência da concessão de reajuste e recomposição do preço pago, por quilômetro rodado de transporte de estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Valor acrescido por acréscimo de quilometragem: R\$ 12.790,38

Vigência: 07 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Valor acrescido por reajuste: R\$ 11.793,16

Vigência: 07 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Valor acrescido pela recomposição: R\$ 953,12

Vigência: 15 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Assinatura: 24 de fevereiro de 2022.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 34/2022 2º TA AO CONTRATO Nº 172/2021

Publicação Nº 3651382

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CF4CE7D2154E8F999BBB6B008C4D791113DD1A57

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2022

2º TA AO CONTRATO Nº 172/2021

Código registro TCE: CF4CE7D2154E8F999BBB6B008C4D791113DD1A57

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Maicon Alves Padilha

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2021 TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2021

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução contratual para mais 15 (quinze) dias consecutivos, ou seja, até 12 de março de 2022.

Vigência: 30 de junho de 2022.

Assinatura: 24 de fevereiro de 2022.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 35/2022

Publicação Nº 3651384

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 36CD2888A076639E9C0400AD71A71D234097E8B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 35/2022

Código registro TCE: 36CD2888A076639E9C0400AD71A71D234097E8B4

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

PROCESSO LICITATÓRIO: 14/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2022

Contratado: Mitra Diocesana de Joaçaba

Objeto: O LOCADOR, acima qualificado, proprietário de um imóvel, localizado na Rua Tamandaré, nº117, neste município, sendo uma edificação de alvenaria, e pelo presente instrumento de Locação, loca ao LOCATÁRIO, com área total de 178,00 m².

Valor: R\$ 10.950,00

Vigência: 01 de março de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Assinatura: 25 de fevereiro de 2022.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 193 DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651463

PORTARIA Nº 193 DE 1º DE MARÇO DE 2022

Arquiva Processo Administrativo de Remoção n. 1/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando a decisão de fls. 077, formulada nos autos do processo administrativo de remoção n. 1/2021, que indeferiu o pedido de remoção, a pedido, por motivo de doença, do servidor público Carlos José de La Cruz Júnior, com base no art. 55, I, § 1º da LCM n. 50/2003.

RESOLVE

Art. 1º. Arquivar o processo administrativo de remoção n. 1/2021, que tinha por objeto pedido de remoção, a pedido, por motivo de doença, do servidor público Carlos José de La Cruz Júnior, formulado com base no art. 55, I, § 1º da LCM n. 50/2003.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 1º de março de 2022.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 194, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651819

PORTARIA Nº 194, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Concede licença gestante a servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o artigo nº 106, da Lei Complementar nº 050 de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, Licença Gestação a Servidora Pública Municipal Luana Marcele Munaretto, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, pelo período de 27 de Fevereiro de 2022 à 26 de Junho de 2022, conforme atestado médico, com ônus para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de Fevereiro de 2022.

Lindóia do Sul, 01 de março de 2022.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 195, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651820

PORTARIA Nº 195, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

Concede Férias Interrompidas a Servidora Pública Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder, 15 (quinze) dias de Férias interrompidas a Servidora Pública Municipal Rafaela Spricigo da Silva Dutra, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, para gozo no período de 01 a 15 de Março de 2022, sendo concedidas pela portaria nº 127, de 12 de maio de 2021 e interrompidas pela portaria nº 140, de 26 de maio de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 01 de março de 2022.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 196, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651822

PORTARIA Nº 196, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

Concede Férias Regulares a Servidora Pública Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Marieli Camila da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga 20 horas, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, compreendendo o período aquisitivo de 16 de setembro de 2020 a 15 de setembro de 2021, sendo 15 (quinze) dias para gozo no período de 01 de março de 2022 a 15 de março de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 01 de março de 2022.

NEUDI ANGELO BERTOL

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO Nº 11/2022

Publicação Nº 3651524

DECRETO Nº 11, DE 14 DE JANEIRO DE 2022.

APROVA O DESDOBRAMENTO DA RECEITA PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2022 EM METAS MENSAS DE ARRECADAÇÃO, ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO, COMO ESPECIFICA.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, baixa o seguinte:

DECRETO:

Art. 1º - Fica aprovado o desdobramento da receita prevista para o exercício de 2022 em metas mensais de arrecadação, na forma do anexo do presente Decreto.

Art. 2º - Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2022 das Unidades Gestoras: Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo municipal de Infância e Adolescência, conforme Anexos do presente Decreto.

Art.3º - Este Decreto entra em vigo na data de sua publicação.

Lontras, 14 de janeiro de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

DECRETO Nº 41/2022

Publicação Nº 3651221

DECRETO Nº 41 DE 01 DE MARÇO DE 2022.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO VALOR DE R\$ 166.975,00 (CENTO E SESENTA E SEIS MIL E NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO".

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei nº 2645 de 01 de março de 2022; DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 166.975,00 (cento e sessenta e seis mil e novecentos e setenta e cinco reais), para reforço no exercício financeiro de 2022 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 04.001 Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Funcional Programática:
04.001.0020.0606.0004.1003 Projeto:Aquisição de Equipamentos Agrícolas

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 86.975,00

Secretaria de Educação

Unidade Orçamentária: 15.001 Secretaria de Educação

Funcional Programática:
15.001.0012.0361.0005.1006 Projeto:Aquisição de Veículos

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	R\$ 80.000,00

VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 166.975,00

Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

Secretaria de Infraestrutura e Obras

Unidade Orçamentária: 07.001 Secretaria de Infraestrutura e Obras

Funcional Programática:
07.001.0026.0782.0011.1017 Projeto: Construção de Pontes, Bueiros e Galerias

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 16.975,00

Secretaria de Infraestrutura e Obras



Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):		
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0026.0782.0011.1020	Projeto: Ampliação e Reforma da Sede da Secretaria de Obras	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente		
Unidade Orçamentária: 04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
Funcional Programática: 04.001.0020.0606.0004.2010	Atividade: Assistência ao Produtor Rural	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 60.000,00
Secretaria de Educação		
Unidade Orçamentária: 15.001	Secretaria de Educação	
Funcional Programática: 15.001.0012.0361.0005.1004	Projeto: Construção e Ampliação de Escolas Municipais	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	R\$ 40.000,00
Secretaria de Educação		
Unidade Orçamentária: 15.001	Secretaria de Educação	
Funcional Programática: 15.001.0012.0361.0005.2017	Atividade: Manutenção da Secretaria de Educação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	R\$ 30.000,00
Secretaria de Educação		
Unidade Orçamentária: 15.001	Secretaria de Educação	
Funcional Programática: 15.001.0012.0361.0005.2018	Atividade: Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	R\$ 10.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 166.975,00		
Art. 3º O crédito adicional suplementar, a ser aberto na conformidade desta lei, terá vigência até 31 de Dezembro de 2022.		
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.		
Lontras (SC), 01 de março de 2022.		
MARCIONEI HILLESHEIM		
Prefeito Municipal de Lontras		

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO 111/2019

Publicação Nº 3650842

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

EXTRATO DO 6º ADITIVO AO CONTRATO N.º 111/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS A SUA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I. Inclusão de módulo para base paralela para a secretaria da fazenda. Valor: R\$ 5.291,91 (cinco mil duzentos e noventa e um reais e noventa e um centavos). Contratada: IPM SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ 01.258.027/0003-03. Lontras, 01 de março de 2022. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO 18/2020

Publicação Nº 3650813

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO N.º 18/2020

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO

EDITAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, CME E DEMAIS SECRETARIAS.

Contratados: KOPELKE TUR LTDA, inscrito no CNPJ 14.548.247/0001-51, valor R\$112.350,00. LONTUR TRANSPORTE RODOVIARIO E

VIAGENS LTDA - ME, inscrito no CNPJ 17.544.729/0001-21, R\$150.150,00. Prazo: 01/01/2022 até 31/12/2022.
Lontras, 01 de março de 2022. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE ADITIVO AOS CONTRATOS 04/2022

Publicação Nº 3650784

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO N.º 04/2020

EXTRATOS DE ADITIVO DE CONTRATO

EDITAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, ATLETAS DA CME E DEMAIS EVENTOS ESPORÁDICOS QUE O MUNICÍPIO PARTICIPE.

Contratados: VALDEMIRO KOPELKE TRANSPORTES EIRELI, inscrito no CNPJ 01.096.085/0001-16, valor R\$ R\$322.080,00; KOPELKE TUR LTDA, inscrito no CNPJ 14.548.247/0001-51, valor R\$241.900,00; LONTUR TRANSPORTE RODOVIÁRIO E VIAGENS LTDA - ME, inscrito no CNPJ 17.544.729/0001-21, valor R\$266.890,00; HIGINO BARTH ME, inscrito no CNPJ 23.843.643/0001-00, valor R\$248.180,00; NST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA - ME, inscrito no CNPJ 23.933.900/0001-97, valor R\$ 117.750,00. Prazo: 01/01/2022 até 31/12/2022.

Lontras, 01 de março de 2022. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

LEI Nº 2645/2022

Publicação Nº 3651219

LEI Nº 2645 DE 01 DE MARÇO DE 2022.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO VALOR DE R\$ 166.975,00 (CENTO E SESSENTA E SEIS MIL E NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO".

A CÂMARA MUNICIPAL DE LONTRAS, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, MARCIONEI HILLESHEIM Prefeito Municipal, com fundamento nos artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 166.975,00 (cento e sessenta e seis mil e novecentos e setenta e cinco reais), para reforço no exercício financeiro de 2022 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
Funcional Programática: 04.001.0020.0606.0004.1003	Projeto:Aquisição de Equipamentos Agrícolas	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 86.975,00

Secretaria de Educação

Unidade Orçamentária: 15.001	Secretaria de Educação	
Funcional Programática: 15.001.0012.0361.0005.1006	Projeto:Aquisição de Veículos	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	R\$ 80.000,00

VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 166.975,00

Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

Secretaria de Infraestrutura e Obras

Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0026.0782.0011.1017	Projeto: Construção de Pontes, Bueiros e Galerias	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 16.975,00

Secretaria de Infraestrutura e Obras

Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0026.0782.0011.1020	Projeto: Ampliação e Reforma da Sede da Secretaria de Obras	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00

Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
Funcional Programática: 04.001.0020.0606.0004.2010	Atividade: Assistência ao Produtor Rural	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor

Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):		
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 60.000,00
Secretaria de Educação		
Unidade Orçamentária: 15.001	Secretaria de Educação	
Funcional Programática: 15.001.0012.0361.0005.1004	Projeto: Construção e Ampliação de Escolas Municipais	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	R\$ 40.000,00
Secretaria de Educação		
Unidade Orçamentária: 15.001	Secretaria de Educação	
Funcional Programática: 15.001.0012.0361.0005.2017	Atividade: Manutenção da Secretaria de Educação	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	R\$ 30.000,00
Secretaria de Educação		
Unidade Orçamentária: 15.001	Secretaria de Educação	
Funcional Programática: 15.001.0012.0361.0005.2018	Atividade: Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	R\$ 10.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 166.975,00		

Art. 3º O crédito adicional suplementar, a ser aberto na conformidade desta lei, terá vigência até 31 de Dezembro de 2022.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 01 de março de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim
Projeto de Lei nº 7, de 28 de fevereiro de 2022

LEI Nº 2646/2022

Publicação Nº 3651222

LEI Nº 2646, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, mediante a realização de processo licitatório, o seguinte: Um imóvel que contenha no mínimo 30 (trinta) mil metros quadrados, para construção de um abatedouro municipal, contendo 70% de área útil, limite máximo de inclinação de 30%, 100 (cem) metros de frente para rua pavimentada, possua energia elétrica, e condições de atividades de acordo com o zoneamento tipo M, pelo valor máximo de R\$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais).

Art. 2º - Para a formalização da aquisição, deverá o Poder Executivo verificar previamente a regularidade do imóvel perante a Fazenda Pública e a existência de ônus reais sobre o mesmo, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, bem como se o proprietário possui negativa de débitos perante o Município de Lontras.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 01 de março de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim

Projeto de Lei nº 9, de 28 de fevereiro de 2022.

LEI Nº 2647/2022

Publicação Nº 3651224

LEI Nº 2647, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER PARA O ANO DE 2022 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar no mês de março de 2022, evento destinado a comemoração ao Dia Internacional da Mulher, com realização de show com banda musical, café, atividades multidisciplinares voltada a beleza da mulher, decoração, publicidade, distribuição de brindes, além de exposição e feira de artesanato.

Art. 2º - Para a consecução dos objetivos de que trata a presente lei, fica o Executivo Municipal autorizado a despendar o valor máximo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), atendidos os ditames estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º - Será encaminhado em até 120 (cento e vinte) dias para a Câmara de Vereadores bem como amplamente divulgada, a prestação de contas com a demonstração documental de todas as despesas e recursos.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 01 de março de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim

Projeto de Lei nº 8, de 28 de fevereiro de 2022.

LEI Nº 2648/2022

Publicação Nº 3651229

LEI Nº 2648, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O GRUPO DE ESCOTEIROS GUARDIÕES DA MONTANHA, e estabelece outras providências.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado, mediante a disponibilidade da municipalidade, doar os materiais de construção abaixo relacionados para o Grupo Escoteiros Guardiões da Montanha 124/SC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 15 de agosto de 2019, inscrito no CNPJ sob o número 35.713.888/0001-94, com sede na Rua Jorge Lacerda, número 41, centro, Lontras/SC, para fins de reforma e ampliação de sua sede:

MATERIAL	QUANTIDADE
Cimento (saco 50kg)	50
Areia Industrial	10 m³
Brita Nº 1	10m³
Areia Fina	8m³
Tela Pop 2x3 – 3,4m	12
Laje e Capota	12m³
Ferro Construção c/ 12m, 5/16	12
Ferro Construção c/ 12m, 3/8	4
Ferro Construção c/ 12m, 3/16	20
Arame Recozido	5kg
Alvenarite	2L
Prego 17x27	10kg
Prego 18/30	8kg
Chapa fibrocêrâmica 5x110x244 (eternit)	66
Cuumeira 6mm universal (eternit)	17

Portas comp.80cm com vista e caixilho	3
Janelas grandes	2
Janelas para banheiro	4
Tábuas de pinus 300x30	40
Baldes de tinta 18L	2
Baldes de tinta para fundo	1

Art. 2º - O valor total dos bens a serem destinados pela presente Lei será limitado a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º - As despesas desta lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4º - Fica a entidade obrigada a realizar a respectiva prestação de contas no prazo de 60 (sessenta) dias da conclusão das obras.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 01 de março de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim

Projeto de Lei nº 10, de 28 de fevereiro de 2022.

PORTARIA Nº 201/2022

Publicação Nº 3650801

PORTARIA Nº 201/2022

EXONERA SERVIDOR

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a pedido o (a) servidor (a) LUANA OLIVEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLÓGICO, na data de 11/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 11 de fevereiro de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 203/2022

Publicação Nº 3650802

PORTARIA Nº 203/2022

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

marcionei hillesheim, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando o Processo Seletivo previsto no Edital 04/2021, para contratação de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS em caráter temporário;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar o (a) servidor (a) FABIANA MARQUES DA SILVA, para ocupar o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, a partir do dia 04/02/2022, com efeitos retroativos a data 04/02/2022.

Art. 2º - A contratação terá validade para até um ano, a partir da data de homologação do Processo Seletivo nº 04/2021, podendo ser prorrogado a critério da administração.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Lontras, 14 de fevereiro de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA N° 205/2022

Publicação N° 3650805

PORTARIA N° 205/2022
CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar n° 662/90,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 10 dias de férias para o (a) servidor (a) MATHEUS FELIPE BUGS, ocupante do cargo de MOTORISTA, a partir do dia 11/02/2022 á 20/02/2022, referente ao período aquisitivo 2018/2019, com retorno dia 21/02/2022.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 14 de fevereiro de 2022.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 207/2022

Publicação N° 3650806

PORTARIA N° 207/2022
EXONERA SERVIDOR

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera a pedido o (a) servidor (a) SUELEN CARDOSO, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na data de 10/02/2022, com efeitos retroativos a 10/02/2022.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 15 de fevereiro de 2022.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 208/2022

Publicação N° 3650807

PORTARIA N° 208/2022
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela servidora Valéria Ribeiro da Silva;
CONSIDERANDO o Art. 22 da Lei Complementar n° 11/2003;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Progressão Vertical para a servidora VALÉRIA RIBEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, passando do nível 2-A para nível 3-A.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 15 de fevereiro de 2022.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 215/2022

Publicação N° 3650808

PORTARIA N° 215/2022
EXONERA SERVIDOR

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera a pedido o (a) servidor (a) ANDREIA BERTELLI, ocupante do cargo de PROFESSORA, na data de 15/02/2022, com efeitos

retroativos a data 15/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 16 de fevereiro de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 226/2022

Publicação Nº 3650809

PORTARIA Nº 226/2022

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

marcionei hillesheim, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando o Processo Seletivo previsto no Edital 05/2021, para contratação de PROFESSOR, em caráter temporário;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar o (a) servidor (a) NAIARA LUANA DA SILVA, para ocupar o cargo de PROFESSOR, a partir do dia 18/02/2022.

Art. 2º - A contratação terá validade para até um ano, a partir da data de homologação do Processo Seletivo nº 05/2021, podendo ser prorrogado a critério da administração.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Lontras, 17 de fevereiro de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 227/2022

Publicação Nº 3650810

PORTARIA Nº 227/2022

NOMEIA CARGO EM COMISSÃO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia o (a) servidor (a) VANESSA CERRI DE MOURA, para ocupar o cargo em comissão de ASSISTENTE I, á partir de 21/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 18 de fevereiro de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 228/2022

Publicação Nº 3650812

PORTARIA Nº 228/2022

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

marcionei hillesheim, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando o Processo Seletivo previsto no Edital 05/2021, para contratação de PROFESSOR, em caráter temporário;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar o (a) servidor (a) LUANA PEREIRA, para ocupar o cargo de PROFESSOR, a partir do dia 18/02/2022.

Art. 2º - A contratação terá validade para até um ano, a partir da data de homologação do Processo Seletivo nº 05/2021, podendo ser prorrogado a critério da administração.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Lontras, 18 de fevereiro de 2022.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 229/2022

Publicação Nº 3650814

PORTARIA Nº 229/2022
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio em pecúnia para o (a) servidor (a) JOSÉ ROBERTO GONÇALVES, ocupante do cargo de MOTO-RISTA, referente ao período aquisitivo 2013/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 21 de fevereiro de 2022.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 230/2022

Publicação Nº 3650815

PORTARIA Nº 230/2022
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio em pecúnia para o (a) servidor (a) MÁRCIA LEMOS, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, referente ao período aquisitivo 2011/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 21 de fevereiro de 2022.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 231/2022

Publicação Nº 3650816

PORTARIA Nº 231/2022
CONCEDE FÉRIAS EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de férias em pecúnia para o (a) servidor (a) CRISTIANE WOLF, ocupante do cargo de GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 21 de fevereiro de 2022.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 232/2022

Publicação Nº 3650817

PORTARIA Nº 232/2022
CONCEDE FÉRIAS EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de férias em pecúnia para o (a) servidor (a) IVANOR MOLLER, ocupante do cargo de ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM MANUTENÇÃO DE VIAS, referente ao período aquisitivo 2021/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 21 de fevereiro de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 233/2022

Publicação Nº 3650818

PORTARIA Nº 233/2022
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio em pecúnia para o (a) servidor (a) ANDERSON ANDRÉ CORREA, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, referente ao período aquisitivo 2015/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 21 de fevereiro de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 234/2022

Publicação Nº 3650819

PORTARIA Nº 234/2022
EXONERA SERVIDOR

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a pedido o (a) servidor (a) CRISTINA VOIGT, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, na data de 17/02/2022, com efeitos retroativos a data 17/02/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 22 de fevereiro de 2022.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 239/2022

Publicação Nº 3650825

PORTARIA Nº 239/2022
CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de férias para o (a) servidor (a) NATALIA WERNER CZIECELSKI, ocupante do cargo de GERÊNCIA DE APOIO OPERACIONAL, a partir do dia 01/03/2022 á 30/03/2022, referente ao período aquisitivo 2021/2022, com retorno dia 31/03/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 24 de fevereiro de 2022.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 240/2022

Publicação N° 3650826

PORTARIA N° 240/2022
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar n° 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio em gozo para o (a) servidor (a) GIOVANA TEREZINHA SANDRI, ocupante do cargo de PROFESSORA, do dia 01/03/2022 á 30/03/2022, referente ao período aquisitivo 2011/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 24 de fevereiro de 2022.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA N° 241/2022

Publicação N° 3650827

PORTARIA N° 241/2022
EXONERA SERVIDOR

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a pedido o (a) servidor (a) JULIO CESAR WOLF, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS, na data de 02/03/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 24 de fevereiro de 2022.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022**

Publicação N° 3650909

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA DA CÂMARA DE VEREADORES DE LONTRAS EM 21/02/2022. Presidente, Geferson Roberto do Aragão. Ata: aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, reuniram-se na Câmara Municipal de Lontras, situada na Travessa Francisco A. Carvalho N° 85, sob a presidência do vereador Geferson Roberto do Aragão, para a terceira reunião ordinária. O Presidente solicitou aos vereadores o registro da presença no sistema. Após verificação e havendo quórum regimental invocou a proteção de Deus, declarou aberta a reunião ordinária. Ato contínuo solicitou ao Segundo Secretário a leitura da ata da reunião ordinária anterior, que foi discutida e aprovada pela unanimidade dos vereadores. Solicitou ao Primeiro Secretário a leitura do Expediente e da Ordem do Dia: **GRANDE EXPEDIENTE - Correspondências:** Ofício N.º 11/2022-CVL, do vereador Daniel Tiago Martins; Ofício N.º 85/2022/SIE/CRVAL, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade - DEINFRA e convite do suplente de vereador Lindair Cachoeira para evento na Sociedade de Atiradores Concórdia. Leitura: **Projeto de Lei N.º 10/2022, AUTORIZA A DOAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O GRUPO DE ESCOTEIROS GUARDIÕES DA MONTANHA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, de autoria do Executivo Municipal. O projeto lido será encaminhado às comissões permanentes para análise e votação em primeiro turno. No Momento dos Líderes usou a palavra o vereador Valdemar Ignackzuk - Rabuja. **ORDEM DO DIA: Projeto de Decreto Legislativo N.º 1/2022, APROVA AS CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL**, que foi discutido e votado, sendo aprovado em segundo turno por todos os vereadores. O referido projeto foi submetido à Comissão de Finanças e Orçamento e demais comissões permanentes, sendo aprovado em primeiro turno. Explicações Pessoais: Usaram a palavra os vereadores Fabiano Júnior Gielow, Valdemar Ignackzuk - Rabuja e Geferson Roberto do Aragão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a presente reunião ordinária e convocou todos os vereadores para a próxima reunião ordinária a ser realizada no dia 28 de fevereiro de 2022. Solicitou que redigisse a ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.

Lontras (SC), 21 de fevereiro de 2022.

Luiz Alves**PREFEITURA****DECRETO N.º 44/2022**

Publicação Nº 3651101

DECRETO N.º 44/2022

Decreta Luto Oficial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pelo artigo 167, inciso VI da Constituição Federal, pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o falecimento do ex-vereador, Sr. Valdir Paulo, na data de 01 de março de 2022, o qual enluta a comunidade;

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados ao Município de Luiz Alves por meio de sua dedicação e esforços enquanto Vereador, no período de 1993 a 1996, e no decorrer de toda sua vida;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade luizalvensense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um ente de conduta exemplar;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial no Município de Luiz Alves, pelo período de 03 (três) dias, a partir do dia 01 de março de 2022, em sinal de pesar pelo falecimento do ex-vereador, Sr. Valdir Paulo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 01 de março de 2022.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, e no site da Prefeitura de Luiz Alves - luizalves.atende.net

Amáble Erbs Schoeping

Procuradora-Geral do Município

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2022 - PREFEITURA

Publicação Nº 3650855

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 16/2022

TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2022

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DO MIRANTE DAS ÁGUAS SOBRE O RIO LUIZ ALVES, CONFORME PROCESSO SGP-E SCC 00018554/2021 E PORTARIA ESTADUAL Nº 535/SEF.

Tipo: Menor Valor Global.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, e demais alterações posteriores.

Entrega da Documentação e Proposta: Até as 08h45min horas do dia 18/03/2022.

Abertura: às 09h00min horas do dia 18/03/2022, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Retirada do Edital: In loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas ou no site <https://luizalves.atende.net/cidadao>.

Informações: preferencialmente pelos e-mails licitacao@luizalves.sc.gov.br e/ou licitacaopmla@gmail.com.

Luiz Alves, 01º de março de 2022.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022 - FME

Publicação Nº 3651345

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 08/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 88E5A622CD2E7E350C62CAE26C42E75523E3DEEF

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CONFORME RESOLUÇÃO FNDE N° 38, DE 16 DE JULHO DE 2009, O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, E DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA.

Tipo: Menor Valor por Item.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, e demais alterações posteriores.

Entrega da Documentação e Proposta: Até as 16h00min horas do dia 14/03/2022.

Abertura: às 10h00min horas do dia 15/03/2022, no sistema de pregão eletrônico BNC (Banco Nacional de Preços), através do site www.bnc.org.br.

Retirada do Edital: In loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas ou no site <https://luizalves.atende.net/cidadao>.

Informações: preferencialmente pelos e-mails licitacao@luizalves.sc.gov.br e/ou licitacaopmla@gmail.com.

Luiz Alves, 01º de março de 2022.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 130/2022

Publicação N° 3651015

PORTARIA N.º 130/2022

Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Sr. VALDENI SOTEL, Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, no período de 16 de março a 14 de abril de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 01 de março de 2022.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, e no site da Prefeitura de Luiz Alves - luizalves.atende.net

Amábile Erbs Schoeping
Procuradora-Geral do Município

PORTARIA N.º 131/2022

Publicação N° 3651016

PORTARIA N.º 131/2022

Amplia carga horária de servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Memorando n.º 58/2022 da Secretaria Municipal de Educação, que solicita à ampliação de carga horária da servidora abaixo elencada.

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária da servidora contratada em caráter temporário, Sr.ª PATRICIA SCHNEIDER, Professora de Dança, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, de 20 horas semanais para 30 horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir na data de 01 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 01 de março de 2022.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 132/2022

Publicação N° 3651017

PORTARIA N.º 132/2022

Exonera servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora efetiva Sr.ª IVANIR MULLER, a pedido desta, do cargo de Professora de Anos Iniciais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 30 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 01 de Março de 2022.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, e no site da Prefeitura de Luiz Alves - luizalves.atende.net

Amábile Erbs Schoeping

Procuradora-Geral do Município

PORTARIA N.º 133/2022

Publicação N° 3651018

PORTARIA N.º 133/2022

Contrata servidores em caráter temporário para atender necessidade de excepcional interesse público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final da Chamada Pública SEMED n.º 01/2022;

CONSIDERANDO a necessidade de excepcional interesse público decorrente da demanda do ensino público municipal de forma a cumprir satisfatoriamente o que rege as legislações, no intuito de atender o princípio de acesso à educação com responsabilidade e compromisso.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário, os servidores abaixo elencados, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua aprovação na Chamada Pública SEMED n.º 01/2022, até a data de 16 de dezembro de 2022, sendo prorrogável nos termos da Lei n.º 1.025/2002:

I – ANA FLAVIA MENDES DOS REIS, Zeladora, 40 horas semanais;

II – ANDERSON MACHADO DE MENEZES, Professor de Educação Física, 20 horas semanais;

III – CHANARA BEATRISDA COSTA DIMON, Atendente de Educação Infantil, 30 horas semanais;

IV – DEBORA DE PAULA FARIAS, Atendente de Educação Infantil, 30 horas semanais;

V – DERLI DE FATIMA LEAL DE LIMA, Cozinheira, 40 horas semanais;

VI – ERICA APARECIDA SOUZA DA SILVA, Atendente de Educação Infantil, 30 horas semanais;

VII – FABRICIA REGINA MACHADO, Atendente de Educação Infantil, 30 horas semanais;

VIII – FERNANDA CRISTINA PALUACZESKI, Professora de Artes, 20 horas semanais;

IX – FLAVIA PRISCILA ALVES MEURER, Atendente de Educação Infantil, 30 horas semanais;

X – JHENIFER GABRIELI FERREIRA, Atendente de Educação Infantil, 30 horas semanais;

XI – LAIS MURIEL MARCELINO BORGES, Professora de Artes, 10 horas semanais;

XII – MILENA REGINA MACHADO, Atendente de Educação Infantil, 30 horas semanais;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 01 de março de 2022.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 134/2022

Publicação N° 3651019

PORTARIA N.º 134/2022

Contrata servidor em caráter temporário para atender necessidade de excepcional interesse público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária

de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo n.º 03/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de excepcional interesse público decorrente da demanda do ensino público municipal de forma a cumprir satisfatoriamente o que rege as legislações, no intuito de atender o princípio de acesso à educação com responsabilidade e compromisso.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª ADRIANA RODRIGUES DOS SANTOS, para desempenhar a função de Atendente de Educação Infantil, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 horas semanais, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo n.º 03/2021, com término na data de 16 de dezembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 01 de março de 2022.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, e no site da Prefeitura de Luiz Alves - luizalves.atende.net

Amáble Erbs Schoeping

Procuradora-Geral do Município

PORTARIA N.º 135/2022

Publicação Nº 3651115

PORTARIA N.º 135/2022

Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.ª FERNANDA LUCIANI, Assessora de Compras, vinculada à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, no período de 08 de março a 12 de março de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 01 de março de 2022.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, e no site da Prefeitura de Luiz Alves - luizalves.atende.net

Amáble Erbs Schoeping

Procuradora-Geral do Município

PORTARIA N.º 137/2022

Publicação Nº 3651139

PORTARIA N.º 137/2022

Contrata servidora em caráter temporário para atender necessidade de excepcional interesse público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final da Chamada Pública SEMED n.º 01/2022;

CONSIDERANDO a necessidade de excepcional interesse público decorrente da demanda do ensino público municipal de forma a cumprir satisfatoriamente o que rege as legislações, no intuito de atender o princípio de acesso à educação com responsabilidade e compromisso.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª LETICIA MAGALI ERBS, para desempenhar a função de Professora de Educação Física, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, em razão de sua aprovação na Chamada Pública SEMED n.º 01/2022, com término na data de 16 de dezembro de 2022, sendo prorrogável nos termos da Lei n.º 1.025/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 01 de março de 2022.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, e no site da Prefeitura de Luiz Alves - luizalves.atende.net

Amábile Erbs Schoeping
Procuradora-Geral do Município

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL EDITAL N° 022/2022

Publicação N° 3652011

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C87AE5AA6ABEBEE54B64577262A873FB410A947F

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2022

OBJETIVO: Aquisição parcelada de alimentos para os animais do Parque Ecológico Municipal Prefeito Thomaz Pedro da Rocha do Município de Maracajá/SC. Conforme quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até 15 de março de 2022 às 15h15min.

DATA DE ABERTURA: dia 15 de março de 2022 às 15h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 01 de março de 2022.

ANIBAL BRAMBILA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL EDITAL N° 023/2022

Publicação N° 3652027

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 291031ADAA1DFC04CA13E0ABB7FA99A5CFFC63DF

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2022

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para futura (s) aquisição (es) parcelada (s) de material (is) esportivos para os alunos da Rede Municipal de Ensino (Escolas e C.E.I.), Departamento de Esportes e Departamento Municipal de Assistência Social do Município de Maracajá/SC. Conforme quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até 17 de março de 2022 às 13h15min.

DATA DE ABERTURA: dia 17 de março de 2022 às 13h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 01 de março de 2022.

ANIBAL BRAMBILA
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2022

Publicação Nº 3652012

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C87AE5AA6ABEBEE54B64577262A873FB410A947F

**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**
ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

<http://www.maracaja.sc.gov.br>**MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL**
REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA OS ANIMAIS DO PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL PREFEITO THOMAZ PEDRO DA ROCHA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC. CONFORME QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N° 022/2022
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2022

O **MUNICÍPIO MARACAJÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, torna público, para conhecimento dos interessados que se encontra aberto o **PROCESSO LICITATÓRIO N° 022/2022** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n° 022/2022**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto está abaixo definido, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, regulamentada em âmbito municipal pelo do **Decreto Municipal nº 236/2021**, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas respectivas alterações posteriores, assim como as demais legislações pertinentes e as cláusulas, especificações e recomendações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1** Aquisição parcelada de alimentos para os animais do Parque Ecológico Municipal Prefeito Thomaz Pedro da Rocha do Município de Maracajá/SC. Conforme quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.1.1 A licitação será por item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

- 2.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

DATA DA ABERTURA: 15/03/2022.

HORA: 15h30min

LOCAL: Na sede do Centro Administrativo Municipal, sito Avenida Getúlio Vargas, nº 530, centro, Maracajá/SC.

- 2.2.** Os envelopes contendo “Proposta de Preços”, “Documentos de habilitação” e “Declarações” se for o caso, deverão ser protocolados até as 15h15min do dia 15/03/2022, na Sala de Licitações da Prefeitura do Município de MARACAJÁ/SC, sob pena de preclusão ao direito de participar no presente certame.

- 2.3.** A sessão de pregão poderá ser suspensa, caso o Pregoeiro constate tal necessidade, sendo os geográfica a que pertence o próprio participantes credenciados, comunicados da data e horário da reabertura da sessão.

- 2.4.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente no mesmo local e horário supramencionado, independentemente de nova comunicação.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos e, que atenderem as condições de participação e demais exigências constantes neste Edital e seus Anexos.

- 3.2.** O presente edital concede tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, aplicando-se os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações posteriores.

3.2.1. Aplica-se a este Edital o disposto no art. 48, § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

posteriores, regulamentado art. 6, do Decreto Municipal nº 127/2018, sendo, portanto, concedido à prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, sediadas em âmbito LOCAL ou REGIONAL, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

- 3.2.2. Justifica-se a adoção da prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, sediadas em âmbito local ou regional nos termos do fixado no Decreto Municipal nº 127/2018, a implementação da política pública de promoção ao desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, visando:

- 3.2.2.1. Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- 3.2.2.2. Ampliar a eficiência das políticas públicas;
- 3.2.2.3. O incentivo à inovação tecnológica; e
- 3.2.2.4. O fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais.

- 3.2.3. Para efeitos deste Edital de Pregão Presencial, na questão da regionalidade será aplicado os critérios sequenciais, a seguir dispostos:

- 3.2.3.1. Âmbito local - limites geográficos do Município de MARACAJÁ/SC;
- 3.2.3.2. Âmbito regional – uma das alternativas a seguir:

Limites geográficos da microrregião Município, definida pelo IBGE para Santa Catarina (Municípios do Extremo Sul Catarinense - AMESC);

- 3.2.3.3. Limites geográficos da mesorregião geográfica a que pertence o próprio Município, definida pelo IBGE para Santa Catarina.

- 3.3. Não se aplica o disposto no **item 3.2** e subitens, quando:

- 3.3.1. Não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte ou equiparadas sediadas local ou regional e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- 3.3.2. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;
- 3.3.2.1. Para o disposto no **item 3.3.2**, considera-se não vantajosa a contratação quando:
- 3.3.2.2. Resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou
- 3.3.2.3. A natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.
- 3.3.3. O tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos nos subitens do **item 3.2.2**.

- 3.4. Apresentar os documentos de habilitação e da proposta, em envelopes distintos que passamos a chamar de **ENVELOPE Nº 01**, ou envelope da **“PROPOSTA DE PREÇOS”** e o **ENVELOPE Nº 02**, ou envelope da **“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”**, no local, data e horário indicados neste Edital.

- 3.5. Para fins de obtenção dos benefícios dispensados pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, **as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas**, deverão apresentar no ato do credenciamento ou no envelope de nº 03 **“DECLARAÇÃO(ÕES)”**, caso não se faça representar na sessão pública, **Certidão Simplificada da Junta Comercial** ou comprovação do enquadramento emitida pela Secretaria da Receita Federal, juntamente com declaração de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, e que não se enquadram nas exceções do § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores (**Anexo III**).

- 3.5.1. O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



3.5.1.1. A sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores às ME/EPP.

3.5.1.2. O empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, às ME/EPP.

3.6. Nos itens cujo **valor for igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** na forma do **art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores** a participação é **exclusiva as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas**, salvo se não houver no mínimo três fornecedores competitivos, enquadrados como tal.

3.7. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.7.1. Que não se enquadrem nas condições de participação do presente instrumento convocatório;

3.7.2. Em regime de falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de recuperação extrajudicial;

3.7.3. Em dissolução ou em liquidação;

3.7.4. Em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.7.5. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93;

3.7.6. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02;

3.7.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

3.7.8. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.7.9. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.10. Quaisquer interessados que se enquadre nas vedações previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

3.8. A participação nesta Licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.9. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará na inabilitação do licitante.

4. **DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

4.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de MARACAJÁ, através do setor responsável do Diretor do Meio Ambiente e Turismo, a qual será responsável pela regulamentação e desta aquisição e executora do Pregão Presencial para o Registro de Preços.

5. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade desta administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as

www.diariomunicipal.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 005, de 2017.

- 5.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.
 - 5.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
 - 5.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quintuplo dos quantitativos de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
 - 5.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
 - 5.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
 - 5.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.
- 6. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME**
- 6.1. Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame, com poderes gerais de representação, deverão se apresentar para credenciamento junto ao(a) Pregoeiro(a), devidamente munidos de documentos que os habilitem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso.
 - 6.1.1. Em razão da PANDEMIA decorrente do COVID-19, os representantes devem necessariamente estarem equipados com máscara facial, sob pena de não poderem ter acesso a sala de licitações;
 - 6.1.2. Os representantes que, eventualmente, tiverem a manifestação de quaisquer dos sintomas do COVID-19 se furtem de se fazerem presentes na sessão pública e substabeleçam seus poderes a outra pessoa ou, caso já estejam comunicarem ao senhor pregoeiro para que sejam tomadas as medidas de saúde pública pertinentes.
 - 6.2. Cada licitante credenciará apenas um representante, não sendo admitida em razão da COVID-19, a presença mais de uma pessoa por empresa na sala de licitações, sendo o credenciado o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
 - 6.3. Para comprovar a condição de representante da licitante, o credenciado deverá apresentar:
 - 6.3.1. Se representada pelo **DIRIGENTE/PROPRIETÁRIO/SÓCIO**;
 - 6.3.1.1. Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Atualizado);
 - 6.3.1.2. Cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante e em caso de dirigente eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição (comprovando que tem poderes para tomar e assinar decisões pela empresa);
 - 6.3.1.3. Documento de identidade de fé pública.
 - 6.3.2. Se representada por **PROCURADOR**;
 - 6.3.2.1. Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Atualizado);
 - 6.3.2.2. Cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante e em caso de

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

dirigente eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição (comprovando que tem poderes para tomar e assinar decisões pela empresa);

6.3.2.3. Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar a empresa na licitação em todas as suas fases e todos os demais atos, em nome da licitante;

6.3.2.4. Documento de identidade de fê pública.

6.4. O credenciamento deverá ser entregue e comprovado ao Pregoeiro na sessão de abertura, por meio de documentos, separadamente dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documento de Habilitação”.

6.5. Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pelo Pregoeiro, à vista do original.

6.6. A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve, sem prejuízo da proposta apresentada por escrito.

6.7. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado, desde que previamente autorizado pelo Pregoeiro, cuja negativa deverá ser devidamente fundamentada.

6.8. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

6.9. A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido e, permanecendo tão-somente no certame a sua proposta escrita.

6.10. A fase de credenciamento será encerrada, pelo pregoeiro, quando do início da abertura dos envelopes de propostas.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE 01) E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 02) E DECLARAÇÕES (ENVELOPE 03)

7.1. Os envelopes de **PROPOSTA DE PREÇO**, **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e **DECLARAÇÕES** (se for o caso), deverão estar devidamente lacrados e rubricados e seu fecho, identificados em sua parte externa os seguintes dizeres:

AO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2022
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ:
FONE / FAX:
E-MAIL:

AO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2022
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / FAX:
E-MAIL:

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

AO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ENVELOPE 03 – DECLARAÇÕES MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2022
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / FAX:
E-MAIL:

- 7.2. Não serão aceitas propostas de preços, documentos de habilitação e declarações remetidos via fac-símile (fax), e-mail ou via postal (correios).
- 7.3. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.
8. DA ABERTURA DA SESSÃO
- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicado no item próprio deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:
- 8.1.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, separadamente dos envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação, conforme formulário modelo constante no **Anexo II** do presente edital;
- 8.1.1.1. A não entrega da declaração de que trata o **item 8.1.1** deste edital ou a entrega da declaração com conteúdo diverso do apresentado no formulário modelo constante no **Anexo II**, obstará o acesso ao certame, impossibilitando a abertura dos envelopes.
- 8.1.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
- 8.1.2. Declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, quando for o caso, dar-se-á conforme formulário modelo constante no **Anexo III** do presente edital, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores e alterações posteriores;
- 8.1.2.1. Para o devido enquadramento como microempresa, ou empresa de pequeno ou equiparado, para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, o pregoeiro analisará o disposto neste instrumento convocatório e legislação pertinente, em especial:
- O enquadramento do licitante interessado dentro dos limites dispostos no artigo 3º, em especial as vedações fixadas no § 4º, todos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores;
- Deixar de entregar declaração de que trata o **item 8.1.2** deste edital ou entregar a declaração com conteúdo diverso do apresentado no formulário modelo constante no **Anexo III**; e
- Deixar cumprir de cumprir o disposto no art. 4, parágrafo 1º do Decreto Municipal nº 127/2018.
- 8.1.2.2. A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e legislação pertinente.
- 8.2. Caso a licitante não enviar representante, à entrega da(s) declaração(ões) constante(s) do(s) item(ns) **8.1.1** e **8.1.2**, se dará pela entrega do envelope nº **03 – DECLARAÇÃO(ÕES)**.
- 8.2.1. Ficará dispensado de entregar a declaração de que trata o **item 8.1.2** a empresa que não se enquadra microempresa, ou empresa de pequeno porte ou equiparada.
- 8.3. Aberta a sessão, conferidas as declarações de que tratam o(s) item(ns) **8.1.1** e **8.1.2**, efetuado o credenciamento dos representantes das licitantes, na presença do(s) licitante(s), ou seu(s) representante(s), o Pregoeiro examinará os envelopes de "**PROPOSTA DE PREÇOS**", "**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**" e

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

"DECLARAÇÕES", que serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos proponentes ou seus representantes, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

8.3.1. Como condição prévia ao exame da proposta de preço do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.3.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>);

8.3.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça
(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.3.1.3. Cadastro de Sistema Inabilitados e Inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU
(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>).

8.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope nº 01

9.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do **Anexo I – Termo de Referência**, deste edital, devendo obrigatoriamente, serem datilografadas ou impressas por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, em uma via, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço completo, telefone, e endereço eletrônico (e-mail), se houver, sem cotações alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, com numeração e rubrica em suas folhas, devendo a última folha conter a data e assinatura, devidamente identificada, por quem tenha poderes para essa finalidade, contendo:

9.1.1. A especificação de cada item, sempre observadas às especificações constantes do Anexo I do presente edital, devendo conter ainda os preços unitários de cada item em Real (R\$), em algarismos e o valor total por item na proposta, em Real (R\$), em algarismos e por extenso;

9.1.2. O **prazo de validade** da proposta não inferior a 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão;

9.1.2.1. Nome do titular ou do representante legalmente constituído com a respectiva assinatura, nº CPF, nº do RG, função e/ou cargo, tudo de modo legível;

9.1.2.2. Local e data;

9.1.2.3. Dados bancários, da empresa proponente:

9.1.2.3.1. Nome e número do banco;

9.1.2.3.2. Número da agência bancária;

9.1.2.3.3. Número da conta corrente.

9.1.3. Especificações do objeto cotado, com marca/modelo e/ou fabricante dos produtos;

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 9.1.4. Apresentar anexo a proposta impressa, CD ou PENDRIVE, extraído do Sistema Betha Compras (AUTOCOTAÇÃO EDITAL Nº 022/2022) em anexo ao site da Prefeitura de Maracajá/SC.
- 9.2. Ocorrendo discrepância entre os valores unitários e os respectivos totais, prevalecerá valor unitário, para efeito de cálculo do valor total.
- 9.3. Nos preços propostos devem estar inclusos todos os custos relacionados para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta, não sendo aceito proposta com valores acima do valor máximo estipulado pela administração municipal conforme previsto neste edital e seus anexos.
- 9.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da(s) licitante(s), não lhe(s) assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.5. Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.
- 9.6. Na hipótese prevista no subitem 9.5, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade por intermédio de procuração com poderes específicos inerentes ao presente pregão, à falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.
- 9.7. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.
- 9.8. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.
- 9.9. É facultado a indicação, na proposta, do banco, agência e número da conta corrente, para efeito de pagamento, podendo ser apresentados até a data de assinatura do termo de contrato ou aceite ou instrumento equivalente.
- 9.10. O sistema Auto Cotação, versão 2.0.26 ou acima, é necessário para a realização da proposta na forma eletrônica do processo de licitação, o mesmo está disponível para download no endereço: <http://download.betha.com.br/versoesdisp.jsp?s=33>
- 9.11. .
- 10. DA CLASSIFICAÇÃO, DOS LANCES E DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**
- 10.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 10.2. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério estipulado no preâmbulo deste edital, observados os prazos máximos para o fornecimento do bem, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
- 10.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.
- 10.4. O Pregoeiro, fazendo uso do sistema informatizado, classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.
- 10.4.1. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 10.5. Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o “menor preço por item”.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 11.1.** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério estipulado no preâmbulo deste edital, observados os prazos máximos para o fornecimento do bem, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
- 11.2.** Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
- 11.2.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 11.3.** O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- 11.4.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 11.5.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.
- 11.5.1.** Para efeitos da aplicação da regra disposta no item anterior, entende-se como encerramento da FASE DE LANCES o momento em que restar apenas uma licitante competindo, não podendo, sob pena de restar afrontada a regra de preferência as ME/EPP/EQUIPARADA serem ofertados mais lances, posto que, a disputa de lances é clara, uma vez que essa disputa só existe quando houver mais de um participante.
- 11.6.** Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa, ou empresa de pequeno porte ou equiparada sediadas em âmbito local ou regional, o Sr. Pregoeiro através do sistema informatizado aplicará, respeitado os critérios constantes neste edital e legislação pertinente, a prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento).
- 11.6.1.** Para efeitos da aplicação da regra disposta no item anterior, entende-se como encerramento da FASE DE LANCES o momento em que restar apenas uma licitante competindo, não podendo, sob pena de restar afrontada a regra de preferência as ME/EPP/EQUIPARADA serem ofertados mais lances, posto que, a disputa de lances é clara, uma vez que essa disputa só existe quando houver mais de um participante.
- 11.7.** Encerrada a etapa de lances, na hipótese de não participação de licitante microempresa, ou empresa de pequeno porte ou equiparada sediadas em âmbito local ou regional dentro dos critérios constantes neste edital e legislação pertinente, será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 e alterações posteriores.
- 11.7.1.** O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e EQUIPARADA participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/EQUIPARADA.
- 11.7.1.1.** Para efeitos da aplicação da regra disposta no item anterior, entende-se como encerramento da FASE DE LANCES o momento em que restar apenas uma licitante competindo, não podendo, sob pena, de restar afrontada a regra de preferência as ME/EPP/EQUIPARADA, posto que, a disputa de lances é clara, uma vez que essa disputa só existe quando houver mais de um participante;
- 11.7.2.** As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/EQUIPARADA melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.
- 11.7.3.** Caso a ME/EPP/EQUIPARADA melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido,

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/EQUIPARADA participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

- 11.7.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/EQUIPARADA empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.
- 11.7.5. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/EQUIPARADA assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/EQUIPARADA, ou ainda não existindo ME/EPP/EQUIPARADA participante, prevalecerá a classificação inicial.
- 11.7.6. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.
- 11.8. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
 - 11.8.1. Produzidos no País;
 - 11.8.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
 - 11.8.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 11.9. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.
- 11.10. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital. Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o "menor preço por item".

12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 12.1. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará de julgamento da proposta.
- 12.2. Como condição prévia ao julgamento da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento favorecido e diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, o Pregoeiro poderá consultar prover diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.
 - 12.2.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores.
 - 12.2.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, com a consequente recusa da aplicação do *item 11.6 do edital, lance de desempate ou qualquer outro item exclusivo*, sem prejuízo das penalidades incidentes;
- 12.3. Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

- 12.4. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.5. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, dentro de 02 (dois) dias úteis contados da solicitação, junto ao Setor de Licitações e Contratos desta municipalidade, localizado no endereço constante no preâmbulo deste edital, no horário de funcionamento desta repartição pública, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.5.1. No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 12.5.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.
- 12.5.3. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 12.5.4. Será considerada aprovada a amostra que atender aos seguintes critérios:
- 12.5.4.1. Que atenda a todas as nas especificações constantes do Anexo I deste Edital.
- 12.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 12.7. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 12.7.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 12.8. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 12.9. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.
13. **DA HABILITAÇÃO – Envelope nº. 02**
- 13.1. Encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, o pregoeiro procederá a análise dos requisitos de habilitação do(s) licitante(s), que apresentou(aram) a menor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital.
- 13.2. Para efeitos de habilitação no presente certame o(s) licitante(s), deverão apresentar a documentação a seguir descrita, em original, fotocópia autenticada por Tabelião, por servidor designado pela Administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis), todos da sede (matriz) da proponente, em única via:
- 13.2.1. Declaração Unificada conforme modelo. (ANEXO IV).
- 13.2.2. Para fins da obtenção do tratamento diferenciado as microempresas e empresas de pequeno porte, apresentar **Certidão Simplificada da Junta Comercial** ou comprovação do enquadramento emitida pela Secretaria da Receita Federal e declaração de Enquadramento com o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadra em nenhuma das possibilidades previstas no art. 3º, § 4º.
- 13.2.3. **Relativos à habilitação jurídica:**

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 13.2.3.1. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 13.2.3.1.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 13.2.3.2. **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 13.2.3.3. **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.2.3.3.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 13.2.3.4. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 13.2.3.4.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 13.2.3.5. **No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte:** certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;
- 13.2.3.6. **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 13.2.3.6.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 13.2.3.7. **No caso de Sociedade estrangeira:** decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.
- 13.2.4. **Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**
- 13.2.4.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ** (Atualizado);
- 13.2.4.2. Prova de regularidade perante a **Seguridade Social – INSS, Fazenda Federal e Dívida Ativa da União**, mediante certidão emitida expedida pela **RFB – Receita Federal do Brasil** do Estado onde for sediada a empresa;
- 13.2.4.3. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei;
- 13.2.4.4. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa;
- 13.2.4.5. Prova de regularidade relativa ao **FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 13.2.4.6. Comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).
- 13.2.5. **Relativos à qualificação técnica:**

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

13.2.5.1. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa tenha fornecido materiais pertinentes e compatíveis com o objeto deste certame. O atestado deverá conter a identificação do signatário em papel timbrado do declarante e **com firma reconhecida, no caso de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado**, ficando reservado à Comissão Permanente de Licitação o direito de solicitar cópias dos contratos ou nota fiscal a que se referem tais documento;

13.2.5.1.1. Não serão aceitos atestados emitidos por empresa do mesmo grupo empresarial da licitante.

13.2.5.1.2. Em caso de dúvidas sobre a veracidade das informações apresentadas no documento supra o Sr. Pregoeiro, poderá promover diligências com o fito de esclarecer ou a complementar a instrução do processo, na forma do § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2.6. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

13.2.6.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, passada pelo Distribuidor Judicial da sede da proponente.

13.2.6.1.1. Em se tratando de Certidão Negativa de Falência ou Concordata passada pelo poder judiciário do Estado de Santa Catarina, através do sistema ESAJ, a mesma deverá vir acompanhada de documento de igual teor emitido pelo sistema EPROC no link: <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>.

13.2.6.1.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

13.3. Os documentos exigidos no presente certame deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a abertura da sessão. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

13.4. Somente serão aceitos documentos originais, cópias autenticadas ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro.

13.5. Somente será(ão) autenticado(s) documento(s) mediante a apresentação de seu(s) original(is).

13.6. Será(ão) aceito(s) comprovante(s) de regularidade fiscal obtido(s) na rede Internet, condicionado que o(s) mesmo(s) tenha(m) sua autenticidade confirmada na fase de habilitação.

13.7. Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere o **item 13** e subitens deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

13.7.1. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz;

13.7.2. Se a licitante for a filial, os documentos deverão estar em nome da filial, salvo situação expressa no documento: válidos para matriz e filiais.

13.8. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, entretanto, ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida no edital, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

13.8.2. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.9. Caso a licitante já tenha apresentado algum dos documentos exigidos, em conformidade, no ato do credenciamento, não se faz necessário a sua apresentação no envelope “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

14. DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;

14.2. Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

14.3. Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sujeitando a empresa inabilitada às penalidades previstas.

14.4. O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.4.1. Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, conforme o item **10.4** deste Edital será(ão) devolvido(s) imediatamente à interessada.

15. DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

15.1. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo as informações da realização da sessão pública.

15.2. A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo pregoeiro e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s) ou pelos demais não credenciados que o desejarem.

16. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

16.1. As atribuições do/a pregoeiro/a são aquelas fixadas na legislação vigente.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Decorrido o prazo legal sem a interposição de recursos, ou apreciados e decididos os que eventualmente forem formulados, o relatório de julgamento será encaminhado à apreciação da autoridade competente para proceder à homologação o procedimento licitatório, podendo a autoridade competente converter o julgamento em diligência, para que a Comissão supra omissões ou esclareça aspectos do resultado apresentado.

17.3. Mediante despacho fundamentado, poderá a autoridade competente:

17.3.1. Revogar a licitação, para atender razões de interesse público ou conveniência administrativa, decorrente de fato superveniente, devendo anulá-la se verificar irregularidade insanável ou ilegalidade em seu processamento, assegurados o contraditório e ampla defesa;

17.3.2. Cancelar a adjudicação, se tiver conhecimento de fato, anterior ou posterior à abertura da licitação, que demonstre má-fé, ou comprometa a capacidade ou idoneidade administrativa, técnica ou financeira do licitante declarado vencedor, disso não resultando para o mesmo, direito a qualquer ressarcimento ou

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

indenização, ressalvado o direito a ampla defesa.

- 17.4. Em qualquer das hipóteses dos subitens anteriores, serão assegurados o contraditório e ampla defesa;
- 17.5. Adjudicado e homologado o objeto ao licitante vendedor, e, depois de transcorrido todos os prazos recursais.
- 17.6. O despacho de homologação e a decisão a que se refere o subitem 17.1 serão publicados na imprensa oficial do Município ou afixados no mural público desta municipalidade.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 18.1. Homologado o resultado da licitação, será formalizada ata de registro de preços, que obedecerá integralmente os termos do **Anexo V**, tendo o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 18.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.
 - 18.2.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
 - 18.2.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todo item constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 18.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.
- 18.4. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 19.1. Dentro da validade e assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o **Termo de Contrato (Anexo VI)** ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), que terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados da data da convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente.
- 19.2. O prazo de vigência do contrato tem início na sua assinatura e término em 12(doze) meses, dependendo do exercício financeiro no qual vir a ser assinado, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, da Lei Federal 8.666/93.
- 19.3. Previamente à contratação, será realizada consultas, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.
- 19.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 19.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.
 - 19.5.1. Na hipótese de quaisquer irregularidades no cadastro municipal, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

previstas no edital e anexos.

19.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

20. DO PREÇO

20.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

20.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 005, de 27 de janeiro de 2017.

21. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da entrega e recebimento definitivo do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

23.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

23.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

23.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada as devidas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

23.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

23.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

23.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

23.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

23.10. Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

23.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

23.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

24. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

24.1.3. Apresentar documentação falsa;

24.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.6. Não mantiver a proposta;

24.1.7. Cometer fraude fiscal;

24.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

24.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 24.1 e subitens ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

24.3.1. Advertência.

24.3.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipal, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:

24.3.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, conforme prazos e condições previstas neste Edital e anexos;

24.3.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 24.3.2.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência;

24.3.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

24.3.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada.

24.3.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

24.3.4. Declaração de inidoneidade.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 24.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 24.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.
- 24.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 24.7. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 25.1. Qualquer empresa ou cidadão poderá, desde que, respeitados os prazos fixados nos §§ 1º e 2º do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93, solicitar esclarecimentos ou impugnar o edital do pregão, devendo a Administração julgar e responder o(s) pedido(s) de esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões) em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei Federal nº 8.666/93.
- 25.2. A impugnação e a solicitação de esclarecimento feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 25.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, desde que, a decisão altere as condições de apresentação de propostas, e, ou passe a exigir documento de habilitação na exigido inicialmente.
- 25.4. Qualquer cidadão poderá, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos ou providências referentes ao presente edital do pregão.
- 25.5. São requisitos para o conhecimento das impugnações e pedidos de esclarecimentos:
- 25.5.1. Serem protocolizados dentro do prazo legal;
- 25.5.2. Serem subscritos por representante habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pela licitante;
- 25.5.3. Serem apresentados e via original;
- 25.5.4. Apresentar fundamentação plausível; e
- 25.5.5. Serem subscritos por pessoa física detentora de direitos civis, políticos e sociais, nos casos de pedidos de impugnações e esclarecimentos feitos por pessoa física.
- 25.6. Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos.
- 25.6.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 25.6.2. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
- 25.6.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 25.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente no protocolo desta municipalidade, no endereço indicado no Edital.
- 25.7.1. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 25.8. Não serão conhecidas as impugnações, os recursos apresentados e os pedidos de esclarecimentos fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.
- 25.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 25.10. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 25.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 25.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 25.13. As impugnações, recursos e contra razões deverão ser entregues no Protocolo Central do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC ou via e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.
- 25.13.1. Os documentos referentes aos recursos protocolados via e-mail deverão possuir autenticação eletrônica das assinaturas.
- 26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 26.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 26.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 26.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 26.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 26.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.8. O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.
- 26.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 26.10. Cópia do edital, informações e/ou quaisquer esclarecimentos acerca do Pregão Presencial poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal de Administração, Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de MARACAJÁ/SC, de Segunda a Sexta - feira das **08h00min às 12h00 e da 13h00 as 17h00**, em dias úteis, e-mail:

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

licitacao@maracaja.sc.gov.br ou através do fone (48) 3523-1111, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

- 26.11. Cópia deste Edital e seus Anexos poderá ser obtida pelos interessados, no Departamento de Compras e Licitações do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC, no endereço e horários mencionados no subitem anterior.
- 26.12. A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.
- 26.13. A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste edital e em seus anexos.
- 26.14. Fica eleito o foro da Comarca de ARARANGUA/SC, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste Edital.
- 26.15. Fazem parte integrante do presente edital os seguintes anexos:
- Anexo I – Termo de Referência;
 - Anexo II – Atendimento as condições de habilitação estabelecidas neste Edital;
 - Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento com o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadra em nenhuma das possibilidades previstas no art. 3º, § 4º;
 - Anexo IV – Declaração UNIFICADA;
 - Anexo V – Ata de Registro de preços Locais de entrega;
 - Anexo VI – Minuta contratual.

MARACAJÁ/SC, 01 de março de 2022.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS P/ COMPRAS

1. DO OBJETO

- 1.1.** Aquisição parcelada de alimentos para os animais do Parque Ecológico Municipal Prefeito Thomaz Pedro da Rocha do Município de Maracajá/SC. Conforme quantidades e exigências estabelecida tabela abaixo.

PLANILHA ORÇAMENTARIA					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID.	Quantidade	VALOR UNIT. PREVISTO	VALOR TOTAL
1	BANANA BRANCA Características técnicas: Deverá ser fresca, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, apresentar grau máximo de maturação tal que lhes permita suportar a manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para o consumo, estar livre de enfermidades, insetos e fungicidas, não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência, a polpa e o pedúnculo quando houver, deverão se apresentar intactos e firmes. Não serão permitidos manchas ou defeitos na casca que demonstre deterioração. Embalagem: O produto deve ser entregue em monoblocos vazados, e proteção contra lesão mecânica suficiente para não prejudicar a qualidade da fruta.	KG	31.500	R\$ 4,03	R\$ 126.945,00
2	CENOURA Características técnica: composição das raízes de 12 a 17 cm de comprimento e 2,5 cm de diâmetro. Devem apresentar as características de cultivar bem definidas, sãs, serem frescas, ter atingido o grau máximo no tamanho, não lenhosas, bem formadas, limpas, coloração uniforme, livre de danos mecânicos, não apresentar rachaduras, perfurações, cortes, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de maturação. Embalagem: O produto acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica, resistente, transparente.	KG	600	R\$ 6,00	R\$ 3.600,00
3	LARANJA PERA Características técnicas: Laranja Pera, grupo I, tipo especial. Devem apresentar características da variedade bem definida, estarem desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Embalados em embalagens plásticas transparentes atóxicas e resistentes ou sacolas tipo rede.	KG	150	R\$ 3,77	R\$ 565,50
4	MAÇA FUGI OU GALA Características técnicas: Devem apresentar características próprias do cultivar bem definidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. A variedade a ser entregue dependerá da safra. Embalagem: Embalados em embalagens plásticas transparentes atóxicas e resistentes.	KG	200	R\$ 6,25	R\$ 1.250,00
5	MAMÃO FORMOSA Características técnicas: Tamanho médio, pesando entre 1000 e 1500gr unidade. Devem apresentar características da variedade bem definida, estar fisiologicamente desenvolvido e maduro, bem formado, limpo, sadio, com coloração própria, livres de danos mecânicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Embalados em embalagens plásticas transparentes atóxicas e resistentes ou em embalagem que projeta contra danos.	KG	600	R\$ 7,22	R\$ 4.332,00
6	MELANCIA Características técnicas: Devem apresentar características próprias do cultivar bem definidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: Sem necessidade de embalagens.	KG	1000	R\$ 3,84	R\$ 3.840,00

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

7	REPOLHO Características técnicas: com tamanho médio, pesando entre 1.200 e 2.200 gramas a unidade. Ótima qualidade, sem defeitos, com folhas verdes sem traços de descoloração turgescente, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Deverão apresentar colorações e tamanhos uniformes e típicas da variedade. Não serão permitidos defeitos nas verduras que afetem a sua formação e a sua aparência, estar livre de enfermidades e insetos, sem folhas envelhecidas, não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a aparência. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica, resistente e transparentes.	UN.	1000	R\$ 4,39	R\$ 4.390,00
8	UVA RUBI OU NIÁGARA Características técnicas: deve ser doce e suculenta, firme e estar bempresa ao cacho, nova e de 1ª qualidade, não deve estar murcha ou despencando. Embalagem: O produto deverá estar acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica, resistente e transparentes.	KG	100	R\$ 8,78	R\$ 878,00
09	COUVE FOLHA Couve manteiga extra, fresca, limpa, com coloração verde escuro, separados em maços padronizados, isento de lesões de origem física, mecânica ou biológica, substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, insetos, parasitas e larvas.	UN.	500	R\$ 3,78	R\$ 1.890,00
10	TOMATE Características técnicas: redondo, maduro, classe média ou grande. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria livres de danos mecânicos, pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de umidade externa anormal. Embalagem: Embalados em sacos plásticos, resistentes, atóxicos.	KG	200	R\$ 4,38	R\$ 876,00
11	CARNE MOIDA Carne Bovina Moida tipo acém, proveniente de animais, sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho- vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa. Isento de: vestígios de descongelamento, excesso de gordura, cartilagem e aponervose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, transparente e resistente, a vácuo. Os pacotes deverão conter peso de 1kg. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	KG	100	R\$ 35,00	R\$3.500,00
12	FÍGADO DE GADO Cortados em iscas e sem pele. Aspecto próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa ou com excesso de exsudato, cor própria, sem manchas esverdeadas com indícios de fermentação pútrida. Cheiro e sabor: próprios da espécie, com ausência de parasitas e sujidades. O produto deverá estar resfriado e embalado com saco plástico atóxico, flexível, transparente, resistente ao transporte e armazenamento. Os pacotes deverão conter peso de 1 kg.	KG	30	R\$ 28,95	R\$868,50
13	COSTELA DE GADO COM OSSO Resfriada de até 5º graus, com osso, tipo costela. Pacotes variando de 01a 02 kg. Os pacotes deverão conter peso de 1 kg.	KG	24	R\$ 32,67	R\$ 784,08
14	Ração para bovino Concentrado completo pronto e ensacado, peletizado, de alto valor nutricional, recomendada para bovinos jovens ou adultos, em confinamento ou na suplementação a campo, inclusive desmame precoce e animais de pista. Ainda podendo ser utilizada para os sistemas de animais de pista, cria, recria e engorda. Níveis de garantia (por kg do produto): Umidade (%): 12,5; Matéria Mineral(%): 10; Proteína Bruta(%): 18; Extrato Etéreo(%): 3; Matéria Fibrosa(%): 12; Cálcio: 15g; Fósforo: 6g.	KG	2.000	R\$ 2,55	R\$ 5.100,00
15	Milho moído (picado) Grão de milho moído com no máximo 13,0% de umidade, 2% matéria estranha (impurezas) e 5% de grão ardidos e brotados, isento de pragas. Nível de garantia: no mínimo 9% proteína bruta; 85% de nutrientes digestíveis totais; 3,7% extrato etéreo; 0,023% de cálcio e 0,31% de fósforo.	KG	3.000	R\$ 2,18	R\$ 6.540,00
16	Milho inteiro Grão de milho inteiro com no máximo 13,0% de umidade, 2% matéria estranha (impurezas) e 5% de grão ardidos e brotados, isento de pragas. Nível de garantia: no mínimo 9% proteína bruta; 85% de nutrientes digestíveis totais; 3,7% extrato etéreo; 0,023% de cálcio e 0,31% de fósforo.	KG	3.000	R\$ 2,18	R\$ 6.540,00

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR


MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

17	Alpiste Qualidade com vencimento superior a 90 dias. Embalagem especificando: produto, tipo, peso, líquido.	KG	250	R\$ 9,94	R\$ 2.485,00
18	Mistura para papagaio Com girassol e amendoim. Composição básica: semente de girassol, grão de milho, grão de trigo, grão de soja extrusado, ervilha nabão, grão de aveia, grão de arroz, semente de abóbora, grão de amendoim, grão de amendoim com casca, frutas cristalizadas, frutas desidratadas, aroma de frutas, complemento de sementes, megazoo, CP – 14 contendo: milho integral moído, farelo de soja extrusado, fosfato de bicalcio, calcário calcítico, óleo de soja de degomado, aditivo adsorvente (glucomananos esterificados), prebiótico (mananoligossacarídeo), premix vitamínico mineral, níveis de garantia: umidade máx 12% proteína bruta min 15,5%, extrato etéreo min 16,0%, níveis de garantia: umidade máx 12%, proteína bruta min 15,5%, extrato etéreo min 16,0%, matéria fibrosa máx 13,5%, matéria mineral máx 5,0%, cálcio máx 0,8%, fósforo min 0,6%, mananoligossacarídeos min 0,1%, aditivo adsorvente 0,12%. prazo de validade na entrega equivalente a pelo menos 2/3 do prazo de validade total.	KG	400	R\$ 9,95	R\$ 3.980,00
19	Semente de Girassol Graúdo para alimentação de aves.	KG	150	R\$ 9,72	R\$ 1.458,00
20	Mistura para Pássaro Alimento completo para aves composto de girassol, amendoim, frutas, cascalho de pão, quirera de milho, arroz agulha, sorgo e aromatizante.	KG	150	R\$ 4,77	R\$ 715,50
21	Ração para sabiá Extrusada própria para a espécie sabor banana.	KG	100	R\$ 8,12	R\$ 812,00
22	Mistura para Trinca Ferro Frutas desidratadas (cidra, mamão, laranja), alimento completo extrusado, trigo sarraceno (mourisco), crisalida, zimbro, girassol cártamo, girassol branco, mel natural, uva passa, extrusado colorido, aveia sem casca, sorgo, quirera de milho, quirera de ervilha, farinha de concha de ostras, trigo em grão, dolomita, suplemento vitamínico mineral, quirera de arroz, aroma de frutas cítricas.	KG	100	R\$ 11,40	R\$ 1.140,00
23	Painço	KG	200	R\$ 12,60	R\$ 2.520,00
24	Aveia sem casca Grão de aveia Clara descascada com no máximo 14,5% de umidade, 3% matéria estranha e 10% de grão ardidos e brotados, isento de pragas. Com a composição centesimal de Umidade (máx): 12,5%; Proteína Bruta (min): 20%; Extrato Etéreo (min): 2%; Matéria Fibrosa Bruta (máx): 10%; Matéria Mineral (máx): 12%; Cálcio (máx): 1,6%; Fósforo (min): 0,6%.	KG	150	R\$ 3,64	R\$ 546,00
25	Ração para peixe Ração extrusada 42%pb.	KG	2000	R\$ 3,67	R\$ 7.340,00
26	Ração de engorda de ave concentrado Farelo de Soja, Farelo de Glúten de Milho 21, Farelo de Trigo, Calcário Calcítico, Fosfato Bicalcico, Cloreto de Sódio (Sal Comum), Cloreto de Colina, Biotina, Niacina, Pantotenato de Cálcio, Ácido Fólico, Vitaminas (A, B1, B2, B6, B12, D3, E e K3), Metionina, Iodato de Cálcio, Sulfato de Cobre, Sulfato de Cobalto, Sulfato Ferroso, Sulfato de Manganês, Selenito de Sódio, Sulfato de Zinco, Aditivo Anticoccidiano (Nicarbazina), Aditivo Promotor de Crescimento e Eficiência Alimentar (Virginiamicina) e Aditivo Antioxidante (Etoxiquim).	KG	1800	R\$ 2,85	R\$ 5.130,00
27	Ração para azulão Mistura para curió e azulão sem vitaminas coloridas.	KG	70	R\$ 9,95	R\$ 696,50
28	Ração de postura Umidade (Máx) 12%, Proteína Bruta (Min) 19%, Extrato Etéreo (Min) 2,80%, Matéria Fibrosa (Máx) 4%, Matéria Mineral (Máx) 13%, Cálcio (Máx) 4%, Fósforo (Min) 0,5%, Lisina 0,799%, Metionina 0,391%, Metionina + Cistina 0,719%, Treonina 0,631%, Triptofano 0,184%.	KG	700	R\$ 2,90	R\$ 2.030,00
29	Farelo de soja Proteína mínima 44%, umidade máxima 12%, ensacado, livre de impurezas e pragas.	KG	70	R\$ 4,35	R\$ 304,50
30	Mistura para periquitos Alimento Completo com sementes selecionadas. Composição: Sementes de milho alvo branco, milho alvo vermelho, aveia descascada, cártamo, cereais extrudidos, contém milho geneticamente modificado.	KG	250	R\$ 6,77	R\$ 1.692,50

- 1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

2. DO OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Justificamos a presente contratação tendo em vista que o parque conta com aproximadamente 180 animais e aves que necessitam de alimentação diariamente. Possuímos cerca de 180 macacos-prego, que vivem soltos na reserva do parque e necessitam de complementação alimentar que é realizada geralmente com bananas duas vezes ao dia. Já os animais em cativeiro recebem alimentação diária balanceada conforme os hábitos alimentares de cada espécie. A saúde física e o bem estar dos animais depende uma alimentação correta e saudável.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Os produtos objeto do presente certame licitatório estão em perfeita consonância às exigências do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, pois a escolha dos mesmos pode perfeitamente ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, sendo inclusive encontrados facilmente no mercado.

4. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 4.1. O prazo de entrega dos produtos (Banana) deverão acontecer semanalmente as terça e sexta-feiras. As demais frutas e carnes deverão ser entregues 1(uma) vez na semana às sextas-feiras. As rações e sementes deverão ser entregues 1(uma) vez no mês.
- 4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 4.3. Os(s) produto(s) serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.4. Os(s) produto(s) poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.5. Os(s) produto(s) serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. São obrigações da Contratante:
- 5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

- 5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca e especificações mínimas constantes deste termo, edital e demais anexos;
- 6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios (defeitos estado de conservação) e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90);
- 6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos, bem como providenciar a sua comprovação, devendo arcar com as despesas resultantes;
- 6.1.6. Apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência dos produtos;
- 6.1.7. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do fornecimento e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas obrigações obrigam-se a atender prontamente;
- 6.1.8. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas nas legislações específicas de acidente de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei;
- 6.1.9. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, na execução do objeto contratado;
- 6.1.10. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução do objeto contratado;
- 6.1.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.13. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7. DO RECEBIMENTO DOS ITENS

- 7.1. Os itens objetos deste processo serão recebidos:
- 7.1.1. Provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias contados da entrega dos produtos, ocasião em que o responsável por seu acompanhamento e fiscalização procederá à conferência de sua conformidade com as especificações da Ordem de Serviço e demais condições constantes deste Termo de Referência. Caso

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

- 7.1.2. Definitivamente, em até 02 (dois) dias após o recebimento provisório, caso não se verifique defeitos ou imperfeições, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo **circunstanciado**.

8. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 8.1. Para o fornecimento dos itens, objeto do presente instrumento, será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o edital de licitação, do Termo de Referência e da Proposta da empresa vencedora.
- 8.2. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir de sua assinatura, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e vantagens para a Administração em sua continuidade, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/02, a Contratada que:
- 12.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 12.1.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 12.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 12.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.6. Não manter a proposta;

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 12.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 12.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.
- 12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 12.2.1. Advertência.
 - 12.2.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipal, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:
 - 12.2.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, conforme prazos e condições previstas neste Edital e anexos;
 - 12.2.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 12.2.2.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência;
 - 12.2.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
 - 12.2.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada;
 - 12.2.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos;
 - 12.2.4. Declaração de inidoneidade.
 - 12.2.4.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 12.3. Também fica sujeito às penalidades do art. 87, III e IV da Lei Federal nº 8.666/93, a Contratada que:
 - 12.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 12.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
 - 12.3.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
 - 12.3.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.
 - 12.3.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - 12.3.7. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

12.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal.

MARACAJÁ/SC, 01 de março de 2022

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO II
PROCESSO LICITATÓRIO N° 022/2022
PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2022

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no
CNPJ sob o nº _____/_____, por intermédio de seu representante legal: Sr(a):
_____, portador(a) da Carteira de
Identidade nº _____, e do CPF nº _____.

Para fins de participação, no **Edital de PREGÃO PRESENCIAL n° 022/2022**.

DECLARA, para fins do disposto no **ITEM 8.1.1** do **Edital de PREGÃO PRESENCIAL n° 022/2022**, que
Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17
de julho de 2002.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2022.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)
RG nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO III
PROCESSO LICITATÓRIO N° 022/2022
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2022
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COM O ART. 3º
DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N° 123/2006

Ref.: Processo Licitatório n° **022/2022**
Edital de Pregão Presencial n° **022/2022**

Declaro, sob as penas artigo 299 do Código Penal, que esta proponente _____, inscrita no CNPJ sob nº _____/_____, se enquadra no disposto do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, e que não se enquadra em nenhuma das possibilidades previstas no art. 3º, § 4º, da mesma Lei, que segue:

- I. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- II. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- IV. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- V. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- VI. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo e as de crédito;
- VII. Que participe do capital de outra pessoa jurídica, exceto cooperativa de crédito;
- VIII. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- IX. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- X. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2022.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)

RG nº _____ SSP/____ e CPF nº _____

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO IV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2022
DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao pregoeiro e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Maracajá/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2022

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na,
através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA que:

1. Para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezois anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores.
2. Para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3. Para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
4. Para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
5. Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6. Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato.**
7. Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail: XXXXXXXXXXXX Telefone: (XX) XXXXXXXXX
8. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
9. Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/Contrato**, referente ao Pregão Presencial nº **022/2022** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração unificada.

_____, _____ de _____ de 2022.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)

RG nº SSP/..... e CPF nº-.....-.....

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2022

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS P/ COMPRAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2022

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, centro, Maracajá/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ANIBAL BRAMBILA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM” nº 022/2022**, publicada no **Diário Oficial do Municípios**, processo administrativo nº **022/2022**, homologado em **XX/XX/2022**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando às partes as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas respectivas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 057, de 20 de dezembro de 2018 e subsidiariamente a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, regulamentada em âmbito municipal pelo do **Decreto Municipal nº 236 de dezembro de 2021**, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1. Aquisição parcelada de alimentos para os animais do Parque Ecológico Municipal Prefeito Thomaz Pedro da Rocha do Município de Maracajá/SC. Conforme quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.
- 2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social Fornecedor Registrado:						
CNPJ:						
End.:						
Fone:			Fax:			
E-mail:						
Representante:			RG:		CPF:	
Cargo/Função:						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.	V. Total
Valor Total						

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

- 4.1. A presente Ata de Registro de preços é destinada a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**.
 - 4.1.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade desta administração pública municipal, mediante adesão, mediante autorização pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993
- 4.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000

FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

constantes do Edital do Pregão nº 022/2022, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

- 4.3. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 022/2022, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, as quais também a integram.

5. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

- 5.1. O(s) fornecedor(es) detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser (em) convidado(s) a firmar(em) contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no edital e seus anexos.
- 5.2. A(s) contratação(ões) do(s) produto(s) registrado(s) neste instrumento será(ão) efetuada(s) através de contrato administrativo e nota de empenho.
- 5.2.1. Caso a entrega for imediata fica dispensado o termo de contrato, na forma do § 4º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo, neste caso a contratação firmada por intermédio da nota de empenho.
- 5.3. O contrato administrativo juntamente com a nota de empenho será encaminhado ao fornecedor, podendo ser via e-mail ou correspondência com aviso de recebimento, que deverá aceitá-lo e devolvê-lo, podendo ser pelo mesmo modo, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de recebimento.
- 5.3.1. Nos casos de entrega imediata a nota de empenho será encaminhada ao fornecedor, podendo ser via e-mail, ou por correspondência com aviso de recebimento nos casos em que não houver possibilidade de envio por e-mail, que deverá aceitá-lo e devolvê-lo, podendo ser pelo mesmo modo, no prazo de 02 (dois) dias a contar da data de recebimento.
- 5.4. O prazo de entrega dos produtos (Banana) deverão acontecer semanalmente as terça e sexta-feiras. As demais frutas e carnes deverão ser entregues 1(uma) vez na semana às sextas-feiras. As rações e sementes deverão ser entregues 1(uma) vez no mês.
- 5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 5.6. Os(s) produto(s) serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.7. Os(s) produto(s) poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.8. Os(s) produto(s) serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.9. Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será(ão) designado(s) representante(s)/comissão para acompanhar e fiscalizar a entrega do(s) produto(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionada com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 6.1. São obrigações do fornecedor:
- 6.1.1. Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- 6.1.2. Cumprir os prazos estipulados para entrega do(s) produto(s), substituindo-os, às suas expensas, no prazo fixado no edital, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções;
- 6.1.3. Prover todos os meios necessários à garantia do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 6.1.4. A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos ou demais condições estabelecidas;
- 6.1.5. Indicar um preposto, tão logo assinado este instrumento, como contato para todos os atos a serem praticados no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 6.1.6. Comunicar imediatamente ao Departamento de Licitações do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros essenciais para o recebimento de correspondência;
- 6.1.7. Manter seus empregados, quando nas dependências de quaisquer dos órgãos desta municipalidade, se for o caso, devidamente identificados;
- 6.1.8. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o(s) local(is) de entrega;
- 6.1.9. Comunicar imediatamente, ao Departamento de Licitações do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega dos materiais, para adoção de medidas cabíveis, bem como detalhar todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;
- 6.1.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços;
- 6.1.11. Manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA GERENCIADORA

7.1. São obrigações do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC:

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo fornecedor, nos termos do edital e da proposta;
- 7.1.2. Pagar o fornecedor o valor resultante do fornecimento do(s) produto(s), na forma estabelecida no Edital e nesta Ata;
- 7.1.3. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes no(s) produto(s), para que sejam substituídos;
- 7.1.4. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais;
- 7.1.5. Permitir ao pessoal do fornecedor acesso ao local de entrega, observadas as normas de segurança;
- 7.1.6. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- 7.1.7. Respeitar a ordem de classificação dos fornecedores registrados quando se realizarem as contratações;
- 7.1.8. Indicar aos órgãos não participantes os possíveis fornecedores e os respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
- 7.1.9. **Promover a revisão e o cancelamento, quando:**
 - 7.1.9.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
 - 7.1.9.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
 - 7.1.9.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 - 7.1.9.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000

FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

mercado observará a classificação original.

- 7.1.9.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 7.1.9.5.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 7.1.9.5.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 7.1.9.6.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.1.9.7.** O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 7.1.9.7.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 7.1.9.7.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 7.1.9.7.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 7.1.9.7.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 7.1.9.8.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens **7.1.9.7.1**, **7.1.9.7.2** e **7.1.9.7.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 7.1.9.9.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 7.1.9.9.1.** Por razão de interesse público; ou
- 7.1.9.9.2.** A pedido do fornecedor.

8. DO PAGAMENTO

- 8.1.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da entrega e recebimento definitivo do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.2.** Antes do pagamento será verificada a regularidade fiscal do contratado junto ao INSS, FGTS e FAZENDA MUNICIPAL.
- 8.3.** O pagamento será efetuado por intermédio de depósito efetuado pela CONTRATANTE em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicados pelo CONTRATADO em sua proposta de preço.
- 8.4.** Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou decorrente de inadimplência.
- 8.5.** A critério da Contratante, poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.
- 8.6.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.
- 8.7.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda,

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 8.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.9.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

- 9.1. Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.1.1. Advertência.
- 9.1.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipal, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:
- 9.1.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, no prazo e condições de entrega estabelecido no Edital e anexos.
- 9.1.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 9.1.2.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência.
- 9.1.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito.
- 9.1.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada.
- 9.1.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
- 9.1.4. Declaração de inidoneidade.
- 9.2. As sanções previstas nos itens "9.1.1", "9.1.3", e "9.1.4" do subitem 9.1, poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, à penalidade de multa do item "9.1.2".
- 9.3. As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 9.4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5(cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
- 9.5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

9.6. No caso das penalidades previstas no item 9.1, itens "9.1.3" e "9.1.4", caberá pedido de reconsideração ao Sr. Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.
- 10.2. É permitido efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de ARARANGUÁ/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.
- 10.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e
- 10.5. achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

MARACAJÁ/SC, em xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2022.

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Rejane Pereira dos Santos
Secretária de Administração
CPF: 010.115.359-71

Nome: Andresa Martins dos Santos Pereira
Chefe de Gabinete
CPF: 062.423.729-0

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO VI

MINUTA CONTRATUAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2022

CONTRATO Nº 022/2022

INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA AQUISIÇÃO DE XXXXXXXXXXXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, E, DE OUTRO LADO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, NOS TERMOS DA Lei Federal nº 8.666 DE 21/06/93.

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, centro, Maracajá/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ANIBAL BRAMBILA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 274.841.906-59, portador da Carteira de Identidade nº 5045998, expedida pelo SSP de SC, residente e domiciliado no Município de MARACAJÁ/SC, doravante denominada **CONTRATANTE** e, a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede a, no município de, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por, Sr., portador do CPF nº, residente e domiciliado, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 022/2022 e em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2022, homologado em, ___/___/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição parcelada de alimentos para os animais do Parque Ecológico Municipal Prefeito Thomaz Pedro da Rocha do Município de Maracajá/SC. Conforme quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. Conforme relacionados no Termo de Referência (Anexo I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1						
2						
...						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de, contados do, prorrogável na forma do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000

FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

16.01.2.040 3.3.90.00.00.00.00 0080 (172)

16.01.2.050 3.3.90.00.00.00.00 0080 (178)

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da entrega e recebimento definitivo do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

5.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.5 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada as devidas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.6 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

5.10 Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

5.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1 O preço contratado é fixo e irrevogável.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 6.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.3.1. É permitido efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.3.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO**
- 7.1 Este Termo Contratual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
8. **CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E FORNECIMENTO DO OBJETO**
- 8.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.
- 8.2 Os objetos licitados deverão ser entregues parceladamente mediante requisições e/ou ordens de fornecimento previamente emitidas pelo órgão competente, conforme prazo estipulado no termo de referência, após a retirada e/ou recebimento das mesmas, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de uso.
9. **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**
- 9.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.
10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
- 10.1 Além das obrigações previstas no Edital, Anexos, Termo de Referência e demais normas legais pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:
- 10.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos materiais, nos termos da legislação vigente e exigências contidas no Termo de Referência, observadas as especificações e outros detalhes;
- 10.1.2. Para o acionamento da garantia levará em consideração por parte da contratante estocagem, o manuseio entre outros, e o uso devido conforme normas e regras estabelecidas em lei.
- 10.1.3. Manter-se durante a execução do contrato, com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.1.4. São de exclusiva conta e responsabilidade da contratada, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis, as obrigações que se seguem;
- 10.1.5. O material e a mão-de-obra utilizados são de inteira responsabilidade do fornecedor do serviço, devendo o trabalho ser realizado dentro de normas e critérios exigíveis pelo mercado e legislação atual.
- 10.1.6. Ficarão a cargo da CONTRATADA todas as despesas necessárias à prestação dos serviços: combustível, Seguro dos veículos, lubrificante, serviços de manutenção/troca de pneus, manutenção mecânica, troca de lâminas, demais equipamentos/componentes etc.
- 10.1.7. Os motoristas serão disponibilizados pela CONTRATADA, devendo a mesma arcar com salários, encargos sociais e trabalhistas, equipamento de proteção individual, deslocamentos, estadias, alimentação, e quaisquer outras despesas necessárias para o desempenho da função, não existindo qualquer vínculo de solidariedade entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO no que diz respeito a tais obrigações.
- 10.1.8. Responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços, nos termos da legislação vigente e exigências contidas no Termo de Referência, observadas as especificações e outros detalhes;
- 10.1.9. Manter-se durante a execução do contrato, com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 10.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, resultantes da execução do contrato;
- 10.1.11. Responder pelos danos causados diretamente ao Município de Maracajá ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante;
- 10.1.12. A inobservância destas condições implicará recusa do objeto sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da CONTRATADA inadimplente.
- 10.2 Além das obrigações previstas no Edital, Anexos, Termo de Referência e demais normais legais pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:
 - 10.2.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste Contrato.
 - 10.2.2. Aplicar à CONTRATADA penalidades, quando for o caso.
 - 10.2.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.
 - 10.2.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.
 - 10.2.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, o licitante/adjudicatário que:
 - 11.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 11.1.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 11.1.3. Apresentar documentação falsa;
 - 11.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 11.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 11.1.6. Não manter a proposta;
 - 11.1.7. Cometer fraude fiscal;
 - 11.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.
- 11.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 24.1 e subitens ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 11.3.1. Advertência.
 - 11.3.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipal, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:
 - 11.3.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, conforme prazos e condições previstas neste Edital e anexos;
 - 11.3.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 24.3.2.1 deste edital, aplicada em

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000

FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

dobro na reincidência;

11.3.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

11.3.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada.

11.3.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

11.3.4. Declaração de inidoneidade.

11.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

11.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

11.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

11.8 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.5 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial Municipal, no prazo previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o Foro da Comarca de ARARANGUÁ/SC. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

MARACAJÁ/SC, de xxxxxxxx de 2022.

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ANIBAL BRAMBILA
Prefeito

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Rejane Pereira dos Santos
Secretária de Administração
CPF: 010.115.359-71

Nome: Andresa Martins dos Santos Pereira
Chefe de Gabinete
CPF: 062.423.729-0

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2022

Publicação N° 3652028

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 291031ADAA1DFC04CA13E0ABB7FA99A5CFFC63DF

**MUNICÍPIO DE MARACAJÁ**
ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

SEÇÃO DE LICITAÇÃO

<http://www.maracaja.sc.gov.br>**MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL**
REGISTRO DE PREÇO N° 023/2022

OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO REGISTRAR PREÇOS COM A FINALIDADE DE SELECIONAR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA FUTURA(S) AQUISIÇÃO (ÕES) PARCELADA (S) DE MATERIAL (IS) ESPORTIVOS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.), DEPARTAMENTO DE ESPORTES E DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC. CONFORME QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2022
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2022

O **MUNICÍPIO MARACAJÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, torna público, para conhecimento dos interessados que se encontra aberto o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2022** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 023/2022**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto está abaixo definido, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, regulamentada em âmbito municipal pelo do **Decreto Municipal nº 236/2021**, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas respectivas alterações posteriores, assim como as demais legislações pertinentes e as cláusulas, especificações e recomendações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1** A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) aquisição (es) parcelada (s) de material (is) esportivos para os alunos da rede municipal de ensino (Escolas e C.E.I.), Departamento de Esportes e Departamento Municipal de Assistência Social do Município de Maracajá/SC. Conforme quantidades exigidas.

1.1.1 A licitação será por item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

- 2.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

DATA DA ABERTURA: 17/03/2022.

HORA: 13h30min

LOCAL: Na sede do Centro Administrativo Municipal, sito Avenida Getúlio Vargas, nº 530, centro, Maracajá/SC.

- 2.2.** Os envelopes contendo “Proposta de Preços”, “Documentos de habilitação” e “Declarações” se for o caso, deverão ser protocolados até **a13h15min do dia 17/03/2022, na Sala de Licitações da Prefeitura do Município de MARACAJÁ/SC, sob pena de preclusão ao direito de participar no presente certame.**

- 2.3.** A sessão de pregão poderá ser suspensa, caso o Pregoeiro constate tal necessidade, sendo os geográfica a que pertence o próprio participantes credenciados, comunicados da data e horário da reabertura da sessão.

- 2.4.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente no mesmo local e horário supramencionado, independentemente de nova comunicação.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos e, que atenderem as condições de participação e demais exigências constantes neste Edital e seus Anexos.

- 3.2.** O presente edital concede tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, aplicando-se os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações posteriores.

3.2.1. Aplica-se a este Edital o disposto no art. 48, § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

posteriores, regulamentado art. 6, do Decreto Municipal nº 127/2018, sendo, portanto, concedido à prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, sediadas em âmbito LOCAL ou REGIONAL, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

- 3.2.2. Justifica-se a adoção da prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, sediadas em âmbito local ou regional nos termos do fixado no Decreto Municipal nº 127/2018, a implementação da política pública de promoção ao desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, visando:

- 3.2.2.1. Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- 3.2.2.2. Ampliar a eficiência das políticas públicas;
- 3.2.2.3. O incentivo à inovação tecnológica; e
- 3.2.2.4. O fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais.

- 3.2.3. Para efeitos deste Edital de Pregão Presencial, na questão da regionalidade será aplicado os critérios sequenciais, a seguir dispostos:

- 3.2.3.1. Âmbito local - limites geográficos do Município de MARACAJÁ/SC;

- 3.2.3.2. Âmbito regional – uma das alternativas a seguir:

Limites geográficos da microrregião Município, definida pelo IBGE para Santa Catarina (Municípios do Extremo Sul Catarinense - AMESC);

- 3.2.3.3. Limites geográficos da mesorregião geográfica a que pertence o próprio Município, definida pelo IBGE para Santa Catarina.

- 3.3. Não se aplica o disposto no **item 3.2** e subitens, quando:

- 3.3.1. Não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte ou equiparadas sediadas local ou regional e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
- 3.3.2. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;
- 3.3.2.1. Para o disposto no **item 3.3.2**, considera-se não vantajosa a contratação quando:
 - 3.3.2.2. Resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou
 - 3.3.2.3. A natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.
- 3.3.3. O tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos nos subitens do **item 3.2.2**.

- 3.4. Apresentar os documentos de habilitação e da proposta, em envelopes distintos que passamos a chamar de **ENVELOPE Nº 01**, ou envelope da **“PROPOSTA DE PREÇOS”** e o **ENVELOPE Nº 02**, ou envelope da **“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”**, no local, data e horário indicados neste Edital.

- 3.5. Para fins de obtenção dos benefícios dispensados pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, **as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas**, deverão apresentar no ato do credenciamento ou no envelope de nº 03 **“DECLARAÇÃO(ÕES)”**, caso não se faça representar na sessão pública, **Certidão Simplificada da Junta Comercial** ou comprovação do enquadramento emitida pela Secretaria da Receita Federal, juntamente com declaração de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, e que não se enquadram nas exceções do § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores (**Anexo III**).

- 3.5.1. O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

Federal nº 123/06 e alterações posteriores.

- 3.5.1.1. A sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores às ME/EPP.
- 3.5.1.2. O empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, às ME/EPP.
- 3.6. Nos itens cujo valor for igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) na forma do art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores a participação é exclusiva as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, salvo se não houver no mínimo três fornecedores competitivos, enquadrados como tal.
- 3.7. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 3.7.1. Que não se enquadrem nas condições de participação do presente instrumento convocatório;
- 3.7.2. Em regime de falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de recuperação extrajudicial;
- 3.7.3. Em dissolução ou em liquidação;
- 3.7.4. Em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 3.7.5. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93;
- 3.7.6. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02;
- 3.7.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
- 3.7.8. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 3.7.9. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.10. Quaisquer interessados que se enquadre nas vedações previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 3.8. A participação nesta Licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.
- 3.9. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará na inabilitação do licitante.
4. DO ÓRGÃO GERENCIADOR
- 4.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de MARACAJÁ, através do setor responsável do Departamento de Educação Cultura e Esportes e Secretaria de Administração e Finanças, a qual será responsável pela regulamentação e desta aquisição e executora do Pregão Presencial para o Registro de Preços.
5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 5.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade desta administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 005, de 2017.
- 5.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas,

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.

- 5.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 5.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo dos quantitativos de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 5.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 5.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 5.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

6. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

- 6.1. Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame, com poderes gerais de representação, deverão se apresentar para credenciamento junto ao(a) Pregoeiro(a), devidamente munidos de documentos que os habilitem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso.
 - 6.1.1. Em razão da PANDEMIA decorrente do COVID-19, os representantes devem necessariamente estarem equipados com máscara facial, sob pena de não poderem ter acesso a sala de licitações;
 - 6.1.2. Os representantes que, eventualmente, tiverem a manifestação de quaisquer dos sintomas do COVID-19 se furtem de se fazerem presentes na sessão pública e substabeleçam seus poderes a outra pessoa ou, caso já estejam comuniquem ao senhor pregoeiro para que sejam tomadas as medidas de saúde pública pertinentes.
- 6.2. Cada licitante credenciará apenas um representante, não sendo admitida em razão da COVID-19, a presença mais de uma pessoa por empresa na sala de licitações, sendo o credenciado o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
- 6.3. Para comprovar a condição de representante da licitante, o credenciado deverá apresentar:
 - 6.3.1. Se representada pelo **DIRIGENTE/PROPRIETÁRIO/SÓCIO**;
 - 6.3.1.1. Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Atualizado);
 - 6.3.1.2. Cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante e em caso de dirigente eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição (comprovando que tem poderes para tomar e assinar decisões pela empresa);
 - 6.3.1.3. Documento de identidade de fê pública.
 - 6.3.2. Se representada por **PROCURADOR**;
 - 6.3.2.1. Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Atualizado);
 - 6.3.2.2. Cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante e em caso de dirigente eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição (comprovando que tem poderes para tomar e assinar decisões pela empresa);
 - 6.3.2.3. Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar a empresa na licitação em

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

todas as suas fases e todos os demais atos, em nome da licitante;

6.3.2.4. Documento de identidade de fê pública.

- 6.4.** O credenciamento deverá ser entregue e comprovado ao Pregoeiro na sessão de abertura, por meio de documentos, separadamente dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documento de Habilitação”.
- 6.5.** Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pelo Pregoeiro, à vista do original.
- 6.6.** A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve, sem prejuízo da proposta apresentada por escrito.
- 6.7.** O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado, desde que previamente autorizado pelo Pregoeiro, cuja negativa deverá ser devidamente fundamentada.
- 6.8.** Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.
- 6.9.** A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido e, permanecendo tão-somente no certame a sua proposta escrita.
- 6.10.** A fase de credenciamento será encerrada, pelo pregoeiro, quando do início da abertura dos envelopes de propostas.
- 7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE 01) E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 02) E DECLARAÇÕES (ENVELOPE 03)**
- 7.1.** Os envelopes de **PROPOSTA DE PREÇO, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e DECLARAÇÕES** (se for o caso), deverão estar devidamente lacrados e rubricados e seu fecho, identificados em sua parte externa os seguintes dizeres:

AO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2022
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ:
FONE / FAX:
E-MAIL:

AO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2022
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / FAX:
E-MAIL:

AO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ENVELOPE 03 – DECLARAÇÕES MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2022
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / FAX:
E-MAIL:

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

7.2. Não serão aceitas propostas de preços, documentos de habilitação e declarações remetidos via fac-símile (fax), e-mail ou via postal (correios).

7.3. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicado no item próprio deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:

8.1.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, separadamente dos envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação, conforme formulário modelo constante no **Anexo II** do presente edital;

8.1.1.1. A não entrega da declaração de que trata o **item 8.1.1** deste edital ou a entrega da declaração com conteúdo diverso do apresentado no formulário modelo constante no **Anexo II**, obstará o acesso ao certame, impossibilitando a abertura dos envelopes.

8.1.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

8.1.2. Declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, quando for o caso, dar-se-á conforme formulário modelo constante no **Anexo III** do presente edital, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores e alterações posteriores;

8.1.2.1. Para o devido enquadramento como microempresa, ou empresa de pequeno ou equiparado, para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, o pregoeiro analisará o disposto neste instrumento convocatório e legislação pertinente, em especial:

O enquadramento do licitante interessado dentro dos limites dispostos no artigo 3º, em especial as vedações fixadas no § 4º, todos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores;

Deixar de entregar declaração de que trata o **item 8.1.2** deste edital ou entregar a declaração com conteúdo diverso do apresentado no formulário modelo constante no **Anexo III**; e

Deixar cumprir o disposto no art. 4, parágrafo 1º do Decreto Municipal nº 127/2018.

8.1.2.2. A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e legislação pertinente.

8.2. Caso a licitante não enviar representante, a entrega da(s) declaração(ões) constante(s) do(s) item(ns) **8.1.1 e 8.1.2**, se dará pela entrega do envelope nº **03 – DECLARAÇÃO(ÕES)**.

8.2.1. Ficará dispensado de entregar a declaração de que trata o **item 8.1.2** a empresa que não se enquadra microempresa, ou empresa de pequeno porte ou equiparada.

8.3. Aberta a sessão, conferidas as declarações de que tratam o(s) item(ns) **8.1.1 e 8.1.2**, efetuado o credenciamento dos representantes das licitantes, na presença do(s) licitante(s), ou seu(s) representante(s), o Pregoeiro examinará os envelopes de "**PROPOSTA DE PREÇOS**", "**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**" e "**DECLARAÇÕES**", que serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos proponentes ou seus representantes, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

8.3.1. Como condição prévia ao exame da proposta de preço do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.3.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>);

8.3.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000

FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

Conselho Nacional de Justiça
(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.3.1.3. Cadastro de Sistema Inabilitados e Inidôneos mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>).

8.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope nº 01

9.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do **Anexo I – Termo de Referência**, deste edital, devendo obrigatoriamente, serem datilografadas ou impressas por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, em uma via, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço completo, telefone, e endereço eletrônico (e-mail), se houver, sem cotações alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, com numeração e rubrica em suas folhas, devendo a última folha conter a data e assinatura, devidamente identificada, por quem tenha poderes para essa finalidade, contendo:

9.1.1. A especificação de cada item, sempre observadas às especificações constantes do Anexo I do presente edital, devendo conter ainda os preços unitários de cada item em Real (R\$), em algarismos e o valor total por item na proposta, em Real (R\$), em algarismos e por extenso;

9.1.2. O prazo de **validade** da proposta não inferior a 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão;

9.1.2.1. Nome do titular ou do representante legalmente constituído com a respectiva assinatura, nº CPF, nº do RG, função e/ou cargo, tudo de modo legível;

9.1.2.2. Local e data;

9.1.2.3. Dados bancários, da empresa proponente:

9.1.2.3.1. Nome e número do banco;

9.1.2.3.2. Número da agência bancária;

9.1.2.3.3. Número da conta corrente.

9.1.3. Especificações do objeto cotado, com marca/modelo e/ou fabricante dos produtos;

9.1.4. Apresentar anexo a proposta impressa, CD ou PENDRIVE, extraído do Sistema Beta Compras/pregão do Município de MARACAJÁ/SC, conforme arquivo fornecido pelo setor de Licitações do Município de MARACAJÁ/SC.

9.2. Ocorrendo discrepância entre os valores unitários e os respectivos totais, prevalecerá valor unitário, para efeito de cálculo do valor total.

9.3. Nos preços propostos devem estar inclusos todos os custos relacionados para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta, não sendo aceito proposta com valores acima do valor máximo estipulado pela administração municipal conforme previsto neste edital e seus anexos.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 9.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da(s) licitante(s), não lhe(s) assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.5. Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.
- 9.6. Na hipótese prevista no subitem 9.5, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade por intermédio de procuração com poderes específicos inerentes ao presente pregão, à falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.
- 9.7. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.
- 9.8. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.
- 9.9. É facultado a indicação, na proposta, do banco, agência e número da conta corrente, para efeito de pagamento, podendo ser apresentados até a data de assinatura do termo de contrato ou aceite ou instrumento equivalente.

10. DA CLASSIFICAÇÃO, DOS LANCES E DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 10.2. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério estipulado no preâmbulo deste edital, observados os prazos máximos para o fornecimento do bem, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
- 10.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.
- 10.4. O Pregoeiro, fazendo uso do sistema informatizado, classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.
 - 10.4.1. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 10.5. Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o “menor preço por item”.

11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 11.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério estipulado no preâmbulo deste edital, observados os prazos máximos para o fornecimento do bem, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.
- 11.2. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
 - 11.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 11.3. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- 11.4. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 11.5. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

11.5.1. Para efeitos da aplicação da regra disposta no item anterior, entende-se como encerramento da FASE

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

DE LANCES o momento em que restar apenas uma licitante competindo, não podendo, sob pena de restar afrontada a regra de preferência as ME/EPP/EQUIPARADA serem ofertados mais lances, posto que, a disputa de lances é clara, uma vez que essa disputa só existe quando houver mais de um participante.

- 11.6. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa, ou empresa de pequeno porte ou equiparada sediadas em âmbito local ou regional, o Sr. Pregoeiro através do sistema informatizado aplicará, respeitado os critérios constantes neste edital e legislação pertinente, a prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento).
- 11.6.1. Para efeitos da aplicação da regra disposta no item anterior, entende-se como encerramento da FASE DE LANCES o momento em que restar apenas uma licitante competindo, não podendo, sob pena de restar afrontada a regra de preferência as ME/EPP/EQUIPARADA serem ofertados mais lances, posto que, a disputa de lances é clara, uma vez que essa disputa só existe quando houver mais de um participante.
- 11.7. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de não participação de licitante microempresa, ou empresa de pequeno porte ou equiparada sediadas em âmbito local ou regional dentro dos critérios constantes neste edital e legislação pertinente, será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 e alterações posteriores.
- 11.7.1. O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e EQUIPARADA participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/EQUIPARADA.
- 11.7.1.1. Para efeitos da aplicação da regra disposta no item anterior, entende-se como encerramento da FASE DE LANCES o momento em que restar apenas uma licitante competindo, não podendo, sob pena, de restar afrontada a regra de preferência as ME/EPP/EQUIPARADA, posto que, a disputa de lances é clara, uma vez que essa disputa só existe quando houver mais de um participante;
- 11.7.2. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/EQUIPARADA melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.
- 11.7.3. Caso a ME/EPP/EQUIPARADA melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/EQUIPARADA participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.
- 11.7.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/EQUIPARADA empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.
- 11.7.5. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/EQUIPARADA assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/EQUIPARADA, ou ainda não existindo ME/EPP/EQUIPARADA participante, prevalecerá a classificação inicial.
- 11.7.6. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.
- 11.8. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 11.8.1. Produzidos no País;

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 11.8.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 11.8.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 11.9. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.
- 11.10. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital. Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o "menor preço por item".
- 12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 12.1. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará de julgamento da proposta.
- 12.2. Como condição prévia ao julgamento da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento favorecido e diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, o Pregoeiro poderá consultar prover diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.
- 12.2.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores.
- 12.2.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, com a consequente recusa da aplicação do **item 11.6 do edital, lance de desempate ou qualquer outro item exclusivo**, sem prejuízo das penalidades incidentes;
- 12.3. Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 12.4. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.5. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, dentro de 02 (dois) dias úteis contados da solicitação, junto ao Setor de Licitações e Contratos desta municipalidade, localizado no endereço constante no preâmbulo deste edital, no horário de funcionamento desta repartição pública, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.5.1. No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 12.5.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.
- 12.5.3. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 12.5.4. Será considerada aprovada a amostra que atender aos seguintes critérios:

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

12.5.4.1. Que atenda a todas as nas especificações constantes do Anexo I deste Edital.

12.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.7. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

12.7.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.8. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

12.9. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

13. DA HABILITAÇÃO – Envelope nº. 02

13.1. Encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, o pregoeiro procederá a análise dos requisitos de habilitação do(s) licitante(s), que apresentou(aram) a menor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital.

13.2. Para efeitos de habilitação no presente certame o(s) licitante(s), deverão apresentar a documentação a seguir descrita, em original, fotocópia autenticada por Tabelião, por servidor designado pela Administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis), todos da sede (matriz) da proponente, em única via:

13.2.1. Declaração Unificada conforme modelo. (ANEXO IV).

13.2.2. Para fins da obtenção do tratamento diferenciado as microempresas e empresas de pequeno porte, apresentar **Certidão Simplificada da Junta Comercial** ou comprovação do enquadramento emitida pela Secretaria da Receita Federal e declaração de Enquadramento com o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadra em nenhuma das possibilidades previstas no art. 3º, § 4º.

13.2.3. **Relativos à habilitação jurídica:**

13.2.3.1. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.2.3.1.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2.3.2. **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

13.2.3.3. **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.3.3.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2.3.4. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.2.3.4.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2.3.5. **No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte:** certidão expedida pela Junta

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000

FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

13.2.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.2.3.6.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2.3.7. No caso de Sociedade estrangeira: decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

13.2.4. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

13.2.4.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ** (Atualizado);

13.2.4.2. Prova de regularidade perante a **Seguridade Social – INSS, Fazenda Federal e Dívida Ativa da União**, mediante certidão emitida expedida pela **RFB – Receita Federal do Brasil** do Estado onde for sediada a empresa;

13.2.4.3. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei;

13.2.4.4. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa;

13.2.4.5. Prova de regularidade relativa ao **FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

13.2.4.6. Comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

13.2.5. Relativos à qualificação técnica:

13.2.5.1. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa tenha fornecido materiais pertinentes e compatíveis com o objeto deste certame. O atestado deverá conter a identificação do signatário em papel timbrado do declarante e **com firma reconhecida, no caso de atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado**, ficando reservado à Comissão Permanente de Licitação o direito de solicitar cópias dos contratos ou nota fiscal a que se referem tais documento;

13.2.5.1.1. Não serão aceitos atestados emitidos por empresa do mesmo grupo empresarial da licitante.

13.2.5.1.2. Em caso de dúvidas sobre a veracidade das informações apresentadas no documento supra o Sr. Pregoeiro, poderá promover diligências com o fito de esclarecer ou a complementar a instrução do processo, na forma do § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2.6. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

13.2.6.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, passada pelo Distribuidor Judicial da sede da proponente.

13.2.6.1.1. Em se tratando de Certidão Negativa de Falência ou Concordata passada pelo poder judiciário do Estado de Santa Catarina, através do sistema ESAJ, a mesma deverá vir acompanhada de documento de igual teor emitido pelo sistema EPROC no link: <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>.

13.2.6.1.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000

FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

- 13.3. Os documentos exigidos no presente certame deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a abertura da sessão. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.
- 13.4. Somente serão aceitos documentos originais, cópias autenticadas ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro.
- 13.5. Somente será(ão) autenticado(s) documento(s) mediante a apresentação de seu(s) original(is).
- 13.6. Será(ão) aceito(s) comprovante(s) de regularidade fiscal obtido(s) na rede Internet, condicionado que o(s) mesmo(s) tenha(m) sua autenticidade confirmada na fase de habilitação.
- 13.7. Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere o **item 13** e subitens deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:
 - 13.7.1. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz;
 - 13.7.2. Se a licitante for a filial, os documentos deverão estar em nome da filial, salvo situação expressa no documento: válidos para matriz e filiais.
- 13.8. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, entretanto, ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida no edital, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
 - 13.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - 13.8.2. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 13.9. Caso a licitante já tenha apresentado algum dos documentos exigidos, em conformidade, no ato do credenciamento, não se faz necessário a sua apresentação no envelope "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".

14. DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 14.1. Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;
- 14.2. Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;
- 14.3. Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sujeitando a empresa inabilitada às penalidades previstas.
- 14.4. O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 5 (cinco) dias úteis.
 - 14.4.1. Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

do certame, conforme o item **10.4** deste Edital será(ão) devolvido(s) imediatamente à interessada.

15. DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

- 15.1.** Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo as informações da realização da sessão pública.
- 15.2.** A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo pregoeiro e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s) ou pelos demais não credenciados que o desejarem.

16. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

- 16.1.** As atribuições do/a pregoeiro/a são aquelas fixadas na legislação vigente.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 17.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 17.2.** Decorrido o prazo legal sem a interposição de recursos, ou apreciados e decididos os que eventualmente forem formulados, o relatório de julgamento será encaminhado à apreciação da autoridade competente para proceder à homologação o procedimento licitatório, podendo a autoridade competente converter o julgamento em diligência, para que a Comissão supra omissões ou esclareça aspectos do resultado apresentado.
- 17.3.** Mediante despacho fundamentado, poderá a autoridade competente:
- 17.3.1.** Revogar a licitação, para atender razões de interesse público ou conveniência administrativa, decorrente de fato superveniente, devendo anulá-la se verificar irregularidade insanável ou ilegalidade em seu processamento, assegurados o contraditório e ampla defesa;
- 17.3.2.** Cancelar a adjudicação, se tiver conhecimento de fato, anterior ou posterior à abertura da licitação, que demonstre má-fé, ou comprometa a capacidade ou idoneidade administrativa, técnica ou financeira do licitante declarado vencedor, disso não resultando para o mesmo, direito a qualquer ressarcimento ou indenização, ressalvado o direito a ampla defesa.
- 17.4.** Em qualquer das hipóteses dos subitens anteriores, serão assegurados o contraditório e ampla defesa;
- 17.5.** Adjudicado e homologado o objeto ao licitante vendedor, e, depois de transcorrido todos os prazos recursais.
- 17.6.** O despacho de homologação e a decisão a que se refere o subitem **17.1** serão publicados na imprensa oficial do Município ou afixados no mural público desta municipalidade.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 18.1.** Homologado o resultado da licitação, será formalizada ata de registro de preços, que obedecerá integralmente os termos do **Anexo V**, tendo o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 18.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 18.2.1.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 18.2.2.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todo item constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 18.3.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze)

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

meses, vedada a sua prorrogação.

- 18.4. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 19.1. Dentro da validade e assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o **Termo de Contrato (Anexo VI)** ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), que terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados da data da convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente.
- 19.2. O prazo de vigência do contrato tem início na sua assinatura e término em 12(doze) meses, dependendo do exercício financeiro no qual vir a ser assinado, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, da Lei Federal 8.666/93.
- 19.3. Previamente à contratação, será realizada consultas, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.
- 19.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 19.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.
- 19.5.1. Na hipótese de quaisquer irregularidades no cadastro municipal, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 19.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

20. DO PREÇO

- 20.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.
- 20.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 005, de 27 de janeiro de 2017.

21. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

- 23.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da entrega e recebimento definitivo do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 23.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 23.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda,

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 23.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 23.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada as devidas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 23.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 23.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 23.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 23.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 23.10. Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.
- 23.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 23.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

24. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, o licitante/adjudicatário que:
- 24.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 24.1.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 24.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 24.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 24.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 24.1.6. Não mantiver a proposta;
- 24.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 24.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.
- 24.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 24.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 24.1 e subitens ficará sujeito,

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 24.3.1.** Advertência.
- 24.3.2.** Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipal, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:
- 24.3.2.1.** De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, conforme prazos e condições previstas neste Edital e anexos;
- 24.3.2.2.** De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item **24.3.2.1** deste edital, aplicada em dobro na reincidência;
- 24.3.2.3.** De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
- 24.3.2.4.** De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada.
- 24.3.3.** Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
- 24.3.4.** Declaração de inidoneidade.
- 24.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 24.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.
- 24.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 24.7.** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 25.1.** Qualquer empresa ou cidadão poderá, desde que, respeitados os prazos fixados nos §§ 1º e 2º do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93, solicitar esclarecimentos ou impugnar o edital do pregão, devendo a Administração julgar e responder o(s) pedido(s) de esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões) em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei Federal nº 8.666/93.
- 25.2.** A impugnação e a solicitação de esclarecimento feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 25.3.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, desde que, a decisão altere as condições de apresentação de propostas, e, ou passe a exigir documento de habilitação na exigido inicialmente.
- 25.4.** Qualquer cidadão poderá, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos ou providências referentes ao presente edital do pregão.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 25.5. São requisitos para o conhecimento das impugnações e pedidos de esclarecimentos:
- 25.5.1. Serem protocolizados dentro do prazo legal;
 - 25.5.2. Serem subscritos por representante habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pela licitante;
 - 25.5.3. Serem apresentados e via original;
 - 25.5.4. Apresentar fundamentação plausível; e
 - 25.5.5. Serem subscritos por pessoa física detentora de direitos civis, políticos e sociais, nos casos de pedidos de impugnações e esclarecimentos feitos por pessoa física.
- 25.6. Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos.
- 25.6.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
 - 25.6.2. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
 - 25.6.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 25.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente no protocolo desta municipalidade, no endereço indicado no Edital.
- 25.7.1. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 25.8. Não serão conhecidas as impugnações, os recursos apresentados e os pedidos de esclarecimentos fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.
- 25.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 25.10. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 25.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 25.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 25.13. As impugnações, recursos e contra razões deverão ser entregues no Protocolo Central do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC ou via e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.
- 25.13.1. Os documentos referentes aos recursos protocolados via e-mail deverão possuir autenticação eletrônica das assinaturas.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 26.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 26.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 26.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 26.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 26.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.8. O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.
- 26.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 26.10. Cópia do edital, informações e/ou quaisquer esclarecimentos acerca do Pregão Presencial poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal de Administração, Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de MARACAJÁ/SC, de Segunda a Sexta - feira das **08h00min às 12h00 e da 13h00 as 17h00**, em dias úteis, e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br ou através do fone (48) 3523-1111, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 26.11. Cópia deste Edital e seus Anexos poderá ser obtida pelos interessados, no Departamento de Compras e Licitações do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC, no endereço e horários mencionados no subitem anterior.
- 26.12. A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.
- 26.13. A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste edital e em seus anexos.
- 26.14. Fica eleito o foro da Comarca de ARARANGUA/SC, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste Edital.
- 26.15. Fazem parte integrante do presente edital os seguintes anexos:
- Anexo I – Termo de Referência;
 - Anexo II – Atendimento as condições de habilitação estabelecidas neste Edital;
 - Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento com o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadra em nenhuma das possibilidades previstas no art. 3º, § 4º;
 - Anexo IV – Declaração UNIFICADA;
 - Anexo V – Ata de Registro de preços Locais de entrega;
 - Anexo VI – Minuta contratual.

MARACAJÁ/SC, 01 de Março de 2022

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS P/ COMPRAS

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) aquisição (es) parcelada (s) de material (is) esportivos para os alunos da rede municipal de ensino (Escolas e C.E.I.), Departamento de Esportes e Departamento Municipal de Assistência Social do Município de Maracajá/SC. Conforme quantidades exigidas estabelecidas tabela abaixo.

Planilha Orçamentaria					
Item	Produto	Unid.	Quantidade	V. unitário	V. total
1	Bola voleibol adulto: Circunferência de 65-67cm, peso mínimo de 260gr e máximo 280gr; confeccionada em laminado de microfibras, com 18 gomos termossoldados e processo de dupla colagem entre os gomos. camada de amortecimento interno. câmara de ar feita através de borracha butílica, 6 discos de balanceamento posicionados simetricamente e estruturas de anéis. forro com enrolamento de fios sintéticos na câmara de ar, recebendo um tratamento térmico com borracha natural, que estabiliza os fios unificando a estrutura. miolo de silicone alongado (com 3,2 cm de comprimento) lubrificado e removível. A bola deve conter a informação que foi testada pela FIVB. A bola não poderá passar do peso máximo após ser submetida a imersão em água e da mesma forma quando calibrada conforme determinação do fabricante. A bola não poderá ficar com tamanho menor que o mínimo ou exceder o máximo após ser calibrada conforme determinação do fabricante.	Unid.	20	R\$ 479,98	R\$ 9599,67
2	Bola futebol de campo: Circunferência de 68-70cm, peso mínimo de 410gr e máximo 450gr; câmara com sistema de balanceamento em 6D; material externo em PU; miolo com sistema de cápsula SIS. Bola com 6 gomos e ligação entre os gomos com construção Ultra Fusion. Deve ser 0% de absorção de água. A bola não poderá passar do peso máximo após ser submetida a imersão em água e da mesma forma quando calibrada conforme determinação do fabricante. A bola não poderá ficar com tamanho menor que o mínimo ou exceder o máximo após ser calibrada conforme determinação do fabricante.	Unid.	20	R\$ 208,65	R\$ 4173,00

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

3	Bola futsal adulto: Circunferência de 62,5-63,5cm, peso mínimo de 410gr e máximo 430gr; material externo em PU Pró; 11 gomos e ligação entre os gomos com a tecnologia Termotec com dupla colagem; camada de amortecimento de 4,5mm; câmara de ar feita através de borracha butílica; sistema de balanceamento em 6D, são 6 discos posicionados simetricamente e estruturas de anéis; forro com enrolamento de fios sintéticos na câmara de ar; miolo de silicone alongado (3,2cm de comprimento) lubrificado e removível, sistema de capsula SIS. Deve conter na bola, estampado o símbolo da o selo FIFA QUALITY PRÓ. A Bola deve ser aprovada pela Federação Catarinense de Futebol de Salão para as suas competições oficiais. A bola não poderá passar do peso máximo após ser submetida a imersão em água e da mesma forma quando calibrada conforme determinação do fabricante. A bola não poderá ficar com tamanho menor que o mínimo ou exceder o máximo após ser calibrada conforme determinação do fabricante.	Unid.	20	R\$ 368,15	R\$ 7363,00
4	Bola de borracha nº 8: Matrizada, confeccionada com borracha, peso 110-120 gr, circunferência 40-42 cm, superfície com estrutura em borracha, levemente texturizada, com funcionalidade antiderrapante.	Unid.	50	R\$ 61,98	R\$ 3099,17
5	Bola de Iniciação Tamanho 10: Das mais variadas cores. Circunferência entre 48 - 50cm, peso mínimo de 180gr e máximo de 200gr. Revestimento em borracha, Miolo com capsula SIS, construção vulcanizada. A bola não poderá passar do peso máximo após ser submetida a imersão em água e da mesma forma quando calibrada conforme determinação do fabricante. A bola não poderá ficar com tamanho menor que o mínimo ou exceder o máximo após ser calibrada conforme determinação do fabricante. Com data de fabricação de 2022.	Unid.	100	R\$ 61,98	R\$ 6198,33
6	Bola de Iniciação Tamanho 10: Das mais variadas cores. Circunferência entre 48 - 50cm, peso mínimo de 180gr e máximo de 200gr. Revestimento em borracha.	Unid.	200	R\$ 25,23	R\$ 5046,67
7	Bola de Iniciação Tamanho 12: Das mais variadas cores. Circunferência entre 57- 59cm, peso mínimo de 250gr e máximo de 270gr. Revestimento em borracha, Miolo com capsula SIS, construção vulcanizada. A bola não poderá passar do peso máximo após ser submetida a imersão em água e da mesma forma quando calibrada conforme determinação do fabricante. A bola não poderá ficar com tamanho menor que o mínimo ou exceder o máximo após ser calibrada conforme determinação do fabricante. Com data de fabricação de 2022.	Unid.	80	R\$ 61,98	R\$ 4958,67
8	Bola de Iniciação Tamanho 12: Das mais variadas cores. Circunferência entre 57- 59cm, peso mínimo de 250gr e máximo de 270gr. Revestimento em borracha.	Unid.	80	R\$ 30,65	R\$ 2452,00

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

9	Bola vôleibol: Circunferência de 65-67cm, peso mínimo de 260gr e máximo 280gr; confeccionada em laminado de microfibra, com 18 gomos; processo de construção com costura à mão; camada de amortecimento interno; câmara de ar feita através de borracha látex; miolo de silicone alongado (com 3,2 cm de comprimento) lubrificado e removível. A bola não poderá passar do peso máximo após ser submetida a imersão em água e da mesma forma quando calibrada conforme determinação do fabricante. A bola não poderá ficar com tamanho menor que o mínimo ou exceder o máximo após ser calibrada conforme determinação do fabricante.	Unid.	150	R\$ 93,48	R\$ 14022,50
10	Bola Futebol de Campo Oficial: Circunferência de 68-70cm, peso mínimo de 410gr e máximo 450gr; confeccionada em PU Super Soft, com 32 gomos; processo de construção com costura à máquina; camada de amortecimento interno em EVACEL; câmara airbility; sistema de forro multiaxial; miolo de silicone alongado (com 3,2 cm de comprimento) lubrificado e removível. A bola não poderá passar do peso máximo após ser submetida a imersão em água e da mesma forma quando calibrada conforme determinação do fabricante. A bola não poderá ficar com tamanho menor que o mínimo ou exceder o máximo após ser calibrada conforme determinação do fabricante.	Unid.	200	R\$ 97,57	R\$ 19513,33
11	Bola Futsal Oficial: Circunferência de 62-64cm, peso mínimo de 400gr e máximo 440gr; confeccionada em PU, com 6 gomos; processo de construção Ultra Fusion com dupla colagem; camada de amortecimento interno em EVACEL; câmara de ar feita através de borracha butílica; sistema de balanceamento em 6D, são 6 discos posicionados simetricamente e estruturas de anéis; forro com enrolamento de fios sintéticos na câmara de ar; miolo de silicone alongado (com 3,2 cm de comprimento) lubrificado e removível, capsula SIS. A bola não poderá passar do peso máximo após ser submetida a imersão em água e da mesma forma quando calibrada conforme determinação do fabricante. A bola não poderá ficar com tamanho menor que o mínimo ou exceder o máximo após ser calibrada conforme determinação do fabricante.	Unid.	150	R\$ 103,65	R\$ 15547,50
12	Bola Handebol T 2: Circunferência de 54-56cm, peso mínimo de 325gr e máximo 375gr; confeccionada em laminado Micropower, com 32 gomos; processo de construção Ultra Fusion com dupla colagem; camada de amortecimento interno em EVACEL; câmara de ar feita através de borracha butílica; sistema de balanceamento em 6D, são 6 discos posicionados simetricamente e estruturas de anéis; forro com enrolamento de fios sintéticos na câmara de ar; miolo de silicone alongado (com 3,2 cm de comprimento) lubrificado e removível, capsula SIS. A bola não poderá passar do peso máximo após ser submetida a imersão em água e da mesma forma quando calibrada conforme determinação do fabricante. A bola não poderá ficar com tamanho menor que o mínimo ou exceder o máximo após ser calibrada conforme determinação do fabricante.	Unid.	100	R\$ 145,67	R\$ 14567,00

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

13	Bola Handebol T 1: Circunferência de 50-52cm, peso mínimo de 290gr e máximo 330gr; confeccionada em laminado Micropower, com 32 gomos; processo de construção Ultra Fusion com dupla colagem; camada de amortecimento interno em EVACEL; câmara de ar feita através de borracha butílica; sistema de balanceamento em 6D, são 6 discos posicionados simetricamente e estruturas de anéis; forro com enrolamento de fios sintéticos na câmara de ar; miolo de silicone alongado (com 3,2 cm de comprimento) lubrificado e removível, capsula SIS. A bola não poderá passar do peso máximo após ser submetida a imersão em água e da mesma forma quando calibrada conforme determinação do fabricante. A bola não poderá ficar com tamanho menor que o mínimo ou exceder o máximo após ser calibrada conforme determinação do fabricante.	Unid.	100	R\$ 136,50	R\$ 13650,00
14	Bola Basquete Oficial: Circunferência de 75-78cm, peso mínimo de 600gr e máximo 650gr; confeccionada em laminado de borracha, gomo único; processo de construção através de vulcanização; sistema de balanceamento em 6D, são 6 discos posicionados simetricamente e estruturas de anéis; miolo de silicone alongado (com 3,2 cm de comprimento) lubrificado e removível, capsula SIS. A bola não poderá passar do peso máximo após ser submetida a imersão em água e da mesma forma quando calibrada conforme determinação do fabricante. A bola não poderá ficar com tamanho menor que o mínimo ou exceder o máximo após ser calibrada conforme determinação do fabricante.	Unid.	50	R\$ 93,48	R\$ 4674,00
15	Bola Espiribol: Circunferência de 58-62cm, peso mínimo de 420gr e máximo 450gr; confeccionada em laminado Micropower, com 8 gomos; processo de construção com costura à mão; câmara de ar feita através de borracha butílica; forro triaxial; miolo de silicone alongado (com 3,2 cm de comprimento) lubrificado e removível, capsula SIS. A bola não poderá passar do peso máximo após ser submetida a imersão em água e da mesma forma quando calibrada conforme determinação do fabricante. A bola não poderá ficar com tamanho menor que o mínimo ou exceder o máximo após ser calibrada conforme determinação do fabricante.	Unid.	50	R\$ 167,33	R\$ 8366,50
16	Bolas de Tênis de Mesa: Material em PVC, peso aproximado de 3gr, diâmetro de 40mm, pelo menos deve conter uma estrela.	Unid.	200	R\$ 3,67	R\$ 734,00
17	Bolas de Borracha T3: Confeccionado em borracha natural, aproximadamente 50gr.	Unid.	100	R\$ 7,92	R\$ 792,00
18	Rede de Futsal: fio de polietileno de alta densidade (PEAD) 5mm, trançado, malha 12x12cm. Altura mínima de 210cm e máxima de 225cm. Largura mínima de 320cm e máxima de 350cm. Deve conter um espaço na parte superior para afastamento do poste da trave de no mínimo 60cm e no máximo 80cm. Deve conter um espaço na parte de baixo para afastamento dos postes de no mínimo 100cm e no máximo 120cm. Os fios devem conter tratamento UV (ultra violeta).	Par	20	R\$ 393,00	R\$ 7860,00

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

19	Rede de voleibol oficial: fio de nylon (PEAD) 3mm, malha 08x08cm. Rede com duas lonas de algodão. Lona superior com 7cm de largura; lona inferior com 5cm de largura. Todas as costuras das lonas devem ser duplas. Deve conter ilhós metálico e revestimento interno em couro sintético para amarração nas pontas. Medida da rede é de 1 metro de altura x 10 metros de largura.	Unid.	20	R\$ 228,67	R\$ 4573,40
20	Bombas para inflar bolas: Tubo de polietileno de aproximadamente 20cm, com conexão para mangueira de borracha, revestida de nylon, de aproximadamente 15cm. Deve inflar a bola no movimento de alavanca de ida e volta. Acompanha 2 agulhas rosqueáveis.	Unid.	30	R\$ 51,82	R\$ 1554,60
21	Apito: Preto, potência: 90 decibéis.	Unid.	20	R\$ 20,93	R\$ 418,60
22	Raquete Tênis de mesa: Materiais da raquete: Madeira,EVA,ABS, Peso aproximado da raquete: 166 gramas, Dimensões da raquete (L x C x A): 2,3 x 15 x 25,5 c.	Par	60	R\$ 40,98	R\$ 2458,80
23	Kit Frescobol: Duas raquetes de madeira 100% trançada, com cabo revestido em eva, acompanha uma bola 100% borracha.	Unid.	50	R\$ 52,43	R\$ 2621,50
24	Kit Frescobol Plástico: Duas raquetes de plástico, composição PVC, comprimento x Largura: 37 cm x 18 cm e acompanha bola de borracha.	Unid.	50	R\$ 40,98	R\$ 2049,00
25	Kit Taco: Dois tacos 100% madeira e uma bola 100% boracha.	Unid.	50	R\$ 51,82	R\$ 2591,00
26	Colchonete com revestimento em bagun na cor azul royal: Tamanho 100x60x5cm; densidade 29. Fechamento com costura em linha nylon reforçada.	Unid.	200	R\$ 76,48	R\$ 15296,00
27	Cordas 2,85m: Tamanho: 2,85cm, Peso: 200g, Material: PVC.	Unid.	130	R\$ 20,32	R\$ 2641,60
28	Cordas 20m: Comprimento 20 metros , Diâmetro 12 MM, Peso por metro: 120 g, Tipo de corda: Semi-estática.	Unid.	10	R\$ 29,47	R\$ 294,70
29	Kit cone com estaca: 24 cm com 8 peças para agilidade + 4 Estacas para cones furados.	Unid.	60	R\$ 122,67	R\$ 7360,20
30	Cone 24cm: Altura: 19 cm, Material: PVC semi-Rígido, Dimensões: 10 x 10 x 19 cm (C x L x A), Peso: 100 gramas aproximadamente.	Unid.	60	R\$ 9,42	R\$ 565,20
31	Cone 50cm: Material: PVC, Altura: 50cm.	Unid.	60	R\$ 30,48	R\$ 1828,80
32	Disco de Marcação: Material: Plástico (Polímero siliconado),Altura: 5 cm, Peso: 100 g, Dimensões: 19 x 19 x 5 (C x L x A).	Unid.	50	R\$ 7,45	R\$ 372,50
33	Slakline completo: Cinta de 10 metros com catraca + rabicho.	Unid.	10	R\$ 267,00	R\$ 2670,00
34	Fresbee: Largura x Comprimento: 30 cm x 25 cm, Espessura: 10 cm, Material: Plástico ABS, Peso: 90 gramas Diâmetro: 21 cm, com estrias antiderrapantes.	Unid.	50	R\$ 29,67	R\$ 1483,50
35	Escada Agilidade: Quantidade de 10 degraus, Tamanho 5 metros(comprimento) x 58 cm(largura), material de Nylon.	Unid.	10	R\$ 93,17	R\$ 931,70
36	Colete: em material de poliéster com dry-fit, nas cores: verde, amarelo, azul , com elástico na parte de baixo unindo frente e costas, com espessura de 4 cm e gola redonda.	Unid.	300	R\$ 18,80	R\$ 5640,00
37	Cinto de Tração: Composto por 2 cintos de nylon, com 25cm de largura x 80cm de comprimento, unidos entre si por 5 elásticos de 105cm, cada elástico sendo com borracha látex de alta resistência.	Unid.	10	R\$ 628,00	R\$ 6280,00

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

38	Mesa de tênis de mesa dobrável: Confeccionada em MDF, com suporte e rede, medidas oficiais que atendem aos padrões da ITTF (International Table Tennis Federation). Acabamento em primer (tinta) azul, com linhas demarcatórias brancas, pés em madeira maciça dobráveis, tampo em MDF com 18 mm de espessura. Peso aproximado 70 kg.	Unid.	5	R\$ 1422,17	R\$ 7110,85
----	---	-------	---	-------------	--------------------

- 1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DO OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Buscando atender de maneira mais eficiente os praticantes e os estudantes que estão presentes todos os dias nas Escolas, Departamento de Esportes e no Serviço de Fortalecimento de Vínculos do Departamento de Bem Estar e Assistência Social do Município de Maracajá, a presente solicitação se dá pela necessidade de aquisição de material esportivo necessários com a finalidade de atender as demandas, visando manter o pleno funcionamento das atividades esportivas e incentivando a prática de esportes, proporcionando melhor qualidade de vida aos munícipes.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Os produtos objeto do presente certame licitatório estão em perfeita consonância às exigências do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, pois a escolha dos mesmos pode perfeitamente ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, sendo inclusive encontrados facilmente no mercado.

4. DAS AMOSTRAS

- 4.1. O Município de Maracajá/SC poderá solicitar do primeiro classificado de cada item, amostra do produto, conforme critério de aceitação.
- 4.2. As amostras deverão ser encaminhada/apresentadas para o Setor de Licitação, sob responsabilidade de: Luciane Ronchi Valnier, em Maracajá/SC, no período das 13h00 às 19:00, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do encerramento da Sessão de Julgamento onde o licitante for declarado vencedor dos itens do objeto, para conferência, análise e aprovação do corpo técnico da Secretaria Municipal de Educação.
- 4.3. As amostras deverão estar devidamente identificadas com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos e manuais (se for o caso), dispor na embalagem de informações quanto as suas características, tais como: data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência (lote), registro na Anvisa, Selo de Inspeção e outras que a legislação ou normatização exigem, independente de transcrição neste Edital.
- 4.4. Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto.
- 4.5. Os bens apresentados como amostra poderão ser abertos, desmontados, submetidos aos testes necessários.
- 4.6. Será rejeitada a amostra que não atender as especificações descritas neste Termo de Referência.
- 4.7. A rejeição do item será devidamente fundamentada.
- 4.8. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no material apresentado se solicitado troca da amostra.
- 4.9. Será desclassificada a proposta da licitante no item que tiver sua amostra rejeitada ou não entregá-la no prazo estabelecido.
- 4.10. Se a amostra for rejeitada, será examinada a proposta do licitante subsequente e solicitará amostra dos itens do

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

mesmo.

- 4.11. Após a homologação do certame, o licitante terá 03 (três) dias para retirar as amostras, independentemente se aceita ou rejeitada, no mesmo endereço onde foi entregue. Após esse prazo, não havendo retirada das amostras, as mesmas serão descartadas.

5. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O prazo de entrega dos(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) é de 10 (dez) dias, contados do(a) pedido, em remessa única ou parcelada.
- 5.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 5.3. Os(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.4. Os(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.5. Os(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:
- 6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 6.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca e especificações mínimas constantes deste termo, edital e demais anexos;

- 7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios (defeitos estado de conservação) e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90);
- 7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos, bem como providenciar a sua comprovação, devendo arcar com as despesas resultantes;
- 7.1.6. Apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência dos produtos;
- 7.1.7. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do fornecimento e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas obrigações obrigam-se a atender prontamente;
- 7.1.8. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas nas legislações específicas de acidente de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei;
- 7.1.9. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, na execução do objeto contratado;
- 7.1.10. Providenciar a imediata correção das deficiências a pontadas pela CONTRATANTE quanto à execução do objeto contratado;
- 7.1.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.13. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

8. DO RECEBIMENTO DOS ITENS

- 8.1. Os itens objetos deste processo serão recebidos:
 - 8.1.1. Provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos produtos, ocasião em que o responsável por seu acompanhamento e fiscalização procederá à conferência de sua conformidade com as especificações da Ordem de Serviço e demais condições constantes deste Termo de Referência. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
 - 8.1.2. Definitivamente, em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, caso não se verifique defeitos ou imperfeições, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo **circunstanciado**.

9. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1. Para o fornecimento dos itens, objeto do presente instrumento, será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o edital de licitação, do Termo de Referência e da Proposta da empresa vencedora.
- 9.2. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir de sua assinatura, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses,

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

após a verificação da real necessidade e vantagens para a Administração em sua continuidade, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/02, a Contratada que:

13.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

13.1.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.3. Apresentar documentação falsa;

13.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.6. Não manter a proposta;

13.1.7. Cometer fraude fiscal;

13.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência.

13.2.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipal, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:

13.2.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000

FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, conforme prazos e condições previstas neste Edital e anexos;

- 13.2.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 12.2.2.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência;
- 13.2.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
- 13.2.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada;
- 13.2.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos;
- 13.2.4. Declaração de inidoneidade.
 - 13.2.4.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 13.3. Também fica sujeito às penalidades do art. 87, III e IV da Lei Federal nº 8.666/93, a Contratada que:
 - 13.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 13.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 13.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
 - 13.3.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
 - 13.3.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.
 - 13.3.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - 13.3.7. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 13.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal.

MARACAJÁ/SC, 01 de Março de 2022.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO II
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2022

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no
CNPJ sob o nº _____/_____, por intermédio de seu representante legal: Sr(a):
_____, portador(a) da Carteira de
Identidade nº _____, e do CPF nº _____ -
_____.

Para fins de participação, no Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 023/2022.

DECLARA, para fins do disposto no ITEM 8.1.1 do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 023/2022, que
Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17
de julho de 2002.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____ de _____ de 2022.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)
RG nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____ - _____

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO N° 023/2022

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2022

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COM O ART. 3º
DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N° 123/2006

Ref.: Processo Licitatório n° 023/2022
Edital de Pregão Presencial n° 023/2022

Declaro, sob as penas artigo 299 do Código Penal, que esta proponente _____, inscrita no CNPJ sob n° _____/_____, se enquadra no disposto do art. 3º da Lei Complementar Federal n° 123/2006, e que não se enquadra em nenhuma das possibilidades previstas no art. 3º, § 4º, da mesma Lei, que segue:

- I. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- II. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- IV. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- V. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- VI. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo e as de crédito;
- VII. Que participe do capital de outra pessoa jurídica, exceto cooperativa de crédito;
- VIII. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- IX. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- X. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2022.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)

RG n° _____ SSP/____ e CPF n° _____-_____

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO IV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2022
DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao pregoeiro e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Maracajá/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2022

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA que:

1. Para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezois anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores.
2. Para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3. Para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
4. Para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
5. Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6. Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato.**
7. Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail: XXXXXXXXXXXX Telefone: (XX) XXXXXXXXXX
8. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
9. Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/Contrato**, referente ao Pregão Presencial nº **023/2022** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração unificada.

_____, _____ de _____ de 2022.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)

RG nº SSP/..... e CPF nº-.....-.....

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2022

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS P/ COMPRAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2022

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, centro, Maracajá/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ANIBAL BRAMBILA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM” nº 023/2022**, publicada no **Diário Oficial do Municípios**, processo administrativo nº 023/2022, homologado em XX/XX/2022, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando às partes as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas respectivas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 057, de 20 de dezembro de 2018 e subsidiariamente a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, regulamentada em âmbito municipal pelo do **Decreto Municipal nº 236 de dezembro de 2021**, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) aquisição (ões) parcelada (s) de material (is) esportivos para os alunos da rede municipal de ensino (Escolas e C.E.I.), departamento de esportes e departamento municipal de assistência social do município de Maracajá/SC. Conforme quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.
- 2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social Fornecedor Registrado:						
CNPJ:						
End.:						
Fone:			Fax:			
E-mail:						
Representante:			RG:	CPF:		
Cargo/Função:						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.	V. Total
Valor Total						

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

- 4.1. A presente Ata de Registro de preços é destinada a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**.
 - 4.1.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade desta administração pública municipal, mediante adesão, mediante autorização pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

4.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 023/2022, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.3. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 023/2022, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, as quais também a integram.

5. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

5.1. O(s) fornecedor(es) detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser (em) convidado(s) a firmar(em) contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no edital e seus anexos.

5.2. A(s) contratação(ões) do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) registrado(s) neste instrumento será(ão) efetuada(s) através de contrato administrativo e nota de empenho.

5.2.1. Caso a entrega for imediata fica dispensado o termo de contrato, na forma do § 4º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo, neste caso a contratação firmada por intermédio da nota de empenho.

5.3. O contrato administrativo juntamente com a nota de empenho será encaminhado ao fornecedor, podendo ser via e-mail ou correspondência com aviso de recebimento, que deverá aceitá-lo e devolvê-lo, podendo ser pelo mesmo modo, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de recebimento.

5.3.1. Nos casos de entrega imediata a nota de empenho será encaminhada ao fornecedor, podendo ser via e-mail, ou por correspondência com aviso de recebimento nos casos em que não houver possibilidade de envio por e-mail, que deverá aceitá-lo e devolvê-lo, podendo ser pelo mesmo modo, no prazo de 02 (dois) dias a contar da data de recebimento.

5.4. O prazo de entrega do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) é de 10(dez) dias contados do recebimento da autorização de fornecimento, sem interrupção e prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nas quantidades fixadas na autorização de fornecimento.

5.5. Entregues o(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), serão recebidos provisoriamente, pelo(s) responsável(is) pelo seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as suas especificações constantes no termo de referência, no prazo de até 15(quinze) dias.

5.6. O(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) poderá(ão) ser(em) rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência, devendo ser(em) substituído(s) no prazo de até 10(dez) dias, contados a partir da devolução, às custas do fornecedor, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital e anexos.

5.7. O(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) será(ão) recebidos definitivamente, no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação de qualidade e quantidade do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado.

5.8. Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será(ão) designado(s) representante(s)/comissão para acompanhar e fiscalizar a entrega do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionada com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. São obrigações do fornecedor:

6.1.1. Fornecer o(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas no edital e seus anexos;

6.1.2. Cumprir os prazos estipulados para entrega do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), substituindo-os, às suas expensas, no prazo fixado no edital, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções;

6.1.3. Prover todos os meios necessários à garantia do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 6.1.4. A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos ou demais condições estabelecidas;
- 6.1.5. Indicar um preposto, tão logo assinado este instrumento, como contato para todos os atos a serem praticados no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 6.1.6. Comunicar imediatamente ao Departamento de Licitações do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros essenciais para o recebimento de correspondência;
- 6.1.7. Manter seus empregados, quando nas dependências de quaisquer dos órgãos desta municipalidade, se for o caso, devidamente identificados;
- 6.1.8. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o(s) local(is) de entrega;
- 6.1.9. Comunicar imediatamente, ao Departamento de Licitações do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega dos materiais, para adoção de medidas cabíveis, bem como detalhar todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;
- 6.1.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços;
- 6.1.11. Manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA GERENCIADORA

7.1. São obrigações do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC:

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo fornecedor, nos termos do edital e da proposta;
- 7.1.2. Pagar o fornecedor o valor resultante do fornecimento do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), na forma estabelecida no Edital e nesta Ata;
- 7.1.3. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes no(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), para que sejam substituídos;
- 7.1.4. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais;
- 7.1.5. Permitir ao pessoal do fornecedor acesso ao local de entrega, observadas as normas de segurança;
- 7.1.6. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- 7.1.7. Respeitar a ordem de classificação dos fornecedores registrados quando se realizarem as contratações;
- 7.1.8. Indicar aos órgãos não participantes os possíveis fornecedores e os respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
- 7.1.9. **Promover a revisão e o cancelamento, quando:**
 - 7.1.9.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
 - 7.1.9.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
 - 7.1.9.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 - 7.1.9.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000

FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

mercado observará a classificação original.

- 7.1.9.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 7.1.9.5.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - 7.1.9.5.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 7.1.9.6.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.1.9.7.** O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 7.1.9.7.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 7.1.9.7.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 7.1.9.7.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 7.1.9.7.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 7.1.9.8.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens **7.1.9.7.1**, **7.1.9.7.2** e **7.1.9.7.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 7.1.9.9.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 7.1.9.9.1.** Por razão de interesse público; ou
 - 7.1.9.9.2.** A pedido do fornecedor.

8. DO PAGAMENTO

- 8.1.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da entrega e recebimento definitivo do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.2.** Antes do pagamento será verificada a regularidade fiscal do contratado junto ao INSS, FGTS e FAZENDA MUNICIPAL.
- 8.3.** O pagamento será efetuado por intermédio de depósito efetuado pela CONTRATANTE em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicados pelo CONTRATADO em sua proposta de preço.
- 8.4.** Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou decorrente de inadimplência.
- 8.5.** A critério da Contratante, poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.
- 8.6.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.
- 8.7.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda,

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.9.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

9.1. Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipal, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:

9.1.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, no prazo e condições de entrega estabelecido no Edital e anexos.

9.1.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 9.1.2.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência.

9.1.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito.

9.1.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada.

9.1.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

9.1.4. Declaração de inidoneidade.

9.2. As sanções previstas nos itens "9.1.1", "9.1.3", e "9.1.4" do subitem 9.1, poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, à penalidade de multa do item "9.1.2".

9.3. As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

9.4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5(cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

9.5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

9.6. No caso das penalidades previstas no item 9.1, itens "9.1.3" e "9.1.4", caberá pedido de reconsideração ao Sr. Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.
- 10.2. É permitido efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de ARARANGUÁ/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.
- 10.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e
- 10.5. achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

MARACAJÁ/SC, em xx de xxxxxxxxxxxxxx de 2022.

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Rejane Pereira dos Santos
Secretária de Administração
CPF: 010.115.359-71

Nome: Andresa Martins dos Santos Pereira
Chefe de Gabinete
CPF: 062.423.729-0

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO VI

MINUTA CONTRATUAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2022

CONTRATO Nº 023/2022

INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA AQUISIÇÃO DE XXXXXXXXXXXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, E, DE OUTRO LADO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, NOS TERMOS DA Lei Federal nº 8.666 DE 21/06/93.

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, centro, Maracajá/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ANIBAL BRAMBILA, brasileiro, casado, portador do CPF nº XXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pelo SSP de SC, residente e domiciliado no Município de MARACAJÁ/SC, doravante denominada **CONTRATANTE** e, a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede a, no município de, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por, Sr., portador do CPF nº, residente e domiciliado, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 023/2022 e em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2022, homologado em, ____/____/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) aquisição (es) parcelada (s) de material (is) esportivos para os alunos da rede municipal de ensino (Escolas e C.E.I.), Departamento de Esportes e Departamento Municipal de Assistência Social do Município de Maracajá/SC. Conforme quantidades exigidas.

1.2. Conforme relacionados no Termo de Referência (Anexo I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1						
2						
...						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de, contados do, prorrogável na forma do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000

FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Entidade 01

05.01.2.012 3.3.90.00.00.00.00.00 0101 (82)

05.01.2.012 3.3.90.00.00.00.00.00 0104 (85)

05.01.2.013 3.3.90.00.00.00.00.00 0101 (57)

05.01.2.013 3.3.90.00.00.00.00.00 0104 (60)

13 01 2.026 3.3.90.00.00.00.00.00 0080 (145)

13 01 2.026 3.3.90.00.00.00.00.00 0329 (147)

13 01 2.026 3.3.90.00.00.00.00.00 0335 (148)

13 01 2.026 3.3.90.00.00.00.00.00 1227 (198)

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da entrega e recebimento definitivo do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

5.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.5 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada as devidas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.6 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

5.10 Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

contratada inadimplente.

5.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1 O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3.1. É permitido efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO

7.1 Este Termo Contratual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E FORNECIMENTO DO OBJETO

8.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

8.2 Os objetos licitados deverão ser entregues parceladamente mediante requisições e/ou ordens de fornecimento previamente emitidas pelo órgão competente, no prazo de 10 (dez) dias após a retirada e/ou recebimento das mesmas, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de uso.

9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 Além das obrigações previstas no Edital, Anexos, Termo de Referência e demais normas legais pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos materiais, nos termos da legislação vigente e exigências contidas no Termo de Referência, observadas as especificações e outros detalhes;

10.1.2. Para o acionamento da garantia levar em consideração por parte da contratante estocagem, o manuseio entre outros, e o uso devido conforme normas e regras estabelecidas em lei.

10.1.3. Manter-se durante a execução do contrato, com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.4. São de exclusiva conta e responsabilidade da contratada, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis, as obrigações que se seguem;

10.1.5. O material e a mão-de-obra utilizados são de inteira responsabilidade do fornecedor do serviço, devendo o trabalho ser realizado dentro de normas e critérios exigíveis pelo mercado e legislação atual.

10.1.6. Ficarão a cargo da CONTRATADA todas as despesas necessárias à prestação dos serviços: combustível, Seguro dos veículos, lubrificante, serviços de manutenção/troca de pneus, manutenção

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000

FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

mecânica, troca de lâminas, demais equipamentos/componentes etc.

- 10.1.7. Os motoristas serão disponibilizados pela CONTRATADA, devendo a mesma arcar com salários, encargos sociais e trabalhistas, equipamento de proteção individual, deslocamentos, estadias, alimentação, e quaisquer outras despesas necessárias para o desempenho da função, não existindo qualquer vínculo de solidariedade entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO no que diz respeito a tais obrigações.
- 10.1.8. Responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços, nos termos da legislação vigente e exigências contidas no Termo de Referência, observadas as especificações e outros detalhamentos;
- 10.1.9. Manter-se durante a execução do contrato, com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, resultantes da execução do contrato;
- 10.1.11. Responder pelos danos causados diretamente ao Município de Maracajá ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante;
- 10.1.12. A inobservância destas condições implicará recusa do objeto sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da CONTRATADA inadimplente.
- 10.2 Além das obrigações previstas no Edital, Anexos, Termo de Referência e demais normais legais pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:
 - 10.2.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste Contrato.
 - 10.2.2. Aplicar à CONTRATADA penalidades, quando for o caso.
 - 10.2.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.
 - 10.2.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.
 - 10.2.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, o licitante/adjudicatário que:
 - 11.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 11.1.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 11.1.3. Apresentar documentação falsa;
 - 11.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 11.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 11.1.6. Não manter a proposta;
 - 11.1.7. Cometer fraude fiscal;
 - 11.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.
- 11.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 24.1 e subitens ficará sujeito,

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 11.3.1.** Advertência.
- 11.3.2.** Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipal, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:
- 11.3.2.1.** De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, conforme prazos e condições previstas neste Edital e anexos;
- 11.3.2.2.** De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item **24.3.2.1** deste edital, aplicada em dobro na reincidência;
- 11.3.2.3.** De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
- 11.3.2.4.** De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada.
- 11.3.3.** Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
- 11.3.4.** Declaração de inidoneidade.
- 11.4** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 11.5** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.
- 11.6** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.7** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 11.8** As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.
- 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**
- 12.1** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 12.2** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 12.3** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.4** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.5** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR



MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA:

- 13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

- 14.1** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

- 15.1** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial Municipal, no prazo previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o Foro da Comarca de ARARANGUÁ/SC. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

MARACAJÁ/SC, de xxxxxxxxxde 2022.

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
ANIBAL BRAMBILA
Prefeito

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Rejane Pereira dos Santos
Secretária de Administração
CPF: 010.115.359-71

Nome: Andresa Martins dos Santos Pereira
Chefe de Gabinete
CPF: 062.423.729-0

AV. GETÚLIO VARGAS, 530 | CENTRO | CEP 88915-000
FONE: (48) 3523.1111 | WWW.MARACAJA.SC.GOV.BR

Massaranduba

PREFEITURA

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 01.2022

Publicação Nº 3651206



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SEPLAMA – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 001 /2022

AUTUADO		
Nome/Razão Social:		
ROLF KREUTZFELD		
CPF/CNPJ:	RG/Orgão Emissor/Insc. Estadual	
309.331.889-00	610.271 SESP-SC	
No exercício da ação fiscalizadora, fica assegurada aos agentes de fiscalização a entrada a qualquer dia e hora, e a permanência pelo tempo que se tornar necessário, em estabelecimentos e propriedades públicos ou privados, observado o disposto no artigo 5º, XI da Constituição da República. (art. 2º do Decreto Municipal nº 3808/2019).		
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA		
Rua/Avenida/Rodovia/Estrada: Rua Timbó		Nº: 283
Bairro/ Localidade: Victor Konder		Município: Blumenau/SC
CEP: 89012-400	Caixa Postal:	Telefone: Não informado
Telefone Celular: 47 99619-6059		e-mail: Não informado
LOCAL/ ENDEREÇO DA INFRAÇÃO		
Rua/Avenida/Rodovia/Estrada: Estrada Rio Grande		Nº: s/n
Bairro/ Localidade: Sete de Janeiro		Município: Massaranduba/SC
Coordenadas Geográficas	Latitude 26°40'8,17"S	Longitude 49°01'10,37"O
Dados da autuação (constatação da infração administrativa ambiental)		
Data da autuação:	Horário:	Período
17/02/2022	10:50	(x) Matutino () Vespertino () Noturno
Descrição sumária da infração administrativa ambiental		
<p>Em fiscalização conjunta entre a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Massaranduba e o Instituto do Meio Ambiente de SC, os fiscais presenciaram o flagrante da atividade de desmatamento ilegal da Mata Atlântica com o uso de máquinas. O local objeto da ação fiscalizatória está localizado de acordo com as coordenadas acima mencionadas, e é integrante das matrículas nº 6.258 e 6.060 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim.</p> <p>A vistoria fiscalizatória é respaldada no relatório de fiscalização nº 002/2022 que segue em anexo, fazendo parte integrante do presente. Constatou-se o desmatamento de floresta nativa do Bioma Mata Atlântica, inclusive em Área de Preservação Permanente (APP). O desmatamento ocorreu para execução de terraplanagem e abertura de ruas, com a finalidade de construir chácaras, somando um total de 0,6108 hectares/ 6.108 metros quadrados de desmatamento ilegal.</p> <p style="text-align: center;">Decreto 6.514/2008</p> <p><i>Art. 43. Destruir ou danificar florestas ou demais formas de vegetação natural ou utilizá-las com infringência das normas de proteção em área considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão competente, quando exigível, ou em desacordo com a obtida:</i></p> <p><i>Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).</i></p> <p><i>Art. 44. Cortar árvores em área considerada de preservação permanente ou cuja espécie seja especialmente protegida, sem permissão da autoridade competente:</i></p> <p><i>Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por hectare ou fração, ou 500,00 (quinhentos reais) por árvore, metro cúbico ou fração.</i></p> <p><i>Art. 49. Destruir ou danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa, objeto de especial preservação, não passíveis de autorização para exploração ou supressão:</i></p> <p><i>Multa de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por hectare ou fração.</i></p>		



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SEPLAMA – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Art. 139. Fica instituído o programa de conversão de multas por órgãos e entidades da União integrantes do Sistema Nacional do Meio ambiente – SISNAMA

Parágrafo Único. A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, excetuadas as multas decorrentes de infrações ambientais que tenham provocado mortes humanas.

Art. 140. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, as ações, as atividades e as obras incluídas em projetos com, no mínimo, um dos seguintes objetivos:

I – recuperação:

- a) de áreas degradadas para conservação da biodiversidade e conservação e melhorias do meio ambiente;*
- b) de processos ecológicos essenciais;*
- c) de vegetação nativa para proteção; e*
- d) de áreas de recargas de aquíferos;*

II – proteção e manejo de espécies da flora nativa e fauna silvestre;

III – monitoramento da qualidade do meio ambiente e desenvolvimento de indicadores ambientais;

IV – mitigação ou adaptação às mudanças do clima;

V – manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a conservação, a proteção e a recuperação de espécies da flora nativa ou da fauna silvestre e de áreas verdes urbanas destinadas à proteção dos recursos hídricos;

VI – educação ambiental;

VII – promoção da regularização fundiária de unidades de conservação;

VIII – saneamento básico;

IX – garantia da sobrevivência de espécies da fauna silvestre, mantidos pelo órgão ou pela entidade federal emissora da multa; ou

X – implantação, gestão, monitoramento e proteção de unidades de conservação.

Art. 143. O valor dos custos dos serviços de preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente será igual ou superior ao valor da multa convertida.

§ 1º Independentemente do valor da multa aplicada, o autuado fica obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

Decreto municipal 3808/2019

Art. 58 – Pode o infrator após ser notificado da lavratura do auto de infração durante o prazo de defesa requerer o pagamento da multa com 30% (trinta por cento) de desconto em conformidade com o Art.64 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e suas alterações.

§ 1º Deve a autoridade ambiental fiscalizadora a definir o valor da multa para infração administrativa e reduzir o valor em 30% (trinta por cento), devendo proceder a análise posteriormente das demais penalidades administrativas e serem aplicadas se for o caso.

§ 2º A guia bancária para pagamento da multa deve ter o prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 69 Dentre as medidas a serem adotadas, citadas no inciso XI do Art. 68, deverão estar incluídas:

I – a concessão do direito a redução do valor de multa, através de termo de compromisso, quando cabível;

II – a expedição da guia oficial de recolhimento da multa;

III – a determinação para providenciar o licenciamento ambiental, certidão ambiental ou autorização ambiental quando aplicáveis; e

IV – a determinação para providenciar o licenciamento ambiental da respectiva atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais ou para a recuperação da área degradada.

Neste compasso, a administração aplicou as penalidades administrativas, de acordo com a ritualística do



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SEPLAMA – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Decreto Nacional nº 6.514/2008 e com o Decreto Municipal nº 3808/2019, utilizando-se dos seguintes parâmetros para fixação de penalidade base:

- I - Situação Econômica do Infrator: **Micro Infrator** (Decreto Municipal nº 3808/2019, Anexo III, III.2.1, I)
 II – Grau de Lesividade da Conduta: **Médio I** (Decreto Municipal nº 3808/2019, Anexo III, III.1)
 a) considerada a motivação para conduta como intencional;
 b) considerado como reversível em curto prazo os efeitos para o meio ambiente;

Considerou-se como agravantes os seguintes aspectos: art. 15, inciso II, alínea “I” de acordo com a Lei 9.605/1998 e art. 10, alínea “a” conforme o Decreto Municipal nº 3808/2019, aplicando-se a majoração de ¼ por agravante na penalidade base de multa (decreto municipal mais benéfico).

Considerou-se como atenuante o seguinte aspecto: art. 11, alínea “d” de acordo o Decreto Municipal nº 3808/2019, aplicando-se a diminuição de ¼ por atenuante na penalidade base de multa.

Aplica-se, dentro dos parâmetros acima citados, a penalidade nos termos do quadro abaixo:

Grau de lesividade da infração administrativa ambiental		
() Leve I	() Leve II	(X) Médio I
() Médio II	() Grave I	() Grave II
() Gravíssima		
Tipificação da Infração		
Legislação Infringida Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações; Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações; Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e suas alterações; Decreto Municipal nº 3808/2019.	Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: Art. 15, II, alíneas “I” Art. 38º; Art. 38º A; Art. 39º;	Decreto Fed. nº 6.514/2008: Art. 43; Art. 44; Art. 49;

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS IMPOSTAS	
() Advertência () Multa diária () Apreensão () Demolição (X) Obrigação de promover a recuperação ambiental	() Suspensão de venda e fabricação (X) Embargo de obra ou atividade () Destruição ou inutilização (X) Suspensão parcial/ total das atividades () Participação em programa de educação ambiental por _____ horas.
<p>Decreto Fed. nº 6.514/2008, Art.43 Pena base: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais). Agravante (Decreto Municipal nº 3808/2019, art.10, alíneas “a”) aplicada majoração de ¼ por agravante (por artigo). Agravante (Lei nº 9605/1998, art. 15, inciso II, alínea “I”) aplicada a majoração de ¼ por agravante (por artigo). Atenuante (Decreto Municipal nº 3808/2019, art. 11, alínea “d”) aplicada diminuição de ¼ por atenuante (por artigo).</p>	
<p>MULTA SIMPLES R\$ 6.500,00 (SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS) – POR INFRAÇÃO</p>	
<p>Decreto Fed. nº 6.514/2008, Art.44 Pena Base: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais). Agravante (Decreto Municipal nº 3808/2019, art.10, alíneas “a”) aplicada majoração de ¼ por agravante (por artigo). Agravante (Lei nº 9605/1998, art. 15, inciso II, alínea “I”) aplicada a majoração de ¼ por agravante (por artigo). Atenuante (Decreto Municipal nº 3808/2019, art. 11, alínea “d”) aplicada diminuição de ¼ por atenuante (por artigo).</p>	
<p>MULTA SIMPLES R\$ 6.375,00 (SEIS MIL. TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS) – POR INFRAÇÃO</p>	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SEPLAMA – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Decreto Fed. nº 6.514/2008, Art.49 Pena Base: R\$ 2.789,40 (dois mil, setecentos e oitenta e nove reais, e quarenta centavos). Considerado para o cálculo apenas A1, que está inserida em APP.

Agravante (Decreto Municipal nº 3808/2019, art.10, alíneas “a”) aplicada majoração de ¼ por agravante (por artigo).

Agravante (Lei nº 9605/1998, art. 15, inciso II, alínea “I”) aplicada a majoração de ¼ por agravante (por artigo).

Atenuante (Decreto Municipal nº 3808/2019, art. 11, alínea “d”) aplicada diminuição de ¼ por atenuante (por artigo).

MULTA SIMPLES R\$ 3.486,75 (TRÊS MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS, E SETENTA E CINCO CENTAVOS) – POR INFRAÇÃO.

MULTA SIMPLES TOTAL: R\$ 16.361,75 (DEZESSEIS MIL, TREZENTOS E SESSENTA E UM REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

UMAs 136,25 (CENTRO E TRINTA E SEIS E VINTE E CINCO)

qua	
Nome: ELAINE CRISTINA GUMS VICK	CPF: 019.781.781-05 Assinatura:
Testemunhas	
Nome: Eng. Florestal JESSICA TAINÁ GUCZAK	CPF: 063.441.479-89 Assinatura :
Nome: SANDRO REUTER	CPF: 854.366.589-20 Assinatura:
Observações:	

INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

O autuado fica notificado de que possui o prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da ciência da presente autuação e imposição de penalidades acima descritas, para diligenciar até o órgão ambiental do município autuante, no endereço que consta impresso no timbre deste documento, em horário comercial, para apresentação da DEFESA PRÉVIA.

Informamos que o processo administrativo ambiental seguirá conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 3808/2019. Fica Vossa Senhoria Notificado que deverá recolher o valor das multas aplicadas no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir do término do prazo de defesa prévia, caso não apresentada ou apresentada intempestivamente, devendo retirar a guia de recolhimento junto à Prefeitura do Município Oficiante, no endereço e horário já declinados. O não recolhimento da multa no prazo assinalado implicará no acréscimo de juros de 1% ao mês, iniciados da data de vencimento, bem como na inscrição em Dívida Ativa. O descumprimento das sanções impostas acarretará a adoção de todas as medidas cabíveis no âmbito administrativo, civil e criminal.

Ciência do Autuado (Representante/ Preposto – anotar CPF):

Data: ____/____/____. Assinatura: _____
CPF: _____

CONVOCAÇÃO DE SEGUNDO COLOCADO - PL 02.2022 PP 02.2022 - AMOSTRAS

Publicação Nº 3651067

CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CONSIDERANDO que o Edital do Processo Licitatório nº 02/2022 previu, após a conclusão dos lances, a apresentação de amostras para alguns itens, conforme dispositivo 10 do instrumento convocatório;

CONSIDERANDO que a Comissão de Análise das Amostras, composta pelos servidores Alan Giovani Alexandre, Moacir Fischer, Cibeli Pawlak e Sandra Alice Koslopp, foram designados para a análise das amostras, tal qual foi acompanhada pelos representantes das empresas Vila Papeis e Limpexcel;

CONSIDERANDO que, em laudo de análise de amostras, datado de 18 de fevereiro de 2022, a Comissão exarou reprovação dos itens 07, 09, 15, 34, 57, 74, 77 e 85;

CONSIDERANDO que a amostra do item 09 foi reprovada, conforme laudo da Comissão de Análise, e que não há terceiro colocado no item, ficando o mesmo fracassado;

CONSIDERANDO que a amostra do segundo colocado do item 15 havia sido entregue facultativamente pela empresa Barra Embalagens e Acessórios Ltda ME, conforme possibilidade do item 10.1 do edital, sendo a mesma aprovada pela Comissão de Análise, conforme laudo;

CONSIDERANDO que o procedimento do Item 10 - apresentação de amostras, do instrumento convocatório, foi seguido corretamente pela Comissão de Análise, que verificou com imparcialidade a qualidade dos materiais, a compatibilidade com as especificações do edital;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.666/93 prevê dentre seus princípios o da vinculação ao instrumento convocatório, bem como o art. 41 que assim dispõe: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada";

CONSIDERANDO que o Município não pode descontinuar os serviços e necessita dos itens para manter a regular prestação de serviços públicos;

CONSIDERANDO que dentre os princípios que regem a Administração Pública está a continuidade dos serviços públicos e, para tanto, necessita da aquisição dos itens;

CONSIDERANDO suas prerrogativas, ante as aludidas circunstâncias, a Pregoeira DESCLASSIFICA as empresas abaixo relacionadas para o fornecimento dos itens arrolados, em razão da reprovação das amostras apresentadas, o que, por consequência, torna a empresa INABILITADA:

EMPRESA	CNPJ	ITEM
BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME	14.722.310/0001-24	07
DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA	01.306.465/0001-38	09
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	09.196.745/0001-42	34
LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	14.221.429/0001-13	57
ALFA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E COSMETICOS LTDA	42.159.894/0001-07	74
		77
		85

Na oportunidade, esta Pregoeira, no uso de suas atribuições e em conformidade com o item 10.5 do instrumento convocatório CONVOCA as empresas abaixo relacionadas para o fornecimento dos itens arrolados, classificadas com o segundo menor preço no Processo Licitatório 02/2022 – Pregão Presencial nº 02/2022, a fim de atender as especificações requeridas no Edital do certame:

EMPRESA	CNPJ	ITEM
LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	14.221.429/0001-13	07
		34
		85
OTS MULTILAR DISTRIB. DE ARMARINHOS LTDA EPP	02.292.510/0001-05	57
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	07.483.630/0001-03	74
BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME	14.722.310/0001-24	77

Dessa forma, proceda-se a informação a ambas as empresas, para apresentação de amostras dos referidos itens e novo procedimento de análise, para o devido andamento e cumprimento do feito.

Massaranduba, 01 de março de 2022.
TAYSE WITTKOWSKI
PREGOEIRA

PORTARIA Nº 1652/2022- NOMEAR CONTRATO DE TRABALHO COMO ESTAGIARIO ENSINO MÉDIO-20H SEM

Publicação Nº 3650778

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, RESOLVE:

NOMEAR, contrato de trabalho por prazo determinado, de acordo com a Lei Nº 1329/2011, Processo Seletivo Nº 026/2021, os seguintes estagiários de ensino médio:

- EMANUELE COSTA, Estagiário Ensino Médio, 20h semanais;
- VINICIUS HENRIQUE CARDOSO, Estagiario Ensino Médio, 20h semanais;
- GUSTAVO HENRIQUE BESEN, Estagiário Ensino Médio, 20h semanais;
- ADRIAN NILSEN KRUGER, Estagiário Ensino Médio, 20h semanais;

COMUNIQUE-SE PUBLIQUE-SE REGISTRE-SE

Massaranduba, 01 de março de 2022.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

ELTRIDA FRITZKE VOELZ
Gerente de pessoal

COMUNIQUE-SE REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Massaranduba, 01 de fevereiro de 2022.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

ELTRIDA FRITZKE VOELZ
Gerente de pessoal

PORTARIA Nº 1653/2022-CONTRATO TEMPORÁRIO CFE. PROCESSO SELETIVO Nº 030/2021- ESTAGIARIO ENSINO SUPERIOR

Publicação Nº 3650779

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, RESOLVE:

NOMEAR, contrato de trabalho por prazo determinado, de acordo com a Lei Nº 1329/2011, Processo Seletivo Nº 030/2021, os seguintes estagiários de Ensino Superior:

- OLGA APARECIDA DA COSTA, 30 horas semanais;
- EMILI VITORIA DE GOIS, 20 horas semanais;
- RAFAELA LUIZA DERETTI, 20 horas semanais.

COMUNIQUE-SE PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Massaranduba, 01 de março de 2022

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

ELTRIDA FRITZKE VOELZ
Gerente de pessoal

COMUNIQUE-SE REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Massaranduba, 01 de fevereiro de 2022.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

ELTRIDA FRITZKE VOELZ
Gerente de pessoal

PORTARIA Nº 1654/2022-ALTERAR A CARGA HORÁRIA DOS SERVIDORES ACT´S ATUANDO NAS ESCOLAS E CRECHES

Publicação Nº 3652067

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, RESOLVE:

ALTERAR a carga horária das seguintes servidoras Municipais Act´S atuando nas Escolas e Creches municipais:

- MYLLENE HEVELLIN FERREIRA TEMPORINI, Auxiliar de Sala, 20 horas semanais para 30 horas semanais;
- BIANCA GOMES VIERGUTZ, Professor c/licenciatura, de 20 horas semanais para 40 horas semanais;
- JAISON EVERALDO HESS JUNIOR, Professor s/habilitação, de 20 horas semanais para 40 horas semanais;
- MARIA LUCIA KUCZKOWSKI NOVAK, Auxiliar de Sala, de 20 horas semanais para 40 horas semanais;
- LUIZITE EICHSTADT, Professor c/Licenciatura, de 20 horas para 30 horas semanais;
- CLARA ISABELA FERREIRA BAUER, Auxiliar de Sala, de 20 horas semanais para 40 horas semanais
- JULIA KASMIRSKI KUCZKOWSKI. Professor c/licenciatura, de 20 horas semanais para 10 horas semanais,
- RUBEN CESAR CRUZ, Professor s/habilitação, de 20 horas semanais para 10 horas semanais;
- TAINARA GABRIELE BACK, Professor c/licenciatura, de 40 horas semanais para 30 horas semanais.

COMUNIQUE-SE REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Massaranduba, 02 de março de 2022
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

ELTRIDA FRITZKE VOELZ
Gerente de Pessoal

PORTARIA Nº 1655/2022-ALTERAR A PORTARIA Nº 1628/2022- DO GIEA

Publicação Nº 3652070

PORTARIA Nº 1655/2022

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, no uso das atribuições designadas pela Legislação em vigor RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA Nº 1628, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022 QUE "NOMEIA OS MEMBROS DO GRUPO INTERSETORIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA CIDADE DE massaranduba – GIEA, NOS TERMOS DA LEI N.º 2.053, DE 12 DE dezembro DE 2019".

CONSIDERANDO, a necessidade do Chefe do Executivo em nomear os membros integrantes do Grupo Intersetorial de Educação Ambiental da Cidade de Massaranduba - GIEA, para o efetivo funcionamento e atribuições relativas a execução da política municipal ambiental, com atuação de 02 (dois) anos a partir desta publicação,

CONSIDERANDO a substituição de alguns representantes dos órgãos e entidades, fazendo-se necessária a retificação da Portaria Nº 1628/2022, de 28 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art.1º. Nomear os membros titulares e suplentes do Grupo Intersetorial de Educação Ambiental da Cidade de Massaranduba - GIEA de acordo com as indicações dos órgãos e entidades as quais representam, a saber:

a) Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

TITULAR	SUPLENTE
Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves	Elisia Kasprowicz Stein
Soraia Daiane Kraisch Daniel	Sueli Feiler Hafermann

b) Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

TITULAR	SUPLENTE
Jessica Taina Guczak	Elaine Cristina Guns Vick

c) Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária

TITULAR	SUPLENTE
Cássia FelixTeixeira	Inácio Helix

d) Agremiação Estudantil da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Araci Duarte.

TITULAR	SUPLENTE
Luiza Maria Ronchi	Stefhani Salamon

e) Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Araci Duarte

TITULAR	SUPLENTE
Adelano Sasse	Tamires Lays Tomio

f) Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. Bruno Linden

TITULAR	SUPLENTE
Janaína Favaretto Corrêa	Joana Maria Hafemann Lúcio

g) Escola Estadual de Educação Básica Felipe Manke

TITULAR	SUPLENTE
Maria Ivone Campigotto Spezia	Lidiane Pinto Kreutzfeld

h) Escola Estadual de Educação Básica Maria Konder Bornhausen

TITULAR	SUPLENTE
Fernando Rodrigo Pessoni	Tânia Regina Ranghetti Deretti

i) Escola Municipal de Ensino Fundamental Min. Pedro Aleixo.

TITULAR	SUPLENTE
Edineuza Tamires Kreuzfeld	Dayane Michelle Thom Mueller

j) Escola Municipal de Ensino Fundamental Nicolau Jensen

TITULAR	SUPLENTE
Liana Maria Zapelini Ranghetti	Liamara Tais Zapellini Bertoldi

k) Escola Municipal de Ensino Fundamental Profa Maria Machado Kreutzfeld

TITULAR	SUPLENTE
Stephani do Amaral Lopes Renkawiecki	Andreia Beker Akexi

l) Escola Municipal de Ensino Fundamental Alto Luis Alves

TITULAR	SUPLENTE
Monalisa Leitzke Sauer	Cristina Pereira Vieira de Liz

m) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Massaranduba/SC

TITULAR	SUPLENTE
Daiana da Silva	Elenir Aparecida Deretti Zanotti

n) Bombeiros Voluntários de Massaranduba

TITULAR	SUPLENTE
Gilberto Alexandre	Karolaine Cixeski Miranda

o) Instituto YGUA

TITULAR	SUPLENTE
Laura Fátima Corrêa Volpi	Carla Jane Weber

p) Associação Empresarial de Massaranduba

TITULAR	SUPLENTE
Helena Aparecida Koch	Rogério Luiz Bogo

q) Secretaria de Agricultura

TITULAR	SUPLENTE
Lucas Nogueira Mota	Marco Antonio Tassi

r) Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos

TITULAR	SUPLENTE
Sandro Reuter	RODOLFO E. MELCHIORETTO JUNIOR

s) Secretaria de Assistência Social

TITULAR	SUPLENTE
Weverton Araujo Pacheco	Júlia Prussek

Art. 3º Os membros do Grupo não receberão qualquer remuneração por seu trabalho, conforme Lei nº 2.053/2019 Art. 20, que será considerado de relevante interesse para o Município.

COMUNIQUE-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Massaranduba, 02 de março de 2022.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

ELTRIDA FRITZKE VOELZ
Gerente de Pessoal

PORTARIA Nº 1656/2022-NOMEAR JULIO CESAR DOS ANJOS CORREA COMO PROFESSOR SEM HABILITAÇÃO-ACT-20H SEM

Publicação Nº 3652074

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, RESOLVE:

NOMEAR, contrato de trabalho por prazo determinado, de acordo com a Lei Nº 1330/2011, Processo Seletivo Nº 026/2021, JULIO CESAR DOS ANJOS CORREA, Professor sem Habilitação, 20 horas semanais, a contar de 01 de março de 2022.

COMUNIQUE-SE PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Massaranduba, 02 de março de 2022
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

ELTRIDA FRITZKE VOELZ
Gerente de pessoal

COMUNIQUE-SE REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Massaranduba, 01 de fevereiro de 2022.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

ELTRIDA FRITZKE VOELZ
Gerente de pessoal

Matos Costa

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO 1 CONCURSO PÚBLICO 001.2022

Publicação Nº 3650891

RETIFICAÇÃO 01

AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022

O Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação ao Edital de Concurso Público n.º 01/2022, publicado em dia 01 de fevereiro de 2022, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital:

1.1 Atualiza o vencimento mensal dos cargos disponibilizados no Concurso Público n.º 01/2022 do Município de Matos Costa/SC, em virtude de aprovação de lei municipal concedendo reajuste salarial. Os vencimentos atualizados seguem especificados a seguir:

1.3.1. Cargos de Nível Superior:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PcD	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
01	Assistente Social Escolar	Ensino Superior em Serviço Social, com registro no conselho de classe da categoria. (Cargo do quadro do Magistério Municipal)	1 + CR	-	30h	3.195,35	Objetiva
02	Enfermeiro	Ensino Superior em Enfermagem, com registro no conselho de classe da categoria.	1 + CR	-	40h	3.596,41	Objetiva
03	Engenheiro Civil	Ensino Superior em Engenharia Civil, com registro no conselho de classe da categoria.	1 + CR	-	40h	5.445,34	Objetiva
04	Farmacêutico	Ensino Superior em Farmácia, com registro no conselho de classe da categoria.	1 + CR	-	40h	3.596,41	Objetiva
05	Médico Clínico Geral	Ensino Superior em Medicina, com registro no conselho de classe da categoria.	1 + CR	-	40h	11.295,55	Objetiva
06	Médico Ginecologista	Ensino Superior em Medicina e especialidade na área de Ginecologia, com registro no conselho de classe da categoria.	1 + CR	-	8h	4.511,26	Objetiva
07	Médico Veterinário	Ensino Superior em Medicina Veterinária, com registro no conselho de classe da categoria.	1 + CR	-	30h	4.084,00	Objetiva
08	Nutricionista	Ensino Superior em Nutrição, com registro no conselho de classe da categoria.	1 + CR	-	20h	1.668,52	Objetiva
09	Psicólogo Escolar	Ensino Superior em Psicologia, com registro no conselho de classe da categoria. (Cargo do quadro do Magistério Municipal)	1 + CR	-	20h	1.798,20	Objetiva
10	Orientador Educacional	Ensino superior em Pedagogia, com especialização em orientação educacional. (Cargo do quadro do Magistério Municipal)	1 + CR	-	40h	3.337,03	Objetiva e Títulos
11	Professor Pedagogo	Ensino superior em Pedagogia. (Cargo do quadro do Magistério Municipal)	3 + CR	-	20h	2.002,20	Objetiva e Títulos
12	Professor de Artes	Licenciatura plena em Arte. (Cargo do quadro do Magistério Municipal)	1 + CR	-	40h	4.004,44	Objetiva e Títulos
13	Supervisor Escolar	Ensino superior em Pedagogia, com especialização em supervisão escolar. (Cargo do quadro do Magistério Municipal)	1 + CR	-	40h	3.337,03	Objetiva e Títulos
14	Orientador Social	Ensino Superior com Licenciatura em Educação Física, com registro no conselho de classe da categoria.	1 + CR	-	40h	3.337,03	Objetiva

1.3.2.

Cargos de Nível Médio:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PcD	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
------	-------	----------------------------------	-------	-----------	-----------------------	--------------------------	---------------

15	Oficineiro	Ensino Médio Completo e comprovação de curso de formação de instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação.	1 + CR	-	40h	1.478,25	Objetiva
16	Técnico de Farmácia	Ensino Médio Completo e curso de técnico em farmácia.	1 + CR	-	40h	1.478,25	Objetiva

1.3.3.

Cargos de Nível Fundamental:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PcD	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
17	Auxiliar Administrativo II	Ensino fundamental completo.	1 + CR	-	40h	1.575,21	Objetiva
18	Instrutor de Música	Ensino fundamental completo e comprovação de curso de formação na área de atuação.	1 + CR	-	20h	1.668,52	Objetiva
19	Jardineiro	Ensino fundamental incompleto (séries iniciais).	1 + CR	-	40h	1.132,59 *	Objetiva
20	Recepcionista	Ensino fundamental completo.	1 + CR	-	40h	1.575,21	Objetiva
21	Borracheiro	Ensino fundamental incompleto (séries iniciais).	1 + CR	-	40h	1.393,26	Objetiva e Prática
22	Eletricista	Ensino fundamental incompleto (séries iniciais).	1 + CR	-	40h	1.393,26	Objetiva e Prática
23	Pedreiro	Ensino fundamental incompleto (séries iniciais).	1 + CR	-	40h	1.826,05	Objetiva e Prática
24	Operador de Máquina Rodoviária	Ensino fundamental incompleto (séries iniciais) e Carteira Nacional de Habilitação categoria "C" ou superior.	1 + CR	-	40h	1.826,05	Objetiva e Prática
25	Agente de Defesa Civil	Ensino Fundamental Completo, Certificado de capacitação do curso de formação de Bombeiro Comunitário do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e Carteira Nacional de Habilitação categoria "C" ou superior.	1 + CR	-	Regime de plantão junto ao Corpo de Bombeiros	1.189,67 *	Objetiva e Prática
26	Motorista	Ensino fundamental incompleto (séries iniciais) e Carteira Nacional de Habilitação categoria "D" ou superior.	1 + CR	-	40h	1.826,05	Objetiva e Prática

* Com complementação para atingir um salário-mínimo vigente.

1.2 Os demais itens do Edital seguem inalterados.

Matos Costa/SC, 25de fevereiro de 2022.

PAULO BUENO DE CAMARGO

Prefeito do Município de Matos Costa

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO N° 001/2022 AO CONTRATO N° 008/2021

Publicação N° 3652098

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2022 (Reajuste de Anual do Contrato e Prorrogação de Vigência)

Contrato n.º. 008/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CEREALISTA MELEIRO LTDA

Objeto: Locação de um imóvel urbano para funcionamento do Conselho Tutelar do Município localizado na Rua Sete de Setembro, n.º 193, Bairro Centro, Meleiro. O referido imóvel é uma casa constituída de um único pavimento, com uma área total de 135,00m².

Valor do Reajuste:

Vigência: Início: 01/03/2022 Término: 28/02/2023.

Data da assinatura: 03 de fevereiro de 2022.

Mirim Doce

PREFEITURA

CONTRATO 11/2022

Publicação Nº 3651895

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 55B68E33EF44F97F73A1EE4296FA806E1B4AA275

CONTRATO

CT 0011/2022- PM/EDU

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O Município de Mirim Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Alfredo Cordeiro, N. 220, inscrita no CNPJ sob n. 95.952.248/0001-69, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Bernardo Peron, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado a Sra. Marlene Menestrina, com endereço situado à Estrada Geral Mirinzinho, S/N, no Município de Mirim Doce, inscrita no CPF sob n. 894.225.979-00 (grupos informais e individuais), doravante denominado (a) CONTRATADA, fundamentados nas disposições da Lei n. 11.947/2009 e da Lei n. 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública n.01/2022, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, e de acordo com a Chamada Pública n. 01/2022, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Os produtos deverão ser entregues de acordo com o descrito no edital da Chamada Pública n. 01/2022

- nas dependências do Centro Educacional De Ribeirão Caetano e Centro De Educação Infantil Emília Dias Batista localizados na Estrada Geral Serra Velha Município – Mirim Doce SC, das 13:00 horas as 17:00 horas,
- nas dependências do Centro Educacional João Custódio Maciel localizado na Estrada Geral Paleta Município- Mirim Doce SC, das 7hs:15 minutos as 11hs:30 minutos e das 13:00 horas as 17:00 horas,
- nas dependências do Centro Educacional Giacomo Zommer localizado Estrada Geral Pinhalzinho Município – Mirim Doce SC, das 7hs:15 minutos as 11hs:30 minutos e das 13:00 horas as 17:00 horas,
- nas dependências do Centro De Educação Infantil Martha Wulff Zimmermann, localizado Rua Bruno Heidrich- 311 Boa Esperança Mirim Doce/SC, das 7:00 horas as 16hs:30 minutos;

Sendo que as entregas deverão ser duas vezes por semana, semanal, quinzenal e mensais, de acordo com cada item do projeto de venda, o qual será repassado aos fornecedores com antecedência o prazo de entrega de cada produto descrito no Anexo I e os produtos serão descarregados pelos próprios entregadores e deverão ser depositados em local apropriado e destinado ao armazenamento.

Produtos congelados e refrigerados deverão ser transportados em carro refrigerado ou em caixas térmicas/isopor, mantendo a temperatura de resfriamento/congelamento do alimento.

Não serão aceitas entregas em finais de semana e todas as entregas deverão ser pré-agendadas com a Nutricionista da Secretaria de Educação (47) 3565-0022 ou pessoalmente em cada entrega, isto se faz necessário devido às paradas pedagógicas e ou feriados municipais que possam acontecer durante a semana.

A pontualidade na entrega das mercadorias para as escolas está vinculada ao cumprimento do Cardápio Nutricional. A não pontualidade na entrega das mercadorias implicará no prejuízo da execução do cardápio e consequentes transtornos no balanceamento nutricional.

Deverá ser cumprido na íntegra todas as questões descritas nos itens do projeto de venda, com relação a qualidade e demais informações elencadas. Caso contrário o produto será devolvido e a entidade deverá fazer a substituição do mesmo.

CLÁUSULA SEGUNDA

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$39.972,75 (trinta e nove mil novecentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos). Conforme Anexo I ao presente contrato.

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa

responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Referência 71

Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Esportes

Unidade: 001 - Secretaria de Educação e Esportes

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2008 - Funcional: 0012.0306.0018 - Merenda Escolar Ensino Fundamental

Elemento: 3339000000000000000 - Aplicações diretas

01000000 Recursos Ordinários

Referência 72

Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Esportes

Unidade: 001 - Secretaria de Educação e Esportes

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2008 - Funcional: 0012.0306.0018 - Merenda Escolar Ensino Fundamental

Elemento: 3339000000000000000 - Aplicações diretas

01430003 PNAE - Ensino Fundamental

Referência 73

Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Esportes

Unidade: 001 - Secretaria de Educação e Esportes

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2008 - Funcional: 0012.0306.0018 - Merenda Escolar Ensino Fundamental

Elemento: 3339000000000000000 - Aplicações diretas

01430004 PNAE - Ensino Especial

Referência 75

Órgão: 04 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Unidade: 001 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2012 - Funcional: 0012.0306.0018 - [Merenda Escolar Ensino Infantil]

Elemento: 3339000000000000000 - [Aplicações diretas]

01000000 Recursos Ordinários

Referência 76

Órgão: 04 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Unidade: 001 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2012 - Funcional: 0012.0306.0018 - [Merenda Escolar Ensino Infantil]

Elemento: 3339000000000000000 - [Aplicações diretas]

01430001 PNAE – Creche

Referência 77

Órgão: 04 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Unidade: 001 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2012 - Funcional: 0012.0306.0018 - [Merenda Escolar Ensino Infantil]

Elemento: 3339000000000000000 - [Aplicações diretas]

01430002 PNAE - Pré Escola

CLÁUSULA SEXTA

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE n. 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n. 01 /2022, pela Resolução CD/FNDE n. 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução n. 4, de 2 de abril de 2015, e Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021, pela Lei n. 8.666/1993 e pela Lei n. 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou de fevereiro a dezembro de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

É competente o Foro da Comarca de Taió, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Mirim Doce/SC, 23 de fevereiro de 2022 .

Contratante Contratada

Município de Mirim Doce /SC Marlene Menestrina

Bernardo Peron

TESTEMUNHAS:

Micheli Dos Santos
CPF: 109.364.959-36

Roberto Aloncio Cavilia
CPF: 716.062.039-91

ANEXO I

Item	Produto	Und.			
			Cota		Cota
10	BOLACHA DE POLVILHO - Bolacha tipo caseira de polvilho, embalada em pacotes de 1 kg, contendo a descrição dos ingredientes, data de fabricação e validade e tabela nutricional.	KG	100	R\$26,9866	R\$2.698,66
11	BOLACHA SEM LACTOSE - Bolacha caseira sem lactose. Produto alimentício isento de lácteos. Embalagem contendo 1kg do produto com descrição dos ingredientes, data de fabricação e validade e tabela nutricional.	KG	450	R\$30,6533	R\$13.793,985
25	MACARRÃO CASEIRO - Macarrão tipo caseiro, pacote de 1kg contendo a descrição dos ingredientes e data de fabricação e validade.	KG	700	R\$13,8966	R\$9.727,62
33	PIZZA - Pizza do tipo caseira e congelada. Sabores diversos. Unidade pesando 700g.	UNID.	100	R\$15,6833	R\$1.568,33
49	MASSA PRONTA PARA PIZZA- Massa pronta para pizza feita com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Massa congelada, acondicionada em saco plástico transparente, atóxico, resistente. Contendo informação nutricional, ingredientes, data de fabricação, data de validade. Pacote com 02 unidades.	PCT	100	R\$6,6866	R\$668,66
50	PÃO CASEIRO- Pão caseiro, com peso aproximado de 650g por unidade, embalado por unidade em embalagem plástica atóxica bem vedada, com licença sanitária.	UNID.	1.625	R\$6,405	R\$10.408,125
51	PÃO CASEIRO INTEGRAL- Pão caseiro integral, feito com no mínimo 50% de farinha de trigo integral, peso aproximado de 650g por unidade, embalado, por unidade em embalagem plástica atóxica bem vedada, com licença sanitária.	UNID.	150	R\$7,3825	R\$1.107,375
Total Fornecedor			3.225		R\$39.972,755

CONTRATO 12/2022

Publicação Nº 3651897

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7DB9AD1419E7834C9B17B14C55F9A5C38B41A3E7

CONTRATO**CT 0012/2022- PM/EDU****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Mirim Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Alfredo Cordeiro, N. 220, inscrita no CNPJ sob n. 95.952.248/0001-69, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Bernardo Peron, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado o Sr. Sidinei Menestrina, com endereço situado à Estrada Geral Mirinzinho, S/N, no Município de Mirim Doce, inscrito no CPF sob n. 024.454.369-07 (grupos informais e individuais), doravante denominado CONTRATADA, fundamentados nas disposições da [Lei n. 11.947/2009](#) e da [Lei n. 8.666/93](#), e tendo em vista o que consta na Chamada Pública n.01/2022, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, e de acordo com a **Chamada Pública n. 01/2022**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Os produtos deverão ser entregues de acordo com o descrito no edital da **Chamada Pública n. 01/2022**

- nas dependências do Centro Educacional De Ribeirão Caetano e Centro De Educação Infantil Emília Dias Batista localizados na Estrada Geral Serra Velha Município – Mirim Doce Sc, das 13:00 horas as 17:00 horas,
 - nas dependências do Centro Educacional João Custódio Maciel localizado na Estrada Geral Paleta Município- Mirim Doce SC, das 7hs:15minutos as 11hs:30 minutos e das 13:00 horas as 17:00 horas,
 - nas dependências do Centro Educacional Giacomo Zommer localizado Estrada Geral Pinhalzinho Município – Mirim Doce SC, das 7hs:15minutos as 11hs:30 minutos e das 13:00 horas as 17:00 horas,
 - nas dependências do Centro De Educação Infantil Martha Wulff Zimmermann, localizado Rua Bruno Heidrich- 311 Boa Esperança Mirim Doce/SC, das 7:00 horas as 16hs:30 minutos;
- Sendo que as entregas deverão ser duas vezes por semana, semanal, quinzenal e mensais, de acordo com cada item do projeto de venda, o qual será repassado aos fornecedores com antecedência o prazo de entrega de cada produto descrito no Anexo I e os produtos serão descarregados pelos próprios entregadores e deverão ser depositados em local apropriado e destinado ao armazenamento.

Produtos congelados e refrigerados **deverão ser transportados em carro refrigerado ou em caixas térmicas/isopor, mantendo a temperatura de resfriamento/congelamento do alimento.**

Não serão aceitas entregas em finais de semana e todas as entregas deverão ser pré-agendadas com a Nutricionista da Secretaria de Educação (47) 3565-0022 ou pessoalmente em cada entrega, isto se faz necessário devido às paradas pedagógicas e ou feriados municipais que possam acontecer durante a semana.

A pontualidade na entrega das mercadorias para as escolas está vinculada ao cumprimento do Cardápio Nutricional. A não pontualidade na entrega das mercadorias implicará no prejuízo da execução do cardápio e consequentes transtornos no balanceamento nutricional.

Deverá ser cumprido na íntegra todas as questões descritas nos itens do projeto de venda, com relação a qualidade e demais informações elencadas. Caso contrário o produto será devolvido e a entidade deverá fazer a substituição do mesmo.

CLÁUSULA SEGUNDA

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$39.972,75 (trinta e nove mil novecentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos). Conforme Anexo I ao presente contrato.

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Referência 71

Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Esportes

Unidade: 001 - Secretaria de Educação e Esportes

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2008 - Funcional: 0012.0306.0018 - Merenda Escolar Ensino Fundamental

**Elemento: 33390000000000000000 - Aplicações diretas
01000000 Recursos Ordinários**

Referência 72**Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Esportes****Unidade: 001 - Secretaria de Educação e Esportes****Tipo Ação: Atividade - Ação: 2008 - Funcional: 0012.0306.0018 - Merenda Escolar Ensino Fundamental****Elemento: 3339000000000000000 - Aplicações diretas****01430003 PNAE - Ensino Fundamental****Referência 73****Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Esportes****Unidade: 001 - Secretaria de Educação e Esportes****Tipo Ação: Atividade - Ação: 2008 - Funcional: 0012.0306.0018 - Merenda Escolar Ensino Fundamental****Elemento: 3339000000000000000 - Aplicações diretas****01430004 PNAE - Ensino Especial****Referência 75****Órgão: 04 - [Secretaria de Educação e Esportes]****Unidade: 001 - [Secretaria de Educação e Esportes]****Tipo Ação: Atividade - Ação: 2012 - Funcional: 0012.0306.0018 - [Merenda Escolar Ensino Infantil]****Elemento: 3339000000000000000 - [Aplicações diretas]****01000000 Recursos Ordinários****Referência 76****Órgão: 04 - [Secretaria de Educação e Esportes]****Unidade: 001 - [Secretaria de Educação e Esportes]****Tipo Ação: Atividade - Ação: 2012 - Funcional: 0012.0306.0018 - [Merenda Escolar Ensino Infantil]****Elemento: 3339000000000000000 - [Aplicações diretas]****01430001 PNAE – Creche****Referência 77****Órgão: 04 - [Secretaria de Educação e Esportes]****Unidade: 001 - [Secretaria de Educação e Esportes]****Tipo Ação: Atividade - Ação: 2012 - Funcional: 0012.0306.0018 - [Merenda Escolar Ensino Infantil]****Elemento: 3339000000000000000 - [Aplicações diretas]****01430002 PNAE - Pré Escola****CLÁUSULA SEXTA**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no [§ 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE n. 26/2013](#) as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n. 01/2022, pela Resolução CD/FNDE ____n. 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução n. 4, de 2 de abril de 2015, e Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021, pela [Lei n. 8.666/1993](#) e pela [Lei n. 11.947/2009](#), em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou de fevereiro a dezembro de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

É competente o Foro da Comarca de Taió, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Mirim Doce/SC, 23 de fevereiro de 2022.

Contratante
Município de Mirim Doce /SC
Bernardo Peron

Contratada
Sidinei Menestrina

TESTEMUNHAS:

Micheli Dos Santos
CPF:109.364.959-36

Roberto Aloncio Cavilia
CPF: 716.062.039-91

ANEXO I

Lote - Lote - Descrição Código	Item - Item - Descrição Código	Qtde Total	Valor Unitário	Valor Total
	1 ABOBRINHA ITALIANA - Tipo italiana: Deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e são, ser frescos, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência. Não serão permitidos rachaduras, perfurações e cortes.	140,00000	3,44	481,04
2 ACELGA- Acelga classificação/	características gerais: deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e são, ser fresca, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie e variedade, estar livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência. não serão aceitas peças murchas, com rachaduras, perfurações e cortes. embalagem: o produto deverá estar acondicionado em embalagem plástica, flexível, atóxica.	200,00000	4,49	898,50
	4 AIPIM/MANDIOCA - Aipim, mandioca, do tipo descascado, lavado e congelado. Embalagem plástica de 1 kg.	500,00000	5,04	2.518,75
	5 ALFACE- Alface tipo americana, lisa ou crespa, categoria extra, com folhas de coloração verde, fresca tenra, limpa e sem marcas de insetos. Não serão aceitas folhas murchas, danificadas, amareladas ou com sujidades, parasitas e larvas.	400,00000	3,24	1.294,00
7 BATATA DOCE - Batata doce de 1ª	qualidade, lavada, firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, (rachaduras, cortes); tamanho e conformação uniformes.	400,00000	4,72	1.888,00
	9 BETERRABA - Beterraba sem folhas, categoria extra, sem defeitos graves (podridão mole, deformação, sem defeitos, lenhosas, rachadas, danos mecânicos, murchas injúrias por pragas ou doenças).	400,00000	4,50	1.798,40

12 BRÓCOLIS - Brócolis comum, cor	verde escuro, sem defeitos graves (podridão, danos profundos, impurezas, passadas, folhas na flor, peludas ou com manchas cor de vinho) ser bem definidos, sãs, inteiros, livres de umidade externa excessiva. Sem manchas amareladas e murchas. Com ausências de sujidades, parasitas e larvas.	450,00000	4,89	2.201,40
13 CEBOLA BRANCA - Cebola branca	compacta e firme, categoria extra, sem defeitos graves (talos grossos, brotados, podridão, mofados ou manchas negras).	400,00000	3,97	1.588,00
15 CHUCHU - Chuchu, sem defeitos	graves (podridão, murchos, queimados, danos não cicatrizados, deformados e com ausência de pedúnculo), categoria extra.	250,00000	4,32	1.080,63
16 COUVE-FLOR - In natura, com folhas,	flores de coloração branca, compactas e fechadas, uniforme, fresca e sem manchas, intactas, firmes e bem desenvolvidas, sem fermentos ou defeitos, livre de terra nas folhas externas.	450,00000	5,04	2.268,00
Lote - Lote - Descrição Código	Item - Item - Descrição Código	Qtde Total	Valor Unitário	Valor Total
	17 COUVE MANTEIGA - Couve manteiga maço ou picada, constituída de couve de ótima qualidade, sem defeitos, com folhas verdes sem traços de descoloração turgescente, intactas, firmes e bem desenvolvidas. Deverão apresentar coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade. Contendo em média 200g.	400,00000	3,40	1.361,32
23 GELEIA DE FRUTAS - Geleia de 350,00000	23,66 8.281,00			
	frutas, tipo caseira armazenada em pote de vidro ou plástico resistente contendo 1 kg, a descrição dos ingredientes e data de fabricação e validade.			
30 PEPINO COMUM -Pepino comum,	fresco, de primeira qualidade, categoria extra, apresentando grau de maturação mínimo que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Firme, casca lisa e preservada, com ausência de sujidades parasitas e larvas. Tamanhos homogêneos.	500,00000	3,95	1.975,00
36 REPOLHO BRANCO - Repolho	branco com formato da cabeça redondo, folhas lisas, classe 04 (pesando entre 1 a 1,5 quilos), sem defeitos graves (podridão, rachaduras, danos profundos), sem manchas, danos superficial, substâncias	500,00000	4,20	2.101,25

	estranhas ou presença de organismos vivos, categoria extra.			
39	TEMPERO VERDE - Tempero verde maço ou picado (salsa, cebolinha), coloração e aspecto de acordo com a variedade, contendo 100g.	300,00000	2,91	871,98
42	VAGEM - Vagem verde, nova, íntegra e de primeira qualidade, isenta de sujidades, parasitas, larvas e sinais de apodrecimento.	200,00000	7,45	1.490,00
				Valor total: R\$23.816,27

CONTRATO 13/2022

Publicação Nº 3651898

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 86CFEB3857E7B3356E7B148A18296C9A3607102A

CONTRATO

CT 0013/2022- PM/EDU

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O Município de Mirim Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Alfredo Cordeiro , N. 220, inscrita no CNPJ sob n. 95.952.248/0001-69 , representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Bernardo Peron, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado a Sra. Tuani Fiamoncini de França, com endereço situado à Localidade de Pinhalzinho, S/N, no Município de Mirim Doce, inscrita no CPF sob n. 093.095.909-47 (grupos informais e individuais), doravante denominada CONTRATADA, fundamentados nas disposições da Lei n. 11.947/2009 e da Lei n. 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública n.01/2022, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, e de acordo com a Chamada Pública n. 01/2022, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Os produtos deverão ser entregues de acordo com o descrito no edital da Chamada Pública n. 01/2022

- nas dependências do Centro Educacional De Ribeirão Caetano e Centro De Educação Infantil Emília Dias Batista localizados na Estrada Geral Serra Velha Município – Mirim Doce Sc, das 13:00 horas as 17:00 horas,
- nas dependências do Centro Educacional João Custódio Maciel localizado na Estrada Geral Paleta Município- Mirim Doce SC, das 7hs:15 minutos as 11hs:30 minutos e das 13:00 horas as 17:00 horas,
- nas dependências do Centro Educacional Giacomo Zommer localizado Estrada Geral Pinhalzinho Município – Mirim Doce SC, das 7hs:15 minutos as 11hs:30 minutos e das 13:00 horas as 17:00 horas,
- nas dependências do Centro De Educação Infantil Martha Wulff Zimmermann, localizado Rua Bruno Heidrich- 311 Boa Esperança Mirim Doce/SC, das 7:00 horas as 16hs:30 minutos;

Sendo que as entregas deverão ser duas vezes por semana, semanal, quinzenal e mensais, de acordo com cada item do projeto de venda, o qual será repassado aos fornecedores com antecedência o prazo de entrega de cada produto descrito no Anexo I e os produtos serão descarregados pelos próprios entregadores e deverão ser depositados em local apropriado e destinado ao armazenamento.

Produtos congelados e refrigerados deverão ser transportados em carro refrigerado ou em caixas térmicas/isopor, mantendo a temperatura de resfriamento/congelamento do alimento.

Não serão aceitas entregas em finais de semana e todas as entregas deverão ser pré-agendadas com a Nutricionista da Secretaria de Educação (47) 3565-0022 ou pessoalmente em cada entrega, isto se faz necessário devido às paradas pedagógicas e ou feriados municipais que possam acontecer durante a semana.

A pontualidade na entrega das mercadorias para as escolas está vinculada ao cumprimento do Cardápio Nutricional. A não pontualidade na entrega das mercadorias implicará no prejuízo da execução do cardápio e consequentes transtornos no balanceamento nutricional.

Deverá ser cumprido na íntegra todas as questões descritas nos itens do projeto de venda, com relação a qualidade e demais informações elencadas. Caso contrário o produto será devolvido e a entidade deverá fazer a substituição do mesmo.

CLÁUSULA SEGUNDA

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$39.972,75 (trinta e nove mil novecentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos). Conforme Anexo I ao presente contrato.

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Referência 71

Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Esportes

Unidade: 001 - Secretaria de Educação e Esportes

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2008 - Funcional: 0012.0306.0018 - Merenda Escolar Ensino Fundamental

Elemento: 3339000000000000000 - Aplicações diretas

01000000 Recursos Ordinários

Referência 72

Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Esportes

Unidade: 001 - Secretaria de Educação e Esportes

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2008 - Funcional: 0012.0306.0018 - Merenda Escolar Ensino Fundamental

Elemento: 3339000000000000000 - Aplicações diretas

01430003 PNAE - Ensino Fundamental

Referência 73

Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Esportes

Unidade: 001 - Secretaria de Educação e Esportes

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2008 - Funcional: 0012.0306.0018 - Merenda Escolar Ensino Fundamental

Elemento: 3339000000000000000 - Aplicações diretas

01430004 PNAE - Ensino Especial

Referência 75

Órgão: 04 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Unidade: 001 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2012 - Funcional: 0012.0306.0018 - [Merenda Escolar Ensino Infantil]

Elemento: 3339000000000000000 - [Aplicações diretas]

01000000 Recursos Ordinários

Referência 76

Órgão: 04 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Unidade: 001 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2012 - Funcional: 0012.0306.0018 - [Merenda Escolar Ensino Infantil]

Elemento: 3339000000000000000 - [Aplicações diretas]

01430001 PNAE – Creche

Referência 77

Órgão: 04 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Unidade: 001 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2012 - Funcional: 0012.0306.0018 - [Merenda Escolar Ensino Infantil]

Elemento: 3339000000000000000 - [Aplicações diretas]

01430002 PNAE - Pré Escola

CLÁUSULA SEXTA

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE n. 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n. 01 /2022, pela Resolução CD/FNDE n. 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução n. 4, de 2 de abril de 2015, e Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021, pela Lei n. 8.666/1993 e pela Lei n. 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou de fevereiro a dezembro de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

É competente o Foro da Comarca de Taió, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Mirim Doce/SC, 23 de fevereiro de 2022 .

Contratante	Contratada
Município de Mirim Doce /SC	Tuani Fiamoncini de França
Bernardo	Peron

TESTEMUNHAS:

Micheli Dos Santos	Roberto Aloncio Cavilia
CPF: 109.364.959-36	CPF: 716.062.039-91

ANEXO I

Lote - Lote - Descrição Código	Item - Item - Descrição Código	Qtde Total	Valor Unitário	Valor Total
	35 POLVILHO AZEDO - Produto amiláceo extraído da mandioca. Deve ser fabricada a partir de matéria prima sã e limpa, isenta de matéria terrosa e de parasitos. Não pode estar úmido, fermentado ou rançoso.	750,00000	7,95	5.962,50

CONTRATO 14/2022

Publicação Nº 3651899

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BFE312DDF8801FB178355E9644A18CD4E8667C55

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE**

Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC

CNPJ N.º 95.952.248/0001-69

CONTRATO**CT 0014/2022- PM/EDU****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

O Município de Mirim Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Alfredo Cordeiro, N.º 220, inscrita no CNPJ sob n.º 95.952.248/0001-69, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Bernardo Peron, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado a COOPERATIVA DE PEQUENOS PRODUTORES DE TAIÓ-COOPERTAIO, com endereço situado à Rua Expedicionário Rafael Busarello, nº 530, Bairro Padre Eduardo, no Município de Taió/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 19.931.480/0001-32 (grupos formais e individuais), doravante denominado CONTRATADA, fundamentados nas disposições da [Lei n.º 11.947/2009](#) e da [Lei n.º 8.666/93](#), e tendo em vista o que consta na Chamada Pública n.º 01/2022, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, e de acordo com a **Chamada Pública n.º 01/2022**, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Os produtos deverão ser entregues de acordo com o descrito no edital da **Chamada Pública n.º 01/2022**

- nas dependências do Centro Educacional De Ribeirão Caetano e Centro De Educação Infantil Emília Dias Batista localizados na Estrada Geral Serra Velha Município – Mirim Doce SC, das 13:00 horas as 17:00 horas,
- nas dependências do Centro Educacional João Custódio Maciel localizado na Estrada Geral Paleta Município- Mirim Doce SC, das 7hs:15minutos as 11hs:30 minutos e das 13:00 horas as 17:00 horas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE

Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC
CNPJ N.º 95.952.248/0001-69

- nas dependências do Centro Educacional Giacomo Zommer localizado Estrada Geral Pinhalzinho Município – Mirim Doce SC, das 7hs:15minutos as 11hs:30 minutos e das 13:00 horas as 17:00 horas,
- nas dependências do Centro De Educação Infantil Martha Wulff Zimmermann, localizado Rua Bruno Heidrich- 311 Boa Esperança Mirim Doce/SC, das 7:00 horas as 16hs:30 minutos;

Sendo que as entregas deverão ser duas vezes por semana, semanal, quinzenal e mensais, de acordo com cada item do projeto de venda, o qual será repassado aos fornecedores com antecedência o prazo de entrega de cada produto descrito no Anexo I e os produtos serão descarregados pelos próprios entregadores e deverão ser depositados em local apropriado e destinado ao armazenamento.

Produtos congelados e refrigerados **deverão ser transportados em carro refrigerado ou em caixas térmicas/isopor, mantendo a temperatura de resfriamento/congelamento do alimento.** Não serão aceitas entregas em finais de semana e todas as entregas deverão ser pré-agendadas com a Nutricionista da Secretaria de Educação (47) 3565-0022 ou pessoalmente em cada entrega, isto se faz necessário devido às paradas pedagógicas e ou feriados municipais que possam acontecer durante a semana.

A pontualidade na entrega das mercadorias para as escolas está vinculada ao cumprimento do Cardápio Nutricional. A não pontualidade na entrega das mercadorias implicará no prejuízo da execução do cardápio e consequentes transtornos no balanceamento nutricional.

Deverá ser cumprido na íntegra todas as questões descritas nos itens do projeto de venda, com relação a qualidade e demais informações elencadas. Caso contrário o produto será devolvido e a entidade deverá fazer a substituição do mesmo.

CLÁUSULA SEGUNDA

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$39.972,75 (trinta e nove mil novecentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos). Conforme Anexo I ao presente contrato.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE**

Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC
CNPJ N.º 95.952.248/0001-69

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Referência 71

Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Esportes

Unidade: 001 - Secretaria de Educação e Esportes

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2008 - Funcional: 0012.0306.0018 - Merenda Escolar Ensino Fundamental

Elemento: 33390000000000000000 - Aplicações diretas

01000000 Recursos Ordinários

Referência 72

Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Esportes

Unidade: 001 - Secretaria de Educação e Esportes

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2008 - Funcional: 0012.0306.0018 - Merenda Escolar Ensino Fundamental

Elemento: 33390000000000000000 - Aplicações diretas

01430003 PNAE - Ensino Fundamental

Referência 73

Órgão: 04 - Secretaria de Educação e Esportes

Unidade: 001 - Secretaria de Educação e Esportes

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2008 - Funcional: 0012.0306.0018 - Merenda Escolar Ensino Fundamental

Elemento: 33390000000000000000 - Aplicações diretas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE**

Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC
CNPJ N.º 95.952.248/0001-69

01430004 PNAE - Ensino Especial

Referência 75

Órgão: 04 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Unidade: 001 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2012 - Funcional: 0012.0306.0018 - [Merenda Escolar Ensino Infantil]

Elemento: 33390000000000000000 - [Aplicações diretas]

01000000 Recursos Ordinários

Referência 76

Órgão: 04 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Unidade: 001 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2012 - Funcional: 0012.0306.0018 - [Merenda Escolar Ensino Infantil]

Elemento: 33390000000000000000 - [Aplicações diretas]

01430001 PNAE – Creche

Referência 77

Órgão: 04 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Unidade: 001 - [Secretaria de Educação e Esportes]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2012 - Funcional: 0012.0306.0018 - [Merenda Escolar Ensino Infantil]

Elemento: 33390000000000000000 - [Aplicações diretas]

01430002 PNAE - Pré Escola

CLÁUSULA SEXTA

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no [§ 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE n. 26/2013](#) as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE

Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC
CNPJ N.º 95.952.248/0001-69

CLÁUSULA NONA

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n. 01/2022, pela Resolução CD/FNDE n. 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução n. 4, de 2 de abril de 2015, e Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021, pela [Lei n. 8.666/1993](#) e pela [Lei n. 11.947/2009](#), em todos os seus termos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE

Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC
CNPJ N.º 95.952.248/0001-69

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou de fevereiro a dezembro de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

É competente o Foro da Comarca de Taió, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE**

Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC
CNPJ N.º 95.952.248/0001-69

Mirim Doce/SC, 23 de fevereiro de 2022.

Contratante
Município de Mirim Doce /SC
Bernardo Peron

Contratada
Cooperativa De Pequenos Produtores De Taió
COOPERTAIO

TESTEMUNHAS:

Micheli Dos Santos
CPF:109.364.959-36

Roberto Aloncio Cavilia
CPF: 716.062.039-91



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE

Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC

CNPJ N.º 95.952.248/0001-69

ANEXO I

Lote - Lote - Descrição Código	Item - Item - Descrição Código	Qtde Total	Valor Unitário	Valor Total
	3 AÇÚCAR MASCAVO - Embalagem de 1 Kg, não deve apresentar sujidade, umidade, bolor. Prazo de validade no mínimo 6 meses a contar da data de entrega.	50,00000	15,37	768,50
	8 BATATA INGLESA - Batata inglesa, lavadas ou escovadas, classe maior que 42 até 70 mm, sem defeitos graves (podridão, úmida, seca, coração oco ou negro), apresentação firme, inteiras, desprovidas de odor ou sabor estranho, sem material terroso ou sujidade, livres de substâncias tóxicas ou nocivas.	800,00000	4,72	3.778,00
	10 BOLACHA DE POLVILHO - Bolacha tipo caseira de polvilho, embalada em pacotes de 1 kg, contendo a descrição dos ingredientes, data de fabricação e validade e tabela nutricional.	300,00000	26,99	8.095,98
	11 BOLACHA SEM LACTOSE - Bolacha caseira sem lactose. Produto alimentício isento de lácteos. Embalagem contendo 1kg do produto com descrição dos ingredientes, data de fabricação e validade e tabela nutricional.	150,00000	30,65	4.598,00
	14 CENOURA - Cenoura, sem defeitos graves (podridão mole, deformação ombros verdes ou roxos, sem defeitos, lenhosas, rachadas, danos mecânicos, podridão seca, murchas, injúrias por pragas ou doenças).	450,00000	4,21	1.893,37
	18 FEIJÃO PRETO - Tipo 1. Novo, constituído de 95% de grãos inteiros, maduros, limpos e secos. Com teor de umidade máxima de 15%. Isento de materiais terrosos, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Livre de fermentação. Acondicionado em embalagem plástica atóxica de 1kg. Validade mínima de 90 dias a partir da data de entrega.	800,00000	9,00	7.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE

Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC

CNPJ N.º 95.952.248/0001-69

19 FEIJÃO VERMELHO - Tipo 1. Novo, constituído de 95% de grãos inteiros, maduros, limpos e secos. Com teor de umidade máxima de 15%. Isento de materiais terrosos, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Livre de fermentação. Acondicionado em embalagem plástica atóxica de 1kg. Validade mínima de 90 dias a partir da data de entrega	460,00000	11,75	5.402,70
20 FILÉ DE PEIXE - Filé de peixe (tipo Tilápia, congelado, limpo, sem couro, de primeira qualidade, sem escamas, sem espinha, isentos de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas) com carimbos oficiais (SIM, SIP, ou SIF), de acordo com as portarias do ministério da agricultura e vigilância sanitária). Embalagem contendo 800g.	600,00000	40,97	24.582,00
24 LARANJA - Laranja pera, valência, lima, tamanho homogêneo, sem defeitos graves (podridão, danos profundos, frutos passados) sem manchas ou deformação. Com peso médio unitário de aproximadamente 200 gramas.	1.200,00000	4,36	5.232,00
25 MACARRÃO CASEIRO - Macarrão tipo caseiro, pacote de 1kg contendo a descrição dos ingredientes e data de fabricação e validade.	500,00000	13,90	6.948,30
26 MEL - Mel de abelha silvestre, embalagem de 1kg, contendo data de fabricação e validade.	60,00000	30,17	1.810,00
27 MORANGO CONGELADO - Frutas em bom estado de conservação, congeladas, entregues em embalagens plásticas transparentes de 1 kg.	300,00000	18,89	5.667,99
28 MORANGOS FRESCOS- Embalagens atóxicas contendo 1kg do produto, isento de sujidades e partes apodrecidas.	300,00000	20,99	6.297,00
29 OVOS DE GALINHA - Ovos de galinha, vermelho, médio. Isento de sujidades, fungos e substâncias tóxicas. Acondicionado em caixas próprias com 12 unidades. Prazo de validade mínimo de 20 dias após entrega. Suas condições devem estar de acordo com a resolução nº01 de 05/07/1991.	1.000,00000	7,60	7.600,00
31 PIMENTÃO AMARELO/VERMELHO - Pimentão amarelo/vermelho, de primeira qualidade, isentos de material terroso, amasso e sinais de apodrecimento.	120,00000	20,10	2.411,59
32 PIMENTÃO VERDE - Pimentão verde de primeira qualidade, isentos de material terroso, amasso e sinais de apodrecimento.	130,00000	8,31	1.080,73
33 PIZZA - Pizza do tipo caseira e congelada. Sabores diversos. Unidade pesando 700g.	150,00000	15,68	2.352,50
34 PIZZA - Pizza do tipo caseira e congelada. Sabores diversos. Unidade pesando 250 g.	1.000,00000	6,20	6.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRIM DOCE

Rua Alfredo Cordeiro, nº 220, Centro – Mirim Doce/SC

CNPJ N.º 95.952.248/0001-69

37 SUCO DE UVA INTEGRAL - Suco de uva tinto integral, sem açúcar e sem conservantes, e embalagem de vidro ou plástico contendo 1 litro com informações nutricionais, validade e procedência.	400,00000	15,22	6.086,64
38 TANGERINA/BERGAMOTA - Tangerina Pokan ou Bergamota de 1ª qualidade - peso médio 200g, casca lisa livre de fungos.	600,00000	5,32	3.193,50
40 TOMATE - Tomate salada, boa qualidade, gráudo, com polpa firme e Intacta, isento de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livres de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, rachaduras e cortes.	700,00000	7,58	5.308,31
49 MASSA PRONTA PARA PIZZA- Massa pronta para pizza feita com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico. Massa congelada, acondicionada em saco plástico transparente, atóxico, resistente. Contendo informação nutricional, ingredientes, data de fabricação, data de validade. Pacote com 02 unidades.	550,00000	6,69	3.677,63
50 PÃO CASEIRO- Pão caseiro, com peso aproximado de 650g por unidade, embalado por unidade em embalagem plástica atóxica bem vedada, com licença sanitária.	25,00000	6,41	160,13
51 PÃO CASEIRO INTEGRAL- Pão caseiro integral, feito com no mínimo 50% de farinha de trigo integral, peso aproximado de 650g por unidade, embalado, por unidade em embalagem plástica atóxica bem vedada, com licença sanitária.	1.050,00000	7,38	7.751,63
52 POLPA DE FRUTAS- Polpa de frutas naturais, sabores (maracujá, abacaxi, manga, acerola) de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em saco plástico transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade.	300,00000	25,27	7.579,98
54 SUCO DE TANGERINA- Suco de Tangerina integral, sem açúcar e sem conservantes, e embalagem de vidro ou plástico contendo 1 litro com informações nutricionais, validade e procedência.	300,00000	14,45	4.335,00

Valor Total: R\$140.011,48

10

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 073/2022 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação Nº 3651458

DECRETO Nº 073/2022 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO DE SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, DECORRENTE DE CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei 1960/2010 e suas alterações, Concurso Público – Edital 001/2017, em especial a Lei Municipal 1.513/02 e demais normas pertinentes,

Considerando o cumprimento do prazo e a aprovação nas respectivas avaliações do estágio probatório,

Considerando parecer da comissão municipal do estágio probatório, do Município de Modelo SC, relativo às servidoras e cargos que mencionam este Decreto,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as avaliações, aprovados os respectivos Estágios Probatórios, arquivados nas pastas funcionais e declarada a aquisição da estabilidade no serviço Público Municipal de Modelo – SC, as Servidoras Municipais conforme abaixo nominadas:

Nome do Servidor	CAROLAI FACCO
Cargo	AUXILIAR EDUCACIONAL
Matrícula	2452-0
Decreto de Nomeação	038/2019 de 04/02/2019
DATA FINAL DA AVALIAÇÃO	04/02/2022

Nome do Servidor	JAINÉ ANDRESSA ALBANI
Cargo	AUXILIAR EDUCACIONAL
Matrícula	2451-1
Decreto de Nomeação	015/2019 de 23/01/2019
DATA FINAL DA AVALIAÇÃO	23/01/2022

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 28 de fevereiro de 2022.

DIRCEU SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

SILVANA FERRARI

Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 036/2022 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação Nº 3651468

PORTARIA Nº 036/2022 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS A QUE MENCIONA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conforme Lei nº 1.960/2010, e em especial em conformidade com o Art.º 95 da Lei Municipal 1.513/2002, e demais normas legais pertinentes,

Considerando o requerimento apresentado pelos servidores.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, Gratificação por Grau de Instrução, conforme requerido e a que fazem jus, que incidirá sobre o vencimento base na seguinte forma:

SERVIDOR	PERCENTUAL	NÍVEL
Jaine Andressa Albani Cargo: Auxiliar Educacional Decreto de Efetivação nº 073/2022	05% (cinco por cento) 05% (cinco por cento) Concedido: 02/2022	Graduação – Curso de Graduação em Pedagogia – registrado sob o nº 1491/2016 no Livro 513-N, fls. 41 no cartório Salinet 4º Serventia Notarial PR, em 09.12.2016 – Universidade Pitágoras Unopar. Especialização – Curso de Pós Graduação “Lato Sensu” em Educação Especial – registrado sob o nº 66 no Livro eletrônico nº 325, fls. 66, em 20.03.2019, da Faculdade São Braz – FSB.

Carolai Facco Cargo: Auxiliar Educacional Decreto de Efetivação n° 073/2022	05% (cinco por cento) Concedido: 02/2022	Graduação – Curso de Graduação em Pedagogia – registrado sob o n° 988/2019 no Livro 541-N, fls. 146 no cartório Salinet 4° Tabelionato de Notas de Londrina - PR, em 01.07.2019 – Universidade Pitágoras Unopar.
--	---	--

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 28 de fevereiro de 2022.

DIRCEU SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

SILVANA FERRARI

Assessora de Departamento

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2022

Publicação Nº 3652018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2022
REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2022

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 95 996 104 0001 04 representado neste ato pela Prefeita Municipal, Sonia Salete Vedovatto, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MARMITAS COMPLETAS PARA AS EQUIPES DE TRABALHO QUE REALIZAM SERVIÇOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

Forma de Julgamento: Menor Preço por Lote.

Recebimento das Propostas: das 09:00h às 09:45min, no dia 14 de março de 2022 no protocolo. Abertura das Propostas: Às 10h20min do dia 14 de março de 2022, na sala de reuniões.

Local: Prefeitura Municipal de Monte Carlo SC, sito a rua Wilma Gomes, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC.

Contato: Telefone: (49) 35460194 / E-mail: licitacao2@montecarlo.sc.gov.br

Área Responsável: Departamento de Compras e Licitações.

Áreas Requisitantes: Sec. de Obras e Sec. Agricultura e Meio Ambiente

A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, CONSOANTE AS CONDIÇÕES ESTATUÍDAS NESTE Edital, será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto 5.144/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/93 com suas modificações.

1. OBJETO

1.1. Este edital refere-se ao REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MARMITAS COMPLETAS PARA AS EQUIPES DE TRABALHO QUE REALIZAM SERVIÇOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

1.2. Este certame atenderá as necessidades da Secretaria de Obras e Urbanismo, e também da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Navegantes

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

PORTARIA Nº 013 DE 02 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3645739

PORTARIA N º 013 DE 02 DE MARÇO DE 2022.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99/2011,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 36, I, II, III, Art. 38 e Art. 61 da Lei Complementar Municipal nº 99/2011 C/C Art. 6º, incisos I, II, III e IV da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social;

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, à segurada PATRICIA DA SILVA HONORATO, portadora da cédula de identidade n.º 2.481.586, inscrita no CPF sob o n.º 861.547.709-44, e PIS/PASEP nº 124.11930.72-2, efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2022.04.08766P, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 02 DE MARÇO DE 2022.

Gisele de Oliveira Fernandes

DIRETORA-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 02 de março de 2022.

Nova Trento

PREFEITURA

PROCESSO Nº 030/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022

Publicação Nº 3651021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9C613FE15C03EFD00FC014DF01FDC58BA9DC89FF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE 900 CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO CONFORME ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO EFETUADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME QUANTIDADES, NECESSIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL. Disputa em meio eletrônico COM USO DA PLATAFORMA BNC QUE É CREDENCIADA JUNTO A PLATAFORMA MAIS BRASIL. Empresas interessadas deverão cadastrar-se no endereço eletrônico: bnc.org.br

Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 16/03/2022. Início da sessão em MEIO ELETRÔNICO as 09:00 horas do dia 16/03/2022.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267.3213 e (48) 3267.3211 – Endereço eletrônico: www.novatreto.sc.gov.br. - Email: licitacao@novatreto.sc.gov.br

Tiago Dalsasso
Prefeito

PROCESSO Nº 041/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022

Publicação Nº 3651216

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2FE7C92635A90CB22A74E28745DEFFE6F7F26A4B

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022 – REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO E SERVIÇOS DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EQUIPAMENTO DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, TENDAS, PALCO, CADEIRAS DE PLÁSTICO E CAMAROTE PARA EVENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS INCLUINDO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. Disputa em meio eletrônico COM USO DA PLATAFORMA BNC QUE É CREDENCIADA JUNTO A PLATAFORMA MAIS BRASIL. Empresas interessadas deverão cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/>

Julgamento: Menor preço por LOTE. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 14/03/2022. Início da sessão em MEIO ELETRÔNICO as 09:00 horas do dia 14/03/2022.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267.3213 e (48) 3267.3211 – site: www.novatreto.sc.gov.br. Email: licitacao@novatreto.sc.gov.br

Tiago Dalsasso
Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 004/2022

Publicação Nº 3650977

RESOLUÇÃO Nº 04/2022/CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.284/93, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de Fevereiro de 2022, resolve dispor sobre a criação do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e dá outras providência.

CONSIDERANDO a LEI 13.431/17, que Estabelece o Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

CONSIDERANDO que o Decreto 9603/18, em seu art. 9º, inciso II, § 1º dispõe a escuta especializada dentre os procedimentos possíveis do atendimento intersetorial;

CONSIDERANDO que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018 regulamenta a Lei n.º 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantias de direito da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, reiterando que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que devem receber proteção integral.

CONSIDERANDO que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018, especifica que o sistema de garantia de direitos intervirá nas situações de violência contra crianças e adolescentes com a finalidade de mapear as ocorrências das formas de violência e suas particularidades no País.

CONSIDERANDO que o Decreto Presidencial n.º 9.603/2018, afirma que é preciso prevenir, fazer cessar e evitar a reiteração da violência, promovendo o atendimento de crianças e adolescentes para minimizar as sequelas da violência sofrida, bem como para garantir a reparação integral de seus direitos.

CONSIDERANDO a Lei 13.431/17, que define ser a escuta especializada um procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima em suas demandas, na perspectiva de superação das consequências da violação sofrida, inclusive no âmbito familiar. Deve-se limitar estritamente ao necessário para o cumprimento da finalidade de proteção.

CONSIDERANDO que nas políticas intersetoriais é imprescindível que haja integração dos serviços e o estabelecimento de fluxo de atendimento, sendo que os atendimentos devem ser realizados de maneira articulada; não havendo a superposição de tarefas; necessária a prioridade na cooperação entre os entes; exigindo a fixação de mecanismos de compartilhamento das informações; e a definição do papel de cada instância/serviço e do profissional de referência que supervisionará as atividades.

CONSIDERANDO que o Decreto fixou o prazo de 180 dias, a partir de sua publicação, para a criação, preferencialmente no âmbito dos conselhos de direitos das crianças e adolescentes, de um Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

Art. 2º - O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas, será composto por 02 representantes da política de saúde, 02 da política de educação, 02 da política de assistência social, 02 representantes do CMDCA e 02 representantes do Conselho Tutelar. Sendo eles:

I – Representantes da Política de Saúde: Mônica Amorim – Psicóloga
Ana Lúcia Francisco – Assistente Social

II – Representantes da Política de Educação: Yasmin Sauer Machado – Psicóloga
Elisângela Marchiori Reichert – Supervisora da Educação Especial

III – Representantes da Política de Assistência Social: Samanta Lazzarotto Franzoi - Psicóloga
Fernanda Casola – Psicóloga

IV – Representantes do CMDCA: Maria Cristina Adami – Conselheira Governamental
Karime Feller – Conselheira Não-governamental

V – Representantes do Conselho Tutelar: Izabel Critina Schornes de Carvalho
Rudnei Montibeller

Art. 3º - As reuniões do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, acontecerão uma vez por mês, com agendamento prévio, sendo que, sempre que necessário serão realizadas reuniões extraordinárias.

Art. 4º - O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas, definirá um coordenador e um vice-coordenador para responderem sempre que necessário pelo Comitê Gestor e representa-lo, quando necessário.

Art. 5º - Cabe ao Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, conforme Art. 9, do Decreto Presidencial n.º 9.603/2018:

I - articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê;

II - definir o fluxo de atendimento, observados os seguintes requisitos:

- a) os atendimentos à criança ou ao adolescente serão feitos de maneira articulada;
- b) a superposição de tarefas será evitada;
- c) a cooperação entre os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos será priorizada;
- d) os mecanismos de compartilhamento das informações serão estabelecidos;
- e) o papel de cada instância ou serviço e o profissional de referência que o supervisionará será definido; e

III - criar grupos intersetoriais locais para discussão, acompanhamento e encaminhamento de casos de suspeita ou de confirmação de violência contra crianças e adolescentes.

§ 1º O atendimento intersetorial poderá conter os seguintes procedimentos:

- I - acolhimento ou acolhida;
- II - escuta especializada nos órgãos do sistema de proteção;
- III - atendimento da rede de saúde e da rede de assistência social;
- IV - comunicação ao Conselho Tutelar;
- V - comunicação à autoridade policial;

VI - comunicação ao Ministério Público;

IV - depoimento especial perante autoridade policial ou judiciária; e

V - aplicação de medida de proteção pelo Conselho Tutelar, caso necessário.

§ 2º Os serviços deverão compartilhar entre si, de forma integrada, as informações coletadas junto às vítimas, aos membros da família e a outros sujeitos de sua rede afetiva, por meio de relatórios, em conformidade com o fluxo estabelecido, preservado o sigilo das informações.

§ 3º Poderão ser adotados outros procedimentos, além daqueles previstos no § 1º, quando o profissional avaliar, no caso concreto, que haja essa necessidade.

Art. 6º - O financiamento das ações da Comissão de Gestão Colegiada e do processo de implantação da Escuta Especializada junto aos Municípios serão custeadas pelos fundos das políticas – saúde, assistência social e educação e também pelo Fundo da Infância e Adolescência – FIA.

Art. 7º - O servidor nomeado para compor esse Comitê de Gestão Colegiada estará liberado das suas atividades, quando das reuniões e ações relativas a escuta especializada.

Art. 8º - O Comitê de Gestão Colegiada fará a inclusão em seu Plano de Trabalho, das Capacitações para a rede de proteção, aqueles que ouvem e recebem a revelação espontânea junto aos Municípios, das Capacitações aos Profissionais capacitados da rede, que são responsáveis para a realização da entrevista da escuta especializada, e Capacitações para toda a sociedade, no sentido preventivo e protetivo.

Art. 9º - Os casos omissos na presente Resolução serão avaliados pelo Comitê de Gestão Colegiada e submetidos à Sessão Plenária do CMDCA.

Art. 10º - Essa Resolução entra em vigor a partir de sua data de publicação

Nova Trento, 23 de Fevereiro de 2022.

Maria Cristina Adami

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2021

Publicação Nº 3652076

Página: 1 / 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Nº 150/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14 / 2022

No dia 25 do mês de Fevereiro do ano de 2022 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na Praça del Comune, 126, bairro Centro, CEP nº 88270000, nesta cidade de Nova Trento, SC, representado pelo PREFEITO, o Sr(a) TIAGO DALSSO inscrito no cpf sob o nº 069.433.949-08, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 72/2021, Processo licitatório nº 150/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL PEDAGÓGICO E DE ESCRITÓRIO PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS DURANTE O ANO DE 2022, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
JEFERSON ADRIANO DA SILVA 05129688961	106,108

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JEFERSON ADRIANO DA SILVA 05129688961	23.959.105/0001-78		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL PEDAGÓGICO E DE ESCRITÓRIO PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS DURANTE O ANO DE 2022

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: JEFERSON ADRIANO DA SILVA 05129688961						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
106	CALCULADORA DE MESA 12 DIGITOS	UNIDADE	ALFACELL CALCULADORA	40	19,00	760,00
108	MATERIAL DOURADO 62 PEÇAS	UNIDADE	FUNDAMENTAL MATERIAL	50	14,99	749,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios

disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do

município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não

Página: 5 / 5

executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Nova Trento, 25 de Fevereiro de 2022

JEFERSON ADRIANO DA SILVA
CNPJ: 23.959.105/0001-78

TIAGO DALSASSO
PREFEITO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2021

Publicação Nº 3652078

Página: 1 / 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Nº 150/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15 / 2022

No dia 25 do mês de Fevereiro do ano de 2022 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na Praça del Comune, 126, bairro Centro, CEP nº 88270000, nesta cidade de Nova Trento, SC, representado pelo PREFEITO, o Sr(a) TIAGO DALASSO inscrito no cpf sob o nº 069.433.949-08, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 72/2021, Processo licitatório nº 150/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL PEDAGÓGICO E DE ESCRITÓRIO PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS DURANTE O ANO DE 2022, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
JULIANO MEINSCHIN EIRELI	7,10,15,16,17,20,24,30,39,47,59,60,70,74,84,90,91,92,93,95,96,97,101

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JULIANO MEINSCHIN EIRELI	38.613.730/0001-30		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL PEDAGÓGICO E DE ESCRITÓRIO PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS DURANTE O ANO DE 2022

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: JULIANO MEINSCHIN EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
7	CADERNO DE DESENHO - 48 FOLHAS	UNIDADE	PANAMERICANA	800	3,20	2560,00
10	CANETA ESFEROGRÁFICA	UNIDADE	BIC	3000	0,49	1470,00
15	CLIPS (500 Gr.) 6/0	CAIXA	TOP	40	9,90	396,00
16	CLIPS 2/0 500 G	CAIXA	TOP	50	11,50	575,00
17	CLIPS 4/0 - 500G	CAIXA	TOP	40	10,10	404,00
20	COLA BRANCA 100 Gr.	UNIDADE	ACRILEX	1100	4,30	4730,00
24	CORRETIVO LIQUIDO 18 ML	UNIDADE	ACRILEX	150	2,88	432,00

						Página: 2 / 6
30	FITA ADESIVA DUREX GRANDE	UNIDADES	FLAX	200	1,15	230,00
39	LIVRO PONTO 100 FOLHAS	UNIDADE	SIDGRAPH	50	19,65	982,50
47	PAPEL VERGE	FOLHAS	USAPEL	400	11,79	4716,00
59	PLASTICO ADESIVO, TRANSPARENTE, 45CM - ROLO 10M	ROLO	DAC	300	31,39	9417,00
60	PRANCHETA ACRILICA	UNIDADE	NOVACRIL	100	11,55	1155,00
70	PERFURADOR DE PAPEL PEQUENO 2 FUROS (MINIMO 10 FLS)	UNIDADE	BRW	40	9,82	392,80
74	PALITO DE PICOLE ESCOLAR C/ 100 UN	PACOTE	ESTILO	700	3,48	2436,00
84	ARGILA CLARA/ESCURA 1KG. PARA MODELAGEM.	KILOGRAMA	REZENDE	500	11,15	5575,00
90	CAPAS PARA ENCADERNAÇÃO.	UNIDADE	OFFICEPLAST	10	24,50	245,00
91	CONTRACAPA PARA ENCADERNAÇÃO	PACOTE	OFFICEPLAST	10	15,00	150,00
92	ENVELOPES BRANCOS PARA OFÍCIO, TAMANHO 114X229, 75 G. PACOTE COM 100 UN.	UNIDADE	SCRITY	60	7,50	450,00
93	CD-R VIRGEM COM ENVELOPE	UNIDADE	ELGIN	50	1,15	57,50
95	SUORTE PARA MONITOR	UNIDADE	SOUZA	40	85,00	3400,00
96	PAPEL FOTOGRAFICO	FOLHAS	MASTERPRINT	40	19,90	796,00
97	GRAMPOS DE PLÁSTICO PARA PASTA TIPO TRILHO 80 MM. CX C/ 50 UNIDADES.	CAIXA	DELLO	10	8,20	82,00
101	GRAMPO PARA GRAMPEADOR PARA ESTOFADOS	CAIXA	BRW	10	11,10	111,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços

registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..
- 7.5.3. Se a detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até

10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;
b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Página: 6 / 6

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento,SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Nova Trento, 25 de Fevereiro de 2022

JULIANO MEINSCHEIN EIRELI
CNPJ: 38.613.730/0001-30

TIAGO DALSASSO
PREFEITO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2021

Publicação Nº 3652081

Página: 1 / 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Nº 150/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17 / 2022

No dia 25 do mês de Fevereiro do ano de 2022 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na Praça del Comune, 126, bairro Centro, CEP nº 88270000, nesta cidade de Nova Trento, SC, representado pelo PREFEITO, o Sr(a) TIAGO DALASSO inscrito no cpf sob o nº 069.433.949-08, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 72/2021, Processo licitatório nº 150/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL PEDAGÓGICO E DE ESCRITÓRIO PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS DURANTE O ANO DE 2022, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
RSUL	1,5,6,8,9,11,27,29,31,36,37,46,55,62,68,69,80,81,82,85,102,109

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
RSUL	14.066.477/0001-84		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL PEDAGÓGICO E DE ESCRITÓRIO PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS DURANTE O ANO DE 2022

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: RSUL						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	APONTADOR COM 3 FUIROS	UNIDADE	Fokinho Fokinho	110	3,66	402,60
5	BORRACHA BRANCA	CAIXA	Mercur Mercur	1800	1,45	2610,00
6	CADERNO BROCHURA 48 FOLHAS	UNIDADE	Neomundi Neomundi 550		2,55	1402,50
8	CADERNO UNIVERSITÁRIO 10 MATÉRIAS C/ 200 FLS	UNIDADE	Neomundi Neomundi 500		9,00	4500,00
9	CANETA DESTACA TEXTO	UNIDADE	Neomundi Neomundi 400		1,10	440,00
11	CANETINHA HIDROCOR - 12 CORES	UNIDADE	Neomundi Neomundi 500		13,00	6500,00
27	FITA ADESIVA DE PAPEL 24MM - 50M	UNIDADE	Neomundi Neomundi 500		7,45	3725,00

						Página: 2 / 6	
29	FITA DUPLA FACE	ROLO	Neomundi Neomundi 250	6,28	1570,00		
31	FITA DUREX	UNIDADE	Neomundi Neomundi 250	0,90	225,00		
36	CAIXA DE LÁPIS DE COR	CAIXA	Neomundi Neomundi 550	15,95	8772,50		
37	LAPIS GRAFITE - DUREZA 2HB	UNIDADE	Cis Cis 2000	0,48	960,00		
46	PAPEL SULFITE COLORIDO, C/100 FOLHAS- CORES DIVERSAS	PACOTE	Seninha Seninha 500	5,70	2850,00		
55	PINCEL ARTISTICO N 24	UNIDADE	Fokinho Fokinho 550	4,25	2337,50		
62	TESOURA ESCOLAR 13,5CM, LAMINA AÇO INOX, SEM PONTA.	UNIDADE	Fokinho Fokinho 700	5,29	3703,00		
68	APLICADOR DE FITA ADESIVA PEQUENO	UNIDADE	Neomundi Neomundi 20	22,90	458,00		
69	SUPORTE/DISPENSER PARA FITA ADESIVA	UNIDADE	Lyke Lyke 20	9,91	198,20		
80	COLA EM BASTÃO 40 GR. ATÓXICA E LAVÁVEL, FÁCIL DE APLICAR E COM EXCELENTE ADERÊNCIA.	UNIDADE	Neomundi Neomundi 600	2,66	1596,00		
81	ALFINETE TIPO TAÇAS COM CABEÇA PRODUZIDA EM PLÁSTICO	CAIXA	Lyke Lyke 60	1,80	108,00		
82	PERCEVEJOS COMPOSTO EM ARAME E CHAPA DE AÇO, COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM. CONTÉM 100 UNIDADES.	CAIXA	Lyke Lyke 20	1,95	39,00		
85	APONTADOR	UNIDADE	Lyke Lyke 700	0,70	490,00		
102	PORTA LÁPIS/CLIPS/LEMBRETE	UNIDADE	Neomundi Neomundi 40	8,40	336,00		
109	LAPISEIRA PRETA 0.9 MM	UNIDADE	Lyke Lyke 60	5,70	342,00		

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto

de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

Página: 6 / 6

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Nova Trento, 25 de Fevereiro de 2022

RSUL
CNPJ: 14.066.477/0001-84

TIAGO DALSASSO
PREFEITO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2021

Publicação Nº 3652083

Página: 1 / 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Nº 150/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18 / 2022

No dia 25 do mês de Fevereiro do ano de 2022 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na Praça del Comune, 126, bairro Centro, CEP nº 88270000, nesta cidade de Nova Trento, SC, representado pelo PREFEITO, o Sr(a) TIAGO DALSSASSO inscrito no cpf sob o nº 069.433.949-08, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 72/2021, Processo licitatório nº 150/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL PEDAGÓGICO E DE ESCRITÓRIO PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS DURANTE O ANO DE 2022, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
SILVANI ALTINO DE FRANÇA	2,3,19,26,56,64,67,71,83,89,100,105,107

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
SILVANI ALTINO DE FRANÇA	20.315.493/0001-66		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL PEDAGÓGICO E DE ESCRITÓRIO PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS DURANTE O ANO DE 2022

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: SILVANI ALTINO DE FRANÇA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
2	BASTÃO DE COLA QUENTE - FINO	UNIDADE	BRW FINO	600	0,50	300,00
3	BASTÃO DE COLA QUENTE GROSSA	UNIDADE	BRW GROSSA	1000	1,10	1100,00
19	COLA BRANCA - 01 LITRO	UNIDADE	ACRILEX 1 LITRO	150	21,20	3180,00
26	E.V.A COLORIDO	FOLHAS	HAITI HAITI	2000	1,70	3400,00
56	PINCEL ARTISTICO N 30	UNIDADE	CASTELO Nº 30	350	18,00	6300,00
64	CAIXA DE GIZ DE CERA 12 CORES ANATOMICO	CAIXA	ACRILEX ACRILEX	200	9,50	1900,00
67	PINTURA FACIAL LIQUIDA	CAIXA	COLOR MAKE COLOR MAK	80	16,98	1358,40

Página: 2 / 5						
71	BARBANTE GROSSO Nº 8 CRU P/CROCHÊ	ROLO	ENEZA ENEZA	50	15,30	765,00
83	FITA CORRETIVA	UNIDADE	MASTERPRINT MASTERPR	150	3,60	540,00
89	TESOURA GRANDE	UNIDADE	CIS 21 CM	200	20,00	4000,00
100	GRAMPEADOR MANUAL PARA ESTOFADOS	UNIDADE	ROCAMA ROCAMA	10	143,12	1431,20
105	MOUSE PAD COM APOIO DE PUNHO	UNIDADE	VINIK VINIK	40	36,00	1440,00
107	MAQUINA DE ENCADERNAÇÃO	UNIDADE	MENNO MENNO	5	826,32	4131,60

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona'.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal n.º 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de

acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Nova Trento, 25 de Fevereiro de 2022

SILVANI ALTINO DE FRANÇA
CNPJ: 20.315.493/0001-66

TIAGO DALSASSO
PREFEITO

SAMAE - Nova Trento

ANEXO 05 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

Publicação Nº 3651020

Página : 1 / 1

Data de emissão: 01/03/2022

Exercício de 2022

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO - SC

SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO NOVA TRENTO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JANEIRO/ATÉ JANEIRO DE 2022



RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea “a”)												R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (b-c+d+e-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (i) = (g-h)	
	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)								
	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)										
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	-1.499,66	0,00	0,00	127.359,92	11.615,50	0,00	-140.475,08	0,00	0,00	0,00	-140.475,08	
Recursos Ordinários	-1.499,66	0,00	0,00	127.359,92	11.615,50	0,00	-140.475,08	0,00	0,00	0,00	-140.475,08	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	646.911,26	0,00	5.546,32	142.713,15	-193,62	0,00	498.845,41	532.753,91	0,00	0,00	-33.903,50	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Vinculados	646.911,26	0,00	5.546,32	142.713,15	-193,62	0,00	498.845,41	532.753,91	0,00	0,00	-33.903,50	
TOTAL (III) = (I + II)	645.411,60	0,00	5.546,32	270.073,07	11.421,88	0,00	358.370,33	532.753,91	0,00	0,00	-174.383,58	

Nota:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Nova Trento, 01/03/2022

Fonte: Sistema Contábil - Balanço Patrimonial, SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO NOVA TRENTO. Emissão: 01/03/2022, às 11:07:53.

Nota(s) Explicativa(s):

Godofredo Luiz Tonini

DIRETOR SAMAE

Maria de Lourdes Rover

Técnico Contábil CRC 0268890-2

ADENI DE LIMA

ESCRITURARIO

PORTARIA Nº 007_2022 FÉRIAS IVÃ ALESSANDRO FRANZOI

Publicação Nº 3650885

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

Rua dos Imigrantes, nº 356 – Centro – Nova Trento – SC
CNPJ 95.785.267/0001-48 – Inscrição Est.: Isento
Fones: (48) 3267-0380 / 3267-0858 – e-mail:samae@novatrento.sc.gov.br

PORTARIA Nº 007/2022

Godofredo Luiz Tonini, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições com base no disposto do art.3º da lei nº 1.136 de 04 de Julho de 1991 e alterado pela lei Complementar nº 005 de 13 de março de 2001, e o art.17,inciso II, e 19 da Lei nº 1.207,de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), designado pela **Portaria nº 268 /2021**,

RESOLVE:

Art.1º -CONCEDER Férias individuais para o Servidor **IVÃ ALESSANDRO FRANZOI** servidor com cargo de Escrivão, nível 003003- AM-04 , setor de administração desta autarquia, sendo referente ao período de aquisição 02/01/2021 a 01/01/2022, com gozo de 02/03/2022 À 21/03/2022 e Abono Pecuniário de 10 dias.

Art.2º- A presente Portaria entrará em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário.

SAMAE de Nova Trento, 01 de Março de 2022.

Godofredo Luiz Tonini
Diretor do SAMAE

Registrado a presente Portaria neste Samae e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO DP N.º 122, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651059

DECRETO DP N.º 122, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

Demite a pedido o servidor, JULIANO BOETTGE PERES, contratado para exercer o cargo em provimento temporário de Professor - ACT.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 002/2021.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitido a pedido o servidor, JULIANO BOETTGE PERES, contratado para exercer o cargo em provimento temporário de Professor - ACT, conforme Decreto DP n.º 071 de 09 de fevereiro de 2022, sendo o último dia trabalho em 28 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 01 de março de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de março de 2022.

HÉRICA FELISBERTO

Secretária Municipal de Educação

DECRETO DP N.º 123, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651061

DECRETO DP N.º 123, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

Demite a pedido a servidora, BRUNA XAVIER DE SOUZA, contratada para exercer o cargo em provimento temporário de Professor - ACT.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 002/2021.

DECRETA

Art. 1º - Fica demitida a pedido a servidora, BRUNA XAVIER DE SOUZA, contratada para exercer o cargo em provimento temporário de Professor - ACT, conforme Decreto DP n.º 081 de 09 de fevereiro de 2022, sendo o último dia trabalho em 28 de fevereiro de 2022.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 01 de março de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de março de 2022.

HÉRICA FELISBERTO

Secretária Municipal de Educação

DECRETO DP N.º 124, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651062

DECRETO DP N.º 124, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

Contrata através de Chamada Pública a servidora, JENNIFER SEIBEL DOS SANTOS, para exercer o cargo em provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais e de conformidade com o inciso IX, artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares n.º 001 e n.º 002 de 03 de abril de 2012 e Chamada Pública 01/2022.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada através de Chamada Pública a servidora, JENNIFER SEIBEL DOS SANTOS, para exercer o cargo em provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais I, 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração fixada em Lei, no Centro Educacional Nonna Angelina Nazari, com término em 31 de julho de 2022.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 01 de março de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de março de 2022.

HÉRICA FELISBERTO

Secretária Municipal de Educação

DECRETO DP N.º 125, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação N° 3651063

DECRETO DP N.º 125, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

Contrata através de Processo Seletivo Público, o servidor UILIAN SILVA DE SOUZA, para exercer o cargo em provimento temporário de Professor - ACT.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 002/2021.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado através de Processo Seletivo Público, o servidor UILIAN SILVA DE SOUZA, para exercer o cargo em provimento temporário de Professor – ACT MAG LP 1A, 40 (quarenta) horas/aulas semanais, com regência de classe, na disciplina de Educação Física, no Centro Educacional Ítalo Amboni e no Centro Educacional Pingo de Gente, com término em 31 de julho de 2022.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 01 de março de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de março de 2022.

HÉRICA FELISBERTO

Secretária Municipal de Educação

DECRETO DP N.º 126, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação N° 3651065

DECRETO DP N.º 126, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

Contrata através de Processo Seletivo Público, a servidora NYCOLI BEATRIZ NUNES ALVES, para exercer o cargo em provimento temporário de Professor - ACT.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 002/2021.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada através de Processo Seletivo Público, a servidora NYCOLI BEATRIZ NUNES ALVES, para exercer o cargo em provimento temporário de Professor – ACT MAG ST 1A, 20 (vinte) horas/aulas semanais, no Ensino Fundamental, com regência de classe, na Escola Municipal Caravaggio, com término em 31 de julho de 2022.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 01 de março de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de março de 2022.

HÉRICA FELISBERTO

Secretária Municipal de Educação

DECRETO DP N.º 127, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651066

DECRETO DP N.º 127, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

Contrata através de Processo Seletivo Público, a servidora ÉRICA MONDARDO MORELLI, para exercer o cargo em provimento temporário de Professor - ACT.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC, usando das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.416 de 29 de dezembro de 1999 e Processo Seletivo 002/2021.

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada através de Processo Seletivo Público, a servidora ÉRICA MONDARDO MORELLI, para exercer o cargo em provimento temporário de Professor – ACT MAG LP 1A, 20 (vinte) horas/aulas semanais, na Educação Infantil, com regência de classe, no Centro Educacional Bairro Bortolotto, com término em 31 de julho de 2022.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza/SC, 01 de março de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada, em 01 de março de 2022.

HÉRICA FELISBERTO

Secretária Municipal de Educação

DECRETO GP N.º 008, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação Nº 3650904

DECRETO GP N.º 008, DE 28 DE fevereiro DE 2022.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora pública municipal ANGÉLICA EYNG, para exercer a função de Pregoeira Oficial, nas licitações modalidade pregão (Lei Federal n.º 10.520/02), no Município de Nova Veneza.

Art. 2º - Ficam nomeados os servidores JOANA MACCARINI TORQUATO, JULIA RODRIGUES GAVA e GUILHERME MAZZORANA DA LUZ para integrarem a equipe de apoio da modalidade de licitação mencionada, no Município de Nova Veneza.

Art. 3º - O servidor CARLOS LUCIANO SAVI será suplente da equipe de apoio, integrando-a provisoriamente em caso de ausência de um de seus membros.

Art. 4º - Ressalvadas as exceções legais, estas nomeações não acarretarão ônus aos cofres públicos.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto GP n.º 059, de 25 de outubro de 2021.

Nova Veneza, SC, 28 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 28 de fevereiro de 2022.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO GP N.º 009, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação Nº 3650906

DECRETO GP N.º 009, DE 28 DE fevereiro DE 2022.

"NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 6º, inciso XVI, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para a Comissão Permanente de Licitação – CPL, os servidores JOANA MACCARINI TORQUATO, JULIA RODRIGUES GAVA, GUILHERME MAZZORANA DA LUZ e CARLOS LUCIANO SAVI.

Art. 2º - A Presidência da CPL ficará sob a responsabilidade da servidora JOANA MACCARINI TORQUATO.

Art. 3º - A servidora IVONE ZOCHE será suplente da CPL, integrando-a provisoriamente em caso de ausência de um de seus membros.

Art. 4º - Ressalvadas as exceções legais, estas nomeações não acarretarão ônus aos cofres públicos.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto GP n.º 060, de 25 de outubro de 2021.

Nova Veneza, SC, 28 de fevereiro de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 28 de fevereiro de 2022.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO GP N.º 010, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651529

DECRETO GP N.º 010, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

"HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.030, de 10 de setembro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as Resoluções n.º 001/CMS/2022, n.º 002/CMS/2022, 003/CMS/2022, 004/CMS/2022, 005/CMS/2022, 006/CMS/2022, 007/CMS/2022, 008/CMS/2022, 009/CMS/2022, 010/CMS/2022, 011/CMS/2022 e n.º 012/CMS/2022, do Conselho Municipal de Saúde – CMS, datadas de 25 de fevereiro de 2022, anexas a este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 01 de março de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 01 de março de 2022.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO 22/2022 - FMS

Publicação Nº 3651113

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º.: 22/2022

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Contratada...: MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4684A16C4365986E6CA32A1B1CBA2FB5EE0FE285

Valor : R\$ 24.335,20 (vinte e quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 31/12/2022
Licitação : Pregão Eletrônico n.º 06/2022
Recursos : (09) 2.024.3.3.90.00.00.00.00.720
Objeto : aquisição de Fraldas descartáveis a serem distribuídos aos idosos, acamados e pessoas com necessidade especiais que estejam sob recomendação médica no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 01 de março de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

CÉSAR AUGUSTO PAZETTO

Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

EXTRATO DO CONTRATO 23/2022 - FMS

Publicação N° 3651124

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D9DD5FE3D132CA779B9F68FB87D0820A56C1F9B7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 23/2022

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Contratada...: NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI

Valor : R\$ 79.790,00 (setenta e nove mil, setecentos e noventa reais)

Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 31/12/2022

Licitação : Pregão Eletrônico n.º 06/2022

Recursos : (09) 2.024.3.3.90.00.00.00.00.720

Objeto : aquisição de Fraldas descartáveis a serem distribuídos aos idosos, acamados e pessoas com necessidade especiais que estejam sob recomendação médica no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 01 de março de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

CÉSAR AUGUSTO PAZETTO

Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

EXTRATO DO CONTRATO 24/2022 - FMS

Publicação N° 3651127

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0D53F4293D7B2E5AC3222C478C38FB5ABD0156D7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 24/2022

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Contratada...: SALVI, LOPES & CIA LTDA

Valor : R\$ 6.473,00 (seis mil, quatrocentos e setenta e três reais)

Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 31/12/2022

Licitação : Pregão Eletrônico n.º 06/2022

Recursos : (09) 2.024.3.3.90.00.00.00.00.720

Objeto : aquisição de Fraldas descartáveis a serem distribuídos aos idosos, acamados e pessoas com necessidade especiais que estejam sob recomendação médica no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 01 de março de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

CÉSAR AUGUSTO PAZETTO

Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

EXTRATO DO CONTRATO 89/2022 - PMNV

Publicação N° 3651024

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A35CB4E9A04237544DC4E486ED87995F52DC8324

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 89/2021
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: ISAURO KIRCHNER ME
Valor : R\$ 30.018,00 (trinta mil e dezoito reais)
Vigência : Início: 28/02/2022 Término: 31/12/2022
Licitação : Pregão Presencial n.º 52/2022
Recursos....: (165) 2.008.3.3.90.00.00.00.00.0750
Objeto : aquisição de material de uso, consumo e de limpeza para o prédio sede e demais secretarias do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 28 de fevereiro de 2022.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DO CONTRATO 90/2022 - PMNV

Publicação N° 3651025

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 35BC1BB7EB1F268180A893B194E523E6314F4146

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 90/2021
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: MERCEARIA LA GONDOLA EIRELI ME
Valor : R\$ 17.406,07 (dezessete mil, quatrocentos e seis reais e sete centavos)
Vigência : Início: 28/02/2022 Término: 31/12/2022
Licitação : Pregão Presencial n.º 52/2022
Recursos....: (165) 2.008.3.3.90.00.00.00.00.0750
Objeto : aquisição de material de uso, consumo e de limpeza para o prédio sede e demais secretarias do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 28 de fevereiro de 2022.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DO CONTRATO 91/2022 - PMNV

Publicação N° 3651026

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 50A22EC3B1C29B6959B5AB81BDEE033FDF320640

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 91/2021
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: NICOLAU SATURNINO VIEIRA EPP
Valor : R\$ 26.446,29 (vinte e seis mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos)
Vigência : Início: 28/02/2022 Término: 31/12/2022
Licitação : Pregão Presencial n.º 52/2022
Recursos....: (165) 2.008.3.3.90.00.00.00.00.0750
Objeto : aquisição de material de uso, consumo e de limpeza para o prédio sede e demais secretarias do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 28 de fevereiro de 2022.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DO CONTRATO 92/2022 - PMNV

Publicação N° 3651027

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D61B14CB9831F6E9E19EB3E9087B89E515082E21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 92/2021
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: LINDOMAR JOÃO DE BRITTO
Valor : R\$ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 31/12/2022
Licitação : Pregão Presencial n.º 49/2022
Recursos....: (82) 2.021.3.3.90.00.00.00.00.0700
Objeto : contratação de pessoa física para pintura da Gôndola Lucille, localizada na Praça Humberto Bortoluzzi no Município de Nova Veneza, SC

Nova Veneza/SC, 01 de março de 2022.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

LEI N.º 2.919, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação N° 3650834

LEI N.º 2.919, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE ESTÍMULOS ECONÔMICOS E FISCAIS À EMPRESA NOBRE INDÚSTRIA DE PEÇAS LTDA., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei autoriza a concessão de estímulos econômicos e incentivos fiscais à empresa NOBRE INDÚSTRIA DE PEÇAS LTDA. (CNPJ n.º 04.265.827/0001-88), diante da análise e aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (art. 1º, caput, Lei Municipal n.º 2.424/15), homologada pelo Decreto Municipal GP n.º 079/2021.

Art. 2º - Fica autorizada a concessão dos seguintes estímulos econômicos e incentivos fiscais:

I - isenção dos seguintes tributos, na forma da Lei Municipal n.º 2.424/15:

a) taxas incidentes sobre alvará e regularização de construção/ampliação, relacionadas ao projeto aprovado na Secretaria de Planejamento e Urbanismo;

b) 50% sobre ISSQN incidente sobre a construção, respeitados os limites legais;

Art. 3º - O descumprimento do cronograma de implantação e execução do projeto implicará na abertura de processo administrativo, para apurar responsabilidades e penalidades, que poderá ser da advertência à cassação do benefício concedido, sem prejuízo da reparação ao Município por eventuais danos, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei Municipal n.º 2.424, de 14 de janeiro de 2015.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei, correção por conta de dotações orçamentárias próprias, limitadas ao cronograma de implantação e execução do projeto, aprovado pelo Conselho Municipal Desenvolvimento Econômico.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 25 de fevereiro de 2022.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 25 de fevereiro de 2022.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TOMADA DE PREÇO N° 18/2022 - FMS

Publicação N° 3651362

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BBC1BC00C0A0461A4E69DB33F5DEAB561388C1F9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 18/2022 - FMS

OBJETO: Contratação de empresa para adequações das unidades de saúde as normas de acessibilidade conforme determinação judicial.

Abertura: às 13:30 horas do dia 17/03/2022.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 01 de março de 2022.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2022 - FMS

Publicação Nº 3651030

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 186FE7F2DBB0D69C5336C04D5FC955899D6E1BED

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA CNPJ: 10.485.444/0001-18 TRAVESSA OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 6/2022 - PE Processo Administrativo: 6/2022 Processo de Licitação: 6/2022 Data do Processo: 18/01/2022
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Rogério José Frigo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 6/2022
b) Licitação Nr.: 6/2022-PE
c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
d) Data Homologação: 01/03/2022
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Aquisição de fraldas descartáveis a serem distribuídas aos idosos, acamados e pessoas com necessidades especiais que estejam sob recomendação médica no Município de Nova Veneza/SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 007834 - MMH MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES	1	0,0000	24.355,20
- 007835 - NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E	2	0,0000	79.790,00
- 007798 - SÁLVIA LOPES & CIA. LTDA	1	0,0000	6.473,00
	4		110.618,20

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 1.692.560,00

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 49/2022 - PMNV

Publicação Nº 3651029

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 13E2E5EC1EDECC042525A33A8CD3882DFB28DF75

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 82.916.826/0001-60 TRAV. OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 49/2022 - PR
	Processo Administrativo: 49/2022 Processo de Licitação: 49/2022 Data do Processo: 10/02/2022

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Rogério José Frigo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 49/2022
b) Licitação Nr.: 49/2022-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 01/03/2022
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para pintura da Gondola Lucille, localizada na praça Humberto Bortoluzi do Município de Nova Veneza/SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010951 - LINDOMAR JOÃO DE BRITO	<u>1</u>	0,0000	<u>18.300,00</u>
	1		18.300,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (82) Saldo: 559.944,00

Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO TEMPORÁRIO CONCURSO PÚBLICO 001/2017

Publicação Nº 3652033

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR EFETIVO AFASTADO

Pelo presente EDITAL, fica convocada a candidata aprovada no Concurso Público do Edital nº 001/2017, relacionada abaixo, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 08:00hs as 12:00 e 13:30hs as 17:30hs. O presente chamamento, nos termos do item 17.1.6, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que se encontra afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

SERVIDOR (A)	CARGO	CARGA HORÁRIA
CAROLINA PORCELIS VARGAS	ENFERMEIRO DA SF	40 HS
BENITO MONDARDO	ODONTÓLOGO DA SF	40 HS
ANDRÉ MARCOS DA SILVA MADEIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM DA SF	40 HS

Orleans, 02 de Março de 2022.
JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans.

Palmeira

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2022

Publicação N° 3652029

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 69B3E036F11F75836B21CB0DCF9AC6039192CAB5

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2022

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 01.610.566/0001-06, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro, em Palmeira/SC, representada pela Prefeita Municipal a Sra. FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM), NA MODALIDADE LINK COMPARTILHADO DE INTERNET, PARA ACESSO À INTERNET BANDA LARGA POR MEIO DE CABO/ FIBRA ÓTICA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS.. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR GLOBAL. Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico: "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO ". A sessão de disputa ocorrerá no dia 16/03/2022. A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital, poderá ser examinada nos endereços eletrônicos: e . Palmeira, 24/02/2022. Fernanda Isadora Souza Costa Pessoa – Pregoeira

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 50/2022

Publicação Nº 3651006

DECRETO N.º 50/2022

NOMEIA TEMPORARIAMENTE SERENI DOS SANTOS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009, e, na forma do Capítulo II, Seção III, Inciso II, art. 14, da Lei n.º 1223 de 02 de dezembro de 1999 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

Considerando: o Edital de Chamamento Público nº 01/2022 de 11 de fevereiro de 2022 e homologado em 21 de fevereiro de 2022.
Considerando: o interesse do Município na realização de concurso público para o cargo.

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada SERENI DOS SANTOS a partir de 24/02 a 21/04/2022 ou até a realização de Concurso Público, o que ocorrer primeiro, para exercer as funções do cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", com carga horária de 40 horas semanais, criada pela Lei Complementar nº 39/2012 de 21 de setembro de 2012.

Parágrafo Único: O contratado prestará seu serviço na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2.º O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 23 de fevereiro de 2022.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 23/fevereiro/2022	
--	--

IVETE FRANCISCA FINGER

Secretaria de Administração e Finanças

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Gabinete do Prefeito Municipal, Paço Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, compareceu a cidadã SERENI DOS SANTOS, brasileira, solteira, natural de Chiapetta/RS, com 24 anos de idade, filha de Solange A. Rodrigues dos Santos, admitida pelo Decreto n.º 50/2022, de 23/02/2022, para desempenhar as funções do cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir do dia 24/02 a 21/04/2022 ou até a realização de Concurso Público, o que ocorrer primeiro, tendo apresentado os documentos julgados idôneos solicitados.

Após, perante o Prefeito Municipal, Senhor PAULO JOSÉ DEITOS, proferiu o seguinte compromisso, "PROMETO, SOLENEMENTE, DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE MEU CARGO DE SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, COM EXATIDÃO, DISCIPLINA, HONRADEZ E EXEMPLO", sendo a seguir empossada no cargo.

Lavrado, este Termo vai assinado pela Compromissada e pelo Prefeito Municipal.

Dado e passado neste Setor de Pessoal no dia 24 do mês de fevereiro de 2022.

SERENI DOS SANTOS

Compromissada

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 3651004

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Município de Peritiba, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua Frei Bonifácio, 63 - Centro, Peritiba/SC, CNPJ 82.815.085/0001-20, neste ato representado pelo prefeito, Paulo José Deitos, CONVIDA, através deste edital, a população em geral, para participação popular na Audiência Pública de apresentação da 1ª Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Local: Auditório do Posto de Saúde – Rua Frei José Bonifácio, Peritiba/SC.

Data: 17/03/2022(Quinta-feira)

Horário: 14:00.

A versão preliminar da 1ª Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico estará disponível para consulta no site da Prefeitura Municipal e no website do processo de revisão (<https://planejamentourbano.cincatarina.sc.gov.br/default.aspx?municipio=Peritibapmsb>)

Desta forma, ficam convocados, todos os que desejarem participar da Audiência Pública. Todos os protocolos de saúde serão seguidos para evitar a disseminação do novo Coronavírus (COVID-19).

Peritiba/SC, 01 de março de 2022.

Município de Peritiba

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

PORTARIA 104/2022

Publicação Nº 3650993

PORTARIA Nº 104/2022**CONCEDE FÉRIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora GEISE GROSS ocupante do cargo efetivo de CONTADOR, Grupo 2, Nível 7, Classe "B", férias nos dias 08 a 14/03/2022, sendo que o período de gozo de férias refere-se à Portaria 377/2021 CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 22 de fevereiro de 2022.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
22/fevereiro/2022

IVETE FRANCISCA FINGER

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 105/2022

Publicação Nº 3650994

PORTARIA Nº 105/2022**CONCEDE ADICIONAL INSALUBRIDADE**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009 e artigo 64, Inciso XVI, da Lei Complementar n.º 39/2012, de 21 de setembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a partir de 24/02/2022 a Servidora SERENI DOS SANTOS, ocupante das funções do cargo de Servente de Serviços Internos, adicional de Insalubridade de 40% (Quarenta por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei. Com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Medicina e Segurança no Trabalho, contratada pelo Município.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 24 de fevereiro de 2022.

PAULO JOSE DEITOS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 24/fevereiro/2022

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração Finanças

PORTARIA 106/2022

Publicação Nº 3650995

PORTARIA Nº 106/2022
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora NÉRCIA MERI SGANDERLA, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Grupo 5, Nível 2, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 23 de fevereiro a 04 de março de 2022, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 24 de fevereiro de 2022.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 24/fevereiro/2022.

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 107/2022

Publicação Nº 3650996

PORTARIA Nº 107/2022
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora BRUNA LETICIA KIRSTEN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2022, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 24 de fevereiro de 2022.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 24/fevereiro/2022.

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 108/2022

Publicação Nº 3650997

PORTARIA Nº 108/2022
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora FERNANDA FINGER, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 21 de fevereiro a 06 de março de 2022, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de

dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 24 de fevereiro de 2022.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 24/fevereiro/2022.

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 109/2022

Publicação N° 3650998

PORTARIA N° 109/2022
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor CLAITON PAULO SCHMIDT, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "E", Licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 20 a 23 de fevereiro de 2022, conforme atestado médico em anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 24 de fevereiro de 2022.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 24/fevereiro/2022.

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 110/2022

Publicação N° 3650999

PORTARIA N° 110/2022
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ADRIANA DA ROSA PETTER, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAÚDE, Grupo 2, Nível 2, Classe "E", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 23 de fevereiro de 2022, conforme atestado médico em anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 25 de fevereiro de 2022.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 25/fevereiro/2022.

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 111/2022

Publicação Nº 3651000

PORTARIA Nº 111/2022
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora DAIANE MALTAURO ROOS, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAUDE E SANEAMENTO, Nível CC-4, Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 24 de fevereiro de 2022 no período matutino, conforme atestado médico em anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 25 de fevereiro de 2022.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 25/fevereiro/2022.

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 112/2022

Publicação Nº 3651001

PORTARIA Nº 112/2022
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LAIS EDUARDA STALLBAUM PETTER FINGER, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTER-NOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "C", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 24 de fevereiro de 2022 no período matutino, conforme atestado médico em anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 25 de fevereiro de 2022.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 25/fevereiro/2022.

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 53/2022

Publicação Nº 3652064

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6A882BF1A2D02754C3BF517998F2AECF6985780A

CONTRATO ADMINISTRATIVO 53/2022

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE BENS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TF METAIS LTDA EPP, autorizado através do Processo n. 22/2022, Licitação n. 02DL2022, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto-SC.
Representada por: GILBERTO CHIARANI

CONTRATADA:

Empresa: VIDEUTOS IND E COM DE PRODUTOS PLASTICOS LTDA EPP
CNPJ-MF nº 78.987.401/0001-74
Endereço: ROD SC 453, 158, BAIRRO RIO DAS PEDRAS
Chapecó -Santa Catarina

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 02DL2022, datado de 24/02/2022, conforme Art 24, II e IV Memorando 434/2022 e Parecer Jurídico 14/2022, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto aquisição de 500 (quinhentos) metros de mangueira preta de uma polegada, tendo em vista há demanda em auxiliar a comunidade da linha Frigeri qual o poço artesiano que abastece as 14 famílias veio a secar. De forma emergencial a Defesa Civil do município está puxando água com tanque pipa até a caixa do poço da comunidade, como os procedimentos e os recurso para perfurar novo poço necessitam de mais tempo, de forma emergencial está sendo implantado sistema de abastecimento do poço artesiano da empresa do Randon por um período de tempo até que se resolva essa situação. Para isso e de fundamental importância a aquisição dessas mangueiras que levaram a água até uma segunda caixa que será depois conduzida até a caixa da comunidade. As mangueiras serão cedidas para a comunidade até que se implante novo poço artesiano comunitário.

QTDAD	SERVIÇOS/ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
500 M	MANGUEIRA PRETA DE UMA POLEGADA.	R\$ 2,75	R\$ 1.375,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.375,00 (um mil trezentos e setenta e cinco reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2.2 A garantia dos itens deverá ser de no mínimo de 01 (um) ano contados a partir da emissão da nota fiscal, conforme item 5 do Termo de Referência.

2.3. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.4. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.5. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 . O prazo de entrega será de até 60 (sessenta) dias após a Autorização de Fornecimento, conforme item 4.1 do Termo de Referência assinado pelos secretários conforme Memorando 083/2022.

3.3 Secretaria de Urbanismo, através de Maurício Chelest.



3.4 O contrato terá início na data da sua assinatura e término na entrega dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato o Secretário Maurício Chelest, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 02DL2022 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato. E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 24de fevereiro de 2022.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Município de Pinheiro Preto

VIDEDUTOS IND E COM DE PRO PLASTICOS EPP

GILBERTO CHIARANI

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 54/2022

Publicação Nº 3650829

CONTRATO ADMINISTRATIVO 54/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 65E359B9A88CE3297E40E739A57BB81BC092E353

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE BENS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TF METAIS LTDA EPP, autorizado através do Processo n. 23/2022, Licitação n. 03DL2022, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: GILBERTO CHIARANI

CONTRATADA:

Empresa: TDF METAIS LTDA EPP

CNPJ-MF nº 29.134.461/0001-39

Endereço: EST SÃO VALENTINO, S/N INTERIOR

Chapecó -Santa Catarina

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 03DL2021, datado de 24/02/2022, conforme Art 24, II Memorando 407/2022 e Parecer Jurídico 16/2022, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto aquisição de 02 (duas) CAÇAMBA ESTACIONARIA DE 3 M³, CHAPA 3 MM, REFORÇADA, CONFOME NORMAS NBR. Tendo em vista há demanda do setor de limpeza pública e no município não haver empresa privada que presta esses serviços, sobrecarregando a estrutura da secretaria de Desenvolvimento Urbano que conta apenas com uma unidade

QTDDE	SERVIÇOS/ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	CAÇAMBA ESTACIONARIA DE 3 M ³ , CHAPA 3 MM, REFORÇADA, CONFOME NORMAS NBR	R\$ 3.990,00	R\$ 7.980,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2.2 A garantia dos itens deverá ser de no mínimo de 01 (um) ano contados a partir da emissão da nota fiscal, conforme item 5 do Termo de Referência.

2.3. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.4. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.5. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2. O prazo de entrega será de até 60 (sessenta) dias após a Autorização de Fornecimento, conforme item 4.1 do Termo de Referência assinado pelos secretários conforme Memorando 083/2022.

3.3 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente 49 3562-2023, Secretaria de Educação 49 3562-2010 e Secretaria de Transportes e Obras 49 3562-1168

3.4 O contrato terá início na data da sua assinatura e término na entrega dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato o Secretário Maurício Chelest, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 03DL2022 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº

8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato. E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 24 de fevereiro de 2022.

CONTRATANTE	CONTRATADA
Município de Pinheiro Preto	TDF METAIS LTDA EPP
GILBERTO CHIARANI	

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 55/2022

Publicação Nº 3651022

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº55/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 99461FCCEF68B346F854D45C2457BC0118228612

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº X /2022, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, E TAYNARA DE OLIVEIRA JOMBRA

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de 2022, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GILBERTO CHIARANI, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO E CONTRATANTE. E de outro Lado TAYANA DE OLIVEIRA JOMBRA, inscrita no CPF 096.361.819-93, CRP/SC 12/21118, localizada na Travessa Theobaldo Fritsch, 33 Centro, Fraiburgo SC, denominada CONTRATADA, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 2.785 de 24 de janeiro de 2007, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 006/2022, Processo Licitatório n. 014/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PROFISSIONAL “PSICÓLOGO CLÍNICO” PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de

transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O contrato a ser firmado entre o Município e a(s) licitante(s) vencedora(s) terá a vigência pelo período de 06 (seis) meses, ou seja, até 30/08/2022, podendo ser prorrogado desde que haja interesse da Administração Pública e conforme termos da lei 8.666 e lei 4.320.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 3.480,00 (tres mil quatrocentos e oitenta reais) por mês sendo o total do contrato R\$ 20.880,00 (vinte mil oitocentos e oitenta reais)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município 2.022, na classificação abaixo:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE Função: 10 - Saúde Subfunção: 301 - Atenção Básica Programa: 9 - Saude Com Qualidade Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIVIDADE DA SAÚDE Despesa 33 - 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital de Licitação a qual vincula-se este termo de Contrato Vinculado.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irredutíveis durante a vigência do Contrato, exceto os previstos na lei 8.666/93 e lei 10.520/2002.

6.2. O preço ofertado já leva em conta todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto, tais como frete, tributos, transporte, entre outros.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria conforme lei 8.666 e lei 10.520.

7.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

7.3. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

7.4. A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do Contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.

7.5. A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 3 (três) meses contados do final da vigência do Contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei.

7.6. Caso ocorra a prorrogação da vigência do Contrato, observadas as disposições constantes no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA deverá, a cada celebração de termo aditivo, providenciar a devida renovação da garantia prestada, com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, tomando-se por base o valor atualizado do Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas, em anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretária da Unidade de Saúde, Ivanete Simionato Bado, telefone (49) 3562.1494 e-mail: saude@pinheiropreto.sc.gov.br e Scheley Raap do Nascimento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 11.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- 11.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 11.1.5. cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim

entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

11.2.2. Multa:

11.2.2.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil, sobre o valor dos equipamentos entregues fora do prazo, em caso de atraso de entrega injustificado, superior a 5 (cinco) dias úteis, limitada a incidência a 20 (vinte) dias úteis. A multa está limitada a 10% (dez por cento) do valor dos equipamentos entregues fora do prazo definido no Termo de Referência;

11.2.2.2. Moratória de 1,66% (uma vírgula sessenta e seis por cento) do valor do equipamento, por dia de atraso, até o limite de 6 (seis) dias úteis, contado a partir do término do período presente no subitem

3.4.6 do Termo de Referência, referente aos Requisitos da Garantia e Assistência Técnica;

11.2.2.3. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso decorrer de caso fortuito, de força maior ou por culpa da CONTRATANTE.

11.2.2.4. Compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução parcial do Contrato;

11.2.2.5. Compensatória de 100% (cem por cento) do valor do(s) equipamento(s) cujo atraso no atendimento de garantia e assistência técnica seja superior a 6 (seis) dias úteis, mencionados na subcláusula 11.2.2.2;

11.2.2.6. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

11.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

11.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

11.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista nesta subcláusula também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Contrato.

11.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

11.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, inc. III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

11.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a

Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7. Se durante o processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos inc. I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art.

80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

13.1.3. subcontratar o objeto do Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

É eleito o Foro da Justiça Estadual de Tangará-SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.1 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Preto 28 de fevereiro de 2022.
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

TAYANA DE OLIVEIRA JOMBRA

TESTEMUNHAS:

1)
Nome:
CPF:

2)
Nome:
CPF:

DECRETO Nº 5.619, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3650916

DECRETO Nº 5.619, DE 01 DE MARÇO DE 2022

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXA DE COLETA DE LIXO AO SENHOR JOSÉ FRANCISCO BORGES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GILBERTO CHIARANI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 271, de 27 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 271 de 27 de dezembro de 2019, isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxa de coleta de lixo incidente sobre o imóvel, beneficiando o contribuinte JOSÉ FRANCISCO BORGES, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 274.856.760-91, residente na Rua Luiz Vieceli, nº 136, Bairro São José, município de Pinheiro Preto-SC, para o exercício fiscal de 2022. Considerando o Processo Administrativo nº 13/2022, do Livro 18 v.2, folha 04.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de março de 2022.
GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.620, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651033

DECRETO Nº 5620, DE 01 DE MARÇO DE 2022

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor no valor de R\$ 15,00 (QUINZE REAIS) no orçamento corrente, com a seguinte

programação:

Unidade Orçamentária: 2003 – Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 13 – Cultura
Programa: 13– Desenvolvimento Cultural
Ação: 2.36 – Atividades Culturais e Festividades Municipais
Despesa 266
3.3.90.00.00 Aplicações Direta
Fonte de Recurso: 334 - 0.3.34 R\$ 15,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta Lei, decorre de Superavit Financeiro da FR 134 0.1.34 – R\$ 15,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 01 DE MARÇO DE 2022.
GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.621, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651161

DECRETO Nº 5621, DE 01 DE MARÇO DE 2022
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor no valor de R\$ 140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Orçamentária: 2002 – Sec. Municipal de Administração e Finanças
Função: 4 – Administração
Programa: 3– Administração Geral
Ação: 2.22 – Manutenção Da Secretaria da Administração e Finanças
Despesa 267
3.3.42.00.00 Aplicações delegadas a municípios
Fonte de Recurso: 334 - 0.3.34 R\$ 65.000,00

Unidade Orçamentária: 2003 – Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Programa: 12– Desenvolvimento Educacional
Ação: 2.33 – Apoio ao Ensino Superior
Despesa 268
3.3.90.00.00 Aplicações Direta
Fonte de Recurso: 334 - 0.3.00 R\$ 75.000,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta Lei, decorre de superavit financeiro FR 100 0.1.00 – R\$ 140.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 01 DE MARÇO DE 2022.
GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.623, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651333

DECRETO Nº 5623, DE 01 DE MARÇO DE 2022
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor no valor de R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transporte e Obras

Função: 26 – Transporte

Programa: 23– Estradas Vicinais

Ação: 1.15– Aquisição de maquinas e Veículos

Despesa 263

4.4.90.00.00 Aplicações Direta

Fonte de Recurso: 176 - 0.1.76 R\$ 300.000,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta Lei, decorre de Excesso de Arrecadação da FR 176 – R\$ 300.000,00,

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 1 DE MARÇO DE 2022.

GILBERTO CHIARANI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 306, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651048

LEI COMPLEMENTAR Nº 306, DE 01 DE MARÇO DE 2022

CRIA VAGA DE OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS NO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 276, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

GILBERTO CHIARANI, Prefeito de Pinheiro Preto – SC, no uso de suas atribuições legais: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada 01 (uma) vaga para o cargo de provimento efetivo de operador de máquinas pesadas, nível TSO 06, passando o Anexo VI da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, a vigorar com a seguinte redação:

CATEGORIAS	VAGAS	CLASSES	NÍVEL
[...]	[...]	[...]	[...]
Operador de máquinas pesadas	02	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]	[...]

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de março de 2022

GILBERTO CHIARANI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 2.233, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651036

LEI Nº 2.233, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA PERMISSÃO DE USO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO CHIARANI Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado mediante termo, a efetuar cessão de uso à produtores rurais do Município de Pinheiro Preto, dos seguintes equipamentos de uso agrícola:

I – UM DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO, 4000L, BOMBA NO 350-21 MODELO DAOL EVO 4000 VACUO, MARCA MEPEL, ANO/ MOD: 2021SÉRIE NO 08.43.238, Pat/SAR NO 19583;

II – UMA GRADE NIVELADORA 30 DISCOS DE 20 POLEGADAS, COR: VERDE, MARCA: METALFREITAS, ANO: 2021, MODELO: GNH30X20, SÉRIE NO 808, Pat/SAR NO 19537;

III – UM DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO, MODELO DCCO 5500, CAPACIDADE MINIMA 2.3 M3, LARGURA DE DISTRIBUIÇÃO CALCÁRIO SECO MÍNIMA DE 7 METROS, RODADO TANDEM, ARO 750/16.

IV – UM DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LÍQUIDO GALVANIZADO DE 4.000 LITROS COM BOMBA A VÁCUO; UM EIXO; MACACO AJUSTÁVEL; PNEUS NOVOS MONTADOS; RODADO TANDEM; EQUIPAMENTO COM LEQUE COM MANGUEIRA, MARCA: IPACOL, MODELO: DLV 4.0 RT

Parágrafo único. A cessão de uso dar-se-á a título precário e por tempo indeterminado.

Art. 2º Os equipamentos serão entregues às comunidades escolhidas para uso dos agricultores locais.

Parágrafo único. Os agricultores beneficiados deverão arcar com os custos relativos à manutenção e conserto dos equipamentos, cujas despesas deverão ser divididas entre todos os usuários, na forma por estes regulamentada.

Art. 3º Cada comunidade beneficiária deverá eleger no mínimo três representantes, os quais ficarão responsáveis pela ordenação do uso dos equipamentos, com assessoria e fiscalização do Órgão da Secretaria da Agricultura do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação prevista na Lei de Orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de março de 2022
GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.236, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651342

LEI Nº 2.236, DE 01 DE MARÇO DE 2022

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO COM O “INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – IEAS” – HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR

GILBERTO CHIARANI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a firmar convênio com o “Instituto de Ensino e Assistência Social – IEAS” (Hospital Salvatoriano Divino Salvador), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº. 86.552.809/0003-03, com sede na cidade de Videira – SC.

Art. 2º O Convênio tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, de forma complementar, compreendendo o atendimento hospitalar e ambulatorial de Urgência, Emergência e ortopedia de média complexidade, em período integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, bem como todo e qualquer atendimento hospitalar e ambulatorial necessário aos municípios, sempre de acordo com sua capacidade instalada e serviços credenciados.

Art. 3º Para fins do convênio, o Município repassará ao Hospital o valor de R\$ 504.000,00 (quinhentos e mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).

Art. 4º Os recursos repassados serão depositados em conta bancária específica e vinculada, e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Parágrafo único. A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor será admitida apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo essa circunstância ser justificada na prestação de contas.

Art. 5º A conta bancária deve ser identificada com o nome do Instituto, acrescido da expressão “Contribuição” e do nome da unidade concedente.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:

- I – Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;
- II – Extratos de movimentação bancária;
- III – Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal, esta última da sede do domicílio da Associação;
- IV – Certidão negativa de Débito Trabalhista – CNDT;
- V – Certidão Negativa de Débito Previdenciário;
- VI – Certidão Negativa do FGTS;
- VII – Certidão expedida pela Secretaria Municipal da Saúde, certificando o cumprimento, pelo Hospital, das obrigações decorrentes do presente convênio.

Art. 6º O Convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses podendo, no interesse público, ser prorrogado por igual período.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação consignada na lei orçamentária.

Art. 8º Integra a presente lei, anexo contendo a minuta do Convênio.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2022.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de março de 2022.

GILBERTO CHIARANI

Prefeito Municipal

CONVÊNIO 01/2022

LEI Nº 2.236, DE 01 DE MARÇO DE 2022

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO (SC) e o INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – IEAS” – HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, visando o desenvolvimento conjunto de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, resolvem firmar o presente convênio, na forma que segue:

Pelo presente instrumento de CONVÊNIO, de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Mal. Costa e Silva, 111, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. GILBERTO CHIARANI, brasileiro, casado, 460.38.429-91, RG nº 4.499.743, residente e domiciliado em Pinheiro Preto(SC), doravante denominado MUNICIPIO, e de outro lado o INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – IEAS” (nome de fantasia “HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.552.809/0003-03, com sede na cidade de Videira – SC, representado neste ato pelo Sr. ANDRE RAGNINI, Diretor Geral do Hospital Salvatoriano Divino Salvador – HDS, residente e domiciliado em Videira (SC), doravante denominado HOSPITAL, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação financeira, nos termos do que dispõe a Lei nº 8.080/90 e Portarias MS ns. 1.695, de 23.9.94 e 1044/GM, de 01/06/2004, além do disposto no art. 3º, inciso IV, da Lei n. 13.019/2014, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

§ 1º O presente convênio compreende o atendimento hospitalar e ambulatorial de Urgência, Emergência e ortopedia de média complexidade, em período integral, 24 horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, bem como todo e qualquer atendimento hospitalar e ambulatorial necessário aos municípios, sempre de acordo com sua capacidade instalada e serviços credenciados.

§ 2º O HOSPITAL compromete-se a atender o Município de Pinheiro Preto, sem distinção alguma, e integrar o sistema de referência e contra referência estabelecido pelo MUNICIPIO, que compreende a Rede Básica de atendimento, média e alta complexidade e entidades de maior complexidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS

Constituem encargos dos convenientes:

I - Dos encargos do MUNICIPIO:

1. Repassar os recursos que financiarão este convênio;
2. Acompanhar e fiscalizar a operacionalização das ações e atividades conveniadas;
3. Apresentar semestralmente ao Conselho Municipal de Saúde os resultados de avaliação, bem como a prestação de contas realizada pelo HOSPITAL.

II – Dos encargos do HOSPITAL:

1. Prestar todos os serviços ambulatoriais e hospitalares previstos na cláusula primeira deste convênio;
2. Fornecer a necessária infraestrutura à realização dos procedimentos conveniados;
3. Prestar contas semestralmente sobre os valores recebidos pelo presente convênio.

Parágrafo único. Todos os serviços aqui conveniados ficarão sob a regulação do gestor municipal de saúde.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

O HOSPITAL se compromete, ainda, a:

- 1) Afixar aviso, em local visível, de sua condição de integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados aos pacientes do SUS;
- 2) Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Termo e enviar, mensalmente, ao MUNICIPIO, cópia da justificativa da não realização;
- 3) Aderir ao Plano Nacional de Humanização do Ministério da Saúde;
- 4) Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e serviços oferecidos;
- 5) Notificar o MUNICIPIO sobre eventuais alterações em seus estatutos ou sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de trinta dias, contados da data do registro da alteração, cópias autenticadas dos documentos com as respectivas mudanças;
- 6) Disponibilizar as informações atualizadas conforme a lógica de regulação do gestor local do SUS.

Parágrafo único. A cobrança de valores dos pacientes atendidos por este convênio, sob qualquer pretexto, constitui falta gravíssima, a ser denunciada aos órgãos competentes para as devidas providências, além daquelas adotadas pelo MUNICIPIO, salvo quando na hipótese de internação o paciente optar expressamente por outro convênio, que não seja o oferecido pelo Sistema Único de Saúde ou optar pela internação particular.

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO DO CONVÊNIO

O acompanhamento do convênio será feito pelo MUNICIPIO, através da Secretaria Municipal da Saúde do Município de Pinheiro Preto, e pelo Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pelo cumprimento do objeto deste Convênio, o MUNICIPIO repassará ao HOSPITAL, o valor de R\$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), com início em 1º de março de 2022, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, na forma da lei.

Parágrafo único. O percentual de reajuste dos valores deverá respeitar 12 (doze) meses de vigência do primeiro convênio e deverá passar pela aprovação em reunião ordinária ou extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Pinheiro Preto (SC).

CLAÚSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas deste convênio correrão a conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, com a seguinte classificação orçamentária, devendo ser consignado nos exercícios seguintes dotação específica:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saúde Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 223

3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de recurso:102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O repasse dos valores será efetuado até 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente aos serviços prestados, mediante a apresentação de nota fiscal.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, na forma da lei, com início em 01 de março de 2022.

CLAUSULA NONA - DA DENÚNCIA

O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer dos convenientes, desde que fiquem ressalvadas as atividades em andamento e que não possam ser interrompidas sem prejuízo da saúde da população, cuja denúncia deverá ser realizada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLAUSULA DÉCIMA - DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES:

O descumprimento pelos convenientes dos compromissos assumidos neste convênio ensejará a denúncia do mesmo e a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, arts. 79, 80, 81, 86, 87 e 88, para qualquer dos convenientes que incorrer no inadimplemento.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Tangará(SC), para dirimir questões não resolvidas de comum acordo pelos convenientes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Pinheiro Preto (SC), 01 de março de 2022.

ANDRE RAGNINI

HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR

GILBERTO CHIARANI

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

1.

Nº CPF

2.

Nº CPF

LEI Nº 2.237, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651046

LEI Nº 2.237, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO A FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE TANGARÁ/SC, AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a firmar Convênio com o Município de Tangará/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.827.999/0001-01.

Art. 2º O Convênio tem como objeto parceria na prestação de serviços de interesse público pelo Município de Tangará ao Município de Pinheiro Preto, através dos seguintes órgãos:

I – Abrigo Institucional “Casa Lar”;

II – PROCON;

III – Carteira de Identidade

IV – Corpo de Bombeiros.

§ 1º O convênio abarca ainda a transferência de responsabilidades ao Município de Tangará por eventual auxílio, financeiro ou de pessoal, de responsabilidade do Município de Pinheiro Preto ao Corpo de Bombeiros Militar de Tangará.

§ 2º Os termos do Convênio nº 001/2013 firmado pelo Município e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros, aprovado pela Lei 1.613, de 10 de julho de 2012, com alteração dada pela Lei 1.847, de 11 de agosto de 2015, continua em vigor.

Art. 3º Como contrapartida o Município de Pinheiro Preto repassará mensalmente ao Município de Tangará o valor de R\$ 14.700,00 (catorze mil e setecentos reais), além de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais por criança do município que encontra-se abrigada na Casa Lar.

Art. 4º Os encargos decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária em vigor.

Art. 5º O prazo do Convênio será por 12 (doze) meses, podendo ser aditado por sucessivos períodos se for do interesse da Administração Pública.

Art. 6º Integra esta Lei o anexo contendo a minuta do Convênio a ser celebrado.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2022.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 01 DE MARÇO DE 2022.

GILBERTO CHIARANI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2022.

LEI Nº 2.237/2022

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TANGARÁ E O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

O Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.999/0001-01, com sede administrativa na Avenida Irmãos Piccoli, nº 267, centro, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO CONVENIENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, e de outro lado o Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, doravante denominado MUNICÍPIO CONVENIADO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2.237/2022, resolvem firmar o presente Convênio que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem como objeto a prestação de serviços de interesse público pelo Município de Tangará ao município de Pinheiro Preto/SC, nas atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros, Abrigo Institucional “Casa Lar”, PROCON e carteira de identidades, órgãos estes existentes e instalados no Município de Tangará/SC.

Parágrafo único. O presente convênio abarca também a transferência de responsabilidade ao Município de Tangará nos eventuais auxílios financeiro ou de cessão de pessoal de responsabilidade do Município de Pinheiro Preto para o Corpo de Bombeiros Militar de Tangará.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços serão realizados sem vínculo empregatício na cidade da CONVENIENTE, em instalações próprias, quais sejam, Abrigo Institucional “Casa Lar” e PROCON, bem como serviços de carteiras de identidades.

Paragrafo único. Fica assegurado aos municípios do CONVENIADO tratamento idêntico ao dispensado aos municípios do CONVENENTE, não podendo haver qualquer discriminação ou cobrança.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

3.1 Pela execução do objeto do convênio o MUNICÍPIO de Pinheiro Preto repassará mensalmente ao convenente, até o dia 05 do mês subsequente ao vencimento, o valor de R\$ 14.700,00 (CATORZE catorze mil e setecentos reais) mensais, e R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais por criança que venha se abrigar na Casa Lar mediante depósito bancário na conta corrente de titularidade de MUNICÍPIO DE TANGARÁ.

3.2 As despesas decorrentes do presente CONVÊNIO serão suportadas à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 02 – SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Órgão Orçamentário: 20 – PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 02 - SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO

Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0003 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Despesa: 213

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

O prazo do presente CONVÊNIO será de 12 (doze) meses, podendo ser aditado por sucessivos períodos conforme estabelece o artigo 5º da Lei Municipal nº 2.237, de 01 de março de 2022.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem obrigações do MUNICÍPIO CONVENIADO:

- repassar mensalmente ao convenente o valor a que se comprometera;
- efetuar o pagamento até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao vencimento;
- fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas;
- Denunciar o convênio com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Constituem obrigações do MUNICÍPIO CONVENENTE:

- atender aos encaminhamentos do MUNICÍPIO em local próprio, relativos aos serviços do Abrigo Institucional “Casa Lar” e do PROCON, sendo este em horário de expediente do Ente Público, e o Abrigo Institucional “Casa Lar” no período de 24 horas por dia;
- disponibilizar de forma integral toda a estrutura existente Corpo de Bombeiros para atendimentos de situações de responsabilidade destes órgãos em todo o território do MUNICÍPIO CONVENIADO;
- emitir relatórios mensais dos serviços prestados através dos próprios órgãos que prestaram o atendimento;
- denunciar o convênio com antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA

O CONVÊNIO poderá ser denunciado por qualquer das partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Para dirimir questões oriundas deste CONVÊNIO as partes elegem o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina.

E, por estarem assim conveniados, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Pinheiro Preto, 01 de março de 2022

MUNICÍPIO DE TANGARÁ

Aldair Biasiolo

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

GILBERTO CHIARANI

Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

LEI Nº 2234, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651040

LEI Nº 2.234, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

EFETUA DESAFETAÇÃO DE BENS PÚBLICOS DE USO ESPECIAL E AUTORIZA A VENDA

GILBERTO CHIARANI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam desafetados da destinação originária de bens de uso especial e traspassado para a categoria de bens dominiais, os Bens móveis inservíveis constantes no anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a alienar, mediante leilão, os bens móveis inservíveis descritos no anexo I desta lei, observado o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e demais disposições pertinentes à matéria, os veículos, máquinas e equipamentos que não mais atendem às necessidades do Município, pelos preços mínimos constantes no anexo desta Lei.

Art. 3º A venda de que trata o artigo 1º desta lei, será exclusivamente à vista.

Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à alienação dos bens constantes do anexo II desta lei, pelo maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação, assim como a suspender a venda, se o julgar conveniente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 01 de março de 2022

GILBERTO CHIARANI

Prefeito Municipal

ANEXO I

LEI Nº 2.234/2022

ITEM	OBJETO	VALOR AVALIADO R\$
01	uma forma de 01 metro com vibrador, motor elétrico, bocal e 09 argolas	R\$ 1.000,00
02	uma forma de 60 centímetros com vibrador, motor elétrico, bocal e 51 argolas	R\$ 500,00
03	uma forma de 40 centímetros com vibrador, motor elétrico, bocal e 51 argolas	R\$ 500,00
04	uma forma de 30 centímetros com vibrador, motor elétrico, bocal e 32 argolas	R\$ 300,00
05	uma forma de 20 centímetros com vibrador, motor elétrico, bocal e 44 argolas	R\$ 300,00
06	uma forma lajota pequena	R\$ 30,00
07	uma forma lajota grande	R\$ 70,00
08	02 formas de meio-fio	R\$ 200,00
09	01 forma de palanque de cerca	R\$ 50,00
10	01 forma de piquete de parreira	R\$ 30,00
11	02 formas de palanque triangular para parreira	R\$ 100,00
12	01 carrinho para tirar formas dos tubos	R\$ 30,00
13	01 betoneira 350 litros com motor elétrico	R\$ 800,00
14	01 mesa vibradora com motor elétrico	R\$ 200,00
15	01 cavalete com talha com motor elétrico	R\$ 1.500,00
16	01 forma de palanque 15x15	R\$ 70,00
17	01 engraxadeira manual	R\$ 5.000,00
18	01 britadeira com motor elétrico de 15cv	R\$ 700,00
	VALOR TOTAL R\$	R\$ 11.380,00

LEI Nº 2235, 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651042

LEI Nº 2.235, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 1.994, DE 02 DE MARÇO DE 2018 QUE AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE ÀS ESTUDANTES QUE ESPECIFICA.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 84, inciso I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado os incisos I e II do art. 1º da lei 1.994, de 02 de março de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º [...]

I – R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para os estudantes que se deslocarem por no mínimo 4 (quatro) dias por semana;

II - R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) para os estudantes que se deslocarem menos de 4 (quatro) dias por semana.

[...]

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO/SC, 01 DE MARÇO DE 2022.

GILBERTO CHIARANI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 155/2022

Publicação Nº 3652069

PORTARIA Nº 155, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 06/2022 E ADJUDICA O OBJETO À PESSOA FÍSICA VENCEDORAS.

GILBERTO CHIARNI Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 06/2022, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESERVAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PROFISSIONAL PSICÓLOGO CLÍNICO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO, e adjudica o objeto a seguinte empresa vencedora:

1 TAYANA DE OLIVEIRA JOMBRA, CPF 096.361.819-93, CRP 12/21118, pelo respectivo valor unitário R\$ 3.480,00 (três mil quatrocentos e oitenta reais) por mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 28 DE FEVEREIRO DE 2022.

GILBERTO CHIARNI
Prefeito Municipal

PORTARIA 156/2022

Publicação Nº 3652068

PORTARIA Nº 156 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2022

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO CHIARANI Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar a funcionária Scheley Raap do Nascimento, ocupante do cargo Enfermeira para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão 06/2022;

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato,

principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

- b) Comprovação das ligações de energia e água;
- c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) Carta "habite-se", emitida pela Prefeitura local;
- e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
- f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 28 DE FEVEREIRO DE 2022

GILBERTO CHIARANI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 165, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651361

PORTARIA Nº 165, DE 01 DE MARÇO DE 2022

NOMEIA RESPONSÁVEIS PELO CADASTRAMENTO E GERAÇÃO DE ENVIO DAS INFORMAÇÕES DO SISTEMA E-SFINGE ON -LINE

GILBERTO CHIARANI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a portaria n. TC 0171/2021 Do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina,

RESOLVE

Art. 1º Nomear os servidores responsáveis para cadastramento, geração e envio de e-sfinge conforme:

I – Edina Volpato Mariani, servidora efetiva, ocupante do cargo efetivo de Técnica em recursos Humanos, responsável pelos atos de pessoal;

II - Adriana Regina Fritzen Zanferrari, servidora efetiva, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, responsável pelos atos de execução e alterações orçamentárias, planejamento e registros contábeis;

III – Ana Laine Grahl, servidora efetiva, ocupante do cargo efetivo de Agente Financeiro, responsável pelos atos tributários;

IV – Kelly Cristina Liermann, servidora efetiva, ocupante do cargo efetivo de Analista de Licitações, responsável pelos atos jurídicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de março de 2022

GILBERTO CHIARANI

Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO SERVIDOR

Publicação N° 3652061

Convocação nº 79/2022 Piratuba, 02 de março de 2022

Prezado(a) Senhor(a) Sérgio Alexandre Hack

Diante do resultado da Seleção para Preenchimento de Cargo do Processo Seletivo N° 01/2021 do Município de Piratuba, cujo resultado foi homologado pelo Decreto N° 1.541/2021, de 12 de abril de 2021 e prorrogado pelo Decreto No 1634/2021, de 12 de novembro de 2021 e Processo Seletivo 002/2021: tem o presente, a finalidade de CONVOCAR Vossa Senhoria, classificado em 1º lugar, para tomar posse, no cargo de FACILITADOR DE INFORMÁTICA EDUCACIONAL com carga horária de 40 hrs a partir do dia 07 de março de 2022 até 07 de junho de 2022.

O Candidato deverá apresentar na Secretaria Municipal de Educação, cópia dos seguintes documentos, acompanhados dos originais, para autenticação, quando for o caso, conforme prazo estabelecido pelo Edital.

- Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

- a) Ficha de Inclusão de Funcionário
- b) Atestado de Saúde Admissional (Médico do Trabalho)
- c) Certidão de Quitação Eleitoral
- d) Comprovante de Escolaridade
- e) Comprovante de Regularidade com Órgão Profissional
- f) Comprovante Vacina Covid-19
- g) Comprovante Vacina Rubéola (obrigatório para o cargo de professor)
- h) Consulta CPF dependentes
- i) Consulta CPF Funcionário
- j) Conta bancária em seu nome
- k) Cópia Carteira Identidade (RG)
- l) Cópia Carteira Motorista (obrigatório para o cargo de motorista);
- m) Cópia Carteira Reservista ou Alistamento Militar
- n) Cópia carteira trabalho: PIS/PASEP
- o) Cópia Certidão Nascimento dos Dependentes
- p) Cópia Certidão Nascimento/Casamento
- q) Cópia CPF
- r) Cópia Título Eleitor
- s) *Declaração de Bens ou IRRF
- t) *Declaração de não acúmulo de cargos públicos
- u) *Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios
- v) Qualificação Cadastral
- w) Uma foto 3 x 4 recente
- x) Outros requisitos justificados pelas atribuições no cargo e eu estabelecidos em Lei. 12.2.2

As fichas "a", "s", "t" e "u" devem ser retiradas junto à Secretaria.

• Edital do Processo Seletivo 01/2021 – 13.5: O prazo que o candidato terá para manifestar interesse na vaga e apresentar documentação será de 2(dois) dias úteis.

A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato, sendo assim o candidato será eliminado do Processo Seletivo.

A desatenção à presente convocação, sem justa causa, presume na desistência do direito à posse, conforme a classificação determinada pelo resultado dos Processo Seletivo 001/2021 e 002/2021.

Atenciosamente,

MAGRID AULER

Secretário Municipal de Educação e Esportes

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2022

Publicação Nº 3652075

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3385F3ACE6A1CE010EC23821E65F8A62D2990DEE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2022

O Prefeito Municipal torna público que ratificou o ato do Senhor Carlos Alberto Maltauro, Supervisor de Compras, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Inciso X, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para locação de imóvel esportivo para realização das escolinhas de futebol do Município de Piratuba, em favor da ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA RIOPEIXENSE, pelo valor total estimado de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), com vigência até 31 de dezembro de 2022.

Piratuba, SC, 02 de março de 2022.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2022

Publicação Nº 3652077

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 18A13B9BD73C868FCDE4F6ED756F3CE2F27CAEA4

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2022

Objeto: Registro de Preço para possível contratação de empresas para a prestação de serviços de transportes de passageiros emergencial destinados as atividades da Prefeitura Municipal.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 18/03/2022.

Abertura: às 08h30 do dia 18/03/2022.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 02 de março de 2022.

CARLOS ALBERTO MALTAURO

Supervisor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2022

Publicação Nº 3652082

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2E3F57DBF92AAD12767E2485BA01B22C29E6826B

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2022

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresas de transportes, para prestação de serviços de Caminhão Tanque (pipa) para transportes de água aos agricultores do Município, conforme especificações constantes no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Hora.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 16/03/2022.

Abertura: às 08h30 do dia 16/03/2022.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 02 de março de 2022.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE CONCURSO Nº 019/2022, PARA REMOÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Publicação Nº 3651290

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7277
E-mail: educacao@pomerode.sc.gov.br - sed@pomerode.sc.gov.br
Rua Hildor Emmel, 67 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina
EDITAL DE CONCURSO Nº 019/2022, PARA REMOÇÃO
NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, com base nas disposições da Legislação vigente, torna público para conhecimento dos interessados que ficam abertas as inscrições para o CONCURSO DE REMOÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, de acordo com a Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, capítulo IV, seção I, artigos 51, 52 e 53 e a regulamentação do presente Edital.

RESOLVE:

Abrir inscrições e determinar normas para o CONCURSO DE REMOÇÃO na Rede Municipal de Ensino.

1 - DO CONCURSO

Poderão participar deste Concurso de Remoção todos os titulares concursados do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

2 - DAS VAGAS

A vaga disponível para Remoção na Rede Municipal de Ensino segue descrita no quadro abaixo.

Cargo	Carga horária e local
AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	40h – CEIM Rudolf Hornburg; 40h – CEIM Waltrut Siewerdt-extensão;

Automaticamente a vaga do servidor removido abrirá para escolha dos demais classificados e posteriormente para Concurso de Ingresso.

3 - DAS INSCRIÇÕES

No ato da inscrição, o candidato deverá preencher o Requerimento Padrão (ANEXO 01) e anexar fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Escolaridade;
- b) Carteira de Identidade;
- c) Certidão de nascimento dos filhos;
- d) Certidão de casamento.

3.1 Ao encaminhar a inscrição, automaticamente será processada a contagem do tempo de serviço que será computado até a data de 31 de dezembro de 2021 e providenciado pelo setor administrativo da SEFE.

3.2 A inscrição será realizada no dia 04 de março de 2022, no Protocolo na Secretaria da Educação e Formação Empreendedora no horário das 7:30 às 11:30h e das 13:00h às 16:00 horas, sito à Rua Hildor Emmel, 67.

4 - DA CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

Para fins de classificação e desempate adotar-se-ão os seguintes critérios:

- a) Maior tempo de serviço no cargo efetivo pretendido, prestado a Rede Municipal de Ensino de Pomerode;
- b) Maior grau de escolaridade;
- c) O mais idoso;
- d) Aquele que possuir maior número de filhos;
- e) Aquele que for casado.

4.1 A classificação provisória dos candidatos inscritos será divulgada no dia 04 de março de 2022 às 17:00 horas, sendo estabelecido o prazo até o dia 07 de março de 2022 às 16:00 horas, para impetrar recurso.

4.2 A homologação da classificação final será divulgada no dia 07 de março de 2022 às 17:00 horas.

4.3 A escolha de vagas será no dia 08 de março de 2022 às 08:00 horas na sede da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, sito a rua Hildor Emmel, 67, com a presença dos classificados.

4.4 Para efeito de alteração do local de atuação a presente remoção entrará em vigor a partir 09 de março de 2022 salvo determinações em contrário.

5 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O Prefeito Municipal de Pomerode constituirá através de Portaria, comissão para acompanhamento da Remoção de que trata o presente Edital, com a competência de coordenar, analisar recursos, dirimir casos omissos e validar o resultado final do procedimento:

a) Representante da Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora:

1. Jaqueline Beatriz Rahn;

a) Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pomerode:

1. Evanir Pfigler;

b) Representante da Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pomerode:

1. Miriam Rossana Biani Staskowian;

5.2. Os membros da referida comissão não poderão inscrever-se no presente Concurso.

5.3. O concurso de que trata o referido Edital terá validade restrita ao período de sua realização.

5.4. As vagas remanescentes deste Concurso de Remoção serão preenchidas pelo Concurso de Ingresso.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 01 de março de 2022.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito de Pomerode

ANEXO 01**REQUERIMENTO / CONCURSO DE REMOÇÃO 019/2022**

De preenchimento do candidato(a):

1. Identificação do requerente

Nome: _____

Carteira de Identidade nº: _____ 2. Situação funcional atual

Ocupando o cargo de _____ com _____ horas semanais, sendo _____ horas semanais na Unidade Escolar _____

e _____ horas semanais na Unidade Escolar _____ 3. Requer Remoção (Especificar Unidade Escolar e carga horária correspondente):

De: _____

Para: _____

Nestes Termos

Pede Deferimento

Assinatura: _____

Pomerode, ____/____/2022

De preenchimento da SEFE:

1. Da Classificação e Desempate

a) Tempo de serviço: _____ anos, _____ meses e _____ dias.

b) Grau de escolaridade na área específica: _____

c) Grau de escolaridade em outra área: _____

d) Data de nascimento: ____/____/____

e) Nº de filhos: _____

f) Estado Civil () casado () solteiro 2. Parecer final

() Deferido

() Indeferido

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009 / 2022

Publicação Nº 3651125

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E5E0278FFA1B1A6DCA09DAEAC30106A8C0046F67

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009 / 2022

Processo Administrativo n.º 004 / 2022. Pregão Presencial n.º 002 / 2022 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: DIBRAPE – DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS

SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 28/02/2023. Valor Total registrado: R\$516.000,00 (quinhentos e dezesseis mil reais). Lote 02 - Item 01.

Pomerode / SC, 01 de Março de 2022.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 010 / 2022

Publicação Nº 3651131

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E5E0278FFA1B1A6DCA09DAEAC30106A8C0046F67

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 010 / 2022

Processo Administrativo n.º 004 / 2022. Pregão Presencial n.º 002 / 2022 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: POSTO AGRICOPEL LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 28/02/2023. Valor Total registrado: R\$29.950,00 (vinte e nove mil e novecentos e cinquenta reais). Lote 05 - Item 01.

Pomerode / SC, 01 de Março de 2022.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 011 / 2022

Publicação Nº 3651133

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E5E0278FFA1B1A6DCA09DAEAC30106A8C0046F67

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 011 / 2022

Processo Administrativo n.º 004 / 2022. Pregão Presencial n.º 002 / 2022 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: RUDIPEL – RUDNICK PETRÓLEO LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 28/02/2023. Valor Total registrado: R\$1.722.000,00 (um milhão e setecentos e vinte e dois mil reais). Lote 01 - Itens 01 e 02.

Pomerode / SC, 01 de Março de 2022.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 012 / 2022

Publicação Nº 3651137

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E5E0278FFA1B1A6DCA09DAEAC30106A8C0046F67

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 012 / 2022

Processo Administrativo n.º 004 / 2022. Pregão Presencial n.º 002 / 2022 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: AUTO POSTO LIGIER LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS ÓLEO DIESEL S500 E S10, GASOLINA COMUM E ETANOL ETÍLICO HIDRATADO PARA O ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS

ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 28/02/2023. Valor Total registrado: R\$1.157.000,00 (um milhão e cento e cinquenta e sete mil reais). Lote 03 - Itens 01 e 02; e, Lote 04 – Item 01.

Pomerode / SC, 01 de Março de 2022.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

PREGÃO PRESENCIAL N.º 013 / 2022 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3651289

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 32AA9B88E17503654BD45101B382843229392D60

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 013 / 2022 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 020 / 2022. Código TCE n.º 32AA9B88E17503654BD45101B382843229392D60. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA E DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 15/03/2022. Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC. Abertura dos envelopes: 08h00min. do dia 15/03/2022. Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode. O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 01 de Março de 2022.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2022

Publicação Nº 3651293

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4C24D6F157B18CA3EAB3F5079927D440E2621011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2022

Processo Administrativo n.º 021 / 2022. Código TCE n.º 4C24D6F157B18CA3EAB3F5079927D440E2621011. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA LUIZ ABRY, RUA CANOINHAS, RUA VILA NOVA E AV. 21 DE JANEIRO, BAIRRO CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 18/03/2022. Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC. Abertura dos envelopes: 08h00min. do dia 18/03/2022. Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode. O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 01 de Março de 2022.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 032/2022 - PMPB

Publicação N° 3646349

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ACDC733362B10F71FBC5FFB0436EF6AEB494040A

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

MULTIENTIDADES

Modalidade de licitação: Pregão N° 032/2022 - Pregão Eletrônico N° 032/2022 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa especializada para fornecimento (incluindo serviços de montagem e desmontagem) de divisórias em Eucatex, gesso acartonado e forro de isopor texturizado, atendendo as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Até às 08h30min do dia 14/03/2022, no site www.portaldecompraspublicas.com.br

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, n° 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 237.

Porto Belo, 25 de fevereiro de 2022

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

022 2022

Publicação Nº 3650974

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº22/2022
CONCORRÊNCIA P/COMPRAS E SERVIÇOS Nº 04/2022

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados a abertura da concorrência às 08:00 horas do dia 05/04/2022, Contratação de empresa do ramo para construção, fornecimento de materiais e instalação de abrigo de passageiros pré-moldados em concreto armado, a serem instalados em vários pontos urbanos e rurais do município.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, pelo fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br

Pouso Redondo, em 01 de MARÇO de 2022.
Oscar Gutz
Prefeito Municipal

14 2022 RETIFICAÇÃO DAP

Publicação Nº 3651177

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL
PROCESSO Nº14/2022 – CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO Nº 02/2022

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a RETIFICAÇÃO do Edital PROCESSO Nº14/2022 – CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO Nº 02/2022, de OBJETO: chamamento público para fins de credenciamento para Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC, passando a conter as seguintes alterações: conforme Resolução nº021 de 16 de novembro de 2021, onde altera O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deve respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP Familiar/ano/entidade executora As demais cláusulas permanecem inalteradas. Quaisquer dúvidas e esclarecimentos e o edital completo pode ser retirado através do site blil.org.br ou pelos telefones (47)3545-8700/8719/8721.

Pouso Redondo, 01 de Março de 2022
Oscar Gutz
Prefeito Municipal

15 2022 CHAMENTO LEI 13 019

Publicação Nº 3651411

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº015 2022
OU Nº 003/2022 – CHAMAMENTO PÚBLICO

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Chamamento Público, a partir das 07:30 Horas do dia 03.03.2022 até as 17:00 Horas do dia 04/04/2022, estará recebendo propostas para Formalização de Parceria, conforme dispõe a Lei nº13.019/14, com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para execução de atividades em regime de mútua cooperação com a administração pública, no exercício de 2022/2023. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700.

Pouso Redondo, em 01 de Março de 2022.
OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

18 2022 GUSTAVO KLEGIN

Publicação N° 3650928

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO N°18/2022
CONCORRÊNCIA P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 01/2022

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados a abertura da concorrência p/ obras e serviços de engenharia às 08:30 horas do dia 04/04/2022, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM PAVER DA RUA GUSTAVO KLEGIN, CONFORME EDITAL. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, pelo fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br

Pouso Redondo, em 25 de fevereiro de 2022.

Oscar Gutz
Prefeito Municipal

20 E 21 2022

Publicação N° 3650972

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
PROCESSO N°20/2022
PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2022

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 14:00 Horas do dia 14.03.2022, para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE BLOCOS ESTRUTURAIS PARA USOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 01 de MARÇO de 2022.

Oscar Gutz
Prefeito Municipal
MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
PROCESSO N°21/2022
PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2022

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 08:30 Horas do dia 15.03.2022, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA DE RESIDUOS CLASSE I E CLASSE II. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 01 de MARÇO de 2022.

Oscar Gutz
Prefeito Municipal

HOMOLOGADOS ATÉ 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651536

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

Relação dos Processos/Licitações por Modalidade

Página: 1/3

(Período de 01/01/2022 a 01/03/2022)

Processo	Licitação	Data Processo	Data Encerram.	Data Homolog.	Objeto e Finalidade	Nr. de Licitantes	Vencedor(es)	Valor(es)
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação								
5	1/2022-IL	21/01/22	31/01/22	31/01/22	Contratação de empresa do ramo para promover suporte funcional aos servidores da Secretaria de Educação.	1	ALEX LUIZ DA SILVA	15.000,00
6	2/2022-IL	25/01/22	02/02/22	10/02/22	Contratação de show artístico de renome nacional com Chitãozinho e Xororó, através de sua empresa exclusiva Live Talentos Agenciamento, Produções e Publicidades LTDA, para realizar no dia 23 de julho de 2022, no Município de Pouso Redondo, um show durante a programação da Festa Estadual do Tropeiro.	1	LIVE TALENTOS AGENCIAMENTO, PRODUCAO E PUBLICIDADE	450.000,00
Total da Modalidade:								465.000,00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL								
184	147/2021-PR	25/11/21	08/12/21	03/01/22	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO MUNCK, PARA INSTALAÇÃO DE ENFEITES DE NATAL E REPAROS EM GERAL NO MUNICÍPIO	1	CLIDIO SCHMITT & CIA LTDA	22.200,00
188	150/2021-PR	06/12/21	16/12/21	03/01/22	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DENTRE OUTROS, PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	7	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA MAURICIO KRETZER ME MERCADO UFFSLER LTDA CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME COMERCIO DE FRUTAS E CONVENIENCIAS BOHM LTDA	36.800,00 98.500,00 4.941,00 48.913,00 28.947,00 23.760,00

189	15/2021-PR	06/12/21	16/12/21	31/01/22	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO DO BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO	MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	24.480,00
196	157/2021-PR	22/12/21	12/01/22	13/01/22	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE ONIBUS RODOVIÁRIO, NÃO INFERIOR A 2005, PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.	3 COMERCIO DE FRUTAS E CONVENIENCIAS BOHM LTDA	24.503,80
195	158/2021-PR	22/12/21	07/01/22	11/01/22	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRICOLAS PARA UTILIZAÇÃO EM ÁREAS EXPERIMENTAIS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA.	1 EMPRESA DE TRANSPORTES COLETIVO VOLKMAN LTDA	111.500,00
2	2/2022-PR	18/01/22	28/01/22	31/01/22	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE LANCHES, PARA ATENDER OS CURSOS, ASSESSORAMENTOS E OUTROS EVENTOS E ATIVIDADES ORGANIZADOS PELOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	1 AGRO LIDER LTDA	16.110,00
3	3/2022-PR	18/01/22	31/01/22	08/02/22	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS COMO: CONCRETO USINADO, MADEIRA DE PINUS TRATADA, PALANQUES TRATADOS, VIGAS E RIPAS TRATADAS, E ESCORAS DE MADEIRA DE EUCALIPTO, PARA USO DAS SECRETARIAS DE OBRAS, DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO.	3 MANA S CONFEITARIA LTDA - ME PANIFICADORA E CONFEITARIA DA NITA LTDA - ME PANIFICADORA E CONFEITARIA TAMBOSI LTDA - ME	69.500,00 40.550,00 56.945,00
9	5/2022-PR	26/01/22	08/02/22	08/02/22	REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DESMONTES DE SAIBREIRAS PARA GERAÇÃO DE RACHÃO E MACADAME A SER UTILIZADO EM OBRAS E VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E EXPLOSIVOS, PERFURAÇÃO COM 2,5" OU 3" POLEGADAS DE DIÂMETRO DOS FUROS E COM MALHA MÉDIA DE PERFURAÇÃO DE 3 X 1,5. A MALHA PODERÁ SER ALTERADA DE ACORDO COM O RESULTADO DO MATERIAL DETONADO, SE SOLICITADO PELO SECRETARIO DE OBRAS.	2 TRIGEMEOS MADEIRAS EIRELI - ME	1.940.450,00
13	7/2022-PR	08/02/22	22/02/22	22/02/22	Aquisição de concreto usinado para utilização em pavimentação, demais obras e reformas que demandem desse material no município.	1 EXTRABRIT MINERACAO LTDA - ME	1.612.000,00
Total da Modalidade:							7.505.099,80

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

160	129/2021- PE	13/10/21	23/11/21	21/02/22	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CALÇADOS OCUPACIONAIS E BOTAS (EPI) PARA USO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA.	2	NACIONAL SAFETY EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI EDIVALDO DOS S. LTDA	14.086,50 6.595,50
176	142/2021- PE	18/11/21	31/01/22	23/02/22	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO NOS CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO.	1	RSUL EIRELI	253.045,00
180	143/2021- PE	25/11/21	13/12/21	10/01/22	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DA FROTA MUNICIPAL	8	BELLENZIER PNEUS LTDA COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA RK2 PNEUS EIRELI MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA BOREAL SUL COMERCIAL LTDA CONCEITOS - PNEUS E SERVICOS EIRELI	60.000,00 1.187.682,00 198.156,00 139.394,00 11.375,20 120.030,00
186	148/2021- PE	06/12/21	17/12/21	19/01/22	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIO CONTINÚO 4 VIAS (EMISSÃO NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL) PARA USO NA SECRETARIA DE AGRICULTURA.	3	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - ME	10.800,00
Total da Modalidade:								2.001.164,20

Quilombo

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS 21/2022

Publicação N° 3650035

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9A142E70F34573DC28C00B0CD0DED207951E95BF

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Cód. de Registro de Informação (e-sfinge) 9A142E70F34573DC28C00B0CD0DED207951E95BF
Processo Licitatório n.: 21/2022
Modalidade: TOMADA DE PREÇOS P/ COMPRAS E SERVIÇOS N. 21/2022
Tipo/Julgamento: COMBINAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO (art.21,§2º,II,"b", c/c art.45,§1º,III, c/c art.46, caput e §2º).
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL PARA O CARGOS DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (20H) - NÍVEL SUPERIOR EM CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL (CADASTRO RESERVA); PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS 20H - NÍVEL SUPERIOR EM CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA COM HABILITAÇÃO EM ANOS INICIAIS (CADASTRO RESERVA); PROFESSOR DE ARTE 40H - NÍVEL SUPERIOR EM CURSO DE LICENCIATURA DE GRADUAÇÃO PLENA COM HABILITAÇÃO ARTE (CADASTRO RESERVA); PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40H - NÍVEL SUPERIOR EM CURSO DE LICENCIATURA DE GRADUAÇÃO PLENA COM HABILITAÇÃO EDUCAÇÃO FÍSICA (CADASTRO RESERVA); PROFESSOR DE LETRAS 20H - NÍVEL SUPERIOR EM CURSO DE LICENCIATURA DE GRADUAÇÃO PLENA COM HABILITAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA INGLESA (CADASTRO RESERVA), PRESTANDO TODOS OS SERVIÇOS INERENTES AO PROCESSO.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 04/04/2022.
Abertura dos Envelopes: 09:10 horas do dia 04/04/2022.
A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br
Quilombo, 28 de fevereiro 2022.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Rancho Queimado

PREFEITURA

PORTARIA 116-2022 CONCEDE FERIAS SAMUEL CARLOS LIMA

Publicação N° 3651346

PORTARIA N° 116/2022
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 10 (dez) dias de FÉRIAS de 01 a 10 de março de 2022, a SAMUEL CARLOS LIMA, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Rancho Queimado, em 01 de março de 2022.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 117-2022 NOMEIA ANDREIA BRUNILDA RIBEIRO BERETTA PROFESSOR

Publicação N° 3651347

PORTARIA N° 117/2022
NOMEIA SERVIDOR EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE:

NOMEAR, ANDREIA BRUNILDA RIBEIRO BERETTA, brasileira, casada, portadora do RG nº 2.562.***, inscrita no CPF sob o nº 656.685.***-**, para exercer o Cargo de PROFESSOR com as atribuições constantes no Anexo IV da Lei Complementar nº 02/2016, com vencimento mensal de R\$ 1.903,57 (um mil, novecentos e três reais e cinquenta e sete centavos), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com a referida Lei Complementar.

Fica a Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, tendo sido aprovada no Concurso Público nº 001/2017, homologado em 13 de junho de 2017, no qual obteve 26ª colocação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 01 de março de 2022.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 118-2022 ADMITE ANA BEATRIZ ANTUNES AGENTE EDUCACIONAL

Publicação N° 3651349

PORTARIA N° 118/2022
ADMITE EM CARATER TEMPORÁRIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE ADMITIR em caráter temporário, ANA BEATRIZ ANTUNES, para ocupar a função de AGENTE EDUCACIONAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, cumprindo as determinações do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário nº 36/2022 até 22 de dezembro de 2022.

Rancho Queimado, em 01 de março de 2022.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

125 PORTARIA Nº 125 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR MARCO ANTONIO TAMBOSI

Publicação Nº 3652125

Portaria nº. 125, de 02 de março de 2022.

“Concede Licença Prêmio convertida em pecúnia ao Servidor MARCO ANTONIO TAMBOSI”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença prêmio convertida em pecúnia ao servidor MARCO ANTONIO TAMBOSI, matrícula 400, referente ao 6º quinquênio, período aquisitivo de 09/07/2013 a 08/07/2018.

Parágrafo único. A licença a que se refere o “caput”, deste artigo será paga ao servidor em 3 parcelas, nas folhas de pagamento dos respectivos meses Fevereiro 2022, Março 2022 e Abril de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, em 02 de março de 2022.

Vidal Balak

Prefeito

Vânia Fabiane Kohut Baldo

Secretária de Administração e Finanças

Rio do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ACT 15/2022

Publicação Nº 3650751

CONTRATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 15/2022

Contrato que entre si fazem, de um lado o Município de Rio do Oeste (SC), pessoa jurídica de direito Público Interno, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Arnildo Ferrari, adiante denominado apenas contratante e, de outro lado, Alexandro Vargas, brasileiro(a), portador(a) do Cpf Nº 039.508.659-00, adiante denominado(a) apenas contratado(a). As duas partes têm entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) prestará serviços de Operário, com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (Edital 002/2021 – Seleção de Candidatos para Contratação Temporária), conforme Art. 2º, inciso IV c/c Art. 7º, inciso II, parágrafo primeiro, da Lei 1.371/2002, com redação alterada pelas Leis 1.396/2003, 1.462/2003, 1.785/2007 e 1.947/2011 do Município de Rio do Oeste.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços citados, o(a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.452,73 (Mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos) acrescidos de 40% de insalubridade sobre o salário mínimo vigente, e auxílio alimentação no valor de R\$ 21,45 (vinte e um reais e quarenta e cinco centavos). Os valores expressos na presente cláusula, serão majorados, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, devendo-se observar os mesmos percentuais fixados para a categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA: A vigência do presente contrato será por prazo determinado, tendo início em 01/03/2022 a 31/08/2022.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Qualquer das cláusulas constantes neste contrato só poderão ser alteradas com expressa anuência das partes contratantes, devendo o aditivo reportar-se sempre ao contrato original.

CLÁUSULA SEXTA: Se o Município rescindir o contrato antes do prazo sem motivo justo, pagará ao contratado nos termos do § 1.º do Art. 15 da Lei supra, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: O regime jurídico deste contrato é o Estatutário, aplicando-se ao Contratado, suplementarmente, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Oeste (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Oeste (SC), 01 de março de 2022

ARNILDO FERRARI	ALEXANDRO VARGAS
Prefeito Municipal	Contratado

CONTRATO ACT 16/2022

Publicação Nº 3650804

CONTRATO DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 16/2022

Contrato que entre si fazem, de um lado o Município de Rio do Oeste (SC), pessoa jurídica de direito Público Interno, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Arnildo Ferrari, adiante denominado apenas contratante e, de outro lado, Jaqueline Essig, brasileiro(a), portador(a) do Cpf Nº 076.808.069-00, adiante denominado(a) apenas contratado(a). As duas partes têm entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) prestará serviços de Professora de Educação Infantil, com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Edital 001/2021 – Seleção de Candidatos para Contratação Temporária), conforme Art. 2º, inciso IV c/c Art. 7º, inciso II, parágrafo primeiro, da Lei 1.371/2002, com redação alterada pelas Leis 1.396/2003, 1.462/2003, 1.785/2007 e 1.947/2011 do Município de Rio do Oeste, em virtude do aumento do número de profissionais da educação afastados/isolados em decorrência da COVID-19.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços citados, o(a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.449,47 (Três mil quatrocentos e quarenta e nove e quatrocentos e sete centavos) acrescidos de 20% de regência de classe mensais, e auxílio alimentação no valor de R\$ 11,92 (onze reais e noventa e dois centavos). Os valores expressos na presente cláusula, serão majorados, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, devendo-se observar os mesmos percentuais fixados para a categoria.

CLÁUSULA TERCEIRA: A vigência do presente contrato será por prazo determinado, tendo início em 03/03/2022 a 02/09/2022.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Qualquer das cláusulas constantes neste contrato só poderão ser alteradas com expressa anuência das partes contratantes, devendo o aditivo reportar-se sempre ao contrato original.

CLÁUSULA SEXTA: Se o Município rescindir o contrato antes do prazo sem motivo justo, pagará ao contratado nos termos do § 1.º do Art. 15 da Lei supra, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: O regime jurídico deste contrato é o Estatutário, aplicando-se ao Contratado, suplementarmente, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Oeste (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Oeste (SC), 01 de março de 2022

ARNILDO FERRARI		JAQUELINE ESSIG
Prefeito Municipal		Contratada

PORTARIA 8784

Publicação Nº 3650878

PORTARIA Nº 8.784 DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Designa local de trabalho de servidores.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 244 da Lei Complementar nº 21/2006 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

RESOLVE

Art. 1º Designa a servidora Vanessa de Moraes Muniz, matrícula 116440-00, ocupante do cargo de Psicóloga, para exercer suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, a partir de 02 de março de 2022.

Art. 2º Designa o servidor Emerson José Volanski, matrícula 119725-00, ocupante do cargo de Psicólogo, para exercer suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, e na Secretaria da Educação no atendimento clínico da Atenção Básica Municipal, a partir de 02 de março de 2022.

Art. 3º Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 1º de março de 2022.

DIOGO FERRARI

Prefeito de Rio do Oeste

ODAIR JOSE MARTINS

Secretário de Saúde e Assistência Social

PORTARIA 8785

Publicação Nº 3651226

PORTARIA Nº 8785 DE 01 DE MARÇO DE 2022

Afasta Juliana Aparecida Kuster do cargo de Operária para sua nomeação em Cargo Comissionado de Diretora de Departamento de Transporte e Obras Rurais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei nº 1720/2007 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Afastar a servidora Juliana Aparecida Kuster, matrícula 54569, do cargo efetivo de Operária, lotada na Secretária Municipal de Serviços Urbanos, pelo período que perdurar seu exercício na função em Comissão de Diretora de Departamento de Transportes e Obras Rurais.

Art. 2º Informa-se que, por estar a servidora ainda em estágio probatório referente ao Concurso 001/2020, o mesmo paralisa-se, voltando a ser contabilizado apenas a partir do seu retorno as atividades de sua vaga efetiva.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 01 de março de 2022.

ARNILDO FERRARI

Prefeito Municipal

ALMIR SCHMITZ
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA 8786

Publicação Nº 3651235

PORTARIA Nº 8786 DE 01 DE MARÇO DE 2022

Nomeia Juliana Aparecida Kuster para o Cargo em Comissão de Diretora de Departamento de Transporte e Obras Rurais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei nº 1720/2007 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Juliana Aparecida Kuster para o Cargo em Comissão de Diretora de Departamento de Transporte e Obras Rurais, da Secretaria de Transportes e Obras Rurais, a partir de 01 de março de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 01 de março de 2022.

ARNILDO FERRARI
Prefeito Municipal

ALMIR SCHMITZ
Secretário de Administração e Fazenda

Rio do Sul

PREFEITURA

2º EDITAL DE ALTERAÇÃO TP 010/2022

Publicação Nº 3651303

2º EDITAL DE ALTERAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 010/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1F1A98F6AE2B32907FA5E0E64B05683CE9E04F14

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA BAGDÁ, BAIRRO BARRAGEM - RIO DO SUL/SC.

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, procedeu à alteração na planilha orçamentária da Tomada de Preço nº 010/2022.

Fica designada nova data para entrega dos envelopes, que será até as 13h30min do dia 22/03/2022, e a abertura da sessão ocorrerá às 14h00min do dia 22/03/2022.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Rio do Sul, 01 de março de 2022.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 0206/DGP

Publicação Nº 3651228

PORTARIA N. 0206/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados o benefício da Progressão por Desempenho Profissional, com fundamento ao Artigo 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

- ANA PAULA MENEGETTI matrícula n. 177695-2 ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a terceira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 13 de outubro de 2018 a 12 de novembro de 2021, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 17 de fevereiro de 2022;
- CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA matrícula n. 74578-1 ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, a sexta progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 05 de março de 2018 a 26 de maio de 2021, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 14 de dezembro de 2021;
- FERNANDA PONTES ROSSI FACHINI matrícula n. 99597-3 ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a terceira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 16 de agosto de 2017 a 19 de outubro de 2020, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 14 de dezembro de 2021;
- JULICLEIDE DA SILVA FELETI matrícula n. 106224-4 ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, a primeira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 08 de setembro de 2016 a 07 de março de 2019, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 26 de janeiro de 2022;
- MARGARETE LAMEGO matrícula n. 72176-1 ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais I, a quarta progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 31 de março de 2016 a 30 de março de 2019, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 02 de dezembro de 2021;
- MARIA JOAQUINA ROSA DA SILVA matrícula n. 76589-1 ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais I, a quarta progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 01 de junho de 2016 a 31 de maio de 2019, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 22 de outubro de 2021;
- NILDO ALVES matrícula n. 104531-1 ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, a terceira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 29 de março de 2017 a 28 de março de 2020, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 18 de fevereiro de 2022;
- PALOMA FABIOLA BORBA matrícula n. 261025-1 ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo, a primeira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 06 de fevereiro de 2017 a 05 de fevereiro de 2020, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 04 de novembro de 2020;
- VENERIANA BARDT DE SOUZA matrícula n. 150266-3 ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social, a segunda progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 03 de setembro de 2018 a 02 de setembro de 2021, homologada pelo Comitê Permanente de Progressão na Carreira em 18 de fevereiro de 2022;

Art. 2º O efeito financeiro da progressão será devido a partir de 01 de fevereiro de 2022, de acordo com as disposições contidas no Artigo 38 da Lei Complementar supracitada, respeitando o disposto no artigo 3, inciso VI do Decreto nº 8.987 de 21 de abril de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2022.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Crf

PORTARIA Nº 0200/DGP

Publicação Nº 3651401

PORTARIA Nº 0200/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 09/01/2022, a servidora Saionara Comper Brandalize, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de fevereiro de 2022.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

LAIANA DA SILVA OSSEMER

Secretária Municipal de Administração e Fazenda interina

prh

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021/FMS

Publicação Nº 3651445

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9E0FE95FE645D36BDAB395ACC934697CB972B42A

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2022/FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RETINOGRÁFIA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DO SUS, EM CONFORMIDADE COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO: Às 08h30min do dia 17/03/2022.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sita à Praça 25 de Julho, n. 01, Centro, Rio do Sul/SC

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 87.02.2052.3390.3950 e demais dotações conforme orçamento vigente.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, Centro, Departamento de Compras e Licitações.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 01 de março de 2022.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ROBERTA HOCHLEITNER
Secretária de Saúde

RESUMO DO CONTRATO N° 018/2022

Publicação N° 3651841

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 27E320FAAF50D3A17B315BED402D9E7000935AB7
RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 018/2022
Dispensa Licitação N° 017/2022

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Integral Soluções em Engenharia Eireli ME – CNPJ N° 29.212.382/0001-07.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB), CONTENDO ELABORAÇÃO DE PROJETOS URBANÍSTICOS, AMBIENTAIS E HIDROS-SANITÁRIOS, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL N° 13.456/2017 E A LEI MUNICIPAL N° 6.065/2019, NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

Valor: R\$ 30.250,00 (trinta mil e duzentos e cinquenta reais).

Prazo de Execução: 11 (onze) meses, a contar do recebimento da ordem de serviço;

Prazo de Vigência: 15 (quinze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual;

Recurso: 84.02.2024.3390.3905 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 01 de março de 2022.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.647, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação Nº 3650840

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 71803861317954E4C662A0038A8F04F223DE5F84

**DECRETO Nº 10.647**, de 25 de fevereiro de 2022**“HOMOLOGA PROCESSO DE EDITAL DE
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2022, de
25.02.2022”.**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado o processo de Edital de Dispensa de Licitação nº 017/2022. Razões de justificativa de dispensa: Art. 24, Inciso I, Art. 26, Incisos II e III, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo único: Finalidade: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTORIA EM ENGENHARIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB), CONTENDO ELABORAÇÃO DE PROJETOS URBANÍSTICOS, AMBIENTAIS E HIDROSSANITÁRIOS, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 13.456/2017 E A LEI MUNICIPAL Nº 6.065/2019, NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

CONTRATADA: INTEGRAL SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EIRELI ME—
CNPJ Nº 29.212.382/0001-07.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
25 de fevereiro de 2022.

JOSE EDUARDO
ROTHBARTH
THOME:05421524957

Digitally signed by JOSE EDUARDO ROTHBARTH
THOME:05421524957
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=EM
BRANCO, ou=11825802000157, cn=JOSE
EDUARDO ROTHBARTH THOME:05421524957
Date: 2022.02.28 10:56:41 -03'00'

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

JAIRO
WEHMUTH
JUNIOR:85
110450900

Assinado de forma
digital por JAIRO
WEHMUTH
JUNIOR:85110450
900
Dados: 2022.02.25
16:18:30 -03'00'



Praça 25 de julho, 1 Centro, Rio do Sul/SC, 89.160-900 | CNPJ 83.102.574/0001-06
(47) 3531-1200 | riodosul.sc.gov.br



Rio dos Cedros

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº002/2022 - .DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO ENVIO DE INFORMAÇÕES DO "MÓDULO DEPARTAMENTO PESSOAL" AO TCE-SC, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

Publicação Nº 3651552

RESOLUÇÃO N. 002, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO ENVIO DE INFORMAÇÕES DO "MÓDULO DEPARTAMENTO PESSOAL" AO TCE-SC, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor:

CONSIDERANDO a iminente entrada em vigor da nova versão do Sistema e-Sfinge, intitulada e-Sfinge Online, iniciativa integrante do Planejamento Estratégico 2019-2020;

CONSIDERANDO os prazos de envio de informações ao tribunal de Contas pelas unidades gestoras no que se refere ao Sistema e-Sfinge, conforme disposições da Instrução Normativa aprovada no dia 08/03/2021 (processo PNO21/00056020);

CONSIDERANDO a necessidade de convergência dos sistemas corporativos à nova sistemática prevista na referida Instrução Normativa;

CONSIDERANDO o imprescindível planejamento e adequação dos atores envolvidos na geração e encaminhamento das informações requeridas pelo TCE/SC nas unidades gestoras;

CONSIDERANDO o Comunicado enviado pela Diretoria de Informações Estratégicas estabelecendo cronograma e orientando sobre o período de transição para a nova metodologia de envio de informações ao TCE/SC, para o ano de 2021;

RESOLVE:

Art.1º. Designar como responsável pelo envio das informações do "Módulo Departamento Pessoal" ao TCE-SC o servidor abaixo nominado:

SAMUEL ANDRÉ LENZI, matrícula 107646, CPF 066.717.449-47, RG 5.207.369-6 SSP/SC.

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões, 1º de março de 2022.

ALTAIR GILDO LENZI
Presidente da Câmara

CASSIO LUIZ BERRI
Vice Presidente

NOREDI MURILO BUSARELLO
1º Secretário

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº003/2022 - RESOLUÇÃO N003.2022 RESOLUÇÃO Nº003.2022 DESIGNA SERVIDOR CONTADORA CILDA ESFINGE

Publicação Nº 3651557

RESOLUÇÃO N. 003, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

DESIGNA CONTADORA RESPONSÁVEL PELO ENVIO DE INFORMAÇÕES DO "MÓDULO EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS", "PLANEJAMENTO" E "REGISTROS CONTÁBEIS" AO TCE-SC, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor:

CONSIDERANDO a iminente entrada em vigor da nova versão do Sistema e-Sfinge, intitulada e-Sfinge Online, iniciativa integrante do Planejamento Estratégico 2019-2020;

CONSIDERANDO os prazos de envio de informações ao tribunal de Contas pelas unidades gestoras no que se refere ao Sistema e-Sfinge, conforme disposições da Instrução Normativa aprovada no dia 08/03/2021 (processo PNO21/00056020);

CONSIDERANDO a necessidade de convergência dos sistemas corporativos à nova sistemática prevista na referida Instrução Normativa;

CONSIDERANDO o imprescindível planejamento e adequação dos atores envolvidos na geração e encaminhamento das informações requeridas pelo TCE/SC nas unidades gestoras;

CONSIDERANDO o Comunicado enviado pela Diretoria de Informações Estratégicas estabelecendo cronograma e orientando sobre o período de transição para a nova metodologia de envio de informações ao TCE/SC, para o ano de 2021;

RESOLVE:

Art.1º. Designar como responsável pelo envio das informações do "Módulo Atos Jurídicos", "Módulo Execução e Alterações Orçamentárias", "Planejamento" e "Registros Contábeis" ao TCE-SC a contadora abaixo nominada:

CILDA GIESE DA SILVA, brasileira, casada, contadora, portadora do RG n. 2619952 SSP/SC, inscrita no CPF sob o n. 907.714.519-20, CRC n. SC-035621/O-4

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões, 1º DE MARÇO de 2022.

ALTAIR GILDO LENZI
Presidente da Câmara

CASSIO LUIZ BERRI
Vice Presidente

NOREDÍ MURILO BUSARELLO
1º Secretário

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 21/2021

Publicação Nº 3651005

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 92B930C145E7C9FE411C21114AE7513B88043027

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 1º termo aditivo ao contrato Nº 21/2021 ref. Convite 01/2021. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: Hd Consultoria Ltda. Objeto: Prorrogação e reequilíbrio de preço do valor do contrato original. Valor: R\$ 36.498,00 (trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais). Rodeio 01 de março de 2022. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO 06/2022

Publicação Nº 3651459

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4736103424B22A980FD76D1222118134E180CC8C

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo licitatório 16/2022 – Tomada de preço 06/2022. Objeto: contratação de toda mão de obra, material, ferramental e equipamentos para execução de revitalização da praça dos imigrantes, conforme memorial descritivo, cronograma físico financeiro e demais anexos. Considerando a regularidade do procedimento, com base no inc. VI, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, homologar e adjudicar o item do objeto licitado a empresa Sdr Empreiteira Ltda. Rodeio 01 de março de 2022. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 16/2022

Publicação Nº 3651351

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F169D66CD99A1B7CBE71307C9D759899D3B8A6E7

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Aviso de Licitação - Pregão presencial nº 16/2022 - menor preço por item. Objeto: aquisição de 70 barras de tubo de ferro zincado duas polegadas, parede de 1,55mm e comprimento de seis metros. Fim da entrega de propostas: às 08h30min do dia 17/03/2022. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pmcomp@terra.com.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, em dias úteis. Rodeio 01 de março de 2022. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 20/2021

Publicação Nº 3651300

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D73171D826A1C7C49C95127CA788A591F002F9E6

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 1º termo aditivo ao contrato Nº 20/2021 ref. Convite 01/2021. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: Dialética – Pesquisa, Planejamento e Comunicação Ltda Me. Objeto: Prorrogação e reequilíbrio de preço do valor do contrato original. Valor: R\$ 59.268,00 (cinquenta e nove mil e duzentos e sessenta e oito reais). Rodeio 01 de março de 2022. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

Saltinho

PREFEITURA

DISPENSA Nº 018/2022

Publicação Nº 3652042

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A356954A6010DC94EDAF5EFC219ADA340119B6C8

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICÍPIO DE SALTINHO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo N.º 030/2022 – Dispensa de Licitação nº 018/2022
Código registro TCE: A356954A6010DC94EDAF5EFC219ADA340119B6C8

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que realiza Dispensa nº 018/2022 – decorrente do PROCESSO 030/2022, visando a EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA USINADO À QUENTE CONTENDO: SERVIÇOS PRELIMINARES; PAVIMENTAÇÃO – CAMADA ÚNICA; SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL; DRENAGEM PLUVIAL; MEIO FIO E ENSAIO DE CONTROLE TÉCNOLÓGICO, LOCALIZADOS NA RUA MIGUEL BILESSIMO COM ÁREA DE 1.214,55M², E NA RUA ANALDINO BERALDO COM ÁREA DE 597,88M² E RUA ANTONIO JOSÉ DA SILVA, COM ÁREA DE 1.338,40M², NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SALTINHO – SC, CONFORME PROCESSO SCC 00016992/2021. Os serviços serão executados pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária – CIDIR, pelo valor de R\$ 365.635,19 (trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos trinta e cinco reais e dezenove centavos), conforme projeto memorial e orçamento. Saltinho - SC, 02 de março de 2022. Edimar Noronha de Freitas – Prefeito Municipal

DISPENSA Nº 019/2022

Publicação Nº 3652043

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4908967EB6BC68EF90FBE3557AD7E164C99F3F81

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICÍPIO DE SALTINHO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo N.º 031/2022 – Dispensa de Licitação nº 019/2022
Código registro TCE: 4908967EB6BC68EF90FBE3557AD7E164C99F3F81

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que realiza Dispensa nº 019/2022 – decorrente do PROCESSO 031/2022, visando a EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA USINADO À QUENTE CONTENDO: SERVIÇOS PRELIMINARES; PAVIMENTAÇÃO – CAMADA ÚNICA; SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL, DRENAGEM PLUVIAL, MEIO FIO E ENSAIO DE CONTROLE TÉCNOLÓGICO, LOCALIZADOS NA RUA MARIA GROTO NICOLI COM ÁREA DE 1.509,80M², NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SALTINHO – SC, CONFORME PROCESSO SCC 000 00018043/2021. Os serviços serão executados pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária – CIDIR, pelo valor de R\$ 157.145,22 (Cento e cinquenta e sete mil, cento e quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos), conforme projeto memorial e orçamento. Saltinho - SC, 02 de março de 2022. Edimar Noronha de Freitas – Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 010/2022

Publicação Nº 3652093

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A69D44F5D57172479AC990B1E255C5D900C7FAEA

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICÍPIO DE SALTINHO

Aviso de Licitação

Processo N.º 032/2022 - Pregão Presencial com Registro de Preços nº 010/2022

Código registro TCE: A69D44F5D57172479AC990B1E255C5D900C7FAEA

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 010/2022 – decorrente do PROCESSO 032/2022, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE. De acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 07H45MIN DO DIA 14 DE MARÇO DE 2022, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 07H50MIN DO DIA 14 DE MARÇO DE 2022, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 02 de março de 2022. Edimar Noronha de Freitas - Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 011/2022

Publicação Nº 3652044

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2395C1CAF673C775BFD92E9DDEC427E66CBF6440

ESTADO DE SANTA CATARNA

MUNICIPIO DE SALTINHO

Aviso de Licitação

Processo N.º 033/2022 - Pregão Presencial com Registro de Preços nº 011/2022

Código registro TCE: 2395C1CAF673C775BFD92E9DDEC427E66CBF6440

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 011/2022 – decorrente do PROCESSO 033/2022, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA. De acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 07H45MIN DO DIA 16 DE MARÇO DE 2022, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 07H50MIN DO DIA 16 DE MARÇO DE 2022, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 02 de março de 2022. Edimar Noronha de Freitas - Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0027/2022

Publicação Nº 3651523

CONTRATO DE TRABALHO EMERGENCIAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º : 0027/2022

CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO

CONTRATADA : ROSELAINE DOS SANTOS

CPF: : 064.837.939-60

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL

VIGÊNCIA : 02/03/2022 A 02/09/2022

AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014

JUSTIFICATIVA : Contratação por tempo certo e determinado e em caráter de excepcional interesse público: em razão de atendimento à situação transitória de aumento excepcional e inesperado na atividade desenvolvida por órgão da Administração Pública Municipal, inclusive da rede de ensino municipal, incapaz de ser executado satisfatoriamente pelos servidores que compõem aquele órgão. Atuação na área da educação, esgotada a lista classificatória do processo seletivo nº 005/2021 e chamada pública RH nº 001/2022.

Amparo Legal: Artigo 2º, incisos II e IX, da Lei nº. 1.516/2014.

FUNÇÃO : PROFESSOR I – NÃO HABILITADO (GEOGRAFIA)

LOCAL : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA....: 30 HORAS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.614,67

PORTARIA Nº 143/2022

Publicação Nº 3651437



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso**PORTARIA Nº. 143 DE 02 DE MARÇO DE 2022.**

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO
DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NEREU BORGA, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. **ELAINE DE LOURDES LOCATELLI**, pelo período de 21/02/2022 a 10/08/2022, correspondente a 171 dias, conforme perícia médica parte integrante da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 21/02/2022, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 02 de março de 2022.

NEREU BORGA
Prefeito Municipal

Travessa das Flores, 58 • Salto Veloso – SC – 89.595-000 • Fone/Fax – 49 3536.0146 • CNPJ 82.827.353/0001-24 •

PORTARIA N° 144/2022

Publicação N° 3651439



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Salto Veloso**PORTARIA N° 144 DE 02 DE MARÇO DE 2022.**

ADMISSÃO DE SERVIDORA EM CARÁTER
EMERGENCIAL NO MUNICÍPIO DE SALTO
VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NEREU BORGA, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei N° 1516 de 10 de outubro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir a Sra. **ROSELAINE DOS SANTOS** para prestar serviços em caráter emergencial, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Professor I – Não Habilitado (Geografia), 30 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 02 de março de 2022.

NEREU BORGA
Prefeito Municipal

Travessa das Flores, 58 • Salto Veloso – SC – 89.595-000 • Fone/Fax – 49 3536.0146 • CNPJ 82.827.353/0001-24 •

Santa Helena

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.165/2022

Publicação Nº 3652066

DECRETO Nº 2.165/2022.

REGULAMENTA PROGRAMA DE AUTO-SUFICIENCIA DE SEMENTES DE PASTAGEM, CRIADO PELA LEI Nº 1.098/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Helena, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado o Programa de autossuficiência de sementes de pastagem para o ano de 2022, bem como os critérios a ser observados para a inclusão do agricultor no referido programa.

Art. 2º Os documentos necessários para adesão do programa são:

I. Comprovação da condição de Agricultor estabelecido pela Lei, (bloco de produtor rural), e ter no mínimo R\$ 5.000,00 de notas destacadas no ano de 2021);

II. Comprovação de regularidade perante o Fisco municipal, mediante Certidão e Negativa de débitos;

III. Apresentação do CPF e RG, quando solicitar a utilização do incentivo;

IV. O incentivo será concedido somente uma única vez por agricultor;

V. As autorizações serão emitidas pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, a partir do dia 02 de março de 2022 ao dia 31 de Maio de 2022, nos horários das 07h30min (sete horas e trinta minutos) às 11h30min (onze horas e trinta minutos). Das 13h (treze horas) às 17h (dezessete horas).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Santa Helena – (SC), em 28 de fevereiro de 2022.

BLÁSIO IVO HICKMANN

Prefeito Municipal

MARCELO CAMPAGNARO

Secretário de administração, Fazenda, Indústria e Comércio

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

PORTARIA Nº 17.947, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação Nº 3651188

PORTARIA Nº 17.947, de 21 de FEVEREIRO de 2022.
AUTORIZA SERVIDOR A DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Art. 1º Fica autorizado o servidor DIEGO STANGE, inscrito no CPF sob o nº 061.079.919-30 e CNH nº 03990170564 a conduzir os seguintes veículos:

- 1) Caçamba – placa LXF 5463 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.
- 2) Caçamba – placa LXD 5509 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.
- 3) Carregadeira Michigan - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.
- 4) Caçamba – placa OKH 4954 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.
- 5) Camionete S10 – placa MCI 2031 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.
- 6) Corsa Classic – placa MLV1E46 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.
- 7) Celta – placa MBO 7633 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.
- 8) Fiorino – placa MHL 3039 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.
- 9) Caçamba HR – placa RDS9I57 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.
- 10) Caçamba HR – placa RDS9H57 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.
- 11) Retroescavadeira CAT 416E - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.
- 12) Retroescavadeira JCB Placa RAC 2014 – Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Art. 2º O uso indevido do veículo oficial ou da autorização que lhe tenha sido concedida implicará no imediato cancelamento desta e na sujeição do servidor às sanções disciplinares cabíveis.

Parágrafo Único Ao Servidor caberá a responsabilidade administrativa, civil e penal pelas infrações decorrentes de atos por ele praticados na condução de veículo oficial.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de fevereiro de 2022.
RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1310/2022

Publicação Nº 3651200

DECRETO N

º 1310, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R\$ 586.640,14 (quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta reais e quatorze centavos).

O PREFEITO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização do Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 4.486/2021 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R\$ 586.640,14 (quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta reais e quatorze centavos), para reforço no exercício financeiro de 2022 das seguintes dotações orçamentárias:

Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 02.002 - Bombeiros

Funcional Programática: 02.002.0006.0122.0002.4084

Atividade: Manutenção e Conservação da OBM

Elemento de Despesa: 4490520000 - Equipamentos e material permanente

Fonte de Recurso: 03000105 - Contribuição Facultativa - Bombeiros

Valor: R\$ 346.248,76

Elemento de Despesa: 3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica

Fonte de Recurso: 03000105 - Contribuição Facultativa - Bombeiros

Valor: R\$ 100.000,00

Elemento de Despesa: 3390300000 - Material de consumo

Fonte de Recurso: 03000105 - Contribuição Facultativa - Bombeiros

Valor: R\$ 100.000,00

Funcional Programática: 02.002.0004.0302.0002.4004

Atividade: Gestão de Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS

Elemento de Despesa: 3390300000 - Material de consumo

Fonte de Recurso: 06380265 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União

Valor: R\$ 40.391,38

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos indicados no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de exercícios anteriores, na especificação da fonte: 00 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 546.248,76 (quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos) e especificação da fonte: 38 – Atenção de Média e Alta Complexidade, no valor de R\$ 40.391,38 (quarenta mil, trezentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos), totalizando R\$ 586.640,14 (quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta reais e quatorze centavos), nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

MARCOS RODRIGO SCHUHMACHER

Secretário Municipal de Finanças

DECRETO Nº 1311/2022

Publicação Nº 3651202

DECRETO Nº 1311, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 444.750,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e setecentos e cinquenta reais).

O PREFEITO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização do Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 4.486/2021 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 444.750,00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e setecentos e cinquenta reais), para reforço no exercício financeiro de 2022 das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Finanças

Unidade Orçamentária: 06.001 - Administração Financeira

Funcional Programática: 06.001.0004.0129.0006.2009

Atividade: Gestão e Manutenção do Departamento de Recuperação de Receitas

Elemento de Despesa: 3390460000 - Auxílio-alimentação

Fonte de Recurso: 01000100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 24.750,00

Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 07.001 - Secretaria de Educação

Funcional Programática: 07.001.0012.0361.0007.2023

Atividade: Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 4490520000 - Equipamentos e material permanente

Fonte de Recurso: 01360158 - Salário Educação

Valor: R\$ 370.000,00

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 09.001 - Obras e Serviços Urbanos

Funcional Programática: 09.001.0004.0122.0009.2029

Atividade: Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Elemento de Despesa: 3190940000 - Indenizações e restituições trabalhista

Fonte de Recurso: 01000100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos indicados no artigo anterior serão anuladas parcialmente as seguintes dotações especificadas:

Secretaria Municipal de Finanças

Unidade Orçamentária: 06.001 - Administração Financeira

Funcional Programática: 06.001.0004.0129.0006.2009

Atividade:

Elemento de Despesa: 3390300000 - Material de consumo

Fonte de Recurso: 01000100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Elemento de Despesa: 4490520000 - Equipamentos e material permanente

Fonte de Recurso: 01000100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Elemento de Despesa: 3190940000 - Indenizações e restituições trabalhista

Fonte de Recurso: 01000100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Elemento de Despesa: 3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil

Fonte de Recurso: 01000100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 4.750,00

Secretaria Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 07.001 - Secretaria de Educação

Funcional Programática: 07.001.0012.0361.0007.2023

Atividade:

Elemento de Despesa: 3390300000 - Material de consumo

Fonte de Recurso: 01360158 - Salário Educação

Valor: R\$ 240.000,00

Elemento de Despesa: 3390400000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 01360158 - Salário Educação

Valor: R\$ 130.000,00

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 09.001 - Obras e Serviços Urbanos

Funcional Programática: 09.001.0004.0122.0009.2029

Atividade:

Elemento de Despesa: 3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil

Fonte de Recurso: 01000100 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

MARCOS RODRIGO SCHUHMACHER

Secretário Municipal de Finanças

DECRETO Nº 1312/2022

Publicação Nº 3651205

DECRETO Nº 1312, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão, quatrocentos mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização do Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 4.486/2021 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão, quatrocentos mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2022 das seguintes dotações orçamentárias:

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade Orçamentária: 23.003 - Sistema de Esgoto Sanitário

Funcional Programática: 23.003.0017.0512.0023.2065

Atividade: Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário.

Elemento de Despesa: 3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica

Fonte de Recurso: 06060600 - Superávit Recursos Diretamente Arrecadados p/Administração Indireta e Fundos.

Valor: R\$ 100.000,00

Unidade Orçamentária: 23.005 - Sistema de Resíduos Sólidos

Funcional Programática: 23.005.0015.0452.0023.2069

Atividade: Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos

Elemento de Despesa: 3390370000 - Locação de mão-de-obra

Fonte de Recurso: 06060600 - Superávit Recursos Diretamente Arrecadados p/Administração Indireta e Fundos.

Valor: R\$ 185.000,00

Unidade Orçamentária: 23.001 - Serviços Administrativos

Funcional Programática: 23.001.0017.0122.0023.2063

Atividade: Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos

Elemento de Despesa: 3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica

Fonte de Recurso: 06060600 - Superávit Recursos Diretamente Arrecadados p/Administração Indireta e Fundos.

Valor: R\$ 115.000,00

Unidade Orçamentária: 23.002 - Abastecimento de Água

Funcional Programática: 23.002.0017.0512.0023.2064

Atividade: Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água

Elemento de Despesa: 3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica
Fonte de Recurso: 06060600 - Superávit Recursos Diretamente Arrecadados p/Administração Indireta e Fundos.
Valor: R\$ 900.000,00

Unidade Orçamentária: 23.001 - Serviços Administrativos
Funcional Programática: 23.001.0017.0122.0023.2063
Atividade: Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos
Elemento de Despesa: 3390340000 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização
Fonte de Recurso: 06060600 - Superávit Recursos Diretamente Arrecadados p/Administração Indireta e Fundos.
Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos indicados no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de exercícios anteriores, com a especificação de fonte de recursos: 06 – Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos, no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão, quatrocentos mil reais), nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

OSVALCIR PETERS
Diretor-Presidente do SAMAE

DECRETO Nº 1313/2022

Publicação Nº 3651208

DECRETO Nº 1313, DE 1º DE MARÇO DE 2022.
ABRE ACRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, COM BASE NO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 2.296.466,45 (DOIS MILHOES, DUZENTOS E NOVENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).

O PREFEITO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art.4º, da Lei Municipal nº 4.486/2021 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em recursos do superávit financeiro, no valor de R\$ 2.296.466,45 (dois milhões, duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), para reforço no exercício financeiro de 2022 das seguintes dotações orçamentárias:

Empresa Municipal de Habitação
Unidade Orçamentária: 16.002 – Fundo Rotativo Habitacional
Funcional Programática: 16.002.0016.0482.0016.1049
Projeto: Construção de Unidades Habitacionais
Elemento da Despesa: 4490510000 – Obras e Instalações
Fonte de Recurso: 06060600 – Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos – Exercícios Anteriores
Valor: R\$ 1.800.000,00

Elemento da Despesa: 4590610000 – Aquisição de Imóveis
Fonte de Recurso: 06060600 – Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos – Exercícios Anteriores
Valor: R\$ 307.002,26

Elemento da Despesa: 4590610000 – Aquisição de Imóveis
Fonte de Recurso: 06890689 – Recursos de Alienação – Exercícios Anteriores
Valor: R\$ 189.464,19

Art. 2º Para dar cobertura aos créditos indicados no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de exercícios anteriores, com especificação de fonte de recursos: 06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos, no valor de R\$ 2.107.002,26 (dois milhões, cento e sete mil, dois reais e vinte e seis centavos) e especificação da fonte: 089 – Alienação de bens destinados a outros programas, no valor de R\$ 189.464,19 (cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos), totalizando R\$ 2.296.466,45 (dois milhões, duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

ADRIANO CUBAS
Diretor-Presidente da EMHAB

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2022 - FMS

Publicação Nº 3651072

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2022

OBJETO: Contratação de empresa para realização do Curso Introdutório de Agente Comunitário de Saúde, pré-requisito para ingresso no cargo e Curso Atualização Introdutório de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária total de 120 horas.
CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC.
VALOR TOTAL: R\$ 37.840,00.

São Bento do Sul, 01 de março de 2022.
CARMEN REGINA BINOTTO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 61/2022

Publicação Nº 3651032

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 61/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 398B6DC32FD6FC04BBEA0C9B87E23AC4FB1DC9DE

OBJETO: Fornecimento de passagens (vale transporte) para os servidores públicos municipais para o período de março a 31 de dezembro de 2022.
CONTRATADO: Expresso São Bento Ltda.
VALOR TOTAL: R\$ 5.270,00

São Bento do Sul, 28 de fevereiro de 2022.
MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2022

Publicação Nº 3651410

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2022

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa TLC ENGENHARIA LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias para o reforço do muro do parquinho da PEM Cantinho do Céu, situada à Rua Moema, nº 469, Bairro Cruzeiro, São Bento do Sul/SC, conforme memorial descritivo e projetos anexos ao Edital de Tomada de Preços nº 17/2022, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

DO VALOR: R\$ 100.000,00 – valor total.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 02 (dois) meses a contar da data da emissão da Ordem de Serviço.

DA VIGÊNCIA: A vigência deste contrato será de 03 (três) meses, a contar de 24 de fevereiro de 2022 e a terminar em 23 de maio de 2022, para fins administrativos e financeiros, porém a conclusão da obra deverá ser realizada no prazo estipulado de 02 (dois) meses.

São Bento do Sul, 24 de fevereiro de 2022.
ASS: JOSIAS TERRES, pela Secretaria de Educação do Município.
TLC ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 032/2022

Publicação Nº 3651418

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 032/2022

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 124/2021, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa STILO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, em 22 de julho de 2021, conforme Edital de Tomada de Preços nº 109/2021. Considerando o objeto do Contrato nº 124/2021, que consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias para construção do Centro Esportivo Educacional da EBM Dalmir Pedro Cubas, situada à Rua Carlos Rueckl, nº 96, Bairro Serra Alta, São Bento do Sul/SC, conforme memorial descritivo e projetos anexos ao Edital de Tomada de Preços nº 109/2021, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando que o Termo Aditivo nº 213/2021 de 08 de dezembro de 2021 é o segundo termo aditivo ao Contrato nº 124/2021 e não o primeiro conforme informado, se faz necessária a retificação do mesmo.

Considerando que para melhorar o desempenho da drenagem e a durabilidade da pista será necessária a instalação de uma manta geotêxtil e também alterar a divisão da pista de alvenaria para meio-fio.

Considerando ainda que houve quebra do muro com o vizinho da obra, sendo necessário reconstruí-lo.

Considerando a topografia do terreno será necessário realizar a raspagem do mesmo e também realizar o plantio de grama nos locais raspados e a instalação de uma caixa de captação para drenagem no local que apresenta acúmulo de água.

Considerando também o documento enviado pela Contratada conforme anexo ao Termo Aditivo, onde a mesma solicita prorrogação dos prazos devido à necessidade do plantio de grama nas áreas no entorno do Centro Esportivo, item que não previsto em projeto inicial, acarretando atraso no cronograma de execução da obra.

Diante do exposto, se faz necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência, com base no Art. 57, incisos I e II da Lei nº 8.666/93, e aditar o referido contrato, conforme itens e valores aprovados pela fiscalização, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei de Licitações nº 8666/1993, nos seguintes termos:

Fica retificada a informação constante do Termo Aditivo nº 213/2021 para que onde se lê:

"PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE Nº 124/2021, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA STILO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, EM 22 DE JULHO DE 2021, CONFORME EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 109/2021."

Leia-se:

"SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA DE Nº 124/2021, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A EMPRESA STILO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, EM 22 DE JULHO DE 2021, CONFORME EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 109/2021."

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 01 de março de 2022 com término em 31 de março de 2022.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 22 de março de 2022 com término em 21 de abril de 2022.

Fica aditivado no contrato o valor total de R\$ 19.224,15 (dezenove mil duzentos e vinte e quatro reais e quinze centavos), de acordo com os itens abaixo:

Aditivo – Construção do Centro esportivo educacional da EBM Dalmir Pedro Cubas					
Projeto:	Construção do Centro esportivo educacional da EBM Dalmir Pedro Cubas			BDI	Data:
Local:	Rua Carlos Rueckl, 96 - Serra Alta, São Bento do Sul - SC			R\$ 0,26	R\$ 44.616,00
Item	Serviços	Unid.	Qdade	Custo Unitário	Custo Total
4.	FECHAMENTOS E VEDAÇÕES				
4.4	Meio-fio para pista de atletismo trecho reto	m	167,54	R\$ 38,08	R\$ 6.379,92
4.5	Meio-fio para pista de atletismo trecho curvo	m	78,46	R\$ 42,28	R\$ 3.317,29
	Total do Grupo				R\$ 9.697,21
7.	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDROSSANITÁRIAS				
7.9	Geotêxtil não tecido agulhado de filamentos contínuos 100% poliéster, resistência a tração = 09 kn/m	m²	163,53	R\$ 7,64	R\$ 1.249,37
7.10	Caixa enterrada hidráulica retangular, em concreto pré-moldado	Unid.	1	R\$ 265,03	R\$ 265,03
	Total do Grupo				R\$ 1.514,40
8.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
8.15	Plantio de grama	m²	495,66	R\$ 10,70	R\$ 5.303,56
8.16	Corda de nylon para fixação das telas	m	571,88	R\$ 3,86	R\$ 2.207,46
8.17	Serralheiro com encargos para reinstalação do alambrado	h	2,5	R\$ 24,88	R\$ 62,20
8.18	Servente com encargos para reinstalação do alambrado	h	2,5	R\$ 19,17	R\$ 47,93
8.19	Eletricista com encargos para reinstalação do alambrado	h	1,5	R\$ 31,53	R\$ 47,30
8.20	Auxiliar de eletricista com encargos para reinstalação do alambrado	h	1,5	R\$ 23,24	R\$ 34,86
8.21	Montador com encargos para instalação das cordas	h	6	R\$ 28,16	R\$ 168,96
8.22	Servente com encargos para instalação das cordas	h	6	R\$ 23,38	R\$ 140,28
					R\$ 8.012,54
Total Geral					R\$ 19.224,15

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 22 de julho de 2021, Termo Aditivo nº 147/2021 de 02 de setembro de 2021 e Termo Aditivo nº 213/2021 de 08 de dezembro de 2021, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 24 de fevereiro de 2022.
Ass: JOSIAS TERRES, pela Secretaria de Educação do Município.
STILO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, como Contratada.

JUSTIFICATIVA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2022 - FMS

Publicação Nº 3651076

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Contratação de empresa para realização do Curso Introdutório de Agente Comunitário de Saúde, pré-requisito para ingresso no cargo e Curso Atualização Introdutório de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária total de 120 horas.

II – Contratado: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: a Dispensa de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Inciso XIII do Art. 24 da Lei 8.666/93 e se justifica devido o SENAC ser uma das mais completas instituições educacionais de caráter privado do país. Tem seus objetivos e atribuições definidas pelos Decretos-Lei nº 8.621 e nº 8.622. É formado por uma rede composta por oito faculdades de tecnologia e dezessete centros de educação profissional. Portanto, se faz necessário a contratação do SENAC para atender as necessidades de proporcionar aos Agentes Comunitários de Saúde condições de oferecer serviços de qualidade.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial é empresa incumbida estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional e, portanto, passível de dispensa de licitação, conforme art. 24, XIII da Lei 8.666/93. O Senac é uma empresa direcionada a Educação Profissional que abrange desde a Formação Continuada, até os cursos Pós-Graduação em todo território nacional. Neste sentido, o SENAC possui a Certidão de Registro ou Averbação do Programa Conexão – SENAC – Metodologia Mediadora de Educação Continuada para Organizações - ACOPLAR.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 37.840,00 com carga horária de 120 horas é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

CARMEN REGINA BINOTTO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 61/2022

Publicação Nº 3651031

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 398B6DC32FD6FC04BBEA0C9B87E23AC4FB1DC9DE

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com Inexigibilidade de Licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passagens (vale transporte) para os servidores públicos desta prefeitura para o período de março a 31 de dezembro de 2022.

II – Contratado: Expresso São Bento Ltda.

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: a Inexigibilidade de Licitação funda no Caput do Artigo 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente para a prestação dos referidos serviços.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única a realizar as linhas de ônibus de São Bento do Sul – Fragosos – Piên e Agudos do Sul (ida e volta) nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos servidores para os seus locais de residência, ficando evidenciada a inviabilidade de competição para a contratação dos referidos serviços.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 5.270,00 são os praticados no mercado, para o fornecimento das passagens, para o período de março à 31 de dezembro de 2022.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 005/2022 -DESIGNA COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE CONTRATUAL

Publicação Nº 3652123

PORTARIA Nº 005, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.
DESIGNAR COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE CONTRATUAL

A Secretária Municipal de Saúde, Carmen Regina Binotto, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica da Saúde, com fundamento na Norma Operacional Básica – NOB 01/96

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados como membros da Comissão Técnica de Análise Contratual 2022, os quais realizarão a análise técnica, avaliação e definição de termos para a formalização de um novo Contrato e Documento Descritivo junto ao Hospital e Maternidade Sagrada Família;

- Dr Alexandre Vinicius Weiss – representante Procuradoria Geral do Município;
- Melissa Cindy de Paula Matos – representante do Conselho Municipal de Saúde;
- Felipe Correia Lopez – representante Hospital e Maternidade Sagrada Família;
- João Vitor Zwiefka – representante Hospital e Maternidade Sagrada Família;
- Sandra dos Santos Schreiner – representante Secretaria Municipal de Saúde;
- Márcia Elisabeth M-hlbauer - representante Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º Esta Portaria valerá até 31 de outubro de 2022, e entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de fevereiro de 2022.

Carmen Regina Binotto

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIAS Nº 3486/2022 A Nº 3516/2022

Publicação Nº 3651213

PORTARIA Nº 3486, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Exonera Servidor Público

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 21 de fevereiro de 2022, JANINE LUCILIA FARIAS, do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3487, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Exonera Servidor Público

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 16 de fevereiro de 2022, NOELI RESSEL SIQUEIRA, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3488, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Exonera Servidor Público

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 16 de fevereiro de 2022, TARCILA DA SILVA DUMS, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3489, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Exonera Servidor Público

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A pedido, a partir de 18 de fevereiro de 2022, VIVIANE CRISTINA LEANDRO GONÇALVES HERBST, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3490, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 16 de fevereiro de 2022, ANA PAULA DA CRUZ, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3491, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 17 de fevereiro de 2022, ANDRESSA AUGUSTIN HORNICK, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3492, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 14 de fevereiro de 2022, DANIELLA CAROLINA NENTWIG, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3493, DE 1º DE MARÇO DE 2022.
Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:
A partir de 28 de fevereiro de 2022, FELIPE FERNANDO FOSSILE, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3494, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:
A pedido, a partir de 18 de fevereiro de 2022, LUCINEIA ROHRBACHER DE LIMA, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3495, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:
A pedido, a partir de 18 de fevereiro de 2022, MICHELLE DOS SANTOS MOREIRA AMARAL, do cargo de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3496, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:
A pedido, a partir de 17 de fevereiro de 2022, OTILIA MULLER PSCHIEDT, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3497, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 28 de fevereiro de 2022, RODRIGO CHRISTOFF, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3498, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 21 de fevereiro de 2022, TACIANE APARECIDA DA ROSA, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3499, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 22 de fevereiro de 2022, TÂNIA CRISTINA SAUER, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Saúde, por término de contrato.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3500, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A partir de 22 de fevereiro de 2022, TATIANA DE ALMEIDA ALEXI, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3501, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:
A pedido, a partir de 16 de fevereiro de 2022, VANESSA MAURA BERTOLI RANK, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3502, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Demite Servidor Temporário

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 21 de fevereiro de 2022, VICTOR MENDES, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3503, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, e Considerando o que consta nos Memorandos nº 126/2022 – RH e nº 09/2022 – SEMED,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de março de 2022, JAINE BARBARA JASTROMBEK, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, Grupo Ocupacional Gestão Educacional, Licenciatura Plena em Pedagogia, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 3504, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Revoga Portaria nº 3503/2022

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 3503, de 1º de março de 2022, que nomeou JAINE BARBARA JASTROMBEK, no cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 1º de março de 2022.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 3505, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, e Considerando o que consta nos Memorandos nº 126/2022 – RH e nº 040/2022 – SEMUS,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de março de 2022, EDUARDO FELIPPE MELCHIORETTO, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Médico Urologista, Grupo Ocupacional 8, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 3506, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, e Considerando o que consta nos Memorandos nº 126/2022 – RH e nº 040/2022 – SEMUS,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de março de 2022, DARLENE SCHOEFFEL GRIMM, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Técnico em Saúde Bucal, Grupo Ocupacional 8, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo
--	---

PORTARIA Nº 3507, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 002/2022, e considerando que MARCELO LAYNES MILLA foi nomeado Diretor do Departamento de Planejamento Estratégico Urbano, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, JOSÉ MAURICIO KOSTETZER, para exercer o cargo de Engenheiro Civil, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 2 de março de 2022 até 1º de setembro de 2022, ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI Assessor de Governo	JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete
---	--

PORTARIA Nº 3508, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 002/2022, e considerando que JOSELI SCHVARZ encontra-se em Readaptação Funcional, e--

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, JOCELI APARECIDA BELDOVICZ MAGUEROVSKI, para atuar no CEIM Nosso Mundo, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 2 de março de 2022-até 1º de setembro de 2022-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 3509, DE 1º DE MARÇO DE 2022.
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 002/2022,

-- --

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, SALETE DE FATIMA CORDEIRO, para atuar na EBM Alexandre Pfeiffer, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 2 de março de 2022-até 1º de setembro de 2022-ou enquanto perdurar a vacância do cargo.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 3510, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, e
Considerando o que consta no Processo nº 4351/2022 – SECON,
Considerando o que consta no Memorando nº 142/2022 – RH

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 28 de fevereiro de 2022, EDUARDO BOBATO, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Fiscal de Posturas, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 3511, DE 1º DE MARÇO DE 2022.
Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, e
Considerando o que consta nos Memorandos nº 143/2022 – RH e nº 009/2022– SEMED,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 28 de fevereiro de 2022, SABRINA ALEGRE, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional – Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 3512, DE 1º DE MARÇO DE 2022.
Revoga Portaria nº 3511/2022

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 3511, de 1º de março de 2022, que nomeou SABRINA ALEGRE, no cargo efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 28 de fevereiro de 2022.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PORTARIA Nº 3513, DE 1º DE MARÇO DE 2022.
CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de março de 2022, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada EUNICE JORGE GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional Operacional 01, Nível II, Classe I, matrícula nº 19190, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do procedimento administrativo nº 67950/2021, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2022.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 3514, DE 1º DE MARÇO DE 2022.
CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, §1º, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 10, §7º da Emenda Constitucional nº 103/2019 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de março de 2022, aposentadoria voluntária por idade, proporcional ao tempo de contribuição à segurada SONIA MARIA NEVES CUÇO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional Operacional 01 – Em extinção, Nível I, Classe C, matrícula nº 39459, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no procedimento administrativo nº 69147/2021, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2022.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 3515, DE 1º DE MARÇO DE 2022.
CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, e disposições do art. 36, inciso II, da Emenda Constitucional nº 103/2019, e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de março de 2022, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada AUREA WAWRZYNIAK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Nível II, Classe G, matrícula nº 22470, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do procedimento administrativo nº 69056/2021, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2022.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 3516, DE 1º DE MARÇO DE 2022.
CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 10, §7º da Emenda Constitucional nº 103/2019, e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006, e
Considerando a decisão proferida pelo egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina nos autos nº 0300735-73.2019.8.24.0058/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de março de 2022, aposentadoria voluntária por idade, proporcional ao tempo de contribuição à segurada ANA LUCIA POLVERELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Perito Previdenciário, Grupo Ocupacional Especialistas em áreas médicas – VIII, Nível II, Classe B, matrícula nº 35225, lotada no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de São Bento do Sul – IPRESBS.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no procedimento administrativo nº 15853/2021 deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2022.

São Bento do Sul, 1º de março de 2022.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL

ANÁLISE DE RECURSOS - EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2021 – INSCRIÇÃO BOLSA DESPORTIVA MUNICIPAL - FMDSBS

Publicação Nº 3651314

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2021 – INSCRIÇÃO BOLSA DESPORTIVA MUNICIPAL
ANÁLISE DE RECURSOS

A Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul, torna público a Análise de Recursos dos candidatos não classificados, do Edital de Chamamento nº 001/2021, tendo como objeto: Processo de inscrição e seleção para concessão de Bolsa Desportiva Municipal destinada a técnicos no município de São Bento do Sul, conforme Lei Municipal nº 4.493 de 29 de novembro de 2021.

NOME	MODALIDADE	SITUAÇÃO	MOTIVO
DJONES RAFAEL ALVES LOURENÇO	JUDÔ	INDEFERIDO	DOCUMENTO PROFISSIONAL NÃO HABILITA PARA A FUNÇÃO TÉCNICO/AUXILIAR TÉCNICO
VICTOR MENDES	JUDÔ	INDEFERIDO	DOCUMENTO PROFISSIONAL NÃO HABILITA PARA A FUNÇÃO TÉCNICO/AUXILIAR TÉCNICO
VANDERSON RIBAS DE SOUZA	TAEKWONDO	INDEFERIDO	DOCUMENTO PROFISSIONAL NÃO HABILITA PARA A FUNÇÃO TÉCNICO/AUXILIAR TÉCNICO
RODRIGO MUHLBAUER	TÊNIS DE MESA	INDEFERIDO	DOCUMENTO PROFISSIONAL NÃO HABILITA PARA A FUNÇÃO TÉCNICO/AUXILIAR TÉCNICO

São Bento do Sul, 02 de março de 2022.

COMISSÃO DA BOLSA DESPORTIVA MUNICIPAL – PORTARIA 001/2022-FMD

Luciano Weidner
Diretor-Presidente
Fundação Municipal de Desportos

Rodrigo Nassif Ribas Cláudia Moreira de Souza
Diretor Técnico Diretora Administrativa
Fundação Municipal de Desportos Fundação Municipal de Desportos

Anderson Miodutzki Andreia Wohl
 Profissional de Educação Física Profissional de Educação Física
 CREF nº 016876-G/SC CREF nº 008264-G/SC

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2022

Publicação Nº 3650087

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL
 AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2022

A Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul, torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2022 tendo como objeto: PREGÃO ELETRÔNICO: PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS PARA; AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ADEQUAÇÕES DE ITENS VITAIS CONFORME PROJETO PREVENTIVO DE INCÊNDIO (PPCI) NO GINÁSIO DE ESPORTES ANNES GUALBERTO., para a empresa Instalart Materiais Elétricos Ltda, totalizando o valor de R\$ 3.933,00 (três mil novecentos e trinta e três reais) vencedora dos itens 1,2,3,4,18, para a empresa Tiago Turchetto Pessotto, totalizando R\$ 1.024,00 (um mil e vinte e quatro reais) vencedora do item; 5, para a empresa Gpa Gerenciamento e Projetos Ltda., totalizando R\$ 2.171,24 (dois mil cento e setenta e um reais e vinte e quatro centavos), vencedora dos itens; 6,7,8,9,10,11,12,13,14,19, para a empresa ICJ comércio representações e prestação de serviços, totalizando R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) vencedora dos itens; 15,16,17, Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 02 de Março de 2022.
 LUCIANO WEIDNER
 DIRETOR-PRESIDENTE DA FMD.

RETIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2022 - ANEXO I - QUANTIDADE DE VAGAS - FMDSBS

Publicação Nº 3651383

RETIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2022 FMD

A Fundação Municipal de Desportos – FMD, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 118, Centro, cidade de São Bento do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 02.406.542/0001-94, no uso de suas atribuições, vem a público RETIFICAR O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2022, objeto: Seleção de atletas, paratletas e guias, para atenderem as modalidades constantes dos programas da Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul, com prioridade a aquelas em que o município vem apresentando melhor desempenho técnico, conforme Lei Municipal nº 4.493 de 29 de novembro de 2021.

ANEXO I – QUANTIDADE DE VAGAS

ONDE SE LÊ:

Modalidades	Olesc	Joguinhas	Jasc	Nacionais	Mundial
	Jesc		Parajasc	Sul Americano	Olimpico
	ParaJesc			Pan Americano	Paralimpico
				Parapan	
Atletismo Masculino e Feminino		1			
Atletismo Masculino e Feminino Paradesporto			8		
Ciclismo Masculino e Feminino	4			1	
Ginástica Artística Masculino e Feminino		2			
Handebol Masculino e Feminino	2				
Judô Masculino e Feminino	5			1	
Natação Masculino e Feminino	10				
Natação Masculino e Feminino Paradesporto			1		
Punholbol Masculino adulto			9		
Taekwondo Masculino e Feminino	2			1	
Tênis de Mesa					1
Tiro			5		
Xadrez Masculino e Feminino	2	8	2	3	
Total	25	11	25	6	1

LEIA-SE:

Modalidades	Olesc	Joguinhas	Jasc	Nacionais	Mundial
	Jesc		Parajasc	Sul Americano	Olimpico
	ParaJesc			Pan Americano	Paralimpico
				Parapan	

Atletismo Masculino e Feminino		1			
Atletismo Masculino e Feminino Paradesporto			8		
Ciclismo Masculino e Feminino	4			1	
Ginástica Artística Masculino e Feminino		3			
Handebol Masculino e Feminino	2				
Judô Masculino e Feminino	5			1	
Natação Masculino e Feminino	10				
Natação Masculino e Feminino Paradesporto			1		
Punhoebol Masculino adulto			9		
Taekwondo Masculino e Feminino	2			1	
Tênis de Mesa					1
Tiro			5		
Xadrez Masculino e Feminino	2	8	2	3	
Total	25	12	25	6	1

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO.

SÃO BENTO DO SUL, 02 DE MARÇO DE 2022

LUCIANO WEIDNER

Diretor Presidente

Fundação Municipal de Desportos

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

CT 07/2022

Publicação Nº 3650965

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo: nº 07/2019

Contrato nº 07/2022- 3º Termo Aditivo CT 14/2019

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: JOÃO ALBERTO TREML ME

Vigência: Início: 24/02/2022 - Término: 24/02/2023

DO OBJETO

§ 1º - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de retro escavadeira, com fornecimento do equipamento, operador e combustível, conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no edital.

Sub-cláusula Única: A CONTRATADA declara ter conhecimento detalhado dos serviços atinentes ao objeto do presente Contrato, possuir condições de executá-lo dentro das normas, com qualidade e segurança, ficando vinculada às exigências constantes no Edital da Licitação nº 07/2019 e à sua proposta no processo licitatório.

Especificações do objeto: Contratação de serviço de retro escavadeira para realizar trabalhos no setor de distribuição de água de segunda-feira à sexta-feira, trabalhos noturnos quando necessário e nos finais de semana e feriados, quando for acionado pelas equipes de plantão da autarquia.

Sub - cláusula Única: A CONTRATADA declara ter conhecimento detalhado dos serviços atinentes ao objeto do presente Contrato, possuir condições de executá-lo dentro das normas, com qualidade e segurança.

DO PRAZO

Através do presente fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo prazo de 12 (meses), a partir de 24 de fevereiro de 2022.

DO REAJUSTE

Através do presente aditivo, ainda, as partes convencionam que o valor do contrato celebrado será reajustado, adotando-se o índice IPCA, nos termos da Lei Complementar nº 001/2021, publicada em 08/01/2021, a qual alterou o indexador utilizado pela Administração.

Fica reajustado o valor, sendo corrigido pelo IPCA em 10,38 (Índice Acumulado nos últimos 12 meses) passando o valor para R\$ 494.008,68 (Quatrocentos e noventa e quatro mil, oito reais e sessenta e oito centavos), conforme especificado no demonstrativo abaixo. A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, em até 5 (cinco) dias úteis da emissão da Nota Fiscal, juntamente com as Certidões Negativas de Débito do INSS, FGTS e CNDT atualizadas, após apresentação do relatório/medição e aprovação do mesmo por parte do SAMAE, sem qualquer atualização monetária neste período.

Item	Especificação	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
01	Serviços de 2º a 6º das 08:00 – 17:00	Mês	12	R\$ 10.572,19	R\$ 126.866,28
02	Serviços de 2º a 6º das 17:01 – 07:59 do dia seguinte	hora/mês	80	R\$ 149,24	R\$ 143.270,40
03	Serviços aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos	hora/mês	100	R\$ 186,56	R\$ 223.872,00
				TOTAL	R\$ 494.008,68

São Bento do Sul, 01 de março de 2022

Oswalcir Peters

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 228, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3652086

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 228, de 01 de março de 2022.
Institui Comissão para Concurso Público

OSVALCIR PETERS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, de São Bento do Sul, SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1) Designar os servidores efetivos municipais abaixo indicados, para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Coordenação e Fiscalização do Concurso Público nº 001/2022/SAMAE, destinado a preencher vagas administrativas e técnicas do quadro de servidores efetivos do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do município de São Bento do Sul – SC:

Luana Thaysa Piola – Servidora efetiva, Chefe de Divisão de Recursos Humanos – SAMAE;
Marcos Gertler – Servidor efetivo, Contador – SAMAE;
Verediane Pereira – Servidora efetiva, Analista de Saneamento I, SAMAE;
Jean Marcelo Fuck – Servidor efetivo, Analista de Saneamento I, SAMAE;
Paulo Sérgio Furtado – Servidor efetivo, Chefe de Divisão de Estratégias para Inovação de Materiais, SAMAE.

2) A Comissão de Coordenação e Fiscalização de Concurso Público nº 001/2022 ora constituída tem as seguintes atribuições:

- a) Fornecer todos os dados e informações precisas à empresa contratada, para que a mesma possa elaborar os editais necessários para a abertura do concurso público;
 - b) Fiscalizar a prestação dos serviços da empresa Contratada, incluindo também todos os atos de inscrição dos candidatos, aplicação das provas, correção das provas, divulgação dos resultados e de análise de recursos;
 - c) Analisar e validar os editais e os comunicados relacionados ao concurso público;
 - d) Julgar os pedidos de isenção de taxa de inscrição dos candidatos, após a análise e parecer da empresa Contratada;
 - e) Receber e analisar os relatórios diversos e listagens contendo os resultados das provas;
 - f) Responder, no que couber, aos órgãos públicos, como TCESC, Sindicatos e demais entidades, quanto a possíveis questionamentos pertinentes ao processo de seleção, assessorados pela empresa Contratada;
 - g) Aprovar os atos realizados pela empresa contratada, tais como: cronograma de execução de acordo com as fases do concurso público, minuta do edital, entre outros atos necessários ao andamento do concurso; e
 - h) Elaborar parecer ao Diretor Presidente do SAMAE recomendando ou não a homologação do resultado final do concurso público, indicando as razões de sua decisão.
- 3) Se após terminado o prazo para as inscrições for verificado que um ou mais membros desta Comissão for cônjuge ou parente consanguíneo ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de um ou mais candidato(s) inscrito(s) no Concurso, este membro deverá informar tal circunstância à Direção do SAMAE para que seja substituído por novo membro desimpedido.
- 4) A Comissão de Coordenação e Fiscalização do Concurso Público é soberana e tem total autonomia para deliberar sobre todos os aspectos não previstos no Edital de Concurso Público.
- 5) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e, depois de homologado o resultado final do concurso público, a comissão de que trata o art. 1º desta Portaria será extinta automaticamente.

São Bento do Sul, 01 de março de 2022.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL PREFE N. 022/2022

Publicação Nº 3652054

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE n. 022/2018
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PREFE n. 001/2018

O Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 01 de abril de 2022, a Comissão Permanente de Licitações estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PERMISSÃO, À TÍTULO ONEROSO, DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL (PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS) DURANTE A 7ª FAIC SÃO DOMINGOS E DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, EVENTOS A SEREM REALIZADOS DE 06 A 10 DE ABRIL DE 2022. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos serão fornecidos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 28 de fevereiro de 2022.
Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal.

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO N° 4416/2022

Publicação N° 3650861

DECRETO 4416/2022

Fixa o horário de funcionamento e atendimento ao público na Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUMAB

CONSIDERANDO as disposições constantes do Ofício FUMAB n. 021/2022, da Fundação Municipal de Meio Ambiente de São João Batista;

CONSIDERANDO o teor do artigo 14 da Lei Complementar n. 52, de 23 de agosto de 2017, que determina a aprovação do Regimento Interno da fundação por meio de Decreto do Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO a ausência do Regimento Interno da Fundação devidamente instituído e aprovado, bem como faltante previsão acerca do horário de funcionamento e atendimento ao público;

O Prefeito Municipal, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento e atendimento ao público na Fundação Municipal de Meio Ambiente – FUMAB, será das 13h às 19h, de segunda a sexta-feira.

Parágrafo único: As 02 (duas) horas diárias necessárias para o complemento da carga horária laboral exigida nos cargos lotados e vinculados à Fundação serão cumpridas no período matutino para fins de realização de vistorias e demais serviços internos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/03/2022.

São João Batista, 24 de fevereiro de 2022.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

DECRETO N° 4421/2022

Publicação N° 3650862

DECRETO 4421/2022

Altera o artigo 1º do Decreto Municipal 3298/2017, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde - CMS.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 67, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e artigos 5º e 6º da Lei Municipal 3.283, de 22 de junho de 2010, DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas "a" e "c" do artigo 1º do Decreto Municipal 3298/2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º [...]"

a) representantes do Governo Municipal: Jânifer Otto (titular) e Fabiani Alini Barni (suplente);

b) [...]"

c) representantes dos trabalhadores de saúde: Maria Izabel Fagundes e Genésia Luzia Manoel, como titulares; e, respectivamente, Paulo Sérgio Venera e Tatiane Yanaze, como suplentes;

d) representantes dos usuários: [...]" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 28 de fevereiro de 2022.

Pedro Alfredo Ramos	
Prefeito Municipal	

DECRETO N° 4422/2022

Publicação N° 3650864

DECRETO 4.422/2022

Altera integrante da Comissão de Acompanhamento da Contratualização referente ao Hospital Monsenhor José Locks.

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 01/2022 da Comissão de Acompanhamento da Contratualização referente ao Hospital Monsenhor José Locks;

O Prefeito do Município de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 67, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º A alínea "c", inciso II, do artigo 3º, do Decreto Municipal 3.603/2019 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 3º

II – representando a Secretaria Municipal de Saúde:

[...]

c) Andrea Lúcia Correa Rita, matrícula funcional n. 10690.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 28 de fevereiro de 2022.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/FUBE/2022

Publicação Nº 3651324

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 306AC32022C7594100B242F30416EB643E86254C

Extrato do Contrato nº 006/FUBE/2022

Contratante: Fundação Batistense de Esportes (FUBE), inscrita no CNPJ n.º 07.825.719/0001-00;

Contratado: Canto Grande Engenharia Eireli, inscrita no CNPJ n.º 29.414.584/0001-23;

Processo Licitatório 001/FUBE/2022 – Tomada de Preços nº 001/PMSJB/2022;

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO E PRAÇA NA RUA AUGUSTO JOSÉ TAMANINI, BAIRRO CARMELO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, COM 2.260,00 METROS QUADRADOS DE ÁREA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, ART E DEMAIS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL;

Valor global: R\$ 341.455,83 (trezentos e quarenta e um mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos);

Dotação: 5 – 15.001.27.812.0003.1091.4.4.90.00.00 – Recurso: 0.1.00.1000.0000; Dotação: 5 – 15.001.27.812.0003.1091.4.4.90.00.00 -

Recurso: 0.2.79.0000.0049 - Portaria nº 414/SEF, de 14/10/2021 – Governo do Estado de Santa Catarina e contrapartida.

Data da assinatura: 01/03/2022;

Vigência contratual: 31/12/2022.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/PMSJB/2022

Publicação Nº 3651178

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 00B0AD724D638B7F3DB8DB4EDEC1C456E60D0CAA

Extrato do Contrato nº 027/PMSJB/2022

Contratante: Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00;

Contratado: Alexandre Batisti, inscrito no CPF n.º 071.704.399-13;

Processo Licitatório 011/PMSJB/2022 – Chamada Pública nº 001/PMSJB/2022;

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC;

Valor global: R\$ 15.588,00;

Item orçamentário / Projeto: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.04 – Programa Alimentação Escolar - PNAE;

Data da assinatura: 01/03/2022;

Vigência contratual: 12 (doze) meses

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/PMSJB/2022

Publicação Nº 3651182

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 88704A02AF0E95D3B547888E2CDE5C6F3B8C9ADE

Extrato do Contrato nº 028/PMSJB/2022

Contratante: Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00;

Contratado: Aluizio Puel, inscrito no CPF n.º 716.197.989-72;

Processo Licitatório 011/PMSJB/2022 – Chamada Pública nº 001/PMSJB/2022;

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC;

Valor global: R\$ 37.225,00;

Item orçamentário / Projeto: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.04 – Programa Alimentação Escolar - PNAE;

Data da assinatura: 01/03/2022;

Vigência contratual: 12 (doze) meses

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/PMSJB/2022

Publicação Nº 3651184

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A0832413902916C7E74DF49990F5DD1DE9A5F72F

Extrato do Contrato nº 029/PMSJB/2022

Contratante: Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00;

Contratado: Amauri Eloi Batisti, inscrito no CPF n.º 026.378.319-79;

Processo Licitatório 011/PMSJB/2022 – Chamada Pública nº 001/PMSJB/2022;

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC;

Valor global: R\$ 39.836,00;

Item orçamentário / Projeto: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.04 – Programa Alimentação Escolar - PNAE;

Data da assinatura: 01/03/2022;

Vigência contratual: 12 (doze) meses

EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/PMSJB/2022

Publicação Nº 3651186

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B52093547BB348813542E609DA8F29B70F2F378D

Extrato do Contrato nº 030/PMSJB/2022

Contratante: Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00;

Contratado: Deleon Ayslan Zunino, inscrito no CPF n.º 061.023.249-51;

Processo Licitatório 011/PMSJB/2022 – Chamada Pública nº 001/PMSJB/2022;

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC;

Valor global: R\$ 39.918,00;

Item orçamentário / Projeto: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.04 – Programa Alimentação Escolar - PNAE;

Data da assinatura: 01/03/2022;

Vigência contratual: 12 (doze) meses

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/PMSJB/2022

Publicação Nº 3651189

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 86A082B3A1E17EFD58D2882068D7C0E73315CFB1

Extrato do Contrato nº 031/PMSJB/2022

Contratante: Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00;

Contratado: Edervan Soares, inscrito no CPF n.º 063.529.629-20;

Processo Licitatório 011/PMSJB/2022 – Chamada Pública nº 001/PMSJB/2022;

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC;

Valor global: R\$ 12.692,50;

Item orçamentário / Projeto: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.04 – Programa Alimentação Escolar - PNAE;

Data da assinatura: 01/03/2022;

Vigência contratual: 12 (doze) meses

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/PMSJB/2022

Publicação Nº 3651190

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D8C6847FFBF43BCE161F4F1879FCE2E313C1BAB7

Extrato do Contrato nº 032/PMSJB/2022

Contratante: Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00;

Contratado: Marcelo Wippel, inscrito no CPF n.º 037.770.869-08;

Processo Licitatório 011/PMSJB/2022 – Chamada Pública nº 001/PMSJB/2022;

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC;

Valor global: R\$ 24.463,00;

Item orçamentário / Projeto: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.04 – Programa Alimentação Escolar - PNAE;

Data da assinatura: 01/03/2022;

Vigência contratual: 12 (doze) meses

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/PMSJB/2022

Publicação Nº 3651193

Extrato do Contrato nº 033/PMSJB/2022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3F28AF20B71F7CAA750B20FC5AB04674F374BBA4

Contratante: Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00;

Contratado: Maria das Graças Souza Batisti, inscrito no CPF n.º 024.391.309-58;

Processo Licitatório 011/PMSJB/2022 – Chamada Pública nº 001/PMSJB/2022;

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC;

Valor global: R\$ 39.836,00;

Item orçamentário / Projeto: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.04 – Programa Alimentação Escolar - PNAE;

Data da assinatura: 01/03/2022;

Vigência contratual: 12 (doze) meses

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/FUNREBOM/2021

Publicação Nº 3650792

Extrato do quinto termo aditivo ao Contrato nº 006/FUNREBOM/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3A97BD2F690D1DB22B1291131C26D26AD4E72EEA

Contratante: Fundo Municipal de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00;

Contratada: FC Construções Ltda, inscrita no CNPJ n.º 33.750.637/0001-54;

Processo Licitatório 004/FUNREBOM/2021 – Tomada de Preços nº 002/2021;

Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Sexta, item 6.2 e Cláusula Nona, item 9.1 do Contrato nº 006/FUNREBOM/2021, que passam a ter a seguinte redação: "6.2. O prazo de execução fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, contados de 03/03/2022 a 02/04/2022"; "9.1. O prazo de vigência contratual fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, contados de 03/03/2022 a 02/04/2022";

Data da assinatura: 01/03/2022.

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/FUNREBOM/2021

Publicação Nº 3650833

Extrato do sexto termo aditivo ao Contrato nº 006/FUNREBOM/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 42B2C8E5D025DE820E2664773C06040A91C22E2A

Contratante: Fundo Municipal de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00;

Contratada: FC Construções Ltda, inscrita no CNPJ n.º 33.750.637/0001-54;

Processo Licitatório 004/FUNREBOM/2021 – Tomada de Preços nº 002/2021;

Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quarta, item 4.1, do Contrato nº 006/FUNREBOM/2021, diante da alteração dos valores pela ocorrência de supressão de materiais/serviços no valor de R\$ 5.601,01 (cinco mil seiscentos e um reais e um centavo), que passa a ter a seguinte redação: "4.1 O valor deste contrato é de R\$ 180.566,70 (cento e oitenta mil quinhentos e sessenta e seis reais e setenta centavos)";

Data da assinatura: 01/03/2022.

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/FUNREBOM/2021

Publicação Nº 3650848

Extrato do sétimo termo aditivo ao Contrato nº 006/FUNREBOM/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5B825CA48D84C971677A9D535C7C97F1BE5B9A51

Contratante: Fundo Municipal de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00;

Contratada: FC Construções Ltda, inscrita no CNPJ n.º 33.750.637/0001-54;

Processo Licitatório 004/FUNREBOM/2021 – Tomada de Preços nº 002/2021;

Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quarta, item 4.1, do Contrato nº 006/FUNREBOM/2021, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de materiais/serviços no valor de R\$ 7.890,04 (sete mil oitocentos e noventa reais e quatro centavos), que passa a ter a seguinte redação: "4.1 O valor deste contrato é de R\$ 188.456,74 (cento e oitenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e quatro centavos)";

Despesa: 3; complemento do elemento: 4.4.90.51.98.00.00.00.00;

Data da assinatura: 01/03/2022.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/FMS/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 003/FMS/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3650831

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C5BB70BB0FB58A78FED9ADD0B74CEF2B94061572

Processo Licitatório nº 004/FMS/2022 - Pregão Eletrônico 003/FMS/2022 – Sistema de Registro de Preços

O Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, inscrito no CNPJ nº 08.361.788/0001-73, com sede na Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 004/FMS/2022 - Pregão Eletrônico 003/FMS/2022, do tipo menor preço por item, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual contratação futura de entidades públicas, filantrópicas ou privadas para prestação de serviços medico clinico geral, enfermeiros, e técnicos de enfermagem, fornecendo profissionais capacitados para prestação dos serviços nas unidades de saúde do município de São João Batista, SC; Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 15/03/2022; Início da sessão: às 8h30min do dia 15/03/2022, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 01 de março de 2022. Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/FMS/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 004/FMS/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3650882

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 32981409E25FC2933E7162B2FF50EA73D7C84458

Processo Licitatório nº 005/FMS/2022 - Pregão Eletrônico 004/FMS/2022 – Sistema de Registro de Preços

O Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, inscrito no CNPJ nº 08.361.788/0001-73, com sede na Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 005/FMS/2022 - Pregão Eletrônico 004/FMS/2022, do tipo menor preço global, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual contratação futura de empresa especializada para confecção de próteses dentárias para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, SC; Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 21/03/2022; Início da sessão: às 8h30min do dia 21/03/2022, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 01 de março de 2022. Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/FMS/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 005/FMS/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3651007

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C4555511488C43815572221B578B50C95211177A

Processo Licitatório nº 006/FMS/2022 - Pregão Eletrônico 005/FMS/2022 – Sistema de Registro de Preços

Licitação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual.

O Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, inscrito no CNPJ nº 08.361.788/0001-73, com sede na Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 006/FMS/2022 - Pregão Eletrônico 005/FMS/2022, do tipo menor preço por item, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual contratação futura de empresa especializada em serviços de radiologia odontológica digital para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, SC; Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 22/03/2022; Início da sessão: às 8h30min do dia 22/03/2021, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 01 de março de 2022.

Augusto Correia Junior

Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/PMSJB/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 009/PMSJB/2022 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3650762

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C9918889DD153C1D0B0D459C6C9DE3D7E1AC7E41

Processo Licitatório nº 021/PMSJB/2022 - Pregão Eletrônico 009/PMSJB/2022 – Sistema de Registro de Preços
Licitação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual.

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 021/PMSJB/2021 - Pregão Eletrônico 009/PMSJB/2021, do tipo menor preço por item, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual aquisição futura de gêneros alimentícios destinados ao refeitório, conforme Lei Municipal 3.597/2015 e 3.710/2017 do município de São João Batista, SC. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 17/03/2022; Início da sessão: dia 17/03/2022, às 8h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 01 de março de 2022.
Augusto Correia Junior
Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/PMSJB/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 010/PMSJB/2022

Publicação Nº 3651242

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 690283EADE6FB11486BF2AC0A71C8DA744D0068

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/PMSJB/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 010/PMSJB/2022

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Juliano Grime, Pregoeiro Municipal suplente, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 022/PMSJB/2022 - Pregão Eletrônico 010/PMSJB/2022, do tipo menor preço, modo de disputa: aberto, para aquisição de 01 (um) veículo utilitário de carga, zero km, destinado a secretaria de educação do município de São João Batista, SC. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 15/03/2022; Início da sessão: dia 15/03/2022, às 8h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 01 de março de 2022.
Juliano Grime
Pregoeiro Municipal suplente

DECRETO Nº 4419/2022

Publicação Nº 3650873



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
C.N.P.J.: 82.925.652/0001-00
Município: SÃO JOÃO BATISTA

DECRETO Nº 4419/2022, de 28 de Fevereiro de 2022.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SÃO JOÃO BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 4113/2021, de 13 de Dezembro de 2021.

D E C R E T A:**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 200.001,21, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

17.000 - FUNJUVE

17.001 - FUNJUVE

17.001.13.392.8.2076-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 0,21

06.000 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

06.001 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

06.001.23.695.7.2068-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 1,00

05.000 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.001 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.001.15.452.6.1062-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 200.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)

R\$ 0,21

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)

R\$ 1,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)

R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.**SÃO JOÃO BATISTA, 28 de Fevereiro de 2022.**

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 28 de Fevereiro de 2022.

DECRETO N° 4420/2022

Publicação N° 3650874



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
C.N.P.J.: 82.925.652/0001-00
Município: SÃO JOÃO BATISTA

DECRETO N° 4420/2022, de 28 de Fevereiro de 2022.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SÃO JOÃO BATISTA e autorização contida na Lei Municipal n° 4113/2021, de 13 de Dezembro de 2021.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 225.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04.000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
04.001 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
04.001.12.365.2.2020-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 100.000,00
04.000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
04.001 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
04.001.12.361.2.2010-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 100.000,00
04.000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
04.001 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
04.001.12.364.2.2015-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 25.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:

04.000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
04.001 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
04.001.12.365.2.2020-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 100.000,00
04.000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
04.001 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
04.001.12.361.2.2010-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 100.000,00
04.000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
04.001 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
04.001.12.364.2.2015-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 28 de Fevereiro de 2022.

Pedro Alfredo Ramos
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 28 de Fevereiro de 2022.

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 025-2022 - PREFEITURA - INTERNO

Publicação Nº 3651277

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO nº. 025 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE"

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida no Artigo 11 da Lei Municipal nº. 1.907, de 02 de dezembro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º. Fica ABERTO Crédito Suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), segundo classificações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 08.00 – SECRETARIA DE URBANISMO, ÁGUA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unid. Orçam.: 08.03 – Departamento de Abastecimento de Água

Proj./Ativ.: 1.009 – Ampliação/Adaptação Sistemas Captação, Distr. e Tratamento Água

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas (101)R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os Créditos Suplementares acima especificados, decorrerão da redução, segundo classificações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 08.00 – SECRETARIA DE URBANISMO, ÁGUA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unid. Orçam.: 08.03 – Departamento de Abastecimento de Água

Proj./Ativ.: 1.009 – Ampliação/Adaptação Sistemas Captação, Distr. e Tratamento Água

Elemento: 4.5.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas (102)R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 16 de fevereiro de 2022.

Rudi Aloísio Rasch

- Prefeito Municipal em Exercício -

DECRETO 026-2022 - SUPERÁVIT

Publicação Nº 3651280

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 026 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE"

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida no Artigo 11 da Lei Municipal nº. 1.907, de 02 de dezembro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º. Fica ABERTO o Crédito Suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DE URBANISMO, ÁGUA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unid. Orçam.: 08.03 – Departamento de Abastecimento de Água

Proj./Ativ.: 1.009 – Ampliação/Adaptação dos Sistemas de Captação, Dist. e Trat. de Água

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0301 – Aplicações Diretas (148)R\$ 120.000,00



Art. 2º. Os recursos no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), para atender o Crédito Suplementar acima especificado decorrerão da redução do superávit financeiro apurado no exercício anterior segundo a fonte de recurso abaixo indicada:

I	301 – Recursos Ordinários – Superávit	R\$	120.000,00
---	---------------------------------------	-----	------------

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 16 de fevereiro de 2022.

Rudi Aloísio Rasch
- Prefeito Municipal em Exercício -

DECRETO 029-2022 - CANCELA RESRTOS

Publicação Nº 3651281

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO nº 029 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre o Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados, dando outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, usando as atribuições que lhes são conferidas, tendo em vista o arts. 1º e 42º da Lei de Responsabilidade Fiscal Nº 101/00, art. 36 da lei 4.320/64, art. 35, 67 ao 70 do Decreto nº 93.872/86, Decreto nº 6.708/2008, e.

CONSIDERANDO que a nota de empenho constitui operação financeira de caráter contábil, visando à reserva de numerário para o pagamento de despesa comprometida dentro da dotação específica;

CONSIDERANDO que resto a pagar não processado não constitui obrigação de pagamento, pelo produto não ter sido entregue e/ou serviço não ter sido prestado;

CONSIDERANDO que a Contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO a necessidade de Poder Executivo Municipal em aprovar por meio de decreto o cancelamento de restos a pagar conforme exposto nos considerando anteriores.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Município de São João do Oeste, autorizado a cancelar o valor de R\$ 2.038,02 (dois mil, tinta e dois reais com dois centavos) referente aos Restos a Pagar Não Processados, conforme abaixo:

Restos a Pagar não Processados				
Empenho	Data	Fonte	Credor	Valor
3161	03/12/2021	0001	Macromaq Equipamentos Ltda	2.038,02

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 18 de fevereiro de 2022.

Rudi Aloísio Rasch
- Prefeito Municipal em Exercício -

DECRETO 030-2022 - EXCESSO

Publicação Nº 3651284

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO nº 030 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE”

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida no Artigo 11 da Lei Municipal nº. 1.907, de 02 de dezembro de 2021.
DECRETA:

Art. 1º. Fica ABERTO Crédito SUPLEMENTAR no orçamento vigente, no valor de R\$ 2.038,02 (dois mil, trinta e oito reais com dois centavos), segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DE URBANISMO, ÁGUA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unid. Orçam.: 08.03 – Departamento de Abastecimento de Água

Proj./Ativ.: 1.009 – Ampliação/Adaptação dos Sistemas de Captação, Dist. e Trat. de Água

Elemento: 4.4.90.00.00.0200 – Aplicações Diretas (148)R\$ 2.038,02

Art. 2º. Os recursos no valor de R\$ 2.038,02 (dois mil, trinta e oito reais com dois centavos), tem como origem no excesso de arrecadação apurado na seguinte fonte de recursos:

I.	0054 – Emendas Parlamentares Individuais - Transferência especial (Inciso I do art. 1º EC 05/2019)	R\$	2.038,02
----	--	-----	----------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 18 de fevereiro de 2022.

Rudi Aloísio Rasch

- Prefeito Municipal em Exercício -

DECRETO 034/2022 - NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Publicação Nº 3651155

DECRETO Nº 034/2022, DE 01/03/2022.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS DO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, REVOGA O DECRETO Nº 034/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 90 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros infra relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal Permanente para avaliação e reavaliação de bens móveis, máquinas, equipamentos e veículos de propriedade do município destinados à alienação e ou para fins de valorização patrimonial interna.

I – Cleiton Kroetz – Servidor Público Municipal;

II– Vanei Rogério Ritter – Servidor Público municipal;

III - Antônio Dopke – Servidor Público - mecânico;

IV– Thalia Caspers - Servidor Público Municipal;

V –Vanessa Nardi – Servidor Público Municipal;

VI – Pedro Canísio Heberle – Servidor Público Municipal;

VII - Leomar Brancalione – Empresário do setor de revenda de veículos

VIII – Nestor Bracht - Empresário do setor de oficina mecânica.

Art. 2º. Para proceder à avaliação ou reavaliação dos bens móveis, máquinas, equipamentos e veículos de propriedade do município, a comissão deverá analisar o estado ou condições de uso e o valor de mercado a fim de assegurar a precisa atribuição dos valores dos bens.

Art. 3º. A comissão terá o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data da convocação formal pelo Executivo Municipal, para apresentar o relatório da avaliação dos bens constantes no documento de convocação.

Art. 4º. Esta nomeação não acarretará ônus aos cofres públicos municipais por ser considerada de atividade de relevante interesse público e social.

Art. 5º. Fica revogado o Decreto nº 034/2021.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 1º de março de 2022.

GENÉSIO MARINO ANTON

Prefeito Municipal

DECRETO 036-2022 - EXCESSO

Publicação Nº 3651285

ATOS DO PODER EXECUTIVO

=====

DECRETO nº 036 DE 01 DE MARÇO DE 2022.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida no Artigo 11 da Lei Municipal nº. 1.907, de 02 de dezembro de 2021.
DECRETA:

Art. 1º. Fica ABERTO Crédito SUPLEMENTAR no orçamento vigente, no valor de R\$ 3.573.565,93 (três milhões, quinhentos e setenta e três mil, quinhentos e sessenta e cinco reais com noventa e três centavos), segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DE URBANISMO, ÁGUA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unid. Orçam.: 08.01 – Departamento de Urbanismo

Proj./Ativ.: 1.006 – Obras de Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Vias Públicas

Elemento: 4.4.90.00.00.0210 – Aplicações Diretas (150)R\$ 3.573.565,93

Art. 2º. Os recursos no valor de R\$ 3.573.565,93 (três milhões, quinhentos e setenta e três mil, quinhentos e sessenta e cinco reais com noventa e três centavos), tem como origem no excesso de arrecadação apurado na seguinte fonte de recursos:

I.	0210 – Convênios sem vínculos específicos – Estado	R\$	3.573.565,93
----	--	-----	--------------

Art. 3º – Os recursos da fonte 01.64.0064/210 – Convênios sem vínculos específicos – Estado, tem como origem a edição da portaria nº 091/SEF de 23/02/2022, Transferências Especiais, conforme disposição do § 3º do art. 123 da Constituição Estadual e Portaria SEF nº 321/2021, Processo SIE 00029427/2021.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 01 de março de 2022.

Genésio Marino Anton
- Prefeito Municipal -

DECRETO 037-2022 - PREFEITURA - LEI 1917

Publicação Nº 3651287

ATOS DO PODER EXECUTIVO

=====

DECRETO nº. 037 DE 01 DE MARÇO DE 2022.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida no Artigo 11 da Lei Municipal nº. 1.907, de 02 de dezembro de 2021.

CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida na Lei Municipal nº. 1.917, de 25 de fevereiro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º. Fica ABERTO Crédito ESPECIAL no orçamento vigente, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 13.00 – SECRETARIA DA CULTURA E DESPORTO

Unid. Orçam.: 13.02 – Departamento de Esportes

Unidade de Medida: Convênio – Produto: Convênio

Unidade de Medida: 07 – Execução: 2022

Função: 27 – Desporto e Lazer – Sub-função: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 130 – Esporte é Vida

Fonte de Recursos: 0301 – Recursos Ordinários – Superávit

Projeto/Atividade: 1.020 – Auxílios a Entidades Desportivas, Recreativas ou Culturais

Modalidade de Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.0301 – Aplicações Diretas	151	105.000,00
--	-----	------------

Art. 2º. Os recursos para atender o Crédito ESPECIAL de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), tem como origem o superávit financeiro apurado no exercício anterior na fonte de recursos:

I.	0301 – Recursos Ordinários – Superávit	R\$	105.000,00
----	--	-----	------------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste, 01 de março de 2022.

Genésio Marino Anton
- Prefeito Municipal -

EXTRATO PL 21.2022 MANUTENÇÃO DE VEICULOS

Publicação N° 3651844

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 21/2022

PARTES: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE e MECANICA E VENDAS RASCH LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial n° 09/2022

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos da frota oficial do Município de São João do Oeste."

Valor: R\$ 410.000,00

Prazo: 02.03.2022 até 02.03.2023

São João do Oeste – 02 de março de 2022

GENESIO MARINO ANTON Prefeito Municipal

PORTARIA N° 072/2022

Publicação N° 3650912

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA N° 072 DE 01 DE MARÇO DE 2022.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n° 539 de 22 de maio de 2000.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. PAULO VALMOR RECH, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n° 714.811, inscrito no CPF sob n° 347.586.749-49, para o cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL, com fulcro no Art. 73 inciso I, da Lei Municipal n° 539 de 22 de maio de 2000.

Art. 2º. Autoriza o servidor ora nomeado, a conduzir veículos da municipalidade.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 01 de março de 2022.

GENÉSIO MARINO ANTON

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 073/2022

Publicação N° 3650923

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA N°. 073 DE 01 DE MARÇO DE 2022.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n° 885 de 02 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Sr. PAULO VALMOR RECH, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n° 714.811, inscrito no CPF sob n° 347.586.749-49, nomeado para exercício de cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL, com fulcro no Art. 1º, da Lei Municipal n° 885 de 02 de dezembro de 2005, para responder como GESTOR dos seguintes Fundos Municipais:

a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ n° 11.418.721/0001-32, nos termos da Lei Municipal n°. 076, de 08 de junho de 1993.

- b) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, inscrito no CNPJ nº 18.188.546/0001-83, nos termos da Lei Municipal nº. 282, de 23 de outubro de 1995;
- c) FUNDO MUNICIPAL D A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA, inscrito no CNPJ nº 18.188.553/0001-85, nos termos da Lei Municipal nº. 1.202, de 22 de setembro de 2009;
- d) FUNDO MUNICIPAL DOS IDOSOS – FMI, inscrito no CNPJ nº 34.210.439/0001-60, nos termos da Lei Municipal nº 1.810 de 29 de maio de 2019; e
- e) FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE SÃO JOÃO DO OESTE SC, inscrito no CNPJ nº 39.979.942/0001-07, nos termos da Lei Complementar nº. 013, de 29 de junho de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 01 de março de 2022.

GENÉSIO MARINO ANTON

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 074/2022

Publicação Nº 3650925

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 074 DE 01 DE MARÇO DE 2022.

DELEGA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 73, parágrafo único da Lei 539/2000 (Lei Orgânica Municipal) de 22 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º. Delegar a função de Ordenador de despesas dos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social, ao Sr. PAULO VALMOR RECH, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 714.811, inscrito no CPF sob nº 347.586.749-49, para o qual, deverá firmar assinatura nas notas de empenhos, liquidações, inclusive autorizando os pagamentos mediante edição de ordens de pagamento específicas e demais documentos contábeis/financeiros necessários a movimentação contábil dos Fundos de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 01 de março de 2022.

GENÉSIO MARINO ANTON

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 030/2021

Publicação Nº 3651353

ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES PARA O CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL (CEI) JOSÉ NITRO E PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL (CEM) JOSÉ NITRO, EM SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS:

- ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA;
- FERNANDO STROISCH EMPREITEIRA;
- GPM ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA;
- MAGNUS ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA;
- URBE ATELIÊ DE ARQUITETURA.

ANÁLISE DA COMISSÃO

Em análise às propostas apresentadas pelas empresas habilitadas, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações foram plenamente atendidas pelas empresas, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA;
- FERNANDO STROISCH EMPREITEIRA;
- GPM ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA;
- MAGNUS ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA;
- URBE ATELIÊ DE ARQUITETURA.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

1ª Classificada: URBE ATELIÊ DE ARQUITETURA - R\$ 168.200,00 (cento e sessenta e oito mil e duzentos reais).

2ª Classificada: ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA - R\$ 190.100,00 (cento e noventa mil e cem reais).

3ª Classificada: FERNANDO STROISCH EMPREITEIRA - R\$ 193.940,00 (cento e noventa e três mil e novecentos e quarenta reais).

4ª Classificada: GPM ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA - R\$ 204.583,06 (duzentos e quatro mil, quinhentos e oitenta e três reais e seis centavos).

5ª Classificada: MAGNUS ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - R\$ 204.606,00 (duzentos e quatro mil e seiscentos e seis reais).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 01 de março de 2022.

Paulo Dutra		Humberto Alcino da Silva
PRESIDENTE DA CPL		MEMBRO DA CPL
Eliane Teresinha Souza		Iriberto Antônio M. Junior
MEMBRO DA CPL		MEMBRO DA CPL
Izauro Pinto		Adriana Silva Pacheco Pedro
MEMBRO DA CPL		MEMBRO DA CPL
Victor Eduardo de Oliveira		Elizabete H. dos Santos
MEMBRO SUPLENTE DA CPL		MEMBRO SUPLENTE DA CPL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°030/2022

Publicação N° 3651276

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 030/2022 – PE 166/2021 – Processo 438/2021 – Proc. Adm. 4733/2021 – CONTRATADO: BMI PROSPER EIRELI. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL (ABSORVENTE ÍNTIMO FEMININO), PARA ATENDER MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA BENEFICIÁRIAS DO ATUAL PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC". DO VALOR: – O valor global desta Ata importa em R\$ 167.832,00 (cento e sessenta e sete mil oitocentos e trinta e dois reais). DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data de Assinatura: 16 de FEVEREIRO de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°031/2022

Publicação N° 3651278

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2022 – PE 166/2021 – Processo 438/2021 – Proc. Adm. 4733/2021 – CONTRATADO: TROIKA DISTRIBUIÇÃO LTDA. DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL (ABSORVENTE ÍNTIMO FEMININO), PARA ATENDER MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA BENEFICIÁRIAS DO ATUAL PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC". DO VALOR: – O valor global desta Ata importa em R\$ 17.808,00 (dezessete mil oitocentos e oito reais). DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data de Assinatura: 16 de FEVEREIRO de 2022.

CONTRATO N° 029/2022

Publicação N° 3651306

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: N° 029/2022 – PE N.º 085/2020 – Processo N.º 346/2020 – Proc. Adm. 3100/2020 – CONTRATADO: LVC LOG EIRELI. DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TERCEIRIZAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA (MOTORISTA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, ESTOQUISTA, ZELADOR, DIGITADOR, HIGIENISTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE) PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. DO PREÇO: O valor do presente contrato é de R\$ 4.621.727,28 (quatro milhões, seiscentos e vinte e um mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos). Data de Assinatura: 23 de Fevereiro de 2022.

EDITAL N° 001/2022/SME – TERMO DE RETIFICAÇÃO

Publicação N° 3651143

EDITAL N° 001/2022/SME – TERMO DE RETIFICAÇÃO

DIVULGA TERMO DE RETIFICAÇÃO RELATIVO AO EDITAL N° 001/2022/SME.

A Secretária Municipal de Educação de São José, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICAR os itens 1.1, 3.1, 4.4 e 4.5 do Edital N° 001/2022/SMESJ, do seguinte modo:

0.1. A Secretaria Municipal de Educação, através do presente edital, fixa os critérios que disciplinam a licença remunerada e divulga o processo de seleção de servidores estáveis ocupantes de cargo de provimento efetivo do Magistério Municipal, mediante os critérios estabelecidos sob a coordenação de comissão constituída para tal finalidade.

3.1. A concessão da licença remunerada para participação em curso de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado dar-se-á por meio de uma única etapa seletiva: Análise do Requerimento de Licença Remunerada para Pós-graduação (Anexo Único), cuja ausência de qualquer documento ou comprovante solicitado, incidirá na imediata desclassificação do candidato à vaga ofertada por meio deste Edital.

4.4. O servidor deverá indenizar o Poder Público Municipal, devolvendo a totalidade dos valores pecuniários recebidos durante o usufruto da licença remunerada, devidamente atualizados e em uma única parcela, no caso de solicitar exoneração ou aposentadoria ou obter a concessão de licença para tratar de assuntos particulares, antes de cumprido o período de permanência previsto no item 4.1 deste edital.

4.5. Na hipótese de o servidor não ter obtido o título que justificou sua licença remunerada no período previsto, salvo de comprovada força maior a critério da Secretaria de Educação, ou de descumprimento da regra prevista no item 4.1, por abandono do cargo ou de aplicação da penalidade de demissão, deverá o servidor ressarcir o erário municipal pelos valores pecuniários recebidos durante o usufruto da licença remunerada, devidamente atualizados, que, havendo recusa injustificável do servidor, serão apurados em processo de tomada de contas.

Art. 2º - RETIFICAR o item II do Anexo Único do Edital N° 001/2022/SME, do seguinte modo:

II – DETALHAMENTO DO PEDIDO	
Solicito a concessão de licença remunerada para realizar pós-graduação em nível de () Mestrado ou () Doutorado, nos termos do Edital n° 001/2022, de 28 de fevereiro de 2022, da Secretaria Municipal de Educação. Data de início no curso de pós-graduação ____/____/____. Previsão de término: ____/____/____. Período da licença: De ____/____/2022 a ____/____/____.	
Instituição onde realizo o curso de () Mestrado () Doutorado: _____ _____	
Fase/Etapa do curso em que se encontra matriculado, com declaração comprobatória emitida pela instituição de ensino: _____ _____	
Outras observações pertinentes: _____ _____ _____ _____ _____	

Art. 3º - Os demais itens do Edital permanecem inalterados.

São José/SC, 28 de fevereiro de 2022.

ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 185/2021

Publicação N° 3651128

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 185/2021

PARTES: O Município de São José/SC e o Consórcio de Inovação na Gestão Pública - CIGA

OBJETO: A CONTRATADA passará a disponibilizar, inclusivamente, à CONTRATANTE, o seguinte serviço continuado de tecnologia da informação e comunicação:

1. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo passará a vigor de 1º de fevereiro de 2022 até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, observando o limite legal remanescente, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, bem como em conformidade com os respectivos Contrato e Aditivo firmados pelas partes.

LOCAL E DATA: São José/SC, 18 de fevereiro de 2022.

SIGNATÁRIOS: Orvino Coelho de Ávila pelo Município de São José e Gilsoni Lunardi Albino pelo Consórcio de Inovação na Gestão Pública - CIGA

PORTARIA FMADS/PMSJ N° 006/2022

Publicação N° 3651220

PORTARIA FMADS/PMSJ n° 06, de 24 de FEVEREIRO de 2022.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 8.666/1993.

A SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso das atribuições legais e nos termos dos artigos 13 da lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor, Agostinho Mignoni Junior– Matrícula nº 4326148, para efetuar a fiscalização das Atas de Registro de Preços nº 011 á 012/2022 decorrente da Concorrência nº 010/2021, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada à servidor, Reinaldo Donizete Pereira- Matrícula nº 15490, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabriela Brasil dos Anjos
Superintendente da Fundação Municipal de Meio Ambiente

PORTARIA FMADS/PMSJ Nº07/2022

Publicação Nº 3651241

PORTARIA FMADS/PMSJ nº 07, de 24 de fevereiro de 2022.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor, JONNY DE ANDRADE DE SOUZA, Matrícula nº 433968-1, para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 013/2022 decorrentes do Pregão Eletrônico nº 134/2021, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;

XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência dos servidores designados no artigo anterior ficarão automaticamente designados o Servidor, ALEXANDRE VALERIO S. DA SILVA, Matrícula, 432619-9, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabriela Brasil dos Anjos
Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente
E Desenvolvimento Sustentável

PORTARIA SMS/PMSJ Nº 012/2022

Publicação Nº 3651327

PORTARIA SMS/PMSJ nº 012, de 25 de FEVEREIRO de 2022.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Servidora, BRUNA Telemberg Sell - Matrícula nº 30907-9, para efetuar a fiscalização do Contrato nº 029/2022 decorrentes do Pregão Eletrônico nº 085/2020, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidora, Geovana Stedile - Matrícula nº 215155, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA SMS/PMSJ Nº011/2022

Publicação Nº 3651274

PORTARIA SMS/PMSJ nº 011, de 21 de FEVEREIRO de 2022.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Servidora, BRUNA Telemberg Sell - Matrícula nº 30907-9, para efetuar a fiscalização das Atas de Registro de Preços nº 030 e 031/2022 decorrentes do Pregão Eletrônico nº 166/2021, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidora, Tatiana de Lara Costa - Matrícula nº 35259-4, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal de Saúde

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 025/2021-01

Publicação N° 3651209

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA ao CONTRATO nº 025/2021-01 Proc. Adm. 30280/2022 - CONTRATADO: CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO CONTRATUAL, nos termos previstos no Contrato original e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL: Fica prorrogado o prazo de vigência contratual com a contratada, pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar do dia 16/04/2022. Data de Assinatura: 10 de FEVEREIRO de 2022.

São José do Cedro

PREFEITURA

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 318/2022

Publicação Nº 3651503

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL PROTOCOLO Nº 318/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 318/2022 CONDER

O Município de São José do Cedro - SC, endereço Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro, CEP 89930-000, CNPJ 83.026.781/0001-10, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até 28/02/2023, formulado pelo empreendedor PAULO ROGERIO REVERS, CPF 015.816.109-20, para a atividade de 33.13.00 – Reservatórios artificiais para usos múltiplos que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água, no Município de São José do Cedro/SC. Sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

DECRETO Nº 7261/2022

Publicação Nº 3651045

DECRETO Nº 7.261, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA CONDUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES – PAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69, inciso IX da Lei Orgânica do Município e Art. 150, da Lei Complementar Municipal nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para proceder à condução de processos administrativos disciplinares efetivamente a servidores municipais:

- CASSIANO SCHNEIDER, Matrícula nº 3.418-1;
- EMANUELLE THAÍS BONIATTI, matrícula nº. 4.264-1;
- LEONARDO PICON, Matrícula nº 3.366-1.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor a partir de 02 de agosto de 2021.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 7.107, de 28 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 01 de março de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 7262/2022

Publicação Nº 3651047

DECRETO Nº 7.262, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022.
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, combinado com o Art. 12, Inciso II, da Lei Complementar nº

083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADO o funcionário público municipal, JONATA BECKER, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA, carga horária de 176 horas mensais, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Complementar nº. 083/2019, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2018, homologado através do Decreto nº. 6.409/2018, de 12 de dezembro de 2018, classificado em 5º lugar, média final 6,69, a partir de 01 de março de 2022, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 01 de março de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo

DECRETO Nº 7263/2022

Publicação Nº 3651049

DECRETO Nº 7.263, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 28, Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, a partir de 01 de março de 2022, a servidora pública municipal, SILVANE CONSALTER TENETE, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 1.269-1.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE MARÇO DE 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 7264/2022

Publicação Nº 3651050

DECRETO Nº 7.264, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, combinado com o Art. 12, Inciso II, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, SILVANE CONSALTER TENTE, para exercer o cargo de MONITOR DE CRECHE, carga horária de 120 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2018, homologado através do Decreto nº 6.409, de 12 de dezembro de 2018, classificada em 10º lugar, média final 7,20, a partir de 01 de março de 2022, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de março de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo

DECRETO Nº 7265/2022

Publicação Nº 3651051

DECRETO Nº 7.265, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 30, Inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, a partir de 01 de março de 2022, a servidora pública municipal, SUELI CARMELA ROCKENBACH, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Secretaria, matrícula 3.022-3.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE MARÇO DE 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 7266/2022

Publicação Nº 3651052

DECRETO Nº 7.266, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, combinado com o Art. 12, Inciso I, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, SUELI CARMELA ROCKENBACH, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR GERAL DE SECRETARIA, de livre nomeação e exoneração, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, com os vencimentos e atribuições previstos em Lei, a partir de 01 de março de 2022.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE MARÇO DE 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo

DECRETO Nº 7267/2022

Publicação Nº 3651053

DECRETO Nº 7.267, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 30, Inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADO, a partir de 01 de março de 2022, o servidor público municipal, FERNANDO BATISTA ESCHER, ocupante do cargo comissionado de Diretor Distrital, matrícula 4.137-1.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE MARÇO DE 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 7268/2022

Publicação Nº 3651054

DECRETO Nº 7.268, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, combinado com o Art. 12, Inciso I, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADO o funcionário público municipal, FERNANDO BATISTA ESCHER, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SECRETARIA, de livre nomeação e exoneração, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Complementar

nº 083, de 29 de novembro de 2019, com os vencimentos e atribuições previstos em Lei, a partir de 01 de março de 2022.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE MARÇO DE 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo

DECRETO Nº 7269/2022

Publicação Nº 3651055

DECRETO Nº 7.269, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 29, da Lei Complementar Municipal nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADO, a pedido, a partir de 01 de março de 2022, o servidor público municipal, JUCINEI BONATO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, Matrícula nº 1.692-3.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE MARÇO DE 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 7270/2022

Publicação Nº 3651056

DECRETO Nº 7.270, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 28, V, da Lei Complementar Municipal nº 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, por motivo de aposentadoria, a partir de 01 de março de 2022, a servidora pública municipal, MARINÊS LUCCHETA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 3.249-1.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE MARÇO DE 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 19/2022

Publicação Nº 3650832

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA NA ÁREA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO AO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.

CONTRATADO: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI

VALOR DA DESPESA: R\$ 75.072,17(setenta e cinco mil, setenta e dois reais e dezessete centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XIII da Lei de Licitações.

LEI COMPLEMENTAR Nº 094/2022

Publicação Nº 3651086

LEI COMPLEMENTAR Nº094, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 009, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica revogado o § 13 do artigo 186 da Lei Complementar n. 009, de 27 de setembro de 2005 (Código Tributário Municipal), incluído pela Lei Complementar n. 93, de 16 de dezembro de 2021.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de março de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito Municipal.

SANDRA CLAUDETE KUNZLER
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

EDIMILSON LUIZ DALMAGRO,
Secretário Municipal de Administração.

JAIR POSTAY,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

KELLY LISIANE FIGUEIRÓ,
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

IRONI FEDRIZZI,
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

JUCÉLI SOLDÁ FRANCO,
Secretária Municipal de Saúde.

CLEONEI EICH,
Secretário Municipal da Fazenda.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI COMPLEMENTAR Nº 095/2022

Publicação Nº 3651087

LEI COMPLEMENTAR Nº095, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

“ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 667, DE 15 DE OUTUBRO DE 1982 (CÓDIGO DE OBRAS MUNICIPAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.
JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:
Art. 1º. Altera a redação do artigo 14, caput, da Lei Ordinária n. 667, de 15 de outubro de 1982, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. Independem de aprovação de projeto e de licenciamento, tratados no artigo 12, os seguintes serviços e obras:
I - pintura interna, externa e restaurações quando não dependam do uso de tapumes e andaimes;
II - consertos de pavimentação, passeios e calçadas, além de construções de calçadas no interior de terrenos edificadas;
III - impermeabilização de terraços;
IV - substituição de elementos da cobertura, calhas e condutores em geral;
V - conserto em assoalhos, esquadrias e paredes;
VI - as edificações provisórias para guarda e depósito em obras já licenciadas, as quais deverão ser demolidas ao término da obra principal.
VII - cercamento de áreas, desde que não exijam estruturas especiais de suporte;
VIII - depósitos de utensílios, ferramentas e outros, com no máximo 20m² de área, desde que não existam pontos de água e esgoto;
IX - telheiros de até 20m², desde que não existam pontos de água e esgoto;
X - demais obras de manutenção da edificação, desde que tais obras não impliquem mudança da área construída, elementos geométricos, alteração do número de unidades ou finalidade de uso e não haja qualquer modificação estrutural da edificação.

Art. 2º. Altera a redação do § 1º, do artigo 14, da Lei Ordinária n. 667, de 15 de outubro de 1982, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º O disposto neste artigo não impede a ação fiscalizadora do setor competente deste Município, que, caso verifique que a obra está em desconformidade com o disposto neste artigo, poderá notificar o proprietário para apresentar o projeto competente.

Art. 3º. Fica revogado o § 2º, do artigo 14, da Lei Ordinária n. 667, de 15 de outubro de 1982.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de março de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito Municipal.

SANDRA CLAUDETE KUNZLER
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

EDIMILSON LUIZ DALMAGRO,
Secretário Municipal de Administração.

JAIR POSTAY,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

KELLY LISIANE FIGUEIRÓ,
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

IRONI FEDRIZZI,
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

JUCÉLI SOLDÁ FRANCO,
Secretária Municipal de Saúde.

CLEONEI EICH,
Secretário Municipal da Fazenda.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 5042/2022

Publicação Nº 3651084

LEI Nº 5.042, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER POR DOAÇÃO VEÍCULO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a receber por doação do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Administração – SEA, por intermédio da Gerencia de Bens Móveis – GEMOV da Diretoria de Gestão Patrimonial, o veículo PLACA MLV1726, CHEVROLET/CLASSIC LS, objeto de doação autorizada pelo Despacho Governamental nº 005/2021, publicado no Diário Oficial nº 21.653, de 24 de novembro de 2021 e incorporar ao Patrimônio Municipal.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retrativos a 18/01/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de março de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito Municipal.

SANDRA CLAUDETE KUNZLER
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

EDIMILSON LUIZ DALMAGRO,
Secretário Municipal de Administração.

JAIR POSTAY,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

KELLY LISIANE FIGUEIRÓ,
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

IRONI FEDRIZZI,
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

JUCÉLI SOLDÁ FRANCO,
Secretária Municipal de Saúde.

CLEONEI EICH,
Secretário Municipal da Fazenda.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 5043/2022

Publicação Nº 3651085

LEI Nº 5.043, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

"RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Inovação na Gestão Pública (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 3.848/2011.

Art. 2º. O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Inovação na Gestão Pública encontra-se disponível no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina: https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/2022/02/1644252348_efb8b6ec1a3a4ce-c92223a71211ce330_extrato.pdf.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de março de 2022.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito Municipal.

SANDRA CLAUDETE KUNZLER
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

EDIMILSON LUIZ DALMAGRO,
Secretário Municipal de Administração.

JAIR POSTAY,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

KELLY LISIANE FIGUEIRÓ,
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

IRONI FEDRIZZI,
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

JUCÉLI SOLDÁ FRANCO,
Secretária Municipal de Saúde.

CLEONEI EICH,
Secretário Municipal da Fazenda.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

04-2022 FMS - AQUISIÇÃO AQUISIÇÃO DE GRAMA, FLORES, PLANTAS, ADUBOS E DEMAIS MATERIAIS, ASSIM COMO MÃO-DE-OBRA PARA PLANTIO DAS MESMAS E SERVIÇOS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO NO TERRENO DA ACADEMIA PÚBLICA DE SAÚDE CONFORME PROJETO EM ANEXO

Publicação Nº 3652095

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 14DF9F2836B2CC1F2D00D1D08BEC6A51DE3F1319



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2022 FMS
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VANDERLEI BONALDO, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna público, Licitação do tipo PREGÃO PRESENCIAL, com fundamento na Lei 8.666/93, para **AQUISIÇÃO DE GRAMA, FLORES, PLANTAS, ADUBOS E DEMAIS MATERIAIS, ASSIM COMO MÃO-DE-OBRA PARA PLANTIO DAS MESMAS E SERVIÇOS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO NO TERRENO DA ACADEMIA PÚBLICA DE SAÚDE CONFORME PROJETO EM ANEXO**, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 15/03/2022. Maiores informações, bem como cópia do edital na íntegra encontram-se disponíveis no site do município, bem como poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 28 de fevereiro de 2022. **VANDERLEI BONALDO – Prefeito Municipal.**

Rua São Luiz, 210, Centro - Fone/Fax (49) 3667-0050 - Cep: 89879-000
CNPJ: 80.912.124/0001-82 – Site: www.saomigueldaboavista.sc.gov.br

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 219/2021 - PREFEITURA

Publicação Nº 3651010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º ADT 219/2021 - Contrato Nº: 219/2021
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: AZEVEDO PROJETOS E ASSESSORIA LTDA
Vigência : Início: 18/02/2022 Término: 18/05/2022
Valor:
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2021
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PREVENTIVOS CONTRA INCÊNDIO, DESTINADOS À ADEQUAÇÃO DAS ESCOLAS EMEIEF AMÁLIA DALTOÉ AGOSTINI, EMEIEF JOSÉ VERONESE, EMEIEF TRANQUILO JOSÉ RIGONI E PARA A CRECHE CEI TIO PATINHAS, EDIFICAÇÕES DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL

São Miguel do Oeste, 01 de março de 2022.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 197/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 3651845

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 4º ADT 197/2019 - Contrato Nº: 197/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: TECHINFO TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Vigência : Início: 02/03/2022 Término: 01/01/2023
Valor: : R\$ 4.980,00 (quatro mil, novecentos e oitenta reais).
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 215/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2019
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INTERNET E INTRANET DESTINADA PARA AS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 01 de março de 2022

CONTRATO 37/2022 - PREFEITURA

Publicação Nº 3650837

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 37/2022
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: STRAPASSON IMÓVEIS LTDA
Valor : R\$ 48.798,40 (quarenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) .
Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 31/12/2022.
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2022 INEXIGIBILIDADE Nº 09/2022 CREDENCIAMENTO Nº 01/2022
Objeto : CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 7.084/2014, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 01 de março de 2022.

CONTRATO 38/2022 - PREFEITURA

Publicação Nº 3650847

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 38/2022
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: ANDREIA HERTES FUSIEGER
Valor : R\$ 48.798,40 (quarenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) .
Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 31/12/2022.
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2022 INEXIGIBILIDADE Nº 09/2022 CREDENCIAMENTO Nº 01/2022
Objeto : CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 7.084/2014, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 01 de março de 2022.

CONTRATO 39/2022 - PREFEITURA

Publicação Nº 3650868

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 39/2022
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: EVANDRO CARLOS BORLA ENGENHARIA
Valor : R\$ 48.798,40 (quarenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) .
Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 31/12/2022.
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2022 INEXIGIBILIDADE Nº 09/2022 CREDENCIAMENTO Nº 01/2022
Objeto : CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 7.084/2014, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 01 de março de 2022.

CONTRATO 40/2022 - PREFEITURA

Publicação Nº 3650876

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 40/2022
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: PROBST IMÓVEIS LTDA
Valor : R\$ 48.798,40 (quarenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) .
Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 31/12/2022.
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2022 INEXIGIBILIDADE Nº 09/2022 CREDENCIAMENTO Nº 01/2022
Objeto : CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 7.084/2014, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 01 de março de 2022.

CONTRATO 41/2022 - PREFEITURA

Publicação Nº 3650899

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 41/2022

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: G. C. BERNARDI DA SILVA - ENGENHARIA E PERÍCIA
Valor : R\$ 48.798,40 (quarenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) .
Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 31/12/2022.
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2022 INEXIGIBILIDADE Nº 09/2022 CREDENCIAMENTO Nº 01/2022
Objeto : CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, DEVIDAMENTE INSCRITA NO ENTE DE CLASSE COMPETENTE, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 7.084/2014, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 01 de março de 2022.

OFICIO_DE_CONVOCACAO_045_2021_FABIOLA_HANAUER

Publicação Nº 3651834

São Miguel do Oeste SC, 01 de março de 2022.

OF. Nº 045/2021 – SAFGP – DDP

A(o) Senhor(a)
FABIOLA HANAUER

Prezado (a) Senhor (a),

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de PEDAGOGO, 40h (quarenta horas) semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 001/2021 de 26 de março de 2021, cujo resultado foi homologado em 11 de junho de 2021.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/processos-seletivos/185/ps-0012021>, Processo Seletivo Edital nº 001/2021, importará em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente.

ELIZETE XAVIER DOS SANTOS
Secretária Interina Adjunta de Gestão de Pessoas M
M

Ciente, em/ /.....

OFICIO_DE_CONVOCACAO_071_2022_LUCIMAR_DE_BAIROS_PEDROSO

Publicação Nº 3651269

São Miguel do Oeste SC, 1º de março de 2022.

OF. Nº 071/2022– SAGP-DDP-SME

A(o) Senhor(a)
LUCIMAR DE BAIROS PEDROSO

Prezado (a) Senhor (a),

A SECRETÁRIA INTERINA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir a função de Auxiliar de Creche, 40h semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 003/2021 de 23 de junho de 2021, cujo resultado foi homologado em 24 de setembro de 2021 e alterado pelo Decreto Municipal nº 9.708 de 24 de novembro de 2021.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/processos-seletivos/195/ps-0032021>, Processo Seletivo Edital nº 003/2021, importará em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)
ELIZETE XAVIER DOS SANTOS
Secretária Interina Adjunta de Gestão de Pessoas

3

Ciente, em/ /.....

OFICIO_DE_CONVOCAAO_072_2022_CLAUDIANE_DE_FATIMA_DOS_SANTOS

Publicação Nº 3651271

São Miguel do Oeste SC, 1º de março de 2022.

OF. Nº 072/2022– SAGP-DDP-SME

A(o) Senhor(a)

CLAUDIANE DE FATIMA DOS SANTOS

Prezado (a) Senhor (a),

A SECRETÁRIA INTERINA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir a função de Professor de Educação Especial, 20h semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 003/2021 de 23 de junho de 2021, cujo resultado foi homologado em 24 de setembro de 2021 e alterado pelo Decreto Municipal nº 9.708 de 24 de novembro de 2021.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/processos-seletivos/195/ps-0032021>, Processo Seletivo Edital nº 003/2021, importará em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)

ELIZETE XAVIER DOS SANTOS

Secretária Interina Adjunta de Gestão de Pessoas

3

Ciente, em/ /.....

OFICIO_DE_CONVOCAAO_073_2022_ARIANE_DEVICARI

Publicação Nº 3651273

São Miguel do Oeste SC, 1º de março de 2022.

OF. Nº 073/2022– SAGP-DDP-SME

A(o) Senhor(a)

ARIANE DEVICARI

Prezado (a) Senhor (a),

A SECRETÁRIA INTERINA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir a função de Professor de Educação Especial, 20h semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 003/2021 de 23 de junho de 2021, cujo resultado foi homologado em 24 de setembro de 2021 e alterado pelo Decreto Municipal nº 9.708 de 24 de novembro de 2021.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/processos-seletivos/195/ps-0032021>, Processo Seletivo Edital nº 003/2021, importará em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)

ELIZETE XAVIER DOS SANTOS

Secretária Interina Adjunta de Gestão de Pessoas

3

Ciente, em/ /.....

OFICIO_DE_CONVOCACAO_074_2022_TEREZINHA_APARECIDA_DE_SOUZA_KISSMANN

Publicação Nº 3651831

São Miguel do Oeste SC, 1º de março de 2022.
OF. Nº 074/2022– SAGP-DDP-SME
A(o) Senhor(a)
TEREZINHA APARECIDA DE SOUZA KISSMANN

Prezado (a) Senhor (a),

A SECRETÁRIA INTERINA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, constantes no art. 72, da Lei Orgânica Municipal; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir a função de Professor de Educação Especial, 20h semanais, aprovado no Processo Seletivo nº 003/2021 de 23 de junho de 2021, cujo resultado foi homologado em 24 de setembro de 2021 e alterado pelo Decreto Municipal nº 9.708 de 24 de novembro de 2021.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/processos-seletivos/195/ps-0032021>, Processo Seletivo Edital nº 003/2021, importará em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)

ELIZETE XAVIER DOS SANTOS

Secretária Interina Adjunta de Gestão de Pessoas

3

Ciente, em/ /.....

PORT_0433_MARIA_ISABEL_DIAS_DAMIAN

Publicação Nº 3651824

PORTARIA SAGP/DDP Nº 0433/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;
CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora Tatiane Debona;

CONSIDERANDO o memorando 9.625/2022, da Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Maria Isabel Dias Damian, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto a Unidade Escolar CEI Sonho Infantil da Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do § 1º do art. 24 da LCM 009/2012 a posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do Art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 1º de março de 2022.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORT_0434_DAIANA_PAULA_WISNIEWSKI_BASEGGIO

Publicação Nº 3651828

PORTARIA SAGP/DDP Nº 0434/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora Margarete Wommer Schraegle;

CONSIDERANDO o memorando 45.843/2021, da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a perda do efeito do ato de provimento da candidata Aline Zanini Lavandoski (Portaria SAGP/DDP Nº 0433/2022) nos termos do art. 22, § 3º, da Lei Complementar 9/2012.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Daiana Paula Wisniewski Baseggio, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto a Unidade Escolar CEI Criança Cidadã da Secretaria Municipal de Educação, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 008/2019, homologado em 14 de novembro de 2019, com vencimento referente ao Cargo.

Art. 2º A posse dar-se-á nos termos do § 1º do art. 24 da LCM 009/2012 a posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado.

Art. 3º Nos termos do Art. 25 da LCM 009/2012 a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além da apresentação de outros documentos necessários ao ingresso no serviço público municipal, não exigidos por ocasião da inscrição.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 1º de março de 2022.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA_094_REGULAMENTA_O_REGIME_DE_SOBREAVISO_NO_AMBITO_DA_SECRETARIA_MUNICIPAL_DE_SAUDE

Publicação Nº 3650910

PORTARIA Nº 094/2022

DISPÕE SOBRE O REGIME DE SOBREAVISO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (EPIDEMIOLOGIA/SALA DE VACINAS) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso V, do art. 1º do Decreto nº 8.803, de 03 de janeiro de 2017, e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 6.837 de 12 de novembro de 2013, que dispõe sobre o regime de plantão e de sobreaviso aplicáveis aos servidores públicos que trabalham no Aeródromo e na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o regime de sobreaviso do setor de epidemiologia e da sala de vacinas da Secretaria de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Fica regulamentado o regime de sobreaviso previsto na Lei nº 6837/2013 para os setores de epidemiologia e da sala de vacinas da Secretaria de Saúde para as atividades inerentes às notificações de vigilância epidemiológica, com o fim de responder as emergências ou eventos de saúde pública.

Art. 2º Entende-se por sobreaviso o período em que o servidor fica à disposição do Município, fora do local e horário de trabalho regular e durante os finais de semana, aguardando a convocação para o serviço.

Art. 3º As escalas serão organizadas mensalmente pelos servidores que integram a equipe de sobreaviso, observado o sistema de rodízio e limitado ao período máximo de 10 (dez) dias mensais, ou 120 (cento e vinte) horas, devendo serem publicadas por meio de circular para toda a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, rede hospitalar e gerência de saúde, para conhecimento geral e certificação do pagamento.

§1º Entende-se por sistema de rodízio a participação na Escala de Sobreaviso, dentro do possível, de todos os servidores que tenham capacidade técnica para realizar as atividades exigidas.

Art. 4º As horas cumpridas pelo servidor em regime de sobreaviso serão computadas e remuneradas da seguinte forma:

§1º O regime de sobreaviso será remunerado em 1/3 do valor da hora normal de trabalho.

§2º A realização do pagamento dar-se-á somente após a apresentação de relatório com comprovação do efetivo exercício, por meio do registro do ponto ou outras formas comprobatórias.

§3º Não será devido o pagamento de adicional noturno durante o período de sobreaviso.

Art. 5º O servidor que estiver em escala de sobreaviso, quando convocado para comparecer ao local de trabalho e não o fizer, perderá o direito a percepção do sobreaviso inerente a escala deste dia, ficando vedada a inclusão em novas escalas pelo período de 06 (seis) meses.

Art. 6º O servidor que estiver em regime de sobreaviso deverá atender prontamente a convocação, não praticando atividades que o impeçam de comparecer imediatamente ao serviço.

§1º Durante o regime de sobreaviso, o servidor não poderá afastar-se da sede do Município.

§2º A inobservância injustificada do disposto no caput configura descumprimento de dever funcional e sujeitará o servidor às penalidades disciplinares previstas em Lei.

§3º O tempo máximo de espera entre o chamado do servidor e sua efetiva apresentação ao local de trabalho será de 30 (trinta) minutos.

§4º Na impossibilidade de o servidor realizar a escala a qual fora nomeado, este deverá comunicar a chefia imediata com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para a devida substituição.

Art. 7º O pagamento de sobreaviso de forma indevida implicará no ressarcimento aos cofres públicos por parte do agente autorizador, além das infrações administrativas.

Art. 8º Os requisitos e atividades a serem desempenhadas/observadas no sobreaviso são:

I - Ter capacidade técnica comprovada para responder por todas as áreas da vigilância epidemiológica, relativas aos agravos ou doenças, além de eventos de saúde pública, surtos, epidemias e situações inusitadas ou emergenciais;

II - Ter capacidade técnica comprovada para realizar a investigação de doenças de notificações compulsórias, surtos e/ou situações inusitadas, bloqueios, quimioprofilaxia, controle de contatos, busca ativa de casos e indicação de imunobiológicos;

III - Ter capacidade técnica comprovada para realizar a notificação, verificação e resposta oportuna aos eventos de saúde pública até 24 (vinte e quatro) horas, conforme legislação vigente.

IV - Possuir curso básico de Vigilância Epidemiológica;

V- Realizar conferência da temperatura da rede de frios aos finais de semana.

§1º Em caso de dúvidas ou necessidade de insumos que não estiverem disponíveis na Rede Municipal no momento do acionamento, entrar em contato com a UDVE (Unidade Descentralizada de Vigilância Epidemiológica) da Gerência regional de Saúde do Estado.

§2º A distribuição de insumos deverá ser realizada pelo profissional de sobreaviso e, em não havendo insumo disponível, o servidor deverá entrar em contato com a UDVE para retirar e realizar o término do processo.

Art. 9º Fica vedado o pagamento de sobreaviso aos servidores que exerçam cargos de provimento em comissão.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da Lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 28 de fevereiro de 2022.

[assinado digitalmente]
DAIANA SARA SIRTOLI
Secretária Municipal de Saúde

[assinado digitalmente]
Luísa Cassol
Advogada Assessora

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 43/2022 PREFEITURA

Publicação Nº 3650880

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C46568D88BD960386D34E0C079CAA744A0AED174

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2022

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir da Secretária Adjunta de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR LOTE.

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de materiais para manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças e execução do plano de manutenção, operação e controle (PMOC) do sistema de climatização das Secretarias e Entidades do Município de São Miguel do Oeste/ SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital. Cadastro das propostas: Às 08h do dia 04 de março até às 13h45min do dia 16 de março de 2022.

Abertura da sessão pública: Às 14h do dia 16 de março de 2022.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 01º de março de 2022.

THAÍS JALINE SIPPert COSTA

Secretária Adjunta de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2022 - PREFEITURA

Publicação Nº 3651142

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A849375EC527111A79907C1AE469B8BD7998ACF6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2022
CONCORRÊNCIA Nº 04/2022

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA E.M.E.I.E.F. AURÉLIO PEDRO VICARI, LOCALIZADA NO BAIRRO PROGRESSO, NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, PROJETOS E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 04 de abril de 2022.

Abertura: Às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 3631 2006 e o edital consta na íntegra no site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 01º de março de 2022.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2022 - PREFEITURA

Publicação Nº 3650828

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A180566076D792CFE74942A77E72F1C5B7CC7A07

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2022

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEI TIO PATINHAS, LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO JORGE, NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, PROJETOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 25 de março de 2022.

Abertura: Às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006 e o edital consta na íntegra no site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 01º de março de 2022.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

RESULTADO_FINAL_DA_PROVA_PRATICA_APOS_PRAZO_DE_RECursos

Publicação Nº 3650897

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2021

O Prefeito do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, Sr. WILSON TREVISAN, no uso de suas atribuições legais, Torna Público, aos interessados, o RESULTADO FINAL DA PROVA PRÁTICA (após prazo de recursos), dos candidatos homologados para o cargo de Motorista (CNH C, D ou E) referente ao Edital de Processo Seletivo nº 004/2021, conforme segue:

MOTORISTA – (CNH C, D OU E)				
Nº	Insc.	Candidato	Nota Prova Prática	Situação
1	17	Rodrigo Pedroso De Oliveira	4,90	Classificado
2	26	Rafael Borla	4,80	Classificado
3	110	Idesio Demarck	4,70	Classificado
4	27	Ronaldo Souza Chagas	4,60	Classificado
5	123	Maicon Joel Mosená	4,60	Classificado
6	127	Ricardo Lauri Rost	4,50	Classificado
7	128	Dejanir Ribeiro Da Silva	4,40	Classificado
8	30	Edivaldo Marinho De Melo Júnior	-	Desclassificado
9	65	Roni Scheibler	-	Desclassificado
10	142	Sebastião Dilceu Pereira Dias	-	Desclassificado
11	152	Márcio Antônio Antonioli Variza	-	Desclassificado
12	162	Cassiano Luiz Marchetti Foppa	-	Desclassificado
13	194	Álvaro Klein	-	Desclassificado
14	76	Cristiano Jose Helfensteller	Faltante	Desclassificado
15	78	Moacir Lang	Faltante	Desclassificado
16	86	Jose Paulo Medeiros	Faltante	Desclassificado
17	101	Junior Alex Klein	Faltante	Desclassificado
18	125	Jaison Thomas De Oliveira	Faltante	Desclassificado
19	130	Leloir Meurer	Faltante	Desclassificado
20	160	Moacir Luiz Falavigna	Faltante	Desclassificado
21	182	Valmir Do Amaral	Faltante	Desclassificado
22	193	Adenilson Jose Tiepo	Faltante	Desclassificado

Para os cargo de Motorista (CNH C, D ou E) e Operador de Máquinas (CNH C, D ou E) somente serão considerados classificados os candidatos que obtiveram nota mínima de 1,00 (um ponto) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três pontos), na Prova Prática, conforme determinado em edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 25 de fevereiro de 2022.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 100/2022

Publicação Nº 3651477

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 100/2022

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO JOSÉ KRETZER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 853.820.949-34, residente e domiciliado a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 62, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita BRUNA FREDERICO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 068.354.279-65, residente e domiciliada a Rua Beja, Quadra 49, Lt 29, s/nº – Forquilhas, São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2021, e Lei Complementar nº 121/2017, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM - PNAISP, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/03/2022, findando no dia 30/12/2022, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

LUCIANO JOSÉ KRETZER

Prefeito Municipal e.e.

BRUNA FREDERICO

CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATO N.º 101/2022

Publicação Nº 3651481

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 101/2022

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO JOSÉ KRETZER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 853.820.949-34, residente e domiciliado a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 62, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita JULIANA NARDI FELICIANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 007.838.759-08, residente e domiciliada a Rua Vidalina Cunha Reitz, s/nº – Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL

INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2021, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

- 1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.
- 1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

- 3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.
- 3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/03/2022, até a data do retorno da servidora titular Maria Luzia Kons Rios, que se encontra afastada de licença para tratamento de saúde, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação. Caso não haja o retorno até a data de 22/12/2022, fica esta data sendo como término do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

- 5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:
- 5.1.1- Acordo entre as partes;
- 5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
- 5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
- 5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
- 5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
- 5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:
- 5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);
- 5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
- 5.2.2.1- Ato de improbidade;
- 5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
- 5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
- 5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- 5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
- 5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
- 5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
- 5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
- 5.2.2.9- Abandono de emprego;
- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

- 6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
- 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
- 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

LUCIANO JOSÉ KRETZER

Prefeito Municipal e.e.

JULIANA NARDI FELICIANO

CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATO N.º 102/2022

Publicação Nº 3651484

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 102/2022

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO JOSÉ KRETZER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 853.820.949-34, residente e domiciliado a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 62, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora DEIZE REGINA NASCIMENTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 033.502.546-32, residente a Rua Jacob Antônio Pereira, nº. 7971, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2021, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/03/2022, findando no dia 22/12/2022, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:**5.1.1- Acordo entre as partes;****5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:****5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;****5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;****5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;****5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:****5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);****5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:****5.2.2.1- Ato de improbidade;****5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;****5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;****5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;****5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;****5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;****5.2.2.7- Violação de segredo funcional;****5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;****5.2.2.9- Abandono de emprego;****5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;****5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;****5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;****5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.****5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.****CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA****6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.****CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO****7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.****CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO****8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.****8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:****8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;****8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.****8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.****CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO****9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.****CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO****10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.****CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:****11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.****Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.****São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.****MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC****LUCIANO JOSÉ KRETZER****Prefeito Municipal e.e****DEIZE REGINA NASCIMENTO****CONTRATADA****Testemunhas:**

CONTRATO N.º 103/2022

Publicação Nº 3651486

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 103/2022

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO JOSÉ KRETZER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 853.820.949-34, residente e domiciliado a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 62, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora ELISSANDRA TEIXEIRA JUNCKES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 907.700.649-49, residente a Rua Geral Santa Filomena, s/nº, Santa Filomena– São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2021, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/03/2022, findando no dia 22/12/2022, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

LUCIANO JOSÉ KRETZER

Prefeito Municipal e.e.

ELISSANDRA TEIXEIRA JUNCES

CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATO N.º 104/2022

Publicação N° 3651489

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 104/2022

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO JOSÉ KRETZER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 853.820.949-34, residente e domiciliado a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 62, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor PAULO ROBERTO ANTUNES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 750.127.409-63, residente a Rua João Pedro Hames, nº 847, Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2021, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/03/2022, findando no dia 30/12/2022, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e.

PAULO ROBERTO ANTUNES
CONTRATADO
Testemunhas:

CONTRATO N.º 105/2022

Publicação Nº 3651492

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 105/2022

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO JOSÉ KRETZER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 853.820.949-34, residente e domiciliado a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 62, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora AMARILDA ILMA SOUZA, brasileira, Viúva, inscrita no CPF sob nº 678.301.109-72, residente e domiciliada a Rua João Adelino Ventura, nº. 50, Colônia Santana – São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2021, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

- 1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.
- 1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA AUXILIAR DE SALA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

- 3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.
- 3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/03/2022, até a data do retorno da servidora titular Maria Luiza Coelho Schutz para o seu cargo de origem, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação. Caso não haja o retorno até a data de 22/12/2022, fica esta data sendo como término do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

- 5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:
- 5.1.1- Acordo entre as partes;
- 5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
- 5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
- 5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
- 5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
- 5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

- 5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);
- 5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
- 5.2.2.1- Ato de improbidade;
- 5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
- 5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
- 5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- 5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
- 5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
- 5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
- 5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
- 5.2.2.9- Abandono de emprego;
- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
- 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
- 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e

AMARILDA ILMA SOUZA
CONTRATADA
Testemunhas:

CONTRATO N.º 106/2022

Publicação Nº 3651494

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 106/2022

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO JOSÉ KRETZER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 853.820.949-34, residente e domiciliado a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 62, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora ADRIANA SOUZA PEREIRA COELHO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 785.132.009-72, residente e domiciliada a Rua Altamiro de Lima Eufrazio, nº 90 – Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2021, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/03/2022, até a data do término da readaptação da servidora titular Andreia Aparecida André, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação. Caso não haja o retorno até a data de 22/12/2022, fica esta data sendo como término do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

LUCIANO JOSÉ KRETZER

Prefeito Municipal e.e.

ADRIANA SOUZA PEREIRA COELHO

CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATO N.º 107/2022

Publicação Nº 3651496

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 107/2022

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO JOSÉ KRETZER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 853.820.949-34, residente e domiciliado a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 62, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora LARICE PATRICIA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 040.296.179-05, residente a Rua Ambrósio Kuhn, nº. 444, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2021, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/03/2022, findando no dia 22/12/2022, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e.

LARICE PATRICIA DE ALMEIDA
CONTRATADA
Testemunhas:

CONTRATO N.º 108/2022

Publicação Nº 3651499

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 108/2022

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO JOSÉ KRETZER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 853.820.949-34, residente e domiciliado a Rua Antônio Paulino da Silva, nº 62, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita KELLY DE BORBA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 093.748.789-92, residente a Rua Bertolino Manoel Dutra, nº. 144, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2021, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

- 1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.
- 1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

- 3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.
- 3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/03/2022, findando no dia 22/12/2022, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

- 5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:
- 5.1.1- Acordo entre as partes;
- 5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
- 5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
- 5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
- 5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
- 5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

- 5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);
- 5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
- 5.2.2.1- Ato de improbidade;
- 5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
- 5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
- 5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- 5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
- 5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
- 5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
- 5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
- 5.2.2.9- Abandono de emprego;
- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

LUCIANO JOSÉ KRETZER

Prefeito Municipal e.e.

KELLY DE BORBA

CONTRATADA

Testemunhas:

PORTARIA N. 239/2022

Publicação Nº 3651502

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n. 239/2022

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA, ocupante do cargo de Professora III, lotada na Secretaria da Educação, Cultura e Desporto.

LUCIANO JOSÉ KRETZER, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar da data de 15/02/2022, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15/02/2022.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2022.

PORTARIA N.º 240/2022

Publicação Nº 3651504

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 240/2022

Nomeia BRUNA FREDERICO para o cargo de Técnico de Enfermagem - PNAISP.

LUCIANO JOSÉ KRETZER Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear BRUNA FREDERICO para o cargo de Técnico de Enfermagem - PNAISP, contrato de trabalho nº. 100/2022.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em ____/____/2022.

PORTARIA N.º 241/2022

Publicação Nº 3651506

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 241/2022

Nomeia JULIANA NARDI FELICIANO para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

LUCIANO JOSÉ KRETZER Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear JULIANA NARDI FELICIANO para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 101/2022.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em ____/____/2022.

PORTARIA N.º 242/2022

Publicação Nº 3651507

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 242/2022

Admite em Caráter Temporário DEIZE REGINA NASCIMENTO para o cargo de Professora II.

LUCIANO JOSÉ KRETZER Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, DEIZE REGINA NASCIMENTO para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 102/2022.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em ____/____/2022.

PORTARIA N.º 243/2022

Publicação Nº 3651508

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 243/2022

Nomeia ELISSANDRA TEIXEIRA JUNCES para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

LUCIANO JOSÉ KRETZER, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear ELISSANDRA TEIXEIRA JUNCES para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 103/2022.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em ____/____/2022.

PORTARIA N.º 244/2022

Publicação Nº 3651509

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 244/2022

Nomeia PAULO ROBERTO ANTUNES para o cargo de Trabalhador Braçal.

LUCIANO JOSÉ KRETZER, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear PAULO ROBERTO ANTUNES para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 104/2022.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em ____/____/2022.

PORTARIA N.º 245/2022

Publicação Nº 3651510

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 245/2022

Admite em Caráter Temporário AMARILDA ILMA SOUZA para o cargo de Professora Auxiliar de Sala.

LUCIANO JOSÉ KRETZER Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, AMARILDA ILMA SOUZA para o cargo de Professora Auxiliar de

Sala, contrato de trabalho nº. 105/2022.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em ____/____/2022.

PORTARIA N.º 246/2022

Publicação Nº 3651512

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 246/2022

Nomeia ADRIANA SOUZA PEREIRA COELHO para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

LUCIANO JOSÉ KRETZER Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear ADRIANA SOUZA PEREIRA COELHO para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 106/2022.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em ____/____/2022.

PORTARIA N.º 247/2022

Publicação Nº 3651513

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 247/2022

Nomeia LARICE PATRICIA DE ALMEIDA para o cargo de Professora II.

LUCIANO JOSÉ KRETZER Prefeito Municipal e.e.de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear LARICE PATRICIA DE ALMEIDA para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 107/2022.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em ____/____/2022.

PORTARIA N.º 248/2022

Publicação Nº 3651515

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 248/2022

Admite em Caráter Temporário KELLY DE BORBA para o cargo de Professora II.

LUCIANO JOSÉ KRETZER Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, KELLY DE BORBA para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 108/2022.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em ____/____/2022.

PORTARIA N.º 249/2022

Publicação Nº 3651516

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 249/2022

Exonera RODRIGO PLATEN do cargo de Professor II Horista

LUCIANO JOSÉ KRETZER Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido do servidor, RODRIGO PLATEN do cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 096/2022.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de março de 2022.

LUCIANO JOSÉ KRETZER
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em ____/____/2022.

TERMO DE POSSE DA CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA – SC

Publicação Nº 3651473

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 – Centro 88125-000
Fone (48) 3277-0122 – administracao@pmspa.sc.gov.br

**TERMO DE POSSE DA CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA – SC
GESTÃO 2021-2024**

No primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte dois, às 08:00 horas, no Gabinete do Prefeito do Município de São Pedro de Alcântara, foi dada posse, pelo Prefeito Municipal e.e. Sr. LUCIANO JOSÉ KRETZER, e de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990, Resolução nº 170/2014 do CONANDA e Lei Municipal nº 794/2013, a Conselheira Tutelar Suplente do Município de São Pedro de Alcântara/SC, eleita no dia 01 (primeiro) de setembro do ano de dois mil e vinte um em processo de escolha suplementar, conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para um mandato que vigorará até Janeiro de 2024. Após as devidas formalidades prestou o seguinte compromisso:

" Eu, Conselheira Tutelar do Município de São Pedro de Alcântara, eleita para a gestão 2021-2024, comprometo a defender, cumprir e zelar, no âmbito e minha competência, os Direitos das Crianças e Adolescentes, em estrita obediência nos princípios orientadores e garantias dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que privilegia a Proteção às Crianças e aos Adolescentes"

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e.e. e pela empossada.

São Pedro de Alcântara, SC, 01 de março de 2022.

LUCIANO JOSÉ KRETZER VERA LUCIA FURLAN
Prefeito Municipal e.e. Conselheira Tutelar Suplente

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2021-SEMEC/PMS

Publicação N° 3651037

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2021-SEMEC/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr. (a) JULIANA CAVALLARI GRITTEN NASCIMENTO, inscrito (a) no CPF sob n°. 072.822.809-24, aprovado (a) em 1º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2021-SEMEC/PMS, para o cargo de PROFESSOR C – SUBÁREA EDUCAÇÃO FÍSICA – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 20H para assumir o respectivo cargo.

O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 3 de março de 2022, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.3 e 15.4.

Schroeder, 1º de março de 2022.

Felipe Voigt
Prefeito Municipal

Armelinda Walz Schmitt
Secretária de Educação e Cultura

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2021-SEMEC/PMS

Publicação N° 3651035

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2021-SEMEC/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o (a) Sr. (a) CARLA ADRIANA DE JULI CRISTALDO KNOP, inscrito (a) no CPF sob n°. 905.351.110-53, aprovado (a) em 2º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2021-SEMEC/PMS, para o cargo de PROFESSOR C – ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS) – 40H para assumir o respectivo cargo. O (a) convocado (a) deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 16h30 do dia 3 de março de 2022, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, conforme preveem os itens 15.3 e 15.4.

Schroeder, 1º de março de 2022.

Felipe Voigt
Prefeito Municipal

Armelinda Walz Schmitt
Secretária de Educação e Cultura

DECRETO N° 5.821/2022 DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação N° 3651041

DECRETO N° 5.821/2022 DE 1º DE MARÇO DE 2022

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REGIDO PELA LEI N.º 1.764/2009.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Legislação Municipal n° 1.764/2009, que vem estabelecer regras para a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório do Município de Schroeder.

Considerando que o servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Considerando o transcurso do prazo do estágio probatório.

Considerando que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria n°. 8.879/2021 de 13 de abril de 2021.

Considerando as Atas nº 202 e nº 206, apresentada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, que vem emitir parecer final para os servidores, a fim de homologar a sua confirmação no cargo a que foram nomeados.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado conclusivo dos servidores que passaram pelo período do estágio probatório e obtiveram a aprovação ao cargo que foram nomeados, conforme Atas nº 202/2021 e nº 206/2022 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, conforme segue abaixo:

§ Maria Catarina Ferreira dos Santos
§ Debora Kistenmacher Pott

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicado por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

DECRETO Nº 5.822/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651075

DECRETO Nº 5.822/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE AUXILIARES DE SALA, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria de Educação e Cultura, por meio do ofício nº 050/2022 – SEMEC, datado de 25 de fevereiro de 2022, para a contratação de 12 (doze) profissionais Auxiliares de Sala para atuar na rede municipal de ensino.

Considerando que no Processo Seletivo nº 001/2021 – SEMEC/PMS todos os classificados para a referida vaga já foram convocados;

Considerando que a referida Secretaria já foi orientada a proceder com os ditames para realização de novo processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACT's e concurso público para suprir possíveis demandas nas áreas da Educação e Cultura;

Considerando que os profissionais da Educação do Município são indispensáveis para o bom andamento dos trabalhos e o atendimento aos alunos conforme Lei Federal 9394/96 e art. 6º da Constituição Federal de 1988, que inscreve a Educação como um direito pético e inalienável;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 12 (doze) profissionais Auxiliares de Sala, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicado por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 21/2022–PMS

Publicação Nº 3651165

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Termo de Credenciamento nº. 21/2022–PMS
Edital de Chamada Publica nº. 02/2021 – PMS - Processo nº. 173/2021-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.658.136/0001-81, estabelecida na Rua Guilherme Weege, nº.202, sala 511 Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-610.

Objeto: Credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Esporte Lazer e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

Valor: R\$ R\$ 31,00 (trinta e cinco reais), por inserção de 30 segundos em horário rotativo entre 7h e 22h30min.
Data da Assinatura: 01/03/2022

Felipe Voigt
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 22/2022–PMS

Publicação Nº 3651174

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Termo de Credenciamento nº. 22/2022–PMS
Edital de Chamada Publica nº. 02/2021 – PMS - Processo nº. 173/2021-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: RÁDIO JARAGUÁ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.432.897/0001-12, estabelecida na Rua Guilherme Weege, nº.202, sala 512 Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-610.

Objeto: Credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Esporte Lazer e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

Valor: R\$ R\$ 31,00 (trinta e cinco reais), por inserção de 30 segundos em horário rotativo entre 7h e 22h30min.
Data da Assinatura: 01/03/2022

Felipe Voigt
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 23/2022–PMS

Publicação Nº 3651211

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Termo de Credenciamento nº. 23/2022–PMS
Edital de Chamada Publica nº. 02/2021 – PMS - Processo nº. 173/2021-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: CPR COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.469.298/0001-34, estabelecida na Rua Guilherme Weege, nº.202, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-610.

Objeto: Credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Esporte Lazer e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

Valor: R\$ R\$ 31,00 (trinta e cinco reais), por inserção de 30 segundos em horário rotativo entre 7h e 22h30min.
Data da Assinatura: 01/03/2022

Felipe Voigt
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 24/2022–PMS

Publicação Nº 3651256

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Termo de Credenciamento nº. 24/2022–PMS
Edital de Chamada Publica nº. 02/2021 – PMS - Processo nº. 173/2021-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: RÁDIO BRASIL NOVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.873.204/0001-97, estabelecida na Rua Olívio Domingos Brugnago, nº. 181, Bairro Vila Nova, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.259-260.

Objeto: Credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Esporte Lazer e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

Valor: R\$ R\$ 31,00 (trinta e cinco reais), por inserção de 30 segundos em horário rotativo entre 7h e 22h30min.
Data da Assinatura: 01/03/2022

Felipe Voigt
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.574, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651077

LEI Nº 2.574, DE 1º DE MARÇO DE 2022

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.329/2017, QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JARAGUÁ DO SUL COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, fazer saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º, 2º e 4º do artigo 1º da Lei Municipal nº 2.329/2017, passando a conter a seguinte redação:

Art. 1º [...]

§ 1º Para a execução do Termo de Colaboração que trata o caput deste artigo, o Município de Schroeder repassará à entidade o valor global de até R\$ 368.326,30 (trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e vinte e seis reais e trinta centavos).

§ 2º O repasse será efetivado no exercício financeiro de 2022, de acordo com o plano de aplicação apresentado pela entidade, que poderá ser alterado em comum acordo entre as partes, devendo ser consideradas eventuais parcelas já adimplidas no exercício financeiro em questão, oriundas de termos de colaboração anteriormente firmados.

[...]

§ 4º A vigência do Termo de Colaboração dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado nos moldes da Lei Federal nº13.019/2014 e suas alterações.

[...]

Art. 2º As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17 de junho de 2008.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal
Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

LEI Nº 2.575, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651079

LEI Nº 2.575, DE 1º DE MARÇO DE 2022

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.330/2017, QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO COM O CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER NOS MOLDES DA LEI FEDERAL Nº13.019/2014.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º, 2º e 4º do artigo 1º da Lei Municipal nº 2.329/2017, passando a conter a seguinte redação:

Art. 1º [...]

§ 1º Para a execução do Termo de Fomento que trata o caput deste artigo, o Município de Schroeder repassará à entidade o valor global de até R\$ 28.056,00 (vinte e oito mil e cinquenta e seis reais).

§ 2º O repasse será efetivado no exercício financeiro de 2022, de acordo com o plano de aplicação apresentado pela entidade, que poderá ser alterado em comum acordo entre as partes, devendo ser consideradas eventuais parcelas já adimplidas no exercício financeiro em questão, oriundas de termos de colaboração anteriormente firmados.

[...]

§ 4º A vigência do Termo de Fomento dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado nos moldes da Lei Federal

nº13.019/2014 e suas alterações.

[...]

Art. 2º As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17 de junho de 2008.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal
Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº 9.302/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651088

PORTARIA Nº 9.302/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto nº. 5.812/2022, de 14 de fevereiro de 2022, que autoriza a contratação emergencial de Professores B - Arte para atender a necessidade de especial interesse público, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Patricia Rosa para exercer o cargo de Professora B – Arte, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação e Cultura

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº 9.303/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651089

PORTARIA Nº 9.303/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 010/2022 – SEMEC datado em 26 de janeiro de 2022;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2021-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 5.642/2021, de 09/08/2021, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Carla Fernanda Costa Cardonetti Lima, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial nº 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2021-SEMEC/PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação e Cultura

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº 9.308/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651095

PORTARIA Nº 9.308/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 028/2022/SEMEC, datado em 10 de fevereiro de 2022;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2021-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 5.642/2021, de 09/08/2021, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Karim Kamada para exercer o cargo de Professora C – Educação Física percebendo o nível salarial C-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação e Cultura

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº 9.310/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651100

PORTARIA Nº 9.310/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 010/2022 – SEMEC datado em 26 de janeiro de 2022;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2021-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 5.642/2021, de 09/08/2021, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Regieli Rodrigues Pereira de Avila, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial nº 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2021-SEMEC/PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação e Cultura

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº 9.311/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651103

PORTARIA Nº 9.311/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria da Educação através do Ofício nº. 026/2022 – SEMEC datado em 9 de fevereiro de 2022;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2021-SEMEC/PMS;

Considerando o Decreto nº. 5.642/2021, de 09/08/2021, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Gilcione Veiber de Almeida Lima para exercer o cargo de Professora A, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação e Cultura

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº 9.312/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651294

PORTARIA Nº 9.312/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir desta data o servidor, Sr. Rubens Fiedler, do cargo de Secretário de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2021.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº 9.315/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651298

PORTARIA Nº 9.315/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir desta data o servidor, Sr. Jean Carlos Walz, do cargo de Diretor Municipal de Defesa Civil, vinculado ao Gabinete do Prefeito

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2021.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº 9.317/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651302

PORTARIA Nº 9.317/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Sr. Jean Carlos Walz, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para responder pelas ações inerentes ao cargo de Diretor de Defesa Civil a partir desta data.

Art. 2º Pelo acúmulo dos cargos descritos no artigo anterior, o nomeado não fará jus ao acréscimo de seus vencimentos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17 de junho e 2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº. 9.304/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651090

PORTARIA Nº. 9.304/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria de Saúde através do Memorando nº. 17/2022 – SMS datado em 24 de janeiro de 2022;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2021 – ESF/SMS/PMS;

Considerando o Decreto nº. 5.678/2021, de 27/09/2021, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Rosecler de Rodettes de Mera para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, percebendo o nível salarial nº 005 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2021 – ESF/SMS/PMS – Emprego Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER
Secretária de Saúde

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº. 9.305/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651091

PORTARIA Nº. 9.305/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria de Educação e Cultura através do Protocolo nº. 513/2022, datado em 8 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a carga horária do servidor Sr. Julio Cesar Tiburski, no cargo de Professor B, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação e Cultura

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº. 9.306/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651093

PORTARIA Nº. 9.306/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado à Secretaria da Educação através do Protocolo nº. 735/2022, datado em 18 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a carga horária da servidora Sra. Marcia Kasmirski, no cargo de Psicóloga, de 40 (quarenta) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº. 9.307/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651094

PORTARIA Nº. 9.307/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado à Secretaria da Educação através do Memorando nº. 185/2022, datado em 22 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a carga horária da servidora Sra. Aneli Arlete de Souza, no cargo de Assessora de Assistência Social, de 40 (quarenta) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº. 9.309/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651098

PORTARIA Nº. 9.309/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir desta data, o Sr. Mauri dos Santos Flores para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Saúde, percebendo o nível salarial nº 001 - Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER
Secretária de Saúde

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº. 9.313/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651295

PORTARIA Nº. 9.313/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de demissão da servidora Sra. Gilcione Veiber de Almeida Lima, no cargo de Auxiliar de Sala na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação e Cultura

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº. 9.314/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651297

PORTARIA Nº. 9.314/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei

Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o pedido de demissão da servidora Sra. Rosecler de Rodettes de Mera, no cargo de Professora B, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de março de 2022.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT
Secretária de Educação e Cultura

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

PORTARIA Nº. 9.316/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Publicação Nº 3651299

PORTARIA Nº. 9.316/2022, DE 1º DE MARÇO DE 2022

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Jean Carlos Walz, para exercer o Cargo de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de março de 2021.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

TERMO ADITIVO Nº. A10/2022 – PMS

Publicação Nº 3651343

TERMO ADITIVO Nº. A10/2022 – PMS

17º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 47/2020– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 47/2020-PMS, celebrado em 03 de junho de 2020, Modalidade Tomada da Preço nº. 08/2020-PMS, Processo nº. 67/2020-PMS, tendo como objeto contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização

viária da pavimentação asfáltica da Estrada Bracinho – Trecho 01, EST. OPP 00 a EST. 93 + 0,00m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 1.860,00m e área total de 18.668,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, Contrato de Financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul -BRDE nº SC-45.505/2020-BNDES/AUT-TLP ST. PÚBLICO e em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.468/2020, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que está de acordo com o Art. 65, §1º. da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente a supressão de valor no total de R\$ 1.575,66 (um mil quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), conforme parecer da engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal em exercício, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, suprimindo o valor R\$ 1.575,66 (um mil quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e seis centavos),, passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 2.776.974,91 (dois milhões setecentos e setenta e seis mil novecentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 47/2020-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 01 de março de 2022.
CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
Maurício Vogelsanger
CPF sob o nº 638.924.309-00
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Felipe Voigt
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____	2ª _____
Nome: Daniela Samulescki	Nome: Valquiria Heidorn Eing
CPF nº. 053.350.739-18	CPF nº. 690.419.039-68

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº. 02/2021-PMS

Publicação Nº 3651260

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº. 02/2021-PMS

O Prefeito Municipal, Felipe Voigt, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Chamada Pública Nº.02/2021-PMS, PROCESSO Nº. 173/2021-PMS, em favor da empresa abaixo o objeto da licitação.

Credenciadas:

DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.658.136/0001-81, estabelecida na Rua Guilherme Weege, nº.202, sala 511 Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-610

RÁDIO JARAGUÁ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.432.897/0001-12, estabelecida na Rua Guilherme Weege, nº.202, sala 512 Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-610

CPR COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.469.298/0001-34, estabelecida na Rua Guilherme Weege, nº.202, Bairro Centro, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-610

RÁDIO BRASIL NOVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.873.204/0001-97, estabelecida na Rua Olivio Domingos Brugnago, nº. 181, Bairro

Vila Nova, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.259-260

Objeto:

Credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias FM, empresas permissoras a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Esporte Lazer e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC.

Valor do contrato: o valor a ser pago será de R\$ 31,00 (trinta e cinco reais), por inserção de 30 segundos em horário rotativo entre 7h e 22h30min.

Data da Assinatura: 01/03/2022 – Vigência: 31/12/2022

Felipe Voigt
Prefeito Municipal

ATA CHAMADA PÚBLICA 01_2022-PMS (SEQUÊNCIA 02)

Publicação Nº 3650795

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 1/2022 - OU
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 8/2022 Data do Processo: 25/01/2022

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 18/2022 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se após transcorrido o prazo determinado em ata anteriormente para a COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAÍ - COOPERFAVI apresentar a Certidão Simplificada atualizada e para a COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DE SCHROEDER - COOPER SCHROEDER apresentar a ata de posse da atual diretoria (eleição do presidente). Após análise dos documentos protocolados constatou-se que a COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAÍ - COOPERFAVI apresentou a documentação de acordo com o exigido e COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DE SCHROEDER - COOPER SCHROEDER apresentou Ata Registrada na JUCESC sob o nº. 20217576940 entretanto a mesma não é referente a eleição da diretoria e sim de eleição do Conselho Fiscal, no estatuto da referida cooperativa podemos observar as diferentes atribuições de cada conselho, no capítulo VII e seus artigos que traz as atribuições do Conselho de Administração e no capítulo VIII e seus artigos discorre sobre as atribuições do Conselho Fiscal. Sendo assim a COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DE SCHROEDER - COOPER SCHROEDER não apresentou a documentação de acordo com o exigido no edital resultando inabilitada. Nada mais havendo a tratar, abre-se prazo recursal de acordo com a lei 8666/93, não havendo interposição de recurso fica agendado para 10 de março de 2022 às 14h a abertura dos envelopes dos projetos, caso contrário será enviado ata com nova data. A presidente encerra a sessão

Schroeder, 1 de Março de 2022

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Presidente da Comissão de Licitação
Rafaela Susan Kienen	- - MEMBRO
Ivandra de Souza	- - MEMBRO
Valquiria Heidorn Eing	- - MEMBRO
Marlene Neumann	- - SECRETÁRIA
Tiago Rafael Muchalski Petry	- - MEMBRO SUPLENTE
Tânia Maria Zoz	- - MEMBRO SUPLENTE

ATA TOMADA DE PREÇOS 01_2022-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 3650835

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2022 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 18/2022 Data do Processo: 08/02/2022
Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 19/2022 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica Rua Germano Muller, extensão de 293,40m e área total de 2.934,75m², no Município de Schroeder/SC, de acordo com projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com Recurso de Transferência Especial oriunda da Portaria Nº535/SE

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas comerciais as empresas EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. e INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - JDV, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. e INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. cujos documentos foram rubricados pela presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. não apresentou CND estadual este documento é exigido no edital no item 8.1.2, sendo assim a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital resultando inabilitada. Constatando que a empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 09 de março de 2022, às 14h para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata às empresas participantes.

Schroeder, 1 de Março de 2022

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Presidente da Comissão de Licitação
Rafaela Susan Kienen	- - MEMBRO
Ivandra de Souza	- - MEMBRO
Valquiria Heidorn Eing	- - MEMBRO
Marlene Neumann	- - SECRETÁRIA
Eloir José Wendt	- - MEMBRO SUPLENTE
Fernanda Carolina Zen Zuqueto	- - MEMBRO SUPLENTE

DECRETO Nº 5.818/2022, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

Publicação Nº 3651039

DECRETO Nº 5.818/2022, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2022.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.553/2021 de 8 de novembro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS**03.01 - DIRETORIA DE FINANÇAS**

03.01.04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.40.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	R\$	25.000,00
3.3.90.35.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Servicos de Consultoria	R\$	10.000,00

07 - SECRETARIA MUN DE AGRIC IND COMÉRCIO**07.02 - DIRETORIA DE AGRICULTURA**

07.02.20.606.0005.2.036 - Manutenção do Setor de Agricultura

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R\$	50.000,00
---	-----	-----------

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS**03.01 - DIRETORIA DE FINANÇAS**

03.01.04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R\$	35.000,00
---	-----	-----------

07 - SECRETARIA MUN DE AGRIC IND COMÉRCIO**07.02 - DIRETORIA DE AGRICULTURA**

07.02.20.606.0005.2.036 - Manutenção do Setor de Agricultura

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo	R\$	20.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais	R\$	10.000,00

07 - SECRETARIA MUN DE AGRIC IND COMÉRCIO**07.02 - DIRETORIA DE AGRICULTURA**

07.02.20.606.0005.2.036 - Manutenção do Setor de Agricultura

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do
Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de Fevereiro de 2022.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TÂNIA MARIA ZOZ

Secretária Executiva

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO N 013/2022**

Publicação Nº 3652072

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2022 - DL
CNPJ: 83.539.676/0001-85 Avenida dos Imigrantes C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 13/2022 Data: 01/03/2022
Folha: 1/2	

Fornecedor: ASSOCIACAO EMPRESARIAL DE GUARAMIRIM ACIAG Endereço: RUA 28 DE AGOSTO , 890 Cidade: Guaramirim - SC CNPJ: 83.784.157/0001-82	Código: 630 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: CERTIFICADO DIGITAL A3 PF COM CARTÃO INTELIGENTE INSERIDO NESTE, NO MOMENTO DA CERTIFICAÇÃO.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
2	1,00	CERTIF DIG A3 PF 36 M INSERIDO COM MÍDIA (CHAVE PAREADA DO CERTIFICADO DIGITAL INSERIDO NO CARTÃO INTELIGENTE NO MOMENTO DA CERTIFICAÇÃO)	UN	309,90	309,90

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

- CERTIFICADO DIGITAL PARA O CARGO DE VEREADOR PRESIDENTE- CERTIFICADO E MÍDIA - (CERTIFICADO CRIPTOGRAFADO INSERIDO NA MÍDIA NO MOMENTO DA CERTIFICAÇÃO).
- QUANDO A CERTIFICADORA INSERE O CERTIFICADO DIGITAL NA MÍDIA (CARTÃO) NÃO HÁ RISCO DE PERDA DO CERTIFICADO DIGITAL.
- TODAVIA QUANDO ESTE PROCEDIMENTO É INCUMBIDO AO CLIENTE, PODERÁ HAVER A PERDA DO CERTIFICADO, HAJA VISTA QUE NO MOMENTO DA PARIDADE DE CHAVES HÁ POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIAS DE EVENTOS (QUEDA DE ENERGIA, INTERNET ETC.,) DE EFEITOS NEGATIVOS.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

- MENOR PREÇO GLOBAL E PROXIMIDADE COM A SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES. EMBORA HOUVE PROPOSTA COM VALOR MAIS BAIXO EM RELAÇÃO AO PRIMEIRO COLOCADO, O JULGAMENTO LEVOU EM CONTA O CUSTO DE DESLOCAMENTO ATÉ A CERTIFICADORA, RAZÃO PELA QUAL É MAIS VANTAJOSO PARA ESTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESCOLHER COMO VENCEDOR A "ACIAG", QUE FICA A 16 KM DA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER.

Schroeder, 1 de Março de 2022

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2022 - DL
CNPJ: 83.539.676/0001-85 Avenida dos Imigrantes		Processo Nr.: 13/2022 Data: 01/03/2022
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Folha: 2/2

01/03/2022

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 1 de Março de 2022

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Valor da Despesa:

309,90 (trezentos e nove reais e noventa centavos)

Pagamento.....:

APRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER

CNPJ: 83.539.676/0001-85
 Avenida dos Imigrantes
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 13/2022 - DL

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 13/2022
 Data do Processo: 01/03/2022

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente Da Comissão De Licitação, SÉRGIO ROHDEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 13/2022
 b) Licitação Nr.: 13/2022-DL
 c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
 d) Data Homologação: 01/03/2022
 e) Data da Adjudicação: 01/03/2022 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação CERTIFICADO DIGITAL A3 PF COM CARTÃO INTELIGENTE INSERIDO NESTE, NO MOMENTO DA CERTIFICAÇÃO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 000630 - ASSOCIACAO EMPRESARIAL DE GUARAMIRIM ACIAG	1	0,0000	309,90
	1		309,90

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.001.3.3.90.39.00.00.00.00 (12) Saldo: 33.835,56

Schroeder, 1 de Março de 2022.

 SÉRGIO ROHDEN
 PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 2414

Publicação Nº 3651537

DECRETO Nº 2.414, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Aprova Anexo Único para execução da Lei 1222, de 15 de dezembro de 2021, que autoriza o Poder Executivo a implantar o programa municipal de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose bovina e bubalina – PMCEBT e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 1222, de 15 de dezembro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Anexo Único – Ordem de Pagamento de Subsídio previsto no § 1º e seus incisos I, II e III do art. 3º da Lei 1222, de 15 de dezembro de 2021, que autoriza o Poder Executivo a implantar o programa municipal de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose bovina e bubalina – PMCEBT, que passa a fazer parte integrante ao presente Decreto.

Parágrafo único. Fica autorizado o lançamento para todos os agricultores habilitados com direito ao recebimento dos subsídios desde 1º de janeiro de 2022, início da vigência previsto no art. 10 da Lei especificada no caput deste artigo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 01 de março de 2022

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 01 de março de 2022

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2415

Publicação Nº 3651539

DECRETO Nº 2415, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

Altera disposições do Decreto nº 2342, de 26 de novembro de 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o a diminuição do número de pacientes com síndromes respiratórias;

Considerando a possibilidade de contenção da propagação da doença com base nas normas expedidas pelo Poder Executivo do Estado de Santa Catarina;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 3º do Decreto nº 2342, de 26 de novembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

....

Art. 3º Fica estabelecida a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual em todo o território municipal, em espaços públicos e privados fechados, incluindo transportes coletivos, e em espaço aberto onde não é possível manter o distanciamento, até que perdurar o estado de calamidade pública, exceto em ambiente domiciliar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Seara/SC, 01 de março de 2022.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 01 de março de 2022

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº051/2022

Publicação Nº 3651311

Processo Licitatório nº 051/2022– Inexigibilidade de Licitação nº. 012/2022.

Objeto: Prestação de serviços educacionais em educação infantil, para atendimento de crianças em creche.

Justificativa: O município contrata o Serviço Social da Indústria- SESI, para atendimento de alunos que a municipalidade não consegue atingir, pela peculiaridade e características da demanda de filhos dos trabalhadores da indústria, os quais laboram em expediente diverso do horário comercial. Por se tratar de única empresa que fornece tais serviços no município, é inexigível a licitação por inviabilidade de competição.

Fundamento Legal: lei n.º 8.666/93, art. 25, caput.

Fornecedor: Serviço Social da Indústria- SESI

Valor: R\$ 781.367,52

Prazo: 12 meses, podendo ser prorrogado.

Seara, SC, 25 de fevereiro de 2022.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2414 - ANEXO

Publicação Nº 3651538



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE - SMAMA.

ORDEM DE PAGAMENTO DE SUBSÍDIO AO PMCEBT					
ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 2.414/2022					
Fls. 1/3	Requerente		Número Ordem :		
	Nome:		CPF:		
	Residência:		CCIR:		
MÉDICO VETERINÁRIO RESPONSÁVEL PELOS EXAMES DO PMCEBT					
	Nome do MEV		CRMV/SC:		
	Endereço:		Município:		
	Processo Adm.:		Número:		
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DA ORDEM DE SUBSÍDIO PMCEBT					
Eu acima caracterizado e abaixo subscrito DECLARO que recebi ordem de recebimentos dos subsídios para o Programa Municipal de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PMCEBT abaixo discriminada nos termos do art. 3º seu § 1º e seus incisos I, II e III da Lei Municipal nº 2122, de 15 de dezembro de 2021, que autoriza implantar o PMCEBT.					
COMPROVANTE DO RECEBIMENTO NOS TERMOS DOS INCISOS I, II E III DO § 1º DO ART. 3º DA LEI 2122/2021					
Nº Exame	Data	Laboratório que Realizou o Exame	Espécie	Unidade	Qdade
			TCC - Tuberculose	Exame	-
			AAT - Brucelose	Exame	-
			Turb. - Bruc. TCC+AAT	Exame	-
DEMONSTRATIVO DOS AUXÍLIOS A RECEBER					
Espécie	Especificação dos Exames Realizados		Unidade	Qdade	Valor Subsídio
TCC	Teste Cervical Comparativo - TCC		Exame	-	-
AAT	Antígeno Acidificado Tamponado - AAT		Exame	-	-
TCC+AAT	Teste de Diag. para Tuberculose e Brucelose		Exame	-	-
Total dos Subsídios a Receber nos Termos do § 1º do art. 3º da Lei 2122/2021.....R\$					-
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA LEI					
Eu abaixo, subscrito, responsável pela presente DECLARO que o REQUERENTE supra relacionado está apto de receber os benefícios e atende o art. 7º e seus incisos, II, III, IV, da Lei Municipal nº 2122, de 15 de dezembro de 2021, que autoriza implantar o PMCEBT.					
Seara/SC, _____					
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AS NORMAS DO PMCEBT					
Eu, abaixo assinado DECLARO : a) Aceitar as normas estabelecidas na Lei nº da Lei 2122/2021; b) se ocorrer a necessidade de abate de animais que apresentarem resultado positivo de brucelose e tuberculose, isentando o Município de qualquer indenização (§ 2º. art. 3º Lei 2122/2021); c) que me responsabilizo integralmente pelas despesas com o abate dos animais positivos para brucelose e tuberculose, e o transporte dos animais infectados até o local do abate sanitário (§ 3º, art. 3º Lei 2122/2021); d) assumo integralmente eventuais custos com testes complementares para Brucelose e Tuberculose e) declaro ainda, sob pena do art. 299 do Código Penal, que efetivamente realizei os exames acima especificados assim como atenderei os dispositivos da Lei 2122/2021 - PMCEBT.					
Seara-SC, _____					
Produtor Rural					



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE - SMAMA.

ORDEM DE PAGAMENTO DE SUBSÍDIO AO PMCEBT ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 2.414/2022					
Fls. 2/3	Requerente		Número Ordem :		
	Nome:		CPF:		
	Residência:		CCIR:		
MÉDICO VETERINÁRIO RESPONSÁVEL PELO EXAMES DO PMCEBT					
	Nome do MEV		CRMV/SC:		
	Enderço:		Município		
	Processo Adm.:		Número:		
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DA ORDEM DE SUBSÍDIO PMCEBT					
<p>Eu acima caracterizado e abaixo subscrito DECLARO que recebi ordem de recebimentos dos subsídios para o Programa Municipal de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PMCEBT abaixo discriminada nos termos do art. 3º seu § 1º e seus incisos I, II e III da Lei Municipal 2122, de 15 de dezembro de 2021, que autoriza implantar o PMCEBT.</p>					
COMPROVANTE DO RECEBIMENTO DOS NOS TERMOS DO INCISOS I, II E III DO § 1º DO ART. 3º DA LEI 2122/2021					
Nº Exame	Data	Laboratório que Realizou o Exame	Espécie	Unidade	Qdade
			TCC - Tuberculose	Exame	-
			AAT - Brucelose	Exame	-
			Turb. - Bruc. TCC+AAT	Exame	-
DEMONSTRATIVO DOS AUXÍLIOS A RECEBER					
Espécie	Especificação dos Exames Realizados		Unidade	Qdade	Valor Subsídio
TCC	Teste Cervical Comparativo - TCC		Exame	-	-
AAT	Antígeno Acidificado Tamponado - AAT		Exame	-	-
TCC+AAT	Teste de Diag. para Tuberculose e Brucelose		Exame	-	-
Total dos Subsídios a Receber nos Termos do § 1º do art. 3º da Lei 2122/2021.....R\$					-
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA LEI					
<p>Eu abaixo, subscrito, responsável pela presente DECLARO que o REQUERENTE supra relacionado está apto de receber os benefícios e atende o art. 7º e seus incisos, II, III, IV, da Lei Municipal 2122, de 15 de dezembro de 2021, que autoriza implantar o PMCEBT.</p>					
Seara/SC,					
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AS NORMAS DO PMCEBT					
<p>Eu, abaixo assinado DECLARO: a) Aceitar as normas estabelecidas na Lei nº 2122/2021; b) se ocorrer a necessidade de abate de animais que apresentarem resultado positivo de brucelose e tuberculose, isentando o Município de qualquer indenização (§ 2º. art. 3º Lei 2122/2021); c) que me responsabilizo integralmente pelas despesas com o abate dos animais positivos para brucelose e tuberculose, e o transporte dos animais infectados até o local do abate sanitário (§ 3º, art. 3º Lei 2122/2021); d) assumo integralmente eventuais custos com testes complementares para Brucelose e Tuberculose e) declaro ainda, sob pena do art. 299 do Código Penal, que efetivamente realizei os exames acima especificados assim como atenderei os dispositivos da Lei 2122/2021 - PMCEBT.</p>					
Seara-SC,					
Produtor Rural					



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE - SMAMA.

ORDEM DE PAGAMENTO DE SUBSÍDIO AO PMCEBT					
ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 2.414/2022					
Fls. 3/3	Requerente		Número Ordem :		
	Nome:		CPF:		
	Residência:		CCIR:		
MÉDICO VETERINÁRIO RESPONSÁVEL PELO EXAMES DO PMCEBT					
	Nome do MEV		CRMV/SC:		
	Endereço:		Município		
	Processo Adm.:		Número:		
DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DA ORDEM DE SUBSÍDIO PMCEBT					
Eu acima caracterizado e abaixo subscrito DECLARO que recebi ordem de recebimentos dos subsídios para o Programa Municipal de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PMCEBT abaixo discriminada nos termos do art. 3º seu § 1º e seus incisos I, II e III da Lei Municipal 2122, de 15 de dezembro de 2021, que autoriza implantar o PMCEBT.					
COMPROVANTE DO RECEBIMENTO NOS TERMOS DOS INCISOS I, II E III DO § 1º DO ART. 3º DA LEI 2122/2021					
Nº Exame	Data	Laboratório que Realizou o Exame	Espécie	Unidade	Qdade
			TCC - Tuberculose	Exame	-
			AAT - Brucelose	Exame	-
			Turb. - Bruc. TCC+AAT	Exame	-
DEMONSTRATIVO DOS AUXÍLIOS A RECEBER					
Espécie	Especificação dos Exames Realizados		Unidade	Qdade	Valor Subsídio
TCC	Teste Cervical Comparativo - TCC		Exame	-	-
AAT	Antígeno Acidificado Tamponado - AAT		Exame	-	-
TCC+AAT	Teste de Diag. para Tuberculose e Brucelose		Exame	-	-
Total dos Subsídios a Receber nos Termos do § 1º do art. 3º da Lei 2122/2021.....R\$					-
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA LEI					
Eu abaixo, subscrito, responsável pela presente DECLARO que o REQUERENTE supra relacionado está apto de receber os benefícios e atende o art. 7º e seus incisos, II, III, IV, da Lei Municipal 2122, de 15 de dezembro de 2021, que autoriza implantar o PMCEBT.					
Seara/SC,					
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AS NORMAS DO PMCEBT					
Eu, abaixo assinado DECLARO : a) Aceitar as normas estabelecidas na Lei nº 2122/2021; b) se ocorrer a necessidade de abate de animais que apresentarem resultado positivo de brucelose e tuberculose, isentando o Município de qualquer indenização (§ 2º. art. 3º Lei 2122/2021); c) que me responsabilizo integralmente pelas despesas com o abate dos animais positivos para brucelose e tuberculose, e o transporte dos animais infectados até o local do abate sanitário (§ 3º, art. 3º Lei 2122/2021); d) assumo integralmente eventuais custos com testes complementares para Brucelose e Tuberculose e) declaro ainda, sob pena do art. 299 do Código Penal, que efetivamente realizei os exames acima especificados assim como atenderei os dispositivos da Lei 2122/2021 - PMCEBT.					
Seara-SC,					
Produtor Rural					



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE - SMAMA.

DECLARAÇÃO DE ACEITE E DA ENTREGA DE DOCUMENTOS			
DO ACEITE DA ORDEM DE PAGAMENTO		DA ENTREGA DE DOCUMENTOS	
Fls. 2/1	Requerente	Número Ordem :	
	Nome:	CPF:	
Declaro que recebi a Ordem de Pagamento relativo ao Requerimento acima especificado objetivando o recebimento do subsídio do PMCEBT.		Eu, responsável da SMAMA, Declaro que passa a fazer parte integrante ao Processo os seguintes documentos incisos I, II e III do art. 7º da Lei 2022/2021 que prova de Liquidação da Despesa Pública decorrente, conforme preceitua a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, em seu art. 63.	
Dou ciência e conhecimento que nos termos do § 2º do art. 6º da Lei 2122/2021, que o prazo de recebimento do subsídio será de 30 dias, contados a partir da presente data.		DOCUMENTOS	
Valor do Depósito: R\$ 0,00		CND - Certidão Negativa de Débitos Municipais; Comprovante de Nota Fiscal de Produtor Rural do Município de Seara/SC Atestado de exame Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal - PNCEBT expedido pelo sistema da CIDASC	
Sigla do Banco:			
Número da Agência:			
Nº da Conta:			
Tipo da Conta:			
Seara/SC,		Seara/SC,	
Produtor Rural			





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE - SMAMA.

DECLARAÇÃO DE ACEITE E DA ENTREGA DE DOCUMENTOS			
DO ACEITE DA ORDEM DE PAGAMENTO		DA ENTREGA DE DOCUMENTOS	
Fls.2/3	Requerente	Número Ordem :	
	Nome:	CPF:	
Declaro que recebi a Ordem de Pagamento relativo ao Requerimento acima especificado objetivando o recebimento do subsídio do PMCEBT.		Eu, responsável da SMAMA, Declaro que passa a fazer parte integrante ao Processo os seguintes documentos incisos I, II e III do art. 7º da Lei 2022/2021 que prova de Liquidação da Despesa Pública decorrente, conforme preceitua a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, em seu art. 63.	
Dou ciência e conhecimento que nos termos do § 2º do art. 6º da Lei 2122/2021, que o prazo de recebimento do subsídio será de 30 dias, contados a partir da presente data.		DOCUMENTOS	
Valor do Depósito: R\$ 0,00		CND - Certidão Negativa de Débitos Municipais; Comprovante de Nota Fiscal de Produtor Rural do Município de Seara/SC Atestado de exame Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal - PNCEBT expedido pelo sistema da CIDASC	
Sigla do Banco:			
Número da Agência:			
Nº da Conta:			
Tipo da Conta:			
<div style="width: 100%; height: 100%; border-bottom: 2px solid black; position: relative;"> <div style="position: absolute; bottom: 0; right: 0; width: 50%; height: 50%; background: linear-gradient(to top right, transparent 49%, #000 49%, #000 51%, transparent 51%);"></div> </div>			
Seara/SC,		Seara/SC,	
Produtor Rural			

Taió

PREFEITURA

CONTRATO 198/2022

Publicação Nº 3651313

CONTRATO No RH/198/2022

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e DOLORES VIVIANI KREUSCH.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e DOLORES VIVIANI KREUSCH, residente na Rua Georg Niedermaier, n.º 188, Centro, Taió, Santa Catarina, portador(a) do CPF no 475.032.209-10, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, e Lei Complementar nº 244, de 16/03/2021, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 011/2021, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para dar cumprimento à Lei Federal n.º 11.738, de 16 de julho de 2008, no que diz respeito à hora atividade dos professores da rede municipal de ensino, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 02 de março de 2022 até o término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 4.230,64 (quatro mil duzentos e trinta reais e sessenta e quatro centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.281, de 16 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 02 de março de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

DOLORES VIVIANI KREUSCH

TESTEMUNHAS:

CONTRATO 199/2022

Publicação Nº 3651323

CONTRATO No RH/199/2022

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e DEBORA CRISTINA GUSKI.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no

82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e DEBORA CRISTINA GUSKI, portador(a) do CPF no 026.248.539-79, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2o, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, e Lei Complementar nº 244, de 16/03/2021, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 011/2021, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para dar cumprimento à Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, no que diz respeito à hora atividade dos professores da rede municipal de ensino, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 02 de março de 2022 até o término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 4.230,64 (quatro mil duzentos e trinta reais e sessenta e quatro centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei nº 4.281, de 16 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 02 de março de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

DEBORA CRISTINA GUSKI

TESTEMUNHAS:

CONTRATO 200/2022

Publicação Nº 3651373

CONTRATO No RH/200/2022

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e GRACIELA APARECIDA BARBOSA RAITZ.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e GRACIELA APARECIDA BARBOSA RAITZ, portador(a) do CPF no 040.377.019-01, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2o, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 011/2021, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em atendimento a Educação Especial, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, não Habilitado, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 02 de março de 2022 até o término do ano letivo ou durante a matrícula do aluno, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.057,65 (um mil e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.281, de 16 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 02 de março de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

GRACIELA APARECIDA BARBOSA RAITZ

TESTEMUNHAS:

CONTRATO 201/2022

Publicação Nº 3651392

CONTRATO No RH/201/2022

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e GRACIELA APARECIDA BARBOSA RAITZ.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e GRACIELA APARECIDA BARBOSA RAITZ, portador(a) do CPF no 040.377.019-01, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 011/2021, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em atendimento a Educação Especial, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, não Habilitado, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 02 de março de 2022 até o término do ano letivo ou durante a matrícula do aluno, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.057,65 (um mil e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.281, de 16 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou

indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 02 de março de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

GRACIELA APARECIDA BARBOSA RAITZ

TESTEMUNHAS:

DECRETO Nº 7.706/2022

Publicação Nº 3651511

DECRETO Nº 7.706, DE 1º DE MARÇO DE 2022

Regulamenta a Lei Ordinária nº 4.278 de 9 de dezembro de 2021, que institui o Programa de Crédito Taió Mais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, Estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe confere o art. 70, inciso VI da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990, de acordo com o que estabelece a Lei Ordinária nº 4.278 de 9 de dezembro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º O Programa de Crédito Taió Mais, instituído pela Lei Ordinária nº 4.278 de 9 de dezembro de 2021, será regulamentado por este Decreto e demais normas jurídicas federais, estaduais e municipais aplicáveis ao Programa.

Art. 2º O Programa de Crédito Taió Mais tem por objetivo possibilitar o acesso ao crédito, mediante redução do custo financeiro, incentivando a geração de emprego e renda, aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, assim classificados de acordo com a legislação em vigor, bem como profissionais autônomos devidamente formalizados, de forma que através do acesso ao crédito possam utilizar outros serviços financeiros que serão disponibilizados pelos agentes financeiros e/ou operadores credenciados no âmbito do Programa.

§ 1º O subsídio financeiro concedido pelo município de Taió corresponderá ao valor total dos juros remuneratórios das operações de crédito realizadas no âmbito do Programa pelos agentes financeiros ou operadores credenciados nos termos deste Decreto.

§ 2º A taxa de juro incidente sobre as operações de crédito realizadas e habilitadas ao subsídio integral do Programa de Crédito Taió Mais será de até 3,2% (três vírgula dois por cento) ao mês para os empreendedores relacionados no caput deste artigo, público alvo do Programa.

§ 3º O prazo total das operações de crédito com subsídio dos juros pelo Programa de Crédito Taió Mais não poderá exceder a 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, com possibilidade de uma carência de até 2 (dois) meses incluída no prazo total, a critério do agente financeiro e/ou operador credenciado, sendo vedada qualquer forma de prorrogação do prazo para obtenção do benefício.

§ 4º O beneficiário receberá o subsídio referido neste artigo mediante pagamento no vencimento do valor do principal incluído nas prestações da operação de crédito por ele assumida, cabendo ao município de Taió, através do Programa de Crédito

Taió Mais, a parte correspondente aos juros remuneratórios contratuais, os quais serão quitados mediante apresentação de relatório mensal do agente financeiro e/ou operador credenciado no Programa.

§ 5º O subsídio financeiro referente aos juros das operações de crédito com enquadramento no Programa, de acordo com as condições estipuladas nesse Decreto poderá contemplar até 2 (duas) operações de crédito não simultâneas para cada empreendimento, desde que o mesmo esteja formalizado e ativo no município a pelo menos 12 (doze) meses, de acordo com os seguintes limites:

a) Microempreendedores individuais, até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

b) Microempreendedores individuais com 1 (um) funcionário registrado até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais);

c) Microempresas e empresas de pequeno porte até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 6º A liberação dos recursos referente a operação de crédito contratada será feita em única parcela pelo agente financeiro e/ou operador credenciado.

§ 7º A decisão final quanto à concessão do crédito caberá aos agentes financeiros e/ou operadores credenciados, os quais utilizarão critérios próprios para avaliação do risco de crédito.

§ 8º As operações de crédito não contarão com qualquer tipo de garantia ou aval com participação direta do Poder Público Municipal.

§ 9º Não poderão ser habilitadas ao Programa de Crédito Taió Mais para obtenção do benefício financeiro, as operações de crédito:

I - Inadimplidas ou em inadimplemento;

II - Renegociadas ou refinanciadas, bem como as que a estas sucederem;

III - Que estabeleçam a incidência de Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), tarifa de cobrança, tarifa de boleto ou quaisquer outras taxas ou tarifas.

§ 10. Os recursos do Programa não poderão ser utilizados para o pagamento de multas e juros moratórios devidos pelos beneficiários aos agentes financeiros ou operadores credenciados, por atraso no cumprimento das obrigações contratuais.

§ 11. O acesso a segunda operação, conforme estabelece o § 5º deste artigo, está condicionado à participação do principal empreendedor em uma das capacidades disponibilizadas pelo município, através da Sala do Empreendedor, de acordo com o perfil e necessidade do mesmo para desenvolvimento do negócio.

§ 12. Para subsidiar os juros remuneratórios incidentes sobre as operações de crédito, será destacado o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para essa finalidade, conforme art. 5º da Lei Ordinária nº 4.278 de 9 de dezembro de 2021.

Art. 3º Os interessados poderão aderir ao Programa mediante assinatura do Termo de Adesão ao Programa de Crédito Taió Mais, documento que habilitará a operação de crédito a ter os juros remuneratórios subsidiados pelo Município e estabelecerá os requisitos necessários à concessão do benefício financeiro, observadas as disposições estabelecidas na Lei Ordinária nº 4.278 de 9 de dezembro de 2021 e neste Decreto.

Parágrafo único. Para adesão ao Programa os interessados deverão apresentar aos agentes financeiros e/ou operadores credenciados a seguinte documentação, conforme o seguinte detalhamento:

I - Microempreendedores Individuais

- a) Certificado de Microempreendedor Individual no município de acordo com o prazo estabelecido nesse Decreto;
- b) Comprovante de regularidade fiscal no município (CND) e apresentação de alvará de funcionamento para aquelas atividades exigidas;
- c) Declaração assinada com descrição do objetivo e finalidade da aplicação dos recursos do empréstimo beneficiado pelo subsídio;
- d) Cópia de Declaração Anual do Simples Nacional – Microempreendedor Individual caso o empreendedor tenha iniciado suas atividades no ano anterior ou declaração com projeção de faturamento para o exercício atual;
- e) Declaração de quitação de guia DAS e/ou comprovante de parcelamento em dia emitido pela Sala do Empreendedor;
- f) Documentos exigidos pelo agente financeiro e/ou operador credenciado;
- g) Comprovante do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR para as atividades Econômicas (CNAEs) que se adequam ao CADASTUR.

II - Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

- a) Comprovante de inscrição e situação cadastral (CNPJ);
- b) Atos constitutivos e suas alterações;
- c) Comprovante de regularidade fiscal municipal (CND);
- d) Declaração do objetivo e finalidade da aplicação dos recursos do empréstimo beneficiado pelo subsídio;
- e) Inscrição municipal (CMC);
- f) Cópia de Declaração Anual do Simples Nacional – Microempreendedor Individual caso o empreendedor tenha iniciado suas atividades no ano anterior ou declaração com projeção de faturamento para o exercício atual;
- g) Documentos exigidos pelo agente financeiro e/ou operador credenciado;
- h) Comprovante do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR para as atividades Econômicas (CNAEs) que se adequam ao CADASTUR.

Art. 4º Nos termos do art. 3º da Lei Ordinária nº 4.278 de 9 de dezembro de 2021, a participação, constituição ou viabilização junto aos agentes financeiros e/ou operadores credenciados de fundo de aval ou fundos garantidores de risco, de forma a possibilitar acesso a crédito ao empreendedor que não dispõe de garantias, devem observar os parâmetros estabelecidos por esse Decreto.

Parágrafo único. Os critérios de participação e funcionamento dos fundos garantidores de risco de crédito e suas condições, com a finalidade de garantir o risco parcial (80% - oitenta por cento), das operações realizadas no âmbito do Programa serão estabelecidos por contrato de credenciamento com instituições que tenham participação dos agentes financeiros e/ou operadores credenciados e que sejam regularmente constituídas com objetivo de prestação de garantias complementares em operações de crédito com microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte em operações de crédito, observadas as seguintes condições para atuação no Programa de Crédito Taió Mais:

I - O somatório do valor máximo das operações de crédito para enquadramento no fundo garantidor de risco de crédito constituído com recursos do Programa de Crédito

Taió Mais para obtenção da garantia parcial é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada mutuário, considerando todos os agentes financeiros e/ou operadores credenciados. A taxa de juros efetiva para as operações de crédito com garantia do fundo garantidor de risco de crédito constituído com recursos do Programa será de até 3,2% (três vírgula dois por cento) ao mês, sendo que o prazo total incluída a carência não poderá exceder 12 (doze meses);

II - Os recursos destacados nesse Decreto para o fundo garantidor de risco de crédito poderão lastrear operações cujo saldo não ultrapasse o valor equivalente a 10 (dez) vezes o valor disponível no fundo no final de cada mês;

III - Será permitido no âmbito do Programa de Crédito Taió Mais a concessão simultânea a um mesmo empreendimento do subsídio de juros, juntamente com a garantia lastreada com recursos do fundo garantidor de risco de crédito do Programa;

IV - As operações com garantia do fundo garantidor de risco de crédito serão ressarcidas ao agente financeiro e/ou operador credenciado de acordo com o valor do saldo do principal vencido e não pago, acrescido de taxa efetiva de juros contratados de até 3,2% (três vírgula dois por cento) ao mês, em regime de juro composto calculados da data do vencimento de cada parcela até o último dia do mês de solicitação da honra, acrescido do saldo do principal a vencer;

V - Sobre o valor de referência calculado com base no item IV o fundo garantidor de risco de crédito constituído com os recursos do Programa de Crédito Taió Mais ressarcirá 80% (oitenta por cento) do valor apurado;

VI - Para a solicitação da honra o agente financeiro e/ou operador credenciado deverá comprovar o provisionamento de 100% (cem por cento) do saldo da operação na conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, bem como todos os procedimentos adotados para recuperação do crédito e documentação comprobatória a ser detalhada no instrumento de formalização do credenciamento;

VII - O montante das garantias honradas pelo fundo garantidor de risco de crédito do Programa não poderá exceder o limite máximo de 8% (oito por cento) do índice de inadimplência apurado no final de cada mês, com base na seguinte fórmula:

$$II (\%) = (GH - GR) / GC \times 100$$

Onde:

II = Índice de inadimplência (%);

GH = Garantias honradas acumuladas;

GR = Garantias honradas recuperadas acumuladas;

GC = Garantias concedidas acumuladas.

VIII - Demais condições para operacionalização do fundo garantidor de risco de crédito constituído com recursos do Programa de Crédito Taió Mais serão definidas em instrumento de formalização do credenciamento com os agentes financeiros e/ou credenciados;

IX - Para constituição do fundo garantidor do risco de crédito do Programa será destacado o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais),

conforme parágrafo único do art. 4º da Lei Ordinária nº 4.278 de 9 de dezembro de 2021.

Art. 5º O município de Taió, formalizará o instrumento jurídico para operacionalização dos artigos 1º e 4º da Lei Ordinária nº 4.278 de 9 de dezembro de 2021, com os seguintes agentes financeiros ou operadores credenciados:

I - Associações sem fins lucrativos e econômicos qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) nos termos da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

II - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP);

III - Cooperativas Singulares de Crédito;

IV - Sociedades de Garantia de Crédito e Fundos de Avais;

V - Instituições financeiras.

§ 1º Para credenciamento no âmbito do Programa de Crédito Taió Mais os agentes financeiros e/ou operadores deverão atender aos seguintes requisitos relacionados no parágrafo único do art. 2º da Lei Ordinária nº 4.278 de 9 de dezembro de 2021.

I - Disponibilidade de recursos financeiros, equipe técnica e estrutura para atendimento de acordo com a metodologia mencionada no art. 1º da Lei Ordinária nº 4.278 de 9 de dezembro de 2021 por meio de ações complementares de educação financeira, educação empreendedora e orientação compatível com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO conforme dispõe a Lei Federal nº 13.636, de 20 de março de 2018;

II - Comprovação de participação em sociedade garantidora ou fundo garantidor de risco para operacionalização no âmbito do Programa de Crédito Taió Mais;

III - Demonstração de capacidade técnica e financeira para atendimento das demandas do Programa, mediante apresentação de Certidões negativas e balanços auditados por empresas de auditorias independentes, conforme edital de credenciamento;

IV - Formalização de parceria com o município de Taió, para implementação das soluções disponibilizadas e atendimento pela Sala do Empreendedor.

§ 2º Considerando os requisitos estabelecidos nos arts. 1º e 4º da Lei Ordinária nº 4.278 de 9 de dezembro de 2021, o processo de credenciamento das instituições relacionadas no caput desse artigo poderá ser feito através de um único edital de chamada pública, de forma que possa viabilizar num único processo o credenciamento das instituições operadoras das duas modalidades previstas no Programa de Crédito Taió Mais.

Art. 6º Caberá a Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio o acompanhamento e controle das operações enquadradas e contratadas com o apoio do Programa de Crédito Taió Mais, através de relatórios enviados pelos agentes financeiros e/ou operadores credenciados, de forma que os limites de comprometimento dos recursos do Programa sejam observados, além de proporcionar a geração de relatórios gerenciais necessários à avaliação do impacto do Programa.

Parágrafo único. Os agentes financeiros e/ou operadores credenciados deverão enviar trimestralmente, à Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio, relatórios com os seguintes dados agregados:

I - O número do contrato, nome do mutuário, CNPJ, valor do crédito e dos juros remuneratórios subsidiados no período e acumulado;

II - O número do contrato, nome do mutuário, CNPJ, valor do crédito com benefício do fundo garantidor de risco de crédito do FUMGER no período e acumulado;

III - Relação segmentada dos grupos de beneficiados (MEI, Produtores Rurais, ME e EPP) e respectivo valor do crédito contraído; número de empregos gerados e/ou mantidos pelos empreendimentos atendidos.

Art. 7º Caberá a Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio, conferência e autorização para pagamento dos valores referente aos juros remuneratórios assumidos pelo município de Taió referente as operações com enquadramento no Programa nos termos desse Decreto, mediante análise de relatórios mensais e documentação comprobatória enviada pelos agentes financeiros e/ou operadores credenciados.

Art. 8º Caberá a Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio, o recebimento, a conferência e a autorização para pagamento dos valores referente as honras das garantias assumidas pelo fundo garantidor de risco de crédito do Programa de Crédito Taió Mais, com observância dos critérios definidos nesse Decreto e no instrumento jurídico de credenciamento, mediante análise de relatórios mensais e documentação comprobatória enviada pelas instituições credenciadas.

Art. 9º Para fins de acompanhamento e fiscalização do valor correspondente aos juros subsidiados pelo município de Taió, a Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio encaminhará à Secretaria de Administração e Finanças, semestralmente, relatório pormenorizado dos financiamentos concedidos no âmbito do Programa, que detalhará:

I - O número e a data do contrato;

II - O valor do crédito concedido;

III - O valor dos juros remuneratórios subsidiados;

IV - A data do pagamento do subsídio;

V - O número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do beneficiário.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Taió, 1º de março de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

Prefeito do Município de Taió

MARCELO GRAMKOW

Secretário de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE VAGAS NO CURSO DE CAPACITAÇÃO DE COSTURA INDUSTRIAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TAIÓ

Publicação Nº 3651854

Edital nº 001/2022 SecPlanejamento

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE VAGAS NO CURSO DE CAPACITAÇÃO DE COSTURA INDUSTRIAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TAIÓ.

A Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio, com base no contrato 11/2022 realizado em 22/02/2022 com a entidade Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, torna pública a abertura de inscrições para as vagas do Curso de Costura Industrial, conforme segue:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Este Edital destina-se a disciplinar a abertura do processo de inscrição para as vagas dos Cursos de Costura Industrial na modalidade presencial.
- 1.2. A realização das inscrições ficará a cargo da Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio.
- 1.3. As datas e os prazos vigentes neste Edital encontram-se descritas no Cronograma descrito no ANEXO I.
- 1.4. Todas as informações referentes a este Chamamento, incluindo este Edital e os Planos de Cursos, serão publicados no site da Prefeitura Municipal, sendo o seu acompanhamento de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).
- 1.5. As dúvidas e as informações poderão ser encaminhadas para o e-mail empreendedor@taio.sc.gov.br ou contato (47)99276-0357.

2. DO CURSO

- 2.1. O Curso será dividido em módulos, abrangendo os temas descritos no ANEXO II.
- 2.2. O Curso tem por objetivo capacitar profissionais para geração de empregos ao Município. O curso tem a finalidade de ampliar os conhecimentos para qualificação profissional com qualidade, em atividades geradoras de emprego e renda para melhor qualidade de vida da população.
- 2.3. Os(As) alunos(as) serão distribuídos em 2 (duas) turmas, 1 (uma) Vespertino e 1 (uma) Noturno com 30 (trinta) alunos cada turma para o Curso de Costura Industrial, sendo que cada turma terá a orientação de 1(um) tutor.
- 2.4. A carga horária total do curso de Costura Industrial será de 120 (Cento e vinte) horas, distribuídas em módulos, que serão desenvolvidos entre os meses de março a junho de 2022.
- 2.5. O Curso terá início previsto para o dia 21 de março de 2022 e término previsto para o dia 24 de junho de 2021.
- 2.6. Os cursos serão realizados presencialmente, em locais pré determinados pela Prefeitura Municipal.

3. DO PÚBLICO ALVO

- 3.1. O curso é destinado ao seguinte público-alvo:
 - a) Trabalhadores (as) e profissionais da área de Confecção;
 - b) Cadastrados no Bolsa Família ou CAD-único;
 - c) Jovens com idade mínima de 16 anos que devem comprovar que estão matriculados na rede de ensino;
 - d) Adultos desempregados e/ou que nunca trabalharam e que comprovem residência no município de Taió.

4. DAS VAGAS

- 4.1. Serão ofertadas até 60 (sessenta), vagas para os Cursos de Costura Industrial.
- 4.2. O preenchimento das vagas se dará pela respectiva ordem de inscrição, considerado(a) aprovado(a) o(a) candidato(a) que atender os critérios e que tiver sua inscrição devidamente homologada nos termos desse Edital.
- 4.3. Os demais candidatos ficaram em uma lista de espera, podendo entrar até a conclusão de 25% (vinte e cinco) da capacitação

5. DAS INSCRIÇÕES

- 5.1. As inscrições deverão ser realizadas a partir das 08h00 horas do dia 03/03/2022 (quinta-feira) até às 17h30 min do dia 11/03/2022 (sexta-feira).
- 5.2. A inscrição será acompanhada pela Sala do empreendedor;
 - 5.2.1. No ato da inscrição, o(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:
 - a) Cópia autenticada do documento de identidade com foto: Registro Geral de Identificação (RG) (frente e verso) ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) (frente e verso);
 - b) Cópia autenticada do Cadastro de Pessoa Física (CPF) (frente). (Obs.: poderá ser inserido outro documento que contenha o CPF).
 - c) Comprovante de endereço (cópia simples) dos últimos 3 meses;
 - d) Ficha de Inscrição, conforme Anexo III;
 - e) Ficha cadastral emitida pela Secretaria de Assistência Social, comprovando cadastro no Bolsa Família ou CAD-único;
 - f) Cópia da Carteira Nacional de Trabalho, demonstrando o último emprego registrado, comprovando estar desempregado;
 - 5.2.2. Após a entrega da documentação solicitada, no setor de protocolo o(a) candidato(a) receberá número para acompanhar o andamento do processo, protocolo será encaminhado a sala do empreendedor, no qual fará o acompanhamento das inscrições;
- 5.3. É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a), em qualquer etapa do processo seletivo, a verificação periódica de seus correios eletrônicos e checagem de caixa de spam ou lixo eletrônico para efeito de recebimento de e-mails e notificações.
- 5.4. Após a conclusão da inscrição pelo(a) candidato(a), não será permitido ao(a) mesmo(a) proceder alteração e/ou a complementação da documentação no sistema, em nenhuma hipótese.
 - 5.4.1. À Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio fica reservado o direito de solicitar ao(a) candidato(a), via e-mail e mediante estabelecimento de prazo, providências de alteração e/ou complementação dos documentos especificados no item 5.2.1, a seu exclusivo critério.
- 5.5. As informações prestadas no ato da inscrição são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).

- 5.6. É de total responsabilidade do(a) candidato(a) a qualidade da digitalização dos documentos, e não será aceito arquivo ilegível ou incompleto.
- 5.7. Não serão cobrados valores, a qualquer título, para as inscrições e para a realização do Curso.
- 5.8. À Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio fica reservado o direito de excluir do processo de inscrições aquele(a) que não anexar os documentos especificados no item 5.2.1 ou fornecer dados comprovadamente inverídicos.
- 5.9. O(A) candidato(a) terá sua inscrição aceita após a análise do atendimento aos requisitos exigidos no item 5.2.1 deste Edital.
- 5.10. No ato de sua inscrição o(a) candidato(a) concorda com o inteiro teor deste edital, contido no ANEXO III, bem como toma ciência de que, caso seja aprovado(a) no Chamamento, sua matrícula será realizada de forma automática, dentro do número de vagas disponibilizadas.
- 5.11. O candidato que desistir da vaga até a conclusão de 25%(vinte e cinco) da capacitação de costura industrial passará a mesma para o próximo da lista de espera.
- 5.12. Ao efetuar a inscrição, o(a) candidato(a) declara estar ciente do conteúdo do presente Edital e acata na íntegra as suas disposições.

6. DO CRITÉRIO DE ESCOLHA DAS INSCRIÇÕES

6.1. Para o preenchimento das vagas para os Cursos de Costura industrial serão dados preferência aos candidatos, obedecendo a seguinte ordem:

- 1º) Que estejam cadastrados no Bolsa Família ou CAD-único;
- 2º) Que estejam desempregados;
- 3º) Jovens com idade mínima de 16 anos que devem comprovar que estão matriculados na rede de ensino;
- 4º) Trabalhadores (as) e profissionais da área de Confecção;

7. DO RESULTADO

7.1. A relação oficial dos alunos matriculados nos Cursos e demais informações sobre o presente Chamamento serão divulgados no site da Prefeitura Municipal, de acordo com o Cronograma constante no ANEXO I.

7.2. Não serão fornecidas informações que já constem das publicações no site ou que estejam fora dos prazos previstos neste Edital.

8. DA INTERPOSIÇÃO DOS RECURSOS

8.1. O(A) candidato(a) que não constar da relação de alunos matriculados poderá recorrer, em até 03 (três) dias a contar do horário de sua divulgação ANEXO I, exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço empreendedor@taio.sc.gov.br, conforme modelo de recurso constante no ANEXO IV.

8.2. O recurso deverá ser elaborado no corpo do e-mail, não necessitando de envio de carta como anexo.

8.3. Somente serão analisados os recursos fundamentados e interpostos dentro do prazo e pelo meio estipulado neste Edital.

8.4. Não será aceita documentação adicional para fundamentação do Recurso, exceto as relativas à eventuais alegações de falha no sistema de inscrição para fins de comprovação.

8.5. Não será aceito pedido de revisão de recurso ou recursos fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.6. Os recursos serão julgados pela Comissão do Processo Seletivo, deste Chamamento.

8.7. A divulgação do resultado da análise de eventual(is) recurso(s) será realizada conforme Cronograma descrito no ANEXO I.

8.8. O julgamento pela Comissão do Processo Seletivo é irrecorrível, salvo em caso de inobservância das normas contidas neste Edital.

9. DA MATRÍCULA

9.1. Os(As) candidatos(as) aprovados(as) terão sua matrícula efetuada automaticamente, conforme descrito no item 5.10.

9.1.1. O Termo de Matrícula de Aluno com a Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio, constante no ANEXO III e integralmente aceito pelo(a) candidato(a) no ato de sua inscrição conforme item 5.10, terá vigência durante o prazo de realização dos Cursos.

9.1.2. O Termo de Matrícula poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por solicitação do(a) aluno(a) ou pela Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio, em caso de descumprimento das condições estabelecidas no referido termo.

9.2. Após realização da matrícula pela Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio, o(a) aluno (a) receberá no seu e-mail a devida confirmação de matrícula.

9.3. A relação oficial de alunos matriculados será publicada no site da Prefeitura Municipal, conforme consta no Cronograma ANEXO I deste Edital.

10. DA CERTIFICAÇÃO

10.1. Será conferido Certificado aos(as) alunos(as) que concluírem todas as etapas do Curso, no período de Março a Junho de 2022, a contar do início das atividades, considerando frequência e suficiência nos processos avaliativos.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será eliminado do Chamamento, declarando-se nulos todos os atos decorrentes de sua inscrição, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o(a) candidato(a) que, em qualquer tempo:

11.1.1. Cometer falsidade ideológica com prova documental;

11.1.2. Utilizar-se de procedimentos ilícitos, devidamente comprovados por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico;

11.1.3. Burlar ou tentar burlar quaisquer das normas definidas neste Edital;

11.1.4. Dispensar tratamento inadequado, incorreto ou descortês a qualquer pessoa envolvida no Chamamento.

11.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo responsável da Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio.

11.3. O candidato que desistir da vaga no andamento do curso fica impossibilitado pelo período de 12 (doze) meses, de se inscrever e participar de novas capacitações que a administração pública venha a oferecer a população;

11.4. Os prazos para inscrição serão automaticamente prorrogados caso ocorram problemas de ordem técnica e/ou operacional que comprometam as funcionalidades sistêmicas ou gerem indisponibilidade de serviços para acesso ao sistema de inscrições durante o prazo estipulado neste Edital.

11.4. Não serão fornecidos a terceiros informações e documentos pessoais de candidatos(as), em atenção ao disposto no artigo 31, da Lei nº 12.527/2011.

11.5. Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei Nº 13.709/18, a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, se dará da seguinte forma:

- a) a participação no Chamamento Público implica no tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo(a) candidato(a), nos limites e em observância aos termos do Edital;
- b) Os dados coletados por meio deste Chamamento Público só poderão ser utilizados dentro dos limites e finalidades especificados neste Edital (inscrição para realização do Curso "Fortalecimento das Ações de Imunizações nos Territórios Municipais"), e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- c) os sistemas de titularidade da Administração Municipal, que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados (cada um dentro da sua finalidade), seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação;
- d) os dados obtidos em razão desse Chamamento Público serão armazenados em um banco de dados seguro, observadas as exigências da Lei nº 13.709/18, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros não relacionados ao Chamamento;
- e) encerrada a vigência do Chamamento Público ou dos Cursos ou ainda, não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Administração Pública providenciarão seu arquivamento de forma segura.

Taió, 01 de Março de 2022.

Horst Alexandre Purnhagem
Prefeito Municipal

ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

Edital nº 001/2022 SecPlanejamento

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE VAGAS NO CURSO DE CAPACITAÇÃO DE COSTURA INDUSTRIAL.

Publicação do Edital:	02 de Março de 2022
Período de Inscrição:	De 03 de Março a 11 de Março de 2022
Divulgação da Relação dos alunos matriculados	14 de Março de 2022
Período de Interposição de recurso contra inscrição não aceita	De 14 a 16 de Março de 2022
Resultado da Interposição de recurso contra inscrição não aceita	18 de Março de 2022

Observação: As datas constantes neste cronograma constituem mera previsão, sendo que a Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio poderá, a qualquer tempo, realizar alterações neste cronograma e informá-las através de publicações na página do Edital.

ANEXO II - CONTEÚDO DOS CURSOS

Edital nº 001/2022 SecPlanejamento

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE VAGAS NO CURSO DE CAPACITAÇÃO DE COSTURA INDUSTRIAL.

CURSO:	Costureiro Industrial do Vestuário
MODALIDADE:	Presencial
PERÍODO DO CURSO:	Início:21/03/2022 Término:24/06/2022
PÚBLICO ALVO:	O curso é destinado a trabalhadores e profissionais da área de confecção, auxiliares de produção e estudantes dos cursos superior ou técnico, que estiverem regularmente matriculados em instituições de ensino credenciadas e reconhecidas pelo MEC.
CARGA HORÁRIA:	120 horas
CONTEÚDOS A SEREM ABORDADOS:	<ul style="list-style-type: none"> • INTRODUÇÃO A CONFECÇÃO, QUALIDADE E SEGURANÇA; • RELACIONAMENTO INTERPESSOAL E TRABALHO EM EQUIPE; • PRÁTICA DA COSTURA EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE COSTURA; • CONTROLE DE MÁQUINAS; • MÉTODOS DE PASSAMENTO DE LINHAS E FIOS; TIPOS DE TECIDOS; • RELAÇÃO ENTRE LINHAS, MATERIAIS E AGULHAS; • REGULAGEM DAS MÁQUINAS E ACESSÓRIOS; • TIPOS DE COSTURAS DE ACORDO COM O TECIDO (TECIDO PLANO E/OU DE MALHA); • MONTAGEM DE PEÇAS; • PROCESSO DE COSTURA; • TIPOS DE ACABAMENTOS.

ANEXO III - FICHA DE INSCRIÇÃO

Edital nº 001/2022 SecPlanejamento

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE VAGAS NO CURSO DE CAPACITAÇÃO DE COSTURA INDUSTRIAL.

Nome:

Endereço:

Estado Civil:

Profissão:

RG:

CPF:

Telefone Residencial:

Celular:

e-mail:

Período de interesse: () Vespertino () Noturno () Indiferente

É a presente para solicitar, inscrição para OCUPAÇÃO DE VAGAS NOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE COSTURA INDUSTRIAL

Declaro que estou ciente das condições e exigências, estabelecidas no presente Edital e, que a minha inscrição será efetivada, obedecendo aos critérios de preenchimento das vagas aos Cursos.

Declaro, ainda, que me responsabilizo por todas as informações contidas na documentação entregue para efetivar a inscrição.

Taió, ____ de ____ de 2022.

Assinatura

ANEXO IV - MODELO DE RECURSO

Edital nº 001/2022 SecPlanejamento

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE VAGAS NOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE COSTURA INDUSTRIAL.

RECURSO

Eu, (nome), inscrito no CPF sob o nº _____, portador da Carteira de Identidade (RG) nº: _____, Telefone: () _____, e-mail _____, em conformidade com o Edital nº 001/2022 SecPlanejamento para Chamamento para inscrição para os Cursos de Costura Industrial, venho interpor recurso pelos motivos abaixo descritos:

Nestes termos, peço deferimento,

Taió, ____ de ____ de 2022.

Assinatura

PORTARIA 15.973/2022

Publicação Nº 3650836

PORTARIA No 15.973, de 01/03/2022

INTERROMPE GOZO DE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município - LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO o Ofício 028/2022, datado de 28 de fevereiro de 2022.

RESOLVE:

a partir de 02 de março de 2022, interromper o período de gozo de férias estabelecido na Portaria no 15.761/2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021, do servidor público municipal ORLI JOSÉ MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Controlador Interno,

com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Administração e Finanças, ficando ainda um saldo de 14 (quatorze) dias.

P.R.I.

Taió, 01 de março de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 15.974/2022

Publicação N° 3650846

PORTARIA No 15.974, de 01/03/2022
CONCEDE RENÚNCIA DE MANDATO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e, com fundamento no inciso I, do Art. 63 da Lei no 4.100, de 29 de março de 2019.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob n.º 2214/2022.

RESOLVE:

a partir de 02 de março de 2022, conceder renúncia de mandato à servidora pública municipal PAULA BITTENCOURT, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social, designada através da Portaria no 14.316, de 10 de janeiro de 2020.

P.R.I.

Taió, 01 de março de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 15.975/2022

Publicação N° 3651203

PORTARIA No 15.975, de 01/03/2022
NOMEIA COMISSÃO PARA O FIM QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO o Ofício n.º 029/2022/GAB.

RESOLVE:

nomear os servidores públicos municipais ALCIDES RONCHI, CRISTIANA SANDRI DE SOUZA e JESSICA PATRICIA RONKOSKY TREVISAN, para, sob a presidência da servidora JESSICA PATRICIA RONKOSKY TREVISAN, comporem a Comissão de Processo Seletivo no 002/2022/ SECPLANEJAMENTO.

P.R.I.

Taió, 01 de março de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 25/2022 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Publicação N° 3651514

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAIÓ
PUBLICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2022
MENOR PREÇO POR ITEM

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5517252B88C8D42EABE8E4F7633C0F1C65376B86

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, torna público Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico Para Registro de Preços, menor preço por item, destinado à AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO EM TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO IV, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. Recebimento das propostas a partir de 02/03/2021 no endereço eletrônico: <http://comprasbr.com.br> sendo o fim do recebimento das propostas no dia 16/03/2022 às 10:00 horas, com o início da disputa às 10:15 horas do mesmo dia. Informações com Carlos ou pelo e-mail empenhos@taio.sc.gov.br. Edital disponível no site: taio.atende.net.

Taió, 01 de março de 2022.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PREGÃO N. 24/2022

Publicação Nº 3651816

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 73821B45240A21AC6470579D8D403F0DC6EF17D8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAIÓ
PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 24/2022

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, torna público Processo Licitatório, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, exclusivo para Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I da Lei Complementar n. 123/2006 com redação dada pela LC no 147/2014. Rege a presente licitação a Lei n. 8.666/1993, Lei n. 10.520/2002 e o Decreto Municipal n. 7.422 de 08/06/2021, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado à AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES, DE PLANTAS E DE ÁRVORES, GRAMAS, ADUBOS, VASOS E OUTROS, PARA REVITALIZAÇÃO DOS CANTEIROS, PRAÇAS E DEMAIS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. Recebimento dos envelopes na Prefeitura Municipal, situado na Avenida Luiz Bertoli, 44 - Centro - Taió-SC, até às 14:00 horas do dia 15 de março de 2022 e abertura dos envelopes às 14:15 horas, do mesmo dia. Informações com Carlos ou pelo e-mail empenhos@taio.sc.gov.br. Edital disponível no site: taio.atende.net. Registro no TCE 73821B45240A21AC6470579D8D403F0DC6EF17D8

Taió, 01 de março de 2022.
HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

CONTRATO 13 - NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA

Publicação Nº 3650811

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2E8B5D1A281288457DAF7D1766BAFEDC7949E6B4

**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8300
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taio.sc.gov.br

CONTRATO Nº 13 DE 01 DE MARÇO DE 2022

O Município de Taió (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, com sede à Avenida Luiz Bertoli, 44, inscrito no CNPJ nº 82.765.488/0001-02, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa **NP CAPACITACAO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.797.967/0001-95, com sede à Rua Izabel A Redentora, nº 2356, Edifício Loewen, sala 117, Centro, São José dos Pinhais – PR, neste ato representada pelo Senhor Rudimar Barboza dos Reis, inscrito no CPF sob o nº 574.460.249-68, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA VIABILIZAÇÃO DE FERRAMENTA DE PESQUISA ONLINE DE COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ATRAVÉS DE UM SISTEMA DE BUSCA BASEADO EM RESULTADOS DE LICITAÇÕES ADJUDICADAS E/OU HOMOLOGADAS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA - Este contrato terá vigência de 12 meses, iniciando a partir do dia 01 de março de 2022 e término no dia 1 de março de 2023, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor ajustado para a execução do objeto, totaliza R\$ 10.865,00 (dez mil, oitocentos e sessenta e cinco reais) condiz com o praticado no mercado, conforme pesquisa de preços em anexo ao presente termo de dispensa (Notas de empenho realizadas por outros entes públicos).

3.2 Além disso, trata-se de aquisição extremamente relevante para o Setor de Compras e Licitações, sendo a presente dispensa a forma mais eficiente para atendimento ao interesse público, tendo que levar em consideração também o custo administrativo da realização de outra modalidade de licitação.

3.3 O valor total do objeto deste instrumento é de R\$ 10.865,00 (dez mil, oitocentos e sessenta e cinco reais), estando incluindo nele, tributos, contribuições, serviços, qualquer espécie de deslocamento independentemente de distância e demais custos, sem qualquer espécie de reajuste, a ser pago em parcela única até 30(trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal, mediante depósito bancário.



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8300
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.tai0.sc.gov.br

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da Contratação de empresa especializada para viabilidade de ferramenta de pesquisas de preços online através do presente contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2022 e terão a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 04-00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 04-01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJ/ATIV: 2008 – MANUTENÇÃO DA SEC. ADM. E FINANÇAS
Dotação: 252 - Compl. Elemento: 4001

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 DA CONTRATANTE

- 5.1.1 Comunicar à empresa todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação do serviço objeto desta justificativa;
- 5.1.2 Efetuar o pagamento à contratada em parcela única, até 30 dias após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração;
- 5.1.3 Fiscalizar a prestação do serviço, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer material que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas no presente documento;

5.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.2.1 Prestar suporte técnico ao usuário por e-mail e telefone, de segunda a quinta-feira das 8:30hrs as 17:30hrs, sexta- feira de 08:30hrs às 16:30hrs pelo período de validade da licença, a contar da data de instalação do Software;
- 5.2.2 As garantias e responsabilidades da Contratada quanto ao desempenho do objeto restringem-se à sua compatibilidade com os dados constantes da documentação que o acompanha;
- 5.2.3 A Contratada prestará a Contratante, treinamento aos servidores designados para operar o sistema, visando o regular funcionamento do “software” com a obtenção dos resultados para os quais foi desenvolvido, bem como disponibilizar versões e releases atualizados do software durante o período da contratação;
- 5.2.4 A Contratada deverá fornecer a Contratante acesso ao “software” através de login e senha autenticada no site www.bancodeprecos.com.br;
- 5.2.5 A Contratada deverá fornecer Manual de Utilização da ferramenta;



**Município
de Taió**

Fone: 47 3562-8300
Avenida Luiz Bertoli, 44
Centro - Taió - SC
CEP: 89190-000
www.taió.sc.gov.br

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

6.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Taió para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente arrendamento, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem às partes concordes com os termos do presente instrumento, assinam o mesmo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Taió-SC 28 de fevereiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

PREFEITO

NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

Carlos Cava
CPF: 033.743.249-08

Elves Johny Schreiber
CPF: 824.726.379-34

De acordo:

Emerson de Figueredo
OAB/SC 47.288

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDENCIA N. 1 - REGULAMENTA GRATIFICAÇÕES**

Publicação Nº 3651839

Poder Legislativo

Fone: 47 3562-0662

Rua Coronel Feddersen, 1640, Centro – Taió – SC

CEP: 89190-000

www.taio.sc.leg.br

ATO DA PRESIDÊNCIA N. 01/2022

WILLIAM HENRIQUE NORILLER, Presidente da Câmara Municipal de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno.

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei Complementar n. 222/2019, cominada com os dispositivos da Lei Complementar n 10/95, e do Estatuto dos Servidores, e tendo em vista a necessidade de Criar e Instalar as Comissões de Depuração Legislativa, Processo Administrativo Disciplinar, de Licitações e de Concurso Público, cada uma em ato próprio, devido ao Quadro reduzido de servidores desta Câmara Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder através de Portarias, gratificação aos servidores designados para realização das tarefas de trabalho especial, observando a vedação de percepção cumulativa de gratificações.

Art. 2º Ficam vedado o recebimento de horas extras enquanto vigorar a concessão da gratificação.

Câmara de vereadores de Taió, 05 de janeiro de 2022.

William Henrique Noriller
Presidente

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 014/2022

Publicação Nº 3647885

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6BA216E3D92C25EDB310ABD8730C2045F002A09B

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 014/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2022
Licitação Exclusiva ME/EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO, COM SOLUÇÃO DE LEITURA DE PLACAS (LPR), SISTEMA CFTV, NO CENTRO DA CIDADE DE TIGRINHOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 15/03/2022, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 08h45min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: (49)36580064, ou pelo site: www.tigrinhos.sc.gov.br Tigrinhos (SC), 25 de fevereiro de 2022.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 101/2022

Publicação Nº 3652073

PORTARIA Nº. 101/2022, DE 02 DE MARÇO DE 2022.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal, Sr. JOSIMAR BRAGA, efetivo no cargo de Vigia, 40 horas semanais, Matrícula nº. 521/01, lotado na Secretaria Municipal de Administração, relativo ao período aquisitivo de Junho/2020 à Junho/2021, pelo período de 10 (dez) dias, a partir de 02 de Março de 2022 a 11 de Março de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE MARÇO DE 2022.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de março de dois mil e vinte dois.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

CONTRATO SAMAE N. 05/2022 - DANIEL JESUINA DUARTE 00793282020

Publicação Nº 3646063

EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 7/20222

CONTRATO N. 5/2022

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE TIMBÉ DO SUL.

CONTRATADO: DANIEL JESUINA DUARTE 00793282020, com sede na cidade de Timbé do Sul-SC, na estrada municipal, s/n, no bairro Rocinha, inscrita no CNPJ sob nº 45.007.415/0001-25

OBJETO: A CONTRATADA compromete-se a prestar à CONTRATANTE serviços de vigilância desarmada da sede e bens do CONTRATANTE, localizados na Rua Carlos Savi, nº 365, Centro, em Timbé do Sul, a partir de 02/03/2022.

1.1 – Os serviços serão prestados todos os dias da semana, no horário das 22 às 05 horas, através de visitas ou passagens esporádicas pelo local, por um vigilante, que poderá estar com ou sem veículo.

1.2 – O Contratante tem conhecimento que não há exclusividade nos serviços prestados pela Contratada, que poderá prestar os mesmos serviços no mesmo horário acima para outras empresas ou residentes no município.

VALOR CONTRATUAL: Pela aquisição constante na Cláusula Primeira, o contratante pagará à contratada o valor de R\$ 100,00 (Cem reais) mensais, totalizando um valor anual de R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: 02.03.2022. a 01.03.2023.

DOTAÇÃO:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento aprovado para o exercício de 2021, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Órgão: 10 (SAMAE)

Unidade: 1 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 15 (SAMAE Águas Timbeleza)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)

Recurso: 02060017 (RECURSOS ORDINARIOS - SAMAE)

Projeto/Atividade: 2.032 – Manutenção do SAMAE

Elemento: (191) 3.3.90.39.99.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Timbé do Sul/SC, 02 de março de 2022.

Walmor Grigio – Diretor SAMAE de Timbé do Sul

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1_5/2021 S.B. ROSSO

Publicação Nº 3646034

EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 8/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 1_5/2021, CELEBRADO ENTRE O SAMAE DE TIMBE DO SUL E A EMPRESA S.B. ROSSO.

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE TIMBÉ DO SUL.

CONTRATADO: S.B. ROSSO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM GESTÃO PÚBLICA NA TOMADA DE DECISÃO E ELABORAÇÃO DE ATOS DE GESTÃO, NAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE FINANCEIRO, ORÇAMENTÁRIO E ADMINISTRATIVO.

VALOR: Pela execução do objeto deste contrato, a Contratante pagará o valor de R\$ 553,00 (Quinhentos e cinquenta e três reais) mensais, totalizando um valor anual de R\$ 6.636,00 (Seis mil, seiscentos e trinta e seis reais)

VIGÊNCIA: 02/03/2022 A 01/03/2023.

DOTAÇÃO:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento aprovado para o exercício de 2021, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Elemento: (191) 3.3.90.39.99.00.00.00 - Serviços técnicos profissionais.

Timbé do Sul/SC, 02 de março de 2022.

WALMOR GRIGIO – Diretor SAMAE de Timbé do Sul

Timbó**PREFEITURA****AVISO DE CONCORRÊNCIA N.º 07 2022 PMT - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA SILÉSIA**

Publicação Nº 3649990

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 15000A3B058EBA75DE7B6D6A4D8918286743E584

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE CONCORRÊNCIA Nº 07/2022 PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão de obra) da obra de implantação do sistema de drenagem, abastecimento de água e pavimentação asfáltica da rua Silésia, com área de projeto aproximada de 12.275,00 m², em plena e total conformidade com os memoriais descritivos, projetos, quantitativos, orçamentos estimativos, cronogramas físico - financeiros, minutas contratuais e demais documentos relacionado, com parte do pagamento através de recurso oriundo de transferência especial nos termos do portaria nº 463/SEF de 17/11/2021. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços até às 09h00min do dia 05 de abril de 2022. ABERTURA: dia 05 de abril de 2022 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3380- 7035.

Timbó (SC), 28/02/2022
ADILSON MESCH
Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 11 2022 PMT - AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS

Publicação Nº 3651402

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 176A1975E08976D47782CA74E7D22614B1BFFDAF

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 11/2022 PMT

OBJETO: contratação de empresa prestadora de serviço de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais destinadas as unidades administrativas da prefeitura. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 17 de março de 2022. ABERTURA: dia 17 de março de 2022 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br e telefone (47) 3380-7035.

Timbó (SC), 01/03/2022
ANDREI KAYO LAMIM
Executivo de Gabinete

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 26.2022 PMT

Publicação Nº 3651412

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2022 PMT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa UNIDAS VEÍCULOS ESPECIAIS S.A, CNPJ nº 02.491.558/0001-42, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PATRICIA CONZATTI ARNDT
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 27.2022 PMT

Publicação Nº 3651413

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2022 PMT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa GUIA VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 82.461.310/0001-78, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PATRICIA CONZATTI ARNDT
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 29.2022 FMAS

Publicação Nº 3651415

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2022 FMAS

A Central de Licitações convoca, através do presente, a empresa THAIS SELENE BRUSECK, CNPJ nº 35.316.381/0001-05, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PATRICIA CONZATTI ARNDT
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 11.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - COOPERFAVI

Publicação Nº 3651420

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2022 FMDE
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR VALE DO ITAJAÍ, CNPJ nº. 07.125.517/0001-56, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 12.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - ALINOR KRIESER

Publicação Nº 3651421

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2022 FMDE
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o Sr. ALINOR KRIESER, CPF nº. 665.555.159/53, a comparecer para assinatura do

respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 13.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - IRMA GESSNER
Publicação Nº 3651424

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2022 FMDE
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, a Sra. IRMA GESSNER, CPF nº. 806.931.729-91, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 14.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - LEOPOLDO PASQUALI
Publicação Nº 3651425

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2022 FMDE
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o Sr. LEOPOLDO PASQUALI, CPF nº. 216.953.429-68, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 15.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - CÉLIO PASQUALI
Publicação Nº 3651427

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2022 FMDE
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o Sr. CÉLIO PASQUALI, CPF nº. 654.260.109-00, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO N° 16.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - IVONEI GESSNER

Publicação N° 3651429

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 16/2022 FMDE
CHAMADA PÚBLICA N° 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o Sr. IVONEI GESSNER, CPF nº. 080.379.139-96, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO N° 17.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - JUCINEI KOSLOSKI

Publicação N° 3651430

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 17/2022 FMDE
CHAMADA PÚBLICA N° 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o Sr. JUCINEI KOSLOSKI, CPF nº. 061.244.419-85, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO N° 18.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - JOEL JOSE DALLABONA

Publicação N° 3651433

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 18/2022 FMDE
CHAMADA PÚBLICA N° 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o Sr. JOEL JOSE DALLABONA, CPF nº. 459.583.789-53, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 19.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - JAIR FRANCISCO DALLABONA

Publicação Nº 3651435

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2022 FMDE
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o Sr. JAIR FRANCISCO DALLABONA, CPF nº. 304.494.809-68, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 20.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - COOPERBARRA

Publicação Nº 3651436

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2022 FMDE
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, COOPERATIVA DOS AGRICULTORES RURAIS DE BARRA VELHA - COOPERBARRA, CNPJ nº. 30.252.228/0001-30, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 21.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - COOMAPEIXE

Publicação Nº 3651438

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2022 FMDE
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PISCICULTORES - COOMAPEIXE, CNPJ nº. 06.059.358/0001-76, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 22.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - JEAN HENRIQUE GAULKE

Publicação Nº 3651441

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2022 FMDE

CHAMADA PÚBLICA N° 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o Sr. JEAN HENRIQUE GAULKE, CPF nº. 004.132.629-60, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 09/03/2022.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO N° 23.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - NILSON LUEDERS

Publicação N° 3651442

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 23/2022 FMDE

CHAMADA PÚBLICA N° 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o Sr. NILSON LUEDERS, CPF nº. 053.520.929-09, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 09/03/2022.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO N° 24.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - GABRIEL TAMBOSI

Publicação N° 3651444

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 24/2022 FMDE

CHAMADA PÚBLICA N° 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o Sr. GABRIEL TAMBOSI, CPF nº. 088.637.309-38, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 09/03/2022.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO N° 25.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - BERNADETE REITER HOWE

Publicação N° 3651448

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 25/2022 FMDE

CHAMADA PÚBLICA N° 01/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, a Sra. BERNADETE REITER HOWE, CPF nº. 969.710.459-04, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 19-01.2022
PMT - SCHROEDER**

Publicação Nº 3651449

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 19-01/2022 PMT
CREDENCIAMENTO Nº 19/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa CONSTRUTORA SCHROEDER E SCHMIDT LTDA, CNPJ nº. 43.887.548/0001-08, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
AINÁ VITAL
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 19-02.2021
PMT - ANKLAN**

Publicação Nº 3651546

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 19-02/2021 PMT
CREDENCIAMENTO Nº 19/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa ANKLAM FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI, CNPJ nº. 18.229.358/0001-56,, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.
AINÁ VITAL
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 69.2020 FUMTUR

Publicação Nº 3651417

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO QUINTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 69/2020 FUMTUR
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP, CNPJ nº. 08.628.996/0001-96, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/03/2022.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.

AINÁ VITAL

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 12-09.2020 PMT - LADEHOFF

Publicação Nº 3651451

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 12-09/2020 PMT

CREDENCIAMENTO Nº 12/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa LADEHOFF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA EPP, CNPJ nº. 83.632.935/0001-18, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 09/03/2022.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.

AINÁ VITAL

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 19-04.2020 PMT - VPA PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 3651547

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 19-04/2020 PMT

CREDENCIAMENTO Nº 19/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, Empresa VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI ME, CNPJ nº. 07.516.335/0001-06, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 09/03/2022.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de março de 2022.

AINÁ VITAL

Central de Licitações

EXTRATO CONTRATO 11.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - COOPERFAVI

Publicação Nº 3651464

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2022

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021.

CONTRATADO: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR VALE DO ITAJAÍ.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITENS ADJUDICADOS: Item 01 (AIPIM CRÚ) e item 20 (TANGERINA).

VALOR TOTAL: R\$ 40.072,68 (quarenta mil, setenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI

Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 12.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - ALINOR KRIESER

Publicação N° 3651469

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 12/2022
CHAMADA PÚBLICA N° 01/2021.
CONTRATADO: ALINOR KRIESER.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITENS ADJUDICADOS: Item 02 (ALFACE CRESPI VERDE ORGÂNICA), Item 05 (BETERRABA ORGÂNICA), Item 06 (BRÓCOLIS RAMOSO/CABEÇA ORGÂNICA), Item 08 (CENOURA ORGÂNICA), Item 09 (COUVE-FLORES ORGÂNICA), Item 15 (REPOLHO ORGÂNICO), Item 19 (GELÉIA ORGÂNICA DE FRUTA) e Item 22 (CHEIRO VERDE).

VALOR TOTAL: R\$ 108.597,02 (cento e oito mil, quinhentos e noventa e sete reais e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 13.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - IRMA GESSNER

Publicação N° 3651471

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 13/2022
CHAMADA PÚBLICA N° 01/2021.
CONTRATADO: IRMA GESSNER.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITENS ADJUDICADOS: Item 02 (ALFACE CRESPI VERDE) e item 09 (COUVE-FLORES).

VALOR TOTAL: R\$ 9.358,65 (nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 14.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - LEOPOLDO PASQUALI

Publicação N° 3651474

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 14/2022
CHAMADA PÚBLICA N° 01/2021.
CONTRATADO: LEOPOLDO PASQUALI.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITENS ADJUDICADOS: Item 03 (BANANA BRANCA) e item 04 (BANANA CATURRA).

VALOR TOTAL: R\$ 25.772,40 (vinte e cinco mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 15.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - CÉLIO PASQUALI

Publicação Nº 3651475

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021.
CONTRATADO: CÉLIO PASQUALI.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITEM ADJUDICADO: Item 04 (BANANA CATURRA).

VALOR TOTAL: R\$ 39.999,30 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 16.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - IVONEI GESSNER

Publicação Nº 3651478

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 16/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021.
CONTRATADO: IVONEI GESSNER.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITENS ADJUDICADOS: Item 06 (BRÓCOLIS RAMOSO/CABEÇA), Item 14 (PEPINO JAPONÊS), Item 15 (REPOLHO) e Item 18 (VAGEM).

VALOR TOTAL: R\$ 30.407,95 (trinta mil, quatrocentos e sete reais e noventa e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 17.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - JUCINEI KOSLOSKI

Publicação Nº 3651483

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021.
CONTRATADO: JUCINEI KOSLOSKI.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITENS ADJUDICADOS: Item 07 (CEBOLA), Item 08 (CENOURA), Item 14 (PEPINO JAPONÊS) e Item 17 (TOMATE).

VALOR TOTAL: R\$ 39.589,07 (trinta e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e sete centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 18.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - JOEL JOSE DALLABONA

Publicação Nº 3651485

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2022

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021.

CONTRATADO: JOEL JOSE DALLABONA.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITEM ADJUDICADO: Item 10 (LARANJA).

VALOR TOTAL: R\$ 6.960,00 (seis mil, novecentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 19.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - JAIR FRANCISCO DALLABONA

Publicação Nº 3651487

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 19/2022

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021.

CONTRATADO: JAIR FRANCISCO DALLABONA.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITEM ADJUDICADO: Item 10 (LARANJA).

VALOR TOTAL: R\$ 18.560,00 (dezoito mil, quinhentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 20.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - COOPERBARRA

Publicação Nº 3651488

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 20/2022

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021.

CONTRATADO: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES RURAIS DE BARRA VELHA - COOPERBARRA.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITENS ADJUDICADOS: Item 12 (MAÇÃ - NACIONAL), Item 16 (SUCO DE UVA TINTO INTEGRAL) e Item 23 (IOGURTE).

VALOR TOTAL: R\$ 188.029,28 (cento e oitenta e oito mil, vinte e nove reais e vinte e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 21.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - COOMAPEIXE

Publicação Nº 3651491

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 21/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021.

CONTRATADO: COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PISCICULTORES - COOMAPEIXE.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITENS ADJUDICADOS: Item 13 (PEIXE DE ÁGUA DOCE (FILÉ DE TILÁPIA)) e Item 24 (SOPA DE PESCADO DE TILÁPIA CONGELADA).

VALOR TOTAL: R\$ 168.809,74 (cento e sessenta e oito mil, oitocentos e nove reais e setenta e quatro centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 22.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - JEAN HENRIQUE GAULKE

Publicação Nº 3651493

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021.

CONTRATADO: JEAN HENRIQUE GAULKE.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITEM ADJUDICADO: Item 13 (TOMATE).

VALOR TOTAL: R\$ 39.999,98 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 23.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - NILSON LUEDERS

Publicação Nº 3651495

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2022
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021.

CONTRATADO: NILSON LUEDERS.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITEM ADJUDICADO: Item 20 (TANGERINA).

VALOR TOTAL: R\$ 11.088,00 (onze mil, oitenta e oito reais).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 24.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - GABRIEL TAMBOSI

Publicação Nº 3651498

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2022

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021.

CONTRATADO: GABRIEL TAMBOSI.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITEM ADJUDICADO: Item 21 (POLPA DE MARACUJÁ).

VALOR TOTAL: R\$ 25.968,82 (vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO 25.2022 FMDE - CHAMADA PÚBLICA 01.2021 - BERNADETE REITER HOWE

Publicação Nº 3651500

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 25/2022

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021.

CONTRATADO: BERNADETE REITER HOWE.

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios destinados a alimentação/merenda escolar conforme item(ns) abaixo descrito(s), tudo de conformidade com o edital de Chamada Pública n.º 01/2021, anexos, Lei n.º 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE/MEC nº 06, de 08 de maio de 2020, alterada pela Resolução nº 21 de 16 de novembro de 2021.

ITEM ADJUDICADO: Item 22 (CHEIRO VERDE).

VALOR TOTAL: R\$ 3.918,20 (três mil, novecentos e dezoito reais e vinte centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/02/2022.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONVÊNIO 01.2022 - REDE FEMENINA DE COMBATE AO CÂNCER

Publicação Nº 3651453

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 01/2022
CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONVENIADO/BANCO: REDE FEMENINA DE COMBATE AO CÂNCER.

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a cooperação técnica-operacional entre as partes, que consiste na designação, em caráter temporário, da profissional/servidora ANA PAULA DA SILVA (enfermeira lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do CONVENIENTE), para executar as suas atividades e expediente junto a sede da CONVENIADA, a contar de 01 de fevereiro de 2022 até 31 de janeiro de 2023.

Período de 01 de fevereiro de 2022 até 31 de janeiro de 2023

Data da Assinatura: 01/02/2022

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretária de Saúde

SEGUNDO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL CREDENCIAMENTO 19.2020 PMT - PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 3651456

SEGUNDO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 19/2020

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSENTAMENTO E REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS EM PARALELEPÍPEDOS, PAVER, LAJOTAS E/OU MATERIAIS SIMILARES EM VIAS, ESPAÇOS E LOCAIS PÚBLICOS DANIFICADOS PELOS CONSERTOS DE VAZAMENTOS, PARA REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES E REVITALIZAÇÕES DE ESPAÇOS PÚBLICOS, SENDO RESPEITADOS OS PROJETOS

CONSTRUTIVOS.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.102.764/0001-15, com sede na Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, nesta cidade, através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola (localizada na Rua Sibéria, n.º 75, Centro), representada pelo Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola, Sr. Adilson Mesch, da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços (localizada na Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, representado pela Secretária Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, a Srtª. Bruna de Andrade e do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, CNPJ 05.278.562/0001-15 (localizado na Rua Duque de Caxias n.º 56, Centro), representado pelo Diretor Presidente, o Sr. Waldir Girardi, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento na Lei n.º 8.666/1993 e alterações, considerando que:

- o Município de Timbó, através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola, promoveu credenciamento de empresas para prestação de serviços de assentamento e reposição de pavimentos em paralelepípedos, paver, lajotas e/ou materiais similares em vias, espaços e locais públicos danificados pelos consertos de vazamentos, para realização de manutenções e revitalizações de espaços públicos (Edital de Credenciamento nº 19/2020 PMT);
- sobreveio o Memorando nº 057/2022, de lavra da Sra. Tamires Smaniotto, Engenheira, com justificativas para a prorrogação dos serviços, visto estes serem necessários e imprescindíveis à manutenção das atividades e atribuições da municipalidade;
- serão mantidos todos os termos e condições do Edital, inclusive no que se refere aos pagamentos, objeto, finalidades, responsabilidades, obrigações e demais condições, ocorrendo apenas a prorrogação do prazo para credenciamento de empresas interessadas até a data de 11/03/2023, não acarretando assim nenhum prejuízo aos cofres da administração municipal;
- A prorrogação de prazo de validade, encontra amparo no preambulo do Edital de Credenciamento n.º 19/2020 PMT;
- tratam-se de serviços de natureza contínua e, por tal motivo, passíveis de prorrogação contratual, conforme estabelece o art. 57, II da Lei n.º 8.666/1993 ("Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: ... II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;");
- continuam abertas as inscrições para as empresas que pretendem participar do credenciamento, nos termos de Edital de Credenciamento n.º 19/2020 PMT;
- que a administração municipal sempre busca zelar e prezar pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere aos pagamentos, custos e atendimento a população.

RESOLVE prorrogar o Edital de Credenciamento nº 19/2020, mediante as seguintes condições:

**CLAUSULA PRIMEIRA - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES**

O prazo de vigência previsto no Edital Credenciamento nº 19/2020 fica por este Termo, prorrogado até a data de 11/03/2023.

As inscrições dos interessados a participar do credenciamento para futuro fornecimento ao Município de Timbó dos serviços constantes do objeto, poderão ser feitas a qualquer tempo, dentro do prazo de validade deste credenciamento, junto a Central de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC (Av. Getúlio Vargas, nº 700 - Centro, Timbó/SC), mediante apresentação dos documentos de habilitação, termo de aceitação dos preços e demais documentos, nas formas estabelecidas no Edital de Credenciamento n.º 19/2020.

RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Edital de Credenciamento nº 19/2020, e todos os demais atos e procedimentos a ele vinculados.

Timbó/SC, 01 de março 2022.

ADILSON MESCH
Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

BRUNA DE ANDRADE
Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**PORTARIA N. SAMAE- 144 DE 01 DE MARÇO DE 2022**

Publicação N° 3652034

PORTARIA N. SAMAE- 144 DE 01 DE MARÇO DE 2022

Cessa a Licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares concedida à servidora Viviane Aparecida Machado.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento no art. 93 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar n. 139, de 02/07/98;

Considerando o requerimento da servidora;

RESOLVE:

Art.1º CESSAR a Licença sem Vencimentos para Tratar de Assuntos Particulares, conferida à servidora VIVIANE APARECIDA MACHADO por meio da Portaria n. SAMAE – 109, de 07 de dezembro de 2021, a contar de 01 de março de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2022; 152º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA NO SAMAE – 145 DE 01 DE MARÇO DE 2022

Publicação N° 3652035

PORTARIA No SAMAE – 145 DE 01 DE MARÇO DE 2022

Concede Exoneração ao Servidor Público Municipal ocupante de cargo de provimento efetivo.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de dezembro de 2001, e pelo art. 49 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à pedido, à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionado:

NOME	CARGO PROVIMENTO EFETIVO	PORT.DE NOMEAÇÃO	A CONTAR DE
VIVIANE APARECIDA MACHADO	Auxiliar Operacional I	Nº SAMAE-39, de 24/04/2006	01/03/2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de março de 2022; 152º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Treze de Maio

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 03/2022/PMTM

Publicação N° 3650143

TOMADA DE PREÇOS N° 03/2022/PMTM AVISO DE LICITAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ED2959CB130BBBE188E76D95A82F01CDF6008D23

O Município de Treze de Maio/SC, torna público que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado, objetivando a contratação de empresa especializada em construção civil, para execução de serviços com fornecimento de material de pavilhão de concreto pré-moldado com estrutura metálica da cobertura na garagem municipal de Treze de Maio / SC. Os envelopes de habilitação e proposta deverão ser entregues até às 09:00 hrs do dia 18/03/2022 e a seção de abertura ocorrerá na mesma data e hora. O edital, todos os elementos integrantes e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, sito à Av. 7 de Setembro, 20, Centro, Treze de Maio/SC, de segunda a sexta-feira, pelo tel. (48) 3625 2100, em <https://www.trezedemaio.sc.gov.br/> ou pelo e-mail licitacao@trezedemaio.sc.gov.br. Treze de Maio, 28 de fevereiro de 2022.

Arthur Nandi Cesca - Presidente da comissão de licitação

Urupema

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 1/2022-PMU

Publicação N° 3646154

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 411E08405CC7A0AF2B1284E2A49E374ED8404CB9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA
TOMADA DE PREÇOS N°. 1/2022-PMU

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 17/03/2022, às 09h00min, na sede da Prefeitura, à Rua: Artur Pagani, 281, Centro, Urupema/SC, Tomada de preços pelo menor preço global, visando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, NO PERÍMETRO URBANO DE URUPEMA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA E CRONOGRAMA EM ANEXO. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014/3017 ou e-mail licitacao@urupema.sc.gov.br, das 08h00min as 12h00min e das 13h30min às 17h30min ou no site <https://www.urupema.sc.gov.br/>

Urupema, 02 de Março de 2022.

CRISTIANE MUNIZ PAGANI ALMEIDA
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Urussanga

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2022/PMU

Publicação Nº 3649959

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DF74BC03A1CC954C0A851A06F34162F7337C9A66

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2022/PMU

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo a contratação de empresa para a Reforma da Escola Municipal Magnólia Branca, no Bairro De Villa, no Município de Urussanga/SC, referente a Transferência de recursos financeiros do Governo do Estado-SED, através dos repasses das transferências especiais, destinada pela Portaria nº 466/SEF, Sob o número SGPe SED 118398/2021. E ainda a obra decorrente de recursos próprios com o Objeto: Reforma da Sede da Associação da Orquestra Municipal de Urussanga/SC, conforme especificações constantes dos projetos básicos e demais anexos que fazem parte integrante do referido Edital. Recebimento dos envelopes: até 09h00 do dia 22/03/2022 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h30 do dia 22/03/2022. O edital estará à disposição dos interessados das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, na página principal, ícone LICITAÇÕES. Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3465-1188.

Jair Nandi. Prefeito Municipal.

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 056/2022

Publicação Nº 3650796

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056/2022
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021 – PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionado para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2021 - PMV:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1.CARLA CARLESSO COMACHIO	65º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2.ARICELI FOSSATTI SCHMITT	74º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
3.KRISLEY KOEHLER	77º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
4.FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT	83º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
5.IVONETE APARECIDA INÁCIO DA CRUZ	93º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
6.EVANILSE SERIGHELLI BALDISSERA	98º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
7.CAROLINE KOZLOW	108º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
8.CRISTINA APARECIDA DA LUZ	109º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
9.SIMONE APARECIDA DA SILVA VIEIRA	120º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
10.IVETE BEATRIZ LINS	122º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
11.SIRLENE DE LIMA	124º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
12.KATIANE DA SILVA NUNES	125º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
13.LUIZA ESDUARDA DE CÓRDOVAS	128º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
14.ELIZABETE SCHULZ	129º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
15.MICHELI DE JESUS	131º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
16.ANDRESSA ANTUNES	132º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
17.TALITA RIBEIRO DOS SANTOS MACHADO	138º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
18.STEFANI CANANI THIBES	140º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
19.JESSICA DA CRUZ OZORIO	149º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
20.ADRIANA DE FÁTIMA SANTOS	150º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
21.MARLI DA APARECIDA KOHLER	152º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
22.MARCELINA MARIA LEISMANN	156º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
23.SANDRA FARIAS SILVA	157º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
24.LALESKA FERREIRA FERNANDES	160º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
25.GIOVANA PEDROSO	165º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
26.GISELE MORAIS	171º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
27.TAIANE MEIRA DOS SANTOS	174º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
28.JANETE MARIA CHAVES MACIEL	177º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
29.IVETE DE RAMOS	179º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 01 de março de 2022.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 057/2022

Publicação Nº 3650798

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 057/2022
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2021 – PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionado para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 002/2021 - PMV:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1.DAIANE FIORESE	19º	Professor – Área de Atuação: Educação Infantil
2.JULIANA MARIA DIAS NUNES DE ALMEIDA	20º	Professor – Área de Atuação: Educação Infantil
3.ODAIRA MOREIRA SCHIZZI	30º	Professor – Área de Atuação: Educação Infantil
4.DANIELI JULIANE BERTI PANIGAZ	34º	Professor – Área de Atuação: Educação Infantil
5.ISABEL NOEMI ANDRIN ALVES	49º	Professor – Área de Atuação: Educação Infantil
6.CAROLINE GOLIN	57º	Professor – Área de Atuação: Educação Infantil
7.JOSEANE DE LARA	60º	Professor – Área de Atuação: Educação Infantil
8.ANDRESSA RIBEIRO DOS SANTOS	66º	Professor – Área de Atuação: Educação Infantil
9.LETÍCIA RENATA VERONA	67º	Professor – Área de Atuação: Educação Infantil
10.FERNANDA APARECIDA SCUSSIATO	55º	Professor – Área de Atuação: Séries Iniciais
11.ELIANE BORGES	56º	Professor – Área de Atuação: Séries Iniciais
12.ITAMARA ZILDA BENTO DOS SANTOS	57º	Professor – Área de Atuação: Séries Iniciais
13.PATRICIA DELUQUE DE MEIRA	58º	Professor – Área de Atuação: Séries Iniciais
14.ALIN KATIUCE SPEZZATTO	8º	Professor: Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais: Matemática

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;

- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 01 de março de 2022.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 058/2022

Publicação N° 3650799

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 058/2022
PROCESSO SELETIVO N° 001/2020 – PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionado para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2020 - PMV:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1.MARIELE CHRISTINA SCHUCK	5º (REP)	Professor: Área de Atuação: Ensino Infantil e Fundamental: Educação Física
2.ROBSON ALEXANDRE NETO	11º (REP)	Professor: Área de Atuação: Ensino Infantil e Fundamental: Educação Física
3.LUCIANO FROGUEL	4º	Professor: Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais: História

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 01 de março de 2022.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 059/2022

Publicação N° 3651842

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 059/2022
PROCESSO SELETIVO N° 001/2020 – FME

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionado para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2020 - FME:

CONVOCADOS	CLASSIF.	CARGO
1.PAOLA CAMPOS	9º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2.TAUANA LIBARDONI DE MELLO	10º	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 01 de março de 2022.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 33 A 34/2022

Publicação N° 3651264

Ata N°.: ATA 33/2022

Contratante.: MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Fornecedor.: JG FROM HOME SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

Valor : R\$208.000,00 (duzentos e oito mil reais).

Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 01/03/2023

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 01/2022 FMEV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Ata N°.: ATA 34/2022

Contratante.: MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Fornecedor.: PAPAGAIO EVENTOS ESPORTIVOS

Valor : \$68.500,00 (sessenta e oito mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 01/03/2022 Término: 01/03/2023

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 01/2022 FMEV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EXTRATO RETIFICAÇÃO CONTRATO Nº 31 E 32/2022

Publicação Nº 3650822

Correção da publicação dos valores dos contratos abaixo:

Contrato Nº.: CT 31/2022

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA.

Contratada...: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A.

Valor :R\$ 78.519,00 (setenta e oito mil quinhentos e dezenove reais).

Valor : R\$114.499,44(cento e quatorze mil quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos).

Vigência : Início: 23/02/2022 Término: 23/02/2023

Licitação : Pregão Eletrônico Nº.:03/2022

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LINKS DE INTERNET COM TECNOLOGIAS EM FIBRA ÓPTICA E A RÁDIO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS, SENDO UMA REDE MULTI-SERVIÇOS, FORNECENDO ACESSO À INTERNET PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, ÓRGÃOS PARTICIPANTES E AINDA VISA

Contrato Nº.: CT 32/2022

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA.

Contratada...: GNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Valor :R\$ 10.571,28 (dez mil quinhentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).

Valor : R\$18.499,92(dezoito mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

Vigência : Início: 23/02/2022 Término: 23/02/2023

Licitação : Pregão Eletrônico Nº.:03/2022

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LINKS DE INTERNET COM TECNOLOGIAS EM FIBRA ÓPTICA E A RÁDIO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS, SENDO UMA REDE MULTI-SERVIÇOS, FORNECENDO ACESSO À INTERNET PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, ÓRGÃOS PARTICIPANTES E AINDA VISA

HOMOLOGAÇÃO PE 01/2022-FMEV

Publicação Nº 3651266

O Município de Videira, através da Fundação Municipal de Esportes, comunica a homologação do seguinte ato:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022 - FMEV

PROCESSO Nº 01/2021

HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2022

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LOCAÇÃO DE TABLADO DE PALCO E TRELIÇAS PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Fornecedor...: JG FROM HOME SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

Valor : R\$208.000,00 (duzentos e oito mil reais).

Fornecedor...: PAPAGAIO EVENTOS ESPORTIVOS

Valor : R\$68.500,00 (sessenta e oito mil e quinhentos reais).

Videira - SC, 01/03/2022

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2022 FMAS - JUSTIFICATIVA

Publicação Nº 3650770

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 63AAFE05646BDF0EA32718AC28D643D58EE29B6E

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2022 FMAS - JUSTIFICATIVA

O Município de Videira – através do Fundo Municipal Assistência Social, comunica os seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2022 - FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PASSAGENS DA EMPRESA "UNESUL DE TRANSPORTES LTDA " PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E SETORES PERTENCENTES A ELE, CONFORME LEI 3520/17.

JUSTIFICATIVA DA COMPRA: "Benefícios eventuais são benefícios de caráter suplementar e provisório prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte e outras situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, conforme estabelece a Lei nº 8.742, de 07/12/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em seu art. 22, a Resolução CNAS nº 212, de 19/10/2006 o Decreto nº 6.307, de 14/12/2007.

As passagens caracterizam-se por um benefício eventual, amparado por força de Lei Federal, como também, por Lei Municipal, sendo esta a Lei nº 3520 de 20/12/17, aonde se lê:

"Lei Municipal nº 3520 de 20/12/17, que dispõe sobre a regulamentação da Concessão de Benefícios Eventuais da Política de Assistência

Social, sendo:

Art. 26 – O benefício eventual em forma de auxílio viagem constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, através do fornecimento de passagens rodoviárias conforme a legislação vigente, a outras cidades, com o objetivo de garantir aos cidadãos e as famílias, mediante estudo e parecer social:

I – Condições dignas de retorno à cidade de origem;

II – Visita de extrema urgência a parentes de até 2º grau em linha reta e colateral em caso de internação hospitalar ou morte;

III – Visitas especiais, incluindo visitas a centros de atendimentos socioeducativos;

IV – Retorno de internos a presídios;

V – Visitas a instituições de abrigamento;

As passagens serão utilizadas pelas Assistentes Sociais do Município, técnicas responsáveis pelas liberações das mesmas, como também pelos estudos sociais, que é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos socioeconômicos, familiares e culturais, documento este que comprova a situação de vulnerabilidade social, que caracteriza a condição de indivíduos que estão a margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos.”

É a justificativa apresentada pelo Sra. Juliana Rostirola, Diretora Interina Depto. Ação Social e Fernanda Schultz, Assessora Administrativa.

VALOR DA COMPRA: R\$ 9.978,85 (nove mil novecentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)

FUNDAMENTO: Artigos 25, CAPUT, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 01 de Março de 2022.

Fabiano Luiz Marafon
Secretário de Gabinete

Código TCE/SC: 63AAFE05646BDF0EA32718AC28D643D58EE29B6E

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2022 – FMAS - HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 3650771

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2022 – FMAS - HOMOLOGAÇÃO

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2022 - FMAS

HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PASSAGENS DA EMPRESA "UNESUL DE TRANSPORTES LTDA " PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E SETORES PERTENCENTES A ELE, CONFORME LEI 3520/17.

FORNECEDOR: UNESUL DE TRANSPORTES LTDA

VALOR DA COMPRA: R\$ 9.978,85 (nove mil novecentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)

FUNDAMENTO: Artigos 25, CAPUT, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 01 de Março de 2022.

FABIANO LUIZ MARAFON
Secretário Municipal de Gabinete

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2022 FMAS - JUSTIFICATIVA

Publicação Nº 3651104

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D109269AB5F6CC6E73C4DD79FABD3FDB990D034B

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2022 FMAS - JUSTIFICATIVA

O Município de Videira – através do Fundo Municipal Assistência Social, comunica os seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2022 - FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PASSAGENS DA EMPRESA "AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA " PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E SETORES PERTENCENTES A ELE, CONFORME LEI 3520/17.

JUSTIFICATIVA DA COMPRA: “Benefícios eventuais são benefícios de caráter suplementar e provisório prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte e outras situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, conforme estabelece a Lei nº

8.742, de 07/12/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em seu art. 22, a Resolução CNAS nº 212, de 19/10/2006 o Decreto nº 6.307, de 14/12/2007.

As passagens caracterizam-se por um benefício eventual, amparado por força de Lei Federal, como também, por Lei Municipal, sendo esta a Lei nº 3046 de 20/12/13, aonde se lê:

"Lei Municipal nº 3046 de 20/12/13, que dispõe sobre a regulamentação da Concessão de Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social, sendo:

Art. 13 – O alcance do benefício auxílio deslocamento é destinado à família e terá, preferencialmente, os seguintes critérios:

I – Necessidade de retorno ao Município de origem;

II – Visita a familiares que se encontram em presídios ou instituições de abrigamento em outros Municípios;

III – Falecimento de parentes consanguíneos ou afins até segundo grau, que residam em outro município, mediante apresentação de laudo médico ou atestado de óbito, ou comprovação da Instituição Pública ou Privado do município de destino."

As passagens serão utilizadas pelas Assistentes Sociais do Município, técnicas responsáveis pelas liberações das mesmas, como também pelos estudos sociais, que é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos socioeconômicos, familiares e culturais, documento este que comprova a situação de vulnerabilidade social, que caracteriza a condição de indivíduos que estão à margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos"

É a justificativa apresentada pelo Sra. Juliana Rostirola, Diretora Interina Depto. Ação Social e Fernanda Schultz, Assessora Administrativa.

VALOR DA COMPRA: R\$ 23.284,80 (Vinte e três mil duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)

FUNDAMENTO: Artigos 25, CAPUT, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 01 de Março de 2022.

Fabiano Luiz Marafon
Secretário de Gabinete

Código TCE/SC: D109269AB5F6CC6E73C4DD79FABD3FDB990D034B

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2022 – FMAS - HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 3651108

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2022 – FMAS - HOMOLOGAÇÃO

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2022 - FMAS

HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PASSAGENS DA EMPRESA "AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA " PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E SETORES PERTENCENTES A ELE, CONFORME LEI 3520/17.

FORNECEDOR: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA

VALOR DA COMPRA: R\$ 23.284,80 (Vinte e três mil duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)

FUNDAMENTO: Artigos 25, CAPUT, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 01 de Março de 2022.

FABIANO LUIZ MARAFON
Secretário Municipal de Gabinete

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2022 FMAS - JUSTIFICATIVA

Publicação Nº 3651542

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2D4036A10575F8B48EC4FF5F3A1CC0216E877551

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2022 FMAS - JUSTIFICATIVA

O Município de Videira – através do Fundo Municipal Assistência Social, comunica os seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2022 - FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PASSAGENS DA EMPRESA REUNIDAS TURISMO S.A. PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E SETORES PERTENCENTES A ELE, CONFORME LEI Nº 3520/17.

JUSTIFICATIVA DA COMPRA: "Benefícios eventuais são benefícios de caráter suplementar e provisório prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte e outras situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, conforme estabelece a Lei nº 8.742, de 07/12/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em seu art. 22, a Resolução CNAS nº 212, de 19/10/2006 o Decreto nº 6.307, de 14/12/2007.

As passagens caracterizam-se por um benefício eventual, amparado por força de Lei Federal, como também, por Lei Municipal, sendo esta a Lei nº 3046 de 20/12/13, aonde se lê:

"Lei Municipal nº 3046 de 20/12/13, que dispõe sobre a regulamentação da Concessão de Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social, sendo:

Art. 13 – O alcance do benefício auxílio deslocamento é destinado à família e terá, preferencialmente, os seguintes critérios:

I – Necessidade de retorno ao Município de origem;

II – Visita a familiares que se encontram em presídios ou instituições de abrigamento em outros Municípios;

III – Falecimento de parentes consanguíneos ou afins até segundo grau, que residam em outro município, mediante apresentação de laudo médico ou atestado de óbito, ou comprovação da Instituição Pública ou Privado do município de destino."

As passagens serão utilizadas pelas Assistentes Sociais do Município, técnicas responsáveis pelas liberações das mesmas, como também pelos estudos sociais, que é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos socioeconômicos, familiares e culturais, documento este que comprova a situação de vulnerabilidade social, que caracteriza a condição de indivíduos que estão a margem da sociedade, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, principalmente por fatores socioeconômicos"

É a justificativa apresentada pelo Sra. Juliana Rostirola, Diretora Interina Depto. Ação Social e Fernanda Schultz, Assessora Administrativa.

VALOR DA COMPRA: R\$ 21.623,15 (Vinte e um mil seiscentos e vinte e três reais e quinze centavos)

FUNDAMENTO: Artigos 25, CAPUT, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 01 de Março de 2022.

Fabiano Luiz Marafon
Secretário de Gabinete

Código TCE/SC: 2D4036A10575F8B48EC4FF5F3A1CC0216E877551

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2022 – FMAS - HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 3651543

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2022 – FMAS - HOMOLOGAÇÃO

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2022 - FMAS

HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PASSAGENS DA EMPRESA REUNIDAS TURISMO S.A. PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E SETORES PERTENCENTES A ELE, CONFORME LEI Nº 3520/17.

FORNECEDOR: REUNIDAS TURISMO S.A

VALOR DA COMPRA: R\$ 21.623,15 (Vinte e um mil seiscentos e vinte e três reais e quinze centavos)

FUNDAMENTO: Artigos 25, CAPUT, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 01 de Março de 2022.

FABIANO LUIZ MARAFON
Secretário Municipal de Gabinete

TERMOS ADITIVOS 27, 28, 29, 30 E 31/2022

Publicação Nº 3651408

Termos Aditivos nº 27, 28, 29, 30 e 31.2022

Atas de Registro de Preço nº 183, 185, 186, 189 e 187/2022

Processo: Pregão Eletrônico nº 76/2022

Contratados: MÁRCIO JOSÉ DECKER ME, GELVAN COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI, NC COMERCIAL LTDA, MANOI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI E MC COMÉRCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA.

Objeto: As partes acima identificadas acordam aditar as Atas de Registro de Preço nº 183, 185, 186, 187 e 189/2022, com o fim de prorrogar seu prazo de vigência, com efeitos a partir de 26/02/2022 até 25/08/2022.

Data: 25/02/2022

CONTRATO Nº 37/2022

Publicação Nº 3651114

Pág 1 / 1

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA

Compras e Contratos

Relatório de Contratos

filtroInicialDataVigIncial: 01/03/2022 filtroFinalDataVigIncial: 31/12/2022 codigoFornecedor: 1903640 Somente Aditivos: Não



Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
CT 37 / 2022	01/03/2022	31/12/2022	31/12/2022	01/03/2022	Inexigibilidade - 3/2022	1903640 - AUTO VIACAO CATARINENSE LTDA	23.284,80
AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PASSAGENS DA EMPRESA "AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA " PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E SETORES PERTENCENTES A ELE, CONFORME LEI 3520/17.							

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WCO v2015.04

Identificador: WCO321101-3304-EXPOJFQWZORZO-9 - Emitido por: MAYNARA GULL

01/03/2022 13:53:05 -03:00

CONTRATO Nº 38/2022

Publicação Nº 3651550

Pág 1 / 1

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA

Compras e Contratos

Relatório de Contratos

filtroInicialDataVigIncial: 01/03/2022 filtroFinalDataVigIncial: 31/12/2022 codigoFornecedor: 2090961 Somente Aditivos: Não



Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
CT 38 / 2022	01/03/2022	31/12/2022	31/12/2022	01/03/2022	Inexigibilidade - 4/2022	2090961 - REUNIDAS TRANSPORTES S.A	21.623,15
AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PASSAGENS DA EMPRESA REUNIDAS TURISMO S.A. PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E SETORES PERTENCENTES A ELE, CONFORME LEI Nº 3520/17.							

IPM Sistemas Ltda
Atende Natl - WCO v/2015.04

Identificador: WCO321101-3304-KARHENIYUUN-3 - Emitido por: MAYNARA GUILL

01/03/2022 17:02:28 -03:00

EXTRATO DO CONTRATO N. 36/2022

Publicação Nº 3650775

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA

Compras e Contratos

Relatório de Contratos

filtrInitialDataVigInicial: 01/03/2022 filtrFinalDataVigInicial: 31/12/2022 Somente Aditivos: Não

Pág 1 / 1



Número/Ano	Vig. Inicial	Vig. Final	Vencimento	Assinatura	Licitação	Fornecedor	Valor
CT 36 / 2022	01/03/2022	31/12/2022	31/12/2022	01/03/2022	Inexigibilidade - 2/2022	90808 - UNESUL TRANSP LTDA	9.978,85
AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PASSAGENS DA EMPRESA "UNESUL DE TRANSPORTES LTDA " PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E SETORES PERTENCENTES A ELE, CONFORME LEI 3520/17.							

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WCO v2015.04

Identificador: WCO321101-3304-OARMPROBDLWVM-5 - Emitido por: MAYNARA GUILL

01/03/2022 08:34:14 -03:00

Witmarsum

PREFEITURA

EXTRATO 16/2022 - DIA DA MULHER E PÁSCOA

Publicação Nº 3651350

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2022

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2022

O Prefeito Municipal de Witmarsum/SC, justifica o Processo Licitatório modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO para CONTRATAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE BRINDES PARA FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA MULHER E PÁSCOA, através da MALUVALE ATACADISTA LTDA – SOB CNPJ 04.064.874/0001-63, no valor total de R\$ 15.801,00 (quinze mil oitocentos e um reais), fundamentada pelo art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site www.witmarsum.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3358-1304.

Witmarsum/SC, em 24 de fevereiro de 2022.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

EXTRATO 18/2022 - AQUISIÇÃO DE PEDRA GRANÍTICA

Publicação Nº 3651352

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Witmarsum – SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, no dia 11/03/2022, às 08:15 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, nº1520, Centro, AQUISIÇÃO DE BRITA Nº 2 DE PEDRA GRANÍTICA DESTINADA A RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE TRECHOS DA MALHA VIÁRIA VICINAL DESTA MUNICIPALIDADE. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site www.witmarsum.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3358-1304.

Witmarsum/SC, em 01 de março de 2022.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004/2022

Publicação Nº 3651522

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Leis Municipais nº 3.157/2009 e 4.215/2020, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Concorrência Pública nº 0004/2022, do tipo TÉCNICA E PREÇO, tendo como objeto a Alienação com Transferência de Domínio de 13 (treze) bens imóveis urbanos, conforme descrito no edital e seus anexos, autorizados pela Lei Municipal n. 4.258, de 09 de julho de 2021, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos das supras referidas Leis. O recebimento dos envelopes será até às 08h45min, do dia 19/04/2022 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê. Retirada do Edital e anexos no website da Prefeitura Municipal www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 01 de março de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 0007/2022

Publicação Nº 3650753

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 0007/2022, do tipo menor preço global, tendo como objeto a Contratação de Empresa para a Execução de Obras de Reforma e Recuperação de uma Residência Unifamiliar, com área de 125,15 m², situada na Rua Sergipe, nº 430, Bairro Vila Sésamo, Xanxerê, SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma e demais projetos anexos ao presente, em cumprimento de Termo de Ajuste de Conduta Inquérito Civil nº 06.201900002497-7. O recebimento das propostas será até às 08h45min, do dia 22 de março de 2022 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê. Retirada do Edital e anexos no website da Prefeitura Municipal www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 28 de fevereiro de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO E Nº 0006/2022

Publicação Nº 3650969

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0003/2022

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: DISK CARTUCHOS LTDA ME

Objeto: Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Impressos, Portfólios, Caderno para Aluno e Professor, Agenda Escolar, Cópias, Encadernações, Estojo para alunos e Necessaire para Professores da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações do edital e seus anexos.

Valor: R\$ 24.660,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 28 de fevereiro de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0004/2022

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: ZULI GRÁFICA EDITORA E EMBALAGENS LTDA

Objeto: Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Impressos, Portfólios, Caderno para Aluno e Professor, Agenda Escolar, Cópias, Encadernações, Estojo para alunos e Necessaire para Professores da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações do edital e seus anexos.

Valor: R\$ 600,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 28 de fevereiro de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0005/2022

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - EPP

Objeto: Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Impressos, Portfólios, Caderno para Aluno e Professor, Agenda Escolar, Cópias, Encadernações, Estojo para alunos e Necessaire para Professores da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações do edital e seus anexos.

Valor: R\$ 16.870,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 28 de fevereiro de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0006/2022

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: ALFA PRINT SUBLIMAÇÃO EDITORA E GRÁFICA LTDA ME

Objeto: Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Impressos, Portfólios, Caderno para Aluno e Professor, Agenda Escolar, Cópias, Encadernações, Estojo para alunos e Necessaire para Professores da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações do edital e seus anexos.

Valor: R\$ 32.550,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 28 de fevereiro de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0007/2022

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: CDC INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS EIRELI EPP

Objeto: Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Impressos, Portfólios, Caderno para Aluno e Professor, Agenda Escolar, Cópias, Encadernações, Estojo para alunos e Necessaire para Professores da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações do edital e seus anexos.

Valor: R\$ 85.150,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 28 de fevereiro de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0008/2022

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: ALAN DE OLIVEIRA

Objeto: Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Impressos, Portfólios, Caderno para Aluno e Professor, Agenda Escolar, Cópias, Encadernações, Estojo para alunos e Necessaire para Professores da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações do edital e seus anexos.

Valor: R\$ 3.000,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 28 de fevereiro de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0009/2022

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: MARCELO SIMONI ME

Objeto: Registro de preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Impressos, Portfólios, Caderno para Aluno e Professor, Agenda Escolar, Cópias, Encadernações, Estojo para alunos e Necessaire para Professores da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações do edital e seus anexos.

Valor: R\$ 2.185,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 28 de fevereiro de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 0119/2021

Publicação Nº 3650986

Extrato da Rescisão do Contrato de nº 0119/2021

Distratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Distratado: GIROLETTA & GIROLETTA LTDA

Tem por objeto o presente termo, a rescisão unilateral do contrato nº 0119/2021 cujo objeto era a Aquisição de Ataúdes, Prestação de Serviços Funerais e Serviços de Transporte para o Translado, por km rodado, originário do Processo de Licitação nº 0116/2019 – Pregão Presencial nº 0051/2019.

Fica rescindindo unilateralmente, a partir da presente data, o Contrato nº 0119/2019 firmado em 19 de julho de 2021, de acordo com o Parecer Jurídico anexo ao Processo Licitatório.

Xanxerê-SC, 01 de março de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0031/2020

Publicação Nº 3651176

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0031/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratada: C4 SISTEMAS LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para Fornecimento de Sistema de Interfaceamento Laboratorial, licença de uso permanente, manutenção e suporte, para o Laboratório de Análises Clínicas, contemplando implantação/instalação, treinamento e serviços técnicos, descritos no Edital e seus anexos.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 10 de março de 2022, vigorando até 09 de março de 2023, sem reajuste de preço, conforme solicitação em ofício da Secretaria Municipal Saúde e Parecer Jurídico, que seguem em anexo.

Xanxerê-SC, 01 de março de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0048/2020

Publicação Nº 3651144

Extrato de 5º Aditivo ao Contrato nº 0048/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: NICOLLI & MENDES ENGENHARIA E OBRAS LTDA

Objeto: Serviços de Revitalização e Reforma da Casa da Cultura Maria Rosa do Município de Xanxerê. Recursos oriundos do contrato de repasse OGU nº 869968/2018.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, por mais 60 (sessenta) dias a contar do dia 02 de março de 2022 e vigorando até o dia 01 de maio de 2022, conforme solicitação em Ofício da Contratada, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços e do Parecer Jurídico, que seguem em anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 01 de março de 2022. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0027/2022

Publicação Nº 3651341

Extrato de Contrato nº 0027/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

CONTRATADO: GEOVIAS ENGENHARIA LTDA EPP

Objeto: Execução da Revisão do Plano Municipal de habitação de Interesse Social e Proposição da Minuta de Lei Municipal, conforme especificações constantes no Edital, contrato e seus anexos.

Valor total: R\$ 119.950,00

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 28 de fevereiro de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO DA ATA RP Nº 0109/2021

Publicação Nº 3651158

RETIFICAÇÃO DA ATA RP Nº 0109/2021

O Município de Xanxerê-SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Oscar Martarello, retifica a publicação realizada no dia 24/09/2021, no Diário Oficial dos Municípios (DOM), Edição nº 3631, página nº 2151, retificando o texto: Onde se Lê: Valor: R\$ 2.400,00, Lê-se: R\$ 24.000,00.

Xanxerê-SC, 01 de março de 2022. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0008/2022

Publicação Nº 3651446

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE XANXERÊ	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 8/2022
	Processo Adm.: 49/2022 Data do Processo: 28/02/2022

CNPJ: 10.396.929/0001-35 **Telefone:** (49) 3441-8500
Endereço: Rua Coronel Santos Marinho, 116 - Centro
CEP: 89820-000 - Xanxerê

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Sr. OSCAR MARTARELLO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 49/2022
b) **Nr. Licitação:** 8/2022 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 28/02/2022
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Manutenção Preventiva Anual das 10 (dez) câmaras frias para a conservação das vacinas que pertencem ao Município de Xanxerê, através de Dispensa de Licitação, com base no Art. 24, Inciso II, da Lei Nº 8.666/93.*

Participante: VINICIUS ANDRE PETRY

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviços de Manutenção Preventiva Anual de câmaras frias para a conservação das vacinas que pertencem ao Município de Xanxerê. - Prestação de serviços de Manutenção Preventiva Anual das 10 (dez) câmaras frias para a conservação das vacinas que pertencem ao Município de Xanxerê. A manutenção deverá contemplar o que está recomendado pelo Manual de Rede de Frios da Anvisa: Revisão Eletrônica e Elétrica; Calibração; Aferição; Ajuste de Sensores de Temperatura; Rastreabilidade via RBC (Rede Brasileira de Calibração); Análise Visual da integridade estrutural do equipamento; conferência das vedações dos equipamentos; Valor incluso o deslocamento do Técnico.	10,000	SV	730,00	7.300,00

Total do Participante: 7.300,00**Total Geral:** 7.300,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUT. DAS DESPESAS RECURSOS SUS/MANUTENÇÃO	15.001.10.301.1001.2066.3.3.90.00.00	R\$ 7.300,00

Xanxerê, 28/02/2022

OSCAR MARTARELLO
PREFEITO MUNICIPAL

Consórcios

CIMVI

CONTRATO Nº 2019/017 - QUINTO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 3652118

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2019/017

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Diretor Executivo, Fernando Tomaselli, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro a empresa CHAMELLA SOFTWARE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.094.356/0001-74, com sede na rua Diamantina, nº. 615, bairro Capitais, cidade de Timbó - SC, representada por Willimar Koehler, inscrito(a) no CPF nº 820.893.459-34, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com a Licitação Pregão Presencial nº 024/2019 e com fundamento nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2019/017, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

0.1 CONSIDERANDO o resultado do Processo Licitatório nº 024/2019 mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 2019/017;

0.2 CONSIDERANDO a proximidade do encerramento dos prazos do contrato;

0.3 CONSIDERANDO o interesse na manutenção do contrato e a aceitação da CONTRATADA na prorrogação do mesmo por mais 03 (cinco) meses, a contar de 18 de Fevereiro de 2022;

0.4 CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos serviços, a disponibilidade da empresa CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas no orçamento 2020/2021 do CIMVI para esta finalidade e a previsão de alteração, prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme sua Cláusula Terceira e artigo 57, II da Lei nº 8.666/93;

0.5 É celebrado o presente termo aditivo ao contrato.

DA CLAUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 O presente termo aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

DA CLAUSULA TERCEIRA – DA RENOVAÇÃO

3.1 As partes ajustam, de comum acordo, que o Contrato Administrativo nº 2019/017 fica renovado, pelo presente instrumento, para igual objeto nos próximos três meses.

3.2 Os prazos de vigência e de execução de que tratam a Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 2019/017 ficam alterados por este instrumento, prorrogando-se em três meses, contados do término oriundo do quarto termo aditivo da contratação (18/02/2022), findando em 18/05/2022, mantida a possibilidade de novas alterações, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

4.1. A CONTRATADA declara que as alterações feitas por este termo aditivo recompõe o equilíbrio econômico financeiro contratual originário, renunciando a todo direito material e/ou de ação que porventura tenha em desfavor do CONTRATANTE, assumindo o dever de cumprir fielmente com todas as obrigações pactuadas no contrato originário, neste termo aditivo, no Pregão Presencial e demais disposições aplicáveis. Não haverá qualquer direito a indenização de quaisquer das partes em razão do pactuado no presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1. As demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as disposições de que tratam o presente termo, ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam a presente alteração, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Timbó, 16 de fevereiro de 2022.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Diretor Executivo: Fernando Tomaselli

CONTRATADA

Chamella Software Ltda - ME

Representante legal: Willimar Koehler

Patricia Barbaresco

Assessora Jurídica

OAB/SC 48.380 - Visto

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado

OAB/SC 17.721 - Visto

Arlete Regilene Scoz

Gestora de Cultura, Esporte e Turismo do CIMVI

CINCATARINA**AC22CIN0014 - KAENG**

Publicação Nº 3651166

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0723C6DE950E7302E5DFF2AEA9FF2F6B5C8F1C18

TERMO ADITIVO AC22CIN0014

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI.
OBJETO:	O objeto do contrato compreende a execução de serviços rotineiros para RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA, nas rodovias, estradas, ruas e avenidas municipais e/ou municipalizadas, localizadas nos municípios consorciados e identificados No Processo Administrativo Licitatório - PAL.
PROCESSO:	e-PAL Nº 10389/2021-e – PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 040A/2021
CONTRATO/ADITIVOS:	CT21CIN0019/AC21CIN0075/AC22CIN0002/ AC22CIN0005
DATA:	01.09.2021
VIGÊNCIA:	01.09.2021 a 31.08.2022

CONSIDERANDO a necessidade atendimento dos municípios consorciados, em razão da utilização de alguns itens previstos, que durante a execução possuem maior ou menor necessidade e demanda de utilização, em especial obra de saneamento de caráter emergencial;

CONSIDERANDO que existe previsão legal (art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93) e previsão contratual (cláusula nona, 9.7), até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado no contrato;

CONSIDERANDO que as reduções e acréscimos se tratam de prerrogativa da Administração Pública e de obrigatoria aceitação pela Contratada, nas mesmas condições contratuais, nos termos da lei.

Art. 1º As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e contratuais, ajustam e contratam o que segue:

I – Acréscimo dos quantitativos dos subitens 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.9 e 2.10 da planilha quantitativa da proposta de preços apresentada pela Contratada, conforme tabela abaixo:

Tabela 01 - Subitens Acrescidos do ITEM 2

SUBITEM	QTD ACRESCIDA	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (pós reequilíbrio) R\$	VALOR TOTAL (R\$)
2.3	250,00	M³	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - (EXCLUSIVE TRANSPORTE E CAP)	448,34	112.085,00
2.4	30,00	T	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO CAIXA NA ANO ACRESCIDO DE ICMS)	5.317,63	159.528,90
2.5	12.000,00	M²	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C (EXCLUSIVE RR-2C)	0,90	10.800,00
2.6	6.000,00	Kg	EMULSÃO ASFÁLTICA CATIONICA RR -2C PARA USO EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (COLETADO CAIXA NA ANO ACRESCIDO DE ICMS)	3,40	20.400,00
2.9	8.000,00	M³xKM	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (TRANSPORTE CAUQ PISTA)	0,80	6.400,00
2.10	10.000,00	TxKM	TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO, COM CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE 30000 L EM RODOVIA PAVIMENTADA (DMT ATÉ 381 KM)	0,50	5.000,00
TOTAL					R\$ 314.213,90

II – Acréscimo dos quantitativos dos subitens 9.3, 9.5, 9.6 e 9.9 da planilha quantitativa da proposta de preços apresentada pela Contratada, conforme tabela abaixo:

Tabela 02 - Subitens Acrescidos do ITEM 9

SUBITEM	QTD ACRESCIDA	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (pós reequilíbrio) R\$	VALOR TOTAL R\$
9.3	45,00	M³	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - (EXCLUSIVE TRANSPORTE E CAP)	477,13	21.470,85
9.4	5,00	T	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO CAIXA NA ANO ACRESCIDO DE ICMS)	5.317,63	26.588,15
9.5	14.000,00	M²	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C (EXCLUSIVE RR-2C)	0,90	12.600,00
9.6	6.000,00	Kg	EMULSÃO ASFÁLTICA CATIONICA RR -2C PARA USO EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (COLETADO CAIXA NA ANO ACRESCIDO DE ICMS)	3,40	20.400,00
9.9	15.000,00	M³xKM	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (TRANSPORTE CAUQ PISTA)	0,80	12.000,00
TOTAL					R\$ 93.059,00

Art. 3º Fica alterado o valor total previsto na cláusula segunda do contrato em epígrafe para R\$ 4.551.749,50 (quatro milhões e quinhentos e cinquenta e um mil e setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos) uma diferença maior de R\$ 314.213,90 (trezentos e quatorze mil e duzentos e treze reais e noventa centavos) para o ITEM 02, em relação ao valor do contrato após aditivo AC22CIN0005, o que somando com os demais aditivos corresponde a um acréscimo de 19,78% do valor original do contrato. E para R\$ 3.416.477,50 (três milhões e quatrocentos e dezesseis mil e quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos) uma diferença maior de R\$ 93.059,00 (noventa e três mil e cinquenta e nove reais) para o ITEM 09, em relação ao valor do contrato após aditivo AC22CIN0002, o que somando com os demais aditivos corresponde a um acréscimo de 10,21% do valor original do contrato.

Art. 4º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis (SC), 28 de Fevereiro de 2022.

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA Elói Rönau Diretor Executivo CONTRATANTE	KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI Alexandre Caldeira Sócio Administrador CONTRATADA
--	--

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª –
2ª –

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

AT22CIN009738-MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ-GIGA1.COM EIRELI-PAL0056652021

Publicação Nº 3651664

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN009738
 ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
 ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ
 FORNECEDOR: GIGA1.COM EIRELI
 PAL: 005665/2021 - CINCATARINA
 EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA
 REGISTRO DE PREÇO
 VIGÊNCIA: 14/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU
 DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN009851-MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651692

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN009851

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN009855-MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651693

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN009855

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN009884-MUNICÍPIO DE IMARUÍ-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651691

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN009884

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IMARUÍ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN009920-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651690

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN009920

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN010030-ÁGUAS DE CHAPECÓ-FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME-PAL0001702021

Publicação Nº 3651563

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN010030

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 000170/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0002/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/02/2022 a 09/03/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de IMPRESSORAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN010177-MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651694

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN010177

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN010209-MUNICÍPIO DE IMARUÍ-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651696

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN010209

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IMARUÍ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN010239-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651697

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN010239

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN010325-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAIÓ-R7 DIGITAL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA-PAL0056652021

Publicação Nº 3651666

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN010325

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAIÓ

FORNECEDOR: R7 DIGITAL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAIÓ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN010326-MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-RF PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA-PAL0056652021

Publicação Nº 3651665

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN010326

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: RF PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN010502-SÃO JOÃO BATISTA-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0003232021

Publicação Nº 3651640

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN010502

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN010504-MUNICÍPIO DE OURO-MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA-PAL0078542021

Publicação Nº 3651807

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN010504

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

PAL: 007854/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0036/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN010507-MAJOR VIEIRA-GRAMS & GRAMS LTDA ME-PAL0070052021

Publicação Nº 3651804

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN010507

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA

FORNECEDOR: GRAMS & GRAMS LTDA ME

PAL: 007005/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2022 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN010560-TAIÓ-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651570

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN010560

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TAIÓ

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TAIÓ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN010588-SCHROEDER-UNICOBIA ENERGIA S.A. - FILIAL-PAL0062112021

Publicação Nº 3651782

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN010588

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER

FORNECEDOR: UNICOBIA ENERGIA S.A. - FILIAL

PAL: 006211/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2022 a 24/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUMINÁRIAS DE LED, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN010599-GUARAMIRIM-LUCIANO PILATTI-PAL0056652021

Publicação Nº 3651667

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN010599

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN010624-GUARAMIRIM-COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651698

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN010624

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011348-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651586

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011348

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011353-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651589

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011353

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011358-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651585

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011358

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011366-MUNICÍPIO DE IBIAM-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651573

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011366

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011367-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651574

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011367

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011368-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651575

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011368

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011369-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651576

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011369

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011371-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651582

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011371

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011373-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651571

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011373

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011384-CINCATARINA-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651580

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011384

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011395-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651588

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011395

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011400-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651587

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011400

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011403-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651584

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011403

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011412-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651578

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011412

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011419-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651581

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011419

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011423-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651577

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011423

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011424-MUNICÍPIO DE LUZERNA-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651579

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011424

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011430-MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651583

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011430

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011431-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651572

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011431

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011669-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002002021

Publicação Nº 3651671

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011669

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011696-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA-DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002002021

Publicação Nº 3651564

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011696

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011703-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002002021

Publicação Nº 3651633

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011703

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN011722-MUNICÍPIO DE PERITIBA-DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002002021

Publicação Nº 3651565

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN011722

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PERITIBA

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PERITIBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012192-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651701

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012192

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012202-MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651703

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012202

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012215-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651717

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012215

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012232-MUNICÍPIO DE IMARUÍ-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651699

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012232

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IMARUÍ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012237-MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651707

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012237

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012246-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651705

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012246

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012248-LONTRAS-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651702

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012248

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LONTRAS

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012254-MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651708

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012254

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012264-PETROLÂNDIA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651700

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012264

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012265-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651706

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012265

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012820-UNIÃO DO OESTE-RK2 PNEUS EIRELI-PAL0056732021

Publicação Nº 3651709

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012820

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

FORNECEDOR: RK2 PNEUS EIRELI

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012848-SÃO CARLOS-ALPHA ELETROMÓVEIS EIRELI-PAL0056652021

Publicação Nº 3651669

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012848

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

FORNECEDOR: ALPHA ELETROMÓVEIS EIRELI

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012851-MUNICÍPIO DE JABORÁ-LUCIANO PILATTI-PAL0056652021

Publicação Nº 3651668

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012851

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JABORÁ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012870-FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0003232021

Publicação Nº 3651645

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012870

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDACAO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012871-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL-DENTAL OESTE EIRELI EPP-PAL0003232021

Publicação Nº 3651642

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012871

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

FORNECEDOR: DENTAL OESTE EIRELI EPP

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012872-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL-DENTAL PREMIUM LTDA-PAL0003232021

Publicação Nº 3651641

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012872

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

FORNECEDOR: DENTAL PREMIUM LTDA

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012879-BALNEÁRIO GAIVOTA-ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI-PAL0003232021

Publicação Nº 3651643

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012879

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012881-BALNEÁRIO GAIVOTA-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0003232021

Publicação Nº 3651644

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012881

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012907-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL-PRO-VIDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0063782021

Publicação Nº 3651786

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012907

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

FORNECEDOR: PRO-VIDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 006378/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0042/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 18/02/2022 a 15/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de FÓRMULAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 18/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012931-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-VUELO PHARMA LTDA-PAL0078542021

Publicação Nº 3651809

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012931

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: VUELO PHARMA LTDA

PAL: 007854/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0036/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012944-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-VUELO PHARMA LTDA-PAL0078542021

Publicação Nº 3651808

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012944

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: VUELO PHARMA LTDA

PAL: 007854/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0036/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012955-COCAL DO SUL-VUELO PHARMA LTDA-PAL0078542021

Publicação Nº 3651811

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012955

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: VUELO PHARMA LTDA

PAL: 007854/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0036/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012956-GUATAMBÚ-VUELO PHARMA LTDA-PAL0078542021

Publicação Nº 3651810

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012956

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: VUELO PHARMA LTDA

PAL: 007854/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0036/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CURATIVOS PARA TRATAMENTO DE FERIDAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012990-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-GRAMS & GRAMS LTDA ME-PAL0002002021

Publicação Nº 3651566

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012990

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: GRAMS & GRAMS LTDA ME

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012994-NOVA ERECHIM-ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E-PAL0002002021

Publicação Nº 3651567

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012994

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

FORNECEDOR: ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLOGICOS LTDA FILIAL 1

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012996-MUNICÍPIO DE VARGEM-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651591

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012996

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN012997-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651592

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN012997

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013001-FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0002932021

Publicação Nº 3651594

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013001

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A MATRIZ

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013007-IÇARA-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651593

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013007

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IÇARA

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IÇARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013008-MAJOR GERCINO-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651595

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013008

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013009-MUNICÍPIO DE VARGEM-POSSATTO & POSSATTO LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651590

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013009

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013013-WITMARSUM-PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651597

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013013

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE WITMARSUM

FORNECEDOR: PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE WITMARSUM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013016-WITMARSUM-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651596

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013016

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE WITMARSUM

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE WITMARSUM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013025-IÇARA-COMPUTECH INFORMATICA LTDA-PAL0056652021

Publicação Nº 3651670

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013025

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IÇARA

FORNECEDOR: COMPUTECH INFORMATICA LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IÇARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013026-SÃO LUDGERO-FOX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-PAL0056652021

Publicação Nº 3651672

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013026

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO

FORNECEDOR: FOX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013028-CORDILHEIRA ALTA-LS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICA LTDA-PAL0056652021

Publicação Nº 3651673

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013028

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

FORNECEDOR: LS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICA LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013029-AGROLÂNDIA-LUCIANO PILATTI-PAL0056652021

Publicação Nº 3651686

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013029

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013034-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA-ALG RIO COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI-PAL0003232021

Publicação Nº 3651649

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013034

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA

FORNECEDOR: ALG RIO COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013035-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-ALG RIO COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI-PAL0003232021

Publicação Nº 3651646

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013035

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: ALG RIO COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013036-BALNEÁRIO GAIVOTA-DENTAL OESTE EIRELI EPP-PAL0003232021

Publicação Nº 3651648

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013036

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: DENTAL OESTE EIRELI EPP

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013037-BALNEÁRIO GAIVOTA-DENTAL PREMIUM LTDA-PAL0003232021

Publicação Nº 3651647

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013037

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: DENTAL PREMIUM LTDA

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013043-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0003232021

Publicação Nº 3651650

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013043

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013046-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651712

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013046

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013049-MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-RK2 PNEUS EIRELI-PAL0056732021

Publicação Nº 3651711

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013049

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: RK2 PNEUS EIRELI

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013052-MUNICÍPIO DE PALMEIRA-SETIM & TITON LTDA-PAL0056732021

Publicação N° 3651713

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013052

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: SETIM & TITON LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013053-SÃO BENTO DO SUL-SETIM & TITON LTDA-PAL0056732021

Publicação N° 3651710

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013053

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FORNECEDOR: SETIM & TITON LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013055-MUNICÍPIO DE VARGEM-NUTRIPORT COMERCIAL LTDA-PAL0063782021

Publicação N° 3651787

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013055

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

PAL: 006378/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0042/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de FÓRMULAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013115-SÃO BENTO DO SUL-ROMAZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA-PAL0056572021

Publicação Nº 3651663

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013115

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FORNECEDOR: ROMAZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA

PAL: 005657/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0024/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 28/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de COMPUTADORES E NOTEBOOK, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013117-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS-A A Z SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITA-PAL0063942021

Publicação Nº 3651793

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013117

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

FORNECEDOR: A A Z SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI

PAL: 006394/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013118-BALNEÁRIO GAIVOTA-A A Z SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITA-PAL0063942021

Publicação Nº 3651794

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013118

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: A A Z SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI

PAL: 006394/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013120-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGÊÃO-MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0063942021

Publicação Nº 3651791

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013120

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGÊÃO

FORNECEDOR: MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 006394/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGÊÃO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013122-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGÊÃO-PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0063942021

Publicação Nº 3651792

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013122

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGÊÃO

FORNECEDOR: PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 006394/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGÊÃO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013138-SÃO JOÃO BATISTA-UNICOBIA ENERGIA S.A. - FILIAL-PAL0062112021

Publicação Nº 3651783

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013138

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

FORNECEDOR: UNICOBIA ENERGIA S.A. - FILIAL

PAL: 006211/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/02/2022 a 24/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUMINÁRIAS DE LED, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013382-CINCATARINA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651736

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013382

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013384-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651742

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013384

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013390-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651747

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013390

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013392-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651753

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013392

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013393-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651741

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013393

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013397-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651755

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013397

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013407-ANGELINA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651757

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013407

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANGELINA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANGELINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013410-APIÚNA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651775

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013410

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE APIÚNA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE APIÚNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013411-ARABUTÃ-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651777

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013411

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013419-MUNICÍPIO DE CALMON-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651729

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013419

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013429-DONA EMMA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651760

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013429

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013431-MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651744

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013431

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013433-FORMOSA DO SUL-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651778

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013433

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013438-GUATAMBÚ-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651759

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013438

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013439-MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651749

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013439

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013441-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651743

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013441

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013443-MUNICÍPIO DE IMARUÍ-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651754

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013443

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IMARUÍ

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IMARUÍ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013447-MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651752

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013447

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013448-MUNICÍPIO DE IRANI-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651732

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013448

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013450-MUNICÍPIO DE ITÁ-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651733

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013450

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITÁ

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013453-MUNICÍPIO DE JABORÁ-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651746

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013453

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JABORÁ

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013455-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651740

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013455

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013458-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651748

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013458

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013462-MUNICÍPIO DE LUZERNA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651734

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013462

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013469-NOVA ERECHIM-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651769

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013469

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013470-MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651799

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013470

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013486-POUSO REDONDO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651776

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013486

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013490-MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651751

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013490

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013491-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651730

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013491

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013493-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651761

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013493

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013496-MUNICÍPIO DE SALETE-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651762

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013496

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013499-SANTA ROSA DE LIMA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651770

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013499

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013502-SANTO AMARO DA IMPERATRIZ-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651774

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013502

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013503-SÃO BERNARDINO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651756

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013503

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013505-SÃO JOÃO BATISTA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651772

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013505

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013512-TAIÓ-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651773

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013512

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TAIÓ

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TAIÓ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013514-MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651737

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013514

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013518-MUNICÍPIO DE VARGÊÃO-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651738

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013518

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013519-MUNICÍPIO DE VARGEM-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651735

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013519

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013522-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651731

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013522

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013524-WITMARSUM-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651771

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013524

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE WITMARSUM

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE WITMARSUM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013532-SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HE-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651745

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013532

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013533-PAIAL-COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA-PAL0056732021

Publicação N° 3651765

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013533

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAIAL

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAIAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013534-PAIAL-COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA-PAL0056732021

Publicação N° 3651768

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013534

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAIAL

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAIAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013535-PAIAL-GABRIEL ANDRES FLACH-PAL0056732021

Publicação N° 3651767

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013535

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAIAL

FORNECEDOR: GABRIEL ANDRES FLACH

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAIAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013538-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651739

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013538

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013539-CORREIA PINTO-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651716

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013539

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013541-DONA EMMA-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651725

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013541

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013542-ITUPORANGA-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651722

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013542

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013544-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651726

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013544

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013545-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651727

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013545

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013546-LAGES-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651714

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013546

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAGES

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013548-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651728

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013548

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013549-NOVA ERECHIM-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651763

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013549

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013550-MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651812

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013550

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013552-PAIAL-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651766

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013552

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAIAL

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAIAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013553-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651720

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013553

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013554-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651764

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013554

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013556-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651721

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013556

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013557-SÃO JOÃO BATISTA-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651719

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013557

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013559-MUNICÍPIO DE ZORTÉA-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651723

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013559

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ZORTÉA

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013581-PASSO DE TORRES-UNICOBIA ENERGIA S.A. - FILIAL-PAL0062112021

Publicação Nº 3651785

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013581

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

FORNECEDOR: UNICOBIA ENERGIA S.A. - FILIAL

PAL: 006211/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 24/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUMINÁRIAS DE LED, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013602-BIGUAÇU-AUDIOFRAHM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICO-PAL0056652021

Publicação Nº 3651680

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013602

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FORNECEDOR: AUDIOFRAHM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013603-RIO RUFINO-AUDIOFRAHM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICO-PAL0056652021

Publicação Nº 3651678

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013603

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO RUFINO

FORNECEDOR: AUDIOFRAHM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013604-BIGUAÇU-COMPUTECH INFORMATICA LTDA-PAL0056652021

Publicação Nº 3651675

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013604

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FORNECEDOR: COMPUTECH INFORMATICA LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013605-PRESIDENTE GETÚLIO-DKSA COMERCIAL LTDA-PAL0056652021

Publicação Nº 3651683

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013605

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

FORNECEDOR: DKSA COMERCIAL LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETULIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013608-SANTA ROSA DO SUL-LUCIANO PILATTI-PAL0056652021

Publicação Nº 3651679

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013608

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013609-FLOR DO SERTÃO-MATEC AV IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-PAL0056652021

Publicação Nº 3651688

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013609

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO

FORNECEDOR: MATEC AV IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AUDIOVISUAIS LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013610-WITMARSUM-MINAS SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO LTDA-PAL0056652021

Publicação Nº 3651674

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013610

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE WITMARSUM

FORNECEDOR: MINAS SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE WITMARSUM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013612-SANTA ROSA DO SUL-R.S VAREJO EIRELI-PAL0056652021

Publicação Nº 3651676

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013612

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013613-WITMARSUM-R.S VAREJO EIRELI-PAL0056652021

Publicação Nº 3651677

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013613

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE WITMARSUM

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE WITMARSUM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013616-GUATAMBÚ-R7 DIGITAL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA-PAL0056652021

Publicação Nº 3651682

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013616

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: R7 DIGITAL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013628-MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651750

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013628

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013630-MIRIM DOCE-COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651715

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013630

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013631-SAMAE-COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651758

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013631

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013632-BIGUAÇU-PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME-PAL0056732021

Publicação Nº 3651718

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013632

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013635-MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-A A Z SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITA-PAL0063942021

Publicação Nº 3651797

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013635

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: A A Z SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI

PAL: 006394/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013636-SÃO JOÃO BATISTA-A A Z SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITA-PAL0063942021

Publicação Nº 3651813

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013636

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

FORNECEDOR: A A Z SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI

PAL: 006394/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013638-MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0063942021

Publicação Nº 3651795

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013638

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 006394/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013640-SÃO JOÃO BATISTA-INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA-PAL0063942021

Publicação Nº 3651800

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013640

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

FORNECEDOR: INDUSTRIA E COMERCIO COLCHOES ORTHOVIDA LTDA

PAL: 006394/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013641-MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0063942021

Publicação Nº 3651798

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013641

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 006394/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013642-SÃO JOÃO BATISTA-MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0063942021

Publicação Nº 3651801

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013642

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

FORNECEDOR: MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 006394/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013643-MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0063942021

Publicação Nº 3651796

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013643

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 006394/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013681-CAMPO ALEGRE-SURFLUX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ILU-PAL0002852021

Publicação Nº 3651569

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013681

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

FORNECEDOR: SURFLUX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI

PAL: 000285/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0008/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 31/03/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013688-APIÚNA-ARAUJO MOVEIS E TRANSPORTES LTDA-PAL0043752021

Publicação Nº 3651704

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013688

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE APIÚNA

FORNECEDOR: ARAUJO MOVEIS E TRANSPORTES LTDA

PAL: 004375/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0021/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 12/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE APIÚNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013689-PRESIDENTE GETÚLIO-ARAUJO MOVEIS E TRANSPORTES LTDA-PAL0043752021

Publicação Nº 3651661

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013689

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

FORNECEDOR: ARAUJO MOVEIS E TRANSPORTES LTDA

PAL: 004375/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0021/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 12/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013690-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-CENTER MOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA-PAL0043752021

Publicação Nº 3651662

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013690

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: CENTER MOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

PAL: 004375/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0021/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 12/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013691-TREZE DE MAIO-GRAMS & GRAMS LTDA ME-PAL0070052021

Publicação Nº 3651805

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013691

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO

FORNECEDOR: GRAMS & GRAMS LTDA ME

PAL: 007005/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013729-FMS-ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651629

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013729

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

FORNECEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013730-BALNEÁRIO GAIVOTA-ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651607

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013730

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013731-FMS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651628

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013731

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013732-BALNEÁRIO GAIVOTA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651612

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013732

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013733-CAMBORIÚ-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651624

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013733

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013734-ITAPIRANGA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651599

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013734

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013736-MUNICÍPIO DE CALMON-BETANIAMED COMERCIAL EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3651621

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013736

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: BETANIAMED COMERCIAL EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013737-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651622

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013737

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013738-BALNEÁRIO GAIVOTA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651614

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013738

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013739-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GASPARG-COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSU-PAL0002932021

Publicação Nº 3651619

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013739

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GASPARG

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GASPARG, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013740-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA-CQC-TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651626

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013740

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

FORNECEDOR: CQC-TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013741-BALNEÁRIO GAIVOTA-D MED DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651602

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013741

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: D MED DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013742-BALNEÁRIO GAIVOTA-DENTAX COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME-PAL0002932021

Publicação Nº 3651617

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013742

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: DENTAX COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013743-WITMAR SUM-DENTAX COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME-PAL0002932021

Publicação Nº 3651598

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013743

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE WITMAR SUM

FORNECEDOR: DENTAX COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE WITMAR SUM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013744-BALNEÁRIO GAIVOTA-GOEDERT LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651603

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013744

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: GOEDERT LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013745-GRÃO PARÁ-GOEDERT LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651601

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013745

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ

FORNECEDOR: GOEDERT LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013746-FMS-LA DALLA PORTA JUNIOR EPP-PAL0002932021

Publicação Nº 3651627

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013746

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

FORNECEDOR: LA DALLA PORTA JUNIOR EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013747-BALNEÁRIO GAIVOTA-LA DALLA PORTA JUNIOR EPP-PAL0002932021

Publicação Nº 3651618

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013747

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: LA DALLA PORTA JUNIOR EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013748-FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0002932021

Publicação Nº 3651600

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013748

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A MATRIZ

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013749-BALNEÁRIO GAIVOTA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0002932021

Publicação Nº 3651611

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013749

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A MATRIZ

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013750-BALNEÁRIO GAIVOTA-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0002932021

Publicação Nº 3651613

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013750

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013752-BALNEÁRIO GAIVOTA-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651608

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013752

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013753-BALNEÁRIO GAIVOTA-NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS-PAL0002932021

Publicação Nº 3651616

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013753

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013754-BALNEÁRIO GAIVOTA-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651610

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013754

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013755-BALNEÁRIO GAIVOTA-POSSATTO & POSSATTO LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651615

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013755

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013758-BALNEÁRIO GAIVOTA-PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651609

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013758

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013759-CAMBORIÚ-PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651623

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013759

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013760-MUNICÍPIO DE CALMON-PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651620

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013760

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013761-BALNEÁRIO GAIVOTA-RP COMERCIAL LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651606

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013761

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: RP COMERCIAL LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013762-BALNEÁRIO GAIVOTA-TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E-PAL0002932021

Publicação Nº 3651604

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013762

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013763-SÃO JOSÉ DO CERRITO-TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E-PAL0002932021

Publicação Nº 3651625

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013763

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO

FORNECEDOR: TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013764-FMS-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3651630

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013764

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013765-BALNEÁRIO GAIVOTA-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3651605

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013765

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013773-PRESIDENTE GETÚLIO-LUCIANO PILATTI-PAL0056652021

Publicação Nº 3651684

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013773

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013774-BOTUVERÁ-MINAS SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO LTDA-PAL0056652021

Publicação Nº 3651681

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013774

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

FORNECEDOR: MINAS SOLUÇÕES EM IMPRESSÃO LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013775-NAVEGANTES-R.S VAREJO EIRELI-PAL0056652021

Publicação Nº 3651685

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013775

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013778-CAMBORIÚ-DENTAL OESTE EIRELI EPP-PAL0003232021

Publicação Nº 3651653

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013778

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: DENTAL OESTE EIRELI EPP

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013779-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-DENTAL PREMIUM LTDA-PAL0003232021

Publicação Nº 3651656

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013779

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: DENTAL PREMIUM LTDA

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013782-CAMBORIÚ-ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI-PAL0003232021

Publicação Nº 3651654

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013782

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013783-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0003232021

Publicação Nº 3651651

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013783

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013784-CAMBORIÚ-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0003232021

Publicação Nº 3651655

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013784

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013789-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-PL PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI-PAL0063782021

Publicação Nº 3651788

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013789

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: PL PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI

PAL: 006378/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0042/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de FÓRMULAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013791-NAVEGANTES-UNICOBIA ENERGIA S.A. - FILIAL-PAL0062112021

Publicação Nº 3651784

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013791

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

FORNECEDOR: UNICOBIA ENERGIA S.A. - FILIAL

PAL: 006211/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 24/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUMINÁRIAS DE LED, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013794-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL-DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP-PAL0070482021

Publicação Nº 3651806

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013794

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP

PAL: 007048/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0028/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS PARA ATENDIMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013797-SÃO JOÃO BATISTA-INVITECH - SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI-PAL0034332021

Publicação Nº 3651659

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013797

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

FORNECEDOR: INVITECH - SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI

PAL: 003433/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 30/06/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013798-SÃO JOÃO BATISTA-XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA-PAL0034332021

Publicação Nº 3651658

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013798

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

FORNECEDOR: XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA

PAL: 003433/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0019/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/02/2022 a 30/06/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013804-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA-BELLENZIER PNEUS LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651779

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013804

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

FORNECEDOR: BELLENZIER PNEUS LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013805-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA-COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651781

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013805

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013807-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA-SETIM & TITON LTDA-PAL0056732021

Publicação Nº 3651780

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013807

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

FORNECEDOR: SETIM & TITON LTDA

PAL: 005673/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0045/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 31/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013816-CANELINHA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651638

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013816

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CANELINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013817-LAURO MULLER-AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3651637

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013817

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

FORNECEDOR: AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013818-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-LA DALLA PORTA JUNIOR EPP-PAL0002932021

Publicação Nº 3651635

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013818

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: LA DALLA PORTA JUNIOR EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013820-IPIRA-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651652

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013820

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPIRA

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013821-ITAIÓPOLIS-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651632

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013821

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013823-LAURO MULLER-TRANSMUTE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651636

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013823

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

FORNECEDOR: TRANSMUTE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013824-FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3651631

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013824

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013825-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI-DENTAL PREMIUM LTDA-PAL0003232021

Publicação Nº 3651660

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013825

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI

FORNECEDOR: DENTAL PREMIUM LTDA

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013826-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI-ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI-PAL0003232021

Publicação Nº 3651657

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013826

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI

FORNECEDOR: ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013856-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-NUTRIPORT COMERCIAL LTDA-PAL0063782021

Publicação Nº 3651790

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013856

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

PAL: 006378/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0042/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de FÓRMULAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013857-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0063782021

Publicação Nº 3651789

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013857

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 006378/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0042/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de FÓRMULAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUÁ DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013865-MUNICÍPIO DE IBIAM-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3651634

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013865

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013866-CAIBI-FISIU EQUIPAMENTOS LTDA-PAL0063942021

Publicação Nº 3651803

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013866

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAIBI

FORNECEDOR: FISIU EQUIPAMENTOS LTDA

PAL: 006394/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAIBI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013867-CAIBI-MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0063942021

Publicação Nº 3651802

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013867

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAIBI

FORNECEDOR: MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 006394/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 15/07/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAIBI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN013870-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-LUCIANO PILATTI-PAL0056652021

Publicação Nº 3651687

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN013870

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN014075-NOVA ERECHIM-COMPUTECH INFORMATICA LTDA-PAL0056652021

Publicação Nº 3651689

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN014075

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

FORNECEDOR: COMPUTECH INFORMATICA LTDA

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN014079-JARAGUÁ DO SUL-LUCIANO PILATTI-PAL0056652021

Publicação Nº 3651724

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN014079

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 005665/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0029/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/02/2022 a 03/08/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN014092-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3651639

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN014092

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/02/2022 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT22CIN014129-FUNDACAO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0002002021

Publicação Nº 3651568

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT22CIN014129

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDACAO DE SAUDE DE LAURO MULLER

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/02/2022 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDACAO DE SAUDE DE LAURO MULLER, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/02/2022

Florianópolis (SC), terça-feira, 1 de março de 2022

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

DESPACHO REFERENTE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO - MIGUEL HENRIQUE SOUZA HOFFMANN

Publicação Nº 3651559

Processo Administrativo	0991/2019
Entidade Pública:	Consorcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA
Interessado (a):	Miguel Henrique Souza Hoffmann
Assunto:	Prazo para apresentação dos documentos para admissão – Renúncia Tácita
Referência:	Edital de Concurso Público n. 01/2019 – Emprego Público: Analista Técnico II – Lotação: Município de Fraiburgo.

DESPACHO

Após o cumprimento dos requisitos legais do Concurso Público Edital n. 01/2019, destinado ao preenchimento de vagas no quadro de empregados públicos do CINCATARINA, e seguindo rigorosamente a ordem de classificação, foi efetivada a convocação do Sr. MIGUEL HENRIQUE SOUZA HOFFMANN, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoal do CINCATARINA, munido de rol de documentos, para que se desse início ao processo de admissão.

A Convocação foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC na data de 27 de janeiro de 2022, com prazo para comparecimento e protocolo dos documentos de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação da convocação, encerrando-se na data de 25 de fevereiro de 2022.

Ocorre que, o referido candidato não apresentou os documentos necessários para admissão no prazo fixado, resultando em RENÚNCIA TÁCITA do convocado para o cargo de Analista Técnico II, anulação de todos os atos que tiver praticado e eliminação do Concurso Público, nos exatos termos do Edital.

Registre-se e archive-se.

Florianópolis/SC, 01 de março de 2022.

MICHEL CLUVES DICK
Controle Interno CINCATARINA

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 10788/2021-E

Publicação Nº 3651322

Processo Administrativo Eletrônico:	10788/2021-e
Interessado:	RS COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 14
Referência	PAL nº 13987/2020, PE nº 0030/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa RS COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 14, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 09 de julho de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento do item. Nas razões, a empresa alegou que em razão dos efeitos da pandemia, que geram enormes instabilidades no mercado internacional, não consegue suportar os prejuízos decorrentes da Ata de Registro de preço.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento dos itens, justificando seu pedido nos termos acima expostos. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 03 (três) Autorizações de Fornecimento em aberto.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Cumpra-se destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;

g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);

h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)

[...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

[...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta do medicamento é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter “pedagógico” da penalidade.

Vale ressaltar que, para o cálculo de eventual aplicação da penalidade de multa, considera-se a data da apresentação da solicitação de cancelamento para análise dos dias de atraso.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa RS COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 13987/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0030/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 14, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 57813/2021, 58130/2021 e 58546/2021, somente no que tange ao item nº 14, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 57813/2021, 58130/2021 e 58546/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (09/07/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 20 de julho de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	10788/2021-e
Interessado:	RS COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 14
Referência	PAL nº 13987/2020, PE nº 0030/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 14 do PAL nº 13987/2020, PE nº 0030/2020, requerido pela empresa RS COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa RS COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 13987/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0030/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 14, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 57813/2021, 58130/2021 e 58546/2021, somente no que tange ao item nº 14, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 57813/2021, 58130/2021 e 58546/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (09/07/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se. Cumpra-se
Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 20 de julho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 10800/2021-E

Publicação Nº 3651344

Processo Administrativo Eletrônico:	10800/2021-e
Interessado:	QUALIPLAX INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Itens nº 68, 562, 564, 565 e 566
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa QUALIPLAX INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA, que versa sobre o cancelamento dos itens nº 68, 562, 564, 565 e 566, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe. Em 13 de julho de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento do item. Nas razões, a empresa alegou que estão tendo muito prejuízo em razão das distâncias e alto custo de logística e que as entregas devem ser semanais para conseguirem atender as Autorizações de Fornecimento dentro do prazo estabelecido, da forma que se torna inviável realizar uma carga completa neste curto período.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento dos itens, justificando seu pedido nos termos acima expostos. Em consulta ao sistema L-CIN,

verifica-se que há 32 (Trinta e duas) Autorizações de Fornecimento em aberto. É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Cumprir destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;
- manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);
- acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)

[...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

[...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta do medicamento é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

As justificativas apresentadas pelo fornecedor em hipótese alguma devem prevalecer. Isso porque, ao participar do certame, o licitante tinha ciência de todas as disposições estabelecidas no Edital, inclusive assinou declaração nesse sentido, da forma que não pode agora alegar que não consegue cumprir as Autorizações de Fornecimento em razão da distância, alto custo de logística ou que o período é muito curto para entrega. A empresa tinha plena ciência de tudo isso quando participou do certame.

Além disso, a alegação de que as entregas devem ser semanais para que haja o atendimento das solicitações, inviabilizando o atendimento das AF's no prazo correto, também não merece prosperar.

O CINCATARINA, atualmente, conta com 162 municípios consorciados, sendo clarividente que haverá elevado número de solicitações por parte dos Órgãos Participantes no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preço, da forma que, se o licitante/empresa não consegue suprir todas as necessidades dos Órgãos Participantes (seja em razão de logística, estrutura ou qualquer outro motivo), jamais deveria participar de licitações desse porte, fato que configurará, por consequência lógica (ausência de capacidade de atendimento), inexecuções contratuais, ensejando eventual aplicação de penalidades administrativas.

Por fim, vale ressaltar que, para o cálculo de eventual aplicação da penalidade de multa, considera-se a data da apresentação da solicitação de cancelamento para análise dos dias de atraso.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;

b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa QUALIPLAX INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 68, 562, 564, 565 e 566, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 42576/2021, 44153/2021, 44468/2021, 46698/2021, 47012/2021, 47471/2021, 47472/2021, 47914/2021, 48783/2021, 49325/2021, 49681/2021, 50581/2021, 50830/2021, 51068/2021, 51070/2021, 51855/2021, 53107/2021, 53170/2021, 53171/2021, 53442/2021, 54122/2021, 55938/2021, 56187/2021, 56408/2021, 57576/2021, 58291/2021, 58379/2021 e 58606/2021, somente no que tange aos itens nº 68, 562, 564, 565 e 566, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 38497/2021, 38703/2021, 41402/2021, 41966/2021, 42576/2021, 44153/2021, 44468/2021, 46698/2021, 47012/2021, 47471/2021, 47472/2021, 47914/2021 e 50581/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 48783/2021, 49325/2021, 49681/2021, 50830/2021, 51068/2021, 51070/2021, 51855/2021, 53107/2021, 53170/2021, 53171/2021, 53442/2021, 54122/2021, 55938/2021, 56187/2021, 56408/2021, 57576/2021, 58291/2021, 58379/2021 e 58606/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (13/07/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 20 de julho de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	10800/2021-e
Interessado:	QUALIPLAX INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Itens nº 68, 562, 564, 565 e 566
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço dos itens nº 68, 562, 564, 565 e 566 do PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, requerido pela empresa QUALIPLAX INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa QUALIPLAX INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 68, 562, 564, 565 e 566, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 42576/2021, 44153/2021, 44468/2021, 46698/2021, 47012/2021, 47471/2021, 47472/2021, 47914/2021, 48783/2021, 49325/2021, 49681/2021, 50581/2021, 50830/2021, 51068/2021, 51070/2021, 51855/2021, 53107/2021, 53170/2021, 53171/2021, 53442/2021, 54122/2021, 55938/2021, 56187/2021, 56408/2021, 57576/2021, 58291/2021, 58379/2021 e 58606/2021, somente no que tange aos itens nº 68, 562, 564, 565 e 566, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 38497/2021, 38703/2021, 41402/2021, 41966/2021, 42576/2021, 44153/2021, 44468/2021, 46698/2021, 47012/2021, 47471/2021, 47472/2021, 47914/2021 e 50581/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 48783/2021, 49325/2021, 49681/2021, 50830/2021, 51068/2021, 51070/2021, 51855/2021, 53107/2021, 53170/2021, 53171/2021, 53442/2021, 54122/2021, 55938/2021, 56187/2021, 56408/2021, 57576/2021, 58291/2021, 58379/2021 e 58606/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (13/07/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em

relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 20 de julho de 2021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 10826/2021-E

Publicação Nº 3651354

Processo Administrativo Eletrônico:	10826/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 528
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 528, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 12 de julho de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento do item. Nas razões, a empresa alegou a falta do medicamento por parte do fabricante, muito em razão dos impactos ocasionados pela pandemia originada pelo COVID-19.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item, justificando seu pedido nos termos acima expostos. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 10 (Dez) Autorizações de Fornecimento em aberto.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilização do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Cumpra-se destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)
- [...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação;
- [...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta do medicamento é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

- [...]
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- [...]
- II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula

sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

Vale ressaltar que, para o cálculo de eventual aplicação da penalidade de multa, considera-se a data da apresentação da solicitação de cancelamento para análise dos dias de atraso.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 528, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 41776/2021, 43649/2021, 44431/2021, 46364/2021, 47646/2021, 53800/2021, 55352/2021, 57695/2021, 59480/2021 e 59121/2021, somente no que tange ao item nº 528, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 41776/2021 e 47646/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 43649/2021, 44431/2021, 46364/2021, 53800/2021, 55352/2021, 57695/2021, 59480/2021 e 59121/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (12/07/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 20 de julho de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	10826/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 528
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 528 do PAL nº

0200/2021, PE nº 0013/2021, requerido pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 528, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 41776/2021, 43649/2021, 44431/2021, 46364/2021, 47646/2021, 53800/2021, 55352/2021, 57695/2021, 59480/2021 e 59121/2021, somente no que tange ao item nº 528, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 41776/2021 e 47646/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
4. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 43649/2021, 44431/2021, 46364/2021, 53800/2021, 55352/2021, 57695/2021, 59480/2021 e 59121/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (12/07/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 20 de julho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11024/2021-E

Publicação Nº 3651359

Processo Administrativo Eletrônico:	11024/2021-e
Interessado:	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI - ME
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 106
Referência	PAL nº 22153/2020, PE nº 0057/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO – INAPLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI - ME, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 106, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe. Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora alegou que o item teve um aumento de 13%, desejando que o item passe de R\$ 375,00 para R\$ 423,75, estando em anexo as notas fiscais correspondentes.

Solicita, dessa forma, o realinhamento do preço contratado em relação ao item nº 106, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea "d" da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a fim de reestabelecer o equilíbrio contratual pactuado inicialmente e nesses termos justificou seu requerimento (e-DOC D3777F65).

Entretanto, conforme despacho emitido pela equipe técnica do CINCATARINA, a empresa fornecedora não comprovou a efetiva existência de pagamentos por parte da empresa, especialmente demonstrados através de notas fiscais que justificaria a concessão do reequilíbrio econômico-financeiro solicitado, havendo recomendação pelo indeferimento do pedido (e-DOC 02C828D3, e-DOC A5B0BD95).

É o relatório. Passamos a análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes

da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de

licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando este devidamente comprovado. Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar-se os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

No entanto, a possibilidade de concessão do reequilíbrio está condicionada a comprovação por parte do fornecedor e posterior análise pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verificou-se que a empresa fornecedora não apresentou documentação comprobatória que demonstre a efetiva existência de pagamento a maior, que deve ser demonstrado exclusivamente através de notas fiscais, sendo recomendado o indeferimento do pedido.

Passo a conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
 - b) Parecer técnico quando ao pedido;
 - c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;
- Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Indeferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 106, não concedido em virtude da não comprovação da variação entre os preços registrados e os praticados no mercado;
2. Em atendimento ao pleito subsidiário, pelo cancelamento do Registro de Preço da SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI - ME, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 22153/2020, PE nº 0057/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 106;
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 23 de julho de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2007 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	11024/2021-e
Interessado:	SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI - ME
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 106
Referência	PAL nº 22153/2020, PE nº 0057/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item nº 106, do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI - ME.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Indeferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 106, não concedido em virtude da não comprovação da variação entre os preços registrados e os praticados no mercado;
2. Em atendimento ao pleito subsidiário, pelo cancelamento do Registro de Preço da SK MATERIAIS PARA ESCRITORIO EIRELI - ME, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 22153/2020, PE nº 0057/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 106;
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 23 de julho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Direto Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2007 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11474/2021-E

Publicação Nº 3651409

Processo Administrativo Eletrônico:	11474/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 1088
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 1088, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 23 de julho de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento do item. Nas razões, a empresa alegou a falta do medicamento por parte do fabricante, muito em razão dos impactos ocasionados pela pandemia originada pelo COVID-19.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento dos itens, justificando seu pedido nos termos acima expostos. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 02 (Duas) Autorizações de Fornecimento em aberto.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item

previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Cumpra-se destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;

g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);

h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)

[...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

[...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta do medicamento é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja,

tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...] II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

Vale ressaltar que para o cálculo de eventual aplicação da penalidade de multa, considera-se a data da apresentação da solicitação de cancelamento para análise dos dias de atraso.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 1088, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 53749/2021 e 53895/2021, somente no que tange ao item nº 1088, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 53749/2021 e 53895/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de

classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 29 de julho de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	11474/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 1088
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 1088 do PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, requerido pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0200/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0013/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 1088, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 53749/2021 e 53895/2021, somente no que tange ao item nº 1088, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 53749/2021 e 53895/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 29 de julho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11520/2021-E

Publicação Nº 3651416

Processo Administrativo Eletrônico:	11520/2021-e
Interessado:	AG KIENEN & CIA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 388
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa AG KIENEN & CIA LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 388, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 26 de julho de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento do item nº 388. Em suas razões, a empresa alegou que em razão da alta da demanda, acabou por zerar o estoque e o fornecedor informou que não irão produzir o medicamento, visto que este foi descontinuado e não há previsão de produção de novos lotes.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item e, nesses termos, justificou seu requerimento. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se

que não há Autorizações de Fornecimento em aberto.
É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Cumpra-se destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;
- manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);
- acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)

[...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

[...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta do medicamento é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

Vale ressaltar que para o cálculo de eventual aplicação da penalidade de multa, considera-se a data da apresentação da solicitação de cancelamento para análise dos dias de atraso.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;

b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Cancelamento do Registro de Preço da AG KIENEN & CIA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 388;

2. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de

classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 29 de julho de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	11520/2021-e
Interessado:	AG KIENEN & CIA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 388
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 388 do PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, requerido pela empresa AG KIENEN & CIA LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo Cancelamento do Registro de Preço da AG KIENEN & CIA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 388;
2. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 29 de julho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11555/2021-E

Publicação Nº 3651422

Processo Administrativo Eletrônico:	11555/2021-e
Interessado:	PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 0323/2021, PE 0012/2021

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI, referente às Autorizações de Fornecimento nº 40978/2021, 41706/2021, 42834/2021, 43111/2021, 49380/2021 e 49383/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações e solicitou prorrogações do prazo de entrega, entretanto, tais prazos já expiraram. Salienta-se que as Autorizações de Fornecimento continuam em aberto no sistema, gerando diversos prejuízos. Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 272, 283, 372 e 417.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

- 3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
- 3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI, no Processo Administrativo Licitação nº 0323/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0012/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 272, 283, 372 e 417, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 40978/2021, 41706/2021, 42834/2021, 43111/2021, 49380/2021 e 49383/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 40978/2021, 42834/2021, 43111/2021, 49380/2021 e 49383/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem
4. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 41706/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de

Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 02 de agosto de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	11555/2021-e
Interessado:	PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 0323/2021, PE 0012/2021

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 40978/2021, 41706/2021, 42834/2021, 43111/2021, 49380/2021 e 49383/2021, do PAL nº 0323/2021, PE 0012/2021, em face da empresa PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

Salienta-se que a empresa, em sua manifestação, justificou o inadimplemento das suas obrigações e solicitou prorrogação do prazo de entrega, entretanto, os prazos já expiraram. Verifica-se que todas as Autorizações de Fornecimento acima elencadas estão em aberto com grande atraso, gerando transtornos aos municípios.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço em relação aos itens nº 272, 283, 372 e 417, rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa/advertência em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0012/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI, no Processo Administrativo Licitação nº 0323/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0012/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 272, 283, 372 e 417, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 40978/2021, 41706/2021, 42834/2021, 43111/2021, 49380/2021 e 49383/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 40978/2021, 42834/2021, 43111/2021, 49380/2021 e 49383/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem

4. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 41706/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 02 de agosto de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 11601/2021-E

Publicação Nº 3651432

Processo Administrativo Eletrônico:	11601/2021-e
Interessado:	MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 44
Referência	PAL nº 6394/2021, PE nº 0030/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 44, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 26 de julho de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento do item nº 44. Em suas razões, a empresa alegou que o preço atual de custo não é compatível com o preço registrado e o motivo disso foi um equívoco da funcionária que realizou a cotação do preço na época do certame.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item e, nesses termos, justificou seu requerimento. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 02 (Duas) Autorizações de Fornecimento em aberto.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Cumprir destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;
- manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);
- acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo

máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil.”

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)

[...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

[...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta do medicamento é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

Vale ressaltar que para o cálculo de eventual aplicação da penalidade de multa, considera-se a data da apresentação da solicitação de cancelamento para análise dos dias de atraso.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;

b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Cancelamento do Registro de Preço da MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 6394/2021, PE nº 0030/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 44;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 62149/2021 e 64205/2021, somente no que tange ao item nº 44, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 62149/2021 e 64205/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (26/07/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 29 de julho de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	11601/2021-e
Interessado:	MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 44
Referência	PAL nº 6394/2021, PE nº 0030/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 44 do PAL nº 6394/2021, PE nº 0030/2021, requerido pela empresa MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo Cancelamento do Registro de Preço da MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 6394/2021, PE nº 0030/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 44;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 62149/2021 e 64205/2021, somente no que tange ao item nº 44, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 62149/2021 e 64205/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (26/07/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 29 de julho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	11601/2021-e
Interessado:	MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA
Assunto:	Solicitação de Cancelamento do Item nº 44
Referência:	PAL 6394/2021, PE 0030/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Em análise ao recurso apresentado pela empresa, em face da decisão administrativa (112F75E4), verifica-se que realmente houve omissão quanto a informação do requerente de que atenderia as Autorizações de Fornecimento que estavam em aberto, a saber: AF's 62149/2021 e 64205/2021. Assim, necessária a revisão do ato administrativo retro citado.

Outrossim, considerando o lapso temporal entre a prolação da decisão anterior (30/07/2021) e a presente, constata-se que o Fornecedor efetivamente cumpriu com todas as entregas, o que enseja a retirada da rescisão das Autorizações supra-mencionadas e também da penalidade de advertência.

Diante do exposto, passo a DECIDIR:

1. Pela revisão da Decisão Administrativa (e-DOC 112F75E4) para o fim de afastar a rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 62149/2021 e 64205/2021 e retirar a penalidade de Advertência.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 25 de agosto de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 12047/2021-E

Publicação Nº 3651447

Processo Administrativo Eletrônico:	12047/2021-e
Interessado:	DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS E FARMACEUTICOS LTDA ME
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Itens nº 53 e 70
Referência	PAL nº 0323/2021, PE nº 0012/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS E FARMACEUTICOS LTDA ME, que versa sobre o cancelamento dos itens nº 53 e 70, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 30 de julho de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento do item. Nas razões, a empresa alegou que em relação ao item nº 70, o produto foi descontinuado e não está sendo mais fabricado. Quanto ao item nº 53, elenca que os fornecedores estão dando prioridade no fornecimento ao governo federal, visto que é um item utilizado para intubação nos pacientes com COVID-19.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento dos itens, justificando seu pedido nos termos acima expostos. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 06 (Seis) Autorizações de Fornecimento em aberto.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Cumprir destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;

g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);

h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)

[...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

[...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta dos itens é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos

apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

Vale ressaltar que para o cálculo de eventual aplicação da penalidade de multa, considera-se a data da apresentação da solicitação de cancelamento para análise dos dias de atraso.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS E FARMACEUTICOS LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 0323/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0012/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 53 e 70, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 44925/2021, 56823/2021, 57049/2021, 57766/2021, 61920/2021 e 64005/2021, somente no que tange aos itens nº 53 e 70, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 44925/2021, 56823/2021, 57049/2021, 57766/2021, 61920/2021 e 64005/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (30/07/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 12 de agosto de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	12047/2021-e
Interessado:	DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS E FARMACEUTICOS LTDA ME
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Itens nº 53 e 70
Referência	PAL nº 0323/2021, PE nº 0012/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço dos itens nº 53 e 70 do PAL nº 0323/2021, PE nº 0012/2021, requerido pela empresa DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS E FARMACEUTICOS LTDA ME.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS E FARMACEUTICOS LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 0323/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0012/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 53 e 70, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 44925/2021, 56823/2021, 57049/2021, 57766/2021, 61920/2021 e 64005/2021, somente no que tange aos itens nº 53 e 70, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 44925/2021, 56823/2021, 57049/2021, 57766/2021, 61920/2021 e 64005/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (30/07/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 12 de agosto de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 13337/2021-E

Publicação Nº 3650888

Processo Administrativo Eletrônico:	13337/2021-e
Interessado:	DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS LTDA ME
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 0323/2021, PE 0012/2021

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93

- LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.**I – Relatório**

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS LTDA ME, referente às Autorizações de Fornecimento nº 44925/2021, 57049/2021 e 59341/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, mesmo devidamente notificada, não apresentou manifestação que justificasse o inadimplemento contratual. Salienta-se que as Autorizações de Fornecimento continuam em aberto, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS LTDA ME, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 7, 8, 98, 99, 100 e 101.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser

aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Salienta-se que para fins de concessão do pedido de prorrogação do prazo de entrega, o CINCATARINA sempre considera como termo inicial a data da solicitação e não a data do julgamento. Essa posição se torna muito mais proporcional ao caso concreto, visto que, no momento da solicitação, a Autorização de Fornecimento já estava em atraso. Caso fosse considerada a data do julgamento como termo inicial, os atrasos seriam muito grandes, tornando-se desarrazoados, ferindo o interesse da coletividade.

No caso em tela, as Autorizações de Fornecimento já estão em atraso há muito tempo, sendo que os prazos solicitados são muito extensos, não sendo possível a concessão da prorrogação sem que houvesse violação ao interesse público.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 0323/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0012/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 7, 8, 98, 99, 100 e 101, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 44925/2021, 57049/2021 e 59341/2021, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 57049/2021 e 59341/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. A aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 44925/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 30 de agosto de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	13337/2021-e
Interessado:	DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS LTDA ME
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 0323/2021, PE 0012/2021

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 44925/2021, 57049/2021 e 59341/2021, do PAL nº 0323/2021, PE 0012/2021, em face da empresa DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS LTDA ME.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Salienta-se que a empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações e solicitou prorrogação do prazo de entrega.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 7, 8, 98, 99, 100 e 101, a rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa/advertência em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0012/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E FARMACÊUTICOS LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 0323/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0012/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 7, 8, 98, 99, 100 e 101, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 44925/2021, 57049/2021 e 59341/2021, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 57049/2021 e 59341/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. A aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 44925/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de

Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 30 de agosto de 2021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 139/2022-E

Publicação Nº 3651541

Processo Administrativo Eletrônico:	139/2022-e
Interessado:	AG KIENEN & CIA LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 160
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS –REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO – APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa AG KIENEN & CIA LTDA, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 160, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora alegou que seu pedido tem por fundamento a alteração na política de preços dos laboratórios e aumentos no final de 2021.

Solicita, dessa forma, o realinhamento do preço contratado em relação ao item nº 160, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea "d" da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a fim de reestabelecer o equilíbrio contratual pactuado inicialmente. Comprovou a variação dos valores através de notas fiscais anexas e, nesses termos, justificou seu pedido. Ressalta-se que a comprovação dos percentuais solicitados foi apenas parcial, isto é, o pedido foi de 12,50%, sendo que houve comprovação efetiva de apenas 10,09%.

Antes de conceder o reequilíbrio econômico-financeiro solicitado e comprovado, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observada a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

Consultando o interesse das demais proponentes em fornecer os itens por valor menor ao obtido caso concedido o reequilíbrio, constatou-se que não há valores inferiores ao comprovado, restando a concessão parcial, nos termos do que fora efetivamente comprovado (10,09%), como melhor opção aos Órgãos Participantes.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se

os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que a equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem à aplicação da norma.

No entanto, a possibilidade de concessão do reequilíbrio está condicionada a comprovação por parte do fornecedor e posterior análise pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verificou-se que não há propostas mais vantajosas na lista de cadastro de reserva de fornecedores, restando a concessão, nos termos do que fora efetivamente comprovado (10,09%), a melhor opção aos Órgãos Participantes. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Cabe salientar que o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quanto a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quanto ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Deferimento parcial do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 160, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 10,09% (novo valor de R\$ 0,7045).

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de fevereiro de 2022.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	139/2022-e
Interessado:	AG KIENEN & CIA LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item nº 160 do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa AG KIENEN & CIA LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento parcial do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 160, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 10,09% (novo valor de R\$ 0,7045).

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de fevereiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 150/2022-E

Publicação Nº 3651545

Processo Administrativo Eletrônico:	150/2022-e
Interessado:	VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos itens nº 123, 126, 277, 392, 414 e 573
Referência	PAL nº 0293/2021, PE nº 0010/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS –REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO – APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens nº 123, 126, 277, 392, 414 e 573, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora alegou que os produtos, atualmente, estão com preços de custo elevados, em patamares acima das projeções esperadas para um período de 12 meses, tornando-se irrealizável a continuidade do fornecimento diante da realidade do mercado.

Solicita, dessa forma, o realinhamento do preço contratado em relação aos itens nº 123, 126, 277, 392, 414 e 573, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea "d" da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a fim de reestabelecer o equilíbrio contratual pactuado inicialmente. Comprovou a variação dos valores através de notas fiscais anexas e, nesses termos, justificou seu pedido. Em relação ao item nº 277, ressalta-se que a comprovação foi apenas parcial, isto é, a solicitação foi no importe de 22,81%, sendo que a efetiva comprovação foi de apenas 7,02%.

Antes de conceder o reequilíbrio econômico-financeiro solicitado e comprovado, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observada a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

Consultando o interesse das demais proponentes em fornecer o item por valor menor ao obtido caso concedido o reequilíbrio, constatou-se o seguinte:

a) A empresa ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA exarou manifestação aceitando fornecer o item nº 392 por um novo valor proposto, que é de R\$ 27,33;

b) A empresa METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA exarou manifestação aceitando fornecer o item nº 414 por um novo valor proposto, que é de R\$ 8,10.

Após a realização da negociação e diante do direito de preferência da empresa fornecedora VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, esta foi comunicada da existência de propostas mais vantajosas em relação aos itens nº 392 e 414 e questionada sobre a sua intenção em aderir aos termos destas. As propostas foram enviadas por e-mail e a empresa aceitou o fornecimento dos itens nas novas condições propostas. Em relação aos itens nº 123, 126, 277 e 573, não foram encontradas propostas mais vantajosas e o preço solicitado/comprovado se compactua com os praticados no mercado, da forma que a concessão, nos termos do solicitado e comprovado, restou como melhor opção aos Órgãos Participantes.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que a equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem à aplicação da norma.

No entanto, a possibilidade de concessão do reequilíbrio está condicionada a comprovação por parte do fornecedor e posterior análise pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verificou-se que há propostas mais vantajosas para a administração pública em relação aos itens nº 392 e 414, conforme consulta realizada no cadastro de fornecedores e apresentada na manifestação técnica. Consultada sobre o interesse em fornecer tais itens de acordo com a proposta mais vantajosa encontrada, a empresa fornecedora, no exercício do seu direito de preferência, aceitou as condições propostas.

Em relação aos itens nº 123, 126, 277 e 573, não há propostas mais vantajosas, restando a concessão, nos termos do solicitado/comprovado, como melhor opção aos Órgãos Participantes.

Passo à conclusão.

III – Conclusão

Cabe salientar que o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quanto a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quanto ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange aos itens nº 123, 126 e 573 a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 9,66% para o item nº 123 (novo valor de R\$ 1,79); revisão de 7,14% para o item nº 126 (novo valor de R\$ 12,00); e revisão de 25% para o item nº 573 (novo valor de R\$ 12,50);
2. Pelo Deferimento parcial do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange aos itens nº 277, 392 e 414 a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 7,02% para o item nº 277 (novo valor de R\$ 1,22); revisão de 18,41% para o item nº 392 (novo valor

de R\$ 27,33); e revisão de 35,22% para o item nº 414 (novo valor de R\$ 8,10).

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de fevereiro de 2022.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	150/2022-e
Interessado:	VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Assunto:	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Referência:	PAL nº 0293/2021, PE nº 0010/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a análise do Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente aos itens nº 123, 126, 277, 392, 414 e 573 do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange aos itens nº 123, 126 e 573 a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 9,66% para o item nº 123 (novo valor de R\$ 1,79); revisão de 7,14% para o item nº 126 (novo valor de R\$ 12,00); e revisão de 25% para o item nº 573 (novo valor de R\$ 12,50);
2. Pelo Deferimento parcial do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange aos itens nº 277, 392 e 414 a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 7,02% para o item nº 277 (novo valor de R\$ 1,22); revisão de 18,41% para o item nº 392 (novo valor de R\$ 27,33); e revisão de 35,22% para o item nº 414 (novo valor de R\$ 8,10).

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de fevereiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 157/2021-E

Publicação Nº 3651695

Processo Administrativo Eletrônico:	157/2022-e
Interessado:	TROIKA DISTRIBUIÇÃO LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 0285/2021, PE 0008/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa TROIKA DISTRIBUIÇÃO LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 115362/2021, 115899/2021 e 117998/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. A empresa, em suas manifestações, sinalizou a incapacidade de atendimento no prazo previsto e solicitou prorrogação do prazo de entrega.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa TROIKA DISTRIBUIÇÃO LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 130 e 133.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

- 3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
- 3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- [...] (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Quanto ao pedido de prorrogação do prazo de entrega, verifica-se que tal prazo se mostra compatível com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, podendo ser concedido sem que haja violação ao interesse público.

Outrossim, deve a empresa ficar ciente de que o novo descumprimento da obrigação na data concedida ensejará o cancelamento do registro de preço dos itens bem como aplicação das sanções administrativas pertinentes, em razão da configuração da inexecução contratual. É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

- 1. Que a empresa TROIKA DISTRIBUIÇÃO LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral das Autorizações de Fornecimento nº 115362/2021, 115899/2021 e 117998/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2022;
- 2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;
- 3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 115362/2021, 115899/2021 e 117998/2021;
- 4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
- 5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa TROIKA DISTRIBUIÇÃO LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0285/2021,

Pregão, na forma Eletrônica, nº 0008/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 130 e 133, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

6. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 115362/2021, 115899/2021 e 117998/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 115362/2021, 115899/2021 e 117998/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 04 de fevereiro de 2022.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	157/2022-e
Interessado:	TROIKA DISTRIBUIÇÃO LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 0285/2021, PE 0008/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 115362/2021, 115899/2021 e 117998/2021, do PAL nº 0285/2021, PE 0008/2021, em face da empresa TROIKA DISTRIBUIÇÃO LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela concessão da prorrogação do prazo de entrega para a data limite de 15 de fevereiro de 2022 e, em caso de não atendimento na data concedida, o cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 130 e 133, a rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0008/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa TROIKA DISTRIBUIÇÃO LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral das Autorizações de Fornecimento nº 115362/2021, 115899/2021 e 117998/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2022;

2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;

3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 115362/2021, 115899/2021 e 117998/2021;

4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:

5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa TROIKA DISTRIBUIÇÃO LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0285/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0008/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 130 e 133, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

6. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 115362/2021, 115899/2021 e 117998/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 115362/2021, 115899/2021 e 117998/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 04 de fevereiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 167/2022-E

Publicação Nº 3651532

Processo Administrativo Eletrônico:	167/2022-e
Interessado:	AG KIENEN & CIA LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 54
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS –REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO – APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa AG KIENEN & CIA LTDA, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 54, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora alegou que seu pedido tem por fundamento a alteração na política de preços dos laboratórios e aumentos no final de 2021.

Solicita, dessa forma, o realinhamento do preço contratado em relação ao item nº 54, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea “d” da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a fim de reestabelecer o equilíbrio contratual pactuado inicialmente. Comprovou a variação dos valores através de notas fiscais anexas e, nesses termos, justificou seu pedido.

Antes de conceder o reequilíbrio econômico-financeiro solicitado e comprovado, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observada a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

Consultando o interesse das demais proponentes em fornecer o item por valor menor ao obtido caso concedido o reequilíbrio, constatou-se o seguinte:

a) A empresa ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA exarou manifestação aceitando fornecer o item nº 54 pelo valor da sua proposta no certame, que é de R\$ 0,1600.

Após a realização da negociação e diante do direito de preferência da empresa fornecedora AG KIENEN & CIA LTDA, esta foi comunicada da existência de proposta mais vantajosa em relação ao item nº 54 e questionada sobre a sua intenção em aderir aos termos desta. A proposta foi enviada por e-mail e a empresa aceitou o fornecimento do item nas novas condições propostas.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que a equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem à aplicação da norma.

No entanto, a possibilidade de concessão do reequilíbrio está condicionada a comprovação por parte do fornecedor e posterior análise pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verificou-se que há propostas mais vantajosas para a administração pública em relação ao item nº 54, conforme consulta realizada no cadastro de fornecedores e apresentada na manifestação técnica. Consultada sobre o interesse em fornecer o item nº 54 de acordo com a proposta mais vantajosa encontrada, a empresa fornecedora, no exercício do seu direito de preferência, aceitou as condições propostas.

Passo à conclusão.

III – Conclusão

Cabe salientar que o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quanto a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quanto ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Deferimento parcial do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 54, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 0,63% (novo valor de R\$ 0,1600).

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de fevereiro de 2022.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	167/2022-e
Interessado:	AG KIENEN & CIA LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a análise do Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item nº 54 do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa AG KIENEN & CIA LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento parcial do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 54, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 0,63% (novo valor de R\$ 0,1600).

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de fevereiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 168/2021-E

Publicação Nº 3651561

Processo Administrativo Eletrônico:	168/2022-e
Interessado:	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Itens nº 72 e 73
Referência	PAL nº 0293/2021, PE nº 0010/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, que versa sobre o cancelamento dos itens nº 72 e 73, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

No dia primeiro de fevereiro de 2022, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou que o pedido tem por fundamento o desabastecimento dos estoques e a fabricante SR não ter o material para envio imediato.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item, justificando seu pedido nos termos acima expostos. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 07 (sete) Autorizações de Fornecimento em aberto, sem capacidade de atendimento.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Cumpramos destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)
- [...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação;
- [...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta do produto é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

- [...]
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- [...]
- II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitação nº 0293/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0010/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 72 e 73, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 4003/2022, 4327/2022, 4737/2022, 6188/2022, 7459/2022, 7493/2022 e 9765/2022, somente no que tange aos itens nº 72 e 73, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 4003/2022, 4327/2022, 4737/2022, 6188/2022, 7459/2022, 7493/2022 e 9765/2022, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (27/01/2022), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de fevereiro de 2022.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	168/2022-e
Interessado:	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Itens nº 72 e 73
Referência	PAL nº 0293/2021, PE nº 0010/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço dos itens nº 72 e 73 do PAL nº 0293/2021, PE nº 0010/2021, requerido pela empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitação nº 0293/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0010/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 72 e 73, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 4003/2022, 4327/2022, 4737/2022, 6188/2022, 7459/2022, 7493/2022 e 9765/2022,

somente no que tange aos itens nº 72 e 73, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 4003/2022, 4327/2022, 4737/2022, 6188/2022, 7459/2022, 7493/2022 e 9765/2022, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (27/01/2022), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de fevereiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 169/2022-E

Publicação Nº 3651530

Processo Administrativo Eletrônico:	169/2022-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 59
Referência	PAL nº 7005/2021, PE nº 0027/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS –REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO – APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 59, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe. Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora alegou que o custo anterior do item era R\$ 0,36900, sendo que o preço de aquisição, atualmente, é de R\$ 0,45500, sendo necessária a revisão do preço registrado para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Solicita, dessa forma, o realinhamento do preço contratado em relação ao item nº 59, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea "d" da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a fim de reestabelecer o equilíbrio contratual pactuado inicialmente. Comprovou a variação dos valores através de notas fiscais anexas e, nesses termos, justificou seu pedido.

Antes de conceder o reequilíbrio econômico-financeiro solicitado e comprovado, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observada a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

Consultando o interesse das demais proponentes em fornecer os itens por valor menor ao obtido caso concedido o reequilíbrio, constatou-se que não há valores inferiores ao solicitado, restando a concessão como melhor opção aos Órgãos Participantes.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica

indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que a equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem à aplicação da norma.

No entanto, a possibilidade de concessão do reequilíbrio está condicionada a comprovação por parte do fornecedor e posterior análise pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verificou-se que não há propostas mais vantajosas na lista de cadastro de reserva de fornecedores, restando a concessão nos termos solicitados a melhor opção aos Órgãos Participantes.

Passo à conclusão.

III – Conclusão

Cabe salientar que o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quanto a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quanto ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 59, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 5,51% (novo valor de R\$ 0,6067).

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de fevereiro de 2022.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	169/2022-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Referência:	PAL nº 7005/2021, PE nº 0027/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item nº 59 do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 59, a partir da solicitação, sem efeitos retro-ativos, revisão de 5,51% (novo valor de R\$ 0,6067).

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de fevereiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 175/2021-E

Publicação Nº 3651562

Processo Administrativo Eletrônico:	175/2022-e
Interessado:	R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referência:	PAL 8001/2021, PE 0043/2021

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA, referente à Autorização de Fornecimento nº 115629/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. A empresa, em suas manifestações, sinalizou a incapacidade de atendimento no prazo previsto e solicitou prorrogação do prazo de entrega.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 61.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

[...] (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATA-RINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Quanto ao pedido de prorrogação do prazo de entrega, verifica-se que tal prazo se mostra compatível com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, podendo ser concedido sem que haja violação ao interesse público.

Outrossim, deve a empresa ficar ciente de que o novo descumprimento da obrigação na data concedida ensejará o cancelamento do registro de preço dos itens bem como aplicação das sanções administrativas pertinentes, em razão da configuração da inexecução contratual. É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

1. Que a empresa R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral da Autorização de Fornecimento nº 115629/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2022;
 2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;
 3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso da Autorização de Fornecimento nº 115629/2021;
 4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
 5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 8001/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0043/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 61, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
 6. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 115629/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
 7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 115629/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
 8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 03 de fevereiro de 2022.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	175/2022-e
Interessado:	R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 8001/2021, PE 0043/2021

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente da Autorização de Fornecimento nº 115629/2021, do PAL nº 8001/2021, PE 0043/2021, em face da empresa R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA. Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípua de melhor atender o interesse público, opinou pela concessão da prorrogação do prazo de entrega para a data limite de 18 de fevereiro de 2022 e, em caso de não atendimento na data concedida, o cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação ao item nº 61, a rescisão da Autorização de Fornecimento não atendida e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0043/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral da Autorização de Fornecimento nº 115629/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2022;
2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;
3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso da Autorização de Fornecimento nº 115629/2021;
4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 8001/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0043/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 61, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
6. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 115629/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 115629/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 03 de fevereiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 194/2022-E

Publicação Nº 3651525

Processo Administrativo Eletrônico:	194/2022-e
Interessado:	R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 30
Referência	PAL nº 8001/2021, PE nº 0043/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO – APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.**I – Relatório**

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 30, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora alegou que, após a homologação do certame, sobrevieram fatos imprevisíveis decorrentes da grande tensão provocada pelo COVID-19, impactando de forma geral o mercado mundial e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em tela.

Solicita, dessa forma, o realinhamento do preço contratado em relação ao item nº 30, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea “d” da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a fim de reestabelecer o equilíbrio contratual pactuado inicialmente. Comprovou a variação dos valores através de notas fiscais anexas e, nesses termos, justificou seu pedido. Ressalta-se que a comprovação dos percentuais solicitados foi apenas parcial, isto é, o pedido foi de 10,27%, sendo que houve comprovação efetiva de apenas 8,38%.

Antes de conceder o reequilíbrio econômico-financeiro solicitado e comprovado, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observada a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

Consultando o interesse das demais proponentes em fornecer os itens por valor menor ao obtido caso concedido o reequilíbrio, constatou-se que não há valores inferiores ao comprovado, restando a concessão parcial, nos termos do que fora efetivamente comprovado (8,38%), como melhor opção aos Órgãos Participantes.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que a equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser

estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem à aplicação da norma.

No entanto, a possibilidade de concessão do reequilíbrio está condicionada a comprovação por parte do fornecedor e posterior análise pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verificou-se que não há propostas mais vantajosas na lista de cadastro de reserva de fornecedores, restando a concessão, nos termos do que fora efetivamente comprovado (8,38%), a melhor opção aos Órgãos Participantes. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Cabe salientar que o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quanto a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quanto ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Deferimento parcial do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 30, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 8,38% (novo valor de R\$ 1.727,58).

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de fevereiro de 2022.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	194/2022-e
Interessado:	R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Referência	PAL nº 8001/2021, PE nº 0043/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item nº 30 do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento parcial do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 30, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 8,38% (novo valor de R\$ 1.727,58).

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de fevereiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 204/2022-E

Publicação Nº 3651549

Processo Administrativo Eletrônico:	204/2022-e
Interessado:	AG KIENEN & CIA LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 69
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS –REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO – APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa AG KIENEN & CIA LTDA, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 69, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora alegou que seu pedido tem por fundamento a alteração na política de preços dos laboratórios e aumentos no final de 2021.

Solicita, dessa forma, o realinhamento do preço contratado em relação ao item nº 69, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea "d" da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a fim de reestabelecer o equilíbrio contratual pactuado inicialmente. Comprovou a variação dos valores através de notas fiscais anexas e, nesses termos, justificou seu pedido.

Antes de conceder o reequilíbrio econômico-financeiro solicitado e comprovado, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observada a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

Consultando o interesse das demais proponentes em fornecer o item por valor menor ao obtido caso concedido o reequilíbrio, constatou-se o seguinte:

a) A empresa BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA exarou manifestação aceitando fornecer o item nº 69 pelo valor da sua proposta, que é de R\$ 0,2491.

Após a realização da negociação e diante do direito de preferência da empresa fornecedora AG KIENEN & CIA LTDA, esta foi comunicada da existência de proposta mais vantajosa em relação ao item e questionada sobre a sua intenção em aderir aos termos desta. A proposta foi enviada por e-mail e a empresa aceitou o fornecimento do item nas novas condições propostas.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que a equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem à aplicação da norma.

No entanto, a possibilidade de concessão do reequilíbrio está condicionada a comprovação por parte do fornecedor e posterior análise pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verificou-se que há propostas mais vantajosas para a administração pública em

relação ao item nº 69, conforme consulta realizada no cadastro de fornecedores e apresentada na manifestação técnica. Consultada sobre o interesse em fornecer o item de acordo com a proposta mais vantajosa encontrada, a empresa fornecedora, no exercício do seu direito de preferência, aceitou as condições propostas.

Passo à conclusão.

III – Conclusão

Cabe salientar que o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quanto a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quanto ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Deferimento parcial do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 69, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 1,92% (novo valor de R\$ 0,2491).

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 09 de fevereiro de 2022.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	204/2022-e
Interessado:	AG KIENEN & CIA LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a análise do Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item nº 69 do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa AG KIENEN & CIA LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento parcial do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 69, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 1,92% (novo valor de R\$ 0,2491).

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 09 de fevereiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 268/2021-E

Publicação Nº 3651815

Processo Administrativo Eletrônico:	268/2021-e
Interessado:	LUCIANO PILATTI
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Itens nº 04, 15 e 70
Referência	PAL nº 8001/2021, PE nº 0043/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa LUCIANO PILATTI, que versa sobre o cancelamento dos itens nº 04, 15 e 70, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 07 de outubro de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou diversos fatores que fundamentam a solicitação, como por exemplo, o alastramento e a persistência dos casos de COVID-19, a escassez de insumos

para fabricação de produtos, o aumento do preço de combustível, fretes, dentre outros.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento dos itens, justificando seu pedido nos termos acima expostos. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 25 (Vinte e cinco) Autorizações de Fornecimento em aberto, sem capacidade de atendimento.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Cumprir destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;

g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);

h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)

[...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

[...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta dos itens é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa LUCIANO PILATTI, no Processo Administrativo Licitatório nº 8001/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0043/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 04, 15 e 70, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 83462/2021, 83813/2021, 84835/2021, 84837/2021, 85763/2021, 86387/2021, 86396/2021, 86402/2021, 86531/2021, 86996/2021, 87459/2021, 87598/2021, 87878/2021, 88152/2021, 88256/2021, 88320/2021, 89220/2021, 90352/2021, 90921/2021, 91738/2021, 91858/2021, 91958/2021, 92720/2021, 92803/2021 e 92811/2021, somente no que tange aos itens nº 04, 15 e 70, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 83462/2021, 83813/2021, 84835/2021, 84837/2021, 85763/2021, 86387/2021, 86396/2021, 86402/2021, 86531/2021, 86996/2021, 87459/2021, 87598/2021, 87878/2021, 88152/2021, 88256/2021, 88320/2021, 89220/2021, 90352/2021, 90921/2021, 91738/2021, 91858/2021, 91958/2021, 92720/2021, 92803/2021 e 92811/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (07/10/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 11 de outubro de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	268/2021-e
Interessado:	LUCIANO PILATTI
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Itens nº 04, 15 e 70
Referência	PAL nº 8001/2021, PE nº 0043/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço dos itens nº 04, 15 e 70 do PAL nº 8001/2021, PE nº 0043/2021, requerido pela empresa LUCIANO PILATTI.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa LUCIANO PILATTI, no Processo Administrativo Licitatório nº 8001/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0043/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 04, 15 e 70, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 83462/2021, 83813/2021, 84835/2021, 84837/2021, 85763/2021, 86387/2021, 86396/2021, 86402/2021, 86531/2021, 86996/2021, 87459/2021, 87598/2021, 87878/2021, 88152/2021, 88256/2021, 88320/2021, 89220/2021, 90352/2021, 90921/2021, 91738/2021, 91858/2021, 91958/2021, 92720/2021, 92803/2021 e 92811/2021, somente no que tange aos itens nº 04, 15 e 70, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 83462/2021, 83813/2021, 84835/2021, 84837/2021, 85763/2021, 86387/2021, 86396/2021, 86402/2021, 86531/2021, 86996/2021, 87459/2021, 87598/2021, 87878/2021, 88152/2021, 88256/2021, 88320/2021, 89220/2021, 90352/2021, 90921/2021, 91738/2021, 91858/2021, 91958/2021, 92720/2021, 92803/2021 e 92811/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (07/10/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 11 de outubro de 2021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 458/2021-E

Publicação Nº 3651829

Processo Administrativo Eletrônico:	458/2021-e
Interessado:	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referência:	PAL 5673/2021, PE 0045/2021

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 95860/2021, 95881/2021, 96058/2021, 96278/2021, 97761/2021, 97894/2021, 98230/2021, 98259/2021, 98879/2021, 99672/2021, 100085/2021, 100698/2021, 100701/2021, 101037/2021 e 101294/2021. Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. A empresa, em suas manifestações, sinalizou a incapacidade de atendimento no prazo previsto e solicitou prorrogações do prazo de entrega. Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, descumpriu o prazo de 30 (trinta) dias para entrega dos itens constantes nas Autorizações de Fornecimento nº 95860/2021, 95881/2021, 96058/2021, 96278/2021, 97761/2021, 97894/2021, 98230/2021, 98259/2021, 98879/2021, 99672/2021, 100085/2021, 100698/2021, 100701/2021, 101037/2021 e 101294/2021.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento das Autorizações de Fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado na Autorização de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema

L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

A empresa, de modo célere, solicitou prorrogação do prazo de entrega das Autorizações de Fornecimento supracitadas, justificando que o prazo é necessário em razão do atraso ocorrido na entrega dos produtos por parte da transportadora. Ademais, como muitos prazos diferentes foram solicitados, a prorrogação do prazo para entrega para o dia 11 de janeiro de 2022 (considerado o maior prazo solicitado – 45 dias do limite da AF nº 101294/2021) se mostra compatível com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, podendo ser concedido sem que haja violação ao interesse público.

Outrossim, deve a empresa ficar ciente de que o novo descumprimento da obrigação na data concedida ensejará o cancelamento do registro de preço dos itens bem como aplicação das sanções administrativas pertinentes, em razão da configuração da inexecução contratual. É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. Que a empresa COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral das Autorizações de Fornecimento nº 95860/2021, 95881/2021, 96058/2021, 96278/2021, 97761/2021, 97894/2021, 98230/2021, 98259/2021, 98879/2021, 99672/2021, 100085/2021, 100698/2021, 100701/2021, 101037/2021 e 101294/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 11 DE JANEIRO DE 2022;
 2. A aceitação do recebimento dos itens pelo órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;
 3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 95860/2021, 95881/2021, 96058/2021, 96278/2021, 97761/2021, 97894/2021, 98230/2021, 98259/2021, 98879/2021, 99672/2021, 100085/2021, 100698/2021, 100701/2021, 101037/2021 e 101294/2021;
 4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
 5. O cancelamento do Registro de Preço da empresa COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 5673/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0045/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 38, 54, 55, 57, 69, 71, 77, 78, 79, 125 e 131, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
 6. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 95860/2021, 95881/2021, 96058/2021, 96278/2021, 97761/2021, 97894/2021, 98230/2021, 98259/2021, 98879/2021, 99672/2021, 100085/2021, 100698/2021, 100701/2021, 101037/2021 e 101294/2021, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
 7. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 95860/2021, 95881/2021, 96058/2021, 96278/2021, 97761/2021, 97894/2021, 98230/2021, 98259/2021, 98879/2021, 99672/2021, 100085/2021, 100698/2021, 100701/2021, 101037/2021 e 101294/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
 8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 04 de novembro de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	458/2021-e
Interessado:	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 5673/2021, PE 0045/2021

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 95860/2021, 95881/2021, 96058/2021, 96278/2021, 97761/2021, 97894/2021, 98230/2021, 98259/2021, 98879/2021, 99672/2021, 100085/2021, 100698/2021, 100701/2021, 101037/2021 e 101294/2021, do PAL nº 5673/2021, PE 0045/2021, em face da empresa COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela concessão da prorrogação do prazo de entrega para a data limite de 06 de dezembro de 2021 e, em caso de não atendimento na data concedida, o cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 38, 54, 55, 57, 69, 71, 77, 78, 79, 125 e 131, a rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0045/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral das Autorizações de Fornecimento nº 95860/2021, 95881/2021, 96058/2021, 96278/2021, 97761/2021, 97894/2021, 98230/2021, 98259/2021, 98879/2021, 99672/2021, 100085/2021, 100698/2021, 100701/2021, 101037/2021 e 101294/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 11 DE JANEIRO DE 2022;

2. A aceitação do recebimento dos itens pelo órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;

3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 95860/2021, 95881/2021, 96058/2021, 96278/2021, 97761/2021, 97894/2021, 98230/2021, 98259/2021, 98879/2021, 99672/2021, 100085/2021, 100698/2021, 100701/2021, 101037/2021 e 101294/2021;

4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:

5. O cancelamento do Registro de Preço da empresa COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 5673/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0045/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 38, 54, 55, 57, 69, 71, 77, 78, 79, 125 e 131, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

6. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 95860/2021, 95881/2021, 96058/2021, 96278/2021, 97761/2021, 97894/2021, 98230/2021, 98259/2021, 98879/2021, 99672/2021, 100085/2021, 100698/2021, 100701/2021, 101037/2021 e 101294/2021, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

7. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 95860/2021, 95881/2021, 96058/2021, 96278/2021, 97761/2021, 97894/2021, 98230/2021, 98259/2021, 98879/2021, 99672/2021, 100085/2021, 100698/2021, 100701/2021, 101037/2021 e 101294/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 04 de novembro de 2021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	458/2021-e
Interessado:	COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
Assunto:	Inexecução Contratual
Referencia:	PAL 5673/2021, PE 0045/2021

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual das Autorizações de Fornecimento nº 95860/2021, 95881/2021, 96058/2021, 96278/2021, 97761/2021, 97894/2021, 98230/2021, 98259/2021, 98879/2021, 99672/2021, 100085/2021, 100698/2021, 100701/2021, 101037/2021 e 101294/2021, do PAL nº 5673/2021, PE 0045/2021, em face da empresa COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA.

Verifica-se que a Decisão Administrativa retro concedeu prazo impreterível para cumprimento extemporâneo das Autorizações de Fornecimento supracitadas até o dia 11 de janeiro de 2021. Dentre tais, apenas as Autorizações de Fornecimento nº 98879/2021, 100085/2021 e 101294/2021 não foram cumpridas no prazo concedido, devendo, em relação a estas, ser executada a Decisão Administrativa retro, promovendo-se a rescisão e aplicação das penalidades administrativas.

Importante registrar que o CINCATARINA está atento e entende o momento vivenciado pelo mercado de pneumáticos, tanto é que concedeu a prorrogação do prazo de entrega nos moldes do solicitado. Entretanto, no momento da participação do certame, os impactos ocasionados pela pandemia já eram de amplo conhecimento pelo licitante, não configurando um fato superveniente capaz de afastar suas obrigações no decorrer do certame.

Dessa forma, quando da participação do certame, o licitante tinha pleno conhecimento da situação envolvendo o mercado de pneumáticos e, mesmo assim, decidiu participar, da forma que eventual inexecução contratual em razão da falta no mercado não era um fato imprevisível, mas sim previsível e foi um risco assumido pela empresa. Trata-se, portanto, de risco da própria atividade empresarial.

Nesse sentido, as Autorizações de Fornecimento nº 98879/2021, 100085/2021 e 101294/2021 devem ser rescindidas com a consequente aplicação da penalidade de multa. Em relação às demais Autorizações, não há que se falar em aplicação de penalidades administrativas, haja vista que a empresa as atendeu dentro do prazo impreterível concedido pelo CINCATARINA (11/01/2021).

Assim, considerando as disposições previstas na Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0045/2021 e Ata de Registro de Preço, passo a DECIDIR:

1. Pela execução da Decisão Administrativa retro apenas no que concerne às Autorizações de Fornecimento nº 98879/2021, 100085/2021 e 101294/2021.

Intime-se. Cumpra-se.

Após, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 18 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 6548/2021-E

Publicação Nº 3650968

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	6548/2021-e
Interessado:	LUCIANO PILATTI
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 13987/2020, PE 0030/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa LUCIANO PILATTI, referente às Autorizações de Fornecimento nº 19989/2021, 20940/2021, 21178/2021 e 25316/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuasse a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, as Autorizações de Fornecimento acima elencadas continuam em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa LUCIANO PILATTI, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 42.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de

armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATA-RINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa LUCIANO PILATTI, no Processo Administrativo Licitatório nº 13987/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0030/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 42;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 19989/2021, 20940/2021, 21178/2021 e 25316/2021;

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 19989/2021, 20940/2021, 21178/2021 e 25316/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 11 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	6548/2021-e
Interessado:	LUCIANO PILATTI
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 13987/2020, PE 0030/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 19989/2021, 20940/2021, 21178/2021 e 25316/2021, do PAL nº 13987/2020, PE 0030/2020, em face da empresa LUCIANO PILATTI.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação ao item nº 42, rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, aplicação de multa/advertência e convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do item, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0030/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa LUCIANO PILATTI, no Processo Administrativo Licitatório nº 13987/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0030/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 42;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 19989/2021, 20940/2021, 21178/2021 e 25316/2021;
3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 19989/2021, 20940/2021, 21178/2021 e 25316/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 10 de maio de 2.021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 6580/2021-E

Publicação Nº 3650976

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	6580/2021-e
Interessado:	ÍTACA EIRELI
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 9223/2020, PE 0019/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa ÍTACA EIRELI, referente às Autorizações de Fornecimento nº 16677/2021 e 17294/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, as Autorizações de Fornecimento acima elencadas continuam em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa ÍTACA EIRELI, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 31.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

- 3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
- 3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATA-RINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa ÍTACA EIRELI, no Processo Administrativo Licitatório nº 9223/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0019/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 31;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 16677/2021 e 17294/2021.

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 16677/2021 e 17294/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 17 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	6580/2021-e
Interessado:	ÍTACA EIRELI
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 9223/2020, PE 0019/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 16677/2021 e 17294/2021, do PAL nº 9223/2020, PE 0019/2020, em face da empresa ÍTACA EIRELI.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação ao item nº 31, rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, aplicação de multa e convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do item, nos termos da legislação em vigor. Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0019/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa ÍTACA EIRELI, no Processo Administrativo Licitatório nº 9223/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0019/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 31;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 16677/2021 e 17294/2021.
3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 16677/2021 e 17294/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 17 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 6947/2021-E

Publicação Nº 3650985

Processo Administrativo Eletrônico:	6947/2021-e
Interessado:	3/S MATERIAIS PARA EMPRESAS E PAPELARIA EIRELI
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 49
Referência	PAL nº 0285/2021, PE nº 0008/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa 3/S MATERIAIS PARA EMPRESAS E PAPELARIA EIRELI, que versa sobre o cancelamento do item nº 49, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 11 de maio de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou que o item sofreu um aumento exorbitante e, por isso, fica inviável continuar com os fornecimentos.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item e, nesses termos, justificou seu requerimento (e-DOC AC756170). Em consulta ao sistema

L-CIN, verifica-se a existência de 06 (seis) Autorizações de Fornecimento em aberto, a saber: 28784/2021, 31163/2021, 32297/2021, 34973/2021, 36267/2021 e 38140/2021.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado o atraso da entrega por parte do fornecedor gerando, consequentemente, transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada,

portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.
É a fundamentação. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da 3/S MATERIAIS PARA EMPRESAS E PAPELARIA EIRELI, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0285/2021, PE nº 0008/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 49;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 28784/2021, 31163/2021, 32297/2021, 34973/2021, 36267/2021 e 38140/2021, no que tange aos quantitativos do item nº 49, podendo a rescisão, portanto, ser parcial ou total, a depender da situação;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 28784/2021, 31163/2021, 32297/2021, 34973/2021, 36267/2021 e 38140/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 14 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	6947/2021-e
Interessado:	3/S MATERIAIS PARA EMPRESAS E PAPELARIA EIRELI
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 49
Referência	PAL nº 0285/2021, PE nº 0008/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 49 do PAL nº 0285/2021, PE nº 0008/2021, requerido pela empresa 3/S MATERIAIS PARA EMPRESAS E PAPELARIA EIRELI.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da 3/S MATERIAIS PARA EMPRESAS E PAPELARIA EIRELI, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0285/2021, PE nº 0008/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 49;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 28784/2021, 31163/2021, 32297/2021, 34973/2021, 36267/2021 e 38140/2021, no que tange aos quantitativos do item nº 49, podendo a rescisão, portanto, ser parcial ou total, a depender da situação;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 28784/2021, 31163/2021, 32297/2021, 34973/2021, 36267/2021 e 38140/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 14 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 7110/2021-E

Publicação Nº 3650989

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	7170/2021-e
Interessado:	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 22161/2020, PE 0053/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, referente à Autorização de Fornecimento nº 26150/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total da Autorização de Fornecimento supracitada ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, a Autorização de Fornecimento acima elencada continua em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 140.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação

limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, no Processo Administrativo Licitatório nº 22161/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0053/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 140;

2. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 26150/2021.

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 26150/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 24 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	7170/2021-e
Interessado:	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 22161/2020, PE 0053/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente da Autorização de Fornecimento nº 26150/2021, do PAL nº 22161/2020, PE 0053/2020, em face da empresa INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação ao item nº 140, rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, aplicação de multa/advertência e convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do item, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0053/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, no Processo Administrativo Licitatório nº 22161/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0053/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 140;

2. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 26150/2021.

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 26150/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 24 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 7480/2021-E

Publicação Nº 3651002

Processo Administrativo Eletrônico:	7480/2021-e
Interessado:	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 31
Referência	PAL nº 25446/2020, PE nº 0058/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME, que versa sobre o cancelamento do item nº 31, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

No dia 21 de maio de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou que em decorrência da pandemia e de decretos estaduais e federais, as importações ficaram paralisadas, além de ocorrer vários aumentos do dólar, impactando diretamente os produtos importados, sendo que algumas indústrias retiraram do mercado alguns produtos, o que trouxe transtornos para todas as áreas produtivas nacionais e, conseqüentemente, atingiu a empresa, ora requerente.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item e, nesses termos, justificou seu requerimento (e-DOC 3872850E). Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se a existência de 02 (duas) Autorizações de Fornecimento em aberto, a saber: 37153/2021 e 42987/2021.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório

ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado o atraso da entrega por parte do fornecedor gerando, consequentemente, transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 25446/2020, PE nº 0058/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 31;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 37153/2021 e 42987/2021, no que tange aos quantitativos do item nº 31, podendo a rescisão, portanto, ser parcial ou total, a depender da situação;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 37153/2021 e 42987/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 26 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	7480/2021-e
Interessado:	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 31
Referência	PAL nº 25446/2020, PE nº 0058/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 31 do PAL nº

25446/2020, PE nº 0058/2020, requerido pela empresa MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 25446/2020, PE nº 0058/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 31;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 37153/2021 e 42987/2021, no que tange aos quantitativos do item nº 31, podendo a rescisão, portanto, ser parcial ou total, a depender da situação;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 37153/2021 e 42987/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 26 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 7650/2021-E

Publicação Nº 3651009

Processo Administrativo Eletrônico:	7650/2021-e
Interessado:	FISIU EQUIPAMENTOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 22153/2020, PE 0057/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO. =

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 21802/2021, 22216/2021, 22251/2021, 23861/2021, 23862/2021, 24245/2021, 24684/2021, 24863/2021, 25210/2021, 25263/2021, 25593/2021, 25668/2021, 27307/2021, 27595/2021 e 27714/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuasse a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações e solicitou prorrogações do prazo de entrega para o dia 16 de junho de 2021.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA, descumpru o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 08, 32, 65, 76, 81, 87, 104, 191, 214, 229, 231, 236 e 243.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. Que a empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, no que tange a entrega dos itens nº 08, 32, 65, 76, 81, 87, 104, 191, 214, 229, 231, 236 e 243, referente às Autorizações de Fornecimento nº 21802/2021, 22216/2021, 22251/2021, 23861/2021, 23862/2021, 24245/2021, 24684/2021, 24863/2021, 25210/2021, 25263/2021, 25593/2021, 25668/2021, 27307/2021, 27595/2021 e 27714/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 16 DE JUNHO DE 2021;

2. A aceitação do recebimento dos itens nº 08, 32, 65, 76, 81, 87, 104, 191, 214, 229, 231, 236 e 243, pelo órgão Gerenciador, não se configura como novo prazo;

3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 21802/2021, 22216/2021, 22251/2021, 23861/2021, 23862/2021, 24245/2021, 24684/2021, 24863/2021, 25210/2021, 25263/2021, 25593/2021, 25668/2021, 27307/2021, 27595/2021 e 27714/2021;

4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:

5. O cancelamento do Registro de Preço da empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 22153/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0057/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 08, 32, 65, 76, 81, 87, 104, 191, 214, 229, 231, 236 e 243;

6. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 21802/2021, 22216/2021, 22251/2021, 23861/2021, 23862/2021, 24245/2021, 24684/2021, 24863/2021, 25210/2021, 25263/2021, 25593/2021, 25668/2021, 27307/2021, 27595/2021 e 27714/2021;

7. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 22216/2021, 22251/2021, 23861/2021, 23862/2021, 24863/2021, 25210/2021, 25263/2021, 25593/2021 e 27307/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

8. A aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 21802/2021, 24245/2021, 24684/2021, 25668/2021, 27595/2021 e 27714/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

9. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 08 de junho de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	7650/2021-e
Interessado:	FISIU EQUIPAMENTOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 22153/2020, PE 0057/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 21802/2021, 22216/2021, 22251/2021, 23861/2021, 23862/2021, 24245/2021, 24684/2021, 24863/2021, 25210/2021, 25263/2021, 25593/2021, 25668/2021, 27307/2021, 27595/2021 e 27714/2021, do PAL nº 22153/2020, PE 0057/2020, em face da empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

Salienta-se que a empresa, em sua manifestação, justificou o inadimplemento das suas obrigações e solicitou prorrogação do prazo de entrega para o dia 16 de junho de 2021, prazo este proporcional e razoável diante dos fatos vivenciados.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela concessão da prorrogação do prazo de entrega solicitado e, em caso de não cumprimento das AF's no prazo previsto, o cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 08, 32, 65, 76, 81, 87, 104, 191, 214, 229, 231, 236 e 243, a rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0057/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, no que tange a entrega dos itens nº 08, 32, 65, 76, 81, 87, 104, 191, 214, 229, 231, 236 e 243, referente às Autorizações de Fornecimento nº 21802/2021, 22216/2021, 22251/2021, 23861/2021, 23862/2021, 24245/2021, 24684/2021, 24863/2021, 25210/2021, 25263/2021, 25593/2021, 25668/2021, 27307/2021, 27595/2021 e 27714/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 16 DE JUNHO DE 2021;
2. A aceitação do recebimento dos itens nº 08, 32, 65, 76, 81, 87, 104, 191, 214, 229, 231, 236 e 243, pelo órgão Gerenciador, não se configura como novo prazo;
3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 21802/2021, 22216/2021, 22251/2021, 23861/2021, 23862/2021, 24245/2021, 24684/2021, 24863/2021, 25210/2021, 25263/2021, 25593/2021, 25668/2021, 27307/2021, 27595/2021 e 27714/2021;
4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
5. O cancelamento do Registro de Preço da empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 22153/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0057/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 08, 32, 65, 76, 81, 87, 104, 191, 214, 229, 231, 236 e 243;
6. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 21802/2021, 22216/2021, 22251/2021, 23861/2021, 23862/2021, 24245/2021, 24684/2021, 24863/2021, 25210/2021, 25263/2021, 25593/2021, 25668/2021, 27307/2021, 27595/2021 e 27714/2021;
7. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 22216/2021, 22251/2021, 23861/2021, 23862/2021, 24863/2021, 25210/2021, 25263/2021, 25593/2021 e 27307/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
8. A aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 21802/2021, 24245/2021, 24684/2021, 25668/2021, 27595/2021 e 27714/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
9. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 08 de junho de 2021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 7676/2021-E

Publicação Nº 3651011

Processo Administrativo Eletrônico:	7676/2021-e
Interessado:	FISIU EQUIPAMENTOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 22161/2020, PE 0053/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 21678/2021, 21911/2021, 22028/2021, 22034/2021, 22227/2021, 22639/2021, 22709/2021, 22873/2021, 22967/2021, 23246/2021, 23249/2021, 23264/2021, 24030/2021, 24098/2021, 24108/2021, 24369/2021, 24540/2021, 24666/2021, 25123/2021, 25538/2021, 26832/2021, 27028/2021, 27438/2021, 27706/2021 e 28275/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações e solicitou prorrogações do prazo de entrega para o dia 16 de junho de 2021.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 44, 45, 155, 164, 165, 167 e 213.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. Que a empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, no que tange a entrega dos itens nº 44, 45, 155, 164, 165, 167 e 213, referente às Autorizações de Fornecimento nº 21678/2021, 21911/2021, 22028/2021, 22034/2021, 22227/2021, 22639/2021, 22709/2021, 22873/2021, 22967/2021, 23246/2021, 23249/2021, 23264/2021, 24030/2021, 24098/2021, 24108/2021, 24369/2021, 24540/2021, 24666/2021, 25123/2021, 25538/2021, 26832/2021, 27028/2021, 27438/2021, 27706/2021 e 28275/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 16 DE JUNHO DE 2021;
 2. A aceitação do recebimento dos itens nº 44, 45, 155, 164, 165, 167 e 213, pelo órgão Gerenciador, não se configura como novo prazo;
 3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 21678/2021, 21911/2021, 22028/2021, 22034/2021, 22227/2021, 22639/2021, 22709/2021, 22873/2021, 22967/2021, 23246/2021, 23249/2021, 23264/2021, 24030/2021, 24098/2021, 24108/2021, 24369/2021, 24540/2021, 24666/2021, 25123/2021, 25538/2021, 26832/2021, 27028/2021, 27438/2021, 27706/2021 e 28275/2021;
 4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
 5. O cancelamento do Registro de Preço da empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 22161/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0053/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 44, 45, 155, 164, 165, 167 e 213;
 6. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 21678/2021, 21911/2021, 22028/2021, 22034/2021, 22227/2021, 22639/2021, 22709/2021, 22873/2021, 22967/2021, 23246/2021, 23249/2021, 23264/2021, 24030/2021, 24098/2021, 24108/2021, 24369/2021, 24540/2021, 24666/2021, 25123/2021, 25538/2021, 26832/2021, 27028/2021, 27438/2021, 27706/2021 e 28275/2021;
 7. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 22028/2021, 22227/2021, 22639/2021, 22873/2021, 22967/2021, 24030/2021, 24098/2021, 24108/2021, 24369/2021, 24540/2021, 25123/2021, 25538/2021, 26832/2021, 27438/2021, 27706/2021 e 28275/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
 8. A aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 21678/2021, 21911/2021, 22034/2021, 22709/2021, 23246/2021, 23249/2021, 23264/2021, 24666/2021 e 27028/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
 9. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 09 de junho de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	7676/2021-e
Interessado:	FISIU EQUIPAMENTOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 22161/2020, PE 0053/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 21678/2021, 21911/2021, 22028/2021, 22034/2021, 22227/2021, 22639/2021, 22709/2021, 22873/2021, 22967/2021, 23246/2021, 23249/2021, 23264/2021, 24030/2021, 24098/2021, 24108/2021, 24369/2021, 24540/2021, 24666/2021, 25123/2021, 25538/2021, 26832/2021, 27028/2021, 27438/2021, 27706/2021 e 28275/2021, do PAL nº 22161/2020, PE 0053/2020, em face da empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

Salienta-se que a empresa, em sua manifestação, justificou o inadimplemento das suas obrigações e solicitou prorrogação do prazo de entrega para o dia 16 de junho de 2021, prazo este proporcional e razoável diante dos fatos vivenciados.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela concessão da prorrogação do prazo de entrega solicitado e, em caso de não cumprimento das AF's no prazo previsto, o cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 44, 45, 155, 164, 165, 167 e 213, a rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0053/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, no que tange a entrega dos itens nº 44, 45, 155, 164, 165, 167 e 213, referente às Autorizações de Fornecimento nº 21678/2021, 21911/2021, 22028/2021, 22034/2021, 22227/2021, 22639/2021, 22709/2021, 22873/2021, 22967/2021, 23246/2021, 23249/2021, 23264/2021, 24030/2021, 24098/2021, 24108/2021, 24369/2021, 24540/2021, 24666/2021, 25123/2021, 25538/2021, 26832/2021, 27028/2021, 27438/2021, 27706/2021 e 28275/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 16 DE JUNHO DE 2021;

2. A aceitação do recebimento dos itens nº 44, 45, 155, 164, 165, 167 e 213, pelo órgão Gerenciador, não se configura como novo prazo;

3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 21678/2021, 21911/2021, 22028/2021, 22034/2021, 22227/2021, 22639/2021, 22709/2021, 22873/2021, 22967/2021, 23246/2021, 23249/2021, 23264/2021, 24030/2021, 24098/2021, 24108/2021, 24369/2021, 24540/2021, 24666/2021, 25123/2021, 25538/2021, 26832/2021, 27028/2021, 27438/2021, 27706/2021 e 28275/2021;

4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:

5. O cancelamento do Registro de Preço da empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 22161/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0053/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 44, 45, 155, 164, 165, 167 e 213;

6. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 21678/2021, 21911/2021, 22028/2021, 22034/2021, 22227/2021, 22639/2021, 22709/2021, 22873/2021, 22967/2021, 23246/2021, 23249/2021, 23264/2021, 24030/2021, 24098/2021, 24108/2021, 24369/2021, 24540/2021, 24666/2021, 25123/2021, 25538/2021, 26832/2021, 27028/2021, 27438/2021, 27706/2021 e 28275/2021;

7. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 22028/2021, 22227/2021, 22639/2021, 22873/2021, 22967/2021, 24030/2021, 24098/2021, 24108/2021, 24369/2021, 24540/2021, 25123/2021, 25538/2021, 26832/2021, 27438/2021, 27706/2021 e 28275/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

8. A aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 21678/2021, 21911/2021, 22034/2021, 22709/2021, 23246/2021, 23249/2021, 23264/2021, 24666/2021 e 27028/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

9. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 08 de junho de 2021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 7684/2021-E

Publicação Nº 3651012

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	7684/2021-e
Interessado:	SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 22153/2020, PE 0057/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME, referente às Autorizações de Fornecimento nº 23191/2021 e 27835/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, as Autorizações de Fornecimento acima elencadas continuam em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 115 e 152.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME, no Processo Administrativo Licitatório

nº 22153/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0057/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 115 e 152;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 23191/2021 e 27835/2021.
3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 23191/2021 e 27835/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;
É o Parecer.
Florianópolis (SC), 09 de junho de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	7684/2021-e
Interessado:	SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 22153/2020, PE 0057/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 23191/2021 e 27835/2021, do PAL nº 22153/2020, PE 0057/2020, em face da empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 115 e 152, rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, aplicação de multa e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do item, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0057/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 22153/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0057/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 115 e 152;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 23191/2021 e 27835/2021.
3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 23191/2021 e 27835/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 09 de junho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 7714/2021-E

Publicação Nº 3651014

Processo Administrativo Eletrônico:	7714/2021-e
Interessado:	FISIU EQUIPAMENTOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 22153/2020, PE 0057/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 28439/2021, 28522/2021, 28619/2021, 28656/2021, 28701/2021, 29143/2021 e 29166/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações e solicitou prorrogação do prazo de entrega em 30 (trinta) dias úteis, a contar do dia 04 de maio (data da apresentação da defesa).

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 81, 177, 226 e 231.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia

de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. Que a empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA, fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, no que tange a entrega dos itens nº 81, 177, 226 e 231, referente às Autorizações de Fornecimento nº 28439/2021, 28522/2021, 28619/2021, 28656/2021, 28701/2021, 29143/2021 e 29166/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 16 DE JUNHO DE 2021;

I. A aceitação do recebimento dos itens nº 81, 177, 226 e 231, pelo órgão Gerenciador, não se configura como novo prazo;

II. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 28439/2021, 28522/2021, 28619/2021, 28656/2021, 28701/2021, 29143/2021 e 29166/2021;

2. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:

I. O cancelamento do Registro de Preço da empresa ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 22153/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0057/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 81, 177, 226 e 231;

II. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 28439/2021, 28522/2021, 28619/2021, 28656/2021, 28701/2021, 29143/2021 e 29166/2021;

III. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 28439/2021, 28656/2021, 28701/2021, 29143/2021 e 29166/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

IV. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 28522/2021 e 28619/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

V. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 28 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	7714/2021-e
Interessado:	FISIU EQUIPAMENTOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 22153/2020, PE 0057/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 28439/2021, 28522/2021, 28619/2021, 28656/2021, 28701/2021, 29143/2021 e 29166/2021, do PAL nº 22153/2020, PE 0057/2020, em face da empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, aplicação de multa/advertência em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0057/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA, fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, no que tange a entrega dos itens nº 81, 177, 226 e 231, referente às Autorizações de Fornecimento nº 28439/2021, 28522/2021, 28619/2021, 28656/2021, 28701/2021, 29143/2021 e 29166/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 16 DE JUNHO DE 2021;

I. A aceitação do recebimento dos itens nº 81, 177, 226 e 231, pelo órgão Gerenciador, não se configura como novo prazo;

II. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 28439/2021, 28522/2021, 28619/2021, 28656/2021, 28701/2021, 29143/2021 e 29166/2021;

2. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:

I. O cancelamento do Registro de Preço da empresa ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 22153/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0057/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 81, 177, 226 e 231;

II. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 28439/2021, 28522/2021, 28619/2021, 28656/2021, 28701/2021, 29143/2021 e 29166/2021;

III. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 28439/2021, 28656/2021, 28701/2021, 29143/2021 e 29166/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

IV. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 28522/2021 e 28619/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

V. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 28 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	7714/2021-e
Interessado:	FISIU EQUIPAMENTOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 22153/2020, PE 0057/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de revisão de Decisão Administrativa proferida anteriormente no presente processo administrativo, cujo objeto era a verificação de inexecução contratual no Processo Administrativo Licitatório nº 22153/2020, Pregão Eletrônico nº 0057/2020, Registro de Preço, por parte da empresa fornecedora FISIU EQUIPAMENTOS LTDA.

Da análise dos autos, constatou-se que no item nº 02, inciso I, da Decisão Administrativa retro, constou o nome de empresa diversa (ISAMED), sendo que o cancelamento de registro de preço dos itens ali elencados corresponde tão somente à empresa FISIU EQUIPAMENTOS LTDA. Nesse teor, a correção do equívoco é medida que se impõe, a fim de evitar contradições e obscuridades no processo.

Dessa forma, considerando as disposições previstas na Lei 8.666/93, Edital, Ata de Registro de Preço e que se trata de erro material sanável, passo a DECIDIR:

1. Pela correção ex officio do item nº 02, inciso I, da Decisão Administrativa retro, no que diz respeito ao nome da empresa ali elencado, da forma que, onde se lê "ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME", leia-se FISIU EQUIPAMENTOS LTDA.

Intime-se. Cumpra-se.

Após, arquivem-se os autos

Florianópolis (SC), 30 de novembro de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 7897/2021-E

Publicação Nº 3651304

Processo Administrativo Eletrônico:	7897/2020-e
Interessado:	R.S COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 03
Referência	PAL nº 13987/2020, PE nº 0030/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - INAPLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa R.S COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 03, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora alegou que após a homologação do certame, sobrevieram fatos imprevisíveis decorrentes da grande tensão provocada pelo "CORONAVÍRUS", que está impactando todo o mercado.

Solicita, dessa forma, o realinhamento do preço contratado em relação ao item nº 03 no valor de R\$ 150,34, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea "d" da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a fim de reestabelecer o equilíbrio contratual pactuado inicialmente. Comprovou a variação dos valores através de notas fiscais anexas e, nesses termos, justificou seu pedido (e-DOC 6FD24C97).

É o breve relatório. Passo à fundamentação.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que a equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

No entanto, a possibilidade de concessão do reequilíbrio está condicionada a comprovação por parte do fornecedor e posterior análise pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verificou-se que, apesar de ter havido comprovação dos percentuais, o valor supera o valor de mercado, conforme análise técnica realizada.

Nesse sentido, o indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e a realização de nova licitação são as medidas mais prudentes a serem adotadas neste momento, objetivando a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública e a fim de prevenir prejuízos significativos ao erário dos Órgãos Participantes.

Passo à conclusão.

III – Conclusão

Cabe salientar que o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quanto a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quanto ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Indeferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, não concedido em razão dos valores solicitados excederem em muito o valor registrado atualmente;
 2. Pela realização de novo Processo Licitatório a fim de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 14 de junho de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	7897/2020-e
Interessado:	R.S COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Referência	PAL nº 13987/2020, PE nº 0030/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item nº 03 do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa R.S COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Indeferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, não concedido em razão dos valores solicitados excederem em muito o valor registrado atualmente;
 2. Pela realização de novo Processo Licitatório a fim de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
- Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 14 de junho de 2021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	7897/2020-e
Interessado:	R.S COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Referência	PAL nº 13987/2020, PE nº 0030/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo teve decisão administrativa prolatada no dia 14 de junho de 2021 que indeferiu o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, no que tange ao item nº 03, em razão de que os valores solicitados excederam em muito o valor registrado, havendo recomendação pela realização de novo Processo Licitatório, a fim de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Posteriormente, verificou-se que havia um pedido subsidiário de cancelamento caso o reequilíbrio econômico-financeiro fosse indeferido, o que não foi abordado na decisão administrativa anterior.

Diante disso, de modo a complementar/suprir a Decisão Administrativa retro, DECIDO:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 13987/2020, PE nº 0030/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 03;
 2. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;
- Intime-se. Cumpra-se.
Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 18 de junho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 851/2021-E

Publicação Nº 3651826

Processo Administrativo Eletrônico:	851/2021-e
Interessado:	LICITA HB INFORMATICA LTDA
Assunto:	Solicitação de Cancelamento – Itens nº 03, 17 e 18
Referência:	PAL nº 0170/2021, PE nº 0002/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa LICITA HB INFORMATICA LTDA, que versa sobre o cancelamento dos itens nº 03, 17 e 18, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 23 de dezembro de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou que há grandes dificuldades na aquisição dos produtos, visto que os distribuidores atrasam as entregas. Além disso, informou que a distribuidora responsável pela importação comunicou que iriam receber novos produtos somente no final de fevereiro ou início de março de 2022. Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item, justificando seu pedido nos termos acima expostos. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 07 (sete) Autorizações de Fornecimento em aberto, a saber: 114680/2021, 116083/2021, 117678/2021, 117737/2021, 120069/2021, 120977/2021 e 121116/2021.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Cumpra destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc

(futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)
- [...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;
 - II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
 - III - judicial, nos termos da legislação;
- [...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta dos produtos é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa LICITA HB INFORMATICA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0170/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0002/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 03, 17 e 18, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 114680/2021, 116083/2021, 117678/2021, 117737/2021, 120069/2021, 120977/2021 e 121116/2021, somente no que tange aos itens nº 03, 17 e 18, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 114680/2021 e 116083/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
4. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 117678/2021, 117737/2021, 120069/2021, 120977/2021 e 121116/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (23/12/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 10 de janeiro de 2022.

André Luiz de Oliveira
Diretor Jurídico
OAB/SC 22.311

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	851/2021-e
Interessado:	LICITA HB INFORMATICA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Itens nº 03, 17 e 18
Referência	PAL nº 0170/2021, PE nº 0002/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço dos itens nº 03, 17 e 18 do PAL nº 0170/2021, PE nº 0002/2021, requerido pela empresa LICITA HB INFORMATICA LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa LICITA HB INFORMATICA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0170/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0002/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 03, 17 e 18, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 114680/2021, 116083/2021, 117678/2021, 117737/2021, 120069/2021, 120977/2021 e 121116/2021, somente no que tange aos itens nº 03, 17 e 18, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 114680/2021 e 116083/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
4. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 117678/2021, 117737/2021, 120069/2021, 120977/2021 e 121116/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (23/12/2021), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 10 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 8710/2021-E

Publicação Nº 3651145

Processo Administrativo Eletrônico:	8710/2021-e
Interessado:	N. T. LUIZE EPP
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 22161/2020, PE 0053/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO. =

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa N. T. LUIZE EPP, referente às Autorizações de Fornecimento nº 31008/2021, 32192/2021, 32427/2021 e 33134/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. Entretanto, a empresa não se manifestou no prazo previsto.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa N. T. LUIZE EPP, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 100, 129, 139, 192, 193, 194 e 227.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

- 3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
- 3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Em que pese os vários prazos de prorrogação solicitados, vários destes já expiraram. Os demais, mostram-se totalmente desproporcionais, o que levaria a um atraso superior a 100 dias das Autorizações de Fornecimento, ferindo diretamente o interesse da coletividade, principalmente por ser material ambulatorial, vitais, portanto, para a saúde pública.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

- 1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa N. T. LUIZE EPP, no Processo Administrativo Licitatório nº 22153/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0057/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 100, 129, 139, 192, 193, 194 e 227, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
- 2. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 31008/2021, 32192/2021, 32427/2021 e 33134/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
- 3. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 31008/2021, 32192/2021, 32427/2021 e 33134/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à

Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 06 de julho de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	8710/2021-e
Interessado:	N. T. LUIZE EPP
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 22161/2020, PE 0053/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 31008/2021, 32192/2021, 32427/2021 e 33134/2021, do PAL nº 22161/2020, PE 0053/2020, em face da empresa N. T. LUIZE EPP.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento e solicitou prorrogações do prazo de entrega, entretanto, tais prazos já expiraram.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento de registro de preço em relação aos itens nº 100, 129, 139, 192, 193, 194 e 227, rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0053/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa N. T. LUIZE EPP, no Processo Administrativo Licitatório nº 22153/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0057/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 100, 129, 139, 192, 193, 194 e 227, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 31008/2021, 32192/2021, 32427/2021 e 33134/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 31008/2021, 32192/2021, 32427/2021 e 33134/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 06 de julho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 8745/2021-E

Publicação Nº 3651148

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	8745/2021-e
Interessado:	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 4922/2020, PE 0011/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI, referente à Autorização de Fornecimento nº 31364/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuasse a execução total da Autorização de Fornecimento supracitada ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

Em suas justificativas, a empresa alegou que houve um fato superveniente que afetou a empresa contratada, cuja principal razão é a crise comercial originada pelo COVID-19. Salienta-se que a Autorização de Fornecimento acima elencada continua em aberto no sistema, sendo que o atraso é bastante significativo, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 14.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

1. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 31364/2021.
 2. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 31364/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
- É o Parecer.
- Florianópolis (SC), 07 de julho de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	8745/2021-e
Interessado:	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 4922/2020, PE 0011/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente da Autorização de Fornecimento nº 31364/2021, do PAL nº 4922/2020, PE 0011/2020, em face da empresa DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela rescisão da Autorização de Fornecimento não atendida e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0011/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 31364/2021.
2. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 31364/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de julho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	8745/2021-e
Interessado:	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI
Assunto:	Inexecução de contrato
Referência:	PAL 4922/2020, PE 0011/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se da análise de mérito do Recurso Administrativo interposto em face da Decisão Administrativa prolatada que determinou a rescisão da Autorização de Fornecimento nº 31364/2021 e aplicação da penalidade de multa.

A empresa fornecedora inconformada com a decisão, apresentou recurso nos termos estabelecidos pelo art. 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93. Em suas razões recursais apresentou fatos novos aptos a modificar a decisão anterior.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de atender o interesse público e através de despacho, opinou pela reforma da Decisão Administrativa a fim de converter a penalidade de multa aplicada em advertência, considerando o momento atual vivenciado e a dificuldade enfrentada no mercado de pneus.

Diante do exposto, considerando as razões apresentadas no Recurso Administrativo interposto e Despacho oriundo da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pelo recebimento e conhecimento do recurso interposto, eis que cumpridos os requisitos de admissibilidade;

2. No mérito, DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto a fim de converter a penalidade de multa aplicada sobre a Autorização de Fornecimento nº 31364/2021 em ADVERTÊNCIA, mantendo as demais disposições da Decisão retro nos exatos termos em que foram proferidas.

Intime-se. Cumpra-se.

Após, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 23 de agosto de 2021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 8788/2021-E

Publicação Nº 3651251

Processo Administrativo Eletrônico:	8788/2021-e
Interessado:	BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA, referente à Autorização de Fornecimento nº 31287/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total da Autorização de Fornecimento supracitada ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual, entretanto, a empresa não se manifestou no prazo previsto. Salienta-se que a Autorização de Fornecimento acima elencada continua em aberto no sistema, sendo que o atraso é bastante significativo, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 226.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota

Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATA-RINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

1. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 31287/2021.

2. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 31287/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de julho de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	8788/2021-e
Interessado:	BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente da Autorização de Fornecimento nº 31287/2021, do PAL nº 1036/2020, PE 0005/2020, em face da empresa BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela rescisão da Autorização de Fornecimento não atendida e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0005/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 31287/2021.

2. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 31287/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de julho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 8974/2021-E

Publicação Nº 3651368

Processo Administrativo Eletrônico:	8974/2021-e
Interessado:	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 233
Referência	PAL nº 22161/2020, PE nº 0053/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, que versa sobre o cancelamento do item nº 233, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 11 de junho de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento do item. Nas razões, a empresa alegou diversos fatores que fundamentam a solicitação, como por exemplo, o alastramento e a persistência dos casos de COVID-19, a escassez de insumos para fabricação de produtos, aumento de custos etc.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item, diante da impossibilidade de cumprimento de novas AF's e, nesses termos, justificou seu requerimento. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que não há Autorizações de Fornecimento em aberto.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilização do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhado ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador. Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhado, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentado pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado o atraso da entrega por parte do fornecedor gerando, conseqüentemente, transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitido pelo Sistema L-CIM do atraso, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorrido 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Salienta-se que como a vigência da Ata de Registro de Preço já encerrou em 31 de maio de 2021, não há necessidade de estipular o cancelamento do registro de preço do fornecedor, ficando pendente apenas a tratativa em relação às Autorizações de Fornecimento em aberto. É a fundamentação. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;

b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 22161/2020, PE nº 0053/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 233;

2. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.
Florianópolis (SC), 24 de junho de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	8974/2021-e
Interessado:	INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 233
Referência	PAL nº 22161/2020, PE nº 0053/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 233 do PAL nº 22161/2020, PE nº 0053/2020, requerido pela empresa INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 22161/2020, PE nº 0053/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 233;
2. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se. Cumpra-se
Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 24 de junho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9040/2021-E

Publicação Nº 3651372

Processo Administrativo Eletrônico:	9040/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 32442/2021, 33537/2021, 33761/2021, 33898/2021, 34081/2021, 34245/2021, 34451/2021, 34924/2021, 35114/2021, 35401/2021 e 36667/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações e solicitou prorrogação do prazo de entrega em 30 dias úteis a contar da aceitação do pedido. Salienta-se que as Autorizações de Fornecimento continuam em aberto no sistema, gerando diversos prejuízos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 19, 243, 476, 549, 563 e 854.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
- 3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Salienta-se que para fins de concessão do pedido de prorrogação do prazo de entrega, o CINCATARINA sempre considera como termo inicial a data da solicitação e não a data do julgamento. Essa posição se torna muito mais proporcional ao caso concreto, visto que, no momento da solicitação, a Autorização de Fornecimento já estava em atraso. Caso fosse considerada a data do julgamento como termo inicial, os atrasos seriam muito grandes, tornando-se desarrazoados, ferindo o interesse da coletividade.

Os prazos solicitados pela empresa vão de encontro aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Isso porque as Autorizações de Fornecimento estão vencidas há muito tempo, algumas com atraso superior a 60 dias, gerando grandes transtornos, principalmente porque se trata de medicamentos, vitais, portanto, para o atendimento da saúde pública. Além disso, o termo final do Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020 foi em 15 de maio de 2021.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 32442/2021, 33537/2021, 33761/2021, 33898/2021, 34081/2021, 34245/2021, 34451/2021, 34924/2021, 35114/2021, 35401/2021 e 36667/2021;

2. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 33537/2021, 33761/2021, 33898/2021, 34081/2021, 35401/2021 e 36667/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. A aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 32442/2021, 34245/2021, 34451/2021, 34924/2021 e 35114/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade

administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem. É o Parecer.

Florianópolis (SC), 12 de julho de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	9040/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 32442/2021, 33537/2021, 33761/2021, 33898/2021, 34081/2021, 34245/2021, 34451/2021, 34924/2021, 35114/2021, 35401/2021 e 36667/2021, do PAL nº 1036/2020, PE 0005/2020, em face da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

Salienta-se que a empresa, em sua manifestação, justificou o inadimplemento das suas obrigações e solicitou prorrogação do prazo de entrega em 30 dias úteis, a contar da aceitação do pedido. Verifica-se que todas as Autorizações de Fornecimento acima elencadas estão em aberto com grande atraso, gerando transtornos aos municípios, visto que os itens são medicamentos, vitais, portanto, para a saúde pública. A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa/advertência em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0005/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 32442/2021, 33537/2021, 33761/2021, 33898/2021, 34081/2021, 34245/2021, 34451/2021, 34924/2021, 35114/2021, 35401/2021 e 36667/2021;
 2. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 33537/2021, 33761/2021, 33898/2021, 34081/2021, 35401/2021 e 36667/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
 3. A aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 32442/2021, 34245/2021, 34451/2021, 34924/2021 e 35114/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem.
- Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 12 de julho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9105/2021-E

Publicação Nº 3651385

Processo Administrativo Eletrônico:	9105/2021-e
Interessado:	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 34232/2021 e 35883/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuasse a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações e solicitou prorrogação do prazo de entrega para o dia 30 de junho de 2021. Salienta-se que as Autorizações de Fornecimento continuam em aberto no sistema, gerando diversos prejuízos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 402 e 1103.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Salienta-se que o prazo solicitado pela empresa (30 de junho de 2021) já expirou, sem que houvesse o atendimento das Autorizações de Fornecimento. Dessa forma, não resta outra alternativa a não ser a rescisão das Autorizações de Fornecimento e a aplicação das penalidades cabíveis.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 34232/2021 e 35883/2021;

2. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 34232/2021 e 35883/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 12 de julho de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	9105/2021-e
Interessado:	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 34232/2021 e 35883/2021, do PAL nº 1036/2020, PE 0005/2020, em face da empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

Salienta-se que a empresa, em sua manifestação, justificou o inadimplemento das suas obrigações e solicitou prorrogação do prazo de entrega para o dia 30 de junho de 2021. Verifica-se que o prazo já expirou e as Autorizações de Fornecimento acima elencadas estão ainda em aberto, gerando grandes transtornos aos municípios.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0005/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 34232/2021 e 35883/2021;

2. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 34232/2021 e 35883/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 12 de julho de 2021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9121/2021-E

Publicação Nº 3651388

Processo Administrativo Eletrônico:	9121/2021-e
Interessado:	ILG COMERCIAL LTDA ME
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa ILG COMERCIAL LTDA ME, referente às Autorizações de Fornecimento nº 34463/2021 e 35907/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuasse a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. Entretanto, a empresa não apresentou manifestação no prazo legal.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa ILG COMERCIAL LTDA ME, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 1172.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA,

bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 34463/2021 e 35907/2021, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior;
2. A aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 34463/2021 e 35907/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 12 de julho de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	9121/2021-e
Interessado:	ILG COMERCIAL LTDA ME
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 34463/2021 e 35907/2021, do PAL nº 1036/2020, PE 0005/2020, em face da empresa ILG COMERCIAL LTDA ME.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

Salienta-se que a empresa, em sua manifestação, justificou o inadimplemento das suas obrigações e solicitou prorrogação do prazo de entrega em 30 dias úteis, a contar da aceitação do pedido. Verifica-se que todas as Autorizações de Fornecimento acima elencadas estão em aberto com grande atraso, gerando transtornos aos municípios, visto que os itens são medicamentos, vitais, portanto, para a saúde pública. A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa/advertência em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0005/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 34463/2021 e 35907/2021, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior;

2. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 34463/2021 e 35907/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 12 de julho de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	9121/2021-e
Interessado:	ILG COMERCIAL LTDA ME
Assunto:	Inexecução Contratual
Referência:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de recurso administrativo interposto no processo em epígrafe, em face de decisão administrativa prolatada que determinou a rescisão das AF's nº 34463/2021 e 35907/2021 e aplicação da penalidade de multa.

A empresa fornecedora inconformada com a decisão, apresentou recurso nos termos estabelecidos pelo art. 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93. Em suas razões recursais apresentou fatos novos aptos a modificar a decisão anterior.

A Diretoria Jurídica, analisando as razões apresentadas, diante da realidade mercadológica e das disposições legais vigentes, opinou pela reforma da Decisão Administrativa para converter a penalidade de multa em advertência.

Diante do exposto, considerando as razões apresentadas no Recurso Administrativo interposto e Despacho oriundo da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pelo recebimento e conhecimento do recurso interposto, eis que cumpridos os requisitos de admissibilidade;
2. No mérito, DAR PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto a fim de converter a penalidade multa aplicada em relação às Autorizações de Fornecimento nº 34463/2021 e 35907/2021 em ADVERTÊNCIA, mantendo-se as demais disposições nos exatos termos em que foram proferidas.

Intime-se. Cumpra-se.

Após, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 23 de agosto de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9148/2021-E

Publicação Nº 3651389

Processo Administrativo Eletrônico:	9148/2021-e
Interessado:	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES TLDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento.
Referência	PAL nº 000277/2021, PE nº 004A/2021, Registro de Preço.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a solicitação de CANCELAMENTO da Autorização de Fornecimento nº 35095/2021, formulado pelo Município de Calmon, em face da empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES TLDA. Diante da necessidade de haver consenso da Licitante, esta foi consultada e após sua concordância com a rescisão da Autorização de Fornecimento em testilha.

Assim, diante do que prevê o art. 79 a rescisão poderá ser amigável, sem sanções. Veja-se:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

Pelo exposto, passo a DECIDIR:

1. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 35095/2021, referente ao item 06, a pedido da municipalidade, logo, sem aplicação de sanção;
2. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não

identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 29 de junho de 2.021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9237/2021-E

Publicação Nº 3651404

Processo Administrativo Eletrônico:	9237/2021-e
Interessado:	AG KIENEN & CIA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 687
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa AG KIENEN & CIA LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 687, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 11 de junho de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento do item. Nas razões, a empresa alegou que tinham estoque do medicamento, entretanto, acabou zerando em razão da alta demanda, sendo que o fornecedor repassou que não há previsão de novos faturamentos, estando com a venda suspensa devido a falta de matéria prima.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item, diante da impossibilidade de cumprimento de novas AF's e, nesses termos, justificou seu requerimento. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que não há Autorizações de Fornecimento em aberto.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhado ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador. Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhado, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentado pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que

não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado o atraso da entrega por parte do fornecedor gerando, conseqüentemente, transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitido pelo Sistema L-CIM do atraso, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorrido 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da AG KIENEN & CIA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 687;

2. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 25 de junho de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	9237/2021-e
Interessado:	AG KIENEN & CIA LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 687
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 687 do PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, requerido pela empresa AG KIENEN & CIA LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e

fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da AG KIENEN & CIA LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 687;
2. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 25 de junho de 2021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

TERMO DE CONVOCAÇÃO ACT - 2º COLOCADO - EDUARDO CESAR CORDEIRO VIEIRA

Publicação Nº 3651838

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 0001/2022

Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 002/2019

Contratação em Caráter Temporário (ACT)

Ao

EDUARDO CESAR CORDEIRO VIEIRA

Emprego Público: Analista Técnico IV – ACT.

Função: Engenheiro Mecânico.

Lotação: Fraiburgo/SC

Carga Horária: 40 horas semanais

Inscrição: 178

Classificação: 2º (Segundo) Lugar

O Diretor Executivo do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, de acordo com Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCATARINA, em cumprimento às disposições editalícias, Processo Seletivo Simplificado Edital n. 002/2019, destinado a formação de cadastro de reserva de Empregos Públicos, para contratação temporária (ACT), para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA conforme descrito em epígrafe, levando em consideração o resultado final do Processo Seletivo Simplificado homologado pela Resolução n. 0019/2020, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCA-LHE à comparecer no prazo de 30 (trinta) dias ao Departamento de Gestão de Pessoal da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, n. 761, 1º andar, sala 01, Bairro Centro, Fraiburgo/SC, munido(a) dos documentos relacionados em anexo.

Florianópolis (SC), 01 de março de 2022.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Relação de documentos para Contratação

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Cópia do documento de identidade que comprove ser brasileiro nato ou naturalizado ou, ainda português na forma do disposto no art.13 do Decreto nº 70.436;
- c) Cópia Cadastro Pessoa Física;
- d) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
- e) Cópia do Certificado de Reservista ou de Dispensa do Serviço Militar, no caso dos candidatos do sexo masculino;
- f) Cópia do comprovante de residência atualizado;
- g) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional Médico do Trabalho;
- h) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- i) Cópia do Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- j) Cópia da Carteira de Vacina / Declaração de Vacinação;
- k) Cópia do Título de eleitor;
- l) Certidão de quitação eleitoral, expedida no máximo há 30 (trinta) dias, disponível no site: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- m) Cópia Certidão de Nascimento dos filhos com até 16 anos;

- n) Cópia Carteira de vacina dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
- o) Cópia do diploma ou certificado de conclusão de curso/escolaridade exigido pelo emprego público, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.
- p) Cópia do comprovante de registro profissional no Conselho/Órgão de Classe, quando for requisito para o emprego público;
- q) Declaração do conselho/órgão fiscalizador de que está quite com as obrigações legais, quando for requisito para o emprego público;
- r) Cópia Carteira Nacional de Habilitação;
- s) Declaração de Bens (modelo fornecido pelo CINCATARINA) ou Declaração atualizada de Imposto de Renda Pessoa Física;
- t) Declaração de Não Acúmulo de Cargo ou Emprego Público, conforme art. 37 CF de 88;
- u) Declaração de Existência ou Ausência de Penalidades Disciplinares, no exercício de cargo, emprego público ou função pública;
- v) Certidões Negativas de Antecedentes Criminais emitidas pela Polícia Federal, disponível no site: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/antecedentes-criminais>;
- w) Certidão dos Distribuidores Criminais da Justiça Federal, disponível no site: <https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa>;
- x) Certidão dos Distribuidores Criminais da Justiça Eleitoral, disponível no site: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes>;
- y) Certidão Negativa Criminal emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado onde reside, e dos locais em que haja residido no últimos 5 (cinco) anos, expedidas no máximo há 30 dias;
- z) Cópia do Ofício Judicial em que determine alimentos provisionais, no caso de separação/divórcio; (quando houver)
- aa) Certidão Negativa do INSS de que não percebe benefício (obtida junto ao INSS ou disponível no site: <https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/declaracao-de-beneficio-consta-nada-consta/>), expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- bb) Dados bancários.

CIS/AMARP

EDITAL CONVOCAÇÃO REUNIÃO 01/2022

Publicação Nº 3650911

Edital de Convocação nº 01/2022

Wilson Ribeiro Cardoso Junior, Prefeito do município de Fraiburgo, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 17, inciso VI do Contrato de Consórcio,

CONVOCA:

Art. 1º Os(as) Prefeitos(as) dos Municípios consorciados e o Conselho Fiscal do CISAMARP para reunião, a realizar-se dia 11 de março de 2022 às 09:00 horas, de forma On Line, pelo link:

<https://conasems-br.zoom.us/j/89869801854>

Art. 2º A reunião inicia às 09:00 horas em primeira chamada (art. 13 inciso I do contrato de consórcio) com a maioria dos(as) Prefeitos(as) presentes, ou às 09:30 em segunda chamada (art. 13 inciso II do contrato de consórcio) com os(as) presentes.

Art. 3º Na impossibilidade da participação do(a) Prefeito(a) poderá substituí-lo(a) somente o(a) vice-prefeito(a) com direito a voz e voto.

Art. 4º A reunião terá como assuntos:

I. Exposição necessidade de ampliação espaço físico do CISAMARP;

II. Relatório de Gestão referente ao ano de 2021;

III. Relatório do Balanço referente ao ano de 2021;

IV. Reposição salarial anual;

V. Reajuste salarial estágio;

VI. Outros Assuntos.

Art. 5º Esta convocação entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 01 de março de 2022.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior
Presidente do CISAMARP

CIS/AMOSC

EXTRATOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 2022

Publicação Nº 3651257

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CISAMOSC

EXTRATOS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 2022

MÊS DE FEVEREIRO

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 02/2018.

PRESTADOR: CESAR MANUEL MALDONADO BENITEZ EPP.

OBJETO: Alteração de endereço.

VIGÊNCIA: A partir de 22 de fevereiro de 2022 até 11 de novembro de 2023.

RESOLUCAO 015/2022

Publicação Nº 3651243

RESOLUÇÃO Nº 015/2022

Inclui códigos nos Editais de Credenciamento nº 01/2021 e nº 02/2021 e na Tabela de Procedimentos Médicos do CIS-AMOSC, referente ao oferecimento de exames e procedimentos.

RAFAEL CALEFFI, Prefeito de São Lourenço do Oeste e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere inciso VIII do art. 17 do Contrato de Consórcio Público,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam incluídos no Edital de Credenciamento nº 01/2021 e nº 02/2021, os seguintes procedimentos, códigos e valores:

OCULOS - FORNECIMENTO DE OCULOS DE GRAU, INCLUINDO-SE A ARMAÇÃO E AS LENTES CORRETIVAS DE ACORDO COM A INDICAÇÃO MÉDICA

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS/CIS	Valor SUS	Valor Complemento	VALOR CIS
OCULOS DE VISÃO SIMPLES *	90.01.01.514-0			99,00
OCULOS DE VISAO SIMPLES EM POLICARBONATO (ESPECIFICO PARA CRIN-CAS DE ATÉ 08 ANOS PELA RESISTÊNCIA DA LENTE **	90.01.01.515-0			120,00
OCULOS DE LENTES DE VISÃO SIMPLES EM ALTO INDICE***	90.01.01.516-0			190,00

*	Esférico	Cilindro	
Miopia	-0,25 até -5,00	Até -2,00	99,00 reais por par
Hipermetropia	+0,25 até +5,00	Até -2,00	

**	Esférico	Cilindro	
Miopia	-0,25 até -5,00	Até -2,00	120,00 reais por par
Hipermetropia	+0,25 até +5,00	Até -2,00	

***	Esférico	Cilindro	
Miopia	-5,00 até -10,00	Até -2,00	190,00 reais por par
Hipermetropia	+6,00 até +8,00	Até -2,00	

CIRURGIAS VASCULARES

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS/CIS	Valor SUS	Valor Complemento	VALOR CIS
TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (UNILATERAL) SEM AIH	04.06.02.057-4	483,37	950,00	1.433,37
TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (UNILATERAL) COM AIH	90.01.01.232-0		950,00	950,00
TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (BILATERAL) SEM AIH	04.06.02.056-6	582,04	1.100,00	1.682,04
TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (BILATERAL) COM AIH	90.01.01.128-0		1.100,00	1.100,00

FISIOTERAPIA

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS/CIS	VALOR R\$
Fisioterapia Domiciliar para portadores de AME	90.01.0.513-0	110,00

Art. 2º Ficam incluídos os procedimentos, códigos e valores do quadro acima na Tabela de Procedimentos Médicos do CIS-AMOSC.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na competência de março de 2022

Chapecó, SC, 01 de março de 2022

RAFAEL CALEFFI

Prefeito de São Lourenço do Oeste

Presidente do CIS-AMOSC

RESOLUCAO 016/2022

Publicação Nº 3651249

RESOLUÇÃO Nº 016/2021

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO, A PEDIDO, DE EMPREGADO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GEÍSA MÜLLER DE OLIVEIRA, Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere inciso II do art. 22 do Contrato de Consórcio Público:

RESOLVE:

Art. 1º Fica demitido, a pedido, o empregado público, VANISE DAL PIVA, inscrita no CPF sob o nº 004.***.***-17, RG nº 32***58, do emprego público de FARMACEUTICA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos da solicitação/comunicado de aviso prévio, parte integrante da presente Resolução.

Parágrafo único. A empregada pública cumprirá seu aviso prévio nos termos do Art. 487 da CLT, no prazo de 30 dias a contar da data de seu protocolo, 28 de fevereiro de 2022.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de publicação.

Chapecó, 01 de março de 2022.

GEÍSA MÜLLER DE OLIVEIRA
Secretária Executiva do CIS-AMOSC

TABELA I - RESOLUCAO 015/2022

Publicação N° 3651250

TABELA DE CONSULTAS EXAMES E PROCEDIMENTOS MÉDICOS CREDENCIADOS PELO CIS-AMOSC 2022

Rua Adolfo Konder 33D, Jardim Itália, Chapeco - SC
Fone: (49) 3199-4900
www.cisamosc.sc.gov.br

ANATOMIA PATOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
EXAME CITOPATOLÓGICO HORMONAL SERIADO (MÍNIMO TRÊS COLETAS)	02.03.01.002-7	20,96	27,35	48,31
EXAME CITOPATOLÓGICO CÉRVICO-VAGINAL/ MICROFLORA	02.03.01.001-9	13,72	-	13,72
IMUNOHISTOQUÍMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR/ MÁXIMO 6 POR PCTE)	02.03.02.004-9	131,52	299,47	430,99
EXAME ANATOMOPATOLÓGICO DO COLO UTERINO- BIÓPSIA	02.03.02.008-1	40,78	51,22	92,00
EXAME ANATOMOPATOLÓGICO DE MAMA – BIÓPSIA	02.03.02.006-5	45,83	46,17	92,00
EXAME DE CITOPATOLOGIA – (EXCETO CERVICO VAGINAL E DE MAMAS) – PAAF (ATE 5)	02.03.01.003-5	20,96	71,04	92,00
EXAME CITOPATOLÓGICO DE MAMA – PAAF DE MAMA	02.03.01.004-3	35,34	56,66	92,00
EXAME ANATOMOPATOLÓGICO PARA CONGELAMENTO/ PARAFINA POR PEÇA CIRÚRGICA OU BIÓPSIA (EXCETO COLO UTERINO E MAMA)	02.03.02.003-0	40,78	51,22	92,00
COLORAÇÃO ESPECIAL – POR PEÇA	90.01.01.111-0	-	43,16	43,16
ATO DE COLETA DE PAAF DE ÓRGÃO OU ESTRUTURAS SUPERFICIAIS COM DESLOCAMENTO DO PATOLOGISTA	90.01.01.105-0	-	118,73	118,73
BIÓPSIAS – CÓDIGOS ATÉ 4 NÚDULOS	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
BIÓPSIA DE PROSTATA GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA RETAL	90.01.01.140-0	-	360,00	360,00
PUNÇÃO ASPIRATIVA DE MAMA POR AGULHA FINA (PAAF)	02.01.01.058-5	66,48	198,22	264,70
PUNÇÃO DE MAMA POR AGULHA GROSSA (CORE BIÓPSIA)	02.01.01.060-7	140,00	124,70	264,70
BIÓPSIA DE LESÃO DE PARTES MOLES (POR AGULHA/CEU ABERTO)	02.01.01.026-7	114,36	150,34	264,70

BIOPSIA PERCUTANEA ORIENTADA POR TMC/ ULTRASSON./RNM/ RX	02.01.01.054-2	97,00	263,00	360,00
BIOPSIA DE PARENQUIMA HEPATICO GUIA- DA POR ULTRASSONOGRAFIA DE ABSOMEN SUPERIOR	90.01.01.139-0	-	360,00	360,00
BIOPSIA DE TIREOIDE OU PARATIREOIDE – PAAF	02.01.01.047-0	23,73	240,97	264,70
SEDAÇÃO PARA BIOPSIA	90.01.01.226-0	-	250,00	250,00
CONSULTA ESPECIALIZADA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ANGIOLOGIA	90.01.01.023-0	10,00	80,00	90,00
ALERGIA E IMUNOLOGIA	90.01.01.036-0	10,00	110,00	120,00
ANESTESIOLOGIA	90.01.01.052-0	10,00	80,00	90,00
CARDIOLOGIA	90.01.01.049-0	10,00	80,00	90,00
CANCEROLOGISTA CIRURGICO	90.01.01.042-0	10,00	80,00	90,00
CIRURGIAO	90.01.01.048-0	10,00	80,00	90,00
DERMATOLOGIA	90.01.01.046-0	10,00	80,00	90,00
ENDOCRINOLOGIA	90.01.01.047-0	10,00	110,00	120,00
FISIATRIA	90.01.01.037-0	10,00	80,00	90,00
GASTROENTEROLOGIA	90.01.01.033-0	10,00	80,00	90,00
GERIATRIA	90.01.01.031-0	10,00	80,00	90,00
GINECOLOGIA E OBSTETRICIA	90.01.01.043-0	10,00	80,00	90,00
HEMATOLOGIA	90.01.01.038-0	10,00	80,00	90,00
INFECTOLOGIA	90.01.01.039-0	10,00	80,00	90,00
MASTOLOGIA	90.01.01.040-0	10,00	80,00	90,00
NEFROLOGIA	90.01.01.027-0	10,00	110,00	120,00
NEUROLOGIA	90.01.01.045-0	10,00	110,00	120,00

OFTALMOLOGIA (CONSULTA INCLUI: GONIOSCOPIA, FUNDOSCOPIA, CHECK-UP DE GLAUCOMA E TONOMETRIA)	90.01.01.056-0	10,00	80,00	90,00
OTORRINOLARINGOLOGIA	90.01.01.050-0	10,00	80,00	90,00
ONCOLOGIA	90.01.01.055-0	10,00	80,00	90,00
ORTOPEDIA	90.01.01.054-0	10,00	80,00	90,00
PEDIATRIA	90.01.01.0173-0	10,00	80,00	90,00
PNEUMOLOGIA	90.01.01.029-0	10,00	110,00	120,00
PROCTOLOGIA	90.01.01.053-0	10,00	110,00	120,00
REUMATOLOGIA	90.01.01.032-0	10,00	110,00	120,00
UROLOGIA	90.01.01.035-0	10,00	80,00	90,00
VASCULAR	90.01.01.051-0	10,00	80,00	90,00

CARDIOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ELETROCARDIOGRAMA (EEG)	02.11.02.003-6	5,15	12,65	17,80
ECOCARDIOGRAFIA TRASE-SOFAGICA	02.05.01.002-4	165,00	97,85	262,85
ECOCARDIOGRAFIA DE ESTRESSE	02.05.01.001-6	165,00	92,55	257,55
ECOCARDIOGRAFIA TRANSE-SOFAGICA	02.05.01.003-2	39,94	197,53	237,47
HOLTER (MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HORAS - 3 CANAIS)	02.11.02.004-4	30,00	131,47	161,47
MONITORAÇÃO AMBULATORIAL DE PRESSAO ARTERIAL (MAPA)	02.11.02.005-2	10,07	151,40	161,47
TESTE ERGOMÉTRICO OU ESFORÇO	02.11.02.006-0	30,00	60,00	90,00
TILT TESTE	90.01.01.489-0	-	300,00	300,00

CINTIOGRAFIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
CINTIOGRAFIA DE MIO-CÁRDIO P/ LOCALIZAÇÃO DE NECROSE (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	02.08.01.004-1	166,47	33,29	199,76
CINTIOGRAFIA SINCRO-NIZADA DE CAMARAS CARDIACAS EM REPOUSO (VENTRICULOGRAFIA)	02.08.01.008-4	176,72	74,98	251,70
CINTIOGRAFIA PARA QUANTIFICAÇÃO DE SHUNT EXTRACARDIACO	02.08.01.006-8	142,57	28,51	171,08

CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DE FLUXO SANGÜÍNEO DE EXTREMIDADES	02.08.01.005	114,02	22,80	136,82
CINTILOGRAFIA SINCRONADA DE CAMARAS CARDIACAS EM ESFORÇO	02.08.01.007-6	214,85	42,97	257,82
CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIAÇÃO DA PERFUSÃO EM ESTRESSE (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	02.08.01.002-5	408,52	173,32	581,84
CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO P/ AVALIAÇÃO DA PERFUSÃO EM REPOUSO (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	02.08.01.003-3	383,07	162,52	545,59
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE DIVERTÍCULO DE MECKEL	02.08.02.008-0	114,86	48,73	163,59
CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRANSITO ESOFAGICO (LIQUIDO)	02.08.02.005-5	135,38	57,43	192,81
CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRANSITO GASTRICO	02.08.02.007-1	114,22	78,59	192,81
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE REFLUXO GASTRO-ESOFÁGICO	02.08.02.011-0	135,38	57,43	192,81
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA NÃO ATIVA	02.08.02.010-1	310,82	131,87	442,69
CINTILOGRAFIA DE GLÂNDULAS SALIVARES C/ OU S/ ESTÍMULO	02.08.02.003-9	87,89	37,29	125,18
CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRÂNSITO ESOFÁGICO (SEMI-SÓLIDO)	02.08.02.006-3	135,38	57,43	192,81
CINTILOGRAFIA DE FÍGADO E BAÇO (MÍNIMO 05 IMAGENS)	02.08.02.001-2	133,26	56,54	189,80
CINTILOGRAFIA DO FÍGADO E VIAS BILIARES	02.08.02.002-0	187,93	79,73	267,66
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA ATIVA	02.08.02.009-8	157,23	66,71	223,94
CINTILOGRAFIA DE TIREÓIDE COM OU SEM CAPTAÇÃO	02.08.03.002-6	77,28	32,78	110,06
CINTILOGRAFIA DE TIREÓIDE COM TESTE DE SUPRESSÃO/ ESTÍMULO	02.08.03.003-4	107,30	21,46	128,76
TESTE DO PERCLORATO COM RADIOISÓTOPO	02.08.03.005-0	107,40	21,48	128,88
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DO CORPO INTEIRO (PCI)	02.08.03.004-2	338,70	143,70	482,40
CINTILOGRAFIA DE PARATIREÓIDES	02.08.03.001-8	324,54	137,69	462,23
CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/ OU QUANTITATIVA)	02.08.04.005-6	133,03	357,37	490,40
CINTILOGRAFIA DE TESTÍCULO E BOLSA ESCROTAL	02.08.04.003-0	108,94	21,78	130,72
CISTOCINTILOGRAFIA INDIRETA	02.08.04.007-2	144,50	61,31	205,81
CISTOCINTILOGRAFIA DIRETA	02.08.04.006-4	122,97	52,17	175,14
ESTUDO RENAL DINÂMICO COM OU SEM DIURÉTICO	02.08.04.010-2	165,24	140,29	305,53

CINTILOGRAFIA DE ARTICULAÇÕES E/OU EXTREMIDADES E/OU OSSO	02.08.05.001-9	180,32	36,06	216,38
CINTILOGRAFIA DE OSSOS COM OU SEM FLUXO SANGUÍNEO (CORPO INTEIRO)	02.08.05.003-5	190,99	81,03	272,02
ESTUDO DE FLUXO SANGUÍNEO CEREBRAL	02.08.06.003-0	119,16	23,83	142,99
CISTERNOCINTILOGRAFIA (INCLUINDO PESQUISA E/OU AVALIAÇÃO DO TRANSITO LIQUORICO)	02.08.06.002-2	205,34	87,12	292,46
CINTILOGRAFIA DE PERFUSÃO CEREBRAL COM TALIO	02.08.06.001-4	438,01	185,73	623,74
LINFOCINTILOGRAFIA	02.08.08.004-0	141,33	59,96	201,29
CINTILOGRAFIA DE CORPO INTEIRO COM GALIO 67 P/ PESQUISA DE NEOPLASIAS	02.08.09.001-0	906,80	181,36	1088,16
CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)	02.08.09.003-7	289,43	122,80	412,23
CINTILOGRAFIA DE PULMAO COM GALIO 67	02.08.07.001-0	457,55	535,93	993,48
CINTILOGRAFIA DE CORAÇÃO COM GALIO 67	02.08.01.001-7	457,55	91,51	549,06
CINTILOGRAFIA DE RIM COM GALIO 67	02.08.04.002-1	457,55	91,51	549,06
CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO COM GALIO 67	02.08.05.004-3	457,55		457,55
CINTILOGRAFIA DE PULMAO POR INALACAO (MINIMO 2 PROJECCOES)	02.08.07.003-6	128,12	25,62	153,74
CINTILOGRAFIA DE PULMAO PARA PESQUISA DE ASPIRACAO	02.08.07.002-8	127,51	26,23	153,74
CINTILOGRAFIA DE PULMAO POR PERFUSAO (MINIMO 4 PROJECCOES)	02.08.07.004-4	130,5	55,37	185,87
CINTILOGRAFIA DE SISTEMA RETÍCULO-ENDOTELIAL (MEDULA ÓSSEA)	02.08.08.001-5	112,61	47,77	160,38
DEMONSTRAÇÃO DE SEQUESTRO DE HEMÁCIAS PELO BAÇO (COM RADIOISÓTOPOS)	02.08.08.002-3	97,37	19,47	116,84
CINTILOGRAFIA DA GLÂNDULA LACRIMAL (DACRIO-CINTILOGRAFIA)	02.08.09.002-9	66,23	28,10	94,33
IMUNO-CINTILOGRAFIA (ANTICORPOS MONOCLONAL)	02.08.02.012-8	1103,26	-	1103,26
TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO (PLUMER -ATE 30MCI)	90.01.01.131-0	-	631,95	631,95
TÉCNICA TOMOGRÁFICA	90.01.01.132-0	-	104,08	104,08
TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO GRAVES	90.01.01.133-0	-	512,31	512,31
DERMATOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
BIÓPSIA DOS TECIDOS MOLES DA BOCA (LÍNGUA, LÁBIO, MUCOSA, CAVIDADE BUCAL)	02.01.01.052-6	21,56	34,51	56,07
BIÓPSIA DE PÁLPEBRA	02.01.01.035-6	18,33	9,70	28,03

BIÓPSIA PELE E PARTES MOLES (PELE, TECIDO CELULAR OU GÂNGLIOS SUBCUTÂNEOS, PAREDE ABDOMINAL)	02.01.01.037-2	25,83	74,17	100,00
BIÓPSIA DE PAVILHÃO AURICULAR	02.01.01.036-4	14,66	13,37	28,03
BIÓPSIA/ PUNÇÃO DE TUMOR SUPERFICIAL DE PELE	02.01.01.002-0	14,10	25,14	39,24
CRIOTERAPIA (ATE 5 LESÕES)	90.01.01.174-0	-	100,00	100,00
CRIOCIRURGIA	90.01.01.175-0	-	150,00	150,00
ELETROCOAGULAÇÃO DE LESÃO CUTÂNEA – 05 LESÕES	04.01.01.004-0	11,84	128,16	140,00
EXERESE DE TUMOR DE PELE E ANEXOS / CISTO SEBÁCEO E LIPOMA	04.01.01.007-4	12,46	167,54	180,00
FOTOTERAPIA (SESSÃO – POR SEGMENTO)	03.03.08.010-8	4,00	18,42	22,42

PEQUENAS CIRURGIAS ONCOLÓGICAS DE PELE E DERMATOLÓGICAS	COD. SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
EXCISÃO E SUTURA DE LESÃO NA PELE C/PLÁSTICA EM Z OU ROTAÇÃO DE RETALHO	04.01.02.005-3	106,55	328,45	435,00
CAUTERIZAÇÃO QUÍMICA DE PEQUENAS LESÕES	03.03.08.001-9	1,48	433,52	435,00
FULGURAÇÃO/ CAUTERIZAÇÃO QUÍMICA DE LESÕES CUTÂNEAS	04.01.01.009-0	11,84	423,16	435,00
EXCISÃO E/OU SUTURA SIMPLES DE PEQUENAS LESÕES FERIMENTOS DE PELE/ANEXOS E MUCOSA	04.01.01.006-6	-	435,00	435,00

DENSITOMETRIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
DENSITOMETRIA OSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA (DOIS SEGMENTOS)	02.04.06.002-8	55,10	54,12	109,22

FISIOTERAPIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
CONSULTA EM FISIOTERAPIA – AVALIAÇÃO	03.01.01.004-8	6,30	19,37	25,68
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE NO PRE/ POS CIRURGIAS UROGINECOLÓGICAS	03.02.01.001-7	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM DISFUNÇÕES UROGINECOLÓGICAS	03.02.01.002-5	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO DE PACIENTE COM CUIDADOS PALIATIVOS	03.02.02.001-2	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE ONCOLÓGICO CLÍNICO	03.02.02.002-0	4,67	10,33	15,00

ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE NO PRE E POS CIRURGIA ONCOLOGICA	03.02.02.003-9	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATORIO COM COMPLICACOES SISTEMICAS	03.02.04.001-3	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATORIO SEM COMPLICACOES SISTEMICAS	03.02.04.002-1	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRASNTORNO CLINICO CARDIOVASCULAR	03.02.04.003-0	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS DISFUNCOES VASCULARES PERIFERICAS	03.02.04.005-6	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES NO PRE E POS OPERATORIO NAS DISFUNCOES MUSCULO ESQUELETICAS	03.02.05.001-9	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS	03.02.05.002-7	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM DISTURBIOS NEURO-CINETICO-FUNCIONAIS SEM COMPLICACOES SISTEMICAS	03.02.06.001-4	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM DISTURBIOS NEURO-CINETICO-FUNCIONAIS COM COMPLICACOES SISTEMICAS	03.02.06.002-2	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM COMPROMETIMENTO COGNITIVO	03.02.06.004-9	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE NO PRÉ/ PÓS OPERATÓRIO DE NEUROCIRURGIA	03.02.06.005-7	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE MEDIO QUEIMADO	03.02.07.001-0	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM SEQUELAS POR QUEIMADURAS (MEDIO E GRANDE QUEIMADOS)	03.02.07.003-6	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO DOMICILIAR	90.01.01.137-0	-	31,76	31,76
EQUOTERAPIA	90.01.01.138-0	-	25,00	25,00
FISIOTERAPIA DOMICILIAR AME	90.01.01.513-0	-	110,00	110,00
FONOAUDIOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
TERAPIA EM FONOAUDIOLOGIA INDIVIDUAL	03.01.07.011-3	10,90	14,78	25,68

CONSULTA EM FONOAUDIOLOGIA – AVALIAÇÃO	03.01.01.004-8	6,30	19,38	25,68
AUDIOMETRIA TONAL LÍMIAR (VIA AÉREA/ ÓSSEA)	02.11.07.004-1	21,00	3,92	24,92
EMISSAO EVOCADA PARA TRIAGEM AUDITIVA – TESTE DA ORELHINHA	02.11.07.014-9	13,51	2,53	16,04
EXAME DE VECTO-ELETRO-NISTAGMOGRAFIA	90.01.01.490-0	-	130,00	130,00
TERAPIA DE REABILITAÇÃO VESTIBULAR	90.01.01.491-0	-	100,00	100,00
POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO	02.11.05.011-3	4,06	11,98	16,04
POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO PARA TRIAGEM AUDITIVA (TESTE DA ORELHINHA)	02.11.07.027-0	13,51	2,53	16,04
GUSTOMETRIA	02.11.07.019-0	1,92	15,88	17,80
IMITANCIOMETRIA	02.11.07.020-3	23,00	4,30	27,30
LOGO-AUDIOMETRIA (LDV/ IRF/LRF)	02.11.07.021-1	26,25	5,80	32,05
AVALIAÇÃO AUDITIVA COM-PORTAMENTAL	02.11.07.005-0	18,00	-	18,00
AUDIOMETRIA DE REFORCO VISUAL (VIA AEREA / OSSEA)	02.11.07.002-5	21,00	-	21,00
AUDIOMETRIA EM CAMPO LIVRE	02.11.07.003-3	20,13	-	20,13
PESQUISA DE PARES CRANIANOS	02.11.07.025-4	1,37	16,43	17,80
TESTES DE PROCESSAMENTO AUDITIVO	02.11.07.034-3	9,36	182,98	192,34
POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO DE CURTA MEDIA E LONGA LATENCIA (BERA)	02.11.07.026-2	46,88	145,46	192,34
GASTROENTEROLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
BIOPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	02.01.01.004-6	18,46	17,16	35,62
COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	02.09.01.002-9	112,66	279,34	392,00
ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA) COM TESTE DE UREASE - ESOFAGOGASTRO-DUODENOSCOPIA	02.09.01.003-7	48,16	173,84	222,00
RETIRADA DE POLIPO DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA	04.07.01.025-4	29,84	160,13	189,97
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO/ POLIPOS DO RETO / COLO SIGMÓIDE (ATÉ 3 PÓLIPOS)	04.07.02.039-0	13,63	176,34	189,97
RETOSSIGMOIDOSCOPIA	02.09.01.005-3	23,13	131,22	154,35
GINECOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
BIOPSIA DE COLO DO ÚTERO	02.01.01.066-6	18,33	11,34	29,67
COLPOSCOPIA	02.11.04.002-9	3,38	96,62	100,00
CRIOCAUTERIZACAO / ELETROCOAGULACAO DE COLO DE UTERO – LESÕES BENIGNAS	03.09.03.004-8	11,26	138,74	150,00

LITOTRIPSIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE PARCIAL/ COMPLETA EM 1 REGIÃO RENAL)	03.09.03.012-9	172,00	796,00	968,00
LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE – TRATAMENTO SUBSEQUENTE EM 1 REGIAO RENAL)	03.09.03.010-2	172,00	361,00	533,00

MEDICINA HIPERBARICA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
SESSÃO DE OXIGENOTERAPIA HIPERBARICA	90.01.01.120-0	-	280,00	280,00

NEUROLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ELETROENCEFALOGRAFIA EM VIGÍLIA COM OU SEM FOTO ESTÍMULO	02.11.05.002-4	11,34	74,24	85,58
ELETROENCEFALOGRAFIA EM SONO INDUZIDO COM OU SEM MEDICAMENTO	02.11.05.003-2	25,00	79,47	104,47
POTENCIAL SOSMATO SENSITIVO (PESS)	02.11.05.013-0	4,06	84,44	88,50
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE FACE	90.01.01.121-0	-	350,00	350,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES - MI	90.01.01.122-0	-	415,00	415,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS SUPERIORES - MS	90.01.01.123-0	-	415,00	415,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES – MI/MS	90.01.01.124-0	-	552,00	552,00
TESTE DE ESTIMULAÇÃO REPETITIVA (2 SEGMENTOS)	90.01.01.136-0	-	350,00	350,00

NUTRICIONISTA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
CONSULTA EM NUTRIÇÃO - AVALIAÇÃO	03.01.01.004-8	6,30	18,70	25,68
TERAPIA EM NUTRIÇÃO	90.01.01.021-0	-	25,68	25,68

OTORRINOLARINGOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
BIÓPSIA DE PIRÂMIDE NASAL	02.01.01.039-9	18,33	17,36	35,69
BIÓPSIA DE SEIOS PARANASAIS	02.01.01.044-5	18,33	41,04	59,37
BIÓPSIA DE FARINGE	02.01.01.019-4	19,06	16,56	35,62
INCISÃO E DRENAGEM DE ABSCESSO	04.01.01.010-4	11,84	23,78	35,62
DUCHA DE POLITZER (UNI/ BILATERAL)	04.04.01.009-1	11,28	24,34	35,62
INFILTRAÇÃO MEDICAMENTOSA EM CORNETO INFERIOR	04.04.01.015-6	11,28	36,21	47,49
ELETROGUSTOMETRIA	02.11.07.013-0	1,37	28,31	29,68
LARINGOSCOPIA	02.09.04.002-5	47,14	71,59	118,73

VIDEOLARINGOSCOPIA	02.09.04.004-1	45,50	73,23	118,73
NASOFIBROSCOPIA - VIDEO- ENDOSCOPIA NASAL	90.01.01.492-0	-	118,73	118,73
OFTALMOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
BIOMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	02.11.06.001-1	24,24	26,81	51,05
BIÓPSIA DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)	02.01.01.009-7	31,10	19,95	51,05
BIÓPSIA DE Córnea (MO- NOCULAR)	02.01.01.011-9	68,62	43,58	112,20
BIÓPSIA DE ESCLERA (MO- NOCULAR)	02.01.01.018-6	68,62	43,58	112,20
BIÓPSIA DE IRIS E CORPO CILAR, RETINA CORÓIDE, VÍTREO E TUMOR (MONO- CULAR)	02.01.01.024-0	199,21	121,36	320,57
CAMPIMETRIA COMPUTADO- RIZADA OU MANUAL COM GRÁFICO (MONOCULAR)	02.11.06.003-8	40,00	88,23	128,23
CAPSULOTOMIA A YAG LASER	04.05.05.002-0	78,75	344,77	423,52
CAUTERIZAÇÃO DE Córnea (MONOCULAR)	04.05.05.003-8	19,14	20,96	40,10
CERATOMETRIA (MONOCU- LAR)	02.11.06.005-4	3,37	47,68	51,05
CICLOCRIOCOAGULAÇÃO/ DIATERMIA (MONOCULAR)	04.05.05.004-6	587,51	34,54	622,05
CICLODIÁLISE (MONOCU- LAR)	04.05.05.005-4	453,41	72,34	525,75
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ASTIGMATISMO SECUNDÁ- RIO (MONOCULAR)	04.05.05.006-2	19,14	31,91	51,05
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ENTRÓPIO E ECTRÓPIO (MONOCULAR)	04.05.01.001-0	203,74	52,72	256,46
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE EPICANTO E TELECANTO (MONOCULAR)	04.05.01.002-8	278,90	16,40	295,30
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE HÉRNIA DE IRIS (MONOCU- LAR)	04.05.05.007-0	259,20	266,55	525,75
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE LAGOFTALMO (MONOCULAR)	04.05.04.001-6	282,08	16,59	298,67
CURVA DIÁRIA DE PRESSÃO OCULAR CDPO (MÍNIMO TRÊS MEDIDAS) (MONOCU- LAR)	02.11.06.006-2	10,11	7,52	17,63
ELETRO-OCULOGRAFIA (BINOCULAR)	02.11.06.007-0	24,24	25,45	49,69
ELETRORETINOGRAFIA (BINOCULAR)	02.11.06.008-9	24,24	25,45	49,69
EPILAÇÃO DE CÍLIOS (MO- NOCULAR)	04.05.01.006-0	22,93	17,13	40,06

EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESÕES DE PÁLPEBRA E SUPERCÍLIOS (UNILATERAL)	04.05.01.007-9	78,75	4,63	83,38
EXERESE DE TUMOR DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)	04.05.05.008-9	82,28	1,72	84,00
FACECTOMIA COM LENTE INTRA-OCULAR (LENTE INCLUÍDA NO VALOR) (MONOCULAR)	04.05.05.009-7	531,60	258,62	790,22
FACECTOMIA SEM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR (INCLUI VITRECTOMIA ANTERIOR QUANDO NECESSÁRIO) (MONOCULAR)	04.05.05.010-0	483,60	162,31	645,91
FACOEMULSIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR (LENTE INCLUÍDA NO VALOR) (MONOCULAR)	04.05.05.011-9	651,60	38,31	689,91
FACOEMULSIFICACAO COM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL (MONOCULAR)	04.05.05.037-2	771,70	45,38	817,08
FOTOCOAGULAÇÃO A LASER	04.05.03.004-5	75,15	242,49	317,64
INJEÇÃO RETROBULAR/PERIBULBAR (MONOCULAR)	04.05.04.013-0	22,93	17,13	40,06
IRIDECTOMIA CIRÚRGICA (MONOCULAR)	04.05.05.017-8	297,46	348,45	645,91
IRIDOTOMIA A LASER	04.05.05.019-4	45,00	105,00	150,00
MAPEAMENTO DE RETINA (MONOCULAR)	02.11.06.012-7	24,24	25,45	49,69
MICROSCOPIA ESPECULAR DE Córnea (MONOCULAR)	02.11.06.014-3	24,24	25,45	49,69
OCLUSÃO DE PONTO LACRIMAL (MONOCULAR)	04.05.01.010-9	19,14	20,92	40,06
PAQUIMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	02.05.02.002-0	14,81	10,83	25,64
PARACENTESE DE CÂMARA ANTERIOR (MONOCULAR)	04.05.05.020-8	82,28	84,42	166,70
POTENCIAL VISUAL EVOCA-DO (MONOCULAR)	02.11.06.016-0	24,24	15,82	40,06
RADIACAO PARA CROSS-LINKING CORNEANO	04.05.05.040-2	372,72	877,28	1.250,00
RETINOGRAFIA FLUORESCENTE (BINOCULAR)	02.11.06.018-6	64,00	144,37	208,37
RETINOGRAFIA COLORIDA (BINOCULAR)	02.11.06.017-8	24,68	25,32	50,00
SIMBLEFAROPLASTIA (MONOCULAR)	04.05.01.014-1	203,74	43,10	246,84
SONDAGEM DE VIAS LACRIMAIS (MONOCULAR)	04.05.01.016-8	22,93	81,07	104,00

SONDAGEM DE CANAL LACRIMAL COM SEDAÇÃO (BINOCULAR)	04.05.01.015-0	203,73	43,11	246,84
TESTE DE PROVOCAÇÃO DE GLAUCOMA (MONOCULAR)	02.11.06.020-8	6,74	7,68	14,42
TESTE PARA ADAPTAÇÃO DE LENTE DE CONTATO (MONOCULAR)	02.11.06.024-0	12,34	13,30	25,64
TESTE ORTÓPTICO (BINOCULAR)	02.11.06.023-2	12,34	13,30	25,64
TOMOGRAFIA DE COERENCIA OPTICA- OCT (BINOCULAR)	02.11.06.028-3	48,00	110,82	158,82
TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE Córnea – CERATOSCOPIA (BINOCULAR)	02.11.06.026-7	24,24	35,76	60,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE BLEFAROCALASE (MONOCULAR)	04.05.01.018-4	95,42	204,58	300,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEISCÊNCIA DE SUTURA DE ESCLERA (MONOCULAR)	04.05.03.010-0	159,37	97,09	256,46
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE XANTELASMA (MONOCULAR)	04.05.04.019-9	116,42	130,42	246,84
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PTERÍGIO (MONOCULAR)	04.05.05.036-4	139,70	358,97	498,67
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE TRIQUIASE COM OU SEM ENXERTO (MONOCULAR)	04.05.01.019-2	278,90	16,40	295,30
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE MIIASE PALPEBRAL (MONOCULAR)	04.05.03.011-8	22,93	17,13	40,06
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE NEOPLASIA DE ESCLERA (MONOCULAR)	04.05.03.012-6	259,20	269,75	528,95
TRATAMENTO DE PTOSE PALPEBRAL (EXCLUI TRATAMENTO DE BLEFAROCALASE) MONOCULAR	04.05.04.020-2	449,44	79,51	528,95
TRABECULECTOMIA (INCLUI A IRIDECTOMIA) (BINOCULAR)	04.05.05.032-1	898,35	52,82	951,17
VITRECTOMIA POSTERIOR (MONOCULAR)	04.05.03.014-2	1.862,63	637,37	2.500,00
VITRECTOMIA ANTERIOR (MONOCULAR)	04.05.03.013-4	381,08	274,15	655,23
ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR/ ORBITA (MONOCULAR)	02.05.02.008-9	24,20	17,34	41,54
PENTACAM (PTK)	90.01.01.213-0	-	330,00	330,00
IMPLANTE INTRA-ESTROMAL	04.05.05.014-3	1.083,55	1.181,45	2.265,00
ORTOPEDIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ATENDIMENTO ORTOPÉDICO COM IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA	03.01.06.010-0	13,00	2,43	15,43

AMPUTAÇÃO DE DEDO – POR DEDO	04.08.06.004-2	338,03	19,87	357,90
BIÓPSIA DE MEDULA ÓSSEA	02.01.01.027-5	200,00	11,76	211,76
BIÓPSIA DE OSSO/ CARTILAGEM DA CINTURA ESCAPULAR (POR AGULHA/ CÉU ABERTO)	02.01.01.030-5	182,75	175,15	357,90
BIÓPSIA DE OSSO DO CRÂNIO E DA FACE	02.01.01.034-8	23,99	18,75	42,74
BIÓPSIA DE OSSO/ CARTILAGEM DE MEMBRO INFERIOR (POR AGULHA/ CÉU ABERTO)	02.01.01.032-1	188,78	35,62	224,40
BIÓPSIA DE OSSO/CARTILAGEM DE MEMBRO SUPERIOR (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.033-0	188,26	35,62	224,40
BIÓPSIA DE OSSO/CARTILAGEM DE CINTURA PÉLVICA (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.031-3	183,39	35,07	218,46
BIÓPSIA DE LESÃO DE PARTES MOLES (POR AGULHA/ CÉU ABERTO)	02.01.01.026-7	114,36	22,18	136,54
BIÓPSIA DE MÚSCULO	02.01.01.028-3	18,33	4,22	22,55
DENERVACAO FACETARIA	90.01.01.503-0	-	1.000,00	1.000,00
INFILTRAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS EM CAVIDADE SINOVAL (ARTICULAÇÃO, BAINHA TENDINOSA)	03.03.09.003-0	5,63	44,37	50,00
TENOMIORRAFIA	04.08.06.045-0	205,91	12,11	218,02
PUNÇÃO PARA ESVAZIAMENTO	02.01.01.064-0	13,25	3,36	16,61
RESSECÇÃO DE EXOSTOSE	04.08.06.022-0	28,42	14,32	42,74
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E FRATURA-LUXAÇÃO AO NÍVEL DA CINTURA ESCAPULAR	04.08.01.012-6	44,28	16,27	60,55
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE POLIDACTILIA NÃO ARTICULADO	04.08.06.065-4	28,42	14,32	42,74
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE RUTURA DO APARELHO EXTENSOR DO DEDO	04.08.06.068-9	28,42	14,32	42,74
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA/LESÃO FISÁRIA NO PUNHO	04.08.02.017-2	107,24	6,30	113,54
TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA NA CINTURA ESCAPULAR (COM IMOBILIZAÇÃO)	03.03.09.012-0	36,59	7,34	43,93
VIDEOARTROSCOPIA	04.08.06.071-9	300,00	50,00	350,00
OZONIOTERAPIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$

OZONITERAPIA	90.01.01.505-0	-	100,00	100,00
LASERTERAPIA	90.01.01.506-0	-	80,00	80,00
CURATIVO DE PEQUENO PORTE NUTRIÇÃO/ ALIMENTAÇÃO E HIDRATAÇÃO ATIVIDADE FISICA – EXERCÍCIOS LINFOMIOCINETICOS (ANQUILOSES) LIMPEZA DE FERIDA (DEBRIDAMENTO, HIGIENE E PHMB) LASERTERAPIA DE BAIXA INTENSIDADE COBERTURA ADEQUADA E CUIDADOS PERILESÃO (LIPODERMATOFIBROSE, ECZEMA) CONTENÇÃO (INELASTICA, ELASTICA, MULTICAMADAS, ITB) TERAPIA COMPRESSIVA PREVENTIVA APÓS ALTA	90.01.01.507-0	-	160,00	160,00
CURATIVO DE MEDIO PORTE NUTRIÇÃO/ ALIMENTAÇÃO E HIDRATAÇÃO ATIVIDADE FISICA – EXERCÍCIOS LINFOMIOCINETICOS (ANQUILOSES) LIMPEZA DE FERIDA (DEBRIDAMENTO, HIGIENE E PHMB) LASERTERAPIA DE BAIXA INTENSIDADE COBERTURA ADEQUADA E CUIDADOS PERILESÃO (LIPODERMATOFIBROSE, ECZEMA) OZONITERAPIA CONTENÇÃO (INELASTICA, ELASTICA, MULTICAMADAS, ITB) TERAPIA COMPRESSIVA PREVENTIVA APÓS ALTA	90.01.01.508-0	-	250,00	250,00
CURATIVO DE GRANDE PORTE NUTRIÇÃO/ ALIMENTAÇÃO E HIDRATAÇÃO ATIVIDADE FISICA – EXERCÍCIOS LINFOMIOCINETICOS (ANQUILOSES) LIMPEZA DE FERIDA (DEBRIDAMENTO, HIGIENE E PHMB) LASERTERAPIA DE BAIXA INTENSIDADE COBERTURA ADEQUADA E CUIDADOS PERILESÃO (LIPODERMATOFIBROSE, ECZEMA) OZONITERAPIA CONTENÇÃO (INELASTICA, ELASTICA, MULTICAMADAS, ITB) BAIATAN AG TERAPIA COMPRESSIVA PREVENTIVA APÓS ALTA	90.01.01.509-0	-	300,00	300,00

PNEUMOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
PLETISMOGRAFIA CORPO INTEIRO	02.11.01.004-9	1,31	248,69	250,00
PROVA FUNÇÃO PULMONAR SIMPLES (ESPIROMETRIA)	02.11.08.006-3	4,28	49,22	53,50
PROVA FUNÇÃO PULMONAR COMPLETA (FARMACODINÂMICA)	90.01.01.517-0	-	82,75	82,75
ESPIROMETRIA OU PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR COMPLETA COM BRONCODILATADOR	02.11.08.005-5	6,36	123,64	130,00
ESPIROGRAFIA COM DETERMINAÇÃO DO VOLUME RESIDUAL	02.11.08.001-2	2,78	68,75	71,23
BRONCOFIBROSCOPIA FLEXÍVEL COM BIÓPSIA	02.09.04.001-7	36,02	500,00	536,02
GASOMETRIA	02.11.08.002-0	2,78	49,22	52,00
PROVA VENTILATORIA COMPLETA	90.01.01.493-0	-	127,35	127,35
OXIMETRIA NÃO INVASIVA	90.01.01.494-0	-	30,85	30,85
RESISTÊNCIA DAS VIAS AERÉAS	90.01.01.495-0	-	92,50	92,50
TESTE ALÉRGICO PARA ANTÍGENO SE ACÁRIOS, FUNGOS E EPITÉLIOS	90.01.01.496-0	-	91,85	91,85
TESTE DE BRONCOPROVOCAÇÃO	90.01.01.497-0	-	187,60	187,60
POLISSONOGRAFIA DOMICILIAR	90.01.01.498-0	-	480,05	480,05
POLISSONOGRAFIA DOMICILIAR COM CPAP	90.01.01.499-0	-	480,05	480,05
TESTE DE CAMINHADA DE 6 MINUTOS	02.11.08.008-0	2,78	50,67	53,45
POLISSONOGRAFIA PRESENCIAL	02.11.05.010-5	170,00	312,85	482,85
TORACOCENTESE / DRENAGEM DE PLEURA	04.12.05.017-0	54,97	346,53	401,50
PSICOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM PSICOTERAPIA	03.01.08.017-8	2,55	23,13	25,68
PSIQUIATRIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
CONSULTA MÉDICA INCLUINDO TERAPIA INDIVIDUAL	90.01.01.125-0	-	120,00	120,00
PROCTOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	02.09.01.002-9	112,66	279,34	392,00
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO/ POLÍPO DO RETO / COLO SIGMOIDE POLIPECTOMIA (ATE 3 POLÍPOS)	04.07.02.039-0	13,63	176,34	189,97
RETOSIGMOIDOSCOPIA	02.09.01.005-3	23,13	131,22	154,35

BIOPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	02.01.01.004-6	18,46	17,15	35,61
RADIOLOGICO	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
MAMOGRAFIA UNILATERAL	02.04.03.003-0	22,50	13,94	36,44
MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	02.04.03.018-8	45,00	15,00	60,00
RADIOGRAFIA ABDÔMEN AGUDO (MÍNIMO DE 3 INCIDÊNCIAS)	02.04.05.012-0	15,30	14,70	30,00
RADIOGRAFIA CAVUM (LATERAL +HIRTZ)	02.04.01.006-3	6,88	23,12	30,00
RADIOGRAFIA DE ABDÔMEN (AP+LATERAL/LOCALIZADA)	02.04.05.011-1	10,73	19,27	30,00
RADIOGRAFIA DE ABDÔMEN SIMPLES (AP)	02.04.05.013-8	7,17	22,83	30,00
RADIOGRAFIA DE ANTE-BRAÇO	02.04.04.001-9	6,42	23,58	30,00
RADIOGRAFIA ARCA-DA ZIGOMÁTICA MALAR (AP+OBLIQUAS)	02.04.01.004-7	6,96	23,04	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO COXO-FEMORAL	02.04.06.006-0	7,77	22,23	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESCÁPULO-UMERAL	02.04.04.003-5	7,40	22,60	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO CLAVICULAR	02.04.04.004-3	7,40	22,60	30,00
RADIOGRAFIA DE CORAÇÃO E VASOS DA BASE (PA+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.03.005-6	14,32	15,68	30,00
RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITÓRAX)	02.04.03.007-2	8,37	21,63	30,00
RADIOGRAFIA DE COTOVELO	02.04.04.007-8	5,90	24,10	30,00
RADIOGRAFIA DE COXA	02.04.06.011-7	8,94	21,06	30,00
RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA+LATERAL+OBLÍQUA/BRETTON+HIRTZ)	02.04.01.007-1	9,15	20,85	30,00
RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA+LATERAL)	02.04.01.008-0	7,52	22,48	30,00
RADIOGRAFIA DE ESÔFAGO	02.04.03.008-0	19,24	10,76	30,00
ESCANOMETRIA	02.04.06.003-6	7,77	22,23	30,00
DUODENOGRAMA HIPOTÔNICA	02.04.05.004-9	34,52	31,48	66,00
RADIOGRAFIA DO ESTERNO	02.04.03.009-9	7,98	22,02	30,00

RADIOGRAFIA DE ESTÔMAGO E DUODENO	02.04.05.014-6	35,22	24,78	60,00
RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP+ LATERAL)	02.04.06.012-5	6,78	23,22	30,00
RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP+LATERAL+AXIAL)	02.04.06.013-3	7,16	22,84	30,00
RADIOGRAFIA DE LARINGE	02.04.01.009-8	5,74	24,26	30,00
RADIOGRAFIA DE REGIÃO ORBITÁRIA (LOCALIZAÇÃO DE CORPO ESTRANHO)	02.04.01.013-6	7,98	22,02	30,00
RADIOGRAFIA DE MÃO	02.04.04.009-4	6,30	23,70	30,00
RADIOGRAFIA DE MÃO E PUNHO (P/DETERMINAÇÃO DE IDADE ÓSSEA)	02.04.04.010-8	6,00	26,00	30,00
RADIOGRAFIA DE MASTÓIDE/ROCHEDOS (BILATERAL)	02.04.01.010-1	9,03	20,97	30,00
RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLÍQUA)	02.04.01.011-0	7,20	22,80	30,00
RADIOGRAFIA DE MEDIASTINO (PA+PERFIL)	02.04.03.010-2	8,73	21,27	30,00
RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (3 POSIÇÕES)	02.04.04.011-6	7,98	22,02	30,00
RADIOGRAFIA BILATERAL DE ÓRBITAS (PA+OBLÍQUAS+HIRTZ)	02.04.01.003-9	8,38	21,64	30,00
RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN+LATERAL+HIRTZ)	02.04.01.012-8	8,38	21,64	30,00
RADIOGRAFIA DE PÉ/DEDOS DO PÉ	02.04.06.015-0	6,78	23,22	30,00
RADIOGRAFIA DE PERNA	02.04.06.016-8	8,94	21,06	30,00
RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.04.012-4	6,91	23,09	30,00
RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MÃO	02.04.04.008-6	5,62	24,38	30,00
RADIOGRAFIA DE REGIÃO SACRO-COCCIGEA	02.04.02.012-3	7,80	22,20	30,00
RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN+MN+LATERAL+HIRTZ)	02.04.01.014-4	7,32	22,68	30,00
RADIOGRAFIA DE SELA TÚRSICA (PA+LATERAL+BRETTON)	02.04.01.015-2	7,20	22,80	30,00
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA+INSPIRAÇÃO+EXPIRAÇÃO+LATERAL)	02.04.03.013-7	14,32	15,68	30,00
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.03.014-5	12,02	17,98	30,00
RADIOGRAFIA DE TÓRAX ÁPICO-LORDÓTICA	02.04.03.012-9	5,56	24,44	30,00

RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA)	02.04.03.017-0	6,88	23,12	30,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA TÓRACO-LOMBAR	02.04.02.010-7	9,73	20,27	30,00
RADIOGRAFIA DE INTESTINO DELGADO (TRÂNSITO)	02.04.05.015-4	47,59	24,41	72,00
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA E PERFIL)	02.04.03.015-3	9,50	20,50	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO CLAVICULAR	02.04.04.004-3	7,40	22,60	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO SACRO-ILÍACA	02.04.06.007-9	7,77	22,23	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TÍBIO-TÁRSICA	02.04.06.008-7	6,50	23,50	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	02.04.01.005-5	8,38	21,62	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ACRÔMIO CLAVICULAR	02.04.04.002-7	7,40	22,60	30,00
RADIOGRAFIA DE BACIA	02.04.06.009-5	7,77	22,23	30,00
RADIOGRAFIA DE BRAÇO	02.04.04.005-1	7,77	22,23	30,00
RADIOGRAFIA DE CALCÂNEO	02.04.06.010-9	6,50	23,50	30,00
RADIOGRAFIA DE CLAVÍCULA	02.04.04.006-0	7,40	22,60	30,00
CLISTER OPACO COM DUPLO CONTRASTE	02.04.05.001-4	47,76	27,24	75,00
COLANGIOGRAFIA PÓS-OPERATÓRIA	02.04.05.003-0	32,61	29,39	62,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACRA	02.04.02.006-9	10,96	19,04	30,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACA (C/ OBLÍQUAS)	02.04.02.007-7	14,90	20,10	35,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+-TO/FLEXÃO)	02.04.02.004-2	8,19	21,81	30,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+-TO+OBLÍQUAS)	02.04.02.003-4	8,33	21,67	30,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL/DINÂMICA	02.04.02.005-0	10,29	19,71	30,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORÁCICA (AP+LATERAL)	02.04.02.009-3	9,16	20,84	30,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINÂMICA	02.04.02.011-5	15,58	19,42	35,00
UROGRAFIA VENOSA (EXCRETORA)	02.04.05.018-9	57,40	42,60	100,00

RESSONANCIA MAGNETICA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ANGIORESSONANCIA CEREBRAL	02.07.01.001-3	268,75	-	268,75
ANGIORESSONANCIA DE CRANIO/PESCOÇO – ARTERIAL OU VENOSA	90.01.010.142-0	-	420,00	420,00
ANGIORESSONANCIA DE TORAX – ARTERIAL OU VENOSA	90.01.01.143-0	-	420,00	420,00
ANGIORESSONANCIA DE ABDOMEN/PELVE – ARTERIAL OU VENOSA	90.01.01.144-0	-	420,00	420,00
CONTRASTE PARA ANGIORESSONANCIA	90.01.01.153-0	-	100,00	100,00
RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBROS SUPERIORES (UNILATERAL)	02.07.02.002-7	268,75	-	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)	02.07.03.003-0	268,75	-	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA LOMBO SACRA	02.07.01.004-8	268,75	-	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA TORÁCICA	02.07.01.005-6	268,75	-	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE COLUNA CERVICAL/PESCOÇO	02.07.01.003-0	268,75	-	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)	02.07.01.002-1	268,75	-	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE BACIA/PELVE/ABDOMEN INFERIOR	02.07.03.002-2	268,75	-	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE SELA TÚRCICA	02.07.01.007-2	268,75	-	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE CRÂNIO (boca/face/orbitas/ouvidos)	02.07.01.006-4	268,75	-	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE VIAS BILIARES/ COLANGIORRESSONANCIA	02.07.03.004-9	268,75	-	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE ABDÔMEN SUPERIOR	02.07.03.001-4	268,75	-	268,75
RESSONANCIA MAGNETICA DE TÓRAX	02.07.02.003-5	268,75	-	268,75
CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA	90.01.01.126	-	100,00	100,00
SEDAÇÃO PARA RESSONÂNCIA	90.01.01.100-0	-	250,00	250,00
TERAPIA OCUPACIONAL	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
CONSULTA EM TERAPIA OCUPACIONAL - AVALIAÇÃO	03.01.01.004-8	6,30	18,70	25,68

TERAPIA INDIVIDUAL DE TERAPEUTA OCUPACIONAL	03.01.04.004-4	2,81	22,87	25,68
TOMOGRAFIAS	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
TOMOGRAFIA DE CRÂNIO (INCLUI REGIÃO MASTEOIDEA)	02.06.01.007-9	97,44	42,56	140,00
TOMOGRAFIA DE SELA TURCICA	02.06.01.006-0	97,44	42,56	140,00
TOMOGRAFIA DE COLUNA TORÁCICA	02.06.01.003-6	86,76	53,24	140,00
TOMOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACRA	02.06.01.002-8	101,10	38,90	140,00
TOMOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL	02.06.01.001-0	86,76	53,24	140,00
TOMOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO DE MEMBRO SUPERIOR (ESTERNO CLAVICULAR/OMBRO/COTOVELO E PUNHO)	02.06.02.001-5	86,75	53,25	140,00
TOMOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO DE MEMBROS INFERIORES	02.06.03.002-9	86,75	53,25	140,00
TOMOGRAFIA DE FACE/SEIOS DA FACE/ARTICULAÇÕES TÊMPORO MANDIBULARES	02.06.01.004-4	86,75	53,25	140,00
TOMOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR	02.06.03.001-0	138,63	1,37	140,00
TOMOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL	90.01.01.009-0	-	280,00	280,00
TOMOGRAFIA DE TÓRAX	02.06.02.003-1	136,41	53,59	190,00
TOMOGRAFIA DE PESCOÇO	02.06.01.005-2	86,75	53,25	140,00
TOMOGRAFIA DE PELVE/BACIA/ABDOMEN INFERIOR	02.06.03.003-7	138,63	1,37	140,00
TOMOGRAFIA DE SEGMENTOS APENDICULARES (BRAÇO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ)	02.06.02.002-3	86,75	53,25	140,00
ANGIOTOMOGRAFIA CRANIO E VERTEBRAIS	90.01.01.149-0	-	420,00	420,00
ANGIOTOMOGRAFIA CAROTIDAS	90.01.01.150-0	-	420,00	420,00
ANGIOTOMOGRAFIA AORTA TORACICA	90.01.01.500-0	-	420,00	420,00
ANGIOTOMOGRAFIA AORTA ABDOMINAL	90.01.01.501-0	-	420,00	420,00
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAS ILICAS	90.010.01.502-0	-	420,00	420,00
ANGIOTOMOGRAFIA MEMBROS INFERIORES	90.01.01.151-0	-	420,00	420,00

UROTOMOGRÁFIA	90.01.01.152-0	-	348,00	348,00
CONTRASTE PARA ANGIOTOMOGRAFIA	90.01.01.154-0	-	100,00	100,00
CONTRASTE PARA TOMOGRAFIA	90.01.01.113-0	-	100,00	100,00
ULTRASSONOGRÁFIAS	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ULTRASSONOGRÁFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES)	02.05.02.003-8	24,20	33,26	57,46
ULTRASSONOGRÁFIA DE ABDÔMEN TOTAL	02.05.02.004-6	37,95	51,55	89,50
ULTRASSONOGRÁFIA DE APARELHO URINÁRIO	02.05.02.005-4	24,20	33,26	57,46
ULTRASSONOGRÁFIA DE ARTICULAÇÃO	02.05.02.006-2	24,20	33,26	57,46
ULTRASSONOGRÁFIA DE BOLSA ESCROTAL	02.05.02.007-0	24,20	33,26	57,46
ULTRASSONOGRÁFIA DE GLOBO OCULAR/ORBITA (MONOCULAR)	02.05.02.008-9	24,20	15,04	39,24
ULTRASSONOGRÁFIA DE MAMÁRIA BILATERAL	02.05.02.009-7	24,20	24,85	49,05
ULTRASSONOGRÁFIA DE PRÓSTATA POR VIA ABDOMINAL	02.05.02.010-0	24,20	33,26	57,46
ULTRASSONOGRÁFIA DE PRÓSTATA VIA TRANSRETAL	02.05.02.011-9	24,20	31,87	56,07
ULTRASSONOGRÁFIA DE TIREÓIDE	02.05.02.012-7	24,20	24,85	49,05
ULTRASSONOGRÁFIA DE OBSTÉTRICA	02.05.02.014-3	24,20	33,26	57,46
ULTRASSONOGRÁFIA OBSTÉTRICA C/DOPPLER COLORIDO E PULSADO	02.05.02.015-1	39,60	72,54	112,14
ULTRASSONOGRÁFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	02.05.02.016-0	24,20	24,85	49,05
ULTRASSONOGRÁFIA OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA	90.01.01.117-0	-	112,14	112,14
ULTRASSONOGRÁFIA OBSTÉTRICA COM TRANSLUCENCIA NUCAL	90.01.01.176-0	-	112,14	112,14
ULTRASSONOGRÁFIA TRANSFONTANELA	02.05.02.017-8	24,20	87,94	112,14
ULTRASSONOGRÁFIA TRANSVAGINAL	02.05.02.018-6	24,20	33,26	57,46
ULTRASSONOGRÁFIA DE PARTES MOLES	90.01.01.118-0	-	95,31	95,31
ULTRASSONOGRÁFIA DE PAREDE ABDOMINAL	90.01.01.222-0	-	90,00	90,00

ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO INGUINAL	90.01.01.223-0	-	90,00	90,00
ECODOPPLER ORGAOS OU ESTRUTURAS SUPERFICIAIS	90.01.01.160-0	-	180,00	180,00
ECODOPPLER DE TIREOIDE	90.01.01.170-0	-	180,00	180,00
ECODOPPLER DE BOLSA ESCROTAL	90.01.01.171-0	-	180,00	180,00
ECODOPPLER TRANSVAGINAL	90.01.01.172-0	-	180,00	180,00
DOPPLER DE VASOS CERVICAIS ARTERIAIS BILATERAL (CAROTIDAS)	90.01.01.214-0	-	180,00	180,00
DOPPLER VASOS CERVICAIS VENOSO BILATERAL	90.01.01.215-0	-	150,00	150,00
DOPPLER COLORIDO ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR/ UNILATERAL	90.01.01.216-0	-	150,00	150,00
DOPPLER COLORIDO VENOSO DE MEMBRO INFERIOR/ UNILATERAL	90.01.01.217-0	-	150,00	150,00
DOPPLER ARTERIAL RENAL	90.01.01.218-0	-	150,00	150,00
DOPPLER AORTA E ILIACA	90.01.01.219-0	-	150,00	150,00
DOPPLER COLORIDO ARTERIAL DE MEMBRO SUPERIOR/ UNILATERAL	90.01.01.220-0	-	150,00	150,00
DOPPLER COLORIDO VENOSO DE MEMBRO SUPERIOR/ UNILATERAL	90.01.01.221-0	-	150,00	150,00
UROLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
AVALIAÇÃO URODINAMICA COMPLETA	02.11.09.001-8	7,62	388,38	396,00
CISTOMETRIA SIMPLES (CISTOSCOPIA)	02.11.09.004-2	8,82	331,18	340,00
BIÓPSIA DE PRÓSTATA	02.01.01.041-0	202,81	94,18	297,00
VASCULAR	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTETICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES – UNILATERAL	03.09.07.001-5	300,78	299,22	600,00
TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTETICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES – BILATERAL	03.09.07.002-3	392,72	807,28	1.200,00
INTERNACAO PSIQUIATRICA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$

TRATAMENTO EM PSIQUIATRIA POR DIA	03.03.17.020-4	26,91	93,09	120,00
-----------------------------------	----------------	-------	-------	--------

CHAPECÓ, 01 de março de 2022

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/ PRESIDENTE DO CIS-AMOSC
PRESIDENTE DO CIS-AMOSC

TABELA II - RESOLUCAO 015/2022

Publicação Nº 3651253

TABELA DE ORTESES PROTESES E MATERIAIS MEDICOS ESPECIAIS (OPM's)
CREDENCIADOS PELO CIS-AMOSC
2022

Rua Adolfo Konder 33D, Jardim Itália, Chapeco - SC
Fone: (49) 3199-4900
www.cisamosc.sc.gov.br

PROTESES AUDITIVAS	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ACOMPANHAMENTO (30 DIAS E ANUAL)	03.01.07.003-2	21,68	-	21,68
PESQUISA DE GANHO DE INSERÇÃO	02.11.07.024-6	12,00	-	12,00
SELEÇÃO E VERIFICAÇÃO DE AASI	02.11.07.031-9	8,75	-	8,75
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO DE CONDUCAO OSSEA CONVENCIONAL TIPO A	07.01.03.001-1	500,00	-	500,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO DE CONDUÇÃO OSSEA RETROAURICULAR TIPO A	07.01.03.002-0	500,00	-	500,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO A	07.01.03.003-8	525,00	-	525,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO B	07.01.03.004-6	700,00	-	700,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO C	07.01.03.005-4	1100,00	-	1100,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRACANAL TIPO A	07.01.03.006-2	525,00	-	525,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRACANAL TIPO B	07.01.03.007-0	700,00	-	700,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRACANAL TIPO C	07.01.03.008-9	1100,00	-	1100,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO MICROCANAL TIPO A	07.01.03.009-7	525,00	-	525,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO MICROCANAL TIPO B	07.01.03.010-0	700,00	-	700,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO MICROCANAL TIPO C	07.01.03.011-9	1100,00	-	1100,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO A	07.01.03.012-7	525,00	-	525,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO B	07.01.03.013-5	700,00	-	700,00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO C	07.01.03.014-3	1100,00	-	1100,00

MOLDE AURICULAR (REPOSICAO)	07.01.03.015-1	8,75	-	8,75
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO DE CONDUÇÃO OS-SEA CONVENCIONAL TIPO A	07.01.03.016-0	500,00	-	500,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO DE CONDUÇÃO OS-SEA RETROAURICULAR TIPO A	07.01.03.017-8	500,00	-	500,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO A	07.01.03.018-6	525,00	-	525,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO B	07.01.03.019-4	700,00	-	700,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO C	07.01.03.020-8	1100,00	-	1100,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA CANAL TIPO A	07.01.03.021-6	525,00	-	525,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO B	07.01.03.022-4	700,00	-	700,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO C	07.01.03.023-2	1100,00	-	1100,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICRO CANAL TIPO A	07.01.03.024-0	525,00	-	525,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICRO CANAL TIPO B	07.01.03.025-8	700,00	-	700,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICRO CANAL TIPO C	07.01.03.026-7	1100,00	-	1100,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO A	07.01.03.027-5	525,00	-	525,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO B	07.01.03.028-3	700,00	-	700,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO C	07.01.03.029-1	1100,00	-	1100,00
MANUTENÇÃO/ ADAPTAÇÃO DE OPM AUDITIVA	07.01.03.030-5	-	-	0,00
SISTEMA DE FREQUENCIA MODULADA PESSOAL	07.01.03.032-1	4.500,00		4.500,00

PROTESES OCULARES	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
PROTESES OCULARES	07.01.04.006-8	238,03	511,97	750,00

OCULOS	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
OCULOS PARA VISAO SIMPLES *	90.01.01.514-0	-	99,00	99,00
OCULOS PARA VISAO SIMPLES EM POLICARBONATO (ESPECÍFICO PARA CRIANÇA ATÉ OITO ANOS) **	90.01.01.515-0	-	120,00	120,00

OCULOS DE LENTES DE VISAO SIMPLES EM ALTO INDICE ***	90.01.01.516-0	-	190,00	190,00
*	Esférico	Cilindro		
Miopia	-0,25 até -5,00	Até -2,00		99,00 reais por par
Hipermetropia	+0,25 até +5,00	Até -2,00		
**	Esférico	Cilindro		
Miopia	-0,25 até -5,00	Até -2,00		120,00 reais por par
Hipermetropia	+0,25 até +5,00	Até -2,00		
***	Esférico	Cilindro		
Miopia	-5,00 até -10,00	Até -2,00		190,00 reais por par
Hipermetropia	+6,00 até +8,00	Até -2,00		

ORTOPEDIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
LAMINA DE SHAVER	90.01.01.135-0	-	300,00	300,00
ANCORA	07.02.03.002-3	197,60	-	197,60
ARRUELA DENTEADA	07.02.03.003-1	41,06	-	41,06
ARRUELA LISA	07.02.03.004-0	8,05	-	8,05
CIMENTO S/ ANTIBIÓTICO	07.02.03.138-0	60,59	-	60,59
FIO OLIVADO P/ FIXADOR EXTERNO	07.02.03.032-5	16,94	-	16,94
FIXADOR EXTERNO C/ SISTEMA DE ALONGAMENTO MONOFOCAL	07.02.03.0350	1.054,91	-	1.054,91
FIXADOR EXTERNO C/ SISTEMA DE CORREÇÃO ANGULAR E/OU ROTACIONAL	07.02.03.036-8	1.351,04	-	1.351,04
FIXADOR EXTERNO CIRCULAR/ SEMI -CIRCULAR	07.02.03.038-4	1.163,90	-	1.163,90
FIXADOR EXTERNO HIBRIDO	07.02.03.039-2	913,16	-	913,16
FIXADOR EXTERNO LINEAR	07.02.03.040-6	648,11	-	648,11
GRAMPO	07.02.03.044-9	24,61	-	24,61
HASTE DE ENDER	07.02.03.046-5	81,51	-	81,51
HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE FEMUR (INCLUI PARAFUSO)	07.02.03.051-1	1.120,00	-	1.120,00
HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE TIBIA (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.052-0	1.096,39	-	1.096,39
HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA DE UMERU (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.053-8	1.010,56	-	1.010,56

HASTE INTRAMEDULAR FLEXIVEL P/ USOS INFANTIL	07.02.03.054-6	151,63	-	151,63
HASTE INTRAMEDULAR NÃO BLOQUEADA	07.02.03.055-4	129,10	-	129,10
MINI-PARAFUSO DE AUTO COMPRESSÃO	07.02.03.061-9	154,38	-	154,38
PARAFUSO CANULADO 3,5 MM	07.02.03.062-7	116,02	-	116,02
PARAFUSO CANULADO 4,5 MM	07.02.03.063-5	102,92	-	102,92
PARAFUSO CANULADO 7,0 MM	07.02.03.064-3	90,29	-	90,29
PARAFUSO CANULADO MINI	07.02.03.065-1	257,29	-	257,29
PARAFUSO CORTICAL 1,5 MM	07.02.03.066-0	18,06	-	18,06
PARAFUSO CORTICAL 2,0 MM	07.02.03.067-8	15,34	-	15,34
PARAFUSO CORTICAL 2,7 MM	07.02.03.068-6	16,94	-	16,94
PARAFUSO CORTICAL 3,5 MM	07.02.03.069-4	15,34	-	15,34
PARAFUSO CORTICAL 4,5 MM	07.02.03.070-8	18,06	-	18,06
PARAFUSO DE INTERFERENCIA DE TITANIO	07.02.03.071-6	486,29	-	486,29
PARAFUSO ESPONJOSO 4,0 MM	07.02.03.072-4	27,71	-	27,71
PARAFUSO ESPONJOSO 6,5 MM	07.02.03.073-2	27,71	-	27,71
PARAFUSO METALICO DE INTERFERENCIA	07.02.03.075-9	154,38	-	154,38
PINO DE SHANTZ	07.02.03.080-5	28,45	-	28,45
PLACA C/ PARAFUSO DESLIZANTE DE 135 OU 150 GRAUS	07.02.03.081-3	764,34	-	764,34
PLACA C/ PARAFUSO DESLIZANTE DE 95 GRAUS	07.02.03.082-1	686,87	-	686,87
PLACA 1/3 TUBULAR 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.083-0	148,40	-	148,40
PLACA 1/3 TUBULAR 4,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.084-8	177,20	-	177,20
PLACA ANGULADA 4,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.085-6	381,95	-	381,95
PLACA CALCO (INCLUI PARAFUSO)	07.02.03.086-4	308,75	-	308,75

PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.089-9	183,81	-	183,81
PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA 4,5 MM ESTREITA(INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.090-2	235,88	-	235,88
PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA 4,5 MM LARGA (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.091-0	296,13	-	296,13
PLACA DE RECONSTRUCAO 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.092-9	299,90	-	299,90
PLACA EM L 4,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.097-0	288,71	-	288,71
PLACA EM T 4,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.100-3	326,00	-	326,00
PLACA EM TREVO 4,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.102-0	288,71	-	288,71
PLACA P/ CALCANEIO (INCLUI PARAFUSO)	07.02.03.104-6	320,61	-	320,61
PLACA PONTE 3,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.105-4	527,20	-	527,20
PLACA SEMITUBULAR 2,7 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.107-0	146,64	-	146,64
PROTESE TENDINOSA DE SILICONE	07.02.03.123-2	751,99	-	751,99
PLACA EM L 1,5 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.131-3	293,42	-	293,42
FIO DE KIRSCHNER	07.02.03.134-8	13,00	-	13,00
PLACA RETA DE 2,0 MM (INCLUI PARAFUSOS)	07.02.03.135-6	122,80	-	122,80
FIO TIPO STEINMAN LISO	07.02.05.079-2	13,44	-	13,44

GINECOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
SLING U-TAPE - TELA DE POLIPROPILENO 30X1,2 CM	90.01.01.227-0	-	990,00	990,00
TELA CIRURGICA POLIPROPILENO POROSA 30X1,2 CM	90.01.01.228-0	-	680,00	680,00
TELA INORGANICA DE POLIPROPILENO C/ SISTEMA DUPLO	07.02.05.054-7	260,00	-	260,00
TELA INORGANICA DE POLIPROPILENO GRANDE (ACIMA DE 401 CM2)	07.02.05.055-5	150,00	-	150,00
TELA INORGANICA DE POLIPROPILENO MEDIA (101 A 400 CM2)	07.02.05.056-3	125,00	-	125,00
TELA INORGANICA DE POLIPROPILENO PEQUENA (ATE 100 CM2)	07.02.05.057-1	102,00	-	102,00

UROLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
AEAD35 FIO GUIA HIDRO. ORCHESTRA 0.035"X150CM - UN BNUS-B DUPLO J BLUENEEM 6FRX26CM – UN EXT424 DORMIA N-STONE EXT. CÁLC. 4 FIOS 3FR 9 - CX FLD-DM K2013152 FIBRA HOLMIUM W/RFID INT:400M - UN URETERO RIGIDA	90.01.01.229-0	-	155,00 180,00 700,00 750,00	1.785,00
AEAD35 FIO GUIA HIDRO. ORCHESTRA 0.035"X150CM - UN BNUS-B DUPLO J BLUENEEM 6FRX26CM - UN EXN934 DORMIA EXTRAT. DE CÁLCULOS 1.5FRX120CM -CX 000304 AXXL-12 - BAINHA URETERAL 12 14FR 45CM - UN FLD-DM K2013151 FIBRA HOLMIUM W/RFID INT:270M - UM URETERO FLEXIVEL	90.01.01.230-0	-	155,00 180,00 995,00 800,00 750,00	2.880,00
BNARDS DILAT. RENAL AM- PLATZ 6/30-10FR BLUENEE -CX ACR206 CATETER URETERAL 6FRX70CM COLOPLAST – UN AEAD35 FIO GUIA HIDRO. ORCHESTRA 0.035"X150CM - UN IPN 18 AGULHA INTRODU- TORA DE FIO GUIA ALLWIN - UM BNUS-B DUPLO J BLUENEEM 6FRX26CM – UN FLD-DM K2013153 FIBRA HOLMIUM W/RFID INT:600M - UM URETERO PERCUTANEA	90.01.01.231-0	-	1.500,00 160,00 155,00 160,00 180,00 750,00	2.905,00

CHAPECÓ, 01 de março de 2022

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/ PRESIDENTE DO CIS-AMOSC

TABELA III - RESOLUCAO 015/2022

Publicação Nº 3651254



TABELA DE CIRURGIAS ELETIVAS CREDENCIADAS PELO CIS-AMOSC 2022

Rua Adolfo Konder 33D, Jardim Itália, Chapeco - SC
Fone: (49) 3199-4900
www.cisamosc.sc.gov.br



	ANESTESISTA	VALOR SUS	VALOR COMPL	VALOR CIS
90.01.01.156-0	CONSULTA PRE-CIRURGICA ANESTESICA	10,00	90,00	100,00
04.17.01.004-4	ANESTESIA GERAL	84,00	266,00	350,00
	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM CIRURGIA GERAL C/S AIH	VALOR SUS	PRÊMIO	VALOR CIS
04.06.02.057-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (UNILATERAL) SEM AIH	483,37	950,00	1.433,37
90.01.01.232-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (UNILATERAL) COM AIH		950,00	950,00
04.06.02.056-6	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (BILATERAL) SEM AIH	582,04	1.100,00	1.682,04
90.01.01.233-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARIZES (BILATERAL) COM AIH		1.100,00	1.100,00
04.07.02.028-4	HEMORROIDECTOMIA SEM AIH	315,94	450,00	765,94
90.01.01.234-0	HEMORROIDECTOMIA COM AIH		450,00	450,00
04.07.02.008-0	COLECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA SEM AIH	1280,75	500,00	1780,75
90.01.01.235-0	COLECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA COM AIH		500,00	500,00
04.07.02.018-7	ENTEROANASTOMOSE (QUALQUER SEGMENTO) SEM AIH	1.174,36	1.500,00	2.674,36
90.01.01.236-0	ENTEROANASTOMOSE (QUALQUER SEGMENTO) COM AIH		1.500,00	1.500,00
04.07.03.003-4	COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA SEM AIH	693,05	650,00	1.343,05
90.01.01.237-0	COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA COM AIH		650,00	650,00
04.07.03.002-6	COLECISTECTOMIA SEM AIH	695,77	650,00	1.345,77
90.01.01.238-0	COLECISTECTOMIA COM AIH		650,00	650,00
04.07.03.007-7	COLEDOCOTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA SEM AIH	564,79	400,00	964,79
90.01.01.239-0	COLEDOCOTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA COM AIH		400,00	400,00
04.07.03.019-0	PANCREATECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA SEM AIH	684,13	500,00	1.184,13
90.01.01.240-0	PANCREATECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA COM AIH		500,00	500,00
04.07.04.012-9	HERNIOPLASTIA UMBILICAL SEM AIH	434,99	500,00	934,99
90.01.01.241-0	HERNIOPLASTIA UMBILICAL COM AIH		500,00	500,00
04.07.04.011-0	HERNIOPLASTIA RECIDIVANTE SEM AIH	416,43	450,00	866,43
90.01.01.242-0	HERNIOPLASTIA RECIDIVANTE COM AIH		450,00	450,00
04.07.04.010-2	HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL) SEM AIH	445,51	500,00	945,51



90.01.01.243-0	HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL) COM AIH		500,00	500,00
04.07.04013-7	HERNIORRAFIA INGUINAL VIDEO LAPAROSCOPICA SEM AIH	376,95	500,00	876,95
90.01.01.244-0	HERNIORRAFIA INGUINAL VIDEO LAPAROSCOPICA COM AIH		500,00	500,00
04.07.04.015-3	HERNIORRAFIA UMBILICAL VIDEO LAPAROSCOPICA SEM AIH	360,66	500,00	860,66
90.01.01.245-0	HERNIORRAFIA UMBILICAL VIDEO LAPAROSCOPICA COM AIH		500,00	500,00
04.07.04.009-9	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL) SEM AIH	426,02	500,00	926,02
90.01.01.246-0	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL) COM AIH		500,00	500,00
04.07.04.008-0	HERNIOPLASTIA INCISIONAL SEM AIH	539,82	500,00	1.039,82
90.01.01.247-0	HERNIOPLASTIA INCISIONAL COM AIH		500,00	500,00
04.07.04.006-4	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA SEM AIH	559,87	500,00	1.059,87
90.01.01.248-0	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA COM AIH		500,00	500,00
04.07.04.007-2	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA VIDEO LAPAROSCOPICA SEM AIH	361,54	500,00	861,54
90.01.01.249-0	HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA VIDEO LAPAROSCOPICA COM AIH		500,00	500,00
04.01.02.008-8	EXERESE DE CISTO SACRO-COCCIGEO SEM AIH	143,72	400,00	543,72
90.01.01.250-0	EXERESE DE CISTO SACRO-COCCIGEO COM AIH		400,00	400,00
04.01.02.010-0	EXTIRPACAO E SUPRESSAO DE LESAO DE PELE E DE TECIDO CELULAR SUBCUTANEO SEM AIH	158,11	400,00	558,11
90.01.01.251-0	EXTIRPACAO E SUPRESSAO DE LESAO DE PELE E DE TECIDO CELULAR SUBCUTANEO COM AIH		400,00	400,00
04.07.02.027-6	FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL SEM AIH	254,12	400,00	654,12
90.01.01.252-0	FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL COM AIH		400,00	400,00
	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM GINECOLOGIA C/S AIH		Prêmio	
04.09.06.001-1	CERCLAGEM DE COLO DO UTERO SEM AIH	178,01	500,00	678,01
90.01.01.253-0	CERCLAGEM DE COLO DO UTERO COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.002-0	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR C/ AMPUTACAO DE COLO SEM AIH	449,20	500,00	949,20
90.01.01.254-00	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR C/ AMPUTACAO DE COLO COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.004-6	CURETAGEM SEMIOTICA C/ OU S/ DILATAÇÃO DO COLO DO UTERO SEM AIH	167,42	400,00	567,42
90.01.01.255-0	CURETAGEM SEMIOTICA C/ OU S/ DILATAÇÃO DO COLO DO UTERO COM AIH		400,00	400,00
04.09.06.005-4	CURETAGEM UTERINA EM MOLA HIDATIFORME SEM AIH	137,88	500,00	637,88



90.01.01.256-0	CURETAGEM UTERINA EM MOLA HIDATIFORME COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.003-8	EXCIÇÃO TIPO 3 DO COLO UTERINO - CONIZACAO SEM AIH	443,66	500,00	943,66
90.01.01.257-0	EXCIÇÃO TIPO 3 DO COLO UTERINO - CONIZACAO COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.011-9	HISTERECTOMIA C/ ANEXECTOMIA (UNI / BILATERAL) SEM AIH	770,70	500,00	1.270,70
90.01.01.258-0	HISTERECTOMIA C/ ANEXECTOMIA (UNI / BILATERAL) COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.010-0	HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL) SEM AIH	460,08	500,00	960,08
90.01.01.259-0	HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL) COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.015-1	HISTERECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA SEM AIH	464,61	500,00	964,61
90.01.01.260-0	HISTERECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.017-8	HISTEROSCOPIA CIRURGICA C/ RESSECTOSCOPIO SEM AIH	173,33	500,00	673,33
90.01.01.261-0	HISTEROSCOPIA CIRURGICA C/ RESSECTOSCOPIO COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.019-4	MIOMECTOMIA SEM AIH	528,94	500,00	1028,94
90.01.01.262-0	MIOMECTOMIA COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.020-8	MIOMECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA SEM AIH	437,46	500,00	1.028,94
90.01.01.263-0	MIOMECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.013-5	HISTERECTOMIA TOTAL SEM AIH	634,03	500,00	1134,03
90.01.01.264-0	HISTERECTOMIA TOTAL COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.012-7	HISTERECTOMIA SUBTOTAL SEM AIH	546,04	500,00	1.046,04
90.01.01.266-0	HISTERECTOMIA SUBTOTAL COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.021-6	OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA SEM AIH	509,86	500,00	1.009,86
90.01.01.-265-0	OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.023-2	SALPINGECTOMIA UNI/BILATERAL SEM AIH	465,59	500,00	965,59
90.01.01.267-0	SALPINGECTOMIA UNI/BILATERAL COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.024-0	SALPINGECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA SEM AIH	376,84	500,00	876,84
90.01.01.268-0	SALPINGECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.025-9	SALPINGOPLASTIA SEM AIH	334,32	500,00	834,32
90.01.01.095-0	SALPINGOPLASTIA COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.026-7	SALPINGOPLASTIA VIDEOLAPAROSCOPICA SEM AIH	337,17	500,00	837,17
90.01.01.270-0	SALPINGOPLASTIA VIDEOLAPAROSCOPICA COM AIH		500,00	500,00



04.09.07.002-5	COLPECTOMIA SEM AIH	372,54	500,00	872,54
90.01.01.271-0	COLPECTOMIA COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.003-3	COLPOCLEISE (CIRURGIA DE LE FORT) SEM AIH	351,38	500,00	851,38
90.01.01.272-0	COLPOCLEISE (CIRURGIA DE LE FORT) COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.004-1	COLPOPERINEOCLEISE SEM AIH	372,53	500,00	872,53
90.01.01.273-0	COLPOPERINEOCLEISE COM AIH		500,00	500,00
04.09.06.018-6	LAQUEADURA TUBARIA SEM AIH	339,02	500,00	839,02
90.01.01.274-0	LAQUEADURA TUBARIA COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.005-0	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR SEM AIH	472,43	500,00	972,43
90.01.01.275-0	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.006-8	COLPOPERINEOPLASTIA POSTERIOR SEM AIH	372,54	500,00	872,54
90.01.01.276-0	COLPOPERINEOPLASTIA POSTERIOR COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.007-6	COLPOPERINEORRAFIA NAO OBSTETRICA SEM AIH	372,54	500,00	872,54
90.01.01.277-0	COLPOPERINEORRAFIA NAO OBSTETRICA COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.008-4	COLPOPLASTIA ANTERIOR SEM AIH	372,54	500,00	872,54
90.01.01.278-0	COLPOPLASTIA ANTERIOR COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.014-9	EXERESE DE CISTO VAGINAL SEM AIH	372,54	500,00	872,54
90.01.01.279-0	EXERESE DE CISTO VAGINAL COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.015-7	EXERESE DE GLANDULA DE BARTHOLIN / SKENE SEM AIH	224,68	500,00	724,68
90.01.01.280-0	EXERESE DE GLANDULA DE BARTHOLIN / SKENE COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.019-0	MARSUPIALIZAÇÃO DE GLANDULA DE BARTHOLIN SEM AIH	139,96	500,00	639,96
90.01.01.281-0	MARSUPIALIZAÇÃO DE GLANDULA DE BARTHOLIN COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.020-3	OPERACAO DE BURCH SEM AIH	457,67	500,00	957,67
90.01.01.282-0	OPERACAO DE BURCH COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.021-1	RECONSTRUÇÃO DA VAGINA SEM AIH	409,55	500,00	909,55
90.01.01.283-0	RECONSTRUÇÃO DA VAGINA COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.022-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE COAPTACAO DE NINFAS SEM AIH	119,35	500,00	619,35
90.01.01.284-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE COAPTACAO DE NINFAS COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.023-8	TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA RETO-VAGINAL SEM AIH	339,52	500,00	839,52
90.01.01.285-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA RETO-VAGINAL COM AIH		500,00	500,00



04.09.07.025-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA VESICO-VAGINAL SEM AIH	1.142,25	500,00	1.642,25
90.01.01.286-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA VESICO-VAGINAL COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.026-2	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIPERTROFIA DOS PEQUENOS LABIOS SEM AIH	119,35	500,00	619,35
90.01.01.287-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIPERTROFIA DOS PEQUENOS LABIOS COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.028-9	TRATAMENTO CIRURGICO DE VAGINA SEPTADA/ATRESICA SEM AIH	428,45	500,00	928,45
90.01.01.288-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE VAGINA SEPTADA/ATRESICA COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.030-0	VULVECTOMIA SIMPLES SEM AIH	128,44	500,00	628,44
90.01.01.289-0	VULVECTOMIA SIMPLES COM AIH		500,00	500,00
04.09.07.027-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE INCONTINENCIA URINARIA POR VIA VAGINAL SEM AIH	372,89	800,00	1.172,89
90.01.01.290-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE INCONTINENCIA URINARIA POR VIA VAGINAL COM AIH		800,00	800,00
04.10.01.007-3	PLASTICA MAMARIA FEMININA NAO ESTETICA SEM AIH	514,17	500,00	1.014,17
90.01.01.291-0	PLASTICA MAMARIA FEMININA NAO ESTETICA COM AIH		500,00	500,00
04.10.01.011-1	SETORECTOMIA/ QUADRANTECTOMIA SEM AIH	313,44	500,00	813,44
90.01.01.292-0	SETORECTOMIA/ QUADRANTECTOMIA COM AIH		500,00	500,00
	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM ORTOPEDIA C/S AIH	VALOR SUS	PRÊMIO	VALOR CIS
04.08.01.004-5	ARTROPLASTIA ESCAPULO-UMERAL PARCIAL SEM AIH	613,35	400,00	1.013,00
90.01.01.293-0	ARTROPLASTIA ESCAPULO-UMERAL PARCIAL COM AIH		400,00	400,00
04.08.01.014-2	REPARO DE ROTURA DO MANGUITO ROTADOR (INCLUI PROCEDIMENTOS DESCOMPRESSIVOS) SEM AIH	295,75	1.000,00	1.295,75
90.01.01.294-0	REPARO DE ROTURA DO MANGUITO ROTADOR (INCLUI PROCEDIMENTOS DESCOMPRESSIVOS) COM AIH		1.000,00	1.000,00
04.08.01.015-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA CLAVICULA SEM AIH	378,70	400,00	778,70
90.01.01.298-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA CLAVICULA COM AIH		400,00	400,00
04.08.01.018-5	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO/ FRATURA LUXACAO ACROMIO CLAVICULAR SEM AIH	377,59	400,00	777,59



90.01.01.081-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO/ FRATURA LUXACAO ACROMIO CLAVICULAR COM AIH		400,00	400,00
04.08.01.022-3	TRATAMENTO CIRURGICO DE RETARDO DE CONSOLIDACAO DA PSEUDARTROSE DE CLAVICULA/ESCAPULA SEM AIH	284,27	400,00	684,27
90.01.01.300-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE RETARDO DE CONSOLIDACAO DA PSEUDARTROSE DE CLAVICULA/ESCAPULA COM AIH		400,00	400,00
04.08.01.023-1	TRATAMENTO CIRURGICO DA SINDROME DO IMPACTO SUB-ACROMIAL SEM AIH	295,75	400,00	695,75
90.01.01.301-0	TRATAMENTO CIRURGICO DA SINDROME DO IMPACTO SUB-ACROMIAL COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.003-2	ARTRODESE DE MEDIAS/GRANDES ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR SEM AIH	230,37	400,00	630,37
90.01.01.302-0	ARTRODESE DE MEDIAS/GRANDES ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.003-9	ARTRODESE DE MEDIAS/GRANDES ARTICULAÇÕES DE MEMBRO INFERIOR SEM AIH	371,12	400,00	771,12
90.01.01.303-0	ARTRODESE DE MEDIAS/GRANDES ARTICULAÇÕES DE MEMBRO INFERIOR COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.004-0	ARTROPLASTIA DE ARTICULAÇÃO DA MÃO SEM AIH	316,48	400,00	716,48
90.01.01.304-0	ARTROPLASTIA DE ARTICULAÇÃO DA MÃO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.005-9	ARTROPLASTIA DE CABECA DO RADIO SEM AIH	282,66	400,00	682,66
90.01.01.0295-0	ARTROPLASTIA DE CABECA DO RADIO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.009-1	RESSECÇÃO DO OLECRANO E/OU CABEÇA DO RADIO SEM AIH	309,51	400,00	709,51
90.01.01.296-0	RESSECÇÃO DO OLECRANO E/OU CABEÇA DO RADIO COM AIH		400,00	400,00



04.08.02.010-5	FASCIOTOMIA DE MEMBROS SUPERIORES SEM AIH	200,51	400,00	600,51
90.01.01.297-0	FASCIOTOMIA DE MEMBROS SUPERIORES COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.013-0	RECONSTRUÇÃO CAPSULO-LIGAMENTAR DE COTOVELO PUNHO SEM AIH	241,43	400,00	641,43
90.01.01.305-0	RECONSTRUÇÃO CAPSULO-LIGAMENTAR DE COTOVELO PUNHO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.014-8	RECONSTRUÇÃO DE POLIA TENDINOSA DOS DEDOS DA MÃO SEM AIH	205,53	400,00	605,53
90.01.01.306-0	RECONSTRUÇÃO DE POLIA TENDINOSA DOS DEDOS DA MÃO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.034-2	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/ LESAO FISARIA DAS FALANGES DA MÃO (COM FIXAÇÃO) SEM AIH	192,60	400,00	592,60
90.01.01.307-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/ LESAO FISARIA DAS FALANGES DA MÃO (COM FIXAÇÃO) COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.035-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/LESÃO FISARIA DE EPICONDILIO/ EPITROClea DO Umero SEM AIH	311,42	400,00	711,42
90.01.01.308-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/LESÃO FISARIA DE EPICONDILIO/ EPITROClea DO Umero COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.036-9	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/LESAO FISARIA DO CONDILO/TROClea/APOFISE CORONOIDE DO ULNA/ CABEÇA DO RADIO SEM AIH	368,64	400,00	768,64
90.01.01.309-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/LESAO FISARIA DO CONDILO/TROClea/APOFISE CORONOIDE DO ULNA/ CABEÇA DO RADIO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.037-7	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/LESAO FISARIA DOS METACARPANOS SEM AIH	258,26	400,00	658,26
90.01.01.310-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/LESAO FISARIA DOS METACARPANOS COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.040-7	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE/ METAFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO SEM AIH	253,80	400,00	653,80



90.01.01.311-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE/ METAFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.041-5	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE EXTREMIDADES/ METAFISE PROXIMAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO SEM AIH	366,37	400,00	766,37
90.01.01.312-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE EXTREMIDADES/ METAFISE PROXIMAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.042-3	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO (C/SINTESE) SEM AIH	547,30	400,00	947,30
90.01.01.314-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO (C/SINTESE) COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.043-1	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA ÚNICA DO RADIO/ DA ULNA SEM AIH	265,29	400,00	765,29
90.01.01.083-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA ÚNICA DO RADIO/ DA ULNA COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.044-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESSAO FISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO SEM AIH	201,02	400,00	601,02
90.01.01.084-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESSAO FISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.045-8	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LUXACAO DE GALEAZZI/ MONTEGGIA/ ESSEX LOPRESTI SEM AIH	366,37	400,00	766,37
90.01.01.316-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LUXACAO DE GALEAZZI/ MONTEGGIA/ ESSEX LOPRESTI COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.046-6	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURAS DOS OSSOS DO CARPO SEM AIH	250,56	400,00	650,56
90.01.01.317-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURAS DOS OSSOS DO CARPO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.048-2	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESÃO AGUDA CAPSULO-LIGAMENTAR DO MEMBRO SUPERIOR: COTOVELO/PUNHO SEM AIH	241,43	400,00	641,43
90.01.01.318-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESÃO AGUDA CAPSULO-LIGAMENTAR DO MEMBRO SUPERIOR: COTOVELO/PUNHO COM AIH		400,00	400,00



04.08.02.049-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESÃO DA MUSCULATURA INTRINSECA DA MÃO SEM AIH	222,09	400,00	622,09
90.01.01.319-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESÃO DA MUSCULATURA INTRINSECA DA MÃO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.050-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESÃO EVOLUTIVA FISARIA NO MEMBRO SUPERIOR SEM AIH	261,64	400,00	661,64
90.01.01.320-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESÃO EVOLUTIVA FISARIA NO MEMBRO SUPERIOR COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.051-2	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXAÇÃO/ FRATURA-LUXAÇÃO CARPO METACARPIANA SEM AIH	208,94	400,00	608,94
90.01.01.321-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXAÇÃO/ FRATURA-LUXAÇÃO CARPO METACARPIANA COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.052-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXAÇÃO/ FRATURA-LUXAÇÃO DOS OSSOS DO CARPO SEM AIH	201,02	400,00	601,02
90.01.01.322-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXAÇÃO/ FRATURA-LUXAÇÃO DOS OSSOS DO CARPO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.055-5	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/ PERDA OSSEA DA MÃO SEM AIH	203,12	400,00	603,12
90.01.01.323-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/ PERDA OSSEA DA MÃO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.056-3	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/ RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/ PERDA OSSEA DO ANTEBRAÇO SEM AIH	471,38	500,00	971,38
90.01.01.324-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/ RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/ PERDA OSSEA DO ANTEBRAÇO COM AIH		500,00	500,00
04.08.02.057-1	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/ RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/ PERDA OSSEA DO UMBRO SEM AIH	377,31	400,00	777,31
90.01.01.325-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/ RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/ PERDA OSSEA DO UMBRO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.058-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE AO NIVEL DO COTOVELO SEM AIH	444,08	400,00	844,08



90.01.01.326-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDOARTROSE AO NIVEL DO COTOVELO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.059-8	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDOARTROSE NA REGIÃO METAFISE-EPIFISARIA DISTAL DO RADIO E ULNA SEM AIH	229,29	400,00	629,29
90.01.01.327-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDOARTROSE NA REGIÃO METAFISE-EPIFISARIA DISTAL DO RADIO E ULNA COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.060-1	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDO –RETARDO/ CONSOLIDAÇÃO/ PERDA OSSEA AO NIVEL DO CARPO SEM AIH	229,29	400,00	629,29
90.01.01.328-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDO –RETARDO/ CONSOLIDAÇÃO/ PERDA OSSEA AO NIVEL DO CARPO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.062-8	TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDACTILIA DA MÃO (POR ESPAÇO INTERDIGITAL) SEM AIH	192,60	400,00	592,60
90.01.01.329-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDACTILIA DA MÃO (POR ESPAÇO INTERDIGITAL) COM AIH		400,00	400,00
04.08.03.039-9	DISCECTOMIA CERVICAL/ LOMBAR/ LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (UM NIVEL) SEM AIH	764,71	500,00	1.264,71
90.01.01.330-0	DISCECTOMIA CERVICAL/ LOMBAR/ LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (UM NIVEL) COM AIH		500,00	500,00
04.08.03.040-2	DISCECTOMIA CERVICAL/ LOMBAR/ LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (DOIS NIVEIS) SEM AIH	1.005,48	600,00	1.605,48
90.01.01.331-0	DISCECTOMIA CERVICAL/ LOMBAR/ LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (DOIS NIVEIS) COM AIH		600,00	600,00
04.08.03.053-4	RESSECÇÃO DE ELEMENTO VERTEBRAL POSTERIOR/ POSTERO-LATERAL/ DISTAL A C2 (MAIS DE 2 SEGMENTOS) SEM AIH	1.178,86	600,00	1.778,86
90.01.01.332-0	RESSECÇÃO DE ELEMENTO VERTEBRAL POSTERIOR/ POSTERO-LATERAL/ DISTAL A C2 (MAIS DE 2 SEGMENTOS) COM AIH		600,00	600,00
04.08.04.005-0	ARTROPLASTIA PARCIAL DE QUADRIL SEM AIH	1.570,66	600,00	2.170,66
90.01.01.333-0	ARTROPLASTIA PARCIAL DE QUADRIL COM AIH		600,00	600,00



04.08.04.007-6	ARTROPLASTIA DE REVISAO OU RECONSTRUÇÃO DO QUADRIL SEM AIH	1.678,87	600,00	2.278,87
90.01.01.334-0	ARTROPLASTIA DE REVISAO OU RECONSTRUÇÃO DO QUADRIL COM AIH		600,00	600,00
04.08.04.009-2	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO QUADRIL NÃO CIMENTADA/HIBRIDA SEM AIH	1.214,72	1.714,72	2.929,44
90.01.01.335-0	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO QUADRIL NÃO CIMENTADA/HIBRIDA COM AIH		1.714,72	1.714,72
04.08.04.012-2	EPIFISIODESE DO TROCANTER MAIOR DO FEMUR SEM AIH	759,43	500,00	1.259,43
90.01.01.336-0	EPIFISIODESE DO TROCANTER MAIOR DO FEMUR COM AIH		500,00	500,00
04.08.04.013-0	EPIFISIODESE FEMORAL PROXIMAL IN SITU SEM AIH	759,42	500,00	1.259,42
90.01.01.337-0	EPIFISIODESE FEMORAL PROXIMAL IN SITU COM AIH		500,00	500,00
04.08.04.034-3	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXAÇÃO ESPONTANEA/ PROGRESSIVA/ PARALITICA DO QUADRIL SEM AIH	1.635,27	600,00	2.235,27
90.01.01.338-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXAÇÃO ESPONTANEA/ PROGRESSIVA/ PARALITICA DO QUADRIL COM AIH		600,00	600,00
04.08.05.005-5	ARTROPLASTIA TOTAL DO JOELHO – REVISAO/RECONSTRUÇÃO SEM AIH	1.541,34	600,00	2.141,34
90.01.01.339-0	ARTROPLASTIA TOTAL DO JOELHO – REVISAO/RECONSTRUÇÃO COM AIH		600,00	600,00
04.08.05.010-1	PATELECTOMIA TOTAL OU PARCIAL SEM AIH	344,06	400,00	744,06
90.01.01.340-0	PATELECTOMIA TOTAL OU PARCIAL COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.011-0	QUADRICEPSPLASTIA SEM AIH	1.602,18	600,00	2.202,18



90.01.01.341-0	QUADRICEPSPLASTIA COM AIH		600,00	600,00	
04.08.05.012-8	REALINHAMENTO DO MECANISMO EXTENSOR DO JOELHO SEM AIH	273,15	400,00	400,00	673,15
90.01.01.342-0	REALINHAMENTO DO MECANISMO EXTENSOR DO JOELHO COM AIH		400,00	400,00	400,00
04.08.05.013-6	RECONSTRUÇÃO DE TENDÃO PATELAR/ TENDÃO QUADRICIPITAL SEM AIH	1.602,18	600,00	600,00	2.202,18
90.01.01.343-0	RECONSTRUÇÃO DE TENDÃO PATELAR/ TENDÃO QUADRICIPITAL COM AIH		600,00	600,00	600,00
04.08.05.014-4	RECONSTRUÇÃO LIGAMENTAR DO TORNOZELO SEM AIH	432,14	400,00	400,00	832,14
90.01.01.344-0	RECONSTRUÇÃO LIGAMENTAR DO TORNOZELO COM AIH		400,00	400,00	400,00
04.08.05.015-2	RECONSTRUÇÃO LIGAMENTAR EXTRA-ARTICULAR DO JOELHO SEM AIH	578,89	400,00	400,00	978,89
90.01.01.345-0	RECONSTRUÇÃO LIGAMENTAR EXTRA-ARTICULAR DO JOELHO COM AIH		400,00	400,00	400,00
04.08.05.016-0	RECONSTRUÇÃO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO ANTERIOR) SEM AIH	1.602,18	2.102,18	2.102,18	3.704,36
90.01.01.346-0	RECONSTRUÇÃO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO ANTERIOR) COM AIH		2.102,18	2.102,18	2.102,18
04.08.05.017-9	RECONSTRUÇÃO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO POSTERIOR C/OU S/ANTERIOR) SEM AIH	1.602,18	600,00	600,00	2.202,18
90.01.01.347-0	RECONSTRUÇÃO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO POSTERIOR C/OU S/ANTERIOR) COM AIH		600,00	600,00	600,00
04.08.05.032-2	REPARO DA BAINHA TENDINOSA AO NÍVEL DO TORNOZELO SEM AIH	213,30	400,00	400,00	613,30
90.01.01.348-0	REPARO DA BAINHA TENDINOSA AO NÍVEL DO TORNOZELO COM AIH		400,00	400,00	400,00



04.08.05.033-0	REVISÃO CIRURGICA DE COTO DE AMPUTACÃO EM MEMBRO INFERIOR (EXCETO DEDOS DO PE) SEM AIH	171,94	400,00	571,94
90.01.01.349-0	REVISÃO CIRURGICA DE COTO DE AMPUTACÃO EM MEMBRO INFERIOR (EXCETO DEDOS DO PE) COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.034-9	REVISÃO CIRURGICA DO PÉ TORTO CONGENITO SEM AIH	344,52	400,00	744,52
90.01.01.350-0	REVISÃO CIRURGICA DO PÉ TORTO CONGENITO COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.039-0	TRANSFERENCIA MUSCULAR/ TENDINOSA NO MEMBRO INFERIOR SEM AIH	498,16	400,00	898,16
04.08.05.037-3	TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO INFERIOR SEM AIH	243,81	400,00	643,81
90.01.01.351-0	TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO INFERIOR COM AIH em duplicidade		400,00	400,00
90.01.01.352-0	TRANSFERENCIA MUSCULAR/ TENDINOSA NO MEMBRO INFERIOR COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.043-8	TRATAMENTO CIRURGICO DE AVULSAO DO GRANDE E DO PEQUENO TROCANTER SEM AIH	759,42	500,00	1.259,42
90.01.01.353-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE AVULSAO DO GRANDE E DO PEQUENO TROCANTER COM AIH		500,00	500,00
04.08.05.045-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/LESÃO FISARIA DE OSSOS DO MEDIO PE SEM AIH	268,41	400,00	668,41
90.01.01.354-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/LESÃO FISARIA DE OSSOS DO MEDIO PE COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.046-2	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/LESÃO FISARIA DOS METATARSIAIS SEM AIH	268,43	400,00	668,43
90.01.01.355-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/LESÃO FISARIA DOS METATARSIAIS COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.047-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/LESÃO FISARIA DOS PODODACTILOS SEM AIH	336,60	400,00	736,60



90.01.01.356-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA/LESÃO FISARIA DOS PODODACTÍLOS COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.049-7	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA BIMALEOLAR/ TRIMALEOLAR/ DA FRATURA-LUXAÇÃO DO TORNZELO SEM AIH	432,14	400,00	832,14
90.01.01.357-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA BIMALEOLAR/ TRIMALEOLAR/ DA FRATURA-LUXAÇÃO DO TORNZELO COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.052-7	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA PATELA POR FIXAÇÃO INTERNA SEM AIH	503,67	400,00	903,67
90.01.01.358-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA PATELA POR FIXAÇÃO INTERNA COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.053-5	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO CALCANEIO SEM AIH	268,42	400,00	668,42
90.01.01.359-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO CALCANEIO COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.056-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA TALUS SEM AIH	268,42	400,00	668,42
90.01.01.360-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA TALUS COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.057-8	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO TORNZELO UNIMALEOLAR SEM AIH	481,49	400,00	881,49
90.01.01.361-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO TORNZELO UNIMALEOLAR COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.060-8	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESÃO FISARIA DISTAL DE TIBIA SEM AIH	588,22	400,00	988,22
90.01.01.362-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESÃO FISARIA DISTAL DE TIBIA COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.065-9	TRATAMENTO CIRURGICO DE HALUX VALGUS C/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO SEM AIH	355,81	400,00	755,81
90.01.01.363-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE HALUX VALGUS C/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO COM AIH		400,00	400,00



04.08.05.066-7	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO AGUDA CASPSULO-LIGAMENTAR MEMBRO INFERIOR (JOELHO/ TORNOZELO) SEM AIH	473,83	400,00	873,83
90.01.01.364-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO AGUDA CASPSULO-LIGAMENTAR MEMBRO INFERIOR (JOELHO/ TORNOZELO) COM AIH		400,00	400,00
04.08.05067-5	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO EVOLUTIVA FISARIA NO MEMBRO INFERIOR SEM AIH	524,43	400,00	924,43
90.01.01.365-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO EVOLUTIVA FISARIA NO MEMBRO INFERIOR COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.073-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE CAVO SEM AIH	268,42	400,00	648,42
90.01.01.366-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE CAVO COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.074-8	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE PLANO VALGO SEM AIH	268,42	400,00	648,42
90.01.01.367-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE PLANO VALGO COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.076-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE TORTO CONGENITO SEM AIH	284,06	400,00	684,06
90.01.01.368-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE TORTO CONGENITO COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.077-2	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE TORTO CONGENITO INVETEBRADO SEM AIH	344,52	400,00	744,52
90.01.01.369-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PE TORTO CONGENITO INVETEBRADO COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.079-9	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA OSSEA DA DIAFISE DO FEMUR SEM AIH	759,42	500,00	1.259,42
90.01.01.370-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA OSSEA DA DIAFISE DO FEMUR COM AIH		500,00	500,00
04.08.05.080-2	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA OSSEA DA REGIÃO TROCANTERIANA SEM AIH	759,42	500,00	1.259,42



90.01.01.371-0	TRATAMENTO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA OSSEA DA REGIÃO TROCANTERIANA COM AIH	CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE		500,00	500,00
04.08.05.081-0	TRATAMENTO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA OSSEA DO COLO DO FEMUR SEM AIH	CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE	1.010,77	600,00	1.610,77
90.01.01.372-0	TRATAMENTO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA OSSEA DO COLO DO FEMUR COM AIH	CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE		600,00	600,00
04.08.05.083-7	TRATAMENTO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA OSSEA METAFISE DISTAL DO FEMUR SEM AIH	CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE	759,42	500,00	1.259,42
90.01.01.373-0	TRATAMENTO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA OSSEA METAFISE DISTAL DO FEMUR COM AIH	CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE		500,00	500,00
04.08.05.084-5	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO AO NIVEL DO JOELHO SEM AIH		397,15	400,00	797,15
90.01.01.374-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO AO NIVEL DO JOELHO COM AIH			400,00	400,00
04.08.05.086-1	TRATAMENTO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA OSSEA DA DIAFISE TIBIAL SEM AIH	CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE	769,41	500,00	1.269,41
90.01.01.375-0	TRATAMENTO DE CONSOLIDAÇÃO/PERDA OSSEA DA DIAFISE TIBIAL COM AIH	CIRURGICO DE PSEUDARTROSE/RETARDO DE		500,00	500,00
04.08.05.091-8	TRATAMENTO CIRURGICO DO HALUX VALGUS S/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO SEM AIH		336,60	400,00	736,60
90.01.01.376-0	TRATAMENTO CIRURGICO DO HALUX VALGUS S/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO COM AIH			400,00	400,00
04.08.05.092-6	TRATAMENTO DE LESOES OSTEO-CONDAIS POR FIXAÇÃO OU MOSAICOPLASTIA JOELHO/TORNOZELO SEM AIH		1.330,37	600,00	1930,37
90.01.01.377-0	TRATAMENTO DE LESOES OSTEO-CONDAIS POR FIXAÇÃO OU MOSAICOPLASTIA JOELHO/TORNOZELO COM AIH			600,00	600,00
04.08.06.001-8	ALONGAMENTO/ ENCURTAMENTO MIOTENDINOSO SEM AIH		253,93	400,00	653,93
90.01.01.378-0	ALONGAMENTO/ ENCURTAMENTO MIOTENDINOSO COM AIH			400,00	400,00



04.08.06.005-0	ARTRODESE DE PEQUENAS ARTICULAÇÕES SEM AIH	213,79	400,00	613,79
90.01.01.379-0	ARTRODESE DE PEQUENAS ARTICULAÇÕES COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.006-9	ARTROPLASTIA DE RESSECÇÃO DE MEDIA/ GRANDE ARTICULAÇÃO SEM AIH	1.104,38	600,00	1.704,38
90.01.01.380-0	ARTROPLASTIA DE RESSECÇÃO DE MEDIA/ GRANDE ARTICULAÇÃO COM AIH		600,00	600,00
04.08.06.008-5	BURSECTOMIA SEM AIH	213,63	400,00	613,23
90.01.01.381-0	BURSECTOMIA COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.013-1	EXPLORAÇÃO ARTICULAR C/OUS/ SINOVECTOMIA DE PEQUENAS ARTICULAÇÕES SEM AIH	142,06	400,00	542,06
90.01.01.382-0	EXPLORAÇÃO ARTICULAR C/OUS/ SINOVECTOMIA DE PEQUENAS ARTICULAÇÕES COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.017-4	OSTECTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MAO E DO PE SEM AIH	649,74	500,00	1.149,74
90.01.01.383-0	OSTECTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MAO E DO PE COM AIH		500,00	500,00
04.08.06.030-1	RESSECÇÃO MUSCULAR SEM AIH	203,29	400,00	603,29
90.01.01.384-0	RESSECÇÃO MUSCULAR COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.031-0	RESSECÇÃO SIMPLES DE TUMOR OSSEO/ DE PARTES MOLES SEM AIH	368,03	400,00	768,03
90.01.01.385-0	RESSECÇÃO SIMPLES DE TUMOR OSSEO/ DE PARTES MOLES COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.032-8	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ARTICULAR SEM AIH	139,07	400,00	539,07



90.01.01.386-0	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ARTICULAR COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.033-6	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-OSSEO SEM AIH	140,33	400,00	540,33
90.01.01.387-0	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-OSSEO COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.035-2	RETIRADA DE FIO OU PINO INTRA-OSSEO SEM AIH	151,66	400,00	551,66
90.01.01.388-0	RETIRADA DE FIO OU PINO INTRA-OSSEO COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.038-7	RETIRADA DE PROTESE DE SUBSTITUICAO DE GRANDES ARTICULAÇÕES (OMBRO/COTOVELO/QUADRIL/JOELHO) SEM AIH	759,42	500,00	1.259,42
90.01.01.389-0	RETIRADA DE PROTESE DE SUBSTITUICAO DE GRANDES ARTICULAÇÕES (OMBRO/COTOVELO/QUADRIL/JOELHO) COM AIH		500,00	500,00
04.08.06.040-9	RETIRADA DE TRAÇÃO TRANS- ESQUELETICA SEM AIH	225,17	400,00	625,17
90.01.01.390-0	RETIRADA DE TRAÇÃO TRANS- ESQUELETICA COM AIH		400,00	400,00
04.15.04.003-5	DEBRIDAMENTO DE ULCERA/ DE TECIDOS DESVITALIZADOS SEM AIH	543,08	600,00	1.143,08
90.01.01.512-0	DEBRIDAMENTO DE ULCERA/ DE TECIDOS DESVITALIZADOS COM AIH		600,00	600,00
04.08.06.042-5	REVISÃO CIRURGICA DE COTO DE AMPUTAÇÃO DOS DEDOS SEM AIH	207,02	400,00	607,02
90.01.01.391-0	REVISÃO CIRURGICA DE COTO DE AMPUTAÇÃO DOS DEDOS COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.046-8	TENOMIOTOMIA/ DESINERÇÃO SEM AIH	208,94	400,00	608,94
90.01.01.392-0	TENOMIOTOMIA/ DESINERÇÃO COM AIH		400,00	400,00



04.08.06.047-6	TENOPLASTIA OU ENXERTO DE TENDÃO ÚNICO SEM AIH	680,20	500,00	1.180,20
90.01.01.393-0	TENOPLASTIA OU ENXERTO DE TENDÃO ÚNICO COM AIH		500,00	500,00
04.08.06.048-4	TENORRAFIA ÚNICA EM TUNEL OSTEO-FIBROSO SEM AIH	421,30	400,00	821,30
90.01.01.394-0	TENORRAFIA ÚNICA EM TUNEL OSTEO-FIBROSO COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.053-0	TRANSPOSICAO/ TRANSFERENCIA MIOTENDINOSA MULTIPLA SEM AIH	346,53	400,00	746,53
90.01.01.395-0	TRANSPOSICAO/ TRANSFERENCIA MIOTENDINOSA MULTIPLA COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.054-9	TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERENCIA MIOTENDINOSA ÚNICA SEM AIH	214,21	400,00	614,21
90.01.01.396-0	TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERENCIA MIOTENDINOSA ÚNICA COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.055-7	TRATAMENTO CIRURGICO DE ARTRITE INFECCIOSA (GRANDES E MEDIAS ARTICULAÇÕES) SEM AIH	420,20	400,00	820,20
90.01.01.397-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE ARTRITE INFECCIOSA (GRANDES E MEDIAS ARTICULAÇÕES) COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.056-5	TRATAMENTO CIRURGICO DE ARTRITE INFECCIOSA DAS PEQUENAS ARTICULAÇÕES SEM AIH	268,41	400,00	668,41
90.01.01.398-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE ARTRITE INFECCIOSA DAS PEQUENAS ARTICULAÇÕES COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.057-3	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEDO EM MARTELO/ EM GARRA (MÃO E PE) SEM AIH	268,41	400,00	668,41
90.01.01.399-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEDO EM MARTELO/ EM GARRA (MÃO E PE) COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.058-1	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE ARTICULAR POR RETRAÇÃO TENO-CAPSULO-LIGAMENTAR SEM AIH	377,00	400,00	777,00



90.01.01.400-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEFORMIDADE ARTICULAR POR RETRAÇÃO TENO-CAPSULO-LIGAMENTAR COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.059-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA VICIOSAMENTE CONSOLIDADA DOS OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PE SEM AIH	555,83	400,00	955,83
90.01.01.401-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA VICIOSAMENTE CONSOLIDADA DOS OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PE COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.062-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE INFECCAO POS-ARTROPLASTIA (GRANDES ARTICULAÇÕES) SEM AIH	613,35	500,00	1.113,35
90.01.01.402-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE INFECCAO POS-ARTROPLASTIA (GRANDES ARTICULAÇÕES) COM AIH		500,00	500,00
04.08.06.070-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDACTILIA SIMPLES (DOIS DEDOS) SEM AIH	209,82	400,00	609,82
90.01.01.403-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDACTILIA SIMPLES (DOIS DEDOS) COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.012-3	EXPLORAÇÃO ARTICULAR C/ OU S/ SINOVECTOMIA DE MÉDIAS/GRANDES ARTICULAÇÕES SEM AIH	283,66	400,00	683,66
90.01.01.404-0	EXPLORAÇÃO ARTICULAR C/ OU S/ SINOVECTOMIA DE MÉDIAS/GRANDES ARTICULAÇÕES COM AIH		400,00	400,00
04.03.02.012-3	TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDROME COMPRESSIVA EM TUNEL OSTEO FIBROSO AO NIVEL DO CARPO SEM AIH	347,62	1.000,00	1.347,62
90.01.01.405-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDROME COMPRESSIVA EM TUNEL OSTEO FIBROSO AO NIVEL DO CARPO COM AIH		1.000,00	1.000,00
04.08.02.032-6	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEDO EM GATILHO SEM AIH	241,15	400,00	641,15
90.01.01.406-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEDO EM GATILHO COM AIH		400,00	400,00
04.08.02.030-0	TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR SEM AIH	194,89	400,00	594,89
90.01.01.407-0	TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR COM AIH		400,00	400,00
04.08.04.008-4	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMÁRIA DO QUADRIL CIMENTADA SEM AIH	1.635,27	600,00	2.235,27
90.01.01.408-0	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMÁRIA DO QUADRIL CIMENTADA COM AIH		600,00	600,00
04.08.06.021-2	RESSECÇÃO DE CISTO SINOVAL SEM AIH	91,49	400,00	491,49
90.01.01.409-0	RESSECÇÃO DE CISTO SINOVAL COM AIH		400,00	400,00



CIS-AMOSC
CONSELHO INTERDISCIPLINAR DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



04.08.06.019-0	OSTEOTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PÉ SEM AIH	645,68	600,00	1.245,68
90.01.01.410-0	OSTEOTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PÉ COM AIH		600,00	600,00
04.08.06.018-2	OSTEOTOMIA DE OSSOS DA MÃO E/OU DO PÉ SEM AIH	327,25	400,00	727,25
90.01.01.411-0	OSTEOTOMIA DE OSSOS DA MÃO E/OU DO PÉ COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.015-8	MANIPULAÇÃO ARTICULAR SEM AIH	122,01	400,00	522,01
90.01.01.412-0	MANIPULAÇÃO ARTICULAR COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.014-0	FASCIECTOMIA SEM AIH	222,95	400,00	622,95
90.01.01.413-0	FASCIECTOMIA COM AIH		400,00	400,00
04.08.05.089-6	TRATAMENTO CIRURGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL/TOTAL SEM AIH	332,26	1.000,00	1.332,26
90.01.01.414-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL/TOTAL COM AIH		1.000,00	1.000,00
04.08.05.088-8	TRATAMENTO CIRURGICO DE ROTURA DO MENISCO COM SUTURA MENISCAL UNI/BICOMPATIMENTAL SEM AIH	578,89	600,00	1.178,89
90.01.01.415-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE ROTURA DO MENISCO COM SUTURA MENISCAL UNI/BICOMPATIMENTAL COM AIH		600,00	600,00
04.08.06.044-1	TENOLISE SEM AIH	229,40	400,00	629,40
90.01.01.416-0	TENOLISE COM AIH		400,00	400,00
04.08.06.037-9	RETIRADA DE PLACA E/OU PARAFUSOS SEM AIH	225,16	600,00	825,16
90.01.01.417-0	RETIRADA DE PLACA E/OU PARAFUSOS COM AIH		600,00	600,00
04.08.05.006-3	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO JOELHO SEM AIH	1.154,84	1654,84	2.809,68
90.01.01.418-0	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO JOELHO COM AIH		1.654,84	1.654,84
04.04.01.035-0	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO C/S AIH	VALOR SUS	PRÊMIO	VALOR CIS
90.01.01.419-0	TIMPANOPLASTIA (UNI/BILATERAL) SEM AIH	618,15	600,00	1.218,15
04.04.01.010-5	TIMPANOPLASTIA (UNI/BILATERAL) COM AIH		600,00	600,00
90.01.01.420-0	ESTAPEDECTOMIA SEM AIH	676,26	600,00	1.276,26
04.04.01.011-3	ESTAPEDECTOMIA COM AIH		600,00	600,00
90.01.01.421-0	EXERESE DE PAPILOMA EM LARINGE SEM AIH	163,10	400,00	563,10
04.04.01.012-1	EXERESE DE PAPILOMA EM LARINGE COM AIH		400,00	400,00
04.04.01.012-1	EXERESE DE TUMOR DE VIAS AERIAS SUPERIORES, FACE E PESCOÇO SEM AIH	358,58	500,00	858,58



90.01.01.422-0	EXERESE DE TUMOR DE VIAS AEREA SUPERIORES, FACE E PESCOÇO COM AIH		500,00	500,00
04.04.01.013-0	EXTIRPAÇÃO DE TUMOR DO CAVUM E FARINGE SEM AIH	242,23	400,00	642,23
90.01.01.423-0	EXTIRPAÇÃO DE TUMOR DO CAVUM E FARINGE COM AIH		400,00	400,00
04.04.01.017-2	LARINGECTOMIA PARCIAL SEM AIH	1.073,02	600,00	1.673,02
90.01.01.424-0	LARINGECTOMIA PARCIAL COM AIH		600,00	600,00
04.04.01.021-0	MASTOIDECTOMIA RADICAL SEM AIH	757,13	600,00	1.357,13
90.01.01.425-0	MASTOIDECTOMIA RADICAL COM AIH		600,00	600,00
04.04.01.022-9	MASTOIDECTOMIA SUBTOTAL SEM AIH	483,55	600,00	1.083,55
90.01.01.426-0	MASTOIDECTOMIA SUBTOTAL COM AIH		600,00	600,00
04.04.01.023-7	MICROCIRURGIA OTOLÓGICA SEM AIH	376,75	500,00	876,75
90.01.01.427-0	MICROCIRURGIA OTOLÓGICA COM AIH		500,00	500,00
04.04.01.032-6	SINUSOTOMIA BILATERAL SEM AIH	349,24	400,00	749,24
90.01.01.428-0	SINUSOTOMIA BILATERAL COM AIH		400,00	400,00
04.04.01.033-4	SINUSOTOMIA ESFENOIDAL SEM AIH	378,98	400,00	778,98
90.01.01.429-0	SINUSOTOMIA ESFENOIDAL COM AIH		400,00	400,00
04.04.01.002-4	AMIGDALECTOMIA SEM AIH	306,57	500,00	806,57
90.01.01.430-0	AMIGDALECTOMIA COM AIH		500,00	500,00
04.04.01.001-6	ADENOIDECTOMIA SEM AIH	348,18	500,00	848,18
90.01.01.431-0	ADENOIDECTOMIA COM AIH		500,00	500,00
04.04.01.003-2	AMIGDALECTOMIA C/ ADENOIDECTOMIA SEM AIH	337,22	500,00	837,22
90.01.01.075-0	AMIGDALECTOMIA C/ ADENOIDECTOMIA COM AIH		500,00	500,00
04.04.01.046-6	PAROTIDECTOMIA PARCIAL OU SUBTOTAL SEM AIH	450,83	600,00	1050,83
90.01.01.433-0	PAROTIDECTOMIA PARCIAL OU SUBTOTAL COM AIH		600,00	600,00
04.04.01.048-2	SEPTOPLASTIA PARA CORREÇÃO DE DESVIO SEM AIH	247,46	400,00	647,46
90.01.01.434-0	SEPTOPLASTIA PARA CORREÇÃO DE DESVIO COM AIH		400,00	400,00
04.04.01.051-2	SINUSOTOMIA TRANSMAXILAR SEM AIH	384,33	400,00	784,33
90.01.01.435-0	SINUSOTOMIA TRANSMAXILAR COM AIH		400,00	400,00
04.04.01.041-5	TURBINECTOMIA SEM AIH	315,65	500,00	815,65
90.01.01.436-0	TURBINECTOMIA COM AIH		500,00	500,00



04.02.01.004-3	TIREOIDECTOMIA TOTAL SEM AIH	451,37	600,00	1.051,37
90.01.01.437-0	TIREOIDECTOMIA TOTAL COM AIH		600,00	600,00
	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS UROLOGIA/NEFROLOGIA C/S AIH	VALOR SUS	PRÊMIO	VALOR CIS
04.09.01.002-2	CISTECTOMIA PARCIAL SEM AIH	808,74	700,00	1.508,74
90.01.01.438-0	CISTECTOMIA PARCIAL COM AIH		700,00	700,00
04.09.01.006-5	CISTOLITOTOMIA E/OU RETIRADA DE CORPO ESTARNHO DA BEXIGA SEM AIH	549,72	650,00	1.199,72
90.01.01.439-0	CISTOLITOTOMIA E/OU RETIRADA DE CORPO ESTARNHO DA BEXIGA COM AIH		650,00	650,00
04.09.01.014-6	EXTRAÇÃO ENDOSCÓPICA DE CALCULO EM PELVE RENAL SEM AIH	402,85	550,00	952,85
90.01.01.440-0	EXTRAÇÃO ENDOSCÓPICA DE CALCULO EM PELVE RENAL COM AIH		550,00	550,00
04.09.01.020-0	NEFRECTOMIA PARCIAL SEM AIH	841,74	800,00	1.641,74
90.01.01.441-0	NEFRECTOMIA PARCIAL COM AIH		800,00	800,00
04.09.01.021-9	NEFRECTOMIA TOTAL SEM AIH	853,65	800,00	1.653,65
90.01.01.442-0	NEFRECTOMIA TOTAL COM AIH		800,00	800,00
04.09.01.022-7	NEFROLITOTOMIA SEM AIH	818,24	800,00	1.618,24
90.01.01.443-0	NEFROLITOTOMIA COM AIH		800,00	800,00
04.09.01.023-5	NEFROLITOTOMIA PERCUTANEA SEM AIH	801,50	800,0	1.601,50
90.01.01.444-0	NEFROLITOTOMIA PERCUTANEA COM AIH		800,00	800,00
04.09.01.028-6	NEFROSTOMIA C/ OU S/ DRENAGEM SEM AIH	650,27	700,00	1.350,27
90.01.01.445-0	NEFROSTOMIA C/ OU S/ DRENAGEM COM AIH		700,00	700,00
04.09.01.029-4	NEFROSTOMIA PERCUTANEA SEM AIH	600,47	700,00	1.300,47
90.01.01.446-0	NEFROSTOMIA PERCUTANEA COM AIH		700,00	700,00
04.09.01.030-8	NEFROURETERECTOMIA TOTAL SEM AIH	674,81	700,00	1.374,81
90.01.01.447-0	NEFROURETERECTOMIA TOTAL COM AIH		700,00	700,00
04.09.01.031-6	PIELOLITOTOMIA SEM AIH	658,19	700,00	1.358,19
90.01.01.448-0	PIELOLITOTOMIA COM AIH		700,00	700,00
04.09.01.032-4	PIELOPLASTIA SEM AIH	652,16	700,00	1.352,16
90.01.01.449-0	PIELOPLASTIA COM AIH		700,00	700,00
04.09.01.036-7	RESSECÇÃO DO COLO VESICAL/ TUMOR VESICAL A CEU ABERTO SEM AIH	509,16	500,00	1.009,16
90.01.01.450-0	RESSECÇÃO DO COLO VESICAL/ TUMOR VESICAL A CEU ABERTO COM AIH		500,00	500,00
04.09.01.038-3	RESSECÇÃO ENDOSCÓPICA DE LESÃO VESICAL SEM AIH	516,61	500,00	1.016,61



90.01.01.451-0	RESSECÇÃO ENDOSCÓPICA DE LESÃO VESICAL COM AIH		500,00	500,00
04.09.01.039-1	RETIRADA PERCUTÂNEA DE CÁLCULO URETERAL C/ CATETER SEM AIH	619,66	700,00	1.319,66
90.01.01.452-0	RETIRADA PERCUTÂNEA DE CÁLCULO URETERAL C/ CATETER COM AIH		700,00	700,00
04.09.01.041-3	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE BEXIGA NEUROGENICA SEM AIH	419,97	500,00	919,97
90.01.01.453-0	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE BEXIGA NEUROGENICA COM AIH		500,00	500,00
04.09.01.043-0	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE BEXIGA NEUROGENICA COM AIH	372,54	500,00	872,54
90.01.01.454-0	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE CISTOCÉLE SEM AIH		500,00	500,00
04.09.01.049-9	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA VIA ABDOMINAL SEM AIH	386,20	800,00	1.186,20
90.01.01.455-0	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA VIA ABDOMINAL COM AIH		800,00	800,00
04.09.01.050-2	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE REFLUXO VESICO-URETERAL SEM AIH	575,93	650,00	1.225,93
90.01.01.456-0	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE REFLUXO VESICO-URETERAL COM AIH		650,00	650,00
04.09.01.053-7	URETEROCISTONEOSTOMIA SEM AIH	629,54	650,00	1.279,54
90.01.01.457-0	URETEROCISTONEOSTOMIA COM AIH		650,00	650,00
04.09.01.056-1	URETEROLITOTOMIA SEM AIH	766,11	800,00	1.566,11
90.01.01.458-0	URETEROLITOTOMIA COM AIH		800,00	800,00
04.09.01.057-0	URETEROPLASTIA SEM AIH	628,96	700,00	1.328,96
90.01.01.459-0	URETEROPLASTIA COM AIH		700,00	700,00
04.09.02.004-4	INJEÇÃO DE GORDURA/ TEFLON PERI-URETRAL SEM AIH	352,40	400,00	752,40
90.01.01.460-0	INJEÇÃO DE GORDURA/ TEFLON PERI-URETRAL COM AIH		400,00	400,00
04.09.02.007-9	MEATOTOMIA SIMPLES SEM AIH	306,58	400,00	706,58
90.01.01.461-0	MEATOTOMIA SIMPLES COM AIH		400,00	400,00
04.09.02.010-9	RESSECÇÃO E FECHAMENTO DE FÍSTULA URETRAL SEM AIH	372,96	500,00	872,96
90.01.01.462-0	RESSECÇÃO E FECHAMENTO DE FÍSTULA URETRAL COM AIH		500,00	500,00
04.09.02.012-5	URETROPLASTIA (RESSECÇÃO DE CORDA) SEM AIH	214,08	500,00	714,08
90.01.01.463-0	URETROPLASTIA (RESSECÇÃO DE CORDA) COM AIH		500,00	500,00
04.09.02.013-3	URETROPLASTIA AUTOGENA SEM AIH	469,55	500,00	969,55
90.01.01.464-0	URETROPLASTIA AUTOGENA COM AIH		500,00	500,00
04.09.02.014-1	URETROPLASTIA HETEROGÊNEA SEM AIH	410,75	500,00	910,75
90.01.01.465-0	URETROPLASTIA HETEROGÊNEA COM AIH		500,00	500,00



04.09.02.016-8	URETOSTOMIA PERINEAL/ CUTANEA/EXTERNA SEM AIH	305,29	500,00	805,29
90.01.01.466-0	URETOSTOMIA PERINEAL/ CUTANEA/EXTERNA COM AIH		500,00	500,00
04.09.02.017-6	URETOTOMIA INTERNA SEM AIH	319,92	500,00	819,92
90.01.01.467-0	URETOTOMIA INTERNA COM AIH		500,00	500,00
04.09.03.002-3	PROSTATECTOMIA SUPRAPUBICA SEM AIH	1.001,71	800,00	1.801,71
90.01.01.468-0	PROSTATECTOMIA SUPRAPUBICA COM AIH		800,00	800,00
04.09.03.003-1	PROSTATOVESICULECTOMIA RADICAL SEM AIH	1.088,40	800,00	1.888,40
90.01.01.469-0	PROSTATOVESICULECTOMIA RADICAL COM AIH		800,00	800,00
04.09.03.004-0	RESSECÇÃO ENDOSCÓPICA DE PROSTATA SEM AIH	594,68	650,00	1.244,68
90.01.01.470-0	RESSECÇÃO ENDOSCÓPICA DE PROSTATA COM AIH		650,00	650,00
04.09.04.003-7	EPIDIDIMECTOMIA SEM AIH	223,01	500,00	723,01
90.01.01.471-0	EPIDIDIMECTOMIA COM AIH		500,00	500,00
04.09.04.007-0	EXERESE DE CISTO DE EPIDIDIMO SEM AIH	212,09	500,00	712,09
90.01.01.472-0	EXERESE DE CISTO DE EPIDIDIMO COM AIH		500,00	500,00
04.09.04.008-8	EXERESE DE LESÃO DO CORDÃO ESPERMÁTICO SEM AIH	210,05	500,00	710,05
90.01.01.473-0	EXERESE DE LESÃO DO CORDÃO ESPERMÁTICO COM AIH		500,00	500,00
04.09.04.009-6	EXPLORAÇÃO CIRÚRGICA DA BOLSA ESCROTAL SEM AIH	225,86	500,00	725,86
90.01.01.474-0	EXPLORAÇÃO CIRÚRGICA DA BOLSA ESCROTAL COM AIH		500,00	500,00
04.09.04.011-8	NEOSTOMIA DE EPIDIDIMO/ CANAL DEFERENTE SEM AIH	227,87	500,00	727,87
90.01.01.475-0	NEOSTOMIA DE EPIDIDIMO/ CANAL DEFERENTE COM AIH		500,00	500,00
04.09.04.013-4	ORQUIDOPEXIA UNILATERAL SEM AIH	360,07	600,00	960,07
90.01.01.476-0	ORQUIDOPEXIA UNILATERAL COM AIH		600,00	600,00
04.09.04.012-6	ORQUIDOPEXIA BILATERAL SEM AIH	385,32	500,00	885,32
90.01.01.477-0	ORQUIDOPEXIA BILATERAL COM AIH		500,00	500,00
04.09.04.014-2	ORQUIECTOMIA SUBCAPSULAR BILATERAL SEM AIH	433,62	500,00	933,62
90.01.01.478-0	ORQUIECTOMIA SUBCAPSULAR BILATERAL COM AIH		500,00	500,00
04.09.04.015-0	ORQUIECTOMIA UNI OU BILATERAL C/ ESVAZIAMENTO GANGLIONAR SEM AIH	254,07	500,00	754,07
90.01.01.480-0	ORQUIECTOMIA UNI OU BILATERAL C/ ESVAZIAMENTO GANGLIONAR COM AIH		500,00	500,00
04.09.04.016-9	ORQUIECTOMIA UNILATERAL SEM AIH	350,13	500,00	850,13



90.01.01.481-0	ORQUIECTOMIA UNILATERAL COM AIH			500,00	500,00
04.09.04.018-5	REPARAÇÃO E OPERAÇÃO PLÁSTICA DO TESTÍCULO SEM AIH	277,48		500,00	777,48
90.01.01.482-0	REPARAÇÃO E OPERAÇÃO PLÁSTICA DO TESTÍCULO COM AIH			500,00	500,00
04.09.05.008-3	POSTECTOMIA SEM AIH	219,12		650,00	869,12
90.01.01.483-0	POSTECTOMIA COM AIH			650,00	650,00
04.09.04.024-0	VASECTOMIA SEM AIH	306,47		600,00	906,47
90.01.01.484-0	VASECTOMIA COM AIH			600,00	600,00
04.09.04.023-1	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARICOCELE SEM AIH	257,56		600,00	857,56
90.01.01.485-0	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARICOCELE COM AIH			600,00	600,00
04.09.04.021-5	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HIDROCELE SEM AIH	256,97		600,00	856,97
90.01.01.486-0	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HIDROCELE COM AIH			600,00	600,00
04.09.05.003-2	CORREÇÃO DE HIPOSPADIA (1 TEMPO) SEM AIH	372,96		400,00	772,96
90.01.01.487-0	CORREÇÃO DE HIPOSPADIA (1 TEMPO) COM AIH			400,00	400,00
04.09.05.004-0	CORREÇÃO DE HIPOSPADIA (2 TEMPO) SEM AIH	372,96		400,00	772,96
90.01.01.488-0	CORREÇÃO DE HIPOSPADIA (2 TEMPO) COM AIH			400,00	400,00

CHAPECÓ, 01 de março de 2022

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/ PRESIDENTE DO CIS-AMOSC

CIS/AMVI**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2021**

Publicação Nº 3646583

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC013718E997642E5353E438410CDB0F4EF34F8B

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2021

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO EM IMUNIZAÇÃO – SALA DE VACINAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BLUMENAU – SEMUS (ETSUS).

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau - SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pela sua Diretora Executiva Interina, Senhora Mônica Marcia Campos de Menezes Silva, doravante denominado CISAMVI, e, de outro lado, Fundo Municipal de Saúde de Blumenau – SEMUS (ETSUS), pessoa jurídica de direito público da Administração Pública Direta do Município de Blumenau, neste ato representado pelo seu Secretário de Saúde Senhor Winnetou Michel Krambeck, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, de comum acordo, resolvem celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 54.2021, com fundamento no artigo 65, II, da Lei Federal nº 8.666/1993:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

1.2 Alterar o item 2.1 que passa a vigorar com a seguinte redação:

2.1 Este contrato terá sua vigência a contar da data da sua assinatura até o dia 30/06/2022 e, poderá ter sua duração prorrogada por ato do CISAMVI, nos termos do artigo 57, §2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 As demais cláusulas do contrato administrativo nº 54.2021 ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo.

Blumenau – SC, 15 de fevereiro de 2022.

(assinado eletronicamente) CISAMVI Mônica Marcia Campos de Menezes Silva	(assinado eletronicamente) CONTRATADO Winnetou Michel Krambeck
(assinado eletronicamente) DANIEL ALBERTO HORNBERG Testemunha	(assinado eletronicamente) DANIELLA MARTINS TAROUÇO Testemunha

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 77/2021

Publicação Nº 3646605

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 92B16CAE4146FA466D589E692CF2F78893E31B74

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 77/2021

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO EM BCG (VACINAÇÃO), QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BLUMENAU – SEMUS (ETSUS).

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau - SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado pela sua Diretora Executiva Interina, Senhora Mônica Marcia Campos de Menezes Silva, doravante denominado CISAMVI, e, de outro lado, Fundo Municipal de Saúde de Blumenau – SEMUS (ETSUS), pessoa jurídica de direito público da Administração Pública Direta do Município de Blumenau, neste ato representado pelo seu Secretário de Saúde Senhor Winnetou Michel Krambeck, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, de comum acordo, resolvem celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 77.2021, com fundamento no artigo 65, II, da Lei Federal nº 8.666/1993:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES

1.1 Alterar o item 2.1 que passa a vigorar com a seguinte redação:

2.1 Este contrato terá sua vigência a contar da data da sua assinatura até o dia 30/06/2022 e, poderá ter sua duração prorrogada por ato do CISAMVI, nos termos do artigo 57, §2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 As demais cláusulas do contrato administrativo nº 77.2021 ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo.

Blumenau – SC, 16 de fevereiro de 2022.

(assinado eletronicamente) CISAMVI Mônica Marcia Campos de Menezes Silva	(assinado eletronicamente) CONTRATADO Winnetou Michel Krambeck
(assinado eletronicamente) DANIEL ALBERTO HORNBERG Testemunha	(assinado eletronicamente) DANIELLA MARTINS TAROUÇO Testemunha

CIGAMVALI**RESOLUÇÃO 008.2022 - NOMEAÇÃO VANESSA 01 DE MARÇO 2022 - ANALISTA AMBIENTAL**

Publicação Nº 3650838

RESOLUÇÃO Nº 008, DE 01 DE MARÇO DE 2022.

Nomeia VANESSA MESQUITA SANTANA para o emprego público de ANALISTA AMBIENTAL do CIGAMVALI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU - CIGAMVALI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIGAMVALI, fundamentado no art. 3.7, Incisos II, in fine, e V. da Constituição Federal. no artigo 450 c/c artigos 468 e 499) da consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 e demais legislações correlatas.

Considerando-se o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 001/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra, VANESSA MESQUITA SANTANA inscrita no CPF sob nº 046.497.829-70 e no RG nº 4078331 para o emprego público de Analista Ambiental deste Consórcio Público, a contar desta data.

Parágrafo Único — A nomeada fica convocada a tomar posse e entrar em exercício na forma da Lei 11.107/05 e ainda em consonância com o Protocolo de Intenções e o Contrato de Consórcio firmado pelos consorciados.

Art. 2º - A nomeada ficará submetida ao Regime Jurídico Trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT e ao Regime Geral de Previdência Social — RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91.

Art. 3º - A nomeada estará submetida a carga horária de trabalho semanal de 40 horas ao Consórcio Público, com salário mensal correspondente à R\$ 3.691,35 (três mil seiscentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos) e além do vencimento o contratado fará jus às seguintes vantagens funcionais: gratificação natalina proporcional ao período trabalhado; férias proporcionais acrescidas de um terço, indenizadas ao final do contrato e inscrição no Regime Geral de Previdência e além do valor mensal, receberá ainda a Analista Ambiental o valor de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) por dia útil trabalhado a título de vale alimentação, conforme o Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2021 do Contrato de Consórcio Público.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01 de Março de 2022.

Jaraguá do Sul - SC, em 01 de Março de 2022.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Presidente do CIGAMVALI

CONDER**EXTRATO CONTRATO Nº 020-2022 - EMBAL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS METALURGICOS EIRELI**

Publicação Nº 3650783

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E82F5F8FD370689A6965B3B52A88248A64F0D148

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2022

CÓDIGO DE REGISTRO TCE/SC: E82F5F8FD370689A6965B3B52A88248A64F0D148

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022

DA CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER.
DO OBJETO:	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE USINA DE ASFALTO, COM A FINALIDADE DE DESENVOLVER AÇÕES NA ÁREA DA INFRAESTRUTURA COM PAVIMENTAÇÃO, DRENAGENS, CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONDER, DE ACORDO COM O CONVÊNIO Nº 2021TR002172, CELEBRADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE – SIE.
DO VALOR:	R\$ 113.916,00 (Cento e treze mil, novecentos e dezesseis reais).
DO CONTRATADO:	EMBAL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS METALÚRGICOS EIRELI.
DO FUNDAMENTO	Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
DO FORO	Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

São Miguel do Oeste – SC, 01 de março de 2022.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

PRESIDENTE DO CONDER/PREFEITO DE GUARUJÁ DO SUL

Registre e Publique-se na forma da lei.

EXTRATO CONTRATO Nº 021-2022 - EDINEIDE DE F. VASQUES DE BRITO

Publicação Nº 3650854

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 034797FB0F788F852078EACE35E2E796F2DA4840

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2022

CÓDIGO DE REGISTRO TCE/SC: 034797FB0F788F852078EACE35E2E796F2DA4840

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022

DA CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER.
DO OBJETO:	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE USINA DE ASFALTO, COM A FINALIDADE DE DESENVOLVER AÇÕES NA ÁREA DA INFRAESTRUTURA COM PAVIMENTAÇÃO, DRENAGENS, CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONDER, DE ACORDO COM O CONVÊNIO Nº 2021TR002172, CELEBRADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE – SIE.
DO VALOR:	R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais)
DO CONTRATADO:	EDINEIDE DE F. VARQUES BRITO COMÉRCIO E SERVIÇOS ME.
DO FUNDAMENTO	Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
DO FORO	Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

São Miguel do Oeste – SC, 01 de março de 2022.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

PRESIDENTE DO CONDER/PREFEITO DE GUARUJÁ DO SUL

Registre e Publique-se na forma da lei.